

**Por entre o muro que afasta a *China* da *Tartária*. Contributos para
uma história da tradução literária entre as línguas espanhola e
portuguesa nos inícios da Idade Contemporânea (1780-1850)**

Ana Belén Cao Míguez

**Tese de doutoramento em Línguas, Literaturas e Culturas,
ramo de Estudos Literários Comparados**

Novembro de 2016

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Línguas, Literaturas e Culturas, realizada sob a orientação científica da Prof.^a Doutora Maria Fernanda de Abreu

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Ana Belén Cao Míguez

Lisboa, 29 de Novembro de 2016

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

Maria Fernanda de Abreu

Lisboa, 29 de Novembro de 2016

*À memória de Lino Cao,
corpo que vivia sem memória
A Sinda Míguez,
que não deixa apagar as memórias
A Amaia Álvarez,
para que multiplique as memórias*

AGRADECIMENTOS

A todos esses Outros sem os quais não *seria* o Eu que aqui, entre a *China* e a *Tartária*, em convencional mas sincero plural de modéstia, fala.

A todos esses Outros que na minha voz, mal ou bem, se traduzem.

Obrigada, entre outros (são tantos Outros!):

Aos meus pais, Sinda Míguez Gil e Lino Cao Santamaría (D.E.P.), por me haver ensinado que, antes do Eu, está o Outro, e que os Outros somos Nós. Por me incutir a necessidade imperiosa de conhecer, entender ou simplesmente gozar. Porque convosco conheci Portugal, aprendi a amar Portugal e ganhei o gosto por galgar a muralha entre a China e a Tartária. Pela vossa abnegação, bondade e desprendimento. Pela vossa compreensão perante as minhas constantes ausências – das primeiras, por vocês próprios desejadas e incentivadas, até às últimas, forçadas e amargas, após a inopinada viragem de Fortuna.

À minha paciente e luminosa orientadora, professora doutora Maria Fernanda de Abreu, pela confiança depositada num projecto que aceitou dirigir pese o estado nebuloso em que lhe foi apresentado inicialmente. Pela autonomia que me concedeu e a abertura científica que estimulou em mim. Pela humanidade com que acompanhou o ziguezagueante processo de redacção desta tese, perdoando magnanimamente as suas (involuntárias) paragens e intermitências. Por me ter resgatado exactamente no momento em que mais precisava – estando eu prestes a me deixar cair do muro cujo cume já não enxergava, *uma só palavra sua, e fui salva*.

A todos os membros do júri designado para as provas de doutoramento, Professores Doutores Carlos Ceia (presidente), Elena Losada Soler, Zulmira Castanheira (arguentes), Zulmira Santos e António Apolinário Lourenço (vogais), pelo rigor, mas também extrema benevolência, com que leram, analisaram e comentaram o trabalho, dando a todos os presentes nesse acto público uma lição de generosidade e grandeza. Por haver tornado o momento de apresentação e defesa da tese numa experiência tão grata, enriquecedora e até emotiva. Pelos valiosos contributos, sugestões, recomendações e bons conselhos proporcionados, uma pequena parte dos quais já incorporada nesta versão (definitiva?) da tese.

Aos meus professores – alguns dos quais também por aqui falam – e a todos os que me ensinaram que viver consiste num estado permanente de curiosidade, surpresa, questionamento e aprendizagem, e que é preciso estar, bem presentes e atentos, no concreto e às vezes por demais maciço *aqui*, mesmo com a suspeita (ou a certeza) de não ter estado nem chegado a lado nenhum. (Entretanto... Que felicidade ter encontrado todos vocês, Outros que são Eu).

Às outras vítimas e cúmplices desta tese, muito especialmente a Amaia, Antón, Búa, Chichita, Chuto, Gelinha, Luís, Noe, Patri, Raúl, Ritinhas (C. e M.), Rodo, Santi e Tami, pelo alento e a reconfortante amizade que me franquearam nas circunstâncias adversas (pouco favoráveis, a dizê-lo brandamente, ao progresso das pesquisas e à reflexão aturada que elas requeriam) em que se desenvolveu o trabalho que agora, finalmente, vai preto no branco.

Sem vocês teria sido impossível contornar as muralhas que continuamente se foram levantado no pedregoso caminho percorrido até aqui.

Sem vocês teria sido impossível sair desse abismo que tantas vezes me engoliu para regressar de novo ao alto da minha *muralha*.

Sem vocês, antídoto para todos os venenos que infestam o inferno dos vivos, simplesmente não teria sido possível habitá-lo.

Vocês ajudaram-me a *cercare e saper riconoscere chi e cosa, in mezzo all'inferno, non è inferno, e farlo durare, e dargli spazio*.

Por isso, e por tudo o que não digo e vocês sabem, bem hajam.

POR ENTRE O MURO QUE AFASTA A CHINA DA TARTÁRIA. CONTRIBUTOS PARA UMA HISTÓRIA DA TRADUÇÃO LITERÁRIA ENTRE AS LÍNGUAS ESPANHOLA E PORTUGUESA NOS INÍCIOS DA IDADE CONTEMPORÂNEA (1780-1850)

ANA BELÉN CAO MÍGUEZ

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Relações Literárias e Culturais entre Portugal e Espanha, Literatura Espanhola em Portugal, Literatura Traduzida em Portugal, Tradução Literária, História Externa da Tradução, Estudos de Tradução, Literatura Comparada, História da Literatura, História Literária Comparada.

A tese de doutoramento desenvolvida nas páginas que se seguem visa investigar as relações entre o sistema literário espanhol e o sistema literário português a partir de um levantamento cartográfico do intercâmbio translativo que se deu entre ambos, nessa direcção, entre 1780 e 1850. Trata-se, logo, de um estudo em torno do diálogo interliterário e intercultural que, através da tradução, assumindo a forma de traduções, teve lugar entre Espanha e Portugal desde o último quartel do século XVIII até aos meados da centúria de oitocentos.

O seu propósito é oferecer uma visão panorâmica da literatura espanhola importada por essa via no espaço cultural português ao longo de uma época em que se cimentam os pilares do nosso tempo, e em que o afastamento entre *povos irmãos* surge – no campo literário e não só – como sendo a tónica geral, num quadro dinâmico de complexas redes de (in)dependências e (des)equilíbrios de poder entretecidas dialecticamente entre as *nações literárias* aqui tratadas, no qual entram ainda em jogo outros sistemas da *república mundial das letras*.

Ao lidar com instáveis fronteiras imaginárias (estado-nação, língua, identidade), esta tese pisa, afortunadamente, um terreno muito pouco seguro. Por esta razão, munimo-nos dos fundamentos conceptuais e das ferramentas metodológicas que fornecem as áreas (trans)disciplinares, também elas sem balizas nítidas ou rígidas, da Literatura Comparada e dos Estudos de Tradução. Porosidade, permeabilidade, dilatação, cruzamento, transferência (entre línguas, entre disciplinas, entre períodos históricos e literários) serão, sob essa perspectiva, noções-chave.

Todavia, este trabalho entende-se apenas como um ponto de partida na procura de respostas para um conjunto de questões que, em última instância, se prende directamente com o *hic et nunc* de quem observa. Como toda a empresa historiográfica, também esta esquadrinha no passado para tentar entender o presente – um presente em que, felizmente, as relações entre as culturas desse (heterogéneo e *imaginado*) espaço que é a Península Ibérica suscitam grande interesse e em que alguma opacidade concernente à importação literária entre as línguas castelhana e portuguesa, do ponto de vista sincrónico como diacrónico, está a ser banida.

A presente tese pretende dar uma contribuição nesse sentido, concentrando-se na literatura espanhola vertida para português no período que vai dos finais do Antigo Regime à consolidação do liberalismo, para dessa forma trazer à tona (mais) alguns dos *vasos comunicantes* soterrados debaixo de uma, pelo menos aparente, desértica camada superficial. Ao *pôr à vista* os textos traduzidos no período em foco, os quais foi preciso antes de mais localizar e inventariar, tenta-se *pôr a vista sobre* as fendas que a tradução abre por entre esse *muro* que, alegadamente, se levanta(va) entre as literaturas espanhola e portuguesa.

Tendo precisamente *em vista* os objectivos de longo prazo que presidem à investigação aqui encetada, concede-se particular atenção ao enquadramento teórico e historiográfico necessário para futuras abordagens, na expectativa (e no desejo) de proporcionar dados e instrumentos de utilidade para um estudo, mais alargado e necessariamente colectivo, das circunstâncias em que teve lugar a transferência de bens culturais na Península Ibérica no decorrer da (chamada) Idade Contemporânea.

**ACROSS THE WALL THAT SEPARATES *CHINA* FROM *TARTARY* – CONTRIBUTIONS TO
THE HISTORY OF LITERARY TRANSLATION BETWEEN THE SPANISH AND PORTUGUESE
LANGUAGES AT THE BEGINNING OF THE LATE MODERN PERIOD (1780-1850)**

ANA BELÉN CAO MÍGUEZ

ABSTRACT

KEYWORDS: Literary and Cultural Relations between Portugal and Spain, Spanish Literature in Portugal, Translated Literature in Portugal, Literary Translation, External Translation History, Translation Studies, Comparative Literature, History of Literature, Comparative Literary History.

The doctoral thesis developed in the following pages aims to investigate the relations between the Spanish literary system and the Portuguese literary system having as a starting point a cartographic survey of the translative exchange that occurred between both literatures, in that direction, between 1780 and 1850. It is a study on interliterary and intercultural dialogue which, through translation and in the form of translations, took place between Spain and Portugal from the last quarter of the eighteenth century until the middle of the nineteenth century.

Its purpose is to offer a panoramic overview of the Spanish literature thus imported into the Portuguese cultural space during an era in which the pillars of our time are cemented, and in which the separation between these two *fraternal peoples* arises – in the literary field and not only – as being the general thrust, within a dynamic framework of complex networks of (in)dependencies and (im)balances dialectically interwoven between the *literary nations* here dealt with, in which other systems of the *world republic of letters* still play a part.

In dealing with unstable imaginary frontiers (nation-state, language, identity), this thesis fortunately treads a rather unsafe ground. For this reason, we rely on the conceptual foundations and methodological tools provided by the (trans)disciplinary areas, also without clear or rigid markings, of Comparative Literature and Translation Studies. Porosity, permeability, dilation, crossing, transference (between languages, between disciplines, between historical and literary periods) will, from this perspective, be key notions.

However, this work is understood only as a starting point in the search for answers to a set of questions that, ultimately, is directly related to the *hic et nunc* of those who observe. Like all historiographical enterprises, this one also scrutinizes the past to try to understand the present – a present in which, fortunately, the relations between the cultures of this (heterogeneous and *imagined*) space, the Iberian Peninsula, arouse great interest and in which some opacity concerning the literary import between the Spanish

and Portuguese languages, from both the synchronic and the diachronic point of view, is being banished.

This thesis aims to make a contribution in this respect, concentrating on the Spanish literature that was translated into Portuguese in the period ranging from the end of the Old Regime to the consolidation of liberalism, in order to *bring to light* (more) some of the communicating vessels buried under a, at least apparent, barren superficial layer. By *bringing to light* the texts translated in the period under analysis, which were, first of all, to be located and inventoried, we try to *look at* the cracks on that *wall* opened by the translation which, allegedly, rise (rose) between the Spanish and the Portuguese literatures.

In view of the long-term objectives of the research undertaken here, particular attention is given to the theoretical and historiographic framework necessary for future approaches, in the expectation (and the desire) to provide data and tools for a more extended, and necessarily collective study of the circumstances in which the transfer of cultural goods in the Iberian Peninsula occurred during the course of the (so-called) Late Modern Period.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	vii
RESUMO / <i>ABSTRACT</i>	ix
LISTA DE ABREVIATURAS E OUTRAS ADVERTÊNCIAS	xv
INTRODUÇÃO	1
I. Objectivos (e limites). Para quê, em que medida e porquê assomar-se ao <i>muro</i> que afasta a <i>China</i> da <i>Tartária</i>	13
I.1. Objectivos e motivações	14
I.2. Limites epistemológicos	39
I.3. Limites espaçotemporais	48
I.3.1. Limites espaciais	48
I.3.2. Limites cronológicos	59
II. Enquadramentos teóricos, metodológicos e historiográficos. Como (de que fundamentos e princípios, com que ferramentas) assomar-se ao <i>muro</i>	71
II.1. Os Estudos de Tradução (ou de “como um sub-ramo de uma disciplina se transformou numa trans-disciplina”)	73
II.2. A Literatura Comparada (e os Estudos de Tradução)	83
II.3. A história da tradução	105
II.4. Das margens do texto traduzido. Os paratextos translativos	117
II.5. O contexto histórico: <i>pontes</i> e <i>muralhas</i> entre a <i>China</i> e a <i>Tartária</i> nos inícios da Idade Contemporânea (1780-1850)	132
II.6. O contexto literário e cultural	151
II.6.1. Questões periodológicas	152
II.6.2. Coordenadas sistémicas	159
III. À procura das fendas abertas pela tradução na <i>muralha</i> que afasta a <i>China</i> da <i>Tartária</i> . A literatura espanhola traduzida no espaço cultural português nos inícios da Idade Contemporânea (uma panorâmica do cimo do <i>muro</i>)	189

III.1. Elaboração do catálogo de traduções	193
III.1.1. Traduções literárias de textos <i>espanhóis</i> : a <i>muralha</i> das definições	198
III.1.2. Critérios de selecção das espécies do catálogo	238
III.1.3. Fontes consultadas para a elaboração do catálogo: mais <i>muralhas</i>	256
III.2. Da <i>China</i> para a <i>Tartária</i> : panorâmica das importações literárias através da tradução da língua espanhola para a portuguesa nos inícios da Idade Contemporânea (1780-1850). Linhas de análise abertas para um estudo futuro	271
III.2.1. Clássicos populares	278
III.2.2. A <i>língua</i> de Cervantes <i>fala</i> português	309
III.2.3. Traduções contemporâneas (1): as armas e as letras	329
III.2.4. Traduções contemporâneas (2): as letras e as armas	354
III.2.5. <i>Con la Iglesia hemos dado</i>	377
III.2.6. <i>Borderline cases</i> : as espécies duvidosas ou problemáticas	409
III.2.7. <i>Corredores de fondo</i> : os tradutores e outros importadores literários	432
CONCLUSÃO.....	447
BIBLIOGRAFIA	467
ANEXO 1	
Catálogo bibliográfico de traduções literárias	i
1.1 Traduções independentes	vii
1.2 Traduções avulsas	cix
1.3 Traduções duvidosas ou problemáticas (<i>borderline cases</i>)	clxiii
ANEXO 2	
Gráficos	clxxix
ANEXO 3	
Tabelas	clxxxvii

LISTA DE ABREVIATURAS E OUTRAS ADVERTÊNCIAS

Visando a elaboração de um texto fluido, caro às práticas discursivas de certa tradição académica europeia, foram evitadas no corpo da tese abreviaturas que vêm sendo correntes em trabalhos que, como este, aproveitam o arsenal terminológico-conceptual proporcionado pelos Estudos de Tradução¹. Desse modo, em vez de se optar por utilizar abreviações para determinadas expressões usadas com frequência (v. gr.: *texto fonte*, *texto traduzido* ou *de chegada*, *cultura de partida*, *cultura meta*, etc.), preferiu-se recorrer à escrita por extenso e à reformulação sinonímica². Já no que diz respeito às fontes manuseadas e outros recursos documentais, são utilizados ao longo de todo o texto (corpo e anexos), os seguintes acrónimos, siglas ou formas abreviadas de referência:

BCM	Biblioteca Central da Marinha (Lisboa)
BGUC	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
BJPII	Biblioteca João Paulo II (Universidade Católica Portuguesa, Lisboa)
BME	Biblioteca Municipal de Elvas
BMP	Biblioteca Municipal do Porto
BNE	Biblioteca Nacional de Espanha
BNF	Biblioteca Nacional de França (<i>Bibliothèque Nationale de France</i>)
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CR	Projecto Caminhos do Romance no Brasil – séculos XVIII e XIX
DBP	<i>Diccionario Bibliographico Portuguez</i> (Silva, 1858-1923)
FCG-BA	Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte
FLUC	Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
FLUL	Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
FLUP	Biblioteca da Faculdade de Letras do Porto

¹ Apenas no catálogo bibliográfico de traduções, em apêndice (anexo 1), foram usados, por economia, métodos abreviados de remissão (como TP para *texto de partida* e TT para *texto traduzido* ou *tradução*), convenientemente indicados na tabela correspondente do referido anexo (*vid. infra* anexo 1, página vi), onde figuram de novo as siglas agora apresentadas e mais algumas notações exclusivas do catálogo de traduções. Empregam-se no referido anexo, ainda, outras abreviaturas convencionais que já não se explicitam na referida tabela, tais como *misc.* para ‘miscelânea’, *ed.* para ‘edição’ ou ‘editor’, *reed.* para ‘reedição’, *il.* para ‘ilustrações / ilustrado, -a’, *grav.* para ‘gravuras / gravado, -a’, *vol.* ou *vols.* para ‘volume(s)’, *p.* ou *pp.* para ‘página(s)’, *s. d.* para *sine data* ou ‘sem data’, *typ.* para ‘typographia’, *off.* para ‘officina’, etc.

² Tal como João Almeida Flor (2009, *passim*), empregamos como sinónimos de *tradução* (produto) os vocábulos *traslado* e *translato*, indiferentemente, ambos como substantivos. Utilizamos, ainda, também de forma indistinta, os adjectivos *tradutivo*, *tradutor*, *tradutório* ou *translativo*.

GB	Biblioteca digital Google Books
GR	Gonçalves Rodrigues (Rodrigues, 1992-1999) ³
HD-BNE	Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional de Espanha
HML	Hemeroteca Digital, Hemeroteca Municipal de Lisboa
<i>Novelística</i>	<i>A novelística estrangeira em versão portuguesa...</i> (Rodrigues, 1951) ⁴
PORB	PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos
TNDMII	Biblioteca-Arquivo do Teatro Nacional D. Maria II
TB	TetraBase, base de dados do projecto TETRA – Teatro e Tradução
UAv-Mem.	Projecto Memórias de África e de Oriente, Universidade de Aveiro e Fundação Portugal-África

As citações no corpo do texto são feitas, desde que não ultrapassem as quatro linhas (caso contrário, ocupam um espaço à parte, vão destacadas com indentação esquerda mais acentuada e num tamanho de letra menor), entre duplas aspas curvas ou inglesas (“...”). Reservam-se as aspas angulares ou latinas («...») para a transcrição, dentro de uma citação, de palavras ou partes do texto já destacadas com aspas inglesas duplas no trecho citado, salvo que na fonte consultada apareçam noutra formato tipográfico (v. *gr.*, em caracteres itálicos ou entre aspas simples: ‘...’), o qual será nesse caso respeitado. Embora os barbarismos inseridos no texto em português apareçam em grifo, como é usual⁵, as citações literais numa língua estrangeira grafam-se em redondo.

De maneira geral, as grafias antigas não são actualizadas, mas copiadas tal como aparecem reproduzidas na fonte consultada, incluindo os acentos e os sinais de pontuação. Isto quer dizer que, nas citações em português, essas grafias não vão adaptadas às convenções ortográficas do Acordo de 1945, ao abrigo do qual é redigida esta tese. Esta opção por manter os grafemas, a acentuação e a pontuação originais nas citações estende-se aos títulos de obra ou parte de obra (os quais, quando citados mais do que uma vez, podem ver-se encurtados); porém, os nomes de autores amplamente conhecidos são, em regra, modernizados. Assim, por exemplo, *Innocencio* (da Silva)

³ Na notação GR (Gonçalves Rodrigues), empregada para referir as espécies bibliográficas incluídas em *A Tradução em Portugal*, os algarismos romanos indicam o volume (I, II) e os arábicos remetem para o número do verbete.

⁴ O número a seguir é, de novo, o do registo. Por exemplo, “*Novelística*: 158” remete à entrada n.º 158 de Rodrigues, 1951 (página 28).

⁵ A escrita cursiva abrange, assim, os latinismos, mesmo os que por serem muito frequentes em trabalhos desta natureza poderiam dispensar o ressaltado. De resto, empregam-se os itálicos para outros usos consabidos (ênfase, palavras ou locuções em função metalinguística, título de obra ou publicação periódica, etc.).

escreve-se *Inocência*; *Geronimo* Cortés é transcrito como *Jerónimo* Cortés; *Teophilo* Braga, como *Teófilo* Braga; etc.

Da mesma forma, as remissões a textos de partida de grande divulgação são feitas citando o título em espanhol, não raro abreviadamente, consoante o uso contemporâneo nessa língua – grafamos, por isso, *Novelas ejemplares* e não *Novelas exemplares*, como era habitual no castelhano do século XVII. Pode acontecer, no entanto, que um mesmo vocábulo ou nome próprio se venha a grafar de duas formas (v. gr., *Pillet Aîné* e *Pillet Ainé*), em função de se estar a reproduzir, ou não, a forma como se encontram na fonte ou por outras razões, tal como a vacilação ou mudança de grafias ao longo de tempo nos cabeçalhos de algumas publicações periódicas (v. gr., *Gaceta de Madrid* e *Gazeta de Madrid* ou *El Eco del Comercio* e *El Eco del Comercio*, consoante os anos).

Por razões de (falta de) espaço, na bibliografia final (*vid. infra* páginas 467-503) apenas se incluem as referências que constituem as (inexacta e injustamente) chamadas *fontes passivas* ou *secundárias*, em papel ou electrónicas (não se discriminam em função do suporte), citadas no corpo da tese de forma sintética, segundo o sistema Harvard autor-ano⁶, sendo este último o da edição (ou tradução) efectivamente consultada. O eventual ano da primeira edição ou da publicação na língua original aparece no final da referência bibliográfica. Se por alguma razão se estima pertinente

⁶ Deve notar-se que, se o método de remissão às referências consignadas na “Bibliografia” final, onde se reúnem os trabalhos citados ao longo da tese, segue o sistema Harvard autor-ano-página (com pontuação entre os elementos – [autor], [ano]: [página]), já o modo de apresentação da informação bibliográfica relativa às fontes consultadas, apresentadas na sobredita “Bibliografia”, não adopta as pautas de nenhum manual de estilo ou norma em particular – é, antes o resultado da harmonização e adaptação *ad hoc* de várias dessas recomendações preexistentes. Aproveitamos esta explicação a propósito das fontes secundárias para realizar, ainda, mais alguns esclarecimentos ao mesmo respeito (citações bibliográficas). Nos locais de publicação, aportuguesamos os topónimos tanto quanto possível (isto é, desde que haja formas patrimoniais disponíveis com alguma tradição ou consagração pelo uso). Os autores espanhóis podem ser referidos no corpo da tese por um único apelido ou pelos dois. No caso daqueles autores espanhóis que são aludidos no texto apenas por um apelido (o primeiro, v. gr.: Cabo), embora assinem os seus trabalhos (ocasionalmente ou sempre) com dois, colocamos o segundo nome de família não mencionado na supradita referência entre parênteses rectos (v. gr.: “Cabo [Aseguinolaza], Fernando”). No caso dos autores portugueses, que – salvo Aguiar e Silva – são sempre citados no corpo da tese pelo último apelido (v. gr.: Buescu), é esse o que figura na entrada bibliográfica, antes da vírgula que o separa do nome próprio (v. gr.: “Buescu, Helena”); a seguir ao nome próprio, indicamos o primeiro apelido (v. gr.: “Helena Carvalhão”). Quando esse apelido não figura na publicação referida, mas sim noutras da mesma autoria, colocamos o primeiro apelido entre parênteses rectos a seguir ao nome próprio (v. gr.: “Magalhães, Gabriel [Augusto Coelho de]”, onde também foi reposto o segundo elemento do nome composto). Também restituímos entre colchetes os nomes próprios dos autores (de qualquer procedência) que assinam, esporadicamente ou não, com siglas. Ao invés, abreviamos mediante siglas os nomes próprios quando coincidem, total ou parcialmente, o(s) autor(es) do trabalho citado e o(s) editor(es), coordenador(es) ou organizador(es) da publicação onde vai inserido. A abreviatura latina *et al.* vale quer por *et alii* (ou seja, ‘e outros autores’, desde que sejam mais do que quatro), quer por *et alia* (leia-se: ‘outros locais de edição’, quando são mais de dois).

notar no corpo da tese essa data, divergente do ano da edição consultada, ela aparece aí entre parênteses rectos. A alusão a obras com mais de um volume é feita no corpo do texto indicando, a seguir ao ano, o tomo em particular em romanos (I, II, etc., os quais figuram num único item na bibliografia final).

Os trabalhos consultados em linha fazem-se acompanhar do endereço em que estão disponíveis – dado que nem sempre foi possível localizar o DOI dos conteúdos digitais acedidos por esta via, optou-se por empregar, via de regra, o URL. As referências electrónicas levam indicada, além do ano de publicação (desde que disponível), a data de acesso. No caso de ligações a páginas Web visitadas regularmente para efeitos de recolha de dados relativos às traduções inventariadas e os seus respectivos textos de partida (como acontece com as bases de dados electrónicas e os catálogos em linha das bibliotecas acima enumeradas, fontes para o levantamento bibliográfico de traduções literárias apresentado nesta tese), faz-se constar, em capítulo próprio (III.1.3), o período em que foram realizadas essas consultas⁷.

Quanto às referências bibliográficas que convencionalmente se designam como *fontes primárias* ou *activas* (isto é, as traduções que constituem o *corpus* da tese), deve advertir-se que elas ocupam, devido à sua extensão, um lugar próprio, à parte, em apêndice com paginação independente – o já referido anexo 1 (catálogo bibliográfico de traduções), o qual, como oportunamente se explicará, consta de três partes (*vid. infra* a secção III.1 e o anexo 1, páginas i-v, para mais pormenores). A decisão, porventura discutível, impôs-se em favor do devido respeito às normas relativas ao número de páginas presentemente estabelecido para as dissertações de doutoramento – mesmo assim, largamente ultrapassado aqui. Assim sendo, a alusão às fontes primárias no corpo da tese é feita segundo um procedimento analítico (título do texto traduzido ou recursos similares), acompanhado de uma notação numérica que remete para o catálogo apresentado no anexo 1, onde se encontrará a restante informação bibliográfica. Ou seja, se a tradução a que se faz menção aparecer, por hipótese, na vigésima posição do anexo 1.1 (primeira divisão do catálogo: traduções impressas autonomamente, em volume, folheto ou brochura), sendo aí inserida a espécie com o número 20, o modo de indicá-lo

⁷ Não aparecem consignados na bibliografia final os endereços para conteúdos disponíveis em linha quando consultados e mencionados de forma pontual; nesses casos, são oportunamente referidos no corpo do texto ou em nota de rodapé, com a data de consulta devidamente indicada. O mesmo acontece com os títulos de trabalhos em papel cuja menção é marginal e passageira, os quais também não figuram na bibliografia final, sendo feita a referência, nessas ocorrências excepcionais, no próprio corpo da tese, segundo o sistema humanístico tradicional.

no corpo da tese será “anexo 1.1-20”, onde os dois primeiros dígitos reportam à primeira parte do catálogo e o último, separado dos anteriores por hífen, aponta para o número de registo da entrada em questão.

Voltando às fontes secundárias, os trabalhos inseridos em obras colectivas aparecem na bibliografia final atribuídos ao seu autor, como é habitual, por cujo apelido é citado no corpo do texto. Esta regra teve uma única excepção, por razões de economia de espaço e pela própria natureza dos textos: as entradas de enciclopédias e dicionários, redigidas por colaboradores individuais, distintos ou não dos responsáveis pela coordenação, edição ou direcção da obra. Nestes casos, na bibliografia final foi consignado apenas uma vez o título do dicionário ou enciclopédia, sob o nome (ou nomes) do(s) coordenador(es), sem terem sido desagregados os distintos verbetes consultados. Aquando da citação no corpo do texto, indica-se o nome do autor da entrada concreta, seguido da expressão “*in* [apelido(s) do editor(es), data e página(s)]”⁸.

Deve ainda ser acautelado o uso que neste trabalho se faz dos conceitos de *reimpressão*, *reedição* e *retradução* de um dado texto traduzido. Os dois primeiros são empregados como sinónimos e com eles visa-se aludir à republicação de uma mesma versão, preexistente, de um determinado original. O termo *retradução*, entretanto, aponta para o facto de um mesmo texto de partida, previamente publicado em versão traduzida, ter sido objecto de uma nova tradução, distinta da anterior e, normalmente, da responsabilidade de um tradutor igualmente diferente⁹.

Do mesmo modo, é preciso esclarecer que na presente tese é empregada, logo a começar pelo título, a etiqueta periodológica convencional de *Idade Contemporânea*, sem todavia submeter a sua (in)adequação como categoria temporal a mais questionamentos ou problematizações do que uma ou outra sucinta insinuação – *v. gr.*, antepondo o adjectivo “dita” ou “chamada” a tal rótulo; *vid. tm. Século de Ouro* –, mediante a qual se tenta reconhecer e remeter para o carácter, no mínimo, não axiomático da mesma categoria. Embora a natureza e objectivos do estudo, bem como

⁸ Por exemplo, a entrada “Traduções de Espanha”, redigida por Maria Fernanda de Abreu no *Dicionário do Romantismo Literário Português* coordenado por Helena Carvalhão Buescu, será referida no corpo do texto como “Abreu *in* Buescu, 1997: 553-554”; o verbete “Translation studies” da *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, redigido por Mona Baker, figurará como “Baker *in* Baker e Malmkjær, 2006: 277-280”.

⁹ De um ponto de vista estrito ou técnico, bibliométrico (*cfr.*, *v. gr.*, as normas do ISBN), a diferença entre uma reedição e uma reimpressão radica na introdução, ou não, de mudanças editoriais na nova publicação, sejam elas textuais (conteúdo) ou peritextuais (forma de apresentação do texto, editor, etc.). Assim sendo, as retraduições seriam, dessa perspectiva, reedições. Reiteramos que não foram aqui atendidos tais critérios.

as limitações de tempo e de páginas, não permitam abrir um espaço específico para a inquirição reflexiva a respeito desse *constructo* historiográfico, tal como se faz com outras demarcações cronológicas (*vid.* capítulo II.6.1), cumpre prevenir que, sem nunca negligenciar a arbitrariedade inerente a todo o exercício de periodização (*vid.* I.3.2), tanto quanto a concepção linear da temporalidade histórica que lhe subjaz, com *Idade Contemporânea* se pretende identificar um conjunto de transformações estruturais conformadoras de um tempo *novo* – aquele que, consuetudinariamente, começaria na Europa com a Revolução Francesa (*vid.* mais em II.5). Visa-se, ademais, sublinhar a relação desse passado historiado com o presente do sujeito historiador, sugerindo-se através do adjectivo *contemporânea* que dito conjunto de mudanças está na origem da nossa própria *contemporaneidade* (*vid.* I.1, I.3.2 e II.5) – tal ligação constitui, aliás, uma das motivações *subjectivas* do trabalho que se segue.

Por último, cabe advertir que na presente versão do texto foram incorporados, em anexo (2), os gráficos elaborados para melhor compreensão dos resultados da investigação expostos na apresentação pública da tese de doutoramento. Introduziram-se, igualmente, as emendas às gralhas ou imprecisões detectadas com posterioridade à impressão da tese e reunidas numa *errata e corrigenda* que foi distribuída, aquando da realização das provas públicas, pelos membros do júri constituído para o efeito. Além dos pontuais lapsos ou inexactidões que afectavam, ou de alguma forma deturpavam, o conteúdo e informações veiculadas no estudo, repercutindo na boa inteligência do que se pretendia transmitir, aparecem rectificadados os erros linguísticos em que consistia a maior parte das falhas localizadas – decerto que não todas – na releitura posterior à entrega (ou *abandono*) da dissertação. Exceptuando as gralhas propriamente ditas, não raro decorrentes das dificuldades do processador de texto para *afastar* as diversas línguas em convívio no mesmo ficheiro electrónico (particularmente as duas predominantes, castelhana e portuguesa, tipologicamente próximas e, para maior complicação, grafadas consoante os padrões de escrita vigentes em diferentes estádios diacrónicos), tais erros produziram-se, mormente, por influxo das línguas maternas da doutoranda (galego e castelhano), sendo a consequência dos riscos por ela assumidos ao optar por – ou, melhor, ao *fazer questão* de – redigir o trabalho em português, apesar de haver-lhe sido facultada a possibilidade de fazê-lo na língua espanhola.

Convém reiterar, por fim, que na redacção desta tese não foi seguido o Acordo Ortográfico de 1990.

INTRODUÇÃO

Tendo em consideração o esgotamento das histórias literárias tradicionais de base nacional(ista), a progressiva descentralização da historiografia literária e a subsequente (re)abertura comparatista daí derivada, Arturo Casas chamava a atenção, não há muitos anos, para o facto *peculiar* de que no espaço geocultural ibérico a comparação promovida houvesse propendido, ao menos até aí, a “eludir el propio marco peninsular” (Casas, 2003: 71)¹⁰. Embora não pela primeira vez, ficava assim constatada, desta feita no âmbito dos estudos literários comparados, uma – *a priori* paradoxal, mas persistente – invisibilidade (institucional) dos Outros peninsulares *cá dentro* (e *lá fora*). Como se os separasse, segundo a conhecida hipérbole de António Feliciano de Castilho – quem se referia, no entanto, especificamente a “Portugal e Castella” – uma “bruta muralha de compléta indiferença, mais maciça e alta que o muro que affasta a China da Tartaria” (Castilho, 1841). Não têm faltado, mesmo assim, vontades académicas, individuais e colectivas, que se vêm empenhando na inversão dessa tendência, de forma muito significativa na última década (mas não só) – parte dos trabalhos a que tais esforços deram lugar aparece consignada na bibliografia final desta dissertação, visto que representam os gigantes sobre cujos ombros tentará, se não ficar de pé, ao menos soerguer-se¹¹.

A tese de doutoramento contida neste volume, no seu anseio de se juntar aos empenhos comparatistas acima evocados, circunscreve-se, todavia, aos dois sistemas literários (desigualmente) *centrais*, hegemónicos ou *fortes* do que o mesmo Arturo Casas propõe designar de *comunidade interliterária ibérica* (Casas, 2000) ou *espaço geocultural peninsular* (Casas, 2003). Debruça-se a presente investigação, mais especificamente, sobre o intercâmbio translativo de textos literários (isto é, dos produtos textuais aqui entendidos como *traduções literárias*, numa concepção *lato sensu* quer da noção de *tradução*, quer da de *literatura*, segundo mais à frente se explicitará¹²) que, na viragem do Antigo Regime para a Idade Contemporânea, teve lugar entre o sistema

¹⁰ Servimo-nos já desta pertinente, e muito elucidativa, observação de Casas em trabalhos anteriores (por exemplo, Cao, 2012), dos quais este preâmbulo retoma algumas reflexões. Não são alheias a esse facto a relevância de que se revestiram os contributos do autor que novamente convocamos para abrir a presente investigação na configuração do actual panorama do comparatismo ibérico (*vid. infra* I.3.1).

¹¹ Porque se falou nos *gigantes* em que se procura sustentar esta tese, obrigado parece render umas breves palavras de homenagem e reconhecimento aos falecidos no decurso da sua redacção, como Russel P. Sebold (7/4/2014), Umberto Eco (19/2/2016) ou Gideon Toury (4/10/2016), entre outros autores citados.

¹² *Vid. infra* capítulos III.1.1 e III.1.2.

português e o espanhol, os quais serão nestas páginas atendidos, respectivamente, como sistema de acolhimento e como sistema exportador.

Alicerçado sobre uma investigação empírica adscrita à história externa da tradução, este estudo pretende proporcionar mais uma achega na reconstrução de uma história da tradução literária entre as línguas castelhana e portuguesa que já começa a tornar-se visível, como era premente, e que só pode ser fruto de um esforço polifónico que se alimente reciprocamente nos seus contributos. Visa-se, dessa forma, sabendo da impossibilidade de restringir o literário a um único plano das suas diversas práticas (no caso, o plano tradutório – um dos modos mais destacados, mas não exclusivo, de recepção literária), e sabendo também das múltiplas perspectivas que compreende essa “forma de indagação epistemológica” (Buescu, 2013: 34) que é a Literatura Comparada, contribuir – por parcamente que seja – para o estudo comparatista das literaturas portuguesa e espanhola, interessando aqui a tradução não como processo mas como produto e, sobretudo, como “acto cultural” (Guglielmi, 2002: 294), e concentrando-nos no momento em que as suas relações se começam a entretecer no quadro de um duplo processo de construção identitária, nacional e ibérica (Abreu, 2007: 438 e ss., 2013).

O *leitmotiv* que preside essas relações mútuas (literárias ou de outra índole), dentro e fora do marco temporal aqui contemplado, é o que fica compendiado na metáfora de António Feliciano de Castilho que tomamos emprestada para dar título a esta dissertação (e de que já nos ocupámos em Cao, 2011). A ideia de incomunicação e distância torna-se recorrente, quase obsessiva, por exemplo, nos cento e vinte textos críticos sobre a literatura espanhola traduzida em Portugal, datados de 1753 a 2005, compilados por Xosé Manuel Dasilva (2008), pelos quais se dissemina isotopicamente, assumindo formas figuradas idênticas ou afins¹³. À persistente imagem da “parede protectora”, “barrera infranqueable” ou “tabique” que afasta a Espanha de Portugal, acrescentam-se as frequentes referências geográficas à China – daí que Magalhães (2007d: 108-109) se refira ironicamente à necessidade de “reflectir um pouco sobre o papel da China nas relações literárias entre Portugal e Espanha ao longo do século XIX”

¹³ Trata-se de uma antologia sobre os “intercâmbios entre Portugal e Espanha, nomeadamente por meio da actividade tradutora” (Dasilva, 2008: 5) muito eloquente a este respeito, tal como tivemos oportunidade de constatar numa análise do volume em questão já referida (Cao, 2011). Ele vinha a colmatar o desígnio do estudioso, delineado tempo atrás, por reunir um muito útil “acervo dilucidador de la comunicación entre España y Portugal” através da tradução, pondo assim à disposição dos investigadores um conjunto de “documentos en muchas oportunidades muy poco accesibles o incluso escasamente conocidos” (Dasilva, 2006: 5-6).

– ou, então, em menor medida, a outros espaços igualmente longínquos ou exóticos, que podem ser a Turquia ou a Dinamarca.

Emergem, portanto, como tónica geral das relações entre Portugal e Espanha, no período em foco e não só, no tocante ao campo literário e não só, a ignorância, a indiferença e até um displicente menosprezo (o qual, contudo, constitui já uma muito significativa forma de relacionamento com Outro) recíprocos. Os mediadores intersistémicos coetâneos queixam-se de forma insistente da pouca atenção que Espanha presta a Portugal e vice-versa, discurso lamentoso esse que costuma levar como corolário abundantes manifestações de assombro e indignação, e profusas demonstrações *ab intrinseco* (o *ser comum* peninsular) e *ab initio* (os paralelismos e os laços históricos entre ambas as nações desde as suas origens) do absurdo de tão extravagante situação.

Porém, se podemos (hoje) constatar que na passagem do século XVIII para o XIX o diálogo entre Portugal e Espanha se torna mais fluido – embora não fique isento de tensões, desequilíbrios e contradições – e que há nesta última centúria um aumento mensurável das relações entre Portugal e Espanha (v. gr., Pérez Corrales, 2003: 19, *passim*), é graças às *picaretas* (a tradução é uma delas) com que esses mesmos lastimosos interlocutores, verdadeiros *perfuradores de fronteiras*¹⁴, começam a esburacar um muro que, sem ficar derrubado por completo, pelo menos parece diminuir a sua espessura, volver-se menos compacto, surgindo por entre as suas pedras algumas fendas a partir das quais intercambiar olhares com o Outro. De maneira que, apesar da imagem que nos devolvem esses testemunhos sobre o hiperbólico e paradoxal desconhecimento entre “vizinhos de ao pé da porta”, no dizer de Almeida Garrett (*apud* Dasilva, 2008: 17), “somando todos esses protestos, acabamos por verificar [não menos paradoxalmente] como havia, apesar de tudo, um razoável número de personalidades empenhadas na aproximação cultural luso-espanhola” (Lourenço, 2005: 39).

O início do interesse por esta matéria data da altura em que participámos no projecto interuniversitário RELIPES – Relações Linguísticas e Literárias entre Portugal e Espanha desde o Início do Século XIX até à Actualidade, desenvolvido ao abrigo do programa Interreg IIIA, sob a coordenação geral de Gabriel Augusto Coelho

¹⁴ A expressão procede de uma das *Lettrines* de Julien Gracq, que figura como epígrafe da *Pirene romántica* de Miguel Pérez Corrales (2003: [5]): “On se sent estime et sympathie vrai, à l’heure de l’Europe unie, pour ces perceurs de frontières, qui jettent des ponts entre des rives qui séculairement s’ignorent – même si c’est parfois plutôt pour la perspective que pour la circulation”.

Magalhães¹⁵. A parte que coube trabalhar ao coordenador do programa, e à equipa de investigadores constituída na Universidade da Beira Interior a ela afecta, dizia respeito às relações literárias no século XIX, emoldurado e *determinado*, em todos os sentidos da palavra (embora não se quisesse adoptar uma postura *determinista*), por dois momentos especialmente convulsos para a Península Ibérica do ponto de vista da história política: as invasões francesas após a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder e a subsequente Guerra de la Independencia (historiografia espanhola) ou Guerra Peninsular (historiografia portuguesa), por um lado, como (comuns) eventos inaugurais da centúria; a crise do *Ultimatum* em Portugal e o *Desastre* da perda das últimas colónias ultramarinas em Espanha, por outro lado, a modo de encerramento cronológico do século.

Tais crepusculares (e *críticos*, entendido o termo etimologicamente) momentos vinham marcados por sucessos histórico-políticos cuja origem e cujos efeitos se prolongavam além e aquém dos limites puramente cronológicos em que estritamente tiveram lugar, mas que em qualquer caso serviam para abalizar um tempo em que as relações literárias entre Portugal e Espanha se tinham intensificado de maneira notável, com o polimorfo (por vezes dúbio) iberismo como pano de fundo, sobretudo a partir da segunda metade do século. Além dos atrás referidos, outros *paralelismos assimétricos* ao longo da centúria acarretaram consequências palpáveis, quantificáveis, para as relações interliterárias e interculturais entre Espanha e Portugal.

Para começar, os já atrás apontados como simbólicos acontecimentos históricos que *determinavam* o *statu quo*, respectivamente, do começo e do final do século XIX tinham por resultado, com efeito, uma aproximação visível entre ambas as nações. Os primeiros, “decisivos para a história dos Romantismos na Península” (Abreu *in* Buescu, 1997: 501), e porque “a Península redescobriu a sua globalidade no momento em que foi globalmente invadida pelos exércitos napoleónicos” (Magalhães, 2007a: 159), deram passo aos contactos entre liberais de ambos os flancos; os segundos, numa altura em que o desfecho perante o colapso institucional em que se achou submerso Portugal a partir de Janeiro de 1890 era esperado do outro lado da fronteira “como signo e prefiguração do que reservava à Espanha o futuro imediato” (Vázquez Cuesta, 1975: 151), fizeram

¹⁵ Este projecto, no qual tomaram parte a Universidade da Beira Interior, a Universidade de Évora e a Universidade de Salamanca, desenvolveu-se ao longo de quinze meses entre os anos de 2006 e 2007 e deu lugar a três congressos (o de Évora, celebrado no final de Outubro de 2006; o de Salamanca, em finais de Janeiro de 2007; e o da Covilhã, a meados de Abril de 2007), mais quatro publicações colectivas.

com que se estreitassem laços entre republicanos¹⁶. No entanto, apreciavam-se não só uma série de “pequenos nada que acabam por formar um grande tudo” (Magalhães, 2007d: 48), como ainda alguns pontos de inflexão notáveis no que à aproximação *transparente* dessas relações diz respeito.

Conquanto não existisse um espaço específico para as traduções no projecto RELIPES, que o coordenador apresentava, no seu desfecho, como “um cais de onde deverão partir barcos – que já não são os nossos” (Magalhães, 2007b: 11), das pesquisas por nós desenvolvidas como membros da equipa de investigação do programa surgiram várias questões prospectivas, relativas a esse particular – interrogantes que deram lugar a pequenas indagações na direcção português-espanhol¹⁷, e que sentimos depois a necessidade de continuar na direcção inversa.

Eram essas questões, entre outras, as seguintes. A intensificação das relações entre Portugal e Espanha no século XIX teve um correlato no que toca à tradução literária? Conseguiu a tradução abrir furos na *muralha* que aparta a *China* da *Tartária*? Quantos? De que tamanho? E, presumindo-se a bidireccionalidade, de que lado com mais intensidade? Mais do da *China* ou mais do da *Tartária*? (Quanto se traduziu, e de que maneira: de forma recíproca ou em desequilíbrio, com simetrias ou assimetrias? E por que motivo, se assim foi?) O que é que se traduziu? Como foram recebidos os textos traduzidos na cultura que os acolheu? Quem promoveu ou quem tomou conta dessa actividade tradutora? E porque o fez? Com que intenção ou motivação (prévia)? Com que efeitos (subsequentes)? Visto que “translational practice is one of the strategies a culture devises for dealing with what we learned to call «the Other»” (Lefevere, 1998b: 13), que entendimento do Outro e da relação com o Outro implicam essas traduções entre literaturas que partilham um mesmo espaço intersistémico (*vid. infra* I.3.1) onde se manifestam desiguais relações de poder entre línguas e culturas?

Sobrevinham, junto a estas, mais algumas perguntas, concernentes especificamente à importação da língua castelhana para a portuguesa e ao que teria acontecido em termos de tradução do espanhol neste último sistema literário, sendo que

¹⁶ Bastará apontar, como prova da reacção solidária que entre certos círculos espanhóis despertou o *Ultimatum* de imediato, os textos com que, no número único da revista coimbrã *Anathema*, figuras como Francisco Giner de los Ríos, Miguel Morayta y Rosario de Acuña se vieram somar à indignação dos restantes colaboradores, quer estrangeiros, quer nacionais.

¹⁷ Tais indagações concretizaram-se num artigo sobre os elementos paratextuais que amparavam algumas traduções da literatura portuguesa para a língua espanhola no século XIX (Cao, 2007), cuja continuação (Cao, 2008), a apresentação dessas traduções, teve a bem publicar o editor da série *Perfiles de la traducción hispano-portuguesa*, o já atrás mencionado Xosé Manuel Dasilva.

a Espanha representa na altura, em tempos essenciais para o processo de *narração da nação* (Bhabha, 1990), o Outro *contra* o qual Portugal constrói a sua identidade. Por que razão receber, translativamente ou por outras vias, os ventos da Espanha, precisamente quando a literatura portuguesa, *essa ficção* (Silva, 2005), está a definir-se em *contraste* com ou por *oposição* à espanhola¹⁸, após quase três séculos de dominação cultural – após se ter convertido, a própria Espanha, numa enorme muralha à sombra da qual Portugal mal conseguia ver-se a si próprio, mal conseguia ver e ser visto pelos Outros?

Talvez porque essa cultura portuguesa, virada inicialmente para fora da Península, para além dos Pirenéus, designadamente para a França, a tratar de esconjurarmos o *perigo espanhol*, começasse a sentir aquele(s) Outro(s) ainda mais ameaçador(es) do que o primeiro? Talvez porque, como sugeria Magalhães, essas duas literaturas peninsulares voltam a procurar-se uma à outra ao serem comumente *invadidas* por um terceiro culturalmente alheio ao espaço ibérico; ao se sentirem ambas, em célebre expressão de Mesonero Romanos (*apud* Santoyo, 1987: 169-170), *nações traduzidas* (do francês, nomeadamente); ao empreenderem “as duas línguas cultas da península”, unidas “por tacito pacto de família”, em “verdadeira reacção ibérica”, uma “guerra de independência” literária que as libertasse da “humilhante servidão franceza” em que jaziam *prostituídas* (Garrett, 1863 [1845-1846]¹⁹)?

Alguns depoimentos paratextualmente veiculados pelos agentes interliterários, incluídos os próprios tradutores, colocavam, ainda, uma outra (inquietante) questão, a saber – pode realmente a tradução abrir furos na muralha? Ou será a tradução, ao invés, não apenas o estigma que prova essa incomunicação, como, ainda, simultaneamente e em círculo vicioso, mais um tijolo que se coloca no muro defensivo, vindo ela assim a aumentar o afastamento entre a China a Tartária? Traduzir entre línguas

¹⁸ Assim, por exemplo, nas teses mediante as quais Teófilo Braga abre “os caboucos para a História da Literatura Portuguesa”, comentadas por Jacinto do Prado Coelho (1992: 16-17 e ss.), em que a construção discursiva da identidade nacional por oposição à Espanha resulta muito óbvia.

¹⁹ “Em Hespanha portugueses e castelhanos despertaram quasi ao mesmo tempo, e começaram a abrir os olhos sôbre a triste figura que estavam fazendo na Europa em renegar da fidalga origem de suas bellas linguas e litteraturas, prostituindo-as em tão humilhante servidão franceza que por fins tinham chegado a nem ja quasi ousar imitar os seus modelos: traduziam so, traduziam palavra a palavra; e da propria phrase, do genio do seu idioma se envergonhavam. Despertámos, porêem; e commum nos foi o pensamento, quasi simultaneo o esforço, a castelhanos e a portugueses; foi uma verdadeira reacção ibérica; as duas línguas cultas da península appareceram unidas por um tacito pacto de familia, animadas do espirito redivivo dos seus avós communs na causa da restauração commum” (Garrett, 1863: LXII-LXIII). Mais à frente se verá em que consistia este projecto garrettiano de independentização da literatura nacional (*vid. infra* final do capítulo II.5).

filogeneticamente emparentadas e culturas historicamente chegadas era (é) *prejudicial* ou *benéfico* no tocante à aproximação entre tais culturas? Deveria (deve), antes, promover-se a leitura dos textos na língua de partida, tipologicamente afim à de chegada²⁰? Poderia (pode) mesmo a tradução, paradoxal instrumento de mediação que “simultaneamente define e suprime as fronteiras entre culturas” (Duarte, 2001: 8), que é ao mesmo tempo “tabique e interfaz” entre literaturas (Gnisci, 2002: 10), que “no es una operación tendente a mostrar la identidad de los hombres, sino que es el vehículo de sus singularidades” (Paz, 1990: 11), contribuir para a referida aproximação entre a Espanha e Portugal?

Naturalmente, esta dissertação, algumas de cujas várias limitações serão assinaladas mais abaixo (I.2 e I.3), não procura dar resposta a todas as interrogações atrás formuladas, as quais funcionaram, antes, em jeito de detonadores, despoletando as indagações e reflexões que se expõem no presente volume. É evidente que um trabalho individual como este não poderia aspirar a cumprir propósitos tão ambiciosos, pois a meta para a qual almejaria contribuir (ponderar o papel da tradução nas relações entre línguas, literaturas e culturas *distantemente próximas*) pressupõe um percurso necessariamente colectivo e necessariamente transdisciplinar, por fortuna já encetado.

Assim sendo, conformamo-nos – numa nada *pretensiosa* pretensão, dizemo-lo com realista, e não retórica, modéstia – com começar a juntar dados bibliográficos, relativos a um dos sentidos desse intercâmbio tradutor (versões da língua castelhana para a portuguesa) e limitados cronologicamente ao período que se estende entre 1780 e 1850 (pelas razões que oportunamente se exporão), dados esses para cuja ulterior interpretação delineamos um enquadramento teórico, metodológico e historiográfico. Procedemos desse modo na confiança – e na esperança – de que as reflexões proporcionadas, as informações colhidas e as deduções mais imediatas daí decorrentes constituam, mesmo que (ou graças a que) precisem de revisões, correcções e alargamentos, um ponto de partida útil para investigações que devem ser continuadas no futuro, e de que possam ao mesmo tempo servir para complementar os estudos feitos até aqui. Estimou-se que, apesar da existência desses estudos, carecíamos de um trabalho de

²⁰ Note-se, de passagem, que o próprio mentor do projecto RELIPES, atrás citado, parece assumir este posicionamento, considerando a tradução não como uma ponte entre culturas, mas antes como um muro divisorio: “Optámos por não proceder a traduções [dos estudos monográficos decorrentes do projecto, cuja publicação se estava prologando, uns redigidos em português, outros em castelhano] por razões de ordem prática – mas sobretudo porque tal constituiria um requinte inútil de pura burocracia diplomática. No fundo, *traduzir tudo significaria recriar as fronteiras* que o próprio programa INTERREG pretende abolir – ou, pelo menos, esbater” (Magalhães, 2007b: 12, destacados nossos).

conjunto que facultasse uma avaliação global da actividade tradutora no período em apreço empiricamente fundamentada – é essa visão de conjunto que se anseia fornecer aqui, a partir de um inventário de traduções do espanhol que circularam no espaço cultural português durante um lapso temporal razoavelmente alargado, apresentado em forma de catálogo²¹.

Estamos certos de que não iremos oferecer uma (utópica) descrição da *totalidade* do diálogo tradutório contemplado (*do alto*) no marco temporal em estudo – o qual, embora se tenha fundamentado em factos relevantes do ponto de vista translativo (*vid. infra* I.3.2), coincide com o período que se estende da Viradeira à Regeneração. Sabemos da complexidade que acarreta uma abordagem holística da literatura traduzida da língua espanhola de 1780 a 1850, fito para o qual nos viramos e nos propomos contribuir ao de leve explorar tal *território* de estudo, ajudando somente a preparar o *terreno* mediante o seu mapeamento. Temos noção também de que “catalogues alone do not produce good historical knowledge” (Pym, 1998: 42), e de que o conjunto das traduções que fomos pacientemente reunindo, mostrado em anexo (1), precisará de ser analisado com mais profundidade à luz das circunstâncias em que transcorreu a sua publicação – umas coordenadas históricas, políticas, sociais, ideológicas, literárias, etc. que também tentaremos traçar minimamente, sem todavia esgotar, mas apenas vislumbrar, as possibilidades que brinda a articulação entre o todo e a suas partes. Estamos cientes, enfim, dos riscos derivados de um tal enfoque (além do mais, panorâmico e, por isso, condensado) do nosso objecto de estudo – *inconvenientes* que assumimos à partida ponderando a *conveniência* que daí, consoante desejamos, se possa retirar. Afinal de contas, “the stuff of history has to be gathered and assessed; explanation requires archaeology; solid research takes time. [...] Translation history is to achieve long-term results” (Pym, 1998: 13).

Com o intuito, pois, de mapear um território relativamente ignorado desde a óptica da literatura traduzida, este trabalho desenvolve-se ao abrigo metodológico da história (externa) da tradução literária. Parte-se da convicção de que, mormente no quadro do processo de descentralização e *des-nacionalização* assinalado pelo autor com que se principiava esta introdução (Casas: 2003), a história da tradução “has a great deal

²¹ *Vid. infra* III.1 acerca da idoneidade desta designação (“catálogo”) para a inventariação – ou *construção* – bibliográfica em que baseamos o nosso estudo. Nesse capítulo encontrar-se-ão as razões pelas quais não se realizou aqui a passagem, recomendada por Anthony Pym (1988), de catálogo a *corpus*, vocábulos que, por outro lado, empregaremos como sinónimos no marco desta dissertação.

to contribute to the general history of literature and of ideas, especially given the way nationalist paradigms have traditionally excluded translators from such fields of inquiry” (Pym, 1998: vii). Porque uma literatura não existe isolada das outras que com ela *con-formam* a *república mundial das letras* (Casanova, 2001), uma compreensão cabal da história da literatura só poderá alcançar-se repensando-a comparativamente (Valdés e Hutcheon, 1994) – quer dizer, de mais a mais, concedendo à história da tradução a atenção que reclama na sua condição de componente fundamental da recepção literária e via privilegiada de contacto entre literaturas. Assim, enquanto integrante indispensável de uma história literária *des-nacionalizada*, e enquanto domínio promissor “for the study of the cultural world-system” (Heilbron, 1999: 440), cabe-lhe à história da tradução travar e inverter a inércia secular que – com raras exceções –, num alarde de “intellectual myopia”, conduziu a literatura traduzida, “despite its ubiquity and cultural relevance”, para o território da *Schattenkultur* (Kittel, 1998: 3-4).

Sendo encarada esta tese, e a recolha bibliográfica de textos traduzidos em que empiricamente se fundamenta, como um ponto de partida para futuros trabalhos que possam responder às inquietações que a originaram, privilegia-se ao longo das suas páginas a reflexão teórica – isto é, os enquadramentos epistemológicos, metodológicos e historiográficos necessários para o desenvolvimento, a longo prazo, de novos estudos.

Além desta “Introdução” e da “Conclusão” final, a presente dissertação divide-se em três grandes partes, identificadas com números romanos. Essas três divisões principais incluem, por sua vez, diversas subpartes, as quais combinam na sua numeração algarismos romanos e arábigos²². Na primeira parte apresentar-se-ão, de modo mais pormenorizado do que se fez até aqui, os objetivos, mas também os limites e contornos do estudo. Assim, explanar-se-á inicialmente a finalidade com que o empreendemos, notando de passagem as suas limitações mais evidentes, para em seguida concretizar que *China* e que *Tartária* são essas que, assomados ao *muro* que as afasta, nos propomos observar. Para tanto, será explicitada e justificada a segmentação espacial e temporal do diálogo translativo aqui destacado, esclarecendo os critérios seguidos para determinar os termos *a quo* e *ad quem* desta nossa *escalada*.

²² A essas subdivisões ir-nos-emos referindo ao longo da tese, indistintamente, como “epígrafes”, “secções” ou “capítulos” (eventualmente, quando se aplique, “subcapítulos” ou “subsecções”, por estarem inseridas ditas subunidades estruturais numa unidade maior da qual se querem diferenciar).

A segunda parte destinar-se-á a enquadrar a investigação do ponto de vista teórico, metodológico e historiográfico. Foi por estarmos a pisar um terreno instável, poroso e fronteiro que sentimos a necessidade de nos irmos munir das ferramentas de análise fornecidas por campos interdisciplinares e interligados, eles próprios sem fronteiras rígidas, que propugnam e favorecem o cruzamento e a transferência de olhares²³. O marco escolhido, resultante do entrelaçamento de áreas afins, já *per se* vastas e *trans-disciplinares*, como sejam a Literatura Comparada e os Estudos de Tradução, e assente nos princípios do funcionalismo dinâmico, exige um tratamento relacional dos fenómenos que constituem o nosso objecto de estudo, entendendo-os em vinculação dialéctica com outros planos da vida sociocultural própria do seu tempo e do seu espaço. Partindo dessas premissas, nas duas últimas secções delinear-se-á, a grandes pinceladas, o contexto histórico, literário e cultural em que o intercâmbio translativo que nos ocupa teve lugar.

A terceira e última parte, antes da (*in*)conclusão, debruçar-se-á sobre o conjunto de traduções que conseguimos inventariar no período que vai de 1780 a 1850, traçando a visão panorâmica da importação da literatura espanhola a que nos propomos. Num primeiro momento, problematizaremos os conceitos de *catálogo* e *corpus*, por um lado, e de *tradução literária* (ou *literatura traduzida*) e *literatura espanhola*, por outro, bem assim como especificaremos os procedimentos, as fontes e os critérios de selecção das espécies que conformam o dito *catálogo* de *traduções literárias* que nos serviu de *corpus*, revelando os modos que encontrámos para poder contornar as muitas muralhas que, do ponto de vista metodológico, nos tinha reservadas tal inventariação. Esclarecidos estes pontos, e para finalizar, realizaremos o que não pretende ser senão uma primeira leitura, *por alto*, do mapa desenhado pelos dados reunidos no catálogo de traduções em anexo, visto *do alto*. Quer isto dizer que nos conformaremos com indicar algumas linhas de pesquisa abertas à luz da *contemplação* do *corpus*, incidindo nas escolhas genéricas, temáticas e autorais mais salientes do período em análise.

Segundo se pode constatar, ao longo desta tese, desde a capa até à conclusão, deitamos mão do já referido tropo do *muro* (ou *muralha*). Sobre as razões, parcialmente avançadas atrás, que nos levaram a utilizar esta metáfora como elemento estruturante e

²³ De resto, e de uma forma mais geral, a interdisciplinaridade é a dominante na epistemologia da ciência actual. Há decénios que se instalou esta tendência em todas as áreas do conhecimento científico, pelo que fazer conviver ramos do saber, escolas e paradigmas apresenta-se, hoje, não só como uma conveniência, mas, ainda, como um imperativo.

unificador do texto ocupar-nos-emos com mais detalhe já a seguir, logo na primeira secção da parte inicial (capítulo I.1). Bastará, por ora, arguir que não parece descabido, segundo acreditamos, a armação discursivo-textual desta dissertação ir procurar amparo metafórico numa expressão procedente de um autor como Feliciano de Castilho.

O próprio artífice da mencionada imagem da *muralha* surge, em muitos aspectos, como uma figura emblemática – e não isenta de polémica (*vid.* Pais, 2013) – de uma forma histórica (a do *Romantismo português*) de entender a tradução literária e de assumir o estatuto de “escritor-tradutor” (Pais, 2013: 59, *passim*). Mas, acima de tudo, António Feliciano de Castilho apresenta-se-nos como uma sorte de símbolo que *traduz* um modo – igualmente histórico, próprio de um tempo, *temporal*, portanto; presumivelmente *temporário* – de encarar (obliterando-o) o papel das traduções e dos tradutores no seio dos sistemas literários. Também neste sentido parece oportuna a eleição do autor, na medida em que, como o próprio assunto que nos irá ocupar de agora em diante (a história da tradução literária entre as línguas espanhola e portuguesa), o mesmo Castilho, quer enquanto *escritor*, quer enquanto *tradutor*, tem sido tendencialmente rasurado da história da literatura portuguesa²⁴ – mesmo não faltando o seu nome nas histórias da literatura portuguesa.

Seja como for, e sem por enquanto aprofundarmos nas questões (e paradoxos) que se acabaram de insinuar no parágrafo anterior, convém adiantar que iremos doravante explorar a metáfora do *muro* que retirámos da citação de António Feliciano de Castilho (1841) a que já várias vezes se aludiu, que essa imagem estará presente nos títulos das três grandes partes cujo conteúdo acima descrevemos sumariamente e que prolongaremos discursivamente o recurso à linguagem figurada com o intuito de *traduzir*, de alguma forma, o alvo e o percurso deste trabalho.

²⁴ A este respeito, podem ver-se (enumeramos apenas uns exemplos representativos, por ordem cronológica relativa ao ano de publicação): Mourão-Ferreira, 1976 (*apud* Pais, 1997: 19, 38 e Pais, 2013: 9, *passim*); Morna, 1999 (253 e ss.); Pais, 2013; etc.

I. Objectivos (e limites). Para quê, em que medida e porquê assomar-se ao muro que afasta a China da Tartária

Nas páginas anteriores ficou, a modo de preâmbulo, esboçada a finalidade, explicitada a origem e descrita a estrutura da dissertação que aqui principia. Com ela tencionamos *assomar-nos* ao muro que afasta a China da Tartária, e elegemos o verbo de propósito, por quanto nos ajuda a evocar os vários sentidos para os que gostaríamos de apontar ao utilizá-lo.

Por um lado, estimulados por uma inquietação – ou conjunto de inquietações – que vem de alguns anos atrás, resolvemos com este trabalho *assomar-nos* ao dito muro; isto é, *trepas* por essa muralha acima²⁵. Por outro lado, confiamos em que tal percurso ascendente nos conduza até a uma diferente perspectiva das relações interliterárias entre Portugal e Espanha; ou seja, que, no final do percurso, do cimo do muro, algo de novo *assome* perante os nossos olhos, mesmo se apenas se ‘começar a mostrar’.

Intuímos à partida que a subida que empreendemos será custosa, pois propomo-nos ir detectando, pelo caminho, as hipotéticas fendas que na muralha levantada entre Espanha e Portugal terá aberto a tradução, nessa direcção. Mas o propósito da nossa escalada não é, entretanto, deter-nos pormenorizadamente nas (presumidas) fendas translativas que possamos encontrar. Ambicionamos, antes, podermos atingir, do alto da muralha, uma visão panorâmica, abrangente, da literatura espanhola traduzida no espaço cultural português entre 1780 e 1850.

Nesta primeira parte da tese, iremos debruçar-nos mais um pouco sobre o alvo das nossas pesquisas e reflexões (*para quê assomar-se ao muro*). Convirá igualmente, e antes de mais, clarificar (*por e com* a honestidade a que nos obriga uma abordagem que se pretende e se autoproclama científica) até que ponto ou em *que medida* nos assomaremos ao muro que afasta a China da Tartária e, ainda, *por que razão* o fazemos, aferindo a pertinência do estudo. “To begin at a beginning”, diz-nos Anthony Pym, o

²⁵ Este significado do verbo *assomar* em português (‘aparecer em lugar alto, subir a’: ver, por exemplo, <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/assomar>, consultado a 28/2/2016, primeira acepção), caiu em desuso no castelhano *asomar* (ver <http://dle.rae.es/?id=42cgzQK>, consultado a 28/2/2016, quarta acepção). Para esse entendimento de *assomar-se*, existe no espanhol actual *encaramarse* (cfr. o português *empoleirar-se*), *subirse*, etc. O outro sentido em que empregamos o verbo (nas acepções de ‘mostrar-se, manifestar-se’ e de ‘começar a mostrar-se, surgir’) regista-se no mesmo dicionário electrónico da Porto Editora cujo endereço atrás referimos. Aproveitamos a ocasião para expressar a nossa gratidão à Doutora Ângela Prestes, colega, amiga e generosa consultora linguística, pela sugestão – como falantes não nativos da língua portuguesa, e apesar dos longos anos de convívio diário com ela, desconhecíamos o primeiro dos sentidos aqui invocados através do verbo *assomar*.

primeiro que o investigador, nomeadamente o historiador (da tradução, da literatura, da cultura...), deve fazer é certificar-se de que está a tratar de responder a uma questão relevante – precisamos, por isso, de conferir se “we are asking an important question” (Pym, 1998: 20). Só nesse caso poderá valer a pena o esforço requerido para *assomar-se* ao muro à procura do que, do alto, *assoma*.

Assim, além de se desenvolver a precedente descrição dos *fins* e as motivações *subjectivas* do estudo, justificando ao mesmo tempo o seu interesse (capítulo I.1), serão estabelecidos igualmente os seus *outros fins*, demarcando-se os limites epistemológicos (I.2), temporais e espaciais (I.3) dos primeiros – os objectivos gerais enunciados na epígrafe I.1. A exposição do propósito da pesquisa irá, pois, acompanhada dos seus contornos ou limites, entendidos estes no sentido (neutro) de ‘balizas’ ou ‘segmentações’ (extensão espaçotemporal ou termos geográfico-cronológicos), mas invocados também na sua acepção mais negativa de ‘insuficiências’ ou ‘limitações’ no alcance – e não apenas em jeito de *captatio benevolentiae*.

I.1. Objectivos e motivações

“Portugal e Castella continuam a estar de estremados por uma bruta muralha de compléta indiferença, mais massiça e alta que o muro que affasta a China da Tartaria!”. Quando, a 7 de Outubro de 1841, António Feliciano de Castilho emprega a hipérbole humorístico-metafórica que serve de mote a esta tese²⁶, ia só no segundo número o semanário onde se publica o artigo em que aparece a frase em questão, por ele próprio dirigido até 1845 – a *Revista Universal. Chronica Judicial, Artistica, Scientifica, Litteraria, Agricola, Commercial e Economica de todo o mundo*, que tal era o seu nome completo, embora seja de todos mais conhecida como *Revista Universal Lisbonense*,

²⁶ E cuja ideia vem ecoando em jeito de lugar-comum no discurso de todos aqueles que se ocuparam das relações entre Portugal e Espanha até, praticamente, aos nossos dias. Referimos apenas um exemplo relativamente próximo. No ano de 1986 veio a lume, sob o título de *Portugal, Povo de Suicidas*, uma colectânea, preparada por Rui Caeiro, de vários escritos de Unamuno traduzidos para português e retirados, fundamentalmente, de *Por tierras de Portugal e España* – uma obra que não tinha sido vertida para a língua portuguesa até aí. No prefácio á primeira edição deste volume, podemos ler, logo nas primeiras linhas: “Toda a literatura espanhola é mal conhecida em Portugal. Não foi possível até à data, não obstante uma ou outra tentativa isolada, romper o recíproco e teimoso desconhecimento em que os dois povos têm vivido, como se uma peculiar muralha da China os separasse” (itálicos nossos). Citamos por Miguel de Unamuno, *Portugal, Povo de Suicidas*, tradução, apresentação e selecção de textos de Rui Caeiro, Lisboa, Letra Livre, 2012, 4ª ed. (1ª ed. de 1986). Destaque-se, já agora, que no prefácio à segunda edição (2008) Caeiro frisa como o desconhecimento da literatura espanhola em Portugal anteriormente notado tinha sido alterado graças a um intensivo labor de tradução ou retradução de “alguns clássicos do país vizinho, bem como importantes autores modernos ou contemporâneos”.

segundo se passou a chamar a partir de 20 de Janeiro de 1842. O espaço que o editor e redactor principal havia concebido para a divulgação, nas últimas páginas do periódico, das novidades literárias fora ocupado, no número inaugural, pelas “obras portuguezas que se acham no prelo”, com a promessa de em breve lapso alargar essas notícias à produção forânea:

Por falta de espaço damos hoje pouca bibliographia portugueza, e nada da estrangeira²⁷: no seguinte numero resarciremos [*sic*] amplamente esta omissão; e em todos [*sic*] diligenciaremos satisfazer com a maior cópia de taes noticias, que nos seja possivel, a insaciavel avidez dos apaixonados da leitura.²⁸

Nesta ocasião – o segundo número da revista, deve reiterar-se – é a “Bibliographia Castelhana” a escolhida. Mas o título não faz jus ao conteúdo do artigo. Com efeito, enumera Castilho, no *post scriptum*, os rótulos de sete “obras castelhanas proximas a sahir à luz”, duas das quais são traduções do alemão, acrescentando mínimas informações de cada livro citado (em português)²⁹, ao passo que anuncia, para finalizar, e entre parênteses, a intenção de continuar “com esta e mais bibliographia estrangeira” em próximas *entregas*. Mas o grosso do artigo, que é o pequeno texto que precede essa relação bibliográfica, excede o meramente informativo (de que tem pouco) para se constituir numa declaração apologética em favor de um (no seu entender, inexistente na altura) “mutuo commercio intellectual” entre os “povos irmãos” de Portugal e Espanha, instando a que se abram “novos meios de consumo ás duas litteraturas”. Não faz sentido que estes dois “não vizinhos, senão moradores quasi, do mesmo terreno”, continuem “um do outro afastados por milhões de leguas”, máxime no quadro (supranacional, dirá Claudio Guillén cerca de um século e meio depois³⁰) da “confederação universal de républicas [*sic*] litterarias” que “hoje” se impõe, fazendo com que fiquem “varridas de

²⁷ Não é bem assim. A literatura italiana já é atendida nesse primeiro número da *Revista*, em que Castilho redige, por engano, uma nota obituária – rectificada, logo, no seguinte fascículo – a Sílvia Pellico, cujas *Le mie prigioni* tinham aparecido recentemente vertidas para português por um anónimo – tradução que o autor vivamente recomenda.

²⁸ [Castilho], nota de encerramento a *Revista Universal*, tomo I, n.º 1, p. 12, acedido a 7/4/2012 em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1841-1842/Outubro/N.º%20001/RULN1.pdf>.

²⁹ São eles “*Compendio Chronologico da Historia de Hespanha*, desde os tempos mais remotos até nossos dias. *Curso de Direito Natural, ou de filosofia do direito*. Traducção do Allemão. *Livraria de Juizes, Letrados, e Escrivães. Fastos Hespanhoes*, ou Ephemerides da guerra civil desde 1832 até hoje. *Bibliotheca Infantil*, dedicada aos meninos e amigos da meninice. Traducção do Allemão. *Musêu Infantil*, ou colecção de historias curiosas e instructivas para incitar a applicação dos meninos. *Viagem Pitoresca á roda do Mundo*, resumo geral das viagens e descobertas de *Magalhães, Tasmar, Dampierre*, etc., etc.” (Castilho, 1841).

³⁰ Guillén, 2005: 27 e 394, nota 1, onde esclarece: “respecto a mi propia definición [de Literatura Comparada como o ramo dos estudos literários que se ocupa do estudo sistemático de conjuntos supranacionais], advierto que coincido con Dyserinck 1972: 11: «[wir können] die Komparatistik spezifisch supranational nennen».”

sobre a terra” as preocupações de “casta” (Castilho, 1841). De semelhante despropósito (“absurdo” é o termo empregado por Castilho) acusa principalmente os livreiros de um e outro lado da raia:

Porque [*sic*] razão, perguntal’o-hemos a Portugal e á Hespanha, por que razão havendo em Lisboa e Madrid venda publica e abundante de livros francezes, de livros inglezes, de livros americanos, e ainda um pouco de livros italianos e allemães, em Madrid se não encontra um livro Portuguez, em Lisboa se não encontra um livro Castelhana?! (Castilho, 1841).

Remata Castilho com uma (nova) exigência de reciprocidade, justo antes da assinatura: “Da generosidade e justiça dos nossos visinhos fiamos que será lá imitado o nosso exemplo” (Castilho, *ibidem*).

Do valor simbólico deste escrito (e do tempo em que surge) no tocante às relações interliterárias aqui atendidas, já ponderado por Pérez Corrales (2003: 10, 78-80), motivo principal pelo qual figura como epígrafe para esta dissertação o *muro* que ali se denuncia, ocupar-nos-emos muito em breve. Declararemos, primeiro, mais algumas razões (ligadas ao local e à autoria) que também nos levaram a essa utilização, apesar de que a reclamação de Castilho é endereçada ao consumo das obras em versão original, como atrás se pôde verificar – isto é, ao que a teoria polissistémica designa de interferências directas entre literaturas (Even-Zohar, 1990b³¹).

A primeira dessas razões prende-se com o peso histórico, do ponto de vista intra como interliterário, sincrónico como diacrónico, concedido ao autor deste breve texto reivindicativo. António Feliciano de Castilho desponta, por uma parte, como um dos *patriarcas* do Romantismo português, onde conforma, com Almeida Garrett e Alexandre Herculano, a tríada da sua primeira geração – ou seja, faz parte de um elenco de indivíduos que, dito mais uma vez em termos sistémicos, sobressaem enquanto *arquiprodutores* ou construtores destacados do repertório literário (enquanto indivíduos envolvidos na produção de um repertório inovador aceite e replicado por um grupo) e aos quais lhes é outorgada a condição de “productores oficialmente autorizados por el conjunto de la sociedad” (Even-Zohar, 1999a: 47). Mesmo não sendo “en absoluto un espíritu romántico, sino clásico”³², e mesmo não gozando hoje do prestígio literário que

³¹ Na ulterior exploração dos modos de interferência possíveis entre literaturas, iremos utilizar os termos em português (directa / indirecta, mediada / não mediada) que, a partir do supracitado trabalho de Even-Zohar (1990b), cunha Maia, 2012: 46-47. Sobre a interferência literária, *vid. tm.* Even-Zohar, 1990a e 1990d.

³² Pérez Corrales, 2003: 40. As únicas excepções seriam os poemas byronianos *A noite do castelo* e *Os ciúmes do bardo*. Acrescenta, ainda, seguindo Álvaro Manuel Machado (*in* Machado, 1996: 116), que “su

lhes é concedido a Garrett e a Herculano³³, Castilho continua a ser uma referência ineludível – nominal, ao menos – na historiografia que se ocupa do movimento. É, ao mesmo tempo, por paradoxal ou contraditório que possa parecer, representante paradigmático do modelo literário (*ultrarromântico*³⁴) da segunda geração romântica, contra o qual (ou os quais – o modelo literário e o próprio Castilho, que o encarnava) se insurgiu o grupo da Questão Coimbrã. Por outra parte, trata-se, igualmente (e, de novo, com Garrett e Herculano), de uma figura destacada e “fundacional” (Pérez Corrales, 2003: 10) na aproximação entre a literatura portuguesa e a literatura espanhola, perfurador de fronteiras e muralhas a vários títulos, entre os quais se destaca o seu labor, precisamente, como tradutor, pois foi co-autor de uma das mais célebres (e mais lidas, em Portugal como no Brasil) versões para português do livro que, segundo se verá no capítulo I.3.2, ajuda a marcar aqui o termo *a quo* – o *Quixote* de Miguel de Cervantes³⁵. Isto, ainda que na *Revista Universal*, fora a “Bibliographia Castelhana” de 1841, predicasse pouco “con el ejemplo, ya que sólo nos da, en 1843 [...], un artículo sobre

romanticismo era un romanticismo «decorativo», y la generación del 70 lo llamará «árcade póstumo» (Pérez Corrales, *ibid.*). De resto, toda a produção literária da primeira geração romântica se caracterizaria por um sincretismo entre um Neoclassicismo em que se formaram os seus integrantes e um Romantismo que, a partir daquele, introduzem.

³³ Fátima Freitas Morna estende-se nas primeiras páginas das suas “Notas acerca da poesia romântica portuguesa e espanhola” (1999) sobre as raízes e as consequências do “apagamento” de Castilho na visão simplificadora do Romantismo português dominante na historiografia contemporânea. Também Carlos Castilho Pais (2013) deixa constância das “injustas apreciações que têm constantemente denegrido o lugar de A. Feliciano de Castilho no Romantismo Português” (Pais, 2013: 20) – é para as tentar reverter que escreve este ensaio (Pais, 2013), tal como o fizeram outros autores nele referidos, nomeadamente: António Coimbra Martins (*De Castilho a Pessoa. Achegas para uma Poética Histórica Portuguesa*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1969), J. A. Osório Martins (“Um ofício em centenário”, *Colóquio/Letras*, n.º 28, 1975), David Mourão-Ferreira (“António Feliciano de Castilho, poeta”, separata de *Memórias da Academia das Ciências*, vol. XIX, 1976) ou Fernando Venâncio (*Estilo e Preconceito. A Língua Literária em Portugal na Época de Castilho*, Lisboa, Cosmos, 1998).

³⁴ Um Ultrarromantismo que seria praticamente concomitante ao próprio Romantismo ainda em desenvolvimento. Esta e outras *inconsistências* terminológicas e periodológicas serão apresentadas, sem apenas debatê-las, no capítulo II.6.1.

³⁵ Castilho morreu, passe o excessivo da frase, a traduzir o *Quixote* para a edição monumental que preparava a recém-fundada Companhia Litteraria do Porto (podem ver-se os depoimentos abonatórios de Pinheiro Chagas e Bulhão Pato *apud* Pais, 2013: 16, n. 10). O contratempo que supôs tal óbito foi resolvido com a participação, primeiro, do visconde de Azevedo e, depois, de quem havia também de redigir o prefácio para esta publicação, Pinheiro Chagas – não sem que antes fosse ponderada a continuação da tradução por parte de outras figuras, entre as quais se destaca o nome de Camilo Castelo Branco (*vid.* Abreu, 1994: 253-259). Foi assim que a Imprensa da Companhia Litteraria pôde dar a lume, em 1876-1878, a que é a primeira versão portuguesa assinada da obra de Cervantes. A parte realizada por Castilho não vai além do capítulo XXV ou XXXV da primeira parte (Abreu, 1994: 255), o qual não impediu vir a ser esta tradução conhecida como *a dos viscondes de Castilho e de Azevedo*. O labor de Castilho enquanto importador literário não se limita, de resto, à literatura espanhola. A sua concepção da tradução e das funções dos textos traduzidos na cultura de acolhimento é analisada por Carlos Castilho Pais (2002). Uma compilação preparada pelo mesmo autor, sob o título de *António Feliciano de Castilho. O Tradutor e a Teoria da Tradução* (Coimbra, Quarteto, 2000), faculta-nos uma visão mais completa dessa alargada actividade de Castilho.

Campoamor, el primero que se dedicó en Portugal a este poeta” (Pérez Corrales, 2003: 80).

Por sua vez, tal como o seu primeiro director, a própria *Revista Universal* ocupou uma posição central no sistema literário português, ao tempo que conta entre as publicações periódicas que abriram algum espaço ao diálogo entre as literaturas portuguesa e espanhola. A primeira geração romântica portuguesa teve aí um importante órgão de expressão. Colaboradores da revista foram, entre outros nomes mais ou menos *maiores* do Romantismo, Garrett, Herculano, Mendes Leal, Bulhão Pato – este “devorado pela sua caricatura imaginária” encarnada pelo Alencar de *Os Maias*, “e também devorado por um prato de amêijoas” (Magalhães, 2007c: 121) – ou Camilo. Nela, como é sabido, deu a conhecer Almeida Garrett, entre 1845 e 1846, as suas *Viagens na Minha Terra*. E Herculano, vários fragmentos do seu *Eurico, o Presbítero* (1844)³⁶. Foram difundidas, ainda, algumas traduções do espanhol, como a emblemática “Canción del pirata”, de José de Espronceda, a qual viu a luz por vez primeira ali, em 1846, em versão de Mendes Leal³⁷. Poeta traduzido este que, por sinal, e por acaso no mesmo ano em que Castilho fazia a sua reivindicação (1841), deixa escritas umas palavras sobre o descabido afastamento entre Portugal e Espanha que parecem calcadas às da “Bibliographia Castellana”: “la dificultad de comunicaciones entre los dos países ha levantado una barrera que, como la muralla de la China, los separa completamente de nosotros” (*apud* Dasilva, 2008: 17).

Depois, está a importância do texto em si, e o valor simbólico, antecipado há umas linhas, de que se reveste o momento em que aparece – o século XIX e, mais precisamente, a passagem da primeira para a segunda metade do século. Para Miguel Pérez Corrales, esta “Bibliographia Castellana” é “un artículo fundamental, que funciona casi como un detonador” (Pérez Corrales, 2003: 78) e marca um antes e um depois nas relações culturais de Espanha e Portugal. Como era o *antes* e como foi o *depois*? Os próprios trabalhos de Pérez Corrales (2000 e 2003) resultam muito reveladores a respeito da modificação quantitativa e qualitativa dessas ligações, sobretudo ao apreciá-la em termos relativos; ou seja, quando comparada com a situação

³⁶ As duas obras, consideradas ambas marcos na história do género narrativo português, foram traduzidas para a língua espanhola ainda na centúria de oitocentos. As *Viagens*, em 1861, em versão escassamente conhecida de Romualdo de Lafuente (retraduzida apenas em 2003, também em edição minoritária). O *Eurico*, em data mais próxima (significativamente próxima) à publicação do texto original, em 1845 (existe uma retradução de 1875). Para a (in)fortuna tradutiva na literatura castelhana destes e outros autores canónicos da literatura portuguesa do século XIX, *vid.* Cao, 2008.

³⁷ *Cfr.* anexo 1.2-96.

na centúria anterior (e até na seguinte³⁸). Basta cotejarmos a sua segunda *Pirene* (2003), onde se debruça sobre o século XIX, com a primeira (2000), o estudo que dedica ao século XVIII. A mudança que supõe a viragem de centúrias fica patente até no número de páginas destinadas num e noutro volume à análise, especificamente, dos pontos de contacto entre literaturas. Enquanto o capítulo intitulado “El diálogo lusohispano” preenche em *Pirene dieciochesca* (2000) treze páginas escassas, na *Pirene romântica* (2003) a parte homónima perfaz um total de oitenta e cinco. O mesmo estudioso nota como, se no século XVIII “las relaciones literarias entre ambos países fueron prácticamente nulas por lo que se refiere a lo propiamente creativo, y quedaban limitadas al intercambio cultural entre algunos intelectuales como Mayans y Verney”, já a partir do Romantismo, e fundamentalmente da década em que publica Castilho a sua “Bibilographia Castelhana” em diante, encontramos, segundo as suas palavras, perante uma “apoteosis de contactos entre críticos y poetas” (Pérez Corrales, 2003: 19) que se prolonga e enriquece com o passar do tempo. Pesquisas como as de Abreu (1994), Lourenço (2005) ou Magalhães (2007d e 2009), entre outras, vieram pôr de manifesto, igualmente, a existência efectiva de um diálogo intersistémico viçoso no decorrer de oitocentos.

Contudo, no entender do mesmo Pérez Corrales, a primeira metade do século XIX pode caracterizar-se como um “foso total” a este título (2003: 79)³⁹. Só a partir da chamada de atenção de Castilho sobre os milhões de léguas que parecem afastar Portugal de Castela, é que “la situación va a mudar de inmediato”, e assinala o ano de 1848, com o aparecimento das publicações periódicas *O Trovador* (“con numerosos poemas encabezados por epígrafes de românticos españoles”) e *Revista Popular* (“que

³⁸ Não se dá “nada paralelo” na história da comunicação cultural entre Portugal e Espanha “ni en el siglo XVIII ni siquiera en el XX” (Pérez Corrales, 2003: 11). Abreu, por sua vez, considera que, pelas mesmas datas, a *Revista Peninsular* (1855-1856) “levava a cabo, sem dúvida, em Portugal, uma tarefa de divulgação da produção da literária espanhola que até aos nossos dias não parece ter-se repetido” (in Buescu, 1997: 504).

³⁹ Pode matizar-se este parecer consultando a síntese preparada por Maria Fernanda de Abreu para o *Dicionário do Romantismo Literário Português* sobre o “Romantismo espanhol (leituras e contactos)” (Abreu in Buescu, 1997: pp. 501-505). Ali ficam indicados vários pontos de relação entre ambas as literaturas desde a década de 1810 até à de 1860, com destaque nos primeiros tempos para Almeida Garrett, cujas ligações à Espanha (e a autores espanhóis com os que estabelece laços pessoais e literários – de ida e volta) já foram sublinhadas em seu momento por Francisco Gomes de Amorim, Teófilo Braga, Menéndez Pelayo, Henrique de Campos Ferreira Lima ou Georges Le Gentil, e foram igualmente atendidas, mais recentemente, por Magalhães (2009). Nessa primeira metade do século, os encontros entre exilados estimulam contactos entre as duas literaturas que respondem a uma particular “tipologia” de mediadores culturais distinguida por Daniel-Henri Pageaux – a dos “intermediários o medianeros” que, através da amizade, irrompem “sobre el telón de fondo de relaciones [...] envueltas en la indiferencia” (Pageaux, 2010: 367).

va a realizar un gran esfuerzo por dar a conocer la literatura española en Portugal”) como a data “clave”⁴⁰ nesta alteração significativa do diálogo interliterário (Pérez Corrales, 2003: 10-11). Viriam, depois, outras revistas e periódicos – espaços privilegiados para a difusão da literatura espanhola em Portugal, como a portuense *Península* (1852-1853), publicação a que Maria Fernanda de Abreu dedica um estudo (Abreu, 2005), e a lisboeta *Revista Peninsular* (1855-1856), cuja relevância é destacada de novo por Abreu (*in* Buescu, 1997: 503).

No tocante à actividade tradutória, onde o ano chave seria o mesmo, 1848 (Pérez Corrales, 2003: 81-82), o autor afirma que “antes de 1841, sólo encontramos” cinco versões, apenas uma das quais em volume, que enumera⁴¹, para concluir, a seguir, que o “balance” do traduzido durante as primeiras décadas da centúria é, consequentemente, “paupérrimo” (Pérez Corrales, 2003: 79). Abona a negativa avaliação de Pérez Corrales um testemunho, igualmente pessimista, valioso por estar mais próximo daquele tempo, o de Antonio Romero Ortiz num estudo de 1869 dedicado – *avis rara* – à *La literatura portuguesa en el siglo XIX*. Segundo este último (Romero Ortiz, 1869: 91), “las únicas versiones, dignas de mencionarse, que del español al portugues se han hecho en el presente siglo son: la de varios *Cuentos* de Trueba por Bulhão Pato [traduções estas posteriores a 1851, ano de estreia literária do autor traduzido], y las de el *Pirata* y el *Canto á Teresa* de Espronceda, aquella por Mendes Leal [publicada em 1846, como há pouco assinalámos] y esta por Rousado [vinda a lume em 1866]”.

As possíveis causas desta prática da não-tradução do espanhol, que faz com que o panorama se amostre *desolador* (pelo menos, segundo Pérez Corrales, até aos meados do século XIX), prender-se-iam com factores explicativos de duas ordens, resumidos por Dasilva (2008). Por um lado, como primeiro factor, surgiria o que João Ferreira Duarte (2000: 98) denomina *embargo cultural*, e que diria sobretudo respeito à centúria de setecentos, em que Portugal “voltava as costas, de forma propositada, à cultura

⁴⁰ Acrescente-se que, por acaso (ou não...), nesse mesmo ano foi fundado em Paris o Clube Democrático Ibérico (antecedente da Federación Republicana Peninsular, posteriormente, Federación Latina), o qual “llegó a tener cuatrocientos socios” (Huguet, 2007: 246).

⁴¹ As traduções indicadas pelo autor são as seguintes: 1) Un excertos do *Examen de los delitos de infidelidad a la patria imputados a los españoles sometidos bajo la dominación francesa*, de Manuel José Reinoso, publicados por “razones extraliterarias” em 1835 (*vid.* anexo 1.2-34). 2) Os dois primeiros volumes de *Espíritu del siglo*, de Martínez de la Rosa, os quais terão vindo a lume traduzidos para português em 1837 (como a seu tempo se verá, não encontramos provas documentais que demonstrem a existência efectiva de tal tradução). 3) e 4) Dois artigos do mesmo Martínez de la Rosa publicados no *Correio de Lisboa* em 1839 (*vid.* anexo 1.2-75 e 1.2-78). 5) O celeberrimo artigo de Mariano José de Larra “Ya soy redactor”, publicado nesse mesmo ano e periódico (anexo 1.2-71).

espanhola” (Dasilva, 2008: 6). Os *lodos* sobre os quais se levantaria esta *muralha* da política de não-tradução (por embargo cultural) proviriam de longínquos *polvos*: “a chama do espírito independentista” acesa desde os tempos da Restauração (Dasilva, 2008: 6) – estamos, pois, perante um caso em que a “interferencia del campo nacional en el campo literario” (Figueroa, 2004: 528) nas relações entre literaturas se torna muito evidente.

O segundo factor, que pode ser concomitante com anterior pese à aparente antinomia, estaria ligado ao facto de não se “sentir a necessidade de traduzir do espanhol para a língua portuguesa” até datas muito adiantadas (Dasilva, 2008: 6) devido ao já mencionado fenómeno da interferência directa (na cultura importadora as obras circulam na língua de partida da cultura exportadora), o qual, se no parecer de Castilho era minúsculo, consta que existia, até ao ponto de a escassez de traduções no Romantismo português poder transmitir uma “ideia falsa do conhecimento da literatura espanhola em Portugal durante esse período” (Abreu *in* Buescu, 1997: 553) – fazer-nos ver, portanto, uma muralha onde não a há, caso não se levem em linha de conta estas interferências directas.

Como sabemos, e como nos recorda Gonçalves Rodrigues na “Introdução ao primeiro volume” de *A Tradução em Portugal*, o qual cobre o amplo período que vai da introdução da imprensa até o primeiro quartel do século XIX (1495-1834), as “versões portuguesas” do castelhano, como as do latim, são “relativamente tardias” dado “o conhecimento directo” das duas línguas que por centúrias teve o público leitor português (Rodrigues, 1992-1999, I: 27). Junto com a língua latina em que “o escol dirigente” foi educado, e cujo papel como “idioma europeu da cultura e das relações entre povos” se prolongou até meados do século XVIII, destaca-se a língua espanhola:

Tanto mais importante como fonte de cultura e de espiritualidade foi o conhecimento generalizado do *castelhano* em Portugal durante três séculos. Autores portugueses houve, como é do conhecimento geral, que escreveram mais em castelhano do que na língua mãe. O poderio da Espanha imperial, a expansão europeia do idioma, a política matrimonial das famílias reais que desaguou em Alcácer Quibir e no regime filipino, fizeram do castelhano um veículo de expressão intelectual incomparável no século XVII, ao qual o próprio Restaurador, D. João IV, se submeteu, já que o idioma nativo era menos conhecido na Europa do que no longínquo Oriente. Daí que o nosso escol fosse educado na familiaridade com textos escritos em língua que para compreender não precisava de traduzir. (Rodrigues, 1992-1999, I: 27-28, destacado do autor).

O castelhano foi, por conseguinte, durante séculos, língua de cultura, de prestígio e de distinção entre as camadas superiores da sociedade portuguesa – um estatuto que, depois, vieram a ocupar o francês e, mais recentemente, o inglês. É preciso sublinhar, porém, que, a dados momentos (a época moderna), essa “presença do idioma castelhano na cultura portuguesa” não só atinge os estratos mais elevados, pois é “realidade não apenas na corte e nas elites, mas noutras camadas sociais, nomeadamente urbanas” (Ana Isabel Buescu, 2004: 15). Por muito tempo, pois, e num espectro alargado, a cultura e a literatura espanholas interferiram directamente na cultura e a literatura portuguesas.

Essas interferências directas foram em certas alturas *intra-literárias*; isto é, ocorriam no seio de um polissistema plurilingue em que, entre as línguas vulgares, a castelhana era a dominante. Muitos produtores do sistema dominado escreveram, ocasional ou assiduamente, na língua da literatura hegemónica, que foi “uma das línguas de expressão da literatura portuguesa ao longo de três séculos” (Buescu, 2004: 15). O *Catálogo razonado, biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano* de Domingo Garcia Peres (1890) é elucidativo a tal respeito⁴², e talvez seja esta uma das consequências mais bem conhecidas da dominação da língua espanhola no (impreciso) período do (ambiguamente) chamado *bilinguismo luso-castelhano* (cfr. García Martín, 2010, acerca da idoneidade desta denominação), sobre o que existe já um número de publicações considerável. A bibliografia sobre o bilinguismo é ampla⁴³ mas, como refere a citada García Martín (2010), apesar do volume de trabalhos dedicados à questão, persistem ainda muitas lacunas por preencher,

⁴² Serra (2010) oferece uma interessante análise dos fundamentos ideológicos (iberistas) deste projecto bibliográfico finissecular, que segundo o autor citado se insere “num programa de reintegração dos textos em língua castelhana escritos por autores portugueses ao Império da língua e cultura *espanholas*”.

⁴³ Entre outros autores que se têm debruçado sobre o bilinguismo, caberia citar (seguimos um critério alfabético, pelo nome próprio) Ana Isabel Buescu (2004, 2009), Ana María García Martín (2010, onde oferece uma revisão do estado da arte sobre o tema), Ivo Castro (“Sur le bilinguisme littéraire castillien-portugais”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, XLIV, 2002), José Ares Montes (v. gr., *Góngora y la poesía portuguesa del siglo XVII*, Madrid, Gredos, 1956, nomeadamente as pp. 119-136, em que se ocupa da difusão da língua castelhana no Portugal dos séculos XVII e XVIII), Maria Idalina Resina Rodrigues (v. gr., Rodrigues, 1987), Paul Teyssier (*La langue de Gil Vicente*, Paris, Klincksieck, 1959 ou “Influência espanhola e bilinguismo luso-castelhano no teatro português de quinhentos (de Gil Vicente a Simão Machado)”, *Estudios Portugueses*, 2002, 2, 11-20), Pilar Vázquez Cuesta (por exemplo, “O bilinguismo castelhano-português na época de Camões”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, 1981, XVI, 807-827 ou *A Língua e a Cultura Portuguesas no Tempo dos Filipes*, Lisboa, 1988), etc. Para uma perspectiva ampla sobre a imbricação entre bilinguismo, dominação cultural e dominação política, vid. Tobias Brandenberger, “Literature at the crossroads of politics. Spain and Portugal, 1580”, in F. Cabo et al. (eds.), *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*. Amsterdão / Filadélfia: John Benjamins, 2010, vol. I, pp. 595-600.

razão pela qual o fenómeno continua a despoletar interesse entre os investigadores hodiernos⁴⁴.

Esses mesmos estudos mostram bem como o dito bilinguismo literário abrangia, além dos produtores, outras componentes do sistema literário. Os produtos da literatura dominante (livros impressos, romances e canções de difusão oral, peças teatrais representadas em castelhano por companhias espanholas ou portuguesas) circulavam em versão não traduzida no espaço dominado, onde a indústria tipográfica e o mercado livreiro contava com uma importante presença de agentes espanhóis. Obras espanholas e em espanhol eram importadas e difundidas comercialmente em Portugal ou, inclusivamente, editadas e sancionadas pelas instituições locais⁴⁵.

Ao longo do século XVIII, à medida que a literatura portuguesa se autonomiza da espanhola, procura-se, por reacção, a importação de novos produtos e materiais de repertório de outras procedências, nomeadamente da literatura francesa, numa primeira fase. É nessa centúria que se “assistirá a um lento – veja-se o relevo que ainda assumem as composições em língua castelhana na *Fénix Renascida* (1716-28) – mas decisivo atenuar da importância do bilinguismo, no quadro do refluxo da influência espanhola e da afirmação do novo paradigma cultural constituído pela França” (Buescu, 2009: 164). As interferências da literatura espanhola esvaecem-se mas permanecem, sob a forma até ali conhecida ou sob a forma de traduções para uma terceira língua. Assim, por um lado, ainda na “segunda metade do século XVIII a *Gazeta de Lisboa* dá frequentemente a notícia da chegada à capital de livreiros espanhóis carregados de autênticas bibliotecas ambulantes [...] que iam e vinham como almocreves do saber” (Rodrigues, 1992-1999,

⁴⁴ A Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes inaugurou em finais de Setembro de 2015 um portal dedicado à “Literatura hispano-portuguesa”, coordenado por José Miguel Martínez Torrejón, onde se encontram reunidos textos (fontes primárias) e trabalhos (fontes secundárias) sobre o bilinguismo, período que, segundo se estabelece na “Introducción”, se estende dos meados do século XV (com o Condestável D. Pedro de Portugal) aos começos do XVIII (com os poemas em castelhano compilados na *Fénix Renascida* por Matias Pereira da Silva). O intuito deste portal, que pode visitar-se em http://www.cervantesvirtual.com/portales/literatura_hispanoportuguesa/presentacion/ (acedido a 25/9/2015), é atender uma “intercultural hispano-portuguesa” ou “literatura hispano-lusa” a que “tradicionalmente” não se tem prestado “suficiente atención” por “motivos nacionalistas” – “desde España es percibido [o conjunto de textos da literatura hispano-portuguesa] como obra de extranjeros y desde Portugal como obra en lengua extranjera”. Merece destacar-se o facto de Martínez Torrejón contemplar, na “Presentación”, não apenas os escritores portugueses que escreveram em castelhano, tendo ou não saído “geográfica [ou] culturalmente de su país”, mas também os “expatriados castellanos en Lisboa”.

⁴⁵ Basta lembrar, a título de exemplo, a célebre edição lisboeta do *Quijote*, logo em 1605. Os dados que, partindo da *Bibliografía das Obras Impressas em Portugal no Século XVI* de António Joaquim Anselmo, oferece Ana Isabel Buescu (2009: 164) estimam em cerca de 15% a percentagem de obras publicadas em castelhano nessa centúria, atingindo a língua latina à volta dos 30% e a portuguesa, em torno dos 50%.

I: 28). Por outro, e uma vez que a dominação cultural espanhola se tentava refrear através da comunicação com outros sistemas literários, “muitas dessas obras [castelhanas] chegavam a Portugal através de traduções francesas e inglesas” (Abreu *in* Buescu, 1997: 553). Ou seja, o contacto com a literatura espanhola continuou, sem apagar-se tão completamente quanto afirmava Castilho, e começou a dar-se na forma de interferência directa mediada, através de terceiros sistemas (o francês ou outros, em menor medida).

No marco do Romantismo, nota este fenómeno Pérez Corrales (2003: 14, 148-150) e nota-o Abreu (*in* Buescu, 1997: 553-554), observando esta última, por exemplo, que não faltavam livros espanhóis (em espanhol, traduzidos para outras línguas que não o português ou traduzidos para o português a partir daquelas) nas bibliotecas pessoais de alguns escritores do Romantismo (Garrett, Antero, Camilo...). Eram essas obras, umas vezes, edições espanholas (interferência directa não mediada); outras, livros “publicados em Paris e em castelhano” (interferência directa mas mediada pelo mercado francês); outras, ainda, tratava-se de versões de obras espanholas nas principais línguas *de cultura* (interferência directa mediada pela língua de um terceiro sistema, principalmente o francês, donde se faziam transferências directas, acolhidas no sistema importador em versão não traduzida) ou de traduções para português a partir dessas mesmas línguas e não do castelhano (interferência indirecta mediada).

Abreu aponta, enfim, vários testemunhos coevos (e recomenda, também, a leitura dos estudos de Idalina Resina Rodrigues, 1987) que evidenciam todas estas modalidades de recepção (interferência) da literatura castelhana na época romântica e antes dela, sendo os modos directos, os que não passavam pela tradução para a língua portuguesa, próprios de uma “elite cultural”. Assim, aqueles que em Portugal conheciam a literatura espanhola, e bem (nomes de grande vulto como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Pinheiro Chagas, Antero de Quental, Latino Coelho, etc.), liam-na directamente na língua de origem ou, então, noutras línguas centrais, com grande capacidade exportadora (Heilbron, 1999), como o francês. A história da recepção da literatura espanhola em Portugal e a história das relações entre as literaturas espanhola e portuguesa no lapso temporal que aqui nos propusemos examinar deve ter em atenção, portanto, estas práticas de consumo, mesmo se exclusivas das elites.

A nossa abordagem dessas relações e dessa recepção será, contudo, muito mais estreita. Uma vez que o alvo da nossa investigação é elencar e examinar no seu conjunto as obras literárias espanholas que foram vertidas para a língua portuguesa, serão unicamente contemplados neste estudo os casos de interferência indirecta não mediada (tradução directa da língua castelhana) ou, na medida do que for possível, mediada (tradução indirecta, em que entre a língua castelhana e a portuguesa intercede uma terceira). Assim, sendo os textos traduzidos o foco do nosso interesse, ficarão de parte modalidades de importação que não podem ser subestimadas até porque, certamente, terão incidido na actividade tradutória que nos ocupa, pela negativa (não-tradução).

Mas, mesmo assim, mesmo tendo em conta esses factores, a existência de outras modalidades de interferência da literatura espanhola na portuguesa e o consumo (minoritário) das obras em versão original ou numa língua estrangeira que exerce de intermediária, será tão paupérrimo o balanço de traduções (e pensamos, agora, portanto, nos textos vertidos directa ou indirectamente do espanhol para português) quanto afirma Pérez Corrales? Foi deveras, translativamente falando, tal a magnitude da muralha nesse período prévio aos anos Cinquenta? A imagem do *fosso* não será, antes, causada pelo nosso desconhecimento do período a este respeito? Ou por levarmos em consideração, quando para aí dirigimos o nosso olhar, apenas uma fatia da produção literária – a da *alta* literatura, a dos *grandes* nomes daquela contemporaneidade?

Não podemos esquecer, como adverte Maria Fernanda de Abreu no trabalho (de síntese, dada a sua natureza) já citado (*in* Buescu, 1997: 554), as versões dos “clássicos, finalmente traduzidos para circulação entre os leitores menos eruditos”, nem a *baixa* literatura, “dirigida ao novo público, formado no consumo massivo do folhetim”, nem os “textos de carácter religioso”, igualmente de consumo maciço. “O estudo das traduções de Espanha no Romantismo português não deveria deixar de considerar”, tão-pouco, “todo um conjunto de textos de carácter político e ideológico pelo papel que, certamente, desempenharam na aprendizagem desse Romantismo”. Há, pois, toda uma “Literatura considerada de menor qualidade” (Abreu, *ibid.*) e toda uma literatura traduzida “por razones *extraliterarias*” (Pérez Corrales, 2003: 79, *itálicos nossos*) que deve ser atendida para podermos completar o quadro, e o balanço. Que e quanto se traduziu, então, na realidade, antes dessa eclosão tradutológica de meados de século assinalada por Pérez Corrales? Até que ponto tal surto de traduções do castelhano não será a expressão (e o factor causante) de uma mudança histórica com precedentes que,

no terreno translativo, necessariamente têm de ir além das cinco ocorrências indicadas por este estudioso? É o que vamos tentar apurar nas páginas que se seguem, ao situar-nos, justamente, na viragem do *ermo* século XVIII e a *indigente* primeira metade do XIX para a *fecunda* segunda metade.

Quanto aos limites temporais mais estreitos do estudo, a escolha do período que se abre entre os anos, particularmente, de 1780 e 1850 foi feita pelas razões concretas (assentes em ocorrências que se prendem directamente com a literatura espanhola importada para Portugal por via translativa) que se esgrimirão em capítulo próprio (I.3.2), mas cuja motivação mais geral pode ser desde já avançada. É evidente que, como assinala Anthony Pym (1998: x), e mormente quando de revisitações do passado se trata, existe sempre (e, segundo o teórico aludido, *deve* existir) uma relação subjectiva entre o investigador e a matéria estudada. Não supõe esta tese uma excepção, também ela à procura de “une ouverture de notre présent” (Berman, 1984: 14).

Desse modo, mesmo que se tencione, de passagem, verificar se a dimensão da muralha de incomunicação (translativa) foi nesse intervalo de tempo tão acentuada quanto sustenta Pérez Corrales (2003: 79), não empreendemos este estudo, que se assume como exploratório (*cfr.* Pięta, 2013: 3-4), para rebater essa ou qualquer outra hipótese prévia. Fundamentado no aqui e no agora em que se situa quem investiga, um dos motivos pelos quais fomos revisitar o passado, *esse* passado, prende-se, antes, com o nosso presente, uma vez que a génese mais imediata das bases político-económicas, sociais e culturais em torno das quais se estrutura o mundo ocidental actual se encontra nesses primórdios da contemporaneidade que tomamos como marco temporal deste estudo, e em que se veio a desenvolver o “concepto histórico” que é a *nação* (Guillén, 2007: 22) – a tradução, lembra-nos Itamar Even-Zohar, desempenha um papel saliente na cristalização das culturas nacionais, largamente reconhecido pelos historiadores da cultura (Even-Zohar, 1999b: 223).

Coincide tal marco temporal, na cultura portuguesa que se apreende aqui como sistema importador, com a etapa que se estende da Viradeira à Regeneração, marcada do ponto de vista da história política e cultural pelas revoluções (a francesa de 1789, e as liberais a partir de 1820). Será este um aspecto retomado em tempo oportuno (*vid. infra* I.3.3 e II.5); bastará, por agora, referir que dito marco constitui (na cultura de chegada como fora dela – no espaço peninsular, no europeu, no americano) um momento chave no tocante ao processo de construção das identidades literário-

nacionais⁴⁶ tal como elas ainda são entendidas presentemente, mesmo aquando da sua (indeclinável e necessária) discussão, desconstrução ou posta em causa – mesmo ao abordá-las da óptica liminar, heterogeneizante ou subalternizante da *dissemi-nação* (Bhabha, 1990) e da *tradução cultural* (Bhabha, 2002 [1994]).

Um conceito, este último, que, na (*abusiva* ou *catacrética*) formulação de Homi Bhabha, “spells [...] the very extinction and erasure of translation as we have always known and practised it” (Trivedi, 2005), uma vez que não se trata já, de todo, da tradução *stricto sensu* – isto é, “literary translation involving two texts from two different languages and cultures” (*ibid.*). O que Bhabha quer indigitar sob esse rótulo são, antes, os processos e as condições da migração humana; ou seja, “to evoke an irresistibly alliterative and beguiling, mantra-like phrase that Bhabha elsewhere uses more than once, what he is talking about is the «translational transnational» [...], i.e., the condition of Western multiculturalism brought about by Third World migrancy” (Trivedi, 2005). Os movimentos migratórios tão característicos (embora não exclusivos) da nossa contemporaneidade e a interculturalidade daí resultante, entendida como o convívio (confronto) dentro de um mesmo espaço de grupos humanos díspares do ponto de vista linguístico, cultural, religioso, social, etc., exigem naturalmente um repensar da dita identidade *nacional*, desafiada nas suas definições mais tradicionais. A Península Ibérica tem, de resto, uma longa tradição a este respeito – é graças a essa interculturalidade, aliás, que foi despoletada uma ingente actividade tradutora ao longo da sua história (estudada, entre outros, por Santoyo, 1999 e 2008 ou Pym, 2000). Mas, voltando à questão da *tradução cultural* tal e como a entende Homi K. Bhabha, o mesmo Harish Trivedi conclui o artigo citado com um alerta que vale a pena reproduzir:

In this brave new dystopian world of cultural translation, translation ironically would have been translated back to its literal, etymological meaning, of human migration. In early Christian use of the term, in fact, translation in the sense of being borne across took place when a dead person was bodily transported to the next world, or on a rare occasion when his body was transferred from one grave to another [...]. In both these senses, of bodily removal to the next

⁴⁶ A propósito da “cuestión nacional” e dos “problemas” derivados do seu estudo, esclarece Ignacio Chato Gonzalo que “la utilización de un término como «construcción» a la hora de referirnos a las naciones española y portuguesa, no deja de indicar una caracterización del hecho nacional como un proceso dinámico y artificial, con el que nos desmarcamos de las concepciones *esencialistas* y *primordialistas* que han abordado este tema” (Chato, 2004, I: 21). Gostaríamos de fazer nosso esse posicionamento, que se situa do lado dos teóricos que invoca o mesmo Ignacio Chato (v. gr. Benedict Anderson, Eric Hobsbawm, Ernst Gellner), os quais, fora as diferenças na interpretação do surgimento dos nacionalismos como fenómenos mais ou menos contemporâneos, partilham a ideia de que se trata de entidades com um carácter *inventado*.

world or to the next grave, we are talking of someone who is truly dead and buried. The many indigenous languages of the world and the channel of exchange between them, translation, may seem headed for the same fate in the time of cultural translation: to be dead and buried. (Trivedi, 2005).

Evocamos estas palavras por estar nelas latente outra das motivações (subjectivas) do nosso estudo e uma das razões do nosso interesse pela tradução como terreno de análise comparatista – e o comparatismo é, como sabemos, “una suerte de ideologia militante” que visa “incrementar el entendimiento mutuo reforzando los valores comunes humanos más allá de las fronteras” (Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 41). Proverbial parente pobre dos estudos literários até não há muito tempo pese ao seu relevo como meio de comunicação entre literaturas, a tradução desempenha ainda um outro papel importante, pois a ela parece caber-lhe manter vivas essas muitas línguas autóctones (e minoritárias) do mundo a que se refere Trivedi – as quais, sem tradução, parecem estar condenadas, as línguas e as suas respectivas culturas, a uma morte segura. E, chegados a este ponto, devemos voltar a António Feliciano de Castilho, à sua “Bibliographia Castellhana” e à *confederação universal de repúblicas literarias* de que ali fala, cuja conformação o escritor atribui aos ideais de “unidade e fraternidade” para os que “hoje” se inclina o género humano (Castilho, 1841).

Não são tão harmoniosas e igualitárias as relações entre literaturas no entendimento hodierno do que Pascale Casanova (2001) chama, em curiosa (mas apenas formal) proximidade com a expressão de Castilho, de *república mundial das letras*⁴⁷, espaço de batalha em que as literaturas (e as línguas literárias) competem entre si, submetendo-se às leis que regem a economia dos bens imateriais, em função dos seus respectivos capitais literários, para os quais contribui, como componente destacado, a actividade tradutora gerada de e para cada língua. A posição mais central ou mais periférica que uma literatura ocupa no campo literário internacional depende, também, pois, da sua fortaleza e centralidade no sistema mundial da tradução (Heilbron, 1999) – pelo que ao tradutor, como ao crítico (e outros agentes do mercado ou da instituição), cabe-lhe contribuir para o “crecimiento del patrimonio literario de la nación que

⁴⁷ Nem a formulação nem o próprio conceito eram, aliás, novos em tempos de Castilho, quando a configuração utópica de um espaço transnacional das literaturas, com raízes no dealbar da *Galáxia de Gutenberg*, estava já em fase de consolidação. Sobre os usos históricos da expressão *república das letras*, *vid.* Buescu, 2013: 124-137. Nessas páginas são percorridas as diversas formulações desta noção ao longo do tempo – a *Respublica litterarum* de Francesco Barbaro no século XV, a *République des lettres* de Pierre Bayle no XVII, etc. –, aproveitando o ensejo para expor algumas críticas à concepção de Casanova, 2001. Mais adiante voltaremos a elas (*vid. infra*, I.3.1).

consagra” (Casanova, 2001: 39), aumentando o prestígio e o valor literário da língua a partir da qual traduz. Assim, as obras traduzidas, mesmo sendo indiscutivelmente factos da cultura de chegada (Toury, 2012 [1995]), revertem igualmente na cultura de partida, elevando o seu capital literário⁴⁸.

Desta perspectiva (deste modo de entender o mundo e o funcionamento das relações entre culturas e literaturas), estamos persuadidos de que as línguas e as literaturas periféricas e dominadas – essas cuja sobrevivência inquieta Trivedi – têm na tradução uma arma muito eficaz para defrontar a luta desigual que se trava no universo literário (e linguístico) mundial. Perante a propensão à imposição das línguas de cultura hegemónicas – que são, também, as línguas de tradução por excelência: o que Heilbron (1999) denomina de línguas de tradução centrais ou hipercentrais – e à conformação de um empobrecedor espaço monolítico, monoglóssico e unicultural daí decorrente, a promoção da tradução de e para as línguas subalternas resulta essencial para tratar de reequilibrar tais assimetrias.

Não deixamos de ter em conta, quando isto afirmamos, que também as trocas por via tradutória obedecem à lógica de desigualdade de forças. Reconhecemos na tradução um enorme potencial no que diz respeito à sobrevivência das línguas e literaturas (culturas) minoritárias ou dependentes, mas salta à vista que só por si não garante a reconfiguração do equilíbrio de forças. Com efeito, os intercâmbios translativos apresentam-se, não raro, como um “échange inégal” (Casanova, 2002); isto é, tendem a ser unidireccionais e a produzirem-se da língua dominante às dominadas, posto que o valor literário de um texto depende também da língua em que foi escrito (ou para as quais foi traduzido antes de chegar às culturas heterónomas)⁴⁹.

⁴⁸ Já em Pierre Bourdieu, um dos autores dos quais bebe Casanova (2001), encontramos sugerido o importante papel que cabe à tradução no processo de canonização e até na definição do literário. No capítulo II.2 mencionaremos este aspecto de novo.

⁴⁹ Em certos casos, esses intercâmbios podem seguir o caminho inverso, das línguas dominadas às dominantes, visando obter as culturas em que comunicam as primeiras visibilidade e difusão nas culturas que se expressam nas segundas. Estas últimas podem, sobretudo em comunidades bilingues, acabar por *fagocitarem* as culturas minoritárias a partir das quais traduzem, apropriando-se dos seus produtos e agentes, integrando-os no seu património. A tradução pode, inclusivamente, constituir-se numa via para a *inculturação* (cfr. Pym, 2013) – as culturas minoritárias conseguem inocular-se e modificar as mais fortes, mas ficam por elas absorvidas. A importação dos *Lusíadas* através das suas traduções para castelhano proporciona mais um exemplo eloquente da desigualdade, das tendências *absorventes* e das “poderosas implicaciones ideológicas” (Dasilva, 2014: 197) que presidem os intercâmbios entre literaturas por este canal, como se depreende dos vários estudos que lhe tem dedicado Xosé Manuel Dasilva. Entre outros aspectos que não cabe resumir nesta nota de rodapé, resultam muito significativos os *quandos* e os *comos* das traduções espanholas da epopeia de Camões, nomeadamente as estratégias

Mesmo assim, quisemos estudar a tradução por, apesar do exposto, acreditarmos com Santoyo (1983: 9), Hermans (1996) ou Gnisci (2002: 20), que ela é, e deve ser, a única língua franca da *literatura dos Mundos*⁵⁰. Ou, com Umberto Eco, que ela é, e dever ser, “la sola, la vera *lingua dell’Europa*”, dessa Europa que, segundo reza a divisa da hoje abalada União (“in varietate concordia”, “unidade na diversidade”, “unidos en la diversidad”), se auto-proclama coesa e integrada na sua diferença, na sua realidade plurilinguística e multicultural, e cuja re-construção (ainda almejada por alguns, mas intrincada, e com momentos de agonia e franca incerteza como os que atravessa nos últimos tempos⁵¹) só é possível desde que acompanhada de um (re)conhecimento entre as (mutáveis e heterogêneas) comunidades humanas que a conformam – estejam elas enquadradas nos velhos e já consolidados estados-nação ou nas emergentes regiões transnacionais, reconfiguradoras e resignificadoras das fronteiras – e as suas línguas.

Dito, ainda, por outras palavras, o nosso interesse pela (história da) tradução (entre as línguas portuguesa e espanhola) deriva da nossa convicção de ser nesse *não-lugar*, ou *lugar-do-entre*, nesse espaço fronteiriço “de valoración y ya no de supresión de las diferencias culturales” (Guglielmi, 2002: 339), onde o intercâmbio de bens culturais pode efectuar-se de forma mais segura para as culturas minoritárias, dominadas e dependentes. É essa, justamente, a proposição ou *tese* em que fazemos estribar a presente investigação ou *tese* – sendo ela, não obstante, reiteramos, de carácter exploratório; ou seja, não estando norteadas por hipóteses prévias, nem visando, portanto, é preciso sublinhá-lo, a confirmação ou refutação dessas mesmas hipóteses (*vid.* Pięta, 2013: 3). Achamos, pois, que as culturas minoritárias e dependentes estão em melhores condições de apresentar resistência à dominação por parte das culturas mais fortes e prestigiadas ao realizar as importações dos produtos textuais destas últimas mediante a tradução; à inversa, a importação através da não-tradução representa

atenuadoras da mensagem nacionalista do texto (Dasilva, 2014: 200), acompanhadas a partir do século XIX da apropriação discursiva de Camões como ‘clássico espanhol’.

⁵⁰ “Creo que hablar hoy de «Literatura mundial» significa la obligación de tener en cuenta este mapa: una *Literatura global*, que es precisamente la que corresponde a la globalización y a la mercantilización, al dominio cultural del mercado-pensamiento único, y una *Literatura de los Mundos*, que va en singular no porque esté unificada, sino porque expresa la capacidad de la literatura de *traducirse y de traducir* los mundos, la pluralidad de los discursos y de las culturas que se alían contra la globalización y que se mantienen en un debate abierto entre ellas a través de las migraciones, las hibridaciones, los mestizajes” (Gnisci, 2002: 192, *itálicos do autor*).

⁵¹ Estas reflexões foram escritas muito antes da celebração no Reino Unido, a 23 de Junho de 2016, do referendo que conduziu ao denominado *Brexit*, mais um sinal sintomático do fracasso de um certo projecto europeu. Ao que parece, assistimos, de há um tempo a esta parte, ao apagamento (sem volta atrás?) da Europa sonhada pelos seus fundadores, cujos valores e princípios foram ficando cercados e abafados pelos mais diversos *muros* entretanto levantados (alguns, de arame farpado).

a forma mais óbvia de subordinação cultural, segundo caricaturesca e mordazmente nos fazem perceber Susan Bassnett e André Lefevere (1998: 9):

Submission, paradoxically, shows itself most clearly, these days, in instances of non-translation. Yuppies and would-be yuppies the world over will feel flattered by the fact that texts in their own language include the occasional English word like ‘cool’, or something upscale looking that ends in ‘-isation’.

Posto isto, e uma vez descritas (por cima) as dinâmicas das relações entre as literaturas da república mundial e a função contrabalançadora que aí pode caber à tradução, exporemos as razões pelas quais acreditamos, igualmente, na potencialidade da tradução como mecanismo através do qual arbitrar os encontros (assimétricos) entre línguas e culturas próximas, inseridas no mesmo (macro)polissistema, como acontece com o par em análise.

As partilhas culturais entre literaturas e línguas próximas como as duas aqui em foco, mesmo quando ambas possuem um capital literário elevado no macropolissistema a que pertencem (o peninsular ou ibérico) em termos relativos (por comparação com os capitais literários dos restantes espaços do seu macropolissistema peninsular, que face àquelas outras literaturas apresentam anomalias institucionais, repertoriais, de mercado, etc.⁵²), respondem às mesmas leis gerais de hierarquização que vimos acima e estão condicionadas por idênticas lutas de poder. Os encontros e desencontros entre as literaturas espanhola e portuguesa, é a história que no-lo ensina, obedecem a essas dinâmicas. Daí que sejam pautadas por movimentos pendulares (Magalhães, 2009, II: 255-291), com momentos de aproximação que tendem a corporizar-se no que Eça de Queirós chamou de “abraço da panela de ferro e da panela de barro”⁵³, e momentos de afastamento, protagonizados pela cultura menos forte (a portuguesa), a qual, na tentativa de repelir a inclinação *fagocitante* – Fidelino designa-a de *tendência absorvente* (Figueiredo, 1917: 85) – da cultura mais forte e dominante (a espanhola), procura

⁵² E que, por isso mesmo, estabelecem relações entre si bem diferentes das que aqui se estão a descrever. As literaturas em que estamos a pensar são jovens ou inclusivamente emergentes (fracas) – mais permeáveis, portanto, à importação (*cfr.* Even-Zohar, 1990a e 1999b). O grau de heteronomia entre o campo literário e o campo nacional (Antón Figueroa, 2004: 530-531) é nesses espaços muito elevado (o que quer dizer que o campo artístico, cultural ou literário desempenha funções políticas) por estarem numa “situación de nacionalismo literario” (Figueroa, 2004: 530). Além disso, sendo todos eles sistemas dominados pela mesma literatura (espanhola), mantêm uma relação mais estreita entre si, atribuindo-se uns aos outros não só “la posibilidad de identificarnos al reconocernos” (Figueroa, *ibid.*), como também a de reforçar-se a si próprios estabelecendo laços na luta contra o *dominador* comum.

⁵³ “Sobre a Espanha sabem o meu pensamento, eu não sei ainda se lho disse, mas devem prevê-lo: detesto os encontros e abraços da panela de ferro com a panela de barro; detesto mais que se vá pedir esmola a um pobre e auxílio a um paralítico. [...] De resto, amo tudo em Espanha. Somente gostava mais dela se estivesse na Rússia” (*apud* Dasilva, 2008: 37).

estabelecer relacionamentos com outras culturas (v. gr., a francesa) onde voltam a estar presentes hierarquizações em função do poder, comportando-se a literatura portuguesa de novo como um sistema periférico e heterónimo.

Esta dinâmica fica perfeitamente revelada através de um recente estudo de caso, realizado por Rita Bueno Maia (2012), que veio mostrar como a história da recepção do romance picaresco espanhol em Portugal, quer em versão não-traduzida, quer em versão traduzida (directa ou indirectamente, pelo francês), está intimamente ligada às situações de dependência e de autonomização da literatura portuguesa, dominada, respeito das literaturas espanhola e francesa, dominantes e, ainda, como o fenómeno da interferência directa da literatura espanhola na cultura de chegada portuguesa (importação das obras literárias sem traduzir, como reclama Castilho) é sinal de dependência extrema da segunda respeito da primeira. À inversa, a substituição da interferência directa (consumo das obras importadas em versão não-traduzida) pela interferência indirecta (tradução para a língua terminal) supõe para a literatura dominada uma estratégia de autonomização.

Essa relação entre interferência directa e dependência literária que nota Maia para o caso português-espanhol verifica-se noutros mais ou menos análogos⁵⁴, e faz-se particularmente patente em espaços em situação de bilinguismo linguístico. O bilinguismo é, aliás, outro dos factores causantes da não-tradução que contempla João Ferreira Duarte no seu exame de tal prática, já atrás referido (Duarte, 2000), vinculando-o igualmente, quando acompanhada a não-tradução da interferência directa, à dominação cultural (que Duarte ilustra através do caso da Bélgica, estudado por José Lambert). A este propósito, concordamos plenamente com a observação de Maia, que, comentando precisamente essas análises de Duarte sobre os cenários explicativos da não-tradução, assimila a situação de dependência cultural que acarreta o bilinguismo à que pode supor a proximidade estrutural entre línguas, sobretudo de pertencerem os respectivos polissistemas ao mesmo macropolissistema, como é o caso das literaturas portuguesa e espanhola.

Se, tal como acontece em vários momentos da história da literatura *em* Portugal, pelo menos uma parte dos receptores (elites instruídas) é competente na leitura de textos veiculados na língua castelhana e, com efeito, consome os produtos literários em versão

⁵⁴ Por exemplo, no caso da literatura quebequense respeito da literatura francesa, segundo sugere um trabalho (de Annie Brisset) consultado pela autora citada (Maia, 2012: 54-55).

não-traduzida, tal deve-se à posição subordinada do sistema português respeito do polissistema espanhol, cuja dominação se alarga a outros níveis sistémicos (e extraliterários, até). Só a esta luz se pode entender que as interferências directas entre literaturas e culturas próximas não ocorram de forma recíproca, bidireccional; senão que, ao invés, “enquanto o sistema literário espanhol, mais central, não admite nenhum tipo de interferência directa do sistema literário português”, e o mesmo caberia dizer a respeito dos restantes sistemas literários peninsulares, “o português, mais periférico, é mais permissivo à interferência de produtos e palavras espanholas” (Maia, 2012: 56, n. 13).

A fruição das obras literárias na língua de origem não deriva, pois, como ingenuamente poderia pensar-se, das similitudes que aquela apresenta com a língua de chegada, nem do facto de “o português” ser “reconhecidamente um poliglota nato” (Rodrigues, 1992-1999, I: 27), mas da dependência da literatura mais forte por parte da literatura mais fraca. Em definitiva, como sintetiza Lieven D’hulst (2013: 399):

Carece de todo sentido entender el concepto de traducción de manera restrictiva, como una actividad que se inicia simplemente por la ausencia de conocimientos lingüísticos por parte del receptor del texto origen. De eso también se trata, por supuesto, porque escribimos y leemos traducciones siempre que nos encontramos con barreras lingüísticas y culturales. Pero las traducciones son algo más que esto, ya que ayudan a conformar las literaturas nacionales, a regular las relaciones de poder existentes entre comunidades literarias, a ejercer dominio sobre unas literaturas y a emancipar otras.

Acreditamos, por tudo isto, enfim, na conveniência e no interesse do estudo dos encontros (sempre desiguais) que, através da *muralha* da tradução, se verificam entre línguas e culturas próximas como as que aqui estão em jogo. A tradução é *muralha* (uma muralha que afasta unindo, que aproxima separando) precisamente pelo que tem de rimbaudiano (*Je est un autre*) processo de transformação do *alheio* em *nosso* (e parafraseamos, agora, o título de um volume de Xosé Manuel Dasilva⁵⁵). A tradução é muralha pelo que tem de duplo – e contraditório – instrumento de superação e simultânea marcação das fronteiras entre culturas: “The borders between cultures are not marked prior to translation but are manifested in the very act of translating. In fact, it is often translation that first constitutes a border: a source on one side, a target on the other” (Pym, 1998: 105). Porque, ao fazer *nosso* o *alheio* – “próprio tornando, e natural

⁵⁵ *O alleo é noso. Contribucións para a historia da tradución en Galicia*, Noia, Toxosoutos, 2008.

o alheio”, em expressão de Bocage⁵⁶ –, a tradução *diz* que há um *cá* e um *lá*, que existe um *Nós* e um *Eles*. Salvo na hipótese da pseudo-originalidade, fenómeno pelo qual um texto traduzido é exibido como próprio, a identidade do Outro (*eles*, o *alheio*) não desaparece na tradução (o *nosso*); o Outro é, antes, *neutralizado* “desde el punto de vista de las luchas entre centro y periferia” (Even-Zohar, 1999b: 224) através da tradução⁵⁷. Acarretando sempre, em maior ou menor grau, uma domesticação e uma apropriação (neutralização) do alheio, a *alteridade*, o reconhecimento da existência dessa alteridade (neutralizada), permanece na tradução – os textos traduzidos, pelo mesmo facto de se apresentarem enquanto tais, inserem-se na cultura de acolhimento com uma inegável, embora instável e graduável, autonomia com respeito aos textos *originais* com os quais convivem, não se confundido normalmente com eles: “una traducción no funge como una obra literaria propia de la literatura nacional, aunque esté escrita en la lengua materna del lector” (Martín-Gaitero, 1998: 73)⁵⁸. Vejam-se, ainda, estas observações de Daniel-Henri Pageaux (1994):

Traduire (tra-ducere), c’est faire passer un texte d’une culture à une autre, d’un système littéraire à un autre; c’est introduire un texte dans un autre contexte. [...] Celui-ci va [...] susciter les jugements d’un public-lecteur sur la traduction, le texte original, sans doute, et sur l’image littéraire, esthétique, voire morale de la littérature, de la culture d’où provient ce texte (la «culture-source»). D’une façon ou d’une autre, le texte traduit conserve certaines marques étrangères et s’il tend à se fondre dans la production littéraire du pays producteur, dans la «culture-cible», il sera toujours, plus ou moins, littérature d’importation, pièce rapportée dans le système littéraire qui l’accueille. Et dans la mesure où cette “littérature traduite” ne peut effacer totalement son origine étrangère, elle suscite des lectures qui ne sont pas seulement d’ordre

⁵⁶ O verso procede do poema “Pena de Talião” (*apud* Pais, 2006), uma defesa da utilidade e dificuldade da actividade tradutora que Elmano compõe em resposta a uma sátira de Agostinho de Macedo sobre o servilismo e demérito que considera haver em tal labor.

⁵⁷ Não é por acaso que, no marco dos Estudos de Tradução, alguns teóricos foram resgatar os postulados da antropofagia cultural do Modernismo brasileiro para repensar a tradução (veja-se, por exemplo, Bassnett, 2001: 304). O Modernismo brasileiro, por sinal “el primer movimiento que reivindica explicitamente una emancipación literaria nacional” (Casanova, 2001: 369), esgrime como estratégia subversiva e independentizadora (como estratégia neutralizadora, como *muralha*), como recurso para a autonomização e diferenciação do sistema literário então emergente, o canibalismo cultural do Outro, a deglutição antropofágica mediante a qual é redefinido o par identidade-alteridade (e o par original-cópia) e reorientada a relação entre colonizador e colonizado, sem implicar a anulação do primeiro, senão, pelo contrário, a sua incorporação, reutilização e transformação por parte do segundo. Para uma síntese acerca da origem, motivações e implicações éticas da utilização da metáfora antropofágica no âmbito da tradução, *vid.* Pere Comellas, “El derecho a la antropofagia: algunas reflexiones en torno a la ética de la traducción”, in Assumpta Camps (ed.), *Ética y política de la traducción en la época contemporánea*, Barcelona, PPU, 2004, pp. 85-94.

⁵⁸ Daí, por outra parte, que “las lecturas literarias extranjerías” apresentem uma tendência, “por su diferencia, a producir un contenido reflexivo crítico y metatextual, en absoluto idéntico al presupuesto por el texto, pero que acompaña su lectura como ruido que reduce la ficción como lo hace la nota a pie de página del traductor” (Figuerola, 2004: 532, *itálicos do autor*).

esthétique. Étudier ces lectures, c'est prendre conscience de la nature particulière de certains contacts littéraires (Pageaux, 1994: 41).

Partindo destes pressupostos, os quais representam a motivação subjectiva pela que nos fomos ocupar da história da tradução (ou, de forma mais precisa, da história externa dos factos tradutórios) entre as literaturas portuguesa e espanhola, os nossos objectivos, bastante modestos, reduzem-se à observação panorâmica, *desde o cimo do muro*, da actividade translativa (interferências directas) da língua castelhana para a portuguesa num período especialmente rico sob o prisma das suas relações assimétricas, no intuito de contribuir desse modo, conquanto seja de forma parcial e incompleta, para o mapeamento de ditas relações no trecho temporal que vai desde os finais do Antigo Regime até à consolidação do liberalismo constitucional, ainda insuficientemente explorado desta *perspectiva*.

Empoleiramo-nos, portanto, no topo da *muralha* para tratar de averiguar quantos e que textos (os quais foi preciso, antes de mais, localizar e inventariar) a perpassaram, através da tradução, e na direcção que vai da *China* para a *Tartária* – da Espanha para Portugal –, no citado marco cronológico. Esse é o cerne da investigação que agora se enceta, e que não perde de vista que a tradução, como toda a reescrita, “is manipulation, undertaken in the service of power, and in its positive aspect it can help in the evolution of a literature and society” (Bassnett e Lefevere, 2003: xi), que “to look at translation is immediately to be engaged in issues of how cultures interrelate” (Pym, 2000: 2) e que “translators can do more [e fazem mais, com efeito] than translate” (Pym, 1998: 161).

A pensar na necessária prolongação ulterior das pesquisas, e visando a criação das condições que permitam examinar com mais profundidade as circunstâncias que rodeiam a importação literária entre as línguas espanhola e portuguesa por esta via, tentamos angariar o máximo número de dados contextuais relativos a essas traduções de que fomos capazes. Para tanto, conformamos um (proto-)repertório bibliográfico de traduções literárias da língua castelhana para a portuguesa no citado marco cronológico: o catálogo de traduções reunidas em apêndice (anexo 1).

A investigação deve passar, assim, por dois momentos, sendo o segundo dependente do primeiro e este a condição necessária para poder-se dar aquele. A inventariação bibliográfica de traduções literárias entre os sistemas literários em apreço, realizado numa primeira fase (o que Pym, 1998, chama de *translation archeology*), permitirá aventar, depois, uma análise interpretativa (o que Pym, 1998, denomina de

explanation, aqui apenas entabulada) do conjunto de dados obtidos. O percurso proposto vai, logo, do microscópico (neste caso, localização e catalogação bibliográfica de traduções) ao macroscópico⁵⁹.

Interessando-nos em todas as fases desse percurso pelas circunstâncias externas, não se prestará atenção à “microanálise textual” das traduções. Estimamos, com Flor (2009: 130), que para atingir o objectivo de reconstruir as condicionantes extratextuais da tradução literária

será necessário abandonar o procedimento tradicional que, por privilegiar a microanálise de *translatos* isolados, se revela completamente adequado aos estudos de caso mas impede extrapolações e conclusões de teor generalizante sobre os pressupostos teóricos e as práticas de reescrita, vigentes em épocas transactas. Para captar tais aspectos, torna-se necessário adoptar uma perspectiva mais abrangente que, para além de observações sectorais, conduza a uma visão integradora e sistémica da produção literária traduzida.

Com efeito, nos estudos históricos de tradução, a validade de uma hipótese interpretativa só poderá ser testada após um esforço de recolha e inventariação tanto quanto possível exaustiva dos dados bibliográficos disponíveis.

A preponderância que concedemos aos factores extratextuais ou contextuais prende-se também com o facto de ser a nossa uma investigação enquadrada dentro do âmbito da Literatura Comparada, onde o estudo das traduções (e dos tradutores) importa na medida em que se erigem em meio (e sinal) privilegiado da recepção literária e do contacto entre literaturas. Assim, e uma vez que “nuestro cometido [ao estudar a tradução] respecto a la literatura comparada no tiene que ver con la precisión de la traducción, sino con lo que hacen [as obras traduzidas, segundo as diferentes “posibilidades, alternativas y consecuencias” a que se prestam] al llegar” à cultura de destino (Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 137), preferiu-se, aqui, juntar um conjunto vasto de informações bibliográficas que nos permitisse obter uma ideia global (panorâmica) da importação literária da língua espanhola para a portuguesa nos inícios da Idade Contemporânea, em vez de proceder a uma (igualmente possível) “lectura comparada de escritura traducida” que atentasse na análise interna dos textos traduzidos inventariados e das escolhas tradutológicas ou eleições do intérprete-autor da tradução.

O levantamento e posterior observação panorâmica das traduções do catálogo em anexo é – ou, melhor dizendo, *teve de ser*; *ars longa, vita brevis* – o fulcro deste

⁵⁹ Acerca dos olhares microscópicos (*micro-level*) e os olhares macroscópicos ou telescópicos (*macro-level*), e das vantagens de fazer convergir ambas perspectivas, *vid.* Tymoczko (2002).

trabalho. Pese à sua vocação exaustiva, não ambiciona tal inventário atingir qualquer espécie de quimérico *absoluto* – reconhecimento este que, de resto, não deixa de ser pleonástico, pois toda a compilação bibliográfica incorpora *por defeito* o *defeito* da incompletude. Aliás, as nossas pesquisas, involuntariamente lacunares nalguns pontos, tomam-se apenas como um primeiro passo ou embrião para um possível projecto de longo prazo, que se julga necessário e que deve ser acometido em equipa, conducente à criação de uma base de dados de acesso livre onde fique registada a actividade tradutora concernente a estas duas línguas ao longo do tempo e nos dois sentidos (castelhano-português, como é feito aqui, e, ainda, idealmente, português-espanhol).

Uma vez que as traduções representam “testimonios de primer orden a la hora de estudiar contactos entre literaturas” (Gallego Roca, 1994: 54) e servem “de exemplo privilegiado dos contactos inter-sistémicos” (Sabio Pinilla e Fernández Sánchez, 1998: 9), estima-se que um projecto de tal natureza viria não só a colmatar uma carência na área dos Estudos da Tradução na Península Ibérica, e particularmente da história da tradução em Portugal – âmbito cultural que “ha sido sistemáticamente excluido en la historia de la traducción” (Sabio Pinilla, 2008)⁶⁰ –, como seria de utilidade, igualmente, para a história da literatura (comparada) portuguesa (e espanhola).

Estima-se, ainda, que um tal projecto faz hoje todo o sentido, justamente por atravessarmos um período em que as relações interliterárias entre Portugal e Espanha em geral, e a importação literária por via da tradução mais em particular⁶¹, se vêm

⁶⁰ Na sessão de encerramento do I Congresso Ibérico sobre Tradução organizado pela Universidade Aberta, celebrado no Teatro da Trindade de Lisboa em Novembro de 2001, José Antonio Sabio Pinilla proferiu uma conferência sobre “Inclusões e exclusões na história da tradução. O caso de Portugal” – o título é suficientemente explicativo, e abona uma constatação já feita por Carlos Castilho Pais (1997: 18), relativa ao *esquecimento* dos tradutores portugueses na maior parte das antologias de textos teóricos (históricos) sobre a tradução até então publicadas. Decorridos alguns anos, o mesmo Sabio Pinilla insistia na necessidade de colocar o espaço português no mapa da história da tradução ocidental, pois a seu ver ainda nos deparávamos “con la siguiente paradoja: los traductores, las traducciones y las reflexiones sobre la traducción procedentes del país más occidental de Europa no existen para los historiadores de la traducción en Occidente” (Sabio Pinilla, 2008). Ao longo desta tese, e em particular na terceira parte, serão referidos diversos projectos que, no âmbito da história da tradução, se têm vindo a desenvolver, com uma intensidade que vai em aumento, sobre (e em) Portugal, antigos (os cinco volumes compilados por Gonçalves Rodrigues, nomeadamente) como, sobretudo, modernos – a história da tradução em Portugal tornou-se um campo de trabalho cada vez mais explorado. Esses trabalhos provam, por um lado, até que ponto resulta imerecida tal exclusão (a denunciada por Castilho Pais ou Sabio Pinilla). Por outro lado, e embora resulte evidente que ainda fica muito caminho por percorrer, também permitem que não haja hoje “qualquer dúvida em afirmar que a história da tradução em Portugal já começou a ser feita” (Seruya, 2015: 230).

⁶¹ Não é o intuito desta apertada nota de rodapé fazer uma revisão do ‘estado da arte’ a este último respeito, mas é de salientar (e de saudar) o crescente aparecimento de trabalhos no âmbito da história da tradução entre as línguas portuguesa e espanhola, alguns dos quais são utilizados e oportunamente mencionados nesta tese. Destacaremos apenas, a título ilustrativo, os numerosos trabalhos consagrados a

tornando territórios cada vez menos *opacos*. Como acima se assinalou, e em virtude (convém insistir) de um esforço colectivo, nos últimos três lustros o comparatismo *ibérico* ou *peninsular* tem florescido singularmente, devotado a diversos aspectos e momentos da história quer das literaturas espanhola e portuguesa (sem sombra de dúvida, quantitativamente as mais atendidas), quer de outros espaços literários mais periféricos e menos consolidados institucionalmente que dialogam com aquelas ou entre si⁶².

Reduziu-se dessa maneira a “notória falta de estudos sobre as relações literárias entre Portugal e Espanha, sobretudo as que se desenvolvem no século XIX”, que detectava às portas do presente século Fernanda Abreu (*in* Buescu, 1997: 501). Esbateu-se também, em certa medida, a “perturbante indiferença generalizada” (Idalina Resina Rodrigues, 1987: 13) à revelia da qual desenvolviam o seu trabalho alguns “navegantes solitários” (Magalhães, 2010: 79) ocupados e preocupados pela *casa ibérica*.

Seguindo a alegoria empregada por Magalhães (2007d), podemos afirmar que, se é verdade que do ponto de vista da investigação já foram derrubadas algumas *paredes* da *casa ibérica*, muitos dos seus cantos permanecem por explorar, e é necessário, ainda, atenuar o hiato existente entre os avanços que se vão produzindo (os *muros* que vão caindo) no âmbito académico e as *muralhas* que persistem na prática (social, política, didáctica...) a impedir a comunicação efectiva no interior dessa mesma *casa ibérica*⁶³.

esta matéria por Xosé Manuel Dasilva, editor e promotor da série monográfica *Perfiles de la traducción hispano-portuguesa*.

⁶² No que toca à constituição de uma história comparada das literaturas portuguesa e espanhola, é obrigado referir a figura fundacional de Fidelino de Figueiredo, sem esquecer os mais ou menos hesitantes antecedentes que remontam ao século XIX (lembramos autores como José Simões Dias, Antonio Romero Ortiz, Rafael María de Labra ou Sousa Viterbo). No encaço dos trabalhos pioneiros de Fidelino, e sob a sua égide, vieram depois outros estudiosos a contribuir para a mesma *causa*, conquanto percorrendo caminhos (épocas, assuntos, autores...) distintos, e nem sempre partilhando os mesmos métodos ou enquadramentos. À configuração do panorama actual tem auxiliado a existência de novos estímulos à investigação, nomeadamente a financiamento de projectos incidentes na perspectiva comparatista por parte de organismos públicos. Convergiu igualmente a pesquisa promovida por corporações académicas de criação relativamente recente – associações como a ALEE (Asociación de Lusitanistas del Estado Español, 2000) ou a já desaparecida ASPHI (Associação Portuguesa de Hispanistas, 2004) – e por centros como – limitando-nos a Portugal – o NEIIA (Núcleo, antes Instituto, de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade Nova de Lisboa, 2000), o IEIb (Instituto de Estudos Ibéricos da Universidade do Porto, 2002, editor de *Península. Revista de Estudos Ibéricos*) ou o CEC (Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa, que desenvolve o projecto Diálogos Ibéricos e Ibero-Americanos desde 2008). No marco deste pujante “comparatismo peninsular”, mencionar-se-á mais abaixo um importante projecto historiográfico, ainda em curso, desenvolvido pela Associação Internacional de Literatura Comparada.

⁶³ As inércias homogeneizadoras instiladas pelos meios de comunicação e preconizadas pelas políticas estatais (particularmente as educativas) pouco têm ajudado a ultrapassar tais barreiras, que afectam o desenvolvimento do próprio comparatismo ibérico. Como nota Domínguez (2006: 63-64), “no caso da

Do mesmo modo, os vigorosos empenhos no sentido de iluminar os espaços de cruzamento das literaturas ibéricas, pondo-os à vista, fazendo *memoria de la amnesia ibérica* (Magalhães, 2010), não impediram, todavia, que haja certas zonas que continuam menos visíveis a reclamar a atenção (o *olhar*) dos especialistas da área – a precisar, assim sendo, de novas *demolições*. Muito nos aprazeria, enfim, desde que a boa vontade baste para transpor a nossa imperícia, poder auxiliar nalguma medida esses *perfuradores de muralhas* com a contribuição que nestas páginas apresentamos.

I.2. Limites epistemológicos

Ainda não nos assomámos ao muro que afasta a China da Tartária, e já estamos cientes de que tropeçaremos com outros muros, de que haverá outras muralhas a cercar a nossa visão dessa outra muralha – são os limites, boa parte dos quais involuntários e até inconscientes, da nossa capacidade de atingir e descrever convenientemente o objecto de estudo. Enunciaremos agora, muito brevemente, algumas dessas limitações – as epistemológicas. Escusado será incidir nas consequências derivadas do *limitado* mas *extensivo* objectivo (esse, sim, voluntário e consciente) que fixámos para este trabalho, cuja natureza (individual) e dimensão (restrita em tempo e em páginas) não permite maiores ambições. No momento oportuno dilucidaremos outros escolhos e barreiras de cariz metodológico que nos reservava a investigação – os obstáculos procedimentais de que nos ocuparemos mais à frente (III.1) – muito por causa dessa sua aspiração panorâmica, além de outras dificuldades relativas à definição do objecto de estudo e ao manuseio das fontes aonde se foram procurar os dados que nos propomos juntar e, levemente, analisar⁶⁴.

Península Ibérica, hai serias circunstancias socio-políticas en contra de proxectos desta índole [...], desde a resistencia a una análise comparada por parte dos axentes institucionais daquelas literaturas que non alcanzaron a cota da planificación nacional até unha sociedade que ten visto diminuído desde o sistema educativo calquera indicio de interculturalidade ibérica. Baste lembrar que ningún estudante español na súa formación primaria e secundaria ten acceso a coñecementos lingüísticos e literarios *ibéricos* alleos aos da lingua oficial (español) ou co-oficial (catalán, galego e vasco) da súa comunidade autónoma [...], mentres que a adquisición de linguas *estranxeiras* non inclúe na súa oferta o portugués. Nin sequera a integración europea contribuíu a corrixir esta situación, senón que, polo contrario, favoreceu a súa exacerbación”. Por outro lado, e mesmo no seio académico, “es corriente en España –diría incluso que mayoritaria– la figura del intelectual que defiende con el mismo empeño la resistencia de lo hispano frente a la asimilación de lo anglosajón (en Puerto Rico o Nuevo México...) que ciertas restricciones a un desarrollo normalizador de las culturas gallega, vasca y catalana (en el ámbito de la enseñanza primaria y secundaria, por ejemplo)” (Casas, 2000: 62).

⁶⁴ Deve advertir-se que a observação panorâmica ou de conjunto que ambicionamos tem o seu fundamento numa compilação bibliográfica (o catálogo em anexo) baseada em – vale dizer, de novo,

Quanto às restrições epistemológicas, as que neste capítulo nos preocupam, a primeira delas prende-se com o mero facto de se optar por uns princípios teóricos e uns marcos conceptuais que se situam numas determinadas coordenadas espaçotemporais e que estão, por isso, *limitados*. Por um lado, como nota Delisle (1996: 45), os grandes modelos teóricos em que vinga o trabalho intelectual são tributários do seu tempo, das correntes filosóficas que moldam o pensamento nesse momento e das possibilidades e modos de conhecimento que permitem os limites epistémicos, no sentido foucaultiano. É preciso levar em conta, pois, que a inevitável *historicidade* do nosso olhar tem aí a sua raiz, sem por isso chegar aos extremos (provocadores) de Jorge Luis Borges (“una doctrina es al principio una descripción verosímil del universo; giran los años y es un mero capítulo –cuando no un párrafo o un nombre– de la historia de la filosofía”, pelo que “no hay ejercicio intelectual que no sea finalmente inútil”⁶⁵), e sem que, ao mesmo tempo, nenhum modelo, paradigma ou escola possa reivindicar para si uma absoluta novidade ou originalidade⁶⁶. Se esta *fatal* mudança dos modos de olhar – das (inconscientemente impostas) *vontades* do olhar que acarreta a camonianiana mudança dos tempos – não fosse já suficientemente restrigente, existe ainda a limitação relativa aos lugares (e aos idiomas) em que se desenvolvem os mencionados modelos, perspectivas ou *paradigmas*, na propagada terminologia de Kuhn.

Os investigadores, os críticos e os historiadores da literatura, que são agentes *do* campo literário, não fogem às regras pelas que se regem os próprios conjuntos que estudam – também eles (e os marcos, princípios e métodos de que partem e se servem), tal como as próprias literaturas que contribuem a perfilhar, estão submetidos à dinâmica assimétrica da dominação. As teorias pós-coloniais ensinaram-nos a reparar no eurocentrismo em que se fundamenta(va) a Literatura Comparada. Mas, como nota Casas (2000: 59), não é preciso abandonar “el contexto cultural que llamamos *Europa*”

limitada por – fontes que actuam como filtros prévios. Voltaremos mais tarde (III.1) a todas estas questões.

⁶⁵ Fazem parte essas palavras do relato “Pierre Menard, autor del Quijote”, publicado inicialmente em *El jardín de los senderos que se bifurcan* (1941) e citado agora por www.literatura.us/borges/pierre.html (consultado a 3/4/2012). Constitui esta *ficção* uma extraordinária reflexão (metaliterária, metatradutória...) que interessa, entre outros âmbitos, à história do pensamento sobre a tradução, pois são aí parodiados os mitos da *originalidade*, da *autoria*, da *fidelidade*, da *invisibilidade* do tradutor ou da *equivalência* (cfr. Bassnett, 1998b: 25-26). Este “cuento / ensayo” de Borges é, ainda, toda uma lição de Literatura Comparada – motivo pelo qual se evoca no título do manual recentemente preparado por Domínguez, Saussy e Villanueva (2016).

⁶⁶ Pois, tal como reflecte Dário Villanueva (2001: 256), “qualquer descoberta metodológica, por muito inovadora que pareça, nunca o será tanto depois de vinte e cinco séculos de pensamento metaliterário, e quando muito chegar-se-á a abordar problemas de sempre com matizes parcialmente novos”.

– ou o contexto cultural a que chamamos *Ocidente* – para notar esse etnocentrismo das práticas comparatistas, assentes em modelos cuja difusão depende em grande medida das línguas em que são veiculados (eventualmente, em tradução) e da capacidade de exportação (Heilbron, 1999) dessas mesmas línguas⁶⁷.

A necessidade de *descolonizar* os modelos teóricos a partir dos quais se vêm abordando, com independência da sua específica condição geocultural, os fenómenos literários (as práticas culturais de um modo geral) é uma inquietação generalizada no comparatismo desde os finais do século XX (*cf.* Casas, 2000: 59), e uma reclamação que podemos encontrar, por citar apenas dois casos ilustrativos, em Armando Gnisci (2002 e 2004; veja-se também Gnisci *apud* Martí, 2007: 397) ou Walter Mignolo (*apud* Casas, 2004: 63-64) – os “diseños globales”, produzidos por via de regra em certos centros culturalmente (e, não raro, politicamente, economicamente...) hegemónicos, nem sempre respondem consentaneamente às “historias locales”. Logo, face às macronarrativas dominantes construídas desde as estreitas (pese ao seu aparente mas abstracto universalismo) formulações gnosiológicas próprias do “sistema-mundo moderno/colonial”, urge desenvolver um *border thinking*, um pensamento (fronteiriço, emergente, subalterno) sobre a diferença feito *desde* a diferença.

Igualmente, na área dos Estudos de Tradução, autores como Susam-Sarajeva (2002), por exemplo, alertam para a falsa aparência de homogeneidade e internacionalismo que é habitualmente projectada no campo, onde, tal como no âmbito da Literatura Comparada, as línguas condicionam sobremaneira o acesso aos textos programáticos e onde tantas vezes, por conseguinte, é justamente a tradução – mormente, para o inglês, língua hoje hipercentral, na terminologia de Heilbron (1999) – que determina a possibilidade de certas obras se tornarem *de referência*⁶⁸. Na verdade,

⁶⁷ A título de exemplo, Domínguez (2006) imputa precisamente às barreiras linguísticas a escassa recepção que, entre os comparatistas da Península Ibérica (e não só), teve a Teoria Interliterária de Dionýz Ďurišin, a que se aludirá mais abaixo (*vid. infra* I.3.1), até despertar o interesse, a começos do presente século, de um grupo de estudiosos da Universidade de Santiago de Compostela, onde foi fecundamente explorada.

⁶⁸ O IIº congresso dos Países Baixos, organizado pelo CETRA (Centre for Translation Studies da Katholieke Universiteit de Lovaina) e celebrado em Novembro de 2013, apresentava entre os seus objectivos “to see how the calls for internationalisation have been responded to in real terms and, given the paradoxical status of English as the lingua franca of TS [Translation Studies], also to see in what ways TS is effectively developing within and across languages and cultures” (<http://www.arts.kuleuven.be/cetra/transferringTS>, consultado a 22 de Junho de 2013). *Vid. tm.* o trabalho de Gentzler (2011), reproduzido no mesmo número especial de *Translation and Interpretating Studies* consagrado ao eurocentrismo nos Estudos de Tradução em que aparece o artigo de Delabastita (2011) mais adiante citado (página seguinte), onde junto às novas aproximações extraeuropeias macrocontextuais são examinadas outras propostas subnacionais ou microcontextuais. Um ponto de vista diferente pode

afirma a autora, existe um centro a produzir teorias e uma periferia a replicá-las ao aplicá-las, pertinentemente ou não, ao seu contexto. Esta consciência de que os Estudos de Tradução constituem uma área fortemente dominada por Ocidente vem dando lugar à vindicação da conveniência de alargar as perspectivas à luz dos contributos provenientes de tradições não-ocidentais⁶⁹.

São abundantes, enfim, as propostas de redefinição das áreas de estudo implicadas a partir de uma sensibilidade pós-colonial que visa oferecer aproximações alternativas mais inclusivas e equilibradas, embora exista o “perigo” de que uma noção de diferença “radicalizada e tornada em absoluta” acabe por se transformar “numa versão modernizada ou mesmo «à moda» das velhas barreiras internacionais e interculturais, que com tanto esforço têm vindo a ser equacionadas e gradualmente relativizadas” (Buescu, 2001b: 91), e embora nem sempre se tenha chegado além de uma mera substituição de paradigmas de base geopolítica (continental, nacional, etc.), como – no caso dos Estudos de Tradução – o modelo “americano” face ao “europeu” (Delabastita, 2011).

Uma outra limitação é característica das pesquisas historiográficas, mas está ainda relacionada com a anterior, pois também a *location* do historiador condiciona indefectivelmente a interpretação dos factos do passado, que é a sua tarefa essencial – interpretação essa que costuma adoptar uma estrutura narrativa (intensamente debatida nas últimas décadas) sem a qual não parece sequer possível perceber e apreender a história. A historiografia, como a tradução, é uma actividade inscrita num tempo e num espaço; ao historiador cabe-lhe (re)criar uma imagem do passado, tal como o ofício do tradutor consiste em re-criar o *original* para dele oferecer uma imagem no texto de chegada⁷⁰. Essa imagem (a que cria ou recria o historiador ao recontar o passado, e o tradutor ao rescrever o texto de partida) apresenta omissões e acréscimos e depende da exegese de um indivíduo – o historiador, como o tradutor, é um intérprete (de factos, de

encontrar-se em Fung Chang (2008: 139), que interpreta a reacção à chegada das teorias ocidentais da tradução à China de começos de 1980 como um caso de resistência cultural perante a importação de um repertório estrangeiro.

⁶⁹ A estes chamamentos responde, precisamente, uma publicação recente (porém, britânica e em inglês): *Agency and Patronage in Eastern Translatology* (ed. de Ahmed Ankit e Said Faiq, Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, 2015). Contém dez trabalhos apresentados na Fifth Asian Translation Traditions Conference (Universidade de Ciência e Tecnologia de Ajman, Emirados Árabes Unidos, Novembro de 2012) e fornece perspectivas do Japão, a Coreia, a China, a Malásia, a Índia, o Irão, a Turquia e o Mundo Árabe (<http://www.cambridgescholars.com/agency-and-patronage-in-eastern-translatology>, consultado a 28 de Dezembro de 2015).

⁷⁰ Sobre este e outros muitos vínculos entre a tradução, a história e a historiografia, *vid. infra* capítulo II.3.

textos). Enquanto reescritores ou intérpretes são, ambos, historiador como tradutor, *manipuladores* (Lefevere, 1997). Assim, conscientemente ou (com mais frequência, seguramente) não, a história, como a tradução, torna-se uma arma ao serviço da ideologia.

Aquando da composição do relato, a *voz* do historiador, que fala de um dado ponto de vista, que é modulada por uma *visão*, debate-se entre o saber (a *fidelidade*, a que aspira) e a invenção (a *infidelidade*, com toda a violência simbólica – masculina – que o vocábulo acarreta). Escrever uma história é compor um relato que não é a História, e não deve ser uma estória – talvez por isso não há *uma* história, há *as* histórias. Se o discurso historiográfico é uma narrativa construída por um *sujeito*, como apreender a verdade *objectiva* que preexistiu a essa(s) narrativa(s)? Será que ela, a verdade, *pré-existe*, de facto? Que relação com a *verdade*, se qualquer tentativa de abordagem histórica se vê coarctada pela natureza tropológica de toda a narração⁷¹? Como evitar converter-se, parafraseando Jean Delisle (1996: 46) em *romancista da história*, em *autor de ficção histórica*? Como conseguir, à inversa, fazer d(est)a história o *romain vrai* que dela exige Paul Veyne (1971: 10)? Que valor *científico* poderá ter a nossa investigação se, como toda a reescrita, estará condicionada pelos constrangimentos derivados da *location* de quem a realiza? Ficará ela condenada sem remédio ao solipsismo? É a história um relato ficcional, a *Suprema Ficção*⁷²? Será, mesmo, o historiador um fingidor? De que forma ultrapassar, enfim, o cepticismo radical, o impasse epistemológico a que conduziu o relativismo niilista pós-moderno?

Eis uma possível resposta para todas estas questões, que afinal de contas giram à volta de um velho problema filosófico que retorna ciclicamente (Lenine *apud* Blanco Aguinaga *et al.*, 2000, I: 30):

El pensamiento humano es por su naturaleza capaz de darnos, y nos da, en efecto, la verdad absoluta, que resulta de la suma de verdades relativas. Cada fase del desarrollo de la ciencia añade nuevos granos a esta suma de verdad absoluta; pero los límites de la verdad de cada tesis científica son relativos, tan pronto ampliados como restringidos por el progreso ulterior de los acontecimientos. [...] Son históricamente condicionados los *límites* de la aproximación de nuestros conocimientos a la verdad objetiva, absoluta, pero es *incondicional* la existencia de esta verdad.

⁷¹ Destes e de outros aspectos da historiografia (literária) ocupa-se Guillén, 2005: 347-355.

⁷² *A História É a Suprema Ficção* é o título de uma longa entrevista a Eduardo Lourenço realizada por José Jorge Letria e publicada em Janeiro de 2014 pela Guerra & Paz, na colecção “O fio da memória”.

Esta resposta (que *re-legitimaria* a *desacreditada* actividade historiográfica) parte da inevitabilidade de uma leitura *tendenciosa* dos factos estudados, perante a qual o observador deve adoptar uma “distancia valorativa” (Valdés, 2004: 13), possuir uma “conciencia lúcida de la función de la ideología” e evitar a “presunción de inmutabilidad y validez universal” dos seus juízos (Blanco Aguinaga *et al.*, 2000, I: 33). Dessa assunção não se deriva qualquer subjectivismo ou relativismo⁷³; antes pelo contrário, contra esses *perigos* antepõe-se justamente a utopia epistemológica que se desprende da citação anterior: é virtualmente possível, através da permanente reconstrução a que conduz a dialéctica dos conhecimentos subjetivos e parciais, construir um conhecimento objectivo e, em potência, completo. No caso da história, um conhecimento completo só é potencial ou virtualmente possível porque, segundo precisa Mario J. Valdés, “el acontecimiento histórico está terminado, pero nunca será un fenómeno completo”. Constatação que não representa o “fin de la historiografía como han proclamado algunos”⁷⁴, sino un revisión radical del modo en que escribimos historia” (Valdés, 2004: 18-19). Tal revisão “aspiraría á substitución da narratividade por un estudo alleo á ordenación teleológica de datos empírico-positivos” e “limitaría, segundo Valdés, a *autoridade narrativa explicativo-causal*” (Casas, 2004: 55-56).

Assim sendo, tal como assinalava Popper em *Objective Knowledge* (apud Villanueva, 2001: 248), “o propósito da ciência não é alcançar o absoluto da verdade, mas sim uma aproximação gradativa dela através de sucessivas propostas”. O conhecimento, histórico ou de outro tipo, consiste, pois, ao modo do célebre apotegma de Edgar Morin, em aprender a navegar num oceano de incertezas semeado de arquipélagos de certezas – e com a segurança da existência de uma Verdade externa ao sujeito cognoscente como premissa essencial para poder transpor a aporia epistemológica a que conduziu a chamada *pós-modernidade*⁷⁵.

⁷³ “Aunque esa hermosa ilusión del punto de vista objetivo esté perdida, en su lugar ha surgido la idea, también insostenible, de un relativismo absoluto”, “ningún historiador se encuentra en la posición extrema de crear una nueva visión del mundo ni tampoco, al otro extremo, de poder recrear lo que fue” (Valdés, 2004: 13).

⁷⁴ A tese sobre o fim da história não deixa de ser “apenas uma história mal contada” (Gusmão, 2001: 192). Mediante sólidos e múltiplos argumentos, o referido ensaio de Gusmão deita por terra dita tese, incluindo a negação da possibilidade de aprender da história, de continuar a considerá-la *magistra vitae*.

⁷⁵ Montserrat Iglesias Santos (1999: 12-14) compendia os efeitos provocados em meados da década de 1990 pelo chamado *affaire Sokal*, o físico que parodiou as formulações extremas do relativismo cognoscitivo e denunciou as imposturas intelectuais subjacentes à *logomaquia* pós-moderna. A este propósito, destacamos os trabalhos de Jesús G. Maestro, docente da Universidade de Vigo, anti-pós-modernista e anti-irracionalista convicto e combatente. Face à negação da possibilidade do conhecimento rigoroso (racional e racionalista) do literário, Maestro arremete, partindo do Materialismo Filosófico de

Desta maneira, aceitar que toda a historiografia é um género de ficção “é talvez uma simplificação e uma amálgama excessivas, desde logo na medida em que se tende a reduzir as diferenças que advêm na sua própria evolução” (Gusmão, 2001: 192). É certo que o historiador, *manipulador*, intervém no observado propondo relações intertemporais entre as partes do conjunto diacrónico – precisamente para dotá-lo dessa condição de conjunto – e tecendo uma rede de significações que lhe dêem sentido, que tornem a sua *leitura* inteligível. Mas “ello no implica por fuerza la construcción de un argumento (*plot*), característico de los relatos ficticios; ni de un desarrollo inexcusable; ni de una teología. Tampoco conlleva esta intervención del observador el abandono de la voluntad de objetividad” (Guillén, 2005: 349). Após situar os géneros historiográficos “en puntos encerrados por un triángulo cuyos vértices son la religión, la novela y el periodismo”, afirma Guillén (2005: 355):

A diferencia del creyente, el historiador no parte a priori de la fe en un sentido ineluctable y un destino final. No se obliga el historiador, como el periodista, o el autor de las antiguas “efemérides” y crónicas, a captar el presente desde la prioritaria perspectiva del presente. Y a las preguntas del lector de novelas, como ¿qué pasará luego?, o ¿cuál será el desenlace?, el historiador, profeta de futuros pretéritos, pero no de nuestro porvenir no ofrece respuesta alguna, porque su relato no tiene argumento.

No campo dos Estudos de Tradução, o ponto de vista que acredita na possibilidade de atingir um conhecimento objectivo é assumido por Gideon Toury, autor enquadrado numa linha *empirista* que, aparentemente (pois nós não as julgamos totalmente incompatíveis) viria colidir com uma outra perspectiva – a que fornece o enfoque *ético* adoptado nos Estudos de Tradução por Anthony Pym. Pym encara a prioridade do *aqui* e *agora* do observador como um facto “not only unavoidable but also highly desirable” e declara-se abertamente a favor de um “serious subjective involvement in translation history” (1998: x). Aceitar a subjectividade e adoptar uma postura comprometida (mesmo intervencionista – com o risco que uma tal postura pode implicar ao derivar na construção de um relato orientado, em maior ou menor medida, teleologicamente) perante o objecto de estudo é o modo de combater o que o mesmo autor (Pym, 1998: 24 e ss.) denomina de *blithe empiricism* dos Estudos Descritivos de Tradução, (pretensa) impersonalidade e neutralidade estas características,

Gustavo Bueno, a série “Crítica de la razón literaria”, publicada em dez volumes pela editora Academia del Hispanismo entre 2004 e 2015. Maestro é ainda editor, com Iger Enkvist, da obra que leva o significativo título de *Contra los mitos y sofismas de las “teorías literarias” posmodernas* (Vigo, Academia del Hispanismo, 2010).

nomeadamente, da linha de trabalho proposta por Toury⁷⁶. O posicionamento e a implicação subjectiva do investigador começam logo, segundo Pym, pela escolha do objecto de estudo: “At this most basic of levels – the selection and formulation of a question of importance – there is no impersonal neutrality” (Pym, 1998: 34).

Também Armando Gnisci advoga por uma tomada de posição e de partido no âmbito da Literatura Comparada, a qual define como uma *poética* (Gnisci, 2002). Claudio Guillén, igualmente, remata o seu *Entre lo uno y lo diverso* com uma apreciação sobre a “intervención del individuo entero” e a exclusão da impersonalidade, sendo que a vocação comparatista passa por um entendimento do passado como “una poderosa metáfora moral de la actualidad” (Guillén, 2005: 387, 389). Aliás, e já por não falar das razões muito pessoais, biográficas até, que costumam estar na génese de todo o comparatista como indivíduo (como agente intercultural), a própria disciplina nasce vinculada a uma “predisposición etopolítica” de raiz “kantiana, universalista e pacificadora” que, segundo lembra Casas (2004: 47), reaparece (a “predisposición”, que não – necessariamente – as sobreditas bases idealistas) com força no século XX, “de Fernand Baldensperger a Armando Gnisci, Gayatri Spivak ou Steven Tötösy de Zepetnek” – e está bem presente em Fidelino de Figueiredo, por cujo ideário de “ética intelectual” perpassa “um axial idealismo” (Serra, 2004: 39). O próprio projecto *Comparative History of the Literatures in the Iberian Peninsula* da Associação Internacional de Literatura Comparada, de que em breve se falará, assume identicamente um “imperativo ético” e uma “dimensión social” (Domínguez, 2006: 64) que são, de resto, característicos da própria prática historiográfica⁷⁷. Afinal de contas, às ditas *ciências humanas* (dos estudos literários à economia, da história à sociologia), às quais nada do homem – *zoon politikon* – lhes é alheio, nada do político lhes pode ser alheio⁷⁸.

⁷⁶ A farpa crítica que Pym endereça a Toury gira à volta da seguinte asseveração, a modo de declaração de princípios: “it is no concern of a scientific discipline to effect changes in the world experience” (Toury, 2012 [1995]: 11).

⁷⁷ Assim fica de manifesto num colóquio organizado em Maio de 2014 pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Subordinado ao tema “Práticas da História. Palavras, Políticas e Imagens”, o encontro serviu para tornar a História em “objecto da sua própria análise e problematização” e, entre as questões discutidas, figuraram justamente “as dimensões políticas do trabalho historiográfico”. O programa está disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/media/eventos/coloquio-internacional-praticas-da-historia.-palavras-politicas-e-imagens> (consultado a 26/5/2014).

⁷⁸ A forçosa dimensão *política*, pelo menos no sentido mais *puro* (ético) da palavra, de toda a prática historiográfica (de todo o discurso humanístico) a que se faz agora alusão conduz Ignacio Chato (2004) a realizar o seguinte esclarecimento aquando da descrição do “espacio historiográfico” abordado no seu

Embora parte destas questões, que tão apertadamente – grosseiro *grosso modo* – se acabaram de resumir, irá ser de alguma forma retomada e ampliada à frente, aquando da concretização do espaço (na secção que se segue) e do marco teórico-metodológico (capítulos da parte II) do presente estudo, partir-se-á, por enquanto, do reconhecimento de que esta investigação enfermará dos “defeitos” congênitos, das limitações conaturais a toda e qualquer empresa historiográfica e comparatista. Quer isto dizer que a interpretação (além do mais, necessariamente *aberta* – as interpretações, portanto – e, ainda, *incerta*⁷⁹) que das nossas pesquisas possa resultar não poderá, como toda a (tentativa de) interpretação do passado, evitar alguns desvios decorrentes dos filtros da percepção aplicados a esse passado. Não deixará de ser esta, logo, uma reapropriação do passado em função de (e decorrente de) uma determinada selecção feita desde o presente, posto que “a contemplação humanista não poder ser entendida como uma atitude passiva, mas como uma específica forma de acção, de relação com o passado” que é também “uma muito peculiar relação com o presente” (Buescu, 2013: 18).

Tentar-se-á, contudo, a partir da firme *vontade de objectividade* a que se referia Guillén (2005: 349), e já que não há discursos ideologicamente neutrais, que ao menos seja *rigorosamente subjectiva* ou *partidaristamente objectiva*, passe o oximoro, por duas vias: (1) que as tarefas levadas a cabo para dar passo à futura interpretação (ou interpretações) desse passado tenham uma base empírica, um fundamento *material* (os textos traduzidos, que são *factos*); (2) que sejam feitas através de ferramentas metodológicas cientificamente válidas, embora suficientemente flexíveis como para tratar de fenómenos cujas fronteiras são esbatidas e que, por envolverem dinâmicas complexas, reclamam um “específico lugar para o permanente confronto não apenas

estudo (o dos nacionalismos português e espanhol, uma vez que examina “la incidencia de la política exterior en la construcción de la identidad nacional”): “Resulta ser [este] un campo de investigación incommensurable y, por otra parte, parece exigir a quien se le acerca, al menos en el caso español, una declaración de intenciones. No sólo se trata de explicitar, más o menos, los presupuestos teóricos y conceptuales de los que se hace uso, sino que uno se siente obligado a hacer confesión de fe, o de descreencia, con respecto al hecho nacional que trata. Y si la nación en cuestión es la española, la prevención de quien la estudia, y pretende decir algo sobre ella, aún es mayor, porque sabe que el simple hecho de darle carta de naturaleza ya implica tomar posición. Asumir que existe la nación española ha provocado en los historiadores, y todavía hoy provoca, aunque en menor medida, cierto pudor” (Chato, 2004, I: 19). Daqui a pouco poder-se-á observar, também em nota de rodapé (nota 92, página 54), uma manifestação de *pudor* semelhante no fundo à que refere Chato na passagem que se acabou de citar, e que se prende igualmente com esta dimensão política, ainda que venha provocada por outros motivos.

⁷⁹ Sobre o comparatismo e o humanismo mais em geral como modalidade de “conhecimento incerto” e como “forma de troca *lenta*” (ou seja, como saber constituído com lentidão), *vid.* Buescu, 2013: 17, que toma estas expressões de Geoffrey G. Harpham e Carla Hesse.

com a *verdade* para que tende mas também com as *incertezas* sobre que essa verdade vai sendo construída” (Buescu, 2013: 17).

I.3. Limites espaçotemporais

I.3.1. Limites espaciais

Convirá traçar, antes de mais, algumas (forçosamente concisas) apreciações relativas à própria categoria de espaço que esta epígrafe pretende atender – uma categoria que o mesmo título desta tese convoca, sob forma de inter-espaço (*por entre*), e que é indissociável, segundo se irá expor já a seguir, da categoria de tempo. A noção de espaço é fulcral nos Estudos de Tradução, área – ela própria na *encruzilhada* ou *interface* de várias disciplinas (Duarte, Rosa e Seruya, 2006) – que desde o seus começos se serviu de um arsenal terminológico composto de metáforas espaciais (v. gr., *chegada, meta, partida, origem, centro, periferia, domesticação, estrangeirização...*), as quais “rely entirely on a logic of distance and proximity, of contacts and connections between home and abroad” e “convey the idea of displacement across territories” (Duarte, 2004: 324), sem esquecer o mesmo facto de remeterem para uma ideia (bi)espacial os próprios vocábulos – *traduzir, trasladar*, com nuances do ponto de vista etimológico que agora não nos deteremos em explicar – com que se designa a operação que faz emergir um texto terminal ou tradução a partir de (e *equivalente* a) um texto de partida ou original veiculado numa língua distinta.

A noção de espaço é crucial, também, quer na Literatura Comparada, cuja exigência de um enquadramento (pluri)espacial – internacional, transnacional, supranacional – dos fenómenos literários fica já recolhida na utópica imagem fundadora da *Weltliteratur* goethiana (eurocêntrica, *pacífica* e obsoleta, sim, mas significativa como programa inaugural⁸⁰), quer nos estudos literários em geral, particularmente após

⁸⁰ Guillén (2005: 61 e ss.) recorda os “orígenes dieciochescos de tal idea: Voltaire, J. G. Hamann, Herder” e discute e as diversas possibilidades interpretativas (incluídos os equívocos ou actitudes retroactivas que “poco o nada tienen que ver con Goethe”) a que se presta a vagueza do termo *Weltliteratur*. Sublinha igualmente os pressupostos ideológicos em que assenta, num momento (1827) em que cresciam os intercâmbios comerciais e o poder da burguesia, ao tempo que as guerras napoleónicas “retumbaban en la memoria”: “la idea de *Weltliteratur*, como más tarde el comparatismo, fue un proyecto de posguerra” (Guillén, 2005: 66). Refere, ainda, outras concepções afins de oitocentos, também baseadas no internacionalismo, como é o caso, por exemplo, do *Manifiesto Comunista* de Marx e Engels. No entanto, é preciso reconhecer que a noção de *Weltliteratur* continua bem presente no debate teórico: “This Goethean concept has been the subject of a renewed and intense critical attention within the last two decades or so, something that makes perfectly good sense because globalization and its increasing amount of transnational movements exert more and more pressure on national borders” (Frank, 2015: 115).

o chamado *spatial turn*, que afecta igualmente outras disciplinas das humanidades na dita *pós-modernidade*. Como já aventava Michel Foucault nos finais da década de 1960, e face à obsessão pela temporalidade que caracterizaria o século XIX, “la época actual quizá sea sobre todo la época del espacio” (*apud* Cabo, 2004: 28). Por outras palavras, “narrative-based historiography, the discourse that provided knowledge of history from a traditional, modernist perspective, must give way to the rise of *cartography*, the art and/or science of map-making, space-bound and descriptive in mode” (Duarte, 2004: 324).

Essa viragem espacial, essa presença reconfiguradora da espacialidade, é também visível na abordagem cronológica hodierna da história da literatura – o espaço tornou-se, com efeito, “uno de los ejes de la discusión historiográfica contemporánea”, em que a revisão dos modelos historiográficos implica “el replanteamiento de las formas de espacialidad” (Cabo, 2004: 23 e 26) próprias de um enfoque cronocultural nacional(ista). Este “giro espacial” não significa, pois, que tal dimensão estivesse ausente até aí da historiografia literária – como nota Cabo (2004: 23), ela teve um papel decisivo na mesma “fundamentación de las nacionalidades literarias y sus respectivas tradiciones historiográficas”, normalmente associadas a um território (com ou sem estado). Significa, antes, um regresso revisionista ao espaço ou um questionamento da noção de espaço em que se alicerçava a anterior tradição discursiva: o *loco* identificado com *um local*, por sua vez coincidente, não raro, com as fronteiras administrativas da nação⁸¹ – espaço sob a égide do *uno* (uma língua, um estado, um *povo*), narrado linearmente.

Fruto, pois, de um “repasar y repensar” a categoria de *literatura nacional* (Romero Tobar, 2008: 10), de uma “superación del concepto de nación” (Guillén, 2007: 418) assente num outro entendimento do espaço e numa visão vertical (e tendencialmente teleológico-organicista) do literário, o novo paradigma supõe a *deslocação* dessa (mono)espacialidade tradicional para olhares mais amplos (horizontais) do literário⁸²; ou seja, precisamente, mais afins a (conquanto nem sempre

⁸¹ “Une des conséquences négatives du développement de l'Etat moderne, du moins pour la recherche, est de nous imposer d'emblée, dans nos entreprises historiographiques, le cadre national comme un cadre évident, nécessaire et suffisant” (Lambert, 2002: 14).

⁸² Acontece, contudo, que esta nova espacialidade “no es, ni mucho menos, homogénea ni todas las propuestas que resaltan el espacio como decisivo para la acotación de un objeto historiográfico novedoso admiten ser reducidas a un único patrón epistemológico e ideológico” (Cabo, 2004: 26-27). É possível, inclusivamente, que alguns dos modelos de representação do espaço que se oferecem desde esta nova perspectiva criem uma sugestiva miragem inovadora debaixo da qual permanecem intactas as velhas

plenamente identificáveis com) uma ideia de espaço que, afinal de contas, a Literatura Comparada propugna desde sempre⁸³, na medida em que “contrariamente a las representaciones históricas más aceptadas, según las cuales cada particularismo nacional, cada acontecimiento literario, cada aparición de una obra singular no es reductible más que a sí misma ni comparable con ningún otro suceso del mundo” (Casanova, 2001: 412), o que o comparatismo vem mostrar, ao observar os fenómenos em *grande angular* (Buescu, 2001a), é que “la forma misma de cada proyecto literario sólo puede comprenderse por sí misma y en sí misma si se estudia desde la totalidad de otros proyectos similares o antagónicos dentro del mismo espacio literario” (Casanova, *ibid.*). Aliás, um dos desenvolvimentos de maior ressonância dentro deste ‘novo’ ponto de vista, que abandona e desmitifica a noção (coesa e uniforme) de *Weltliteratur*, encontra-se justamente no ensaio de Pascale Casanova que vimos de citar. Nele é-nos descrito o funcionamento de uma *République mondiale des Lettres* diversa, dinâmica, cambiante, descentralizada e descentralizante (embora conte com o seu próprio Meridiano de Greenwich), cuja cartografia é traçada a partir da distinção entre o mapa político e o mapa literário⁸⁴.

Este ‘novo’ paradigma ou *turn* geográfico (geocultural) experimentado pelos estudos literários, e particularmente pela história da literatura, subárea em que é antefido ao paradigma temporal anterior, é consequência, enfim, do esgotamento da

conceptualizações que se aparentam ultrapassar (Cabo, 2004: 40-41). Existe, ainda, “o perigo da naturalización dos espazos, é dicir, da sua des-ideoloxización, en oposición ao referente estimado ideoloxicamente forte, a historia” (Domínguez, 2006: 59). Como critério de delimitação do fenómeno literário, enfim, o espaço não é mais *objetivo* do que o tempo.

⁸³ Embora a Literatura Comparada enquanto prática desenvolvida a partir da perspectiva cronocultural que o paradigma geográfico submete a reconsideração não tenha escapado aos reducionismos e práticas *imperialistas* decorrentes de um “principio de totalidade orgánica” que entende as literaturas como um “todo compacto” (Casas, 2004: 46), hoje, “al difundirse en todo el planeta [...] se ha mundializado virtuosamente”, instituindo-se assim como um saber “*propriadamente comparativo*” (Gnisci, 2002: 17, *itálicos do autor*).

⁸⁴ Acreditamos, por isso mesmo, que as críticas ao modelo (dito) “nacionalista e totalmente competitivo” de Casanova (*vid.* Buescu, 2013: 129, que as sintetiza e a elas se une), não têm razão de ser. Não há na concepção de Casanova qualquer mera identificação simplificadora, directa e imediata entre *nação* e *literatura* – em todo o caso, apenas se dá espaço no modelo para a análise das relações *dialécticas* entre ambas as *construções históricas*, o qual se revela particularmente profícuo no caso particular que aqui estudamos –, muito menos uma equiparação entre estado, nação e literatura. Outra questão é que, efectivamente, na exposição ilustrativa das lutas e relações de poder que se estabelecem nessa *République mondiale des lettres* de Casanova notemos como, afinal, “aquilo que permanece é um ponto de vista francês, adaptado à audiência francesa para o qual a obra foi inicialmente concebida, [...] acabando por projectar [a obra da referida Casanova, após a sua tradução e difusão] um mundo francês e uma república francesa sobre «o mundo» em geral” (Buescu, 2013: 130-131; neste mesmo sentido pronuncia-se Pym, 2013: 99-101). Em qualquer caso, e apesar destas críticas, Buescu saúda a proposta de Casanova pela solidez e proveito que lhe reconhece justamente no que diz respeito à sua abordagem da tradução: “[é] nos capítulos que directamente lidam com a questão da tradução que encontramos os argumentos mais interessantes em torno de uma República mundial das letras” (Buescu, 2013: 132).

historiografia tradicional e das consentâneas descentralização e reabertura comparativista a que se fazia referência no início deste trabalho invocando a autoridade de Arturo Casas (*vid. supra* “Introdução”), justamente por estimarmos que os trabalhos publicados por este autor no começo do nosso século foram axiais para a conformação do comparatismo peninsular actual, dando lugar à configuração de um campo de *Estudos Ibéricos* hoje pujante⁸⁵, ao alicerçar do ponto de vista teórico-metodológico, a partir das premissas que implica a viragem geoliterária acima descrita, a consideração da Península Ibérica como um espaço interliterário, no sentido que a este termo lhe dá Dionýz Ďurišin.

Com o intuito de explorar as potencialidades que brindava o marco peninsular, apesar das suas assimetrias (Casas, 2003: 71), o estudioso compostelano aproveitou os contributos de Ďurišin e outros teóricos afins à escola de Bratislava⁸⁶, relativos a situações de interacção directa entre literaturas (nacionais) em grau excepcionalmente intenso e sustentado no tempo – o que Ďurišin chama de *comunidades literárias específicas*. Como reconhece o próprio Casas (2000, 2003; *vid. também* Abreu, 2007), a construção deste espaço geocultural levanta intrincados problemas de denominação e definição análogos aos que estão subjacentes a outras unidades territoriais, nacionais ou supranacionais (v. gr. *Portugal, Espanha, Europa, América Latina* ou *Ibero-América, Oriente, Ocidente, Norte, Sul...* – designações, algumas dessas, já longamente discutidas) que por sua vez dão lugar a etiquetas (tais como literatura *portuguesa, espanhola, europeia, ibero-americana, ocidental...*) “often used with the alleged univocity of all things that are self-evident as long as you do not think too much about

⁸⁵ *Vid.* Resina, 2009 ou Pérez Isasi, 2013 e 2014. Os dois últimos trabalhos referidos (Pérez Isasi, 2013 e 2014) esclarecem como esta disciplina académico-científica dos *Estudos Ibéricos*, de vocação supranacional, não supõe propriamente uma novidade ou “recent invention” (Pérez Isasi, 2014: 22) – trata-se, antes, da consolidação de um campo cujas raízes últimas recuam até ao século XIX.

⁸⁶ A insistência com que vimos invocando, desde a primeira página da presente tese, o nome do professor Casas não provém apenas da gratidão e admiração que lhe professamos. Conforme nota Domínguez (2006), após a incorporação da Teoria Interliterária entre os modelos de supranacionalidade na obra de Claudio Guillén (2005 [1985]), “o primeiro em apreciar o autêntico alcance das teorias de Ďurišin” no âmbito hispanófono (Domínguez, 2006: 44), “foi Arturo Casas [2000] quen por primeira vez reflexionou sobre as posibilidades de aplicación da teoría interliteraria a unha historia comparada das literaturas na Península Ibérica”, dando pé, nomeadamente entre o grupo de teóricos de Santiago de Compostela a que pertence o próprio César Domínguez, a “unha auténtica eclosión de traballos que entran en diálogo crítico” com as propostas do teórico eslovaco (Domínguez, 2006: 45). Primeiro, e com base em conceitos desenvolvidos, fundamentalmente, por Dionýz Ďurišin e Naftoli Bassel, propôs o rótulo de *comunidade interliterária ibérica* ou *peninsular* (Casas, 2000); mais tarde, e incorporando já na designação (como na concepção) a Teoria de Polissistemas de Itamar Even-Zohar, aventou o nome de *(macro)polissistema interliterário ibérico*, *sistema interliterário ibérico* ou *intersistema literário peninsular* (Casas, 2003). Para mais pormenores sobre a Teoria Interliterária ou Teoria dos Processos Interliterários, *vid.* Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 55-81.

them” (Pérez Isasi, 2013: 22). Tal como Casas e Abreu, coloca este último autor algumas perguntas em relação a certas zonas de desafio para os Estudos Ibéricos, apesar de estes definirem “its limits in what seems to be a fairly self-explanatory way” (Pérez Isasi, *ibid.*), por exemplo:

How do these studies of Iberian literatures deal with its insularities, or with what in earlier times were Iberian colonies, including Latin America or the Lusophone world? Is this Iberian division strong enough to justify the exclusion of Basque literature written in Iparralde, the French part of the Basque Country? How about Latin, Arab or Hebrew writers in the Peninsula? Are writers from modern-day Gibraltar British, Iberian, or both?

Portanto, fora a questão da idoneidade do nome, deparamo-nos com um “entramado doxológico” (Domínguez, 2004a: 526) multiforme e dialéctico pese aos traços comuns que justificam a sua apresentação enquanto unidade⁸⁷ e que, em qualquer caso, não deve ser assumido como um “environment harmonious, fluid or based on the homogeneity and stability of the connections”, segundo previne Cabo (2003: 124). Seja como for, são também patentes as vantagens que derivam da constituição de um tal espaço epistemológico ou espaço teórico de análise. A Península Ibérica, assim concebida, conforma uma comunidade interliterária específica (em que cabe, pois, mesmo que com características próprias, a literatura portuguesa⁸⁸) que estes autores (Arturo Casas, Fernando Cabo, César Domínguez, etc.) entendem como um *mapa literário* em conflito, e onde o *mapa político* tem muito a dizer: “frente á tese de Āurišin segundo a cal o factor político-administrativo asegura unha «interaction d’évolution très intense et directe» [...], ese marco político-administrativo é en moi boa medida raíz da conflitividade da comunidade interliteraria ibérica” (Domínguez, 2006: 58). Assim (*ibid.*):

⁸⁷ Neste sentido, perguntava-se Casas (2000: 72-73): “¿Existen en el dominio peninsular(-insular) de los territorios administrados por los Estados español y portugués escritores / lectores / editores / críticos / historiadores / académicos / profesores / ... / ... con conciencia de pertenencia, adscripción o vinculación a una nombrada *comunidad interliteraria ibérica* que se sumaría a la conciencia correlativa a su propio sistema inmediato de radicación y a otras posibles de radio más abierto o sesgado (atlántico, céltico, mediterráneo, románico, europeo, mundial...)?”.

⁸⁸ Entende-se por *comunidade interliterária* a “coexistencia de varios sistemas literarios cuyo nivel de integración se debe a factores lingüísticos, históricos, geográficos y/o político administrativos” (Domínguez, Saussy e Viillanueva, 2016: 240). Quanto à posição “particular” ou “peculiar” da literatura portuguesa entre as que conformam o espaço geocultural ibérico enquanto comunidade interliterária, nota Santiago Gutiérrez que tal posição “no impide la manifestación discursiva de una dialéctica con la literatura castellana (o española), que se manifiesta en la historiografía literaria” (Gutiérrez, 2004: 174, n. 47). A mesma ideia é reiterada em Domínguez (2006: 51), que também alude aos “nexos dos discursos historiográficos peninsulares, determinantes á hora de apreender as canles do proceso interliterario e moi iluminadores tanto polas súas inclusións como polas súas omisións”. Contudo, Āurišin ponderou excluí-la “de una posible comunidad interliteraria en la que sí se integran las literaturas castellana, catalana, gallega y vasca” (Gutiérrez, *ibid.*).

A óptica espacial de Āurišin adoece de problemas semellantes aos que suscita unha lectura contemporánea de *La Poétique de l'espace*, de Gaston Bachelard, coa súa hipóstase do fogar (no noso caso, o espazo ibérico), unha especie de refuxio absoluto, con independencia da identidade dos seus moradores, que “no conoce los dramas del universo”. Calquera nova dirección que emprenda a teoría interliteraria non pode xa seguirse de forma allea aos problemas atendidos polos estudos feministas, poscoloniais, subalternos ou culturais. Os perigos de semellante omisión son evidentes, desde un apoio (in)consciente ás diversas clases de *violencia xeográfica* (Edward Said) até a adopción dun multiculturalismo utópico que, sen preguntarse pola validez epistemolóxica do espazo como categoría de análise cultural, postula (¿inxenuamente?) a posibilidade de sortear o problema da hexemonía.

Tomando justamente como punto de partida o entendimento da Península Ibérica “as a complex and dynamic framework of interliterary relations” (Cabo, Abuín e Domínguez, 2010: XI), o Comité de Coordinación para a historia literaria comparada en linguas europeas da Asociación Internacional de Literatura Comparada (doravante, AILC), presidido primeiro por Mario Valdés e depois por Mihály Szegedy-Maszák, vem desenvolvendo, desde os inicios da década de 2000 e sob a dirección de Fernando Cabo Aseguinolaza e, mais recentemente, de César Domínguez, o projecto *Comparative History of the Literatures in the Iberian Peninsula*⁸⁹. Como se acabou de ver, assenta a dita unidade geocultural *ibérica*, não isenta de desafios e problemas dada a sua assimétrica complexidade, em auto-constructos e hetero-constructos discursivos (imagológicos, muitas vezes historiográficos⁹⁰) e nas possibilidades que brindam os traços partilhados e as relações históricas estabelecidas (não raro hierarquicamente) pelas distintas culturas da Península Ibérica enquanto realidade plurinacional⁹¹.

⁸⁹ Projecto que se enquadra num plano *in progress* de grande fôlego patrocinado pela AILC (*Histoire comparée des littératures de langues europeenes / Comparative History of Literature in European Languages*), o qual começou a tomar forma na segunda metade da década de 1960 e foi encetado a começos da década de 1970 (*vid.* mais em Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 153 e ss.). Este plano da AILC constitui um dos quatro “modelos-marco” a partir dos quais poder construir uma (re)nova(da) história literaria comparada em torno de uma área geográfica contemplados por Casas (2004). O autor analisa e expõe aí “as confluencias e diverxencias entre teoría interliteraria, teorías empírico-sistémicas, estudos subalternos e o modelo historiográfico de base hermenéutica asociado ás posicións de Mario J. Valdés e aos últimos proxectos auspiciados polo *Coordinating Committee* da ICLA” (Domínguez, 2006: 45), sendo que considera este último como “probabelmente” o único modelo-marco que “mantén un nivel de confianza epistemolóxica *decidido* en relación coas prácticas discursivas historiográficas e mais en concreto histórico-comparadas” (Casas, 2004: 49). Domínguez, Saussy e Villanueva (2016: 167-168), ao reexaminar os referidos modelos descritos por Casas (2004), incidem no facto de que “el modelo del Comité de Coordinación es multifacético y está en constante evolución”.

⁹⁰ Como os estudos por Abreu (2007 e 2013), Domínguez (2004a e 2010) ou Pérez Isasi (2012). Aliás, é o próprio discurso historiográfico, “abordado desde una perspectiva comparada”, que “desvela una serie de relaciones que sacan a la luz la posibilidad de que las literaturas del citado ámbito geográfico constituyan un caso de espacio interliterario” (Gutiérrez, 2004: 153).

⁹¹ Podem ver-se ao respeito Casas, 2000, 2003 e 2004; Domínguez, 2010; Feldman, 2010; etc.

Não fica muito distante dos pressupostos do novo horizonte disciplinar desenhado pelo referido projecto da AILC a “propuesta federativa para el ámbito cultural” que alvitra Resina (2009) em *Del hispanismo a los Estudios Ibéricos*, um “proyecto epistemológico sin pretensiones de imparcialidad política”⁹² (Resina, 2009: 92), apresentado como alternativa a certas inércias académico-institucionais e ideológicas fortemente instaladas embora claramente *démodées*, que passa pela consideração de um espaço heterogéneo de pesquisa constituído pelas diferentes culturas que se desenvolvem e existem hoje quer dentro dos dois estados ibéricos, quer na América Latina, e em que não fique dissipada a “dialéctica entre las naciones peninsulares” (Resina, 2009: 91)⁹³.

Como no projecto da AILC, visa-se transpor na prática comparatista o “nacionalismo filológico” (González-Millán *apud* Casas 2004: 63) que presidiu a anteriores abordagens, espelhando dessa forma o mundo académico o “*desinterés* algo prepotente” face às culturas periféricas mais imediatas que, nomeadamente na Espanha, vêm promovendo os meios de comunicação de projecção estatal (Casas, 2000: 62). Ambas

⁹² Esta aberta declaração de princípios (“sin pretensiones de imparcialidad política”) contrasta com estoutra, igualmente aberta, mas que (pelo menos, aparentemente) supõe a negação da anterior: “as investigações que se fizeram [no marco do projecto RELIPES] não contêm venenos políticos, são estritamente científicas” (Magalhães, 2007b: 12). Estas palavras devem entender-se no seu contexto e, em boa verdade, parecem referir-se, fundamentalmente, ao que Pilar Vázquez Cuesta baptizou como o *espantallo ibérico*; isto é, servem a modo de rejeição de um iberismo (ultrapassado mas ainda *colean*te), definido ali mesmo como “um estranho casino onde muita gente tem feito as suas apostas na confusa roleta da vida política peninsular” (Magalhães, 2007b: 13). Sublinhar a distância conceptual e ideológica face a esse “casino”, que aparece constantemente no período aí em estudo, semelha a razão de ser de tal declaração. Contudo, duvidamos da afirmação subsequente: “não existe de modo algum uma qualquer concepção de tipo político no projecto RELIPES” (Magalhães, *ibid.*). É possível que essa concepção não fosse unitária, devido ao carácter colectivo e aberto da investigação. É possível, também, que o autor se estivesse a circunscrever à política partidária, cuja imagem negativa é indestrinçável da sua (a nossa) *location* (um facto eloquente surge no momento em que se redigem estas linhas – em Portugal, a taxa de abstenção na votação para as eleições europeias de 25 de Maio de 2014 ultrapassou 60%). Porém, o próprio facto de sentir a necessidade de se realizar uma tal afirmação (negação, a bem dizer) constitui já um sinal inequívoco de que se está perante um âmbito de estudo *comprometido*. Das reflexões tecidas acima (I.2) já se pode depreender que é a convicção de quem estas páginas subscreve que todos os trabalhos académicos deste teor (historiográfico, humanístico) acarretam, à partida como à saída, implicações políticas e ideológicas, sem por isso (só por isso) deixarem de ser “estritamente científicos”, nem por isso (só por isso) conterem “venenos”.

⁹³ “Estas naciones, no hace falta decirlo, no son sólo las que a través de determinados procesos políticos lograron constituirse en estados, sino también las que, sin llegar a lograrlo, mantuvieron viva la idea nacional y una expresión cultural diferenciada” (Resina, 2009: 29). Um livro mais recente, editado e prologado pelo mesmo autor, desenvolve esses pressupostos (Resina, 2013), os quais visam desterrar as abordagens ultrapassadas mas resistentes em certo *lusitanismo* e *hispanismo* ainda dominantes no âmbito universitário europeu e estado-unidense, e que mais não são do que formas de um “nacionalismo cultural posimperial” (Resina, 2009: 29). Mas “no se trata, en los estudios ibéricos, de buscar el denominador común a estas culturas para subsumirlas bajo un unitarismo cultural estéril, ni tampoco de segregarlas [...] ou] de proponer antologías de autores periféricos y oponerlas al rancio canon del hispanismo, y mucho menos se trata de corregir éste mediante los cuestionables métodos de la discriminación positiva” (Resina, 2009: 46-47).

as propostas têm igualmente em comum a convicção de que “as literaturas nacionais deben deixar de ser o referente privativo ou incluso principal da Historia literária comparada” (Casas, 2004: 46). Projectos revisionistas de espírito semelhante ao destes dois vêm sendo, enfim, irradiados pela comunidade académica que se ocupa da matéria ibérica a partir de vários focos espaciais – tanto por agentes vinculados a centros universitários ou corporativos situados no marco geográfico peninsular⁹⁴, como por investigadores que desenvolvem a sua acção em instituições localizadas geograficamente fora desse marco⁹⁵.

Tem-se verificado, assim, com particular intensidade nos últimos tempos, um impulso (plural, como se vê) com vista à concretização de um desiderato que descrevemos segundo a formulação que lhe deu Fernanda Abreu (2007) – o de criar espaços de análise em que, entre o *uno* e o *diverso*, se torne possível habitar, antes, *múltiplas moradas*. Propunha a estudiosa, ao desse modo invocar os títulos de duas obras de referência para os estudos comparatísticos, ambas de Claudio Guillén⁹⁶, que o “nosso olhar comparatista sobre as relações inter-ibéricas” experimentasse uma mudança no mesmo sentido em que o fez “o grande mestre de teorias e práticas comparatistas” ao evoluir “do binómico *Entre lo uno y lo diverso* para o polinómico *Múltiplas moradas*” (Abreu, 2007: 405).

Ora, acontece que no presente estudo são apenas contempladas duas das pelo menos “diez zonas distintas de producción de cultura literaria” que identifica Valdés no

⁹⁴ Por exemplo, pelo mês de Junho do mesmo ano em que era publicado o trabalho de Resina atrás citado (2009), celebrava-se na Universitat Pompeu Fabra de Barcelona um congresso devotado a *Las relaciones entre las literaturas ibéricas*, um encontro que se apresentava também como “una alternativa al hispanismo tradicional” e que deu origem à série (neste momento pelo décimo quinto volume) “Relaciones literarias en el Ámbito Hispánico. Traducción, Literatura y Cultura”, publicada pela prestigiosa editora Peter Lang, sob a direcção de Luis Pegenaute. Em Portugal, em Outubro de 2011 o projecto Diálogos Ibéricos e Ibero-Americanos, integrado no Centro de Estudos Comparatistas (CEC) da Universidade de Lisboa, organizou um “seminário exploratório” com o significativo título de “Looking at Iberia from a Comparative European Perspective: Literature, Narration and Identity”. Como no caso anterior, dessa troca de reflexões derivou uma publicação, também editada pela Peter Lang, coordenada por Ângela Fernandes e Santiago Pérez Isasi (2013). Aos contributos do projecto Diálogos Ibéricos e Ibero-Americanos do CEC na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, existente desde 2008, há que acrescentar os proporcionados, desde o precoce ano de 2000, pelo Instituto (hoje Núcleo) de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos fundado e presidido por Maria Fernanda de Abreu na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, cuja abrangência ou *multipolaridade* fica já explicitada no nome.

⁹⁵ Em Buffery, Davis e Hooper (2007) pode ver-se uma proposta de *re-leitura* da Península Ibérica realizada no contexto académico britânico; um outro exemplo de *re-pensamento* das relações culturais peninsulares, desta feita no contexto universitário francês, encontramos-lo no XXXIV Congrès de la Société des Hispanistes Français de l’Enseignement Supérieur, celebrado em 2009 (mais uma vez) e subordinado ao tema “Les cultures lusophones et hispanophones: penser la Relation”, cujas actas foram publicadas no ano a seguir, em edição de Maria Graciete Besse.

⁹⁶ Guillén, 2005 [1985] e 2007 [1998] – as duas também nestas páginas várias vezes citadas.

sistema interliterário ibérico ou espaço geoliterário peninsular – sendo que respondem ambas, ainda, a essa “fuerza centralizadora de la cultura nacional” que *subestima*, subalterniza ou silencia as restantes (Valdés, 2004: 17). Vai contra o espírito programático que se acabou de expor, e ao que esta tese gostaria de aderir, toda e qualquer “bi-cephalic confusion of the peninsula with two sovereignties” ou “reduction of Iberia to official state cultures” (Resina, 2013: 12), seguindo a senda rotineira da atenção dual ou bipolar do comparatismo tradicional em vez de uma mais *aggiornata* abordagem multipolar (Casas, 2003: 88) e pós-nacional (Domínguez, 2010: 129).

Naturalmente, “concretar el ideal de una disciplina más atenta a la pluralidad constitutiva de la cultura de España [e de Portugal] y en el mal llamado mundo hispánico [...] no supone la aparición de especialistas en todas las culturas ibéricas y en todas las culturas indígenas de la América hispanohablante [ou *lusofalante*]” (Resina, 2009: 204). Ainda assim, sabemos que “la misión de los especialistas de la literatura es la de construir un mapa mundial de las literaturas en que las fronteras no puedan coincidir automáticamente ni con la carta geográfica de las naciones ni con la de las lenguas” (José Lambert *apud* Guglielmi, 2002: 310). Temos noção, também, de que, mesmo reduzindo a abordagem das relações interliterárias ibéricas às duas literaturas (desigualmente) mais centrais, canonizadas ou fortes da Península – esses, dissemo-lo logo na introdução, são os *limites espaciais* da nossa pesquisa – há outros espaços da mesma área geocultural – bem como de fora dela, em breve se verá o porquê – a serem convocados, pois muitos actores dessas relações, muitos dos agentes (interculturais) que nelas participam, pertencem – ou *despertencem?* – a mais do que uma das *zonas culturais* conformantes do macropolissistema peninsular⁹⁷.

Por isso cumpre sublinhar que a preterição ou relegação desses outros espaços ibéricos na presente investigação não obedece tanto a critérios práticos (demarcar o objecto de estudo por forma a torná-lo exequível) ou ao facto de se encontrarem as literaturas peninsulares mais periféricas, na altura em que as nossas pesquisas se irão focar (finais do século XVIII e primeira metade do XIX), ainda em fase emergente⁹⁸,

⁹⁷ Na verdade, e embora a historiografia literária tradicional se tenha baseado em pressupostos monoculturais (e monolíngues) que anulam ou minimizam os frequentes casos híbridos, que se poderiam ilustrar citando uma mão-cheia de nomes (será suficiente lembrar o caso dos produtores *portugueses* que escreveram em espanhol), as fronteiras nítidas e os compartimentos estanques esvaem-se quando os factos são observados numa perspectiva comparatista, e mais ainda quando se lida com traduções.

⁹⁸ Como é sabido, para os finais do século XIX alguns desses (proto-)sistemas literários periféricos mantêm uma relação particularmente estreita com a literatura portuguesa. Tal aproximação no campo literário obedece a uma análoga aproximação dos correspondentes campos políticos. Os

ficando dessa forma hipoteticamente limitadas ou circunscritas as possibilidades polifónicas do diálogo translativo peninsular que aqui se visa atender, nesse período, às literaturas espanhola e portuguesa. É que, além disso, julga-se que pode emanar algum interesse do próprio facto de se tomar em consideração o papel que desempenham as traduções entre as duas *nações literárias* (precisamente essas) que no espaço interliterário peninsular dos começos da Idade Contemporânea se apresentam como (desigualmente) dominantes, e que se estão a consolidar como tais nesse marco cronológico, *confundindo* o mapa político e o mapa literário.

Tomamos, pois, essas duas literaturas nacionais como “referente privativo” (Casas, 2004: 46) deste estudo propositadamente, porquanto a construção identitária destas *nações literárias* entranha, como já notámos, um confronto dialéctico entre ambas, interpolado ainda, a partir de meados do século XIX, por um processo iberista concomitante de signo (alegadamente) contrário, conformador de um mega-marco identitário em que convergem a ansiedade da diferença e ansiedade da unidade (Abreu, 2013). Julga-se que uma tal observação necessariamente “outorga outro peso específico ao par identidade/alteridade”, inserindo-se assim no terreno problematizador da diferença para o qual propende o novo comparatismo (Casas, 2004: 50-51).

Havendo clarificado que (e porque) teremos aqui a literatura espanhola (como sistema exportador) e a literatura portuguesa (como sistema importador) na mira, importa, por fim, talvez não tanto defini-las (tarefa sempre problemática que só mais adiante, na terceira parte desta tese, afrontaremos⁹⁹) quanto precisar, pelo menos, os seus respectivos espaços geoculturais (e linguísticos) segundo nós os queremos delimitar para efeitos desta investigação. A este respeito, convém avançar que os limites territoriais e culturais da Península serão ultrapassados, uma vez que, como a seu devido tempo se explanará (*vid. infra* capítulos III.1.1 e III.1.2), o levantamento bibliográfico que realizámos e que se apresenta na terceira parte da tese e no anexo (1), abrange

(proto)nacionalismos periféricos da Península aproximam-se de Portugal por encontrarem nesta *nação* um exemplo de David vencendo Golias; os contactos sistémico-culturais com Portugal têm, pois, um alto valor simbólico e legitimador para esses nacionalismos em formação.

⁹⁹ Testemunhava há uns anos Francisco Lafarga, a propósito da *Historia de la traducción en España* que publicou com Luis Pegenaute em 2004, que uma das maiores dificuldades com que os seus autores se depararam tinha a ver, precisamente, com os conceitos de *literatura nacional* ou *literatura española*. “En efecto”, diz Lafarga (2005), “¿puede hablarse de literatura española en la Edad Media, en una época en la que ni siquiera existía la idea de “España”? Y cuando se usa el término “nacional”, ¿a qué nación o nacionalidad nos estamos refiriendo? Un traductor, o un escritor de Barcelona, que traduce o escribe en castellano, ¿a qué ámbito cultural o a qué literatura pertenece? Y aunque se rehiceran las fronteras literarias sin tener en cuenta las divisiones geopolíticas, en algunos casos tales fronteras deberían describir tales meandros que el mapa resultaría ininteligible.”

textos de partida produzidos em língua castelhana e textos vertidos para a portuguesa quer no espaço ibérico, quer nos lugares aos quais por diversos motivos se deslocaram os seus autores ou tradutores, procedentes da Espanha ou do Portugal peninsular¹⁰⁰.

Ficarão, desse modo, incluídas manifestações textuais (originais castelhanos ou traduções portuguesas) que cabem dentro daquilo que Tomás Albaladejo (2011) propõe designar de *literatura ectópica*. Define-a o autor como segue:

Es la literatura que es producida fuera del lugar propio, fuera del espacio o territorio, en sentido geográfico y también en sentido cultural, en el que ha nacido o se ha formado el sujeto productor de dicha literatura. Es la literatura que está fuera del que sería su *tópos* propio y se sitúa en otro *tópos*, que también es lugar, espacio, pero distinto del previsible. Es la literatura que, a falta de su territorio habitual, encuentra otro territorio; es ectópica en relación con el *tópos* primero, el habitual. (Albaladejo, 2011: 143).

Dentro das diferentes possibilidades contempladas por Albaladejo, as quais incluem a utilização por parte do autor ectópico da língua do país em que reside ou até de uma terceira língua, interessaram-nos apenas aqueles autores e tradutores ectópicos que mantiveram as suas línguas maternas, a castelhana e a portuguesa respectivamente, como línguas de escrita nos espaços de acolhimento. Deste esclarecimento depreende-se ainda que, no marco deste trabalho, o entendimento da literatura espanhola limitou-se à veiculada em língua castelhana e o da literatura portuguesa à veiculada em português. Isto significa, portanto, que não se tiveram em consideração as traduções para português de obras da literatura espanhola escritas em línguas como o latim ou o francês, para citar as duas que com mais representatividade conviveram com o castelhano no sistema durante o período em foco.

Já vimos como o conceito tradicional de literatura nacional, em que o mapa literário se confunde com os limites geográficos e políticos de um estado, “turns out to be particularly ineffective when literary translation is under scrutiny” e se revela de escassa utilidade “when an exercise in comparative literature is being undertaken, as in the case of the history of translation” (Pegenaute, 2012: 114). Um sistema literário – conceito distinto do de literatura nacional, e que resulta a estes efeitos mais adequado –

¹⁰⁰ Ao dizermos “Espanha *peninsular*” tentamos, mal ou bem, aludir à parte europeia do reino – territórios *insulares* incluídos: lembre-se aquele “domínio peninsular(-insular)” que mencionava Casas (2000: 72) –, para diferenciá-la dos territórios coloniais ultramarinos que, justamente no marco cronológico em estudo, iniciaram os seus processos de independentização política. Não é preciso advertir que essa independentização política não é sobreponível à independentização literária dos sistemas adscritos a tais espaços, processo este último muito anterior àquele, paulatino e mais difícil de precisar. Idênticas cautelas são aplicáveis ao Portugal dito *peninsular*.

“ultrapassa o espaço social e político originário da sua actividade” (Torres Feijó, 2004: 428). Estimamos, por isso e não só (*vid. infra* III.1.1.C e III.1.2.a), que existem argumentos de muito peso para admitir textos ectópicos originais ou traduzidos na nossa investigação, encarando-os como parte *da* literatura espanhola ou portuguesa, respectivamente – mesmo que não sejam propriamente produtos da literatura *em* Espanha ou *em* Portugal.

Ao mesmo tempo, e pelas mesmas razões, compreendemos que possa ser questionada a legitimidade de havermos considerado tais textos (de partida ou de chegada) como *espanhóis* e *portugueses*, pois eles são, em princípio e por natureza, *transnacionais*; ou seja, dificilmente enquadráveis sob essas simplificadoras etiquetas *nacionais*. A literatura ectópica, terreno fértil para a Literatura Comparada, supõe, precisamente, importantes desafios para a óptica das literaturas nacionais. Os mesmos que Luigi Giuliani indica para a “literatura migrante” (uma das feições possíveis da literatura ectópica), a qual “cuestiona las categorías literarias que el mundo occidental ha ido construyendo en los últimos tres siglos y la taxonomía de las literaturas nacionales” (Giuliani, 2013: 2). A concepção territorial ou territorializada, típica das abordagens nacionais tradicionais, não resulta eficaz para lidar com a condição pluriespacial – às vezes, *inter-espacial*, intersticial – desta literatura ectópica (ou migrante). Ela acarreta um “transnational traffic that challenges not only the geographical and geopolitical borders of nation-state, but also the historiographical and institutional frameworks based on the nation-state that still dominate the organization of literary studies” (Frank, 2015: 115). De facto, a decisão de alargar o âmbito da literatura espanhola e da literatura portuguesa para além do espaço peninsular deparou-nos, na etapa da pesquisa bibliográfica, não poucas hesitações – no terceiro capítulo do trabalho teremos oportunidade de expô-las e ilustrá-las.

I.3.2. Limites cronológicos

Parece pertinente abrir esta epígrafe com duas observações de importância a respeito da delimitação temporal do estudo. Por um lado, não se pode escamotear o (inevitável) grau de contingência ou arbitrariedade que as datas de 1780 e 1850 comportam. É preciso anuir, com Delisle (1996: 49), que “a periodización en historia é tamén unha hipótese do historiador. Non é un feito histórico e ten un carácter moi relativo”. Com efeito, toda e qualquer investigação historiográfica concede valor

histórico a acontecimentos que, *per se*, não o possuem – a periodização é mais um “recurso narrativo” do historiador (Gutiérrez, 2004: 156). Sobre o *continuum* dos factos reais, traça ele imaginárias divisórias que lhe permitam abordar o que de outra forma se tornaria ininteligível, para além de uma empresa humanamente irrealizável. A questão é que, sendo imprescindível para o historiador (da literatura, da tradução...) estabelecer cortes temporais, estes não sejam estabelecidos de maneira aleatória, como pode acontecer de se seguir a pura cronologia ou a linha dos grandes eventos¹⁰¹, subordinando as séries literárias a outras séries históricas, nomeadamente da história política.

Por isso mesmo foi logo decidido que, para efeitos de delimitação do *corpus* neste estudo da tradução entre as línguas castelhana e portuguesa nos começos da (dita) Idade Contemporânea, o nosso (indefinido) alvo temporal inicial, as datas-baliza mais concretas – as que agora se apresentam no subtítulo da dissertação –, particularmente o termo *ad quem*, seria decidido (ou arriscado) só após se dar por concluído (ou, nalguma medida, abandonado...) o processo de levantamento de dados. Pretendeu-se que esses cortes mais precisos estivessem fundamentados em fenómenos de relevância para o diálogo tradutor que aqui se analisa e que privilegiassem a cultura de acolhimento; isto é, que fossem as próprias traduções, como factos da cultura meta, a se pronunciarem a tal respeito.

O objectivo era, pois, encontrar “limits that concerned translations, not wars” (Pym, 1998: 57) ou um outro qualquer acontecimento extratradutor – apesar da ascendência que esses acontecimentos exercem, sem dúvida, nos fenómenos translativos. Tratava-se, assim, de adoptar o que Paul Veyne (1971) denominou de um enfoque *non-événementiel*, em que os grandes acontecimentos, as ocorrências de *maior*, se bem que sempre no “pano de fundo”, deixem de ser a referência principal para dar lugar aos *pormenores* directamente ligados com aquilo que se pretende investigar. Assumindo à partida, portanto, que os *acontecimentos* tradutológicos deviam ser os dominantes neste particular, as datas que se vieram a definir como demarcações temporais concretas foram, como em breve se verá neste mesmo capítulo, (co)determinadas pelo próprio objecto de estudo – as traduções.

¹⁰¹ Mais reflexões sobre este particular podem encontrar-se em Gutiérrez García (2004), onde se observam, desde a óptica da história literária comparada, as causas e as consequências da tendência da historiografia literária (de base nacional) a homogeneizar séries cronológicas – elegendo, nomeadamente, a cronologia política como eixo vertebrador da história literária.

Por outro lado (segunda observação), é preciso insistir em que uma coisa é procurar datas que se revistam de valor (mesmo que simbólico) translativo em vez de datas coincidentes com factos históricos (os grandes acontecimentos), e outra muito diferente é divorciar a história da literatura – mais precisamente, aqui, a história das traduções literárias – da história geral (social, política, artística, económica...) envolvente. Assim, não “apelar a causalidades extraliterarias o extraculturales para localizar y analizar” estruturas diacrónicas no âmbito da literatura (traduzida, neste caso), não contar com elas como fonte (única) de explicação, deslocando assim “nuestro razonamiento a otro género de discurso historiográfico” e perdendo “la oportunidad de reconocer en la historia literaria misma la dialéctica de lo uno y de lo diverso” (Guillén, 2005: 344), não implica deixar de reconhecer a operatividade dessas mesmas condições extraliterárias, nem que mais não seja porque à (re)criação e circulação dos produtos literários subjaz, embora “nem sempre conscientemente”, um conjunto de “ideais e pressupostos culturais” (Sena, 1974: 68) que indigitam para o mundo extratextual.

O campo literário, relativamente autónomo, obedece a uma lógica de funcionamento própria, mas essa lógica (as regras do jogo a que todos aderem), bem como as actividades dos agentes actantes no campo (visando a conservação ou alteração das posições que nele ocupam, que é o que outorga dinamismo ao campo, numa dimensão necessariamente diacrónica) que a tal lógica se subordinam, é indestrinçável das posições que tais agentes desempenham e assumem dentro de outros campos, como o campo social, o económico ou o político (Bourdieu, 1991). A literatura – tal como a cultura mais em geral – revela-se-nos, pois, como um âmbito *independente* cuja dinâmica e cuja transformação *depende* de outros âmbitos. Uma tal constatação (e muito mais quando se lida com a história de um subsistema literário, o translativo, patentemente condicionado por factores extraliterários), só pode conduzir à cogente inter-relação – que não homogeneização ou subordinação – entre séries cronológicas, tal como propõe Mario J. Valdés. Segundo o teórico norte-americano (2004: 18), os períodos numa história literária (comparada)

Tienen que mantener una dialéctica abierta entre los factores internos al género y los factores externos referentes a las condiciones de producción, recepción y participación en las culturas literarias; es decir, ni factores internos o externos en aislamiento, ni tampoco en combinación, sino juntos dialécticamente en un proceso de acción y de reacción marcando así la tensión cultural.

Isto significa, *mutatis mutandis* para o âmbito dos Estudos de Tradução, levar em conta a advertência que faz Lambert (1993: 4) sobre os dois extremos que se devem evitar em história da tradução, os quais Pegenaute (2012: 107-108) resume como segue: “(a) simply borrowing historical and historiographical frameworks coming from other disciplines [...]; (b) considering that translation [...] constitutes something intrinsically unique which has nothing to do with the general characteristics of a culture or society”. Já Fidelino de Figueiredo reflectia (voltando para o âmbito dos estudos literários) que, se as fases cronológicas (da literatura portuguesa) deviam vir marcadas por variações com um “necesario carácter puramente literario, no político o económico” (1948: 55), constituindo a literatura “un fenómeno social” era igualmente “necesario, pues, ligar la historia literaria a la historia política y social” (1948: 15).

Também Jorge de Sena, atrás citado, fazia notar a (mesma) necessária ponderação e interligação de critérios intrínsecos e extrínsecos aquando da periodização literária (no caso, do Romantismo português). Dita periodização, incidia Sena (1974), não pode obedecer a “um critério exclusivamente *estético*” que prescindia daquele “complexo de ideais e pressupostos culturais nem sempre conscientemente subjacentes à criação estética”, pelo que “não pode nem deve, evidentemente, ser separada da História Geral”, sem por isso cair no polo oposto – “identificá-la demasiadamente com os critérios dessas disciplinas diversamente genéricas” (Sena, 1974: 67-68). E, ainda, Armando Gnisci (2004), ao reclamar uma história literária “diferente” para a Europa, que é uma “história literária política” (da qual – note-se de passagem – a história da tradução literária *faz parte*), explica “en qué consiste esa «historia diferente» que tengo la intención de proponer” nos seguintes termos: “Sobretudo [*sic*], entiendo que es necesario aproximar la historia política a la historia literaria, de manera que se pueda dar vida a un verdadero «estudio cultural», plural y complejo” (Gnisci, 2004: 183-84).

Tal aproximação da história política e da história literária torna-se singularmente imperativa neste caso, posto que nos fomos interessar pelas relações das literaturas espanhola e portuguesa através da tradução (e já se indicou acima que este é um subsistema particularmente *dependente* das circunstâncias extraliterárias) numa etapa em que, utilizando a terminologia bourdieuana, o grau de autonomia do campo literário é baixo, mostrando-se ele ao serviço da *narração da nação* – uma nação que se define, também literariamente, por oposição e por contraste com outras *nações literárias*. Por isso, uma “apreciação dos contactos” entre as duas literaturas neste período

há-de ter em consideração não só acontecimentos histórico-literários mas também os histórico-políticos. Assim o exige a importância fortemente determinante da história política na formação, no desenvolvimento e nas características dos movimentos românticos na Península Ibérica. Basta recordar o carácter político e o empenhamento nas lutas liberais e antiabsolutistas que marcou o trajecto e não poucas vezes motivou a actuação dos primeiros românticos portugueses, nomeadamente de Garrett e Herculano. (M. F. Abreu, “Romantismo espanhol (leituras e contactos)”, in Buescu, 1997: 501).

Feitas essas duas observações (a modo de declaração de princípios ou fundamentos que regeram a selecção cronológica), podem, então, sintetizar-se os motivos que conduziram a estabelecer as balizas temporais – quer as mais gerais (primeira etapa da chamada Idade Contemporânea), quer as mais concretas (anos 1780 a 1850) – como segue.

Por uma parte, e porque todo o estudo do passado tenta perceber o presente desde o qual se empreende tal viagem no tempo, foi esta pesquisa ocupar-se de uma fase essencial no atrás aludido processo de *narração das nações* que, no caso português (aqui, o sistema importador ou de chegada), passa por ver na cultura espanhola (exportadora ou de partida) o Outro *contra* o qual vai construindo a sua identidade, mas que se mostra ao mesmo tempo, paradoxalmente, como uma etapa de intensificação das relações (a vários títulos, nomeadamente o literário) entre Portugal e Espanha.

Uma e outra questão serão retomadas mais à frente na secção II.5 da seguinte parte, mas avançamos desde já que entendemos, com Even-Zohar (1990b: 54), que a interferência literária, em qualquer das suas formas (directa, indirecta, mediada ou não mediada), não pode ser analisada “as an issue *per se*, detached from the historical context”, e que este contexto histórico em particular se apresentava particularmente pertinente pelas sobreditas razões (relativas aos contactos mútuos) e por ser um desses períodos da existência literária em que, no que diz respeito aos contactos com terceiros, para os dois sistemas em apreço, “whatever takes place within literature is overwhelmingly conditioned by interference” (Even-Zohar, *ibid.*).

Depois, foram-se buscar factos tradutórios expressivos (os que de seguida serão expostos) que, em combinação com factos igualmente relevantes para a história social, política e cultural da Península, nomeadamente do sistema importador, pudessem determinar os cortes cronológicos mais precisos.

Assim, quanto ao termo *a quo*, ficou definido pela oitava década do século XVIII (1) por se tratar do mais imediato ponto de arranque no que concerne à constituição dos nacionalismos ocidentais contemporâneos (1780 é, precisamente, o ponto de partida de uma obra de referência a este título, publicada em 1990: *Nations and Nationalism since 1780*, de Eric Hobsbawm) e porque, particularmente em Portugal, o “período de transição para uma nova idade” (Serrão, 1982: 431) tem início justamente arredor do ano de 1780, com o reinado de D. Maria I (*vid. infra* II.5); (2) por se ter produzido, a partir dessa mudança de governo (ocorrida em 1777), uma alteração na política externa de Portugal face à Espanha, segundo também se verá mais abaixo (capítulo II.5); e, sobretudo, (3) por se haver detectado nessa altura quatro fenómenos tradutórios que se estimaram suficientemente significativos e que afectavam, ademais, os dois sistemas observados, desta vez considerados, ambos, do ponto de vista da importação – é o que acontece com o último dos fenómenos que expomos já a seguir, o qual diz respeito à cultura espanhola entendida como ponto de chegada, por via translativa, de textos portugueses, invertendo por uma vez o sentido do intercâmbio que é estudado aqui.

Por um lado, é nos anos de [1783] e 1794 que se dão a lume as primeiras edições portuguesas, em tradução parcial (um folheto anónimo intitulado *Os acontecimentos, e successos do curioso impertinente*, com reedição em 1791¹⁰²) e completa (*O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha*), respectivamente, de um livro absolutamente canónico, o *Quixote* de Miguel de Cervantes.

Pela importância do escritor, na cultura de origem como na cultura meta (bem como na *república mundial das letras* mais em geral), na terceira parte desta tese dedica-se uma secção em exclusiva às traduções cervantinas (*vid. infra* III.2.2). Aí se verá que a publicação em vernáculo da novela interpolada atrás referida (o *Curioso Impertinente*) supõe a primeira de muitas outras edições em português deste autor, até aí praticamente inexistentes (apenas há uma excepção, mencioná-la-emos logo a seguir).

¹⁰² Como facilmente se deduz do título, esta tradução (*vid. infra* anexo 1.1-8 e 1.1-33), apresentada peritextualmente como um pseudo-original, corresponde à narração interpolada nos capítulos XXIII a XXV da primeira parte do *Quixote*. Mesmo tratando-se (ou, justamente, por se tratar) de uma edição anónima, parcial (pois apenas reproduz um pequeno trecho do texto fonte) e *popular*, publicada como opúsculo destinado ao consumo maciço, posto que nela fundamentamos (pelo menos em parte) o início cronológico da inventariação de traduções, a sua datação é importante. A este respeito, remetemos à epígrafe III.2.2, em que se esclarecem os problemas relativos ao ano que aqui foi considerado como o da primeira edição desta tradução: [1783].

Também se notará como não foi o *Quixote* a primeira obra de Cervantes a suscitar interesse translativo. Com anterioridade à tradução parcial e anónima desse livro (a de [1783]), a qual ajudou aqui a marcar o ponto de partida do levantamento bibliográfico, havia sido publicada em versão portuguesa uma das *Novelas ejemplares* – a *Historia nova, famosa e exemplar da Hespanhola inglesa* (1748) – por acaso reeditada em 1784. Pouco mais tarde veio a lume mais uma novela exemplar, a *Historia do amante liberal* (1788) e reedita-se o *Curioso Impertinente* (1791). Só após terem sido publicados ou reeditados esses três primeiros textos é que sai dos prelos da tipografia Rollandiana a “conhecida edição de 1794 do *Dom Quixote*” (Santos, 1993: 12), a primeira tradução (completa) do livro.

Só pelo facto de um autor como Cervantes – e uma obra como o *Quixote* – conhecer o primeiro fluxo de traduções para a língua portuguesa a partir do último quartel do século XVIII achamos que está justificado o termo inicial do nosso corte temporal: salta à vista a transcendência deste acontecimento translativo, até pela condição de representante literário e cultural por antonomásia da identidade nacional espanhola que lhe é concedida a Miguel de Cervantes, e pelo papel que a sua figura e a sua produção textual desempenha em termos imagológicos.

Acresce que as adaptações de comédias espanholas do chamado Século de Ouro para o teatro *popular*, editadas após a sua representação em folhas volantes geralmente anónimas, datam quase todas também do “último tercio del siglo XVIII” (Ares Montes, 1983: 92). É o caso das peças de Calderón de la Barca, autor que é traduzido para português a partir de 1783, em publicações que assumem os formatos característicos da literatura de cordel (delas nos ocuparemos no capítulo III.2.1). Entre 1783 e 1797 encontram-se seis obras da sua autoria vertidas para vernáculo, perfazendo um total de sete edições, todas elas em folhetos de cerca de quarenta páginas.

Demais disso, por volta de 1780 começam igualmente a (re)circular, trasladados para português, alguns textos *maiores* de Fray Luis de Granada, autor de grande impacto na literatura espiritual portuguesa (como já deixou patente há anos Maria Idalina Resina Rodrigues¹⁰³), mas cuja obra não havia conhecido até então, salvo contadíssimas excepções (basicamente, as duas que mencionaremos em seguida: *vid. infra* III.2.5 para mais pormenores), edições em vernáculo. Assim, a partir de 1778 são

¹⁰³ Cfr. o seu vasto ensaio *Fray Luis de Granada y la literatura de espiritualidad en Portugal* (1554-1632), Salamanca, Universidad Pontificia de Salamanca, 1988.

publicados os livros que enumeramos seguidamente: *Manual de diversas orações e exercícios espirituales* (1778), cujo original castelhano é de 1557; *Regras da vida virtuosa* (1779), tradução do *Memorial de la vida cristiana* (1565) reeditada a partir de 1785; e *Introdução ao symbolo da fe* (1780), primeira versão portuguesa de uma obra cuja princeps castelhana data de 1583. Em 1780 (re)imprime-se também o *Compendio da doutrina christã*, que havia aparecido originalmente já em português¹⁰⁴, mas que não voltara a sair a lume nessa língua até aí, sendo reeditado em 1789. A edição príncipe, feita em Lisboa no ano de 1559, incluía ao cabo, também em português, *Treze sermões das principaes festas do ano* – não se reproduz este texto na publicação do *Compendio* de 1780, mas sim na sua reedição de 1789.

Por fim, observou-se que, na direcção inversa (traduções da língua portuguesa para a espanhola) o *boom* translativo de *O Feliz Independente* de Teodoro de Almeida – que Fidelino de Figueiredo (1949: 9) considera “la novela más apreciada del período prerromántico, [...] acentuadamente romántica”, e que segundo Menéndez Pelayo chegou a ter em Espanha mais leitores que Cervantes¹⁰⁵ –, publicado originalmente em 1779, dava início também por estas datas. Em 1783 sai a primeira versão castelhana da obra (reeditada em 1785-1786), feita por José Francisco Monserrate y Urbina. Aparecerão logo duas retraduições (Benito Estaun de Riol, 1787-1788; Francisco Vázquez, 1799), ambas inúmeras vezes reimpressas ao longo de toda a centúria de oitocentos¹⁰⁶. Assim sendo, reunidos todos estes fenómenos, julgou-se pertinente começar o catálogo de traduções pela data de 1780.

¹⁰⁴ O *Compendio* e os *Sermões* dão-se a conhecer (em português, insistimos) com anterioridade à publicação dos dois textos (também num volume único) na língua castelhana, que é de 1595 (duas edições simultâneas, em Madrid e em Granada, ambas póstumas). Conforme veremos e discutiremos a seu devido tempo, Alonso Romo (2004) considera aquela primeira edição de 1559, portuguesa e em português, como a impressão não de uma tradução, senão de um texto concebido e escrito originalmente pelo seu autor na língua em que por vez primeira aparece em público a obra. Não em vão Fray Luis de Granada viveu em Portugal perto de quarenta anos, desde 1551 até ao seu falecimento. Voltaremos à questão (dúbia) da língua em que originalmente foi (foram) escrita(s) esta(s) obra(s) granadina(s) nos capítulos III.1.1.C) e III.2.5.

¹⁰⁵ *Historia de los heterodoxos españoles* (1880-1882), consultada a 31/7/2014 na Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes (Alicante), que segue a edição de Madrid, La Editorial Católica, 1978: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/historia-de-los-heterodoxos-espanoles/html/>. As referências a Almeida encontram-se na epígrafe “El enciclopedismo en Portugal, y especialmente en las letras amenas” capítulo III do Libro Sexto (pp. 614-615 mais concretamente).

¹⁰⁶ O referido texto do oratoriano português deu lugar a uma continuação castelhana em versão feminina, *La mujer feliz, dependiente del mundo y de la fortuna*, dedicada pelo Filósofo Incógnito (o Padre Andrés Merino, chamado no século Manuel Antonio Merino de Irigoyen) a dona Luísa de Bourbon. Esta continuação espanhola (1786) foi posteriormente traduzida para português por Luís Caetano de Campos e publicada em 1807 (cfr. anexo 1.1-70). Acerca da recepção da obra do Padre Almeida em Espanha podem ver-se, ainda, José F. Montesinos (1980), Cao (2008) e, sobretudo, dois estudos de Zulmira C. Santos que

Passando ao termo *ad quem* (não pré-determinado, como se disse), inicialmente tencionava-se estender a pesquisa pelo século XIX fora – um século XIX (propositadamente) vago e *tentacular*; um século XIX que, *histórica e culturalmente* entendido, não começava em 1801 nem rematava em 1900¹⁰⁷. As indagações exploratórias prévias (também, é preciso confessá-lo, os *pré*-conceitos sobre as relações literárias entre Portugal e Espanha em geral, e por via tradutiva em particular) levaram a acreditar que, apesar da extensão, o *corpus* de traduções resultante seria relativamente volumoso, mas exequível, mesmo numa inventariação tendencialmente exaustiva.

Depressa se veio a revelar a impraticabilidade de um tal plano no tempo disponível para a elaboração desta dissertação – como se exporá na terceira parte da tese, o rigor com o que queríamos construir o catálogo em anexo ia em detrimento da celeridade nas pesquisas, impedindo a efectiva exequibilidade do nosso projectado alargamento da investigação empreendida até datas mais avançadas –, pelo que foi preciso reavaliar os limites do marco temporal em foco e conformar-se com examinar um trecho menos dilatado.

Forçado, pois, à redução cronológica, o levantamento bibliográfico findou pelo ano de 1850 por se ter observado para começar que, tal como sugeria Pérez Corrales (2003), arredor dessa data experimentava um aumento considerável o número de textos traduzidos da literatura espanhola, designadamente dos produtores coevos hoje mais conhecidos (muitos dos quais pertencentes ao cânone actual – vê-lo-emos com mais pormenor em III.2.4). O surto de traduções de autores como Espronceda (cuja “Canción del pirata” dá a conhecer pela primeira vez em português Mendes Leal em 1846, na *Revista Universal*, como já se disse), Zorrilla (primeiro texto traduzido em 1848), Ayguals de Izco (vertido para português também de 1848 em diante, com grande sucesso), Carolina Coronado (desde 1850) ou Fernán Caballero (a partir de 1851)

se debruçam sobre o assunto amplamente – “As traduções das obras de espiritualidade de Teodoro de Almeida (1722-1804) em Espanha e França: estado da questão, formas e tempos”, *Via Spiritus*, 1994, pp. 185-208, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3450.pdf> (consultado a 2/8/2014), e “Teodoro de Almeida em Espanha: memórias e traduções”, in Ángel Marcos de Dios (ed.), *Aula Ibérica*, Salamanca, Universidad, 2007, pp. 967-983.

¹⁰⁷ Será oportuno sublinhar, neste sentido, o carácter discricionário ou convencional de que se reveste a pura cronologia secular. *Vid.*, entre outros, Aguiar e Silva (2005: 420-423) ou Pegenaute (2012), quem afirma: “It is obvious that the division into centuries means joining mathematical convention based on the decimal system with the astronomic calendar, matters which have little to do with the historical development of humanity, and for this reason, affect culture in no way”. Assim, “historically the eighteen century in Spain finishes in 1808, with the events associated with the Peninsular war. In the so-called fin de siècle in Spain the conventional boundary is established in 1898, with the extinction of the Spanish colonial empire” (Pegenaute, 2012: 117).

preludia uma sorte de *boom* tradutológico da literatura castelhana (contemporânea, insistimos, uma vez que se trata de textos assinados pelas grandes figuras coetâneas) ao longo da segunda metade do século XIX, igualmente notado pelo referido Pérez Corrales (2003), que deixa já importantes pistas apontadas neste sentido (Pérez Corrales, 2003: 81-82 e 116-142).

Ter-se-á dado, portanto, a partir daí, uma alteração qualitativa no fluxo de traduções no sentido castelhano-português que justifica o corte temporal que propomos – uma vez constatada a impossibilidade de prolongar a pesquisa bibliográfica até décadas mais próximas de nós no tempo, por ter patenteado o levantamento a que procedemos, segundo atempadamente se poderá verificar, que o panorama não era tão “paupérrimo” quanto julgava Pérez Corrales (2003: 79), pareceu-nos razoável finalizar numa altura em que os dados indiciavam o começo de uma nova fase no que ao diálogo tradutório (e não só, como em seguida se verá) diz respeito, e que, além disso, era menos desconhecida dos estudiosos das relações literárias em apreço.

Por outro lado, uma nova edição em português do *Quixote* de Miguel de Cervantes, a obra que marcou – entre outros factos e factores, como se viu – o ponto de partida cronológico da investigação, vem a lume precisamente em 1851, ajudando a reforçar o corte temporal proposto para o termo *ad quem* pelo seu paralelismo com o termo *a quo*. Trata-se de *O D. Quixote da infancia. Aventuras de D. Quixote compendiadas para uso dos meninos*, dada ao prelo em Paris, na Typographia de Pillet Fils Ainé. Apenas dois anos depois, em 1853, uma reedição da versão de 1794 (a mesma de que parte a adaptação para o público infantil que acabámos de referir) é publicada pela Typographia Universal, com o título de *Historia de D. Quixote de la Mancha*.

Depois, a mudança verificada no âmbito translativo por volta de 1850, acima descrita, coincide com um paralelo (e, seguramente, intimamente ligado com aquela) momento de estreitamento das relações literárias entre Espanha e Portugal noutros planos – mencionaremos em seguida dois sinais concretos dessa aproximação, em forma de revistas com vocação *ibérica* ou *peninsular* – e que, certamente, obedece a razões não só estéticas, como também políticas (*cfr.* Abreu *in* Buescu, 1997: 505). Apenas um dado eloquente – um dos fundadores da bilingue *Revista Peninsular* (1855-1856), Carlos José Caldeira, foi igualmente o editor da propagandista *A Ibéria*, de Sinibaldo de Mas, a obra mais destacada, mais difundida e mais contestada do iberismo

monárquico ou *União Pacífica e Legal de Portugal e Espanha*, ideal que Mas – personagem de uma versatilidade fascinante e, por acaso, o primeiro embaixador da Espanha na *China*... – concebeu junto do círculo de personalidades portuguesas com quem travou amizade encontrando-se em Macau¹⁰⁸.

Poucos anos antes de que viesse a lume a lisboeta *Revista Peninsular* (onde Sinibaldo de Mas assina vários artigos, utilizando o pseudónimo de Silvio Silvis de la Selva), fundava-se, em 1852, o periódico portuense *A Península. Jornal Litterario e Instructivo*, entre cujos objectivos estava, segundo é declarado no editorial do primeiro número, o de “principiar – principiar unicamente – a tarefa de fazer conhecida entre nós a literatura espanhola, bem como o grau de desenvolvimento a que têm chegado alguns ramos da ciência social na nossa irmã e vizinha” (ver Abreu, 2005, por onde citamos). *A Península* (1852-1853) foi o “órgão da geração pioneira de 1852 que constituiu um verdadeiro ponto de viragem no intercâmbio cultural com a Espanha” (Victor de Sá *apud* Pereira, 2002: 221), troca que seria depois continuada, confirmando essa mudança de rumo, pela já referida *Revista Peninsular* (1855-1856).

Por outra parte, para acabar de avalizar a baliza, alegamos razões que se prendem com a história política e cultural de Portugal, o espaço importador. Também desse ponto de vista parece justificado o corte temporal estabelecido, pois, a partir de 1851, inaugura-se a fase de relativa estabilidade conhecida como a *Regeneração*. Após o turbulento período de institucionalização de um liberalismo ainda em luta com os resistentes refugos do Antigo Regime, o último dos pronunciamentos militares no Portugal de oitocentos (o de Saldanha, em Abril daquele ano) põe fim ao Cabralismo e consolida a nova ordem e o regime constitucional. Inicia-se assim uma etapa que põe termo as agitações vividas numa primeira metade do século XIX diante da qual “o historiador hesita, claudica, retrai-se perante o universo de «grandes» e de «grande» e sente-se por vezes impotente para retratar, muito menos compreender e interpretar, o que perpassa ante os seus olhos” (A. H. Oliveira Marques, 2002: 9-10).

¹⁰⁸ A primeira edição do texto em questão, que foi em português (e anterior à publicação do texto de partida castelhano), saiu em Lisboa no ano de 1852, prefaciada por Latino Coelho – o seu mais que presumível tradutor –, sob o título de *A Iberia. Memoria escripta em lingua hespanhola por um Philo-Portuguez, e traduzida em lingua portugueza por um Philo-Iberico*. Em breve lapso de tempo apareceram mais duas reedições em português, corrigidas e ampliadas. *Cfr.* Pereira (2002), que estuda a história textual e a recepção desta obra em Portugal.

Estimamos, enfim, que conseguimos evitar (ou, pelo menos, minimizar) a arbitrariedade ao estabelecer um lapso temporal assente em factos significativos para a importação por via translativa que aqui se pretende investigar.

Consoante se expôs nesta epígrafe, a fixação dos limites cronológicos foi feita, em primeiro termo, em função de acontecimentos relevantes concernentes a actividade tradutória em análise, cumprindo desse modo o desígnio de que fosse o próprio objecto de estudo (as traduções da língua castelhana publicadas em português) a determinar o período concreto que se iria contemplar do alto do *muro* – a circunscrever, por outras palavras, a porção da *muralha* a que nos havíamos de *assomar*.

Simultaneamente, julgamos ter satisfeito o desejo de que esses cortes temporais, fundamentados em fenómenos translativos, não ficassem segregados de outros planos com os que a história da tradução literária se articula, nomeadamente a história política, a qual, segundo vimos, muito tem a dizer no relativo aos contactos entre a literatura espanhola e a literatura portuguesa – acrescentando por vezes mais uns tijolos ao *muro* que afasta a *China* da *Tartária*, propiciando noutras ocasiões a abertura de *fendas* com vistas ao Outro peninsular.

II. Enquadramentos teóricos, metodológicos e historiográficos. Como (de que fundamentos e princípios, com que ferramentas) assomar-se ao *muro*

Procede-se, nas primeiras quatro secções desta segunda parte da tese (capítulos II.1 a II.4), a explicitar o marco teórico (em parte já anunciado e discutido, até questionado, nas páginas anteriores) em que se ampara a presente dissertação, bem como a metodologia adoptada – serão os *arneses* e *piolets* de que nos valeremos na *escalada do muro*.

Nas duas últimas epígrafes (II.5 e II.6) esboça-se o marco ou contexto (histórico, literário e cultural) em que teve lugar o intercâmbio translativo de textos literários que na terceira parte do estudo nos propomos observar panoramicamente – um enquadramento historiográfico que consideramos, também, instrumento indispensável para *nos assomarmos ao muro* e que realizamos, designadamente, a pensar em ulteriores desenvolvimentos de uma investigação que damos apenas por iniciada, pois, consoante vimos expondo, deve seguir o seu curso.

Em qualquer caso, o contexto em que decorre o diálogo tradutor entre as línguas castelhana e portuguesa que aqui nos interessa é, como poderá facilmente deduzir-se (*vid. infra* II.5 e II 6), mais do que um mero (e estático) “cenário” ou “pano de fundo”, pelo que o entrosamento entre tal contexto e a actividade tradutória em apreço, por nós (somente) *enxergado*, deverá ser mais profundamente explorado nessas (almeçadas) prolongações do presente trabalho – é o caso, nomeadamente, do impacto que em dita actividade teve a censura (*vid. infra* II.6.2), insuficientemente equacionado nesta nossa abordagem, para o bem e para o mal, *extensiva*.

Segundo se pôde perceber acima, o estudo da tradução entre as línguas espanhola e portuguesa encara-se aqui da perspectiva do conflito e a dependência cultural estabelecidos entre estas duas literaturas do espaço ibérico (às vezes com terceiras literaturas de permeio) aquando do seu contacto e interacção, o que nos situa no âmbito das teorias sistémicas e do entendimento do universo literário (ou *campo*, na teoria sociológica de Bourdieu, 1991) como uma trama complexa em que se tece uma rede de relações entre as partes, e cuja dinâmica (intra ou intersistémica) responde ao princípio da oposição dialéctica.

Situamo-nos, igualmente, na órbita da *história cultural comparada* impulsada já a finais do século passado por Mario J. Valdés e Linda Hutcheon (1994), em que o objectivo de uma renovada história literária, *repensada comparativamente*, passa pelo estudo não apenas da produção, mas também da recepção literária – incluindo, portanto, a história da tradução –, e onde requerem especial consideração as “condições institucionais de funcionamento da cultura” e as “coordenadas espirituais e materiais de diverso signo [...] que condicionan o labor dos axentes culturais” (Casas, 2004: 54-55).

Partindo dessas premissas, e como já se indicou no momento da sua apresentação, o objectivo desta tese é fornecer um conjunto de dados bibliográficos e um espaço de reflexão geral para o desenvolvimento de futuros trabalhos e estudos de caso relativos a um marco cronológico que julgamos relevante no que às relações literárias entre Espanha e Portugal diz respeito.

Tratando-se de uma investigação de tipo extensivo, e não intensivo, e sendo o lapso temporal examinado relativamente amplo, uma (eventual) abordagem histórica interna ou *textocrítica* das traduções em apreço não constitui o escopo das nossas pesquisas. Toda vez que o estudo que apresentamos está ligado, antes, à história externa da tradução, enquadra-se, do ponto de vista metodológico, numa subárea dos Estudos Descritivos da Tradução que se apresenta “in the making” ou “under construction” (Wolf, 2007a: 31) e que pode ser referida mediante o “umbrella term” de sociologia da tradução, *sociology of translation studies*, *socio-translation studies* (Daniel Simeoni, 2007) ou *socio-traductologie* (Yves Gambier, 2007).

Fundamenta-se dita área no entendimento da tradução como uma actividade socialmente regulada (Hermans, 1985, 1996 e 1999; Toury, 2012 [1995]) e adopta um cariz interdisciplinar (Wolf, 2007a: 2 e ss.) – uma interdisciplinaridade que é, de resto, congênita aos Estudos de Tradução (Duarte, Rosa e Seruya, 2006), e que se prende com a mesma idiossincrasia do objecto pelo que se interessa. Visto que “its subject is by nature located in the contact zones «between cultures»”, os fenómenos de que se ocupa esta área de estudos demandam, como veremos já a seguir, um tratamento metodológico e epistemológico igualmente *transfronteiriço* ou *permeável*: “the multifaceted forms of communication which shape the issues undertaken within translation studies call for us to go beyond disciplinary boundaries” (Wolf, 2007a: 3).

A mesma disposição interdisciplinar, e por análogas razões (embora, consoante mais logo observaremos, o objecto de estudo resulte neste caso, porventura, ainda muito

mais difícil de definir), requer e é inerente ao campo da Literatura Comparada, que nos últimos tempos vem concedendo à tradução o lugar que lhe cabe enquanto forma privilegiada de comunicação entre literaturas, de circulação das obras além das suas fronteiras culturais e, em muitas ocasiões, de constituição dos próprios sistemas literários. Por isso, se “durante muito tempo” as traduções foram neste âmbito “consideradas como veículos demasiado imperfeitos, é sobre elas que recai hoje a maior atenção” (Chevrel, 2004: 62).

II.1. Os Estudos de Tradução (ou de “como um sub-ramo de uma disciplina se transformou numa trans-disciplina”)

A tradução constitui uma parcela particularmente proteica (fugidia, até) das (ditas) ciências humanas, em sintonia com a complexidade do próprio (e esquivo¹⁰⁹) fenómeno translativo como tal, o qual reclama uma abordagem multidisciplinar em que cada uma das diversas áreas convocadas a contemplá-lo “tan sólo es capaz de ofrecer una visión parcial de la traducción que prioriza una determinada faceta” (Mayoral, 2001: 61). Também Mona Baker (*in* Baker e Malmkjær, 2006: 280) nota que “no approach, however sophisticated, can provide the answer to all question raised in the discipline nor the tools and methodology required for conducting research in all areas of translation studies”. Não é de estranhar, assim sendo, que nesta era do *translation turn* (Bassnett e Lefevere, 1990; Bassnett, 1998a ou 2003) tenha concentrado a tradução tal quantidade de desvelos teóricos, como é já lugar-comum assinalar, passando ela de uma centenária consideração marginal (particularmente no campo literário, que é de resto o alvo da maior parte das meditações tradutológicas desde sempre) para o reconhecimento não só do seu papel central na construção das culturas (Bassnett e Lefevere, 1998¹¹⁰),

¹⁰⁹ A tradução, lugar do entre, situa-se nesse fronteiroço algures-nenhures, nesse imaginário ponto de intersecção entre o que nem é lá, nem é cá – mas, antes, as duas coisas ao mesmo tempo. O tradutor, ser híbrido por várias razões (entre outras, pelo facto de desempenhar simultaneamente o papel de receptor e emissor), movimenta-se sempre em território limítrofe: entre línguas, culturas, identidades, etc. *Cfr.* Pym, 1998: 177-192. Este autor define assim os tradutores: “translators *are* intersections” (Pym, 1988: 182).

¹¹⁰ Vista a onnipresença das traduções (e reescritas, mais em geral) nos processos de aquisição de um dado capital cultural, “rewriters and translators are the people who really construct cultures on the basic level in our day and age. It is as simple, and as monumental as that. And because it is so simple and yet so monumental, it is also transparent: it tends to be overlooked” (Bassnett e Lefevere, 1998: 10). A mesma ideia é veiculada por Miguel Ángel Vega Cernuda (Vega, 2004 [1994]), ao reflectir sobre a insuficiente atenção concedida à tradução – mecenato financeiro incluído – apesar da óbvia dependência que dela têm todas as actividades humanas. A reflexão de Vega é feita nos seguintes (alegóricos) termos: “Tal vez sea el de la traducción el destino de lo vehicular, de lo medial: pasar desapercibido. El miope y el présbita no tienen conciencia del servicio que le prestan sus gafas nada más que cuando les faltan o cuando les fallan.

como ainda da função paradigmática que ocupa “tanto na *epistémé* da modernidade como na epistemologia em geral” (Baltrusch, 2005: 14)¹¹¹.

Essa ingente (inabarcável, até *selvática*: Moya, 2010) produção *científica* sobre a matéria data, porém, de tempos muito próximos em termos relativos. Na verdade, deparamo-nos com “una vieja actividad, una muy antigua actividad, pero una muy reciente disciplina si consideramos que el status de disciplina se adquiere cuando una materia se institucionaliza académica, científica o socialmente” (Teresa Carré *in* Mayoral, 2001: 9). O pensamento crítico ocidental sobre a tradução – prática que, com efeito, acompanha a humanidade desde os seus primórdios, e que desde cedo também suscita reflexão, tantas vezes metaforicamente *traduzida*¹¹² – ficou secularmente moldado por um particular *texto traduzido*: as Sagradas Escrituras, que logo no Génesis atribuem a um castigo divino perante a ousadia dos seres humanos a origem mítica da necessidade de traduzir. Sendo o texto que goza de uma mais dilatada tradição translativa, a Bíblia teve, ainda, um outro influxo a este respeito. A tradução foi encarada na teoria e assumida na prática como uma *fatal* distorção do tabu (masculino, segundo as teorias feministas da tradução) do *original* – o *verbum Dei* –, cuja exegese não podia ser confiada ou permitida a qualquer um, com o risco de vir a *profanar* a sua pureza *virginal*. Daí que o tradutor (*traidor, herege, copista*) haja sido, não raro, uma

Quizá sea buen síntoma que no pensemos en la traducción. No vemos la traducción, porque nos hemos acostumbrado a su mediación, porque se nos ha hecho ambiente, medio físico, porque, a pesar de los pesares, sigue funcionando, cumpliendo sus tareas, tareas que responden a uno de los más bellos condicionamientos de la naturaleza social del hombre: el polimorfismo lingüístico” (Vega, 2004: 18).

¹¹¹ Função paradigmática que transparece, também, na mudança de perspectiva operada no seio do comparatismo no mundo (e no tempo) pós-colonial, particularmente ao considerar a situação das culturas *in between* (as das antigas colónias) e o diálogo entre literaturas com relações de poder assimétricas (literaturas heterónomas ou dependentes), pois nesses casos “o que se caracterizava como cópia imperfeita do modelo instituído pela cultura central passa a ser visto como resposta criativa, e o desvio da norma valoriza-se pela dessacralização que efectua do objecto artístico” (Coutinho, 2001: 322).

¹¹² Para além de numerosos estudos sobre a tradução da metáfora como problema tradutológico, existem igualmente alguns trabalhos que se debruçam sobre as metáforas através das quais se vem tentando expressar o que é a tradução; ou, melhor dizendo, através das quais vem sendo *representado* o pensamento acerca da tradução ao longo do tempo (e do espaço). Esse pensamento metaforicamente representado pode proceder tanto da parte de quem traduz – pois “o tradutor não traduz sem reflexão” (Pais, 1997: 19), e de quando em vez explícita e põe por escrito os problemas defrontados na prática –, como da parte de quem recebe o que outro traduziu – os leitores, consumidores que são (somos) de textos traduzidos, também podem tornar-se em críticos ou teóricos da tradução –. Ademais do dito em I.3.1 acerca dos tropos espaciais usados nos Estudos de Tradução e da origem metafórica da própria palavra *tradução*, no decurso da história tem-se recorrido a muitas outras imagens figuradas. Os âmbitos aonde se vão buscar são do mais variado: pintura (a tradução como *cópia* do original), botânica (a tradução como *replantação* de flores em solo estrangeiro), indústria têxtil (os *tapices por el revés* cervantinos, uma comparação que procede do mundo clássico: *cfr.* Catelli e Gargatagli, 1998: 239), economia e relações laborais (a tradução como *transacção* ou *comércio* de bens, a tradução como *escrava* do original), música (o tradutor como *intérprete* da partitura que é o original), obrigações *femininas* no tradicional contrato matrimonial ou transgressão dessas mesmas obrigações (a tradução como *reprodução* do original, as *belas infieis*), etc.

figura sob suspeita no curso da história, condenada por via de regra ao ostracismo social e chegando, nalguns casos, a pagar com a vida ou a prisão as suas *ousadias* interpretativas¹¹³.

Enquanto área de conhecimento, de Cícero a Benjamin, de São Jerónimo a Schleiermacher, a tradução recebeu durante séculos um tratamento especulativo assistemático de carácter tendencialmente normativo, visando a descrição do que uma tradução *deve* ou *deveria ser*, não do que *é*. Nesse longo período prototradutológico (ou paratradutológico, se se preferir), todo o interesse residia, essencialmente, em defender um determinado método tradutor em nome de uma dita *fidelidade* (quer ao *autor* do texto fonte, quer ao leitor do texto traduzido): ora o que costuma receber o nome de *tradução literal*, também chamado, outrora, *verbum de verbo* – no qual o tradutor obriga o seu leitor a se esforçar para ir ao encontro do autor do texto de partida; ora o método da *tradução livre* ou *ad sensu* – aquele em que o tradutor deixa sossegado o leitor do texto traduzido para obrigar o autor do original a ir ao seu encontro.

Essa dicotomia entre tradução livre *vs.* literal, à volta da qual girava toda a matéria de discussão, manteve-se de certa forma vigente até hoje¹¹⁴, embora tendo em conta já o facto manifesto e reconhecido de que o tradutor opta por um ou outro método (ou melhor, e mais ajustado à realidade da prática tradutora, por uma combinação de

¹¹³ Alguns exemplos da segunda (e mais extrema) situação poderão encontrar-se em Delisle e Woodsworth, 2005. *Vid. tm.* o eloquente título do livro Santoyo (1996): *El delito de traducir*. A propósito da primeira – a marginação ou invisibilidade social, mas também *textual*, do tradutor – cabe citar Venuti (1995), quem defende o uso de métodos estrangeirizantes precisamente como forma de resistência a essa invisibilidade do tradutor, característica segundo este autor das traduções domesticadoras. É essa uma postura próxima da “ética del traducir” pela que advoga Antoine Berman, a qual passaria por “reconocer y recibir al Otro en cuanto Otro” (*apud* Guglielmi, 2002: 307). A respeito da censura às práticas domesticadoras realizada por Berman e outros autores, pode ver-se, ainda, o seguinte estudo – claro, elucidativo e perspicaz – de Pere Comellas: “Algumas Reflexões Sobre a Tradução à Letra Segundo Berman”, *Scienica Traductionis*, n.º 9, 2011, pp. 152-167.

¹¹⁴ Como aponta Vega (2004: 13-14), “el estudiante y el estudioso de la traducción [...] deberán convencerse de que lo que se dice en nueva fraseología y terminología es el heracliteano eterno retorno de la polémica: libertad / fidelidad, adaptación / traducción, imitación / versión...”. *Cfr.* noções como “equivalência formal” *vs.* “equivalência dinâmica” (Nida e Taber), tradução ao modo *romântico* *vs.* tradução ao modo *clássico* (J. L. Borges), método anti-ilusionista *vs.* método ilusionista (Jiří Levý), formas miméticas *vs.* formas orgânicas (Holmes), tradução semântica *vs.* tradução comunicativa (Newmark), adequação *vs.* aceitabilidade (Toury), visibilidade-estrangeirização *vs.* invisibilidade-domesticação (Venuti, Schleiermacher), etc. É por isso que, “a pesar de una historia tan rica y a pesar de la talla de quienes han escrito sobre el arte y la teoría de la traducción, el número de ideas originales y significativas sigue siendo muy limitado. [...] Casi sin excepción, desde Cicerón y Quintiliano a nuestros días, reaparecen en el debate las mismas tesis y refutaciones” (Steiner, 2001: 248). Veja-se, no que diz respeito ao pensamento sobre a tradução em Portugal (do século XV até ao XX), a antologia preparada por Pais (1997).

ambos em diferentes momentos do processo¹¹⁵) condicionado pelas circunstâncias e o escopo do acto tradutor, pelas instruções do iniciador e pelas convenções da cultura meta¹¹⁶. Assim, “hablar de fidelidad o infidelidad, de mayor o menor belleza [nas traduções *belles*, *mais infidèles* e nas *feias fiéis*]” deixou de ser “un criterio suficiente para revelar su esencia [y] la perspectiva cultural de la que derivan y a la que se dirigen, es decir, para manifestar las que se definen como las *condiciones* de la traducción” (Guglielmi, 2002: 303-04). Partindo da assunção da *infidelidade* do tradutor, manipulador, como um facto inegável, é, antes, o como e o porquê dessa manipulação o que precisa ser esclarecido e objectivado mediante estudos empíricos. Contudo, segundo nota Esteban Torre (2001: 13), e ao contrário do que acontece “en las llamadas ciencias *positivas*”, nas “ciencias del *espíritu* –y la ciencia de la traducción es una de ellas– [...] ciertos pensamientos y fundamentos epistemológicos rebasan todos los paradigmas, y aparecen y reaparecen con la misma frescura de su primera formulación”, razão pela qual as acima referidas especulações proto- ou paratradutológicas não perderam interesse.

Apesar desta longa tradição, a tradução só começa a ser *pensada* de forma mais sistemática e paulatinamente menos prescritiva a partir de meados do século passado. Vista por décadas como (apenas) uma (mecânica) operação verbal, foi a Linguística a área em que num primeiro momento se inseriram uns estudos mais rigorosos sobre a tradução, que se presumiram *científicos* e que giravam em torno da noção de *equivalência* – de um “conceito biunívoco e descontextualizado de equivalência” (Duarte, 2001: 7)¹¹⁷. Em qualquer caso, é como sub-ramo desta disciplina¹¹⁸ que dá os

¹¹⁵ Na prática, essa dicotomia resulta inoperativa (e, por isso, revela-se como sendo falsa), pois “las decisiones del traductor no son resultado de una estrategia global simple y coherente (los traductores no se decantan meramente por la aceptabilidad o la adecuación, ni por una estrategia global de domesticación o exotización, para después plegarse a esa decisión global en todo momento). El comportamiento del traductor surge a menudo de un conflicto de intereses, prioridades y lealtades, precisamente porque, como cualquier ser humano, el traductor o la traductora asume una diversidad de roles, habla simultáneamente diversas voces, y adopta un abanico de estrategias, a menudo contrapuestas, en el curso de una sola traducción e incluso en cualquiera de sus fragmentos” (Baker, 2002: 53). *Vid. tm.* o estudo de Comellas há pouco referido (nota n.º 113 da página anterior).

¹¹⁶ Daí que a tradução se deva colocar sob o signo da *negociação* (Eco, 2005). A própria natureza do processo, o qual implica uma contínua tomada de decisões por parte do tradutor (opções que este faz tendo em conta as circunstâncias atrás enumeradas: escopo, características dos receptores e da cultura meta, etc.), obriga a reequacionar a noção de *equivalência*, posto que o texto de chegada não é *igual* ao texto de partida. O tradutor assume que a sua tarefa implica ganhos e perdas (*vid. tm.* Bassnett, 2003: 61) e, para *dizer a mesma coisa*, comporta-se como um *gestor de riscos* ou um *problem-solver*.

¹¹⁷ A complexidade (pluralidade terminal e dependência contextual) da chamada *equivalência* foi logo posta em relevo pelos Estudos de Tradução, quer ao procurar apurar as circunstâncias que determinam a escolha, de entre os múltiplos *equivalentes* possíveis (à partida, virtualmente indeterminados, pois o próprio conceito de significado é dinâmico, instável, contextualmente dependente) para um mesmo

primeiros passos (sistemáticos) a futura “interdiscipline” (Bassnett, 1998b: 26) ou “trans-disciplina” (Duarte, 2001: 7) que receberá o nome de *Estudos de Tradução* – embora, na realidade (ou seja, na prática), a investigação em tradução, sobretudo na sua vertente histórica, também ficasse abrangida de forma mais ou menos periférica pela Literatura Comparada (*vid. infra* II.2).

Todavia, o impasse teórico que para a Linguística significou a tese da intraduzibilidade, gerado pelo confronto das teorias neo-humboldtianas da linguagem (como a hipótese de Sapir-Whorf) com essa inicial concepção do facto translativo como mera transposição de significados – sem reparar em que o que se traduz não são línguas, mas textos (Coseriu *apud* E. Torre, 2001: 7) –, obrigou a uma progressiva reformulação da localização epistemológica e até da natureza ontológica da tradução. A abertura que para a própria Linguística significou o “pragmatic turn” da década de 1970 (Snell-Hornby, 2006), conduziu a que se encarasse a tradução como (mais) um acto de comunicação (tal como a produção dos *textos originais*, também eles *traduções* – de pensamentos, ideias, outros textos...), a que o alvo das pesquisas se deslocasse para os factores extratextuais que estão na génese dos textos de chegada e, em última instância, à emergência dos Estudos de Tradução como uma disciplina independente.

O poliédrico campo de conhecimento à volta da tradução foi adquirindo, de facto, uma dimensão tal que, pela mesma década de 1970, começou a parecer oportuno reclamar a sua autonomia disciplinar quer com respeito à Linguística, quer com respeito à Literatura Comparada – outro dos domínios em que tradicionalmente, segundo já notámos, se enquadrava¹¹⁹. Foi esse o intuito de James S. Holmes (1988 [1972]) quando estabeleceu que os por ele baptizados como *Translation Studies* – designação que acabou por triunfar, no âmbito anglosaxónico e não só, em detrimento de outras suas parciais concorrentes como *Tradutologia* – se subdividiam em três grandes ramos (estudos teóricos, estudos descritivos e estudos aplicados), em que a vertente descritiva

segmento-fonte, de um equivalente dado para um texto traduzido concreto, quer ao mostrar as consequências de tais escolhas (nunca transparentes ou inocentes). A questão, pois, e uma vez que a equivalência total não existe, deixará de ser posta em termos qualitativos (*i. e.*, se um texto ou segmento é equivalente a outro ou não) para passar a ser formulada em termos quantitativos (grau de equivalência). Da mesma maneira, é abandonado o ahistoricismo anterior para sublinhar-se, ao invés, a historicidade das traduções.

¹¹⁸ Estes inícios são, aliás, marcantes – ainda hoje é frequente que os livros relacionados com a área da tradução se encontrem em muitas bibliotecas universitárias associados à área da Linguística.

¹¹⁹ “In the 1970s, anyone working in translation studies experienced a clear demarcation line between that work and other types of literary or linguistic research. The study of translation occupied a minor corner of applied linguistics, an even more minor corner of literary studies, and no position at all in the newly developing cultural studies” (Bassnett, 1998a: 124).

devia fundamentar as outras duas. Ou seja: só dispondo de uma descrição empírica dos fenómenos (textos traduzidos) seria legítimo especular sobre esses mesmos fenómenos e desenvolver instrumentos auxiliares para a prática da tradução e a formação de tradutores. Embora divulgado em grande escala apenas de forma póstuma, “The Name and Nature of Translation Studies” exerceu uma muito significativa ascendência nos investigadores posteriores (*cfr.* Snell-Hornby, 2006: 41) e, pese as deficiências que se possam apontar ao mapa então traçado (*v. gr.*, Pym, 1998: 1-4), este trabalho de Holmes, *tradutor* ele próprio de uma significativa mudança de paradigma no campo (Duarte, 2001: 7), permanece como referência inelutável e como sinal inequívoco da alteração, profunda e profícua, operada na forma como a tradução é encarada¹²⁰.

O avanço dos Estudos de Tradução, que se vieram a consolidar na década de 1980 e 1990 com o subsequente “cultural turn” (*vid.* Bassnett e Lefevere, 1990; Snell-Hornby, 2006: 47), nova viragem que supôs a deslocação do interesse dos textos para as culturas, entendendo o fenómeno tradutor como um “intercambio cultural en sentido amplio” (Guglielmi, 2002: 322), foi desde então extraordinário, mas à intensidade do trabalho na área corresponde-lhe uma não menor extensão e consequente atomização (Sabio e Fernández, 1998: 7), acompanhada de um igualmente crescente hibridismo metodológico e disciplinar. Dessa forma, “the house of translation has, indeed, many mansions now” (Bassnett e Lefevere, 1998: 5). Aliás, dentro dos Estudos de Tradução têm cabimento perspectivas relativamente distantes como a Teoria de Polissistemas, a *Skopostheorie*, a Escola da Manipulação, a Desconstrução, os *Gender Studies* ou os Estudos Pós-Coloniais¹²¹, que nem sempre se conjugam mas sim coadjuvam no enriquecimento constante dos seus procedimentos e na progressão desta disciplina, macrodisciplina, interdisciplina ou transdisciplina.

Algumas vozes críticas, nomeadamente provenientes da pedagogia da tradução, estimam, todavia, que os Estudos de Tradução, particularmente na sua vertente descritiva, “no nos proporcionan hoy por hoy medios suficientes para encontrar mejores

¹²⁰ A propósito das ligações entre Estudos de Tradução e Literatura Comparada, que serão tratadas mais à frente (epígrafe II.2), não se pode deixar de notar já que o título da tantas vezes citada conferência *inaugural* (para os Estudos de Tradução) de Holmes é devedor do ensaio homónimo que uma década atrás havia dedicado René Wellek à Literatura Comparada – “The Name and Nature of Comparative Literature” (1962).

¹²¹ Alguns destes paradigmas (o feminista, o pós-colonial, o desconstrutivista) deitaram abaixo ou dessacralizaram muitos pressupostos de partida até então inquestionáveis – da noção de ‘autor’ à de ‘cânone’, passando pela de ‘original’ – e contribuíram para chamar a atenção sobre outro marginado ou *subalternizado* dos estudos literários: as traduções. *Vid.*, entre outros, Arrojo (1993), Bassnett e Trivedi (1999), Carbonell (1997), Guglielmi (2002: 325-335) ou Moya (2010: 169-232).

soluciones de traducción ni para orientar la formación de nuevos traductores” (Mayoral, 2001: 16). Teoria e prática deviam complementar-se e, no entanto, segundo Moya (2010: 14), “los traductólogos han caído finalmente en la cuenta de que los beneficiarios de estas reflexiones no parecen necesitarlas porque dominan la práctica traductora”. Outro dos reparos que se fazem aos Estudos de Tradução, de algum modo ligado ao anterior, tem a ver com a atenção qualitativa e quantitativamente excessiva que se tem concedido à literatura, obliterando ou descurando outras práticas discursivas. Assim, Pym (1998: 195) lamenta que “since some of our most influential institutional locations have ‘literature’ in their names, a focus on literary texts has well and truly dominated translation history, sometimes to the point where other forms of translation seem not to exist”. Terá sido seguramente esse o caminho mais trilhado pelos investigadores, mas nada impede que os métodos dos Estudos de Tradução se venham a aplicar a outras áreas menos atendidas (a publicidade, o jornalismo, a legendagem e dobragem fílmicas, a interpretação ou tradução oral, etc.) – antes pelo contrário, a exploração desses métodos para observar práticas translativas não literárias já começou a verificar-se, ficando patente a sua operabilidade.

No que diz respeito à (in)utilidade didáctica dos Estudos de Tradução – naturalmente, não se entrará aqui no debate de se a tradução é uma “arte” ou uma “ciência”, de se é possível ensinar a traduzir e, sobretudo, como –, às críticas acima sintetizadas pode-se (e deve-se) contrapor pelo menos, uma observação e um argumento. A observação, de Miguel Ángel Vega, visa sublinhar o “valor teórico y epistemológico” de toda a reflexão gerada em torno da tradução, “desde las poéticas iniciales” de pendor normativo até aos “modelos complicadísimos” da actualidade, apesar do seu discutível “valor pragmático” (Vega, 2004: 61).

O argumento, fornecido, entre outros, por Virgilio Moya (2010), leva-nos a reconhecer que “el que la gente pueda traducir a la perfección en una lengua extranjera sin preocuparse de los mecanismos internos que rigen el fenómeno de la traducción no significa que los intentos por describir dichos mecanismos sean inútiles”, e também não impede que “los aprendices de traductor saquen de la teoría [e da história] alguna lección que les sirva para la práctica y para que los traductores profesionales traduzcan mejor” (Moya, 2010: 14). Para Carlos Castilho Pais é “legítimo esperar que esta reflexão [teórica] se produza no interior das actividades de ensino. Porque só se ensina o que se conhece”. Assim, a teoria (bem como a história) da tradução constitui um

caminho que “pode não conduzir ao *fazer traduções*, mas conduz ao *conhecimento de uma prática de homens*. E quando assim é vale sempre a pena o esforço” (Pais, 1997: 21, destacados do autor). No fundo, os Estudos de Tradução estão para a formação de tradutores profissionais como os estudos literários (a Teoria e a História da Literatura, por exemplo) o estão para a formação do escritor:

Una teoría, por muy buen que sea [...], no puede hacer que una persona incapaz de expresarse llegue a ser un buen traductor; del mismo modo que no se puede conseguir, ni con la mejor de las teorías literarias, que alguien que no sepa escribir se convierta en un escritor o en un poeta” (Katharina Reiss *apud* E. Torre, 2001: 12).

Se a existência dos estudos literários não é posta em causa pela sua incapacidade de formar escritores peritos; é incompreensível que se esgrimam idênticos argumentos para rebater a validade e interesse dos Estudos de Tradução. Aliás, “if translation is, indeed, as everybody believes, vital to the interaction between cultures, why not take the next step and study translation, not just to train translators, but precisely to study cultural interaction?” (Bassnett e Lefevere, 1998: 6).

É preciso reivindicar, por isso, a legitimidade que os Estudos de Tradução possuem *per se*, sobretudo naquela que é a sua vertente basilar, a descritiva, independentemente do (questionável e questionado, consoante se vê) pendor didáctico-preditivo que assumiram desde Holmes, particularmente nas outras duas vertentes que conformam as três grandes ramificações em que o autor estrutura os Estudos de Tradução, atrás mencionadas. Se estes dois últimos ramos, o aplicado e o teórico, se preocupam, respectivamente, pelo que a tradução *deveria ser* ou pelo que a tradução *pode ser*, a faceta descritiva em que ambos assentam interessa-se pelo que a tradução *é*. Assim, o ramo que veio a ser conhecido como Estudos Descritivos de Tradução tem como objecto, segundo o concebem Holmes (1988 [1972]) e Toury (2012 [1995]), o estudo das traduções enquanto factos empíricos da cultura que os acolhe, podendo orientar-se para um dos seguintes aspectos interdependentes: os produtos, os processos que lhes subjazem ou a sua função no contexto sociocultural em que têm lugar, tendo em conta que a tradução é uma actividade governada por normas.

Esta vertente descritiva dos Estudos de Tradução fornece um modelo metodológico (ou teórico-metodológico) de que aqui deitamos mão justamente pelo valor heurístico e procedimental que já tem demonstrado na abordagem de investigações de tipo histórico (*vid. infra* II.3) que pretendem responder a inquietações

análogas às nossas – as quais, ao fim e ao resto, não deixam de ter as suas implicações *didácticas*. Em primeiro lugar porque, em última instância, percorrer um caminho como o que aqui nos propomos, e fazê-lo para tentar atingir uma finalidade (um desafio) como o acima exposto (*vid. supra* I.1), é uma forma de “aprender más sobre el otro y sobre nosotros mismos” (Moya, 2010: 15). Além disso, e embora admitamos que seria bom fechar, no futuro, a “brecha existente entre teoría y práctica” (Moya, 2010: 15¹²², *vid. tm.* Bassnett, 1998a: 124-125), parecem-nos óbvios os benefícios que da história da tradução podem ser retirados pelo *praticante* da tradução e, portanto, inegável a sua utilidade na formação de tradutores (ou intérpretes) profissionais¹²³. Quer se prenda o interesse do investigador “more with translating than with translation”, quer seja à inversa, como é o nosso caso, “there is no reason why both mansions should not be able to coexist in the house of translation” (Bassnett e Lefevere, 1998: 7).

Por fim, também não é consensual em que lugar se devem colocar os *transdisciplinares* Estudos de Tradução em relação a outras áreas de estudo (*vid.* Duarte *et al.*, 2006) e se é plausível, mesmo, outorgar-lhes a autonomia ou independência disciplinar que, pelo menos *de factum*, alcançaram. Tratar-se-á em seguida, no próximo capítulo, da problemática ligação que mantêm, especificamente, com os estudos literários comparatistas – na medida em que a Literatura Comparada nasce do entendimento de que raramente as literaturas surgem “solas o aisladas” (Guillén, 2007: 321), não é de estranhar que ela se tenha preocupado desde sempre com a tradução, embora sem constituir tradicionalmente, no âmbito dos estudos literários em geral, um “tema de primera importancia” (Steiner, 2001: 278).

¹²² Basil Hatim (2001: 7) recusa a “unhelpful” dicotomia entre teoria e prática e faz um apelo a um processo mais dinâmico (que ele chama *reflexivo*) em que “theory and practice mutually enrich one another”. *Vid.* também Chesterman e Wagner (2002). O mesmo Chesterman (1997) dizia o seguinte no seu prefácio a *Memes of translation*: “Many practising professional translators are suspicious of theory, or may be of the opinion that there is no such thing as a theory of translation anyway. Translator trainees, too, often feel that what they need is simply more practice, not high-flown talk about abstract theory. In response to such claims, I argue that a translator must have a theory of translation: to translate without a theory is to translate blind. I also argue that theoretical concepts can be essential tools for thought and decision-making during the translation process. My third aim is thus to demonstrate that translation theory can be useful – to translators themselves, to trainees and to their teachers.” Até das abordagens normativo-prescritivas ao estudo da tradução, em que “o translató [...é] submetido a uma leitura de carácter retrospectivo, visando exclusivamente medir o intervalo e aquilatar o desvio que o distanciam do texto de partida”, se pode retirar algum ensinamento. Flor (2009: 131), apesar de reconhecer que “em termos epistemológicos, a mera formulação de juízos valorativos sobre a famigerada fidelidade do translató ao original dificilmente cumprirá objectivos consentâneos com a natureza do conhecimento científico”, admite todavia o desempenho de um “papel fulcral na formação pedagógico-didáctica dos futuros tradutores profissionais”.

¹²³ Sobre a pertinência da história da tradução a este particular, ver Delisle, 2003, onde recorda as vantagens já outrora (num artigo de 1994, publicado no número 39 de *Meta*) enumerados por Lieven D’hulst, ou Sabio Pinilla (2006: 28-31).

Seja como for, parece claro que (como sublinham, entre tantos outros, Bassnett e Lefevere, 1990: 12, ou Sabio e Fernández, 1998: 9) o ramo descritivo dos Estudos de Tradução resgatou a literatura traduzida, o âmbito que aqui nos ocupa, da sua tradicional posição periférica. Não porque a tradução estivesse ausente, insistimos, nos estudos literários até aí, tanto nos adscritos à perspectiva comparatista (como se acabou de notar) como à nacional(ista), do ponto de vista sincrónico (crítica literária) como diacrónico. Com efeito, também nas histórias da literatura (nacionais) se encontram (esporádicas) referências às traduções, designadamente “cuando no tienen más remedio, al tratar la Edad Media o el Renacimiento, por ejemplo” (Even-Zohar, 1999b: 223), e porque “muchas de las obras más influyentes en cualquier tradición son traducciones, no composiciones «nativas»” (Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 134).

A questão é que essa presença da tradução, essas referências e esses estudos das obras traduzidas não incorporavam a tradução “a la relación histórica de manera coherente” (Even-Zohar, *ibid.*), ao carecerem de um marco teórico que os auxiliasse. O desenvolvimento dos Estudos Descritivos da Tradução, e o postulado da existência de um subsistema conformado pela literatura traduzida (Even-Zohar, 1990c [1979] e 1999b [1990, 1ª versão de 1978]), com uma posição e uma função dentro do campo no seu conjunto (com umas relações e correlações na rede de co-sistemas que ali interagem, portanto) veio preencher essa lacuna teórica.

Uma das consequências mais imediatas é a própria consideração da tradução como produto (da cultura de chegada e, portanto, submetido às regras dessa cultura) e como forma de relacionamento entre literaturas numa dimensão que ultrapassa o velho conceito de *influência*. A obra traduzida já não é encarada, desta perspectiva, como a “consecuencia mecánica” de uma obra *fonte*, mas antes como “un producto cultural *original* [itálico nosso] que arranca, sin duda, de un texto de partida y que, sin embargo, marca luego su propia *alteridad* portadora de un valor originario y al mismo tiempo de un valor autónomo” e capaz de se tornar, por sua vez, “«fuente» de otras lecturas e interpretaciones, origen de ulteriores procesos culturales” (Guglielmi, 2002: 293-94). Ou seja, “el proceso de traducción es un *instrumento* del circuito de comunicación al que hay que devolver la propia dignidad de *texto* que existe en cuanto «relación de textos»” (Guglielmi, 2002: 323) e que é preciso abordar, como toda a forma de interferência ou de contacto entre literaturas, tendo em conta “the state of each of the

systems [dependente ou independente, estabelecido ou não estabelecido] involved” (Even-Zohar, 1990b: 55).

II.2. A Literatura Comparada (e os Estudos de Tradução)

Não menos multifacetado e irredutível do que o fenómeno translativo, o heterogéneo *objecto* literário também não se deixa esgotar pelos olhares diversos que, como aquele, atrai ao seu redor. O estudo comparativo da literatura é um deles, um desses “precarios miraderos” a partir do qual “se efectúa el *découpage* de la inmensidad de la literatura” (Guillén, 2007: 23) – precisamente o que mais se tem empenhado por apreender a forma de *pensamento complexo* que possa “amoldarse a semejante complejidad” (Guillén, 2007: 13) –, e conta com uma longa história institucional; no entanto, desde que a Literatura Comparada¹²⁴ começasse a proclamar-se publicamente como área de estudo específica até hoje, para além de se ter declarado a sua morte iminente por várias vezes¹²⁵, não se vem deixando de tentar dilucidar a questão essencial, a saber: o que é *Literatura Comparada*?

As respostas possíveis são subsidiárias, para começar – e sem entrar noutras dimensões problemáticas, metodológicas e não só, a que nos levaria um exame aprofundado da questão que nem podemos nem devemos fazer aqui –, de uma determinada concepção do que seja, por sua vez, *literatura*, e a este respeito é possível detectar, como faz Remo Ceserani num (didáctico) esforço de síntese, duas tendências contrapostas (Ceserani, 2004: 1-23): ora se entende que a literatura é uma forma singular e autónoma da comunicação humana, com traços independentizadores e valores intrínsecos que a distinguem de outras formas de discurso (perspectiva essencialista ou

¹²⁴ Acerca da fortuna e até da pertinência da designação *Literatura Comparada*, corrente nas línguas românicas, podem ler-se as palavras iniciais do primeiro capítulo de todo um clássico nestas matérias: *Entre lo uno y lo diverso*, de Claudio Guillén (2005 [1985]: 27, mais nota de rodapé reproduzida em 393-394). Observa o autor como este calco do francês, de cuja história se ocupou Wellek em “The Name and Nature of Comparative Literature”, resulta insatisfatório ou pouco feliz para aludir ao estudo comparativo da literatura (ressalva que não partilha Brunel, 2004: 1). Sugestiva é também a ideia que aí veicula Guillén sobre a Literatura Comparada não tanto como um *objecto* mas, antes, como um desejo ou um anelo (2005: 28 e ss., *passim*).

¹²⁵ Uma visão sinóptica das crises, *mortes* e *ressurreições* da Literatura Comparada pode encontrar-se, por exemplo, em Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 11-53 e 199-226 (“Prefacio”, capítulo 1, “La literatura comparada y el futuro de los estudios literarios”, e capítulo 9, “El retorno a la literatura”). Veja-se, ainda, o prólogo escrito por Guillén para a segunda edição de *Entre lo uno y lo diverso* (Guillén, 2005: 11-24), intitulado “La Literatura Comparada y la crisis de las humanidades”.

imanentista¹²⁶); ora se estima que a literatura é “un nombre que la gente da de vez en vez y por diferentes razones a ciertos escritos ubicados dentro del campo de lo que Michel Foucault denominó *prácticas discursivas*” (Terry Eagleton *apud* Ceserani, 2004: 3).

Em consonância com estas duas perspectivas polarizadas¹²⁷, a Literatura Comparada ora é vinculada à crítica literária, defendendo-se a centralidade e auto-suficiência do texto literário (seria este um comparatismo *non contextualista*, em expressão de Tomo Virk *apud* Casas, 2004: 51); ora fica estreitamente ligada à história da literatura, concedendo-se importância não só ao texto literário como também – às vezes, mais – aos restantes elementos (extratextuais) que participam desse acto comunicativo (comparatismo *contextualista*).

Naturalmente, ‘textualismo’ e ‘contextualismo’ não têm de se excluír nem muito menos de se anular mutuamente. Oportuno será introduzir, desde logo, algumas ressalvas a esta (nossa) apresentação taxativa, limitada a dois extremos, em simplificação sem dúvida reducionista e redutora de um horizonte muito mais complexo. Pascale Casanova (2001: 15), por exemplo, observa que não há crítica ou interpretação dos textos que se pretenda “específicamente literaria” que não seja “sin embargo histórica”. Portanto, é, de facto, possível “superar esta división entre crítica interna y externa” ou restabelecer “el eslabón perdido entre la literatura, la historia y el mundo” sem renunciar ao “principio rector de la autonomía del texto” (Casanova, 2005: 66)

Helena Buescu (2001b: 92), que chega a análogas conclusões pelo raciocínio inverso, também defende a legitimidade e a necessidade de fazer conviver essas duas

¹²⁶ Veja-se a seguinte definição de *literatura* em Domínguez, Saussy e Villanueva (2016: 27-28), num capítulo que é da responsabilidade principal deste último autor: trata-se do “uso estético” da linguagem; ou seja, de “una de las expresiones más sublimes del lenguaje humano” que se dá “cuando hablantes dotados de una especial sensibilidad y competencia utilizan la lengua para producir una expresión artística”. O mesmo Villanueva oferece, mais adiante, num outro capítulo da sua autoria principal (Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 208), uma (dupla) definição mais abrangente: “en su acepción más general”, afirma, é “el conjunto de saberes transmitidos a través de la letra impresa”; numa “variante relativamente reciente”, continua, a literatura é identificada “con los textos de concepción y funcionalidad estética”. Não obstante, insiste-se também nesta epígrafe em expulsar do território ‘sagrado’ do literário os produtos de consumo maciço ou “de usar y tirar” (*cfr.*, por exemplo, as páginas 212-214).

¹²⁷ A estas duas grandes tendências contrapostas podem superpor-se, no âmbito da tradutologia, duas formas igualmente antagónicas de encarar a *traduzibilidade* dos textos literários. Parece que a consequência tradutológica da primeira óptica, aquela que sublinha a singularidade do literário, é a de que as obras seriam intraduzíveis – uma vez que não é possível separar a *literariedade* da linguagem através da qual a obra assumiu forma literária, uma mudança de língua implicaria a perda dessa mesma literariedade.

orientações no “domínio cognitivo de cruzamento discursivo, interdisciplinar e intersemiótico” que a Literatura Comparada é. “Manter ambas sem que nenhuma hegemonicamente «anule» a outra poderá ser difícil; mas é certamente, pelo menos na minha opinião, bastante mais interessante do que dar o problema como resolvido *urbi et orbe*”. Aliás, “a disciplina comparatista parece saber renovar-se e absorver, de discursos conceptualmente diferenciados, enfoques que conjuga com a metodologia comparatista que lhe subjaz” (Buescu, 2001b: 93).

Mesmo assim, é patente que o comparatismo contextualista veio colocar hesitações epistemológicas à própria Literatura Comparada: “a orientação culturológica, dentro da Literatura Comparada”, diz-nos a mesma autora agora citada, “difícilmente poderá elidir ou até substituir a componente textológica, sem que tal substituição implique, na realidade, que o posicionamento reflexivo se situe no interior de um diferente campo de pesquisa epistemológica” (Buescu, 2001b: 92). Com a constatação da “insuficiencia del texto material para explicarse a sí mismo” (Figueroa, 2004: 521), sobrevinda já dentro das perspectivas imanentistas (v. gr., o estruturalismo, “con su aparato crítico” que “daba la impresión de una ciencia homologable con las ciencias empíricas”, mas que era “indiferente al devenir histórico de la escritura y a sus razones sociales”), e sobretudo após o advento da semiótica de orientação pragmática, da Nova Hermenêutica, da Estética da Recepção, dos Estudos Culturais, da Teoria de Polissistemas, da Teoria Empírica da literatura de Siegfried J. Schmidt, dos *Gender Studies*, dos Estudos Pós-coloniais, dos Estudos de Tradução, dos *Subaltern Studies*, etc.¹²⁸, a Literatura Comparada, submetida a um constante reposicionamento e questionamento auto-reflexivo, propendeu a atender cada vez mais a dimensão sociocultural, ideológica e histórica do facto literário, donde a já velha controvérsia: dilui-se a Literatura Comparada (e os estudos literários de uma forma mais geral) em áreas que não competem à literatura, ameaçando a própria continuidade da disciplina? São as deslocações contextualistas ocorridas no seu seio excessivas? Será que “¿hemos ido demasiado lejos saliéndonos de los confines de lo literario?” (Gnisci, 2002: 12, mas – acrescenta – “¿cuáles son estos confines?”).

¹²⁸ Sobre os contributos mais valiosos de algumas destas correntes para a Literatura Comparada, podem ver-se, por exemplo, Guillén (2005: 11-24, prólogo à segunda edição de *Entre lo uno y lo diverso*) ou Casas (2004). Os *Translation Studies* e os *Cultural Studies* seriam, “para algunos grupos de *scholars* angloamericanos”, os “nuevos horizontes transdisciplinarios” chamados a herdar o lugar, a função e os interesses da Literatura Comparada, porque “corresponderían *mucho mejor* al mundo tal y como anda hoy” (Gnisci, 2002: 16, *itálicos do autor*).

Se é verdade que “todas as ciências do homem estão contaminadas umas pelas outras” e que “elas falam a mesma língua ou podem falá-la” (Fernand Braudel *apud* Pageaux, 2004: 163); se é verdade que à Literatura Comparada, enquanto ramo das ditas ciências humanas, nada do humano lhe é alheio, não o é menos que a interdisciplinaridade crescente nas referidas humanidades acarreta uma certa *dissolução* das áreas que, até aí, se apresentavam de forma mais compacta e incomunicável. A este respeito, afirma Pageaux (2004: 135 e 144):

O comparatista tem todo o interesse em ponderar certas pesquisas realizadas por investigadores de áreas próximas, não para esquecer o estudo literário e alargar desmesuradamente o seu ‘território’, mas para confrontar os seus métodos com os dos outros [...]. Trata-se fundamentalmente de reinscrever a reflexão literária numa análise geral sobre a cultura de uma ou de várias sociedades. [...]

Não tenhamos dúvidas: é a custa desses alargamentos consideráveis das investigações e das apostas que os estudos literários [...] se poderão libertar das leituras redutoras que, de mil formas, não podem nem querem sair do texto.

Ribeiro e Ramalho (2001: 74), por sua vez, assentam:

Se a pós-modernidade veio pôr em causa a autonomia dos domínios instituídos pela modernidade (entre os quais a autonomia da esfera estética), só um «pós-modernismo de reacção» se satisfaz numa ilusória diluição das fronteiras. Um pensamento crítico, pelo contrário, é, por definição, um pensamento fronteiriço, exerce-se, não para além das fronteiras, mas *na* fronteira, isto é, mostra-se capaz de se situar nos espaços de articulação. Isto significa que o superar da obsessão disciplinar não tem que implicar o fim das disciplinas [...]. Se, [*sic*] os estudos literários devem ser capazes de convocar toda uma pluralidade de saberes – e, portanto, em certo sentido, constantemente estão chamados a transcenderem-se a si próprios –, isso não implica que tenham de desaparecer enquanto área de conhecimento.

E, ainda, Guillén (2007: 14):

Salta a la vista hoy que los métodos de investigación y de pensamiento son en gran medida comunes a muchas disciplinas, tanto humanísticas como sociales o científicas, las cuales de tal suerte pueden enriquecerse y orientarse mutuamente. Quiénes más, quiénes menos, creo que compartimos no tanto cierto acopio de saberes como un querer-saber común a tan diversas disciplinas. Verdad es que cada una ocupa su propio espacio, crea unas instituciones suyas, va marcando una trayectoria y un ritmo histórico singulares. Pero una y otra vez advertimos que los aprendizajes se entrecruzan y los paradigmas pasan de un terreno a otro, de un feudo a otro, de una índole de conocimiento a otra.

Um lúcido André Lefevere (1997) chama a atenção para a relevância social de que se pode revestir este tipo de estudos *diluídos* – ou, talvez melhor, *dialogantes*¹²⁹ – e forçosamente reticulares, interdisciplinares, sobretudo numa conjuntura em que na civilização ocidental a cultura do livro e a literatura *culta* perderam o seu lugar central como meio de transmissão de valores e, conseqüentemente, o ‘leitor profissional’ vê diminuído o seu prestígio e influxo junto do ‘leitor não profissional’, ao passo que o primeiro procura abrigo num isolamento perigoso até para a sua própria sobrevivência. Assim, aponta o referido autor, o estudo da reescrita¹³⁰ e da manipulação que ela implica permitiria ao leitor profissional (reescritor e manipulador ele próprio) abandonar o conforto do “encantador círculo de la institución académica” em que se foi refugiando (abanão autocrítico, reiterado em vários outros momentos da introdução ao volume agora citado) após a famigerada crise das humanidades, e “podría ser una forma de devolver a un determinado estudio de la literatura algo de la relevancia social más inmediata que el estudio de la literatura en general ha perdido” (Lefevere, 1997: 22).

Da mesma forma, Pozuelo Yvancos (2001) estima que a abertura do literário aos outros campos com os que aquele está imbricado não é apenas a condição necessária para uma mais cabal descrição dos próprios fenómenos literários, como supõe também uma garantia de continuação dos estudos literários enquanto disciplina científica:

[Uma] defesa do literário como mundo *sui generis* acaba por sepultar o literário numa esfera incomunicável com o que o rodeia, progressivamente posta de lado inclusivamente como disciplina que sacrifica, em virtude da sua pretensa autonomia estética, as suas possibilidades de sair de uma esfera puramente periférica e quase anedótica no panorama actual das ideias científicas. O preço a pagar por continuar situando o literário num domínio estranho, singular e inefável, como uma tarefa que propende à avaliação das suas próprias afirmações somente através do recurso a misteriosos fluidos e vagas fruições, poderia ser demasiado alto, sobretudo porque poderia supor a prática incomunicabilidade das humanidades com o contexto científico, profissional e académico de outras ciências. (Pozuelo Yvancos, 2001 [1995]: 438).

A mesma postura adoptam Domínguez, Saussy e Villanueva (2016), autores de um recente manual introdutório ao estudo da Literatura Comparada onde se incide

¹²⁹ É o adjectivo que utiliza Buescu (2001b: 92) a propósito da relação entre Literatura Comparada, Teoria da Literatura e Estudos Culturais, âmbitos ou “demarcações” cujo carácter “permeável e flexível (dialogante) não terá entretanto de ser resolvido na dissolução epistemológica” de umas disciplinas nas outras.

¹³⁰ Noção não muito distante do conceito de *transdução* desenvolvido por Lubomír Doležel (*apud* Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 137), o qual consegue dar conta daqueles fenómenos semióticos relacionados com a transmissão e circulação dos textos; isto é, de todos os elementos que intervêm entre o emissor-autor e o receptor-leitor, transformando *fatalmente* (manipulando) o texto e garantido ao mesmo tempo a sua perpetuação e sobrevivência. *Cfr. tm.* a noção de *transtextualidade* de Gérard Genette.

igualmente na urgência de os departamentos universitários de Literatura Comparada procurarem “estructuras de colaboración interdepartamental e interdisciplinaria” que possam ajudar as humanidades a sair da crise “preocupante” em que se encontram numa altura em que “la universidad humboldtiana-kantiana está siendo reemplazada en muchos lugares del mundo por lo que podríamos llamar la «universidad corporativa», una institución de educación superior que se organiza en torno a lo que el neoliberalismo clasifica como disciplinas que aportan un beneficio inmediato” (Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 21).

Estes crescentes (hoje dominantes) posicionamentos *aberturistas*¹³¹ permitem constatar, como o fazem Cabo, Abuín e Domínguez (2010: XI-XII), uma mudança de rumo nas práticas comparatistas, nomeadamente na sua vertente historiográfica, “towards peripheral areas with respect to the Eurocentric and canonical nucleus of the most traditional comparatism”. Tal viragem passa não apenas pela observação de espaços (geoculturais) pouco atendidos ou até ignorados por décadas pelos comparatistas (v. gr., a Península Ibérica) como, ainda, pela concessão deliberada de uma posição de destaque “to the phenomena and questions condemned to obscurity or marginality by nationally-based historiographies”, entre os quais, precisamente, a tradução – não é por acaso que se prevê para o segundo volume da obra citada, “currently in preparation” (Cabo, Abuín e Domínguez, 2010: XIII), uma secção dedicada justamente à tradução e outras formas de mediação¹³².

¹³¹ Posicionamentos que se entendem melhor no marco de uma certa ansiedade sobre o futuro da Literatura Comparada, a qual gerou uma autêntica “guerra da cultura” (Fox-Genovese, 2001) entre *progressistas* ou *populistas* e *conservadores* ou *elitistas*. A questão do cânone também constituiu campo de batalha para o enfrentamento de posturas exacerbadas (vid. Pozuelo Yvancos, 2001). De um lado, uma eufórica (mas falaz) solução democratizadora para a disciplina, fruto da má consciência ocidental – essa “comunidade de conquistadores arrependidos” (Amin Maalouf *apud* Guillén, 2007: 423) – para descobrir, “al final del trayecto”, que a “distancia” entre os estudiosos da literatura “reconvertidos” em analistas da cultura “con respecto a la masa popular no ha disminuido un ápice” (Resina, 2009: 155). Do outro, a resistência a inscrever a literatura no campo nada anódino do político-ideológico, expulsando-a assim do inócuo (e autónomo) paraíso ebúrneo em que ficava protegida ao reduzi-la às funções lúdico-recreativas que lhe outorga a sua dimensão estética. Polarização tão burda quanto “lamentável”, não porque “esteja desajustada aos tempos, mas justamente porque os reflecte tão bem” (Fox-Genovese, 2001: 28). Tal como demonstra Pozuelo Yvancos (2001), as teorias sistémicas resolvem perfeitamente esta grosseira e falsa antinomia.

¹³² Desde que demos início à presente tese estivemos pendentes da informação disponibilizada pela página electrónica da editora (John Benjamins) a respeito da publicação deste segundo volume – o qual se anunciava no primeiro semestre de 2015 “in process of completion” e nos primeiros meses de 2016 figurava como “n[ot]. y[et]. p[ublished].”. No momento em que revemos estas linhas (3 de Setembro de 2016), o seu lançamento parece iminente, pois o referido *site* indica não apenas “forthcoming” como, ainda, “expected September 2016”. Infelizmente, porém, nós já não iremos a tempo de o consultar.

Dado que o comparatismo persegue, hoje como nunca, a superação das extremas nacionais para descrever (e construir) uma cartografia literária autenticamente *supranacional* (Guillén, 2005), um “mapa mundial de las literaturas en que las fronteras no puedan coincidir automáticamente ni con la carta geográfica de las naciones ni con la de las lenguas” (Lambert *apud* Guglielmi, 2002: 310), parece natural que se tenha virado para a literatura traduzida com um empenho nunca visto, abrindo assim uma importante via de comunicação com os Estudos de Tradução, seja qual for a perspectiva ou modelo concreto a partir do qual se empreende tal reconfiguração do mapa literário que cabe abordar à Literatura Comparada¹³³.

Ficava referida na epígrafe anterior (II.1) a questão, problemática, da autonomia disciplinar dos Estudos de Tradução e das relações que estes mantêm com outras áreas afins. Os Estudos de Tradução estabelecem, pelas razões já esgrimidas (intrínseca inter- ou transdisciplinaridade), elos com disciplinas vizinhas, da Linguística à Antropologia, passando pela Sociologia ou os Estudos Culturais. Aliás, segundo já vimos, a história dos relativamente recentes Estudos de Tradução é a história de como “um sub-ramo de uma disciplina se transformou numa trans-disciplina capaz de mobilizar os saberes” procedentes dessas áreas “para construir criticamente um objecto novo por meio de uma multiplicidade de protocolos epistemológicos” (Duarte, 2001: 7). Desse modo, e após uma primeira etapa de luta pelo reconhecimento, o campo dos Estudos de Tradução atingiu “a point where it has a chameleon quality, able to change its colour and shape, to translate itself into many different things. And inevitably so, for lines that may once have seemed clear are now blurred and difficult to decipher” (Bassnett, 1998b: 26).

Cingindo-nos ao âmbito literário, nomeadamente ao da Literatura Comparada, que é o que agora interessa, é preciso começar por voltar a observar que a tradução esteve presente no campo desde os seus primórdios – com muita mais força, certamente, do que na historiografia das literaturas nacionais –, ora porque o trabalho do comparatista se podia (e pode) servir de traduções, mesmo que a validade deste recurso

¹³³ Com efeito, essa nova geografia *supranacional* do espaço literário proposta pelo comparatismo actual recebe nomes (e entendimentos) diferentes, com implicações igualmente diversas: *cfr.*, por exemplo, a conflituosa *república mundial das letras* de Pascale Casanova (2001) face à “boa vizinhança” que supõe a *literatura-mundo* de Helena Buescu (2013; a opção por esta designação, os matizes distintivos que a autora lhe imprime com respeito a outras próximas e a sua origem são aspectos de que se ocupa nas páginas 53 e seguintes). Depois, e a respeito do papel central concedido à tradução em todas estas ‘novas’ concepções, justo será, porém, lembrar mais uma vez a figura de Goethe – não é por acaso que o fautor do conceito de *Weltliteratur* foi, simultaneamente, um dos mais significativos pensadores da tradução na Alemanha romântica (e não só).

tenha sido discutida (ver Bernheimer, 2001 ou Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 20 e 142), ora porque fossem as traduções em si mesmas a atrair o interesse dos estudiosos enquanto concreções de contactos literários e modo de difusão de obras e autores. Afinal de contas, “traducir es siempre un acto de juicio literario comparativo” (Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 137). Tal interesse verifica-se desde o primeiro comparatismo de cunho positivista da “hora francesa” (Guillén, 2005: 71 e ss.), com a sua particular querência pelo exame da *fortuna* literária e os *rappports de fait*, e os seus característicos estudos binários (A em B) ou de *influência*¹³⁴, e prolonga-se na escola ou “hora americana” (Guillén, 2005: 86 e ss.). O clássico manual de Paul van Tieghem, representante emblemático da primeira “hora” referida por Guillén, *La Littérature Comparée* (1931), por exemplo, contempla a tradução dentro da subárea que ali se designa de *mesologia*, junto a outras instâncias mediadoras, relevantes no relacionamento entre literaturas: “algo o alguien [que] hace posible el tránsito de un texto de X a Y, de muy diversos modos: editando a X, traduciendo a X, interesando a Y, conviviendo o viajando con Y, etcétera” (Guillén, 2005: 74). Também René Wellek, nome paradigmático da segunda escola ou “hora” a que alude Guillén, considera o estudo das traduções como parte importante da tarefa do investigador em Literatura Comparada, incluídas no que este autor denomina de “comercio extranjero” (*apud* Remak, 1998: 137), o qual abrange igualmente o estudo de outros intermediários, da fortuna ou êxito, das viagens ao estrangeiro e das imagens.

Mesmo assim, a tradução ocupava tradicionalmente, como já se fez notar, uma posição menor nos estudos de vocação comparatista, que até ao último quartel do século XX vinham encarando, com raras excepções, a intermediação literária como fenómeno de segunda categoria, *subestimado* pese ao seu enorme potencial teórico e empírico. Daí que “aunque el estudio de la traducción constituye una de las herramientas más eficaces

¹³⁴ A noção (mecânica) de *influência* é fruto da *obsesión genética* (Guillén, 2005: 83) e causal desse primeiro comparatismo francês, deslumbrado pelo “prestigio decimonónico de los esquemas biológicos” (Guillén, 2005: 287) e do *idole des origines*, que confundia origem e explicação (Marc Bloch *apud* Guillén, 2005: 83-84). O conceito (este, muito mais rico e sutil) de *intertextualidade* que se desenvolveu depois veio “disipar las ambigüedades y los equívocos que la noción de influencia traía consigo” (Guillén, 2005: 287). A diferença com respeito à noção de influência fica sublinhada neste passo de Roland Barthes (*apud* Guillén, 2005: 289): “L’inter textualité, condition de tout texte, quel qu’il soit, ne se réduit évidemment pas à un problème de sources ou d’influences; l’inter texte est un champ général de formules anonymes, dont l’origine est rarement repérable, de citations inconscientes ou automatiques, données sans guillemets”. Excerto que, por outro lado, serve de ponto de partida para a crítica de Guillén às propostas de Kristeva e Barthes: “Lo que deseábamos [os comparatistas] era ahuyentar la vaguedad y el número interminable de datos que caracterizaban a los estudios de fuentes e influencias. Pero la vaguedad y la ilimitación vuelven a galope si la intertextualidad significa el anonimato y la generalidad” (Guillén, 2005: 291).

de que disponemos para analisar contactos literarios a nivel intercultural”, como afirmam Lafarga e Pegenaute (2004: 12), “ni siquiera los comparatistas han sabido o querido hasta fechas muy recientes otorgar a la traducción el reconocimiento que merece como fuerza motriz de primera magnitud en el desarrollo de las diferentes literaturas”. A prática comum durante decénios aquando do estudo das traduções literárias assentava na primazia e supremacia concedida ao texto de partida, o *original*, relativamente ao qual a respectiva tradução (a *cópia*) era considerada inferior. Eram “recurrentes e indiscriminadas” as “comparaciones fiscales entre los originales y sus traducciones para ver cuánto distaban éstas de aquéllos y denunciar así qué se había perdido en el inevitable, pero también doloroso, trasvase interlingüístico” (Lafarga e Pegenaute, 2004: 12). Dito por outras palavras, a alegada superioridade do original sobre a tradução, assumida (*pré*-suposta, dada como adquirida) nessas abordagens, fez com que o estudo da(s) tradução(-ões), numa prática *source-oriented*, servisse muitas vezes “merely to demonstrate that original’s outstanding qualities by highlighting the errors and inadequacies of any number of translations of it” (Hermans, 1985: 8). Consequentemente, a consideração dos próprios sistemas literários no seu conjunto espelhava uma hierarquização típica do mesmo discurso falocêntrico (a violência sexista que oculta a noção da *fidelidade* é notória, e atinge graus máximos na expressão *belas infiéis*) e colonial (Bassnett e Trivedi, 1999) que presidiu a abordagem da tradução por séculos – certas literaturas secundárias, dependentes, reprodutivas, femininas, traduzidas, dominadas ou inferiores limitar-se-iam a replicar – de forma *imperfeita*: desviando-os, distorcendo-os – os modelos (textuais, periodológicos, genológicos, etc.) das literaturas primárias (*fonte*), autónomas (e *autoritárias*), produtivas, masculinas, originais, dominantes ou superiores¹³⁵.

O papel assumido hoje pela tradução dentro dos estudos literários em geral, e da Literatura Comparada em particular, principia no início da década de setenta do século passado – pelos mesmos anos, repare-se, em que James S. Holmes dava a conhecer no Terceiro Congresso de Linguística Aplicada de Copenhaga o trabalho seminal para os Estudos de Tradução a que antes se aludia (Holmes, 1988 [1972]) –, com a irradiação

¹³⁵ É nessa derivação, nessa re-criação multiplicadora do texto/cultura/literatura de partida que reside, como se soube ver depois, o fascínio e o interesse de todo o fenómeno tradutor e a *originalidade* do texto/literatura/cultura traduzida. A dessacralização de conceitos fulcrais como o de *original* ou *autor* (cuja morte proclamou Barthes), inserida nos estudos literários por correntes *primeiro-mundistas* (a Desconstrução, o Pós-estruturalismo), foi proficuamente aproveitada por teóricos e historiadores de sistemas literários pós-coloniais, até então considerados periféricos, como o Latino-Americano, donde provêm novas formas de encarar as relações entre literaturas.

dos postulados da Estética da Recepção e, sobretudo, com o desenvolvimento da Teoria de Polissistemas. Ambos marcos teóricos supuseram uma mudança muito significativa com respeito às anteriores aproximações da tradução de obras literárias. A literatura traduzida – quer dizer, a tradução enquanto produto – é abordada, desta óptica, não só como um meio e um sinal de contacto entre sistemas nacionais; ela é, principalmente, encarada como fenómeno (subsistema) da cultura de chegada ou receptora¹³⁶, onde, por acaso, a historiografia literária (nacional) não costuma (ainda hoje) levá-la seriamente em conta. A escola de Constança, junto com a proeminência atribuída à preterida figura do leitor (o autor deixa assim, deve notar-se, de ser o *donos* exclusivo do texto literário¹³⁷), trouxe para os estudos literários uma – a este respeito muito expressiva, não meramente nominal – substituição do termo *influência* pelo de *recepção*. Esta transformação terminológica vai além de uma mera “cosmética de conceptos” (Moog-Grönewald, 1993), acarreta um alargamento metodológico de grande impacto nos estudos literários e supõe, também, uma alteração na forma como são encaradas as relações entre autores, obras e literaturas nos estudos comparatistas¹³⁸.

A noção de *recepção*, baseada no leitor, consegue abranger um espectro de relações interliterárias de cuja complexidade a noção de *influência*, baseada no autor, não podia dar conta. Dado que “las literaturas entran en contacto com otras literaturas porque algunos de sus lectores las han puesto en contacto” (Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 17), há um tipo de leitor, o tradutor, que adquire um particular relevo enquanto mediador intencional entre literaturas. A tradução ocupa uma posição destacada uma vez que a recepção das obras literárias em línguas estrangeiras é feita,

¹³⁶ Pontualiza Martín-Gaitero (1998: 73): “Al contrario de lo que piensan quienes creen haber abierto caminos en los Estudios de Traducción, ya Pichois y Rousseau [no manual de 1967 *La littérature comparée*, publicado em castelhano em 1969] establecían que las traducciones pertenecen a la literatura de lengua de destino antes que a la literatura del original y serían patrimonio de la cultura receptora”. Aliás, a tentativa de criação de um quadro teórico adequado para o tratamento dos produtos literários traduzidos como fenómenos de recepção encontra-se já no formalismo e no estruturalismo desenvolvidos na Europa de Leste (particularmente na União Soviética e na Checoslováquia), e também na França – Yury Tynianov, Anton Popović, František Miko, Tzvetan Todorov. Cabe destacar os trabalhos pioneiros de Jiří Levý, como *Umění překlada* sobre a arte de traduzir (1963, editado em alemão em 1969 e recentemente vertido para inglês) e “Translation as a Decision Process” (1967). Para Snell-Hornby (2006: 23), as ideias inovadoras do teórico checo não ficaram obsoletas com o passar dos anos.

¹³⁷ A Teoria da Recepção reclama o papel do leitor no processo histórico-literário, ao reconhecer que “la historia de la literatura es un proceso dinámico en el que participan tres «instancias», autor, obra y lector” (Moog-Grönewald, 1993). Os escritos de Hans Robert Jauss, que “han afectado de manera decisiva nuestra concepción de la historia de la literatura” (Guillén, 2005: 363), deram um protagonismo inaudito ao leitor ou receptor, até aí subestimado ou não atendido nos estudos literários.

¹³⁸ A noção de *horizonte de expectativas*, fulcral na Estética da Recepção, implica ou acarreta uma dimensão histórica que a aproxima da Literatura Comparada. Para esta teoria, “la consideración de la literatura es necesariamente supra e internacional, ya que las literaturas nacionales no existen como entidades independientes” (Moog-Grönewald, 1993).

geralmente, através de traduções. Isto é, a recepção das obras estrangeiras ocorre na maior parte das vezes graças à mediação, *mediante a mediação*, de um leitor ou receptor (o tradutor, intérprete da fonte da tradução) que por sua vez se torna em autor de um novo texto (o texto traduzido) e do qual depende, portanto, a existência efectiva de novos leitores ou receptores. A literatura traduzida está pronta a (re)ingressar nos estudos literários com uma relevância inédita, e esse passo cabe à chamada Teoria de Polissistemas.

Na Teoria de Polissistemas (onde sobressaem os nomes de Itamar Even-Zohar, José Lambert ou Gideon Toury¹³⁹), a tradução constitui, no polissistema de que faz parte, uma via principal (actividade primária, activa e actuante no centro do sistema) de inovação e renovação que garante a evolução e a sobrevivência desse mesmo polissistema, nomeadamente quando se produz alguma das três condições que Even-Zohar enunciou num trabalho fundacional de 1978 – literaturas *jovents*, emergentes ou em formação; literaturas *periféricas* e/ou *débeis*; literaturas *fortes* em crise (Even-Zohar, 1999b [1990, primeira versão de 1978]). Como sublinham Bassnett (1998a¹⁴⁰) ou Guillén (2005 [1985]: 356), o grande contributo ou “mérito” da Teoria de Polissistemas a este respeito é o de ter incorporado as traduções nos polissistemas¹⁴¹, concedendo à

¹³⁹ No desenvolvimento da Teoria de Polissistemas, o qual teve lugar em núcleos geograficamente diversificados (Telavive, Lovaina, Alberta...), foram aproveitados não só os princípios do formalismo russo (funcionalismo dinâmico) que a fundamentam como ainda alguns pressupostos básicos introduzidos pela Escola de Constança (na qual, segundo se viu, a tradução também ocupa um lugar de destaque). Não é por acaso, por outra parte, que esta teoria haja prosperado em espaços não só plurilinguísticos e pluriculturais, como também complexos do ponto de vista histórico e político.

¹⁴⁰ Tal como o seguidamente referido Claudio Guillén, Susan Bassnett (1998a) realça o carácter *desbravador* dos contributos de Even-Zohar e frisa a enorme repercussão do enfoque polissistémico, sobretudo no grupo de Lovaina, que o fez progredir. A autora destaca a relevância da Teoria de Polissistemas no andamento inicial dos Estudos de Tradução, na medida em que constituiu o prisma dominante no campo durante as décadas de 1970 e 1980, e conseguiu abrir “so many avenues to researches” (Bassnett, 1998a: 128). Estima, porém, que tais fundamentos teóricos foram substituídos posteriormente por novas abordagens – designadamente, as teorias pós-coloniais – nos trabalhos levados a cabo noutros pontos do mundo, como na América Latina ou na Índia: “For polysystems theory, useful though it was to start us all thinking in new ways about cultural history, was a European product” (*ibid.*). Neste ensaio Bassnett advoga, ainda, por um “translation turn” nos Estudos Culturais, cujos paralelismos evolutivos e afinidade de interesses com respeito aos Estudos de Tradução assinala, visando a convergência de ambas as áreas.

¹⁴¹ O próprio Guillén, precursor do entendimento da literatura como sistema segundo o formulara o último formalismo russo, notava em 1971 que para estudar um sistema literário histórico “es indispensable tomar en consideración también los autores pretéritos que se reeditan y vuelven a ler, los dramaturgos que se representan, los clásicos vivos y los que no lo son, los olvidados que algunos procuran recuperar y, claro está, los escritores, las obras, los géneros que se traducen” (Claudio Guillén, *Literature as System*, 1971, *apud* Guillén, 2005: 327). Para algumas críticas à Teoria de Polissistemas (que, pese a elas, se mantém perfeitamente viva hoje), podem ver-se, entre outros (v. gr., Bassnett, 1998a, *supra*), González-Millán (2001), que censura nela uma excessiva abstração e homogeneização, ou Theo Hermans (1999), segundo quem esta teoria “remains blind to all those ambivalent, hybrid, unstable, mobile, overlapping and collapsed elements that escape binary classification” (Hermans, 1999: 11).

literatura traduzida, por direito próprio, a condição de “sistema literario particular” (Even-Zohar, 1999b: 223) no conjunto de uma literatura dada, onde essa literatura traduzida se relaciona com os restantes “co-sistemas locales de la literatura receptora” (Even-Zohar, 1999b: 224). Even-Zohar concebe a literatura traduzida “no solo como un sistema integrante de cualquier polisistema literario, sino como uno de los más activos en su seno” (1999b: 224).

Assim, as obras traduzidas, resultado de uma prática complexa (influenciada pelas determinantes históricas e culturais e regulada por critérios ideológicos, políticos, comerciais...), desempenham um papel fundamental no que toca à criação do repertório necessário para assegurar a coesão e sobrevivência de uma entidade sociocultural (Even-Zohar, 2008 [1997] e 2000), no quadro dos processos dialéctico-dinâmicos entre o centro e a periferia que operam no polissistema. A literatura traduzida deve, pois, ser estudada dentro do sistema de acolhimento, como um fenómeno da cultura de chegada, no seio do qual as obras traduzidas ocupam, na sua totalidade ou em parte (pois a literatura traduzida conforma um sistema também estratificado), uma posição periférica (situação normal) ou central (situação excepcional) em função das necessidades de importação e *fortaleza* do sistema (Even-Zohar, 1999b). Os bens culturais importados transformam-se, em certas situações, em ferramentas ou modelos quer para a criação da produção literária autóctone, quer para a interpretação e actuação no mundo por parte das *personas-na-cultura* (Even-Zohar, 2000). Mas, em qualquer caso, fica claro que “se se quiser admitir que a leitura de uma obra estrangeira em tradução é o meio normal de acesso a essa obra, é absolutamente indispensável integrar as traduções no campo literário e tentar definir com exactidão as suas funções” no seio desse campo (Yves Chevrel, 2004: 63). Em definitiva,

Ha sido posible repensar ampliamente el campo de los estudios de traducción gracias al trabajo de Itmar [*sic*: Itamar] Even-Zohar e Gideon Toury sobre el «polisistema literario» como un compuesto de obras, modos y potenciales activos en un determinado momento, en el campo literario de un determinado idioma. Ahora somos capaces de ver validada una obra traducida, no solo por su relación con el original que representa, sino por la referencia a normas de la cultura y lenguaje de destino a los que se incorpora. (Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 138).

Estas renovadas perspectivas da literatura, que incorporam as traduções no polissistema, puseram fim, pois, à secular marginalização da tradução dentro dos estudos literários, os quais, se bem não a desatenderam totalmente, por muito tempo não lhe conferiram plena legitimidade enquanto forma de transformação textual, fazendo

com que ficasse relegada “to a small corner within the wider field of that amorphous quasi-discipline known as Comparative Literature” (Bassnett e Lefevere, 1990: 12). Não surpreende, de resto, que a tradução atraia desde então o interesse dos comparatistas com uma intensidade nunca vista, posto que o fulcro da Literatura Comparada reside, precisamente, no cruzamento e na superação das fronteiras entre as literaturas. Antes pelo contrário, o que surpreende é a marginalização à qual outrora esteve confinada a literatura traduzida dentro do campo de acção da Literatura Comparada.

Ora, a expansão e consolidação pelos anos oitenta do século XX dos Estudos de Tradução “as a discipline in its own right, with a methodology that draws on comparatistics and cultural history”, não supôs apenas que “the time has come to think about that marginalization”¹⁴² (Bassnett e Lefevere, 1990: 12); a própria localização epistemológica da tradução (literária) como um ramo da Literatura Comparada começa, ao mesmo tempo, a ser posta em causa. Deve situar-se a investigação em tradução (literária) no domínio de outras áreas disciplinares que não a Literatura Comparada? Continua a ser essa investigação do pelouro da Literatura Comparada? É, antes, a Literatura Comparada a que pertence aos Estudos de Tradução? Susan Bassnett sugere, precisamente, que sejam os estudos literários comparados os que dependam e se subordinem aos Estudos de Tradução e não ao contrário (Bassnett, 2003: XV-XVI, *passim*). Caberia “olhar doravante”, segundo esta autora, para os Estudos de Tradução “como a disciplina principal”, e para a Literatura Comparada como “uma área importante, mas subsidiária” (2001: 310)¹⁴³.

André Lefevere (1997 [1992]) situa a tradução (verbal) entre outras formas de reescrita literária e manipulação textual como a antologia, a edição, a crítica, a historiografia, a adaptação de uma obra escrita para cinema ou televisão (tradução intersemiótica), etc. Lawrence Venuti (1995, 1998) defende a pertença da pesquisa em tradução aos Estudos Culturais, e há um idêntico apelo para a necessidade de fazer convergir os métodos e interesses entre as “interdisciplinas” dos Estudos de Tradução e

¹⁴² Tal como alerta Venuti (1998), não é casual nem inocente a secular marginalização da tradução dentro dos estudos literários, que, segundo acima se notou, se bem não a desatenderam totalmente, não lhe conferiram por muito tempo plena legitimidade enquanto forma de transformação textual (reescrita e manipulação para Lefevere, 1997).

¹⁴³ Trivedi (2005) constata como, com efeito, “increasingly now, comparative studies of literature across languages have become the concern of Translation Studies; it is the translational tail now that wags the comparative dog”.

os Estudos Culturais em Bassnett (1998a, 2001 e 2003)¹⁴⁴. Por sua vez, Anthony Pym espera que os Estudos de Tradução cheguem a ser algo mais do que uma “part of a revitalized comparative literature (there are more things in the world than literature)”, mas receia ao mesmo tempo que se tornem uma “facet of cultural studies (a concept that remains in dire need of definition)” (Pym, 1998: xi), e as propostas de Bassnett também não convencem o autor (Pym, 1998: 196). Parece-lhe, antes, que uma extensão lógica da disciplina “could be to study all kinds of intercultural groups, in the sense of intersections of cultures. Translation studies could become intercultural studies; translation history could be an essential part of intercultural history” (Pym, 1998: xi)¹⁴⁵.

Será de uma observação deste último autor, justamente, de que aqui se partirá para tentar navegar neste aparente *mare magnum*¹⁴⁶ de cruzamentos, hierarquizações, pertenças e despertenças entre áreas disciplinares ou *intercampos* – Literatura Comparada, Estudos Culturais, Estudos de Tradução... – com tão permeáveis fronteiras¹⁴⁷. A versatilidade da tradução e a multiplicidade de enfoques a que se presta, já vistas no capítulo anterior, leva ao invocado Anthony Pym (1998: 195) a sugerir que a história da tradução “can expect to find little adequate structuring in linguistic, comparative literature or narrowly literary studies”, acrescentando a seguir: “These institutional locations should be seen as clients for our research, with all the distancing and negotiating that such a relationship implies. Translation history needs not to be identified with any one academic institution; it can be sold to several”.

¹⁴⁴ Neste sentido, o atrás citado Harish Trivedi (2005) aponta que “while the Cultural Turn in Translation Studies had proved to be an act of transformative redefinition, the Translation Turn in Cultural Studies still remains an unfulfilled desideratum, a consummation yet only wished for”.

¹⁴⁵ Uma reflexão que, de resto, caberia igualmente fazer no caso da Literatura Comparada. Talvez não fosse muito descabido pensar que faria sentido que, sem abandonar o objecto literário como fulcro das suas indagações, ela se tornasse uma parte essencial de uma *história intercultural*.

¹⁴⁶ Buescu (2001a: 43-48 e 2001b: 93-96) explora magnificamente a metáfora que se acabou de utilizar aqui numa leitura deveras rica e sugestiva de um texto de Kavafis (“Os navios”, reproduzido em Buescu, 2001a: 49-51 e 2001b: 97-98).

¹⁴⁷ Na “Introduction” a *Constructing Cultures. Essays on Literary Translation* lemos: “There is much work, and of various different kinds, to be done in the various subfields, or ‘interfields’, of translation. It is easy to imagine translation as an interfield of linguistics, for instance, of literature, and of anthropology, cultural and otherwise. [...] While the different interfields can be ‘felt’ to exist by those working in the larger field, it would not be altogether wise to try to erect barriers between them, since one can, and should, indeed learn from the other whenever necessary” (Bassnett e Lefevere, 1998: 6). Consequentemente, Susan Bassnett assevera, no último capítulo do mesmo volume, que “the moment of the isolated academic sitting in a ivory tower is over, and indeed in this multifaceted interdisciplines [a autora referia-se aos Estudos de Tradução e aos Estudos Culturais], isolation is counterproductive. Translation is, after all, dialogic in its very nature, involving as it does more than one voice. The study of translation, like the study of culture, needs a plurality of voices. And, similarly, the study of culture always involves an examination of the processes of encoding and decoding that comprise translation”. (Bassnett, 1998a: 138-139).

Uma vez que, como assinala Pym no trecho citado (com o tom cáustico, corrosivo que é apanágio deste autor), parece legítimo *vender também* a investigação histórica em tradução – como a investigação em tradução de um modo mais geral – aos estudos literários comparados, que é o que se tenciona no presente trabalho, encerrar-se-á para efeitos práticos (conquanto não se dê por concluída numa esfera metateórica ou especulativa) a questão da relação e eventual hierarquização entre a Literatura Comparada e os Estudos de Tradução – ambas *trans-disciplinas* (Duarte, 2001) que se podem debruçar sobre o mesmo *pluriverso*¹⁴⁸. Assim sendo:

La traducción, el estudio de su proceso dinámico y de las múltiples realidades culturales que lo determinan y que son determinadas por él, se cruza con la perspectiva comparada del estudio literario y cultural mediante una relación dialógica que discurre continuamente de un campo a otro, que crea conexiones y tramas, deudas y créditos, pero que al mismo tiempo no impide que los estudios sobre traducción asuman una fisonomía propia y una amplia visión propia de toda disciplina autónoma (Guglielmi, 2002: 338).

Deixávamos acima sem resposta, quando no começo deste capítulo discurríamos sobre os confins da Literatura Comparada, a pergunta relativa ao que ela é afinal (se é que *continua a ser* após as várias certidões de defunção que se lhe vêm expedindo ao longo da sua mais ou menos extensa história institucional¹⁴⁹), nomeadamente perante a indefinição do seu objecto de estudo, o carácter não exclusivo do seu método e a proliferação de áreas de estudo adjacentes ou concorrentes (os Estudos de Tradução é uma delas), que induzem a que regresse com força, ciclicamente, tal interpelação.

A Literatura Comparada surge, com efeito, como uma área problemática¹⁵⁰ mas também problematizadora, pois a sua finalidade é “leer a través de las fronteras lingüísticas” (Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 13), entendendo por *linguagem*

¹⁴⁸ “La traducción y la literatura comparada son los discursos entrelazados que nos mantienen juntos en la complejidad del mundo-mundos-literatura/literaturas-nosotros-mundos-mundo” (Gnisci, 2002: 14). *Vid. tm.* Gallego Roca, 1994: 114.

¹⁴⁹ O facto de existirem presentemente centenas de “perversos necrófilos” atraídos pelo “cadáver de la literatura comparada” (Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 15) é sinal eloquente do seu bom estado de saúde, e do contagiante “entusiasmo” com que esta alegada moribunda segue a “infectar” quem dela se aproxima.

¹⁵⁰ *Cfr.*, entre outros (v. *gr.*, os autores mais abaixo citados), Domínguez, Saussy e Villanueva (2016). Nesta obra são examinados vários aspectos que fazem da Literatura Comparada uma área problemática, quer pelo seu método (comparação como fim ou como meio? E o que é comparar?), quer pelo seu objecto (comparar o quê? Que é, ontologicamente, a literatura mundial que se propõe estudar a Literatura Comparada?), quer até pela possibilidade epistémica desse seu objecto (é cognoscível a literatura mundial?).

tanto uma língua natural (comparação entre literaturas ¹⁵¹) como outras esferas discursivas e expressivas da comunicação humana (comparação entre a literatura e outros discursos, comparação entre a literatura e outras linguagens artísticas).

A Literatura Comparada é, ademais, uma área de conhecimento provisório e hipotético, visto que, como afirmam Domínguez, Saussy e Villanueva (2016: 20), o seu objecto “aún no se conoce”. Por isso Helena Carvalhão Buescu (2001a) estabelece que, mais do que se identificar como área disciplinar pelo seu objecto de estudo, a Literatura Comparada se distingue pela abordagem (vale dizer, pelas questões que formula) em torno de tal (fugidio) objecto, e Claudio Guillén (2005: 28 e ss., *passim*) sugere que não é o seu tanto um objecto como, antes, um projecto, um desejo, um anelo.

Na realidade, esta classe de quesitos com que a Literatura Comparada lida desde sempre constitui, precisamente, a sua marca distintiva. Faz parte do “desconforto produtivo” de que fala François Lionnet, expressão de que deita mão a mesma Helena Carvalhão Buescu (2001b: 92) para descrever este tipo de desafios característicos da área, lembrando igualmente a autora o termo guilleniano de *hesitação*. Porque a Literatura Comparada, disciplina “ansiogénica” (Bernheimer *apud* Domínguez, Saussy y Villanueva, 2016: 18), é intrinsecamente *descentralizante* e, por isso mesmo, integrante e não excludente – muito pelo contrário, ela “parece seleccionada para converterse en un arte de lo intermedio, una diplomacia de las disciplinas” (Saussy *apud* Domínguez, Saussy y Villanueva, 2016: 199).

Afigura-se hoje claro, enfim, que os receios sobre “si la porosidad y maleabilidad de la literatura comparada” poderiam vir a “desnaturalizar” ou pôr em risco a própria sobrevivência da disciplina são infundados, tendo antes essa porosidade e maleabilidade “jugado a favor de su permanencia” – a Literatura Comparada “ha demostrado poseer suficientes recursos como para superar contradicciones, integrar nuevas perspectivas y progresar en el sendero de la interdisciplinariedad” (Domínguez, Saussy y Villanueva, 2016: 51) desde a sua “situação fronteiriça” (Buescu, 2001a: 14).

¹⁵¹ Não necessariamente veiculadas em línguas diferentes. Na seguinte passagem abrange-se a hipótese de que a comparação seja feita entre sistemas literários que se expressam em variantes diatópicas ou até diacrónicas da *mesma* língua, sendo às vezes precisa a tradução intralinguística: “¿Son el español o el inglés del siglo XX idiomas distintos al español o el inglés del siglo XVII? ¿Es la literatura argentina un «todo» literario distinto de otros todos literarios que también emplean el español? ¿T. S. Eliot es un escritor americano o británico?” (Domínguez, Saussy y Villanueva, 2016: 13). Foi, aliás, este tipo de práticas comparatistas que conduziu, em parte, a um dos vários momentos de crise da disciplina – a que teve lugar pelos finais dos anos cinquenta, com René Wellek ou René Étiemble como principais porta-vozes.

Tendo em conta esta porosidade inerente quer à Literatura Comparada, quer aos Estudos de Tradução, ambas transdisciplinares, gostaríamos de referir que existe, ainda, mais um âmbito de *contemplação* da literatura (traduzida) em que o cruzamento de olhares entre a Literatura Comparada e os Estudos de Tradução se revela relevante para este estudo – a esfera da Imagologia. Abrir um espaço de intersecção imagológica parece particularmente oportuno para situar uma investigação como a presente, em que se foi escolher como objecto de estudo a recepção literária do Outro por via tradutória num momento crucial para a construção identitária da nação – que é, já o vimos, *imagiNAÇÃO*.

A literatura, entre outras práticas artísticas e culturais, espelha e espalha as imagens mentais, os constructos imagológicos, que uma cultura dada projecta em relação quer ao próprio, quer ao alheio. É por isso mesmo que o estudo das representações literárias (textuais) da identidade-alteridade¹⁵² surge como um campo de investigação destacado dentro da Literatura Comparada, mormente por ser ela própria “desplazamiento hacia los otros y estudio del desplazamiento hacia los otros” (Yves Chevrel *apud* Martí, 2007: 333). A imagologia (*Image Studies* na tradição anglo-saxónica) transformou-se igualmente num foco de interesse para os Estudos de Tradução¹⁵³, dada a função criadora ou produtora e disseminadora ou difusora de imagens culturais do Outro (a cultura de partida) que cabe, desde sempre, aos textos traduzidos (ver, por exemplo, Vega, 1998: 2-3 ou Moll, 2002: 356) – os quais, por outro lado, podem igualmente “servir para constituir una determinada identidad cultural. Muchas culturas también hacen uso de la traducción para representarse y definirse (o redefinirse) a sí mismas” (Lafarga e Pegenaute, 2004: 12).

As traduções podem, assim, ser redefinidas como invenções ou construções do Outro (Wolf, 2007a: 3). É por esta via, aliás, que o estudo da literatura traduzida revela boa parte da sua potencialidade para o comparatismo, ao se tratar de (mais) uma forma, muito relevante, de “recepção e de representação do Outro” (Pageaux, 2004: 160) em

¹⁵² “Imagology does not study what nations or nationalities are, but rather how they are represented. Imagologists are well aware of the evolution through history of loaded terms such as «nation», «people» or «identity» and attempt to concentrate on more constructionist models, away from essentialist definitions” (Doorslaer, 2012: 124).

¹⁵³ Para esta frutífera intersecção ou confluência de pontos de vista entre os Estudos de Tradução e os estudos da imagem, ver, entre outros, Kuran-Burçoğlu (2000) ou Doorslaer (2012). “Translation and National Images” foi, precisamente, o mote do Iº congresso dos Países Baixos (CETRA) celebrado em Novembro de 2011, que levou o nome geral de “Transimage” e que contou com um painel intitulado “Translation Studies meets imagology” (<http://apps2.lesius.eu/transimage/ConferenceHomePage.aspx>, consultado a 22/6/2013).

que não só ficam passivamente retratadas certas imagens *pré-concebidas* como ainda são (ou podem ser) (re-)construídas, activamente (novas) imagens do Outro.

A construção de imagens culturais através da tradução (e de outras formas de reescrita) é um dos subcampos ou, melhor, *intercampos* que Susan Bassnett e André Lefevere apontavam nos finais do século passado, numa publicação que se tornou marcante pelos roteiros que deixou abertos (e iniciou) para o estudo da tradução literária (Bassnett e Lefevere, 1998), como apresentando um maior interesse e potencialidade para exploração futura, “in the new millennium”, dentro dos Estudos de Tradução:

The more the socialisation process depends on rewritings, the more the image of one culture is constructed for another by translations, the more important it becomes to know how the process of rewriting develops, and what kinds of rewritings / translations are produced. Why are certain texts rewritten / translated and no others? What is the agenda behind the production of rewritings / translations? How are the techniques of translating used in the service of a given agenda? Rewriters and translators are the people who really construct cultures on the basic level in our day and age. It is as simple, and as monumental as that. And because it is so simple and yet so monumental, it is also transparent: it tends to be overlooked. (Bassnett e Lefevere, 1998: 10).

Tal intercampo, notavam os referidos autores, encontra-se ligado ao outro “very promising interfield” – o domínio da política cultural, concretizado na política da tradução e reescrita (Bassnett e Lefevere, 1998: 10-11). Nesta ideia insiste, por exemplo, mais de uma década depois, Cristina Marinetti (2011), quando assinala que a tradução “is one of the ways in which works of literature are ‘re-written’, and these re-writings are the primary way in which cultures construct ‘images’ and ‘representations’ of authors, texts and entire periods of history”. É através da reescrita literária (da crítica, da historiografia, da tradução) que esses autores, textos e períodos históricos são projectados, dentro e fora, como padrões (ou, então, como raridades) da cultura que metonimicamente representam. “La batalla de la opinión pública se gana, o se pierde, en el campo de la cultura”, e “la imagen internacional de un país depende de las obras, los mitos o, incluso, los productos de la *cultura materiale* que una [*sic*] país acierta a colocar bien en la imaginaria social, bien en las costumbres universales, bien en la *Weltliteratur*”, pelo que a do tradutor se revela como uma tarefa essencial “para que un mundo cultural viaje de la mejor y más barata manera al exterior” (Vega, 1998: 2-3 e 13). A relação entre as imagens nacionais ou geoculturais (geopolíticas) e a tradução torna-se particularmente clara nos dias que correm, segundo faz ver Luise von Flotow (2011):

Today, in a world where labeling and branding exercises are common and extend well beyond products and their marketing to include cultures and nations, the power of translation to produce, control, and disseminate national or geopolitical (i.e. West vs. East) images can hardly be disputed. This is, in fact, what mobilizes the richer countries of the world to promote and pay for the literary translation and the circulation of books and ideas from their particular corner.

De mais a mais, e uma vez que “national literature and their canons are essentially interliterary, with no existence of their own. Every cultural system develops an image of the intersystem in which it is placed, thus defining an identity for itself” (Cabo, 2001), a tradução mostra-se como um mecanismo de primeira ordem no que diz respeito a essa *intercanonização* das obras literárias. Bourdieu (1991: 22) define a obra de arte como um *objecto-fetich*e que só existe enquanto tal pela crença colectiva que assim a *re-conhece*. Há, pois, uma *fé* na obra de arte e umas condições sociais que produzem essa crença (o valor artístico da obra), pelo que uma abordagem rigorosa à obra de arte deve levar em consideração tudo aquilo que contribui para a sua constituição como tal obra de arte; ou seja, “non seulement les producteurs directs de l’oeuvre dans sa matérialité (artiste, écrivain, etc.) mais aussi l’ensemble des agents et institutions qui participent à la production de la valeur de l’oeuvre” (Bourdieu, *ibid.*).

No caso da obra literária, os tradutores e outros actores envolvidos na produção e recepção de uma tradução constituem uma parte considerável desses agentes socialmente dotados da competência necessária para instituir o valor literário de um dado texto¹⁵⁴. Outro tanto acontece com os seus produtores ou autores, segundo nota André Lefevere: “Writers become classics, and their work becomes cultural capital not only on their / its own merits, but also because they are rewritten” (Lefevere, 1998a: 109). No referido trabalho, Lefevere prova e ilustra através de um estudo das traduções de Bertolt Brecht para a língua inglesa,

How translation, criticism, and reference works together can create the image of a writer and a work of literature. [...] I have tried to identify the agenda behind the construction of some of those images. What I have done acquires more importance if we realise that these images of Brecht are the reality of Brecht for many in the viewing and reading audience that cannot

¹⁵⁴ Mais ainda, como sugere Antón Figueroa (teórico este que se baseia em Bourdieu), a própria tradução produz, ao mudar o espaço (e o tempo, eventualmente) do objecto ou texto importado, um “efecto artístico-ficcional” nesses mesmos objectos ou textos, “tanto en aquellos inicialmente artísticos”, que se vêem dotados de uma “lectura ficcional añadida”, como dos que num princípio não o eram, mas que passam a “tener una cierta consideración artística” ao perderem com a distância (cultural ou temporal) os elementos referenciais e a função pragmática que a cultura de origem lhes outorgava e começar a funcionar como “conjunto de signos «libres» y, por lo tanto, disponibles para crear ficción” (Figueroa, 2004: 533).

understand or read German. For them the image is all there is, and not only in the case of Brecht. All the more reason why we should analyse the ways in which these, and other images are constructed. (Lefevere, 1998a: 121).

A tradução – entre outras formas de reescrita – *cria* uma imagem do texto, do seu produtor e até do sistema literário de origem ao passo que *cria*, concede ou *produz* valor literário aos textos, produtores ou sistemas literários. Não é por outra razão que a crítica refere o número de línguas para as que já foi vertido um determinado texto ou autor para apresentá-lo(s) como ‘influentes’; ou seja, para fazê-lo(s) ingressar no cânone (nacional, internacional, mundial...), juntando-o(s) ao conjunto de textos e autores que conformam o capital cultural (nacional, internacional, mundial). Desse modo, dado que a formação dos cânones (nacionais) é um processo interliterário (Cabo, 2001), e dado que tal processo se verifica através de diversas práticas de reescrita (“not only between cultures, but also within one given culture”, Lefevere, 1998c: 41), a tradução de um texto não é uma realidade que diga respeito apenas à cultura importadora (como insistentemente se sublinha nos Estudos Descritivos de Tradução, de pendor *target-oriented*¹⁵⁵). A tradução constitui, também, e de forma muito importante, um modo de canonização do texto traduzido com óbvios efeitos retroactivos na literatura exportadora. Kittel, dentro dos estudos *target-oriented*, nota-o bem quando afirma (1998: 8) que, no processo de tradução (manipulação), “the crux of the matter is that something new has been created in transit from (A) to (B) which is neither exclusively a source nor a target side phenomenon; it cannot be described satisfactory or defined solely in their respective terms, nor can it be reduced to their respective limited concerns without incurring some loss”. Por isso, “neither a specifically target-side consideration, nor an exclusive source-side consideration would do justice to this phenomenon. By necessity, it involves both sides”.

¹⁵⁵ Sobretudo no primeiro Toury (*cfr.* com Toury, 2012: 21), que chega a afirmar que as traduções são factos de um único sistema – o sistema meta (Gideon Toury, “A Rationale for Descriptive Translation Studies”, in Theo Hermans, *The Manipulation of Literature. Studies in Literary Translation*, Londres/Sidney, Croom Helm, 1985, p. 19), na tentativa (compreensível, mas exagerada e igualmente extrema) de contrariar a inércia das práticas *sourced-oriented* até então dominantes. Parece mais pertinente a opinião de Martín-Gaitero (1998: 73), numas “Consideraciones metodológicas previas a cualquier estudio de la historia de la traducción” que antepõe ao seu trabalho sobre os tradutores do 98 espanhol: “Yo no creo que el estudio de una traducción –de la historia de las traducciones– pertenezca [únicamente, gostaríamos de acrescentar nós] a la historia de la cultura receptora. [...] Una traducción no funge como una obra literaria propia de la literatura nacional, aunque esté escrita en la lengua materna del lector, lo cierto es que pertenece acaso a la *Weltliteratur*, y más en concreto, a la Historia de la Traducción, que es la disciplina que debe ocuparse del estudio de las traducciones y los traductores”.

Que as traduções são, também, realidade da cultura de partida, que dizem respeito e importam a essa cultura, fica patente, por exemplo, em polémicas como a originada entre a França e Portugal à volta da identidade literária da exitosa pseudotradução *Lettres portugaises*, atribuída a Mariana Alcoforado e publicada em 1669¹⁵⁶, ou a que se desenvolveu entre a França e a Espanha a partir da “restituição” para a língua castelhana do romance, igualmente muito bem-sucedido, *Gil Blas* de Lesage (1715-1735), cuja consideração como um plágio pelo Padre Isla (e não só: Voltaire foi o primeiro a lançar tal acusação) acabou por acarretar o descrédito de toda a série picaresca francesa na Europa (*vid.* Maia, 2012: 114, 200-205; *tm. infra*, III.2.6). Encontramos mais um exemplo em Antonio Romero Ortiz (1869: 165-221), quando no longo capítulo – que antes tinha sido artigo de revista – consagrado a “El vizconde de Almeida Garrett” não só acusa a este escritor de decalcar, pelo menos esporadicamente, modelos espanhóis, como aproveita ainda o ensejo para tachar de plágios outros textos portugueses – a tragédia *Inês de Castro*, de António Ferreira, por exemplo¹⁵⁷ –, num contumaz rebaixamento da literatura portuguesa e os seus representantes imagológicos que caracteriza a visão deste tão peculiar *lusófilo*¹⁵⁸; uma visão ou imagem da literatura portuguesa que, em passagens como as agora aludidas, obstinadamente passa pela reivindicação do alheio como próprio.

¹⁵⁶ *Vid.* Maribel Malta Paradinha, “Manipulação, tradução literária e identidade nacional”, artigo publicado em 2009 no *Anuario de Letras Modernas* da UNAM, n.º 15, disponível em http://www.journals.unam.mx/index.php/al_modernas/article/view/31123, consultado a 5 de Maio de 2012

¹⁵⁷ Passamos a citar: “Su [de “el exclarecido [*sic*] Antonio Ferreira”] tragedia *Inés de Castro*, á pesar de sus coros tan poco adaptables á la escena moderna, honraria en extremo á Portugal, si no fuese, como es nuestro concepto, una traduccion ó un plagio de la que imprimió veintiu años antes en Madrid F. Jerónimo Bermudez con el título de *Nise Lastimosa*” (Romero Ortiz, 1869: 178). Em nota de rodapé, logo a seguir ao trecho transcrito, faz o contrário – reivindica um texto derivado da literatura portuguesa como *próprio*: “Ha sucedido con la «Nise lastimosa» lo mismo que con el «Amadís de Gaula,» [*sic*] libro que se atribuyó durante largo tiempo al caballero Vasco de Lobeira, no tan sólo por los escritores portugueses, sino por críticos extranjeros tan entendidos y diligentes como Bouterwech, Sismonde de Sismondi y Ticknor; y que, sin embargo, es “galardon propio de la literatura castellana,» [*sic*] como lo ha demostrado con razones, en nuestro concepto incontestables, el Sr. Amador de los Ríos en su «Hist. Crít. de la lit. esp.» Tomo V, pág. 79” (Romero Ortiz, *ibid.*).

¹⁵⁸ Eis uma amostra eloquente do rebaixamento a que nos referimos, e que justifica, segundo acreditamos, que qualifiquemos o seu autor como um *lusófilo sui generis* (os sublinhados são todos nossos): “Si [Almeida Garrett] hubiese aparecido en *Francia*, después de Molière y de Racine, y al mismo tiempo que Víctor Hugo y Alejandro Dumas, ó en *Inglaterra* en pos de Shakespeare y á la vez que lord Byron, ó en *España* con posterioridad á Calderon y Tirso de Molina y á la par que Espronceda y Martinez de la Rosa, brillaria hoy como un escritor ameno, como un vate de elevada inspiracion; y hé ahí todo. Pero cúpole la fortuna de aparecer en *Portugal*, quando *ese pueblo atrasado, perezoso, apático y rehacio* marchaba todavia con los andadores de Gil Vicente y de Camões, y su fama y su gloria han tomado gigantescas é inmensas proporciones” (Romero Ortiz, 1869: 166).

Este tipo de contendas sobre a origem dos textos literários e a sua condição ou não de versões mais ou menos reconhecidas de outras línguas só pode compreender-se ao levar em consideração o peso da tradução enquanto índice de fortaleza dos sistemas literários em concorrência na república mundial das letras (Casanova, 2001), pois a capacidade de exportação cultural de uma língua-literatura é sinal da sua ascendência e conferidora de prestígio (*vid.* Heilbron, 1999), e enquanto elemento conformador dos cânones literários, quer os nacionais, que os da literatura-mundo (remetemos, de novo, para Cabo, 2001).

A imagologia interessa aqui, enfim, por termos como ponto de partida a hipótese de que o intercâmbio translativo que se pretende contemplar nesta tese fica determinado pelas imagens recíprocas que condicionam de um modo geral as relações entre Espanha e Portugal¹⁵⁹ – imagens essas que dizem respeito não só às nações como também às mesmas literaturas envolvidas –, e que por essa via (a da tradução) podem querer *re-construir-se*. Mais uma vez é preciso invocar a noção de espaço e a sua revalorização epistémica mais recente (*vid. supra* I.3.1), pois esse espaço adquire sentido e relevância na definição e construção da identidade, bem como na percepção de (e nas relações com) o Outro pelas que passa indefectivelmente a construção *dialogica* do Eu/Nação. De resto, como já se viu, a própria unidade geocultural *ibérica* ou *peninsular*, como “entramado doxológico” que é (Domínguez, 2004a: 526), assenta em boa medida em pressupostos (auto- e hetero-constructos) imagológicos.

Kuran-Burçoğlu (2000), no que constitui um dos primeiros trabalhos que vieram explicitar a relação entre a tradução, a construção de imagens e a formação da identidade nacional, bem como os benefícios de fazer convergir as perspectivas da imagologia e dos Estudos de Tradução, distingue – e ilustra com exemplos retirados da história da tradução de diversas tradições: turca, alemã, etc. – três fases ou âmbitos do fenómeno translativo em que as imagens sobre o Outro apresentam um impacto potencial não negligenciável. Os dois primeiros estágios dizem respeito ao processo

¹⁵⁹ “La traduction suppose, jusqu’à un certain point, une représentation préalable de la culture-source et il convient d’utiliser ces données qui relèvent de l’imagologie pour saisir, en amont, l’écriture d’une traduction” (Pageaux, 1994: 49-50). Também Antón Figueroa (2004: 530) relaciona importação e imagem no trecho que se segue: “La actitud frente a la violencia simbólica de la relación externa (desde cada campo), violencia «aceptada», rechazada o incorporada mediante los complejos de inferioridad o superioridad, son puntos importantes para explicar las estrategias, funciones previstas y realizadas por la importación. [...] La permeabilidad frente al exterior, los mecanismos que se utilizan para controlar la importación y sus efectos, los resultados y la capacidad de reacción están condicionados por el imaginario previo de la «entidad» del extranjero, por la configuración de la propia creencia en relación con el otro.”

tradutor, nomeadamente à selecção dos textos para traduzir prévia ao processo em si e às escolhas e decisões que o tradutor ou a tradutora vai fazendo e tomando aquando da produção do texto de chegada; enquanto que o terceiro se prende com o processo receptor.

No presente estudo, que pretende situar-se no âmbito das investigações que lidam com a questão da “image construction or modification in or through translation” (Doorslaer, 2012: 126), encara-se a tradução como actividade ideológica e intercultural, desenvolvida e patrocinada por uns agentes sociais (tradutores, editores e outros intermediários), cuja intenção ou *missão* (cumprida ou gorada) é intervir no *statu quo* para referendá-lo ou para subvertê-lo, sobretudo quando “lo que no es posible en el ámbito político es perfectamente practicable en el plano cultural” (Resina, 2009: 46). O intuito é, a partir de tal entendimento da actividade traslativa, observar as relações que por essa via estabeleceram as literaturas nacionais portuguesa e espanhola enquanto “metáforas da identidade” (Franca Sinopoli *apud* Casas, 2004: 46, n. 1), num lapso temporal em que justamente se estavam formando essas duas (simbólicas, metafóricas) *identidades literárias fortes* dentro do sistema interliterário ibérico, seguindo o dúplice (e contraditório?) processo assinalado por Abreu (2007, 2013).

II.3. A história da tradução

A inscrição da tradução no tempo, a *temporalidade* da tradução, é um dos aspectos patenteados no clássico ensaio de George Steiner *Depois de Babel* (2001 [1975]). Com efeito, e em primeiro lugar, os textos, originais ou traduzidos, estão inseridos no tempo, além de serem construídos com um material igualmente temporal (logo, cambiante) como é a língua. Por outra parte, traduzir é actualizar o passado e toda a leitura do passado é tradução (do passado para o presente). Por isso, para Steiner, a tradução não pode, dada a sua *historicidade*, ser teorizada – as teorias no âmbito das humanidades, assevera, não passam de meras “fanfarronadas arrogantes o un préstamo, transparente en su patetismo, de la envidiable suerte y progreso de la ciencia y la tecnología” (Steiner, 2001: 17). A tradução pode e deve, antes, ser descrita nos seus processos; isto é, na sua diacronia. Também Bassnett e Lefevere (1998: 6) asseveram: “Translation is in history, always. It is, in many cases, a vital factor within history, and the more we learn about its history, the more obvious this fact becomes”.

As ligações entre a história e a tradução são igualmente sublinhadas por Samuel López Alcalá, num livro que consagra justamente a *La historia, la traducción y el control del pasado*. No segundo capítulo, de teor historiográfico, faz-nos ver o autor (López Alcalá, 2001: 57-97) os caminhos de ida e volta através dos quais o tempo histórico e a tradução se influenciam mutuamente. Por um lado, “la manera de traducir” vem imposta pelo projecto histórico – vale dizer, pela concepção do presente em função da visão do passado – dominante no espaço-tempo do sujeito tradutor. O *cronotopo* determina, portanto, a escolha dos métodos tradutores e o próprio conceito de *traducción* (bem assim como as noções a ele afectas de *fidelidade*, *sentido*, *original...*), mas também “qué obras se traducen y qué otras han de consignarse al olvido” (López Alcalá, 2001: 94).

Por outro lado, no sentido inverso, a tradução não é apenas a mais destacada das “herramientas de control del pasado” (López Alcalá, 2001: 71-86) como também “se convierte en un instrumento en manos de la historia” (López Alcalá, 2001: 97). Reconhecida a “dependencia prácticamente total de lo escrito para experimentar el pasado” (López Alcalá, 2001: 72), e dado que as fontes para a elaboração dos relatos do passado estão frequentemente escritas em línguas alheias ao conhecimento do historiador ou do leitor para o qual escreve aquele, parece claro que “la historia no se puede escribir sin la traducción” (2000: 97)¹⁶⁰. Afirmam Bassnett e Lefevere (1998: 6), por seu turno, que “it is not exaggeration to say that if we want to study cultural history, the history of philosophy, literature, and religion, we shall have to study translations to a much greater extent than we have done in the past”. Não existe, enfim, área do conhecimento que possa ser desenvolvida sem a tradução – somos, todos, filhos de Babel.

O ponto extremo de entrecruzamento destes dois conceitos próximos, e em tantos aspectos reciprocamente dependentes, concretiza-se na história da tradução, campo “de pleno direito dentro dos ET [Estudos de Tradução]” (Seruya, 2015: 223), apesar de que o seu lugar “no mapa da disciplina” esteja ainda “longe de ter ali a evidência de outros objectos de estudo” (Seruya, 2015: 221). É verdade que a história da tradução não figura de forma explícita no mapa inicial de James Holmes (1988 [1972]), nem noutros que posteriormente recartografaram a disciplina a partir daquele (Seruya,

¹⁶⁰ Donde a perplexidade do autor perante o facto de que “la traducción no se incluya entre las disciplinas auxiliares de la historia” (2001: 58), em pé de igualdade com a epigrafia, a paleografia ou a arqueologia.

2015: 221-222). Todavia (e como nota a mesma Seruya, 2015: 221), Holmes não encerra o seu célebre e influente artigo sem se lembrar da dimensão histórica da área (*cfr.* Holmes, 1988: 80). Já umas páginas atrás do mesmo ensaio encontramos, aliás, referências à história da tradução – concretamente, quando se ocupa das abordagens descritivas orientadas para a função ou orientadas para o produto. Ao comentar o primeiro enfoque (“function-oriented DTS”) diz-nos que “it is often introduced as a kind of sub-theme or counter-theme in histories of translations and in literary histories”; ao explicar em que consiste o segundo (“product-oriented DTS”), conclui que “one of the eventual goals of product-oriented DTS [Estudos Descritivos de Tradução] might possibly be a general history of translations – however ambitious such a goal may sound at this time” (Holmes, 1988: 72).

Não é de estranhar que Holmes estabeleça como finalidade última do Estudos Descritivos de Tradução, como propósito para o qual se encaminham os estudos individuais desenvolvidos no seu seio, a configuração de uma história geral das traduções – uma ambição que, por acaso, já tinha sido anteriormente enunciada por outros estudiosos da tradução¹⁶¹. Afinal de contas, segundo já vimos em II.1, o objecto de análise dos Estudos Descritivos de Tradução radica nas traduções entendidas como factos empíricos – ou seja, já existentes, *históricos* – da cultura receptora.

Constituindo a reconstrução da história das traduções a finalidade última dos Estudos de Tradução no ramo (basilar) descritivo que contempla o mapa traçado por Holmes, pode-se consequentemente afirmar que estudar a tradução “équivaux en quelque sorte à reprendre l’histoire du monde, l’histoire des civilisations, mais par le biais de la traduction” (Henri van Hoof *apud* Delisle, 1996: 39)¹⁶². Tal desiderato ou utopia vem originando, com efeito, um número crescente de estudos históricos, bem como reflexões sobre a própria metodologia da história da tradução¹⁶³. São esses estudos necessariamente parciais, dado o carácter incomensurável do projecto (*cfr.* Seruya, 2015: 223 e ss.), e perseguem também, como logo veremos, diferentes alvos por

¹⁶¹ Assim, em 1963, György Radó, numa intervenção pública realizada no IV Congresso da Fédération Internationale des Traducteurs celebrado em Dubrovnik que serve a Sabio Pinilla para situar o nascimento do “interés moderno por la investigación en historia de la traducción” (2006: 22).

¹⁶² Sendo assim, é natural que a tradução, e em concreto a história da tradução, interesse não apenas aos tradutólogos, mas também aos filólogos, linguistas, historiadores da literatura (medievalistas, hispanistas, lusitanistas...), historiadores das ciências, historiadores da Bíblia, estudiosos das relações internacionais... até aracnologistas, como Theodore H. Savory (Delisle, 1996: 38-39).

¹⁶³ A este respeito, pode consultar-se o terceiro capítulo do ensaio de López Alcalá (2001), atrás citado, intitulado “La cuestión metodológica desde la perspectiva de la teoría de la historia”.

caminhos igualmente diversos, dada a natureza instável ou heterogénea e multifacetada do objecto a historiografar (Seruya, *ibid.*)¹⁶⁴.

De resto, não se trata, na realidade, de uma área propriamente ‘nova’, pois a história da tradução começa “a few minutes after the practice of translation itself”, com a ponderação teórica que a prática acarreta, uma vez que “as soon as translators or witnesses explain how or why a translation has been carried out – or someone tells them how or why it should have been carried out – their discourse is partly historical, just as it is partly theoretical” (Pym, 1998: 12)¹⁶⁵. Porém, uma abordagem da história da tradução mais sistemática e autoconsciente data apenas da mesma altura em que começam a abrolhar os Estudos de Tradução, momento em que, como vemos, alguns dos seus artífices começam a reclamar a urgência da elaboração de uma história mundial, geral ou universal da tradução. Era necessária, igualmente, uma dimensão histórica que viesse legitimar a área dos Estudos de Tradução, tal como acontece em todas as disciplinas científicas¹⁶⁶, e que pudesse alicerçar através da observação retrospectiva dos factos (mediante o estudo diacrónico da prática da tradução e do pensamento sobre a tradução a que essa mesma prática foi dando lugar) as vertentes teórica e aplicada desses mesmos estudos.

Assim o dispôs Antoine Berman (1964) num dos primeiros volumes em que o aspecto diacrónico da tradução passa a constituir o fulcro do interesse e que, por essa razão, tornou o seu autor num nome destacado de entre os pioneiros da história (mais recente) da tradução¹⁶⁷. Afirma ali Berman que “la constitution d’une histoire de la traduction est la première tâche d’une théorie *moderne* de la traduction. À toute modernité appartient, non un regard passéiste, mais un mouvement de rétrospective qui est une saisie de soi” (Berman, 1984: 12). Pelas mesmas datas advertia também Claudio Guillén que “el traductólogo ha de ser un historiador, y de los más completos, pues no

¹⁶⁴ Pergunta a autora citada: “Do que é que falamos exactamente quando falamos de tradução? Dos textos? Da actividade? Da teoria? Dos métodos? Do ensino? Dos tradutores?” (Seruya, 2015: 225). É a sua forma de fazer-nos notar os diversos elementos conformantes “do *polissistema* da tradução” (Seruya, *ibid.*) que podem ser historiografados por esse “verdadeiro *u-topos*” que é a história da tradução (Seruya, 2015: 224).

¹⁶⁵ Para a reconstrução dos antecedentes da história da tradução (estudos diacrónicos) na Península Ibérica, *vid.* López Alcalá, 2001: 36 e ss. *Vid. tm.* Anthony Pym (2000).

¹⁶⁶ *Vid.* Snell-Hornby (2006) como exemplo de história dos Estudos de Tradução enquanto disciplina.

¹⁶⁷ Outro trabalho igualmente pioneiro, publicado em 1986 foi o de Henri van Hoof (*cfr.* López Alcalá, 2001: 21). Na Península Ibérica, cabe destacar pela sua precocidade (ano 1987) a celebração das primeiras “Jornadas Nacionales de Historia de la Traducción” na Universidade de León, um encontro que, graças ao empenho do seu promotor, Julio-César Santoyo, se repetiu anualmente (tomando já uma dimensão internacional) durante um tempo.

hay género de escritura que ponga hasta tal punto al descubierto los cimientos teóricos, sociales e ideológicos del fenómeno literario” (Guillén, 2005 [1985]: 326). A teoria da tradução precisa, enfim, da história da tradução para confirmar ou refutar, ratificar ou rectificar as hipóteses que desenvolve.

O número de histórias e de historiadores da tradução foi aumentando exponencialmente a partir desse momento, particularmente pelos anos noventa do século passado, e daí em diante (López Alcalá, 2001: 19 e ss.; Sabio Pinilla, 2006: 22-24). Contudo, nos finais dessa mesma década de 1990, Miguel Ángel Vega Cernuda ainda lamentava que a tradução concebida (apenas) enquanto processo, “*in fieri*, no *in facto esse*”, continuasse a ser “desgraciadamente, el objeto mayoritario de las exposiciones académicas” no âmbito dos Estudos de Tradução. As investigações predominantes no campo seguiam a ser aquelas que visavam “enjuiciar” os resultados do processo translativo – “tal vez por el prestigio que conlleva el uso de un metalenguaje críptico”, os estudiosos da tradução pareciam encontrar “en los análisis y descripciones lingüísticos y/o traductológicos una mayor garantía de consideración por parte del público” (Vega, 1998: 1). Face aos numerosos (e “prolijos”, segundo o autor) estudos deste tipo, feitos em torno da “órbita de rotación” da disciplina, Vega Cernuda apelava à “órbita de traslación” da tradução; isto é, um enfoque diacrónico (e, ainda, “pragmático y sociológico”) da “traductografía”. “Sólo la consideración histórica”, acrescentava, “es capaz de conferir a la estéril investigación teórica la fecundidad de lo vivo” (Vega, 1998: 1).

Respondendo a semelhantes apelos, a investigação histórica em tradução, nas suas vertentes empírica (indagações adscritas à história, interna ou externa, da prática da tradução) e sobretudo teórica (indagações adscritas à história da teoria da tradução), converteu-se, já no nosso século, numa parcela muito transitada pelos Estudos de Tradução¹⁶⁸. Com efeito, os trabalhos mais abundantes são aqueles que se centram na

¹⁶⁸ Embora, sobretudo nos primeiros tempos, relativamente infradesenvolvida no tocante a modelos teóricos e metodológicos que nortegassem e fundamentassem a praxe desses trabalhos. No âmbito espanhol, López Alcalá (2001) apontava que, à época, a historiologia “se encuentra aún en sus primeros pasos [...]: se ha escrito mucho, pero se ha hecho poco para definir las mejores formas de hacerlo” (López Alcalá, 2001: 100). Uns poucos anos atrás, Lépinette (1997) reclamava igualmente para a história da tradução, “pariente pobre” dos Estudos de Tradução, “una reflexión específicamente destinada a delimitar la práctica del historiador de la traducción, a explicitar sus estrategias y sistematizar la investigación en este campo” (Lépinette, 1997: 2). Mais recentemente, e ainda dentro do âmbito espanhol, Pegenaute aponta um desequilíbrio entre os “works of a historical nature” e os “studies of a historiographical nature”, que são “very recent and scarce” (Pegenaute, 2012: 105, 107). Não obstante, a reflexão metahistórica ou historiológica paralela às investigações em história da tradução é ultimamente muito

análise de conceitos metatradutológicos (*fidelidade, equivalência, literalidade, original, tradução...*) tal como aparecem recolhidos nos textos do passado que reflectem acerca da tradução – textos esses a que Lépinette (1997) chama de *metatextos*.

Obedece este primeiro tipo de estudos ao que Brigitte Lépinette (1997) denomina de *modelo histórico-descritivo*, concretamente na sua formulação (submodelo) *descritivo-comparativa*. Podem aplicar-se tanto à indagação da evolução de uma mesma noção tradutológica (a começar pela própria concepção do que é *traduzir*) em distintas alturas, espaços e textos (ou metatextos) como aos diversos conceitos tradutológicos que veicula um metatexto em particular, contribuindo em qualquer caso para a constituição do que Judith Woodsworth (*in* Baker e Malmkjær, 2006: 100-105) chama *história da teoria da tradução*. De acordo com Woodsworth, estas investigações em história da teoria da tradução formulam perguntas como “what translators have had to say about their art/craft/science; how translations have been evaluated at different periods; what kinds of recommendations translators have made, or how translation has been taught; and how this discourse is related to other discourses of the same period” (Woodsworth *in* Baker e Malmkjær, 2006: 101).

Adscritas a este primeiro tipo ou modelo de estudos históricos, destacam-se, pelo seu absoluto domínio quantitativo, as compilações antológicas de textos (proto- ou para)tradutológicos que, por essa via – dada a função, efeito ou dimensão canonizadora que caracteriza toda a *reescrita* antológica –, se tornam em *clássicos* da tradução. Autêntico “género na moda” a certa altura dentro da investigação histórica em tradução (Sabio e Fernández, 1998: 13), estas antologias recolhem textos de autores que reflectem acerca da tradução ao longo do tempo numa dada tradição geocultural (não obstante existirem algumas com uma autoproclamada vocação *universal*), normalmente organizando-os por ordem cronológica. Um exemplo digno de menção, pelo seu carácter pioneiro em e sobre Portugal, é a coletânea intitulada *Teoria diacrónica da tradução portuguesa*, preparada por Carlos Castilho Pais (1997) – a qual o próprio autor apresenta não apenas como “um instrumento de investigação”, mas ainda como “um monumento de resistência ao tratamento social da tradução” (Pais, 1997: 20)¹⁶⁹.

intensa, nomeadamente porque, como já se foi vendo, e como constata por exemplo O’Sullivan (2012), atravessa a historiografia em geral uma fase de constante e crescente abertura e autoquestionamento.

¹⁶⁹ Com anterioridade a esta antologia, segundo nota o seu responsável (Pais, 1997: 18), não existiam obras deste tipo em Portugal. Quanto às compilações realizadas noutros países, apenas num caso (uma antologia publicada em Espanha em 1996: *Teorías de la traducción*, de Dámaso López García) figuravam

Existem também não menos copiosos estudos em que, a partir do confronto entre texto meta e texto fonte, são examinadas as opções e estratégias tradutoras para um dado texto de partida. Para Lépinette (1997), este (sub)modelo, que ela chama *descritivo-contrastivo*, constitui uma segunda tipologia do método histórico-descritivo, a que aqui chamaremos *história interna (textual ou textocrítica) da prática da tradução*. Este género de pesquisas pode ser realizado a partir de um enfoque global (debruçando-se em questões micro ou macrotradutológicas) ou a partir de um enfoque selectivo (interessando-se por um dado fenómeno linguístico relevante). Talvez seja este o padrão mais antigo no que toca aos estudos de tradução (que agora escrevemos propositadamente com letras minúsculas). O objectivo do inquiridor – às vezes, *inquisidor* – ou crítico pode não ser apenas o de *descrever* os procedimentos seguidos pelo tradutor e as suas opções tradutórias como também, amiúde, *julgá-las*, assinalando ‘acertos’ e ‘desacertos’, ‘fidelidades’ e ‘infidelidades’.

Por fim, estão aqueles trabalhos que seguem o que Lépinette (1997) designa de *modelo sociológico-cultural*, Sabio e Fernández (1998) de *história institucional ou externa da tradução* e Vega (1998) de *perspectiva histórico-social*, em cuja *órbita* se situa este – uma *órbita* que o último autor citado argutamente propõe apresentar, segundo vimos, e por contraposição à *órbita de rotação* característica dos modelos até aqui descritos, como sendo a *órbita de translação* da tradução; ou seja, “aquella que describe alrededor de la realidad general humana y, más en concreto, alrededor de la comunicación” (Vega, 1998: 1).

Acorde com os objectivos dos Estudos Descritivos de Tradução tal e como os concebe Gideon Toury (2012 [1995]), as traduções são encaradas deste ponto de vista como produtos inseridos num contexto sociocultural determinado. Ora, na medida em que se privilegia a *função* que essas traduções desempenham no seio do seu contexto

nomes de tradutores portugueses (*vid.* mais em Pais, 2013: 9-10). Era urgente, portanto, a elaboração de um trabalho desta natureza que viesse a compendiar a reflexão sobre a tradução feita ao longo do tempo no espaço português, sobretudo “no momento em que, em Portugal, começam [começavam] os primeiros passos em direcção da organização académica da disciplina da tradução” (Pais, 1997: 18). É essa lacuna que esta *Teoria diacrónica da tradução portuguesa* veio preencher. O caminho aberto por Pais foi logo continuado por dois investigadores da Universidade de Granada, José Antonio Sabio e Manuela Fernández, autores de uma nova antologia acerca de *O Discurso sobre a Tradução em Portugal* (c. 1429-1818) que a editora Colibri deu a lume no ano a seguir (Sabio e Fernández, 1998). Por outro lado, deve salientar-se a proliferação, desde as últimas décadas do século passado, de antologias que dão a conhecer o discurso teórico sobre a tradução no espaço ibérico, seguindo uma tendência internacional. O volume de publicações deste tipo motivou que o sexto tomo da série “Relaciones literarias en el ámbito hispánico: traducción, literatura y cultura” (a que já noutro momento nos referimos), nesta ocasião preparado por José Antonio Sabio Pinilla e Pilar Ordóñez López, fosse dedicado justamente a *Las antologías sobre la traducción en el ámbito peninsular. Análisis y estudio* (Berna *et al.*, Peter Lang, 2012).

sociocultural, não é prestada qualquer atenção aos aspectos textuais – o *eixo* descansa, antes, na determinação das relações de causa e efeito dos fenómenos translativos dentro do contexto social, ideológico e cultural em que têm lugar a sua produção e recepção. Neste sentido, já Holmes (1988 [1972]: 72) previa, como atrás referimos, uma dimensão *funcional* dentro dos Estudos Descritivos de Tradução (“Function-Oriented DTS”), a qual

is not interested in the description of translations in themselves, but in the description of their function in the recipient social-cultural situation: it is a study of contexts rather than texts. Pursuing such questions as which texts were (and, often as important, were not) translated at certain time in a certain place, and what influences were exerted in consequence, this area of research [...] is often introduced as a kind of sub-theme or counter-theme in histories of translations and literary histories. Greater emphasis on it could lead to the development of a field of translation sociology (or – less felicitous but more accurate, since it is a legitimate area of translation studies as well as also sociology – socio-translation studies).

Assim, a história *da tradução* passa a ser neste terceiro tipo de estudos uma história *das traduções* (e dos agentes humanos que as produzem, os tradutores, segundo muito em breve se verá). Valerá a pena voltar a mencionar a já antes referida apologética “Apelación” de Miguel Ángel Vega Cernuda nos VII Encuentros Complutenses en torno a la Traducción (Vega, 1998: 1-2) para compreender melhor os objectivos e fundamentos desta perspectiva sociológica ou externa da história da tradução:

Con esta intención de contrastar el ser –realmente existente– de la “comunicación de los pueblos y las lenguas” con su “lógica interna” hago llegar a ustedes estas reflexiones que, siendo de carácter historiográfico, escogen lo sociológico como perspectiva peculiar, no lo crítico. Culturalmente de nada nos servirá decir cómo debe –“perspectiva procesual”– o debió ser –“perspectiva histórico-crítica”– la traducción, si no llevamos al público, al crítico, al teórico la idea, al menos, de que (¡sin acento en la *e*!) debe ser –“perspectiva histórico-social”–. A pesar de los “delitos de la traducción”, que al parecer se comenten por el mero hecho de querer realizarla, hora es ya de ponerse a valorar la “comisión”, aunque sea delictiva, mas que la “omisión” – crítica o autocrítica– que calla sin otorgar nada. [...] Hora es, pues, de que estos foros sirvan también de conciencia cultural de la sociedad, no sólo de sanedrín cabalístico. Hora es de plantearse los estudios de la traducción desde una perspectiva social. [...] Porque, se traduzca bien o mal, el producto de la actividad translativa tiene una efectividad social y cultural: el texto terminal se lee, crea imagen, modifica conductas y en el mejor de los casos, ¿como [*sic*] no?, se vende. Bien está la reflexión sobre la calidad de las traducciones, pero sin descuidar la reflexión sobre su eficacia. Mucho se podría decir, por ejemplo, acerca de la calidad de las traducciones al

alemán de García Lorca por Beck. A pesar de ello, el autor granadino forma parte, en el sistema cultural alemán, de los grandes escritores de la humanidad. Y esto, gracias a su traductor.¹⁷⁰

As traduções são, pois, abordadas na sua dupla condição de resultado do meio em que se produzem, por um lado, e de origem de mudanças nesse mesmo meio, por outro. A tradução encara-se, portanto, como uma prática social, e nessa medida reclama um estudo de tipo contextual, visando responder as perguntas *que, quando, por quem, porque, onde e como*. Por isso mesmo, como nota Lépinette, o objecto principal das atenções é o paratexto (*vid. infra*, II.4), entendido como “todos los acontecimientos y fenómenos que acompañan la producción de un texto o de un conjunto de textos traducidos, y su aparición en un contexto socio-cultural receptor que determinará las características de la traducción y permitirá explicar su influencia” (Lépinette, 1997: 6). O desafio deste género de enfoques sociológicos ou externos é responder a questões como “what has been translated, by whom, under what circumstances, and in what social or political context” (Woodsworth *in* Baker e Malmkjær, 2006: 101). Pym, que se refere a estes estudos como *arqueologia da tradução*, define-os como “a set of discourses concerned with answering all of part of the complex question of who translated what, where, when, for whom and with what effect?”, e aponta o “very real service to other areas of translation history” que lhes cabe (Pym: 1998: 5).

Dentro desta linha de investigação adscrita à história externa da tradução, de orientação sociológica, as pesquisas actuais tendem a realçar o componente humano da actividade tradutora, numa reivindicação da figura do importador textual constitutiva do que já algum autor designou de *the translator's turn* (é o título de um livro de Douglas Robinson publicado em 1991) – e que, na tradição hispânica, conta com um importante precedente, embora a partir de outros posicionamentos epistemológicos (e ideológicos)¹⁷¹. Trata-se de conceder a necessária e merecida *visibilidadade* (*cfr.* Venuti, 1995) a quem são, de facto, os *criadores* do texto traduzido (Pegenaute, 2012: 110).

¹⁷⁰ O fervor combativo das palavras de Vega Cernuda, que devem ser entendidas tendo em conta o momento e o lugar em que foram proferidas, não anula a legitimidade e interesse de (pelo menos) alguns tipos de estudo na “órbita de rotação” da tradução repudiados pelo autor. Não é custoso rejeitar o “sanedrín cabalístico” em que se tornam certos trabalhos prescritivo-avaliativos ainda hoje em uso, mas será preciso reconhecer também que nem todas as abordagens “processuais” ou “histórico-críticas” visam o julgamento sumário do labor do tradutor ou tradutora.

¹⁷¹ Referimo-nos aos quatro volumes da *Biblioteca de traductores españoles* de Marcelino Menéndez Pelayo, elaborados entre 1874 e 1878 e publicados postumamente, continuadores por sua vez do *Ensayo de una bibliotheca de traductores españoles* de Juan Antonio Pellicer (1778). Sobre a figura de Menéndez Pelayo, “el más formidable organizador – a nuestro juicio, no superado – de la cultura castellana” (Catelli e Gargatagli, 1998: 16), como historiador da tradução (da Espanha e da América Latina), veja-se a

É este o caso de Jean Delisle, autor que proclama: “teremos que baixar dos cumes e interesármonos polos traductores, que, sen seren persoeiros, merecen sen embargo ser salvados do esquecimento” (Delisle, 1996: 52). Precisamente com esse intuito editou, com Judith Woodsworth, uma obra eloquentemente intitulada *Translators through History* (versão inglesa) ou *Les traducteurs dans l’histoire* (versão francesa) – publicação de 1995 auspiciada pela UNESCO (ver Delisle e Woodsworth, 2005). Já em solitário, Delisle veio continuar em 1999 e 2002, com *Portraits de Traducteurs* e *Portraits de Traductrices*, respectivamente, tal esforço por conceder o protagonismo histórico aos tradutores de ambos os sexos – os quais inventaram alfabetos, forjaram línguas nacionais, construíram literaturas nacionais, difundiram conhecimentos, agiram na cena do poder, propagaram religiões, importaram valores culturais, redigiram dicionários e foram intérpretes e testemunhas privilegiadas da história¹⁷².

Na mesma tendência situa-se a obra de Anthony Pym (1998), para quem a história da tradução deve ser entendida não tanto como a história da(s) teoria(s) da tradução, âmbito no que se deram a lume dezenas de publicações (nem sempre frutíferas, segundo o autor), nem tão-pouco como a história das traduções, mas antes como “the past of translating translators” (Pym: 1998: 10). Como no caso de Woodsworth e Delisle, Pym defende que na investigação histórica em tradução a ênfase deve ser dada ao tradutor enquanto ser humano. Assim, “the central object [of historical knowledge] should be the human translator, since only humans have the kind of responsibility appropriate to social causation” (1998: ix). É à história da tradução que cabe “give a voice to otherwise silenced translators” (Pym, 1998: 29), e é esse, aliás o *dever* do historiador. O que propõe este teórico (Pym, 1998: 36) é, “as Bourdieu would say”, subjectivizar o objecto de estudo (ou seja: “translation history should make greater room for translators as people”), ao tempo que se objectiviza o sujeito (ou seja: “room should also be made for researchers as people”).

introdução do capítulo a ele dedicado por Catelli e Gargatagli, 1998: 396-398. Não por acaso, as autoras colocam o seu nome nos agradecimentos da antologia citada (*ibid.*, [11]), “por dar voz a esos *otros* que, a pesar de sí mismo, llevaba dentro”. Menéndez Pelayo continua a ser, portanto, um referente para os historiadores hodiernos da tradução em língua castelhana. Cabe ainda destacar, também na tradição hispânica (espanhola), o mais recente *Diccionario histórico de la traducción en España* editado por Lafarga e Pegenaute (Madrid, Gredos, 2009). Os verbetes deste último dicionário são constituídos, fundamentalmente, por antropónimos – tirando as entradas destinadas às literaturas de procedência –, e neles têm cabimento os tradutores além dos autores traduzidos. Não existem, como seria desejável, projectos análogos a estes relativos ao espaço cultural português.

¹⁷² Segundo rezam os títulos dos nove capítulos da obra atrás citada (Delisle e Woodsworth: 2005 [1995]).

Já se viu (no capítulo I.2) como este estudioso não apenas aceita como ainda propugna o envolvimento subjectivo do investigador com respeito à matéria que constitui o seu objecto de estudo. Aliás, esse comprometimento pessoal a partir do presente do observador é por ele esgrimido como uma das razões pelas quais as pessoas se decidem a fazer história da tradução: “we do translation history in order to express, address and try to solve problems affecting our own situation” (Pym, 1998: x). Desse modo, seguindo Pierre Bourdieu¹⁷³ e a sua concepção da sociologia como *science qui dérange* (apud Pym, 1998: 28-29), sustenta que toda a empresa intelectual “is to be done purposefully”, e mostra de passagem como o próprio trabalho de Toury, enquanto investigador e enquanto tradutor ou crítico de traduções, também procura, sem o reconhecer, provocar uma mudança no *hic et nunc*. O investigador deve, para tal, munir-se das melhores armas – os instrumentos e as ferramentas científicas, assépticas, que ajudam a desencantar o que está escondido: “the point, however, is that researcher’s subjectivity need not be equated with them” (Pym, 1998: 29).

Andrew Chesterman (2009), num trabalho que leva o significativo título de “The Name and Nature of Translator Studies”, defende, à vista desta tendência dominante na história da tradução de hoje¹⁷⁴, a existência de um novo subcampo dentro dos Estudos de Tradução para o qual “texts are secondary, the translators themselves are primary” (Chesterman, 2009: 15). Define tal subcampo como aquele onde o foco das pesquisas descansa “primarily and explicitly” nos agentes envolvidos na tradução, “for instance on their activities or attitudes, their interaction with their social and technical environment, or their history and influence” (Chesterman, 2009: 20). Ao mesmo tempo, um novo modelo, o *agent model* (Chesterman, 2009: 20), é proposto para poder dar acolhimento a estes estudos que focam o seu interesse “not on translations as texts, nor even on the

¹⁷³ As conceptualizações teóricas (sociológicas) de Bourdieu, concretamente a sua noção de *campo*, junto com a de *capital literário* de Pascale Casanova (fundamentada, igualmente, em Bourdieu), constituem também o ponto de partida para as propostas desenvolvidas por Johan Heilbron e Gisèle Sapiro (2007). Outra noção bourdieuana aproveitada na área dos Estudos de Tradução é a de *bens culturais*, desta feita em combinação com a de *terceiro espaço* de H. Bhabha, dando lugar à interessante proposta de Wolf, 2007b. Também A. Lefevere se baseou num conceito de Bourdieu, o de *capital cultural*, para começar a elaborar “a theory of cultural grids” (Bassnett, 1998b: 135), um trabalho que a sua prematura morte o impediu de prosseguir (Bassnett, *ibid.*). Acerca das convergências e divergências entre a sociologia bourdieuana a Teoria dos Polissistemas aplicadas aos Estudos de Tradução, veja-se o artigo de Fruela Fernández: “La sociología crítica y los estudios de traducción”, *Sendebarr*, n.º 22, 2011, pp. 21-41.

¹⁷⁴ Prova disso é, sem dúvida, o facto de que o CETRA de Lovaina dedicasse em 2013 a 25ª das suas prestigiosas Research Summer Schools, presidida na ocasião por Michaela Wolf, aos tradutores e outros agentes da tradução. Do encontro resultou uma publicação de “selected papers” (2014), editada e prologada por Abdel Wahab Khalifa, intitulada *Translators Haver Their Say? Translation and the Power of Agency* (o volume pode consultar-se em <https://www.arts.kuleuven.be/cetra/papers/files/translators-have-their-say-translation-and-the-power-of-agency>, acedido a 4/1/2015).

translation process, but on the translators themselves and the other agents involved”. Especialmente aliciante na proposta de Chesterman é o seu conceito de *telos*, paralelo ao de *skopos* na teoria funcionalista. *Telos* seria aos tradutores o que o *skopos* é ao produto do seu trabalho (as traduções); isto é, os *teloi* abrangem “the reasons why they work in this field in general, and also the reasons why they translate a given text. Voluntary translators in particular, such as activist translators, may have *teloi* that are specially interesting” (Chesterman, 2009: 17).

Deve ainda notar-se que o entendimento dos autores como os acima invocados não é, numa “concepción inxenua da historia”, o de que “os individuos son os que moldean ou orientan deliberadamente a gran marcha da evolución humana” (Delisle, 1996: 44-45). O historiador está chamado a investigar não os indivíduos, mas o que está por trás das actuações dos indivíduos, o que está por trás dos pensamentos e motivações conscientes dos actores individuais. É por isso que a investigação deve ultrapassar a mera biografia – neste sentido, Delisle recorda Edward H. Carr e o seu adágio *good biography makes bad history*; e Pym, por sua vez, alerta que “good storytelling is not enough, even when the characters are people” (1998: 11). Posto que “only through translators and *their social entourage* (clients, patrons, readers) can we try to understand why translations were produced in a *particular historical time and place*” e que “to understand why translations happened, we have to look at *the people involved*” (Pym, 1998: ix, sublinhados nossos), é conveniente alargar o quadro de questões que devem preocupar o investigador em história da tradução para além da figura individual do tradutor: “if translation history is to focus on translators, it must organize its world around the social contexts where translators live and work”.

Gostaríamos de concluir o exposto neste subcapítulo sublinhando a importância da história das traduções (e dos tradutores) para a história da literatura em geral, e comparada em particular, tal como o fez, por exemplo, e já uns bons anos atrás, Francisco Lafarga (1996: 13). No prefácio à *Historia de la traducción en España* que assina com Luis Pegenaute, o mesmo Lafarga insiste, quase uma década depois, no interesse da história da tradução para os estudos literários, incluídas as histórias da literatura de perspectiva *nacional* em que já começa a ser considerada¹⁷⁵. Acrescentam

¹⁷⁵ “Parece quedar también fuera de duda [...] el interés de una obra de este tipo en el campo de los estudios literarios: la historia de las traducciones, en particular la circulación de las mismas, su relación con las literaturas de acogida, el papel de los traductores como intermediarios culturales y otros

os autores agora referidos (Lafarga e Pegenaute, 2004), em nota de rodapé, que “parecen, en este sentido, comenzar a diluirse los prejuicios nacionales o «nacionalistas», que hasta no hace mucho tiempo habían representado un serio obstáculo para una concepción más global o interactiva de las literaturas” (Lafarga e Pegenaute, 2004: 17).

Área “necessária para demonstrar como as culturas não vivem isoladas e se alimentam mutuamente” (Seruya, 2015: 223), a história da tradução constitui, pois, um dos pontos de confluência mais evidentes entre os Estudos de Tradução e a Literatura Comparada.

II.4. Das margens do texto traduzido. Os paratextos translativos

Conforme aponta Lépinette (1997), os paratextos são o objecto de estudo privilegiado pelas pesquisas historiográficas que se inscrevem no que a mesma autora chama de modelo sociológico-cultural e que, segundo se acabou de referir há instantes, é o que norteia a presente tese.

Ao se optar por uma análise enquadrada na história externa ou sociológico-cultural da tradução, sem pretender examinar as estratégias concretas de manipulação seguidas em cada um dos processos tradutórios (reescrita dos textos) em particular, escolhe-se um trilho já longamente percorrido pelos estudos sistémicos, cujo entendimento da literatura (traduzida ou original) implica a superação do textocentrismo de paradigmas anteriores – o qual, todavia, “no quiere decir que no se tengan en cuenta los textos” (Iglesias, 1999: 16); se aqui não o fazemos é pelos motivos expostos em páginas precedentes – e uma atenção prioritária às “condiciones de la producción, distribución, consumo, o institucionalización de los fenómenos literarios” (Iglesias, 1994: 310). Desse ponto de vista, os que aqui designaremos de *paratextos translativos* apresentam um valor operacional que nesta secção tentaremos ponderar¹⁷⁶.

planteamientos vecinos están cada vez más presentes en la historia de una literatura nacional” (Lafarga e Pegenaute, 2004: 17).

¹⁷⁶ A sublinhar as vantagens da exploração dos paratextos no estudo das traduções dedicámos uma comunicação, inédita, intitulada “Los márgenes del texto traducido. Algunas consideraciones propedéuticas para el estudio de la literatura traducida”, a qual foi apresentada no VII Congrès Internacional de Traducció organizado pelo Departament de Traducció i Interpretació da Universitat Autònoma de Barcelona, subordinado ao tema *Els Elements Paratextuals en Traducció / The Paratextual Elements in Translation* e celebrado em Junho de 2010. Na redacção deste subcapítulo aproveitamos, parcialmente, o exposto nessa apresentação. Já com anterioridade, no quadro da dissertação que, sob a

Porque de paratextos se fala nesta epígrafe, obrigado será lembrar antes de mais, conquanto o façamos um pouco grosseiramente, o autor que se encarregou não apenas de baptizá-los como, sobretudo, de fazer patente a sua relevância e de lhes conceder pleno direito de ingresso nos estudos literários, ao propor, junto à etiqueta, todo um programa de sistematização teórica – sistematização essa em que, contudo, os paratextos translativos ficaram por acaso praticamente esquecidos, como teremos oportunidade de observar mais adiante. Referimo-nos a Gérard Genette, quem já em *Palimpsestes. La littérature au second degré* (1982) propõe a etiqueta de *paratextualidade* para denominar um conjunto de práticas que vinham chamando a sua atenção bastante tempo atrás, desenvolvendo depois amplamente tal conceito num volume que apareceu sob o significativo título de *Seuils* (Genette, 1987). Com tal rótulo convidava-nos, desde o *limiar*, a situar-nos no *limiar* do texto – e rendia, de passagem, tributo à editora parisina homónima, em que o teórico francês vem publicando todos os seus ensaios.

Obrigado será, igualmente, recordar que, ao mesmo tempo ou até com anterioridade a Genette, outros autores haviam já *reparado* na existência desses dispositivos paratextuais que, com excepção de alguns considerados mais *nobres* como os prólogos – inevitável a invocação de Jorge Luis Borges e o seu *Prólogos con un prólogo de prólogos* (1975) –, e a despeito da sua onnipresença, costumavam em geral passar despercebidos, não lhes outorgando teóricos, historiadores ou críticos da literatura, por via de regra, qualquer protagonismo¹⁷⁷. Haverá também que, pelo menos, mencionar o facto de, posteriormente à publicação de *Seuils*, terem surgido importantes contributos para o estudo monográfico e exploração (prática como teórica) das potencialidades dos paratextos, na mesma França¹⁷⁸ e fora dela. É em *Seuils*, todavia, a obra com que Genette culmina um projecto mais vasto a que dedicou ao menos uma

orientação do professor doutor Anxo Tarrío Varela, defendemos na Universidade de Santiago de Compostela para a obtenção do Diploma de Estudos Avançados em 2001, tivemos ocasião de comprovar o proveito que se podia retirar do exame dos paratextos no estudo da literatura em versão não traduzida. Nesse trabalho colocámos em primeiro plano – isto é, convertemos em objecto de estudo – os dispositivos paratextuais que amparavam os livros publicados durante a denominada *época Nós* da literatura galega (1916-1936).

¹⁷⁷ Entre esses autores que sim *repararam* nos paratextos antes da publicação de *Seuils* está Antoine Compagnon, artífice (já em 1979, num trabalho intitulado *La seconde main ou le travail de la citation*) da noção de *perigraphie* de que o mesmo Genette se confessa devedor (Genette, 1987: 328-329).

¹⁷⁸ Por exemplo, *La périphérie du texte* de Philippe Lane (Paris, Nathan, 1992) ou *Paratextes. Etudes aux bords du texte*, editado por Mireille Calle-Gruber e Elisabeth Zawisza (Paris *et al.*, L'Harmattan, 2000).

década de reflexão e três publicações ¹⁷⁹, que encontramos já reunidos e convenientemente sistematizados, pela primeira vez, os diversos contornos do fenómeno paratextual.

Os atributos próprios dos paratextos, o polimorfismo, a multifuncionalidade, a pluralidade enunciativa e a permeabilidade que os caracterizam, ficam patentes na proposta de classificação apresentada no citado volume (Genette, 1987). A tipologia aventada por Genette emerge das características espaciais (onde), temporais (quando), substanciais (como), pragmáticas (de quem e para quem) e funcionais (para que e porque) que intervêm, configurando-o, no paratexto. Da interação desses cinco factores, resultam as diferentes tácticas paratextuais estabelecidas pelo autor. Dentro da classificação e respectiva nomenclatura vagarosa e minuciosamente dissecada por Gérard Genette nesse extenso ensaio, relevamos apenas aqueles conceitos de que doravante nos poderemos servir.

Assim, de uma parte, Genette estabelece uma distinção em função do emissor ou destinador da mensagem paratextual, que pode ser o autor da obra (no nosso caso, o seu tradutor ou *co-autor*), o editor ou um terceiro distinto do autor do texto e do seu editor (é frequente encontra-lo em citações a modo de epígrafes ou em prólogos, por exemplo). Denomina os primeiros de paratextos *autorais*; aos segundos chama-lhes paratextos *editoriais*; aos terceiros, paratextos *alógrafos*. Por outra parte, e tendo em conta o modo de existência (como), distingue Genette três tipos de estratégias paratextuais: as *verbais* (títulos, prefácios, epílogos, notas de rodapé, etc.), as *icónico-gráficas* (ilustrações, imagens) e as *materiais* (formato, disposição tipográfica, tipo e tamanho de letra, etc.)¹⁸⁰. Por fim, e pelo lugar em que aparecem, diferencia o autor

¹⁷⁹ Trata-se do que o mesmo Genette denomina de poética da *transtextualidade*, ou dimensão *transcendente* dos textos literários, de que a paratextualidade é uma das manifestações possíveis (com a arquitextualidade, a intertextualidade, a hipertextualidade e a metatextualidade). Não há que perder de vista que Genette submete a sua teorização a constantes ajustamentos e reformulações (um facto bem característico do autor, que o próprio assume com inteligente sentido do humor), incorrendo em certas inconsistências em que agora não podemos deter-nos, embora eventualmente sejam insinuadas na sequência desta nossa resumida exposição. O termo *paratextualidade* já aparece contemplado na primeira obra da trilogia genettiana da transtextualidade (*Introduction à l'architexte*, de 1979), a qual destina a explorar uma das suas (então quatro, mais tarde cinco: as que acima enumeramos) feições, mas nessa primeira sondagem é utilizado para descrever aquilo que depois (em *Palimpsestes*, de 1982) chamará de *hipertextualidade*.

¹⁸⁰ Na realidade, Genette refere ainda um quarto tipo de paratextos baseando-se neste parâmetro, os *factuais*, que não consistiriam numa mensagem explícita. Nesta categoria inclui todos os factos que o público conhece (tais como a idade, sexo, orientação sexual ou pertença do autor do texto a determinados círculos, a obtenção de prémios, etc.) e que podem influenciar ou pesar na recepção do texto (sem dúvida). Cumpre a este respeito realizar, porém, duas observações. Em primeiro lugar, deve salientar-se que essas informações são muitas vezes veiculadas (de forma explícita ou implícita, mas através de

peritextos (paratextos colocados no espaço físico do livro, junto ao texto) de epitextos (paratextos que se localizam fora do livro). Nesta última categoria entra toda a sorte de comentário sobre o livro veiculado fora dele (críticas, resenhas, entrevistas, debates, correspondência epistolar, diários íntimos, etc.); isto é, aproximando-se do que o mesmo teórico designa de *metatextos*, os epitextos – tal como alguns peritextos – abrangem diversos tipos de *discurso do mundo sobre o texto*: são, por outras palavras, formas de *reescrita* do texto (Lefevere, 1997). É à primeira categoria (a dos peritextos), contudo, que cinge Genette a sua atenção em *Seuils*, onde além do mais é frequentemente usado o hiperónimo *paratexto* como sinónimo de *peritexto*.

Não é, reiteramos, o intuito desta epígrafe percorrer o paratexto em toda a sua extensão, tal como a explora e a descreve Genette¹⁸¹. Apenas nos interessa tratá-lo pelo facto de que, no presente estudo, a nossa *limitada* abordagem das traduções portuguesas da literatura espanhola publicadas entre 1780 e 1850 é feita a partir das suas *margens paratextuais*. É nelas que fomos procurar as informações reunidas no inventário em anexo. É nelas que, como explicita Lépinette (1997), reside o objecto de estudo das pesquisas enquadradas na óptica da história externa da tradução. É a elas que cabe responder às questões que se colocam dessa perspectiva: que se traduziu, por quem, quando, onde, porque e como (*vid. supra*, II.3). É nelas que encontramos *what texts don't tell* (Tahir Gürçağlar, 2002). Ocuparmo-nos-emos em seguida (e também em III.1.1) das consequências que a *marcação* paratextual (ou a sua ausência) tem na prática da investigação historiográfica, particularmente no que diz respeito à identificação dos textos traduzidos que irão ser alvo de exame nessas interpelações ou abordagens.

Como mais abaixo veremos (III.1.1.A), quando examinemos o conceito de *assumed translation* ou tradução alegada de Gideon Toury (2012 [1995]), o facto de um

mensagens concretas) por paratextos verbais ou icónicos: peritextos (nome do autor, preâmbulos, retratos fotográficos e biografias do autor nas orelhas do livro) e epitextos (anúncios, resenhas, entrevistas). Em segundo lugar, é curioso constatar como o mesmo Genette que contempla a existência desses paratextos factuais afirma ao mesmo tempo (1987: 11-12) não estar de todo interessado em estudar aquilo que liga o texto com a realidade *extratextual*, pois essa transcendência *não textual* do texto não faria parte da transtextualidade (de que a paratextualidade, já o vimos, é uma das suas dimensões). A transtextualidade, diz aí, é tudo aquilo que põe o texto em relação, manifesta ou secreta, com outros *textos*. Apenas umas linhas depois, proclama que “tout contexte fait paratexte” (Genette, 1987: 13, grifo nosso). A incoerência interna entre tal definição de transtextualidade como transcendência *textual* do texto e a natureza híbrida (textual e extratextual) da paratextualidade que a seguir analisa é evidente, e repete-se noutros momentos.

¹⁸¹ Desenvolvemos com mais pormenor outros aspectos relativos aos dispositivos paratextuais, nomeadamente a sua dimensão pragmática e funcional, nos trabalhos (dissertação e comunicação) atrás referidos (*vid. supra* nota 176).

determinado texto entrar ou não na categoria de *tradução* depende em boa medida da sua apresentação (paratextual: através do seu peritexto) ou consideração (também paratextual: mediante os epitextos) na cultura termo. Discutiremos com maior subtilidade estas questões mais à frente, mas digamos já que resulta bastante óbvia a dependência recíproca entre a *assunção translativa* de um texto dito *traduzido* e a sua *markedness* (marcação, diferenciação ou distinção), a qual vem dada pelos paratextos, sejam os peritextos, sejam, em última instância, os epitextos. É “à periferia do texto”, enfim, que “compete identificá-lo liminarmente como translato” (Flor, 2009: 133).

Além disso, parece natural que os paratextos translativos gozem, no modelo histórico sociológico-cultural em que este trabalho se enquadra, da prioridade que assinala Brigitte Lépinette, já acima várias vezes referida. Ocorrem-nos múltiplas razões para que assim seja. Em primeiro lugar, toda a tradução supõe sempre muito mais do que uma mera, inócua ou asséptica operação linguística: traduzir é, sobretudo, uma actividade ideológica que tem lugar no seio de uma comunidade que a condiciona e a regula (*vid.* Hermans, 1985, 1996, 1999; Toury, 2012 [1995]; Carbonell, 1997; etc.). Como parte significativa e patente dessa *manipulação* que implica toda a tradução, não admira que a análise dos paratextos translativos – *traduções* que são, eles próprios, de acções ideologicamente reguladas – se considere neste tipo de estudos o meio ou instrumento idóneo para tentar dar resposta às questões que colocam em torno das traduções.

Outro dos motivos pelos quais resulta lógico que os paratextos constituam o objecto privilegiado de análise no modelo sociológico-cultural descansa no facto de, dessa perspectiva, serem os tradutores que reclamam a máxima atenção, tal como referíamos no capítulo precedente (II.3). Sendo assim, o historiador terá, então, de situar-se nas *margens* paratextuais – uma vez que, pelo menos em grande parte da tradição ocidental, é aí, nomeadamente nas ourelas peritextuais, onde, por vezes (nem sempre), se torna possível ouvir a voz do tradutor. A do tradutor é, nessa tradição, uma voz tendencialmente silenciada no texto, ou perceptível apenas em surdina; uma voz que, na teoria (vale dizer, na ideologia) que subjaz às práticas dessa *invisibilizante* tradição ocidental (Venuti, 1995), *deve* passar despercebida no texto que *apenas* lhe coube *dizer* noutra língua. Em breve constataremos até que ponto o tradutor tende a ser invisibilizado na práxis tradutória, passada como presente, dessa tradição que

genericamente (e imprecisamente) identificamos como *ocidental* – uma invisibilização manifesta e actuante não apenas no *texto*, mas também no *peritexto*.

Ora, nessa mesma tradição, é todavia *permitido* ao tradutor a tomar a voz e a palavra justamente no espaço que existe à *margem* do texto. Quer dizer que a voz do tradutor, mais ou menos audível no próprio texto traduzido de que naturalmente é *também* enunciador, somente parece poder expressar-se com toda a legitimidade e explicitude nos referidos paratextos – mormente em peritextos como os prólogos ou as notas de rodapé. Neles é-lhe dado ostentar uma aberta assunção do *eu-tradutor* que *diz* o texto e que aí, nas suas margens, fala – um *eu* que, de resto, se vê obrigado a amortecer no texto em si.

É no espaço paratextual, pois, e principalmente (embora não exclusivamente) no envoltório peritextual, que devemos ir à procura da inscrição da palavra do tradutor (*vid.* Pais, 1997: 21-26). Ali mesmo poderemos encontrar, ainda, os depoimentos verbais de outros agentes igualmente implicados na produção de uma tradução. Ali poderemos conhecer as motivações desses intermediários (tradutores, editores, iniciadores), rastejar a auto-concepção que o tradutor tem da sua *arte* ou inferir o pensamento sobre a tradução dominante no tempo e lugar em que se gerou o texto traduzido. Os paratextos – e, sobretudo, reiteramos, os peritextos – foram, com efeito, o meio privilegiado (por não dizer único) através do qual se corporizou uma reflexão acerca da tradução durante o longo período especulativo a que já se fez alusão no capítulo II.1. Daí que não só constituam o objecto de estudo preferente do modelo sociológico-cultural como também tenham sido preferencialmente seleccionados pelas investigações adscritas à história da teoria da tradução (Woodsworth *in* Baker e Malmkjær, 2006: 100-105) ou modelo descritivo-comparativo (Lépinette, 1997)¹⁸². Certos paratextos (normalmente, epitextos) poderão ajudar-nos, ainda, a aferir como foram recebidos os textos traduzidos, ficando nesse caso inscrita a palavra do leitor (normalmente, especializado: o crítico) da tradução. Também esses paratextos deitam luz sobre o que Pais (1997: 25) denomina de

¹⁸² A título de exemplo, e porque dizem respeito ao sistema cultural português, mencionaremos as antologias de Carlos Castilho Pais (1997) ou de José Antonio Sabio e Manuela Fernández (1998). Num e noutro caso ficam reunidos depoimentos e reflexões sobre a actividade translativa historicamente considerada que assumem a forma paratextual – na maior parte dos casos, peritextual. Basta observar a compilação de Sabio e Fernández (1998), relativa ao período de c. 1429 a 1818: a primeira parte do volume é constituída por trinta e quatro peritextos prefaciais (ou “textos preliminares”, como aí se denominam), face aos sete “textos normativos” da segunda parte e os três “críticos” da terceira e última parte – sendo que estes últimos não deixam de ser, igualmente, paratextos: epitextos nesta ocasião. Também a antologia de Pais (1997) recolhe fundamentalmente peritextos, sobretudo “prefácios e introduções às obras traduzidas” (Pais, 1997: 22).

trato social da tradução numa dada época. Por todas essas razões, em suma, não é de estranhar que os historiadores da tradução tenham vindo a recorrer ao espaço paratextual, designadamente aos peritextos introdutórios ou prefaciais, para levar a cabo as suas indagações, sejam do cariz que forem.

Por outro lado, e mesmo que mais não seja pelo seu carácter *fronteiriço* e *intermediador*, os paratextos encontram-se muito próximos da tradução como processo. Desde já, porque os paratextos fazem parte, no fim de contas, de um particular acto *translativo*: aquele que permite que um texto se *transforme* em produto apto para o consumo, adoptando a forma de livro ou outro formato de publicação adequado para a difusão desse mesmo texto. Ademais, os paratextos, situados nessa região indecisa entre “o de dentro” e “o de fora”, conformam uma zona de *transição* e de *transacção* entre um texto e os seus receptores (Genette, 1987: 7-8) com uma evidente dimensão pragmática e ideológica, posto que, como atenta Genette (1987: 5), um paratexto nunca limita a sua função a um mero *faire joli*. Os dispositivos paratextuais, que constituem uma nada desprezível estratégia (verbal, icónico-gráfica ou material) de *manipulação* dos textos traduzidos (bem assim como dos textos a que convencionalmente chamamos de ‘textos originais’), compartilham, pois, com a tradução uma mesma natureza de *fronteira*¹⁸³ e possuem o condão comum da *transmutação*.

Mas as analogias entre paratexto e tradução não se ficam por aí. Mesmo que com óbvias diferenças de grau e tempo, ambos vêm experimentando nas últimas décadas uma fase de emergência após um longo período de incúria ou invisibilidade no âmbito dos estudos literários (e não só). Tal como a literatura traduzida, os paratextos, elementos colocados *nas* margens do texto, permaneceram até não há muito geralmente confinados à margem destes estudos, um segundo plano que desde há uns anos começam contundentemente a abandonar para passar a ocupar, pouco a pouco, posições

¹⁸³ O tradutor é, até por imposição etimológica, um ser de *fronteira*, metáfora essa a que se recorre com frequência para falar do complexo fenómeno da tradução e dos que o fazem possível – os tradutores. Veja-se, a este propósito, como os define José Yuste Frías, um dos fautores do conceito de *paratradução* ao que logo se aludirá, num artigo intitulado “Para-traducir libros infantís” (*Viceversa*, n.º 13, 2007, pp. 135-170, disponível em <http://www.joseyustefrias.com/docu/publicaciones/JoseYusteFrias2007.pdf>, consultado a 14/6/2010): “Un tradutor, autor segundo fronte ao primeiro autor, é primeiro de nada un paratradutor porque a súa condición é a de estar ocupando sempre o espazo do prefixo «PARA», é dicir, estar ao mesmo tempo dos dous lados da fronteira, do limiar, da marxe que sempre separa unha lingua doutra, unha cultura doutra. En realidade, o propio tradutor é «PARA», é a fronteira mesma, o limiar dunha porta entre o coñecido e o descoñecido, a marxe do espazo intermediario situado «entre», a ponte que permite o paso dunha beira á outra. Separa e une ao mesmo tempo” (p. 137). Com o título desta dissertação – “*Por entre o muro...*” – quisemos sublinhar, igualmente, esse carácter fronteiriço e mediador dos tradutores e da tradução.

mais centrais. Numa publicação não muito distante no tempo, consagrada ao exame destes mecanismos na literatura espanhola auri-secular, Michel Moner (2009) resume a referida evolução assinalando como num primeiro momento os estudiosos da literatura se mostravam relutantes em aceitar que, fora os prólogos (tidos, já o dissemos, por peças dignas de consideração), a atenção fosse deslocada do texto para o seu contorno, e contemplavam a ideia com desconfiança. Entretanto, no presente, “si bien no han desaparecido del todo esos prejuicios –la palabra *paratexto* o su equivalente en las lenguas europeas todavía no tiene entrada, según parece, en los diccionarios¹⁸⁴– cabe admitir que los estudios paratextuales ya han sido reconocidos y han adquirido cierta legitimidad en el campo de la investigación literaria” (Moner, 2009: XII).

No que diz respeito ao âmbito da literatura traduzida, a exploração do paratexto proposta na publicação seminal de Genette (1987) reduzia-se, todavia, como bem nos lembra Flor (2009: 127-128), aos casos de autotradução. Um pouco surpreendentemente, até pelas afinidades entre paratextualidade e tradução que vimos de apontar, ficava-se desse modo muito aquém da rendibilidade efectiva do seu estudo na investigação da tradução literária em geral (hetero- como autotraduzida), sobretudo nos enfoques descritivos preconizados pelos Estudos de Tradução. Já vimos que os Estudos de Tradução puseram de manifesto como, mesmo do prisma textocrítico ou descritivo-contrastivo (Lépinette, 1997; *vid. supra* II.3), para dar conta cabal do funcionamento dos processos translativos e das escolhas do tradutor, a abordagem interna dos textos se revela insuficiente. Não basta a confrontação da *matéria verbal* presente nos textos traduzidos com a dos textos de partida para apreender e compreender os procedimentos e estratégias concretas seguidas pelo autor do texto traduzido. Existem uns condicionamentos extratextuais em toda a actividade tradutora, variáveis que orientam os métodos e estratégias de tradução em função do tempo, do espaço, das características da encomenda, etc. – donde se deduz o carácter mutável da noção de equivalência, já atrás (II.1) referido –, e para encontrar estas condicionantes é preciso sair do ‘circuito fechado’ do texto, cuja análise não chega para reconstituir o “respectivo contexto epocal” (Flor, 2009: 130) em que foi gerado.

Se, levando em conta a natureza comunicativa e social da prática tradutora, o *quid* da questão está *no de fora*, naquilo que envolve o texto traduzido e o acto tradutor

¹⁸⁴ A observação de Moner é válida para os dicionários da língua castelhana (*v. gr.*, o da Real Academia Espanhola), mas não para os do português: veja-se, por exemplo, o dicionário electrónico da Porto Editora (<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aa/paratexto>, acedido a 21/3/2016).

(factores extratextuais), parecem claras as vantagens de um estudo atento dos elementos peritextuais que conformam o contorno tangível do texto traduzido. Assim o estima Flor (*ibid.*), ao argumentar a favor da sua utilização como auxiliar nas pesquisas que se enquadram dentro dos estudos históricos (internos) da tradução¹⁸⁵. Verificamos, logo, como o paratexto translativo acaba por se revelar útil para os três modelos de investigação histórica que enumeramos no capítulo anterior: a história da teoria da tradução, a história interna da tradução e a história externa da tradução. Efectivamente, dispomos já de trabalhos enquadrados nos três paradigmas que tiram partido do que o paratexto translativo tem para oferecer ao historiador. A noção genettiana de paratexto foi igualmente aproveitada, e levada até às suas últimas consequências no âmbito dos Estudos de Tradução, pelo grupo de investigação Traducción & Paratraducción sedado na Universidade de Vigo. Partindo da constatação de que não há texto sem paratexto, sustenta-se que, de forma análoga, também não existe tradução sem *paratradução*. É tudo o que está à volta (*para-*) da actividade translativa (entendida em sentido muito amplo: *cfr.* Baltrusch, 2005) que interessa examinar a este conjunto de investigadores, e que se pretende abranger mediante o conceito de *paratradução*.

Da nossa parte, e nesta epígrafe, queremos apenas destacar uns poucos aspectos relativos ao aparato peritextual editorial (ou seja, à apresentação das traduções em análise) que se prendem directamente com a investigação que temos entre mãos, particularmente com problemas mais ou menos complexos que se nos colocam do ponto de vista metodológico, como sejam a identificação do objecto de estudo e a completude dos dados reunidos ao seu respeito – problemas esses de que, não obstante, trataremos com mais detenção na terceira parte da tese.

Para a resolução da primeira dessas questões problemáticas apresentam um valor operativo muito destacado – embora *limitado*, como em seguida se compreenderá – os títulos das traduções. Mais concretamente, um dos possíveis componentes ou “anexos facultativos” do título: a parte que Genette identifica como a indicação genérica, a qual geralmente aparece (quando o faz) depois do subtítulo (de havê-lo), e cuja função é

¹⁸⁵ “De forma indirecta e adicional, o campo do peritexto pode disponibilizar ao investigador valiosos indícios acerca das circunstâncias externas que envolveram o circuito de produção, circulação, recepção e consumo dos textos traduzidos, fornecendo um conjunto de informes úteis para situar a tradução literária no quadro sócio-económico-cultural dos seus destinatários efectivos. [...] A recolha, o exame e a problematização das condicionantes extratextuais da tradução literária, situada em certo tempo e lugar, parecem plenamente justificados e consolidam o estatuto do peritexto como auxiliar da investigação histórica” (Flor, 2009: 130).

remática. Quer isto dizer que, nessa parte, o título não indigita para o conteúdo temático do texto (ou para elementos do universo diegético da obra), senão que aponta para o texto considerado como objecto, mediante o uso de vocábulos (“Comédia”, “Oda”, “Soneto”, “Romance”, “Contos”, “Meditações”, “Contributos”, etc.) que ligam tal texto com outros textos – aqueles com os que mantém uma relação arquitextual. No caso dos títulos translativos, essa função remática costuma vir concretizada linguisticamente com palavras como “tradução”, “imitação”, “versão”, “adaptação” ou expressões análogas (“trasladado de”, “vertido de”, etc.). Basta uma menção paratextual deste tipo, normalmente na capa ou na folha de rosto, para que o receptor (público ou leitor, especializado ou não) assuma que está perante uma tradução (imitação, versão, etc.). Dito de outro modo, esse género de indicações verbais paratextuais são suficientes para desencadear aquilo a que propomos designar, por analogia com o conceito de pacto ficcional, de *pacto translativo*.

A fim de explicar em que consiste tal pacto translativo, invocamos as reflexões de Anthony Pym (1998: 156-157), autor que estabelece que uma tradução se distingue formalmente de uma não-tradução pelo facto de que a primeira “can be received as if it were the source text”, precisando que “this ‘as if’ (*as if* the translation were the source text) indicates a fictional status, a belief, or at least a willing suspension of disbelief on the part of the person doing the receiving”. O pacto translativo reside nessa *fé* em que a tradução *substitui* o original. O pacto translativo comporta a confiança (ou, pelo menos, suspensão voluntária da descrença) em que um texto que se diz traduzido pode ler-se *como se fosse* outro texto, o de partida. Deve atentar-se em que pode dar-se o caso de estarmos diante de textos originais que peritextualmente se apresentam, todavia, como traduções – são textos que funcionam *como* substitutos de um texto fonte inexistente. A esses textos que numa dada cultura de chegada circulam como traduções sem o serem designa-os Gideon Toury (2012 [1995]) de *pseudotraduções*. Repare-se também no facto de ser o invólucro peritextual, justamente, que permite a tais originais aparentarem ou simularem que são traduções – desencadearem o pacto translativo. Por outras palavras, é graças aos paratextos que podem certos originais serem considerados e recebidos no sistema como traduções, sem mais qualificativos – uns textos a que só o

receptor especializado (investigador, historiador da tradução) apelidará de *falsas traduções*¹⁸⁶.

Não é, porém, imprescindível que um dado produto textual que reconhecemos como traduzido vá etiquetado enquanto tal através de um título de que conste a palavra “tradução” ou outros apelativos mais ou menos sinónimos. Como nos previne Anthony Pym (1998: 62), que aliás recomenda olhar para os paratextos com atenção por quanto nos podem proporcionar “a key difference between translation and nontranslation”, o envoltório peritextual pode por outras vias permitir-nos, igualmente, observar “different discursive slots for an author and a translator” e, desse modo, a partir de tal distinção discursiva entre duas vozes enunciantes, dar azo ao pacto translativo. Para Pym (*ibid.*), é isso precisamente o que distingue traduções de não-traduções, uma “discontinuity between subject positions” que é despoletada pelos paratextos:

The defining discontinuity of a translation is not just on the nominalist level of external language (‘this is a translation because the cover says it is a translation’); it is a function of a discourse that *we* receive (‘this is a translation because the person who says “I” is not presented as the producer of the discourse’). The words are there, in whatever language, but *we* interpret them as markers of a specific function that *we* define as constitutive feature of translations.

Podem ser, portanto, vários os elementos peritextuais da apresentação da tradução, além do título, que, a partir do “nominalist level of external language”, actuem como marcadores dessa função discursiva específica (a descontinuidade enunciativa) que definimos como sendo um traço característico dos textos traduzidos – teremos ocasião de ilustrá-lo no capítulo III.1.2. Por isso afirmámos atrás, com Flor (2009: 133), que é a este tipo de instâncias peritextuais editoriais que lhes cabe identificar *liminarmente* um dado produto textual como traduzido. Significa isso que, ao menos do ponto de vista do investigador (receptor especializado), se possa asseverar que é *tradução* todo o texto que for peritextualmente apresentado enquanto tal – ou todo o texto que, pela mesma via (peritextual), convoque o estabelecimento do pacto translativo? Dito de outra forma, serão os paratextos editoriais (elementos como a

¹⁸⁶ Entre as diversas (e, às vezes, concomitantes) razões pelas quais um texto original se apresenta falsamente como traduzido estão a tentativa de introdução de inovações no sistema, o prestígio de uma dada cultura em relação a certos modelos ou géneros, a censura, a condição periférica do produtor (pseudotradutor) do texto, a natureza não canonizada ou até estigmatizada de um determinado género literário, etc. (*cfr.* Toury, 2012: 41 e ss).

coberta ou a folha de rosto) instrumentos suficientes para realizar a distinção entre tradução e não-tradução de que um historiador da tradução precisa?

A revelar que os peritextos são insuficientes (limitados) a este respeito, eis os plágios ou os pseudo-originais e as traduções debilmente diferenciadas ou “weakly marked translations” (Pym, 1998: 60). Nestes casos, deparamo-nos com traduções disfarçadas de originais ou com traduções que não reconhecem distinta e inequivocamente a sua condição de textos traduzidos mediante o peritexto – traduções em maior ou menor grau ocultas ou encobertas, em definitiva, cujo revestimento peritextual, lacunar no que respeita à sua condição translativa, condiciona (limita) o trabalho do investigador, que desvendará o estatuto do texto por caminhos necessariamente alternativos ao peritextual.

Como proceder, então, ao levantamento de textos traduzidos que conformará o *corpus* do historiador da tradução? Porque afirmamos (que é o que nos leva a fazê-lo) que existem pseudotraduções e pseudo-originais? Que atributos nos conduzem a reconhecê-los desse modo? E, já agora, quem é esse *nós* que tal afirma, identifica ou reconhece? Porque e como é que está legitimado a fazê-lo? Dado que, ao que parece, quando lidamos com traduções não é (só) o *nome* da *coisa* que a *faz*, como definir que *coisa* é essa a que damos (aqui e agora) o *nome* de *tradução*? A tentar responder essas e outras perguntas dedicaremos o capítulo III.1 da presente tese, designadamente, a secção III.1.1.A). Na secção III.1.1.C), teremos oportunidade de comprovar outras insuficiências dos peritextos, desta feita relativas à identificação de procedência literária e linguística das traduções.

O segundo e último aspecto que gostaríamos de salientar, pois também afecta problemáticamente a investigação que tentamos levar a cabo, tem a ver com outro(s) dos elementos peritextuais que apresentam e identificam o texto diante do público e potencial leitor, desta vez o nome do seu autor e, no nosso caso, também o do tradutor, seu co-autor. Tanto o primeiro como o segundo estão ausentes do peritexto de muitas das traduções que inventariamos neste trabalho, que desse ponto de vista resulta incompleto. Segundo teremos ocasião de comprovar na terceira parte desta tese, o facto de nem sempre os espaços peritextuais destinados ao efeito (capas, folhas de rosto, notas prefaciais), disponibilizarem os nomes quer do autor (estorvando assim a identificação das espécies pela sua procedência geocultural, que se pretende

espanhola)¹⁸⁷, quer do tradutor, complicou consideravelmente as pesquisas, embora nalguns casos, não sem grande esforço, tenhamos conseguido repor (entre parênteses rectos) essas informações omissas.

Já dissemos que, *por acaso*, Genette *se esquece* de contemplar o último desses nomes (o do tradutor) em *Seuils*, apenas mencionando-o de passagem quando se trata de escritores que traduzem as suas próprias obras¹⁸⁸. Tal hiato não acontece, é claro, *por coincidência*. Muito pelo contrário, é apenas mais um exemplo ilustrativo do *trato social (invisibilizante)* do tradutor na nossa tradição cultural, a que já atrás (nesta epígrafe e em II.1) aludimos. Considerado por via de regra como um mero copista, ao tradutor nega-se-lhe aquilo que Michel Foucault (1987 [1969]) denominou a *função autor*, “una de las especificaciones posibles de la función sujeto” (1987: 14), a qual “funciona de lleno en nuestros días en las obras literarias” porque “no soportamos el anonimato literario, sólo lo aceptamos en calidad de enigma” (1987: 9). Assim:

Los discursos “literarios” ya sólo pueden recibirse dotados de la función autor: a todo texto de poesía o de ficción se le preguntará de dónde viene, quién lo escribió, en qué fecha, en qué circunstancias o a partir de qué proyecto. El sentido que se le otorga, el estatuto o el valor que se le reconoce dependen del modo como responda a estas preguntas. Y si, como consecuencia de un accidente o de una voluntad explícita del autor, nos llega en el anonimato, enseguida el juego consiste en encontrar al autor. (Foucault, 1987: 9)

¹⁸⁷ A ausência do nome do autor em muitas das espécies que encontramos no lapso temporal aqui examinado tem muito a ver com a falta de sentido de *propriedade* do texto, particularmente do texto ficcional, que está hoje vigente, após a instauração de um “régimen de propiedad para los textos” (Foucault, 1987: 8) que é relativamente recente. Como nota Michel Foucault, só a partir dos finais do século XVIII e começos do XIX “se decretaron reglas estrictas sobre los derechos de autor, sobre las relaciones autores-editores, sobre los derechos de reproducción, etc.” que vieram colocar o autor “en el sistema de propiedad que caracteriza nuestra sociedad” e o texto literário em “un bien trabado en un circuito de propiedades”. Até aí, diz-nos o mesmo pensador, a apropriação dos textos pelos seus autores limitava-se a uma “apropiación penal”, na medida em que “el discurso en nuestra cultura (y sin duda en muchas otras)” não era inicialmente “un producto, una cosa, un bien”, mas antes constituía um acto punível, situado “en el campo bipolar de los sagrado y de lo profano, de lo lícito y de lo ilícito, de lo religioso y de lo blasfemo”.

¹⁸⁸ O estatuto de tradutor privilegiado outorgado ao autotradutor, cuja *autoridade* como *autor* parece legitimá-lo para tomar certas *liberdades* que não se lhe concederiam ao tradutor comum é, entre outros aspectos, assunto de que se têm ocupado diversos estudiosos da autotradução, como, limitando-nos ao âmbito peninsular, Helena Tanqueiro (cuja tese de doutoramento em Teoria da Tradução, defendida na Universitat Autònoma de Barcelona em 2002, se devotou à *Autotraducción: Autoridad, privilegio e modelo*) ou Xosé Manuel Dasilva (autor de *Estudios sobre la autotraducción en el espacio ibérico*, Berna, Peter Lang, 2013). Ambos são editores de um volume colectivo intitulado *Aproximaciones a la autotraducción* (Vigo, Academia del Hispanismo, 2011). Outra autora que se tem vindo a debruçar intensamente na complexa prática da autotradução no espaço peninsular, particularmente fértil a este título por motivos óbvios, é Rexina Vega, que ilustra os desafios colocados pelo fenómeno em causa do ponto de vista tradutológico através do estudo, designadamente, da feição autotradutora-criadora do escritor bilingue Álvaro Cunqueiro.

Essa falta de tolerância para o anonimato não se verifica, porém, no caso do tradutor, onde se admite sem problemas de maior, tal como noutros casos que aponta o mesmo Foucault¹⁸⁹. Hoje como ontem, deparamo-nos com uma negação da *função autor* ao tradutor que se reflecte social e até legalmente: “in modern Europe, social norms and laws dictate that the writer of the source text is regarded as the *author* of the target text too, the translator being *just* the translator” (Fung Chang, 2008: 142, itálicos nossos). Tal negação da função autor – que não da *função sujeito*, jurídica e socialmente reconhecida – é uma das formas de manifestação do que Lawrence Venuti (1995) denominou de *invisibilidade* do tradutor e que, segundo vemos, não é própria apenas, como poderíamos talvez julgar, de tempos pretéritos. Ainda nos nossos dias circulam traduções em que o nome do seu responsável está ausente ou, então, figura nos locais peritextuais mais esconsos – não na capa ou na folha de rosto, mas no verso desta última, por exemplo – e em tamanhos de letra igualmente quase imperceptíveis.

Castilho Pais (1997: 24) recorre à noção de “ortodoxia do texto” de Roger Chartier para assinalar o motivo último subjacente a todos esses diversos modos de invisibilização do tradutor que vimos assinalando, e de que a não indicação do seu nome é só uma feição, a saber: a concepção do sentido como sendo “imutável e livre da intervenção dos sujeitos” que está na base da ortodoxia do texto, não cabendo, dessa perspectiva, qualquer papel para o tradutor (embora *intérprete* e *recriador* do texto) na construção do dito sentido. “No acontecer do sentido assim delineado”, explica Pais, “o lugar do tradutor recebe um estatuto que o identifica mais com a carga *puramente mecânica* da recepção do que com a actividade própria da produção do texto”. Trata-se de um lugar aparentado “ao lugar do leitor, geralmente conotado como consumidor, sem voz activa nem interferência nos mecanismos da produção” (Pais, 1997: 24, grifos do autor).

A mesma seria a razão de ser para as práticas no sentido contrário, visibilizadoras do sujeito tradutor. O facto de ser *permitida* a palavra do tradutor num peritexto prefacial, por exemplo, não visaria quebrar a ortodoxia do texto senão, à inversa, “atestar a fidelidade ou o sentido correcto da tradução”, devido a que “o *argumento de autoridade* é mais um dado da ortodoxia do texto” (Pais, 1997: 24). Para

¹⁸⁹ “En una civilización como la nuestra hay un cierto número de discursos dotados de la función de «autor» mientras que otros están desprovistos de ella. Una carta privada puede muy bien tener un signatario, pero no tiene autor; un contrato puede tener un fiador, pero no tiene autor. Un texto anónimo que se lee en la calle sobre un muro tendrá un redactor, pero no tendrá un autor” (Foucault, 1987: 8).

ilustrar o seu raciocínio, o autor opõe dois exemplos de práticas opostas, ambos do século XX – as reedições de uma tradução da Bíblia realizada por António Pereira de Figueiredo no século XVIII face às edições de uma tradução bilingue de Rimbaud feita por Mário Cesariny¹⁹⁰. No primeiro caso, foi excluído o prefácio do tradutor, “um nome sem qualquer auréola de prestígio nos dias que correm” (Pais, 1997: 24); no segundo, pelo contrário, a consagração de Cesariny no meio editorial determina, não apenas a manutenção do texto preliminar em que inscreve a sua voz, como ainda o “privilegio” de o seu nome figurar na capa do livro, “magnanimidade” que incide com particular frequência nas traduções de textos poéticos (Pais, *ibid.*), mas de que “não beneficiaram outros tradutores da mesma editora e da mesma colecção” (Pais, 1997: 24, n. 10).

Esta observação de Pais vai ao encontro dos efeitos oblíquos do *onimato* identificados por Genette, quem previne como, em lugar de ser a forma neutra de assinar o livro, é antes um modo de pôr ao serviço do livro uma *identidade* ou, melhor, uma *personalidade* (Genette, 1987: 40); quer dizer, não deixa de ser uma estratégia para garantir o sucesso (comercial e simbólico) do produto, ao vinculá-lo com uma autoridade, indivíduo *ilustre* ou *celebridade*¹⁹¹. A análise deste género de práticas *invisibilizantes* conduz Pais, finalmente, a esta interessante conclusão, que julgamos pertinente transcrever na íntegra para concluir:

Compreende-se, portanto, que o entendimento do modo de produção das obras traduzidas deva equacionar-se dentro das determinações da circulação do sentido, de relevo diferente consoante as várias épocas históricas, e em que *a tradução* e *a singularidade* de um tradutor e de uma obra a traduzir se posicionam. A emergência do prefácio mostra um autor, mas garante também a realidade da tradução, o *trabalho de autor* que a obra traduzida implicou, pelo suplemento de exterioridade à obra de que a palavra do tradutor soube dotar-se. Mesmo sem o prefácio, essa *realidade* permanece na obra traduzida, realidade que nenhuma ortodoxia do texto poderá apagar. Quando os tradutores reivindicam o nome nas traduções que fazem, para além de outras implicações que a reivindicação terá, estão a querer dizer-nos que fizeram *obra*. Neste sentido, a *fideli*dade, insistentemente pedida ao tradutor, poderá ser compreendida como determinação cujo

¹⁹⁰ Trata-se de *Iluminações. Uma Cerveja no Inferno*. Embora Pais não o indique, a primeira edição saiu em 1972 na editora Estúdios Cor. Foi reeditada pela Assírio e Alvim em 1989 e, depois, reimpressa na mesma editora em 1995 (esta é a “última edição” referida por Pais), 1999 e 2007.

¹⁹¹ Genette (1987) analisa esta e outras atribuições ou efeitos do nome do autor, recordando-nos, por exemplo, o papel ou função contratual que lhe cabe ao *ortónimo* na escrita referencial, tal como mostrou Philippe Lejeune para o género das autobiografias (*Le pacte autobiographique*, 1975). Também Foucault se detém, no ensaio atrás citado (1987), nas funções do nome do autor, fornecendo um amplo leque de incumbências da função autor, que vai da concessão de um regime de *verdade* aos discursos à propriedade de apropriação *capitalista* do texto, passando pela de caracterização de um certo modo de ser do discurso – é, aliás, ao estabelecer uma relação de homogeneidade e filiação entre os textos colocados sob o mesmo nome que é construída a “forma autor”.

objectivo consiste em ‘esconder’ o *peso* da palavra do tradutor na [*sic*: no] acto de transposição da obra estrangeira para outra língua e a realidade, insuportável, da ‘intromissão’ do tradutor no circuito do sentido. (Pais, 1997: 25, sublinhados do autor).

II.5. O contexto histórico: *pontes e muralhas* entre a *China* e a *Tartária* nos inícios da Idade Contemporânea (1780-1850)

No capítulo I.3.2 constatámos como a segmentação temporal deste estudo se fundamentou em *eventos* “that concerned translations, not wars” (Pym, 1998: 57). Ora, segundo avançámos nesse mesmo capítulo, e na sequência das reflexões com que o abríamos (acompanhando o pensamento de, entre outros, Claudio Guillén, 2005: 344), existem certos processos e certos *eventos* da história *événementielle* – *sucessos* ou *sucesões* de acontecimentos da história geral, mormente política, *guerras* e *tratados* incluídos – que cumpre notar e anotar por duas ordens de razões. De uma parte, e mesmo não correspondendo necessariamente à medida do *tempo* próprio da geografia (inter)literária (Casanova, 2001: 14; *vid. tm.* Gutiérrez, 2004), alguns desses *eventos* afixam a delimitação temporal proposta, como já tivemos oportunidade de sublinhar na sobredita secção I.3.2. De outra parte, esses factos e factores externos vinculam-se de forma indirecta ou *dialéctica*, como propõe Valdés (2004), ao nosso objecto de estudo – a essa fatia (literária, cultural) da história *total* (a História) que é a história das traduções.

Estamos persuadidos de que conhecer o momento histórico em que viram a luz as traduções do nosso *corpus* auxiliará na complexa tarefa que supõe o entendimento cabal dos processos envolvidos na sua produção e circulação. Não só porque, como lembra Claudio Guillén, resulta “sumamente difícil la inteligencia de éstas [as traduções] sin tener en cuenta el contexto social e histórico en que se lleva a cabo su ardua tarea de comunicación” (Guillén, 2005: 320, *vid. também* Toury, 2012) – conforme já vimos (II.3), é o tempo histórico que determina tanto os métodos de tradução como as escolhas translativas; ou seja, “qué obras se traducen y qué otras han de consignarse al olvido” (López Alcalá, 2001: 94). É que, ademais, mesmo não estando a interferência literária (por via translativa) forçosamente ligada às interferências que noutros níveis (ou campos) se possam dar entre as comunidades em causa, posto que o campo (ou sistema) literário é *relativamente* autónomo, quando elas são “either geographically contiguous or mixed, or otherwise linked”, como é o caso, “it seems

hard to provide evidence for cases when interference would take place in literature only, while all the other sectors of culture remained intact” (Even-Zohar, 1990b: 62).

E há mais. A própria autonomia do campo literário pode ficar atenuada aquando de trocas *internacionais* se trata, nomeadamente se os sistemas literários em jogo se encontram em situação de dependência, a qual é directamente proporcional à heteronomia do campo literário respeito de outros campos. Consoante assinala Antón Figueroa (2004: 528), num estudo em que alinha os conceitos de *literatura nacional* e de *campo literário* como ferramentas metodológicas para empreender o estudo das relações literárias internacionais, a “doble lógica autonomía/heteronomía del campo literario literario se diluye en cierto modo en las relaciones internacionales donde «intereses» nacionales [están] siempre presentes”. Pode então acontecer, prossegue o autor, “que los criterios de importación sean de *otro sub-campo*, sean políticos y no artísticos”. Desse modo,

El “arte puro” y lo que acompaña al fenómeno artístico resulta menos “puro” en este tráfico internacional por la incidencia de lo nacional incorporado como sentido común, hábito y creencia. El transvase de los productos culturales fundados en el sentido común en cierto modo inconsciente del prisma nacional hace emerger “políticas” conscientes de defensa de los intereses nacionales mediante la importación (o la no importación) y también políticas de exportación. [...] | Las relaciones literarias internacionales son *concurrentes*. Los campos literarios no mantienen entre sí relaciones inocentes como tampoco lo hacen los campos nacionales y culturales en los que se inscriben: existe siempre el principio de la lucha, de la concurrencia y de la desigualdad. Las “grandes literaturas” tienen detrás “grandes países” simbólicos y reales, y las “pequeñas literaturas” casi siempre “pequeños países”. | El carácter nacional del campo, o incluso cierto nacionalismo literario naturalizado dentro del propio campo, se manifiesta en la relación literaria internacional. (Figueroa, 2004: 528).

Assumindo, como fizemos desde o início desta tese, que as relações literárias entre Portugal e Espanha estão sujeitas a uma dinâmica de (in)dependência decorrente das lutas que se travam no campo político; que existe, portanto, uma homologia estrutural entre o campo literário (bem como outros campos da cultura) e o campo nacional nessas relações; e que, desde o ponto de vista da importação por via tradutiva, as práticas da (não-)tradução em Portugal estão neste caso (relações literárias com a Espanha) intimamente ligadas ora a posições dominadas em que a “violencia simbólica de la relación externa” é aceite e incorporada (Figueroa, 2004: 530) por parte do sistema importador, ora a “políticas culturales defensivas” (Figueroa, 2004: 529) resultantes de processos de independentização desse mesmo sistema (*cfr.* Maia, 2012), parece-nos da

máxima relevância examinar o dito contexto histórico em que essas relações no campo literário têm lugar, procurando as *pontes* e as *muralhas* que se levantam no lapso cronológico em apreço entre a *China* e a *Tartária*. Será bom, em definitiva, “interrogar-se sobre os elementos não estritamente literários que podem influenciar na formação de opiniões que concernem as obras vindas de uma outra cultura [neste caso, sob forma de traduções] e sobre o papel que as obras literárias podem ter tido sobre os representantes de um país estrangeiro” (Chevrel, 2004: 62), ou vice-versa.

É o que visa esta epígrafe (breve e despretensiosa, tendo em conta a densidade da matéria), cujo fio condutor privilegiará alguns acontecimentos e processos históricos que dizem respeito à cultura de chegada, para a qual se volta a nossa atenção principal, na sua relação com a cultura fonte. Partimos do suposto, convém insistir, de que as relações entre o campo literário ou cultural e o campo político não são directas, mesmo quando entre ambos se dão homologias. Seguimos aqui o entendimento que a sociologia literária bourdieuana tem dessas relações, segundo a qual – e à diferença de outros postulados teóricos¹⁹² – entre a política e a cultura medeia uma agência social (literária, musical, artística...) constitutiva de um espaço (o campo literário, musical, artístico...) com regras *próprias* de jogo e *parcialmente* dependente de outros campos.

Para esta tarefa, fomos procurar, de novo, alguns gigantes em cujos ombros nos pudéssemos encavalitar. Amparamo-nos, assim sendo, em análises e propostas de divisão periodológica da História provenientes de especialistas de referência para a historiografia portuguesa ou comparada entre Portugal e Espanha (cuja *auctoritas* tem sido amplamente reconhecida e até distinguida pela comunidade académica), donde também retiramos o grosso das informações aqui sumariadas ou meramente aludidas. Conquanto não nos concentremos apenas nos *tratados* e nas *guerras* que tiveram lugar no trecho temporal que transcorre entre as balizas cronológicas de 1780 e 1850, estamos cientes de que esses ‘grandes acontecimentos’, pelos que começaremos, não permitem apreender a experiência sociocultural no seu devir histórico e nas suas dinâmicas pendulares de aproximação e distanciamento entre comunidades (dado que os *inimigos* políticos nem sempre são os *inimigos* culturais). Os grandes acontecimentos constituem, antes, a mera *conjuntura*, como ressalva Oliveira Marques ao reuni-los no que é (só) o último capítulo de uma muito mais abrangente *nova história* de Portugal durante a

¹⁹² Postulados esses que se aderem “a la idea de una correspondencia, término por término”, entre os acontecimentos políticos e os culturais, estes ‘reflexo’ daqueles (Casanova, 2001: 415) – seria o caso, segundo a mesma Casanova, dos Estudos Pós-Coloniais ou da *falácia* do marxismo ortodoxo.

instauração do liberalismo (Marques, 2002: 544-619). Corremos ao notá-los e anotá-los, portanto, os riscos que assinala António Manuel Hespanha no (magistral) prefácio ao quarto volume, por ele coordenado, da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso:

Cair na descrição daquilo que, em certos dias “mágicos” (definidos pela auto-representação da época ou pela tradição historiográfica), se passou nos planos mais visíveis e iluminados do cenário histórico – na corte, nos mercados financeiros, nas universidades e nas academias, nas chancelarias ou nos campos de batalha. (Hespanha, 1993: 6-7)

Pelo que se passou nos planos mais visíveis e iluminados do cenário histórico iremos, contudo, e pelas razões anteditas, transitar por enquanto. Já na epígrafe I.3.2 fizemos menção a um *evento* desta natureza que coincide com o termo *a quo* do nosso estudo: a subida ao trono de D. Maria I e o subsequente começo da fase de trânsito para a “nova idade” (Serrão, 1982: 294) que esse reinado representa. Trata-se, com efeito, de um tempo-charneira, de uma etapa de “apogeu do iluminismo” que simultaneamente corresponde “em termos culturais ao dealbar do liberalismo” (Serrão, 1982: 431, 432) – um liberalismo burguês que desabrocha na primeira metade do século XIX e cujo assentamento definitivo (se bem que superficial ou incompleto), depois de um processo sobejamente conturbado, terá lugar a partir da chamada Regeneração, mais uma vez coincidindo com o nosso termo *ad quem*. Ora, na medida em que “o termo do século XVIII” supõe a “porta de entrada de um liberalismo que já conquistara muitos espíritos” (Serrão, 1982: 294), é nessas últimas décadas da centúria de setecentos onde devemos ir buscar o alvor da nossa (dita) Idade Contemporânea.

Assim, a Revolução de 1820 com que se costuma assinalar o momento em que a nova ordem liberal se corporiza em Portugal por primeira vez deve ser entendida como o resultado das transformações sociais, culturais e económicas que se vinham manifestando no país desde o último quartel do século anterior, ainda “na franja cronológica que, de acordo com o esquema francês”, chamamos de Antigo Regime (Serrão, 1982: 431). A própria Revolução Francesa em que começou a ser usado tal rótulo, a qual costuma delimitar também o início de uma nova era – e que é, certamente, um dos *acontecimentos* (ou cadeia de acontecimentos) mais marcantes, complexos, contraditórios e (por isso mesmo) fascinantes da história ocidental recente – vinha fraguando-se, no plano das ideias ao menos, desde décadas atrás, sob o despotismo ilustrado; ou seja, paradoxalmente, de *cima* e, ainda, de *dentro* do próprio sistema que

os revolucionários de 1789 visam abater¹⁹³. Aí, no iluminismo, enraíza, pois, o mais imediato princípio do fim de um regime que por esta altura começou a designar-se de *antigo*. Os seus estertores (céleres, bruscos, espetacularmente audíveis na França revolucionária) decorriam, na realidade, de feridas (quase imperceptíveis e de acção bem mais vagarosa, embora fatais) muito recuadas, recebidas seguramente a partir da passagem da Idade Média para a Moderna. As transformações estruturais em que abanca a chamada Idade Contemporânea, as alterações profundas da ordem sociopolítica vigente por séculos que rebentam em França com as convulsões da Revolução, e que acabarão por se estender a mais ou menos longo prazo às nações em volta, supõem, em última instância, o culminar de um processo de ritmo lento que se reporta, como mínimo, à crise do feudalismo.

A partir da revolução jurídica que significou a autoproclamação do terceiro estado como integrante exclusivo da *Assemblée Nationale* em Junho de 1789 e da revolta popular paralela, concretizada na tomada da Bastilha a 14 de Julho do mesmo ano, a França e as nações em redor assistiram, entusiasmadas ou abismadas, à inauguração de um novo ciclo (que a Inglaterra parlamentar havia posto igualmente em marcha havia décadas, apenas de forma menos sonora e incidindo mais no plano económico¹⁹⁴), com a queda (drástica e violenta na França revolucionária) do absolutismo e dos privilégios das forças estamentárias até aí dominantes, a consequente ascensão do terceiro estado, novo protagonista da História (prontamente reduzido a uma burguesia que aspirava a um controle político que se compadecesse com o poder económico que já detinha, para o qual se serviu dos *sans-culottes* como ‘braço armado’), e a consentânea imposição do seu sistema de valores – soberania popular, igualdade perante a lei, divisão de poderes.

¹⁹³ O despotismo ilustrado é arguta e sinteticamente definido por Saraiva e Lopes (1996: 555) como “as formas mais ou menos precárias de compromisso entre a aristocracia feudal em decadência e o capitalismo em expansão”. Também Hespanha (1993: 7) atribui ao despotismo ilustrado a origem das clivagens subsequentes: “No plano da história do Poder, as grandes rupturas verificam-se com o advento das concepções e práticas políticas centralizadoras do iluminismo, que, em Portugal, se manifestam no reinado de D. José”. Outro momento *fatal* para o Antigo Regime, ainda anterior, localiza-se na passagem do século XVII para o XVIII: “As últimas guerras de Luís XIV, nomeadamente a da sucessão ao trono de Espanha, são como a charneira que liga a Época Barroca ao Século das Luzes. Elas desacreditam no Continente o absolutismo já anteriormente batido na Inglaterra (revolução de 1688)” (Saraiva e Lopes, 1996: 553).

¹⁹⁴ Sobre a influência do parlamentarismo britânico e do pensamento inglês nos doutrinários do Século das Luzes francês, ver Saraiva e Lopes, 1996: 558. Essas mudanças no campo ideológico são as mesmas que conduzem à independência dos Estados Unidos, causa em cuja defesa se empenha Luís XVI, com as graves consequências financeiras (e fiscais) que estão, também, na raiz da Revolução.

A Península vive igualmente por estas datas (último quartel do século XVIII) o “derrumbe del orden antiguo” com que se inicia a fase de “nacionalización y modernización de los Estados” (Torre, 1998b) característica da nova ordem liberal. Nacionalização e modernização dos Estados constituem, pois, processos paralelos e inseparáveis, e ambos são despoletados pelo regime liberal que pugna por impor-se ao longo de uma primeira metade do século XIX que, como já se disse acima (I.3.2), seguindo Oliveira Marques (2002: 9-10), produz um fascínio mas também um acanhamento em quem, daqui, a observa em toda a sua complexidade ocasionalmente ininteligível. Em Portugal, esse regime liberal é ensaiado em 1820-1823 e 1826-1828, fica instaurado em 1834 e só em meados de oitocentos acaba por consolidar-se, após três lustros de divisões internas entre cartistas e vintistas ou setembristas. Nesse liberalismo que vem germinando desde o iluminismo do século XVIII, que desponta e se desenvolve precisamente no período de que aqui nos ocupamos, reside a génese mais imediata das bases sobre as que se alicerça o nosso tempo, como a seguir tentaremos defender.

No que diz respeito ao século XVIII, acompanhar-se-á, para começar, a reflexão de Maria Fernanda de Abreu (2010) em torno do “lugar infravalorado que este siglo ha ocupado, hasta no hace mucho, en la historiografía cultural de la Península Ibérica”¹⁹⁵. Todavia, “en todo el occidente europeo el siglo XVIII es el punto de arranque de un movimiento expansivo que, con los lógicos altibajos, *llega hasta nuestros días*” (Pedraza e Rodríguez, 2012: 163, *itálicos nossos*) – e não há dúvidas de que o liberalismo constitucional oitocentista procede, em Espanha como em Portugal, dessa centúria. Com efeito, o “afán pedagógico de los reformadores” do século XVIII foi “creando un incipiente sentimiento democrático que producirá sus efectos en el siglo XIX” (Blanco Aguinaga, Rodríguez Puértolas e Zavala, 2000, I: 442). Assim, em Espanha, “las Cortes de Cádiz pondrán sobre el tapete todo el espectro de las reformas que intentaron los ilustrados del Antiguo Régimen” (*ibid.*).

¹⁹⁵ “Es sintomático”, dizia-nos aí a mesma autora, “el hecho de que una Historia de la Literatura Portuguesa, en varios volúmenes, dirigida por Carlos Reis [...], que empezó a publicarse en 1992 –y cuyo volumen dedicado al Romanticismo, el V, ha conocido ya una 2.ª edición– no haya sacado a la luz, hasta hoy, el desde entonces anunciado volumen IV, dedicado al siglo XVIII, con el título *Neoclassicismo e Pré-Romantismo*” (Abreu, 2010: 205-206) – entretanto, a publicação do tomo em questão efectuou-se pouco depois, no mesmo ano de 2010, sob a coordenação de Rita Marnoto. A respeito da proverbial desvalorização desta centúria nas histórias literárias peninsulares, *vid. tm.* Blanco Aguinaga *et al.*, os quais apresentam o século XVIII, alegada e tradicionalmente o “menos español”, e por isso mesmo tendencialmente subestimado, como um século bem *nuestro* (Blanco Aguinaga, Rodríguez Puértolas e Zavala, 2000, I: 435).

Mais visível parece ser o legado que nos deixou o século XIX¹⁹⁶, centúria em que, sobretudo após a conclusão das Invasões Francesas, a Península avança nas transformações estruturais que já se tinham iniciado em setecentos, as quais passam pela dissolução do sistema económico, social e político que conhecemos com o nome de Antigo Regime e a subsequente instauração (mesmo se demorada, difícil, intermitente e insuficiente) do liberalismo. “Energia, indústria, transportes, burguesia, administração pública, organização política, instrução e laicismo, com as características que os definiram *até à actualidade e constituíram os fundamentos da sociedade em que ainda vivemos*, tiveram nessa época a sua afirmação original” (Marques, 2002: 11, destacados nossos). A “civilização industrial, no seio da qual vivemos *actualmente*” (Maurice Daumas *apud* Marques, 2002: 46, itálico nosso), foi engendrada por essa *geração de vapor e de pó de pedra* de que falava Almeida Garrett numa conhecida passagem das suas *Viagens na Minha Terra* em que o narrador, porta-voz dessa burguesia com má consciência que tantas vezes encontraremos na história da literatura contemporânea, se transfigura no velho do restelo da épica burguesa¹⁹⁷.

As transformações estruturais que se verificam na Península por este tempo, às que se acabou de fazer alusão, acarretam uma grande instabilidade política durante as primeiras cinco décadas do século XIX, em que o acontecer histórico dos dois reinos descreve um percurso paralelo (aí particularmente notável, embora com algumas divergências cronológicas – não tanto já a partir da década de 1850) e apresenta evidentes similitudes, se bem “un examen más pegado a las realidades de cada país” comprove “al mismo tiempo la existencia de rasgos individualizadores muy marcados” (Torre, 1998a: 136). Destacam-se entre essas paridades históricas mais ou menos assíncronas da primeira metade do século XIX a sujeição de Portugal e Espanha às “vicissitudes do expansionismo francês” (Vicente, 1998: 155); a saída, no início da

¹⁹⁶ Resgatar “a herança deixada pela época de Oitocentos na nossa sociedade” e sublinhar a origem oitocentista das presentes “estruturas e valores políticos, económicos, sociais e culturais” é o intuito do seminário permanente “Revisitar o Século XIX” (<http://www.fcsh.unl.pt/media/eventos/seminario-permanente-revisitar-o-seculo-xix-1>, consultado a 26/5/2014), organizado pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (a primeira sessão foi celebrada entre o 13 de Fevereiro e o 4 de Junho de 2012: <http://www.fcsh.unl.pt/eventos/revisitar-o-seculo-xix>, consultado a 27/3/2012). O facto de as raízes do mundo contemporâneo se encontrarem na centúria de oitocentos, explicando-se dessa forma “O interesse pelo século XIX... hoje”, é também sublinhado na introdução de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque para o quinto volume, colectivo, da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso (Torgal e Roque, 1993: 9-13).

¹⁹⁷ É este um Garrett desiludido já com o projecto liberal e desenganado das falácias do *progresso* que aquele ainda mal tinha começado a desenvolver, o qual, parafraseando as visionárias palavras do excerto, para produzir um rico precisa de submeter à miséria e à infâmia milhares de seres humanos.

Guerra Peninsular ou “de la Independencia”, dos soberanos dos dois países ocupados, que ficam sob a tutela ou a governação estrangeira¹⁹⁸; a perda das possessões americanas ao culminar o processo de independência daquelas colónias (sucessos praticamente coevos nos dois países, mas por causas e segundo mecanismos diversos em cada caso); ou o enfrentamento (axiológico, ideológico e militar) entre liberais, apoiantes das (futuras) jovens rainhas D. Maria II de Portugal e D. Isabel II de Espanha, e absolutistas, defensores dos direitos ao trono dos seus respectivos tios paternos, D. Miguel e D. Carlos – lutas fratricidas estas últimas que trazem como consequência “la emigración alternativa de aquella mitad de la nación que no compartía la ideología política de los ocasionales vencedores” (Vázquez Cuesta, 1962: 3). Na realidade, como nota Hipólito de la Torre, a “similar entrada traumática en la contemporaneidad” e as simetrias no que diz respeito ao carácter precário e retardado da construção do novo regime, tantas vezes assinaladas, mais não são do que “meros exponentes superficiales de los elementos genéricos de globalidad ibérica, claramente perceptibles desde un observatorio histórico-internacional de rango superior” (Torre, 1998a: 136).

Tais mudanças estruturais (atrasadas e deficientes, pela resistência que encontram) ocorrem na Península, pois, com “los paralelismos que ha gustado señalar la hitoriografía” (Hipólito de la Torre, 1998a: 136), e situam-se, ademais, no segundo grande momento do perfil temporal ou escala cronológica desenhada por Armando Gnisci (2004) na sua proposta de (re)escrita (política e anti-imperialista) da história literária europeia: o momento em que o imperialismo colonizador ocidental é comandado pelas metrópoles britânica e francesa (as *nações vivas* de que falava o Marquês de Salisbury no contexto da crise internacional do final do século XIX), passando as outrora poderosas nações imperiais ibéricas (também os Países Baixos) a ocupar uma posição periférica e subordinada, no terreno político como cultural, face àquelas duas grandes potências agora em disputa pela hegemonia, “uma alicerçada na força terrestre e a outra na supremacia naval” (Serrão, 1994: 7). Tal como acontece no plano literário e cultural, o diálogo entre Portugal e Espanha no domínio diplomático e político nem sempre decorre simplesmente a dois: Espanha e Portugal são compelidos a

¹⁹⁸ Tal ‘saída’ dos governantes actua comumente a modo de *xequete-mate* para o sistema dito *antigo* e deve-se a um motivo igualmente comum (a invasão napoleónica), embora se concretize em formas diferentes: abandono imposto e abdicação num dirigente forâneo (francês), num caso (o espanhol); fugida mais ou menos voluntária, sem deixar de deter o rei o poder legítimo, mas com idênticos efeitos práticos no que concerne à condução estrangeira (britânica) da política nacional, no outro (o português).

conversar por terceiros ou através de terceiros – quase sempre, enfim, com terceiros de permeio.

Muito antes de que Salisbury pronunciasse o seu famoso discurso no Albert Hall de Londres, “España y Portugal se sienten integrantes de esas naciones moribundas” (Langa Laorga, 1990: 6) a que se referia o primeiro-ministro do Reino Unido na citada alocução de 1898: *nação-cadaver* é a locução empregada por Alexandre Herculano a começos da década de 1840¹⁹⁹. Significa isto que, no período aqui em foco, defrontamos uma Península submersa já no convencimento da sua condição de *extrapertença* à Europa²⁰⁰ – uma (auto)consciência do seu minguado peso na *balança da Europa*, usando o título do ensaio de Almeida Garrett²⁰¹, ou do seu “modo diferente de ser europeu”, segundo o expressa Jacinto do Prado Coelho²⁰², que veio prolongar-se e ganhar solidez nesta *jangada de pedra* pelos séculos XIX (agudizando-se no último quartel dessa centúria, como centro que foi das reflexões das Gerações de 70 e de 98, questionadoras ambas das *causas da decadência dos povos peninsulares*) e XX fora, ecoando ainda no XXI²⁰³. Os dois estados que administravam os territórios a Sul dos Pirenéus tinham de se conformar com o papel secundário que lhes tocava cumprir nesse imenso campo de guerra em que se tornara a Europa – uma Europa que começava, ela própria, naquela cordilheira, ficando a peninsular *Pyrene* (como a chamou Fidelino de

¹⁹⁹ Para se referir ao Portugal visigótico, que toma como *analogon* do contemporâneo, em *O Monasticon. Eurico o Presbytero*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1847, segunda edição, tomo I, p. 22 (fim do capítulo III, “O Poeta”). Citamos pela edição digital disponível em <http://purl.pt/294/4/> (accedida a 27/7/2014).

²⁰⁰ O neologismo é de Fernando Pessoa, e aparece num seu artigo intitulado “Sobre um inquérito literário”. As suas palavras exactas, restringidas ao âmbito literário mas extrapoláveis a outros campos, são as seguintes: “Toda a literatura ibérica, e a nossa não predominantemente, sofre dum provincianismo radical. Extra-pertencemos à Europa, somos uma espécie de adjacência civilizada”. Citamos por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho (eds.), *Páginas de Estética e de Teoria Literárias*, Lisboa, Ática, p. 335, 1966, disponível em <http://arquivopessoa.net/textos/1143> (acedido a 16/10/2012).

²⁰¹ Na sua primeira edição (Londres, S. W. Sustenance, 1830), disponível em: <http://purl.pt/3/3/> (consultado a 6/7/2014), o título completo rezava assim: *Portugal na balança da Europa. Do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado*. Garrett é, aliás, tal como aponta Abreu (2007), um dos autores que ajudaram a conformar (ou seja, a *construir* discursivamente) a Península Ibérica como *uma* entidade: “Como todos sabemos, no último quartel do século XIX, Oliveira Martins e Antero contribuíram, de forma marcada e determinante, para o sentimento desta homogeneização ‘ibérica’ ou ‘peninsular’. Sem esquecer Garrett que, no contexto das construções identitárias romântico-liberais, muito tinha já feito nesse sentido” (Abreu, 2007: 440).

²⁰² “Portugal partilha com a Espanha o sentimento estranho de estar na Europa não sendo Europa” (Coelho, 1992: 30).

²⁰³ Um artigo recente de Maria Fernanda Abreu (2013), intitulado precisamente “Iberia in Search for a Literary Identity: A Stone Raft?”, ocupa-se da *invenção* da identidade diferenciadora da Península face à Europa num *corpus* ensaístico (português) que cobre cerca de um século, dos finais do XIX (Antero de Quental, Oliveira Martins...) até ao último quartel do XX (Jacinto do Prado Coelho, Jorge de Sena, Eduardo Lourenço). Analisa, para tanto, as “mythical-historical-literary narratives” que podem aí ser rastejadas neste sentido – o de construir uma unidade peninsular diferenciada do resto da Europa. A mesma autora tinha já com anterioridade realizado uma exploração da *mise-en-scène* literária da identidade ibérica em Miguel Torga, José Saramago e Natália Correia (*vid.* Abreu, 2013: 127, nota 13).

Figueiredo) relegada à mera condição de arena geográfica (aquando das guerras napoleónicas) ou simbólica (pela via das relações internacionais) em que livravam a batalha pelo poder as duas nações dominantes ou “vivas” da Europa coetânea²⁰⁴.

Não é por outra razão senão por esta que, pelos anos cinquenta do século XIX, momento que assinalámos como baliza para o encerramento deste estudo, ganha corpo o projecto iberista, o qual “se presenta como el imperialismo de dos países que se sienten desposeídos de sus dominios imperiales y que, por ello se juntan: para seguir siendo imperio en conjunto cuando ya no logran serlo aisladamente”; surgindo, desse modo, como uma sorte de “psicoterapia a la que se sometieron algunos intelectuales peninsulares marcados por el luto imperial de sus respectivos países” (Magalhães, 2010: 80). Precisamente as diversas formulações da utopia iberista (que, por essa mesma diversidade, caberia enunciar no plural – não há *iberismo*, há, antes, *os iberismos*: o político ou, aliás, *políticos*, o económico, o cultural) recolhem, condensam e perpetuam, pelas reacções opostas que geram em Portugal (*cfr.* Pereira, 2010), e pela intrínseca contradição entre identidade e alteridade em que se debatem (*cfr.* Catroga, 1985), outra das características do período em análise, semeado que está de pontes, mas também muralhas, entre Espanha e Portugal²⁰⁵.

Com efeito, ao longo dos anos contemplados neste estudo é possível detectar os consabidos movimentos pendulares de aproximação e afastamento que historicamente pautam as relações entre Portugal e Espanha, designadamente – isto é, adquirindo particular intensidade – no decurso de todo o século XIX. Tais oscilações podem dar-se no plano político, o “mais visível e iluminado do cenário histórico” (Hespanha, 1993: 6), mas certamente acabam por reflectir-se no cultural e literário. Lembrar-se-á que, como expusemos na primeira parte desta tese (*vid. supra*, I.3.2), uma das razões que nos

²⁰⁴ Tais sentimentos *ibéricos* ou *peninsulares* de não pertença à Europa e de rejeição por parte da Europa regressam mais à frente, noutros momentos históricos, e chegam (eterno retorno?) até hoje: “If the political and economic integration in the ‘European Community’ was perhaps a means of liberation from such atavistic bandages, it is also possible that the present financial crisis brings those old feelings back to life, converting them into their narratives” (Abreu, 2013: 131).

²⁰⁵ O iberismo, que inicialmente parece inaugurar um período promissor para as relações entre as duas nações peninsulares, apresentando-se em jeito de sólida ponte de união entre as comunidades aquém e além fronteira, não só se ficou pelo plano meramente teórico e foi exclusivo de uma elite, como acabou inclusivamente por enturvar as relações culturais que essa mesma elite, ou parte dela, estava disposta a saudar, pois “supuso una politización que retrajo a muchos escritores que hasta entonces habían simpatizado con la moderna cultura española” (Pérez Corrales, 2003: 89). Deste modo, o(s) iberismo(s) político(s) torna(m)-se, rapidamente, no gargalo em que ficam estranguladas as tentativas de aproximação entre Espanha e Portugal pela via cultural. Assim o afirma Fidelino, ao detectar que, pelos finais da década de 1860 e os começos da de 1870, “en vez de una pequeña literatura de aproximación e inteligencia”, até ali desenvolvida, “surgió una literatura de hostilidad, producida por la campaña anti-iberista, que alcanzó su mayor intensidad por los años de 1868 a 1871” (Figueiredo, 1917: 89).

ajudou a determinar o início da presente análise pela década de 1780 situa-se, justamente, no primeiro desses planos, pois tivemos em atenção, além dos *acontecimentos* translativos ali enumerados a que demos prioridade, o *facto* de se haver dado por essas datas uma aproximação *perceptível* entre os dois países. Trata-se, segundo agora se verá, de uma *reconciliação* entre Espanha e Portugal no domínio diplomático e político, coincidente com o início do reinado de D. Maria I.

O período que se estende entre o ano de 1780 e o de 1850 arranca com a chamada *Viradeira*, caracterizada pela política pós-pombalina – superficialmente antipombalina em muitos aspectos²⁰⁶ – que se impôs depois da subida ao trono de D. Maria I em 1777 e a subsequente queda do Marquês de Pombal. Mesmo não havendo provocado os antagonismos pessoais entre o (até ali) onipotente administrador do falecido D. José I e a nova rainha modificações tão profundas quanto sugere o rótulo de *Viradeira*, já no que toca às relações com o país vizinho – com o qual esteve Portugal, de resto, desde sempre ligado, pelo *sim* ou pelo *não* – parece que cabe falar mesmo de uma verdadeira *viragem* de rumo, visto o espírito de entendimento mútuo que preside a nova política externa a este particular, após perto de século e meio de relações diplomáticas marcadas pela desconfiança, o distanciamento e o receio. Um espírito que se imprimiu logo no início do reinado de D. Maria I e que continuou, com algum parêntese destacado (a começar pelos meados da década de 1790 e primeiros anos da seguinte), não só após a incapacitação da soberana para a governação do Estado, sob a regência do príncipe João, futuro João VI, mas também nas fases posteriores.

A intensificação e mudança de orientação nas ligações diplomáticas com a Espanha que, face à política pombalina do reinado de D. José I, trouxe o da sua herdeira é palpável de imediato²⁰⁷. A 1 de Outubro do mesmo ano de 1777, decorridos poucos

²⁰⁶ Joaquim Veríssimo Serrão dedica-lhe ao período aqui em análise (1780-1850) praticamente três volumes (1982, 1994 [1984] e 1988 [1986]) da sua monumental *História de Portugal*. A primeira etapa distinguida na supracitada fonte, cujo termo é facundamente assinalado pelo embarque (a 27 de Novembro de 1807) para o Rio de Janeiro do futuro D. João VI (por então ainda príncipe regente) abrange o lapso de tempo que se estende entre a *Viradeira* (1777) e a mencionada transferência da família real portuguesa para o Brasil, com a primeira invasão francesa. Ora, segundo nota Serrão (1982: 295-296), a dita *Viradeira* não supôs uma alteração substancial da obra do ministro de D. José I nem “tomou as proporções que a história lhe atribui”. Consistiu, antes, no afastamento político (*motu proprio*) de um já idoso e achacado Pombal (que acabou por receber a graça do perdão régio por ele mesmo solicitado), junto dos seus mais estreitos colaboradores, e na reabilitação dos membros da nobreza que haviam sido “vítimas do ódio do ministro”.

²⁰⁷ Chama logo a atenção o facto de os únicos dois ministros da administração precedente mantidos no novo governo instaurado em 1777 (Martinho de Melo e Castro e Aires de Sá e Melo, que fora embaixador em Madrid de 1764 a 1775) serem, ambos, partidários de uma política de aproximação com Espanha (Serrão, 1982: 76, 308). Contudo, nestes primeiros anos da *Viradeira* a gestão da política externa

meses da cerimónia de coroação, é assinado em Madrid o Tratado de Santo Ildefonso, antessala do de El Pardo (1778), pelo que D. Maria I de Portugal e o seu tio Carlos III de Espanha procuram encerrar (com vantagem para este último) as quezílias que os limites dos respectivos domínios coloniais ultramarinos, principalmente na América do Sul, desencadearam. Fica assente por este acordo, logo no seu primeiro artigo, o “*esquecimento total do passado* e de quanto houverem obrado as duas [coroas] em ofensas reciprocas [*sic*]” (*apud* Serrão, 1982: 299, itálicos nossos).

Um pouco mais tarde, e com o intuito de reforçar por via conjugal – eis de novo os *ventos*, maus ou bons, dos casamentos – os laços políticos com a Espanha, tem lugar o duplo consórcio ibérico de 1785²⁰⁸, se bem que “a paz duradoura” para os reinos da Península que visavam estes enlaces (Decreto de 12 de Abril de 1785, *apud* Serrão, 1982: 315) foi truncada, transcorrida cerca de uma década, pelos planos de Manuel Godoy, o controverso ministro de Carlos IV. A assinatura do (segundo) pacto de Santo Ildefonso entre a Espanha e a França (1796), instigado pelo Príncipe da Paz, forçou o arrefecimento das relações ibéricas e acabou por derivar, já no século XIX (1801), num aberto conflito bélico: a episódica Guerra das Laranjas (concluída a qual Olivença ficou sob a administração espanhola), perante a negativa de Portugal a romper a sua tradicional aliança com a Inglaterra. Pouco depois, nos primeiros anos do período imperial de Napoleão Bonaparte, um novo tratado entre a Espanha e a França, o de Fontainebleau (Outubro de 1807, pelo qual, mais uma vez, a primeira ficava ao serviço dos interesses da segunda), desencadeia as invasões que desembocaram na Guerra Peninsular – ainda não há muito tempo tratada nas aulas de História do ensino

portuguesa era (continuava a ser e continuaria a ser, em boa verdade) espinhosa, tendo em conta o cenário bélico da Europa da altura e a posição subsidiária dos estados da Península Ibérica nesse contexto. As potências europeias com as quais Portugal mantinha (e desejava continuar a manter) relações mais estreitas estavam imersas no enfrentamento desencadeado a raiz da guerra de emancipação das colónias britânicas na América do Norte (1775), a qual tomou rapidamente um cariz internacional. O governo de D. Maria I oscilava “entre as vantagens marítimas da aliança com a Inglaterra e os interesses da estratégia continental da Espanha e da França” (Serrão, 1982: 431), unidas estas últimas pelos pactos de família. Não hostilizar a Espanha e a França borbonianas sem por isso chegar a inimizar-se com a Inglaterra supunha um difícil equilíbrio que requeria grandes investimentos diplomáticos.

²⁰⁸ Trata-se dos matrimónios de D. João de Bragança (neto por via materna de D. José I e D. Mariana Vitória de Bourbon, filha por sua vez de Filipe V de Espanha e Isabel de Farnésio) com Carlota Joaquina de Bourbon (a irmã mais velha do futuro Fernando VII, então menina de dez anos), e de D. Mariana Vitória de Bragança com Gabriel de Bourbon e Saxe. Portugal e Espanha frequentarão mais uma vez o caminho da aproximação mediante a política matrimonial em tempos de Fernando VII e D. João VI. Em 1816 Carlos Maria Isidro, irmão do rei espanhol, casa com a sua sobrinha Maria Francisca, filha de D. João VI e Carlota Joaquina. Outra filha do rei português, Maria Isabel, une-se ao monarca espanhol, Fernando VII, seu tio.

obrigatório português desde uma perspectiva anti-castelhana²⁰⁹. E é que “não foram fáceis, em qualquer momento as relações com a Espanha” (Marques, 2002: 295) – antes pelo contrário, são vários os momentos de desencontro a este título, dos anos finais do Antigo Regime, com a questão de Olivença, ao começo da década de 1840, com a pendência gerada pela demora na aprovação, por parte de Portugal, do regulamento que devia pôr em aplicação a convenção sobre a livre navegação do Douro assinado em 1835²¹⁰. E, porque falamos em rios que não entendem de nações, notaremos de passagem como eles próprios simbolizam também, ao longo da história das relações diplomáticas entre Portugal e Espanha, as oscilações do pêndulo ibérico – há ocasiões em que sobre eles se constroem pontes de união²¹¹, e ocasiões em que servem de muralha para marcar as fronteiras territoriais (assim acontecerá em 1864-1866, por exemplo, com o Minho, o Caia e o Guadiana).

Compreende-se em qualquer caso, apesar do supradito, que António Pedro Vicente (1998) situe no trecho final do século XVIII o começo de uma nova era na história das relações entre Portugal e Espanha, sobretudo a partir da década de 1790, na sequência da Revolução Francesa²¹²: “uma época que perdurará até aos nossos dias e onde as relações colaborantes mais se acentuam na persecussão [*sic*] de objectivos comuns” (Vicente, 1998: 152). Ora, para melhor apreciarmos a modificação substantiva

²⁰⁹ O volume colectivo *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la historia* (2001), coordenado por Hipólito de la Torre e António José Telo e publicado pelo Gabinete de Iniciativas Transfronteiras da Junta da Extremadura, fornece, entre outras coisas, abundante material sobre as imagens que do respectivo vizinho ibérico veiculam os manuais de História mais utilizados nos níveis escolares (obrigatórios e superior), quer no período da Espanha franquista e do Portugal salazarista, quer na etapa posterior à integração na União Europeia.

²¹⁰ *Vid.* a este respeito António Monteiro Cardoso, “A questão da livre navegação no Douro e a crise de 1840 entre Portugal e Espanha”, in Heriberto Cairou Carou, Paula Godinho e Xerado Pereiro (coords.), *Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, Lisboa, Colibri/Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, 2009, pp. 53-72.

²¹¹ Assim, o projecto da construção de uma ponte sobre o Caia que se começa a delinear no Verão de 1850, num momento em que “as relações luso-espanholas [*se*] estreitam” a partir da assinatura de um tratado sobre a condução da correspondência postal (Serrão, 1988: 177). Um pouco depois, em 1851, foram retomados os trabalhos de construção do caminho-de-ferro começados em 1845 pela Companhia das Obras Públicas de Portugal, mas interrompidos pela guerra civil de 1846-1847, os quais visavam, seguindo o curso do Tejo, ligar Lisboa a Espanha (Marques, 2002: 76).

²¹² As convulsões vividas na França a partir do Verão de 1789 tiveram como efeito mais imediato a criação de (mais) um conflito de proporções internacionais na Europa. Após uma primeira fase em que as potências absolutistas reagem com cautelosa apreensão, estas acabam por formar coligações contrarrevolucionárias. As forças beligerantes enfrentavam-se não apenas por diferendos de cariz ideológico (os episódios mais sangrentos do *reino do terror* funcionaram a este título como *casus belli*), mas também por interesses territoriais. Em qualquer caso, não por serem meros satélites nestas contendas entre as grandes potências europeias deixam Portugal e Espanha de ver-se prontamente submersos naquelas convulsões finiseculares. Muito pelo contrário, sentem bem as suas repercussões, as quais conduzem os dois países a uma aliança de conveniência: é nesse contexto que se assina a convenção luso-espanhola de auxílio mútuo em 15 de Julho de 1793.

nessas relações (políticas, mas também culturais e literárias) que implica o simbólico *enterramento da memória* acordado entre Portugal e Espanha em 1777, atrás apontado, será preciso recuar um pouco no tempo e levar em conta as “offensas” infligidas por Espanha a Portugal nesse passado (recente) que agora se quer esquecer – nomeadamente, as hostilidades por causa dos limites dos territórios coloniais na América do Sul, e a curta e gorada tentativa de invasão da própria metrópole portuguesa em 1762, durante o reinado do mesmo Carlos III (episódio conhecido como a *Guerra Fantástica*).

Convirá, igualmente, lembrar a valoração sintética de Miguel Pérez Corrales (2000) em torno à escassez de ligações entre Portugal e Espanha no século XVIII, singularmente durante a época pombalina, em que as relações peninsulares passavam por uma das fases de afastamento mais notórias, mesmo sendo o rei, D. José I, casado com a filha de Filipe V de Espanha. Como já antes o fizera Teófilo Braga, o autor identifica Pombal com o “antiespañolismo del Portugal dieciochesco” (Pérez Corrales, 2000: 19) – a essa alterofobia responderiam as principais linhas da política do ministro de D. José I e as tendências da cultura coeva: a expulsão dos Jesuítas, o francesismo, a aliança política com a Inglaterra, o descrédito da poesia barroca (*vid. tm.* Saraiva e Lopes, 1996). O controverso e todo-poderoso Marquês, paradigma do despotismo esclarecido e das suas contradições, erige-se assim, também no que toca às relações entre Portugal e Espanha, em encarnação metonímica do Século das Luzes português.

A política do Marquês fizera, portanto, com que se elevasse consideravelmente uma muralha cujas primeiras pedras haviam sido colocadas, todavia, tempo atrás, com a Restauração, e que teve o seu correlato na incomunicação cultural entre os dois países durante mais de uma centúria. “A politica [*sic*] divorciou os espiritos [*sic*]. Restaurado Portugal em 1640, o orgulho nacional não permitiu que dahi [*sic*] em diante se estudasse um povo que nos havia ultrajado!”, dizia José Simões Dias em 1879. E acrescentava: “O nosso silencio [*sic*] era um desprezo e uma represália [*sic*]” (Dias, 1879: 14). A represália passa também pelo já mencionado francesismo, que Miguel de Unamuno definia como uma *pedanteria adoptada contra à Espanha* (*apud* Dasilva, 2008: 81) e que se tornou “uma «fatalidade» cultural para, já desde a Restauração de 1640 mas sobretudo desde a formação do nacionalismo romântico liberal fundamentado no Iluminismo francês, nos afirmarmos diferentes dos espanhóis” (Machado, 2007: 15). Ou seja, verifica-se a partir da segunda metade do século XVIII o que Abreu (2010)

descreve como um “desplazamiento importante en la geografía literaria de Portugal en las relaciones internacionales, es decir, europeas”. Assim, “mientras que el Barroco la hace dependiente de España, el «iluminismo», el neoclasicismo y el prerromantismo la hacen dependiente de Francia y de las nuevas ideas llegadas –aunque mejor sería decir traídas, o, incluso con más rigor, «enviadas» (por diplomáticos o por exiliados) desde Francia” (Abreu, 2010: 207).

Por tudo isso, consoante explica Xosé Manuel Dasilva no preâmbulo ao segundo volume da antologia *Babel Ibérico* a que já acima nos referimos (*vid. supra* I.1), “os contactos entre Portugal e Espanha não atravessaram o seu melhor momento no século XVIII”; com “a chama do espírito independentista” acesa desde os tempos da Restauração, o Portugal de setecentos “voltava as costas, de forma propositada, à cultura espanhola” (Dasilva, 2008: 6), virando-se para a França à procura de um contrapeso face à dependência cultural da Espanha. Recordar-se-á como Dasilva chamava aí mesmo a atenção, ainda, para “o facto de não se ter começado a sentir a necessidade de traduzir do espanhol para a língua portuguesa até a uma altura bastante avançada” (Dasilva, 2008: 6). Essa política de não-tradução, devida a factores múltiplos e convergentes – a “represália” literária após o “divórcio” político ou embargo cultural (Duarte, 2000), a consequente deslocação geográfica das relações literárias (Abreu, 2010), mas também o bilinguismo dos leitores cultos que dá azo às interferências directas – explicaria, em grande parte, a “divergência sensível” quanto ao número de textos oferecidos na *Antología de textos críticos sobre la literatura portuguesa traducida en España* (Dasilva, 2006; cento e oitenta e seis entradas) e esta sua continuação, a *Antología de textos críticos sobre la literatura espanhola traducida en Portugal* (com cento e vinte entradas).

Face a esse panorama setecentista, o período que se inicia nos finais da mesma centúria está recheado de “similitudes profundas”, de “acontecimentos paralelos” e de “situações quase justapostas” no plano da história política (Vicente, 1998) que conduzem a vários momentos de estreitamento de laços no plano cultural – voltaremos a evocar alguns dos ditos momentos de aproximação e paralelismos na história política peninsular na terceira parte da presente tese, aquando da análise das traduções do *corpus*, pois muitas delas estão intimamente ligadas a estes ‘grandes acontecimentos’ e às clivagens ideológicas daí decorrentes (*vid. infra* a subsecção III.2, sobretudo o capítulo III.2.3, mas também as epígrafes III.2.4 e o III.2.5).

Entre as “similitudes profundas” acima referidas destaca-se a conformação, na passagem do Antigo Regime para o novo, precisamente pelas datas em que fixámos o início deste estudo, de uma sociedade cindida – isso que depois (em 1932) veio Fidelino a chamar *As Duas Espanhas* (cfr. Serra, 2004: 51-93), e de que facilmente pode achar-se um paralelo em Portugal. É a Revolução Francesa “y sus influjos en los viejos regímenes de la Península” que cria tal divisão, consolidada depois no século XIX e “duradera hasta nuestros días, entre patriotas abiertos al extranjero y patriotas centrípetos” (Abreu, 2000: 385), entre afrancesados ou cosmopolitas e casticistas (esses que, em Espanha, recebem Fernando VII ao brado de “vivan las caenas”), entre absolutistas ou miguelistas (solidários com os carlistas do outro lado da raia) e liberais (e, dentro destes, entre moderados ou cartistas e vintistas, progressistas ou setembristas, entre a alta burguesia e as classes médias burguesas). Uns e outros bater-se-ão num *duelo a garrotazos* simbólico ou real (em guerras que se livram em campos físicos ou de natureza político-cultural) que se repete, em prolongado *déjà vu*, ao longo do século XIX e depois.

Esse conflituoso surgimento dos estados liberais ibéricos (e europeus, mais em geral), essa lenta e lancinante instalação do sistema político que se tornará hegemónico na Península a partir da segunda metade do século XIX, acompanha, ainda, o paralelo desenrolar do nacionalismo na sua etapa contemporânea (Fox, 1998). Tal estádio do nacionalismo nasce, segundo o mesmo E. Inman Fox, “con la transformación secular del siglo XVIII, cuando la idea de ‘civilización’ reemplaza las ideas basadas en la religión como manera de entender la continuidad histórica, y el desarrollo comercial de la palabra impresa formó la base para una conciencia nacional”, ao “dar permanencia a la lengua, y hasta crear lenguas de poder, a través de libros y otros tipos de reproducción” (Fox, 1998: 2), e continua conformando-se no século XIX – o qual, na Europa é, “en efecto, la hora de las naciones” (Guillén, 2007: 387).

Trata-se da mesma altura em que, não por acaso, no mesmo espaço europeu, a própria Literatura Comparada começa a desabrochar como disciplina – com o (contraditório) almejo de transcender as fronteiras nacionais desde posturas marcadamente *nacionalistas*. “Nos hallamos entonces ante una fecunda paradoja histórica. El nacionalismo ascendente es lo que cimentará un internacionalismo nuevo” (Guillén, 2005: 51), partindo da “vigorosa nacionalización de las letras” (Guillén, 2007: 387) que terá cabida nessa *hora das nações*. Também no espaço ibérico se assiste, ao

longo de oitocentos, ao despregar de vários mecanismos de *narração da nação* que passam por conceber “lo propio –la lengua, la tradición– como inmaculado y puro”, ao passo que “lo extranjero [...] se presenta como enemigo acechante” (Catelli e Gargatagli, 1998: 13). As culturas ocidentais podem afirmar-se, desse ponto de vista, “inevitables herederas del romanticismo” (Catelli e Gargatagli, 1998: 13).

Deve sublinhar-se que, como se pode inferir, tomamos como pressupostos de partida (1) que as nações são construções culturais, pelo que “el nacionalismo no representa el despertar de una auto-conciencia de las naciones sino más bien al revés: el nacionalismo inventa naciones donde no existían antes” (Fox, 1998: 2²¹³); (2) que tais construções vão sendo geradas num processo de curso lento que, na sua última fase, começa em setecentos e se torna particularmente intenso em oitocentos, com as revoluções políticas, económicas e sociais que têm lugar a partir dos finais do século XVIII; (3) que essas construções permanecem hoje, pelo menos em parte, vigentes, nem que seja sob a forma de negação ou *de-construção*; (4) que a cultura, a literatura mais em particular, desempenha um papel muito destacado nesses processos de construção da nação (Even-Zohar, 1994); e (5) que, no caso dos dois estados-nação aqui analisados, há uma imbricação nos processos de construção das respectivas identidades nacionais, e são estes processos que marcam as relações mútuas na Idade Contemporânea.

Assim (5) o entende Jiménez Redondo (2000: 271), quando faz notar que as relações entre os dois estados ibéricos ao longo da época contemporânea “han estado condicionadas, fundamental y prioritariamente frente a cualquier otra consideración, por la emergencia, desarrollo y consolidación del nacionalismo como ideología estructuradora de los procesos de construcción de los Estados contemporáneos”. A estreita ligação entre ambos os nacionalismos ibéricos fica igualmente evidenciada num estudo de Ignacio Chato Gonzalo (2004), em que se visa justamente demonstrar a interdependência dos processos de definição das identidades nacionais espanhola e portuguesa:

Hemos querido plantear que los nacionalismos español y portugués se fueron conformando en estrecha conexión, interactuando el uno con el otro, hasta el punto de constituir esas relaciones inter-nacionales un importante caracterizador de ambos nacionalismos. Es más, nuestro propósito es el de argumentar que la identidad nacional española y, en mayor grado, la identidad

²¹³ “De ahí se sigue”, prossegue o autor, “que hay razones histórico-políticas para la creación de culturas o que toda interpretación de cultura es históricamente contingente” (Fox, 1998: 2).

nacional portuguesa vienen definidas por la incidencia de la política exterior, que actúa como auténtico catalizador en ambas sociedades. (Chato, 2004, I: 22-23).

Os agentes envolvidos nos referidos processos (discursivos) de construção identitária, servem-se de certas manifestações literárias (a par de outras práticas ou expressões culturais ou artísticas, também elas construções, a começar pela língua) para erigi-las em quinta-essência idiossincrática – o cânone nacional – no seio de (e para dar forma, continuidade e consistência a) uma dada *comunidade imaginada*, tal como Benedict Anderson definiu a nação. É assim que se conforma a historiografia literária como meio de legitimação, coesão ou reforço da identidade nacional (*cf.* Silva, 2005, Reyes, 2010: 29 e ss. ou Even-Zohar, 1994)²¹⁴; é assim como as *literaturas nacionais* surgem (são *criadas*) de forma paralela e indivisível às *nações literárias*.

O *nacionalismo literário* que marca a constituição do campo no Portugal coevo é muito visível nalguns casos (o de Garrett ou o de Camilo, por exemplo²¹⁵). O Romantismo português, como o espanhol, adopta uma feição “casticista”, que explica, entre outros aspectos, o “verdadero culto a Camões” que o caracteriza (Pérez Corrales, 2003: 20). Não é por acaso que *Os Lusíadas* foi publicado em dezanove ocasiões entre os anos de 1815 e 1851 ([S. a., 2002: 437). Nem é por acaso que o nome do seu autor dá título ao poema garrettiano que simbolicamente inaugura tal movimento. O “patriotismo” (Pérez Corrales, 2003: 25) e o “nacionalismo cultural” (Pérez Corrales, 2003: 24) está, pois, intimamente vinculado a esse “romanticismo liberal” (*ibid.*) que vive o seu apogeu em Portugal entre 1834 e 1850. Identidade, nacionalismo e literatura fundem-se e confundem-se nesse período de forma especialmente evidente. E não só por os agentes literários (produtores ou escritores fulcrais como Garrett, Mendes Leal, Pinheiro Chagas, etc.) ocuparem posições destacadas no campo político. É que o próprio campo literário é concebido como espaço de actuação para a política identitária.

No Romantismo português, “estritamente ligado à Revolução de 1820”, a literatura é entendida, diz-nos Jacinto do Prado Coelho (*in* Coelho, 1994, III: 964),

²¹⁴ E também das forças sociais que sustentam tal ideia da nação, sendo que as literaturas nacionais (como a espanhola, no caso dos estudos que agora se citarão) “became a privileged mirror of bourgeois groups that took the lead in initiatives for historic transformation” (Romero Tobar, 2010: 631) e “both the canon and the idea of Spanish literature were founded on liberal grounds” (Cabo, 2001, baseando-se em José-Carlos Mainer).

²¹⁵ Quanto a Herculano, se por um lado “submete excessivamente a sua obra literária ao rígido código de um moralismo nacionalista, procurou, por outro lado, divulgar o romantismo europeu na sua totalidade, fundando em 1837 um periódico que foi o grande órgão do primeiro romantismo: *O Panorama*” (Álvaro Manuel Machado *in* Machado, 1996: 553).

“como tarefa cívica, meio de acção pedagógica” capaz de levar ao “renascimento pátrio” aquele “pequeno país decaído, humilhado, saudoso da grandeza perdida” e temeroso da sua condição dependente. É um Romantismo definido, portanto, pela “contaminação de um discurso predominantemente nacionalista derivado da ideologia liberal” (Álvaro Manuel Machado *in* Machado, 1996: 552) – nacionalismo esse que não deixa de estar latente, ainda, na Geração de 70. Por contraditório que possa parecer, é essa mesma *actitude nacionalista* das primeiras gerações românticas que fundamenta a *actitude europeísta e universalizante* desta última Geração, visando a regeneração da pátria em decadência e respondendo ao desejo ou “ideia central de «reaportuguesar Portugal», como diz Eça, numa carta a Oliveira Martins” (Álvaro Manuel Machado *in* Machado, 1996: 554).

Ponhamos, para evidenciar o que vimos afirmando, o caso do pioneiro do Romantismo português, por altamente representativo. O projecto teatral de Garrett é, como sabemos, um projecto patriótico, que visa a “independência nacional” (veja-se, por exemplo, Ofélia Paiva Monteiro *in* Machado, 1996: 218), tal como o é o plano de compilação e recriação da tradição lírico-narrativa peninsular que acomete através do seu *Romanceiro*. Num dos volumes afirma o autor que com ele se propõe “incontrar” – “eu, que ousei levantar o pendão da reforma litteraria n’esta terra, soltar o primeiro grito de liberdade contra o domínio oppressivo e antinacional da falsa litteratura” – as fontes para a regeneração literária “em nós mesmos, não entre os modelos estrangeiros”, tal como veio acontecendo nas distintas “epochas” da história da literatura nacional que aí revê, incluindo a fase de domínio castelhano (quinta época) e a mais recente em que as duas literaturas peninsulares, como as restantes da Europa, se deixaram *prostituir* numa “humilhante servidão francesa” de que agora, também em conjunto, despertam: “foi uma verdadeira reacção ibérica; as duas línguas cultas da península apareceram unidas por um tácito pacto de família” (Garrett, 1863 [1845-1846]²¹⁶).

Sirva essa eloquente amostra como prova da imbricação, nesta epígrafe várias vezes assinalada, entre campo literário e campo político nos espaços que se encontram em situação de dependência (Figuroa, 2004) e de que, efectivamente, “fazer uma nação

²¹⁶ Com o título “Da poesia popular em Portugal”, o que depois figurará como prólogo ao segundo livro do *Romanceiro* (primeira edição em 1851, nove anos depois da saída a lume do primeiro tomo) foi publicado originalmente como ensaio, por partes, na *Revista Universal Lisbonense* (1845-1846). Nessa primeira versão está disponível em <http://purl.pt/96/1/obras/poesia-popular-em-portugal/index.html> (consultado a 28/7/2014). Aqui, seguimos e citamos pela segunda edição do volume em questão (Garrett, 1863).

e fazer uma literatura são processos simultâneos” (Miranda, 1994: 33). Os fenómenos translativos adquirem uma significação especial ao observá-los no marco desses processos, por quanto uns e outros representam duas forças contrárias em relação dialéctica – o movimento centrípeto que implica o duplo processo (simultâneo e entrelaçado) de construção da identidade literária e da identidade nacional (*contra* o Outro, um ou vários Outros) face ao movimento de signo oposto, centrífugo e *hibridizante*, que significa a procura do Outro (um ou vários Outros) através da tradução. Não admira, assim sendo, que as histórias tradicionais da literatura – isto é, aquelas que seguem os pressupostos da historiografia literária que nasce ao mesmo tempo que se começa a *narrar a nação* – tenham tendencialmente excluído as traduções do campo da literatura nacional.

II.6. O contexto literário e cultural

Como já várias vezes declarámos, esta tese tem a sua razão de ser na convicção de que o estudo da tradução se reveste de particular interesse para uma *história cultural comparada* como a propugnada a começos da década de 1990 por Mario J. Valdés e Linda Hutcheon, propiciando a oportunidade de *repensar*, dessa óptica, a nossa imagem do diálogo entre as literaturas espanhola e portuguesa. Para a construção de uma história literária *repensada comparativamente*, como a que alvitram estes autores, resulta essencial “the articulation of new and more complex ways to think through the already acknowledged importance of both literature and literary history to more general categories of social history” (Valdés e Hutcheon, 1994).

Uma história literária assim *repensada* deve entender-se, portanto, como uma história cultural, tornando-se necessário articular formas de incorporar as categorias mais gerais da história social no âmbito da história da literatura e vice-versa e sendo preciso, em consequência, prestar especial atenção aos condicionamentos institucionais, materiais e sociais das práticas literárias. A Literatura Comparada apresenta-se-nos, desse modo, “como espaço reflexivo privilegiado para a tomada de consciência do carácter histórico e cultural do fenómeno literário” (Buescu, 2001a: 20).

A atenção aos factores externos que regulam a produção, distribuição e consumo dos bens literários reveste-se de uma singular relevância no caso da prática específica que aqui nos ocupa – aquela em que tal produção, circulação e recepção se verifica

através de traduções. A necessidade de considerar os textos traduzidos (como também os que o não são) dentro das coordenadas histórico-literárias e redes socioculturais em que aqueles se integram salta à vista, pelo que um estudo tendencial ou vocacionalmente holístico do intercâmbio literário em apreço, para o qual aqui almejamos contribuir, não poderá, enfim, tratar as traduções como factos isolados. Como elucida Ruiz Casanova (2000: 12-13, 38, *passim*), a história da tradução faz parte da história literária, linguística e cultural, logo deve estudar-se em conjunção “dialéctica” (Valdés, 2004) com essas *outras* histórias²¹⁷.

Assim, pondo o acento na cultura de acolhimento, abrir-se-á neste capítulo um espaço para traçar o panorama literário-cultural em que se desenvolve o subsistema da tradução durante o período analisado. Dado o carácter necessariamente esquemático que assumem as duas epígrafes deste capítulo, apenas ficam (melhor ou pior) alinhavados ou esboçados alguns tópicos que consideramos mais relevantes por de algum modo se interligarem com ou incidirem na actividade translativa que nos interessa investigar.

Começaremos com uma manifestamente breve e leve (talvez, até, *leviana*) reflexão *hesitante* ou *interrogativa* sobre periodização literária, a propósito das etapas ou movimentos que cinge o lapso temporal aqui estudado (II.6.1), para traçarmos, depois, as coordenadas sistémicas relativas ao momento e lugar em que os textos traduzidos reunidos no catálogo viram a luz (II.6.2).

II.6.1. Questões periodológicas

O marco cronológico em análise, particularmente *intersticial* a vários títulos, abrange duas (ou três) das etapas que a historiografia literária tradicional costuma distinguir, mais ou menos bem diferenciadas, quer na literatura espanhola²¹⁸ quer na portuguesa: o Século das Luzes (quinta época de Saraiva e Lopes, 1996), já em transição para o Romantismo (Pré-romantismo), e o Romantismo propriamente dito (sexta época em Saraiva e Lopes, *op. cit.*), cujo momento inaugural na literatura

²¹⁷ A vastíssima *Aproximación a una historia de la traducción en España* do mencionado Ruiz Casanova abre-se com uma epígrafe de Claudio Guillén (2007 [1998]: 23) que incide, justamente, na necessidade de congregar os diversos planos históricos que vimos de enumerar: “Lo historiable no es una serie de individualidades, sino la sucesión o la evolución de unos conjuntos” (Guillén, 2007 [1998]: 23 *apud* Ruiz Casanova, 2000: [7]).

²¹⁸ Ver, por exemplo, Pedraza e Rodríguez (2012), autores que assinalam onze momentos para a literatura espanhola, a saber: Idade Média, Pré-renascença, Renascença, Barroco, Século XVIII, Romantismo, Realismo, *Fin de Siglo*, *Novecentismo* e Vanguarda, Pós-guerra e Época Contemporânea.

portuguesa, anterior ao espanhol²¹⁹, é habitualmente assinalado nas histórias da literatura por um *evento literário*: a publicação em Paris, no ano de 1825 e de forma anónima, do poema épico *Camões*, de Almeida Garrett²²⁰ – peça que, por acaso, teve num exilado liberal espanhol de que aqui se falará mais à frente, José de Urcullu, o seu primeiro crítico literário, ao noticiar este o aparecimento do livro em *Ocios de españoles emigrados*, logo naquele ano (Abreu *in* Buescu, 1997: 502 e Corrales, 2003: 74).

Na realidade, o Neoclassicismo pré-romântico ou “sentimental” (Aguilar Piñal *apud* Pedraza e Rodríguez, 2012: 168) e o Romantismo (passando depressa de incipiente a *ultrarromântico*) convivem, parcialmente pelo menos²²¹, no lapso temporal aqui escolhido, embora encontrando-se em fases diversas – um, o Iluminismo e Arcadismo, no seu *ocaso*; o outro, o Romantismo, em estágio de formação²²² e fixação. Empregamos com naturalidade esses *artifícios* rótulos (que convencionalmente grafamos com inicial maiúscula: *Iluminismo*, *Pré-romantismo*, *Romantismo*²²³) e correspondentes demarcações temporais, nem sempre claramente delimitadas, cientes de

²¹⁹ Tal momento inaugural viria aí marcado por *El moro expósito. Leyenda en doce romances*, de Ángel de Saavedra, Duque de Rivas, publicado (como o *Camões* de Garrett) em Paris, em 1834, livro que toma “para epígrafe uma passagem da carta a Duarte Lessa que Garrett utilizou como prefácio da *Adozinda* que publicou em Londres em 1828” (Abreu *in* Buescu, 1997: 502). Como sublinha Abreu (*op. cit.*), o próprio Almeida Garrett exprimiu uns anos depois, aquando da vinda a lume do primeiro livro do seu *Romanceiro*, o “gosto” que sentia em “que precedêsemos os nossos vizinhos na restauração da poesia popular das Espanhas” (*apud* Abreu *in* Buescu, *ibid.*).

²²⁰ Desde Alexandre Herculano, outro nome imprescindível entre os pioneiros do movimento, que se tem atribuído a Garrett este papel fundacional, de que o próprio Visconde tinha noção e se prezava, ao considerar-se, precisamente a partir da publicação de *Dona Branca* e *Camões*, o iniciador de tal “revolução” literária (Garrett, 1861 [1845-1846]: VI e XLV) – mesmo se “do ponto de vista doutrinário, Garrett nunca se declarou inequivocamente romântico” (Saraiva e Lopes, 1997: 665). Sobre o valor simbólico do *Camões* na historiografia literária, *cfr.* Abreu, 2000: 384 (entre outros), embora alguns autores, como assinala a mesma estudiosa um pouco mais à frente (Abreu, 2000: 412), preferiam pospor a introdução do Romantismo até à década de 1830 – coincidindo, desse forma, com as datas em que tradicionalmente se situa o nascimento do Romantismo espanhol.

²²¹ Recordemos as palavras de Aguiar e Silva (2005 [1981]: 419): “Cada período [literário] se define pelo *predomínio*, e não pela vigência absoluta e exclusivista, de um determinado alfabeto e de uma determinada gramática. Esta concepção dos períodos literários [...] implica o reconhecimento da coexistência, no mesmo lapso de tempo e na mesma área geográfico-cultural, de diversos estilos literários epocais, um dos quais – o estilo hegemónico, aquele que prevalece no núcleo do sistema – permite delimitar, caracterizar e designar o período” (destacado do autor).

²²² Posto que “la formación de la sensibilidad y del gusto románticos, sobre todo de los lectores [...], se extenderá hasta mediados del siglo” (Abreu, 2000: 384). De facto, os primeiros livros românticos editam-se em Paris ou em Londres, onde “se inició el romanticismo portugués” (Pérez Corrales, 2003: 24), e só pelos anos quarenta é que começam a aparecer “libros románticos a la venta en Portugal” (Pérez Corrales, *ibid.*), tal indiciando que apenas por essas datas estava criado no campo literário português um mercado disposto a acolher produtos associados a modelos finalmente demandados pelo público. Jacinto do Prado Coelho (*in* Coelho, 1994, III: 962) explica que “só depois de 1836, quando as feridas causadas pelas lutas entre miguelistas e liberais começam a cicatrizar” é que o movimento “se constitui em Portugal, como escola com os seus adeptos menores, as suas revistas, o seu público”.

²²³ Para a origem etimológica e ulteriores significados, “variadíssimos e por vezes incompatíveis”, das etiquetas *romântico* e *romantismo*, ver – entre muitos outros – Saraiva e Lopes (1996: 653, donde se toma a citação acima), Ofélia Paiva Monteiro (2003: 9-15) ou Pedraza e Rodríguez (2012: 193-194).

que apresentam, todavia, problemas (eventualmente, controvérsias) de periodização e denominação – os quais, embora não esteja esta tese em condições de resolver (nem muito menos tenha intenções de o fazer), não podem deixar de ser registados²²⁴.

Problemático ou, pelo menos, complexo, resulta, para começar, definir aquilo que convencionalmente se entende por *século XVIII* nas histórias da literatura portuguesa e espanhola, dentro do qual se identificam distintos movimentos, correntes ou estilos artísticos que se sucedem mas também se superpõem, a saber (segundo Pedraza e Rodríguez, 2012): Pós-barroco, Rococó, Neoclassicismo e Pré-romantismo (ao qual dedicam capítulo à parte Marcos e Serra, 1999: 119-126). Um século este, pois, que se apresenta particularmente resistente à sistematização, como notam Borralho (2000: 337-342) ou Abreu (2010: 206-207), ao reflectirem sobre designações (as *palavras* e as *coisas*) como *Iluminismo*, *Século das Luzes*, *Neoclassicismo* e *Pré-romantismo* – todas elas, aliás, “operando casi siempre sobre lo producido en la segunda mitad del siglo, ya que la primera mitad había sido aún y sobre todo «barroca»”²²⁵ (Abreu, 2010: *ibid.*). Os primeiros (Iluminismo, Século das Luzes) vêm calcados do francês (*Siècle des Lumières*); “en cuanto a los últimos [movimentos e respectivos nomes: Neoclassicismo e Pré-romantismo], nos bastará fijarnos en los prefijos «neo» y «pre» para darnos cuenta de la dificultad en reconocerles una identidad propia” (Abreu, 2010: *ibid.*).

²²⁴ Alves (2010), após oferecer um compêndio dos questionamentos a que a periodologia literária tem sido submetida pelas teorizações contemporâneas, propõe algumas tentativas de superação do cepticismo generalizado a que conduzem, uma vez que as segmentações são inevitáveis: “não é possível não periodizar” (Fredric Jameson *apud* Alves, 2010: 3). A esta questão consagra-se igualmente o último capítulo de Guillén, 2005: 333 e ss. Advoga ali o autor por uma concepção pluralista, flexível e múltipla da periodização, contrária a um “modelo monolítico de época” (Guillén, 2005: 339). Neste sentido, recolhe de Istvan Sötér a ideia de que os períodos literários abrangem uma polifonia de tendências, sucessos e valores; e de René Wellek, a de que os termos periodológicos reflectem apenas correntes destacadas (centrais) dentro dessa polifonia – são nomes para sistemas de normas dominantes num tempo específico do processo histórico (*apud* Guillén, 2005: 341). Assim sendo, “el periodo resulta ser una superposición e interrelación de corrientes constituyentes, algunas de las cuales vienen del periodo anterior, mientras otras continúan evolucionando hacia tiempos posteriores” (Guillén, 2005: 355). Acerca dos critérios de periodização nos estudos de vocação comparatista e as suas implicações epistemológicas e metodológicas, são muito úteis também os trabalhos de Yves Chevrel (2004: 66-69, epígrafe intitulada “Um Problema Central: a Periodização”), de Santiago Gutiérrez (2004) e de César Domínguez (2004b e 2006). A finalidade destes dois últimos autores é, entre outras coisas, analisar e discutir os problemas da construção de uma interperiodologia da comunidade ibérica a partir da Teoria Interliterária postulada por Āurišin, onde as literaturas nacionais constituem as unidades mínimas do processo interliterário mundial.

²²⁵ Sobre a sobrevivência, permanência ou dilatação do Barroco, e sobre os seus pontos de contacto com o Pré-Romantismo, veja-se ainda Reis e Pires (1999: 13): “Certa sensibilidade barroca prolongara-se consideravelmente entre nós: uma das grandes colectâneas poéticas do Barroco, o *Postilhão de Apolo*, é publicada só na segunda metade do século XVIII, em 1761. Ao mesmo tempo, nalguns poetas barrocos tardios (em Pina e Melo, por exemplo) é possível vislumbrar uma espécie de afinidade temática e sobretudo psicológica com o Pré-Romantismo”.

Também os atrás mencionados Felipe B. Pedraza e Mercedes Rodríguez se debruçam sobre a (im)propriedade do conceito *pré-romântico*, surgido de uma “ilusión retrospectiva” (Guillermo Carnero *apud* Pedraza e Rodríguez, 2012: 168), mas útil “para referirnos a los elementos del arte dieciochesco que reaparecerán com un énfasis mayor en las primeras décadas del siglo XIX”; isto é, para reunir os motivos e as correspondentes formas expressivas que, já na centúria de setecentos, “contradicen el racionalismo optimista con que se le caracteriza” (Pedraza e Rodríguez, *ibid.*) e que conformam o que Carnero denomina *la cara oscura del Siglo de las luces*²²⁶.

Sendo intrincadas, sempre, as definições (temporais e não só) periodológicas, particularmente no que toca às duas (ou três) divisões cronológicas aqui contempladas, é porventura o Romantismo que reúne a mais eloquente capacidade de ilustração destes consideráveis problemas. É frequente que os estudiosos hodiernos de tal conceito crítico e periodológico – movimento e tempo literário –, seja o Romantismo português ou o espanhol, façam uma chamada de atenção para este facto, segundo pode verificar-se através das seguintes citações elucidativas, retiradas todas elas de projectos historiográficos de conjunto relativos à literatura portuguesa (referidos por ordem ascendente do ano de publicação da edição consultada):

Noções como a de Romantismo (e, já vimos, a de Renascimento, de Barroco ou de Iluminismo) põem a um estudo de história literária ou cultural, não tanto o problema de definir formalmente o conceito, como o de delimitar e caracterizar dada época, a partir do seu conhecimento multiforme e concreto. (Saraiva e Lopes, 1996: 654).

Resintiéndose de todos los problemas epistemológicos implicados en cualquier periodización en el dominio de lo literario –de lo cultural– son bastante difusos los términos *a quo* y *ad quem* del Romanticismo portugués. (Marcos e Serra, 1999: 127).

Determinar el inicio de un movimiento y las causas de su formación no es nunca tarea fácil. Lo es aún menos en el caso de los movimientos románticos, dada la complejidad de los factores que

²²⁶ Pré-românticos são, assim, Goethe, Beethoven ou Goya, grandes criadores aos que seria preciso acrescentar outras figuras “que preludian las actitudes románticas” – o Rousseau do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, o grupo do *Sturm und Drang* alemão (anegado pelo idealismo kantiano) e os poemas ossiânicos de Macpherson (Pedraza e Rodríguez, 2012: 169). No que toca à literatura portuguesa, a historiografia (centrada normalmente em autores e obras) costuma apontar um grupo de produtores proto-românticos (“dissidentes” arcádicos como Nicolau Tolentino de Almeida, Filinto Elísio, José Anastácio da Cunha, a Marquesa de Alorna ou Bocage) como paradigmáticos da nova sensibilidade literária que o Pré-romantismo anuncia, destacando ainda o facto de alguns desses nomes (Bocage, J. A. da Cunha, D. Leonor de Almeida, a “Mme. de Stael portuguesa”...) se terem dedicado à tradução-introdução de autores como Herder, Goethe, Pope, Macpherson (Marquesa de Alorna), Gessner, Racine, Voltaire (José Anastácio da Cunha), Florian, Lesage, Saint-Pierre, Voltaire (Bocage), etc. A tradução ocupa, pois, um lugar de destaque na introdução do Romantismo em Portugal – e, também, em Espanha.

convergen en cada caso y, en particular, el carácter global de su naturaleza. Ese carácter nació del cruce de elementos múltiples que van desde la historia política europea, con sus respectivos contextos geográficos, antropológicos e ideológicos, hasta las historias personales de sus protagonistas y la forma como éstos se han relacionado con aquellos contextos. Sin olvidar, claro está, los factores de naturaleza estética, en general, y literarios, en particular. (Abreu, 2000: 383).

Ainda que se tenha limitado esta sucinta exemplificação à literatura meta ou de chegada, observações de análogo teor, a constatar idênticas dificuldades, podem encontrar-se entre os historiadores da literatura espanhola de partida. E é que, particularmente no caso do Romantismo, segundo se disse, são notáveis as disparidades e até desavenças entre críticos e historiadores – sintetizadas, no que diz respeito ao Romantismo espanhol, por Leonardo Romero Tobar (1994); no que diz respeito ao Romantismo português, pode ver-se Jacinto do Prado Coelho (*in* Coelho, 1994, III: 962-965), entre outros – já agora, aproveitamos o ensejo para pedir desculpas pela notória ausência de referências a muitos *gigantes* (especialistas na matéria que neste momento nos ocupa) a cujos ombros não nos subimos desta feita, pelo carácter subsidiário ou complementar que concedemos a esta epígrafe no conjunto do presente trabalho.

Houve um Romantismo (e desde quando até quando) nas letras espanholas e portuguesas? Pode afirmar-se a sua existência desde, pelo menos, os últimos anos do XVIII (v. *gr.*, Sebold, 1983), sendo que, para o caso português, o fenómeno de importação pré-romântico encontrou um ambiente favorável ao seu desenvolvimento por haver sobrevivido aí a literatura barroca até muito tarde (Jacinto do Prado Coelho *in* Coelho, 1994, III: 868)? Dado que não se reuniram as condições materiais para o desenvolvimento *normal* da burguesia – e uma vez que o Romantismo está vinculado nas suas origens ao progresso económico, político e social desse grupo (v. *gr.*, Saraiva e Lopes, 1996: 655) –, não chegou a existir de forma plena nas literaturas da Península (apenas a partir de Antero, como sugere Eduardo Lourenço, 1974, para a literatura portuguesa), embora sejam elas intrinsecamente românticas (consoante afirma Peers, 1973, para a literatura espanhola, e Fidelino, 1949, para a portuguesa²²⁷? Apenas se deu no final do século (Paz, 1991)?

²²⁷ O Romantismo, diz, “como el clasicismo nos legó el espíritu épico, grandilocuente y desproporcionador de las cosas, porque *vino a dar forma definitiva a una tendencia constitucional de nuestro carácter* – según éste fué [*sic*] definiéndose a través de su larga experiencia histórica – [...]. Cada gran época literaria deja, al pasar, su depósito para la sedimentación del idioma y del carácter de los pueblos” (Figueiredo, 1949: 60, *itálicos nossos*).

É um período histórico limitado; ou seja, uma *escola* (cfr. Álvaro Manuel Machado in Machado, 1996: 551), que apresenta desde cedo traços contrarromânticos e depressa devém num “realismo romântico”, até morrer com as vanguardas (Sena, 1974)? Devemos considerá-lo, pelo contrário, um movimento literário e cultural de longa duração que se corporaliza “numa basta e múltimoda procura de experiências *estético-culturais* que poderemos qualificar de *romantismos*” (Álvaro Manuel Machado in Machado, 1996: 551)? Trata-se, antes, portanto, de um megaperíodo que, descrevendo uma “curva sinusoidal” (José-Augusto França *apud* Álvaro Manuel Machado in Machado, 1996: 551), com “fases de *ruptura* e fases de *continuidade*” (Álvaro Manuel Machado in Machado, 1996: 552), ainda está vigente?

Esta última é a perspectiva que partilham Fidelino de Figueiredo²²⁸, Álvaro Manuel Machado (1996, *passim*), Aguiar e Silva (in Buescu, 1997: 487-492; 543-547), Saraiva e Lopes (1996) ou Abreu (in Buescu, 1997)²²⁹. Para todos estes autores, o Romantismo deve se entendido como um movimento plural, que não se reduz ao primeiro quartel do século XIX, senão que se prolonga por essa centúria, em convívio (em forma de Pós-romantismo ou Ultrarromantismo) com o Realismo²³⁰-Naturalismo. Atinge depois o Fim-de-Século / *Modernismo*²³¹ e prolonga-se além desse tempo,

²²⁸ Na sua *Historia literaria de Portugal*, publicada em castelhano, em versão de Pedro Blanco Suárez (mediador intercultural destacado, diga-se de passagem), em “ediciones especialmente autorizadas” (três volumes) para a coleção Austral de Espasa-Calpe, Fidelino apresenta tal história dividida em três grandes “eras”: a medieval, a clássica e a romântica, estendendo-se esta última de 1825 à “actualidad” ou “nuestros días, porque aún continuamos bajo el signo de la libertad romántica” (Figueiredo, 1948: 57).

²²⁹ “Não temos dúvidas quanto à herança romântica que, ainda hoje, sustenta, nos percursos da sensibilidade e nas soluções técnicas, alguma da nossa melhor prosa de ficção contemporânea. [...] Cremos, enfim, inescusavelmente, na multiplicidade e na diversidade romântica, isto é, nos romantismos” (Abreu, 1994: 25).

²³⁰ A Geração de 70 é vista, assim, como uma terceira geração romântica (Álvaro Manuel Machado in Machado, 1996: 552-553), não passando a polémica *Bom Senso e Bom Gosto* de uma oposição entre duas formas distintas de entender o Romantismo. Cfr. Carvalho (2003: 519): “Qualquer estudo meticoloso sobre a literatura que se escreveu e publicou depois da desagregação do Romantismo [com a polémica *Bom senso e Bom gosto*], como escola literária e artística do século XIX, denunciará, na maioria dos escritores, particularmente os poetas, que o romantismo, como forma de expressão sentimental, está presente em quase todos os géneros. A escola desagregou-se, morreu, mas o romantismo sobreviveu”. Esta difícil distinção entre Romantismo e Realismo-Naturalismo mantém-se numa perspectiva mais geral (comparada). Não será difícil acompanhar Claudio Guillén, quando questiona: “¿Cómo deslindar el realismo, esa tremenda petición de principio? Nos encontramos, por una parte, ante una modalidad particular, «a discreet mode», que existe desde la Antigüedad; por otra, ante el producto de un momento histórico más reciente” (Guillén, 2005: 342), que é tanto o realismo “puro” que se autoproclama enquanto tal a partir de 1850, com o pintor Gustave Courbet à cabeça, como o “realismo romântico” de certos escritores da primeira metade do século (v. gr. Balzac, Dickens e Gogol, que são, tal como demonstra um estudo de Donald Fanger citado por Guillén, o ponto de partida da produção de Dostoievsky).

²³¹ Designação esta última própria, como é sabido, da tradição hispânica (onde não indigita para a mesma realidade que aponta o rótulo homónimo em português), e que concorre, ainda, com a etiqueta *Generación del 98*. Não há espaço aqui para referir a abundante bibliografia gerada pelo “doblete” terminológico em questão, o qual reflecte uma distinção (a que defenderam Guillermo Díaz-Plaja ou

chegando assim até aos nossos dias – “excusado será decir que el romanticismo no murió nunca enteramente en Portugal”, afirma Fidelino (Figueiredo, 1949: 60).

Também Miguel Pérez Corrales (2003: 65), que partilha e segue no seu ensaio as reflexões de Machado, entende que todo o século XIX, incluída a poesia finissecular, é inexplicável sem o Romantismo. Este autor servir-nos-á para concluir a presente digressão periodológico-terminológica, que julgamos necessária (inevitável) mas que, porém, também não queremos tornar prolixa, aludindo a uma última questão igualmente problemática relativa à periodologia tradicional. Chamam a atenção os qualificativos que na sua *Pirene* (Pérez Corrales, 2003: 20-21) se dedicam aos romantismos peninsulares (português e espanhol), os quais remetem para a mesma isotopia: *pobreza, limitación, blandengue, cursi, ramplón, deleznable* (vs. alguma *excepción de gran categoría, profundidad, poetas finos, escritores de calidad...*).

Parecem esses atributos, mais ou menos correntes na historiografia do Romantismo peninsular, os mais eloquentes indícios da situação heterónoma dos sistemas literários em causa com respeito a outros sistemas mais centrais (a que aqueles se submetem – o francês, o inglês, o alemão – e cujos textos fixam o meridiano de *Greenwich* da literatura mundial, tal como o define Casanova, 2001) em que tal movimento, importado ou *traduzido* para a Península²³², tem a sua *origem*.

De facto, “many peripheral literatures appropriate features of commonly accepted literary repertoire (such as «Realism», «Romanticism», «Symbolism») after these are well established in the central literatures of a time” (Even-Zohar, 1990b: 70), pelo que a poderosa (auto-)imagem de *cópia* ou *réplica imperfeita* que tendencialmente a literatura apropriadora adquire – porque lhe é outorgada – torna-se, como vemos, difícil de contornar, pelo menos até não tomar consciência da sua posição no mapa global da república literária; uma (auto-)consciência a partir da qual possa desabrochar a eventual epifania que conduza à *cópia* a reivindicar, segundo a *lei do antropófago*, que é

Gonzalo Sobejano) entre os dois termos historiográficos, apesar dos seus pontos e traços em comum. Referiremos, apenas, que a tendência actual parece ser a contrária – tendo em conta, precisamente, esses traços comuns, considera-se a categoria cultural de *Generación del 98* de forma ampla, hiperónima, capaz de abranger os movimentos finisseculares e *modernistas*.

²³² “O Pré-Romantismo surge [...] como movimento (ou submovimento, se se preferir) em boa parte importado de países em que o gosto romântico se instalara desde o século XVIII [...] Algum tempo terá que passar ainda para que chegue a Portugal, também por *importação cultural*, a estética e a axiologia de um Romantismo que entre nós foi reconhecidamente tardio. | O conceito de importação cultural é relevante também no caso da difusão em Portugal do Romantismo propriamente dito, confirmando a precedência de outros Romantismos europeus” (Reis e Pires, 1999: 14-15, *itálicos dos autores*).

precisamente aí, no seu carácter de *réplica imperfeita*, que reside a mais genuína condição da sua *originalidade*.

É preciso lembrar neste sentido, em qualquer caso, a relação de dependência, já atrás postulada (I.2), que os próprios críticos e historiadores literários, que são (somos) agentes *do* campo, podem (podemos) estabelecer com respeito aos sistemas dominantes – a nossa linguagem é disso um bom sinal. Tal como as próprias literaturas, também a crítica e a historiografia, pode, ao se exprimir, comportar-se de forma periférica e dominada aquando da utilização de conceitos e moldes periodológicos canonizados em e oriundos (logo, confeccionados à medida) de outros sistemas literários.

Referíamo-nos nessas mesmas páginas (*vid. infra* capítulo I.2) à necessidade de *descolonizar* os modelos a partir dos quais se levam a cabo as práticas comparatistas. Sendo esta uma inquietação que partilham numerosos teóricos da área, Casas (2000) escolhe a formulação concreta de um deles (o húngaro Mihály Szegedy-Maszák) como representativa do sentir geral nos finais do século XX, em que paira a ameaça de que a própria tarefa comparatística venha a ter a seguinte (paradoxal, reprovável) consequência:

Bajo perspectiva comparatista toda literatura minoritaria o minorizada se ve reducida a la categoría de *réplica imperfecta* de las literaturas canónicas, de manera además que sus respectivas historias (y la propia actividad teórico-crítica y hermenéutica, cabe añadir) se observan en términos de desfase o *décalage*. (Casas, 2000: 59).

II.6.2. Coordenadas sistémicas

Partindo do entendimento da literatura como um sistema dinâmico, e considerando-a, portanto, como uma das feições (um dos elementos interligados) do sistema global da cultura e da vida social em geral (Even-Zohar, 1999a: 26), torna-se necessário encarar as práticas e os fenómenos literários, translativos ou de outro tipo, de uma óptica relacional. Conceber a literatura deste modo significa afirmar que está integrada de forma inter-dependente na cultura e na sociedade em que opera, tal como a tradução, à que acima nos referíamos, seguindo o discernimento de Theo Hermans ou Gideon Toury, como uma actividade socialmente regulada. A abordagem dos fenómenos que são objecto de estudo das ciências humanas a partir do pensamento relacional que propugnam os enfoques sistémicos adquire um poder explicativo (e também heurístico, na medida em que permite, ainda, realizar hipóteses interpretativas

para a análise de objectos ainda não conhecidos, *construindo* esses mesmos objectos) já suficientemente demonstrado com “éxito en diversos ámbitos de las disciplinas sociosemióticas” (Even-Zohar, 1999a: 23).

É por isso que estimamos pertinente traçar as coordenadas do sistema literário-cultural português nos inícios da Idade Contemporânea. Descrever certas práticas, certos factos e certos processos verificados no plano *extra*-textual ou *con*-textual em que as traduções literárias que constituem o nosso objecto de estudo estão *inseridas* e *implicadas* equivale, de algum modo, a riscar os *paralelos* e os *meridianos* a partir dos quais deverá desenhar-se o *mapa* translativo que pretendemos *criar*, ou – mais precisamente – contribuir para criar.

Para tanto, a fim de completar as coordenadas históricas delineadas na epígrafe anterior (II.5), centrar-nos-emos naqueles factores (interdependentes) constitutivos da cultura que julgamos envolvidos, de forma mais evidente, nos processos de transferência literária por via tradutória que nos ocupam – cientes, todavia, de que neste estudo apenas aventaremos, sem chegar explorá-lo *ex professo*, o entrosamento entre os últimos (os processos de importação literária mediante a tradução) e os primeiros, esses factores interdependentes que conformam o que aqui chamamos de coordenadas sistémicas. Trata-se de um conjunto de circunstâncias (favoráveis umas, constrangedoras outras) que norteiam e circunscrevem as actividades no âmbito da produção (original ou traduzida) como no da recepção, regulando as acções dos agentes e o consumo dos produtos por parte dos receptores; ou seja, constituem as condições materiais (v. gr., de acesso aos produtos e aos recursos do repertório) e os condicionamentos ideológicos (esquemas mentais dominantes, *habitus*) dos fenómenos que estudamos.

As interdependências entre esses diferentes factores serão visíveis na descrição que a seguir faremos (forçosamente sucinta, e mesmo assim relativamente extensa), embora por razões de clareza os exponhamos separadamente, por forma a ir concentrando as informações coligidas em torno de cada um deles – deitando mão do conhecimento disponível desde âmbitos tão diversos como a história do livro, a história da leitura, a história da gramaticografia ou a história da lexicografia, por exemplo. A exposição será, ademais, e por análogas razões, simplificada; quer dizer, apresentará os diversos factores com uma certa aparência de homogeneidade que, seguramente, não corresponde à complexidade real.

Ocupar-nos-emos, assim, de factores da cultura receptora cuja ligação com a actividade translativa que nos interessa analisar resulta óbvia, tais como a presença da censura à época; as condições materiais (tecnológicas) da indústria editorial da altura; os grupos de potenciais leitores ou consumidores de literatura impressa; as acções empreendidas pelo estado ou pelas forças do poder no sentido de combater os elevados índices de iliteracia, de incentivar a capacitação literária (escolarização e políticas educativas relativas à instrução pública ou privada) ou de criar mecanismos e espaços públicos que promovessem (e regulassem) o acesso à cultura (bibliotecas e gabinetes de leitura, teatros); a imagem dos tradutores e da tradução numa conjuntura em que Portugal se sente, segundo veremos, uma “nação traduzida”; ou os recursos instrumentais (lexicográficos, gramaticográficos) com os que contavam os tradutores que trabalhavam com o castelhano como língua de partida, entre outros.

No capítulo II.5 tentámos demonstrar como os pilares do nosso próprio tempo assentam nesses inícios da Idade Contemporânea que constituem o lapso cronológico aqui estudado, um período de transição em que se produz a convulsa substituição do regime dito antigo pela nova ordem liberal de ideologia burguesa (cuja consolidação coincide com o nosso termo *ad quem*), culminando desse modo um processo de transformação das estruturas económicas, jurídicas e políticas, de ritmo lento, iniciado muito atrás. As mudanças introduzidas com a instauração do liberalismo no século XIX afectam todos os planos da vida social, incluído o cultural. Também nesse âmbito é possível encontrar nos começos da Idade Contemporânea as bases sobre as quais se alicerça o presente em que vivemos. Assim no-lo indica Marques (2002: 10-11), quando atenta em que:

A estruturação do ensino em três níveis – primário, secundário e superior – radicou aqui. A generalização do ensino a todos, incluindo mulheres, e a extinção do analfabetismo iniciaram-se aqui também. Os meios de comunicação escrita, como hoje os conhecemos, desde o jornal diário até à revista especializada, tiveram igualmente aqui a sua origem. Pôs-se fim às censuras, religiosas e políticas, e pôde exprimir-se, pela primeira vez, o pensamento livre e laico, como hoje o entendemos. O laicismo, aliás, pelo menos nos seus aspectos práticos, principiou então.

Da mesma forma, o campo literário também não é indiferente ao progresso político, económico, cultural e demográfico da burguesia que dá lugar à substituição das estruturas políticas do Antigo Regime pelas do liberalismo. Bem pelo contrário, em estreita união com tais processos, o desenvolvimento da literatura, a autonomização do próprio campo literário, estão – como tão luminosamente fez ver Bourdieu (1992),

ilustrando os seus raciocínios através de Flaubert e Zola – vinculados a essa burguesia liberal cuja ascendência vai em ascensão desde o último quartel do século XVIII. É curioso constatar como, no que toca ao sistema literário português, o fundador do semanário *A Esmeralda*, o jurista e escritor Joaquim Marcelino de Matos (a quem mais abaixo mencionaremos como tradutor do espanhol), percebe e reflecte por escrito, logo em 1850, que a cultura literária imediatamente precedente – aquela que se produz de 1834 em diante, com o início do “reinado da burguesia como potência entre nós” – se tinha desenvolvido sob a égide do liberalismo burguês: “as letras não podiam, nem deviam talvez, escapar à influência da sua acção necessária e fatal. A burguesia, depois de batalhar pelas suas regalias, escreveu [e traduziu, e editou, podemos nós acrescentar] para si” (*apud* Santos, 1985: 187).

Poder-se-ia objectar, porventura, que Marcelino de Matos equipara ‘toscamente’ séries cronológicas, ao fazer radicar esse que assinala como sendo um ponto de inflexão na literatura portuguesa no triunfo (político) liberal de 1834. Não fosse que outros sintomas de mudança sistémica (repertorial, por exemplo) parecem dar-lhe a razão. Por outras palavras, não semelha de todo descabido associar, tal como o faz Marcelino de Matos, essas mudanças que identificamos com o desenvolvimento do Romantismo português no Portugal da década de trinta com o ascenso da burguesia (*cfr.* Saraiva e Lopes, 1996: 655) e sua chegada ao poder em tal ano (1834)²³³. Factores *extraliterários* que convergem na formação desse Romantismo, ligando-se entre eles, como o desenvolvimento da indústria e o comércio do livro ou o aumento e surgimento de uma nova classe de leitores que o demandam, encontram-se por sua vez subordinados à circunstância política. É por isso que, como aponta Maria Fernanda de Abreu, o Romantismo português apresenta “una estrecha conexión con la realidad”, estando a “introducción tardía” do movimento, bem assim como o seu “desarrollo lento, estrechamente dependientes de la situación de guerra civil” que finaliza “en 1834 con la victoria liberal” (Abreu, 2000: 384; *vid. tm.* J. Esteves Pereira, “Liberalismo (e Romantismo)”, *in* Buescu, 1997: 264-267).

Também no que diz respeito à literatura traduzida parece revelar-se o ano de 1834 como uma data relevante. Segundo Santos (1985: 195), é “sobretudo a partir” dele

²³³ Será bom apontar que, evidentemente, o facto de encarar o Romantismo como “el reflejo artístico de las convulsiones que sufrió la sociedad occidental al pasar del régimen estamental al estado burgués”, não significa que “todas las manifestaciones románticas sean de tipo liberal o progresista” (Pedraza e Rodríguez, 2012: 195).

que se verifica um expressivo “aumento do volume de traduções”, fenómeno que a mesma autora julga não ser “concebível sem o concomitante alargamento do público leitor”, do “relativo alargamento do nosso mercado do livro e do relativo desenvolvimento editorial” (*ibid.*). “O desenvolvimento editorial e o aumento do número de leitores”, que se fazem mais notáveis pelos anos trinta da centúria de oitocentos – ou seja, pelo mesmo tempo em que o regime liberal se estabelece em Portugal –, são, segundo assinalávamos há momentos, aspectos a levar em conta para entender o início do Romantismo em Portugal, mas também factores intimamente “associados ao surto de obras importadas e traduzidas” (Santos, 1985: 196) que *nesse* mesmo Romantismo se produz e também graças ao qual, em grande medida, *esse* Romantismo se produz, tendo passado previamente pela assimilação de uma “nueva sensibilidad prerromántica” que é, igualmente, “resultado de las traducciones de poetas ingleses y alemanes” (Sabio Pinilla, 2009), directamente ou através do francês.

Ora, antes de chegarmos aí, é preciso recuarmos até à centúria de setecentos, em que começam a produzir-se, ainda dentro do anterior regime, certas mudanças que, em última instância, estão na origem das alterações que terão as consequências visíveis no sistema literário português pelo segundo quartel do século XIX que se acabaram de referir. Entre essas mudanças, salientam as relativas ao supradito alargamento do número – e, sobretudo, do tipo ou perfil – de potenciais receptores da literatura veiculada por escrito (*cfr.* M. de L. Lima dos Santos, “Público-leitor”, in Buescu, 1997: 441-445), pelo aumento concomitante dos índices de alfabetização – ou do que se deu em chamar, nos nossos tempos, calcando-o (desnecessariamente) do inglês, de *literacia*.

Nesse sentido, deve destacar-se – tal como o faz Sabio Pinilla (2009: 208-209), pela relevância que assume na história da cultura, da leitura, da literatura e, claro, da tradução – a reforma educativa empreendida pelo Marquês de Pombal a partir da segunda metade do século XVIII, nos moldes do despotismo esclarecido. Basta pensarmos que é durante a sua administração que, com a expulsão dos Jesuítas e a subsequente criação das Aulas Régias (1759), se dá o primeiro passo importante para a configuração de uma rede de ensino laico em Portugal, dependente do Estado e não da Igreja. Não por acaso é pelos mesmos anos, e pela acção do mesmo Marquês de Pombal, que outro dos pilares do Antigo Regime junto com o clero, a aristocracia, recebe os primeiros embates anunciadores dos novos tempos: “la lucha que Pombal emprenderá contra la alta nobleza”, sob pretexto de proteger o rei dos alegados

atentados planeados pela família do duque de Aveiro e dos marqueses de Távora (1758), “no pasa de ser una variante mucho más profunda de esa revolución [*sic*] ideológica” do governo pombalino (Borrvalho, 2000: 355-356). As medidas tomadas no sentido de modernizar a indústria e o comércio (vinho do Porto, têxteis) ou de formar uma nobreza útil ao Estado (*aburguesando-a* em certo sentido) obedecem ainda a um “plan ilustrado”, que, com todas as contradições que lhe são inerentes, nos coloca já no “mundo de nuestra era más reciente” (Borrvalho, 2000: 356).

O ensino público recebe um novo impulso na primeira metade do século XIX²³⁴, nomeadamente a partir da década de 1820, com a revolução burguesa do Porto. Mesmo não contemplando a Constituição de 1822 o direito ao ensino entre os direitos fundamentais, o alargamento *democratizador* da instrução constituía, pelo menos intencionalmente, um dos âmbitos de actuação preferentes da política liberal. Deve no entanto observar-se também que as circunstâncias (instabilidade política, falta de meios) nem sempre permitiram levar à prática a na teoria cobiçada ampliação quantitativamente significativa do número de cidadãos com capacidade de acesso à palavra escrita, de tal forma que o índice de alfabetização em Portugal, que no final do Antigo Regime era inferior aos dez por cento da população, ainda não atingia os vinte por cento em 1878, ano em que 82,4% dos portugueses eram iletrados ([S. a.], 2002: 412).

Outro dos factores propiciatórios a que acima aludíamos prende-se com o facto de essa minoria instruída ir dispondo, desde os finais do Antigo Regime, de cada vez mais espaços para a leitura fora do âmbito eclesiástico, alguns privados (bibliotecas particulares, de nobres ou burgueses ricos, para os quais o livro era mais um sinal de distinção social) e outros públicos ou semipúblicos²³⁵. Estes últimos, porém,

²³⁴ Para mais pormenores acerca da política educativa no Portugal da primeira metade da centúria de oitocentos, em que aqui não podemos por motivos óbvios entrar, pode ver-se o capítulo (oitavo), dedicado precisamente à “Instrução pública e privada” dessa altura, elaborado por Pedro Teixeira Mesquita, no volume IX da *Nova história de Portugal* dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Lisboa, Presença, 2002: 350-409).

²³⁵ A Biblioteca da Universidade de Coimbra, dotada de fundos especializados desde a reforma pombalina de 1772, embora só acessível para estudantes e docentes da *alma mater*, abrangia um número de utilizadores relativamente alargado. A Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, criada em 1779, ficou aberta ao público geral a partir de 1834. Desde os finais do Antigo Regime existia também a Real Biblioteca Pública da Corte, fundada em 1796 e instalada no Terreiro do Paço; depois, entre 1821 e 1823, chamada Biblioteca Pública de Lisboa, e, desde 1837, Biblioteca Nacional, como hoje a conhecemos, funcionando já no antigo convento de São Francisco do Chiado onde permaneceu entre 1836 e 1969. Não pode faltar nesta sucinta enumeração de bibliotecas públicas a Real Biblioteca da Ajuda, onde se custodiavam os livros que sobreviveram ao terramoto de 1755. Se grande parte dos seus fundos foi a começos do século XIX transferida para o Rio de Janeiro com a corte (ali fundou em 1810 D. João VI a

encontravam-se localizados apenas em certos núcleos urbanos, designadamente na capital – razão pela qual se pode afirmar que as bibliotecas vinculadas às sedes episcopais e arcebispaís, conventuais, das ordens militares e religiosas, dos seminários, etc. continuaram a representar “a principal rede bibliotecária do País” ([S. a.], 2002: 426) na maior parte do período em foco²³⁶. A extinção das ordens religiosas em 1834, e o consequente encerramento das casas masculinas, veio alterar este estado de coisas. Se tal medida prejudicou a curto prazo “os públicos leitores, mormente na província” ([S. a.], 2002: 426), também significou, a médio ou longo prazo, o enriquecimento do acervo de muitas das bibliotecas laicas já existentes, que ficaram dessa forma significativamente reforçadas, e incluso motivou a abertura de novos recintos que pudessem dar cabimento a tais fundos²³⁷. Culmina-se desse modo um processo de “alteração de paradigma”, iniciado no século XVIII, que conduz da “livraria conventual à biblioteca pública”, segundo reza justamente o título de um livro de Paulo J. S. Barata onde tal processo é estudado mais pormenor²³⁸.

Os espaços que até aqui referimos (cujo acervo, naturalmente, não é constituído apenas por obras portuguesas *originais*), bem como as respectivas práticas de leitura que lhes são próprias, dizem respeito, já o dissemos, à minoria alfabetizada, e mais concretamente a faixas sociais altas. As camadas sociais não instruídas, que supunham segundo vimos a esmagadora maioria da população, e as camadas médias, acederiam à literatura (original ou traduzida), uma *outra* literatura seguramente, por caminhos igualmente diferentes. Uma parte desse público, que sabe ler mas cujos meios são limitados para adquirir todos os livros que apetece (expectavelmente, leitores provenientes da baixa burguesia), pode ainda recorrer, desde os inícios do século XIX, e

Real Biblioteca que é hoje a Biblioteca Nacional do Brasil), alguns regressaram para Lisboa com o monarca, tendo sido ainda notavelmente enriquecida esta Biblioteca Real durante o reinado de D. Maria II, graças ao empenho do seu consorte, D. Fernando II – figura esta à que, por acaso, andando o tempo, lhe caberá um papel importante nas relações com a Espanha pós-Revolução de 1868.

²³⁶ Além das existentes desde o século XVIII, acima referidas, novas bibliotecas seculares são estabelecidas durante a primeira metade do XIX nas cidades de Funchal (1808), Évora (1815), Porto (1833), Vila Real (1834), Braga (1841, inaugurada em 1857) e Ponta Delgada (1845). A todas essas bibliotecas laicas setecentistas e oitocentistas há que acrescentar as das escolas e academias militares, médicas, politécnicas e artísticas (desde finais do XVIII), e as dos liceus (uma criação do Setembrismo).

²³⁷ Foi isso que aconteceu com a Biblioteca das Cortes, criada em 1836 para uso dos deputados e pares do Reino com o intuito de acolher os livros provenientes do “depósito das livrarias dos conventos suprimidos”, segundo rezava o decreto de fundação (*apud* [S. a.], 2002: 428), juntando-os ao património bibliográfico procedente do Real Hospício da Nossa Senhora das Necessidades que as mesmas Cortes custodiavam já desde 1821. O Depósito das Livrarias do Extintos Conventos, organismo instituído com o objectivo de proceder à distribuição dos fundos das desaparecidas bibliotecas conventuais, existiu entre 1834 e 1841, momento em que passa a ser gerido pela Biblioteca Nacional de Lisboa.

²³⁸ *Os Livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública. Uma alteração de paradigma*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003.

sobretudo a partir das décadas de 1830 e 1840, ao seu empréstimo nos gabinetes de leitura, geridos fundamentalmente por livreiros franceses instalados em Portugal que por esta via aumentavam a rendibilidade do negócio²³⁹. Deve, a propósito, sublinhar-se esta significativa presença de agentes franceses (ou, melhor, francófonos²⁴⁰) no mercado livreiro português, *in crescendo* a partir da segunda metade do século XVIII, na medida em que é reveladora (e, ao mesmo tempo, explicativa) do afrancesamento da cultura literária portuguesa da altura – um afrancesamento que atinge a *alta* como a *baixa* cultura. As interferências do sistema literário francês no português por esta via canalizadas têm consequências visíveis no âmbito translativo e não só (*cfr.* Caeiro, 1980; Maia, 2012: 155, *passim*; Santos, 1985: 196-199, 211). A essas empresas livreiras e editoras de famílias francesas de longa data instaladas em Portugal há que acrescentar “os livros em língua portuguesa” produzidos “nos prelos franceses” – uma produção que Artur Anselmo qualifica de “verdadeiramente febril” a partir dos anos de 1830 (A. Anselmo *in* Buescu, 1997: 157). Tal ingerência de impressores e livreiros franceses no mercado nacional prende-se, entre outras causas, com o estado precário em que se encontrava a indústria tipográfica portuguesa, conforme logo veremos.

Contudo, o acesso à literatura por parte da maior parte do público, iletrado, far-se-ia por via oral, *ouvindo ler* quem para tanto estava capacitado. A leitura colectiva, mesmo se “menos vulgarizada do que se supôs, terá tido um impacto certo na aquisição de hábitos de leitura” em Portugal (Rosa Esteves *in* Buescu, 1997: 200)²⁴¹. É por essa via que devemos supor transmitidas, por exemplo, as folhas volantes e folhetos de cordel, difundindo-se os textos impressos em tais suportes num espaço a que mais do que nunca cabe designar de *público* – a rua. Depois, e a partir do momento (da Revolução de 1820 em diante) em que o jornalismo encontra as condições para se desenvolver, deve-se novamente apelar às referidas práticas de leitura colectiva, pois, consoante nota José Tengarrinha (“Jornalismo romântico”, *in* Buescu, 1997: 254), não era infrequente que artigos e editoriais fossem “lidos em voz alta nos sítios públicos

²³⁹ *Vid.* Rosa Esteves (“Gabinetes de leitura”, *in* Buescu, 1997: 199-201) e Santos (1985: 190-191).

²⁴⁰ Uma vez que também participavam neste comércio livreiros suíços (pelos meados de setecentos: *cfr.* Caeiro, 1980) ou belgas – estes últimos ganharam peso sobretudo pelos finais da década de 1840 (*cfr.* Santos, 1985: 199-200).

²⁴¹ Será oportuno referir a este propósito que, em 1837, Herculano lamentava-se nas páginas de *O Panorama* da falta de tais hábitos de leitura entre os estratos mais baixos da população: “É preciso que nos lembremos que em Portugal não carecemos só de dar livros ao povo, carecemos também de pouco a pouco o habituarmos a ler”. Isto, em franco contraste com o que se verificava nas nações avançadas da Europa, como a Inglaterra, “um país onde o hábito da leitura desce às classes mais inferiores” (*apud* Pais, 1997: 123 e 127).

(cafés, assembleias, simples reuniões)” – daí, por acaso, o estilo “declamatório, empolado, cheio de expressões redundantes” que caracteriza o jornalismo de opinião dominante no Romantismo português (peninsular, aliás), em que é bem “visível a influência que esse jornalismo recebe da oratória” (*ibid.*).

Para além da rua, as bibliotecas e os gabinetes de leitura, existem outros espaços – públicos, mas também privados – de difusão (mais uma vez, oral) dos produtos literários de que não nos podemos esquecer: os teatros, de novo concentrados fundamentalmente na capital²⁴². A existência de um número cada vez maior de salas teatrais tem efeitos directos na literatura traduzida, pois para satisfazer a demanda crescente de textos para levar aos palcos, as companhias nutrem-se mormente de peças forâneas vertidas para a língua portuguesa²⁴³, apesar dos esforços da instituição (no sentido que a tal conceito se lhe dá na Teoria de Polissistemas) por produzir obras autóctones que pudessem contrabalançar o peso daquelas – esforços esses visíveis quer no século XVIII (por parte dos membros da Arcádia Lusitana), quer no XIX (distinguindo-se então Almeida Garrett²⁴⁴), mas apesar dos quais a dramaturgia

²⁴² Desde o século XVIII, havia em Lisboa o de São Carlos (1793), o da Rua dos Condes (edificado na segunda metade do século XVIII, após a destruição do antigo Teatro Novo em 1755) e o da Rua do Salitre (1782). Em 1817 inaugura-se o do Bairro Alto. Parece que por volta de 1820 existiu em Belém um efémero Teatro da Boa Hora, de que nos fala o geógrafo e estatístico italiano Adrien Balbi (1822, *cfr.* [S. a.], 2002: 445). Na década de 1830 aparece o Teatro do Ginásio. Em 1846 inaugura-se o grande projecto de Almeida Garrett, o Teatro Dona Maria II, eloquentemente edificado sobre os escombros da antiga sede do Santo Ofício da Inquisição. No Porto, além do Teatro de São João (1798), existe a partir da década de 1830 o Teatro Camões, rebaptizado de Teatro Variedades na segunda metade do século. Datam das décadas de 1820 e 1830 outras salas abertas noutros pontos do país, com a progressiva imposição dos hábitos da burguesia – pois o teatro detinha uma “função social de convívio que, em muitos casos, transcendia o seu carácter literário”, substituindo “à igreja dos séculos passados como ponto de congregação e de distracção das gentes” ([S. a.], 2002: 445-446). Assim, abrem-se salas teatrais em Évora, Leiria, Setúbal, Lamego e Funchal (1820) e Abrantes, Alcobaça, Faro, Idanha-a-Nova, Reguengos de Monsaraz, Tavira, Torres Novas, Trancoso e Viana do Castelo. Surgiram também teatros em casas particulares, de nobres ou burgueses abastados, como o das Laranjeiras, em Lisboa, que o conde de Farrobo pôe em funcionamento em 1843.

²⁴³ No século XVIII, diz-nos Sabio Pinilla (2009: 210), “el teatro [português] vivirá de textos importados”. Se na primeira metade do século essa importação é preferencialmente feita “de España, cuya tradición, bien arraigada en los hábitos teatrales portugueses, se expresa sobre todo en la comedia” (*ibid.*), a partir dos meados da centúria esse papel caber-lhe-á, primeiro, às óperas e comédias italianas e, para o último quartel, às tragédias e comédias francesas (Sabio Pinilla, 2009: 211). Cumpre destacar, por outro lado, o facto de não ser infrequente, ainda na primeira metade do século XIX, a encenação de espectáculos não traduzidos por parte de companhias francesas e, parece que em menor medida, espanholas, as quais “mereciam o aplauso e a compreensão de públicos mais vastos” ([S. a.], 2002: 446).

²⁴⁴ O fundador do Conservatório de Arte Dramática e da Inspeção Geral dos Teatros e Espectáculos Nacionais (1836) tentou efectivamente criar, por incumbência do Ministro do Reino Manuel da Silva Passos (vulgo Passos Manuel), as condições necessárias para o desenvolvimento de um teatro autóctone e de um repertório nacional. *Vid.* o dito em II.5 a este respeito. Garrett, que já em 1821 estreara com grande sucesso, no Teatro do Bairro Alto, o *Catão*, incentivou a partir de 1836 o cultivo do drama histórico na literatura teatral original atribuindo prémios às melhores peças adscritas a este subgénero, para o qual ele próprio contribui com vários textos: *Um Auto de Gil Vicente*, *O Alfageme de Santarém*, *Frei Luís de*

traduzida “se impondrá a la creación original” (Sabio Pinilla, 2009: 211). No que respeita às peças traduzidas para português convém notar que, tal como as não traduzidas, nem sempre eram impressas, pois a sua primeira função era a de servir o espectáculo encenado de que o texto constituía (só uma) parte²⁴⁵ – para isso, bastava dispor de um manuscrito, alguns dos quais chegaram até nós – esses manuscritos, como mais adiante se verá (III.1.2), não irão ser considerados neste estudo. Razões diversas podiam, contudo, levar os editores à publicação desses textos.

E porque falamos em editores e em impressão de textos, diremos também duas palavras acerca das condições materiais da indústria editorial durante o período em foco. Não é, consoante já acima se sugeriu, uma questão menor. Há muitos anos que o bibliógrafo Jorge Peixoto fez notar, para o caso português, a relação existente entre a *revolução* da indústria gráfica e a “revolução nas mentes e nos costumes” (*apud* Pais, 2013: 22, *vid. tm.* Pais, 1997: 38). Ora, essa *revolução industrial* do mundo editorial de que nos fala Peixoto tem lugar mais para os fins do nosso marco cronológico. Se ao longo das primeiras décadas do século XIX já se foram verificando alguns avanços tecnológicos no âmbito da impressão e edição de livros, periódicos e folhetos, o certo é que “com raros precedentes, foi apenas na década de Quarenta – e em correspondência com o aumento no número de periódicos e respectivas tiragens – que se iniciou, em Portugal, a grande revolução tipográfica” (Marques, 2002: 86²⁴⁶).

Na maior parte do lapso analisado estamos, por isso, longe das impressões “nítidas e aventajadas” de que se gabava o tipógrafo Francisco Viera da Silva num seu parecer de 1861 (*apud* Marques, 2002: 86). Parafraseando o referido relator, na época aqui estudada os “nossos prelos” ainda “gemiam” com “as mesquinhas impressões de

Sousa, etc. Foi uma peça desta natureza, *O Magriço e os Doze de Inglaterra*, de Jacinto Heliodoro de Faria Aguiar de Loureiro, a eleita para a inauguração solene do Teatro Dona Maria II em 1846.

²⁴⁵ Sobre a especificidade da tradução de textos dramáticos para a sua representação, condicionada precisamente pela concretização cénica do texto (o qual é só um elemento do discurso teatral) e a pluralidade de códigos semióticos envolvidos, *vid.* Bassnett (2003: 189-206).

²⁴⁶ O mesmo Marques (2002: 85-87) refere alguns marcos tecnológicos, tais como a introdução em Portugal, por volta de 1810, do prelo metálico, o qual veio substituir o tradicional em madeira, embora durante muito tempo só estivesse ao dispor da Impressão Régia (é no final da década de 1830 que apareceram os novos prelos metálicos nas oficinas particulares); o surto de ilustrações em livros e periódicos graças, por um lado, à chegada da litografia nos começos da década de 1820, novo método de gravura em pedra de invenção austríaca (datada dos últimos anos do século XVIII), e, por outro lado, ao aperfeiçoamento da gravura em madeira e em metal nos finais de 1830; a utilização, pela mesma altura (finais de 1830), da máquina plano-cilíndrica de Kónig; o recurso à fundição mecânica de tipos (galvanotípia), ainda que apenas à roda de 1840; o emprego da impressora rotativa; a aplicação da energia a vapor em impressoras e outras máquinas ligadas à tipografia (também só a partir de 1844, na Imprensa Nacional); etc.

oitavo e em papel florete”²⁴⁷. As tipografias, escassas, eram “rotineiras e mal apetrechadas” ([S. a.], 2002: 414), e tais limitações técnicas reflectem-se no modesto peritexto material (Genette, 1987; *vid. supra* II.4) que, com efeito, encontramos nas publicações mais frequentes no período em análise. Salvo os impressos editados por iniciativa do comprador, “a maioria dos livros e opúsculos publicados tinha má apresentação” ([S. a.], 2002: 434) devido à utilização de papel de baixa qualidade, à cravação irregular dos caracteres (o que ocasionalmente pode dificultar a legibilidade), à encadernação com capas simples e em formatos reduzidos (só a partir de 1835, e na Imprensa Nacional, começaram a funcionar prelos de grande dimensão), etc.

Não admira, logo, que, quando em 1821 é lançado o (gorado) projecto para a criação de uma sociedade tradutora, a que mais abaixo nos voltaremos a referir, esta apresente entre o seus objectivos a pretensão de encarregar-se também do “melhoramento da arte de imprimir e encadernar”. Aliás, a necessidade de tal corporação é justificada pelo “atrazamento em que se acha o gosto da leitura entre nós, a escassa população do reino, a carestia do papel, a falta de bons caracteres, a mingoa de officiaes para compor e imprimir”, daí que a sociedade tradutora contemple, mesmo se “secundariamente”, a “empresa de melhorar a arte typographica, e a de encadernação, ambas as quaes se achão tão definhadas entre nós” (*apud* Pais, 1997: 118).

Quem seria o público-alvo desta mais (nos primeiros cinco decénios aqui estudados) ou menos (a partir dos anos quarenta) precária indústria editorial? Tendo em conta os dados disponíveis para as décadas de 1820 a 1850 (*in* [S. a.], 2002: 412-413), o grupo mais numeroso de virtuais consumidores seria o clero: párocos, coadjutores, frades, freiras, monges, monjas. Destaca-se este grupo não apenas do ponto de vista quantitativo (embora os cálculos sejam arriscados, poderiam rondar os oito mil consumidores potenciais no mínimo), mas ainda qualitativo, pois a ele caberia encaminhar também os gostos literários da população cristã sob a sua tutela espiritual e moral. O peso quantitativo e qualitativo destes receptores explica, sem dúvida, o facto de os impressos – originais como traduzidos – sobre temas vinculados à religião ou à história e jurisprudência eclesiásticas serem tão abundantes no lapso temporal em análise, incluída a parte final; ou seja, as décadas que identificamos com a época romântica (*vid. infra* III.2.5). Em termos numéricos, o segundo grupo que sobressai é o

²⁴⁷ *Relatorio da Comissão nomeada pela Associação Typographica Lisbonense para dar o seu parecer acerca do specimen de typos ultimamente apresentado pela Imprensa Nacional*, transcrito por Rui Canaveira, *apud* Marques, 2002: 86.

dos profissionais ligados ao Direito (juízes, advogados e procuradores, por cima dos sete mil), dos profissionais ligados à Saúde (médicos e farmacêuticos, mais de quatro mil) e dos militares (só os oficiais do Exército e da Marinha ultrapassavam os dois mil), sectores esses que demandariam publicações especializadas nas áreas respectivas; isto é, obras sobre assuntos jurídicos, científicos ou tecnológicos. Há que levar ainda em consideração o público virtual proveniente do âmbito educativo (cerca de dois mil professores e mais de dois mil estudantes com idade superior aos dezasseis anos) e o facto, relevante, de que por esta altura “começava a emergir um outro público, feminino, de mulheres cultas e semicultas, leitoras ávidas de romances e de assuntos pertinentes ao seu sexo, onde se incluíam também temas piedosos e didácticos” ([S. a.]. 2002: 412-413).

As publicações, originais ou traduzidas, destinadas a esses e outros grupos sociais de consumidores, não se viam apenas condicionadas pelos constrangimentos materiais a que até agora nos referimos, decorrentes das capacidades tecnologicamente limitadas dos prelos e oficinas em que eram impressos. Outros condicionamentos importantes que lhes diziam respeito situam-se dentro do que a Teoria de Polissistemas denomina de instituição; ou seja, o conjunto de elementos envolvidos no (e em concorrência pelo) controlo da cultura, mediando, tal como o mercado (com o que muitas vezes partilha espaço), entre o repertório e as forças sociais (Even-Zohar, 1999a: 49-50). A existência de um instância mediadora desta natureza, com a atribuição de controlar a palavra escrita estampada no papel, o que conhecemos como censura, é um desses condicionantes – não exclusivo, como é sabido, do trecho temporal que é alvo do presente estudo. Não por acaso, como recorda Graça Almeida Rodrigues (1980), a censura é incluída entre os elementos distintivos da literatura portuguesa – peninsular, caberia alargar – reunidos por Jacinto do Prado Coelho no célebre ensaio em que empreende a procura da sua *originalidade* (Coelho, 1992 [1977]: 51-54). Com efeito, “a censura interveio na produção intelectual portuguesa [original ou traduzida] durante cerca dos seus cinco séculos de imprensa”, exceptuando apenas uns poucos “períodos que poderíamos classificar de excepção” (Rodrigues, 1980: 11)²⁴⁸.

²⁴⁸ Por isso Mário Cesariny (1983: 11) apresenta a literatura portuguesa, erudita ou popular, “de corda” ou de cordel, como sendo “vítima privilegiada do Poder que em meados do século XVI vem tornar exclusivamente suas a viabilidade da língua e a maestrança dela”. Este é o quadro desenhado por Cesariny (*ibid.*): “A 50 anos vista do primeiro livro impresso em português, o estabelecimento da Inquisição e a Companhia de Jesus lançam ao interdito toda e qualquer veleidade de magnificar épocas e expressões algum tanto pagãs, ou suspeitas a Roma de deficientes cristãs, enquanto por seu turno as

No que diz respeito à regulação e controlo da expressão literária impressa no período que se estende entre 1780 e 1850, é possível distinguir, acompanhando a proposta de Graça Rodrigues (1980) quatro fases diferenciadas. A primeira, de 1780 a 1820, é aquela em que vigora, em essência, o sistema censório pombalino. Este modelo, em que a censura é desempenhada por um órgão único, a Real Mesa Censória, dependente da coroa, tinha sido introduzido um pouco antes (em 1768, com a criação da oficina tipográfica oficial, a Imprensa Régia) e supôs a mudança do sistema censório vigente desde o século XVI (estruturado em três pilares: o Ordinário ou juiz eclesiástico da diocese, a Inquisição e o Desembargo do Paço ou tribunal palaciano). Tal mudança visava a (relativa) secularização do exercício da censura, no mesmo espírito de subordinação da Igreja ao Estado que já atrás assinalámos como característico do autoritarismo esclarecido do Marquês (*vid.* Rodrigues, 1980: 36-37).

Durante a Viradeira, a Real Mesa Censória foi substituída temporariamente pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros (1787-1794), particularmente rigorosa no atinente à propagação das ideias vindas da França revolucionária (Rodrigues, 1980: 39-40). A partir de 1795, a censura voltou a assumir uma organização tripartida: dois corpos eclesiásticos (os censores do Ordinário ou bispo da diocese e os do Santo Ofício) mais um civil, a Mesa do Desembargo do Paço, que actuava em nome do rei mas era igualmente constituído por membros pertencentes ao clero (pelo menos, metade). Exercia-se, assim, uma dupla censura, quer em matéria religiosa ou doutrinal, quer em matéria civil ou secular; ou seja, a Mesa velava tanto pela ortodoxia teológica e moral, como se ocupava ao mesmo tempo de remover “correntes hostis ao poder real ou às leis em vigor” (Serrão, 1982: 433-434).

Ao poder temporal da Mesa (Real Mesa Censória, até 1784; Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, entre 1787 e 1794; Mesa do Desembargo do Paço, a partir de 1795) cabia permitir, amputar ou proibir os papéis “ou já estampados, ou que hajão de se estampar, ou introduzir em Meus Reinos e Senhorios” (Alvará de 30 de Julho de 1795, *apud* Serrão, 1982: 434), submetia a exame prévio as peças encenadas nos teatros de Lisboa e do Porto, e elaborou, ainda, o seu próprio *Catálogo dos livros defesos neste Reino* (Rodrigues, 1980: 38-39). A sua

primeiras gramáticas (1536 e 1540) lançam ao ar os dados do que virá a ser a língua oficial, sumptuosamente repressiva de quanto diptongo não tanja pelos sons católicos latinos da Companhia, do Paço, e demais centros de decisão se os havia. O que significa que todo um imenso espaço cultural, e ao longo de séculos bem mais vivo do que o latinório que impõe a retórica, é punido pelo fogo ou atirado ao nada durante trezentos anos. E quando cessa o jugo, está cumprida a tarefa”.

existência não impediu, porém, a circulação clandestina dos títulos interditos, servindo-se os implicados em tal comércio ilegal (fornecedores, como livreiros ou diplomatas, e adquirentes) de subterfúgios como os que descreve Rodrigues (1980: 41-49) ao ocupar-se desta literatura secreta – expedientes esses não muito distintos, afinal, daqueles que foram empregados em tempos bem menos distantes de nós.

A segunda fase, fugaz mas sobejamente significativa (1820-1823), vem marcada pela lei de liberdade de imprensa aprovada pelo primeiro governo liberal, marco histórico que implica a abolição da censura prévia e o desaparecimento da Inquisição, mas não a extinção de uma censura *a posteriori*. Com a revolução de 1820, e a subsequente inauguração das Cortes em Janeiro de 1821, é logo reclamado aquele que constituía um dos direitos fundamentais preconizados pela política liberal, posteriormente reconhecido pela Constituição de 1822, em vigor desde Outubro do mesmo ano. A liberdade de imprensa e a abolição da censura prévia foram reguladas pelo diploma de 4 de Julho de 1821, aprovado pelas Constituintes o mesmo ano em que se extinguia o Santo Ofício²⁴⁹.

No entanto, se é verdade que a abolição da censura prévia significou “umas das mais definitivas conquistas da Revolução Liberal em Portugal” (Rodrigues, 1980: 58) – ao ponto de que “nenhum governo, até 1933, aceitou a censura prévia como compatível com os direitos e garantias constitucionais” (*ibid.*) –, também é preciso levar em linha de conta que, segundo já avançámos, o controlo sobre a palavra escrita não desapareceu durante este breve período, uma vez que as *Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa* (Março de 1821) estabeleciam no seu artigo 8.º que todo o português era livre de “manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e pela forma que a lei determinar” (*apud* [S. a.], 2002: 420)²⁵⁰. Seja como for, essa relativa liberdade de expressão durou pouco tempo: após a *vilafrancada*, D. João VI revoga a Constituição de 1822, é derogada a lei de imprensa de 1821 e reintroduzida a censura prévia. O decreto de 6 de Março de 1823 restitui a censura dos volumes impressos, que recaí inicialmente na

²⁴⁹ Interessa-nos sublinhar que, no longo debate parlamentar em que se discutiu esta lei, a qual muitos deputados estimavam excessiva, o exemplo da Constituição espanhola foi um dos argumentos esgrimidos por aqueles que defendiam a censura prévia em matéria religiosa (Rodrigues, 1980: 57).

²⁵⁰ Esses possíveis abusos (contra a religião católica, contra o Estado, contra os bons costumes ou contra os particulares) seriam julgados por um tribunal que não representava as autoridades, pois era constituído por quarenta e oito “homens bons” eleitos pela população (Rodrigues, 1980: 56). O *Retrato de Vénus*, de Almeida Garrett, foi um desses textos que se consideraram abusivos da liberdade de imprensa – se bem que o autor saiu exonerado do processo.

Mesa do Desembargo do Paço. Pouco depois, a 12 de Junho, um novo diploma decreta a censura de periódicos, anúncios e folhetos de toda a classe, de que ficava encarregada uma comissão criada *ad hoc*.

Entramos, assim na terceira fase, que se estende entre 1824, com a reposição do sistema censório vigente na primeira etapa pelo decreto de 6 de Março desse ano, e 1834. Tendo-se entretanto extinguido para sempre o Santo Ofício, a censura fica reduzida ao Desembargo do Paço e ao Ordinário (episcopado). O alvo da perseguição dos censores concentrou-se, nesta etapa, nas ideias vindas do estrangeiro – com consequências evidentes para o âmbito tradutório. Rodrigues (1980: 51-55) apresenta-nos como paradigma desta terceira época a figura do Padre José Agostinho de Macedo censor entre 1824 e 1829 – e, ainda, um dos escritores de maior sucesso editorial na primeira metade do século XIX (*cfr.* [S. a.], 2002: 415 e 417); simpatizante de D. Miguel e “fanático defensor do Absolutismo”; anti-camoniano convicto e militante; célebre ainda hoje pelos duelos poéticos que, no seio da Nova Arcádia, manteve noutros tempos com Bocage; e como Bocage (aliás, pouco antes dele) condenado, também noutros tempos, à prisão do Limoeiro em Lisboa²⁵¹. Embora a Carta Constitucional de 1826 recuperasse, teoricamente, a liberdade de imprensa, na prática (e na legislação aprovada) manteve-se a censura, particularmente rigorosa na parte do território sujeita ao governo miguelista desde 1828, momento em que o “número de publicações, quer periódicas quer de tomo, baixou em flecha” ([S. a.]. 2002: 421), enquanto que “na «zona livre» do País, obediente a D. Pedro IV, viveu-se num regime de semiliberdade” (*ibid.*).

A liberdade de imprensa só volta a vigorar a partir de 1834 (com a lei de 22 de Dezembro), após a vitória liberal reconhecida na Convenção de Évora Monte a 27 de Maio desse ano. Inicia-se, assim, a quarta e última fase atrás indicada, de 1834 a 1850, a qual pode ser dividida, por sua vez, em dois momentos, dois “ciclos bem diferenciados” dentro do liberalismo definitivamente triunfante, mas ainda profundamente instável. No primeiro desses momentos (1834-1840) é retomada a liberdade de imprensa mais ou menos nas mesmas condições do primeiro governo liberal que vimos na segunda etapa;

²⁵¹ Uma visão detalhada das relações entre ambos os autores pode ver-se em “Macedo e Bocage: Um Duelo de Vaidades”, de Maria Ivone de Ornellas de Andrade, *in* Maria Luísa Malato (ed.), *Leituras de Bocage*, Porto, FLUP, 2007, pp. 12-23. No que diz respeito à censura, um e outro representariam, em certa medida, a cara e a coroa do sistema. Enquanto que, certamente, depressa associamos o nome de Bocage ao do Intendente Pina Manique e ao lado das *vítimas* da censura na primeira fase atrás mencionada, o nome de Macedo coloca-nos logo, seguramente também, do lado dos *carrascos* ou perseguidores, nesta terceira etapa.

no segundo momento, a partir de 1840, o cabralismo imprime recortes substanciais a essa mesma liberdade, dando pé a um período de manifesta repressão fortemente contestada pela *intelligentsia* coetânea. Desse modo, e mesmo que a lei de 22 de Dezembro de 1834 fosse um pouco “menos liberal do que a lei de 1821”, deu azo a uma “abundância de publicações de todos os tipos, como jamais se vira em Portugal” ([S. a.], 2002: 422) durante a década de trinta. Porém, entre os meses de Agosto e Setembro de 1840 procedeu-se à suspensão de todos os periódicos particulares de carácter noticioso e político, uma suspensão que se iria repetir entre Fevereiro e Maio de 1844 ([S. a.], 2002: 422). Em Outubro de 1840 é aprovada nova lei, a qual, junto com as medidas excepcionais a que nos acabámos de referir, possibilitou uma intensa perseguição da imprensa periódica pelo governo cabralista, que se estende até à Regeneração (1851). Durante a Patuleia, decretou-se a suspensão oficial de todos os jornais (Outubro de 1846 a Julho de 1847). A 3 de Agosto de 1850, e a menos de um ano da sua queda, Costa Cabral faz publicar uma norma ainda mais restritiva do que a de 1840, aquela que passou a ser conhecida como “lei das rolhas”, posteriormente abolida pelo Duque de Saldanha com o diploma de 22 de Maio de 1851. Segundo dissemos, quer a “lei das rolhas”, quer a de 1840, ocasionaram vivos protestos entre sectores relevantes do mundo da cultura e da política portuguesa – intelectuais (como Almeida Garrett ou Alexandre Herculano), estudantes e professores universitários, impressores e tipógrafos, alguns deputados como Fontes Pereira de Melo, etc.

Porque “livros e liberdade estavam, como estão sempre, estreitamente relacionados” ([S. a.], 2002: 435), os movimentos de recuo e avanço no que diz respeito à liberdade de imprensa que vimos de enumerar e descrever, bem assim como os períodos de instabilidade e guerra civil²⁵², explicam em boa medida as grandes oscilações que se verificam na produção livreira portuguesa ao longo da primeira metade do século XIX. Pese a inexistência de dados certos, essa produção poder-se-ia ter movimentado entre um mínimo de oitenta e um máximo de duzentos volumes por ano (*cfr.* [S. a.], 2002: 436²⁵³). Segundo a mesma fonte (*ibid.*: 435), a dita produção

²⁵² A indústria editorial e o comércio dos livros viram-se notavelmente perturbados pelo enfrentamento entre absolutistas e liberais a partir de 1823, provocando uma queda nas vendas e o encerramento de livrarias liberais, de tal forma que “ao terminar a guerra, o número de livrarias em Lisboa, Porto e Coimbra era sensivelmente o mesmo de 1815” ([S. a.], 2002: 424).

²⁵³ Os dados retirados pela fonte indicada estão baseados numa “sondagem para vários anos, feita a partir de anúncios e notícias” que saíram publicadas na *Gazeta de Lisboa-Diário do Governo*, *O Periodico dos Pobres*, *O Estandarte* e a *Revista Universal Lisbonense*. Foram complementados ainda com o *Essai*

livreira foi “escassa até 1820²⁵⁴, teve um primeiro pico durante o Vintismo, para logo baixar em 1823-1826, subir de novo nos dois anos seguintes, diminuir uma vez mais nos anos de Miguelismo e subir outra vez a partir de 1834”. Além da censura e as vicissitudes políticas, outros factores a ter em consideração para compreender tais flutuações seriam (*ibid.*) “a veia do autor, a disponibilidade do editor, a apetência dos públicos, a existência dos meios técnicos, os custos de produção, o poder de compra das gentes e outras circunstâncias [que] afrouxavam ou aceleravam o aparecimento das obras”. As mesmas causas (múltiplas) estariam igualmente relacionadas com o índice, também oscilante, de traduções à época (primeira metade da centúria de oitocentos), que pelos dados oferecidos na mesma fonte até aqui mencionada, apresenta “mínimos de 45 (em 1830, em pleno miguelismo) e máximos de 226 traduções dadas à estampa”, aí contabilizando-se “tanto obras de tomo como artigos de periódicos” ([S. a.], 2002: 436²⁵⁵).

Pese a essas oscilações, tudo aponta a que, de modo geral, o volume de traduções no conjunto das publicações realizadas em Portugal no período em estudo é muito considerável – a extraordinária mudança quantitativa que, a este título, experimenta o sistema literário português salta logo à vista quando se atenta para os cinco tomos que constituem a compilação de traduções oferecida por Gonçalves Rodrigues (1992-1999): “são três e meio os volumes que a obra *A Tradução em Portugal* dedica a Oitocentos por comparação ao meio volume que ocupam os séculos XV a XVIII” (Lopes, 2002: 139)²⁵⁶. Como já se apontou, é a partir de 1834 que parece verificar-se um incremento mais evidente de textos traduzidos no mercado livreiro português (Santos, 1985: 195), precisamente quando concorrem ou se manifestam de

Statistique de Adrien Balbi (1822), que por sua vez utiliza os “Quadros bibliográficos das obras publicadas em Portugal desde 1800 até 1820” elaborados por António de Almeida.

²⁵⁴ A julgar pelas impressões de Balbi (*apud* [S. a.], 2002: 436), os números relativos aos volumes impressos no Portugal do primeiro quartel de oitocentos são, apesar de tudo, consideráveis, tendo em conta “a escassez de população, o estado de instrução da maior parte dos habitantes, o preço elevado do papel e da mão-de-obra, a falta de qualquer incentivo aos autores, a grande severidade da censura política e eclesiástica e as poucas comunicações literárias e comerciais”.

²⁵⁵ Neste caso, os números fornecidos pela referida fonte ([S. a.], 2002) têm fundamento numa sondagem efectuada ao primeiro volume de *A Tradução em Portugal* (Rodrigues, 1992-1999), de que na terceira parte desta tese nos ocuparemos (particularmente, em III.1.3). Para obter uma amostra representativa e não exhaustiva, procedeu-se a recolher dados de cinco em cinco anos a partir de 1815.

²⁵⁶ Segundo o autor (infelizmente anónimo) do capítulo dedicado à cultura literária, artística e musical em Portugal entre 1815 e 1851 (volume IX da *Nova história de Portugal* de Serrão e Marques), nestas páginas várias vezes referido, o peso da tradução nesse período não seria apenas destacável do ponto de vista quantitativo, mas também qualitativo. Assim, o balanço que apresenta é o de que, com algumas excepções, “o melhor [*sic*] do que se lia em Portugal [...] provinha das traduções e dos livros importados” ([S. a.], 2002: 436).

forma mais intensa as condições, materiais ou imateriais, favoráveis ao alargamento desse mercado acima indicadas (melhoras na educação, consequente ampliação dos públicos, crescente desenvolvimento da indústria do livro, relativa cessação da volubilidade política, liberdade de imprensa decretada pela lei de 22 de Dezembro de 1834), mas um aumento gradual da produção de traduções pode detectar-se já desde o último quartel de setecentos, acompanhando o igualmente paulatino desenvolvimento de tais condições.

Também em termos gerais, a tradução apresenta-se na literatura portuguesa do lapso temporal aqui atendido como uma actividade primária. A este respeito, e deixando o latim à parte, são sobretudo o francês e, depois, o inglês as línguas de importação maioritárias (Silva, 2002: 99) e, ainda, as principais introdutoras de mudanças e inovações no sistema – ou seja, de modelos e materiais de repertório. A intensidade da actividade tradutória e a posição central que a literatura traduzida (um certo estrato do sistema tradutório, para sermos mais precisos – em seguida se perceberá o porquê) ocupa no polissistema português semelha concordar, pois, com o carácter periférico e dominado da literatura portuguesa da altura e com a necessidade de renovar o seu repertório – lembrar-se-á que essas são, justamente, duas das três condições enumeradas por Even-Zohar (1999b) para que possa dar-se uma situação deste tipo.

Prosseguindo com as generalizações, que irão precisar de alguma matização mais à frente, diremos também que o aumento gradual da actividade translativa, nomeadamente a partir da língua francesa, vem por sua vez acompanhado de uma paralela “desvalorização da prática de traduzir” (Pais, 1997: 35) visível nos paratextos translativos – os quais, consoante se viu em II.4, resultam a este título muito valiosos, por quanto fornecem “matéria indicadora do *trato social* da tradução” (Pais, 1997: 25) e ajudam a configurar o que Pais (2013) denomina de *horizonte tradutório* de um dado *tempo da tradução*. No tempo aqui contemplado, o horizonte que globalmente se pode delinear tende inequivocamente à reprovação da prática tradutória: apesar da existência de algumas excepções, “se as contas forem bem feitas, como devem, as traduções elogiadas [no Romantismo português] constituem um número insignificante, quando comparado com a grandiosidade do número que todas as outras [as condenadas] constituem” (Pais, 2002: 108).

Essa imagem negativa da tradução (das traduções e dos tradutores) não é, contudo, exclusiva do Romantismo. Começa nos meados do século XVIII e acentua-se

para os fins da mesma centúria (*cfr.* Sabio Pinilla, 2009: 244-245), quando “já se traduz muito e a toda a pressa, procurando mais o sucesso editorial do que a qualidade literária”, e a “pressão da língua e da cultura francesas” se faz sentir “especialmente nas traduções” (Sabio e Fernández, 1998: 41). Quer isto dizer, portanto, que confluem várias ordens de razões nesse desprezo pelas traduções e por quem se ocupam de produzi-las, todas relacionadas entre si: a falta de qualidade dos produtos finais, os calcos supérfluos da língua de partida francesa dominante (galicismos léxicos como sintácticos) que contribuem para esse resultado insatisfatório, as condições em que se realizam as traduções (precipitação e falta de profissionalização ou preparação dos tradutores, que são por via de regra mal retribuídos pelos editores, geralmente mais preocupados com os lucros do que com a qualidade dos livros publicados²⁵⁷).

Contra o afrancesamento linguístico do português – sentido como sendo um fenómeno recente e cuja origem se atribui às traduções dessa procedência cada vez mais abundantes – insurge-se logo em 1781, por exemplo, o anónimo tradutor da *Historia Geral de Portugal por Mr. de la Clede* – quem, após declarar ter sido a sua intenção evitar a tentação “pueril” de ostentar “uma aplicação incansável ao Francês” no texto traduzido que apresenta, lamenta “a moda, de pouco introduzida, de encher a língua de Galicismos com que de majestosa que era a têm tornado lânguida e frouxa” (*apud* Sabio e Fernández, 1998: 114-116). Também Bocage, um pouco mais tarde, se queixará, na advertência preliminar a *Euphémia ou o Triumpho da Religião* (1793), dos “gallicismos, de que abunda grande parte das nossas traduções, e que nos enxovalham o fertil e magestoso Idioma” (*apud* Pais, 1997: 103; *tm.* in Sabio e Fernández, 1998: 153).

As invectivas contras as traduções, entre outras razões por serem a principal fonte de entrada de galicismos, aparecem, em fim, reiteradamente ao longo do nosso marco cronológico²⁵⁸. Declarações no mesmo sentido depreciativo que já não seguiremos ilustrando, com os galicismos como comum denominador discursivo,

²⁵⁷ Deve notar-se a este respeito que é no nosso marco temporal que o livro se transforma em mercadoria. Já atrás (II.4) invocámos a esse propósito Michel Foucault (1987): a entrada do texto literário no sistema ou “circuito de propriedades” que “caracteriza nuestra sociedad” (Foucault, 1987: 8) verifica-se, justamente, nos inícios da Idade Contemporânea, na passagem do século XVIII para o XIX. Santos (1985) detém-se pormenorizadamente no modo em que estas mudanças foram assimiladas no contexto português, ocupando-se aí da questão da propriedade literária, das relações autor-editor e de outras *penas de viver da pena* decorrentes do novo cenário imposto pela comercialização da literatura.

²⁵⁸ Abonador desse francesismo que, como é sabido, vai além do meramente linguístico, é o facto, digno de menção por concernir ao âmbito tradutório, de o primeiro tratado dedicado à tradução em Portugal, a *Arte de Traduzir do Latim para o Portuguez, reduzida a principios*, de Sebastião José Guedes de Albuquerque (1818), ser calcado – Sabio Pinilla (2009: 242) fala directamente em “plágio” – de *L’art de traduire le latin en français*, de Louis Philipon de la Madelaine (1762).

encontram-se com abundância nos depoimentos paratextuais assinados por destacados pré-românticos²⁵⁹ e românticos portugueses²⁶⁰ – nomeadamente, pelos três grandes vultos da primeira geração romântica: Almeida Garrett, Alexandre Herculano²⁶¹ e António Feliciano do Castilho, por sinal tradutores eles próprios, além de críticos (via de regra, pouco benevolentes) da tradução.

A atitude negativa que os três últimos autores aludidos manifestam para com a actividade tradutória é justamente um dos aspectos salientados por Carlos Castilho Pais num estudo em que se debruça sobre “A tradução e a literatura romântica portuguesas” (Pais, 2002). “A investida na tradução” por parte desta tríada de escritores, reveladora de um padrão ou constante epocal, deveria até “ser incluída no conjunto das características definidoras do romantismo português” (Pais, 2002: 109)²⁶². Dado que assim é, estima Pais oportuno colocar “fora de questão qualquer procura de hipótese de contaminação da literatura pelas traduções” (*ibid.*: 108). Demonstrar o modo em que “meia dúzia de obras traduzidas influenciou e determinou o *nosso romantismo*” não constitui a razão de ser do seu interesse pela tradução no período²⁶³, entre outras coisas porque fazê-lo equivaleria, diz-nos, a “falsear” o pensamento expresso sobre “as

²⁵⁹ Vid., entre outros, o jocoso *Modelo ou escantilhão d'un dictionario francez e portuguez* de Filinto Elísio (1818), incluído no volume V das suas *Obras Completas*, em que é parodiada o que aí se designa de “língua em modérna moda” ou “á Francêlha”, própria das traduções (*apud* Pais, 1997: 114).

²⁶⁰ Também espanhóis. Teremos oportunidade de verificá-lo mais adiante (*infra* neste capítulo e em III.2.4), através das opiniões que sobre as traduções exprimem autores como Mesonero Romanos ou Mariano José de Larra – alguns desses textos críticos foram, ademais, vertidos para português dentro do nosso marco cronológico.

²⁶¹ Autor de um artigo intitulado precisamente “Galicismos”, publicado no n.º 7 de *O Panorama*, a 17 de Junho de 1837 (*apud* Pais, 1997: 124-127), que mais abaixo invocaremos.

²⁶² Português e não só. De uma forma geral, a tradução é encarada no Romantismo europeu, na melhor das hipóteses, como um *mal* menor – na realidade, as línguas e as culturas são *incomunicáveis*, tal como as palavras do Autor únicas e irrepetíveis. As teses românticas da *intraduzibilidade* não podem desligar-se da ideologia burguesa liberal (individualismo, nacionalismo) que enforma o movimento. Depois, já noutro momento (II.1) se reflectiu acerca da imagem negativa dominante na visão (endogâmica e etnocêntrica) que da tradução e dos tradutores nos oferece a tradição cristã ocidental ao longo do tempo.

²⁶³ Dando a entender, ainda, que tal seria o intuito de um estudo enquadrado na Literatura Comparada que ao autor não lhe incumbe, nem apetece. Não resistimos a tentação de sublinhar a este propósito que, na nossa opinião, e como já expusemos, não é esse o único caminho possível para o comparatista interessado pela tradução, cujo objectivo pode efectivamente ser o de estudar as relações de *influência* entre literaturas por via translativa, mas a quem também lhe cabe legitimamente optar por estudar a tradução como forma de diálogo interliterário com interesse por si próprio (é o que aqui se tenciona) e como sinal da mesma existência dessas relações, com independência de se tal diálogo causa ou não alterações repertoriais na literatura importadora, aspecto que na presente investigação não nos preocupa. De resto, subscrevemos a reivindicação que Pais exprime a seguir (2002: 109) acerca da necessidade de mudar “de atitude no olhar com que fixamos a tradução”, merecedora como é de “um tratamento idêntico ao que concedemos às outras práticas da linguagem”. Raciocina Pais (*ibid.*): “estuda-se o romance ou o poema para os compreendermos e para compreendermos unidades maiores, que pertencem ou a um autor ou a determinada época. Mas, se as formas que acabo de referir forem romances ou poemas traduzidos, interessamo-nos, de igual modo, por compreendê-los enquanto *obras traduzidas* (por um tradutor), enquanto unidades traduzidas num momento ou numa época, que possui inevitavelmente muitas outras?”.

traduções do seu tempo” pelos “*nossos três românticos*, Garrett, Herculano e Castilho” (*ibid.*: 107-108). Sugere, pois, que esse *modo romântico* de pensar a tradução não se compadeceria com a atribuição de um papel central às traduções na constituição do Romantismo português – tal afirmação não seria sustentável quando confrontada com o facto de que “quer Garrett, quer Herculano, quer Castilho reprovavam a generalidade das traduções que as editoras lançavam no mercado livreiro em profusão” (*ibid.*: 108).

Além de não constituírem propriamente “meia dúzia” apenas as traduções que, pelo menos em parte, determinam (nós não o duvidamos) as mudanças repertoriais que acima identificamos como próprias do Romantismo, julgamos, ainda, que a explicação para tal aparente “incongruência flagrante” descrita por Pais está já implícita nas próprias palavras do estudioso agora reproduzidas. Há que começar por sublinhar que a voz dos críticos se ergue, como nota o próprio Pais (2002: 108), contra essas traduções que se “lançavam no mercado livreiro” de forma maciça (e descuidada, a consequência do parco desembolso financeiro realizado pelos editores), para preencher uma demanda que a produção autóctone não satisfazia. O mesmo Pais, num trabalho mais recente, assevera que o recurso cada vez mais frequente à tradução, paralelo ao crescimento gradual da oferta livreira, “indica não só a insuficiência da produção nacional, em quantidade e qualidade, mas também a facilidade com que sagazmente se constitui em meio aproveitado por editores e livreiros para rentabilizar investimentos em meios humanos e materiais e satisfazer os gostos do público letrado” (Pais, 2013: 23). Atente-se no facto de que aí já nos apresenta a tradução como uma actividade central, respondendo tal posição à necessidade de preencher vazios da literatura receptora (*cfr.* Even-Zohar, 1999b ou Toury, 2012).

Por outra parte, o juízo negativo que sobre os tradutores e o seu ofício avulta na *doxa* coetânea, tal como os paratextos pelos quais se espalha no-la permitem reconstruir, é também fruto de uma consciência da posição dominada do próprio sistema literário a que pertence quem tal juízo emite. Deve levar-se em linha de conta que, nos inícios da Idade Contemporânea aqui estudados, vão ganhando forma duas forças de signo oposto: junto às tendências idiocêntricas próprias do nacionalismo liberal que a pouco e pouco se impõe, existem “dinâmicas de abertura” renovadora ao Outro que também lhe são inerentes (Silva, 2002: 94). As contradições que assinala Pais (2002) são, portanto, congénitas a um liberalismo “que se divide entre o desejo de regeneração e revitalização das forças nacionais por confronto com o estranho e o receio da descaracterização

nacional” (Silva, *ibid.*). Tal “paradoxo atravessa o pensamento e a criação estética de todo o Oitocentismo português” (*ibid.*) e está por trás não apenas das incongruências referidas por Pais para o âmbito translativo (2002), mas também das que se revelam no plano imagológico, com a coexistência de filias e fobias: são as “matrizes francófilas” preponderantes no “espaço cultural português do século XIX” que fundamentam, justamente, o surgimento de “manifestações de galofobia” (Silva, *ibid.*).

A (auto)consciência da *insuportável* dependência cultural de que as importações por via tradutória são simultaneamente causa e consequência encontra-se também no espaço exportador espanhol coetâneo, onde nos deparamos com uma similar percepção da sua posição subordinada na república mundial das letras. Também a Espanha sentia haver perdido a sua identidade nacional para se transformar numa “nación traducida”, como ironizava Ramón de Mesonero Romanos num dos seus afamados quadros costumistas, intitulado precisamente “Las traducciones o emborronar papel” (1842)²⁶⁴. É esta, ainda, uma ideia persistente no tempo. Limitando-nos ao século XIX português, bastará recordar uma passagem do capítulo IV de *Os Maias* em que Ega exclama:

Se não aparecerem mulheres, importam-se, que é em Portugal para tudo o recurso natural. Aqui importa-se tudo. Leis, ideias, filosofias, teorias, assuntos, estéticas, ciências, estilo, indústrias, modas, maneiras, pilhérias, tudo nos vem em caixotes pelo paquete. A civilização custa-nos caríssima com os direitos da alfândega: e é em segunda mão, não foi feita para nós, fica-nos curta nas mangas... Nós julgamo-nos civilizados como os negros de S. Tomé se supõem cavalheiros, se supõem mesmo brancos, por usarem com a tanga uma casaca velha do patrão...²⁶⁵

Vejamos, a título ilustrativo de tudo o que vimos descrevendo, e particularmente dessa noção da condição dependente do sistema literário português que fundamenta as arremetidas contra as traduções, o seguinte retrato (apesar da caricatura, ou justamente por ela, suficientemente elucidativo) que encontrámos num artigo publicado por partes

²⁶⁴ Não deixaremos de citar um fragmento desse texto, onde Mesonero faz uma referência explícita à língua portuguesa, comparando-a com outras línguas e culturas de importação e oferecendo de todas elas, ainda, um interessante compêndio imagológico: “Todo ciudadano español traducido del francés que esté al corriente de este modo de ser, de estas maneras sociales [em que “los usos antiguos” foram “reemplazados por los de otras naciones”], debe sentir allá en sus adentros ciertos impulsos traducómanos. Y yo, que para servir a ustedes pienso ahorcar mi originalidad en las aras de la moda vigente, púseme a discurrir días atrás, en uno de esos parones que suele tener todo escritor, sobre qué lengua escogería como blanco de mis iras. [...Segue uma enumeração de línguas, todas descartadas: o francês já conta com muitos tradutores; o italiano, apenas “sirve para la música” e tem piada falá-lo mal e percebê-lo pior; o inglês é “perigoso” e há poucas comédias, que era o que o público demandava; o alemão e o russo são “lenguas de perros” ininteligíveis]; el portugués..., pero ¿qué se ha de traducir del portugués? Pues luego, ¿qué traduciré yo?” (*apud* Ruiz Casanova, 2000: 402-403).

²⁶⁵ Reproduzimos agora o trecho por <https://sites.google.com/site/ecadequeirozosmaias/home/obra-completa---os-maias/capitulo-4>, consultado a 3 de Março de 2014.

em *O Atheneu*, intitulado “Bons desejos em favor da litteratura portugueza”, concretamente na incluída no n.º 34 do semanário, a 25 de Agosto de 1850²⁶⁶:

É já tal a mania das traducções, e o desconceito, em que estão as obras de recreio portuguezas, que não ha vender a um bom burguez um livro, que não seja traducção: ja dizem aos livreiros: – *Se é original, provavelmente não presta. Não senhor*, responde o livreiro, *é traducção do francez. Então dê cá!*” [...] d’isto fomos mais do que uma vez testemunhas presenciaes.

Não está esta espirituosa denúncia longe daquela que, mais de duas décadas atrás (1827), havia manifestado Garrett nas páginas de outro periódico (*O Chronista*), também lamentando-se da preferência indiscutível do público pelos textos traduzidos, designadamente da língua francesa, ao passo que os textos autóctones ficavam relegados a um segundo plano. Quem compra livros em Portugal, protestava Garrett, “por cada cem volumes de livros francezes, não emprega de certo um cruzado novo em um livro portuguez” (*apud* Silva, 2002: 95). Por esta e muitas outras coincidências, julgamos que valerá a pena continuar parafraseando o artigo de *O Atheneu*, por quanto constitui uma amostra discursiva sobejamente esclarecedora tanto de uma imagem paradigmática da tradução como, ainda, das razões últimas dessa mesma imagem.

Assim, entre outros aspectos de interesse, nesse escrito confluem os dois fenómenos que há pouco assinalámos como explicativos da consideração despectiva de que, em geral, gozam as traduções no período em análise. Faz-se nele menção à sensação de *invasão* não apenas linguística mas também cultural provocada pelas abundantes versões do francês, e à conseguinte descaracterização da identidade (linguística, cultural) nacional: “Nós mesmos nos vamos convertendo n’uma traducção bastarda de mau francez!”, protesta o autor. Fica referida, igualmente, a pouca qualidade detida por uns produtos pensados para a mais imediata exploração comercial, destinados como estavam ao consumo pelo novo público burguês, propenso a snobismos estrangeirizantes por emulação daquilo que julga distintivo das camadas sociais superiores – snobismos como o denunciado no diálogo imaginário que acima se transcreveu. Não é só, pois, que se traduza muito (do francês), senão como se traduz (mal): “Nós estamos cercados de traducções; mas feitas por tal modo, que as temos por uma praga na nossa literatura”²⁶⁷. O “frenesi commercial de traduzir” é o que leva a que

²⁶⁶ O artigo em questão, assinado por “F.” (Albino Francisco de Figueiredo? António Joaquim de Figueiredo?), vai saindo a partir do n.º 26, mas é neste n.º 34 (pp. 265-267) que se ocupa especificamente das traduções. Citamo-lo pelo exemplar do periódico consultado na BNP (cota J. 193 B.).

²⁶⁷ Este tipo de linguagem metafórica *catastrofista* é muito frequente nos paratextos translativos que tivemos oportunidade de ler; o mesmo vocábulo de *praga* que emprega “F.” para se referir às traduções

se faça atabalhoadamente, com as consabidas consequências para a língua terminal, e sem critério: “traduzimos tudo a eito, bom e máu, com conhecimento da lingua, ou sem elle, embora estraguemos o idioma vernaculo”.

Não quer isso dizer, porém, que não existam traduções que “honram quem as fez, porque o mister [é] rude, e laborioso, quando é feito com consciencia”. A increpação coloca-se, antes, para o caso das copiosas traduções realizadas por e para “especulação mercantil” dos públicos populares, que lêem muito, mas *mal*, a saber: por um lado, “a costureira, o sapateiro, o marceneiro”, leitores de folhetos de cordel (*vid. supra*); por outro, “o mercador, o mercieiro rico, o tabelião, ou o alfaite, que é a classe com mais tendencias fidalgas, que tem Portugal”, e em cujas casas “achareis as traducções de Kock, de Dumas, etc.”²⁶⁸. Não deixaremos de notar, por fim, que o nosso articulista de *O Atheneu* associa a dita *mania* das traduções ao “movimento litterario d’este seculo”, que “pede livros”, e cuja expansão mais forte “entre nós” data de 1834 – repare-se na coincidência com Marcelino de Matos, no excerto reproduzido no início deste subcapítulo.

A má reputação e franco desprestígio da actividade tradutora prendem-se, portanto, com um dado sector (o mais comercial) do mercado livreiro, *infestado* ou *gafó* (Garrett *apud* Lopes, 2002: 142) de versões de duvidosa qualidade, quase todas elas feitas a partir do francês. Perante tal situação, a *intelligentsia* portuguesa reage apresentando e recomendando a tomada de dois tipos de medidas de contrapeso. Uma é a de recorrer a “estratégias de substituição de importações” por produções originais (Santos, 1985: 195), tal como tentou Garrett para o teatro (*vid. supra*), mas também promovendo a reedição dos clássicos. A segunda diligência proposta consiste em manter a importação, mas regulando-a através de uma política de tradução devidamente planificada que garanta tanto a qualidade dos produtos traduzidos como a selecção *critieriosa* dos textos para traduzir, mudando o rumo das preferências de importação vigorantes mediante a procura de culturas exportadoras diferentes da francesa (*v. gr.*, a espanhola, como logo poderemos verificar).

em 1850 é o eleito por Herculano, em 1837, e por Castilho, em 1843 (*cfr.* Silva, 2002: 95), quem também utilizava a imagem, em 1841, de “*dilúvio* de traduções” ([S. a.], 2002: 436: n. 169, *italico* nosso).

²⁶⁸ O nosso anónimo articulista coincide com Alexandre Herculano na avaliação destes *populares* autores (Kock, Sand, Dumas, Scribe, etc.), que a ambos merecem um mesmo parecer reprobatório. Se Herculano qualifica de “fisiologias imorais” as produzidas nas que chama de “fábricas parisienses de novelas, dramas, viagens, comédias, romances, folhetins” (*apud* Santos, 1985: 190), aquele refere-se, por sua vez, às “imoralidades obscenas de Paulo de Kock, ou o scepticismo de Jorge Sand”.

Ambas as medidas são contempladas – constituem, aliás, a sua razão de ser – no *Projecto de uma Sociedade Traductora, e Encarregada do Melhoramento da Arte de Imprimir e de Encadernar* (Lisboa, Typographia Rollandiana, 1821) a que acima aludimos²⁶⁹. O folheto em questão (que citamos por Pais, 1997: 118-122) começa por constatar como, face ao exemplo das nações mais cultas, em Portugal se editam poucas traduções das obras “escriptas pelos sabios dos outros paizes”, e até as obras originais, os “nossos proprios escriptos, como alguns de Vieira, Camões, Diniz, e outros” são reimpressas fora de Portugal, o que é “vergonhoso”. Por isso se alvitra a criação de uma sociedade tradutora, concebida como um serviço *patriótico*, cuja incumbência seria a de verter para a língua portuguesa as obras “que parecerem mais uteis á Nação, e que gozarem da estima das pessoas instruidas”. Esta sociedade começaria, todavia, por reeditar “os originaes dos nossos classicos, cujas edições ou são raras ou muito imperfeitas”. Previa-se ainda a existência da figura de um “censor” ou revisor, que “terá a seu cargo o confrontar as diversas edições dos classicos que se imprimirem; e bem assim examinar as traducções que se forem fazendo, comparando-as com os originaes”.

As duas estratégias de compensação que acima mencionávamos voltam a conjugar-se, nos finais da década seguinte (1837), nas reflexões que sobre estas matérias realiza Alexandre Herculano, quem para contrabalançar o “grave dano” causado pela língua francesa “à nossa formosíssima linguagem”, propõe fomentar, por um lado, a leitura dos clássicos vernáculos, reeditando-os a preços acessíveis à classe média; e escolher, por outro, as “boas obras estrangeiras” para serem vertidas por “homens eruditos” capazes de oferecerem traduções “bem castigadas [que] dariam útil e agradável leitura aos nossos compatriícios” (“Galicismos”, *apud* Pais, 1997: 124-127). Como vemos, não subjaz nessas palavras de Herculano qualquer concepção negativa da tradução, antes pelo contrário. A seta repreensora do autor dirige-se apenas às más traduções do francês. “O traduzir coisas boas em português vale muito: o compor bagatelas em português afrancesado e bastardo nada vale”, afirma numa sua crítica (elogiosa) à versão portuguesa do *Ivanhoe* de Walter Scott realizada por J. A. Ramalho

²⁶⁹ O projecto, que de tal não passou, foi uma iniciativa dos Bachareis Francisco Luiz de Gouvêa Pimenta e Ignacio Antonio da Fonseca Benevides, surgida no mesmo ano em que se põe fim à censura (e em que o Brasil se emancipa) com o intuito de ser apresentada aos deputados do Soberano Congresso (*cfr.* Pais, 1997: 39, 118-122; Sabio Pinilla, 2009: 240; Santos, 1985: 188). Planos editoriais de espírito mais ou menos análogo a este serão empreendidos com posterioridade. Destaca-se a colecção Livraria Clássica Portuguesa lançada em 1845-1846 por António e José Feliciano de Castilho (*vid.* Santos, 1985: 188). Um pouco antes disso, o administrador da Imprensa Nacional, José Frederico Pereira Marecos, projecta a criação de uma biblioteca para divulgar junto do público obras “úteis e valiosas” (*vid.* [S. a.], 2002: 428 e Santos, 1985: 188).

e Sousa (*apud* Pais, 1997: 128). Nessa linha de raciocínio, lamenta a ausência de uma planificação cultural que dignifique o ofício do tradutor ao tempo que alarga o tipo de produtos textuais ao dispor do público:

Quanto à tradução dos bons livros estrangeiros, em que acima tocámos, forçosamente deploramos que isso se não haja feito. Dizem que o povo não lê senão novelas; mas que há-de ele ler, se não lhe dão outra coisa? Porque desprezarão os nossos homens conspícuos nas letras o serem tradutores? – Não nos parece isso fundado em boa razão. Uma versão bem feita é também um título de glória. (“Galicismos”, *apud* Pais, 1997: 126).

Por sua vez, o anónimo autor do artigo de *O Atheneu* que acima referimos e citámos, faz a seguinte recomendação aos produtores literários:

Se insistis em traduzir, então ao menos fazei que não almocemos, jantemos, e ceemos francez: dae-nos noticias do resto da Europa. [...] Garcilasso, Lope de Vega, Calderon, Marianna, Guribay, Solis, Antonio Peres, nossos vizinhos da porta, quasi nos são desconhecidos. De Martinez de la Rosa, do duque de Rivas, de Espronceda, etc, veiu-nos pelo paquete a novidade de que moravam ao pé de nós.

Os tradutores são, consoante se acabou de testemunhar, a peça-chave para a política tradutiva que almejam estes autores. Tradutores dignos de tal nome seriam “os nossos homens conspícuos nas letras” (Herculano, *supra*), competentes e capazes de oferecer versões *bem feitas*. As *más* traduções contra as que se insurgem estes mesmos autores são obra de “traduzidores”, como despectivamente os designa António Feliciano de Castilho (*apud* Santos, 2002: 95) – o seu filho, Júlio de Castilho, chamar-lhes-á, andando o tempo, “traduzideiros de a-tanto-a-coluna” (*apud* Santos, 1985: 194)²⁷⁰.

E, a este propósito, questionamo-nos: era possível encontrar *bons* tradutores do castelhano no Portugal da época que nos ocupa? “Não sabeis as linguas: estudae-as”, recomendava aos tradutores o articulista de *O Atheneu* mencionado, e novamente citado, há bocado. Havia como, no caso da língua castelhana? Podemos supor que, dados os preconceitos, ainda hoje existentes, sobre a alegada facilidade da tarefa quando estão envolvidas línguas próximas, não sentissem tal necessidade os (ocasionais ou regulares) tradutores portugueses do espanhol. Mesmo assim, poderiam eles formar-se convenientemente, de assim o desejarem? Dispunham de recursos bibliográficos

²⁷⁰ Por seu turno, o irmão do primeiro (e tio do segundo), José Feliciano de Castilho, amaldiçoa (“Mal hajão”) esses *traduzidores* ou *traduzideiros* por serem quem “em nossa terra hão vilipendiado o mister, aliás nobre, de traductor, com o commercio ignobil da especulação litteraria, entulhando os prelos de chamadas versões”. São eles, pois, os responsáveis da má fama do ofício: “É assim que o opprobrio de traductores taes destinge na importante arte de traduzir” (Castilho, 1867, III: 204).

(lexicográficos, por exemplo) suficientes para desempenhar o seu labor, incluindo-se aí materiais de consulta tanto sobre a língua de partida espanhola como a portuguesa de chegada?

No que toca a esta última, e levando em linha de conta que “a lexicografia portuguesa é das mais modestas entre as grandes línguas europeias” (Verdelho, 2002²⁷¹), eram relativamente abundantes os recursos desta natureza ao dispor dos tradutores. Desde a década de 1780 (começo, precisamente, do nosso estudo), e logo após a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1779, foram sendo publicados os primeiros dicionários monolíngues modernos (Verdelho, 2002): o de Bernardo Bacelar (1783), o de António de Morais Silva (1789, reeditado copiosamente nos séculos XIX e XX) e o da própria Academia Real das Ciências de Lisboa (1793), se bem que deste último dicionário apenas saiu ao prelo o primeiro tomo (letra A)²⁷². Vieram somar-se estes valiosos materiais lexicográficos aos vocabulários de sinónimos (Rafael Bluteau, 1728; mais tarde apareceriam o do Cardeal Saraiva, 1821-1828, o de José da Fonseca, 1830, e o de José Inácio Roquete, 1848, profusamente reeditado), ortográficos (João de Morais Madureira Feijó, 1734; Fr. Luís do Monte Carmelo, 1767; João Pinheiro Freire da Cunha, 1769)²⁷³, poéticos (Cândido Lusitano, 1765; *Diccionario*

²⁷¹ Deve notar-se que Verdelho se limita a descrever a actividade lexicográfica em Portugal, deixado fora da sua “breve história” a produção brasileira.

²⁷² Só em 1976, transcorridos mais de cento e oitenta anos do seu primeiro projecto lexicográfico, retomou a Academia das Ciências a tentativa, novamente gorada, de oferecer um dicionário “autorizado, institucional, da língua portuguesa” (Verdelho, 2002) – empresa que apenas em 2001 conseguiu levar até ao fim – à terceira foi de vez, embora não sem gerar controvérsias e críticas. Antonio Romero Ortiz (1869) qualifica o tomo único do dicionário académico disponível à época de “magistral”, mas não deixa de chamar a atenção para o estado lacunar da obra, o que não admira atendendo a que a sua referência comparativa seria a produção lexicográfica da mais longeva Real Academia Española – *Diccionario de autoridades* em 1726-1739, *Ortographía* em 1741, *Diccionario de la lengua castellana* em 1780. No capítulo dedicado a Filinto Elísio (Romero Ortiz, 1869: 97-125), ao que por acaso apresenta como “lexicomano” que “jamás veía con calma las novedades introducidas por los traductores” (Romero Ortiz, 1869: 98), afirma a dado passo que ele, Francisco Manuel do Nascimento, “y Camões cubren la falta de un diccionario que la Academia de Lisboa no ha querido ó no ha podido hacer todavía” (Romero Ortiz, 1869: 123).

²⁷³ A língua portuguesa contava no período em estudo com algumas ortografias publicadas anteriormente (como a de João Franco Barreto, de 1671, a de Luis Caetano de Lima, de 1736, a de João de Morais Madureira Feijó, de 1739). Em 1822 veio a lume uma *Grammatica Philosophica* de Jerónimo Soares Barbosa que contempla também uma proposta ortográfica. Contudo, nenhuma delas atingiu o papel de guia para a escrita. Sublinhe-se que a ortografia do português, a qual propendia para a grafia etimológica – “só na década de Quarenta começaram a surgir as obras pioneiras das reformas ortográficas de tipo fonético, preconizadas na segunda metade do século XIX e no século XX” ([S. a.], 2002: 412) –, não foi fixada até à reforma de 1911, pelo que, à falta de uma *norma*, eram frequentes, e *normais*, as divergências ortográficas de autor para autor (aliás, de editor para editor). Tal falta de uniformidade foi apontada como um empecilho por um tradutor e autotradutor de que mais abaixo (III.2) falaremos, José de Urcullu, que via a língua portuguesa *de fora*: “A ortografia tem sido para mim um objecto de dúvidas e confusão por falta d’um systema fixo e geralmente adoptado. Se aquella que eu sigo não agradar a alguns dos meus

Exegetico, 1781), de rimas (Miguel do Couto Guerreiro, 1784), etc. No século XIX, “acompanhando a democratização da frequência escolar e a generalização da comunicação pela escrita” (Verdelho, 2002), surgem os dicionários “práticos, funcionais e de fácil utilização”, como o *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa* publicado pela Typographia Rollandiana em 1806 ou o *Diccionario geral da lingua portugueza de algibeira* (1818-1821), negativamente considerado por Inocêncio (DBP, II: 136-137). Muitos destes dicionários de consulta rápida foram publicados em França, onde residiam os seus autores e onde existiam melhores condições materiais para a sua impressão²⁷⁴. No que concerne às gramáticas do português, são também numerosos os títulos que se vão editando desde as últimas décadas do século XVIII (Kemmler, 2013). Cabe citar, entre outros, a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* de Antonio José dos Reis Lobato (1770), o *Epitome da Grammatica Portugueza* incluído no dicionário de Moraes Silva (1789), os *Rudimentos da Grammatica Portugueza* de Pedro José da Fonseca (1799), a *Gramática portugueza* de Manuel Dias de Sousa (1804), a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, de Jerónimo Soares Barbosa (publicada postumamente, em 1822) ou a *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza* de Constâncio (1831).

Já no que diz respeito aos recursos específicos para o desenvolvimento da actividade tradutora da língua espanhola para a portuguesa – ou seja, dicionários bilingues e gramáticas do castelhano para lusófonos –, os tradutores do lapso temporal que analisamos contavam com escassos, ou nulos, instrumentos de trabalho que pudessem auxiliá-los, sem mencionar o facto de que, durante a prática totalidade desse hiato cronológico, a aprendizagem do idioma castelhano não podia ser feita através de um método ou manual. Sabemo-lo graças aos trabalhos, relativamente recentes, que documentam, desde a perspectiva da Didáctica, a história da gramaticografia e lexicografia da língua espanhola em Portugal. Rogelio Ponce de León (2005) sublinha como, face ao que acontece noutros pontos da Europa (França, Itália, Inglaterra ou Alemanha), onde as gramáticas para o ensino da língua espanhola existem desde meados do século XVI, o primeiro texto didáctico que surge em Portugal fá-lo apenas

leitores, a culpa não he minha, pois eu não tenho feito senão seguir a alguns authores modernos, cuja reputação literária he assaz conhecida” (prólogo à primeira edição da *Grammatica ingleza*, 1830, p. VI).

²⁷⁴ É o caso do *Novo diccionario critico e etymologico da Lingua Portugueza* de Francisco Solano Constâncio (1836) e do *Diccionario da Lingua Portugueza* de José da Fonseca, *feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado* por José Inácio Roquete (1848), o qual “parece ter sido a obra que melhor correspondeu ao uso quotidiano, à solicitação popular e à institucionalização do estudo da palavra, no ensino secundário liceal” (Verdelho, 2002).

numa data tão avançada quanto o ano de 1848 – coincidindo quase, portanto, com o nosso termo *ad quem* –, em que sai publicada a *Grammatica Hespanhola para uso dos portugueses* de Nicolau António Peixoto, a primeira gramática da língua espanhola para lusofalantes de que se tem notícia²⁷⁵.

As razões, múltiplas, para esta demora são explicadas pelo citado Ponce de León (2005). Entre outros motivos (históricos e imagológicos²⁷⁶), refere um de tipo pragmático – não se tendo implantado o ensino da língua espanhola no sistema educativo até ao século XX, também não existia um estímulo institucional para a produção deste tipo de materiais textuais, disponíveis para outras línguas estrangeiras. Assim, e além de um anecdótico projecto (que nunca chegou a concretizar-se) de António Nunes Ribeiro Sanches (1760) para a instrução dos nobres onde era contemplado o castelhano, “las reformas educativas, por lo que se refiere a la enseñanza de lenguas vivas, que se plantean en el siglo XIX portugués tan sólo atañen al inglés y al francés” (Ponce de León, 2005: 676).

No que diz respeito à gramaticografia, a obra de Peixoto apenas tem antecedentes²⁷⁷, e no âmbito da lexicografia o panorama só em aparência resulta menos desalentador. Até praticamente o último quartel do XIX não há dicionários bilingues pensados para trabalhar a combinação das línguas portuguesa e espanhola²⁷⁸, contrastando chamativamente com o que acontece com outras línguas modernas europeias como o inglês, o neerlandês, o francês e o alemão (*cfr.* Messner, 2008:

²⁷⁵ Veio a lume no Porto, na Typographia Commercial. Aguarda publicação a edição crítica desta gramática, preparada por Sónia Duarte em 2008 (tese de mestrado defendida no Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora). Na direcção inversa (ensino do português em Espanha), os primeiros materiais editados são ainda mais tardios.

²⁷⁶ “La situación de bilingüismo que se vivió en el país vecino durante los siglos XVI y XVII dio paso, a nuestro entender, a un tópico que aún hoy pervive entre gran parte de la población portuguesa, según el cual, debido quizás a la proximidad de ambas lenguas o a una suerte de competencias innatas, no es necesario estudiar español para aprenderlo. Tal sentimiento –que conviene reconocer que en la actualidad se está mitigando– probablemente ocasionó que la primera gramática de español para portugueses date, según las noticias de que se dispone, de 1848” (Ponce de León, 2005: 675).

²⁷⁷ Rasteando a presença do espanhol na tradição gramaticográfica portuguesa anterior a Nicolau Peixoto, aponta Ponce de León (2005) a tradução parcial para castelhano (1578) de uma gramática para o ensino do latim intitulada *De institutione grammatica libri tres* de Manuel Alvares (1572) e as *Taboas de Declinação e Conjugação para aprender as Linguas Hespanhola, Italiana e Francesa comparando-as com a Portugueza* de José Vicente Gomes de Moura (1821).

²⁷⁸ Referimos as datas e autores dessas obras inaugurais (enumeradas em Messner, 2008: 289), por ordem cronológica: 1864-1866 (Mascarenhas Valdez), 1879-1880 (Figaniere *et al.*), 1897 (Marques), 1897-1899 (Wildik) e 1900 (Monsó).

291)²⁷⁹. No lapso temporal em análise, existem uns poucos – e, na sua maior parte, vetustos – dicionários plurilingues que abrangem o castelhano, mas a presença da língua castelhana nessas obras ora obedecia a razões pedagógicas que visavam a aprendizagem do latim, ora respondia a uma estratégia comercial, procurando espalhá-las junto dos leitores hispanofalantes²⁸⁰.

Sem dificuldade se colige, enfim, que se trata de materiais não apenas parcos como ainda claramente insuficientes para preencher as necessidades de um tradutor, caso estivessem efectivamente ao seu alcance, ou mesmo de um potencial aprendente de castelhano. É por isso que, ainda em 1869, cabia esta queixa de Antonio Romero Ortiz (onde, por coincidência, a China volta a despontar como referente comparativo): “Todavía no ha llegado á publicarse un Diccionario portugues-español completo miéntras se han dado á luz recientemente, uno para traducir del chino vulgar mandarin al portugues, y otro para traducir del portugues al chino vulgar mandarin” (Romero Ortiz, 1869: 5, nota 1).

Na realidade, por essa altura (1869) já haviam saído dos prelos da Imprenta (*sic*) Nacional de Lisboa os três tomos do primeiro *Diccionario Español-Portugués*, de Manuel do Canto e Castro Mascarenhas Valdez (1864-1866). Talvez Romero Ortiz não refira o trabalho pioneiro de Mascarenhas Valdez, que devia conhecer, por não o considerar “completo”. Em qualquer caso, não invalida a constatação, que com essa citação de Antonio Romero Ortiz (*supra*) pretendemos sublinhar, de que “la lexicografía bilingüe de las lenguas española y portuguesa surge muy tarde en comparación con otras diccionarísticas” (Messner, 2008: 298), e que o faz fora já do nosso marco cronológico.

²⁷⁹ Sem mencionar outras mais distantes, como as asiáticas ou as ameríndias (Messner, 2008: 290), onde a tradição lexicográfica bilingue (dicionários de português com outra língua) é ainda mais recuada por motivos histórico-políticos e religiosos que facilmente podem deduzir-se.

²⁸⁰ Vid. Messner (2008) ou Ponce de León (2005). Este último refere a *Porta de linguas* de Amaro de Roboredo (1623), a *Prosodia in vocabularium trilingue latinum, lusitanicum et castellanum* de Bento Pereira (1634) e o *Diccionario castellano y portuguez* de Rafael Bluteau (1721), que incorporava um *Methodo breve, y facil para entender castellanos la lengua portuguesa*. Unicamente em Roboredo encontra o citado estudioso a consciência de que, mediante a sua obra, “los portugueses que desconozcan el español podrán aprenderlo” (Ponce de León, 2005: 675).

III. À procura das fendas abertas pela tradução na *muralha* que afasta a *China* da *Tartária*. A literatura espanhola traduzida no espaço cultural português nos inícios da Idade Contemporânea (uma panorâmica do cimo do *muro*)

Se, nos diversos campos da actividade social em geral e no literário em particular, uma muralha de “complêta indiferença” afasta(va) Portugal da Espanha desde os tempos da Restauração, segundo conjectura Castilho (1841), dispomos já de alguns estudos que apontam, entretanto, para a abertura de consideráveis fendas nesse muro ao longo da centúria de oitocentos. Os trabalhos efectuados no âmbito do comparatismo peninsular a respeito do intercâmbio literário entre ambos os espaços geoculturais durante o século XIX (v. gr., entre outros, Abreu, 1997; Lourenço, 2005; Magalhães, 2007d e 2009 ou Pérez Corrales, 2003) têm vindo a mostrar como na realidade o muro imaginado por António Feliciano de Castilho era, pelo menos, não tão “maciço e alto” quanto o supunha o Visconde quando assim compendiava as relações entre Portugal e Espanha à época, numa imagem que se veio prolongar aquém dela.

A propalada *muralha* levantada entre Espanha e Portugal foi reduzindo, graças a esses estudos, a sua dimensão e espessura. Será, afinal, esta *imagem* da muralha apenas uma *miragem*? Não haverá uma outra muralha, a resultante da nossa dificuldade em adentrar nos lençóis menos visíveis do *solo* histórico, a *criar* aquela outra presumida (*imaginária*) muralha? O certo é que, mal se começa a esgaravatar a superfície do terreno aparentemente ermo – ou amuralhado – das relações literárias entre Espanha e Portugal afloram logo abundantes indícios dos *vasos comunicantes*²⁸¹ que jaziam soterrados no subsolo.

Seguir penetrando além dessa desértica camada superficial foi, justamente, o principal desígnio do presente trabalho, na tentativa de nos juntarmos com a sua elaboração aos *perfuradores de fronteiras* que, antes de nós, começaram a derrubar todas essas muralhas. Julgamos que os objectivos da investigação (em vários sentidos *limitados*, já se advertiu) foram cumpridos a esse título, na medida em que conseguimos trazer à tona e tornar *visíveis* mais alguns desses *vasos comunicantes* ocultos “nas caves subterrâneas da vida cultural peninsular” (Magalhães, 2007d: 98) – neste caso, os que

²⁸¹ Empregamos esta metáfora (mais uma das muitas que vimos utilizando) frequente nos estudos literários, designadamente nos de vocação comparatista, num sentido binário e bidireccional (nexos e partilhas entre Portugal e Espanha) que pode resultar redutor. *Cfr.*, por exemplo, Jacinto do Prado Coelho, que com ela invoca a relação entre a “literatura nacional” e a “literatura universal” (Coelho, 1992: 10).

adoptaram a forma de traduções entre 1780 e 1850, a cujo levantamento procedemos para os pôr *à vista*.

Propusemo-nos descobrir mais fendas abertas no muro levantado entre a *China* e a *Tartária* indagando acerca dos textos literários importados da língua espanhola por via translativa no Portugal de 1780 a 1850, de que reunimos tanta informação bibliográfica como nos foi possível. O resultado das pesquisas empreendidas com esse intuito, em anexo, não só confirmou como, ainda, ultrapassou, as nossas expectativas iniciais – ignorávamos, pura e simplesmente, que a tradução tivesse aberto na *muralha* tantos furos, tantas janelas com vistas para o Outro peninsular como acabámos por encontrar. Não temos a pretensão, contudo, de ir muito além do mero mapeamento dessas fendas, desses pontos de ligação interliterária a partir dos quais poderão ser repensadas (*re-vistas*), doravante, as relações entre Espanha e Portugal. Deve lembrar-se que nesta investigação exploratória, entendida apenas como um ponto de partida para futuros trabalhos, decidimos adoptar uma perspectiva *macroscópica*, olhando para o nosso objecto de estudo do alto da muralha que, não sem grande esforço, fomos galgando.

Conquanto apenas aspiremos a começar a traçar, nesta terceira parte da tese, o mapa do diálogo literário estabelecido graças à tradução por entre a muralha que afasta a China da Tartária nos inícios da chamada Idade Contemporânea – um mapa provisório e aperfeiçoável, mas ainda assim útil, segundo almejamos –, julgamos que a reflexão teórica, metodológica e historiográfica atrás exposta nos deixará em melhores condições para levar a cabo semelhante tarefa cartográfica, contribuindo ademais para o desenvolvimento de novos trabalhos. Daí, justamente, que apresentemos a análise resultante das nossas pesquisas não em jeito de conclusão, senão como um conjunto de vias abertas para o futuro (*vid. infra* III.2).

Partimos do convencimento de que o (ingrato) labor *arqueológico* (Pym, 1998) que empreendemos era *limitado* mas necessário, urgente até, para podermos estar mais *à altura* de responder, um dia, às inquietações que motivaram esta tese, as quais expusemos ao começo²⁸². Salta *à vista*, para começar, que

²⁸² Será preciso, para tanto, articular e aprofundar os três métodos que distingue López Alcalá (2001: 120-124), os quais só em certa medida se tentaram conjugar neste estudo. Por um lado, o método erudito, consistente na acumulação de dados, tal como o fizemos aquando da conformação do catálogo de traduções em apêndice, seguindo os procedimentos que muito em breve pormenorizaremos – tarefa necessária mas ainda insuficiente para estudar o passado. Por outro lado, o método estatístico, mediante a medição e quantificação objectiva dos dados – tarefas essas só parcialmente realizadas aqui, mas que o tratamento informático dos dados reunidos no catálogo em apêndice facilitará: como já se referiu (e como

el paso previo –tan imprescindible y obvio como ignorado e incumplido– a cualquier formulación teórica o hipótesis de trabajo en Historia de la Traducción es el catalogar sistemáticamente, describir y clasificar todas las traducciones impresas conocidas, incluso las no publicadas y perdidas (conocidas por testimonios indirectos). ¿Acaso se puede hacer Historia sin el conocimiento de los hechos, es decir, sin el inventario de traducciones realizadas? Desgraciadamente no resulta infrecuente comprobarlo. (Martín-Gaitero, 1998: 74).

Por outro lado, há três décadas já, e a propósito de um *Ensaio* bibliográfico tentado por (mais) um *perfurador de fronteiras* que se interessou pelas relações literárias entre Espanha e Portugal (em concreto, pela recepção da literatura portuguesa em Espanha entre 1890 e 1985), escrevia José Adriano Carvalho que “uma das tarefas – melhor até, talvez, uma das responsabilidades – inadiáveis da investigação científica em Portugal é – ou deveria ser – a elaboração de criteriosas bibliografias” (in Fernandes, 1986: 5). Considerava o prefaciador que a realização de pesquisas bibliográficas sistemáticas semelhantes àquela que estava a saudar se encontrava num estado “lacunar”, um panorama que estendia ao conjunto da “história cultural portuguesa, nomeadamente dos estudos literários” (*ibid.*: 6). Transcorridos todos estes anos, e sem esquecer os importantes passos entretanto dados nessa direcção, julgamos que a reclamação do professor Carvalho continua vigente. No que diz respeito ao campo do comparatismo peninsular, e dentro dele às relações literárias entre Espanha e Portugal, existem ainda, apesar dos notáveis avanços, territórios por cartografar nesse sentido, providenciando bancos de dados bibliográficos amplos que possam auxiliar os investigadores – a história da tradução literária entre as línguas castelhana é um deles²⁸³.

A recopilação e descrição bibliográfica de textos literários espanhóis vertidos para português no marco cronológico que vai da Viradeira à Regeneração, mostrada no anexo 1, e realizada segundo um critério geral inclusivo e tendencialmente exaustivo que de seguida se pormenorizará, tenta contribuir para o preenchimento dessa lacuna. Nesta penúltima parte da dissertação o foco recairá, precisamente, sobre o catálogo de traduções literárias do referido anexo, cuja vocação seria poder adoptar, no futuro, com

em seguida lembraremos), gostaríamos, futuramente, de convertê-lo numa base de dados digital. Por fim, o método analítico-sintético, que passa pela selecção activa desses mesmos dados, sintetizando a informação reunida e realizando a crítica ou interpretação (mais subjectiva) das traduções objecto de análise – essa será a nossa última (embora incompleta) tarefa.

²⁸³ Mais uma *peculiaridade* (Casas, 2003) reveladora da persistência das muralhas intraibéricas é o facto de que não haja, que saibamos, um estudo empírico sobre a história externa da tradução entre as duas línguas ibéricas mais centrais da comunidade ibérica comparável ao que Pięta (2013) realizou para o diálogo *entre periferias* que supõem as traduções da língua polaca para a portuguesa.

as necessárias correcções e alargamentos, a forma de uma base de dados electrónica, periodicamente actualizada, disponível para a consulta pública.

Constituindo esse conjunto de *factos translativos* o sustento empírico do estudo, começar-se-á por explicitar o modo de elaboração do mencionado catálogo (a pertinência de tal designação é questão que discutiremos logo no início), incluindo os procedimentos de detecção, localização e caracterização das espécies que o conformam (III.1). Seguidamente, serão examinados os ditos *factos*, apontando algumas das linhas de pesquisa abertas após a observação panorâmica dos dados compilados no catálogo bibliográfico de traduções (III.2).

No que diz respeito aos procedimentos adoptados para identificar, localizar e inventariar os itens que configuram o catálogo (primeira subparte: III.1), dedicar-se-á, na primeira epígrafe (III.1.1), a mais extensa, algum espaço para reflectir sobre a própria noção de *tradução literária* (de textos *espanhóis*), dado que tal foi a etiqueta com que, até aqui, vieram sendo referidos, de forma provisoriamente imprecisa, os elementos que compõem o *corpus* em que se baseia esta tese e, por extensão, o seu objecto de estudo. Tal reflexão, relativamente prolixa, conduzir-nos-á até ao seguinte subcapítulo (III.1.2), destinado à exposição sucinta – tanto quanto possível – dos critérios de selecção das espécies. Por fim, na secção III.1.3, tratar-se-ão, com idêntico esforço de brevidade, os aspectos concernentes à documentação. Serão aí enumeradas e, na maior parte dos casos, sumariamente descritas as fontes consultadas para proceder ao levantamento das traduções do catálogo, frisando algumas das restrições e dos empecilhos que o manuseamento dessas mesmas fontes acarretou.

Depois, e uma vez elucidados os pontos anteriores, proceder-se-á no capítulo III.2 ao exame *macroscópico* da importação literária por via tradutória no lapso temporal aqui atendido. Empreender-se-á, por conseguinte, a etapa *limitada* ou precariamente descritivo-interpretativa do conjunto de dados reunidos na fase “arqueológica” – uma incipiente (tentativa de) interpretação que, segundo se foi reiterando ao longo do trabalho, ao invés de apresentarmos como sendo o *termo* desta tese, gostaríamos de oferecer, antes, como um *ponto de partida* e um desafio para o futuro. As diferentes subsecções do capítulo III.2 devem ser entendidas, logo, como um roteiro delineado com o intuito de orientar ou sugerir novas e mais aprofundadas investigações que aqui já não cabem, dando continuidade à nossa busca. Formularemos consequentemente, não raro, mais perguntas do que respostas.

Convém reiterar por último que, consoante foi já esclarecido (*vid. supra* “Lista de abreviaturas e outras advertências”), as espécies inventariadas no catálogo (fontes primárias ou *corpus* sobre o que realizamos este estudo) serão referidas mediante uma fórmula convencional, cujo sistema segue o padrão “1.1-x” / “1.2-x” / “1.3-x”, onde x é o número de registo que lhe foi atribuída à entrada em questão no referido catálogo e 1.1 / 1.2 / 1.3 remete para as respectivas divisões do catálogo incluído no anexo 1 (1.1 se são traduções independentes, 1.2 quando se trate de traduções avulsas, 1.3 no caso de serem traduções duvidosas ou problemáticas: *vid. tm. infra*, pp. i-ii do anexo 1).

III.1. Elaboração do catálogo de traduções

Neste capítulo concentramos a nossa atenção nos procedimentos seguidos para a construção do inventário bibliográfico que nos permitiu apurar – ou, antes, mapear – quais e quantas as fendas abertas pela tradução no muro que, nos inícios da Idade Contemporânea, separa a China da Tartária. Como qualquer empreitada *arqueológica*, na terminologia de Pym (1998), foi este um labor pouco lúcido, árduo e extremamente vagaroso, mas que julgámos indispensável por constituir o suporte firme (ou seja, empírico) sobre o qual devia assentar a descrição panorâmica da importação literária em apreço, cujas grandes linhas tentaremos apenas delinear no capítulo III.2.

A galgar a muralha que supôs realizar uma tarefa como esta, sempre morosa e ingrata, conforme é consabido, alentou-nos ainda pensar na virtual utilidade que com carácter prospectivo (e, também, retrospectivo) poderá vir a ter o catálogo agora apresentado em apêndice. O objectivo principal desta tese, segundo se expôs logo ao início, é tentar contribuir para o progresso da história da tradução literária entre as línguas castelhana e portuguesa, pois entendemos que os intercâmbios estabelecidos por via tradutória devem ser estudados como uma componente essencial da história comparada dessas literaturas e dessas culturas.

O nosso modo (em vários sentidos *limitado*) de concretizar tal finalidade consiste em fornecer um aporte teórico, mas também *material*, que possa ajudar a situar num quadro mais geral – um quadro que proporcione uma perspectiva *macroscópica* ou de grande angular – quer as necessárias investigações *microscópicas* ulteriores, quer os valiosos estudos de caso já existentes. Será preciso, portanto, levar avante as pesquisas por nós empreendidas e continuar com a exploração aqui encetada, nomeadamente após

a transformação dos dados bibliográficos reunidos no catálogo em anexo em informação passível de ser processada e partilhada por todos os interessados nestas matérias e, assim, convertida em conhecimento comum.

Com efeito, a vocação do (proto)catálogo que acompanha a presente dissertação é chegar a converter-se numa base de dados de acesso telemático livre, a qual poderia, ainda, ir sendo paulatinamente alargada de modo que chegasse a cobrir uma extensão cronológica mais ampla, em sentido descendente como ascendente, bem como acolher os intercâmbios translativos verificados no sentido inverso e, ainda, a dinâmica das exportações e importações havidas entre outras línguas e literaturas do macropolissistema ibérico. Estamos cientes de que concretizar um projecto de natureza semelhante obrigaria a mobilizar recursos (humanos e técnicos) e envolver instituições, mas julgamos também que o esforço exigido para cartografar dessa forma (colectiva) a história da tradução peninsular valeria a pena, e os resultados reverteriam em benefício não só da Literatura Comparada e dos Estudos de Tradução, como, ainda dessa história intercultural almejada por Anthony Pym (1998: xi). Tendo essas hipotéticas e elevadas aspirações em mente, mas descendo àquilo que era exequível para um só indivíduo, elaborámos o catálogo de traduções literárias entre as línguas espanhola e portuguesa que vai no anexo 1 desta dissertação, o qual cobre o período de 1780 a 1850.

Nas páginas que se seguem proceder-se-á a mostrar as dificuldades que, desde logo, apresenta a definição do conceito de *tradução literária* que se acabou de empregar, e também o de *literatura espanhola* (III.1.1); explicitar e discutir os critérios seguidos para conformar o catálogo em apêndice (III.1.2), por forma a salvar o impasse a que nos conduziu a tentativa de definição anteriormente descrita; e indicar as fontes consultadas para localizar e identificar as espécies colhidas, descrevendo-as brevemente (III.1.3). Precisamente a localização e identificação das espécies traduzidas e os seus respectivos textos de partida foi, de longe, a tarefa que exigiu mais tempo, energia e dedicação da nossa parte, obrigando-nos a realizar muitas mais pesquisas bibliográficas do que inicialmente estávamos à espera.

Todavia, antes de prosseguir, torna-se preciso advertir que neste estudo não se realizou a passagem, recomendada por Anthony Pym (1998), de catálogo a *corpus*. Mais ainda: não foi feita, ao menos até aqui, qualquer distinção terminológica ou conceptual entre esses dois tipos de listagens bibliográficas. Tencionamos explicar agora, brevemente, o porquê, e para isso convém ter presente o carácter *generalista* que

assume a nossa investigação. Embora as reflexões de Pym a respeito dos catálogos e dos *corpora*, as quais ocupam o capítulo terceiro do seu *Method in Translation History*, não se enderecem precisamente aos ‘generalistas’ – os quais, nessa parte, “are invited to fast-forward” (Pym, 1998: 42) –, e apesar de termos nestas páginas utilizado os vocábulos *catálogo* (também *inventário*, *repertório*...) e *corpus* como sinónimos, entendendo-os, para os fins desta investigação, como equivalentes, consideramos que vale a pena acompanhar tais reflexões, pela relevância e oportunidade de que se revestem em qualquer classe de estudo historiográfico, dentro como fora do âmbito da tradução.

Ora, vejamos. Segundo o citado autor (1998: 42), os catálogos de traduções são “lists of translations within a specified field for which the ideal is to have data on *all* the translations”. A sua função principal é “to approach maximum completeness so as to enable any particular piece of information to be found” (*ibid.*), de molde que constitua uma “data base” a partir da qual “one should be able to extract corpora based on alternative [period, genre...] divisions” (Pym, 1998: 47). Os *corpora*, pela sua parte, “are better seen as lists of translations drawn up according to strictly controlled criteria – of which relative completeness may or may not be one – in order to test a hypothesis or a set of hypotheses. The degree of completeness necessary for a corpus should depend only on the nature of the hypotheses to be tested” (Pym, 1998: 42). Por outras palavras: “One might say a corpus is a special-purpose catalogue and a catalogue is a general-purpose corpus”. Assim sendo, e visto que “a catalogue should serve as a data base and no more than a data base”, deve retirar-se do catálogo um *corpus*, o qual constituirá o objecto de estudo: “the movement from catalogues to corpora [...] involves forming an object of study” (*ibid.*)²⁸⁴.

²⁸⁴ Flor (2009: 130) segue de perto Anthony Pym: “nos estudos históricos de tradução, a validade de uma hipótese interpretativa só poderá ser testada após um esforço de recolha e inventariação tanto quanto possível exaustiva dos dados bibliográficos disponíveis, a que se segue a constituição de uma amostra representativa do universo em análise e a identificação das suas variáveis. A análise desse corpo textual selectivo e homogéneo pode então focar a atenção sobre séries de casos similares e coetâneos, isto é, sobre conjuntos organizados de acordo com critérios genológicos, periodológicos ou outros, de modo a surpreender as constantes que subjazem à variedade e especificidade dos *translatos*”. Foi esse o percurso seguido por Hanna Pięta (2013) no seu extraordinário estudo sobre as traduções da literatura polaca para o português, realizado sob a orientação do mesmo João Almeida Flor e Teresa Seruya: após ter constituído um vasto e abrangente catálogo inicial (sem restrições quanto à língua de partida, classificação temática do texto ou tipo de publicação) cujo primeiro registo data de 1758, a investigadora procedeu à selecção de um *corpus* circunscrito aos *translatos* publicados em volume, editados em Portugal e classificados como literários (a este último respeito, veja-se mais abaixo o exposto em III.1.1.B). Da aplicação desses critérios de selecção resulta o corte temporal analisado pela autora: 1855-2010.

Chegados a este ponto, poderíamos limitar-nos a alegar que não se julgou necessário realizar essa transferência de catálogo a *corpus* justamente por não haver no presente estudo *special purposes*; ou melhor, por ser o nosso *special purpose* – isto é, o nosso objecto de estudo, numa investigação que se assume exploratória – o próprio conjunto de traduções inventariadas enquanto tal, sem termos no horizonte “to test a hypothesis or a set of hypotheses” em particular. Ou, então, dito de outra maneira, decidimos que o catálogo em anexo conformasse o nosso *corpus* (*general-purpose corpus*) por nos haver parecido o tipo de ‘listagem bibliográfica de traduções’ mais idônea para atingir os objectivos a que nos propúnhamos.

Estamos cientes, portanto, de que a ‘relação bibliográfica’ que vai em apêndice é susceptível de conformar diversos objectos de estudo específicos – é um *catálogo* que pode originar vários *corpora* – e vemos nisso duas vantagens. Por um lado, como acabamos de dizer, posto que o nosso propósito é quantificar e descrever globalmente a actividade translativa que se deu no sentido espanhol-português entre 1780 e 1850, estimamos que tal *catálogo* constitui o *corpus* adequado para esses efeitos. Por outro lado, se o nosso catálogo constitui aqui um *corpus*, pois é o elenco de traduções aí reunidas, no seu todo, que se erige neste caso como o objecto de estudo, pensamos que, pelo facto de ter sido concebido “within the widest possible boundaries” (Pym, 1998: 42), apresenta ao mesmo tempo, para futuros trabalhos, as potencialidades de um catálogo que nasce para servir como um catálogo e nada mais do que um catálogo:

The compiling of catalogues is an entirely legitimate and useful activity. If treated as archeology, it should be welcomed by those less-self-sacrificing souls like myself who seek the more immediate results made possible by specific corpora. Despite their unfulfilled ambitions to completeness, catalogues are necessary for the construction of corpora (Pym, 1998: 47).

Parece-nos inegável que o mero levantamento de traduções, em forma de catálogo como é o caso, não constitui senão um primeiro passo (*arqueologia*) para a conformação de um verdadeiro estudo histórico, uma vez que “catalogues alone do not produce good historical knowledge” (Pym, 1998: 42). Concordamos, igualmente, com a asserção de que “although archaeological data are found, history has to be modelled” (Pym, *ibid.*). Mas, por tudo o dito, acreditamos também que a passagem de um catálogo a um *corpus* não é precisa, nem talvez conveniente, num estudo como este, que se pretende não apenas exploratório, externo ou contextual como também, já se viu, *generalista*.

Todavia, o verdadeiro *quid* das considerações de Pym em torno da, na sua perspectiva, necessária diferenciação entre catálogos e *corpora* radica na pretensão de neutralidade ideológica que costumam implicar os primeiros – uma neutralidade que a sua (alegadamente) exclusiva e vaga aspiração à completude parece sugerir –, face à declaração mais aberta dos critérios específicos que regem a conformação das listagens que o autor denomina de *corpora*. Assim, acautela-nos, as listas que aparentam ser ou se apresentam como ‘puros’ catálogos constituem frequentemente *corpora* involuntários; isto é, existem na sua elaboração propósitos subjectivos, para além da exaustividade, que ficam ocultos atrás dessa alegada pretensão de completitude: “they promulgate agendas that are more or less concealed” (Pym: 1998: 42).

Tomamos boa nota dos pertinentes comentários que faz Pym em relação às deficiências ou *shortcomings* dos catálogos bibliográficos e à necessidade de revelar as *concealed agendas* que promulgam. A este respeito deve lembrar-se que a hipótese que se pretende testar na nossa investigação, de haver uma (pois, consoante se expôs ao início e se recordou há bocado, este estudo não privilegia a verificação ou refutação de qualquer hipótese prévia), é a de que o diálogo translativo entre Espanha e Portugal no período em análise não responde a imagem do “foso total” que desenhava Pérez Corrales (2003: 79) – imagem essa coincidente nalguma medida, de resto, com a ideia *pré-concebida* que nós próprios tínhamos.

Desse ponto de vista, há, naturalmente, uma *agenda* muito clara. A tendência à exaustividade do catálogo em apêndice, bem como a abertura aos géneros não ficcionais e a todo o tipo de formatos de impressão, segundo mais à frente detalharemos (III.1.1 e III.1.2), fazem parte desses propósitos, que não encobrimos – a fazê-los transparecer dedicamos, justamente, as relativamente longas secções do presente capítulo desta terceira parte da tese. Aliás, já expusemos os motivos pelos quais acreditamos que, mesmo com a melhor e mais firme das *vontades de objectividade*, existe sempre uma dependência subjectiva do estudado respeito de quem o estuda.

Sem ir mais longe, e para já, o próprio facto de nos envolvermos num estudo que lida com traduções representa por si mesmo um compromisso ideologicamente determinado. Ao fim e ao resto, “as a social practice, the study of translation, like translation itself, is always overdetermined” (Theo Hermans *apud* Rosa, 2012: 207). Estudar a tradução implica reconhecer-lhe (ou outorgar-lhe) uma particular importância no desenvolvimento das culturas: “to study translation not only means mapping it but

also putting in the map” (Rosa, 2012: 207), e acontece que “maps are peculiar instrument of power. They tend to make you look in certain directions; they make you overlook other directions” (Pym, 1998: 3). Depois, a mesma *arqueologia*, os dados ‘achados’, são sempre eles próprios fruto de uma modelação, adoptem quer a forma de um *corpus*, quer a forma de um catálogo. E é que, como o mesmo Pym faz notar, “even in the most apparently objective and depersonalized modes of research, there is still a thinking person engaged in the process” (Pym, 1998: 53).

Gostaríamos, enfim, que esta concisa discussão dos conceitos de *catálogo* e *corpora*, através da qual tentámos problematizar o nosso próprio repertório à luz das sempre argutas observações de Pym, sirva para esclarecer que não o apresentamos como auto-suficiente, *completo*, autodescritivo ou neutral. Ao contrário, como toda a *construção* bibliográfica, seja um *corpus* ou seja um catálogo, a que aqui oferecemos é também selectiva e parcial. Já notámos que os critérios de selecção dos dados que abaixo exporemos são, neste caso como em todos, feitos em função dos objectivos e motivações do sujeito que empreende a investigação. E é claro também que, como depois (em III.1.1 e em III.1.2) voltaremos a realçar, ao basear-se em fontes ou *catálogos* preexistentes, essa subjectividade se multiplica e acaba por ultrapassar o próprio *sujeito* – afinal de contas, segundo bem alerta Pym, a exaustividade (à que aqui propendemos a partir de fontes com uma inclinação igualmente exaustiva) “is always relative and conditioned by interests that extend well beyond that of the individual researcher” (Pym, 1998: 53).

III.1.1. Traduções literárias de textos *espanhóis*: a *muralha* das definições

No presente trabalho vêm-se utilizando, desde a capa, os imprecisos rótulos de *tradução literária* ou de *literatura traduzida* (entre outros afins, em jeito de sinónimos²⁸⁵) para designar o nosso objecto de estudo. Ora, como bem aponta José Lambert (*in* Baker e Malmkjær, 2006: 130-133), está longe de ser unívoco o tipo de evento para o qual aponta o sintagma *tradução literária*. Aliás, “the very use and combination of *literary* and *translation* is symptomatic of the casual way in which the

²⁸⁵ Acresce ao que se irá expor mais abaixo que Toury (2012: 197-211), por exemplo, faz questão de distinguir *tradução de textos literários* (tradução de um texto que era considerado *literário* na cultura de partida, sem que essa condição se mantenha para o correspondente texto traduzido que circula na cultura importadora) de *tradução literária* (aquela em que a condição de *texto literário* descansa no produto traduzido – e, portanto, na cultura receptora –, sem que o correspondente texto fonte partilhasse de tal consideração na cultura exportadora). Não fizemos nem faremos aqui tais distinções.

concepts of literature and of translation has been taken for granted” (*ibid.*: 130). Com efeito, ambos os constituintes da expressão *tradução literária* (ou *literatura traduzida*), até aqui empregada com certa (mas consciente) leviandade – ou, melhor, com a *conivência* de que fala Bassnett, 2008b: 26-27 –, são, quando não problemáticos, pelo menos temporal e espacialmente condicionados²⁸⁶. Impõe-se, por isso, tentar elucidar sem mais delongas o que *é*, afinal, o objecto de estudo desta tese.

Parecia natural, antes de proceder à tarefa de inventariação das espécies do catálogo, partir de uma definição de *tradução literária* / *literatura traduzida* que auxiliasse na identificação e homogeneizasse os itens que iriam constituir o corpo de estudo, até porque “common sense might suggest that problems involving definitions should be solved prior to the actual compiling of lists” (Pym, 1998: 55). Mesmo sendo expectável a extrema complexidade de tal objectivo, teríamos de tentar responder *de antemão*, pensávamos nós, às seguintes interrogações: O que (não) é um texto *literário*? O que (não) é um texto *traduzido*? Seria preciso, pois, apurar uma definição – funcional, que fugisse a tentações essencialistas ou apriorísticas, uma vez que os fenómenos a que se chama de *tradução* e de *literatura* são, ambos, extremadamente heterogêneos – de *tradução literária*.

Dada a multiformidade e instabilidade do tipo de instâncias empíricas abrangido pelos fenómenos chamados *literatura* e *tradução*, e uma vez que dilucidar, ontologicamente, o que (não) ‘é’ *literário* e o que (não) ‘é’ *traduzido* constituía uma tarefa problemática (aliás, impossível) o que se pretendia era, antes, encontrar uma definição operacional ou funcional (*working definition*) que pudesse responder na prática – isto é, a efeitos de elaboração do catálogo – a estas questões, estabelecendo os parâmetros que iriam determinar a consideração de um dado texto como sendo um produto *literário traduzido* e, portanto, a sua inclusão ou exclusão no catálogo.

A finalidade deste subcapítulo é não só mostrar como se confirmaram, na prática, as expectativas no que diz respeito à dificuldade de oferecer uma definição de partida (*starting definition*) satisfatória, mas, ainda, explicar o porquê de se ter chegado logo à conclusão de que, conforme bem alerta o mesmo Anthony Pym, as definições

²⁸⁶ Basta pensar que, sem sairmos do nosso espaço, a actual “divisão do trabalho criativo [que] dissocia as funções de autor e de tradutor” não existiu até se impor o “culto romântico do individualismo e da originalidade do sujeito de escrita” (Flor, 2009: 134). A *imitatio* e a mimese da *auctoritas* constituíram, da idade média ao neoclassicismo, não apenas um exercício de formação ineludível para todo e qualquer escritor como, ainda, o principal critério na determinação do valor literário de um texto.

pretendidas, e sobretudo as *stable definitions*, só podiam ser configuradas no final do trabalho empírico (Pym, 1998: 55). Neste sentido, a natureza da pesquisa, à semelhança do que acontecia no caso dos cortes cronológicos (*vid. supra*, I.3.2), contravinha a lógica ordinária. Como no caso da base de dados *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: A Critical Bibliography*, cujos critérios e estrutura fomos conhecer na procura de auxílio para a nossa tarefa, deparamo-nos com que “os elementos que constituem o *corpus* a bibliografar – as traduções de literatura – são tudo menos inequívocos” (Seruya, Moniz e Rosa, s. d.²⁸⁷).

A prática do levantamento bibliográfico revelou prontamente que, por um lado, as definições *antecipadas* de ‘tradução’ e de ‘literatura’, nem que fossem operacionais (*working definitions*), deixavam escapar inúmeros casos concretos imprevisíveis à partida, tornando-se necessário submeter tais (provisórias) definições a constantes reformulações e ajustamentos. Fora as questões relativas ao conceito de *tradução*, e às que se prendiam com a noção de *literatura*, esse mesmo labor fez com que surgisse, ainda, uma terceira interrogação inesperada: o que (não) é um texto traduzido *da literatura espanhola*? Mais uma vez, tropeçávamos no universo das coisas que parecem diáfanas e evidentes até que se começa a pensar um bocado sobre elas (Pérez Isasi, 2013: 22).

Assim sendo, a maior parte das decisões, que agora apresentamos em forma de critérios de selecção das espécies no capítulo III.1.2 (*vid. infra*), foram tomadas, não antes de fazer o catálogo, mas *ao fazê-lo*, provocando os sempre penosos movimentos de recuo e avanço. Por outro lado, as concepções que esses mesmos critérios implicam de *texto traduzido da literatura espanhola* devem tomar-se “not as an eternally fixed truth but as a strictly operative set of distinctions considered suitable for a particular question, applicable to a particular corpus, and particularly changeable if they turn out to be unsuitable” (Pym, 1998: 57). Trataremos de expor agora, com a maior clareza possível, algumas das muralhas com as quais nos deparámos ao longo do percurso em torno da fixação de três conceitos: *tradução* (A), *literatura* (B) e *da literatura espanhola* (C).

²⁸⁷ Sobre o projecto em questão, desenvolvido conjuntamente pelo Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC) da Universidade Católica de Lisboa e o University of Lisbon Centre for English Studies-Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa (ULICES-CEAUL), pode consultar-se o portal: <http://www.translatedliteratureportugal.org/> (acedido a 17/3/2014). A ele nos iremos referir em várias ocasiões.

A) Definição e problematização do conceito de *tradução*.

Houve que lidar, para começar, com a sempre incerta definição do que seja *traduzir* – em sentido lato, segundo Eco (2005), *dizer quase a mesma coisa* – nomeadamente, à vista da existência de múltiplas formas de reescrita (e respectivas etiquetas: ‘adaptação’, ‘paráfrase’, ‘imitação’, ‘paródia’...) e da sua menor ou maior legitimidade para entrar na categoria estrita de *tradução* consoante os *habitus* espaçotemporais que imprime cada cultura terminal considerada. Definir um texto traduzido como aquele que supõe a reelaboração de outro texto preexistente não resolvia a questão, pois todos os textos, também os ditos *originais*, são devedores de outros textos. “Cada texto es único y, simultáneamente, es la traducción de otro texto. Ningún texto es enteramente original, porque el lenguaje mismo, en su esencia, es ya una traducción”, diz-nos Octavio Paz (1990: 13). Todos os textos são, logo, intertextos, palimpsestos²⁸⁸. Assim o mostrara recorrente e magistralmente Jorge Luis Borges, e assim o vieram depois a corroborar, por citar só alguns nomes e trabalhos mais difundidos a título ilustrativo, Julia Kristeva (“Bakhtine. Le mot, le dialogue et le roman”, 1967), Roland Barthes (“La mort de l’auteur”, 1967), Gérard Genette (*Palimpsestes. La Littérature au second degré*, 1982) ou Jacques Derrida (“Des Tours de Babel”, 1985). A tradução entendida no seu sentido mais corriqueiro seria, pois, em todo o caso, uma tradução em segundo grau, uma tradução de uma tradução²⁸⁹. Em definitiva, “nada nos pertenece del todo, porque somos elegantes saqueadores [...] hasta aquello que se llama el alma de un pueblo es un resumen de las genialidades ajenas” (Catelli e Gargatagli, 1998: 53).

Além disso, o que *coniventemente* consideramos tradução (Bassnett, 1998b) na linguagem comum é só uma forma entre outras possíveis de reescrita ou *transdução*, por utilizar o termo que Doležel foi tomar emprestado à Biogenética. A reescrita ou transdução é uma resposta inerente ao processo comunicativo da literatura, que é

²⁸⁸ “Tout texte se construit comme mosaïque de citations, tout texte est absorption et transformation d’un autre texte” (Julia Kristeva *apud* Guillén, 2005: 288); “Tout texte est un *intertexte*; d’autres textes sont présents en lui, à des niveaux variables, sous des formes plus ou moins reconnaissables; les textes de la culture antérieure et ceux de la culture environnante; tout texte est un tissu nouveau de citations révolues. Passent dans le texte, redistribués en lui, des morceaux de codes, des formules, des modèles rythmiques, des fragments de langage de lui” (Roland Barthes *apud* Guillén, 2005: 289). Já se aludiu anteriormente (*vid. supra* II.2, nota n.º 134) à crítica que Claudio Guillén faz destas formulações a causa das suas “pretensões totalizadoras” (Guillén, 2005: 420).

²⁸⁹ A respeito da qual (a tradução como habitualmente a concebemos), o raciocínio anterior de Octavio Paz “puede invertirse sin perder validez: todos los textos son originales porque cada traducción es distinta. Cada traducción es, hasta cierto punto, una invención y así constituye un texto único” (Paz, 1990: 13).

dialogístico, como nos fez ver Bakhtin. Os textos literários possuem uma transcendência textual ou *transtextualidade*, segundo a chamou Genette, pela qual se relacionam com outros textos (*vid. supra*, II.4). A recepção de um texto pode ter uma função reprodutiva, representativa ou transitiva; isto é, gerar outros textos que interpretam o primeiro – aliás, “interpretar textos para producir textos es la actividad compleja que se halla inscrita en la creación de muchos de los textos que pueblan el espacio comunicativo del ser humano” (Albaladejo, 1998: 31). O intérprete reprodutivo, reescritor ou transdutor, erige-se em mediador entre o texto que interpreta e os seus leitores, bem como crítico literário, bem como editor, bem como tradutor (Albaladejo, 1998, *vid. tm.* Lefevere, 1997).

Estes três tipos de “interpretación-mediación” literária têm em comum a sua capacidade de alargar o atrás referido processo comunicativo da literatura, pois tornam possíveis “nuevos actos de recepción literaria en cuya base se encuentran la transformación del objeto textual inicial y la transferencia de ésta” (Albaladejo, 1998: 45), e a diferença entre eles radica em “criterios de proximidad (y lejanía) entre texto resultado y texto inicial y de existencia de mayor o menor construcción textual y referencial por el intérprete-mediador” – a tradução encontrar-se-ia a meio caminho entre os dois extremos, em termos da maior a menor proximidade ao texto de partida, da edição e da crítica literária (Albaladejo, *ibid.*). Todavia, como já referimos, existem diversas formas de rotular os produtos declaradamente reescritos ou transduzidos pela via mais ou menos restrita da tradução, conotando-se diferentes graus de equivalência através dessas várias etiquetas (‘tradução’, ‘versão’, ‘pastiche’, ‘paráfrase’, etc.).

Ademais dessas diversas nomenclaturas (em função dos modos de tradução, da distância entre o texto de partida e de chegada, da quantidade e qualidade de manipulações ou transformações a que o processo tradutor submete o primeiro para dar lugar ao segundo), surge o problema de distinguir traduções e não-traduções quando os textos (traduzidos, parafraseados, imitados... translativamente reescritos ou transduzidos, em suma) circulam sem nenhuma marca identificadora. Na verdade, especialmente em tradições literárias como as ocidentais, a importação de textos (ou de fragmentos discursivos, como nota Lambert *in* Baker e Malmkjær, 2006: 130-133) é de tal maneira corrente – já acima o notámos – que nem sempre resulta fácil detectá-la²⁹⁰,

²⁹⁰ “Una cultura es una secuencia de traducciones” (Steiner, 2001: 433), “las culturas están hechas de traducciones” e “una cultura no sería lo que es si los hombres y mujeres que la integran no hubieran

sobretudo quando essa importação não é de alguma forma (normalmente, peritextual) assinalada, o que acontece com alguma frequência. No marco cronológico em foco, por exemplo, é bastante habitual – encontramos, como se verá dentro em pouco, problemáticos “cases where the label «translation» is *not* used even though it could seem justified on the basis of both demonstrable genetic parentage (origin) and manifest textual similarity with other existing texts (features)” (Delabastita, 2008: 244).

Em “When is a Translation Not a Translation?”, Susan Bassnett (1998b) debruça-se sobre alguns fenómenos, práticas ou tipos de tradução – nomeadamente, as pseudotraduções e as autotraduções – que ilustram bem tais dificuldades para definir o que é um texto traduzido e para distingui-lo da escrita (dita) original. O leque de feições que pode assumir a pseudotradução, contemplado e exemplificado através de casos concretos no referido artigo, conduz a autora a propor uma redefinição do conceito de tradução baseada na noção de “conivência” (*collusion*):

We collude with the usages of that term 'translation', a term that distinguishes one type of textual practice from others. By pretending that we know what translation is, i. e. an operation that involves textual transfer across a binary divide, we tie ourselves up with problems of originality and authenticity, of power and ownership, of dominance and subservience. But can we always be certain that we know what a translation is? and is the object we call a translation always the same kind of text?

[...] The question of when a translation is or is not taking place becomes increasingly difficult to answer. It is probably more helpful to think of translation not so much as a category in its own right, but rather as a set of textual practices with which the writer and reader collude. [...] We have been far too obsessed with binary oppositions within the translation model and have been too concerned with defining and redefining the relationship between translation and original. Even where the model of dominant original and subservient translation has been challenged, the idea of some kind of hegemonic original still remains – either in the source or target language. It is time to free ourselves from the constraints that the term ‘translation’ has placed upon us and recognise that we have immense problems in pinning down a term than continues to elude us. (Bassnett, 1998b: 27, 39).

tenido acceso, por medio de la traducción, a los textos de otras culturas” (Moya, 2010: 9). Compara Lambert (*in* Baker e Malmkjær, 2006: 131), neste sentido, o que se passa nos sistemas literários (culturais) com o que acontece com as línguas naturais, em que já não se reconhecem como tais os inúmeros empréstimos tomados de outros idiomas (“many elements and patterns which are ultimately foreign in origin”) sem os quais – cenário inimaginável – a comunicação se veria extremamente limitada. Uma cultura que não se deixa contaminar por outras está condenada a desaparecer – *translate or die* é a consigna para a sobrevivência cultural (Paul Engle *apud* Gentzler, 2001). Bassnett e Lefevere (1998), por sua vez, sublinham como a aquisição do capital cultural é feita pela maior parte das pessoas através de traduções, e não mediante o acesso directo “to all the ‘originals’ on which culture claims to be based” (Bassnett e Lefevere, 1998: 9): “It is in the domain of cultural capital that translation can most clearly be seen to construct cultures” (Bassnett e Lefevere, 1998: 7).

O facto de a noção de tradução descansar, segundo convida a teórica britânica, na convivência entre produtor e receptor, no pacto tácito que entre ambos se estabelece aquando da escrita e consumo de um dado fragmento discursivo como sendo traduzido (aceitação cúmplice ou de conluio), aproxima as reflexões de Bassnett do conceito de *tradução alegada* ou *assumed translation* de Toury (2012 [1995]: 26 e ss., *passim*).

A formulação de Toury, como a de Bassnett, apresenta-se em princípio como uma proposta válida para resolver a questão da identificação do objecto de estudo que nesta secção nos ocupa e preocupa. Em consonância com a consideração dos textos traduzidos como factos da cultura que os acolhe, assente pelo mencionado Gideon Toury (e orientação básica dos Estudos Descritivos de Tradução, segundo já vimos), é nesta última, na cultura de destino, que, na perspectiva do citado estudioso, devem ir buscar-se as definições do que é uma tradução.

Ao conceber como traduções “all utterances in a [target] culture which are presented or regarded as translations, on any grounds whatever” (Toury 2012 [1995]: 27), é a cultura de chegada a que *decide* o que é uma tradução: “*a priori* definitions are thus replaced by cultural self-definitions” (Delabastita, 2008: 234). As amplas possibilidades do que teoricamente *pode ser* uma tradução ficariam, assim, reduzidas pelas restrições culturais da comunidade importadora, ao impor uma série de normas (o que *deve ser* uma tradução) pelas quais só certos tipos de práticas geram aquilo que essa mesma cultura diz *ser* uma tradução. André Lefevere (1998b) referenda esta dependência e mutabilidade cultural do conceito de tradução mediante a comparação da definição de tradução presente no pensamento tradutório, e subjacente às práticas translativas, ocidentais e chinesas – o cotejo dessas duas tradições serve-lhe para provar até que ponto aquilo que às vezes encaramos como um dado adquirido precisa de ser reavaliado “as contingent, not eternal, as changeable, not fixed” (Lefevere, 1998b: 12). Este estudo comparativo das tradições chinesa e ocidental realizado pelo autor – e publicado a título póstumo no volume expressivamente intitulado *Constructing Cultures* – evidencia, também, que “the factors that shape how a culture defines translation for itself seem to be language-independent but still culturally bound to a great extent” (Lefevere, 1998b: 24)²⁹¹.

²⁹¹ Entre esses factores (culturais) que moldam a forma como é (culturalmente) entendida a tradução, destacam-se as instituições de poder que exercem como mecenas.

O conceito de tradução nestes entendimentos, a começar pelo de Gideon Toury, está submetido, pois, a variações dependentes do espaço e do tempo, o que significa que a abordagem descritiva touriana possui um carácter enormemente aberto e relativista (Delabastita, 2008: 234). Aliás, “perhaps the greatest single gift of Gideon Toury to translation studies is that he has sharpened our sense of historical variability of translation” (Delabastita, 2008: 233), face aos postulados prescritivos, ahistóricos e pretensamente universais até aí vigentes²⁹². O modelo touriano constitui(u), sem sombra de dúvidas, uma inovação de grande transcendência, como nota Halverson (2008: 344):

Rather than defining the object of study a priori and then studying the exemplars that fit that definition, Toury proposed the reverse: that we investigate the phenomenon by studying exemplars that are taken to (assumed to) represent it. The object category was not circumscribed in advance. Instead, one of the aims of enquiry was to determine the limits of the category.

Por isso, “although Toury’s notion of «assumed translation» has been criticized from many quarters, it remains an important contribution to the methodology of Translation Studies” (Halverson, 2008: 343). Há, contudo, vários problemas nessa definição. O primeiro radica em que, para sermos de veras coerentes com o relativismo cultural pretendido, teremos de reconhecer que não há maneira de saber que é o que a cultura importadora – a qual, além do mais, não é homogénea – considera tradução sem recorrermos aos que Halverson (2008) chama *status indicators*. A definição touriana deveria, portanto, reformular-se como segue: é tradução aquilo que, *discursivamente*, a cultura importadora considera como tal. Seriam, pois, traduções apenas os produtos textuais etiquetados e, *por isso*, consumidos como tais na cultura importadora.

Todavia, embora a presença necessária de indicadores linguísticos explícitos para definir o que é tradução numa dada situação cultural parece bastante óbvia (*vid. supra*, II.4), Toury atribui-lhes uma importância relativa. O conceito de *assumed translation*, garante, não depende do nome que receba o produto (“no matter what name it goes under”), ele “can be accounted for as a cluster of at least three postulates” (Toury, 2012: 28). Esses postulados consistem na presunção da existência de um texto fonte (*the source-text postulate*, Toury, 2012: 29), de um processo de transferência (*the transfer postulate*, Toury, 2012: 29-30) e de uma relação que liga a alegada tradução ao

²⁹² “Explicitly or implicitly, many traditional studies are source-text oriented and prescriptive, sharing the premise that a translation should be the *equivalent* of or *equivalent* to its source text by *adequately* reproducing its meaning, its form and meaning, its structure, or its effect (or whatever individual theorists may consider to be the essence of literature). Given its essentially subjective, ahistorical, and unsystematic character this premise is unsuited for the purposes of historical research” (Kittel, 1998: 5).

alegado original (*the relationship postulate*, Toury, 2012: 30-31). Dessa forma, cabem na categoria de *assumed translation* os produtos textuais que não levam o rótulo de ‘tradução’ (ou similar) no peritexto.

Mas eis como, ao mesmo tempo, “this approach is ultimately no different from other a priori definitions” (Halverson, 2008: 350). Do nominalismo tautológico inicial (é tradução tudo o que a cultura receptora considera, ou chama, ‘tradução’) acabamos por cair no puro essencialismo apriorístico. A inconsistência é notável. Consoante assinala Sandra L. Halverson: “The fact remains that «assumed translation», without the postulates, is ungrounded if the link to a linguistic «label» is denied. The notion of «assumed translation» with the postulates introduces a criterial definition that circumscribes the category a priori” (Halverson, 2008: 351). Depois, os três postulados de Toury respondem, seguramente, à ideia de *tradução* vigente nas culturas ocidentais. Se nos perguntarmos pelo que acontece com os casos em que os produtos não vêm marcados (os quais pré-julgamos, agora, como susceptíveis de entrar igualmente na categoria de *traduzidos*) é porque temos uma ideia pré-concebida do que é *tradução*. Não é fácil evitar, enfim, uma certa *ontologia apriorística*.

O segundo problema que apresenta a definição de Toury, e também muitas das alternativas que surgiram como resposta crítica à sua proposta, reside na dificuldade de determinar quem é que faz as assunções. Que pessoas-na-cultura estão legitimadas para etiquetar como *traduzidos* os textos que consideramos como tais, sobretudo aqueles que não levam tal rótulo na portada? Neste sentido, os três postulados de Toury, afirma Pym (2007), “must be complemented by some consideration of exactly who is supposed to be doing all the assuming”. Assim:

To carry out historical research on assumed translations, we would have to locate subject positions for which the three postulates all hold. Someone in the target culture should actually believe these three things. Or is it enough for the analyst, the historian, to make the assumptions? If so, on the basis of what? Toury has remarkably little to say on the matter. (Pym, 2007).

Mas, como reconhece o próprio Pym, também as suas propostas não respondem convenientemente à questão essencial, a saber: “In the end, translations are translations because someone accepts them as such, and our history has to locate the subject positions from which that acceptance is possible” (Pym, 2007). Consoante observa Halverson (2008: 351), a solução não é distinta da de Toury:

Pym presents his “formal conceptualization” (definition?) in the form of two maxims: the maxim of translational quantity and the maxim of first-person displacement [...]. The maxims were selected with an aim to capture features that were amenable to “textual analysis”, i.e. features of translations that are more easily identifiable than are “actual historical subjects as receivers” (2007: 7). In other words, the original idea was to get around the problem of an “assumer”. This is a real need in historical work, where evidence of collective agreement regarding meaning is scarce. I am not convinced, however, that such evidence is completely lacking. (Halverson, 2008: 351).

Mais perto dos receptores ou *assumers* (e das premissas em que descansam as suas tácitas *convivências*) parecem estar as propostas que comentamos a seguir – as quais foram de proveito, igualmente, no estudo empírico de Pięta (2013). Quer Halverson (2008), quer Delabastita (2008), aproveitam os contributos de Toury para refiná-los e levá-los até ao extremo, evitando “universal postulates or any other kind of universal content for «translation»” (Halverson, 2008: 358). Ambos propõem que, para rastejar as restrições culturais ou normas da cultura de chegada, e podermos assim distinguir traduções de não-traduções tal como se fez nessa cultura terminal, parece mais oportuno partir dos casos que nela se mostram claramente identificados como traduções. Ao observarmos, indutivamente, o que a prática discursiva empírica numa situação cultural dada considera como tradução, poderemos apreender depois as normas que fazem com que um dado texto *seja* uma tradução nessa situação cultural (as quais não têm que coincidir necessariamente com as normas vigentes noutras situações culturais). Uma vez que entendemos o que aí significa o ‘facto institucional’ (Halverson, 2008) chamado *tradução*, poderemos aplicar tal conceito, dedutivamente, aos casos em que os artefactos não se declaram como traduzidos mas funcionam enquanto tais.

Particularmente produtivo pelas suas aplicações práticas resulta o “status/origin/features scheme” de Dirk Delabastita (2008), que surge como uma “revisitação” do modelo teórico de Toury. Delabastita estabelece que é necessário levar em consideração três feições diferenciadas concernentes à realidade discursiva e às possíveis relações translativas entre textos ou fenómenos discursivos. Em primeiro lugar, está o *status* atribuído aos materiais textuais e actos discursivos: uns textos ou fenómenos discursivos, a que abreviadamente se refere como T1, recebem a etiqueta de “originais”; outros textos (T2) são “regarded, presented, named...” como “traduções” (ou “versões”, “adaptações”, “imitações”, etc.). Em segundo lugar, está o nível das origens textuais reais (*origin*), na medida em que estas podem ser reconstruídas: o T1 e

o T2 podem apresentar ou não certas relações genéticas de dependência. Em terceiro lugar, deve considerar-se o nível das características (*features*): após serem comparados mediante diferentes modelos descritivos em diversos níveis de análise, é possível mostrar que o T1 e o T2 partilham (ou não) determinados traços. Só em certas situações culturais é que as três dimensões ou níveis convergem, de forma que um texto cujo *status* é o de “tradução” tem a sua origem num outro texto com o qual apresenta características comuns:

In given historical situations these three dimensions tend to be collapsed into fixed articulations defining which status may “legitimately” be attributed to phenomena on the basis of their origins and/or their textual features. But in different cultural contexts, “status”, “origin” and “features” can be made to interlock in quite different ways so that, if our descriptive model wants to reach any level of generality at all, it is crucial to construe these three levels as forming discrete continua. (Delabastita, 2008: 235).

Por isso:

Theoretically speaking (at our *system* level), the scholar should make no assumptions in advance about the way in which the three levels correlate. How links are formed between them in empirically observed reality (*performance*-level) and how these interconnections are likely to reflect certain cultural constraints (level of *norms*) is a matter of crucial importance to be investigated in empirical-historical research. In other words, the disjunction of status, origin and features should occur first of all in the scholar’s mind at the level of translational virtuality, breaking down the question of “possible relations” in Toury’s model into three separate sets of questions. (Delabastita, 2008: 235).

Assim, seguindo o modelo tripartido de Toury, Delabastita nota como as possibilidades teóricas (nível do sistema ou do que *pode ser* uma tradução) continuam hipoteticamente irrestritas, uma vez que cada texto-fonte é capaz de despoletar um amplo conjunto virtual de textos traduzidos (e existe ainda, como de seguida veremos, a hipótese de que um texto traduzido se produza sem fonte). Salta à vista a abrangência deste modelo revisitado, tendo em conta que qualquer uma das três dimensões atrás apontadas, em combinação ou isoladamente, se presta a definir um texto como traduzido: o *status*, a origem genética ou as características. Baseando-nos neste esquema do *status*/origem/características, irão distinguir-se e ter-se em consideração no nosso levantamento três tipos de traduções.

a) Traduções abertas, explícitas ou marcadas: são aqueles produtos textuais que, quanto ao *status*, vêm apresentados (paratextualmente) com as marcas distintivas outorgadas aos textos traduzidos e são, por isso, recebidos enquanto textos traduzidos;

ou seja, como substitutos de outro texto – o que costuma chamar-se de *original*. Para além disso, o produto textual etiquetado e consumido como tradução estabelece uma relação de dependência genética com relação ao outro texto (origem) e partilha traços internos com ele (características).

b) Pseudotraduções ou traduções fictícias (*vid.* Toury, 2012 [1985]: 40-52 ou Bassnett, 1998b: 27-30): marcadas como textos traduzidos (*status*), e podendo simular o carácter estrangeiro do suposto texto de partida (características), não estabelecem uma relação de dependência genética com relação a outro texto (origem). Segundo vimos em II.4, embora não exista um texto de partida neste caso, os elementos paratextuais, marcadores do *status*, geram a crença no receptor de que assim é. Lembramos, a este propósito, o acordo tácito a que atrás (II.4) chamámos de *pacto translativo*, pelo qual o receptor de uma obra dita traduzida pressupõe que existe um original, um outro texto que antecedeu ao que se apresenta como tradução, e cuja leitura se dispõe a empreender aceitando que esta última *é* aquele texto; ou seja, como se a tradução *fosse* o (inexistente) texto fonte (*cfr.* ainda Pym, 1998, cuja definição de tradução fica desta forma igualmente incorporada no esquema de Dirk Delabastita²⁹³). Por essa razão, e tendo em conta que a tradução é um fenómeno que diz respeito – embora não exclusivamente (já o discutimos), sim essencial ou fundamentalmente – à cultura de chegada, estas falsas traduções são (devem ser) incorporadas no nosso estudo²⁹⁴.

²⁹³ Já vimos na secção II.4 como este autor determina que uma tradução se distingue formalmente de uma não-tradução pelo facto de que a primeira “can be received as if it were the source text”. Uma vez que Pym (1998: 156-157) precisa que “this ‘as if’ (*as if* the translation were the source text) indicates a fictional status, a belief, or at least a willing suspension of disbelief on the part of the person doing the receiving”, resulta claro que nessa definição são contempladas as pseudotraduções, em que o texto traduzido funciona *como* substituto de um texto fonte inexistente.

²⁹⁴ Não deixaremos de notar que, se por um lado a existência de pseudotraduções prova que não precisamos de um texto fonte, nem de abandonar a cultura-alvo, para estudar a tradução, também devemos reconhecer, por outro, que só é possível detectar este tipo de traduções fictícias e chamar-lhes *pseudotraduções* indo além do que o produto alegadamente traduzido diz ser, e demonstrando a inexistência de um texto de partida. Depois, e por outra parte, devemos ressaltar os casos em que a simulação translativa obedece a convenções repertoriais próprias de um dado género (pense-se nos livros de cavalaria e o seu frequente recurso ao manuscrito achado, suposta fonte do texto oferecido ao leitor que este aceita enquanto tal através do pacto ficcional) ou a intenções abertamente paródicas. Este último é o caso dessa abertamente brincalhona pseudotradução que o *Quijote* se diz em boa parte ser, quando a partir do capítulo nono da primeira parte remete o narrador (que é, simultaneamente, receptor: leitor das crónicas redigidas pelos historiadores que “de este caso escriben”) para um original árabe – os *papeles* de Cide Hamete Benengeli – que um morisco aljamiado se encarrega de verter ao castelhano, enleando assim ainda mais o complexo e polifónico tecido enunciativo que este texto apresenta do ponto de vista narratológico desde o começo. Sobre o papel da tradução no *Quijote*, pode ver-se o capítulo intitulado “La risa del traductor” de Catelli e Gargatagli (1998: 239-244). Como notam aí as autoras, o “despliegue (implícito) de *teorías*” (teorias sobre “la literatura, la ficción, el realismo, lo verosímil, el tiempo de la novela, el tiempo de la lectura”) que Cervantes realiza a partir da interrupção do relato no capítulo oitavo,

c) Traduções ocultas ou encobertas (pseudo-originais e traduções não marcadas): estabelecem uma relação de dependência genética respeito de outro texto que está na origem, com o qual partilham características internas, mas não vêm marcadas como produtos traduzidos. Vê-se logo como, segundo avançámos no capítulo II.4, a assunção paratextual (*status*) como critério delimitador e definidor do que seja um texto traduzido resulta sumamente limitado. Tais limitações são particularmente ostensíveis no que diz respeito à localização desta terceira classe de traduções, sobretudo ao levar em consideração o que Toury (2012) chama a *non-markedness* das traduções do passado, em que as convenções editoriais eram muito diferentes das que regem no presente. É por isso que Lafarga (1999), que se refere a esta tarefa de localização empreendida pelo historiador da tradução como um processo detectivesco, nota a propósito do século XVIII (foco da sua atenção) uma “dificultad añadida” – extensível ao XIX –, a saber: o facto de que nem sempre se assinala peritextualmente (“en la portada”) que uma dada obra é traduzida, “dándose incluso el caso de modificaciones en el título, de uso del subtítulo de la obra original como título y otros subterfugios [como a vernaculização (aportuguesamento) dos nomes dos autores originais, por exemplo] que despistarían a los lectores de la época y dificultan enormemente la labor de los estudiosos modernos”. Faltando, pois, muitas vezes a hoje preceptiva assunção paratextual dos textos traduzidos, “sólo el celo de los investigadores, auxiliado por la casualidad, permite descubrir a menudo pistas y atar cabos” (Lafarga, 1999: 13).

Ora, a amplidão teórica que, no nível do sistema, permite este esquema, fica reduzida no nível das normas ou restrições impostas pela cultura de acolhimento (o que entende essa cultura que *deveria ser* uma tradução), pois “certain clusters of status-related claims, genetic relationships and features may harden into conventional patterns that the members of a culture will have recourse to as the most adequate or even the only thinkable response to a certain communicative situation” (Delabastita, 2008: 236). No nível da *performance* ou da prática do discurso empírico (o que uma tradução *é*) essas relações translativas e formas convencionalizadas (as que uma cultura dada considera como as passíveis de gerar traduções “genuínas”) “are likely to be found with a significantly higher frequency in actual reality within the given social group” (Delabastita, *ibid.*). Ou seja, aparecem aí as relações que efectivamente foram

deixando as personagens com as espadas em alto, “se representan en *una escena de traducción*, quizá la más significativa de la novela occidental” (Catelli e Gargatagli, 1998: 239).

materializadas como tradução numa dada situação cultural, indiciando pelo seu grau de frequência as normas que funcionaram a este respeito nessa cultura.

Deste modo, a questão era, pois, decidir se, aquando da conformação do nosso catálogo, nos iríamos situar no nível sistémico, no nível normativo ou no nível performativo. A solução encontrada alia de certa forma os três, e deriva-se das reflexões de Poupaud, Pym e Torres Simón (2009). Estes autores partem da constatação de que, como vemos, pelo menos no nível do sistema, “translations are everywhere, at all times. It just depends on where you look, and on what you call a translation” (Poupaud, Pym e Torres Simón, 2009: 265). O que pretendem é, a partir daí, tirar a limpo as vantagens e os inconvenientes dos diversos tipos de fontes (bibliografias, bases de dados, catálogos) utilizadas para identificar e localizar (filtrar) o objecto de estudo segundo os diferentes objectivos perseguidos em cada projecto de investigação, sublinhando essencialmente que o uso de tais filtros prévios supõe uma limitação na investigação que deve ser levada em linha de conta. Iremos seguir de perto tais observações na secção III.1.3. porque, com efeito,

When undertaking virtually any study of translations, you have to find, identify and select the translations you want to talk about. The task may seem banal and even straightforward. However, what you find, and especially where you find it, can condition not just your object of study but also, very significantly, the kinds of results you come up with (Poupaud, Pym e Torres Simón, 2009: 265).

Todavia, neste ponto iremos evocar essas limitações (filtros) impostas pelas fontes (“where you look”) justamente pelo que elas representam de proveitoso na etapa heurística; isto é, para efeitos de decidir (filtrar) “what you call a translation”. As fontes em que nos baseamos, fundamentalmente *A Tradução em Portugal*, de A. A. Gonçalves Rodrigues (1992-1999), proporcionam uma resposta-filtro válida (e significativa a este título, por ter sido gerada dentro da cultura importadora – iremos debruçar-nos de seguida neste aspecto). Verificámos, em primeiro lugar, que Rodrigues regista como traduções textos que mantêm uma relação translativa com outros tendo em conta qualquer uma das três dimensões assinaladas por Delabastita (2008) para o nível sistémico – o *status*, a origem e as características. Depois, ao pertencer ao nível performativo (*A Tradução em Portugal* constitui um discurso da prática empírica, se bem que emitido por um representante de um certo grupo profissional), essa fonte revelava-se eloquentemente indicadora das normas que funcionam pelo menos em parte

da cultura meta (nível normativo); ou seja, do que pelo menos parte dessa mesma cultura (a comunidade científica) chama, apresenta e considera ser *tradução*.

A validade da resposta-filtro proporcionada pela compilação de Rodrigues (1992-1999) pode ainda ser aferida mediante a proposta de Sandra L. Halverson (2008), autora que aplica a teoria de Searle sobre os factos institucionais (X é Y em C) à definição e identificação das traduções. Seguindo este modelo, podemos afirmar que se um texto concreto X aparece como traduzido (Y) numa recopilação de traduções de uma cultura dada C, quer dizer que pelo menos parte (e uma parte importante) desse dado contexto cultural C assigna ao produto textual X a função Y de tradução. A este respeito será preciso, contudo, realizar uma observação importante. A cultura importadora (portuguesa) não é, naturalmente, homogénea (nem é nos finais do século XX, quando Rodrigues publica o seu trabalho, a que *era* entre os anos de 1780 a 1850). Os modos de identificação que seguem os historiadores da tradução, como Rodrigues, não são necessariamente coincidentes com os utilizados por outros receptores da cultura terminal, embora se fundamentem naquilo que estes últimos consideram ser tradução. Trata-se, antes, de formas diversas, mas igualmente legítimas, de identificar os produtos traduzidos. Aliás, “note that the identification process is one that most readers or consumers would not carry out, or that they would carry out tacitly, as best. They simply are not interested in whether a text is a translation or not” (Halverson, 2008: 348). Em qualquer caso, a identificação feita pelos estudiosos (como Rodrigues), mesmo se apresenta pontualmente hiatos com respeito à do público em geral (pense-se no caso da pseudotradução, que é tradução para o consumidor leigo), assenta nas normas colectivas da cultura de chegada²⁹⁵.

Por outro lado, consoante depois pormenorizaremos (*vid. infra* III.1.3), reconhecer-lhe a *A Tradução em Portugal* esta virtude e potencialidade heurística não significa, naturalmente, que não precisemos de completá-la com outras fontes ou que aceitemos acriticamente tudo o que Gonçalves Rodrigues colige como tradução na sua monumental antologia. Antes pelo contrário, o uso desta fonte tornou-se muito demorada precisamente pelas pesquisas de verificação à margem que reclamou, entre outras coisas porque não se indicam nela as línguas de partida dos produtos registados

²⁹⁵ “Lay persons might defer to translation scholars for their purposes, but scholars must defer to the collective when studying status assignments for facts such as ours. In our case, it is the collective that first assigns functions, not the scientific community” (Halverson, 2008: 346, n. 5).

ali como traduções, questão essa que iremos igualmente abordar na última parte desta secção (III.1.3), e que cujas consequências se poderão já perceber em III.1.1.C).

B) Definição e problematização do conceito de *literatura*.

No que diz respeito ao conceito de *literatura*²⁹⁶, também historicamente determinado, optou-se por um entendimento do literário já à partida muito lato e aberto. Ao iniciar o levantamento de traduções tínhamos o desejo de que, parafraseando Esteban Torre (2001), a “referencia a la «traducción literaria» en el título” desta dissertação não implicasse “en modo alguno una «sacralización» del texto literario y su tajante separación de las restantes formas del discurso” (E. Torre, 2001: 10), nem qualquer outro tipo de redutora identificação do literário com a *alta literatura* ou *literatura monumentalizada*.

Após um tempo “getting our hands dirty” (Pym, 1998: 38) com a elaboração do catálogo, e pelas razões que explicamos com mais pormenor a seguir, acabámos por interpretar o adjetivo *literário* no seu mais puro sentido etimológico, seleccionando as espécies segundo o mesmo “critério abrangente” ou alargado que se encontrava na principal fonte que se utilizou para elaborar o catálogo, de maneira que pudesse ser coberta “todo o tipo de versão em toda a gama do conhecimento humano” (Rodrigues, 1992-1999, I: 14). Só assim poderíamos registar a actividade translativa que nos interessava de uma maneira que resultasse acorde, ao mesmo tempo, quer com o que hoje parece entender-se por *literatura*, quer com o (flutuante) significado que tal palavra possuía no período contemplado²⁹⁷. A decisão de A. A. Gonçalves Rodrigues, que poderíamos fazer nossa, é justificada como segue (sublinhados do autor):

A indefinição de fronteiras entre literatura e cultura, a interpenetração das ciências e das letras neste contexto, assim como no da criação literária e da vida espiritual, tinham imposto o critério abrangente de inventariar *tudo* quanto tivesse sido vertido em língua portuguesa com incidência na história cultural do nosso povo. (Rodrigues, 1992-1999, I: 15-16)

²⁹⁶ “Permanece ainda um derradeiro mistério e, em todo o caso, um ponto de resistência: o significado da própria palavra «literatura»”, diz-nos Pierre Brunel na sua “Introdução” ao *Compêndio de Literatura Comparada* que preparou com Yves Chevrel (Brunel, 2004: 2).

²⁹⁷ Lembremos que é, precisamente, ao longo desse trecho cronológico que começa a ser fixado o (restrito) sentido actual do *literário*, segundo critérios acordes com a sensibilidade e o gosto burguês que por então se vai impondo (*vid. supra* II.6.2), e a acompanhar a própria institucionalização da literatura – uma institucionalização que faz parte do processo de *narração da nação* que vimos em II.5, quando referimos como a *construção* da nação é paralela à *construção* da literatura nacional.

O mesmo compilador explica que “para facilitar a exigência dos especialistas interessados tomou-se outra decisão não menos importante”, a saber, “a classificação [dos itens elencados] por géneros ou áreas culturais” (Rodrigues, 1992-1999, I: 16). Essa classificação obedece a seis grandes categorias (esclarecidas em Rodrigues, 1992-1999, I: 35; *vid. tm. infra* o dito a este respeito na *nota bene* do anexo 1, ponto 3, relativo ao campo “género” do catálogo de traduções em apêndice): A-Literatura, por sua vez dividida em A1-Novelística, A2-Poesia e A3-Teatro; B-Ensaística, humanidades; C-Ciências; D-Religiões. Pode parecer, assim sendo, que o trabalho de separação entre o literário e o não literário vinha resolvido de antemão pela fonte de informação principal. Contudo, se o nosso catálogo compreendesse apenas as espécies aí classificadas como A, teríamos de deixar fora da inventariação autores e textos cuja consideração enquanto *literários* parecia indiscutível – autores canonizados pelas histórias da literatura como os místicos e ascetas espanhóis do século XVI (D) ou Mariano José de Larra (B), por ficarmos com alguns exemplos suficientemente elucidativos.

Ficaria de parte, igualmente, uma “miríade” de traduções relacionadas com a literatura de “folhetagem noticiosa, polémica, satírica, exortatória dos patriotismos exacerbados” que as invasões francesas tinham provocado na Península (B), a qual deu lugar a abundantes textos híbridos, com inegáveis traços ficcionais (*literários*), característicos do género do *Diálogo dos Mortos* ou *Conversas Imaginárias*, um “género cultivado já em França e Inglaterra e que se prestava à sátira mais crua contra a tirania dos generais napoleónicos”, e que “decerto preludiam a agressiva imprensa de intervenção prestes a nascer do combate ideológico nesta conturbada época da história nacional” (Rodrigues, 1992-1999, I: 24-25).

Devia ou não o nosso catálogo incorporar produtos textuais como as obras dos místicos espanhóis (D), a prosa jornalística de Larra (B) ou os folhetos combativo-imaginários contra o inimigo francês (B), por exemplo, excluídos por Rodrigues do *literário* (A)? E o que fazer perante as espécies catalogadas em *A Tradução em Portugal* como C, pertencentes à época às ciências exactas ou relacionados com os saberes experimentais, mas que mais uma vez apresentam, aos nossos olhos, um carácter miscelâneo, a meio caminho entre o pseudocientífico e o puramente inventivo ou fantasioso, *romanesco* até?

Retira-se dos exemplos anteriores que, à diferença do visto para o caso da definição de *tradução* (*supra*), a este título a nossa fonte principal não se revelava útil enquanto filtro. Mesmo reconhecendo que, mais uma vez, teríamos que definir o *literário* como uma hipótese do investigador, válida somente para efeitos da realização deste trabalho, não queríamos, nem devíamos, tão-pouco, fazer descansar tal hipótese na mera intuição subjectiva (vale dizer, nos nossos próprios pré-conceitos, social e historicamente determinados). Recorremos, então, à teoria da literatura à procura de uma definição não ontológica nem normativa do literário – à procura de ferramentas válidas para abordar esse “ponto de resistência” que é o significado da própria palavra *literatura* (Brunel, 2004: 2) – que nos auxiliasse a conformar o *corpus* de textos literários traduzidos. Voltámos a concluir que, como no caso do que seja *tradução*, e para evitar cair em tentações tautológicas pouco úteis aquando da satisfação, em termos práticos, das nossas necessidades²⁹⁸, devíamos ter em conta as flutuações que o tempo (e o espaço) imprime no que se considera *literatura*. Amparamo-nos, mais uma vez, no marco da renovada historiografia literária (comparada) propugnada por Valdés e Hutcheon (1994), a qual deve assentar numa consideração inclusiva e não normativa do próprio conceito de *literatura*.

A partir de tais pressupostos, a teoria empírica da literatura (*cfr.* Pozuelo Yvancos, 1994: 101-104) prova como a *literariedade* não é uma propriedade intrínseca dos textos ditos *literários* – eles são, antes, o resultado de *actividades* que lhes *assignam* essa qualidade. O próprio formalismo russo chegou nas suas últimas fases (as dos teóricos do chamado Círculo de Praga) a esta mesma conclusão, e parece oportuno lembrar a esse respeito “la formulación de Tynianov sobre las fronteras cambiantes de la literatura, en cuanto campo de acción institucionalizado en el que los rasgos específicos que operan en él y por él están sometidos a una transformación cambiante” (Even-Zohar, 1999a: 26). Devíamos, pois, entender a *literariedade* – ou, se se preferir, *literaturidade* ou *literaridade* – não como uma propriedade imutável, mas sujeita às transformações que lhe imprimem os diversos critérios, padrões ou *habitus* institucionais (sociais) a partir dos quais se outorga a certos textos a consideração de

²⁹⁸ Definir “literatura” como “aquilo que é considerado como literatura” resulta insuficiente, sobretudo quando se trata de encontrar uma definição funcional para fins tão pragmáticos quanto os aqui pretendidos. Efectivamente, são literários os textos considerados, *definidos*, como tais; ou seja, aqueles que se ensinam nas aulas de uma disciplina escolar chamada *Literatura*, aqueles sobre os quais se debruça uma disciplina académica chamada História / Teoria / Crítica da Literatura, etc. Mas a questão que se põe é – por quem, onde e quando é que são esses textos considerados literários?

*literário*²⁹⁹. Por outras palavras, devíamos levar em linha de conta que “o conceito moderno de *literaridade* não é certamente suficiente para agrupar a produção de obras que, num ou noutro momento, foram consideradas como literárias e é ainda menos eficaz para dar conta disso” (Chevrel, 2004: 63).

Foi por isso que nos baseamos na seguinte proposta (*working definition*) de Jordi Llovet: “se considerará «literatura» aquello que la historia de las instituciones, académicas o no, la historia de la lectura y la historia del gusto han colocado sin discusión en ese lugar nominal” (Llovet, 2007: 26). A partir desta definição funcional, e tendo em atenção a história da leitura e a história do gosto, concluímos que as traduções que Rodrigues classifica em B, C e D deviam fazer parte das inventariadas neste estudo. Com efeito, se a “nossa moderna definição de literatura” repousa “maioritariamente sobre o fenómeno estético” (Buescu, 2013: 136), é preciso não esquecer a “diversidade discursiva” aceite outrora na e pela *república das letras*, a qual “incluía não apenas o que era conhecido como «belles-lettres» e depois veio a dar origem à nossa noção de «literatura»” (Buescu, 2013: 128), mas ainda formas e práticas textuais como a historiografia, a prosa ensaística (tratados políticos e científicos) ou a didáctico-doutrinal³⁰⁰. Repare-se apenas no facto de um historiador da literatura como Fidelino de

²⁹⁹ Manuel Gusmão dedica algumas páginas do seu magnífico ensaio “Da literatura enquanto construção histórica” a este assunto do que é *literatura*, enquadrando as noções do literário na historicidade dessa mesma literatura, de que seria uma das suas faces – a fazer patente essa historicidade, mediante sólidos e variados argumentos, se devota o referido ensaio. O autor expõe, primeiro, por partes, duas “formulações” extremas de *literatura*. De um lado, a que se concentra na ahistoricidade (unidade) da literatura, fundamentada no facto de que “certos textos que atravessam os tempos”, que “nunca deixaram de ser tomados como aquilo a que, desde o século XVIII, chamamos *literatura*”, projectam “a imagem do que é, para alguns, a «eternidade» ou «perenidade» da literatura” e “para outros, ainda, [...] especificaria precisamente o seu carácter *estético*” (Gusmão, 2001: 206). Do outro lado, a formulação extrema que sublinha o contrário, a historicidade (diversidade) da literatura, a que “insiste numa prisão da obra no seu tempo de escrita e/ou produção” (2001: 205), a dos “relativistas ou convencionalistas mais radicais”, baseada no facto de que os “processos de integração ou de exclusão” de textos e modelos são diacronicamente oscilantes” (2001: 207). Face a isto, Gusmão propõe, a partir de uma citação de Wellek, que a literatura possui ambas as (contraditórias) propriedades, a do *uno* (eternidade) e a do *diverso* (historicidade), e que as duas propriedades “são históricas” (Gusmão, 2001: 207).

³⁰⁰ A respeito do (flutuante) carácter literário ou não literário dos textos não ficcionais ou referenciais de diverso tipo, valerá a pena reproduzir uma observação de Onésimo Teotónio Almeida (2008), realizada a propósito do cânone nacional “que todos herdámos”, “elaborado e moldado num regime conservador”, num pequeno artigo de reflexão “dialogada”, feita com Leonor Simas-Almeida, acerca do cânone e dos cânones. Pergunta-se aí Almeida: “por que razão figurava [no cânone atrás aludido] o Antero dos sonetos e nunca o das *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*? Porque não era um texto literário? Então vamos mais atrás: porquê Fernão Lopes e não Gomes Eanes de Zurara? Porque Fernão Lopes é um cronista entre a história e a literatura? E Zurara não? Aquela sua passagem sobre as cinco razões que levaram o Infante à aventura dos descobrimentos não é um mimo de brilho e concisão? Pois, pois, não será literatura. Como o não serão o *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, ou os roteiros de D. João de Castro. Mas afinal não são ambos autores de uma escrita moderna, meticulosa e preocupada com a observação do real, muito à frente da sua época? Por que razão há-de a prosa de Frei Amador Arrais ter sobre eles primazia? E a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e toda a notabilíssima literatura

Figueiredo (1949: 56-58) incluir na esfera do literário durante o Romantismo português géneros que talvez hoje não estimaríamos dentro dela, tal como os sermões e discursos políticos, académicos ou sagrados. Em ocorrência, e por coincidência, uma história da literatura ainda mais próxima de nós no tempo, a de Graça Rodrigues (1980), também assenta num entendimento identicamente alargado do *literário*. Esta *Breve história da censura literária em Portugal* esclarece logo na “Introdução” que “o adjectivo *literário* do título deste trabalho significa, no seu sentido etimológico, *litterae*, ou seja, refere-se não só à criação estética mas também, e primordialmente, a tudo o que é relativo a letras, à palavra escrita” (Rodrigues, 1980: 13).

Tivemos, ainda, o cuidado de contrastar a nossa decisão (isto é, a nossa *working definition*) com a tomada por Seruya, Moniz e Rosa (s. d.) aquando da conformação da base de dados *Intercultural literature in Portugal 1930-2000*. Partindo de uma analogia com a noção touriana de *assumed translation*, as autoras consideram a noção de *literatura alegada* como operativa para a identificação das suas entradas (*vid. tm.* Rosa, 2012: 209). Desta forma, o “conceito funcional, e não ontológico” de que se faz uso no referido projecto define-a assim: “literatura é tudo aquilo que os seus leitores consideram como tal” (Seruya, Moniz e Rosa, s. d.). O sustento da definição num dos agentes que conformam o sistema literário (os receptores) parece-nos consentânea com os modelos sociológicos e empíricos por nós adoptados (a definição de Llovet acima transcrita incluía, ainda, outros agentes – mas parece-nos válido limitar-nos aos leitores). Note-se, todavia, que o presente temporalmente indeterminado dessa definição (*consideram*) esconde certo grau de imprecisão que, como se viu, queríamos e devíamos evitar nesta investigação, que ainda por cima diz respeito a um corte cronológico mais recuado (1780-1850) do que se estabelece em *Intercultural Literature in Portugal* (1930-2000). Fica diluída ou até apagada nesse presente (*consideram*) a instabilidade envolvida em qualquer processo dinâmico como o é o literário, em que a definição dos seus objectos se encontra submetida, segundo dissemos, às flutuações que lhe imprime o passo do tempo.

Levando, então, em consideração a dimensão diacrónica do que é (funcionalmente, não ontologicamente) literário, devíamos tentar afinar o que, no marco

de viagens do período dos descobrimentos, por que motivo não faziam parte do velho cânone? Porque não a *História Trágico-Marítima*, com as suas fabulosas narrativas plenas de tensão dramática e, ao fim e ao cabo, extraordinários retratos de exemplares da natureza humana reflectindo agudamente os conflitos e dilemas que lhe são inerentes?” (Almeida e Simas-Almeida, 2008: 167).

temporal estudado, os leitores *consideravam* como literatura. A prova de que *aqueles* leitores (ou, melhor, receptores) tinham um entendimento bastante lato do literário fica patente nos catálogos publicitários dos impressores e livreiros (agentes ou mediadores entre os receptores e os produtos literários), onde podemos verificar a normal convivência de produtos textuais muito dissemelhantes – uma convivência que adjectivamos de *normal* não só por frequente, mas também por indicadora de um padrão ou *norma* cultural; ou seja, por reveladora daquilo que, nesse tempo, era recebido e consumido como literário. Assim, por dar apenas um único exemplo abonatório do que estamos a afirmar, entre as obras à venda no lugar de Jozé Rodrigues anunciadas no fim da peça teatral *O Alcaide de si mesmo* (anexo 1.1-5) figuram textos ficcionais de vários géneros (“comédias, historias, entremezes, eclogas”) ao pé das “cartilhas da doutrina”, estando estas últimas fora, seguramente, do que os leitores de hoje considerariam como sendo literatura³⁰¹. À inversa, ao analisar as fontes de informação daquele trecho cronológico, surgem-nos nas margens mais extremas do literário géneros (ficcionais) que ocupam o lugar central do presente conceito de literatura³⁰².

Para concluir, porque a exposição já vai longa e ainda precisamos de nos debruçar amplamente sobre uma última definição problemática (*vid. infra* III.1.1.C), reparamos (com algum receio que não escondemos) em que a abertura que concedemos ao nosso objecto de estudo fará com que a nossa contemplação do intercâmbio *literário* entre Espanha e Portugal se estenda ao âmbito de toda a produção cultural veiculada por escrito³⁰³, compreendendo não apenas a tradução de textos constituintes do capital cultural de partida – e cabe lembrar que “that cultural capital is transmitted, distributed,

³⁰¹ A este título podem ver-se ainda os catálogos da década de 1840 citados por A. Anselmo na sua apresentação sobre “A edição romântica” (*in* Buescu, 1997: 160). Observando, por exemplo, os do livreiro lisboeta Matias José Marques da Silva, nota o referido autor como “na mesma página onde se anunciavam estas *histórias* [as da ficção de cordel, entre outras] vinha a *Imitação de Cristo*, a seguir os *secretários de amantes* (com modelos de cartas de amor), os *serões recreativos*”, etc., convivendo “as vidas de santos e santas em boa paz com o teatro-de-cordel”. O mesmo amálgama de géneros fica, de resto, patente nos textos reunidos pelas publicações periódicas do período em análise, cujos próprios cabeçalhos são bem ilustrativos de uma concepção alargada do papel, *recreativo* como *instrutivo*, da literatura que facilmente identificamos como típica do Iluminismo, mas que é igualmente característica da nova mentalidade que, no dealbar da Idade Contemporânea, associamos com a afirmação do Romantismo. Essa nova mentalidade gera “um investimento cultural aliado a uma pedagogia instrumentada pela difusão do livro, pelo teatro, pelo jornal de «conhecimento útil» que pretende ilustrar o cidadão” (J. Esteves Pereira, *in* Buescu, 1997: 265).

³⁰² É esse o caso de novelas e romances, sobretudo os traduzidos. Assim, como repara Rodrigues (*Novelística*: 6), “Inocência, no seu *Dicionário Bibliográfico*, mostrou um desprezo ingénuo por novelas traduzidas [...]. Não levemos isso a mal ao infatigável bibliógrafo. O que hoje nos desperta a curiosidade pertenciam, em regra, à mais baixa categoria literária”.

³⁰³ *Cfr., mutatis mutandis*, o dito por Ruiz Casanova relativamente à sua história da tradução em Espanha, a qual abrange a recepção da literatura estrangeira, mas também das “ideias filosóficas, científicas políticas, etc.” (2000: 38).

and regulated by means of translation, among other factors” (Lefevere, 1998c: 41) – como também a importação de produtos de entretenimento e até de textos meramente informativos (*vid. infra* III.1.2). Porém, a nossa relativa apreensão perante a abrangência conceitual que concedemos ao literário vê-se refreada por duas ordens de ponderações. Em primeiro lugar, pensamos nos efeitos benéficos dessa decisão em termos práticos, uma vez que propiciará a possibilidade de o catálogo aqui elaborado revestir-se, aquando da sua futura conversão em base de dados, de um carácter polivalente, resultando de utilidade para um conjunto alargado de potenciais interessados na história da tradução entre Espanha e Portugal. Em segundo lugar, julgamos que esse entendimento lato do literário se compadece com o propugnado pelos enfoques teórico-metodológicos em que se enquadra a nossa tese, o qual não é, de resto, exclusivo deles, nem propriamente novo. Antes pelo contrário,

One of the things that has consistently been rethought over the centuries is the very concept of the “literary”: its boundaries have been extended from the view of literature as only imaginative writing, to include many other categories of discourse — factual as well as fictional, oral as well as written, vernacular/popular as well as canonical/“elite.” (Valdés e Hutcheon, 1994).

Tal concepção aberta do literário, pois, não é “new to the late twentieth century, but it has been theorized anew” (Valdés e Hutcheon, 1994). Aliás, na “acepción más general” do termo *literatura*, esta é (etimologicamente) entendida como “el conjunto de saberes transmitidos a través de la letra impresa” – só uma “variante relativamente reciente”, e mais restrita, da noção identifica a literatura apenas “con los textos de concepción y funcionalidad estética” (Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 208).

C) Definição e problematização do conceito de *tradução da literatura espanhola*.

Tendo em atenção o nosso intuito de encarar a tradução enquanto modo de construção imagológica do Outro e enquanto forma de contacto entre nações literárias em processo de narração – com ou sem intermediação de terceiros, segundo explicitámos logo ao começo (*vid. supra* I.1) –, a identificação da procedência literária das espécies inventariadas, tantas vezes carentes de marcas relativas a essa origem, não era uma questão menor. Muito pelo contrário, dela dependia, em boa medida, a coerência do *corpus* de traduções que queríamos construir. Tal identificação implicava, obviamente, partir de uma definição operacional de *literatura espanhola*, em função da

qual se iria proceder à selecção dos textos traduzidos. Essa definição devia contemplar, pelo menos, dois aspectos relativos à (sempre problemática) *identidade literária* dos textos de partida – um linguístico e outro geográfico ou geocultural.

Relativamente ao primeiro aspecto, tal como já foi avançado ao concluir o capítulo I.3.1, decidimos circunscrever o presente estudo às traduções feitas (e editadas) em língua portuguesa a partir de textos originalmente redigidos – embora não necessariamente publicados, pois admitimos para os textos de partida manuscritos inéditos, como mais abaixo se verá (III.1.2.d) – na língua castelhana. Quer isto dizer, no que respeita à literatura fonte, que para efeitos desta investigação não são considerados textos *da* literatura espanhola concebidos e veiculados noutras línguas (e o mesmo se aplica à literatura de chegada, que fica restringida à língua portuguesa). Por esta razão, foram logo rejeitados alguns títulos de autores espanhóis – isto é, produtos *da* literatura espanhola – que encontrámos nas fontes consultadas³⁰⁴.

Quanto ao segundo aspecto, no mesmo capítulo I.3.1 anunciámos, também, o amplo entendimento territorial e geocultural que aqui se faz da literatura *espanhola*, pois damos cabimento a produtos literários que, seguindo a proposta terminológica de Tomás Albaladejo (2011), chamamos de *ectópicos*. Por outras palavras, consideramos textos de partida gerados e publicados além das fronteiras administrativas da Espanha (metropolitana ou peninsular³⁰⁵) devido à deslocação espacial dos seus produtores, por motivos políticos (literatura do exílio) ou outros. Outro tanto acontece com os textos

³⁰⁴ Por exemplo, não foi incluído no catálogo em anexo o *Compendio grammatical da ellypse, e outras figuras as quaes adornão a oração latina, traduzido da doutrina de Broncense...* (1783 e 1804, GRI 1451 e GR 2571). Trata-se de um manual para o ensino da língua latina que, como o título indica, inclui uma versão (compendiada) da “doutrina” do destacado humanista espanhol Francisco Sánchez de las Brozas, provavelmente da *Minerva sive de causis linguae latinae* (1587). Também ficou excluída uma tradução de Martínez de la Rosa publicada em *O Nacional* (Porto, Typographia de Faria Guimarães) de 26 de Janeiro a 5 de Fevereiro de 1847, registada por GRII 6534, com o título: “Da civilização do secul [*sic in* Rodrigues] XIX. Discurso pronunciado pelo Sr. Francisco Martinez de la Rosa Presidente do Instituto Historico de França ao abrir o 9.º Congresso Historico convocado no Palacio do Luxemburgo”. Acontece que esse discurso foi proferido em francês. Encontrámo-lo traduzido para a língua castelhana, publicado na *Revista de Madrid* (3ª série, tomo V, 1843, pp. 99-126). No caso de ter sido este o texto de partida da versão portuguesa, como é provável, estaríamos perante um caso de tradução indirecta (*vid. infra*) em que a fonte primária ou última não é linguisticamente espanhola, mas francesa. Uma nota de rodapé editorial na *Revista de Madrid* esclarece: “Nuestro ilustre compatriota [...] ha tenido el alto honor de ser elegido Presidente del Instituto Historico de Paris [...]. Hemos creído por lo tanto que debian ocupar un lugar preferente en nuestra Revista los discursos que pronunció en la sesión de apertura del Instituto, que no han sido todavia publicados por la imprenta española, que han merecido grandes elogios de parte de la estrangera [*sic*], y que hemos traducido con la dificultad consiguiente, queriendo conservar el estilo que frances usa el ilustre orador, y hermanarlo con las frases españolas que, en nuestro concepto, hubiera empleado, si los hubiese pronunciado en español.”

³⁰⁵ Deve lembrar-se o dito na nota 100 do capítulo I.3.1 (página 58) acerca do sentido que pretendemos dar-lhe a este adjectivo *peninsular*, e a razão pela qual o empregamos.

traduzidos para a língua portuguesa, os quais não ficam confinados às fronteiras administrativas do Portugal peninsular.

Ora, já se referiu que, como alerta Pym (1998: 55), é no decurso real do trabalho empírico que emergem “most serious problems with definitions”, sendo que “we cannot foresee all the borderline cases that will have to be decided one way or other”. Os casos limite com que aqui tropeçámos, boa parte dos quais constituíram verdadeiros empecilhos para o progresso da tese, prendiam-se com três grandes classes de traduções (da literatura espanhola?), a saber: as que tinham por fonte uma obra ectópica, por uma parte; as que obedeciam à modalidade da tradução indirecta, por outra parte; em terceiro lugar, as que eram registadas pelas fontes (nomeadamente, Rodrigues, 1992-1999) como traduções, mas que seguiam fracamente marcadas enquanto tais e, quando muito, poderiam constituir casos de pseudotradução, visto o carácter incerto ou desconhecido da sua autoria e procedência literária, alegada ou presumivelmente espanhola. Destas últimas ocupar-nos-emos mais à frente, na segunda parte deste terceiro capítulo da tese (concretamente, na subsecção III.2.6).

Por enquanto, encararemos os problemas levantados pelas espécies da primeira e da segunda classe; ou seja, as traduções de produtos ectópicos (discutivelmente) espanhóis e as traduções ditas *mediadas*, *indirectas*, *mediatizadas* ou *em segunda mão*³⁰⁶. Para entender o nosso interesse pelas ocorrências desta segunda categoria, convém recordar que tais traduções conformam um modo de interferência indirecto mediado entre literaturas (*vid. infra* capítulo I.1); isto é, trata-se de uma forma de relação literária em que os produtos de um sistema dado (S1) são importados no sistema de acolhimento (S3) em versão traduzida (interferência indirecta) partindo de uma tradução realizada previamente num terceiro sistema (S2) que se erige em mediador.

A (inevitavelmente longa) exposição dos casos problemáticos com que nos fomos deparando terá início pela primeira categoria atrás enumerada; ou seja, pelas obras da literatura espanhola que cabem dentro daquilo que Albaladejo (2011)

³⁰⁶ Acerca da disparidade terminológica relativa a este fenómeno, *vid.* Rabadán e Merino, 2004: 25 (onde é chamado o produto de *traducción mediada*, *mediatizada* ou *de segunda mano*) e, sobretudo, Pięta, 2013: 35-38. Nessas páginas percorre a autora o cerne da literatura científica em torno da modalidade tradutória em questão, quer a produzida na língua inglesa (mormente, como cabia esperar), quer a disponível em língua portuguesa (em que é mais escassa), para constatar a “ambiguidade, parca transparência e lamentável falta de consenso” existente, sobretudo na metalinguagem desenvolvida em inglês. No que diz respeito ao português, Pięta inclina-se, justificadamente (por serem as mais frequentes), e por essa ordem, pelas designações também aqui utilizadas de “tradução indirecta” ou “tradução mediada”. A mesma estudiosa propõe, ademais, o uso do neologismo *indirectude*, de que igualmente nos serviremos, como equivalente do substantivo inglês *indirectness* ou *indirectedness*.

denomina de *literatura ectópica*. A expressão cunhada pelo autor citado visa, inspirando-se no título das (ectópicas) memórias de Edward Said *Out of Place* (1999), “denominar la literatura que ha sido escrita por autores que se han desplazado de su lugar de origen a otro lugar” (Albaladejo, 2011: 143). A noção, que segundo vimos em I.3.1 desafia e se resiste às categorizações realizadas a partir da óptica nacional(ista) tradicional, gerou-nos em certos casos a “angustia de las taxonomías” que Luigi Giuliani nos convida a assumir e ultrapassar (Giuliani, 2013), mas que aqui não podíamos evitar, pois era exactamente dessas taxonomias que precisávamos nesta fase do trabalho.

Pensemos, por exemplo e para começar, nos livros de um autor ectópico como Fray Luis de Granada (1504-1588), aqui encarados como produtos do sistema exportador. Numa altura em que era corrente a presença de religiosos portugueses em Espanha e vice-versa, Luis de Granada morou praticamente metade da sua vida em Portugal, onde atingiu uma relevância sociopolítica considerável – foi Provincial da sua ordem, confessor de D. João III e da rainha D.^a Catarina da Áustria e um reputado orador. Em Portugal escreveu, ainda, “la casi totalidad de su obra” (Alonso Romo, 2004: 67), fundamentalmente em latim (note-se que a restrição linguística que impusemos à nossa definição operacional da literatura espanhola leva-nos a descartar as espécies traduzidas da língua latina) ou em castelhano. Não é um caso excepcional, pois, como é sabido, “la literatura espiritual en castellano penetró muy pronto en el país vecino y fue un importante medio de expansión del idioma” (Alonso Romo, 2004: 66). Em qualquer caso, estamos diante de um autor *da* literatura espanhola (ectópica), mas também *da* portuguesa, em tempos do chamado bilinguismo literário³⁰⁷, cujos originais castelhanos traduzidos para português entram na nossa inventariação pela extensão geocultural que concedemos à literatura espanhola.

³⁰⁷ A respeito da sua *pertença* à literatura e à cultura portuguesa, parecem-nos destacáveis umas observações constantes da entrada correspondente a Fray Luis de Granada no *Dicionário Portugal* – ou seja, o dicionário *Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico* de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, editado por João Romano Torres entre 1904 e 1915 em papel, e por Manuel Amaral entre 2000 e 2010 em versão electrónica. São elas as seguintes: “Não podemos excluí-lo deste nosso trabalho, seguindo o que João Baptista de Castro nos diz no *Mapa de Portugal*, vol. IV, pág. 28: «Podemos chamar-lhe nosso, porque entre nós viveu, ensinou e morreu.»” (<http://www.arqnet.pt/dicionario/granada.html>, consultado a 8/7/2013). Significativo é, também, que, como notou Maria Idalina Resina Rodrigues e lembra Alonso Romo, o *Compêndio de Doutrina Cristã* figure no *Catálogo dos Livros que se hão de ler para a continuação do Dicionário da Língua Portuguesa* (cfr. Alonso Romo, 2004: 77). Todavia, este mesmo estudioso constata como “el nombre del dominico andaluz apenas aparece en las historias más clásicas de la literatura portuguesa”, com algumas excepções (Alonso Romo, *ibid.*).

Lembramos que a circulação de várias das obras de Luis de Granada em português a partir de 1779-1780 foi um dos factos que ajudou a delimitar o termo *a quo* do nosso estudo, segundo vimos (*supra*, I.3.2) – com efeito, é uma tradução de Granada que inaugura, justamente, o inventário em anexo (1.1-1): a *Introdução ao symbolo da fé*. A *Tradução em Portugal* regista, no mesmo ano de 1780, um título do dominicano espanhol que poderia ter constituído o primeiro registo do nosso catálogo de traduções (anexo 1.1), pois segue um critério de ordenação cronológico e alfabético. Trata-se de o *Compendio da doutrina christã* (GRI 1355) – “el más jugoso, el más afectivo, el más literario de todos los que se escribieron en el siglo XVI” (Miguel Herrero *apud* Alonso Romo, 2004: 73). Todavia, este *Compendio* saiu a lume por vez primeira em português (1559), junto com *Treze sermões das principaes festas do anno*. Aparentemente, o verbete elaborado por Rodrigues não corresponderia, logo, a uma tradução (tratar-se-ia, portanto, de um erro da fonte), mas antes a uma tardia segunda edição (sem os *Treze sermões*, que reaparecerão na terceira, de 1789) de um texto originalmente publicado em português.

Publicado e, também, escrito em português, como acredita Alonso Romo (2004), fornecendo argumentos plausíveis para defender tal hipótese, apesar do carácter excepcional do uso de tal língua por parte do autor? Ou será, antes, que o *Compêndio* e os *Sermões* foram redigidos em castelhano por Fray Luis, tendo-se auxiliado “de algún correligionario nativo para traducirlos al romance lusitano” (Álvaro Huerga *apud* Alonso Romo, 2004: 69)? Em termos práticos (ou seja, segundo a definição operacional que seguimos para efeitos do levantamento bibliográfico que fundamenta o presente estudo), estes dois títulos granadinos, os únicos que apareceram originalmente impressos em português, são *da* literatura espanhola ou *da* literatura portuguesa? Levando em consideração a limitação linguística que estabelecemos na nossa *working definition*, precisaríamos de determinar, com absoluta certeza, qual a língua original dos textos em causa. Não nos sendo possível fazê-lo, resolvemos incluí-los no anexo 1.3 (traduções duvidosas ou problemáticas).

Outro caso ilustrativo das dificuldades que coloca a definição de *literatura espanhola* quando lidamos com produtores ectópicos é o de Juan de Palafox y Mendoza (1600-1659). Nascido e formado em Espanha, Palafox viveu perto de uma década no México, aonde se deslocou em 1640 na qualidade de *visitador general* da Nova Espanha. Ali assumiu importantes cargos – religiosos como civis: foi bispo de la Puebla

de los Ángeles, vice-rei da Nova Espanha e arcebispo do México – até regressar à Península (1649) como presidente do Consejo Superior de Aragón e bispo de Burgo de Osma (Sória), onde morreu. Não é estranho, em qualquer caso, que Francisco Sánchez-Castañer, no terceiro congresso internacional da Associação Internacional de Hispanistas (celebrado precisamente no México, no longínquo ano de 1968), se referisse a Palafox como um “escritor hispanoamericano”³⁰⁸, dado o seu percurso biográfico e o cariz *novohispano* de parte da sua vasta produção, como veremos já a seguir. Deste autor literária e geoculturalmente híbrido foram publicadas em português duas obras no marco em análise, correspondendo a primeira (cronologicamente falando) a *El pastor de Nochebuena. Práctica breve de las virtudes, conocimiento fácil de los vicios* e a segunda a *Peregrinación de Filotea al santo templo y al monte de la Cruz*. Pelos motivos que iremos expor de imediato, procedemos de forma diferente num e noutro caso no momento de incorporar ou não os respectivos translados portugueses ao nosso inventário de traduções.

A primeira obra, de carácter ascético-alegórico, foi publicada no México em 1644 e reimpressa em Espanha no ano a seguir – na Península editou-se, ainda, uma segunda versão corrigida e aumentada (Madrid, 1661). Ora, este texto palafoxiano é-nos apresentado na bibliografia que tivemos oportunidade de consultar como uma obra novohispana, não *espanhola*³⁰⁹. Por essa razão, mesmo tendo *El pastor de Nochebuena* circulado também neste último sistema literário, não contemplamos o respectivo traslado português no presente estudo. Deixaremos, todavia, rapidamente apontados aqui os dados que conseguimos reunir à sua volta pelo que possam valer para outras investigações. Tal versão para a língua portuguesa veio a lume em 1798³¹⁰, com o título de *O Pastor de Palafox. Practica das virtudes, conhecimento dos vícios, e caminho real*

³⁰⁸ “La obra literaria de Juan Palafox y Mendoza, escritor hispanoamericano”, in Carlos H. Magis, *Actas del Tercer Congreso Internacional de Hispanistas*, México, El Colegio de México, 1970, pp. 787-793, disponível em: cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/03/aih_03_1_086.pdf (consultado a 13/7/2014).

³⁰⁹ Encontram-se abundantes argumentos nesse sentido em vários artigos que se ocupam da obra, como por exemplo o de Beatriz Barrera Parrilla, “*El pastor de Nochebuena* de Juan de Palafox o los límites del teatro”, in Trinidad Barrera (coord.), *En la región del aire. Obras de ficción en la prosa novohispana*, Sevilla, Renacimiento, 2011, pp. 46-76. Neste trabalho detalham-se as circunstâncias *locais* da génese de *El Pastor de Nochebuena*, destinado a um consumo por parte de um público igualmente local. Como explica a autora, o então bispo de Puebla escreve a obra a modo de entretenimento edificante que pudesse servir de substituto às tradicionais representações dramáticas religiosas durante a festa do Corpus Christi – no mesmo ano de 1644 proíbe de assistir a tais comédias aos sacerdotes e padres e desautoriza o uso do espaço sagrado da Catedral para o efeito, provocando grande polémica.

³¹⁰ Antonio Romero Ortiz (1969: 69, n. 1) indica a data de 1788, talvez por engano.

*do desengano*³¹¹. Da sua tradutora, Anna Jozefa de Bivar – cujo nome é apontado por Antonio Romero Ortiz (1969: 69, n. 1) num apertado elenco de “escritoras de menos nombradía” coetâneas da Marquesa de Alorna, e de quem Inocêncio afirma ignorar os dados biográficos que lhe dizem respeito (DBP, VIII: 67) – apenas podemos afirmar que só se lhe conhece a autoria desta versão de Juan de Palafox e que, como o próprio autor ao que traslada, se encontra ela mesma entre duas águas geoliterárias³¹².

Quanto à segunda tradução para português de uma obra palafoxiana que encontrámos no marco temporal em apreço (1806), a igualmente alegórica *Peregrinação de Philothea ao Santo Templo e Monte da Cruz*, em versão de António da Anunciação Avelino (DBP, I: 87), optámos por inclui-la no catálogo em apêndice por situar-se o texto de partida (publicado em 1659, o mesmo ano da morte do seu autor) dentro da etapa espanhola de Juan de Palafox. Trata-se de uma retradução, pois a obra já conhecera uma primeira versão no ano de 1682, feita por José de Faria Manuel, que Inocêncio estima melhor do que a de Avelino³¹³. Esta espécie não deixa de levantar, mesmo assim, mais dilemas, se bem que estes sejam de outro género (mais abaixo ocupar-nos-emos deles), pois a tradução em questão corresponde a um texto de partida que, como de resto toda a produção palafoxiana, obedece à lógica da *imitatio* de textos preexistentes (*vid.* Mata Induráin e Zugasti, 2000: 8). Explicam Carlos Mata Induráin e Miguel Zugasti (2000: 9) que *A Peregrinación de Filotea* constrói-se “muy libremente sobre la base textual de la *Via Regia Crucis* (del P. Benito Aesteno [ou seja, Benedictus van Haeften]) y la *Filotea* (de San Francisco de Sales)”. Assim sendo, como devemos encarar a respectiva versão portuguesa? É uma tradução *do* castelhano ou uma tradução indirecta do latim e do francês *mediante* a língua castelhana? Perante a nossa

³¹¹ Desta tradução, publicada em Lisboa, na Oficina de Joaquim Thomas de Aquino, existe um exemplar na BNP, com a cota R. 28793 P. (247 páginas). Rodrigues (GRI 2140) regista o título sem indicar os dados editoriais (local e nome de impressor) e classifica-o como B (ensaística), o que não parece ajustar-se à natureza genológica (compósita) da obra: um texto em prosa claramente ficcional (A1), embora com uma finalidade moralizante (D). Podem ver-se, a este respeito, os estudos de Francisco Sánchez-Castañer e de Beatriz Barrera Parrilla atrás referidos, e também o de Mata Induráin e Zugasti (2000). Pelas notícias indirectas que encontrámos numa consulta assistemática ao *Jornal de Coimbra*, a tradução portuguesa deve ter sido reeditada no primeiro quartel do século XIX (1801? e 1818 ou 1819?). Cabe destacar que nesse periódico vimo-la sempre referida como “novella”, o que incide no dito acerca da classificação proposta por Rodrigues.

³¹² Sabemos por uma dedicatória apensa a um romance heróico assinado por Fr. José da Natividade (BGUC, miscelânea n.º 10437, tomo VIII, vol. DCLXIV) que D. Anna de Bivar Albuquerque e Mendoça era a esposa do Coronel “Luiz Garcia de Bivar, Governador da Nova Colônia do Santíssimo Sacramento”.

³¹³ “Bem podia o traductor [P. António da Anunciação Avelino] aplicar melhor o trabalho que empregou com esta versão, se soubesse que já cento e vinte e quatro annos antes que a elle se desse [...] fora a obra traduzida e publicada em portuguez pelo P. Dr. José de Faria Manuel [...] cuja traducção por certo não é inferior á sua, antes me parece superior sob qualquer aspecto que se considere” (DBP, I: 87). Sobre o tradutor da versão de 1682, José de Faria Manuel, *vid.* DBP, IV: 314-315.

incapacidade confessa de resolver este tipo de casos convenientemente, inserimos a *Peregrinação de Philothea* entre os registos duvidosos ou problemáticos (1.3-19)³¹⁴.

Ainda mais discutível poderá talvez resultar a inclusão, num catálogo de traduções *da literatura espanhola* (e não da literatura *em espanhol*), de obras de outras duas figuras ectópicas *liminares* de que nos ocuparemos conjunta e sucintamente a seguir: o peruano Pablo de Olavide (1725-1803) e a cubana Gertrudis Gómez de Avellaneda (1814-1873). À diferença do que acontecia com Luis de Granada e Juan de Palafox, neste caso deparamo-nos com produtores nascidos fora da Espanha peninsular (respectivamente: Lima e Puerto Príncipe, actual Camagüey), mas que a certa altura se deslocam para a metrópole e nela se instalam, participando a partir daí no sistema literário (e sociocultural) espanhol³¹⁵. Ou seja, como Fray Luis de Granada e Palafox y Mendoza, mas na direcção inversa, Olavide e Avellaneda, são autores híbridos, *pertencentes* a mais do que uma literatura (e cultura), pois desenvolvem boa parte da sua produção literária “fuera del lugar propio, fuera del espacio o territorio, en sentido geográfico y también en sentido cultural, en el que ha nacido o se ha formado el sujeto productor” (Albaladejo, 2011: 143). Se nesta investigação os consideramos dentro da literatura espanhola é por termos em conta que um sistema literário – no caso, o espanhol – não só “ultrapassa o espaço social e político originário da sua actividade” como pode ainda “atingir, ou ser atingido, por [pessoas] pertencentes em origem a espaços sociais e políticos diferentes” (Torres Feijó, 2004: 428)³¹⁶.

³¹⁴ Aproveitamos para fazer notar que o *Compendio* de Luis de Granada acima comentado também coloca hesitações por motivos análogos aos que agora referimos. Afinal de contas, essa obra granadina é, como o próprio título indica, uma súplica *de diversos autores que desta materia escreverão* (citamos pela edição príncipes, de 1559) – as fontes concretas são especificadas por Alonso Romo, 2004: 70-71. De novo podemos questionar-nos se, presumindo uma prévia redacção castelhana manuscrita na base da versão portuguesa publicada em 1559, estaríamos diante de um texto *original* espanhol.

³¹⁵ Não cabem aqui ilustrações da *pertença* dos dois autores à literatura espanhola, na consideração de muitos dos críticos e historiadores que deles se ocupam, segundo tivemos oportunidade de constatar na abundante bibliografia que folheámos. Apenas referiremos que o adjetivo “espanhol/-a”, aplicado à produção e circulação literária de ambos, aparece com significativa frequência. Blanco Aguinaga, Rodríguez Puértolas e Zavala (2000, I: 476) referem-se, por exemplo, a Olavide deste modo: “economista agrario que vino de sus tierras peruanas *para incorporarse a los ilustrados peninsulares*, y a quien se recuerda como repoblador de Sierra Morena” (itálicos nossos). É preciso referir, no entanto, que nalguns casos prefere-se integrar estes autores no âmbito das literaturas hispano-americanas. Acontece, por exemplo, com Gertrudis Gómez de Avellaneda na *Historia esencial de la literatura española e hispanoamericana* de Felipe B. Pedraza e Milagros Rodríguez (Madrid *et al.*, Edaf, 2008, 3ª ed. revista e actualizada). Aí é-nos apresentada como “la figura más conocida del Romanticismo cubano”, mesmo se “vive la mayor parte de su vida adulta en España, adonde se traslada en 1836” (p. 364).

³¹⁶ O autor citado menciona, a modo de exemplo, o caso do italiano Antonio Tabucchi (falecido em 2012) no campo literário português contemporâneo – resulta evidente que Tabucchi “é um importante agente no referido sistema, que nom deve ser posto de parte se se quer estudar” esse mesmo sistema (Torres Feijó, 2004: 428).

Além dessas mais ou menos problemáticas traduções *da* literatura espanhola, as espécies que, porventura, nos geraram maiores embaraços no processo de construção do catálogo foram, das três grandes categorias acima enunciadas, as do segundo grupo. Deixando, segundo dissemos, as ocorrências da terceira categoria para mais adiante (*vid. infra* III.2.6), abordaremos agora as da segunda – aquelas que respondem ao fenómeno da tradução indirecta, prática “recorrente no contexto português de chegada” à que Hanna Pięta lhe dedica um amplo espaço no seu estudo sobre a tradução da literatura polaca para a língua portuguesa (Pięta, 2013: 35-51), uma vez que tal modalidade de tradução representa cerca de oitenta por cento dos produtos importados dessa literatura entre 1855 e 2010 (Pięta, 2013: 250). O recurso à tradução indirecta ou mediada não é, porém, exclusivo das relações literárias marcadas pela “distância linguística e/ou geográfica” (Pięta, 2013: 43), onde parece mais lógica ou expectável a sua manifestação. No caso das literaturas portuguesa e espanhola são outro tipo de *distâncias* as que determinam o aparecimento desta mesma modalidade, e a sua importância já foi posta em relevo por Rita Bueno Maia (2012), num extraordinário estudo de caso sobre a (anómala, quando comparada com outras literatura europeias) recepção do género da picaresca espanhola em Portugal que veio mostrar como se comportou o sistema literário português, periférico e dependente, em relação à importação dos romances picarescos espanhóis, e porque o fez – por acaso atestando as sugestões de Antón Figueroa (2004), várias vezes invocadas no presente trabalho, acerca da heteronomia do campo literário, particularmente quando de relações literárias *internacionais* se trata.

Uma tradução indirecta ou mediada, tal e como aqui foi considerada, implica no mínimo três línguas (a da fonte mais remota, a de mediação e a termo) e supõe a existência prévia de, pelo menos, dois textos de partida: um original ou texto fonte primário e um (ou mais) texto(s) mediador(es)³¹⁷. Sendo a finalidade desta investigação

³¹⁷ Remetemos novamente para Pięta (2013: 38-40), e particularmente para a sua definição operativa de tradução indirecta (Pięta, 2013: 40): “uma tradução [a tradução final] em língua diferente da do TP (primário) e do TM [o texto de mediação], feita a partir de um TM [texto de mediação] que constitui uma tradução orientada para a publicação”, e não simplesmente como auxílio para a tradução, como acontece com a tradução interlinear. A tradução indirecta assim entendida (*stricto sensu*) não abrange, portanto, outras modalidades de tradução às vezes contempladas dentro do espectro da indirectude, como a já mencionada tradução interlinear ou a retradução (tradução de um texto de partida para o qual já existia, na língua de chegada, uma tradução anterior), por exemplo. Por seu turno, Rabadán e Merino (2004: 25-26) explicam que uma “traducción mediada (mediatizada o de segunda mano)” é um “texto meta que resulta del traslado de un texto que a su vez es una traducción directa del original. Por definición la traducción mediada es indirecta o de segunda mano”. Ao que Pięta denomina de “texto de mediação” referem-se estas autoras como “traducción intermedia” (do inglês *intermediate translation*; *cfr.* Kittel *apud* Toury,

estudar a tradução da língua e literatura espanholas para a língua e a literatura portuguesas, decidimos que apenas seriam recolhidas traduções indirectas com uma fonte primária espanhola, descartando aquelas em que o castelhano surgia no texto de mediação ou tradução intermédia. A tarefa resultou relativamente simples nos (raros) casos em que a apresentação peritextual do texto final em português era explícita a esse título. Com efeito, nalgumas ocasiões a tradução dizia-se, logo na folha de rosto, feita a partir do castelhano (texto mediador), mas nesse mesmo peritexto apontava-se para uma origem última (texto primário) não espanhola³¹⁸.

Esses translatos em que, abertamente, a língua castelhana havia servido de ponte entre a fonte primária e o texto final em português não seriam (nem são) objecto do nosso interesse. Mesmo constituindo um fenómeno altamente revelador da ascendência da literatura espanhola sobre a portuguesa, que valeria sem dúvida a pena examinar numa outra investigação, não fazia nem faz parte dos objectivos desta contemplar interferências de outros sistemas literários e culturais, mesmo que venham mediadas por via da literatura e da língua espanholas³¹⁹.

No entanto, o fenómeno da indirectude não é, por via de regra, assim tão simples de ser detectado. Aliás, a dificuldade mais evidente que colocam ao investigador os textos envolvidos nestas situações tem a sua raiz no que Toury (2013: 165) denomina de

2012: 161, nota 1 e *apud* Pięta, 2013: 35-36), definindo-a como “la traducción directa de un TO [texto original] y que se utiliza a su vez como fuente (texto de origen pero no original) para realizar otra traducción a una segunda lengua meta”.

³¹⁸ Vejam-se, a modo de exemplo, estes dois títulos omitidos na inventariação em anexo, retirados ambos da profusa literatura panfletária vinculada à Guerra Peninsular e os dois datados de 1808: *Inventario dos roubos feitos pelos fracezes em os paizes invadidos pelos seus exercitos, traduzido de um papel inglez intitulado Cartas d’Alfredo para o idioma hespanhol, e deste para o portuguez por F. I. J. C.* (GRI 2810, BNP: H.G. 6750//18 V.); *Proclamação do Nosso Santissimo Padre Pio VII aos hespanhoes, tirada de hum suplemento ao Diario De Valença de 4 d’Agosto de 1808* (GRI 2841, BNP: H.G. 14955//12 P.). Somos conscientes de que este tipo de identificação através do peritexto é limitada e até pode levar a engano, pois apenas diz respeito ao *status* do translato, e esse *status* não tem necessariamente de concordar com a origem (*cfr.* o esquema de Delabastita, 2008, mencionado em III.1.1.A). E se as espécies que descartámos baseando-nos unicamente na apresentação peritextual do texto final em português (*status*) respondessem na realidade (*origem*) a pseudotraduções na própria literatura do alegado texto mediador (o qual, assim sendo, constituiria na verdade o texto primário, espanhol)? Sempre que foi possível, tivemos o cuidado de excluir tal hipótese, embora nalguns casos teria sido necessário empreender uma pesquisa (*v. gr.*, descender ao terceiro nível contemplado no modelo de Delabastita, o das características) que, infelizmente, não estávamos em condições de realizar.

³¹⁹ Deixaremos apenas anotado, nesse sentido, que, segundo tivemos a oportunidade de comprovar ao longo da nossa pesquisa, é bastante frequente encontrar na imprensa portuguesa artigos explicitamente retirados de publicações periódicas espanholas, por seu turno traduções do inglês ou do francês. É bem possível que existam muitos outros casos de indirectude com o castelhano como língua medial, não revelados abertamente, que só uma abordagem histórica dentro do modelo descritivo-comparativo de que fala Lépinette (1997) poderá revelar.

non-markedness ou ausência de marcas de indirectude³²⁰; isto é: longe de revelar ou seu carácter mediado, ditos textos são habitualmente apresentados ora como traduções directas, ora como textos originais (pseudo-originais)³²¹. Daí uma outra complexidade que também encerram, relacionada com a identificação das línguas (e literaturas) de partida implicadas nos traslados deste tipo. Consequentemente, e por causa da ausência de marcação ou até manifesta ocultação de indirectude típica destas espécies, foi preciso muitas vezes proceder, em primeira instância, a indagações relativamente aturadas para poder desvendar que um dado item por alguma razão suspeito de indirectude era, de facto, uma tradução indirecta, quais as línguas nela implicadas e se a língua espanhola estava, mesmo, na origem última do produto traduzido. Casos houve em que resultou impossível apurar a procedência linguística das espécies³²² ou em que as aparências iludiam, e o que parecia (ou até se afirmava) ser uma tradução *do* espanhol, não o era³²³.

³²⁰ A razão desta falta de marcação, que é característica tanto dos *habitus* translatórios do passado como do presente (em que a modalidade da tradução indirecta continua a ser frequente), prende-se com a estigmatização do recurso à indirectude. Cfr. Pięta, 2013: 42-43, epígrafe “Percepções gerais relacionadas com a tradução indirecta”, onde, como sinal do desprestígio em que se encontra, muito por causa do mito da superioridade do original desenvolvido na época romântica, nos recorda a autora que a tradução indirecta é desaconselhada pela UNESCO (Declaração de Nairobi, 1976).

³²¹ Por isso (entre outras razões) a categorização das espécies pela via peritextual é, conforme avançámos em II.4, falível ou insuficiente: “no se puede saber a ciencia cuándo un texto traducido lo ha sido directamente del original o desde traducciones realizadas a otras lenguas, hasta que no se acomete algún tipo de estudio o análisis comparativo” (Rabadán e Merino, 2004: 26). O mesmo se aplica no que diz respeito à detecção da pseudo-originalidade.

³²² Por exemplo, não incluímos no catálogo dois registos de GR (GRII 5087 e GRII 5296) relativos a *Os amores de Eduardo e Anna ou seu padecer e morte. Novela trad. do espanhol por o redactor do Ramalhete – J. X. P. da S.* Será uma tradução indirecta através da língua castelhana? Em língua espanhola o título mais próximo que conseguimos desencantar foi um relato anónimo publicado no dominical *El pensil del bello sexo*: “Ana y Eduardo ó la doble prueba de amor” (7/12/1845, n.º 3, pp. 21-23). Trata-se, sem dúvida, de uma mera coincidência nos nomes dos protagonistas, pois a narração espanhola é de 1845 e as espécies atrás apontadas datavam de 1839 e 1840.

³²³ Um exemplo ilustrativo é um devocionário intitulado *Ramalhete de divinos louvores* (1821), que encontramos em *A Tradução em Portugal* (GRI 3955), embora colocado erradamente no ano de 1825. A espécie, aparentemente um texto não traduzido, é identificada por Rodrigues como sendo uma tradução oculta de “[Sierra, Bernardo]”; ou seja, do *Ramillete de divinas flores*, de Bernardo ou Bernardino de Sierra (ca. 1661) – livro de grande (e duradouro) sucesso editorial, várias vezes reimpresso desde o último quartel do século XVII até ao século XIX (cfr. Moll, 1993). Contudo, pudemos averiguar que esse texto de partida em língua castelhana era, na realidade, e por sua vez, uma tradução – motivo pelo qual foi a espécie descartada. Tal como, de resto, sugeria o próprio subtítulo português, estávamos diante de uma tradução indirecta, por via espanhola, de um texto primário redigido na língua latina, pois era este um breviário *offerecido aos escravos do SS. Sacramento* em que as orações se dão *em língua Portuguesa para aproveitamento dos que não sabem Latim*. Outro caso que mostra bem o quão complexos resultam estes processos de reconhecimento da indirectude e de identificação das línguas nela envolvidas é a primeira edição portuguesa do panfleto antijesuítico *Monita secreta. Instrucções secretas que devem guardar todos os religiosos da Companhia*, a qual veio a lume, significativamente, em 1820, sob uma atribuição autoral manifestamente espúria (a do italiano Cláudio Acquaviva, Geral da Ordem entre 1581 e 1615). Esta primeira versão impressa em português de um libelo que circulou com profusão pela Europa desde o século XVII apresenta-se peritextualmente como tendo sido *fielmente traduzida da língua hespanhola na portugueza*. Verificou-se, mais uma vez, que o texto de partida castelhano tinha aí servido de intermediário, pois a primeira edição do texto primário foi feita em latim, em 1614, em Cracóvia, com o

Existiam, ainda, determinadas manifestações textuais de indirectude que nos suscitaram fortes dúvidas sobre a pertinência da sua inclusão num catálogo que pretende reunir traduções *da literatura espanhola*. Porque, além da (maior ou menor, segundo os casos) resistência que apresentavam à elucidação dos enigmas atrás enumerados, pela intensidade da manipulação a que tinham sido submetidos os respectivos textos de partida nos correspondentes processos de reescrita, acabavam por *tornar-se* produtos (reescritos) *originais* de mais do que um sistema literário, *pertencendo* desse modo a várias literaturas. Convém insistir em que todo o texto literário, original ou traduzido, *pertence* ao sistema em que circula – não é essa indiscutível *pertença* a que agora se invoca, mas antes o modo como tal *pertença* é assumida no sistema, tendo em conta a dinâmica do *próprio* e do *alheio*. Assim sendo, e pelas razões que a seguir tentaremos esclarecer, a interrogação que nos colocavam estas espécies dizia respeito à idoneidade de estudá-las numa investigação centrada nos textos traduzidos *da literatura espanhola* e não *através* dela. Exemplificaremos um pouco para melhor compreensão das hesitações que nos ocasionaram as espécies de que agora falamos.

Para começar, deparámo-nos na fase de pesquisa com o que podemos chamar de traduções indirectas (mais ou menos) *ocultas* do espanhol. São publicações portuguesas (texto final ou T3) que se apresentam peritextualmente (mediante a atribuição autoral, sobretudo) como importações (traduções directas) de um produto literário gerado num sistema e num idioma que não é o espanhol, senão o do texto mediador (T2) – os produtos finais em português circularam, portanto, como representantes textuais não da literatura espanhola, mas antes do sistema intermediário. Para esse texto mediador, ponto de partida mais imediato do traslado em português, é possível assinalar uma relação genética com uma fonte espanhola (T1). Todavia, a intensa domesticação a que foi submetido o T1 (a origem mais ou menos reconhecida ou mais ou menos reconhecível do T2) no processo de reescrita faz com que o produto daí resultante (T2) seja encarado na própria literatura intermediária como mais do que uma *mera tradução*, como um produto *próprio* dessa literatura. No fundo, pois, o que estava nestes casos em

título de *Monita privata Societatis Jesu* (vid. José Eduardo Franco e Cristine Vogel, “As *Monita secreta*: História de um *best-seller* antijesuíta”, *PerCursos*, vol. 4, n.º 1, 2003, pp. 93-133, disponível em <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1462/1234>, consultado a 5/1/2013). Por acaso, e para maior complicação, nessa primeira edição polaca afirma-se que a *Monita* é a tradução latina de um manuscrito redigido em espanhol, achado em Pádua – tudo o qual faz parte, porém, das estratégias de falsificação de uma obra que pretende passar por um autêntico documento confidencial, por um verdadeiro manual reservado ao consumo interno de alguns membros da Companhia de Jesus. Assim sendo, também não foi incluído este traslado no nosso catálogo.

causa era, de novo, a definição de *tradução* (vid. *supra*, ponto A). Se traduzir é *dizer quase a mesma coisa* (Eco, 2005) até onde é que poder ir esse *quase*? Quando e porque é que podemos estabelecer que já não se diz *a mesma coisa* ou que, dizendo-se quase a mesma coisa, o texto que a diz já não é *somente* substituto funcional do primeiro e por isso representante imagológico da literatura origem (tradução), mas um produto diferente, *novo, próprio* da literatura meta? As versões portuguesas dos romances de Alain-René Lesage *inspirados* em ou *derivados*³²⁴ de obras picarescas e parapicarescas espanholas, mas ao mesmo tempo *inequivocamente franceses*, são paradigmáticas destas problemáticas traduções indirectas ocultas ou semiocultas do espanhol (vid. *infra* III.2.6), que por isso mesmo decidimos inserir no catálogo de traduções duvidosas (anexo 1.3)³²⁵.

Idêntico raciocínio, mas à inversa, pode aplicar-se aos casos em que o texto de partida mais imediato (T2), espanhol, supõe a reescrita de uma fonte primária (T1) da qual se distancia o suficiente como para poder *transformar-se em* produto *próprio* da literatura espanhola, e como tal passar para a literatura portuguesa através do T3. Acontece, por exemplo, com as obras do há pouco citado Pablo de Olavide. Dois conjuntos textuais da sua autoria são traduzidos para português na mesma data (1802), apenas um ano antes da sua morte (1803). Por um lado, aparece em vernáculo parte da colecção de narrativas que Olavide dera a conhecer a partir de 1800 sob o pseudónimo de Atanasio Céspedes y Monroy (*Lecturas útiles y entretenidas*, as primeiras editadas em 1800-1801), tendo sido a respectiva versão portuguesa dessas novelas publicada em 1802 (dentro das *Leituras uteis e divertidas* de António Manuel Policarpo da Silva) e várias vezes reeditada mais à frente (1807, 1811, 1819, 1828); por outro lado, e no mesmo ano de 1802, sai a lume em versão traduzida *El Evangelio en triunfo* (1797-98).

³²⁴ Veja-se o conceito de “texto derivado” de Rabadán e Merino (2004: 26), que voltaremos a invocar um pouco mais adiante: “las reproducciones de modelos (clones) o las reescrituras de segunda, tercera, etc., mano serían por definición textos derivados. Se trataría de textos que no han sido reproducidos directamente del original, sino a partir de traducciones previas”. Cabem nesse rótulo, logo, dois tipos de transferência ou apropriação literária diferentes, embora possam confluir em determinados casos: por um lado, as reescritas de modelos literários (“clonación”); por outro, as reescritas de textos (tradução propriamente dita) através de uma sequência de indirectude múltipla, uma vez que a cadeia translativa que conduz até ao texto final implica vários textos intermediários.

³²⁵ Segundo veremos ao tratar as traduções cervantinas (III.2.2), a imitação (ou, melhor, imitação-continuação) da *Galatea* que realiza Jean-Pierre Florian em 1783, na versão para a língua portuguesa feita por Bocage (1802), circula desde o primeiro momento em Portugal, abertamente (peritexto), como uma tradução indirecta de Miguel de Cervantes. Por essa razão esse translatato português e as suas respectivas reedição de 1819 e retradução de 1840 são incluídos no anexo 1.1 como ocorrências (não problemáticas) de indirectude, muito embora o grau de manipulação do texto de partida espanhol seja no caso de Florian tão intenso quanto acontece com os romances de Lesage que acabámos de mencionar, e apesar de que o estatuto translativo da *Galatée* resulte igualmente ambíguo.

Em ambos os casos existe uma (complexa) relação genética dos *originais* espanhóis com textos franceses que nos levou a colocar as respectivas edições portuguesas no anexo 1.3 (*vid. infra* III.2.6 para mais pormenores). Apenas a título ilustrativo, adiantamos que, conforme se detalhará em III.2.6, parece que muitas das *Lecturas útiles y entretenidas* (todas?) são versões naturalizadas do francês, o que não impede que possamos “continuar estudiándolas como si fuesen de hecho españolas” (Sebold, 1995: 178).

Temos outro exemplo na atrás citada *Peregrinación de Filotea al santo templo y al monte de la Cruz*, de Juan de Palafox, em cuja génese se encontram dois textos preexistentes, em latim e em francês, que o autor *re-cria* ou *re-escreve*, livremente, na língua castelhana (*vid. infra* III.2.6). E poderíamos ter, ainda, mais um, o qual finalmente não estimámos dentro da nossa inventariação, mas que não deixaremos de comentar, pelo seu valor ilustrativo das complexidades envolvidas na identificação das espécies indirectas não marcadas. Trata-se de uma obra teatral, publicada em 1843 como aparente original de Antonio Xavier Pereira d’Azevedo (falecido em 1814, com apenas trinta anos), intitulada *Zulmira. Drama em dous actos em verso* e reeditada no Rio de Janeiro no ano a seguir como *Zulmira, ou a constância d’amor*.

Apesar de ter vindo a lume em qualidade de texto não traduzido, Inocêncio indica que é uma “imitação liberrima” (DBP, I: 298) de *El duque de Viseo*, de Manuel José Quintana (1801) – um texto de partida castelhano de assunto português, como se deduz facilmente pelo título (*vid.* Figueiredo, 1917: 87). Em princípio parece que estamos, assim sendo, diante de uma tradução directa, livre e oculta, de uma fonte espanhola. Como tal parece havê-la considerado Gonçalves Rodrigues (GRII 5993; *vid. tm.* Pérez Corrales, 2003: 81), quem aliás a regista sem colocar os devidos parênteses rectos no nome do pré-romântico espanhol (a quem lhe atribui a autoria baseando-se em Inocêncio): como dizemos, o nome de Quintana não consta da publicação.

Ora, pelo que pudemos averiguar, e apesar de figurar numa colectânea chamada *Teatro Nuevo Español*, o próprio texto em castelhano era um produto derivado do inglês, uma peça ‘inspirada’ em *The Castle Spectre*, de Matthew G. Lewis (1796), tal como o mesmo Quintana reconhece na “Advertencia” prévia³²⁶. Confessando aí o autor ter “sacado” do drama inglês de Lewis o “asunto de esta tragedia”, indica também as

³²⁶ Pode ler-se na edição prínceps, digitalizada na GB, tomo IV da citada colecção *Teatro Nuevo Español*, impressa em Madrid, na oficina “de D. Benito García, y compañía”, ano de 1801.

coincidências com a fonte e as muitas liberdades que tomou na sua adaptação ao espanhol, de forma que “con unos mismos elementos la composición es diversa”. Em qualquer caso, um historiador da tradução da competência e autoridade de Francisco Lafarga não hesita em considerar *El duque de Viseo* como um texto traduzido³²⁷. Por esse motivo, descartámos a espécie do nosso catálogo, encarando a *Zulmira* de Azevedo (T3) como uma tradução, indirecta e oculta, do inglês (T1), mediada pelo espanhol (T2).

Na mesma indefinição identitária que assinalámos para os casos vistos até aqui (os romances de *Lesage*, a *Peregrinación* de Palafox, as obras de Olavide) encontra-se, por fim, um conjunto de textos portugueses que são resultado de uma complexa sequência de reelaborações textuais prévias, interlinguísticas como intralinguísticas, e que, por isso mesmo, acarretaram desafios ainda mais intensos no que toca à determinação da sua origem e *pertença* literária. Trata-se de títulos, em geral anónimos, que nos séculos XVIII e XIX circulam em Portugal (e no Brasil, aonde também chegaram³²⁸) no seio de uma viçosa literatura popular ou de cordel para cujos destinatários pouco importa conhecer a procedência ou a autoria dos textos³²⁹. Nesse âmbito mais do que em qualquer outro, podemos afirmar que os leitores ou consumidores, simplesmente, “are not interested in whether a text is a translation or not” (Halverson, 2008: 348), motivo pelo qual o peritexto nem sempre informa, nem precisa de informar, do *status* (traduzido ou não traduzido) do produto e da sua proveniência literária.

Aludimos a espécies constantes de *A Tradução em Portugal* como – citamos os títulos abreviadamente e modernizando as grafias – a *História da donzela Teodora*, a *História do imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França*, a *História do grande Roberto Duque de Normandia (Roberto do Diabo)* ou a *História da princesa Magalona*. Para estes títulos em língua portuguesa (texto final) é possível apontar uma

³²⁷ Cfr. o dito na p. 199 do seu artigo “Teatro inglés y alemán en traducción”, in F. Lafarga (ed.), *El teatro europeo en la España del siglo XVIII*, Lleida, Universitat de Lleida, 1997, pp. 195-199. A abundância de textos traduzidos nos seis tomos do *Teatro Nuevo Español* explica o título de um trabalho anterior do mesmo estudioso: “Sobre el Teatro Nuevo Español (1800-1801), ¿español?”, in J. C. Santoyo (ed.), *Fidus interpres. Actas de las primeras jornadas nacionales de historia de la traducción*, León, Universidad de León / Diputación de León, vol. II, pp. 23-32.

³²⁸ Por isso mesmo, alguns desses títulos foram estudados por Luís da Câmara Cascudo em *Cinco livros do povo. Introdução ao Estudo da Novelística no Brasil* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1953).

³²⁹ Já vimos como a *função autor* de que fala Foucault (1987 [1969], *vid. supra* II.4), hoje imprescindível para os textos ditos literários, não é universal; ou seja, não é exigida para todos os discursos, em todos os tempos e em todas as culturas. Em dados momentos e e em dados espaços, pode resultar indiferente para certos receptores, ou para determinados discursos, *quem fala*. É este o caso da chamada *literatura de cordel*.

procedência textual imediata espanhola, que o investigador descobre quer mediante a consulta de fontes indirectas (paratextualmente, portanto), quer até graças à assunção peritextual (mais ocasionalmente). Ora, havendo-se revelado por essas vias uma (segura ou provável) origem linguística espanhola mais próxima para o produto português (T3), não resulta simples dilucidar se tais textos de partida castelhanos devem ser encarados ou não como traduções eles próprios (T2).

Em caso afirmativo, como aqui fizemos (logo se compreenderá o porquê), entender-se-á que se trata de manifestações de indirectude em que ao castelhano lhe coube o papel de língua de mediação e, em consequência, os respectivos textos finais portugueses (T3) ficarão fora de uma inventariação que tenciona examinar traduções *do* espanhol, não *através* dele. Porém, como dissemos, a tarefa de identificação *identitária* destas espécies vê-se dificultada pela sua dilatada e enleada história de transmissão (não só escrita como também, tantas vezes, oral) e de reelaboração textual, a qual acarreta intrincadas viagens no tempo, no espaço e nas línguas até chegar ao sistema literário português em versão traduzida, onde são resultado de uma multiplicação de traduções indirectas prévias. Sendo, pois, estes textos fruto de processos de reescrita intensos do ponto de vista quantitativo como qualitativo (pelo grau de domesticação a que foram submetidos previamente), e havendo-se entretanto gerado nesse processo de indirectude múltipla uma sequência de textos mediadores que colocam, eles próprios, dúvidas quanto ao seu estatuto, o único que podemos constatar com alguma certeza é que detêm a condição de *património* de mais do que uma literatura.

As versões castelhanas (aqui consideradas) como textos intermediários (T2) podem, em boa verdade, ser encarados como *produtos originais* da literatura espanhola – sistema ao que, seja como for, e como já atrás advertimos, certamente *pertenceram*, na medida em que foram por ele *apropriados*, acolhidos e consumidos –, da mesma forma que os textos portugueses daí resultantes (T3) podem, pelo menos nalguns casos, encarar-se como *produtos originais* da literatura portuguesa. Para tentar ilustrar a complexidade que envolve o tratamento destas espécies, iremos servir-nos agora de um título coligido por Gonçalves Rodrigues em *A Tradução em Portugal: a História da Imperatriz Porcina*. Embora não seja alvo de análise no presente estudo (foi logo descartada por não proceder de um texto espanhol), esta peça da chamada literatura de cordel portuguesa exemplifica bem as dificuldades a que nos estamos referindo para o conjunto de espécies duvidosas a que aludimos, às quais podemos designar de *derivadas*

no duplo sentido que a esse termo lhe dão Rabadán e Merino (2004: 26), e para as quais nem sempre é possível identificar com precisão a sua procedência mais remota, traçar o percurso seguido por esse seu ascendente textual (o que estaria na origem última do texto português) e determinar as vias e os modos de entrada nos diferentes sistemas que o acolheram. Seguiremos uma linha de raciocínio que nos levará a pôr em causa o próprio facto de considerá-las, em certos casos pelo menos, como *traduções* (tal como o faz Rodrigues), porque o que está em jogo em muitos desses casos não é a importação de textos, mas antes de motivos e de modelos literários.

O título que agora se invoca apenas a *título* de exemplo, a *História de Emperatriz Porcina*, circulou com extraordinária força em Portugal (e, mais tarde, no Brasil), desde 1649 (GRI 248), data da edição mais antiga conservada³³⁰. Ligada à “celebérrima lenda de *Crescência*, que [com esse ou outros nomes para a protagonista feminina] ocupou a imaginação da Idade Média da Europa” (Braga, 1994 [1885]: 323-324), desenvolve esta *História* um motivo (o da falsa acusação de adultério) cujo testemunho literário mais antigo parece ser hindu (*cfr.* Alvar, 2010: 234-236). A partir dessa forma embrionária do relato, despoletaram-se inúmeras versões, em Oriente e em Ocidente, com as consabidas variações nos pormenores da trama – os especialistas vêm-se obrigados a agrupar em famílias de textos a cerca de uma centena de variantes existentes em todo o mundo. Na Europa medieval, difundiu-se tanto oralmente como por escrito, ficando registada em exemplários latinos como o *Gesta Romanorum*. As versões vulgares mais antigas da narrativa na Península Ibérica, como a que se encontra na cantiga V das *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X ou, já no século XIV, no *Cuento de una santa emperatrís* castelhano, entroncam ao que tudo indica numa fonte francesa, os *Miracles de Notre-Dame* de Gautier de Coincy³³¹.

³³⁰ Uma cópia do exemplar depositado no Museu Arqueológico e Etnográfico José Leite de Vasconcellos (actual Museu Nacional de Arqueologia), é reproduzida nas pp. 46-49 de um estudo sobre a “Imperatriz Porcina no romance e no teatro” feito por António Machado Guerreiro e Maria Aliete Dorcas Galhoz e publicado no n.º 10 da *Revista Lusitana* (nova série), de 1987, pp. 41-84. Dito estudo (e transcrição) está disponível em http://www.fl.up.pt/unidades/centros/ctp/lusitana/rlus_ns/rlns10/rlns10_p41.pdf (acedido a 8/9/2013). Presentemente, o catálogo em linha da biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia não devolve qualquer registo, motivo pelo que, quiçá, encontremos esta observação no repositório elaborado pelo projecto Iberian Books (Center for the History of the Media, University College Dublin): “The work [que aí se data do ano 1647] may be genuine, but there is a heightened possibility that this work could be a bibliographical ghost. An exemplar may survive in only a single copy, or there may be no known surviving copy” (<http://iberian.ucd.ie/view/iberian:52462>, 18/8/2015).

³³¹ Uma dezena de versões peninsulares do relato, incluída a portuguesa de que agora nos ocupamos, foi há muito elencada por José M.ª Roca Franquesa num artigo publicado na *Revista de la Universidad de Oviedo* (1947), intitulado “El cuento popular ‘La mujer casta deseada por su cuñado’ a través de nuestra literatura peninsular (Ensayo de literatura comparada)”. O trabalho, que estuda algumas dessas versões

A versão portuguesa de 1649, sob a forma de romance em redondilha, leva um extenso rótulo que começa assim: *Historia novamente feita de Emperatriz Porcina*. Como se vê, o título convida-nos a tratá-la como uma obra *re-elaborada* e a pressupor a existência de uma *feitura* anterior. Não revela o peritexto o nome do *refazedor* (de facto, Rodrigues consigna a espécie como anónima), mas esta versão romanceada do relato em questão, amplamente reimpressa como folheto ao longo dos séculos XVIII e XIX³³², é consensualmente atribuída ao enigmático poeta popular Baltasar Dias, o vate cego da Madeira que Teófilo Braga adscrive à (dita) escola de Gil Vicente, considerando-o “o escritor clássico do povo português” (Braga, 1994 [1885]: 323). Ora, é Dias *tradutor* ou *autor* dos versos de que falamos? Se *tradutor*, qual o texto de partida para esta *Historia novamente feita*? Ela é tradução de *quê*? Pode asseverar-se que haja um texto fonte, e só um? Será ele oral ou escrito? Assumindo, como parece ter feito Rodrigues, que a indicação peritextual “novamente feita” actue como marcador translativo, houve aí tradução interlinguística ou intralinguística? Estaremos, antes, perante uma obra *original* que *novamente* gira à volta de um *topos* ou motivo literário, extenso no espaço e no tempo, disseminado pelas mais variadas fontes? Voltamos a tropeçar-nos, enfim, com as dificuldades para dizer que é *dizer quase a mesma coisa* (Eco, 2005), vistas as múltiplas formas do *dizer*, a elasticidade a que se prestam esse *quase* e esse *mesma*, e as incertezas do que possa ser a *coisa* em casos como este.

Dedicámos longas jornadas a realizar copiosas indagações semelhantes às que acabámos de sintetizar, pois as espécies da literatura popular a que agora nos referimos apresentam parecidas *resistências* às da *Emperatriz Porcina* no que toca à reconstrução da sua história textual e à determinação do *status* da multiplicidade de versões ou reelaborações delas decorrentes. No percurso dessas averiguações, em que manuseámos uma abundante bibliografia, fomos deparar-nos com um extenso volume de Carlos Alvar, em que, reunindo trabalhos dispersos publicados ao longo de mais de duas décadas de investigação, se ocupa profusamente “de la actividad traductora desde el siglo XII al siglo XV en el centro de la Península Ibérica” (Alvar, 2010: 12). Acudimos a este estudo à procura de respostas – que obtivemos – para podermos resolver o

com pormenor (não é o caso daquela que agora nos interessa), encontra-se em <http://hdl.handle.net/10651/5151> (visto a 9/9/2013).

³³² Pode ver-se, digitalizada, a edição de 1813 (Lisboa, Impressão Regia) que disponibiliza CR no endereço <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0044/index.htm> (consultada a 9/9/2013). A BNP apenas conserva um exemplar de 1738 (Lisboa Occidental, Off. de Manoel Fernandes da Costa).

impasse que nos criavam estes *borderline cases*, uma vez que alguns dos títulos espanhóis (T2) que serviram como ponto de partida para as versões portuguesas finais atrás indicadas surgem na Idade Média e são, por isso, tratados pelo autor nesse volume.

Devemos confessar que sentimos um certo consolo ao comprovar que um estudioso do calibre de Alvar se debatia com problemas análogos aos nossos aquando da conformação do seu próprio “corpus de textos que deben ser considerados como traducciones” (para a língua castelhana, neste caso), dada a existência de certos itens que “suscitan no pocas dudas en cuanto a su inclusión o no en un corpus de textos traducidos” (Alvar, 2010: 67). No capítulo destinado à narrativa breve traduzida para a língua castelhana no século XIII, expressa assim esse desconforto:

A las dificultades indicadas [heterogeneidade de materiais, convergência na Península Ibérica de duas tradições (a oriental e a clássica, e com o tempo uma terceira: a ocidental), raíz oral e folclórica de numerosos textos, transmissão textual oral e escrita, etc.] se añaden otras relativas al corpus de textos que deben ser considerados como traducciones: los estudiosos descubren que casi todas las obras medievales son el resultado de un proceso de traducción o adaptación de originales más antiguos. ¿Deben considerarse todos en pie de igualdad a la hora de elaborar una historia de la traducción? La respuesta no es fácil. (Alvar, 2010: 67).

Não é fácil porque, “al lado de ejemplos inequívocos”, aparecem “otros que resultan dudosos, ya sea porque se ignora la fuente, ya sea porque se trata de obras construidas con materiales de diversa procedencia y ensamblados –al parecer– en Castilla” (*ibid.*). Por isso, cabe ao investigador tomar uma decisão. No caso, “he considerado que sólo deben entrar en este libro aquellas obras que se presentan como traducciones, o que no se presentan como elaboraciones originales” (Alvar, 2010: pp. 67-68, n. 65), como o *Calila e Dimna*, por citar apenas um exemplo conhecido. Ficam fora do conceito de tradução que estabelece o autor obras como o *Libro de los doze sabios* ou as *Flores de Filosofía*, entre outras, da mesma época das traduções inequívocas e como elas também “deudoras profundas de la tradición oriental” (*ibid.*), mas que “han sido elaborad[a]s en Castilla” (Alvar, 2010: 73) – esses livros, embora resultem “difíciles de clasificar, pues a pesar de ser obras originales mantienen no pocos elementos de la tradición que les ha servido de base”, prefere encará-los como “frutos autóctonos” que florecem graças à “semilla esparcida” pelas traduções (Alvar, 2010: 75).

Isto é, Alvar encara como traduções aqueles textos da língua castelhana para os quais detecta relações genéticas textuais concretas, embora remotas e largamente

reescritas, e deixa de lado as obras que estabelecem relações genéticas com esses mesmos modelos textuais (o que Rabadán e Merino, 2004, chamam de *clonagem*), embora sejam os das mesmas fontes (orientais) das traduções. Por outras palavras, apenas a importação de *modelos* literários por via da reescrita de *textos* constitui tradução para este estudioso, cujas decisões seguimos de perto, bem assim como as de outros especialistas do âmbito da literatura espanhola que no momento oportuno referiremos (*vid. infra* III.2.6), cujos trabalhos consultámos e conjugámos para concluir que espécies como as acima enumeradas não iriam ser incluídas no levantamento de traduções *do espanhol* apresentado em anexo. Considerá-las-emos, no marco deste trabalho, como traduções de outras literaturas *por via espanhola*.

III.1.2. Critérios de selecção das espécies do catálogo

Por tudo o que se acabou de ver, extensivamente, no capítulo precedente (III.1.1), em vez de oferecermos uma definição estável (Pym, 1998: 55) do que é *literatura espanhola traduzida para o português*, optamos antes por indicar os critérios que conduziram a seleccionar as entradas do catálogo de *traduções literárias do espanhol* (daquilo que, para os fins desta investigação, se entendeu por tal) apresentado em anexo. Pode facilmente coligir-se do dito acima que a relativa simplicidade com que serão apresentados os tipos de espécies reunidas no catálogo é inversamente proporcional às dificuldades que, na prática da investigação, levantou a sua identificação, tratamento e classificação.

Nesta descrição enumerada dos diferentes parâmetros que foram seguidos para construir o catálogo do anexo 1 (parâmetros esses definidos não *antes* de constituir-lo, mas *enquanto* o fazíamos), inspiramo-nos parcialmente na apresentação dos critérios de elaboração da já referida base de dados *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: A Critical Bibliography* tal e como são expostos por Rosa (2012), os quais, contudo, não só desenvolvemos como também reorganizamos e adaptamos à nossa conveniência, necessidades e objectivos³³³. Outras questões relacionadas com aspectos mais práticos da estruturação do catálogo, cujo critério de ordenação principal é cronológico, poderão esclarecer-se consultando a *nota bene* inicial (página i e seguintes do anexo 1).

³³³ Por exemplo, não nos debruçaremos novamente sobre os limites cronológicos da inventariação, explicitados e motivados já na primeira parte desta tese (*vid. supra*, I.3.2).

a) Espaços geoculturais e línguas envolvidas

Começamos pelos espaços geoculturais contemplados na inventariação, no que diz respeito quer aos textos de partida³³⁴, quer aos de chegada. Relativamente a estes últimos, o catálogo reúne traduções publicadas principalmente no Portugal peninsular, sendo que os textos fonte correspondentes a essas traduções normalmente circularam, impressos ou manuscritos, no território peninsular de Espanha. Este esclarecimento – bem como a utilização do adjetivo *peninsular*, no sentido já acima explicitado (*vid.* I.3.1, nota 100 da página 58) – torna-se necessário pela existência, durante o período estudado, de territórios coloniais sob a administração política dos reinos de Portugal e Espanha, em que se desenvolvem literaturas autónomas, mas com uma forte dependência das literaturas das respectivas metrópoles³³⁵. Em geral, a situação em que se encontram as literaturas americanas de matriz portuguesa ou espanhola no marco cronológico aqui em foco enquadra-se na noção de sistema emergente ou proto-sistema utilizada pelo Grupo Galabra da Universidade de Santiago de Compostela, na medida em que no seio desses sistemas dependentes se detectam, *in crescendo*, “práticas tendentes à configuração dum novo sistema segregado do sistema a que se está vinculado” (Torres Feijó, 2004: 429). Estes proto-sistemas ou emergentes sistemas literários ibero-americanos não são objecto da nossa atenção.

³³⁴ Cumpro aclarar que, ao dizermos *texto de partida* ou *texto fonte*, estamos nos referindo ao texto *original* castelhano que o traslado de algum modo representa ou substitui na cultura importadora, e não necessariamente à edição concreta de tal *original* de que se serviu o tradutor ou a tradutora para levar a cabo o seu trabalho translativo. Assim, quando indicamos a data de uma dada fonte espanhola deve entender-se que ela é a da primeira publicação desse *original*, e não a do efectivo *texto de partida* que, em sentido literal, gerou a tradução (um dado que raramente nos é possível conhecer através da abordagem *externa* das traduções que aqui realizamos, sendo necessária para tanto uma abordagem histórica interna). Se no catálogo em anexo preferimos chamar ao *original* de *texto de partida* (tomando, portanto, os dois termos como sinónimos, embora saibamos que *stricto sensu* não são equivalentes) foi também por tentar evitar a carga ideológica que costuma vir associada à designação de *original* (*vid. supra*, II.1).

³³⁵ Basta pensarmos na literatura produzida ou consumida (originais e traduções) no Brasil com anterioridade à instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro (1808); isto é, no período que antecedeu a chegada da corte real portuguesa, a partir da qual, “de um dia para o outro, o Brasil passava à situação de metrópole e Portugal à de colónia” (Marques, 2006: 422). O sistema literário permanecia, porém, em situação de dependência: a afluência de livros editados em Portugal continuou no Brasil joanino, como pode verificar-se em Abreu, 2009 ou Souza, 2007. No que respeita concretamente à literatura traduzida, mesmo nos tempos em que já existe uma incipiente indústria tipográfica e livreira autóctone (mormente, depois de 1822, pois até ali a Imprensa Régia do Rio funcionava em regime de monopólio), a maior parte das traduções que circulam no Brasil são ora importações de livros impressos em Portugal, ora reimpressões de versões previamente editadas em Portugal. Além dos atrás referidos, podem ver-se diversos trabalhos nesse sentido no portal do projecto Caminhos do Romance no Brasil (CR).

Incluíram-se, outrossim, segundo adiantámos atrás (I.3.1 e III.1.1) textos (originais ou traduzidos) editados fora da Península, pois tivemos em consideração as traduções impressas fora de Portugal (mormente em Paris), dirigidas aos portugueses na diáspora, e também não descartámos os originais castelhanos que vieram a lume (ou circularam manuscritos) em análogas condições, dirigidos a exilados ou residentes espanhóis no estrangeiro. Ou seja, decidimos abarcar produtos ectópicos no inventário de traduções em anexo, quer como textos de partida (fontes em língua castelhana), quer como textos de chegada (translatos em português).

Como já se fez notar, acreditamos que existem razões de muito peso para admitir no nosso levantamento produções textuais a que, seguindo Albaladejo (2011), podemos chamar de *ectópicas*. Acarretando por definição um carácter *transnacional* dificilmente enquadrável na óptica tradicional das literaturas nacionais, designadamente quando se manifestam na língua do país (ou numa terceira língua) em que se encontra o produtor ectópico, é evidente também que, ao menos nos casos em que o autor mantém a língua de origem no espaço de acolhimento, essas produções podem fazer parte, e muito importante, do sistema literário de procedência.

Acontece, sem ir mais longe e limitando-nos a ilustrar o que afirmamos com um exemplo retirado da literatura portuguesa, com a obra que a historiografia sagrou como a introdutora do Romantismo em Portugal – o *Camões*, de Almeida Garrett, publicado em Paris, é um poema ectópico que ocupa um lugar central na literatura *en-tópica* a que sem discussão *pertence*, e que é preciso *desterritorializar*. Há anos que Maria Fernanda de Abreu (1999) notava, justamente a propósito deste “poeta do exílio” (a expatriação por motivos políticos é uma das causas mais frequentes da deslocação que origina a literatura ectópica), como “a situação de exílio tem um papel determinante, fundacional, na constituição e configuração do Romantismo literário português, e não simplesmente, como tantas vezes dizemos, por ter permitido a Garrett e a Herculano entrar em contacto com os romantismos europeus” (Abreu, 1999: 175). Sugere-nos a estudiosa, portanto, que o Romantismo português é, em origem, um *movimento literário ectópico*³³⁶.

³³⁶ A mesma ideia é a que se depreende das afirmações de Artur Anselmo (*in* Buescu, 1997: 157) em relação à “edição romântica” em língua portuguesa. Os seus “primeiros testemunhos”, diz-nos Anselmo, “surtem no estrangeiro (sobretudo em Paris e em Londres)” – é ali que vêm a lume obras “caracteristicamente românticas”, todas elas de Almeida Garrett, como o *Camões*, a *Dona Branca* (Paris, 1825 e 1826, respectivamente), a *Adozinda*, a *Lírica de João Mínimo* ou *Da Educação* (Londres, 1828 e 1829). Assim, e embora seja de referir o “apoio inicial à divulgação de obras de autores pré-românticos ou já declaradamente convertidos aos novos padrões estéticos” por parte das duas principais editoras

Contamos já com alguns trabalhos que corroboram e nos permitem conhecer melhor esse “papel determinante” da literatura portuguesa que se desenvolve na língua materna dos produtores deslocados na França da primeira metade do século XIX. Existe um importante contributo bibliográfico nesse sentido³³⁷, e as investigações realizadas por Rita Bueno Maia (2012) no seu estudo sobre as traduções do género picaresco também vieram “lançar luz a algumas das actividades e instituições desenvolvidas” pela comunidade de exilados absolutistas residentes em Paris após o triunfo liberal de 1834, os quais

publicavam periódicos, obras literárias, traduzidas e originais, dicionários bilingues e monolingués, adaptações de clássicos quinhentistas portugueses; dispunham de uma instituição de ensino própria; podiam adquirir livros em língua portuguesa quer em algumas livrarias francesas quer na “Livraria Portuguesa” detida por J.P.-Aillaud. (Maia, 2012: 295-296).

Quer isto dizer, portanto, que essas actividades ectópicas constituem, em casos como o descrito por Maia, um subsistema, para-sistema (Torres Feijó, 2004, n. 8), enclave (Bassel *apud* Torres Feijó, 2004: 429) ou “secção do sistema literário português” (Maia, 2012: 295). Nas actividades literárias (e culturais) que leva a cabo o grupo social que se encontra fora do seu espaço de origem podem operar agentes (editores, tipógrafos, livreiros...) próprios do espaço de acolhimento, mas a vinculação com o sistema literário (e cultural) de procedência é evidente. Ademais, as produções textuais decorrentes de tais actividades (os livros portugueses publicados em Paris pelos exilados absolutistas, no exemplo atrás citado), embora se dirijam inicialmente a um público igualmente *ectópico* (os receptores da comunidade deslocada), podem acabar por circular também no espaço peninsular de origem, aonde chegam por vias esconças, mesmo existindo uma censura que impede a sua entrada pelos canais comerciais normais.

A decisão de contemplar produtos ectópicos no nosso estudo levantou, no entanto, e como já vimos, alguns desafios. Embora nos tenhamos limitado aos textos dessa índole veiculados na língua de procedência, nem por isso deixamos de tropeçar com casos conflituosos ou liminares quanto à sua identificação identitária. Já atrás

estatais (a Imprensa da Universidade de Coimbra e a Nacional de Lisboa) a partir dos anos vinte (v. gr., o *Retrato de Vénus* do mesmo Garrett, publicado pela primeira em 1821), será apenas nos anos quarenta e cinquenta que “entram os editores nacionais na corrida [da edição romântica em português]”.

³³⁷ Referimo-nos às mais de 550 espécies recolhidas por Vítor Ramos em *A edição de língua portuguesa em França (1800-1850). Repertório geral dos títulos publicados e ensaio crítico* (Paris: Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972).

referimos, quando problematizámos a nossa definição (operativa) da literatura fonte, que para efeitos da inventariação bibliográfica aqui apresentada consideramos *espanholas* as produções de certos autores ectópicos que, na realidade, participam em (e *pertencem* a) mais do que uma literatura, visto ser o castelhano língua literária partilhada por vários sistemas. Em III.1.1.C) mencionámos alguns exemplos concretos: Luis de Granada (parte de cuja obra foi escrita e publicada em castelhano no Portugal do bilinguismo), Juan de Palafox (espanhol de origem e formação, mas com um percurso literário que inclui uma etapa novohispana), Pablo de Olavide (peruano com produção *espanhola*) e Gertrudis Gómez de Avellaneda (cubana que, como Olavide, também se insere no circuito literário espanhol).

Por fim, e quanto às línguas implicadas no diálogo tradutor aqui examinado, reiteramos que são considerados textos terminais em língua portuguesa (língua de destino) que representam na cultura importadora, de forma explícita (traduções abertas ou assumidas) ou não (traduções encobertas), textos fonte redigidos em língua castelhana (língua original), mesmo que entre o texto de chegada e o de partida interceda uma terceira língua (língua intermediária ou de mediação). Por outras palavras, segundo já atrás várias vezes apontámos e voltaremos a indicar em breve, ficam registadas no catálogo em anexo traduções directas ou indirectas da língua espanhola para a portuguesa.

b) Modalidades de tradução

Com “modalidades de tradução” referimo-nos ao que Rosa (2012: 212) denomina, no singular, *mode of translation*. Desse ponto de vista, o nosso catálogo é “virtually unrestricted”, uma vez que, segundo vimos atrás com mais pormenor, e tal como acontece no projecto *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000*, aceita traduções directas (realizadas do castelhano para o português) como indirectas (mediadas por um texto previamente traduzido do castelhano para uma terceira língua), alógrafas (o responsável pela tradução e o autor do texto de partida são agentes diferenciados) ou autógrafas (autotraduções), traduções de facto (para as quais existe um texto fonte) ou aparentes (pseudotraduções – textos paratextualmente apresentados como traduções, mas para as que não existe um texto de partida). Cabem na nossa

compilação, ainda, traduções explícitas ou abertas (peritextualmente marcadas como tais) e traduções ocultas (pseudo-originais)³³⁸.

Ainda dentro deste parâmetro caberá lembrar que a noção de tradução com que aqui se trabalha abrange os mais variados tipos de reescrita translativa e métodos tradutórios, admitindo-se, portanto, “versions, adaptations, partial and full translations, or condensations” (Rosa, 2012: 209). Neste sentido, remetemos para a ampla tipologia de traduções estabelecida por Urzainqui (1991) a partir de uma revisão da actividade tradutora do século XVIII espanhol – o qual, “como el europeo”, oferece “opciones muy diversas” dentro do conceito polimorfo ou múltiplice de tradução, “por encima, o más allá, de los dos polos extremos en los que se desenvuelve la actividad traductora de todas las épocas” (Urzainqui, 1991: 623). O trabalho citado é-nos útil na medida em que reflecte “los horizontes y presupuestos con que se movió el traductor” (Urzainqui, 1991: 638), os quais não são exclusivos nem da Espanha nem do setecentos, como sublinha a própria Urzainqui. Isto permite-nos enquadrar o conceito ou definição operativa de tradução historicamente. Já atrás nos referimos ao carácter polissémico do vocábulo e à necessidade, numa investigação como esta, de ter em conta os *habitus* espaçotemporais que determinam o que é um texto traduzido para uma dada situação cultural.

No ensaio em questão, a autora oferece um elenco de até doze tipos de tradução diferentes para os produtos declaradamente traduzidos. Apenas uma dessas modalidades se aproxima do pólo da literalidade ou adequação (Toury, 2012) – a “traducción-traducción”, em que há vontade de “fidelidad y respeto al original” (Urzainqui, 1991: 637); isto é, às normas do sistema de partida. Todas as outras práticas translativas que menciona a estudiosa situam-se na órbita da aceitabilidade em que primam as normas da cultura meta (Toury, 2012), mostrando bem muitas delas “la ausencia de un sentido claro de propiedad intelectual y de originalidad, o cuando menos, la amplitud con que se entendían una y otra” outrora (Urzainqui, 1991: 631). Destacam-se, por serem as mais frequentes, a tradução-selecção ou tradução parcial de um dado texto de partida (de que se escolhe apenas um fragmento), a tradução-abreviação ou tradução compendiada do texto fonte, a tradução-correcção ou tradução filtrada e retocada pelo tradutor, a tradução-nacionalização ou tradução domesticada (adaptada aos gostos, usos, costumes

³³⁸ Deve notar-se que esta modalidade de tradução encoberta, de que mais abaixo falaremos, não é explicitamente mencionada por Rosa (2012: 212): “by mode of translation [this bibliography] is virtually unrestricted, including self-translation, pseudo-translation, direct and indirect translation, retranslation, among others”. Também não aparecem menções precisas ou directas à pseudo-originalidade em Seruya, Moniz e Rosa, s. d.

da cultura meta, com a variante da tradução-actualização, acomodada ao tempo em que se realiza a tradução), a tradução-recriação (adaptação, refundição, próxima da imitação) ou a tradução-paráfrase (amplificação ou glosa do texto fonte).

A essas doze formas de tradução acrescenta Urzainqui, à parte e sem aprofundar nele, o “tipo de traducción subrepticia o semi-subrepticia”, que aqui chamamos de tradução oculta ou encoberta (pseudo-original): “aquellas obras que, constándonos ser traducidas, o sacadas de obras extranjeras, no aparecen como tales en la portada, o sólo de una manera imprecisa y vaga” (Urzainqui, 1991: 625). Recordamos que, baseando-nos nas propostas comentadas na secção III.1.1.A), incluiremos no nosso levantamento bibliográfico as traduções ocultas ou semi-ocultas. Lembramos igualmente as vantagens da aplicação dessas propostas (Delabastita, 2008; Halverson, 2008; Poupad, Pym e Torres Simón, 2009; Pym, 2007), complementares ao conceito touriano de *assumed translation* (Toury, 2012), nomeadamente quando nos deparamos com textos que carecem de indicações peritextuais acerca do seu *status*, ou quando essa marcação peritextual resulta vaga, ambígua ou insuficiente (*vid. supra* II.4). Desse modo, e por referir um único exemplo significativo de *translatos* atingidos por esta falta de marcação, o catálogo em anexo acolhe traduções encobertas de textos de partida da autoria de Miguel de Cervantes, e não apenas as que se revelam abertamente como tais (*vid. infra* III.2.2). Nesses casos, sem dúvida, “«assumed translations» are texts that *the researcher* assumes to be translations, widely extending the target-culture criteria” (Pym, 1998: 60). Estas assunções feitas pelo investigador são, com efeito, subjectivas, mas assentam nas normas da comunidade receptora (Halverson, 2008), segundo as quais a tradução pressupõe a existência de uma relação genética entre dois textos (*origin*) e a partilha de características (*features*) entre eles (Delabastita, 2008).

Além da pseudo-originalidade, outra das modalidades acima mencionadas, e como a tradução oculta também afectada frequentemente pela ausência de marcação (ou pela fraca marcação), deve ser novamente destacada nesta epígrafe – a tradução indirecta. Já várias vezes se observou que o nosso levantamento compreende, ou tenta compreender, todo o tipo de interferência indirecta, mediada (traduções indirectas) ou não mediada (traduções directas), da literatura espanhola no sistema literário português (Even-Zohar, 1992b; *vid. tm.* Maia, 2012: 46-47). Ora, pelas razões que elucidamos em III.1.1.C), nem sempre resultou simples dirimir se uma dada espécie era traduzida *do* castelhano ou *através* do castelhano – motivo pelo qual as nossas decisões mereceram,

justamente, ser expostas com algum vagar na referida subsecção III.1.1.C), para a qual a remetemos.

c) Natureza (tematológica, tipológica, genológica...) dos textos selecionados

Face ao que acontece no supracitado projecto *Intercultural Literature in Portugal*, foram considerados escritos sobre qualquer assunto ou matéria, pertencentes a qualquer categoria ou tipologia textual e género – não apenas textos ficcionais (narrativa, lírica, teatro). Desse ponto de vista, o entendimento que aqui se fez da palavra *literatura* é, como já se advertiu (*vid. supra* III.1.1.B), extremamente lato (etimológico). Desta forma, são consignadas no catálogo obras da literatura popular como da erudita, obras paraliterárias (almanaques, hagiografias, catecismos, devocionários...), tratados científicos ou pseudocientíficos, miscelâneas, etc. Já atrás (na mencionada epígrafe III.1.1.B, para a qual novamente remetemos) problematizámos a nossa concepção abrangente de literatura, explanando e ilustrando as diversas razões que nos levaram a conceder aos itens do nosso inventário tal amplidão tematológica, tipológica e genológica.

Graças a essa abertura, têm cabimento neste estudo os quatro tipos de traduções referidos por Lefevere (1998c: 41), baseando-se na existência de outros tantos tipos de textos, a saber: (1) traduções de textos cujo objecto é a comunicação de informação, (2) traduções cuja finalidade é a circulação do capital cultural, (3) traduções situadas no âmbito do entretenimento e (4) traduções de textos cujo escopo é tratar de persuadir o leitor. Naturalmente, estes quatro tipos de traduções costumam apresentar-se não de forma pura, mas antes híbrida. Por exemplo, no que diz respeito às traduções (e textos) do segundo tipo, é bem possível que “their primary aim may have been to provide information, entertainment, or a mixture of both, or to try to persuade”, antes de começarem a ser reconhecidos “as belonging to the «cultural capital»³³⁹ of a given culture, or of «world culture»” (Lefevere, 1998c: 41). Não deixaremos de notar,

³³⁹ O conceito de *capital cultural*, procedente de Pierre Bourdieu e já aqui várias vezes empregado, “could be succinctly formulated as follows: [...] is what you need to be seen to belong to the ‘right circles’ in the society in which you live” (Lefevere, 1998c: 41). Por outras palavras, “cultural capital is what makes you acceptable in your society at the end of the socialisation process known as education” (Lefevere, 1998c: 42). Veja-se, ainda, mais uma definição para os textos que constituem este capital cultural, o qual “should not be equated with capital as it is used in economics, but which makes it easier for people within a culture to gain access to that kind of capital as well”: “[they] are the texts you need to be able to talk about, or at least bluff about convincingly enough in polite society” (Bassnett e Lefevere, 1998: 7).

ademais, como as traduções do primeiro e o último tipos descritos por Lefevere respondem a essas motivações *extraliterárias* a que alude Pérez Corrales (1993: 79).

d) Meio (suporte)

No tocante aos textos traduzidos registados no catálogo em apêndice, foi contemplado todo o género de material impresso, com independência do número de páginas, a qualidade ou regularidade da impressão. Desta descrição infere-se, em primeiro lugar, que foram excluídas versões manuscritas. Por exemplo, não figuram na nossa inventariação duas traduções teatrais do espanhol conservadas na BNP, ambas transcritas à mão por António José de Oliveira nos finais do século XVIII³⁴⁰ – uma, a *Comedia intitulada Dom João de Espina em França* (1783), é tradução de uma peça da autoria de José de Cañizares (1676-1750)³⁴¹; a outra é a *Comedia famosa intitulada o Magico de Salerno* (1784), e corresponde a um texto de partida de Juan Salvo y Vela (falecido em 1720)³⁴².

Do supradito depreende-se, igualmente, que se incluíram, embora em partes devidamente separadas consoante logo se verá, traduções vindas a lume tanto em publicações não periódicas do mais variado formato (livros, brochuras, opúsculos ou folhetos, folhas de cordel...) como em publicações periódicas. Quer dizer, portanto, que também a este respeito não seguimos o mesmo critério do projecto *Intercultural Literature in Portugal*, o qual se centra nos textos publicados apenas em formato livro (cfr. Seruya, Moniz e Rosa, s. d.). Um objecto este que, por acaso, não goza de uma definição consensual na actualidade. Para constatar a heterogeneidade relativa às condições materiais constitutivas do formato chamado de *livro*, bastará resumir as diversas abordagens jurídicas, bibliométricas ou académicas que refere Pięta (2013: 161-163)³⁴³. Assim, enquanto algumas entidades fazem radicar a sua definição no modo

³⁴⁰ O mesmo amanuense, e pelas mesmas datas (16 de Setembro de 1782), assina uma cópia da *Opera intitulada vida do grande D. Quixote de la Mancha e do gordo Sanxo Pança*, de José António da Silva, ‘O Judeu’, representada no Teatro do Bairro Alto em Outubro de 1733. Sobre esta ópera, que costuma apontar-se como a primeira manifestação da recepção do *Quijote* em Portugal embora não o seja propriamente, veja-se Abreu, 1994: 71-72.

³⁴¹ Tem 55 folhas e pode ver-se em <http://purl.pt/15361/3/#/146> (consultado a 2/9/2014).

³⁴² As 72 folhas deste manuscrito estão digitalizadas em <http://purl.pt/15361/3/#/146> (consultado a 2/9/2014).

³⁴³ A citada estudiosa consultou o livro sobre o livro intitulado *O que é o livro*, de José Afonso Furtado (1995); o *Dicionário do livro*, de Maria Isabel R. Faria e Maria da Graça Pericão (2008), o artigo 1º do Decreto-Lei n.º 176/9 de 1996, publicado no *Diário da República*, e a *Recommendation concerning the*

de circulação e finalidade do impresso sem estabelecerem um número mínimo de páginas, outros organismos sim o estipulam, mas de maneira extremamente díspar entre si (cinco páginas segundo a Agência Portuguesa do ISBN; quarenta e nove no caso da UNESCO, capas e contracapas incluídas).

Não foram colocadas, como dizemos, restrições desse tipo no presente trabalho, aceitando-se qualquer formato impresso, com ou sem periodicidade, e independentemente do seu número de páginas. Desse modo, dividimos as espécies inventariadas em dois grandes grupos, dispostas respectivamente nos anexos 1.1 e 1.2. Por um lado, recolhemos no anexo 1.1 as traduções que foram publicadas de forma independente, em que o texto editado tem autonomia física. Essas traduções correspondem a publicações não periódicas: folhetos, volumes, brochuras, etc. Por outro lado, constituem o anexo 1.2 as que denominamos de traduções avulsas; isto é, as contidas no seio de uma publicação autónoma, quer periódica, quer não periódica (v. gr., antologias), da qual dependem materialmente por nela irem inseridas. Convém esclarecer desde já que, como declararemos de novo no ponto f), este último anexo, à diferença do anterior, não possui um carácter exaustivo.

Já no que diz respeito aos textos de partida espanhóis, admitem-se (alegadas) fontes manuscritas e não apenas obras impressas nessa língua – ao contrário do que acontece com os correspondentes textos traduzidos, os quais somente são inventariados se circularam impressos, conforme vimos acima. Na realidade, é uma situação deveras inabitual, pois o mais frequente é que a versão portuguesa se baseie num texto igualmente difundido em suporte impresso. Todavia, esporadicamente, deparamo-nos com (supostas) traduções que são (ou que, pelo menos, se dizem) retiradas de manuscritos castelhanos inéditos. Assim, por exemplo, o folheto de 1811 *O monstro sem rebuço ou reflexões de hum madrilense em Madrid depois da segunda invasão dos francezes*, alegadamente traduzido a partir “de hum manuscripto hespanhol” por Antonio Maria do Couto, segundo se indica no subtítulo (anexo 1.1-190). Raros são, segundo dizemos, os casos análogos a este. Veremos algum na segunda parte deste terceiro capítulo, mas podemos citar já mais dois, ambos relativos a um mesmo autor espanhol, César González (1.2-13 e 1.2-14) – o peritexto não revela o nome do tradutor,

mas mais uma vez refere o facto de os textos terem sido traduzidos “do manuscripto Hespanhol” ou “do manuscripto original Hespanhol”.

Nestes casos, lançamos mão do conceito touriano de *assumed translation*, revisto, segundo atrás expusemos (III.1.1.A), por autores como Pym (1998, 2007), Halverson (2008) ou Delabastita (2008). Como vimos então, esta noção permite-nos considerar como traduções essas espécies, mesmo não se havendo encontrado os manuscritos aos quais aludem os respectivos peritextos – e podendo eles, inclusivamente, não existir (pseudotraduções). Devemos lembrar o papel que, em tal *assunção translativa*, pode desempenhar a apresentação peritextual, determinando esta o *status* do texto, independentemente da existência efectiva de um texto de partida (*origin*) com o que supostamente mantém similitudes e partilha características (*features*). Assim, pois, a menção no paratexto a um manuscrito de origem espanhola do qual parte o texto português determina o estatuto dos espécimes agora referidos como traduções do castelhano.

O mesmo procedimento justifica a introdução no catálogo de outras espécies para as quais, tal como acontece nos três exemplos agora mencionados, mas desta feita já não tão raramente, foi impossível localizar um texto de partida, impresso ou manuscrito. A presunção de uma origem castelhana derivou em todos esses casos da apresentação ou *marcação* paratextual do produto textual português – uma apresentação peritextual capaz de despoletar o pacto translativo e, ainda, a pressuposição de uma alegada fonte castelhana. Consoante nota Anthony Pym (1998: 62), o envoltório paratextual pode etiquetar ou marcar um dado texto como translato, bastando para tanto que permita distinguir duas vozes enunciativas, a do tradutor e a do autor: “if a paratext allows different discursive slots for an author [“hum madrilense” ou César González, nos exemplos acima] and a translator [Antonio Maria do Couto, anónimo], then the text may be said to be a translation”. Seguindo este princípio da “discontinuity between subject positions” convocada (ou não) pelos paratextos, consideramos as espécies em causa (todas aquelas para as que não foi possível identificar um texto de partida castelhano quer impresso, quer manuscrito) como presumíveis traduções do espanhol.

Deve salientar-se que, tal como vimos na secção II.4, essa descontinuidade entre tradutor e autor do alegado texto de partida pode ser estabelecida sem necessidade de usar o termo “tradução” ou sinónimos no peritexto. Outros elementos paratextuais podem funcionar “as markers of a specific function that *we* define as constitutive feature

of translations” (Pym, 1998: 62), porque “the defining discontinuity of a translation is not just on the nominalist level of external language (‘this is a translation because the cover says it is a translation’)”; trata-se, antes, de uma “function of a discourse that we receive (‘this is a translation because the person who says «I» is not presented as the producer of the discourse”). Assim sendo, e deixando agora à parte o (esquivo) fenómeno da autotradução, no caso de, por exemplo, o peritexto aludir a um autor espanhol como emissor discursivo do texto, e o dito autor não ser, à partida, competente na língua portuguesa – lembre-se, a este respeito, o dito sobre o *Compêndio da doutrina cristã* de Luis de Granada, ao que mais tarde voltaremos –, assumimos que tal autor espanhol não foi o mesmo emissor discursivo do texto apresentado em português, mesmo se a versão saiu anonimamente (sem nome de tradutor)³⁴⁴. Por outras palavras, presumimos uma origem espanhola para a espécie em causa (*status*), embora não possamos indicar qual a *origem* textual (material) do translato nem provar se ela existiu com efeito ou não.

Para além destes quatro critérios de selecção dos itens que conformam o inventário de traduções apresentado em anexo, cabe ainda referir mais dois aspectos relativos ao tipo de catálogo daí resultante. Ocupar-nos-emos de expô-los, com a maior concisão possível, a seguir.

e) Por ter sido construído, sobretudo, a partir de fontes de informação previamente existentes – as que oportunamente se indicarão em III.1.3 –, o catálogo é fundamentalmente secundário (*vid.* Rosa, 2012: 212). Isto significa que, embora

³⁴⁴ O suposto que tentamos descrever ficará mais claro, porventura, recorrendo a um espécimen concreto que se encontra nesta situação. É o caso do registo 1.1-182, respeitante a uma *Proclamação assinada por Juan del Castillo y Carroz exortando os cidadãos espanhóis fugidos para Portugal [...] a apresentarem-se aos cônsules de Espanha* [1810]. A menção a Castillo y Carroz, Ministro Plenipotenciário de Espanha em Portugal à época, convida-nos a tratá-la como uma *assumed translation*. Não interessa se o hipotético texto de partida castelhano teve uma versão manuscrita (rascunho ou similar) perdida ou se nunca chegou a existir como tal, tendo sido a *Proclamação* directamente redigida em português (não necessariamente por quem oficialmente a “assina”) após uma eventual comunicação oral do conteúdo que devia ser publicado. O certo é que textos desta natureza invocam a descontinuidade enunciativa a que acima nos referimos. Por isso, certamente, Gonçalves Rodrigues inclui em *A Tradução em Portugal* (GRI 2919) não esta *Proclamação*, mas sim outra do mesmo ano e autor (que transcreve com uma gralha no apelido: Carioz [*sic*]), nesta ocasião *dirigida aos galegos e espanhóis que habitavam em Portugal para tomarem as armas*. Aproveitamos para esclarecer que, não tendo encontrado exemplares desta última espécie, descartámo-la do nosso catálogo. Rodrigues não fornece dados editoriais, mas dá a cota da BNP: SC 10 596^{22P} (*sic*). Localizámos na referida biblioteca uma miscelânea com a cota S.C. 10596, mas nela não existe um item 22, além de que apenas reúne publicações do primeiro quartel do século XX.

tivéssemos, naturalmente, o (obrigado) cuidado de verificar a existência de exemplares localizáveis para cada um dos registos inventariados, e de examiná-los fisicamente sempre que possível, apenas uma minoria de espécies foram identificadas primariamente; isto é, mediante a consulta directa de um espécime. Nesses casos, assinalamos a ocorrência no campo destinado à indicação das fontes (“referências”) assim mesmo; ou seja, escrevendo “consulta directa”. Deve advertir-se, ainda, que, segundo se verá no capítulo III.1.3, foram descartadas muitas supostas traduções constantes das fontes indirectas ou secundárias que manuseámos – nomeadamente, *A Tradução em Portugal* – por não havermos encontrado provas materiais que as sustentassem. Porém, não deixámos de inclui-las quando se trata de exemplares hoje perdidos, mas de cuja efectiva existência há notícias seguras ou altamente confiáveis, também neste caso assinalando devidamente a ocorrência e a procedência dessas notícias em segunda mão (anúncios nos jornais, catálogos de livreiros ou leilões, etc.).

A natureza principalmente secundária do nosso *corpus* de traduções tem consequências importantes em que devemos já reparar, mesmo que na próxima secção (III.1.3) voltemos a elas. A nossa observação panorâmica – bosquejada em III.2 – parte de uma listagem de traduções – o catálogo em anexo – que foi por sua vez retirada de outros catálogos (mormente de *A Tradução em Portugal*, se bem que não exclusivamente), por seu turno elaborados a partir de umas fontes prévias. Assim sendo, tal listagem – a nossa – vê-se atingida pelos problemas básicos que para todas as “lists” aponta Pym (1998: 41-42). O primeiro problema prende-se com o facto de existirem culturas cujas tradições bibliográficas são fracas e onde existem escassas referências disponíveis para a história da tradução. Na cultura portuguesa (a este respeito comparativamente *forte*³⁴⁵), a grande e praticamente única (pelo menos tendo em conta o seu vasto alcance temporal e linguístico) referência especializada nesta matéria é aquela que, consoante se acabou de indicar, constitui a nossa principal fonte de informação: *A Tradução em Portugal*, de A. A. Gonçalves Rodrigues (1992-1999), sem a qual este trabalho – diga-se de passagem – teria sido (ainda) muito mais fatigoso e demorado.

O segundo problema, “more serious”, consiste em que as listas e relações bibliográficas de que deitam mão os historiadores da tradução, como por exemplo a de

³⁴⁵ Bastará, para o comprovar, citar uma observação de Rosa (2012: 209) a respeito do “remarkable work” de Rodrigues, somente “preceded, to my knowledge, by Newman and Stradford’s 1975 *Bibliography of Canadian Books in Translation*, which similarly does not have any source language limitation”.

Rodrigues, “inevitably depend on previous lists of one kind or another, usually catalogues compiled by publishers or libraries” (Pym, 1998: 41). Ou seja, o nosso mapeamento das relações literárias entre Espanha e Portugal através da tradução ver-se-á afectada por esta multiplicação de filtros de selecção prévia (vale dizer, também, enfermará inevitavelmente desta multiplicação de *subjectividades*) que condiciona “not just your object of study but also, very significantly, the kinds of results you come up with” (Poupad, Pym e Torres Simón, 2009: 265).

f) No que diz respeito à extensão e completude do catálogo, haverá que começar pela constatação de uma obviedade: é simplesmente impossível criar uma lista com *todas as traduções*, até porque, como reza o primeiro princípio enunciado por Poupad, Pym e Torres Simón (2009), as traduções são ubíquas, existem “everywhere”, sempre se estenderão além do que conseguimos alcançar:

If a researcher thinks they [*sic*] have all the translated books, they can go fishing in the periodicals, and when they think they have all of *them*, they can try to catch the oral translations from the air of the past. [...] Even if one does want to them all, there is no way to do research on them all (for want of extra lifetimes, to say nothing of the logical fact that the research will itself be a series of translations, thus constantly extending the object). So the researcher only wants some translations. (Poupad, Pym e Torres Simón, 2009: 267-268).

Justamente por um catálogo nunca poder incluir *todas* as traduções é que foi preciso enumerar e descrever, nesta mesma epígrafe, os critérios de *selecção* específicos que foram aplicados na presente investigação. Com essa premissa em mente – e tomando, logo, com todas as cautelas possíveis o adjetivo – podemos caracterizar o catálogo apresentado em apêndice como, pelo menos em parte (anexo 1.1), tendencialmente *exaustivo*. Deve lembrar-se que a exaustividade é uma das características definitórias de um catálogo tal e como entende Anthony Pym (1998), e o que o diferencia de um *corpus*, embora este também possa ser mais ou menos exaustivo (*vid. supra* o exposto em III.1).

Por outro lado, perseguiu-se essa (certa, relativa) exaustividade apenas no tocante às traduções publicadas de forma isenta. Como já se referiu, não deixamos de inventariar igualmente, na medida do possível, as traduções que se deram a conhecer de forma não autónoma, nomeadamente em revistas e periódicos (anexo 1.2), mas neste

caso não nos moveu o mesmo afã de exaustividade que no caso anterior (anexo 1.1). Explicaremos seguidamente o porquê.

Em primeiro lugar, decidimos excluir da nossa inventariação os casos em que um dado periódico espanhol era trasladado, na sua totalidade (um número inteiro ou até vários), para português, mantendo o título e o formato de publicação periódica que tinha na língua de partida³⁴⁶. Segundo conseguimos apurar, durante o período em análise, houve até três iniciativas desta ordem – as três relativas aos anos de 1808-1809 (datas da vinda a lume quer do periódico original, quer da sua tradução integral) e as três com envolvimento dos prelos da Impressão Régia. Referi-las-emos de modo esquemático porque, embora não sejam alvo do nosso interesse, julgamos que se apresentam, no seu conjunto, como um campo de investigação estimulante para futuros estudos monográficos que aqui não cabem. A primeira dessas iniciativas diz respeito ao *Semanario Patriotico*, dirigido na sua etapa inicial (madrilena) por Manuel José Quintana³⁴⁷, de que foram impressos em Lisboa os doze primeiros números, em versão portuguesa de Tomás Ferreira de Castro³⁴⁸. A segunda iniciativa desta natureza consistiu na tradução de um número integral do *Diario de Badajoz*, o primeiro jornal da Estremadura espanhola³⁴⁹. A terceira iniciativa deste tipo encontrámo-la na *Traducção fiel do diário do Governo da Corunha*; isto é, de um dos números do *Diario del*

³⁴⁶ Note-se que já não falamos de traduções avulsas publicadas em jornais portugueses, tendo sido os respectivos textos fonte retirados de jornais espanhóis (hipótese em que iriam para o anexo 1.2) ou de translados em forma de publicação independente não periódica (suposto pelo qual seriam contemplados no anexo 1.1). Mais abaixo, em III.2.3, veremos um caso (*Correo del otro mundo*) em que o que originalmente se concebeu como publicação periódica (*sui generis*, também é preciso adverti-lo), perdeu tal formato ao verter-se para a língua portuguesa, cabendo então no nosso levantamento (anexo 1.1) como folheto.

³⁴⁷ Nesta primeira época o semanário teve 14 números (1/9/1808 a 1/12/1808). Após uma breve interrupção devida às circunstâncias históricas (entrada do exército francês na capital), a publicação é continuada em Sevilha, onde ficará ao cuidado de Isidoro Antillón e José María Blanco White (n.º 15 a n.º 32, 4/5/1809 a 31/8/1809). A terceira e última época, quando o semanário é impresso em Cádiz, vai de 22/11/1810 (n.º 33) a 19/3/1812 (n.º 102). A publicação está integralmente digitalizada na HD-BNE, donde retirámos todas estas informações.

³⁴⁸ As fontes indirectas por nós consultadas devolvem-nos informações confusas sobre esta tradução. GRI 2879 inclui a espécie *Semanario Patriotico, trad. do hespanhol* entre as traduções do ano de 1809 pela primeira vez (não há menções no ano de 1808), indicando editor (Imp. Regia), formato (12º) e fonte (AHO 205-2116), mas sem referências ao/s número/s em causa. A pesquisa na PORB por “Semanario Patriotico”, que remete para as cotas BNP J. 5 B. ou P.P. 465//34 P. e BMP RES-XIX-a-16, permite conhecer o nome do tradutor atrás apontado (Tomás Ferreira de Castro) e os números publicados (doze, como já se disse), embora todos em 1808: data-se o n.º 1, de Julho (?) de 1808; do último, o n.º 12, não se refere o mês, apenas se indica o ano de 1808.

³⁴⁹ A tradução é registada por GR no ano de 1809 (GRI 2863, com fonte em “Cunha 92”; ou seja, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1645-1821)*, de Alfredo da Cunha, 1941), indicando-se aí a data de 8 de Junho de 1809. Consta igualmente da PORB (cotas BNP J. 71//10 B. ou J. 326//6 P.), onde é datada de 8 de Julho de 1809 e onde se informa de que o editor é a Impressão Régia. Acerca do jornal espanhol, *vid.* HD-BNE.

gobierno de La Coruña, o mais antigo daquela cidade e o primeiro com periodicidade diária na Galiza³⁵⁰.

Em segundo lugar, quando, já bastante adiantadas as nossas pesquisas no que respeita aos formatos independentes, demos início à consulta nas bibliotecas das traduções avulsas que encontrávamos referidas em *A Tradução em Portugal* – via de regra, de forma muito lacunar e, como de costume, sem indicar a língua e procedência (*vid. infra* III.1.3) –, deparámo-nos com uma realidade quase assustadora, pelo menos desmoralizadora, que nos fez logo desistir de perseguir qualquer tipo de exaustividade nesse caso. Folheando apenas algumas publicações periódicas alegadamente já perscrutadas por Rodrigues, verificámos que havia nelas muitas mais traduções do castelhano do que este investigador registava em *A Tradução em Portugal*³⁵¹. A constatação resultou simultaneamente aliciante – eis mais um vastíssimo campo de investigação por explorar – e desencorajante, pois éramos bem conscientes da impossibilidade de proceder ao necessário exame vagaroso das revistas e periódicos em questão, e respectivo levantamento de traduções, no tempo disponível para realizar o presente trabalho.

Perante tal impasse (mais uma *muralha*), poderíamos certamente ter abdicado de reunir espécies deste tipo, limitando-nos às publicadas em volume ou folheto (anexo 1.1). Não o fizemos por julgarmos que renunciar a considerá-las, nem que fosse da maneira incompleta como finalmente seguem, implicaria uma considerável omissão ou *oco* no mapa que, do alto do *muro*, desejamos tracejar, limitando ou até deturpando a visão panorâmica do intercâmbio tradutório entre Espanha e Portugal a que nos propomos – tanto mais, quando é precisamente durante o período aqui focado que a imprensa periódica se encontra em período de expansão, constituindo “o excepcional surto da imprensa periódica a que se assiste no nosso país logo após a instalação do regime constitucional” a “antecipada demonstração da importância central que ela iria ter na nova sociedade” (José Tengarrinha, “Jornalismo romântico”, *in* Buescu, 1997: 253).

³⁵⁰ GRI 2864 (ano de 1809) apenas refere o título (*Diario da Corunha*) e a fonte (Cunha 97). Na PORB achamos o título acima citado (*Traducção fiel...*), a datação (3 de Agosto de 1809) e o impressor. Para as informações sobre a fonte espanhola, foi consultada a ficha elaborada pela biblioteca digital Galiciana: <http://www.galiciana.bibliotecadegalicia.xunta.es/es/consulta/registro.cmd?id=3851> (17/8/2014).

³⁵¹ Entre outras publicações periódicas que serão referidas mais adiante, cabe destacar o *Jornal da Sociedade Literaria e Patriótica* (1822).

Fundamentais a todos os títulos caso se queira tomar o pulso à cultura portuguesa do nosso trecho temporal em diante, os jornais e as revistas revestem-se de uma singular relevância no âmbito literário, e no translativo mais em particular, por se terem tornado em meios de *democratização* dos textos, num grau e com uma abrangência social não comparável à dos livros, mesmo se os crescentes formatos ‘de bolso’ permitiram que os textos chegassem por essa via a um público cada vez mais alargado e menos elitista. Como observa Maria de Lourdes Lima dos Santos:

Se era exagero declarar os livros fora de moda [tal como afirmava Marcelino de Matos em 1850, imputando a eclosão dos jornais ao “reinado da burguesia”], dado que eles figuravam com considerável peso entre os meios de *publicação* ao dispor dos nossos escritores de maior destaque, parece contudo acertado não os dever considerar como o meio privilegiado para difundir os produtos literários durante a primeira metade do século XIX. (Santos, 1985: 187-188, itálicos da autora).

A mesma autora assinala, noutro lugar, ao ocupar-se dos “públicos recém-chegados à leitura” pela década de trinta (a consequência de todas as mudanças que já em II.6.2 analisámos), como “presumivelmente, muitos não seriam leitores de livros mas apenas de jornais” (Santos *in* Buescu, 1997: 441).

Assim, omitir sem mais as traduções publicadas em periódicos e revistas significaria renunciar a, nesta nossa abordagem propositadamente *generalista*, ter uma noção, pelo menos mínima, do que era veiculado através dos meios talvez mais *privilegiados* de acesso à cultura. Ademais de que, tal como previne Pym referindo-se às traduções líricas, a publicação de um poema traduzido num jornal ou numa antologia “are often more influential than those published in individual books” (Pym, 1998: 48); punha-se a questão, já atrás exposta (*vid. supra* III.1.1.B), de não nos ter parecido oportuno limitar o nosso *corpus* aos “géneros literários considerados «maiores» ou «nobres»” que, segundo José Tengarrinha (*in* Buescu, 1997: 253), seriam, no Romantismo português, “novelística, poesia, dramaturgia, historiografia e romance histórico, memorialismo”. Parecia-nos necessário registar, ainda, a actividade translativa relacionada com certos géneros que a historiografia literária tradicional tendeu a relegar “para plano muito secundário ou mesmo para o esquecimento”, entre os quais se destacam “o jornalismo e a oratória ou áreas significativas como a política” (*ibid.*). O mesmo Tengarrinha afirma que proceder desse modo equivale a deixar “amputada a visão do Romantismo, reduzido a um fenómeno meramente literário, e como tal

prejudicada a compreensão da sua abrangência como corrente cultural e a sua ligação à sociedade” (*ibid.*).

Esclarecida, pois, a vocação parcialmente exaustiva do nosso inventário de traduções, cumpre ainda referir uma última questão igualmente respeitante à extensão do catálogo e à configuração (e número) das entradas individuais que o conformam. Tal como Maia (2012: 127) ou Pięta (2013: 141-142), e fundamentando-nos nas observações de Gideon Toury (2012 [1995]) a este propósito³⁵², encararam-se as diversas edições de uma tradução (reimpressões da mesma versão ou retraduições/traduições alternativas do mesmo texto de partida) como instâncias textuais individuais que, por constituírem novidades – mesmo se insignificantes – no contexto da cultura importadora, deviam constituir um verbete próprio. Também no projecto *Intercultural Literature in Portugal* se seguiu este critério. Segundo pode ler-se no separador destinado a orientar o utilizador da página disponível na Internet (www.translatedliteratureportugal.org, “Ajuda”), a estrutura dessa base de dados foi feita indicando “separadamente todas as edições das obras, já que uma nova edição é uma novidade no mercado, e como tal tem de ser contabilizada, entre outros, para efeitos estatísticos”.

A decisão justifica-se, ainda, pelo facto de retraduições e reedições constituírem provas nada desprezíveis do “êxito editorial, valorização e interesse por um determinado texto em versão traduzida” (Maia, 2012: 127), contribuindo assim também, como já atrás notámos, à consagração de uma dada obra além das fronteiras do sistema literário em que se originou – “Writers become classics, and their work becomes cultural capital”, diz-nos André Lefevere, “not only on their / its own merits, but also because they are rewritten” (Lefevere, 1998a: 109). Por isso mesmo, segundo afirma Pais, o cômputo dessas várias edições (primeiras edições, reedições ou retraduições) do texto traduzido é “o meio mais seguro de que dispomos para a constatação da ortodoxia do texto” (Pais, 1997: 24).

³⁵² “Being an instance of performance, every individual text is of course unique; it may be more or less in tune with prevailing models, but in itself it is a novelty. As such, its introduction into a target culture always entails some change, however slight, of the latter. To be sure, the novelty claim still holds for the *n*th translation of a text into a language: it is the *resulting* entity, the one which would actually be incorporated into the target language, which is decisive here; and this entity will always have never existed before [...]. Alternative translations are not likely to occupy the exact same position in the culture which hosts them even if they all came into being at the same point in time” (Toury, 2012: 27, *itálicos do autor*).

Levando até às últimas consequências a máxima touriana de que cada novidade editorial é uma ocorrência ou “instance of performance” que deve ser considerada individualmente como uma entidade textual única (Toury, 2012: 27), as traduções vindas a lume em vários tomos e ao longo de diferentes anos – por vezes, mudando inclusivamente de editor – também são consignadas separadamente no catálogo em anexo, indicando-se nesse caso a circunstância no campo destinado às observações. Procedemos da mesma forma com os translatos publicados por partes numa mesma revista ou jornal, desde que fosse igualmente em anos diferentes – caso contrário, e para evitar uma excessiva multiplicação das espécies, reuniram-se numa única entrada, assinalando-se o facto de o texto em questão ter aparecido fragmentadamente, em diversos números da publicação periódica.

III.1.3. Fontes consultadas para a elaboração do catálogo: mais *muralhas*

O teor historiográfico deste trabalho impõe, do ponto de vista metodológico, a apresentação e discussão, nem que seja sumária, das fontes em que se baseia, atendendo ao facto, já avançado em páginas anteriores, de que ditas fontes representam, justamente, um dos seus principais *limites*. Tanto mais quando a análise esboçada mais abaixo (III.2) se fundamenta em dados (os reunidos no catálogo em apêndice) que por sua vez foram coligidos, principalmente, a partir de catálogos e repertórios bibliográficos (em papel ou electrónicos) preexistentes, os quais actuaram como filtros selectivos prévios na etapa heurística.

Já atrás esclarecemos que, sempre que foi possível, procedemos, posteriormente, à consulta física, directa, das fontes primárias; isto é, procurámos ter entre mãos exemplares das espécies registadas – apesar do enorme investimento de tempo a que este devido cuidado nos obrigou, como pode facilmente compreender-se à vista do elevado (e inicialmente inesperado) número de itens que acabaram por constituir o catálogo em anexo, e tendo ademais em conta a circunstância (igualmente imprevista) de que, mal havíamos iniciado o processo de construção do catálogo, surpreendeu-nos o encerramento temporário da BNP (de Novembro de 2010 ao mesmo mês de 2011), onde se achavam a maior parte desses espécimes³⁵³.

³⁵³ Assim, por estas e outras razões que mais abaixo se verão, o manuseio de exemplares relativos a todas as espécies inventariadas, que em princípio parecia realizável dentro do tempo disponível, acabou por tornar-se quase incomportável para um só indivíduo. Embora não seja comparável, bastará referir que o

Em qualquer caso, o que nos interessa salientar agora é que, no presente estudo, as tarefas de detecção, localização e caracterização das espécies dependeram em primeira instância – salvo casos contados, segundo indicámos em III.1.2 – de fontes secundárias e, por isso, de interesses em grande parte alheios a nós. Por outras palavras, queremos frisar que, como bem assinalam Poupad, Pym e Torres Simón (2009: 267), “the illusion of immediate or fortuitous presence («Here it is! I have found it!») masks the historical drama of all the forces that have worked either for or against your discovery”.

Esses *limitantes* interesses alheios ao investigador da história da tradução respondem a um dos princípios enunciados pelos referidos Poupad, Pym e Torres Simón (2009: 266), a saber: “if you find a translation, someone wanted you to find it”. Quer isto dizer que somos conscientes de que por trás do nosso levantamento de traduções existem, como em todas as empresas deste género, uns “selection processes that happened prior to our own intervention in history” (Poupad, Pym e Torres Simón, *ibid.*), uns filtros prévios que facilitaram ou dificultaram a visibilidade de certos fenómenos na nossa busca de textos traduzidos da literatura espanhola e que não são meramente acidentais.

Como notam os três autores que vimos citando até aqui, uma tradução é relativamente fácil de ser encontrada se, além de ser impressa ou materialmente fixada de alguma outra forma, é também fomentada pelos meios de comunicação (gerando uma miríade de epítextos), incluída em catálogos e bibliografias (metatextos), projectada no mundo mediante políticas públicas nacionais ou supra-nacionais, etc. Naturalmente, tem de haver uma razão que justifique os esforços (e as despesas) requeridos por tais mecanismos de promoção, donde “it follows that when you find a translation, a whole series of people have usually had an interest in you being able to find it” (Poupad, Pym e Torres Simón, 2009: 267).

projecto *Intercultural Literature in Portugal (1930-2000)*, que à data da redacção desta nota (16 de Agosto de 2014) vai pelo ano de 1965, contou com a participação de mais de trinta investigadores para poder constituir-se numa bibliografia “both secondary and primary” (Rosa, 2012: 212); ou seja, baseada em fontes preexistentes mas elaborada depois da consulta em primeira mão de cada volume inventariado. O certo é que este ‘erro de cálculo’, com outras inopinadas contingências como o agora referido encerramento da BNP por um ano, compeliu-nos, segundo explicámos no capítulo I.3.2, a reduzir o lapso cronológico finalmente examinado na tese. Já indicámos também o papel que, em tal ‘erro de cálculo’, tiveram as imagens preconcebidas – talvez miragens, como comentávamos ao começo desta terceira parte da tese – sobre o diálogo interliterário em análise.

É por tudo isso, enfim, que a presente epígrafe se irá concentrar nas fontes documentais consultadas, as quais não são, também convirá notá-lo, *todas* as que existem, pois, da mesma forma que não é concebível reunir num catálogo *todas* as traduções – *vid. supra* o exposto no ponto f) da epígrafe III.1.2 acerca da exaustividade –, resulta igualmente impossível ou utópico pretender abranger *todas* as fontes (v. gr., *todos* os catálogos livreiros) passíveis de conter informação a respeito das traduções. Examinar-se-ão com mais pormenor as fontes relativas à localização de textos de chegada, visto serem as traduções o nosso objecto de estudo, sem por isso deixarem de ser referidas, também, as fontes consultadas para a identificação dos textos de partida ou originais.

Principiaremos pelas fontes do primeiro tipo; ou seja, aquelas às quais recorreremos à procura de informação relativa aos textos traduzidos. Neste conjunto, consoante se verá, concederemos uma especial atenção a *A Tradução em Portugal*, de A. A. Gonçalves Rodrigues, pelos motivos já adiantados (e novamente repetidos logo a seguir). Enumerar-se-ão, depois, descrevendo-as sucintamente, outras fontes utilizadas quer para proceder ao cruzamento das informações veiculadas por Rodrigues, quer como instrumentos de identificação e localização de novas espécies.

A principal fonte de consulta para a localização de traduções e ponto de partida, logo, para a elaboração do catálogo, foi o monumental repertório reunido por António Augusto Gonçalves Rodrigues em cinco tomos, publicados entre 1992 e 1999, sob o título geral de *A Tradução em Portugal*³⁵⁴. Trabalho pioneiro não apenas no âmbito cultural português como também fora dele³⁵⁵, e fruto de décadas de dedicação e de um esforço impagável por parte do seu compilador³⁵⁶, para com quem todos os que se interessam (interessamos) pela história da tradução ficam (ficamos) em dívida³⁵⁷, esta

³⁵⁴ Como prevenimos desde o início (*vid. supra* “Lista de abreviaturas e outras advertências”), as espécies retiradas desta fonte indicam-se com a abreviatura GR (I ou II, em função do volume) e fazem-se acompanhar do número, em arábicos, que identifica o verbete no volume correspondente de GR. Assim, o *Compendio da doutrina christã* de Granada é referido como GRI 1355, o qual significa que a espécie foi localizada em GR, volume I, número 1355. O tomo I abrange traduções publicadas entre os anos 1495 e 1835, em aumento progressivo por razões facilmente compreensíveis. O tomo II contempla um período comparativamente muito mais reduzido em termos cronológicos: 1835 a 1850. As nossas pesquisas nesta fonte concentraram-se nos registos que vão de GRI 1337 (primeiro do ano 1780) ao GR II 7128 (último do ano 1850). Explorámos, assim sendo, 5.792 espécies.

³⁵⁵ Já atrás indicámos como Rosa sublinhava o facto de ter sido “only preceded, to my knowledge, by Newman and Stardford’s 1975 *Bibliography of Canadian Books in Translation*” (Rosa, 2012: 209).

³⁵⁶ As vicissitudes (mudanças editoriais incluídas) e dissabores com que teve de lidar Gonçalves Rodrigues são bem palpáveis nos prólogos autorais que acompanham os quatro primeiros tomos da obra.

³⁵⁷ Uma valoração do contributo de Gonçalves Rodrigues para a história da tradução em Portugal pode encontrar-se no prólogo que escreve João Almeida Flor para o quinto volume da compilação (1999). Ali

Tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa excluindo o Brasil de 1495 a 1950 (finalmente, 1930) apresenta, todavia, vários empecilhos que agora tentaremos resumir.

Da exposição que se segue depreender-se-ão, porventura, algumas das razões pelas quais a construção do catálogo apresentado em anexo precisou de um investimento de tempo tão considerável. O manuseio desta fonte conduziu-nos inúmeras vezes a becos sem saída; isto é, obrigou-nos a empreender pesquisas demoradas em torno de um único espécime (longas travessias à procura de uma gota no meio do oceano) que, no seu desfecho, não traziam resultados proveitosos.

Para começar, o mero facto de a informação reunida por Rodrigues em papel nunca ter sido transferida na sua totalidade para um suporte digital reduz a operabilidade desta valiosa fonte³⁵⁸. O forçoso exame manual dos tomos impressos torna extremamente morosa a recuperação dessa mesma informação; ao ser preciso folhear, pacientemente e página por página (registo a registo: perto de 5.800, no nosso caso), os volumes que constituem este extenso inventário à procura do que interessa a cada investigador, ressentem-se como é óbvio a eficiência e celeridade das pesquisas.

Em segundo lugar, *A Tradução em Portugal* é uma obra desafortunadamente esgotada, cujos volumes não podem ser adquiridos pela via comercial (à excepção do primeiro tomo, esse ainda com exemplares à venda) e apenas se encontram disponíveis nalgumas bibliotecas – nós fomos consultá-los à biblioteca da Faculdade de Filoloxía da Universidade de Santiago de Compostela e à BNP, onde estava depositada a colecção completa.

Depois, e embora a circunstância pareça à partida afectar em pouco a nossa investigação, trata-se de uma obra interrompida, toda vez que os projectados volume sexto (traduções de 1930 a 1950) e suplementos nunca chegaram a ver a luz. A bibliografia *Intercultural Literature in Portugal*, várias vezes mencionada em páginas anteriores, surgiu, precisamente, como uma tentativa de colmatar essa lacuna temporal, ao preencher “o período não coberto pela obra seminal de A. A. Gonçalves Rodrigues”

afirma o estudioso, entre outras coisas, que com este trabalho “estão, finalmente, criadas condições para o estudo histórico da Tradução em Portugal adquirir dimensão sistémica e receber o impulso sistemático que já vai tardando” (Flor in Gonçalves Rodrigues, 1992-1999, V: 8).

³⁵⁸ Parte dessa informação é reutilizada na base de dados do projecto TETRA – Teatro e Tradução (TB). A cronologia de traduções (séculos XVII a XIX) de outro projecto, o Caminhos do Romance no Brasil – séculos XVIII e XIX (CR), reproduz as entradas relativas à prosa ficcional.

(Seruya, Moniz e Rosa, s. d.; *vid. tm.* Rosa, 2012: 209³⁵⁹) e, ainda, estendê-lo até ao ano 2000. Todavia, tendo em vista as necessidades e objectivos desta investigação, é de lamentar que os suplementos acima referidos, que teriam sido de grande valor informativo para nós, não chegassem a ser publicados³⁶⁰.

Para além desses condicionamentos (por assim dizer, exógenos), uma das mais óbvias razões (endógenas) pelas quais a utilização de *A Tradução em Portugal* se torna complexa e demorada radica no facto de não especificar, salvo excepções pontuais e assaz esporádicas (além de nem sempre correctas), os idiomas, títulos ou locais de publicação dos textos de partida que correspondem às espécies compiladas. Tal obstáculo é contornável com relativa – porém não absoluta – facilidade no caso dos verbetes que identificam o nome do autor da obra fonte, mas torna-se altamente constrangedor no caso no caso das entradas anónimas. Os subtítulos das traduções anónimas inventariadas por Rodrigues, quando são efectivamente reproduzidos, podem ocasionalmente fornecer notícias ou indícios sobre a origem linguística ou geocultural dos originais; todavia, nem sempre os peritextos são suficientemente informativos a este respeito (*vid. supra* II.4 e III.1.1.C) – e, como dizemos, também nem sempre consta esta informação peritextual no inventário de Rodrigues. Assim, muitos dos problemas já atrás referidos a respeito da identificação das espécies que cabiam dentro da nossa inventariação (*vid. supra* III.1.1.C) vieram dados pela ausência de marcação relativa à origem linguístico-literária de bastantes traduções registadas pela nossa principal fonte. Deparámo-nos inúmeras vezes com traduções (anónimas ou não) de textos fonte que se apresentavam como anónimos e cuja *identidade* literária foi preciso apurar através de sinuosas e lentas inquirições.

Depois, são conhecidas – e reconhecidas em boa medida pelo próprio compilador – as inúmeras (embora compreensíveis e, certamente, desculpáveis perante tão hercúlea empresa) imprecisões (*v. gr.* na transcrição dos nomes dos autores traduzidos, não raro flutuante), ambiguidades, reduplicações e confusões nos títulos

³⁵⁹ Explica esta última: “From the start, the research project *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: A Critical Bibliography* aimed to offer continuity to the seminal work by Gonçalves Rodrigues by producing a database of translated literature published in book format, 1930-2000, with a view to contributing to the map of translation in Portugal” (Rosa, 2012: 209).

³⁶⁰ Na “Nota prévia” do quarto tomo prometiam-se, entre outros aditamentos de interesse, “um volume de obras publicadas sem data e um longo suplemento do século XVI ao século XX” que, finalmente, não vieram a lume.

(esporadicamente indicadas como possíveis já pelo autor³⁶¹), “entradas fantasma” (Maia, 2012³⁶²) ou erradas (v. gr., confusões nas datas), índices de autores traduzidos e de tradutores deficientemente elaborados e pouco fiáveis (quando os há), redundâncias causantes de impressões enganosas (multiplicação desnecessária e incoerente de espécies³⁶³), incorrectas classificações genológicas³⁶⁴, etc. que contém esta vasta recompilação – tudo o qual obriga ao consultor a constantes verificações, acertos e reavaliações. Proceder-mos-emos, a seguir, a tratar com um pouco mais de pormenor algumas das falhas, imprecisões e questões problemáticas que acabámos de enumerar.

No que diz respeito à transcrição dos nomes próprios, sobretudo à dos antropónimos dos autores dos originais, cumpre notar que a forma como são registados, para além das vacilações ortográficas e a falta de coerência de uns itens para os outros (o que às vezes conduz, como se verá, a uma aparente multiplicidade autoral), pode induzir à incerteza ou a falsas suspeitas no que diz respeito à procedência linguístico-cultural dos originais. Ao que parece (pois o compilador não o indica explicitamente), Gonçalves Rodrigues escreve (ou tenciona escrever) os nomes dos autores traduzidos conforme figuram na folha de rosto dos translatos (ou outras fontes por ele consultadas, como os catálogos dos livreiros), o que significa as mais das vezes, no período em foco, o seu aportuguesamento. Não esclarecendo Rodrigues, entre parênteses rectos ou por outra via, o antropónimo tal como é transcrito na língua original, o investigador perde uma valiosa informação indicial respeito da possível origem da obra traduzida, e vê-se

³⁶¹ Como acontece, por exemplo, entre as entradas GR II 5130 e GR II 5167 (ambas do ano 1839 e do género narrativo), que registam um mesmo título (*Celina*), o primeiro atribuído a François Guillaume Ducray-Duminil e o segundo a Gilbert Pixerecourt, indicando-se neste último que pode tratar-se de uma “possível confusão” com o primeiro.

³⁶² São aquelas entradas que, “de acordo com as informações actualmente disponíveis, se referem a traduções que nunca terão sido publicadas”, vista a impossibilidade de “localizar quer um exemplar do texto de chegada quer menções à tradução nos periódicos e catálogos livreiros coetâneos” (Maia, 2012: 128-129).

³⁶³ Não é infrequente que as antologias, por exemplo, tanto constituam verbete único quanto vários, ao mencioná-las quer no seu conjunto (título da compilação), quer nas suas partes (título de cada texto compilado). O problema radica, aqui, em que nem sempre se segue o mesmo critério – umas vezes o conteúdo é desmembrado, outras nem por isso.

³⁶⁴ Um exemplo das dificuldades que tais incorrecções, além do mais, podem acarretar na identificação dos textos de partida vem dado pelo registo GRI 4349 (1834), relativo a uma espécie traduzida publicada em *A Revista*, a 23 de Julho daquele ano: “A Cholera” (anexo 1.2-25). GR não dá o nome do autor do texto de partida (embora, segundo pudemos depois verificar, conste na publicação periódica atrás referida) e classifica a espécie, erradamente, como B. Tal classificação fez-nos pensar, numa primeira pesquisa à procura da fonte, que se tratava da tradução de um artigo sobre a cólera assinado pelo doutor Carreres – quem, por sinal, desenvolveu actividade profissional no hospital provincial de Évora –, publicado sem título no n.º 122 do *Eco del Comercio*, com o problema de a data desse alegado texto de partida ser posterior (30 de Agosto) à da tradução. Finalmente, descobrimos que se tratava de uma espécie que devia ter sido classificada como A1, porque era a versão portuguesa de um relato breve assinado por “Anfriso” no mesmo *Eco del Comercio* (n.º 69, 8 de Julho).

em ocasiões obrigado a cotejar as suas próprias suspeitas ou hipóteses com outras fontes³⁶⁵.

Quanto aos índices – e deixando à parte a ocorrência de os volumes terceiro e quarto terem saído, infelizmente, sem índices de qualquer espécie –, a sua potencial valia instrumental para o investigador fica muito diminuída na prática pela sua deficiente elaboração. Particularmente inconveniente é o facto de o segundo volume ter aparecido com a lista de periódicos incompleta. Para tal lista remetem, no corpo do texto, as siglas encabeçadas com um “P” seguido de um algarismo árabe, pelo que a consulta do índice em anexo é a única forma de identificar o título (excessivamente abreviado, o que também dá pé a confusões por homonímia) das publicações. Ora, nesse segundo volume, apenas constam os periódicos numerados do P107 em diante, quando a lista deveria ter começado no P40. Torna-se, assim, imperioso, recorrer ao volume quinto, em que é suprida a falha. Contudo, em relação às publicações periódicas, o mais gravoso verifica-se não nos índices, mas no próprio corpo do texto – mais adiante teremos ocasião de deter-nos nesse aspecto.

Ainda no que respeita aos índices, existem, entre outros, erros crassos na elaboração da lista de autores, boa parte dos quais tem a sua origem no já dito a propósito da transcrição dos nomes próprios. Por exemplo, no quinto volume as entradas relativas às traduções de um mesmo autor, Emilio Castelar, cujo nome aparece escrito de várias maneiras – com e sem o nome de batismo, com dois eles no apelido ou com um só –, são consideradas separadamente, no corpo do texto como no índice, em função dessas várias grafias, dando a falsa impressão de que ditos verbetes correspondem a autores diversos. Noutras ocasiões acontece à inversa; ou seja, é a confusão entre antropónimos com alguma parecença que faz com que fiquem agrupadas no índice de autores traduções que, na realidade, respondem a obras de autores diferentes (v. gr., no índice do tomo primeiro atribuem-se a Santa Teresa de Jesus entradas que correspondem, em verdade, a Santa Teresa do Menino Jesus). Há, ainda, casos em que as listas de traduções relativas a um autor estão incompletas (v. gr., *translatos* de Miguel de Cervantes no volume primeiro), e o mesmo acontece com os

³⁶⁵ Deparamo-nos algumas vezes com casos como o que descrevemos agora a título de exemplo. O nome de “José Villa” (GRII 5006), autor de *Phedra. Baile tragico em cinco actos*, transcrito no índice de autores final de forma distinta a como se faz no verbete em questão (“Villa, Joseph”), poderia corresponder a algum dramaturgo espanhol por nós desconhecido, em vez de ao italiano Giuseppe Villa, como acontece na realidade.

tradutores³⁶⁶. Do mesmo volume primeiro (e, de novo, da lista de autores que figura no final) retiramos mais uma abonação eloquente dos equívocos propiciados pelos índices. Entre as traduções cervantinas aí reunidas (onde, como já notámos, faltam alguns títulos incluídos no volume), figura erradamente o verbete n.º 661 (*Historia da vida de S. Genoveva*, ano de 1738), havendo divergência com a informação contida no corpo do texto, onde a espécie em causa é atribuída a Ceriziers (ou seja, o jesuíta francês René de Ceriziers ou Cerisiers).

Demais disso, e pelo dito acima a propósito do que Maia (2012) chama de “entradas-fantasma”, tivemos o máximo cuidado de certificarmos a existência efectiva das espécies coligadas por Rodrigues, suprimindo do nosso repertório aquelas de que não encontrámos exemplares ou acerca das quais não obtivemos notícias credíveis por outras fontes. Procedemos, com igual esmero, a comprovar que a língua de partida das entradas que incluíamos no catálogo em anexo era em todos os casos (fora as pseudotraduções) a castelhana, tendo descartado – talvez erradamente, por excesso de zelo – aqueles verbetes de *A Tradução em Portugal* cuja procedência linguística não conseguimos apurar de forma inequívoca. Segundo já referimos, quando o invólucro peritextual é omissivo a esse título, as informações fornecidas por Rodrigues são praticamente inexistentes; episódicas no máximo, e mesmo assim nem sempre correctas.

Daremos apenas dois exemplos de casos em que as suspeitas de Rodrigues sobre a procedência literária de determinadas traduções estavam erradas. O primeiro diz respeito à entrada GR II 4620, *O cinto enganoso, ou a experiencia mathematica. Drama jocoso em um acto* (Lisboa, Typ. da Viuva Silva e Filhos, 1836), que o bibliógrafo apresenta como “Trad. presumível de original possivelmente espanhol”. Embora este título não haja sido (ainda) incluído na TB, conseguimos apurar que se trata uma tradução do francês, concretamente de *La ceinture magique*, de Jean-Baptiste Rousseau. O nome do autor do original e do tradutor não figuram na espécie do ano 1836, mas verificámos que o mesmo texto tinha sido traduzido para português já em 1768, com outro título (*Entremez intitulado o cinto magico*), edição esta que consta do catálogo de miscelâneas de BGUC (Misc. 606, n.º 9743) e que é aí identificada como um translato

³⁶⁶ Assim, por referir um exemplo entre muitos outros, Jerónimo Moreira de Carvalho apenas aparece associado no primeiro tomo a uma entrada, a n.º 2196, ano 1800, quando na realidade é mencionado já como tradutor na n.º 563, ano 1728.

de Rousseau feito por Marcelino da Fonseca Minc's-Noot, pseudónimo de Francisco Manuel do Nascimento (ou seja, Filinto Elísio)³⁶⁷.

O segundo exemplo que aduziremos é o da espécie intitulada *O Eremita dos Bosques de Santarem, ou Os Tres Amigos* (Lisboa, Typ. Cesariana, 1843, 2 vols.). Esta obra é registada em GR II 5906 como tratando-se de uma tradução “do hespanhol”. Tal indicação, que por acaso não consta do exemplar por nós consultado (BNP: L. 23053 P.), não se compadece também com a origem (francesa) que – após termos procurado, em vão, possíveis textos de partida castelhanos para tal versão – finalmente descortinámos consultando outras fontes³⁶⁸.

Outro âmbito em que *A Tradução em Portugal* se revela problemática é o da datação das espécies. Verificam-se a este título erros crassos como o do verbete GR II 6399. A entrada, relativa ao ano de 1846, é a seguinte: “ASENSI, Julia de // A sombra de D. Luiz Arce”. // Trad. José Maria Carreira // *In Contos*, Gouveia, p. 61-69”. O engano é evidente, uma vez que a autora traduzida (Julia de Asensi, 1859-1921) nem havia nascido no ano da alegada tradução³⁶⁹. Outros lapsos nas datas são menos óbvios, mas igualmente detectáveis com certa facilidade. Acontece, por exemplo, com dois poemas traduzidos “do [h]espanhol” por José Joaquim da Silva Pereira Caldas, publicados ambos, segundo Rodrigues (GR II 7022 e 7023), no ano de 1850 na mesma publicação periódica, a “P202” (respectivamente, “P202, II, p. 68” e “ib., id., p. 102”); ou seja, o semanário portuense *Miscellanea poética. Jornal de poesias inéditas*, cujo primeiro número foi, todavia, lançado a 2 de Janeiro do ano 1851³⁷⁰.

Na maior parte dos casos, porém, foi preciso algum esforço para patentear a ocorrência deste tipo de inexactidões. Oportunamente, ao longo dos capítulos que conformam a epígrafe III.2, far-se-ão notar algumas que afectam as espécies aqui

³⁶⁷ Esta primeira edição de 1768 é, aliás, referida em GRI 1119, embora com uma gralha no nome do tradutor (“Marcelino da Fonseca Minc's Nort”). Dela há cópia manuscrita de 1793 (PORB).

³⁶⁸ Foi um trabalho de Maria Leonor Calixto, o referido já a seguir, que nos esclareceu acerca da procedência francesa da espécie em causa. Transcrevemos de *A literatura “negra” ou “de terror” em Portugal nos séculos XVIII e XIX*, Lisboa, FLUL, 1955, p. 166: “Pigoreau, 1821, 4º Supl., p. 41: *L'Ermite des bois de Santarem, ou les trois Amis*, 3 vols., in 12º, s/d.”. Acto contínuo, e para o nosso espanto, acrescenta a autora: “(Indic. do doutor Gonçalves Rodrigues)”.

³⁶⁹ Calculámos que houve aqui confusão (pela troca de apenas um número) com uma publicação de 1896, prefaciada por Bernardino Machado – *O Padroeiro de Gouveia. Contos*, Gouveia, Typ. do Hermínio (BNP: L. 56873 P.).

³⁷⁰ Consultando o semanário na BNP, pudemos comprovar que essas duas versões de Pereira Caldas, “O desamor” e “A mulher” (esta última de um texto de partida da autoria de “Lopo [sic] de Vega”, consoante informa o periódico – Rodrigues dava-o como anónimo) vieram a lume nos números 9 (30 de Outubro de 1851) e 13 (25 de Dezembro de 1851); sendo a primeira das traduções assinada em Cepães, Junho de 1836 e a segunda em Braga, Novembro de 1851.

inventariadas, sendo também assinaladas no campo destinado às observações no catálogo em anexo. Mencionaremos agora um exemplo de traduções que foram descartadas do nosso inventário após termos verificado erros na datação indicada por Rodrigues. Assim, GRI 1512 regista no ano de 1784 um *Breve resumo da vida admiravel e acções gloriosas ... do martir ... Sto. Emygido, Bispo de Asculi ... patrono dos Terramótos... Escripta em lingua castelhana por ... trad. na port. [sic]*, de D. Miguel Rodrigues [Rodríguez Ruiz] de Saavedra. A tradução existe, corresponde a uma obra publicada em castelhano em 1756, mas o único exemplar que encontrámos data de 1764³⁷¹.

Ora, como antes adiantávamos, talvez o campo em que o investigador tropeça com obstáculos mais importantes, por vezes intransponíveis, ao manusear *A Tradução em Portugal* é o das traduções publicadas em revistas e jornais. Por via de regra, este tipo de espécies são registadas de forma claramente insuficiente. As informações exíguas (ou até erradas, mormente por confusão nas cotas atribuídas às publicações periódicas pelo bibliógrafo) dificultam grandemente – ou, simplesmente, impedem – a localização destes translatos (os registos do ano 1838 são paradigmáticos a este título). Deparámo-nos, inclusivamente, com espécies (v. gr., 1.2-70, “Impressões de um dia de Outomno”, tradução de um texto que GR II 5252 indica ter sido retirado de “*G. e T. Correo Nacional*”) registadas sem outra informação acerca da publicação da versão portuguesa que não seja a data (no caso, dias 11 e 12 de Novembro de 1839 – por evidente mas lamentável lapso, não se refere qual o periódico).

Não deixámos de incluir estas espécies no catálogo em anexo (1.2) quando elas se apresentam como traduções de uma fonte espanhola e a sua existência parece credível, mas é evidente que neste ponto se viram comprometidos os cuidados atrás referidos a respeito das traduções independentes, no sentido de consultar fisicamente os textos traduzidos inventariados, conferindo a sua existência efectiva. A informação lacunar fornecida por Rodrigues no que toca as traduções avulsas, divulgadas pelos periódicos, repercute de forma negativa, igualmente, na identificação dos respectivos textos de partida castelhanos. Descartámos algumas espécies por este motivo,

³⁷¹ Mais uma vez, parece ter havido gralha num único algarismo: 1764/1784. Não se localiza a cota da BNP indicada por Rodrigues (R. 27897 P.), mas a descrição física, local de edição e impressor coincidem com os do exemplar sob a cota H.G. 3521 P., único existente na referida biblioteca. A obra foi traduzida, segundo consta na folha de rosto, *Para excitar nos corações [sic] fidelissimos huma obsequiosa, e importante devoação a este maravilhoso Sancto, implorando seu patrocinio, para que defenda Portugal dos repetidos tremores da terra, que ainda experimentamos*.

especialmente perante a dúvida de se nos achávamos diante de uma tradução do espanhol ou de uma tradução através do espanhol.

Não prosseguiremos com o desenrolar das limitações impostas no nosso estudo pelo facto de ter constituído *A Tradução em Portugal* o ponto de partida para a localização de textos traduzidos da literatura espanhola. Ficaremos, enfim, por aqui, para evitar uma prolixidade que não nos podemos permitir e, sem deixar de sublinhar novamente os benefícios que, apesar do exposto, nos trouxe dita compilação, passaremos a mencionar outras fontes complementárias, em papel ou electrónicas, às quais acudimos para proceder ao cruzamento dos dados fornecidos pela nossa fonte principal no relativo aos textos de chegada.

Com esse intuito, e no que toca às fontes impressas, servimo-nos de mais uma colectânea de traduções do mesmo Gonçalves Rodrigues, *A novelística estrangeira em versão portuguesa no período pré-romântico (Novelística)*, mais restrita, como o próprio título deixa ver, em género (ficção em prosa) e cobertura temporal (translatos publicados desde o século XVIII até ao ano de 1843). Seria de esperar que os dados de *Novelística* estivessem contidos em *A Tradução em Portugal*, por haver sido a primeira editada com anterioridade (1951) à segunda (1992-1999), e por ter-se conformado, aliás, em trabalho preparatório dessa “futura inventariação global” mais abrangente que já então se antevia (*Novelística*: 3), mas corroborámos que nem sempre assim acontecia.

A mesma razão nos levou a consultar dois repertórios bibliográficos generalistas, também em papel, embora desta vez mais próximos da época estudada, a saber: o *Dicionário Bibliográfico Português* (DBP) de Inocêncio Francisco da Silva (Silva, 1858-1923) e as “Tableaux bibliographiques des ouvrages publiés en Portugal, depuis 1800 jusqu’en 1820” incluídas no *Essai Statistique* de Adrien Balbi (1822, vol. 2, pp. ccxlj-cccxj). Apesar de que ambas fontes haviam sido já perscrutadas por Rodrigues em *A Tradução em Portugal*, logo verificamos que se tornava mais uma vez obrigatório examiná-las em primeira mão.

A primeira das duas fontes que acabamos de mencionar merece um pouco mais de atenção, uma vez que resultou extremamente proveitosa por quanto, além de preencher ou acrescentar informações relativas às espécies inventariadas, nos elucidou acerca de grande parte dos tradutores implicados no intercâmbio translativo em apreço. Deve reconhecer-se antes de mais que a consuetudinária associação do DBP ao nome (apenas) de Inocêncio é, na verdade, conquanto sobradamente justificada, injusta, na

medida em que torna opacos outros participantes nesta titanesca empresa – um dos quais, por sinal, tradutor do espanhol: Pedro Wenceslau de Brito Aranha³⁷².

Recordemos, então, que o labor de Inocêncio da Silva – tão incomensurável para os que dele ainda hoje nos servimos quanto tormentoso para o seu autor, como bem transparecem os prólogos – foi, após a sua morte (1876), e a partir do décimo volume (1883), continuada por Brito Aranha, por expressa vontade de Inocêncio e *em virtude de contrato celebrado com o governo portuguez*, segundo avisa a folha de rosto (uma folha de rosto que continuará a destacar o nome de Inocêncio, daí até ao último tomo). Falecido Brito Aranha em 1914, antes de estar pronto o tomo vigésimo segundo, este último veio a lume em 1923 graças à intervenção de J. J. Gomes de Brito (que, tal como Brito Aranha, já havia colaborado anteriormente no DBP) e Álvaro Neves.

Depois, e embora refiramos o DBP entre as fontes em papel, na realidade nós preferimos partir da versão digitalizada destes 22 volumes, disponível em formato PDF no Acervo Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo³⁷³. A utilização profícua desta fonte ter-se-ia visto comprometida de não termos procedido à consulta nesse formato, o qual permitiu realizar procuras específicas nos voluminosos tomos que conformam o DBP.

No relativo às fontes electrónicas³⁷⁴, e embora não refiramos agora todas as que utilizámos, deve dar-se um lugar de destaque à Base Nacional de Dados Bibliográficos

³⁷² Além de versões do castelhano publicadas na imprensa (*Civilização, Arquivo Pittoresco, La Iberia*), deu a lume a antologia *Lendas, tradições e contos hespanhoes coligidos por Brito Aranha e revistos por A. da Silva Tullio*, Lisboa, F. de Paula Pereira, 2 vols., 1861-1862. O primeiro tomo reúne traduções de lendas e baladas, algumas das quais inéditas, de José Maria de Goizueta, autor de *Leyendas vascongadas* (1851) e *Las tradiciones y los cantos vascos* (1857). No segundo volume aparecem contos e tradições anónimas ou de autores vários: Antonio de Trueba, Pedro Antonio de Alarcón, Pilar Sinués de Marco, etc.

³⁷³ Andando o tempo, saíram mais três volumes complementares, não disponíveis no referido Acervo Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (<http://brasiliana.usp.br/bbd>). Estes três tomos foram por nós consultados na Biblioteca Central da Universidade da Beira Interior (onde está depositada a edição fac-similada que do DBP fez a Imprensa Nacional em 1972), embora não os citemos na bibliografia por não se terem revelado frutíferos, salvo num caso pontual oportunamente indicado (III.2.5). O tomo XXIII é constituído pela *Guia Bibliográfica* de Ernesto Soares, publicada como suplemento ao *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* em 1958, com motivo da celebração do centenário da saída a lume do primeiro volume do *Dicionário Bibliográfico*; o volume XXIV contém os *Aditamentos* de Martinho da Fonseca, publicados originalmente em 1927 pela Imprensa da Universidade de Coimbra; por fim, o tomo XXV recolhe os *Subsidios para um Dictionario de Pseudonymos, Iniciaes e Obras Anonymas* de Martinho Augusto da Fonseca, prefaciados por Teófilo Braga e editados originalmente pela Academia Real das Ciências em 1896.

³⁷⁴ O marco cronológico da investigação deixa fora importantes recursos para o estudo da tradução, como é o caso do “fideindigno” (Vega, 1998: 11) *Index Translationum* da UNESCO. A versão electrónica desta bibliografia internacional de traduções (em formato livro), disponível em linha, recolhe textos traduzidos de 1979 a 2009 (segundo informação dispensada pelo próprio portal, actualizada em Agosto de 2014). A versão em papel do *Index* começa em 1932, data em que foi criado pela Comissão Internacional de

(PORBASE), elaborada sob a coordenação da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), onde são reunidos, e periodicamente actualizados, registos procedentes de mais de 170 bibliotecas públicas e privadas do país, e cujo catálogo em linha foi consultado entre Novembro de 2010 e Setembro de 2016.

Tendo-se revelado, em comparação com *A Tradução em Portugal* (GR), menos apta – mas não totalmente inoperativa – na etapa heurística (pois o catálogo não permite realizar pesquisas específicas sobre textos traduzidos, seja qual for a sua procedência geográfica ou linguística), esta fonte resultou essencial – embora, de novo, limitada – no que toca à localização de exemplares das espécies elencadas, ao despiste de possíveis “entradas fantasma” contidas em GR e ao preenchimento ou correcção de dados relativos aos textos traduzidos inventariados. Perante conflitos de informação, concedemos prioridade aos dados provenientes das fontes que nos ofereciam uma maior fiabilidade – a PORBASE (PORB) entra, naturalmente, neste último grupo, se bem não isenta de imprecisões e falhas.

As limitações da PORB a que há instantes aludimos prendem-se, por um lado, com erros e lacunas de catalogação bibliográfica (incorrecções, imprecisões ou omissões nos dados editoriais, títulos, etc.: teremos oportunidade de constatar algumas no capítulo III.2) e, por outro, com o facto de ainda não se ter processado toda a informação contida nos ficheiros ou catálogos manuais das bibliotecas cooperantes. É de referir também que entre essas bibliotecas não se encontra a da Ajuda, e que o catálogo em linha desta importante biblioteca apenas disponibilizava, em Outubro de 2014, aproximadamente 20.000 volumes dos cerca de 150.000 que custodia nos seus fundos (segundo os dados que gentilmente nos foram fornecidos pelos responsáveis da própria biblioteca).

Além disso, ao longo da nossa pesquisa pudemos verificar que a consulta ao catálogo da PORB nem sempre dispensava o exame dos catálogos OPAC das próprias bibliotecas colaboradoras, onde uma mesma procura (v. gr., pelo nome do autor traduzido) podia oferecer resultados complementares, em virtude dos diferentes procedimentos adoptados no preenchimento dos campos ou outros. Esses mesmos aspectos ligados à (imperfeita) gestão e tratamento técnico dos dados bibliográficos

Cooperação Intelectual da, então, Liga das Nações. O repertório disponível nas versões impressas do *Index* abrange as traduções publicadas desde então até ao ano da informatização desta base de dados bibliográfica, com uma interrupção entre 1941 e 1948.

repercutem, também, na recuperação da informação dentro da própria base de dados. Por citar apenas algum exemplo, a PORB devolve resultados diversos se a pesquisa é realizada, utilizando como parâmetro o nome do autor, por “Cortés, Jerónimo” (por sua vez desdobrado em dois conjuntos, o primeiro com 32 entradas e o segundo com 5), por “Cortés Jerónimo” (sem a vírgula), por “Cortés, Jeronymo” ou por “Cortês, Jerónimo”.

Outra das fontes disponíveis em linha que nos forneceu valiosas ajudas, tanto no que respeita aos textos traduzidos como aos de partida, é a biblioteca digital Google Books (GB). Com todos os seus defeitos³⁷⁵, esta biblioteca virtual, que conta com antecedentes como o projecto Gutenberg ou Internet Archive, e concorrentes como o projecto Europeana, permitiu-nos verificar a existência efectiva de espécies não preservadas no património bibliográfico das bibliotecas que sondamos no nosso entorno geográfico (v. gr., a BNP, a BNF e a BNE), mas sim em bibliotecas mais longínquas, mormente bibliotecas universitárias estado-unidenses. Posto que as obras que estudamos são de domínio público, a GB deu-nos a oportunidade, ainda, de aceder ao conteúdo integral dos textos e respectivos paratextos ali digitalizados (“vista total”).

A mesma possibilidade de acesso a versões digitalizadas de algumas espécies, concretamente traduções do género narrativo impressas em Portugal (de que o mercado livreiro brasileiro de setecentos e oitocentos se abastecia), foi-nos dada pela Biblioteca Virtual do projecto temático interdisciplinar *Caminhos do Romance no Brasil – séculos XVIII e XIX* (CR), desenvolvido em parceria pela Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Federal de Minas Gerais, e financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)³⁷⁶.

Para a localização e identificação das traduções do género dramático, recorremos à Biblioteca / Arquivo do Teatro Nacional Dona Maria II (TNDMII), cujo catálogo em linha permite o acesso aos fundos digitalizados³⁷⁷, e à base de dados Tetra-base (TB) do projecto TETRA (Teatro e Tradução), desenvolvido no Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e financiado pela FCT

³⁷⁵ Particularmente manifestos na modalidade “sem pré-visualização”, que apenas facilita a referência bibliográfica. Essa referência costuma conter inúmeros erros de catalogação (entre outros, de transcrição) e não é fidedigna.

³⁷⁶ O sítio do referido projecto, <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>, consultado entre o mês de Novembro de 2010 e o mês de Setembro de 2016, providencia acesso à dita Biblioteca Virtual, e ainda a outras páginas de interesse (cronologias, estudos, etc.).

³⁷⁷ www.teatro-dmaria.pt/pt/biblioteca-arquivo/.

(Fundação para a Ciência e a Tecnologia), onde são registadas espécies a partir do ano 1800³⁷⁸.

Por último, e no que toca à identificação e datação (primeira edição) dos textos de partida, foram consultados durante o período de pesquisa já indicado – Novembro de 2010 a Setembro de 2016 – os catálogos de consulta em linha das principais bibliotecas estatais e universitárias de Espanha (algumas das quais disponibilizam, em versão digital, os títulos do seu fundo antigo), destacando-se neste conjunto a Biblioteca Nacional de Espanha (BNE).

Relativamente aos textos de partida publicados originalmente em jornais e revistas, foi-nos de grande utilidade a Hemeroteca Digital da BNE, que faculta o acesso aos conteúdos integrais de cerca de 150 periódicos, permitindo buscas refinadas graças ao seu motor de pesquisa³⁷⁹, e a base de dados *Gazeta*, que assegura a consulta aos números da colecção histórica dos diários oficiais que precederam o actual *Boletín Oficial del Estado*³⁸⁰.

A este propósito, e porque a comparação é inevitável, não podemos deixar de notar as diferenças nas condições de acesso às fontes de um lado e de outro da *muralha*. Embora o património bibliográfico português conte com ferramentas análogas às que agora indicamos, seria desejável que, sobretudo no relativo às publicações periódicas, se procedesse à digitalização do acervo documental que de momento apenas pode ser examinado em papel, com todas as restrições que isso acarreta para o investigador³⁸¹.

³⁷⁸ <http://tetra.lettras.ulisboa.pt/base/>.

³⁷⁹ <http://www.bne.es/es/Catalogos/HemerotecaDigital/>. Devemos alertar, contudo, que não foi possível aceder por esta via a algumas publicações espanholas em que se difundiram os textos de partida inventariados. Acontece, por exemplo, com os artigos traduzidos para português procedentes de *La Abeja*. Das várias publicações que levaram esse título no século XIX, a Hemeroteca Digital da BNE disponibiliza os números de algumas (*Abeja Española*, Cádiz, 1812-1813; *La Abeja del Túrria*, Valência, 1820; *La Abeja. Revista científica y literaria ilustrada*, Barcelona, 1862-1870), mas não da revista *La Abeja* de Madrid (1834-1836).

³⁸⁰ <https://www.boe.es/buscar/gazeta.php>. Esta base de dados permite consultar “alrededor de 1.450.000 documentos con noticias muy variadas –anuncios, comunicaciones, leyes, etc.– siendo muchas de ellas de gran interés histórico”.

³⁸¹ O número de periódicos consultáveis através da Biblioteca Nacional Digital da BNP (<http://purl.pt/index/per/PT/index.html>) ou da HML (<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt>) é, na verdade, relativamente pequeno ainda. Aludiremos apenas a um exemplo expressivo do acesso quantitativa e qualitativamente dissemelhante aos jornais históricos espanhóis e portugueses. Enquanto que os exemplares da que, entre outros nomes, levou o de *Gaceta* ou *Gazeta de Madrid* estão já disponíveis na base de acesso telemático atrás referida, o *Diário do Governo*, antecessor do *Diário da República*, ainda não foi objecto de um semelhante tratamento informático, em lamentável detrimento da sua conservação, recuperação e disponibilização aos investigadores das mais diversas áreas. É de saudar com júbilo, por isso, a notícia de que o CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Universidade do Porto) haja recebido os apoios institucionais necessários para poder levar a cabo o projecto *Diário do*

III.2. Da *China* para a *Tartária*: panorâmica das importações literárias através da tradução da língua espanhola para a portuguesa nos inícios da Idade Contemporânea (1780-1850). Linhas de análise abertas para um estudo futuro

Ofereceremos, por fim, nesta última secção, a visão panorâmica que anunciava o título da terceira e última parte da presente dissertação de doutoramento. Tal visão será feita do alto do *muro*, a partir do inventário de traduções apresentado no anexo 1, *construído* segundo os critérios e procedimentos explicitados na epígrafe anterior (III.1), onde ficaram igualmente indicadas as fontes e expostos os problemas relativos à elaboração desse mesmo catálogo. Cumpre ainda recordar, antes de prosseguir, que a panorâmica do diálogo translativo entre a China e a Tartária que em breve iremos esboçar se apresenta, não como o produto *final* da nossa investigação, mas antes, à inversa, como o seu *ponto de partida*.

A cartografar apenas uns poucos caminhos que do cimo *assomam* dedicamos as diversas epígrafes desta subparte III.2, na qual delineamos um (precário) mapa desse território que já (e só) *divisamos* do alto do muro. O traçado desse mapa visará contemplar, sobretudo, *que* se traduziu durante o período que se estende entre 1780 e 1850 e *porque*, destacando algumas das escolhas – temáticas, genéricas, autorais – mais salientes e tentando encontrar os motivos de tais preferências (III.2.1 a III.2.5). À medida que desenvolvamos esses quatro primeiros capítulos, trataremos de dar resposta, igualmente, às perguntas *quanto*, *quando* e *como* foi traduzido o que se traduziu no lapso temporal estabelecido para o estudo. No capítulo III.2.6 iremos ocupar-nos das espécies que, por diversas razões, levantavam dificuldades para entrar, de forma inequívoca, no nosso inventário de traduções *da* literatura espanhola. Por fim, o último capítulo (III.2.7) destina-se-á a considerar a questão de *onde* e, sobretudo, *quem* traduziu ao longo das sete décadas consideradas, dando destaque ao factor humano da mediação literária pela que aqui nos interessamos e sugerindo, mais uma vez, possíveis indagações para um futuro.

Abrimos a terceira e penúltima grande divisão desta tese (*vid. supra*, página 187) com uma reflexão sobre a condição de miragem que parece ter a *muralha* da que fala António Feliciano de Castilho no artigo que nos vem servindo de fio condutor.

Governo Digital (1820-1910), o qual visa a digitalização de todos os números do jornal e será desenvolvido, previsivelmente, entre 2016 e 2018. *Cfr.* <http://www.cepese.pt/portal/pt/instituicao/noticias> (consultado a 6/8/2016).

Servimo-nos, ainda, de outra imagem metafórica para tentar dizer a mesma coisa acerca das relações literárias entre Espanha e Portugal – a do *solo* aparentemente ermo ou desértico que oculta, na verdade, abundantes vasos comunicantes, tal como revelam as investigações já desenvolvidas na área. Dito, ainda, por outras palavras (que pedimos emprestadas a Gabriel Magalhães), “o estudioso que trabalha há bastantes anos no âmbito dos estudos comparados luso-espanhóis sabe que esta área de investigação se configura muitas vezes como um horizonte de falsos desertos – de espaços vazios que afinal estavam cheios” (Magalhães, 2007c: 113).

Eis subentendida, ou consubstanciada, a conclusão mais evidente e relevante que, segundo acreditamos, pode retirar-se do catálogo que construímos: a de que aquilo que se julgava um *espaço vazio*, um “foso total” (*cfr.* Pérez Corrales, 2003: 79) estava, afinal, *cheio*. Eis também enunciado o principal contributo que, em termos *arqueológicos* (levantamento de dados bibliográficos), pode trazer a presente investigação para essa história – em curso – da tradução literária entre as línguas castelhana e portuguesa.

No catálogo em apêndice vão reunidas 484 espécies no total. Tal como se pode constatar no gráfico n.º 1 do anexo 2, 301 delas (à volta de 62%) são traduções do espanhol publicadas de forma autónoma (anexo 1.1). Outras 142 entradas (cerca de 29%) dizem respeito a translatos que, ao contrário dos primeiros, não foram editados em formatos independentes, senão incluídos em publicações periódicas (mormente) ou não periódicas (anexo 1.2). As restantes 41 espécies (perto de 8%) são traduções por diversas razões problemáticas ou duvidosas de cuja existência quisemos, apesar de tudo, deixar constância (anexo 1.3). Quanto à distribuição temporal dessas 484 espécies, apresentada no gráfico n.º 2 do mesmo anexo 2, chamaremos apenas a atenção para o facto de dito gráfico resultar muito revelador no que diz respeito à incidência dos acontecimentos do plano político no âmbito cultural em geral, e no literário e translativo em particular (*vid. supra* II.5). Centrando-nos apenas nas traduções do anexo 1.1 (livros ou folhetos), no lapso dos setenta anos aqui analisados publicaram-se uma média de cerca de sete textos por ano. Há que levar em consideração que alguns anos concentram um maior número de traduções autónomas (o pico mais marcado dá-se no ano 1808, com setenta registos) e que há anos em que não foram localizadas espécies deste tipo

(independentes), o que porém acontece em casos contados (seis): 1781, 1806, 1824-1825, 1833³⁸² e 1843.

Esta primeira e muito elementar análise quantitativa do catálogo será sem dúvida enriquecida aquando da sua conversão em base de dados. Mesmo assim, à vista dos dados resultantes do *corpus* em que se fundamenta esta tese, parece claro que não é propriamente um *fosso total* aquilo que já podemos contemplar do cimo do muro. Por isso, *limitando-se* o nosso estudo aos modestos fins insistentemente assinalados, damos o tempo por bem empregado só pelo facto de termos conseguido derrubar a muralha (do desconhecimento) que levava a pensar que o cenário translativo anterior à Regeneração era “paupérrimo” (*cfr.* Pérez Corrales, 2003: 79).

Porém, também não queremos pecar por excesso de entusiasmo. Atingimos o cimo da muralha, mas o fulcro da empresa historiográfica aqui encetada – relativa a uma fatia do passado que, pelas razões acima apontadas, estimamos oportuno *re-conhecer* – está longe de ser alcançada. Mesmo que, nos capítulos imediatamente subsequentes, tratemos de responder às questões próprias de uma investigação exploratória enquadrada na história externa da tradução, incidindo mormente – embora não exclusivamente – na pergunta *que* se traduziu, como alerta Lambert (2002: 13), “le seul recensement des réponses à de telles questions [...], que ce soit pour un moment, un genre, des traducteurs, une langue, un milieu déterminées, ou pour une durée et dans un cadre considérables, ne constituera jamais une authentique historiographie”.

Ora, devemos relembra que esta nossa *limitada* contribuição individual não aspira a cumprir propósitos tão ambiciosos. Antes pelo contrário, é desde o começo concebida para ser integrada na reconstrução da história das relações interliterárias

³⁸² Neste ano a única tradução em volume procedente do outro lado da muralha é, que saibamos, o *Compêndio do Desejoso, e por outro nome Espelho de Religiosos* (GRI 4304). Trata-se de uma versão de um original catalão: *El Desitjós o Spill de la vida religiosa* (1515), uma narração alegórica, cavaleiresco-espiritual, de grande popularidade, cuja autoria é atribuída ao frade jerónimo Miguel de Comalada. O livro tinha circulado em Portugal, desde o século XVI, em versão castelhana – língua esta a partir da qual se traslada para português. A edição em vernáculo de 1833 é uma retradução (pois existia uma versão anterior, publicada em 1748, de Frei João de São Pedro), feita pelo monge cartuxo D. Victor Felicissimo Francisco Nabantino. Aquando da supressão das ordens religiosas de 1834, Victor Felicissimo transferiu-se para a Itália (DBP, VII: 444), onde deu a lume a tradução italiana do mesmo texto de partida (1841). Para mais informação a todos estes respeitos podem consultar-se, entre outros, os trabalhos de Augusto Bover i Font: “Notes sobre les traduccions no castellanes de l’*Spill de la vida religiosa*”, *Estudis de llengua i literatura catalanes*, n.º 3, 1981, pp. 129-138; “The *Spill de la vida religiosa* (Barcelona, 1515) and its Luso-Hispanic transmission”, in Dru Dougherty e Milton M Azevedo (eds.), *Multicultural Iberia: Language, Literature and Music*, Berkeley, University of California, 1999, pp. 57-67; “O Desejoso: Portugal i la difusió internacional de l’*Spill de la vida religiosa*”, in Isabel de Riquer, Elena Losada e Helena González (eds.), *Professor Basilio Losada. Ensinar a pensar con liberdade e risco*, Barcelona, Universitat de Barcelona, pp. 206-212.

hispano-portuguesas que já começa a tornar-se visível – reconstrução essa que deve ser necessariamente interdisciplinar e colectiva ³⁸³ e para a qual parece haver-se conformado, nos últimos tempos, um contexto académico e institucional auspicioso. Assim, e apesar de todas as suas *limitações* – fomo-las expondo ao longo da tese –, confiamos em que a *panorâmica* que aqui oferecemos auxilie a alcançar os resultados de longo prazo que presidem ao nosso empenho em assomar-nos ao muro.

Esperamos, pois, que os dados reunidos no levantamento bibliográfico de traduções que apresentamos em anexo, bem como toda a reflexão teórica, historiográfica e metodológica que fizemos até aqui, tenham criado as condições necessárias para poder empreender – num futuro que almejamos não seja muito longínquo – uma abordagem holística da história da tradução literária da língua portuguesa para a espanhola no período de 1780 a 1850. Da nossa parte, nos seis capítulos que integram esta segunda secção serão atendidas, com maior ou menor pormenor e intensidade, as questões características do modelo sociológico-cultural (Lépinette, 1997) ou histórico-social (Vega, 1998) que atrás se apresentou (*vid. supra* epígrafe II.3), cientes de que a necessária conversão futura do catálogo em anexo em base de dados trará importantes acréscimos (mormente, quantitativos) às nossas de momento incipientes respostas.

Todavia, antes de proceder à análise panorâmica que acabámos de enunciar, julgamos conveniente fazer mais uma consideração geral relevante. Perguntávamo-nos ao começo deste estudo (I.1) se a apreciação de Pérez Corrales (2013) a propósito da (alegada) carência de traduções literárias do espanhol até ao ano de 1848 não estaria motivada pelo *habitus* instalado na nossa tradição cultural, pelo facto de o conceito do *literário* ficar reduzido na óptica dos agentes dominantes da instituição (no sentido

³⁸³ Se, de facto, “what we should be doing as researches is looking not at the history of translation, but at the contribution which understanding the role of translations may make to understanding a historical moment” (Rundle *apud* O’Sullivan, 2012: 132), salta à vista que a integração de esforços multidisciplinares e o trabalho em equipa se revela imprescindível: “we must work to sustain the growing cross-disciplinary interest in translation-related research questions and to embed translation in a wider dialogue. Existing initiatives for transnational and cross-disciplinary networking between scholars must be encouraged and extend if we are to continue to enhance our methodologies for conducting translation-related research” (O’Sullivan, 2012: 137). A mesma opinião expressa Pegenaute (2012: 106): “It is true that research [em história da tradução] is too often scattered or fragmented and that cooperation between research teams is ever more necessary in order to contribute towards a general overview”. Todavia, como alerta Lambert (1993): “unfortunately, scholar in the so-called human sciences are still convinced that research can be individual, as we have all been taught”. Vejam-se, contudo, as palavras de Valdés (2004: 18): “Es indudable que la historia de la cultura literaria es un trabajo colaborativo, de equipo y de enorme coordinación. Los métodos de investigación en equipo se han empleado en las ciencias naturales por casi un siglo pero en las ciencias humanas están todavía en su infancia”.

polissistémico) aos *grandes* nomes da *alta* literatura, esquecendo assim, ao olhar para esse passado literário, todos os produtos textuais que, hoje, não costumam figurar nas histórias da(s) literatura(s), desprovidos como estão do valor simbólico outorgado aos primeiros. Questionávamos, portanto, um pouco retoricamente, se os *grandes nombres* e as *grandes obras* destacadas pelas histórias da literatura respondem à realidade factual do tempo e do espaço que dizem descrever – e se não seria preciso, por isso, submeter a revisão os nossos *habitus* historiográficos.

Um estudo de Márcia Abreu (2012) sobre a recepção de obras ficcionais no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX veio precisamente mostrar, através de dados baseados em fontes documentais da época, como muitas vezes “el gusto de los lectores”, nem sempre bem conhecido dos historiadores da literatura, não coincide com “la información contenida en las principales historias de la literatura” a respeito das obras e autores “más importantes” ou “más influyentes” num dado período e num dado espaço. Após elaborar uma lista de títulos preferidos pelos leitores cariocas entre 1795 e 1822, observa Márcia Abreu que tal lista “trae problemas para la historiografía, ya que muchos de estos títulos [obras dos séculos XVII e XVIII, ou até anteriores, incluídas] se encuentran ausentes de las historias literarias convencionales”.

O estudo de caso que acabamos de invocar deveria conduzir-nos a duas conclusões naturais e evidentes. Em primeiro termo, parece claro que é necessário um melhor conhecimento da recepção literária desenvolvendo pesquisas documentais análogas às da autora citada – a este respeito, e no que toca ao período aqui em apreço, a informação disponível é a alguns títulos ainda muito precária. A segunda reflexão que os resultados obtidos nesse estudo nos convida a fazer, válida para qualquer estudioso da literatura, é que se torna igualmente imperativo que tal conhecimento mais preciso do *gosto dos leitores* tenha efectivas “consecuencias sobre la manera como se escribe la historia de la literatura”. Assim:

Incluir el gusto de los lectores entre las preocupaciones de los historiadores puede traer nuevos resultados para la comprensión del pasado y de la literatura. La concentración sobre la escritura y sobre las obras canonizadas tiene poca fuerza explicativa cuando se considera la literatura como fenómeno socialmente relevante y la cultura literaria como algo que pertenece a millones y no solo a unos pocos escogidos” (Abreu, 2012).

Neste sentido, há já bastantes anos que Itamar Even-Zohar (1990c [1979]: 5) precavía contra uma selecção do objecto de estudo, segundo critérios apriorísticos baseados em juízos de valor, confundindo investigação e crítica:

Si se acepta la hipótesis del polisistema, ha de aceptarse también que el estudio histórico de polisistemas históricos no puede circunscribirse a las llamadas “obras maestras”, incluso aunque algunos las consideren la única razón de ser inicial de los estudios literarios. Este tipo de elitismo no es compatible con la historiografía literaria, del mismo modo que la historia general no puede ya ser la narración de las vidas de reyes y generales. En otras palabras, en tanto que estudiosos dedicados a descubrir los mecanismos de la literatura, no parecemos tener la posibilidad de evitar reconocer que cualesquiera juicios de valor prevalentes en un período dado son parte integral de esos mecanismos. Ningún campo de estudio, ya sea “científico” en sentido lato o en un sentido reiguroso, puede seleccionar sus objetos según reglas de gusto.

Como explica o mesmo Even-Zohar (1999a: 26), a Teoria de Polissistemas parte do entendimento da literatura como um campo de acção institucionalizado em que os traços específicos que operam “en él y por él” estão submetidos a uma transformação constante. Esse entendimento permite “liberarnos de la constricción de objetos de estudio ya delimitados por las instituciones de la sociedad”. A este respeito, é ainda sumamente interessante a crítica construtiva do mesmo teórico (Even-Zohar, 1999a: 25) que passamos a citar, destacando em itálicos aquilo que julgamos ser o cerne da questão:

La *ausencia de discusión sobre el objeto de estudio* es típica de muchas áreas de las humanidades, y ciertamente ha impedido, en mi opinión, la práctica científica en dichas áreas. Mientras que las ciencias naturales, en su intento por desarrollar instrumentos que expliquen la naturaleza y la vida, proceden a la modificación y la sustitución de los objetos de estudio como de las hipótesis ligadas a su desarrollo, *las humanidades todavía mantienen la creencia de que las explicaciones pueden cambiar, pero el objeto de estudio permanece inamovible*. Esto resulta especialmente evidente cuando *se estudian los productos y las actividades humanas que han alcanzado una posición canonizada* y, por consiguiente, son considerados indispensables por parte de las fuerzas dominantes de una sociedad. Me estoy refiriendo sobre todo a las «artes», como pueden ser la pintura, la música, la literatura, el teatro, la danza, etc.

A este propósito, e para voltar a centrar-nos no *objecto de estudo* da presente tese, devemos confessar que foi para nós uma surpresa constatar, à medida que íamos *sujando as mãos* (Pym, 1998: 38) com a elaboração do catálogo de traduções, o quão pouco sabíamos acerca do gosto dos leitores no período estudado e o quão longe estávamos, *a priori*, desse gosto – motivo pelo qual nos vimos obrigados a realizar muitas mais investigações do que estávamos à espera inicialmente, pois deparámo-nos

não raro com textos traduzidos de que, simplesmente, nada sabíamos até aí. Neste sentido parece-nos pertinente lembrar os apontamentos redigidos por Maria Fernanda de Abreu para o verbete “Traduções de Espanha” do *Dicionário do Romantismo Literário Português* (Abreu in Buescu, 1997: 533-554), já mencionados no incício desta dissertação (I.1).

Dizia-nos ali a autora, despojada de qualquer *apriorismo* ou *juízo de valor*, que um estudo dessas traduções no Romantismo português (não realizado ainda da forma abrangente que aí se idealiza, embora existam já estudos de caso) deveria atentar na literatura dita *baixa* ou considerada *de menor qualidade* (Abreu in Buescu, 1997: 554). Em tal categoria devem inserir-se os títulos detentores de um valor puramente comercial, textos que fazem parte daquilo a que Herculano chamou de *literatura-mercadoria* ou *literatura-agiotagem*³⁸⁴, mas também os que são importados por “razones extraliterarias” (Pérez Corrales, 2003: 79). Com efeito, segundo em breve teremos oportunidade de comprovar, avultam entre as traduções compiladas no catálogo em anexo as traduções que obedecem a estas “razones” – “todo um conjunto de textos de carácter político e ideológico”, com um papel na “aprendizagem desse Romantismo [português]” (Abreu in Buescu, 1997: 554) que aqui, porém, já não caberá examinar com o vagar e a atenção que merece.

Era necessário ainda, segundo notava a mesma Maria Fernanda de Abreu, levar em linha de conta o facto de que é por esta altura que “os clássicos” da literatura espanhola, alguns destacados pelo menos (mais abaixo veremos quais), saem “finalmente traduzidos para circulação entre os leitores menos eruditos” (Abreu in Buescu, 1997: 554). Já em 1971 sublinhava Claudio Guillén, num livro pioneiro intitulado *Literature as System*³⁸⁵ (*apud* Guillén, 2005), que a história da literatura, mesmo a de uma literatura “nacional”, não pode ficar reduzida “a una sucesión de novedades, originalidades y descubrimientos; a los avatares de la modernidad sobre la marcha” (Guillén, 2005: 327).

³⁸⁴ Tal despectiva designação surge no seio de uma polémica com Garrett sobre a conveniência da importação de livros da Bélgica (como defendia Herculano) ou da França (segundo o acordo negociado por Garrett que deu origem à Lei de 12 de Junho de 1851). Esta controvérsia foi veiculada em forma de brochura, com o título *Da propriedade Litteraria e da recente convenção com França. Carta ao Senhor Visconde d’Almeida-Garrett*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1851. Sobre esta interessante contenda, que se prende com a dependência do campo literário português (mercado livreiro dominado por agente externos ao campo), e que arrefeceu a amizade entre os dois escritores envolvidos, podem encontrar-se mais pormenores em Santos (1985).

³⁸⁵ Guillén retoma aí o conceito de *sistema literário* tal como o formularam Tynianov e Jakobson em 1928.

Para o estudo de um sistema histórico resulta indispensável “tomar en consideración también los autores pretéritos que se reeditan y vuelven a ler, los dramaturgos que se representan, los clásicos vivos y los que no lo son, los olvidados que algunos procuran recuperar” e, ainda, “claro está, los escritores, las obras, los géneros que se traducen” (Guillén, *ibid.*). Nos sistemas literários coexistem produtos do presente e do passado, da mesma forma que coexistem produtos de diversas procedências geográficas e linguísticas – o estudo de uma literatura, sincronicamente considerada, não pode esquecer essa coexistência de textos diversos do ponto de vista temporal como espacial.

III.2.1. Clássicos populares

Precisamente pelos “autores pretéritos que se reeditan y vuelven a ler” (Guillén, 2005: 327), em versão traduzida neste caso, iremos começar a nossa panorâmica. Atenderemos neste primeiro subcapítulo, com menos detença – seguramente – do que requereriam, aqueles autores e obras que ocupa(ra)m uma posição central no sistema exportador cujas respectivas versões portuguesas se deram a conhecer, muitas vezes por vez primeira, ao longo do período aqui em foco, chegando em ocasiões a tornarem-se também *populares* na cultura de chegada, ao serem profusamente editados. Agruparemos, logo, numa só epígrafe, um conjunto heterogéneo de textos traduzidos cujo denominador comum reside no facto de representarem produtos textuais consagrados – quer pela crítica e a história literária, quer pelos leitores – da literatura espanhola.

Devemos, antes de mais, advertir que, conforme já avançámos em capítulos anteriores, na história da tradução entre as línguas espanhola e portuguesa não só se produzem determinados *silêncios* (o fenómeno da não-tradução afecta muitos *clássicos* da literatura espanhola, alguns dos quais só surgiram em vernáculo em tempos muito recentes) como também se detectam certas *decaláges* ou hiatos cronológicos – é o caso, chamativo e eloquente, da tradução do *Quixote*, o livro que em boa medida ajudou a determinar o termo *a quo* (e *ad quem*) desta investigação, de que nos ocuparemos em epígrafe à parte. Autores como Miguel de Cervantes ou Teresa de Jesus, por exemplo, enquadrar-se-iam, de facto, dentro desta secção, embora os tratemos mais à frente (*vid. infra*, respectivamente, a epígrafe seguinte, III.2.2, e a epígrafe III.2.5).

Por enquanto, centrar-nos-emos noutros textos e autores que, como o primeiro dos agora citados (Cervantes e o *Quixote*), e salvo alguma excepção de que logo nos ocuparemos, não circularam em língua portuguesa até ao nosso marco cronológico, ou, então, fizeram-no esporadicamente. Observaremos, assim, como de grande parte dos textos aqui focados, todos eles publicados originalmente em castelhano bastante antes de 1780, pode dizer-se que, mais do que traduzidos, foram *tarduzidos* (passe o trocadilho); ou seja, tardiamente traduzidos, quando comparadas as datas, respectivamente, da primeira edição do texto de partida e da primeira impressão do correspondente texto terminal.

Por outro lado, para que se possa compreender o que tencionamos designar quando falamos em produtores e produtos centrais, devemos lembrar que é preciso adoptar tanto um ponto de vista sincrónico como um ponto de vista diacrónico; ou, melhor dizendo, levar em linha de conta dois (ou mais) tempos diferentes – o(s) momento(s) de produção, circulação e recepção dos textos literários no passado, por um lado; o presente do investigador, por outro. Assim, entendemos por *clássicos populares* não só aquelas obras e autores que ocupam hoje um lugar central, mas também aquelas actualmente esquecidas ou atendidas (estudadas, consumidas...) de forma marginal que, no entanto, gozaram outrora de um considerável reconhecimento ou sucesso editorial.

Como facilmente se pode deduzir, fazemos derivar a condição de *clássico popular* de dois factores constitutivos do sistema literário-cultural, nem sempre coincidentes nas suas escolhas – a instituição, que outorga valor simbólico aos produtos e produtores, e o mercado, ao que lhe cabe atribuir um valor comercial. Na expressão “clássicos populares” estamos juntando, portanto, dois valores que não são necessariamente concomitantes. Do dito também se infere que não fazemos radicar a condição de *clássico popular* (ou seja, o carácter central, não periférico ou canonizado) no texto em si, mas antes na recepção (consumo, crítica, etc.) que dele se faz ou se fez.

Posto isso, devemos recordar que boa parte destes que, com maior ou menor fortuna, chamamos de *clássicos populares* foram por muito tempo consumidos, ao menos por uma elite instruída, directamente na língua de partida. Quer dizer que a interferência desses autores e textos centrais da literatura castelhana no sistema português era directa – o público do sistema importador competente na língua do sistema exportador (talvez não todo, mas sim alargado e diverso, e pelo menos a dadas alturas oriundo de diferentes camadas sociais) acedia aos textos da literatura espanhola

em castelhano. Nesse sentido, já reconhecemos em páginas anteriores (nomeadamente no capítulo introdutório e na epígrafe I.1) que a tradução é uma das vias possíveis – talvez privilegiada, mas não única – de relacionamento entre literaturas e culturas³⁸⁶. A inexistência de traduções até datas relativamente tardias não deve interpretar-se, logo, como sinal da não recepção dos textos nesse intervalo.

As razões pelas quais muitos destes *clássicos populares* começam a ser traduzidos sobretudo a partir do último quartel do século XVIII, tornando-se desse modo em leituras menos restritas no que toca ao tipo (nível educativo, recursos económicos...) e ao número de receptores, foram já intuídas por José Ares Montes (1983: 91). Numa altura em que novas “influencias literarias [...] vienen a suplir, al menos en ciertas capas de la sociedad portuguesa, la influencia española, dormida en sus laureles”, o castelhano “no sólo deja de cultivarse por los poetas, sino que acaba por no ser entendido por el pueblo. Es entonces cuando se impone la tarea de traducir a los autores españoles, cosa que rara vez había sucedido en épocas anteriores”, se bem que o “lector culto” continua a não precisar “de traducciones, leía perfectamente el español”.

As versões traduzidas para português iriam destinadas, logo, ao leitor *comum* (que para o final do século XVIII já teria perdido a capacidade, ou ao menos o hábito, de receber os textos literários em espanhol) e o seu aparecimento não faria extinguir o consumo dos mesmos textos em versão original castelhana entre os leitores *cultos*, como até então se havia feito – conviviriam, portanto, tradução e não-tradução. Ainda assim, queremos pôr em valor – no seguimento da exposição das motivações subjectivas do nosso interesse pela tradução que fazíamos no capítulo I.1 – a alteração significativa que, no seio das relações interliterárias e para a dinâmica dos equilíbrios de poder entre línguas e culturas, implica a recepção dos textos pela via translativa (interferência indirecta).

Assim, a propósito da capacidade por parte de certos sectores (as elites) da comunidade receptora da cultura de chegada portuguesa para usufruir os produtos literários espanhóis em versão não traduzida (interferência directa), no período do

³⁸⁶ O próprio Rodrigues (1992-1999, I: 27) apresenta a sua *Tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa* como uma “contribuição parcial para o estudo da cultura portuguesa” que se “reveste de óbvia importância como fonte [...] de relacionamento espiritual com outros provos e mentalidades”, mas que não deve entender-se “como raiz única na história das relações internacionais da cultura portuguesa”.

bilinguismo *tout court* ou depois dele, invocamos umas reflexões de Antoine Berman (1984) que nos parecem particularmente oportunas.

Comentando o autor as teorias de Friedrich Schleiermacher, a dado passo recorda como historicamente a Alemanha passa por uma situação cultural em que “la langue nationale n’est pas encore auto-affirmée” e “les membres de la communauté linguistique peuvent être tentés de parler d’autres langues plus « éduquées »”, como o latim ou o francês (Berman, 1984: 236). Este bilinguismo cultural, diz-nos Berman, “bloquera-t-il à la fois, et pendant longtemps, l’essor littéraire de la langue maternelle et celui des traductions” (Berman, 1984: 237). E explica, seguidamente,

Car ce bilinguisme ne signifie pas une ouverture sur l’étranger, mais plutôt le fait d’être *dominé* par ce dernier. Dès que la langue maternelle s’affirme comme langue de culture, la communauté qui se définit par elle peut songer à *traduire* des langues étrangères au lieu de les *parler*. Inversement, la langue maternelle ne peut s’affirmer comme langue de culture tant qu’elle n’est pas devenue langue de traduction, tant que ceux qui la parlent ne s’intéressent pas librement à qui est étranger. (Berman, 1984 : 237).

Permitimo-nos sublinhar: o consumo das obras forâneas em versão não traduzida, propiciado pelas situações de bilinguismo como a descrita por Berman para a Alemanha, não supõe uma autêntica *abertura para* o estrangeiro; tal consumo é, antes, um sinal inequívoco de *subordinação ao* estrangeiro. A tradução revela-se, por isso, como sendo a mais genuína *épreuve de l’étranger* – sobretudo, em opinião de Berman (que segue de perto o pensamento de Schleiermacher), se ela for capaz de nos oferecer o Outro em toda a sua estranheza, fugindo dos métodos domesticadores que tendem a apagar as marcas (linguísticas, culturais, etc.) do Outro na língua de chegada.

Dito tudo isto, iremos começar o nosso veloz e ziguezagueante itinerário pelos ditos (mal ou bem) *clássicos populares* precisamente pelas exceções; isto é, pelos títulos que, em contracorrente com a tendência geral, já haviam sido profusamente editados em versão traduzida antes do lapso temporal aqui em apreço.

É esse o caso do *Livro* (também *Acto, Auto, Tratado...*) *do Infante D. Pedro de Portugal*, um enigmático espécimen da literatura de cordel que, tendo sido impresso originalmente em língua castelhana a começos do século XVI, se tornou *popular* em versão portuguesa já a partir do século XVII. Tendo em conta que distam perto de cem anos entre a primeira edição castelhana e a primeira portuguesa, estamos diante de um

exemplo de *tardução*; uma *tardução* que, contudo, se deu ainda dentro do período do bilinguismo.

Embora, segundo veremos, a data de composição e a autoria deste texto sejam questões que permanecem em aberto, o certo é que, como acabámos de indicar, a edição mais antiga conservada é a que se fez em língua castelhana (Sevilha, Jacobo Cromberger), por volta de 1515 (data e local propostos por Rogers, 1961). Em português, aparece impresso por vez primeira em 1602 (Lisboa, Antonio Alvarez), numa versão que Rogers (1961: 290) julga ser da autoria de Duarte Nunes de Leão (1530-1608). Deparamo-nos, portanto, com a tradução portuguesa de um texto de partida castelhano – foi assim que nós o considerámos –, não estando, porém, completamente fora da discussão qual terá sido a língua em que se redigiu primeiramente (castelhano, português ou catalão³⁸⁷) e qual a nacionalidade literária do seu autor (*vid.* Navas, 2005: 73, 77, 90-91).

A narrativa gira em torno da figura histórica que lhe dá nome e das viagens que, literaturizadas, têm igualmente um (longínquo) ponto de partida real nas que empreendeu o Infante D. Pedro pela década de 1420³⁸⁸. Apesar de ter sido o livro largamente usado como fonte documental pelos cronistas e historiadores, a maior parte da crítica hodierna concorda, com poucas exceções, em que “não tem valor histórico absolutamente nenhum” (Faria, 1964: 14), não coincidindo o itinerário do relato – recheado de elementos maravilhosos e de incoerentes saltos espaciais – com o percurso real seguido pelo Infante dom Pedro nas suas andanças pela Europa. O seu autor, quem

³⁸⁷ Parece ter existido uma edição nesta língua, de c. 1506, de que hoje não restam notícias (*vid.* Navas, 2005: 77).

³⁸⁸ O Infante D. Pedro de Avis, Duque de Coimbra (1392-1449), era o quarto filho de D. João I de Portugal (a quem acompanhou na conquista de Ceuta em 1415) e Filipa de Lencastre. Foi irmão de outros célebres viajantes da *Íncrita Geração* – D. Henrique, o Navegador, e D. Fernando, o Infante Santo e *Príncipe constante* calderoniano – e pai do Condestável D. Pedro a quem o Marquês de Santilhana dedica o seu famoso *Prohemio e Carta*. A intensa vida do Infante D. Pedro teve um final trágico. Assumiu, em circunstâncias conturbadas, a regência durante a minoria de idade do seu sobrinho e futuro genro Afonso V, filho de D. Duarte I, de cujo favor gozou nos primeiros tempos, mesmo depois de atingir o rei a maioria de idade. Acabou o Infante, todavia, por ser obrigado a se afastar da corte (uma corte em que a facção nobiliária encabeçada pelo Conde de Barcelos e Duque de Bragança D. Afonso, ciosa da defesa dos seus interesses senhoriais, intrigava em sua contra), retirando-se para as suas terras em Coimbra. A morte do Infante D. Pedro de Portugal ocorreu, na sequência desta queda em desgraça, na batalha de Alfarrobeira, em enfrentamento com as tropas reais de D. Afonso. A figura histórica que protagoniza o livro é relevante, ainda, para a história translativa (e, tal como o seu irmão D. Duarte, para história linguística e cultural) portuguesa – não em vão, é um texto da sua autoria que abre a compilação de textos reflexivos sobre a tradução em Portugal realizada por Carlos Castilho Pais (1997). Os contributos do Infante D. Pedro neste sentido (história da tradução em Portugal) abrangem a produção de traduções, o patrocínio de traduções e o pensamento sobre a tradução. Dado que não nos podemos alongar mais sobre este particular, remetemos para a citada antologia de Pais (1997: 28-30, 47-49).

queira que fosse, fundiu nesta ficção a memória histórica das deslocações do Infante com a peregrinação a Terra Santa do Duque de Bragança (meio-irmão e rival de dom Pedro), a lenda do Preste João e diversos motivos dos relatos de viagens, tomados de variadíssimas fontes, construindo dessa forma uma formulação mítica do protagonista por razões que se prenderiam com a conjuntura político-ideológica do momento (discutido, segundo dissemos) da escrita da obra (Navas, 2005: 74-75).

A autoria do livro é atribuída em todas as edições a Gómez de Santisteban (aportuguesado como Gomes de Santo Estêvão) ou, ainda, Garcirramírez de Santisteban, o qual se identifica logo com o narrador homodiegético das viagens do Infante³⁸⁹. Ora, fora as escassas e pouco fiáveis informações ou afirmações textuais, do autor que está por trás do nome que assina a obra e assume a enunciação do contado nada se sabe ao certo. Inclina-se boa parte da crítica por considerá-lo como um autor espanhol – talvez um clérigo estabelecido na corte de João II de Castela (Navas, 2005: 73; Sánchez Lasmariás, 2008: 1), talvez o secretário de cartas latinas do mesmo rei, Martín de Ávila (Correia, 2000) –, mas não pode descartar-se a hipótese, mais minoritária, de que o autor fosse português (Ferreira, 2000).

Igualmente debatida é a data de escrita do texto. Se para uns (Rogers, 1961 ou Mejía, 1998) a sua redacção deve situar-se na mesma época em que sai impresso o folheto pela primeira vez, para outros é preciso recuar até à segunda metade da centúria de quatrocentos, sendo plausível aceitar a teoria, defendida por Harvey L. Sharrer (*apud* Mejía, 1998: 219-221 e Sánchez Lasmariás, 2008: 1-2), de que o texto teria conhecido uma circulação manuscrita já no último quartel do século XV. Alguns críticos (Correia, 2000; Rucquoi, 2003: 44-45; Navas, 2005: 62) postulam uma data de composição ainda anterior, estimando que a génese da obra responde a uma encomenda feita pelo Condestável D. Pedro, exilado em Castela na sequência da batalha de Alfarrobeira e posteriormente proclamado Conde de Barcelona e Rei de Aragão, interessado em reabilitar a memória de seu progenitor.

³⁸⁹ Na *príncipeps castelhana* de 1515 (citamos pela edição de Sánchez Lasmariás, 2008: 11-12) é “Gómez de Santestevan” que se apresenta no “Prohemio” como “uno de los que anduvimos com el infante don Pedro, mi señor”, mas ao dar início ao relato lemos: “Aquí comienza el libro del infante don Pedro de Portugal, que anduvo las partidas del mundo. Compuesto por Garcirramírez de Santestevan, uno de los doze que anduvieron com el dicho infante a las ver”. Seguidamente, a narração alude, em terceira pessoa, a Garcirramírez como um “faraute” que, por saber “todos los lenguajes del mundo”, é enviado pelo rei João II de Castela, tio de D. Pedro, em sua companhia.

Os estudiosos coincidem em assinalar que a dimensão crítica do folheto explica o facto de o ignoto autor ter preferido ocultar a sua identidade debaixo do pseudónimo de Gómez de Santisteban, mas diferem na interpretação da finalidade moralizante concreta subjacente à função lúdica do relato. Assim, Rogers (1961: 215) vê no livro uma censura indirecta à conduta da Igreja de Ocidente, por contraste com a exemplaridade da Cristandade oriental; Rucquoi (2003: 46), uma reprovação igualmente indirecta dirigida a uma corte castelhana em crise, a da transição do reinado de João II para o de Henrique IV, por oposição ao modélico Infante da casa de Avis. Para Ferreira (2000: 113), o autor do *Livro*, português, não revela o seu nome por estar ainda muito recente o enfrentamento entre o Infante e o rei Afonso V em que o primeiro perdeu a vida, razão pela qual, ademais, a obra – que faz um panegírico de dom Pedro, então *persona non grata* em Portugal – surge em língua castelhana e não na portuguesa. A mesma autora encontra no texto uma mensagem relativa à necessidade de união entre o Ocidente e o Oriente cristão.

Seja como for, e não nos cabendo a nós enveredar por tão sinuosos caminhos, o que chama a atenção é o extraordinário consumo deste título, prolongado no tempo e no espaço. O já citado Francis M. Rogers (1961: 273) afirma que o *Livro do Infante D. Pedro* constitui um dos mais populares folhetos de cordel ibéricos. Provam-no os dados quantitativos relativos à sua difusão impressa em castelhano (desde os começos do século XVI, como já notámos) e em português (a partir de seiscentos), fornecidos nos trabalhos monográficos, ainda incontornáveis, do próprio Rogers (1959, 1961) e de Francisco Leite de Faria (1964)³⁹⁰. Ampliando as pesquisas pioneiras de Cesáreo Fernández Duro (1903), ambos os autores (Rogers, 1959 e Faria, 1964) apresentam uma lista de edições do folheto dispostas cronologicamente, em língua castelhana e em língua portuguesa (incluídas as publicadas no Brasil), que ultrapassa largamente a centena.

Comparando as mudanças textuais que experimenta a narrativa nas suas diversas edições ao longo de tempo, observa Rogers que, enquanto as versões espanholas sofrem transformações de consideração ao longo do tempo, as portuguesas mantiveram-se por

³⁹⁰ Entretanto, os vários enigmas que encerra esta narrativa e a sua complexa história editorial (enriquecida pelos expectáveis achados de exemplares inéditos) fê-la merecedora de novos trabalhos, alguns dos quais, como já se vê, também mencionamos aqui.

séculos muito próximas do texto publicado em 1602³⁹¹, por sua vez translato relativamente literal do texto castelhano impresso nos começos do século XVI (Rogers, 1961: 278)³⁹². Daí que, face a Rogers (1959), que elabora uma lista conjunta, Faria (1964) opte por apresentar as edições espanholas e portuguesas em duas listas diferenciadas, justificando essa divisão por serem as segundas derivadas da primeira versão em língua portuguesa, e não das sucessivas edições em espanhol – estas menos “fiéis” à primeira versão castelhana conhecida³⁹³.

No marco temporal que vai de 1780 a 1850 houve, pelo menos, dez reedições da tradução que viera a lume pela primeira vez em 1602³⁹⁴, sem ter em consideração nesse cálculo as diversas tiragens, com pequenas variantes, feitas no mesmo ano e pelo mesmo editor (de que, sendo o caso, demos conta nas observações às entradas únicas no catálogo em anexo). Dizemos “pelo menos” porque somente admitimos no nosso catálogo edições cuja existência era segura. Dada a complexidade da história editorial do folheto em português (como em espanhol), já atrás referida, devemos esclarecer que a nossa inventariação se baseou nas informações coligidas por Rogers (1959, 1961), Faria (1964) e Rodrigues (1992-1999: I-II). Este último consulta, por sua vez, os catálogos de Rogers (1959) e Faria (1964) atrás citados; todavia, nem sempre incorpora as espécies com completude e exactidão³⁹⁵, primeira razão pela qual não aceitámos acriteriosamente os dados registados em *A Tradução em Portugal*, procedendo a confrontá-la com as outras fontes, embora fossem também as de Rodrigues. Por outro

³⁹¹ São curiosas as hipóteses explicativas de Carmen Mejía (1998: 231) para este facto: “Quizá los portugueses por su propia historia hayan mantenido su pasado muy unido al presente, y esto puede ser uno de los motivos de que las ediciones portuguesas de nuestro relato no se hayan adulterado con el paso del tiempo. También podría relacionarse con la propia Saudade Portuguesa, que les hace *tan peculiares y diferentes*” (*sic*, itálicos nossos). Segundo Rogers (1961), a base das ulteriores edições em língua portuguesa foi a versão publicada em 1644, a qual apresenta em relação à de 1602 “egregious errors” e algumas omissões (Rogers, 1961: 288). Dessa forma, e com a excepção de uma edição de 1664 que retoma a de 1602, “all Portuguese versions are essentially the same” (Rogers, 1961: 290)

³⁹² As alterações mais destacadas da tradução portuguesa com respeito à fonte espanhola são pormenorizadas em Rogers, 1961: 286-287. Decorrem, segundo o referido autor, de três linhas orientadoras do trabalho do tradutor português, a saber: (1) conferir ao texto de chegada uma aparência factual própria da escrita documental ou historiográfica; (2) evitar qualquer espécie de minimização da figura do Infante, o que resulta particularmente significativo sendo esta uma tradução que surge em tempos da dominação filipina; (3) permitir que o livro obtivesse a licença inquisitorial com que foi efectivamente impresso, expurgando-o e contornando as controvérsias teológicas presentes no original castelhano.

³⁹³ Não deixaremos de notar que, além disso, Faria aduz mais uma razão pela qual lhe “apraz” tal apresentação em duas listas distintas: “Assim vinculamos a separação das duas nações, o que tanto agrada a quem nasceu em Portugal” (Faria, 1964: 393).

³⁹⁴ As páginas finais de Rogers, 1959, oferecem uma reprodução fotográfica dessa primeira edição.

³⁹⁵ Entre outros problemas, em duas ocasiões deparámo-nos com erros flagrantes na datação: GRI 2691 regista no ano de 1806 uma edição que saiu, na realidade, em 1606; GRI 2248 data de 18-- uma edição de 17--.

lado, quer Rogers (1959, 1961), quer Faria (1964) admitem nas suas listas bibliográficas espécies de existência incerta (às vezes, até, reconhecidamente improvável), de que apenas têm referências indirectas. Rodrigues inclui-as em pé de igualdade com as edições que Rogers e Faria apresentam como sendo de existência indubitável, mas nós preferimos optar por excluí-las³⁹⁶.

Assim, após cruzar as informações de todas essas fontes e verificar os exemplares disponíveis nas bibliotecas, temos a certeza de que no lapso temporal aqui contemplado houve edições deste folheto, com mudanças na parte remática do título (*Livro*, principalmente, mas também *Acto* ou *Tratado*), nos anos de 1787 (Lisboa), 1789 (Lisboa), 1790 (duas edições, uma no Porto e outra em Lisboa), 1794 (Lisboa), 1820 (Lisboa), 1827 (Lisboa), 1840 (Lisboa), 1842 (Lisboa) e 1850 (Lisboa)³⁹⁷.

Segundo se pode observar, o final do século XVIII concentra um maior número de reedições: as cinco primeiras edições das dez que contempla o nosso catálogo concentram-se entre os anos de 1787 e 1794. De facto, pelos dados que fornecem Rogers (1959, 1961) e Faria (1964) podemos corroborar que é na segunda metade do século XVIII, particularmente nos últimos anos da centúria, quando o livro vive o período de maior sucesso editorial, com impressões que surgem “almost every other year, on occasion [1790] twice in one year” (Rogers, 1861: 300). Depois dessa altura, há um grande parêntese até à seguinte edição, a que sai em 1820, momento a partir do qual as novas edições vão aparecendo de forma mais espaçada até 1850.

Mesmo assim, o *Livro* continuava a ser muito *popular*, em todos os sentidos da palavra, ainda nos meados do século XIX – assim parece atestá-lo o seguinte excerto, retirado do artigo, já atrás citado (II.6.2), “Bons desejos em favor da litteratura portugueza”, publicado no número 34 de *O Atheneu* (25 de Agosto de 1850), em que se visa ilustrar que em Portugal “lê-se muito, mas lê-se mal”:

³⁹⁶ As espécies rejeitadas por serem inseguras são as seguintes. Uma alegada edição de 1792 com o título de *Acto...*, feita em Lisboa, na oficina de Francisco Borges de Sousa (GRI 1922), que citam Rogers (1959, n.º 65) e Faria (1964, n.º 47) baseando-se, ambos, num catálogo de Fernandes Tomás, mas de que não encontraram outras referências nem puderam consultar exemplares. Uma outra alegada edição de 1824 (Rodrigues incorpora-a no ano de 1823: GRI 3826), com o título de *Livro...*, feita em Lisboa, s. n. de impressor, mais uma vez referida tanto por Rogers (1959, n.º 74) como por Faria (1964, n.º 50), seguindo uma fonte comum: uma menção de Ferdinand Denis (de novo, nenhum dos investigadores viu exemplares desta suposta edição). No mesmo caso está mais uma edição incerta do ano 1826, com o título de *Livro...*, impressa alegadamente em Lisboa, na Officina da Rua da Procissão (GRI 3963), que Rogers (1959, n.º 75) e Faria (1964, 51) citam em base a uma referência descrita por Martinho da Fonseca nos *Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português* (1927, p. 171).

³⁹⁷ As edições que acabámos de enumerar correspondem, respectivamente, às seguintes entradas do catálogo em apêndice (1.1): 19, 25, 26, 29, 39, 221, 237, 270, 273 e 297.

Correi as casas da gente mais pobre; ide á morada da costureira, do sapateiro, do marceneiro, e lá achareis por força um livro. [...] Em regra geral encontrareis o *auto da Imperatriz Porcina*, o do *Infante D. Pedro*, as *obras de José Daniel*, a *malicia das mulheres*, uma das mais antigas obras da Europa, e questão largamente tratada *pró e contra* entre os antigos escriptores de França e Inglaterra, *as mil e uma noites*, e o *Carlos Magno*.

Prosseguiremos, rapidamente, com outros dois casos excepcionais de traduções feitas (e, mais uma vez, profusamente reeditadas) já com anterioridade ao último quartel do século XVIII que constitui o termo *a quo* deste estudo. Referimo-nos a dois autênticos sucessos editoriais do (chamado) Século de Ouro espanhol, ambos do mesmo autor, o matemático e médico valenciano Jerónimo Cortés (falecido em 1615), a saber: *Lunario perpetuo el qual contiene los llenos y conjunciones perpetuas de la Luna* [... e] *algunas electiones de medicina, navegación y agricultura, sin otras cosas de consideración y provecho; con un regimiento de sanidad a la postre* (1594) e *Libro de phisonomía natural y varios secretos de naturaleza, el qual contiene cinco tratados de materias diferentes, no menos curiosas que provechosas* (1598). Não é por acaso que estas duas obras de Cortés, ambas pertencentes ao que extensiva ou vagamente poderíamos chamar de literatura de divulgação científica³⁹⁸, são estudados por Jaime Moll (1993) num artigo intitulado precisamente “Libros para todos”³⁹⁹. Trata-se de um tipo de produção paraliterária dirigida a “todo tipo de lector” de que facilmente podemos encontrar, pela mesma época, exemplos correlatos em português⁴⁰⁰.

³⁹⁸ Quanto ao género, e pese a que o carácter miscelâneo das obras deste tipo dificulta sempre à sua catalogação (razão pela qual, provavelmente, GR hesita na classificação, variando-a nas diversas edições que compila), no catálogo em anexo etiquetámos as respectivas traduções portuguesas dentro das espécies que Rodrigues identifica como C, dada a intencionalidade prática primária e central do texto e a classe de conteúdos (astronómicos, astrológicos, meteorológicos, médicos, etc.) predominantes – hoje considerados pseudo- ou paracientíficos.

³⁹⁹ Aí achamos um resumo do conteúdo de cada um deles. O primeiro livro acima mencionado alinha-se no género dos almanaques, um dos mais antigos e duradouros na história da imprensa, embora seja “bastante más que un repertorio de los tiempos y lunario”. Está composto por uma primeira parte que trata “del tiempo y sus divisiones”, seguida de informações sobre os planetas, signos do zodiaco, labores agrícolas próprias de cada mês, festas, luas, previsões meteorológicas em função dos sinais naturais, remédios naturais (contra pulgas, percevejos, piolhos, moscas ou ratos), regras e avisos curiosos, etc. O segundo título referido, o *Libro de phisonomía natural y varios secretos de naturaleza*, apresenta um primeiro capítulo “sobre la fisonomía natural del hombre” ao que seguem mais tratados “sobre las excelencias del romero, las propiedades del aguardiente, secretos de la naturaleza con los efectos maravillosos que producen, propiedades de las piedras, etc.” Acrescentam-se ainda alguns conselhos práticos (v. gr., de novo, “secretos muy ciertos y experimentados para conservar las camas sin chinches, los aposentos sin pulgas y las casas sin moscas y sin ratones”) para rematar debruçando-se na “región elemental y celeste y su influencia sobre el hombre”, esclarecendo tais matérias através de um diálogo entre o autor e o leitor.

⁴⁰⁰ As duas obras de Cortés que agora iremos analisar assemelham-se (em assuntos e até em títulos) às de um autor alentejano seu coetâneo (talvez um pouco mais novo), também muito popular entre os séculos XVII e XVIII. Referimo-nos a Gaspar Cardoso de Sequeira, “Mestre em Artes pela Universidade de

Ambos os títulos eram já conhecidos, em castelhano, do público português do século XVII – consta-nos inclusivamente a existência de publicações portuguesas, mas em língua espanhola, dessa centúria. É a partir dos inícios do século XVIII (1703 e 1699, respectivamente) que começam a imprimir-se em versão traduzida. Essas versões portuguesas tiveram um êxito editorial impressionante, dentro como fora da época em estudo, ao ponto de que, depois das do *Livro do infante D. Pedro*, as de Jerónimo Cortés figurarão, seguramente, entre as traduções do espanhol mais reeditadas em Portugal de sempre. Acrescente-se que a sua recepção foi extraordinária também no Brasil, particularmente no sertão nordestino⁴⁰¹.

A que, pelo que conseguimos apurar, gozou de um maior número de edições ao longo do tempo é a tradução do almanaque (*lato sensu*) que referiremos abreviadamente, e modernizando as grafias, como *Lunário e Prognóstico Perpétuo* ou *O Non Plus Ultra*⁴⁰². A primeira edição em português deste livro data, ao que parece, de 1703 (nesse mesmo ano foi vertido para francês), em tradução de António da Silva (de) Brito, que foi também responsável da versão para vernáculo do já aludido segundo *best-seller* (passe o anacronismo) de Jerónimo Cortés, a *Fisionomia* ou *Segredos da Natureza* (de novo, em referência curta e modernizada do título).

A versão portuguesa do *Lunário*, sucessivamente reimpressa a partir dos começos do século XVIII, parte de uma edição castelhana expurgada, de 1632. Consoante é possível verificar na tabela 1 do anexo 3, elaborada após o cruzamento de dados obtidos em diversas fontes de consulta, esta tradução de António da Silva Brito terá sido reimpressa em cerca de trinta ocasiões desde então (1703) até ao presente (a última edição que conhecemos é do ano 2013)⁴⁰³. Das trinta e quatro edições aí

Alcalá, e Professor de Mathematicas em Lisboa, Coimbra e outras cidades de Portugal e Hespanha” (DBP, III: 125).

⁴⁰¹ Vid. Franselma Fernandes de Figueirêdo, “As fortunas eruditas e populares do *Lunário Perpétuo*”, *Imburana*, 9, 2014, pp. 23-34; Aline da Silva Medeiros, “Notas sobre a produção, a circulação e a leitura do *Lunário Perpétuo* de Jerônimo Cortez entre Portugal e o Brasil”, *Revista Portuguesa de História*, 46, 2015, pp. 163-184. Ambos os trabalhos estão acessíveis em linha.

⁴⁰² Os títulos completos, longuíssimos, variam com os anos. Inocêncio (DBP, I: 269) reproduz o seguinte (edição de 1703): *O Non plus ultra do Lunario e Prognostico perpetuo, geral e particular para todos os reinos e provincias, composto por Jeronymo Cortez, Valenciano, emendado conforme o expurgatorio da Santa Inquisição, e traduzido em portuguez*.

⁴⁰³ Deve ter-se em conta que, a partir da edição n.º 19 da tabela acima aludida (a n.º 1 do anexo 3), referimos apenas as entradas constantes da PORB e do catálogo integrado da Universidade de Coimbra (que identificamos na tabela com a sigla UC). É de crer que o número de reimpressões viria a aumentar se completássemos os dados a partir dessa data cotejando com os que recolhe GR nos volumes III a V. No que respeita aos dados coligidos em DBP (I: 269-270), o próprio Inocêncio esclarece: “não creio que as sete edições [por ele] indicadas sejam as unicas que d’este livro se tem feito. É provavel que mais algumas existam, que ainda não viessem á minha noticia” (DBP, I: 270).

reunidas, apenas seis, destacadas com um fundo mais marcado na tabela, correspondem ao nosso marco cronológico. Dessas seis, constam do catálogo em anexo cinco (as que vão, na referida tabela 1 do anexo 3, do n.º 14 ao 18), tendo-se descartado a n.º 13, de 1783, por ser edição que apenas regista GR (GRI 1461). Não encontramos dela exemplares consultáveis ou mais notícias que pudessem provar a sua existência, embora pareça altamente plausível⁴⁰⁴.

Outra obra miscelânea de Cortés que, como dissemos, também teve grande sucesso em versão portuguesa, com cerca de vinte impressões (*vid.* tabela n.º 2 do mesmo anexo 3), foi a sua divulgativa *Fisionomia* ou *Fysiognomia e varios segredos da natureza* (editada em castelhano pela primeira vez no ano de 1597, mas também com uma versão posterior, de 1741, expurgada pela Inquisição). Esta obra foi vertida para português, como já referimos, pelo mesmo tradutor do *Lunário*, o enigmático António da Silva Brito. Na sua primeira edição portuguesa (1699), o título completo era o que segue: *Fysiognomia, e varios segredos da natureza. Contem sinco trattados de diferentes materias, todos revistos, & melhorados nesta ultima impressão, á qual se acrescentaraõ muytas cousas notaveis, & de grande utilidade. Composto por Jeronymo Cortès natural de Valença. Agora novamente traduzido em Portuguez por Antonio da Sylva de Britto*⁴⁰⁵.

Pelo mesmo procedimento que no caso anterior, conseguimos apurar o número aproximado de reimpressões da tradução desta miscelânea desde os finais da centúria de seiscentos, em que veio a lume pela primeira vez, até praticamente ao nosso século⁴⁰⁶. Das vinte e uma que consignamos na tabela 2 do anexo 3, as sete sublinhadas com fundo escuro correspondem ao nosso marco cronológico. Dessas sete, fazem parte das inventariadas no presente estudo seis: todas menos a n.º 8 da tabela (1791), de que só temos notícia por Rodrigues (GRI 1894). Tal como no caso precedente, chama a atenção não só a quantidade de reimpressões, mas também o carácter duradouro do sucesso comercial deste título traduzido da língua castelhana. Parece que a passagem do

⁴⁰⁴ GR não indica qual foi a fonte que seguiu, mas fornece dados relativos à sua descrição física: 8º, VIII-312 pp. A edição n.º 12 da tabela (S. I., s. n., 17--) leva a seguinte descrição física na PORB: 15 cm, 316 pp.

⁴⁰⁵ Retirado da edição digital disponível em <http://purl.pt/17272/3/#/4> (consultado a 23/8/2014).

⁴⁰⁶ De novo, a partir da edição n.º 13 da tabela (2) em anexo (3) apenas registamos as reimpressões de que temos constância pelos catálogos das bibliotecas onde procurámos a tradução (PORB, catálogo integrado da Universidade de Coimbra ou UC e BNF), sem atender as espécies constantes de GR aquém do termo temporal deste estudo (tomos III em diante). Deve notar-se também que Inocêncio apenas menciona neste caso, “d’entre todas as edições que d’ella se fizeram” apenas as que tem “agora á vista” (DBP: 269).

tempo não fez decair o interesse pelos livros de Cortés – os quais datam originalmente dos finais do século XVI, deve recordar-se – por parte dos leitores lusófonos, que ainda os demandam no século XX. Assim se depreende da leitura de um peritexto preliminar que acompanha a edição de 1909 da *Fisionomia* (a n.º 18 da tabela acima referida⁴⁰⁷), em que o editor, Anselmo A. Tavares, esclarece “Ao publico” (p. [2]):

Tendo-se esgotado ha muito tempo as edições do presente livro, que, pela materia de que se occupa, constitue um precioso guia para o tratamento de muitas doenças, sendo portanto um auxiliar indispensavel a todo o cidadão, e desejando eu concorrer, dentro dos meus limitados esforços, para a maior divulgação d’um livrinho tão util para a humanidade soffredora, tomei a iniciativa d’esta edição, que é copia authentica do original, cuja orthographia foi escrupulosamente seguida.

Os pedidos, que desde ha muito me teem sido feitos, tanto pelos nossos clientes do paiz como de Africa e, muito especialmente do Brazil, serviram-me de estimulo para a reproducção d’esta obra, cujos ensinamentos estão largamente reconhecidos e comprovados por todos aquelles que tiveram a ventura de ler este valioso livro.

A despeito de tudo o qual, a avaliação crítica de Inocêncio é demolidora. Da *Fisionomia* diz o seguinte: “Bom fora que o seu merito correspondesse a tão extraordinario consumo; porém desgraçadamente não passa de ser um amontoado de frioleiras e erros grosseiros de toda a especie, apresentando a cada passo doutrinas, que a sciencia tem desde longo tempo desterrado para o paiz das chimeras” (DBP, I: 269). A mesma opinião lhe merece o título anteriormente observado, o *Lunário* – obra ainda mais exitosa, segundo já observámos, mas da qual acha que “pode com pouca differença dizer-se o mesmo que da antecedente” (DBP, I: 270).

De Jerónimo Cortés passamos a outro *clássico popular* do Século de Ouro espanhol, Fray Antonio de Guevara (1480-1545), cujas primeiras versões para a língua portuguesa se situam, agora sim, apenas no nosso marco temporal. Imensamente publicada dentro e fora da Península no século XVI, não parece ter gozado a obra de Guevara de igual fortuna editorial no Portugal do período que nós tivemos em consideração, quer na língua original, como havia sido conhecida dos leitores portugueses de quinhentos, quer vertida para a língua vernácula – apenas encontrámos

⁴⁰⁷ Segundo esclarecemos na nota n.º 695 da tabela 2, anexo 3, é (ou pretende ser) edição fac-smilada da que tinha vindo a lume em Lisboa, Off. de Francisco Borges de Sousa, 1792. Levava esta última o título de *Fysiognomia, e varios segredos da natureza. Contém cinco tratados de diferentes materias, revisto [sic], e melhorados, nesta ultima edição [sic, a ed. semifacs. de 1909 lê edição] com huns [1909: bons] segredos emportantes para tirar nodoas. Composto por Jeronymo Cortez, Natural da Cidade de Valença. Agora novamente traduzido em Portuguez por Antonio da Silva de Brito.*

três traduções avulsas deste autor, as três no ano de 1848, as três retiradas das *Epístolas familiares* (1539-1542) e as três publicadas em língua portuguesa no mesmo periódico *O Farol* (anexo 1.2-103, 1.2-105 e 1.2-111). Ora, se quantitativamente se podem considerar irrelevantes, é de referir a importância qualitativa dessas traduções avulsas de Guevara, na medida em que consituem, que nós saibamos, as primeiras que do autor em questão viram a luz pública – as que lhes precederam, realizadas fundamentalmente no século XVIII, conservam-se em códices manuscritos⁴⁰⁸.

Com anterioridade ao marco temporal aqui considerado, sabemos da circulação das obras de Guevara em Portugal, em versão não traduzida, por Ana Isabel Buescu (2009). Para além da existência de edições portuguesas quase contemporâneas às príncipes publicadas em Espanha⁴⁰⁹, a autora refere que nos tempos de D. João III as bibliotecas reais e conventuais possuíam “numerosos exemplares” (Buescu, 2009: 165) das obras de Guevara em espanhol (*Relox de príncipes*, *Libro Áureo de Marco Aurelio*, *Epístolas familiares*, *Menosprecio de corte y alabanza de aldea*, *Aviso de privados*, *Artes de marear*, etc.), facto que “confirma, se necessário fosse, a difusão que o idioma castelhano tinha nos círculos cultos do país” (*ibid.*) e que explica o porquê de as traduções deste autor serem tão escassas, tardias e, até às três de 1848 que mencionávamos há instantes, manuscritas.

Na mesma década de 1840 aparece-nos traduzida para português, em formato livro, a obra de um contemporâneo de Guevara, Gabriel Alonso de Herrera (1470-1539), concretamente um seu *Libro de Agricultura* (1513) que, segundo informa Quirós García (2015), foi o primeiro tratado geopónico publicado numa língua romance. Escrito por encomenda do cardeal Cisneros e seguindo com “total fidelidad” os “principios del Humanismo y del Renacimiento”, este livro despertou um “interés

⁴⁰⁸ Tais traduções manuscritas são referenciadas em Buescu, 2009: 165 (n. 40) e 171-174. Todas elas datam do século XVIII salvo duas, feitas nos séculos XVII e XVI respectivamente, sendo esta última indirecta – trata-se de *O Paragon de Vertudes para a Instituiçam de Todollos Principes Christãos*, realizada a partir da versão francesa (1549) de uma obra do italiano Mambrino Roseo intitulada *Institutione del Prencipe Christiano* (1542), a qual é, por sua vez, uma “selecção e adaptação” do *Relox de príncipes* (Buescu, 2009: 172).

⁴⁰⁹ A esse respeito, cabe destacar que a segunda edição do seu *Relox de príncipes* (1529), um dos livros espanhóis mais difundidos e consumidos na Europa da segunda metade de quinhentos, a qual incorpora o não menos famoso *Libro Áureo de Marco Aurelio* (1528), foi impressa em Lisboa, em língua castelhana, no mesmo ano (e transcorridos poucos meses) em que saía a *princeps* em Valhadolid – a de Lisboa foi, ainda, a edição utilizada como matriz para as seguintes. É provável que do *Libro Áureo de Marco Aurelio* também tenha havido uma edição lisboeta de 1528, hoje perdida. Não se pode deixar de lembrar, por outro lado, que o célebre *Libro llamado menosprecio de corte y alabanza de aldea* (1539), cujo tema, de longa tradição, constitui um *topos* literário de grande relevância na literatura portuguesa, vai *dirigido al muy alto y poderoso señor de Portugal*, D. João III.

sorprendente” por parte dos impressores “hasta bien entrado el siglo XIX”. Com efeito, juntando as novas edições (críticas) de que tem sido objecto desde as últimas décadas do século XX, o tratado de Alonso de Herrera ultrapassa na actualidade a vintena de edições em castelhano. Entre 1557 e 1607 o livro foi editado seis vezes em língua italiana (Quirós, 2015) e, mais modernamente, também se traduziu para a inglesa (uma edição bilingue em 1979 e uma outra monolingue em 2006).

No catálogo em anexo recolhemos três edições em português deste tratado (anexo 1.1-272, 1.1-289 e 1.1-295), dadas a lume nos anos de 1841 (Typographia de Mathias José Marques da Silva) e 1849 (duas impressões diferentes neste último ano, uma na mesma tipografia da edição de 1841, de que é reimpressão, e outra na Typographia Nunesiana). Os títulos da obra de Herrera em português, em versão de Antonio Gamarra, oscilaram entre *Nova arte* (Typ. de Mathias José Marques da Silva, 1841 e 1849) ou *Arte nova* (Typographia Nunesiana, 1849) *que ensina a criar, tratar, escolher, e curar cabras, borregos, ovelhas, porcos, bois e vaccas*. Julgamos que não houve mais nesta língua, nem posterior nem anteriormente, embora Quirós, que não cita uma destas edições (a realizada por Mathias José Marques da Silva em 1849, única registada em *A Tradução em Portugal*, embora sem dados editoriais), sugira como possíveis “precedentes” dois “anónimos, de título casi idéntico, conservados en la Biblioteca Nacional de Portugal” (Quirós García, 2015, nota 31). O primeiro foi impresso em 1786 por Francisco Borges de Sousa⁴¹⁰ e o segundo, reedição daquele, saiu em 1840 dos prelos da Typografia de J. A. S. Rodrigues⁴¹¹. Uma vez que Quirós prevenia acerca da necessidade de “consultar ambos volúmenes” para poder confirmar as suas suspeitas⁴¹², fomos confrontar os textos (os anónimos e as traduções seguras) e descartámos, em consequência, a possibilidade por ele aventada.

⁴¹⁰ *Arte mestra, que ensina aos que não sabem a criar, tratar e escolher bois, vacas, novilhos, e vitelos*, Lisboa, Off. de Francisco Borges de Sousa, 1786. Consultámos o exemplar depositado na BNP sob a cota F. G. 1232.

⁴¹¹ *Arte mestra, que ensina aos que não sabem a criar, tratar e escolher bois, vacas, novilhos, e vitelos. Nesta obra se mostram os symptomas indicativos das enfermidades a que está sujeita qualquer rês vacua, como tambem os remedios e receitas mais especiaes para o seu curativo, tudo fundado não só nas doutrinas dos melhores mestres, mas authenticado com experiencias*, Lisboa, Typ. de J. A. S. Rodrigues, 1840. Consultámos o exemplar correspondente à cota S.A. 6991 P.

⁴¹² “En esta ocasión no he tenido la oportunidad de consultar ambos volúmenes, por lo que queda pendiente investigar su relación con los otros dos [de 1841-1849, na Typographia de Mathias José Marques da Silva, e de 1849, na Nunesiana; já se viu que são, na realidade, três] en los que se menciona por vez primera el nombre de Herrera” (Quirós García, 2015, nota 31).

É também dentro do marco temporal aqui contemplado que, com uma única excepção (uma versão do *Lazarillo de Tormes* feita por António de Faria Barreiros⁴¹³, vinda a lume em 1721 e reeditada em 1786), se produz a importação em versão traduzida dos *clássicos* do género picaresco espanhol aurissecular. Sobre as traduções portuguesas dos títulos da picaresca espanhola, contamos por sorte com os estudos de Rita Bueno Maia (2008, 2010 e 2012, entre outros que não mencionamos). No último dos enumerados, já várias vezes referido nestas páginas, ocupa-se a autora, pormenorizadamente, da história da recepção dos romances picarescos espanhóis em Portugal⁴¹⁴.

Na origem do trabalho de Maia a que agora novamente recorreremos está a tentativa de compreensão de duas “surpreendentes” ou “inexplicáveis” lacunas detectadas na literatura em língua portuguesa. Por um lado, “a aparente ausência de uma literatura picaresca [original] no Barroco português” (Maia, 2012: 3), momento em que teria sido expectável a manifestação do género, mas em que apenas é possível constatar a presença de traços picarescos em obras de outros géneros (*cfr.* Maia, 2012: 1-7 e 64-79⁴¹⁵); por outro lado, “a ausência de publicação de obras picarescas em tradução portuguesa [nas centúrias de quinhentos e seiscentos], quando tal publicação se verificou nas diferentes literaturas europeias” (Maia, 2012: 8, *vid. tm.* pp. 143-144).

Deste ponto de vista (comparativo, comparatista), chama a atenção o comportamento do sistema literário português, pela demora com que surgem as primeiras traduções dos títulos picarescos castelhanos. É igualmente significativo que essa (tardia) circulação dos textos picarescos castelhanos em versão traduzida

⁴¹³ Sobre o tradutor, dá-nos algumas informações Inocêncio: nascido em Lisboa na segunda metade do século XVII, exercia na capital como corrector tipográfico, “entretendo o tempo que lhe restava da sua ocupação em verter da língua castelhana para a portuguesa algumas obras”, como *Graças da Graça, discretas agudezas dos Sanctos*, em 1718 (DBP, VIII: 131-132).

⁴¹⁴ O *corpus* de textos de partida castelhanos aí contemplados está constituído por cinco romances (Maia, 2012: 87-88), a saber: o *Lazarillo de Tormes* (1554), as duas partes do *Guzmán de Alfarache* de Mateo Alemán (1599-1604), a *Segunda parte de la vida de Lazarillo de Tormes* de Juan de Luna (1620), o *Buscón* de Quevedo (1626) e o *Estebanillo González* (1646). A autora exclui nesta ocasião o *Diablo cojuelo* de Vélez de Guevara (1641), a cuja versão portuguesa já tinha dedicado outro trabalho (Maia, 2010), porque decide restringir este (Maia, 2012) aos textos que conformam a série picaresca em sentido estrito – ou seja, às narrativas que adoptam a forma pseudo-autobiográfica, empregando a primeira pessoa, o que não acontece na referida obra de Vélez de Guevara. Também descarta as edições portuguesas em folheto do *Lazarillo* (1721 e 1786), de que se tinha ocupado em 2008, porque em 2012 concentra a sua atenção nas traduções publicadas em formato de livro.

⁴¹⁵ São nessas páginas apresentados e discutidos alguns trabalhos sobre a questão – controversa – da (in)existência de um género picaresco português. Uma visão de conjunto sobre a mesma matéria pode ainda encontrar-se em “*Con fuerza y maña remando: cruzan fronteras los pícaros*”, de Maria Fernanda de Abreu (*in* Ângela Fernades *et al.*, *Diálogos Ibéricos e Iberoamericanos. Actas del VI Congreso Internacional de ALEPH*, Lisboa, ALEPH/Centro de Estudos Comparatistas da FLUL, 2010, pp. 12-34).

acompanhe o surgimento (igualmente tardio, à primeira vista extemporâneo) de uma literatura picaresca original em língua portuguesa – tal como, agora sim, havia já acontecido “nas demais literaturas europeias”, onde a “constituição de uma literatura picaresca autóctone foi indissociável do fenómeno da intensa recepção via tradução dos romances picarescos espanhóis” (Maia, 2012: 10-11).

O estudo de Maia permite-nos compreender porque as primeiras traduções portuguesas do género picaresco espanhol têm lugar, fundamentalmente, ao longo da primeira metade do século XIX⁴¹⁶, e como nessa importação por via translativa não se pode dispensar a interferência da língua e da literatura francesas no espaço cultural português. Aliás, o referido trabalho ajuda-nos a perceber que a história da recepção do género picaresco em Portugal vem condicionada pelas relações de dependência que o sistema estabelece, primeiro, com respeito à literatura espanhola e, mais tarde, com respeito à literatura francesa. Por outras palavras, essa recepção vem marcada pela “relação triangular e paradoxal que une a Literatura Portuguesa à Francesa e à Espanhola” (Maia, 2012: 10; *vid. tm.* 251-283).

Em síntese, a autora citada estabelece quatro grandes etapas na recepção do género picaresco na literatura portuguesa até ao século XX. A primeira corresponde ao período do bilinguismo literário, em que a literatura portuguesa fica absorvida pela espanhola e o consumo das obras picarescas – incluídas as produzidas em língua castelhana por autores nascidos no Portugal dos séculos XVI e XVII, as quais “não são produtos do sistema literário português, mas do polissistema literário espanhol” (Maia, 2012: 79) – é feito em versão não traduzida (interferência directa da língua espanhola). Utilizando a mesma divertida personificação de que se vale a estudiosa, pode dizer-se que nesta altura *o pícaro espanhol é bem-vindo a Portugal, onde fala castelhano e se sente em casa própria*.

Sobrevém a essa uma segunda etapa em que *o pícaro é rechaçado de casa alheia*; ou seja, um período caracterizado pela ausência de interferência dos romances picarescos. Quando, a partir de meados do século XVII, a literatura portuguesa inicia o processo de independentização do polissistema espanhol, a importação da picaresca,

⁴¹⁶ Fora a versão do *Lazarillo* de 1721 e respectiva reimpressão de 1786 a que já atrás aludimos, a cronologia dessas primeiras traduções de textos picarescos espanhóis estende-se entre os anos de 1792 a 1849 (*vid. infra*). O segundo momento tem lugar já ao longo dos séculos XX e XXI, concentrando-se uma maior densidade de traduções na segunda metade do XX, a maior parte delas do *Lazarillo* (*vid.* Maia, 2012: 141-142 e 145).

“um produto considerado tipicamente espanhol” (Maia, 2012: 275), fica interrompida pela reacção anti-castelhana subsequente à Restauração.

Numa terceira etapa, pelos meados do século XVIII e ainda dentro do processo de independentização que se acabou de referir, *o pícaro espanhol volta a entrar em Portugal*, mas apresenta-se agora *em traje francês*. Isto é, a circulação dos romances picarescos castelhanos dá-se através de traduções realizadas para a língua francesa, coincidindo com o momento em que o sistema literário português começa a revelar uma evidente relação de dependência relativamente à literatura e cultura francesa – subordinação essa que permanecerá por muito tempo.

A quarta e última fase assinalada por Maia dá início nos finais da mesma centúria de setecentos, altura em que, salvo a excepção já comentada (edição da versão vernácula do *Lazarillo* em formato de cordel, 1721), aparecem as primeiras traduções para português dos romances picarescos espanhóis. Estas traduções para português, que além do mais não supõem o desaparecimento da importação dos mesmos textos em tradução francesa iniciada na etapa anterior (*vid.* Maia, 2012: 154-155), são frequentemente mediadas pela mesma língua francesa. Ou seja, na maior parte dos casos estamos diante de traduções indirectas da picaresca espanhola, feitas a partir de versões francesas. Essas traduções são, ainda, a partir da década de 1830, editadas por impressores sediados em Paris e comercializadas tanto na França como em Portugal: trata-se, portanto, de produtos destinados quer à sua venda em Portugal, quer ao consumo por parte da comunidade portuguesa residente em França (*vid.* Maia, 2012: 163-167).

A intensa mediação do sistema literário francês na importação dos produtos textuais espanhóis do género picaresco (ou parapicaresco) em versão traduzida para a língua portuguesa pode observar-se na tabela que apresentamos no anexo 3 (terceira tabela). Nela reunimos todos os textos traduzidos (títulos abreviados), picarescos ou parapicarescos, entre o ano de 1721, em que aparece publicada a primeira edição em versão portuguesa do género, e o ano de 1849, a partir do qual não se verificam novas edições dos romances picarescos espanhóis até ao século XX⁴¹⁷.

⁴¹⁷ Devemos realizar alguns esclarecimentos em relação à elaboração dessa tabela. Em primeiro lugar, incluímos nela espécies do anexo 1.3; ou seja, traduções indirectas de romances espanhóis picarescos (*Estebanillo*) ou parapicarescos (*El diablo cojuelo*) que aqui receberam a consideração de duvidosas ou problemáticas pelas razões já adiantadas em III.1.1.C e que serão explanadas com mais vagar na epígrafe III.2.6. Em essência, os motivos que nos conduziram a integrá-las no anexo 1.3 têm a ver com a nossa

As dezasseis edições portuguesas aí consignadas (tabela n.º 3, anexo 3) dizem respeito a seis textos de partida espanhóis: os cinco romances *stricto sensu* picarescos analisados por Maia, 2012; mais o parapicaresco *Diablo cojuelo* (Maia, 2010), de que nos voltaremos a ocupar em III.2.6. Interessa-nos, por agora, destacar o facto de que onze dessas impressões são traduções indirectas mediadas pelo francês (o recurso à indirectude representa, pois, 68,75% das edições), ao passo que apenas cinco espécies (31,25%) são traduções directas do castelhano. Neste último caso, a mediação francesa permanece, mesmo assim, sob outras formas (agentes responsáveis pela edição e divulgação dos textos): uma dessas traduções directas (a *Historia jocosa do Gran'Tacanho*) foi publicada em Paris e boa parte das que se imprimiram em Portugal, distribuídas inicialmente em lojas regentadas por vendedores portugueses, acabaram com o tempo por ser comercializadas em Portugal por livreiros franceses (*cfr.* Maia, 2012: 163). Parece clara, enfim, a condição dependente do sistema literário português com respeito ao francês no relativo à importação da picaresca espanhola em versão portuguesa.

Ora, o mesmo estudo de Maia que aqui vimos utilizando (2012) prova mediante análises microtextuais e paratextuais como, contudo, e paradoxalmente, estas traduções do género picaresco espanhol para a língua portuguesa, realizadas segundo se acabou de ver maioritariamente a partir de fontes intermediárias francesas, obedeceram a uma luta contra a progressiva dominação das mesmas língua e literatura francesas sobre a língua e a literatura portuguesas. Entre outros aspectos, a autora demonstra que as estratégias translativas adoptadas nos textos de chegada envolvem, a partir da década de 1830 sobretudo, desvios tendentes a reflectir estilisticamente o carácter subversivo e carnavalizado próprio dos textos da série picaresca espanhola (uma subversão e uma carnavalização ausentes dos textos da picaresca francesa), optando os tradutores (alguns deles, exilados portugueses em França como António José Viale ou José da Fonseca⁴¹⁸)

incapacidade para decidir se, nesses casos, estamos perante *pícaros espanhóis que entram em Portugal vestidos com traje francês* ou, antes, perante *pícaros franceses*. As fontes intermediárias (T2) para os translatos portugueses são, nos dois casos aludidos, outros tantos romances setecentistas de Alain-René Lesage “inspirados” nas referidas obras espanholas – *Histoire d’Estevanille Gonzalez* e *Le Diable boiteux*, respectivamente. Em segundo lugar, e ainda a respeito dessas mesmas traduções indirectas problemáticas feitas a partir do francês, apenas consignamos na tabela edições dos textos completos. No capítulo III.2.6 teremos oportunidade de verificar como, no caso do *Diable boiteux*, o texto mediador francês foi objecto de edições parciais em português, em livro, que agora não temos em consideração.

⁴¹⁸ Fonseca é o responsável de três retraduições relativas às obras picarescas (ou parapicarescas) espanholas acima enumeradas, todas elas indirectas (a partir do francês) e publicadas em Paris, a saber: o *Estevinho Gonçalves* (1837), o *Lazarinho de Tormes* (1838) e *O diabo coxo* (1838). Foi também tradutor

por formulações retiradas da língua oral vernácula e do registo baixo (popular, vulgar) como modo de combate aos galicismos.

A dominação da literatura francesa sobre a portuguesa a partir do século XVIII, e as tentativas de subversão dessa posição dependente (com a literatura popular entrando a formar parte da equação), devem ser novamente convocadas à hora de abordar a recepção, por via translativa no nosso caso, do(s) último(s) *clássico(s) popular(es)* de que nos ocuparemos nesta epígrafe – Pedro Calderón de la Barca e outros dramaturgos aurisseculares da dita escola calderoniana. Recordar-se-á que o facto de seis obras de Calderón começarem a circular em versão traduzida pelos começos da década de 1780, acompanhadas de outros textos da produção teatral da Espanha de seiscentos que seguem o mesmo padrão, ajudou-nos a delimitar o termo *a quo* deste estudo (*vid. supra* I.3.2).

Em breve indicaremos como se dá essa circulação, que peças em concreto se traduzem para a sua difusão escrita e porquê. Mas julgamos necessário, primeiro, descrever a evolução do subsistema teatral português na centúria de setecentos – um subsistema que “ocupa un lugar central en la cultura de esta época”, que “vivirá de textos importados” (Sabio Pinilla, 2009: 210) e no seio do qual, a partir da década de 1730, diferentes modelos se disputam o domínio do campo (Sabio Pinilla, 2009; Bello Vázquez, 2010). Pretendemos, desse modo, *iluminar o cenário* teatral português em que surgem as traduções calderonianas impressas e, ainda, perceber, sob essa luz, o papel simbólico que assume Calderón de la Barca (e o modelo teatral espanhol encarnado por este autor) nos textos críticos produzidos pela elite literária quer no século XVIII, quer no século XIX.

Os estudos de que dispomos sobre a recepção (*lato sensu*) de Calderón na literatura portuguesa permitem-nos observar que a sua figura surge, a dados momentos, e nesses textos críticos, como um ponto de aproximação entre Portugal e Espanha: uma janela que se abre no muro que afasta a China da Tartária perante, mais uma vez, a pressão de terceiros sistemas literários implicados. Um primeiro momento tem lugar pelos últimos anos da década de 1730, quando o modelo espanhol é ainda o dominante no teatro português mas já começa a entrar em luta com o modelo francês – refi-lo-emos com mais pormenor daqui a pouco.

(retradutor) de mais um título espanhol, igualmente vertido a partir do francês: a *Galatea* de Cervantes, de que nos ocuparemos mais abaixo (III.2.2).

O segundo momento em que Calderón suscita interesse crítico em Portugal dá-se um século depois, a partir dos finais da década de 1830, quando os modelos franceses são já os preponderantes na cena portuguesa – e havendo já sido traduzido (e canonizado) Calderón na Alemanha, graças à intervenção de Schlegel, Schiller e Goethe (vid. Rodrigues, 2003: 39-40). Por essa altura, românticos portugueses como Alexandre Herculano, Lopes de Mendonça, Rebelo da Silva ou Júlio César Machado voltam a advogar por Calderón e o teatro espanhol, impelidos, diz-nos Maria Idalina Resina Rodrigues, pela “urgencia de contribuir para [*sic*: a] una renovación del teatro portugués, acriticamente seguidor del (mal) teatro francés y olvidado de sus raíces ibéricas” (Rodrigues, 2002: 760; vid. *tm*. Rodrigues, 2003: 77 e 1987⁴¹⁹). Assim, num artigo que publica ao longo de vários números de *O Panorama* no ano 1839, Herculano apela à “ejemplaridad del teatro de Calderón” pela sua capacidade de expressar os valores nacionais ou “el alma española sin someterse a las reglas del teatro extranjero” (Fernandes, 2002: 492).

Um terceiro momento em que Calderón desperta interesse entre a elite literária portuguesa tem lugar fora já do nosso marco cronológico, concretamente no ano de 1881⁴²⁰, em que se comemora o segundo centenário da morte do autor. A efeméride despoleta uma grande quantidade de textos críticos sobre Calderón e faz com que literatos portugueses e espanhóis se juntem em Madrid (Ramalho Ortigão acompanha a delegação estudantil portuguesa ali deslocada), tal como havia acontecido no ano anterior, aquando das comemorações do terceiro aniversário da morte de Camões, em Lisboa (*cfr.* Rodrigues, 2003: 78 e Magalhães, 2007d: 103-105)

Dito isso, e notando desde já que a recepção crítica acima descrita não gera actividade translativa, regressaremos aos inícios da centúria de setecentos em que começa a ganhar forma o conflito no campo teatral português que agora nos interessa conhecer. Segundo avançámos, no primeiro quartel de setecentos o modelo dominante neste subsistema era ainda o espanhol. O enorme sucesso das peças calderonianas nos finais do XVII e começos do XVIII são indicadoras da posição privilegiada de que goza o repertório teatral espanhol na altura – uma posição que não era exclusiva do âmbito

⁴¹⁹ “Teatro Espanhol e Teatro Francês: o Parecer Crítico dos Românticos Portugueses” (Rodrigues, 1987: 221-238).

⁴²⁰ Um pouco antes, em 1878, Pinheiro Chagas publica o romance *A mantilha de Beatriz*, uma *sui generis* adaptação ou “acomodación nacionalista” da comédia *Antes que todo es mi dama* (vid. Rodrigues, 2002: 765-766). Um estudo pormenorizado é oferecido por Pilar Nicolás Martínez em “*A mantilha de Beatriz*: Una adaptación portuguesa de la comedia calderoniana *Antes que todo es mi dama*”, *Península*, n.º 4, 2007, pp. 347-370.

popular, pois este tipo de espetáculo “also held prestige among the cultivated elite” (Bello Vázquez, 2010: 617). Para José Antonio Sabio Pinilla (2009: 211-212), é dentro dessa corrente “de la tradición peninsular”, em que o gosto do público se inclina para a comédia espanhola “de capa y espada”, que deve situar-se a produção – em vários sentidos *original* – de António José da Silva, O Judeu.

Porém, da década de 1730 em diante, o teatro espanhol, e Calderón mais em particular, começa a ser alvo das críticas de uma parte importante da *intelligentsia* literária, sendo por essas elites visto “as a negative heritage of the period of dependence” (Bello Vázquez, 2010: 615). Por estes anos, e perante a “necesidad de llenar un vacío en el repertorio nacional” (Sabio Pinilla, 2009: 213), chega a Portugal o teatro lírico italiano, que triunfará entre o público nas suas duas vertentes – as óperas melodramáticas de Mestastasio junto da aristocracia (uma linha que acabará por entrar em colapso no reinado de D. Maria I); as adaptações da ópera bufa (as comédias operísticas de Goldoni), adoptando “some elements from the censored Spanish model” (Bello Vázquez, 2010: 628), junto das camadas sociais baixas e médias, sendo estas últimas cada vez mais influentes no subsistema teatral.

Por outro lado, à medida que o modelo espanhol vai sendo submetido a um crescente descrédito “by people of influence” (Bello Vázquez, 2010: 628), os grupos ilustrados promovem os modelos franceses (o teatro de função pedagógica, como o de Molière, por um lado; Racine, Voltaire, enraizados na tragédia grega, por outro). Uma tradução de Molière, precisamente, feita por Alexandre de Gusmão em 1737, despoleta a polémica “en torno al teatro español, tradicional, y el teatro francés, mensajero de novedades y guía para nuevos modelos” (Sabio Pinilla, 2009: 214, n. 10) em que se dá a primeira utilização simbólica de Calderón por parte das elites literárias portuguesas a que há bocado aludimos. É como resposta à rejeição que entre os partidários do modelo neoclássico francês provoca Calderón de la Barca e todo o teatro espanhol seiscentista que representa que D. Francisco de Portugal, Marquês de Valença, publica o seu *Discurso apologético em defesa do teatro hespanhol* (1739), uma alegação em favor de Calderón e o teatro barroco em língua castelhana que só pode entender-se no quadro das dinâmicas atrás referidas (dependência literária do sistema português e tentativas de emancipação dessa mesma posição subordinada), pois “defender a Calderón y a los españoles” face ao teatro francês “significa luchar por la preservación de una identidad tradicional común” (Fernandes, 2002: 488). Como vemos, a oposição entre modelos

repertoriais “was not just limited to aesthetic proposals”; é, antes, e “above all, a conflict of ideological purposes” (Bello Vázquez, 2010: 629), em que a procedência nacional ou territorial de cada modelo vai associada a determinadas funções ou conotações simbólicas⁴²¹.

Para poder situar as primeiras traduções portuguesas de Calderón (e de outros autores da chamada escola calderoniana) que começam a publicar-se na últimas décadas do século XVIII, devemos completar o quadro descrito até aqui mencionando o aparecimento, paralelo às representações, de um teatro impresso destinado ao consumo *popular* em que se dão a conhecer tanto textos *próprios*⁴²² como, a partir de 1760, textos *alheios*, embora submetidos a intensos processos de *apropriação*. Estes últimos, os textos *alheios apropiados*, estão constituídos, fundamentalmente, por traduções de peças francesas e italianas, mas “adaptadas al gusto portugués” (Sabio Pinilla, 2009: 212, 215).

No que respeita aos textos propriamente ditos, e além dos ajustamentos necessários para poder passar a censura, tal acomodação ao gosto da cultura de chegada consistia, segundo o mesmo estudioso, “en introducir graciosos, *al estilo del teatro español*; nacionalizar los nombres de países, lugares y personajes, y añadir nuevas escenas o suprimirlas en función de la carga humorística” (Sabio Pinilla, 2009: 215, itálicos nossos). A apropriação implica, ainda, certas características paratextuais que são constantes neste teatro traduzido impresso em formatos de cordel, como o reduzido número de páginas, a pouca qualidade das edições ou a ausência de indicação do nome do autor e do tradutor que fazem com que estes títulos sejam divulgados sob a forma de pseudo-originais.

Vinculam-se, pois, todas estas traduções impressas a representações destinadas, não ao (selecto e escasso) público frequentador do teatro cortesano, senão a “una masa indiscriminada de espectadores, probablemente con predominio del pueblo abatido, que

⁴²¹ Assim: “At a certain moment the Spanish model not only lost prestige because of being identified as antiquated (or *gothic*) but also for being associated with a period of Spanish dominion over Portugal. That is what occurred with the French theatrical model, which was severely watched by censors to avoid filtering to the Portuguese audience pro-bourgeois idea alive in France decades before the 1789 Revolution. On the other hand, there is the hypothesis that the origin of certain reportorial models coming from Catholic and absolutist Italy were eased into Portugal through their assimilation by the elite” (Bello Vázquez, 2010: 629).

⁴²² As óperas joco-sérias para bonifrates do Judeu, por exemplo. Como nota Sabio Pinilla, não é por acaso que as óperas de António José da Silva fossem publicadas a título póstumo (e de forma anónima, para evitar a censura) em 1744 por Francisco Luís Ameno, “un nombre importante del llamado teatro de cordel” (Sabio Pinilla, 2009: 212) quer como editor, quer como autor, quer como tradutor.

ya no entiende más lengua que la portuguesa y que exige espectáculos de acción, cómicos o sentimentales, y, con frecuencia, caracterizados por su plebeyez” (Ares Montes, 1983: 92) – ou seja, ao público que, em Lisboa, assistia às peças que exibiam os cartazes do Teatro do Bairro Alto, do Salitre ou da Rua dos Condes. É para satisfazer tal demanda que “comienzan a traducirse comedias españolas” nas últimas décadas do século, em versões “adaptadas al gusto de ese público, vulgarizándolas, en el peor sentido de la palabra, traicionando el original y cargando la mano de gracias burdas y chocarreras” (Ares Montes, *ibid.*). Os textos dessas representações eram depois impressos e vendidos em forma de folhetos de cordel, ganhando assim uma “nueva vida” (*ibid.*).

É nessa corrente popular do teatro *alheio* profundamente *domesticado* e impresso com desleixo para o seu consumo entre “el pueblo llano” (Sabio Pinilla, 2009: 215) que surgem, portanto, as primeiras traduções portuguesas (ocultas) das obras de Pedro Calderón de la Barca. Com elas, vêm igualmente a lume peças em versão traduzida de outros dramaturgos do Barroco espanhol, em muitas ocasiões compostas a quatro ou até seis mãos por *ingenios* como Agustín Moreto, Juan de Matos Fragoso⁴²³, Jerónimo de Cáncer, Francisco Bances Candamo, Sebastián de Villaviciosa, Francisco de Avellaneda ou Cristóbal de Monroy.

Estas traduções constituem um conjunto específico do catálogo em anexo (1.1), onde nos deparamos com um total de vinte e quatro espécies classificadas como A3 (teatro) – poucas, sem dúvida: não atingem 8% das reunidas nesse *corpus* de translatos independentes (301). Dessas vinte e quatro espécies do género dramático, vinte (ou seja, 83,33%) correspondem a estes “clássicos populares”, e todas elas seguem o mesmo padrão editorial que acabamos de indicar, próprio do chamado teatro de cordel: aparecem frequentemente sob o título genérico de *Comédia* em folhetos de cerca de quarenta páginas impressas a duas colunas, publicadas às vezes *sine data* e quase sempre sem indicação dos nomes do autor (ou autores) quer da obra original, quer da tradução ou adaptação. Apenas uma dessas vinte espécies, a que figura no nosso catálogo com o n.º 1.1-13 (1785), se apresenta como uma tradução explícita, revelando peritextualmente o nome do autor traduzido (Agustín Moreto) e do tradutor (Pedro

⁴²³ A produção teatral do português João de Matos (ou Mattos) Fragoso, mais conhecido com o nome castelhanizado de Juan, integra-se no sistema literário espanhol: “Passou a maior parte da vida em Madrid, ocupando-se principalmente das composições dramaticas, com que muitos annos abasteceu o theatro hespanhol, merecendo no seu tempo o applauso geral” (DBP, III: 417).

António Pereira e “hum novo curioso”⁴²⁴). Quanto aos responsáveis pelas restantes espécies (anónimas), as fontes indirectas (v. gr., Inocência) atribuem a maior parte destas adaptações, talvez de forma excessiva, a Nicolau Luís (ou Luiz), empresário teatral e “escriptor fecundissimo, que durante muitos annos abasteceu os theatros de Lisboa, de dramas por elle imitados e traduzidos dos theatros hespanhol e italiano, dos quaes a maior parte se imprimiram, e constituem pelo menos um terço [...] das comedias de cordel” (DBP, VI: 257).

Às vinte espécies deste grupo por nós registadas⁴²⁵ devem acrescentar-se mais duas, as quais não constam do catálogo em anexo por serem anteriores ao ano de 1780, embora estejam muito próximas dessa data (finais da década de 1770). Tendo, pois em consideração a existência dessas duas edições anteriores ao termo *a quo* do presente estudo, são vinte e duas as espécies a considerar. As datas de publicação dessas vinte e duas traduções estendem-se entre os anos de 1776 e 1836, mas a sua vinda a lume concentra-se nas décadas de 1780 e 1790 (dezassete espécies dessas vinte e duas), com alguns anos especialmente prolíficos a esse respeito (1783, 1784, 1787 e 1794). Com anterioridade ao ano de 1780, apenas temos constância, como dizemos, de duas publicações: uma do ano 1776⁴²⁶ e outra do ano 1777⁴²⁷. Do século XIX são outras três:

⁴²⁴ A indicação peritextual de que a tradução de Pedro António (ou Antonio) Pereira é ampliada e revista por “hum novo curioso” talvez se explique pela passagem da versão representada nos palcos (feita pelo primeiro) para o papel (em que surgiram os acréscimos do segundo). Sobre Pedro António Pereira ou *Pedrinho*, como era mais conhecido entre os seus coetâneos, *vid.* DBP, VI: 385. Na PORB figuram como datas possíveis de nascimento e morte de Pereira os anos de “17--” e “1841?”, respectivamente, mas certamente que houve neste último confusão com o poeta homónimo (*cfr.* DBP, VI: 393).

⁴²⁵ Acreditamos que os vinte títulos reunidos no catálogo em anexo representam uma parte, importante mas incompleta, destas traduções. Estamos convictos de que novas pesquisas dedicadas exclusivamente ao género e formato (teatro de cordel) poderiam aumentar significativamente o número de textos traduzidos do espanhol. Convém frisar que a natureza deste tipo de impressos dificulta não apenas a sua conservação como também, pela sua anonimia característica, as tarefas de identificação do seu estatuto (tradução ou original) e respectiva procedência dos textos de partida, quando é o caso (*vid.* Ares Montes, 1983). Não será preciso sublinhar a dimensão de tais *muralhas*, aqui ultrapassadas na medida das nossas possibilidades mediante um considerável esforço. Além disso, devemos referir que descartámos do catálogo em anexo duas espécies mencionadas por Rodrigues. Uma será comentada mais abaixo, também em nota de rodapé. A outra é a alegada reimpressão da comédia *Só o piedoso he meu filho* (1.1-11, 1784) do ano 18-- (GRI 2260), supostamente feita pelo mesmo impressor (Fernando Jozé dos Santos) da edição de 1784, e aliás com a mesma descrição física (4º, 42 pp.). A fonte indicada por Rodrigues é “DBP, p. 284, n.º 156” (não fornece, como se vê, o volume, mas conseguimos apurar que se tratava do VI). Verificámos, todavia, que o verbete em questão do DBP remetia, na realidade para um título diferente: *O sabio em seu retiro* (1.1-21), de 1787, de 37 pp. Desconhecemos a origem do engano de Rodrigues, mas omitimos, naturalmente, a espécie em causa.

⁴²⁶ A Officina de Francisco Sabino dos Santos imprime nesse ano a *Comedia intitulada Amar à moda*, versão (não marcada como tal) da comédia *Amar al uso* de Antonio Solís (GRI 1235 e BGUC, catálogo de miscelâneas 531, n.º 8957).

⁴²⁷ Nesse ano sai dos prelos da mesma Officina de Francisco Sabino dos Santos a *Comedia intitulada O capitão Belizario*, tradução oculta de *El ejemplo mayor de la desdicha y capitán Belisario*, de Antonio Mira de Amescua (GRI 1244 e BGUC, catálogo de miscelâneas 554, n.º 9385). Esta peça foi reimpressa

as duas primeiras, de 1802 (1.1-61) e 1836 (1.1-256), são reedições de uma peça de Mira de Amescua que já tinha sido dada a conhecer no último quartel do século XVIII⁴²⁸. A terceira, também de 1836 (1.1-258) corresponde a *El valiente justiciero*, de Agustín Moreto, autor de que já se haviam publicado quatro peças (feitas em colaboração ou em solitário) em versão traduzida entre 1780 e 1791. Chama desde logo a atenção que, na lista de autores traduzidos relativa a estas espécies, não figure o nome de Lope de Vega, que era “para quem ia direitinha a maioria das atenções” no século XVII (Rodrigues, 2003: 75; *vid. tm.* Rodrigues, 1987⁴²⁹) – um *clássico popular* de outrora “quizá considerado pasado de moda” por esta altura (Ares Montes, 1983: 93).

Concentrar-nos-emos um pouco, para finalizar, nas traduções de Pedro Calderón de la Barca, por ser o autor mais bem representado do conjunto (suas são sete espécies das vinte atrás referidas, correspondentes a seis textos de partida) e pela dimensão simbólica assumida pelo dramaturgo na história das relações literárias hispano-portuguesas, já atrás comentada.

Iremos enumerar, para começar, os textos do autor vertidos para português pela ordem cronológica dos textos de chegada registados no catálogo em apêndice, incluindo os dados bibliográficos que a nossa pesquisa trouxe como novidade ao panorama de traduções calderonianas traçado por José Ares Montes num estudo de 1983⁴³⁰. São eles *El alcalde de sí mismo* (1.1-5, 1783), *Afectos de odio y de amor* (1.1-6 [1783?]), *Darlo todo y no dar nada*, *Apeles y Campaspe* (1.1-9, 1784, título este não mencionado por Ares Montes), *El alcalde de Zalamea* (1.1-10, 1784), *El príncipe constante* (com duas edições: uma indicada por Ares Montes, a 1.1-43, de [1794?]; outra não contemplada pelo estudioso, a 1.1-42, de 1794⁴³¹) e *Nadie fíe su secreto* (1.1-49, 1797).

Esse é o *corpus* calderoniano que, pela primeira vez, se difunde em Portugal por via tradutória (e em formatos próprios da literatura popular), depois de ter circulado em

nos anos de 1787 (anexo 1.1-20), 1802 (1.1-61) e 1836 (1.1-256). DBP, XVII: 325 refere uma alegada edição de 1781, de que não encontramos mais notícias e que não incluímos, portanto, no catálogo em anexo.

⁴²⁸ Trata-se da já citada *O capitão Belizario* (*vid. supra* nota anterior).

⁴²⁹ “Fortuna e infortúnios de Lope de Vega em Portugal (1580-1870)” (Rodrigues, 1987: 239-285).

⁴³⁰ O trabalho centra-se em duas destas peças calderonianas vertidas para português, *El príncipe constante* e *El alcalde de Zalamea*, mas o filólogo espanhol deixou aí apontados também os títulos do mesmo autor “que he conseguido identificar hasta ahora”.

⁴³¹ Segundo Rodrigues (GRI 2257), a oficina de Antonio Gomes deu a lume uma “2.^a ed.” da versão impressa inicialmente em [1794?] na mesma tipografia, também de data incerta (18--). Não conseguimos encontrar exemplares nem mais notícias de tal suposta reedição, pelo que não figura no catálogo em anexo.

versão não traduzida durante o período do bilinguismo literário (há edições portuguesas em língua castelhana desde os meados do século XVII; ou seja, de forma praticamente simultânea às impressões dos textos originais em Espanha).

À luz desses dados, o trecho temporal em que vêm a lume as primeiras traduções de Calderón para a língua portuguesa fica estabelecido, à espera de eventuais novos achados, entre os anos de 1783 e 1797 e, pelo que conseguimos apurar, devemos aguardar ao último quartel do século XIX para voltar a encontrar uma nova versão portuguesa deste dramaturgo⁴³² – o que não significa que durante todo esse lapso de tempo Calderón tivesse sido completamente esquecido pela literatura portuguesa, pois teve impacto crítico, segundo já vimos, nas primeiras décadas do século XIX, quando o teatro barroco espanhol é reabilitado pelos românticos portugueses. Determinados o quanto, o quê, o como e o quando, cabe perguntar-se pelos porquês. Sobre os motivos das escolhas dos textos de partida de Calderón acima enumerados, afirma Ares Montes:

Excepto el caso de *El príncipe constante*, por sus vinculaciones con la historia de Portugal, se me escapan las razones que llevaron al traductor, o traductores, a elegir estas comedias de entre el amplio repertorio calderoniano, aunque sí puede explicarse la elección de *El alcalde de Zalamea* por su fuerza dramática y el carácter popular del conflicto en él planteado. (Ares Montes, 1983: 93).

A última peça referida por Ares Montes, o *Alcalde de Zalamea*, em tradução anónima impressa por Antonio Rodrigues Galhardo em 1784 (1.1-10), resulta ilustrativa em vários sentidos. Em primeiro lugar, no que diz respeito aos problemas de identificação e localização deste tipo de espécie a que acima aludíamos⁴³³, em parte por causa da mudança, curiosa e equívoca, do título do texto, o qual recebeu, em português,

⁴³² Em 1873 é publicada em Lisboa *Casa com duas portas é má de guardar*, em versão de Francisco Serra (edição digitalizada em http://bibliotecadigital.fl.ul.pt/ULFLOM02581/ULFLOM02581_item1/P7.html, consultado a 27/7/2013). Esta tradução é reeditada em 1901.

⁴³³ Embora GRI 1491 assinale o nome de “Calderón” no verbete (*sic*, apenas o apelido, sem utilizar parênteses rectos), e escreva ainda em nota que é “trad. de *El Alcalde de Zalamea*”, dado que não indica a localização da espécie (remete apenas ao catálogo de Fernando Palha como fonte indirecta), que nós também não conseguíamos num primeiro momento encontrar, ela levantava dúvidas quanto à correcta atribuição da autoria e à presença real de tal nome no peritexto, bem como à identificação do texto fonte. Pelo título da tradução (*O Lavrador Honrado*), era possível considerar outras obras como eventuais pontos de partida para tal tradução, v. gr.: *Del rey abajo ninguno o El labrador más honrado* (F. Rojas Zorrilla) ou *La mujer de Peribáñez o El labrador más honrado* (anónima, “tres ingenios”). Só quando nos topámos, felizmente, com o estudo de Ares Montes (1983) pudemos confirmar a autoria proposta por Gonçalves Rodrigues, bem como a própria existência efectiva da espécie por este último inventariada – não se tratava, pois, de uma “entrada fantasma”. Finalmente, conseguimos localizar dois exemplares da peça em causa (um está conservado na FLUC; o outro, digitalizado e consultável através de acesso remoto, na TNDMII) que confirmaram a nossa suspeita de que o nome de Pedro Calderón de la Barca não figurava na folha de rosto – constituía esta, portanto, mais uma tradução oculta (pseudo-original).

o nome de *Comedia nova intitulada O Lavrador Honrado*⁴³⁴. Em segundo lugar, no relativo às manipulações a que são submetidos os textos originais aquando da sua adaptação para a língua portuguesa, pois entre outras coisas o anónimo tradutor fez desaparecer neste caso a personagem de Filipe II, “*deus ex machina* del drama” (Ares Montes, 1981: 101) – o que conduz, aliás, a um desfecho bem diferente do que tinha o drama calderoniano (na versão portuguesa a restituição da honra não se faz pela via da tão característica, e patriarcal, lavagem com sangue). Tal eliminação, diz-nos o mesmo Ares Montes, explica-se facilmente pelo que “este Rey significó, y sigue significando, no siempre con justicia, para los portugueses: la anexión de 1580, con la pérdida de la independencia y un largo etcétera donde cabe todo” (Ares Montes, 1983: 101)⁴³⁵.

Elucidativa é, igualmente, a tradução ou “mutilada adaptação” (Rodrigues, 2003: 75) de *El príncipe constante*, a obra que mereceu as atenções e rasgados elogios dos românticos alemães, levando o seu autor à canonização em tal sistema (e, de caminho, noutros pontos da república mundial das letras, a Espanha incluída), e um dos títulos da nutrida série de comédias espanholas de seiscentos que levam ao palco ficções inspiradas em assuntos retirados da história de Portugal⁴³⁶. Segundo vimos, nessa ligação temática com a cultura de acolhimento parece residir, segundo Ares Montes (1983), a razão principal da escolha deste texto, que conheceu duas edições (tradução e

⁴³⁴ Quanto à chamativa alteração do título, pode compreender-se o desaparecimento da referência geográfica à localidade de Zalamea no rótulo que apresenta uma tradução domesticadora como esta, onde as marcas da alteridade são apagadas, mas a razão concreta de *O lavrador honrado* foge ao entendimento de Ares Montes (1983: 100-101), e muito mais ao nosso – talvez para aproveitar o sucesso de que outras comédias (espanholas) com esse título, como as referidas acima (nota anterior), haviam gozado entre o público?

⁴³⁵ Para o estudioso, “está claro que el buen público portugués del siglo XVIII no hubiera tolerado la presencia de aquel monarca, aun encarnado por un actor connacional, pisando las tablas de un teatro lisboeta” (Ares Montes, 1983: 101). Pelas mesmas razões podem explicar-se as supressões de toda a referência a Portugal, “como las siguientes palabras de Pedro Crespo a Isabel: «Hija, el Rey, nuestro señor / que el cielo mil años guarde, / va a Lisboa, porque en ella / solicita coronarse / como legítimo dueño (I, 523-527)». Mantener estos versos sería algo así como herir el honor nacional” (Ares Montes, 1983: 102).

⁴³⁶ Um outro trabalho do mesmo José Ares Montes revisa a presença de tipos e temas portugueses na dramaturgia espanhola do século XVII, já notada com anterioridade por outros estudiosos (Fidelino de Figueiredo, José María Viqueira, Edward Glaser, etc.): “Portugal en el teatro español del siglo XVII”, *Revista de filología románica*, n.º 8, 1991, pp. 11-30. Ares Montes sugere nele que os motivos principais de tal “lusofilia” são de ordem política e comercial. Resumindo as conclusões do autor, estas obras eram escritas a pensar, em grande medida, no público português, estando o circuito teatral da altura plenamente integrado no polissistema espanhol, pelo que os assuntos relacionados com a história de Portugal garantiriam o sucesso das representações nesse reino. Por outra parte, através da exaltação do passado glorioso de Portugal visar-se-ia atenuar o descontentamento relativo à política filipina junto dos espectadores portugueses. Ao mesmo tempo, e com vistas aos espectadores espanhóis, realizava-se um exercício de afirmação imperialista.

reedição) em versão traduzida na década de 1790⁴³⁷. Pelos títulos – *O Heroico Lusitano, ou o príncipe constante e martyr* e *O heróe lusitano. Príncipe constante, e martyr* – vê-se bem que estas traduções visam sublinhar a *lusitanidade* e a dupla condição de *herói* e *mártir* do protagonista – características que em parte constam também do título original castelhano nalgumas edições (*El príncipe constante, y mártir de Portugal*), mas que não eram ressaltadas em primeiro lugar (vid. Rodrigues, 2003: 75).

Sem menosprezar o peso que a presença da figura histórica do infante D. Fernando na peça possa ter exercido aquando da eleição desta obra para a sua versão em vernáculo, Maria Idalina Resina Rodrigues sugere que não seria esse, todavia, o motivo fundamental. Na realidade, “estas *acomodações*” subordinam-se à demanda de entretenimento do “público popular ou pequeno-burguês” a que se destinam – um público “que, se não era insensível à celebração dos seus heróis, apreciava sobretudo uma intriga recheada de peripécias, um final relativamente feliz (tanto quanto possível) e um pretexto para se rir” (Rodrigues, 2003: 75). A selecção deste texto de partida é feita, portanto, tendo em vista o perfil dos destinatários e o escopo das traduções que esses mesmos receptores reclamam, o que neste caso – como em todos os outros do teatro de cordel traduzido: vid. *supra* as observações de Sabio Pinilla, 2009 – acarreta igualmente uma série de mutilações e manipulações. Ao analisar estas duas edições da primeira tradução portuguesa de *El príncipe constante* (vid. Rodrigues, 2003: 76-77), a estudiosa observa como as escolhas tradutológicas parecem obedecer em essência a três linhas: simplificação linguística das réplicas e encurtamento das cenas, complicação do enredo e intensificação do registo cómico nas falas dos criados, carregando a mão para atingir o efeito humorístico procurado pelo texto de chegada.

De resto, “a trajectória de *El Príncipe Constante* em terra portuguesa, com um bem português protagonista, apesar de ser espanhol o seu consagradíssimo autor, resume-se, infelizmente nuns quantos parágrafos” (Rodrigues, 2003: 74) e a momentos pontuais muito distantes entre si. Assim, e reduzindo nós os “uns quantos parágrafos” a umas poucas linhas, para além das (presumíveis) representações, em castelhano, pela década de 1660, em tempos em que Calderón era “talvez menos conhecido do que Lope

⁴³⁷ Maria Idalina Resina Rodrigues refere que as diferenças textuais entre ambas são “pontuais e insignificantes”, pelo que lhe parece “evidente que um dos adaptadores se serviu do escrito do outro” (Rodrigues, 2003: 75). Com efeito, no rápido cotejo que nós fizemos, verificamos que apenas muda entre elas a expressão do título: onde uma diz “heroico lusitano” a outra muda para “heroe lusitano”. Por esta razão, afirmámos que não estamos perante uma tradução e a sua respectiva retradução, senão perante uma tradução e a sua respectiva reedição.

de Vega” (Rodrigues, 2003: 74-75), estão as duas traduções impressas de finais do século XVIII que agora nos ocuparam e mais nada até que, transcorridos à volta de cento e setenta anos, “reapareceu o infante” nos palcos portugueses numa nova versão de 1967, não publicada, encenada no Teatro Avenida de Lisboa (*cfr.* Rodrigues, 2003: 79)⁴³⁸.

Faremos uns breves apontamentos para finalizar. Como se viu, quase todos os textos e autores que denominámos de *clássicos populares*, tardiamente traduzidos, são do chamado Século de Ouro espanhol. Para além dos mencionados até aqui, devemos acrescentar a publicação (em antologias ou periódicos) de poemas avulsos de Lupercio Leonardo de Argensola, Fernando de Herrera e Esteban Villegas. Do primeiro (Argensola), registamos um soneto em versão de Filinto Elísio em 1802 (1.2-4), reeditado em 1817 (1.2-8). Dos dois últimos (Herrera e Villegas), saíram em 1818 (com reedição em 1839), respectivamente, a célebre Canção I (sobre a morte – ou *perda* – do rei D. Sebastião na lendária batalha em que o próprio poeta espanhol participou: 1.2-10) e uma anacreôntica (1.2-9). Ambas são tradução de José Maria Costa e Silva (*cfr.* DBP, V: 25), redactor do jornal que as deu a lume (o *Observador Portuguez. Obra de erudição e recreio. Por huma sociedade de literatos*). O mesmo Costa e Silva trasladou a conhecida “Profecia del Tajo” de Fray Luis de León (*vid. infra* III.2.5), publicada no mesmo local e ano.

No mesmo ano em que finda o nosso levantamento de traduções, um novíssimo Bulhão Pato inclui, entre as suas *Poesias* (Lisboa, Typographia Universal, 1850), uma versão bilingue do “romance de la pérdida de Alhama” (1.2-135), de que também Byron fez uma tradução para inglês. No período em estudo deu-se ainda a conhecer em vernáculo mais um *clássico*, só que desta feita da literatura espanhola medieval (século XIV). Em *O Compilador ou Miscellanea Universal* do ano 1822 (1.2-18) é incluído um dos apólogos do *Libro de los enxiemplos del conde Lucanor et de Patronio* – o extraordinário conto XI, de que Borges oferecerá uma versão na sua *Historia universal*

⁴³⁸ Segundo refere Rodrigues (*ibid.*), alguns críticos censuraram o “oportunismo de uma representação que punha em primeiro plano a defesa de uma praça africana, quando, em Portugal, se vivia uma guerra colonial sem futuro”. A pesquisa na PORB revela que por esses finais da década de 1960 e começos da seguinte o dramaturgo espanhol volta a gerar um número relativamente considerável de edições em tradução: é nesse tempo (1968-1973) que aparece em português *La vida es sueño* (três versões diferentes), entre outros títulos. Não encontramos mais registos até ao ano de 1996, em que se publicam as retraduições (duas versões distintas) de *El gran teatro del mundo*, auto sacramental que já tinha conhecido uma primeira versão em 1945. Às portas do século XXI uma nova tradução de *El príncipe constante*, não publicada, é representada no Teatro da Almada (*cfr.* Rodrigues, 2003: 79-80).

de la infamia, e que que já na colecção de don Juan Manuel supunha a reescrita de uma narrativa amplamente divulgada pelas *summae* latino-medievais (*vid. supra* o dito acerca das traduções derivadas em III.1.1.C). Seja como for, o que nos interessa agora sublinhar é o facto de que o texto dado a lume em português na publicação periódica atrás referida, com o título de “O deão de Badajoz. Conto espanhol”, não é uma tradução directa, senão que parte da versão francesa do Abade Blanchet (“Le doyen de Badajoz”, in *Apologues et contes orientaux*, 1784).

Deparamo-nos mais uma vez, portanto, com o fenómeno da indirectude, em que a língua francesa se erige em mediadora entre a literatura espanhola e a portuguesa. Esse mesmo fenómeno afecta também algum título cervantino de que a seguir nos ocuparemos (III.2.2) e já constatámos que se manifestava, igualmente, na importação por via tradutória da maior parte literatura (para)picaresca espanhola. Convém esclarecer que não é esse o caso, todavia, da *Celestina* de Fernando de Rojas – um clássico da literatura castelhana que, por acaso, só é vertido para português nos finais do século XX, por José Bento (Lisboa, Assírio & Alvim, 1988).

As espécies registadas em *A Tradução em Portugal* com os títulos de *Celestina. Novella hespanhola* (Jean-Pierre Florian, 1819) e *Celestina ou os esposos sem os serem* ([Belin de La Liborlière], 1813-1815) correspondem a textos franceses sem qualquer relação genética com a *Celestina* de Rojas⁴³⁹. De Florian voltaremos a falar um bocado muito em breve (III.2.2). A sua *Célestine, nouvelle espagnole* (1784, de que procede a letra da popular canção “Plaisir d’amour”, musicada por Martini nesse mesmo ano) faz parte de um conjunto de treze obras narrativas que seguem o modelo das novelas exemplares de Cervantes, cada uma delas dedicada a uma nacionalidade (incluídos espaços exóticos como a Índia ou África): há, assim, uma novela francesa, outra alemã, outra espanhola, outra grega, outra inglesa, outra portuguesa, etc. Quanto à *Célestine* de La Liborlière (1798), trata-se de um romance que segue o modelo da literatura gótica inglesa.

⁴³⁹ Cabelo (2010: 198, n. 6) cita o translató português da *Célestine* de Florian (ou seja, *Celestina. Novella hespanhola*) numa lista de obras traduzidas do espanhol (algumas das quais, indirectamente, através do francês) que retira de GR. Afirma aí que “*Celestina* foi traduzida do francês, tradutor anónimo. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1819”. Também refere como sendo tradução da língua castelhana uma pseudotradução intitulada *Sancho Cravenna*, igualmente constante de GR (1804). Na realidade, este último título apresenta-se paratextualmente (epitextualmente) como uma (alegada) tradução do francês, concretamente da (suposta) autoria de Lesage. Sabemo-lo por uma nota publicitária da *Gazeta de Lisboa* reproduzida em Maia, 2012: 146.

III.2.2. A língua de Cervantes fala português

Destinamos este capítulo a debruçar-nos sobre os *quês*, os *como*, os *quando*, os *quem* e os *porquês* das traduções da obra de Miguel de Cervantes, autor – aliás, o *Autor* da literatura espanhola – cujo acolhimento no sistema literário português foi já examinado por dois ilustres cervantistas a cujos ombros agora subiremos. Referimo-nos a Guilherme de Oliveira Santos (1981, 1993) e a Maria Fernanda de Abreu (1994⁴⁴⁰). Não esquecemos, claro está, outros estudiosos que também contribuíram para a reconstrução da história da recepção de Cervantes em Portugal – a começar pelo precursor dos estudos comparatistas hispano-portugueses, Fidelino de Figueiredo. Não mencionamos esses nomes (muitos dos quais podem ver-se em Abreu, 1994: 62, *passim*) porque devemos concentrar-nos especificamente na sua recepção por via translativa, e fazê-lo ainda no marco cronológico que aqui nos ocupa⁴⁴¹ – por essa mesma razão aproveitaremos, além dos atrás citados, um trabalho de Sílvia Cabelo (2010) que fornece um levantamento bibliográfico dos textos cervantinos vertidos em língua portuguesa e editados em Portugal durante os séculos XVIII e XIX⁴⁴². Para maior

⁴⁴⁰ Este estudo de Abreu destaca-se no conjunto de todas as investigações a que aludiremos (de forma explícita ou implícita). A autora, num livro de consulta imprescindível que Pérez Corrales (2003: 143) qualifica de “excelente” e Claudio Guillén, que o prologa, de “prazenteira viagem” (in Abreu, 1994: 14), centra-se fundamentalmente na leitura e, em sentido amplo, *reescrita* (absorção e *manipulação*, cfr. Lefevre, 1997) de Cervantes no Romantismo português (sobretudo, em Garrett, Herculano e Camilo) sem deixar, por isso, de traçar uma “resumida história” da recepção de Cervantes e o *Quixote* em Portugal entre 1605 e 1905, a que ocupa o segundo capítulo do volume (Abreu, 1994: 61-105) e que modestamente se apresenta (por não ter pretensões de exaustividade) como uns “subsídios”, mas em que inclusivamente ficam apontados outros autores, outros textos e outros momentos aquém do limite cronológico de 1905. Nesse quadro, contempla-se a tradução em sentido estrito.

⁴⁴¹ Por isso também não utilizamos trabalhos como os que apenas iremos mencionar nesta nota de rodapé, igualmente da autoria de Maria Fernanda de Abreu que, apesar de examinar as traduções cervantinas, dizem respeito a marcos cronológicos distintos do nosso. São, entre outros, “Cervantes em português. O casamento ardiloso e outros enganos”, in Teresa Seruya (org.), *Estudos de Tradução em Portugal. A Coleção Livros RTP-Biblioteca Básica Verbo 1971-1972*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 107-113; “O *Quixote* na voz dos escritores portugueses”, in Maria Augusta da Costa Vieira (org.), *Dom Quixote – A letra e os caminhos*, São Paulo, EDUSP, 2006, pp. 297-315; ou “Fortuna y adversidades de un Autor que no quiso acordarse: traducciones del *Quijote* al portugués”, in Carlos Ceia, Miguel Alarcão e Iolanda Ramos (orgs.), *Letras & Ciências. As Duas Culturas de Filipe Furtado*, Lisboa, Caledoiscópio, 2009, pp. 403-410.

⁴⁴² O foco das pesquisas desta autora é a tradução do *Quixote* no Brasil, prestando particular atenção aos problemas tradutológicos levantados pela “língua arrefranada” de Sancho, às edições brasileiras editadas ao longo do século XX e à adaptação do *Quixote* para o público infanto-juvenil. Em 2009 apresentou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo uma dissertação de mestrado, sob a orientação de Maria Augusta da Costa Vieira, subordinada ao tema *Historiografia das traduções do Quixote publicadas no Brasil – Provérbios do Sancho Pança*. Na tese de doutoramento, defendida em 2015 na mesma instituição e de novo orientada por Maria Augusta da Costa Vieira, debruçou-se sobre *As adaptações do Quixote no Brasil (1886-2013): Uma discussão sobre retraduações de clássicos da literatura infantil e juvenil*. A tradução das parémiás do *Quijote* para a língua portuguesa (agora, na sua variante europeia) é também objecto do interesse de outras duas investigadoras: Maria Josefa Postigo Aldeamil, da Universidad Complutense de Madrid (*vid.*, por exemplo, Postigo Aldeamil, 2000), e Carmen M.^a Comino Fernández de Cañete, da Universidad de Extremadura. Esta última

clareza no acompanhamento daquilo que iremos desenrolar nesta secção, pode consultar-se a tabela de traduções de Cervantes que apresentamos no anexo 3 (tabela 4), elaborada sobre a base das nossas pesquisas⁴⁴³.

O primeiro título cervantino registado no nosso catálogo (anexo 1.1-8) é *Os acontecimentos, e sucessos do curioso impertinente, e da amizade violada pelo mais constante, e fiel amigo*, de [1783]. Trata-se, como se vê pelo título, da tradução de um excerto do *Quixote* – a “Novela del curioso impertinente”, interpolada na primeira parte – cuja circulação independente da obra em que nasceu vinha de longa data⁴⁴⁴. Uma vez que Santos (1981: 32, n. 43), Abreu (1994: 76) e Cobelo (2010) apenas referem uma (re)edição em três partes pela oficina de António Gomes (1791), que aqui se considera reimpressão (anexo 1.1-33), e pelo papel delimitador que concedemos à data (*vid. supra* I.3.2), parece-nos necessário, antes de mais, deter-nos um bocado nas razões pelas quais consideramos que existiu uma edição prévia à supracitada de 1791, feita em [1783]⁴⁴⁵.

Nesse sentido, cabe clarificar que o ano que indicamos como hipotético ([1783]) para a que aqui consideramos a primeira edição do texto traduzido em questão, realizada segundo a PORB pela Impressão de Alcobia, procede de Gonçalves Rodrigues (GRI 1423, não aparece em *Novelística*), que encontra o título em causa citado no catálogo de

publicou, entre outros trabalhos sobre o assunto em questão, *Los refranes del Quijote y sus traducciones en la lengua portuguesa* (Granada, Universidad de Granada, 2004).

⁴⁴³ Na referida tabela de translatos cervantinos (anexo 3, tabela 4), relativa ao nosso marco temporal e disposta por ordem cronológica, incluímos, além das dezasseis edições constantes do catálogo em anexo, mas sem contabilizá-las, duas espécies incertas registadas por Rodrigues em *A Tradução em Portugal*, colocando nesse caso um sinal de interrogação, pois não nos foi possível demonstrar a sua efectiva existência. Não figuram na tabela outras impressões mencionadas por fontes indirectas, nomeadamente Rodrigues, que simplesmente julgamos erradas, consoante neste capítulo iremos notando. Também não tivemos em conta a tradução de *El buscapié*, texto falsamente atribuído a Cervantes, segundo oportunamente veremos.

⁴⁴⁴ Já tinha sido objecto de publicação autónoma, em versão bilingue francês-espanhol, logo em 1608: saiu em Paris, Jean Richer, com o título de *Le curieux impertinent. El curioso impertinente. Traduit d’Espagnol en François par Ni. [Nicolas] Baudovin*. A mesma novela fora incluída nalgumas edições das *Novelas ejemplares*, como a que se publicou em Antuérpia, Bousquet e companhia, em 1743 (“El curioso impertinente” abre aí o segundo volume). Além disso, havia sido objecto de uma particular “tradução” (intralinguística e intersemiótica) por parte de Guillén de Castro, que a transforma em comédia.

⁴⁴⁵ Na realidade, Abreu (1994: 76) sim refere a existência de uma edição anterior a 1791, da década de 1780, só que o ano indicado não é o de 1783, mas o de 1788. Diz a estudiosa, a propósito da edição em português de 1791, em três partes, que tal edição corresponde à “«Novela del Curioso Impertinente» extraída da Primeira Parte de *Dom Quixote*. A mesma de que já tinha aparecido uma edição de 1788”. Pode haver aí confusão com a data de publicação do *Amante Liberal*, que é efectivamente de 1788. Mais desconcerto nos provoca a afirmação que lemos em Cobelo (2010: 197), aparentemente seguindo Abreu, 1994: “[A novela *Os acontecimentos...*, de 1791] é extraída de uma tradução da *Novela del Curioso Impertinente*, do primeiro livro do *Quixote* e teria sido usada uma edição da obra de 1788, ainda em espanhol” (?). Quanto a Guilherme G. de Oliveira Santos, é verdade que, segundo se acabou de assinalar, em 1981 (p. 32, n. 43) não contemplava a existência de uma edição de 1783, citando aí como primeira a de 1791. Porém, já em 1993 (p. 12, n. 1 e p. 152) menciona a de 1783, com base na mesma fonte que seguimos nós, de que agora nos ocuparemos.

obras à venda no lugar de João Henriques, livreiro lisboeta que seguirá distribuindo-o na sua reedição de 1791 (feita essa na oficina de António Gomes, em três partes). O catálogo de João Henriques em que se baseia Rodrigues vai incluído na edição de uma peça da literatura de cordel desse mesmo ano de 1783, também comercializada por João Henriques, impressa esta última na oficina de Francisco José dos Santos⁴⁴⁶.

Sendo tal catálogo a fonte única de Rodrigues, este não indica o local de impressão da espécie que inclui, sem mais descrições, no ano de 1783, atribuindo-a (e bem) a “[Cervantes]”, mas a BNP custodia um exemplar de dezanove páginas que fomos consultar (cota RES. 5638 P.), editado sem ano nem mais informações editoriais, que julgamos corresponder a esta espécie registada por Gonçalves Rodrigues e que provaria que não se trata de (mais) um verbete suspeito ou “fantasma” de *A Tradução em Portugal* – ainda que na PORB figura “s. d. [17--]”, essa impressão da Alcobia (?) leva a indicação peritextual de que, efectivamente, se vendia “na loja de João Henriques”. Quer a entrada em si, quer a datação oferecida por Gonçalves Rodrigues parecem, pois, plausíveis, embora, segundo já se viu (III.1.3), nem sempre esta fonte oferece dados fiáveis.

Posto isto, chama certamente a atenção, sobretudo quando comparada com a história da tradução para castelhano do *Autor* homólogo no sistema importador português (Camões⁴⁴⁷), a demora com que Miguel de Cervantes começou a circular em Portugal traduzido para a língua portuguesa. Cervantes é, pelas razões que já conhecemos – e sem que isso signifique, também o sabemos, a não recepção da sua produção literária, que se fazia na língua original (*cfr.* Abreu, 1994) –, mais um autor *tarduzido*.

Tal circulação em português de (parte da) produção de Cervantes não aconteceu até à (tardia) data de 1748, e a estreia não se deu com o *Quixote* – a obra (aliás, a *Obra*

⁴⁴⁶ Trata-se de *Historia da donzella Theodora, em que se trata da sua grande formosura e sabedoria. Traduzida do castelhano em portuguez por Carlos Ferreira Lisbonense* (GRI 1419, BME: JHT 1347). Como dizemos, esta edição leva no fim uma lista de livros vendidos no “lugar” de João Henriques, provavelmente um dos cegos que, desde os tempos de João V, detinham o privilégio de comercializar folhetos de cordel. Ao longo da nossa pesquisa encontrámo-lo estabelecido tanto no começo da Rua Augusta como na (então Real) Praça do Comércio de Lisboa. Voltaremos a mencionar esta *História da donzela Teodora* em III.2.6 – nesse momento poder-se-á compreender o motivo pelo qual não tivemos a espécie em consideração, apesar da relação genética castelhana indicada no peritexto (*Traduzida do...*).

⁴⁴⁷ Da recepção deste autor-*Autor* por via translativa em Espanha têm-se ocupado vários estudiosos, como Eugenio Asensio, Xosé Manuel Dasilva, Elena Losada Soler, etc. A bibliografia básica em torno da tradução para castelhano de Luís de Camões pode encontrar-se na entrada a ele dedicada, redigida por Xosé Manuel Dasilva, no *Diccionario histórico de la traducción en España* de Francisco Lafarga e Luis Pegenaute, publicado pela editora Gredos em 2009 (pp. 161-163).

da literatura espanhola) cujas duas primeiras edições castelhanas feitas fora de Espanha são lisboetas, e logo de 1605 (Abreu, 1994: 38) —, mas antes com um novela exemplar, a que em português se intitulou *Historia nova, famosa, e exemplar da hespanhola ingleza*⁴⁴⁸. Apesar de se tratar da “versão mais antiga no nosso idioma de uma produção cervantina” (Santos, 1993: 12), esta tradução era praticamente desconhecida (*vid.* José Ares Montes, 1992, *apud* Abreu, 1994: 75) até Guilherme G. de Oliveira Santos a ter resgatado do esquecimento em 1993, através de uma reprodução *ipsis verbis*, feita com base numa reedição do texto de 1805, cuidadosamente anotada e acompanhada de um estudo introdutório e um aditamento final.

Do “agravo comparativo” em que, no relativo à circulação do *Quixote*, se encontrava a língua portuguesa face aos idiomas do seu entorno⁴⁴⁹, e do valor simbólico que, em consequência, iria ter a publicação da sua primeira tradução completa (e anónima) em português, tinha perfeita noção Francisco Rolland, responsável por esta edição, de 1794 (anexo 1.1-45). Assim fica patente no seguinte anúncio publicado na *Gazeta de Lisboa* no mesmo ano (27 de Dezembro de 1794, *apud* Caeiro, 1980: 162-163):

Saío à luz o Engenhoso Fidalgo D. *Quixote de la Mancha*, por Miguel de Cervantes Saavedra, traduzido em português, em 8.º, 6 vols. Vende-se por 2880 reis em casa de Francisco Rolland, no largo e nas casas novas de N. senhora do Loreto. Esta obra, vertida em todas as línguas das nações cultas da Europa, de justiça aparece agora na nossa, para recreio e instrução dos Portugueses: ela é a primeira entre todos os Romances Cômicos, já pelo gosto, simplicidade e graça, já pela pureza e natural do estilo, já pela verdade dos retratos, já pela arte de narrar e misturar as aventuras sem nada estragar, e já, sobretudo, pelo talento de instruir divertindo; achando-se em cada página cômicos quadros, judiciosas reflexões, e tanta arte que todos os Sábios lhe tributam o merecimento da originalidade.

⁴⁴⁸ Tal como aconteceu com o *Quijote*, as *Novelas ejemplares* (1613) foram com relativa celeridade editadas em Portugal (1617), mantendo o texto na língua original castelhana. Só a partir do século XVIII começam a aparecer em versão traduzida, como vemos, mas não em edição integral. De facto não há, que saibamos, uma edição completa em língua portuguesa das *Novelas ejemplares* até ao ano de 1958, quando são publicadas em versão de Aquilino Ribeiro, quem uns anos antes (1954-1955) tinha dado a lume também o *Quixote* em português. Existiu, contudo, uma iniciativa nesse sentido no primeiro quartel de oitocentos, por parte do editor lisboeta J. B. Morando. Dela falaremos mais adiante, mas, tanto quanto pudemos apurar, foi uma tentativa gorada.

⁴⁴⁹ Já na primeira metade do século XVII tinha sido vertido o *Quixote* para as principais línguas cultas da Europa: o inglês (tradução da primeira parte publicada em 1612, da segunda parte em 1620) o francês (tradução da primeira parte publicada em 1614, da segunda em 1618), o italiano (tradução da primeira parte publicada em 1622, da segunda em 1625), o alemão (vinte e três capítulos da primeira parte publicados em 1648) e o neerlandês (tradução da primeira e segunda parte publicada em 1657).

Notaremos, ainda, que a entrada (parcial) do *Quixote* no sistema literário português em versão traduzida, atrás vista (através do folheto intitulado *Os acontecimentos, e sucessos do curioso impertinente*, de [1783]), apresenta uma coincidência com o que acontece noutras literaturas. Também na língua francesa, antes da tradução da primeira parte do *Quixote* de 1614, tinha sido publicado o *Curioso impertinente* (em edição bilingue, de 1608). Na italiana, houve uma tradução da mesma novela interpolada, que ficou no entanto inédita, anterior à publicação da primeira parte de *Quixote* em 1622⁴⁵⁰.

Regressemos, então, às primeiras traduções para português de Cervantes editadas em Portugal, todas elas narrativas breves impressas em formatos próprios da literatura de consumo maciço – a *Espanhola Inglesa*, o *Curioso Impertinente* e o *Amante Liberal*. As datas de publicação dessas primeiras traduções levam-nos a afirmar que o primeiro momento destacado no fluxo da importação de Cervantes por via translativa teve lugar na década de 1780, quando aparecem as duas últimas narrativas enumeradas ([1783] e 1788, respectivamente). O ano da primeira edição (1748) da primeira dessas narrativas, que aliás foi reimpressa em 1784⁴⁵¹, não é significativo a este respeito, visto tratar-se de um caso único – nada encontramos no lapso que vai de 1748 a 1783. Na década a seguir reedita-se segundo apontámos o *Curioso Impertinente* (1791) e, como já avançámos também, aparece o *Quixote* em versão completa (1794), numa edição em seis volumes que também vai destinada ao grande mercado.

Assim sendo, formulamos uma primeira conclusão – em termos estritamente translativos, nada há de significativo na recepção cervantina até aos finais da centúria de

⁴⁵⁰ O manuscrito desta versão italiana inédita foi apresentado por Iole Scamuzzi no VII congresso internacional da Asociación de Cervantistas, celebrado em 2009. O texto da comunicação, publicado em 2011, está disponível em http://cvc.cervantes.es/literatura/cervantistas/congresos/cg_VII/cg_VII_73.pdf (acedido a 17/10/2015).

⁴⁵¹ Apesar da falta de provas documentais directas desta reedição de 1784, registada em *A Tradução em Portugal* (GRI 1481), decidimos inclui-la no nosso catálogo (anexo 1.1-12) – dar credibilidade, portanto, à sua efectiva existência – porque ela é também citada por Inocêncio (DBP, VI: 304), junto com outros títulos de “novellas originaes e traduzidas”, todas anónimas e “de pouca importancia” (*sic*), de que o bibliófilo afirma possuir exemplares na sua colecção particular (*ibid.*: 303). Pelos vistos, Rodrigues localizou na BGUC uma espécie, com a cota 4-4-10, que continha duas edições desta tradução: a de 1748, de 43 páginas (GRI 823) e, ainda, a de 1784, com 48 páginas (GRI 1481). Todavia, a cota indicada por Rodrigues não corresponde presentemente ao título em causa. Encontrámos a edição de 1748 no catálogo de miscelâneas da mesma biblioteca (Misc. 735, n.º 12510), com uma emenda manual (errada) no ano constante da folha de rosto (rasurou-se a data e escreveu-se 1648), mas nada conseguimos apurar acerca da de 1784. Em vão a procurou também Guilherme de Oliveira Santos, quem não deixa de manifestar a sua “estranheza pelo facto de a cota fornecida por Gonçalves Rodrigues não ter servido de nada. Será uma cota antiga? Ou teríamos tido azar?” (Santos, 1993: 151, nota de rodapé sem n.º). As diligências dos funcionários da biblioteca, a quem, como Santos, acudimos no intuito de saber do paradeiro da edição de 1784, também não deram qualquer resultado.

setecentos. Quer dizer, pois, que, se é verdade que a cronologia das traduções do autor agora em foco se inaugura *stricto sensu* em 1748, também o é que a *língua* de Cervantes começou a *falar* português, justamente, no trecho temporal escolhido para esta investigação.

Permita-se-nos aproveitar o ensejo para, por ser armadilha em que se tem caído mais do que uma vez, *enderezar* um *tuerto* que tem origem em *A Tradução em Portugal*⁴⁵². Segundo Gonçalves Rodrigues (GRI 253), a primeira tradução cervantina, a qual se adiantaria em praticamente um século à que aqui lhe concedemos tal *honra*, foi uma curiosa novela de apenas 25 páginas, muito provavelmente uma pseudotradução – a qual é *pseudodatada* de meados do século XVII e *pseudo-atribuída* a Cervantes pelo autor de *A Tradução em Portugal* (e não só, como dissemos). Intitula-se o opúsculo em causa *Historia Nova, e Verdadeira, em que se trata da vida; e valerosas façanhas do mais valente Andaluz, Francisco Estevam de Castro, Natural da Cidade de Lucena*. Apresenta-se como *Traduzida do hespanhol No nosso Luzitano Idioma por Felix Mancio [Rodrigues dá Narciso] da Silveira, Estudante Phylosopho, natural desta Cidade de Lisboa*. Seguindo alguma fonte que não indica, Rodrigues atribui erradamente esta alegada tradução a “[Cervantes]”, embora tal nome não apareça na edição (de que se conserva um exemplar na BNP⁴⁵³), feita em Lisboa, na Officina de Bernardo Antonio. No pé de imprensa figura a data de 1651, que é o ano em que a regista Rodrigues, mas trata-se de uma data falsificada (talvez uma gralha), pois para essa altura nem sequer tinha ainda nascido o protagonista da história, o outrora famoso *guapo* de Lucena, Francisco Esteban.

Foi um trabalho de Antonio Cruz (1999) sobre a figura lendária do *bandolero* em questão que nos esclareceu a todos estes respetos⁴⁵⁴. Ao ocupar-se da difusão literária desta personagem, cita o título que agora mencionamos e explica:

⁴⁵² Vem muito a propósito deste caso uma reflexão de Poupad, Pym e Torres Simón (2009: 267) relativa às fontes documentais. Estas, notam os autores citados, “are to be treated as more than sources of potential error. For example, one quite often comes across pseudotranslations (translations that refer to a source text that never existed) and pseudo-originals (translations presented as non-translations), and one can try to correct the attributions that gave those texts their false genealogies. However, the attributions themselves, the filters that gave or did not give translational status, must be appreciated as the factors that actually create the status of pseudotranslations and pseudo-originals. If the filters make mistakes, they are at least creative in the process, and not always innocent. The same could be said for the correction of the mistakes.”

⁴⁵³ Está digitalizado em <http://purl.pt/22253/3/#/6> (consultado a 18/8/2014). Consta também no catálogo de miscelâneas da BGUC: Misc. 735, n.º 12507.

⁴⁵⁴ Voltamos a invocar as observações de Poupad, Pym e Torres Simón (2009: 267): “There is rarely any question of simply correcting a prior filter anyway. In most cases, what the researcher does is compare

Obviamente se trata de una falsificación y de un error de adjudicación del original español. La portada del librito [português] es errónea, porque incluso en el mismo texto del interior se indica la fecha de la muerte de Francisco Esteban, «em segunda feira nove de novembro de 1705», por lo que se pudiera pensar que la datación correcta de la portada sería la de 1751 [é a que figura na GB] para la edición portuguesa (y algo anterior para la edición española, si es que la hubo, puesto que no se ha localizado; no es descabellado pensar que se escribiese directamente en la lengua del país vecino). Hemos visto el texto portugués y parece basarse en las relaciones de los romances, aunque se incluyen numerosos poemas originales de regular factura; es un libro de cierto interés que pensamos estudiar con detenimiento en el futuro. Claro que no tiene ninguna fiabilidad la atribución a Cervantes, por la imposibilidad cronológica existente, ya que el autor del *Quijote* fallece en 1616 y no pudo tener noticia de nuestro paisano, que vivió casi cien años después, aunque a nuestro más importante escritor no parece que le disgustasen los bandoleros, de acuerdo con el tratamiento que hace del catalán Roque Guinart, ya en la segunda parte del *Quijote*.

Não há, portanto, traduções portuguesas de textos de Cervantes até ao século XVIII. Dessa centúria justamente são, também, dois manuscritos não datados, conservados na BNP, com respectivas versões em vulgar de *Los trabajos de Persiles y Sigismunda* (1617), os quais ficaram inéditos (vid. Abreu, 1994: 76 e 246). Um, assinado por Fr. José de N. Senhora da Consolação, poderia datar da primeira metade do século; o outro, anónimo, da segunda metade (Carlos Romero *apud* Abreu, 1994: 246, n. 5). Um pouco surpreendentemente (se temos em conta a existência desses manuscritos e, ainda, a marcada presença de Portugal – espaços, personagens... – na obra em questão), o *Persiles* não virá a lume em língua portuguesa até aos nossos dias (2014), quando a editora Documenta de Lisboa lança a tradução de José Bento desta obra, exceptuando duas passagens do referido romance trasladadas na segunda metade do século XIX por Camilo Castelo Branco (vid. Abreu, 1994: 241-253)⁴⁵⁵.

one filter with another, spot the omissions and contradictions, then decide the issue one way or another (thus intervening with the researcher's own filter). For instance, if all the library catalogues identify a story as an original, yet the researcher has located a text from which the story would appear to have been translated, they might decide to identify the story as a pseudo-original, thus altering classification by the prior filter. Has the researcher thus introduced truth? Not at all. They have simply decided to prefer, for whatever archeological reasons, the metadata on the text that they now want to call the «original.» They have preferred one prior filter to the other.”

⁴⁵⁵ Como descreve e explica pormenorizadamente Abreu (1994), essas duas traduções (parciais) camilianas foram incluídas num seu artigo de contestação sobre a suposta amizade entre o futuro Frei Luís de Sousa e Miguel de Cervantes, publicado pela primeira vez na *Gazeta Literária do Porto* (1867). Dizem respeito, por um lado, ao discurso directo de Manuel de Sousa Coutinho, “el enamorado português”, no capítulo 10 do livro I; por outro lado, à parte do capítulo 1 do livro III em que os protagonistas, estando em Lisboa, lêem o epitáfio da mesma personagem. “Contamos, assim”, embora de modo fragmentário, com uma “cuidada tradução [...] da última obra de Cervantes, num dos mais íntimos actos de recepção que toda a tarefa de tradução implica” (Abreu, 1994: 253).

Deixando, enfim, de lado essas versões setecentistas manuscritas do *Persiles* para centrar-nos nos textos efectivamente publicados, cronologicamente, recapitulemos, os primeiros translatos cervantinos correspondem a narrativas breves, são editados em formatos populares e aparecem publicados, com a única excepção já comentada, na década de 1780 – o *Curioso impertinente* ([1783]), a *Espanhola inglesa* (1784, reedição da tradução que tinha saído em 1748) e o *Amante liberal* (1788). Na década de 1790 reedita-se um desses textos (o *Curioso impertinente*, 1791) e vem a lume, finalmente, o *Quixote* (1794). A essas cinco publicações constantes do nosso catálogo (1.1-8, 1.1-12, 1.1-23, 1.1-33 e 1.1-45) de que já acima falamos, todas elas do último quartel de setecentos e relativas a três textos de partida (por um lado, o *Quijote*, em parte ou no seu todo; por outro lado, duas *Novelas ejemplares*), acrescentam-se no século XIX mais doze espécies, das quais quatro são reimpressões dos mesmos títulos e oito constituem traduções – e respectivas reedições ou retraduições – de títulos novos, de Cervantes (sete) ou atribuídos a Cervantes (um).

Os textos de partida autenticamente cervantinos a que dizem respeito esses novos sete produtos traduzidos na centúria de oitocentos são, novamente, três: a narrativa bucólica *Galatea* (três espécies), e as novelas exemplares *La señora Cornelia* (duas espécies) e *El celoso extremeño* (mais duas espécies). O texto espúrio que vem a lume em português sob a autoria de Cervantes corresponde a *El buscapié*, de Adolfo de Castro. Comentaremos agora com algum detalhe todas essas edições do século XIX – reedições de versões já conhecidas no século XVIII, por um lado; traduções novas (incluindo, por sua vez, reimpressões ou retraduições), por outro.

Quanto às reedições oitocentistas das obras traduzidas que já se deram a conhecer no século XVIII, inventariamos duas da *Espanhola inglesa* (1803 e 1805, anexo 1.1-64 e 1.1-68⁴⁵⁶), uma do *Amante liberal* (1815, 1.1-198⁴⁵⁷) e outra do *Quixote*

⁴⁵⁶ Temos absoluta certeza de ambas, apesar de que a primeira dessas reedições (1803) não é contemplada nem por Gonçalves Rodrigues nem por Santos (1993). Não inserimos no catálogo em apêndice uma suposta (e possível) reimpressão de 1819 (Lisboa, Off. de J. F. M. M. de Campos, 4º, 48 pp.), registada por Rodrigues (GRI 3524), por não termos encontrado exemplares que provem a sua existência. A fonte de Rodrigues é “AHO 246-188”; ou seja, Arnaldo Henriques de Oliveira, catálogo do leilão n.º 246, verbete 188. Em qualquer caso, quer pela sua condição de pioneira (lembramos que foi o primeiro texto cervantino a aparecer impresso em português, no ano de 1748), quer pelo número de edições de que foi objecto (quatro pelo menos: 1748, 1784, 1803 e 1805), cabe-lhe à *Espanhola inglesa* o lugar de destaque que lhe concede Guilherme de Oliveira Santos, pois foi “durante muito tempo, a novela de Cervantes que despertou mais interesse” (Santos, 1993: 152).

⁴⁵⁷ GRI 3291 consigna uma alegada reedição de 1817 (sem descrição física nem dados editoriais), com fonte em Balbi. Balbi (1822), por sua vez, limita-se a registar o título, sem qualquer outra informação,

(1830, 1.1-247). Esta última, francesa (Paris, Pillet Aîné), reproduz – com mais de trinta anos de distância – o texto na sua versão de 1794 e destaca-se por ser a primeira edição portuguesa ilustrada do livro em questão. Guilherme de Oliveira Santos, afortunado possuidor de um exemplar, explica que se trata de uma edição “muito rara e pouco acessível” (Santos, 1981: 37) – dela não existem, de facto, exemplares na BNP (sim na BNF).

Já fora do nosso marco cronológico, e transcorridos mais de vinte anos, volta a mesma versão do *Quixote* a ser reeditada, primeiro novamente na França e adaptada ao público infantil (1851)⁴⁵⁸, e depois em Portugal (1853)⁴⁵⁹. Haverá que aguardar outros vinte e três anos para vermos surgir a seguinte edição do *Quixote* em português, numa retradução luxuosa, com as renomadas ilustrações de Doré, que, por fim, exhibe a identidade dos tradutores (embora não de todos) na capa – referimo-nos à célebre versão dos Viscondes de Castilho e de Azevedo (1876-1878), publicada pela portuense Companhia Litteraria e prefaciada por Pinheiro Chagas, quem “colaborará também na tradução da *Segunda Parte*” (Abreu, 1994: 77). No ano a seguir, Francisco Arthur da Silva iniciava em Lisboa a edição de uma outra retradução do *Quixote* (1877-1878), em versão do Visconde de Benalcanfor – “auxiliado [...] por D. Luis Breton e Vedra” –, também ilustrada, desta feita com gravuras de José Severini sobre desenhos de Manuel Macedo (*vid.* Comino Fernández de Cañete, 2007 [2003]⁴⁶⁰). Uma década mais tarde

entre as obras traduzidas do ano em questão. Não havendo encontrado mais referências ou provas da existência desta edição, não a tivemos em consideração.

⁴⁵⁸ Esta interessante edição parisisina para crianças, cujo papel no sentido de ratificar o termo *ad quem* do presente estudo deve lembrar-se (*vid. supra* o dito em I.1.3), é pouco conhecida – não a encontramos referida na bibliografia consultada e também não consta de *A tradução em Portugal*. Impressa em dois volumes, intitula-se *O D. Quixote da infância. Aventuras de D. Quixote compendiadas para uso dos meninos* e conserva-se na BNF (cotas Y2-28012 e Y2-28013). Supomos que esta adaptação para o público infantil parte da mesma versão do *Quixote* publicada em 1794 por vez primeira (Lisboa, Typographia Rollandiana) por ter sido dada a lume na Typographia de Pillet Fils Aîné; isto é, por ter sido editada pelos herdeiros do mesmo impressor da edição francesa de 1830, que reproduzia o texto de 1794. Dessa versão, logo, muito provavelmente, foram estas aventuras *compendiadas* ou abreviadas *para o uso* ou leitura por parte *dos meninos*.

⁴⁵⁹ *Historia de D. Quixote de la Mancha. Edicção enriquecida com gravuras*, Lisboa, Typ. Universal. No mesmo ano de 1853 eram publicados na revista *O Panorama* um conjunto de artigos dedicados a “Miguel de Cervantes Saavedra” por Latino Coelho (*vid.* Abreu, 1994: 79-82).

⁴⁶⁰ Neste trabalho à volta da figura do Visconde de Benalcanfor é feita, em duas ocasiões – sempre em nota de rodapé: n.1 da p. 59 e n. 32 da p. 65 – uma rápida e desconcertante referência a uma misteriosa reedição da versão anónima do *Quixote* (a de 1794), publicada alegadamente em 1858 no Porto. A autora não indica o nome do impressor nem a fonte donde, eventualmente, terá retirado tal informação. Seja como for, e como bem aponta Cobelo (com alguma gralha na transcrição do apelido da estudiosa em questão, Carmen M^a Comino Fernández de Cañete), não há quaisquer outras notícias acerca desta improvável edição portuense (Cobelo, 2010: 201, n. 1). Assim sendo, e enquanto não surjam provas noutro sentido, as traduções oitocentistas do *Quixote* são as que nestas páginas referimos. Faltaria apenas mencionar para completá-las, e quase a título de curiosidade, o facto de que dois excertos da narrativa de

(1888-1889), saía uma nova retradução do texto em Lisboa (Biblioteca de Instrução e Recreio), a cargo de José de Carcomo e com uma “Biografia de Cervantes” redigida por Gomes Leal em jeito de introdução (Abreu, 1994: 94-95). Nenhuma destas duas últimas versões se compara, contudo, à dos Viscondes de Castilho e de Azevedo, cujo impacto foi enorme e eclipsou as mencionadas traduções oitocentistas posteriores, como que dando razão ao adágio que reza – fomos buscá-lo, claro, ao *Quijote*, concretamente ao capítulo 34 da primeira parte, onde se conta a história do “Curioso impertinente” – *el que luego da, da dos veces*.

Pouco diremos, no entanto, acerca da edição “dos Viscondes”, apesar de ser “a primeira edição monumental portuguesa” do *Quixote* (Abreu, 1994: 82); apesar de ter constituído “um dos mais, senão o mais, celebrado acontecimento da recepção de Cervantes em Portugal durante o século XIX” (*ibid.*); apesar do rico e extenso paratexto crítico de Pinheiro Chagas que a acompanha (*vid.* Abreu, 1994: 82-92); apesar da “interessante história desta tradução” (Abreu, 1994: 83) e dos tradutores ou *quase-tradutores* nela envolvidos ⁴⁶¹. Fica aquém do nosso escopo temporal e nada conseguiríamos acrescentar ao que pode ler-se nos estudos, magistrais, de Maria Fernanda de Abreu (1994, entre outros). Somente salientaremos, de forma quase telegráfica, alguns aspectos relevantes.

Primeiro, a significativa mudança de suporte com respeito à *popular* primeira edição da versão anterior (anónima) do mesmo texto, em 1794. Depois, o facto de ser o *Quixote* o livro que, em 1876, escolhe a Companhia Litteraria do Porto para a sua estreia editorial. Finalmente, a duradoura aceitação comercial desta tradução dos

Cervantes, seguramente retirados da versão portuguesa de 1794, são incluídos num manual de 1808 (Londres: F. Wingrave) destinado ao ensino dessa língua entre o público inglês – motivo pelo qual não aparecem estas traduções avulsas do *Quixote* no nosso catálogo. Intitula-se o dito manual *Selections in Portuguese and English with the portuguese words properly accented, to facilitate the study of that language. Extractos em portuguez e em inglez com as palavras portuguezas propriamente accentuadas, para facilitar o estudo d’aquella lingoa* (BCM, cota 4Z1-49). Segundo informa a PORB, os *Extractos* que contém esta publicação bilingue são “Aventuras de Telémaco”, e, ainda, “História de Marcela e Crisóstomo [*sic*] e Curioso Impertinente, de Cervantes”. Não deixa de ser curioso que os textos seleccionados para o estudo do português não sejam, em origem, portugueses, embora possamos conjecturar as razões da escolha (disponibilidade de versões traduzidas nas duas línguas implicadas, carácter ameno e narrativo dos textos, etc.).

⁴⁶¹ Um deles é, como sabemos, o autor da frase donde retiramos o *leitmotiv* ou fio condutor desta tese – já nos referimos, brevemente, à participação de António Feliciano de Castilho nesta primeira tradução assinada do *Quixote* no capítulo I.1 (página 17, nota 35). Logo aí remetíamos, ainda, para um capítulo do livro de Maria Fernanda de Abreu várias vezes citado nesta secção, intitulado “Camilo, quase tradutor do *Dom Quixote*” (Abreu, 1994: 253-259), onde se pode encontrar informação detalhada acerca dos *quase-tradutores* a que acima fazíamos alusão tomando emprestada a expressão da cervantista portuguesa, com particular destaque para Camilo Castelo Branco.

Viscondes em Portugal (e também no Brasil⁴⁶²) – revelando as suas inúmeras reedições o consenso e prestígio suscitado por esta versão. Ela “é ainda hoje [na década de 1990] a tradução que mais circula” (Abreu, 1994: 255), mesmo depois da publicação, em meados do século XX, da versão “pessoalíssima” e prestigiada de Aquilino Ribeiro, também bem acolhida editorialmente, e que pode considerar-se “uma das mais, senão a mais importante manifestação da recepção do *Dom Quixote* em Portugal no século XX” (Abreu, 1994: 83)⁴⁶³.

Deixemos, pois, o *Quixote* e o marco que supõe a tradução dos Viscondes em 1876-1878 para recuarmos à primeira metade do século XIX e às três novidades translativas de Cervantes (títulos não publicados em vernáculo nas últimas décadas de setecentos) a que há uns parágrafos nos referimos genericamente, constituindo sete entradas do catálogo em apêndice ao termos em conta as reedições ou retraduições a que deram lugar. Seguindo uma ordem temporal, a primeira a vir a lume (1802, anexo 1.1-62) diz respeito à que foi também a primeira narrativa de ficção publicada por Cervantes: a *Primera parte de la Galatea* (1585), livro de que nunca chegaria a sair, da sua pena, a ansiada e em várias ocasiões prometida segunda parte.

Esta primeira versão portuguesa do texto cervantino que acabamos de referir, de 1802, é da autoria de Bocage e foi reeditada no ano de 1819 (anexo 1.1-209)⁴⁶⁴. A tradução de Bocage, bem como uma retradução posterior (1840) de José da Fonseca, publicada em Paris (anexo 1.1-269), partem ambas, de forma explícita, não directamente da *Galatea* castelhana, mas antes de uma sua recriação francesa, assinada

⁴⁶² Cobelo (2010: 201, n. 10) indica que 67% das 72 edições brasileiras por ela elencadas na supracitada dissertação de 2009, entre os anos de 1942 e 2008, são reimpressões desta versão. No que diz respeito a Portugal, cabe observar que as reedições do século XX (Lello, 1993 e 1969; Clube do Livro, 1974; Círculo de Leitores, 1978 e 1982; Europa-América, 1983) prescindem da indicação do nome dos tradutores, circulando assim como anónimas (*vid.* Pais, 2013: 17).

⁴⁶³ Sem mencionar, por não termos espaço para tanto, outras versões do *Quixote* da passada centúria, referiremos ao menos duas novas retraduições que vieram a lume no nosso século, coincidindo com a efeméride de 2005 (quarto centenário da publicação da primeira parte do *Quijote*). Uma é a de José Bento, publicada pela Relógio d’Água, com gravuras de Lima de Freitas, reeditada em 2007 (com revisão de Helder Guégués) e 2013. A outra, de Miguel Serras Pereira, revista por Clara Boléo e recentemente reimpressa (2015), saiu na editora Dom Quixote, com ilustrações de Salvador Dalí e introdução de Maria Fernanda de Abreu.

⁴⁶⁴ Inocêncio refere, ainda, uma reimpressão carioca de 1836 (DBP, VI: 49, n.º 1017). Rodrigues regista a reedição lisboeta de 1819 por nós consignada, feita pela Typographia Rollandiana, nos anos de 1816 (GRI 3228) e 1820 (GRI 3622) – edições essas que são mencionadas por Cobelo (2010: 197). Julgamos, porém, que as entradas de Rodrigues estão erradas. Ambas remetem para a mesma cota da BNP: a L. 6617 P. Como indica a PORB, e como tivemos oportunidade de verificar, o exemplar custodiado sob a cota em questão (item n.º 5) leva na folha de rosto a data de 1819. Referenda a nossa consideração de que os verbetes de Rodrigues não são correctos o anúncio da *Gazeta de Lisboa* de 1824 que mencionamos nas observações ao registo de 1819 (*cfr.* 1.1-209).

por Jean-Pierre Florian e de grande sucesso editorial: *Galatée, roman pastoral; imité de Cervantes* (1783). Quer dizer que essas duas versões (a de 1802-1819, por Bocage, e a de 1840, por José da Fonseca) são, portanto, traduções indirectas do espanhol mediadas por um texto francês – como tais, pelo menos, foram consideradas aqui (e em Cobelo, 2010: 197, que não refere a edição de 1840).

Neste ponto importa esclarecer que a *Galatée*, se bem mantém uma relação genética com a *Galatea* explicitada no próprio título (*imité de Cervantes*) que nos permite tratá-la como um produto traduzido – em sentido decerto amplo, não o contestamos – do castelhano no sistema francês (*vid. supra* III.1.1), ao mesmo tempo reescreve e manipula a fonte cervantina num grau muito considerável, *apropriando-se* dela. Aliás, as mudanças introduzidas com respeito ao texto de Cervantes por Florian (quem compendia em quatro livros os seis do original e escreve de raiz uma continuação da história), “impiden”, na óptica de Aguilar Piñal (1987), que a obra francesa “sea considerada como una mera traducción”. As traduções portuguesas da *Galatea* cervantina (T3) supõem, logo, um desses *borderline cases* atrás referidos (III.1.1.C), em que (o que aqui consideramos) o texto intermediário (T2) é mais do que uma *mera tradução* da fonte espanhola (T1), sendo possível encará-lo como um produto *original* ou *próprio* da literatura francesa, tal como o faz, segundo vemos, Francisco Aguilar Piñal (1987):

La incompleta *Galatea* era un estímulo para un escritor que quisiera dar remate a sus amorosas aventuras, sueño incumplido del propio Cervantes, como es bien sabido. Ambas razones movieron a un novelista francés. Jean-Pierre Claris de Florian (1755-1794) a publicar de nuevo *La Galatea*, pero en francés y compendiada con excesiva brevedad, nuevo estilo y nuevos personajes, que impiden sea considerada como una mera traducción. (Aguilar Piñal, 1987: 333-334).

Mais abaixo (III.2.6) referir-nos-emos a um caso semelhante, relativo aos romances de Alain-René Lesage traduzidos para português, também *imitados* ou *inspirados* em fontes espanholas (os quais, contudo, e pelas razões que ali se exporão, gerimos de forma diferente). Como no caso de Lesage, boa parte da produção literária de Jean-Pierre Florian (1755-1794), por acaso descendente de espanhóis por via materna, apresenta fortes ligações com Espanha e a sua literatura, donde retira a matéria para algumas das suas obras *originais*⁴⁶⁵ e da qual ademais *reescreve* textos. O resultado

⁴⁶⁵ É o caso – já atrás mencionado – de *Célestine, nouvelle espagnole* (1784) ou de *Golzalve de Cordoue ou la Conquête de Grenade* (1791). Ambos títulos foram traduzidos tanto para o castelhano como para o

de tal processo de reescrita é nalguns casos consensualmente aceite como *tradução*⁴⁶⁶, e noutros nem por isso, consoante acabamos de verificar que acontece com a *Galatée*. Abona a *originalidade* desta última *reescrita* de Florian o facto de que (também como no caso de Lesage) a *Galatée* (1783) seja objecto de uma tradução para a língua espanhola – *La Galatea de Cervantes imitada, compendiada y concluida por M. Florian, traducida por don Casiano Pellicer* (1797)⁴⁶⁷. Ora, à diferença do que sucede com os romances de Lesage de que depois nos ocuparemos (em III.2.6, segundo já indicámos), a tradução portuguesa da *Galatée* circula em Portugal revelando no peritexto o seu *status* de texto mediado; isto é, *marcando* abertamente a sua condição de obra *lato sensu* traduzida do espanhol através do francês logo na folha de rosto, ao figurar a autoria de Cervantes no subtítulo das edições de 1802 e 1819: *Nove[l]la pastoril, imitada de Cervantes*. Assim, embora a menção a Cervantes desapareça na retradução de José da Fonseca (1840), resolvemos que este *borderline case* não iria ser inserido no grupo de traduções problemáticas (anexo 1.3).

Continuando o nosso percurso pelos textos cervantinos que foram publicados em versão traduzida por primeira vez no século XIX, as seguintes (e últimas) novidades editoriais que encontramos correspondem, segundo avançávamos, a duas novelas exemplares. A primeira veio a lume no ano de 1816 (anexo 1.1-200), com o título de *Aventuras galantes de dois fidalgos estudantes, ou a historia admirável da famosa Cornelia de Bolonha*. Trata-se da tradução oculta – pois é apresentada peritextualmente como um anónimo pseudo-original⁴⁶⁸ – da novela exemplar *La señora Cornelia*.

português, mas deve enfatizar-se de novo que o primeiro não é tradução da *Celestina* de Fernando de Rojas, tal como parece depreender-se de Cobelo (2010: 198, n. 6).

⁴⁶⁶ Tal ocorre, entre outras traduções de obras espanholas realizadas por Florian, com a muito livre e abreviada versão que fez do *Quijote*, editada postumamente: *Don Quichotte de la Manche, traduit de l'espagnol* (1798). Entende-se, à vista do que vamos expondo, porque Florian é frequentemente apelidado de “hispanista” ou “cervantista” francês.

⁴⁶⁷ A tradução de Pellicer vem a lume pouco antes de que o faça uma refundição do mesmo texto cervantino realizada por Cándido Trigueros, intitulada *Los enamorados o Galatea y sus bodas* (1798). Tal como refere Aguilar Piñal (1987), Cándido Trigueros compõe a sua *Galatea* tomando “lo que le parece conveniente” do livro de Cervantes e da imitação de Florian “y añadiendo de su propia pluma más de la mitad del texto” (Aguilar Piñal, 1987: 335). Trigueros conhecia bem a *Galatée* de Florian, quem o tinha contactado epistolarmente em 1784 para que lhe desse opinião sobre a sua obra, provavelmente por intermediação de Pablo de Olavide.

⁴⁶⁸ Cabe precisar que, se peritextualmente carece de marcas translativas, já epitextualmente vem marcada como um produto traduzido. O nome (apelido) de Miguel de Cervantes é, com efeito, referido nos anúncios publicados na imprensa. Assim acontece, pelo menos, no que encontramos na *Gazeta de Lisboa* (n.º 98, 25 de abril de 1817, última folha), onde lemos: “Sahio á luz: *Aventuras Galantes de dois Fidalgos Estudantes, ou a Historia admiravel da famosa Cornelia de Bolonha; Novella de Cervantes*. Vende-se por 120 réis nas lojas de João Henriques, rua Augusta N.º 1; da Viuva Nascimento, rua dos Algibebes N.º 18; de A. P. Lopes, rua do Ouro ao pé da da Gazeta; Carvalho, defronte da rua de S. Francisco; e A. M. de Pina, a S. Roque”. Notar-se-á, de passagem, o considerável número de distribuidores da obra aí

Consta-nos que houve uma edição do mesmo texto traduzido logo em 1818, feita no Brasil (Rio, Impressão Regia)⁴⁶⁹, mas no inventário em apêndice apenas consignamos a única reedição portuguesa (Lisboa) de que temos notícias altamente seguras, realizada muito mais tarde, em 1844 (anexo 1.1-276). Rodrigues regista uma improvável reimpressão portuense de 1835 (GRII 4381) que descartámos pelas razões habituais⁴⁷⁰.

A segunda nova tradução, de 1818 (anexo 1.1-208), é *O velho e a menina, ou o casamento desigual*, nome com que é publicada a versão que oferece José Pedro Francisco de Paula Campos da novela exemplar *El celoso extremeño*. Pouco depois (1820), o mesmo texto de partida é retraduzido por um anónimo, e publicado com o título (mais literal) de *O zeloso estremenho* (anexo 1.1-222). Na realidade, tal título aparece na folha de guarda. O rótulo da capa, que não o menciona directamente, interessa-nos porque é indicativo de que o editor, João Baptista Morando, tinha a intenção de dar continuação à publicação das novelas exemplares em língua portuguesa. Assim, anuncia a folha de rosto que esta é a primeira “entrega” das *Novellas Exemplares de Saavedra / Author de D. Quixote de la Mancha / Traduzidas em Portuguez. / Novella I*. Desconhecemos os motivos que o levaram a desistir da série.

Até aqui vemos, pois, que são seis os textos originais de Miguel de Cervantes vertidos para português no lapso temporal em foco nesta tese (1780-1850). Ao *Quijote* correspondem-lhe quatro espécies do catálogo: duas edições em versão traduzida e parcial, com o título de *O curioso impertinente* ([1783] e 1791), e duas traduções do texto completo (1794, 1830). À *Galatea*, três: duas dizem respeito a uma mesma versão (1802, 1819) e a outra a uma retradução (1840). Circulam também traduzidas, por último, quatro *Novelas ejemplares*, a saber: *La española inglesa* (três espécies de 1784,

relacionados. Também é referida a autoria de Cervantes na menção que a esta tradução se faz na epígrafe “Novellas” da “Lista de algumas das Obras, que se publicarão em Portugal desde Outubro de 1816 [...] até 5 de Outubro de 1817”, publicada no *Jornal de Coimbra*, vol. XI, n.º LV, p. 17: “Aventuras galantes de dois Fidalgos Estudantes; ou a Historia admiravel da famosa Cornelia de Bolonha. Novella de Cervantes. Preço 120 rs.”.

⁴⁶⁹ Não é referida por Cobelo (2010), mas encontramos-la mencionada, entre outros lugares, num artigo de Márcia Abreu (2011) disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/floema/article/viewFile/789/789> (consultado a 23/7/2013).

⁴⁷⁰ Na elaboração da entrada GRII 4381 pode ter havido uma confusão de datas (1835 por 1895) – passamos a explicar o porquê desta suspeita. Embora Rodrigues não indique aí (GRII 4381) o nome do alegado editor portuense da espécie que regista no ano de 1835, descreve-a como tendo 16 páginas. Nos catálogos em linha da PORB e da BMP encontramos exemplares de uma edição publicada, efectivamente, no Porto, com 16 páginas, só que no ano de 1895. PORB dá “[Typ. de Arhur José de Sousa & Irmão]” como impressor e indica 16 páginas; BMP refere “Livraria Portuguesa de Joaquim Maria da Costa” e precisa que são 16 páginas a duas colunas. Não seria a primeira vez que em *A Tradução em Portugal* um verbete não aparece colocado no ano correcto por causa de um engano em apenas um número – já o comentámos em III.1.3.

1803 e 1805, todas elas reedições de um texto de 1748), *El amante liberal* (duas espécies: 1788 e 1815, reimpressão da anterior), *La señora Cornelia* (outras duas espécies: 1816 e 1844, também esta reimpressão da primeira) e *El celoso extremeño* (duas versões diferentes: uma publicada em 1818 e a outra em 1820). Visto que onze das dezasseis entradas do nosso *corpus* de traduções cervantinas – ou seja, 68,75% – correspondem a obras de narrativa breve, novelesca, podemos afirmar que *esse* é, muito significativamente, o *Cervantes* preferido no período em estudo. Igualmente significativo é, acreditamos, o facto de que, do ponto de vista tipográfico e editorial, os formatos populares sejam os dominantes e que, em consequência, prevaleça a anonímia ou a não revelação da autoria dos textos originais, segundo em seguida notaremos, não sendo ainda infrequente a ocultação do estatuto translativo do texto publicado (pseudo-originalidade).

Cumpramos todavia, antes de passarmos a observar os *como* e os *quem* das traduções de Cervantes, referir um último *que* e *quando*, relativo ao original apócrifo intitulado *El buscapié* atrás mencionado. O texto de chegada (anexo 1.1-286), impresso logo no mesmo ano em que veio a lume o original castelhano (1848) pela portuense Typographia de Faria Guimarães, intitulou-se (em tradução literal do respectivo peritexto espanhol) *O Busca-pé. Opusculo inédito que em defesa da Primeira Parte do Quixote escreveu Miguel de Cervantes Saavedra. Publicado com muitas notas historicas, criticas e bibliographicas por D. Adolfo de Castro. Vertido em portuguez por J. A. M. Vieira*. O respectivo texto de partida – que pode consultar-se na Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes⁴⁷¹ – era, em poucas palavras, “um panfleto que a tradição dizia ter sido escrito por Cervantes para explicar o significado oculto do *Dom Quixote*, avidamente buscado e não encontrado e que Adolfo de Castro disse ter encontrado e publicou em 1848, provando-se depois ser falso” (Abreu, 1994: 82). Ou seja, trata-se de uma fraude elaborada por quem na dita falsificação se apresenta na qualidade de editor, o erudito gaditano Adolfo de Castro y Rossi (1823-1898).

⁴⁷¹ <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcmk680> (consultado a 28/7/2014). É edição digital (Florencio Sevilla e Begoña Rodríguez, 2005) da impressão feita em Cádiz, Imp. y Lit. de la Revista Médica, 1848. Acerca da sua composição e verdadeira autoria podem ver-se, por exemplo, os trabalhos de Alberto Romero Ferrer (“Del rigor filológico a la falsificación cervantina: Adolfo de Castro y la literatura española de los Siglos de Oro”, *Cuadernos de Ilustración y Romanticismo*, n.º 8, 2000, pp. 177-188) e Eugenia San Segundo Fernández (“Cervantes y *El Buscapié*: un estudio de atribución”, in Javier Blasco *et al.* (eds.), *Sic Vos Non Vobis. Estudios de atribución y plagio*, Madrid/Frankfurt am Main, Iberoamericana/Vervuert, 2010, pp. 346-378).

Em *El buscapié*, Adolfo de Castro imita habilmente a linguagem e o estilo cervantinos, tanto que por mais de um século a contrafacção foi sendo reeditada (e traduzida, consoante vemos) como autêntica (às vezes, até, apensa ao *Quijote*), embora desde muito cedo se ouvissem vozes expertas a denunciar o carácter doloso do opúsculo – entre elas, a de Latino Coelho (*vid.* Abreu, 1994: 82) –, polémica essa que acarretou o descrédito do seu autor nos meios intelectuais. Não deixaremos de sublinhar, em relação com as estratégias falsificadoras que só alguns doutos receptores descortinaram, a (fingida) procedência portuguesa do alegado manuscrito cervantino publicado – e redigido, como dizemos – por Adolfo de Castro. Segundo este, o códice que “la casualidad ha puesto en mis manos”, achado num alfarrabista de Cádiz e supostamente datado de 1606, levava a indicação, também escrita à mão mas “en letra, al parecer, de principios del siglo XVIII”, de ter pertencido à “Livreria [*sic*] do Senhor duque de Lâfoes [*sic*]”. Afirma Castro a seguir (citamos pelo original castelhano, na edição da Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes já referida): “Cómo salió el ms. de la librería de este señor, y cómo vino a España, no lo sé”. O tradutor português, J. A. M. Vieira, acrescenta em nota de rodapé:

Sabemo-lo nós – ou, pelo menos, estamos bem persuadidos disso. – Como o manuscrito pertencia á casa de Lafões – devia de sair de lá do mesmo modo que saíram dos palacios dos Reis Portuguezes muitas pratas e outros objectos preciosos, que um Principe da Casa de Bragança foi ha pouco encontrar á venda em Londres, e que reconheceu como seus! [*sic*]

Segundo tivemos oportunidade de descobrir consultando um dos exemplares conservados na BNP, a edição portuguesa desta curiosa falsificação (também digitalizada na GB) não só vem enriquecida, segundo vemos, com esclarecedoras notas do muito bem informado J. A. M. Vieira senão que contém ademais, nas últimas dezassete páginas e com numeração independente, “Dous artistas por Bermudez de Castro” (anexo 1.2-104); isto é, a versão em vernáculo de “Los dos artistas”, de José Bermúdez de Castro, relato que havia aparecido originalmente na revista *El Artista* no ano de 1835 e que retomaremos numa próxima secção (*vid. infra* III.2.4).

Tal como acontece com esta tradução pseudocervantina, e passando já ao *como*, constatamos que, no período em análise, momento em que – repetimos – a *língua* de Cervantes começa a *falar* português, as obras escolhidas da sua produção literária para circular em vernáculo são, de preferência, importadas directamente do espanhol. Apenas um dos seis textos de origem de Miguel de Cervantes acima referidos, a *Galatea*, é

traduzido indirectamente, por via da língua francesa – o qual representa 16,66% dos textos fonte. Tendo em conta que à *Galatea* lhe correspondem três dos dezasseis verbetes de autoria autêntica constantes do nosso catálogo, a indirectude supõe 18,75% do número total de traduções de Cervantes; ou seja, menos de um quinto das edições que inventariamos (reedições ou retraduições incluídas).

Outra tendência comprovável a respeito do *como* nas traduções cervantinas aqui examinadas é, segundo avançávamos há instantes, a da ocultação da autoria dos textos de partida nos peritextos. É chamativo que, das dezasseis edições de textos cervantinos (autênticos) traduzidos para português que inventariamos no nosso catálogo, apenas seis exibam o nome de Miguel de Cervantes como autor do texto original – muito menos da metade, portanto (37,5%). Certo é que, nesses casos, faz-se algumas vezes questão de conceder especial destaque ao facto de o produto traduzido proceder de uma obra do “insigne” Cervantes, como lemos na folha de rosto da primeira edição em versão traduzida de *El celoso extremeño*, de 1818 (anexo 1.1-208), associando-o inclusivamente ao seu livro mais célebre – a retradução do texto anterior, de 1820, apresenta o texto indicando na capa que se trata de uma novela “de Saavedra, author de D. Quixote de La Mancha” (anexo 1.1-222).

Porém, o certo é que as dez restantes edições (de dezasseis, lembremos) não referem o nome de Cervantes, representando 62,5% do total, e não se trata somente das publicações dos primeiros tempos. Dessas dez espécies, quatro vêm a lume assumindo peritextualmente o estatuto translativo do texto que contêm, mas num caso (a versão da *Galatea* de José da Fonseca, de 1840), oculta-se a condição de tradução indirecta do espanhol, indicando-se apenas o nome de Florian como autor do texto de partida. Assim sendo, unicamente em três desses dez casos em que não se menciona o nome de Cervantes, os três relativos à versão da *Espanhola inglesa* feita por Reinerio Bocache (1784, 1803, 1805), os produtos textuais levam marcas que, sob a fórmula “traduzido do espanhol”, apontam para uma origem castelhana. As outras seis espécies anónimas a que nos referimos não levam qualquer marcação translativa nos peritextos ou, então, é extremamente fraca. Em quatro casos – as duas edições do *Curioso impertinente* ([1783] e 1791), a primeira tradução, parcial e oculta, do *Quixote*, e as outras duas de *Cornélia de Bolonha* (1816 e 1844), todas elas sem nome de tradutor – deparamo-nos, sem mais, com pseudo-originais. Ademais, outras duas edições, ambas de *O amante liberal* (1788 e 1815), assumem formas próximas da pseudo-originalidade.

Nessas edições de *O amante liberal*, o único que consta na folha de rosto é que a *Historia é offerecida* por A. da C. de T. A. e F. a uma *Ilustríssima e Excelentíssima Senhora* de cujo nome não quer recordar-se. Apenas na dedicatória a esta secreta Senhora confessa o duplamente oculto tradutor (pois esconde a sua condição de tal, além da sua identidade) que, sabedor da “curiozidade, e o gosto, que V. Excellencia faz em ler semelhantes Novellas”, se propôs “a tirar de alguns Livros Estrangeiros” matéria “com que formar a prezente historia”. É notória a indeterminação (“tirar de”) e vagueza (“alguns Livros Estrangeiros”) com que tão debilmente se insinua o carácter de reescrita e a origem ou fonte (alóctone) do texto *offerecido*. Por isso, tal como comenta Abreu após transcrever o paratexto em questão (1994: 76), “além do sorriso que nos pode provocar o imaginar como a obra de Cervantes pode servir, esperemos que eficazmente, nas estratégias sedutoras de um português de finais do século XVIII”, e além “da confirmação de algo que já sabíamos sobre a «curiosidade» e o «gosto» das Senhoras por este tipo de Novelas”, importa frisar que A. da C. de T. A. e F. “nunca usa o termo «tradução», antes fazendo uso dessa ambígua paráfrase de «tirar de alguns Livros Estrangeiros, com que formar a presente história»”.

Observe-se ainda como uma dessas dez publicações anónimas, embora neste caso com marcas translativas bem explícitas – a *Historia nova, famosa e exemplar da Hespanhola inglesa, traduzida da língua hespanhola no nosso idioma portuguez, e dada á luz por Reinerio Bocache* (edição de 1784) – é citada por Inocêncio entre uma lista de obras “de auctores anonymos” e de “pouca importancia” que conservava na sua colecção particular (DBP, VI: 303). Parece-nos um testemunho expressivo desta mais ou menos surpreendente circulação anónima de boa parte das traduções cervantinas durante longo tempo, revelador também das dificuldades que tal circunstância acarreta no relativo à sua identificação enquanto tais, até entre os mais entendidos em matéria literária. Assim, Inocêncio da Silva, que o era, e muito, não soube que o exemplar de que era possuidor tinha, porventura, mais *importância* do que julgava – afinal de contas, tratava-se, como já vimos, do primeiro texto traduzido de Cervantes em português, na sua segunda edição. Isso pese a que uma reedição de 1805 da mesma versão desta novela exemplar seja referida epitextualmente, num catálogo de 1807 (apenso a *Cosme Manhoso*: cfr. 1.3-23), da seguinte maneira: *Historia nova famosa do celebre Novelleiro Cervantes, traduzido em Portuguez por Bucache, denominada a Hespanhola Inglesa*.

A tendência à ocultação autoral nos peritextos dos translatos cervantinos representa, enfim, um evidente empecilho para os historiadores da tradução, antigos ou modernos. Ainda no nosso presente a *Historia do amante liberal* de 1788 figura no portal do projecto Caminhos do Romance (CR) entre as obras de autor desconhecido – como acima notámos, o nome de Cervantes não aparece na capa, com efeito, e na dedicatória do tradutor, o enigmático A. C. de T. A. e F., à ainda mais misteriosa “illsutrissima e exclentíssima senhora..... [sic]” a quem lhe oferece o livro, apenas se indica que “a presente historia” foi tirada “de alguns Livros Estrangeiros”.

Com o agora referido “A. C. de T. A. e F.” entramos no plano dos *quem* das traduções de Miguel de Cervantes no marco temporal que se estende entre 1780 e 1850. Esse *quem* invoca e inclui, naturalmente, além dos reescritores ou tradutores, outros agentes mediadores – impressores, editores, livreiros... – de que, apesar da sua importância e interesse, não diremos muito por falta de tempo e de espaço. Apenas gostaríamos de destacar dois editores de entre os vários que se ocuparam de dar a lume as traduções cervantinas já elencadas e descritas, a saber: João Baptista Morando e Francisco Rolland. O primeiro, por ter projectado, ao que parece, a edição integral das novelas exemplares, sem todavia haver ido além da “Novella I” (*O zeloso estremenho*, 1820), segundo atrás se viu. O segundo (um impressor oriundo da França, interessa salientá-lo), pelo facto de que é na Typographia Rollandiana onde se estampa, em 1794, a primeira edição completa do *Quixote* de que acima nos ocupámos (desprovida, isso sim, dos prólogos, poemas, aprovações, dedicatórias e demais peritextos iniciais do texto de partida). Francisco Rolland tinha perfeita noção do serviço que prestava no seio do sistema literário em que operava ao propiciar semelhante acontecimento translativo, concebendo o seu quefazer como um labor cívico e democratizante, pois a tradução do *Quixote* supunha permitir ao público português ter acesso a uma obra que, para além de incrementar o seu capital cultural, “instrui divertindo”, segundo reza a nota publicitária do mesmo ano (*apud* Caeiro, 1980: 162-163) atrás transcrita.

Já notámos também, a propósito do mesmo anúncio, como Rolland era consciente da posição privilegiada do *Quijote* no cânone europeu e da falta de “justiça” ou situação subalterna em que o sistema literário português se encontrava na república mundial das letras por causa da carência, em língua vernácula, de um produto textual que já tinha sido vertido “em todas as línguas das nações cultas da Europa” – contribuindo essas traduções, precisamente, para a produção do *valor* da obra (lembre-

se Bourdieu, 1991: 22). A consciência que parece demonstrar o editor de que com o seu trabalho vinha a preencher uma lacuna na literatura de chegada, espaço vazio esse detectado por *comparação* com os sistemas circundantes (as tais “nações cultas da Europa”), vem mesmo ao encontro dos postulados dos Estudos Descritivos da Tradução, e mais particularmente das seguintes observações de Gideon Toury, onde se verifica como a actividade translativa, iniciada – sem dúvida – numa dada cultura importadora, acarreta sempre uma dimensão supranacional:

Translation activities and their products not only can, but do cause changes in the *target* culture. [...] Thus, cultures resort to translating precisely as a major way of filling in gaps, whenever and wherever such gaps manifest themselves – either as such, or (very often) from a comparative perspective, i.e., in view of a corresponding non-gap in another culture that the prospective target culture has reasons to look up to and try to exploit. Semiotically, then, translation is good as *initiated* by the target culture. In other words, the starting point is always one of a certain deficiency in the latter [...]. The more persuasive rationale is not the mere existence of something in another culture/language, but rather the observation that something is ‘missing’ in the target culture which should have been there and which, luckily, already exists elsewhere. (Toury, 2012: 27, *itálicos do autor*).

Acresce a tudo o dito que, segundo sugestão de Postigo Aldeamil (2000: 108), Rolland poderia ter sido, ainda, o autor dessa primeira versão portuguesa do *Quixote* que saiu anónima. Argumenta a referida estudiosa que, catorze anos antes, havia publicado Rolland uns *Adagios, provérbios, rifãos e anexins da Língua Portuguesa* da sua autoria. Acrescentamos nós que, pelas mesmas datas – começo da década de 1780 – Rolland traduz, igualmente do espanhol, o “Discurso sobre a educação popular dos artistas e seu fomento”, de Pedro Rodríguez de Campomanes (*cfr.* 1.2-1 a 3). A hipótese de Aldeamil é, pois, atraente e não totalmente descabida, mas não passa disso – uma sugestiva, e plausível, conjectura.

Na verdade, a primeira edição do *Quixote*, bem como a sua reedição parisina de 1830, fazem parte do grupo de traduções cervantinas que vêm a lume no período aqui contemplado sem nome de tradutor: sete espécies das dezasseis que inventariamos – edições, reedições ou retraduições de *O curioso impertinente*, *Cornélia de Bolonha* e *O zeloso estremenho*, além do *Quixote*. A estes sete registos anónimos, devemos somar-lhes mais dois que circulam em regime de semi-anonimato, ambos correspondentes ao *Amante liberal* (1788, reeditado em 1815). Já nos referimos em várias ocasiões ao obscuro A. C. de T. A. e F. que assina esta versão. Maria Fernanda de Abreu deduz que,

apesar de que na dedicatória atrás referida “se diz com *pequenos estudos*”, “pelas iniciais do seu nome e pelo próprio *trabalho* de tradução, é, certamente, um aristocrata letrado” (1994: 76). Mais nada sabemos ou conseguimos inferir a seu respeito, fora o episódio sentimental que despoleta o seu (episódico, pelo que conseguimos apurar) afã tradutor.

Nas restantes sete espécies consignadas no catálogo em anexo, encontramos os seguintes responsáveis por traduções de textos de Miguel de Cervantes: Reinerio Bocache (a *Espanhola inglesa*, primeiro texto cervantino a *falar português*), Manuel Maria Barbosa du Bocage (primeira versão da *Galatea*), José Pedro Francisco de Paula Campos⁴⁷² (primeira versão de *El celoso extremeño*, intitulada *O velho e a menina ou o casamento desigual*) e José da Fonseca (retradução da *Galatea*). De quase todos eles falaremos mais um pouco no capítulo III.2.7, pelo que, pedindo desculpa pela licença, concluiremos esta já longa epígrafe um tanto cervantinamente, remetendo ao leitor para essa parte da tese, onde entre outras coisas se verá como Bocache, Reinerio, foi confundido com Bocage, Manuel Maria, e do que esse equívoco provocou.

III.2.3. Traduções contemporâneas (1): as armas e as letras

Consideraremos, nesta epígrafe, um conjunto de *translatos* do nosso *corpus* cuja publicação advém sem as *décalages* com respeito à data da primeira edição do original detectadas nos casos aos quais até aqui nos vimos referindo. Observando os dados que fornece o catálogo em anexo, reparamos logo em que semelhante *immediatismo* temporal na recepção por via tradutória de textos espanhóis responde inúmeras vezes à sua ligação com factos circunstanciais de diverso tipo (do *despozorio* de Carlota Joaquina e D. João de Portugal⁴⁷³ às guerras carlistas⁴⁷⁴) que se prendem com a história ibérica

⁴⁷² Sobre este tradutor (1781-1865), *cfr.* DBP, XIII: 116. Aí são referidas mais duas novelas exemplares cervantinas por ele vertidas para português, mas não publicadas: *O alferes campazano ou o casamento enganoso* e *Leocadia ou a força da sangue*. Estes dois títulos teriam ficado, com outros inéditos igualmente traduzidos do espanhol, “*promptos*” para a impressão. À vista do qual formula-se, ainda, a seguinte hipótese: “Traduziria elle de Cervantes mais algumas das suas obras, que por então appareceram anonymas? Não pode averiguar-se”.

⁴⁷³ Anexo 1.1-14. Sobre as celebrações festivas deste *teatralizado* casamento (1785), *encenado* na lógica *Ancien Régime* do culto perpetuador do Poder, e o seu impacto na vida social portuense, pode consultar-se um trabalho de Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves: “Festejos no Porto pelos casamentos dos príncipes D. João com D. Carlota Joaquina de Bourbon e de D. Mariana Vitória com D. Gabriel de Bourbon”, *Teatro e Vanguardas*, n.º 5, 2010, pp. 63-76, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10242.pdf> (acedido a 5 de Março de 2016). De resto, Carlota Joaquina é figura à volta da qual gira mais alguma espécie das compiladas no catálogo em anexo.

mais *événementielle*. São, portanto, frequentemente (embora não exclusivamente), os acontecimentos “mais visíveis e iluminados do cenário histórico” (Hespanha, 1993: 6) os que fazem com que a *muralha* seja perfurada pela tradução, abrindo-se graças a essa actividade tradutória fendas através das quais Portugal *vê* a Espanha, *olha* para a Espanha (Magalhães, 2007d: 102). Assim sendo, podemos afirmar com Gabriel Magalhães que, também por via translativa, há “momentos de mútua visibilidade entre os dois países que assentam em acontecimentos políticos” (*ibid.*).

Por trás de tais acontecimentos, e conformando o pano de fundo dos textos que os reflectem (traduzidos para português em mais ou menos breve lapso de tempo, segundo os casos), estão os oscilantes – e, tantas vezes, contraditórios – processos que, em todos os planos da vida socio-cultural, vão introduzindo, e não propriamente de forma pacífica, a *jangada de pedra* na Idade Contemporânea. Nesse instável contexto de transformação estrutural da Península ficam frequentemente sobrepostos os campos histórico-político, ideológico e literário-translativo, todos eles perpassados, cindidos, por uma *muralha* que define a posição que ocupam os agentes que neles participam. Uma parte significativa da produção escrita (referencial como ficcional) que encontramos mais ou menos rapidamente vertida para a língua portuguesa entre os anos 1780 e 1850 responde, com efeito, a essa configuração bicéfala da Península – a tomadas de posição relativas ora ao Jano liberal, ora ao Jano absolutista (Blanco Aguinaga, Rodríguez Puértolas e Zavala, 2000, II: 11) que ali, também literariamente, contendem, num *duelo a garrotazos* que já atrás tivemos ocasião de notar (*vid. supra* II.5, particularmente a página 147).

A justaposição entre o campo político-ideológico e o campo literário é particularmente ostensível nos anos em que tem lugar um dos acontecimentos da história factual que mais contribuiu para a aproximação entre os dois reinos pensinulares, também em termos tradutórios. Referimo-nos à chamada Guerra Peninsular ou *de la Independencia* e a esse tempo em que a guerra “se adueña del

⁴⁷⁴ Particularmente atentas aos vaivéns da política espanhola (e ricas em traduções do castelhano) se revelam duas publicações periódicas dos anos 1830 que tivemos oportunidade de folhear na BNP: a lisboeta *A Revista* (1834-1836) e a conimbricense *Revista Estrangeira* (1837-1838), esta última continuada no Porto como *Revista Litteraria* (*cfr.* Figueiredo, 1917: 87). Os números destas revistas aguardam pelo necessário levantamento, ainda não realizado que nós saibamos, das copiosas notícias traduzidas do espanhol ou sobre a Espanha que contêm. *Vid. supra* o dito ao respeito em III.1.2.f). Da década anterior, cabe pelas mesmas razões (seguimento da política espanhola e acolhimento de traduções do castelhano) destacar dois títulos: o *Jornal da Sociedade Patriótica* (1822) e a *Gazeta Universal*. Sobre esta última, pode ver-se a tese de mestrado de João Manuel de Rezende Mendes Pinto: *Gazeta Universal. Um periódico conservador no primeiro liberalismo* (Lisboa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 1994).

espacio público, del campo literario y de la creatividad de los autores, de la crítica y de los periódicos”, em que “los escritores se convierten en soldados de la pluma” e em que “la literatura se vuelve instrumento para la propaganda de verdades forjadas por un discurso ajeno a ella” (Álvarez Barrientos, 2011: 4-5).

Pela sua óbvia e absoluta preponderância quantitativa no *corpus* de traduções que reunimos neste estudo, requerem uma atenção monográfica – que aqui, infelizmente, não poderemos satisfazer por falta de tempo e de espaço – as traduções que giram à volta deste *evento* em particular e à literatura urgente, patriótica e de intervenção que despoletou em Espanha, cujo destino e interesses coincidem por esta altura com os de Portugal, também com o seu monarca ausente. Este acontecimento da história *événementielle*, além de fazer entrar em frenética actividade as imprensas peninsulares para divulgar textos não traduzidos, é também aquele que, sem sombra de dúvida, desencadeia o maior número de translados do espanhol no lapso cronológico em análise⁴⁷⁵.

“Ante la invasión francesa”, diz-nos Álvarez Barrientos (2011: 1), “los hombres de letras se encontraron con la novedad, y la necesidad, de convertir a los súbditos en guerreros y al público en general en consumidor de noticias acerca de la Guerra”. O conflito bélico dá origem, assim, a um “nuevo tipo de literatura em Espanha” (também em Portugal) – um tipo “surgido al calor de la guerra, pero también del cambio ideológico que se da com ella” (Álvarez Barrientos, 2011: 6) – constituído por textos geralmente breves: manifestos, proclamações, cartas fictícias ou reais, partes de guerra, exaltações heróico-patrióticas, diálogos imaginários, relatórios militares, catecismos e outros papeis destinados ao consumo maciço⁴⁷⁶. Em poucas palavras, esta Guerra não foi somente uma *guerra dos fuzis*, foi ainda uma *guerra de la pluma*; “luta-se não apenas com armas mas também com tinta e papel” (Ventura, 2007: 5). A manipulação consciente das opiniões da *masa* através da escrita (e das artes plásticas, da música, etc.) panfletária é feita ao serviço de uma causa (de uns valores, de uns interesses, de

⁴⁷⁵ Deve ter-se em conta, ademais, que, segundo expusemos em III.1.2.f), não foram incluídas no catálogo em anexo as traduções dos números integrais de três publicações periódicas deste época: o *Semanario Patriotico*, o *Diario de Badajoz* e o *Diario do Governo da Corunha*. Vid. *supra* para mais pormenores.

⁴⁷⁶ A respeito da divulgação destes folhetos entre as mais diversas camadas da população, particularmente as mais baixas, adverte Álvarez Barrientos (2011: 3): “Se puede pensar que los textos no se difundían demasiado, puesto que el porcentaje de lectores no era muy alto, pero esto es un error. No solo hay que tener en cuenta que la lectura se hacía en grupo, sino que, además, los niveles de alfabetización son distintos: uno saber firmar, otro sabe leer un periódico o una carta familiar, otro puede leer a los clásicos y pocos adentrarse en los textos de filosofía, como hoy. Por eso, la insistencia en la propaganda escrita, porque, a pesar de lo que pueda parecer, no necesitaba de gran preparación intelectual”.

um modelo de Estado que nesse enfrentamento bélico estão em jogo) com muito diversos graus de apoio social: a causa dos liberais *afrancesados* ou *colaboracionistas*, a causa dos liberais *francóbos* ou *patriotas*, a causa dos tradicionalistas ou *serviles*⁴⁷⁷. Neste sexénio resulta, pois, mais do que nunca certo que a literatura é um “campo de acción” em que os escritores surgem (são *productos* não *textuais* desse campo) como “principales defensores y distribuidores del repertorio que el propio poder aprueba” (Even-Zohar, 1999a: 45), mesmo que nem sempre existisse “un departamento dedicado a la propaganda” nos exércitos e nos governos, como era efectivamente o caso do bando francês (*cfr.* Álvarez Barrientos, 2011: 2). Aliás, a propaganda escrita é um fenómeno que os antinapoleónicos peninsulares aprendem e apreendem do *intruso* francês, sem descurar a *lição* retirada dos libelos que os aliados ingleses faziam penetrar na Península através de Portugal (*cfr.* Vicente, 2004: 1108).

É esta última, a escrita de propaganda antinapoleónica (e anti-revolucionária), a que, quase sem excepção⁴⁷⁸, é objecto de tradução para a língua portuguesa por estes anos, de forma particularmente intensa no início da guerra. O subsistema translativo português surge-nos, então (1808-1810), dominado por traslados do castelhano, todos eles pertencentes ao quarto tipo de traduções de que nos falava Lefevere (*vid. supra*, III.1.2.c): aquelas cujo objectivo é “to try to persuade the reader to adopt some course of action, as opposed to another” (Lefevere, 1998c: 41)⁴⁷⁹. Não podemos deter-nos na

⁴⁷⁷ Temos noção do anacronismo que supõe empregar o termo *liberal* (que só aparece no final da Guerra) para designar o grupo (ou grupos) oposto ao dos partidários da manutenção do Antigo Regime. É preciso atentar, por outro lado, que o *patriotismo* está presente no discurso das três facções indicadas – as três defendem a sua causa em nome da nação, as três argumentam e fundamentam nela as suas escolhas. Convém igualmente sublinhar, por fim, o facto de a ocupação napoleónica ter sido capaz de unir as duas últimas forças atrás enumeradas, antinómicas, contra o *invasor* – daí as muitas contradições do período. De resto, é óbvio que os absolutistas ou tradicionalistas eram os que contavam com uma base social (camponesa) mais alargada. Por isso, “según justamente explicaba Espronceda”, a *Guerra de la Independencia* se nos apresenta como uma “especie de revolución popular dirigida por el clero en defensa de los antiguos privilegios de la clase dominante” (Blanco Aguinaga, Rodríguez Puértolas e Zavala, 2000, II: 9).

⁴⁷⁸ Entre as excepções, está a francófila *Carta de un oficial retirado á uno de sus antiguos compañeros* de José Marchena, originalmente publicada de forma anónima (1808) e no mesmo ano impressa em versão bilingue em Portugal (1.1-139). Para mais informações sobre o texto de partida e o seu autor, mais conhecido como o Abate Marchena, *vid.* Rinaldo Frolidi, “Proclamas, manifestos, escritos políticos de José Marchena” (edição digital na Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2000, disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcsf2r6>, consultado a 2/6/2014).

⁴⁷⁹ Dado que é essa a finalidade última desta literatura militante, procedemos a classificá-la geralmente dentro da categoria B de Gonçalves Rodrigues (*cfr.* Rodrigues, 1992-1999, I: 35), tal como o próprio autor de *A Tradução em Portugal* faz aquando do registo destas espécies (*vid. supra* III.1.1.B, p. 214) – às quais, por acaso, a nossa pesquisa acrescentou mais algumas. Deve alertar-se, contudo, para o carácter híbrido destes textos, os quais, por forma a cumprir os seus propósitos, fazem largo uso dos recursos retóricos e ficcionais que associamos às espécies classificadas como A por Rodrigues. O trabalho de Rinaldo Frolidi referido na nota anterior, por exemplo, faz-nos notar como a *Carta* de Marchena

miríade de textos noticioso-propagandísticos que, em tempos de guerra, e pouco depois de virem a lume em castelhano, são impressos do outro lado da raia em versão traduzida. Constitui essa matéria para um estudo à parte que nestas páginas já não tem cabimento. Contentar-nos-emos se puderem resultar de alguma utilidade para tanto as nossas morosíssimas pesquisas – levou-nos meses a mera descrição bibliográfica das espécies, espalhadas em miscelâneas de encadernação factícia onde muitas vezes faltavam as folhas de rosto, bem como a identificação dos respectivos textos de partida (tarefa que cumprimos em grande parte dos casos, mas não em todos). Iremos apenas salientar, portanto, alguns dos pontos que um tal estudo poderia tratar e desenvolver com mais detença.

Em primeiro lugar, interessaria observar como esta literatura panfletária traduzida contribui, junto com os textos originalmente redigidos em português, para a construção de uma imagem da Guerra que também a historiografia (e a pintura, o cinema, etc.) se encarregará de forjar, transformando-a em evento mítico, fundador. Para além das folhas volantes de carácter puramente informativo e centradas nos factos, na *encenação* da Guerra que o conjunto dessa literatura configura, há um papel de destaque para as personagens, individuais ou colectivas, que participam no conflito *narrado* de uma forma mais ou menos activa, como *heróis* ou como *vilões*, como *objectos agressores* ou como *corajosos defensores da pátria ultrajada*, como *vítimas* ou como *carrascos*. Entre os textos traduzidos do castelhano encontramos, de facto, abundantes casos em que a escrita gira em torno destas *personagens*. De um lado, estão os *heróis* da resistência – dos *sacerdotes, religiosas, ancians, matronas e meninos de Madrid* ao lendário Palafox, *braço invencível* no sítio de Saragoça, como lhe chamou o futuro miguelista Frei Fortunato de São Boaventura numa sua composição poética de 1808, ou o General Castaños, o herói de Bailén. Algumas destas personagens heróicas (espanholas) foram merecentes também, segundo nos consta, de figurar em lâminas e estampas avulsas à venda nos mesmos locais (portugueses) em que podiam adquirir-se os panfletos⁴⁸⁰, sinal da fascinação que exerceram – ou que se tentou que exerceram – na cultura de chegada.

“confirma su habilidad tanto en la elección de la ficción literaria como en el modo en que la estructura y la realiza estilísticamente”. Noutros casos é ainda mais indiscutível ou ostensivo o carácter ficcional dos textos, pelo que a sua classificação tipológica resulta particularmente difícil.

⁴⁸⁰ Nas páginas finais (33-35) de *Faças militares do ilustríssimo e excelentíssimo Senhor Marquez de la Romana* (1810, 1.1-174) anunciam-se entre as obras disponíveis nas “lojas da Gazeta; na de Carvalho, aos Martyres, na do Guerra, ao Collegio dos Nobres; e na de Alcantara”, retratos como o “da immortal

Do outro lado, surgem os *vilões*; ou seja, o *diabólico* inimigo francês, encarnado em figuras individuais como Murat, José Bonaparte ou, sobretudo, o *tirano da Europa*, Napoleão Bonaparte. Entre os folhetos traduzidos mais reeditados deparamo-nos, precisamente, com um que compendia a imagem demoníaca que se quer construir do Imperador, o que leva por título *A besta de sete cabeças e dez cornos* – uma exposição do capítulo XIII do Apocalipse de São João em que Napoleão é identificado com o Anticristo⁴⁸¹. Na BNP conservam-se até onze exemplares (oito de 1809 e três de 1810) correspondentes às quatro edições que deste translatto ficam registadas no catálogo em anexo (1.1-143, 1.1-144, 1.1-145 e 1.1-165).

Outra das *personagens* ao redor da qual se escrevem numerosos textos em espanhol que são logo traduzidos para português, e que despoletou igualmente a produção de publicações originais portuguesas, é o *vitimado* Fernando VII, o rei cujo trono havia sido *usurpado* pelos franceses com a conivência do *pérfido* Godoy. Neste particular, destacam-se os opúsculos, várias vezes editados em versão portuguesa, da autoria de Pedro Cevallos, ministro ao serviço de Fernando VII no seu curto reinado inicial (Março a Abril de 1808). Da *Exposición de los hechos y maquinaciones que han preparado la usurpación de la Corona de España* de Cevallos, obra impressa originalmente em 1808 e que circulou rapidamente por toda a Europa (*cfr.* Vicente: 2004: 1108), houve num só ano (1808) quatro edições diferentes (1.1-102, 1.1-103, 1.1-104 e 1.1-105). Do mesmo Cevallos deve ser, segundo suspeita Vicente (2004: 1112), um original castelhano atribuído a Juan de Escoiquiz, confessor do Príncipe das Astúrias: o que se intitulou em português (1.1-113) *Manifesto dos intensos affectos de dor, amor e ternura de Fernando VII*, apresentado como a *continuação à exposição de D. Pedro Cevallos*. É este um libelo “extenso e incisivo no ataque a Manuel Godoy”, Príncipe de la Paz (Vicente, *ibid.*).

Artilheira Dona Agostinha, Saragoça, em acção de tirar o bota-fogo a seu marido, atravessado com huma bala de canhão, para continuar ella mesma o fogo” e outras heroínas, todos eles acompanhados de “hum resumo da vida, do estado, dos prémios, e das brilhantes acções” que protagonizaram. O próprio Marquês de la Romana do título em que achámos este catálogo, por acaso falecido inesperadamente no quartel-general do Cartaxo em 1811, foi outra das personagens históricas acerca da qual se traduziram vários textos, incluídos alguns da sua autoria. José Acúrsio das Neves, autor de vários panfletos de propaganda antinapoleónica distribuídos em língua castelhana no reino vizinho e futuro miguelista, dedica-lhe ao Marquês de la Romana um *Elogio fúnebre* que foi recitado na Academia Real das Ciências de Lisboa umas semanas depois da morte do militar espanhol.

⁴⁸¹ Curiosamente, nos primeiros tempos, quando Junot se instala em Lisboa (finais de 1807), Napoleão é apresentado pela alta hierarquia eclesiástica (o Patriarca de Lisboa, o bispo do Algarve) como “uma espécie de bênção, que vem para terras lusitanas, longe de ser o anticristo, o jacobino de segunda ou terceira geração, mas vendo nele o protector das pessoas tementes a Deus” (Ventura, 2007: 2).

Muitos anos depois, Manuel de Godoy, alvo preferencial das investidas de Cevallos e outros panfletistas contemporâneos, tentará reabilitar a sua imagem pública mediante uma apologia autobiográfica redigida em castelhano no seu longo exílio parisiense que veio a lume, em francês e na França, em 1836⁴⁸². Consta de *A Tradução em Portugal* uma alegada publicação, nesse mesmo ano, de uns “Excerptos” destas *Memorias* do Príncipe de la Paz traduzidos para português (GRII 4688). Contudo, os números do periódico aí indicado por Gonçalves Rodrigues (o “P 29”; ou seja, *O Independente*) saíram todos entre os anos de 1821-1822, pelo que não nos foi possível apurar a veracidade da informação (plausível) e não incluímos a espécie, assim sendo, no nosso catálogo (1.2). Rodrigues regista ainda, de forma extremamente ambígua ou pouco elucidativa, mais uma entrada relativa às *Memorias* de Godoy, com data de 1835 (GRII 4469), na qual aponta para duas publicações periódicas diferentes. Dá a entender, erradamente, que a espécie em questão é já uma tradução portuguesa da obra do Príncipe de la Paz (ainda inédita por essa altura, lembre-se), nome que aliás aparece no espaço consignado ao autor do texto de partida. Obviamente, só pode tratar-se de um anúncio, não necessariamente traduzido, da próxima publicação (1836) das *Memorias* de tão controversa figura – as notícias de que elas existiam e iriam sair a lume em breve também suscitaram, claro, o interesse dos jornais espanhóis e de outros pontos da Europa.

Voltando às traduções do espanhol nos anos da Guerra Peninsular de que superficialmente nos estamos a ocupar, há que indicar que várias espécies incluídas no catálogo em anexo dizem respeito a textos humorísticos ou até abertamente caricaturais⁴⁸³, muitos dos quais em forma epistolar ou dialogada, falsamente atribuídos

⁴⁸² A primeira edição saiu em Paris, em tradução francesa de Jean-Baptiste d’Esménard, feita a partir do manuscrito redigido e assinado pelo próprio Godoy, que acompanhou de perto todo o processo. Pouco depois, e ainda em 1836, imprimiam-se três edições em espanhol, duas piratas (Madrid) e uma autorizada (Paris). Esta última, ao cuidado de Josefa Tudó, esposa de Godoy, apresenta-se como sendo a publicação não do texto na sua primeira redacção manuscrita castelhana, mas antes da tradução para a língua espanhola feita a partir da versão de Esménard. Infelizmente, não temos espaço já para nos ocuparmos da história editorial da princesa francesa e respectiva versão espanhola, extraordinariamente rica – entre outras coisas, a imprensa chegou a anunciar o nome de Larra como tradutor da versão de Esménard. Seja como for, e dado que a primeira versão (manuscrita) do texto é em língua castelhana, os eventuais translatos portugueses desta obra autobiográfica poderiam ser considerados como traduções do espanhol sem maiores problemas à luz dos critérios de selecção atrás expostos (III.1.2.d). Agora se verá porque não foram, todavia, incluídos na nossa inventariação.

⁴⁸³ Caricatural é, igualmente, um texto parateatral de Ventura Madero y Montoliu (1808) traduzido para português (logo em 1808), o intitulado *A morte de Murat. Scena tragica, ou semi-unipessoal joco-serio*, em que se procede à mordaz encenação literária da morte do odiado lugar-tenente de Napoleão pelas mãos de uma “turba crecida de manolos”. Concebida para ser lida, a voz enunciadora dirige-se desde o início ao protagonista, Murat, numa sorte de sublimação literária dos mais vingativos sentimentos

ora a personagens históricas mais ou menos contemporâneas aos factos (o próprio Fernando VII e o seu conselheiro Juan Escoiquiz, o Primeiro Ministro britânico William Pitt, falecido em 1806), ora longínquas – notáveis do passado mais remoto que, reunidos no Além, conversam entre si e examinam o presente da Europa. Esse recurso ficcional (epistolar ou dialogado) é o adoptado por um periódico valenciano de 1808, quatro de cujos seis números originais foram editados em versão portuguesa, mas assumindo um formato independente (folheto), entre os anos 1808 e 1809 (1.1-79, 1.1-92, 1.1-93 e 1.1-150). Referimo-nos ao *Correo del otro mundo* – título que imediatamente nos remete para a obra homónima de Torres Villarroel e que, como esta, é em última instância devedor do magistério onírico-satírico quevediano. A conversão dos números da publicação espanhola em folhetos avulsos na literatura de chegada vinha facilitada pela autonomia de cada *entrega* da série no próprio contexto de partida.

Importa, por último, referir que nalguns casos é destacável, e destacada, a presença da voz do tradutor, mesmo quando não nos fornece a sua identidade, como é o mais habitual (quase todas estas espécies são anónimas). A cobertura paratextual criada para acompanhar certos textos traduzidos, dirigida ao leitor português, pode adquirir um protagonismo inabitual. Acontece, por exemplo, com o “Discurso relativo ao estado presente de Portugal” que antecede o *Manifiesto da Junta Suprema de Sevilha* (1.1-100, 1808), o qual ocupa quase o mesmo espaço (número de páginas) do que o texto trasladado do castelhano que prefacia⁴⁸⁴. O responsável pelo translato (desconhecido) recomenda a sua leitura na medida em que tal manifesto alenta as esperanças de que “a nossa Patria não tornará a soffrer o flagello do detestavel Dominio Francez” e, ainda, invocando Camões e a proverbial “bravura” da “nobre Hespanha”, insta a imitar a “sincera consagração patriótica” e as “grandes proezas dos nossos vizinhos”.

O tom exaltado e a retórica inflamada são também notórios no “prologo” à *Proclamação feita em Sevilha aos hepanhoes, em Janeiro de 1809, sobre os successos de Talavera de la Reyna em Dezembro de 1808* (1.1-161, 1809). Mais uma vez, o

patrióticos. A didascália final reza assim (citamos pelo texto de partida, digitalizado na BNE): “Aquí debe vmd. morir (oxalá sea pronto, y que los diablos se lo lleven à vmd. con botas y espuelas.) Procurará vmd. quedar espatarrado; sufra por un ratito la inmensidad de puñaladas, que esto es solo una débil sombra del desastrado fin que ha de tener vmd. por sus sublimes virtudes: caerá el telon: el publico dará mil aplausos (no á vmd. que jamas los ha merecido), y yo me acostaré, que son cerca las quatro de la mañana, para que descansado pueda en otro rato proseguir con mis obsequios, pues puede vmd. vivir bien asegurado, que por mi parte no serán estos los últimos.”

⁴⁸⁴ Este *Manifiesto* é uma defesa da conveniência da criação da futura Junta Central e vem assinado pelo Arcebispo de Laodicea, Juan Acisclo de Vera, e outros membros da Junta de Sevilha a 3 de Agosto de 1808; ou seja, no rescaldo da batalha de Bailén.

intuito do tradutor (“F. B. M.”) ao escrever esse texto preliminar é o de convencer do proveito que o receptor português pode retirar da leitura do texto espanhol que se deu ao trabalho de verter para vernáculo. Assim, graças ao serviço prestado pelo tradutor, poderá o leitor conhecer como “o Lobo da Fabula não he tão criminoso como a França do nosso seculo”. Os sucessos ali relatados “enérgica, e sentimentalmente” devem animá-lo a levantar-se em armas contra o invasor: “Eu jamais julgarei homem o que não odeia, não persegue, não se vinga de Napoleão, bruto, féra, monstro: tu faze o mesmo, Leitor, serás homem”. A ideia de que traduzir estes opúsculos é, também, uma forma de combate e um modo de prestar um serviço patriótico a Portugal preside, igualmente, a nota preliminar que escreve “F. I. J. C.” para a sua versão de *Que he o que mais importa á Hespanha* (1.1-132):

Como todos os verdadeiros Portuguezes devem, na presente ocasião, dar não equivocas provas da aversão que tem ao nome Francez, e testemunhar aos seus compatriotas a fidelidade, e affecto, que consagrão ao seu Augusto e Amavel Soberano, e á Patria, já pelas acções, já pelas palavras, já pelas obras, e já pelos escritos; eis o motivo porque (não cabendo nas nossas débeis forças o realizar hum mais relevante testemunho da adesão, que nutrimos) havemos traduzido este, e outros muitos folhetos, que se oferecem ao Público, como efficaz meio de despertar os animos ainda adormecidos; de inflamar os espíritos já abalados; de entusiasmar mais e mais aquelles que anciosamente correrão, e correm á defeza nacional, elevando entre mil vivas o nome de seu Augusto Principe; e de lembrar a todos em geral as suas obrigações, os seus deveres, o interessante da causa, a necessidade da união, e a gloria que nos resultará de seguirmos fieis, intrépidos, e conformes os sublimes, e maravilhosos exemplos dos Hespanhoes, que em defeza da Religião, do Rei, e da Patria opõem todas as suas forças, e consagrão generosamente as vidas.

O autor deste paratexto translativo, F. I. J. C., é, com efeito, um dos mais prolíficos tradutores da literatura propagandístico-circunstancial espanhola no período da Guerra. Sob essas siglas encontramos assinada mais de uma dezena de espécies no nosso catálogo. Correspondem tais siglas ao nome de Felisberto Ignácio Januário Cordeiro (Lisboa, 1774-1855), personagem de que nos fornece abundantes informações Inocêncio (DBP: II, 258-259 e IX: 210), que com ele se entrevistou. Cordeiro era, na altura da ocupação napoleónica, funcionário público (oficial da secretaria da Junta da Fazenda da Marinha). Pela sua activa participação nesta *guerra de la pluma*, como tradutor ou como autor, quando o exército de Massena ameaçava com tomar a capital portuguesa em 1810, trasladou-se para o Rio de Janeiro, donde só regressou definitivamente em 1842. Outro dos raros tradutores desta literatura interventiva cujo

nome nos é dado conhecer é Luís Caetano de Campos, a quem mencionaremos mais à frente (III.2.6)⁴⁸⁵. Menos notícias temos acerca de outros tradutores, como João Maria Campelo (“J. M. C.”), responsável por três espécies do *corpus* em anexo (sempre assinadas com as iniciais), de quem apenas sabemos, pela PORB, que morreu no ano de 1848 e que colaborou na *Revista Universal Lisbonense*; ou Fr. Manuel de S. Joaquim Maia, “religioso não sei de que Ordem” e autor ou editor, segundo Inocêncio (DBP, VI: 18), de três traduções do espanhol publicadas de forma anónima, já acima mencionadas: a *Exposição* de Cevallos (a versão publicada pela Impressão Régia, 1808), a *Proclamação do Inferno* (1808) e a *Besta de sete cabeças e dez cornos* (edição de Impressão Regia, 1809).

Também os processos político-jurídicos vinculados à crise do estado absolutista e subsequente desenvolvimento – vacilante e sinuoso – do novo regime, assimetricamente paralelos dos dois lados da muralha, despoletam uma considerável actividade tradutória que aproxima a China da Tartária no marco em análise neste estudo. Nesse sentido, há que apontar as traduções, a partir da década de 1820, relacionadas com o constitucionalismo liberal, a começar pelas versões portuguesas dos próprios textos constitucionais espanhóis: a *Constitución* de 1812, por um lado, vigente em Espanha em três períodos diferentes (1812-1814, 1820-1823 e 1836-1837), à qual correspondem oito espécies do catálogo em apêndice; a *Constitución* de 1837, por outro lado, em vigor até 1845, a que dizem respeito quatro espécies do mesmo catálogo. Há, ainda, uma tradução da carta de 1808, o chamado *Estatuto de Bayona* – não propriamente uma constituição, senão uma lei fundamental outorgada por Bonaparte –, que não registámos no catálogo em anexo por ter sido redigida originalmente em francês⁴⁸⁶. Em 1820 registam-se seis edições da *Constitución* de 1812 em versão

⁴⁸⁵ Dele fornece abundantes dados biográficos e bibliográficos Inocêncio (DBP, V: 235; XIII: 353 e XIX: 249). Já referimos o nome de Luís (ou *Luis*, também *Luiz*) Caetano de Campos em I.3.2 (*vid. supra* nota n.º 106 da página 66), quando de passagem aludimos à tradução portuguesa (*cfr.* 1.1-70, ano 1807) de *La mujer feliz* do Padre Merino (1786), por sua vez continuação espanhola – e réplica em feminino – de *O Feliz Independente* de Teodoro de Almeida (1779). No que respeita às espécies que agora nos ocupam, sabemos por Inocêncio que são da responsabilidade de Luís Caetano de Campos três: 1.1-113, 1.1-115 e 1.1-146 (anos 1808-1809). Em III.2.6 contemplaremos mais nove registos, desta feita constantes do anexo 1.3, em que este mediador volta a estar implicado (de novo, segundo Inocêncio, DBP, VI: 49), a saber: 1.3-8 a 12, 1.3-26, 1.3-33, 1.3-37 e 1.3-41.

⁴⁸⁶ Na redacção do texto, de que ao que parece se ocupou Hugues-Bernard Maret, Duque de Massano, colaboram políticos espanhóis como Pedro Cevallos (o autor dos opúsculos antinapoleónicos traduzidos para português de que já falámos). Na versão castelhana em que foi finalmente publicada, pode ter intervindo como tradutor Luis Gutiérrez, autor de *Cornelia Bororquia*, um romance de que mais logo, em III.2.5, nos ocuparemos (*vid.* Dufour, 2005: 36-37). A tradução portuguesa do texto saiu dos prelos da Real Imprensa da Universidade de Coimbra no mesmo ano de 1808: *A Constituição de Hespanha feita em*

traduzida (anexo 1.1-212 a 1.1-215 e 1.2-12, esta última uma tradução parcial publicada em Londres pelo periódico liberal *O Padre Amaro*), sendo que a lisboeta Officina de Antonio Rodrigues Galhardo deu a lume, ainda, e no mesmo ano, mais uma na língua original⁴⁸⁷. A essas edições deve acrescentar-se, no mesmo ano, a publicação em separado do *Discurso preliminar* pronunciado por Agustín Argüelles em 1812 (1.1-218), que costumava funcionar a modo de prólogo do texto constitucional propriamente dito. Há, por fim, uma nova edição da *Constitución* de Cádiz em língua portuguesa em 1836 (1.1-257), o ano da Revolução de Setembro.

Como vemos, as traduções da popularmente conhecida como a *Pepa* concentram-se no ano de 1820, o mesmo em que se produz em Espanha a sublevação de Rafael del Riego que conduz à reposição dessa mesma constituição (finalmente, sem as reformas a que aspiravam os *veinteañistas*) e que, do outro lado da raia, serve de estímulo para a Revolução do Porto. Como cabia esperar, os intensos contactos entre liberais espanhóis e *vintistas* portugueses, antes e depois da Revolução do Porto, têm reflexos tradutórios – as versões portuguesas da *Constitución* de 1812 fazem parte desses reflexos, mas também se dá acolhida por essa via a escritos em defesa das novas instituições e ideias políticas (v. gr., 1.1.-228⁴⁸⁸), às actas, discursos e debates das

Bayona por José Bonaparte, precedida d'hum discurso comparativo entre ella e as cartas de Bonaparte escritas a Murat, e já publicadas no n.º 2 e 1.º do Leal Portuquez (GRI 2799, BNP: H.G. 6750/7 V.).

⁴⁸⁷ Duas das cinco edições impressas em formato autónomo em 1820 foram feitas pela Impressão Regia, de forma consecutiva, sendo a segunda uma reedição “correcta” da primeira. Ambas aparecem como tendo sido *traduzida[s] em portuquez por *** ou *****. Não é descabido pensar que atrás desses asteriscos se encontre o “A. M. F.” que assina a edição feita em Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, no mesmo ano, apesar de que os respectivos textos traduzidos apresentem diferenças apreciáveis. Levanta-nos essa suspeita o facto de que, no prólogo que o tradutor dirige “Ao leitor” (pp. [2-3]) para a edição de Coimbra, A. M. F. diga: “sahio a traducção [deste mesmo texto] com algumas imperfeições, de que a purifiquei depois, e corrigio finalmente Pessoa assás instruida nas duas linguas Portugueza e Hespanhola”. Ou seja, poderíamos encontrar-nos perante a terceira edição, revista agora por um bilingue, da versão previamente publicada pela Imprensa Regia. No mesmo prólogo contorna-se o perfil do leitor ideal, uma vez que o tradutor diz ser o seu intuito, como serviço de utilidade patriótica, pôr o texto constitucional espanhol “ao alcance da classe menos erudita da Nação, a quem particularmente dirijo o meu trabalho”. As outras duas edições independentes de 1820 foram publicadas em Lisboa: uma na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo e outra na Typographia Rollandiana. Esta última vem assinada por “Dous Bachareis”. A anterior é obra do único tradutor que se identifica com clareza: F. C. da Costa e Lacerda, responsável pelas versões portuguesas das Constituições francesas (1791, 1899 e 1814) que foram publicadas no mesmo ano de 1820.

⁴⁸⁸ É tradução da *Representación a su Majestad el Señor Don Fernando VII, en defensa de las Cortes*, de Álvaro Flórez Estada. Do mesmo autor há traduções avulsas em 1827 (vid. 1.2-20 e 1.2-22). A este “español excepcional” consagrou Jesús Prados Arrate o seu discurso de ingresso na Real Academia Espanhola em 1982.

Cortes espanholas (v. gr., 1.1-219), à legislação liberal (v. gr., 1.1-217 ou 1.1-224), entre outros textos relacionados com a actividade parlamentar⁴⁸⁹.

Ademais, a *Constitución* de Cádiz, profusamente editada em versão traduzida, por estes anos foi o modelo principal da Constituição portuguesa de 1822 (vigorante desde Outubro desse ano até Junho do seguinte e, numa segunda fase, de Setembro de 1836 a Abril de 1838), a qual teve um primeiro esboço em 1821, num texto cujo título é suficientemente eloquente acerca dos seus vínculos com a espanhola: *Projecto de Constituição portugueza acomodada à hespanhola para ser oferecido às nossas Cortes* (Lisboa, Typographia Rollanadiana)⁴⁹⁰. Por outro lado, *Lições de Direito*, tradução de *Lecciones de Derecho* de Ramón de Salas, constituir-se-á no “primeiro manual de direito constitucional publicado em Portugal” (Hespanha, 2011: 211). A versão portuguesa da obra de Salas (1821), da responsabilidade de Diogo de Góis Lara de Andrade (vid. DBP, II: 159 e IX: 125), foi dada a lume por vez primeira em 1822 (1.1-229), o mesmo ano em que era criado o Supremo Tribunal de Justiça português, e reeditada depois na década de 1830 (1.1-255, 1.2-42). O espírito moderado promovido nestas *Lecciones*, tão bem acolhidas na sua versão portuguesa, permite-nos notar, de passagem, como nem sempre os ventos tradutórios que correm *por la senda constitucional* o fazem de feição a ala mais progressista do liberalismo.

Quanto à mais comedida *Constitución* de 1837, inspirada na belga de 1831, no catálogo em anexo ficam registadas três edições desse mesmo ano: duas foram feitas de forma autónoma (1.1-261 e 1.1-262) e a terceira incluída no periódico *A Aurora* (1.2-47). Outra publicação periódica, *O Postilhão*, dará a lume uma quarta edição em 1843 (1.2-87). Mais uma vez, o texto espanhol serviu como base para a Constituição portuguesa de 1838, aprovada em Abril desse ano e vigorante até Fevereiro de 1842. A partir desse momento, e até Outubro de 1910, a lei básica pela que se regerá o reino português será a moderada Carta Constitucional outorgada por D. Pedro em 1826, uma

⁴⁸⁹ Como nota A. H. de Oliveira Marques (2002: 84), o “surto do parlamentarismo” constitucional e a necessidade daí decorrente de transcrever os discursos orais, “proferidos com rapidez e veemência” nas Câmaras, fez com que se desenvolvesse a estenografia. Nesta área, por acaso, um dos primeiros e mais utilizados manuais foi uma adaptação da *Taquigrafia castellana* de Francisco de Paula Martí (1803, com uma terceira edição em 1821), realizada pelo seu filho Ángel Ramón Martí, desde a década de 1820 residente em Portugal, aonde se deslocou em virtude de um contrato para organizar o serviço taquigráfico das Cortes: a *Tachygraphia inventada por Francisco de Paula Marty, acomodada à língua portuguesa* (1822, 1.1-231).

⁴⁹⁰ Vista a dívida da carta magna portuguesa de 1822 para com as forâneas, a espanhola de 1812 em particular, não espanta que o Padre Macedo, nos folhetos contra-revolucionários que publica a partir de 1824 (o ano da Abrilada), utilize como argumento fundamental das suas investidas o carácter importado ou *adventício* desse que designou de “malvado neologismo constitucional” (*apud* Pais, 1997: 123).

adaptação da Constituição brasileira de 1824 que já havia estado vigente em dois momentos anteriores: Julho de 1826 a Maio de 1828 e Julho de 1834 a Setembro de 1836. Precisamente esta última Carta, a de 1826, produziu mais uma vez em Espanha (como em Portugal) reacções por escrito dos realistas que também foram objecto de tradução. Assim, a *Genuina exposición de la Constitución portuguesa de 1826*, de Cândido Altamirano (1826), e o anónimo *Examen de la Constitución de Don Pedro, y de los derechos del infante don Miguel. Dedicado a los portugueses fieles* (1827). De ambas invectivas contra a Carta outorgada por D. Pedro, que Altamirano qualifica de “masónica”⁴⁹¹, foram realizadas versões em português, embora apenas a primeira chegasse a ser publicada (1828, 1.1-243), ficando a segunda manuscrita (1827⁴⁹²). A primeira é da autoria de Francisco da Paula Ferreira da Costa (assina com as iniciais), conhecido miguelista cujas *Memórias* transcreveu, anotou e prefaciou, para a sua publicação póstuma (1982), João Palma Ferreira.

Voltamos, pois, a deparar-nos com o Jano antiliberal nos textos traduzidos da língua castelhana. Já atrás constatámos como na literatura panfletária vertida para português no tempo da Guerra Peninsular parece predominar essa mesma perspectiva anti-revolucionária, em que o ataque ao invasor francês é, simultaneamente, uma investida contra os fundamentos do liberalismo. As traduções de textos norteados por uma ideologia conservadora são frequentes ao longo de todo o período em estudo neste trabalho. Entre elas, cabe destacar *O Quixote do seculo XVIII*, de 1839 (1.1-268), anunciada e recomendada num dos números de *O Recreio, Jornal das Famílias* do mesmo ano⁴⁹³. Trata-se da versão – feita, segundo Inocêncio, por Joaquim José Pedro

⁴⁹¹ O autor dedica a *Genuina exposición* ao “Excmo. Sr. Vizconde de Monte-Alegre, General en Gefe de los Cuerpos Realistas, emigrados Portugueses”. Um epílogo epistolar de Altamirano, dirigido ao mesmo Visconde, explica: “me he tomado la satisfaccion de dedicar á V. E. la adjunta impugnacion á la Constitucion publicada en Lisboa, á fin de que por su medio la haga estender y publicar en ese Reino”. Apesar destes protestos, a Carta Constitucional de D. Pedro constituiu uma contida solução de compromisso entre os princípios monárquicos e os republicanos, na linha da francesa de 1814. Promovia instituições de tipo liberal, mas “nada tinha, porém, de democrático”; era, em essência, “uma concessão [e não uma *conquista do povo*] do poder absoluto do monarca aos seus súbditos portugueses, sem compromisso com qualquer soberania popular ou acto revolucionário emanado de «baixo», que obrigassem o soberano” (A. H. de Oliveira Marques, 2002: 240).

⁴⁹² Conserva-se na BNP, cota H.G. 10257 V. Trata-se, como indica o título, de uma tradução parcial (30 páginas) do texto castelhano (195 páginas): *Pequeno extracto do livro intitulado “Exame da Constituição Portuguesa”, dada por D. Pedro, e dos direitos do infante D. Miguel composto em hespanhol*. A tradução vem datada em Paris, 1827; ou seja, o mesmo local e ano em que veio a lume o original.

⁴⁹³ O anúncio aparece no vol. V, n.º 9, p. 192 (Setembro de 1839): “Sahio á luz [...] – Vende-se por 480 réis nas lojas da rua Augusta N.º 1 e N.º 137; rua do Ouro N.º 4 Junto á Praça do Commercio; no Chiado e rua das Portas de Santa Catharina. [...] // Apesar de não termos ainda podido examinar a Obra que deixamos annunciada, podemos affiançar a nossos leitores, segundo o testemunho de pessoas que estão no caso de ajuizar do seu merecimento, que ella nada deixa a desejar pelo que respeita á traducção;

Lopes (DBP, IV: 109) – de *El Quijote del siglo XVIII*, de Juan Francisco Siñeriz (1836). É esta uma obra cujo teor e finalidade pode facilmente deduzir-se pelo longo subtítulo (citamos pela príncipes castelhana, disponível na GB): *Historia de la vida y hechos, aventuras y fazañas de Mr. Le-Grand, Héroe filósofo moderno, caballero andante, prevaricador* [na versão portuguesa prefere-se o adjetivo “depravador”] *y reformador de todo el género humano: obra escrita en beneficio de la humanidad y aplicada al siglo XIX*. Não era a primeira vez (nem será a última) em que, através da reescrita (imitação ou recriação), se fazia uma releitura (uma utilização ou manipulação) político-ideológica de personagens literárias muito conhecidas – no caso, o protagonista perde a razão como don Quixote (que era somente um louco fingido, na realidade); não por causa dos livros de cavalaria, senão pela afeição e leitura, não menos perniciosa, de pensadores tales como Hobbes, Jansen, Descartes, Kant, Voltaire, Diderot, Rousseau ou D’Alambert (referidos no capítulo VI da primeira parte).

Porque das aproximações (por via translativa) das faces absolutistas espanhola e portuguesa do Jano ibérico estamos a falar, mencionaremos ainda, com algum pormenor, mais um caso que julgamos assaz revelador. Em 1848 saía em Londres um opúsculo de menos de cem páginas intitulado *La nacion y los partidos, ó sea necesidad de formar el Partido Nacional. Dedicado a todos los españoles que tengan fé en la regeneracion de su patria* por quem assina como don Vicente M. de Pereda, residente em Inglaterra, de cuja biografia pouco conseguimos apurar⁴⁹⁴. A versão portuguesa

julgando de nosso dever recommenda-la aos nossos compatriotas, para deste modo incitar o Litterato que emprehendeo a sua publicação, a continuar a enriquecer a nossa Litteratura com escriptos em que transluz tão pura linguagem”.

⁴⁹⁴ O folheto original deste Vicente M. de Pereda está disponível na íntegra na GB, por onde o consultámos. Por certas marcas linguísticas presentes no texto (laísmo, leísmo) e pelo nome de família do seu autor, podemos supor que era originário de Cantábria. Não é difícil imaginar que os motivos que o conduziram até à Inglaterra fossem políticos (Pereda queixa-se de “opresion” e falta de liberdade de expressão), e acreditamos que tal aconteceu nos finais da década de 1830: dos registos da companhia Sun Fire Office de Londres consta o nome de Vicente de Pereda a 20 de Março de 1839, segurado no endereço 6 Brunswick Place Brompton (*The National Archives, London Metropolitan Archives*, MS 11936/566/1298041, consultado em <http://www.nationalarchives.gov.uk/>, a 9 de Agosto de 2015). Outras moradas recolhidas no *England Census*, pertencentes a Sarah de Pereda, esposa de Vicente M. de Pereda, que indicamos mais abaixo, foram achadas no sítio <http://www.ancestry.co.uk/> (consultado a 8 de Agosto de 2015) – por elas calculamos que Vicente de Pereda morreu no exílio. De resto, sabemos que Pereda foi autor de mais um folheto publicado em Londres, T. Brettell, 1848, intitulado *La situacion contra el deseo nacional* e comercializado pelo mesmo livreiro que vendia *La nacion y los partidos* – W. H. Dalton. Há exemplares desta última obra na Harvard Library (Goldsmiths'-Kress no. 36005) na National Library of Australia (cota mfm 1314) e na Biblioteca Pública Universidad Nacional de la Plata (cota 197-Sd). Curiosamente, a pesquisa na BNE de Espanha não devolveu nenhum título atribuído a este autor. A obra que agora nos ocupa leva umas “Advertencias” nas páginas [3] a 8, datadas de 1 de Janeiro de 1848, em “West Hill, Hastings” (Sussex). Segundo o censo de Inglaterra de 1851, aí, em Sussex, morava Sarah de Pereda, esposa de Vicente M. de Pereda. Encontramos novas referências à morada de Sarah de Pereda nos censos de 1861 (Middlesex), 1871 (Londres) e 1881 (Hampstead, Londres). Nos quatro anos (1851, 1861,

deste texto (1.2-99) foi publicada “por entregas” no mesmo ano de 1848 pelo periódico legitimista *A Nação. Jornal religioso e politico*. Como iremos tentar mostrar em seguida, as razões da tradução para a língua portuguesa do escrito em questão prendem-se com a conveniência do chamamento de Pereda à unidade patriótica para a própria finalidade da publicação que a põe a circular em Portugal, o mesmo jornal *A Nação* a que há umas linhas aludimos. A este título, cabe lembrar a presença de importantes figuras do Miguelismo na Inglaterra, onde se encontravam igualmente destacados carlistas espanhóis. O *telos* desta tradução não pode desvincular-se, pois, de uma conjuntura histórica em que, mais uma vez, os paralelismos no devir político de Espanha e Portugal devem ser invocados.

O periódico *A Nação*, fundado em 1847, responde a uma “necessidade de diálogo entre todos os miguelistas” (Ribeiro, 1998: 49) sentida pelos líderes absolutistas do período imediatamente posterior à revolta da Maria da Fonte, os quais visavam a formação de uma estrutura partidária que acabasse com a divisão interna existente no seio do Miguelismo e pudesse, dessa forma, libertar Portugal do “jugo das forças estrangeiras” (Ribeiro, *ibid.*). Estes líderes miguelistas promoviam, ainda, uma aliança táctica com os liberais setembristas, reunindo assim forças para combater o governo cartista de Costa Cabral (1842-1851) que descontentava uns e outros. De molde a atingir os seus objectivos, os realistas empreendem uma campanha propagandística através da qual, “para aliciar os liberais”, procuravam “transmitir uma imagem política de abertura e de tolerância” (Ribeiro, 1998: 43).

Ora, convocação à unidade patriótica e construção de uma nova imagem do absolutismo são, justamente, as duas linhas de força que encontramos no panfleto de Vicente M. de Pereda publicado em versão portuguesa por *A Nação*. Tendo em atenção as informações fornecidas por Maria Manuela Tavares Ribeiro (1998) que vimos de comentar, pode afirmar-se que a sintonia do que propõe este texto de Pereda com os desígnios dos mentores do jornal, divulgadores da sua tradução para português, é total. *La nacion y los partidos* é um panfleto que começa por tentar ganhar a confiança dos adversários ideológicos, declarando-se Pereda comedidamente progressista: “progresistas son mis principios y siempre será amigo del progresismo moderado”,

1871 e 1881) é indicado que Sarah de Pereda nasceu em Staffordshire, mas as datas vacilam (1805 segundo os censos de 1851 e 1871, 1806 no de 1881 e 1811 no de 1861). O censo de 1881 já não faz menção ao facto de Sarah de Pereda ser casada com Vicente M. de Pereda, pelo que podemos supor que para esta altura já teria falecido o misterioso autor de *La nacion y los partidos*.

afirma na p. 6. A partir daí, recorrendo ao patriotismo e a galofobia, apela a todas as facções partidárias cuja “lucha rasga las entrañas de la patria” (p. 50) a unirem-se num “lazo de patriotismo” em torno do “gobierno conciliador de um príncipe español” (p. 82), perante a “degradante sumision al extranjero” (p. 64) em que se encontra o governo presidido por Narváez, contra o que arremete.

O propósito do texto é, assim, persuadir de que esse “príncipe espanhol” (Carlos Luis de Bourbon e Bragança, a quem contudo nunca menciona explicitamente) surge como a única “persona que yo creo indispensable á la consolidacion de todos los intereses nacionales” (p. 5) e que viria garantir uma independência nacional que o autor considera ameaçada no “trono vacilante de Isabel II” (p. 56), empregando como principal argumento o sentimento patriótico-galofóbico já referido, a saber: apenas D. Carlos pode impedir a Espanha de *sucumbir* a um rei francês (António de Orleans, duque de Montpensier e esposo de Luisa Fernanda, irmã de Isabel) sem que, para tanto, seja preciso substituir a dependência da França pela sujeição ao *jugo* de outra grande potência forânea, tal como “está hoy el Portugal á la Inglaterra” (p. 91). Para convencer os mais resistentes, particularmente os progressistas, Pereda recorre a duas estratégias, a saber: por um lado, apresenta o filho de Carlos Maria Isidro como alguém disposto a aceitar a legitimidade constitucional e a reinar sem tirania; por outro, ataca o inimigo comum de absolutistas e liberais exaltados – o *afrancesado* partido moderado no poder, de que é vítima a própria soberana, mais despótico “en sus hechos que el antiguo despotismo, cuyo caracter al ménos era franco y se llamaba por su nombre” (p. 84). Com efeito, atribui os males e perigos do presente – a progressiva *usurpação* de direitos que supõe a “comedia constitucional que se representa en Madrid” (p. 85), o debilitamento da autoridade de Isabel II e o risco de que a coroa espanhola “pasase á las sienes de la esposa de un príncipe frances [o duque de Montpensier] y á los nietos de un rey como Luis Felipe” (p. 72) – à entrada dos liberais conservadores (“una pandilla enemiga de la libertad nacional”, p. 84) no cenário político em 1844, ano em que dá começo a *Década* que a historiografia espanhola conhece como *Moderada*.

Não temos espaço já para nos ocuparmos de todos os acontecimentos (ou protagonistas) da história factual que geram uma ingente actividade translativa em

Portugal⁴⁹⁵. Digamos, apenas, apertadamente, que as vicissitudes da política espanhola têm abundantes reflexos na imprensa periódica da época romântica (*cfr.* anexo 1.2), sendo muitas vezes (mais, certamente, das que dá a entender o catálogo em anexo, pelas razões que já atrás expusemos⁴⁹⁶) as notícias e os artigos de opinião publicados nos jornais portugueses traduções de textos retirados de jornais espanhóis. Tal como nos lembra José Tengarrinha (*in* Buescu, 1997: 253-255), o novo papel sociocultural do escritor no Romantismo, o empenhamento cívico e político que já lhe vemos na altura da Guerra Peninsular, está fortemente vinculado às publicações periódicas em número e importância crescente a partir dos anos trinta do século XIX. Em qualquer caso, parece que se cumpre a tendência sugerida por Figueroa (2004: 530-31): quanto mais heterónimo se mostra o campo literário importador respeito de outros campos, menos pesam os critérios literários nas escolhas importadoras. É o que acontece com todas as traduções mencionadas até aqui (*vid. tm.* III.2.4), as quais se fazem “por razones extraliterarias” (Pérez Corrales, 2003: 79), e onde as posições dos (tantas vezes desconhecidos) importadores no campo político-ideológico determinam as estratégias de importação no campo literário. A ascendência dos assuntos relacionados com a política e o Direito nas traduções da língua espanhola corresponde-se com a centralidade dessas mesmas áreas na produção original, o que resulta expectável “num país tão sujeito a traumas e a variações políticas como o Portugal de então” ([S. a., 2002: 436).

Outro dos campos temáticos em que se verifica a existência de um considerável número de traduções do castelhano, realizadas com relativa prontidão com respeito às datas de publicação dos originais, é o educativo, âmbito de atenção preferente dos ilustrados e, depois, dos liberais, na medida em que a instrução e a formação ético-moral do indivíduo se encara como *conditio sine qua non* – como *arma*, como instrumento – para o progresso colectivo apetecido por uns e outros. A este respeito, além dos textos destinados a alertar sobre a importância da educação do ser humano de

⁴⁹⁵ Entre os textos consagrados a figuras históricas individuais, cabe destacar o facto de que a autobiografia do General Espoz y Mina, publicada originalmente em Londres no ano de 1825, tivesse quatro edições em português nos anos de 1826 e 1827 (1.1-236, 1.1-240, 1.1-241 e 1.1-242).

⁴⁹⁶ Como já várias vezes alertámos, os dados que sobre a actividade translativa despoletada no espaço importador por todos estes acontecimentos fornece a nossa fonte principal são muito limitados – sabemos que existem muitas outras traduções da língua espanhola espalhadas pelas publicações periódicas do Portugal da altura, à espera de um levantamento que nós não estávamos em condições de realizar.

toda a condição social (e sexual) “desde la más tierna edad”⁴⁹⁷, devemos destacar os livros dirigidos aos leitores mais novos, de pendor didático-moralizante, como é o caso das *Fábulas literarias* de Tomás de Iriarte⁴⁹⁸.

Originalmente publicadas em 1782, estas *Fábulas* tiveram uma extraordinária fortuna editorial no sistema de partida (e fora dele: logo nos últimos anos do século XVIII foram vertidas para o alemão, o italiano e o francês) e gozaram, igualmente, de bom acolhimento em Portugal. O inventário de edições portuguesas e brasileiras elaborado por Manuel Poggio Capote (2002: 293-296) consigna oito publicações em versão traduzida, das quais as quatro primeiras pertencem ao nosso escopo espacial e temporal. A primeira tradução portuguesa das *Fábulas* data de 1796 (Porto, Viúva de Mallen e Filhos), numa versão em verso de Romão Francisco Creyo (1.1-47) que foi reeditada no mesmo formato de livro em 1804 (1.1-66⁴⁹⁹) e 1818 (1.1-207). Em 1837 aparece uma retradução parcial (duas fábulas), em prosa, feita pelo exilado João da Cunha Neves e Carvalho Portugal (o qual assina com o eloquente pseudónimo de Tristão da Cunha Portugal) e incluída no volume antológico *Fabulista da mocidade ou fabulas selectas* (1.2-45). Dito volume foi publicado em Paris (J. P. Aillaud), onde residia o compilador e tradutor, e nele aparece também o nome de Samaniego (1.2-46). A essas quatro espécies da autoria de Iriarte indicadas por Poggio, há que acrescentar mais uma, avulsa (“O chá e a salva”), publicada em 1813 no *Semanario de Instrução e Recreio* (1.2-7).

A maior parte destas traduções de obras de teor pedagógico diz respeito, contudo, a textos de partida que datam dos anos vinte e, sobretudo, trinta do século XIX – década, esta última, a partir da qual são impressos, em versão traduzida, em Portugal. É o caso dos quatro títulos que mencionaremos a seguir, por ordem do ano de publicação dos respectivos originais castelhanos. Trata-se de obras de uso escolar, extraescolar ou paraescolar (dispositivos ideológicos do sistema educativo, *lato sensu*,

⁴⁹⁷ Assim, por exemplo, o *Discurso sobre la educación popular de los artesanos y su fomento* (1775), de Pedro Rodríguez de Campomanes, donde retirámos a citação acima, é publicado por partes na *Miscellanea Curiosa e Proveitosa* entre 1782 e 1785 (1.2-1, 1.2-2 e 1.2-3), em versão portuguesa de Francisco Rolland.

⁴⁹⁸ Por responderem ao mesmo velho ideal horaciano de ensinar deleitando, poderíamos juntar a estas fábulas de Iriarte as *Lecturas útiles y entretenidas* de Olavide (impressas a partir de 1800), as quais foram publicadas em versão traduzida pela primeira vez em 1802 – deixá-las-emos, todavia, para a epígrafe II.2.6, pelos motivos que já foram adiantados em III.1.1.C).

⁴⁹⁹ Esta edição, feita em Valholid pela oficina da Viuva Santander e Filhos, comercializava-se no Porto, como sabemos pela nota manuscrita que leva na folha de rosto o exemplar reproduzido por Poggio (2002: 291): “Vende-se na Cidade do Porto na loja de Pedro Francisco de Emery, e a os Arcos de S. Domingos”.

em definitiva) que, no contexto espanhol de partida, foram reimpressos ao longo de décadas, reflectindo a penetração e prolongação dos valores e das representações socioculturais e mentais da Espanha liberal.

O primeiro deles é uma anónima (atribuída a “un Diputado de Cortes”) *Cartilla del buen ciudadano* (1821)⁵⁰⁰, a qual veio a lume em português em 1837 (1.1-260) como *Cartilha do bom cidadão para uso da mocidade portuguesa*. Nesse mesmo ano, *O Nacional* (n.º 694, 29 de Março) publica uma recensão em que a obra é elogiada pelos “principios de moral luminosos [e] claros” que contém e pelo seu estilo “inteiramente popular”. Para além disso, saúda-se com júbilo o aparecimento da sua tradução posto que “a nossa litteratura, em que há consideraveis lacunas, as apresenta muito grandes em escriptos deste género”⁵⁰¹. Por isso mesmo, e perante a dita “lacuna” detectada neste género de literatura instrumental no contexto português, sugere o recenseur a adopção da obra espanhola “nas nossas escholas”. Destaca, ainda, “o serviço á mocidade” que prestou o (anónimo) tradutor “dando-se ao trabalho de vulgarizar este opusculo” – um trabalho que é considerado “correcto, elegante, e fiel”.

Embora, como se acabou de assinalar, o tradutor da obra não figure na folha de rosto, há motivos para pensar que se possa haver tratado de José (ou João?) Paulo Pereira. Passamos a explicar. Na mesma oficina do editor desta *Cartilha*, a Typographia Patriotica de C. J. da Silva, saiu no ano a seguir (1838) uma *Historia d’El-Rei D. João Sexto [...], vertida do francez pelo mesmo traductor da Cartilha do bom cidadão*. Inocêncio (DBP, X: 25), ao registar este último título, esclarece: “dizem que o traductor d’esta *Historia* foi o conselheiro João [*sic*] Paulo Pereira”, remetendo para o dito acerca do autor em questão no tomo V. Nesse volume (DBP, V: 89) não encontramos qualquer João Paulo Pereira, mas sim um José Paulo Pereira, autor de um *Manual do Contribuinte* e falecido em 1859 “com pouco mais de 48 annos de idade”, de que nos diz também que foi membro “do Conselho de S. M., Director das Contribuições directas no Tribunal do Thesouro Publico, Deputado ás Cortes em 1856, etc.”.

⁵⁰⁰ A *Gazeta de Madrid* de 3 de Abril de 1821 (n.º 95, p. 456) apresenta-a como um “cuadernito” no qual “se compendia el código eterno de la Naturaleza, bajo la forma de una alocución sencilla y sublime, dirigida por esta al hombre, su mejor criatura”, e em que se mostra “que la virtud jamas deja de tener su recompensa”, ao passo que “los vicios y delitos llevan aparejado el condigno castigo tras de ellos mismos”.

⁵⁰¹ Aproveita-se o ensejo para acrescentar que “seria tarefa mui digna de alguns destes, [*sic*] e veneráveis eclesiásticos o dar-se a composição de algumas obras breves, luminosas, e agradáveis em que se inspirasse o amor do honesto, da Religião, e de uma regrada liberdade, assim cumpririam com huma das principaes obrigações do seu instituto, que é a instrucção, e a guia das almas pelo caminho da virtude, e da Moral Christã.”

Em 1838 vem a lume a primeira das quatro edições portuguesas das *Lições de Boa Moral, de Virtude, e de Urbanidade*, versão (adaptação) que o distinto erudito Francisco Freire de Carvalho (cfr. DBP, II: 378-380) realiza das *Lecciones de moral, virtud y urbanidad* (1826) de José de Urcullu. A respeito deste translato devemos esclarecer, em primeiro lugar, que o ano da primeira edição da obra original que se acabou de referir (1826) é o indicado por Brumme (2006), embora a mais antiga conservada (quarta edição) date de 1829. Depois, é preciso advertir também que estas *Lecciones*, escritas por um exilado espanhol em Londres, foram impressas inicialmente na mesma cidade por Rudolph Ackermann (1825), um editor alemão nacionalizado britânico que, entre outras actividades tipográficas, ao longo da década de 1820 deu a lume cerca de um centenar de livros (originais ou traduzidos) em língua espanhola. Dotado de um particular “olfato mercantil” (Pajares, 2002: 75), o intuito de Ackermann era explorar o comércio livreiro da América de fala castelhana, concorrendo com as edições espanholas e francesas até ali dominantes nesse espaço. Para tanto, aproveitando sagazmente uma circunstância política que lhe era favorável, Ackermann solicitou a colaboração dos intelectuais espanhóis residentes em Londres, “cultos y necesitados” (Pajares, *ibid.*)⁵⁰². Todavia, a circulação de certos títulos, entre os quais se contam estas *Lecciones* de Urcullu, ultrapassou largamente o projecto americano de Ackermann. No caso que agora nos ocupa, a obra foi consumida igualmente em Espanha, onde se reeditou prontamente. É por esta razão que, mesmo tendo sido concebida num primeiro momento para a sua distribuição entre o público hispanofalante da América Latina (*vid. supra*, III.1.2.a), tivemos em consideração esta obra de Urcullu no nosso trabalho.

Como dissemos, são quatro as edições que saíram das *Lições de Boa Moral*: as duas primeiras dentro do nosso marco temporal, em 1838 e 1847 (1.1-267 e 1.1-282); as duas seguintes já fora dele, em 1854 e 1864. A dia 1 de Dezembro de 1838, o *Museu Portuense* (n.º 9, p. 144), jornal em que colaborava o próprio José de Urcullu (*vid. infra* III.2.7 para mais pormenores acerca desta figura), dava as mais entusiastas boas-vindas

⁵⁰² Esses exilados espanhóis – figuras como Blanco White, José Joaquín de Mora ou o próprio Urcullu – foram os autores do extenso catálogo de livros castelhanos de Ackermann, originais ou traduzidos, impressos em Londres e distribuídos, em princípio, na América de fala espanhola. Tal empreendimento foi desenvolvido entre os anos de 1823 e 1830. Ackermann chegou a abrir estabelecimento no México, colocando à sua frente um filho, Jorge Ackermann, e um seu amigo e sócio, Juan Henrique Dick. Acerca deste impressor sediado em Londres e dos livros que editou em espanhol, pode ver-se a “Semblanza” preparada por Fernando Durán López para a Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes (<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcht4j7>, consultada a 17/8/2016).

à novidade editorial com uma relativamente longa recensão, de que reproduzimos apenas uma parte:

A nova geração portugueza leva uma vantagem muito grande ás gerações passadas em receber uma boa educação e ser instruída mais facilmente. Os livros elementares antes tão raros vão apparecendo agora em Portugal á imitação do que se observa em outros paizes. A obra que aqui annunciamos, escripta e publicada em Londres por um dos colaboradores do Museu, é a segunda d'este género de que damos conta. O Sr. Freire de Carvalho foi feliz na escolha do livro, e mais feliz ainda na maneira com que o soube verter no nosso idioma, não se esquecendo de introduzir belos exemplos tirados da nossa própria historia todas as vezes que o julga oportuno⁵⁰³. [...] // A obra está dedicada pelo Sr. Freire de Carvalho aos Pães e Mães de familia: aos mesmos a recommendamos, porque a sua leitura ha de inspirar á mocidade nobres e elevados sentimentos.

O mesmo José de Urcullu a que nos acabamos de referir como autor traduzido (e traduzido com sucesso) é, por acaso, e por sua vez, artífice das versões para português de mais duas obras espanholas destinadas à formação dos mais novos que encontramos publicadas no período em análise a saber: *El Catecismo de la Doctrina Cristiana* de Santiago García Mazo (1837) e o *Libro de los niños* de Francisco Martínez de la Rosa (1839), ambos com grande fortuna editorial na cultura exportadora. A versão portuguesa do *Catecismo* de García Mazo, cuja ligação aos dois mais célebres catecismos espanhóis (o de Astete e o de Ripalda) é apontada já no subtítulo, conheceu seis edições: 1848 (1.1-287), 1849 (1.1-290), 1851, 1862, 1877 e 1891. A tradução leva dois peritextos prefaciais desde a primeira edição: uma dedicatória de Urcullu ao bispo do Porto, Gerónimo José da Costa Rebello, e uma circular deste último recomendando o uso do livro quer nas igrejas, para o ensino catequístico, quer nas escolas e nas casas, onde a sua leitura deve ser fomentada por pais e mestres.

A segunda tradução (ou, melhor, adaptação) de José de Urcullu a que acima nos referimos, intitulada *Livro dos meninos* (1850, 1.1-298), tem como ponto de partida o *Libro de los niños* (1839), um manual escolar miscelâneo⁵⁰⁴ que, na língua castelhana, atingiu cifras assombrosas quanto ao número de edições (algumas feitas ainda a começos do século XX) – fenómeno para o qual, certamente, terá contribuído a grande relevância política e literária que atingiu o seu autor, Francisco Martínez de la Rosa. O

⁵⁰³ No trabalho de Brumme (2006) atrás referido pode encontrar-se mais informação acerca dos métodos e procedimentos translativos seguidos por Carvalho. A autora debruça-se, em particular, nas soluções encontradas pelo tradutor a fim de verter um texto em que a pragmática linguística (cortesias verbal, estratégias de atenuação) coloca importantes desafios.

⁵⁰⁴ Abrange textos em prosa (contos, fábulas, relatos bíblicos, descrições das estações do ano) e em verso (máximas, mais fábulas, canções, orações...). Deparamo-nos, pois, com mais um caso em que a classificação da espécie (A1, segundo sugere GR) resulta redutora.

Livro parece ter gozado igualmente de boa aceitação em Portugal, embora a obra versionada por Urcullu conheça o seu momento de maior sucesso editorial fora do nosso marco cronológico. Baste referir que, em 1865, ia já pela quinta edição e que, desde 1862 pelo menos (quarta edição), exibia na folha de rosto o facto de ter sido o livro *aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Publica*. Que saibamos, a última edição (sétima) data de 1876⁵⁰⁵. Não achámos exemplares da primeira edição do *Livro* (1850), mas não duvidamos da sua existência, entre outras razões porque nesse ano foi publicado no n.º 328 do portuense *O Jornal do Povo* (13 de Agosto, página 1312) um anúncio que passamos a reproduzir na íntegra:

Que pai de família não quererá comprar para os seus filhos, pelo modico preço de 120 rs., a obra seguinte? – *O livro dos meninos*. – obra eminentemente moral e instructiva, escripta em hespanhol pelo excmº snr. D. Francisco Martinez de la Rosa, e vertida em portuguez por D. José de Urcullu, adornada com mui lindas vinhetas, impressa em bom papel, e passadas todas as folhas pela prensa hydraulica. // Vende-se nas livrarias de Gonçalves Guimarães, e de Cruz Coutinho, aos Caldeireiros nº 9 e 14; Guimarães e Silva, rua das Flores nº 25; Moré, Praça de D. Pedro; Ignacio Correia, rua de Bellomonte nº 65. // Em Lisboa na loja de João Paulo Martins Lavado, rua Augusta nº 8; em Coimbra, na de José Mesquita.

Para além das estratégias publicitárias (argumentos apresentados com o intuito de aumentar as vendas do produto entre o comprador-alvo, o “pai de família”: valor “moral e instrutivo” do texto, relevância do seu autor, qualidade do papel, inclusão de vinhetas, “módico preço” – parte desses argumentos estão presentes igualmente no peritexto do tradutor⁵⁰⁶) chama certamente a atenção a quantidade de livrarias (portuenses, lisboetas ou coimbrãs) distribuidoras logo à data da primeira edição. Embora este *Livro dos meninos* tenha sido o maior sucesso editorial de Martínez de la Rosa em Portugal, não deixaremos de apontar que do mesmo autor saíram em 1839 mais duas traduções avulsas, ambas publicadas pelo *Correio de Lisboa* (ver 1.2-75 e 1.2-78), e que a *Revista Litteraria* do Porto lhe dedicou um artigo monográfico a 15 de Setembro de 1838. Rodrigues regista mais duas espécies de Martínez de la Rosa que nós descartámos, uma por ter sido redigida originalmente em francês (*vid. supra* III.1.1.C,

⁵⁰⁵ Na BNP conservam-se apenas a quarta edição, de 1862, e a quinta, de 1865. A sétima edição, de 1876 (Porto, Jacinto A. P. da Silva), encontra-se digitalizada no Centro de Informação e Documentação para a Cidadania e Igualdade de Género de Lisboa: <http://cid.cig.gov.pt/Nyron/Library/Catalog/winlib.aspx> (consultado a 19 de Agosto de 2015).

⁵⁰⁶ A tradução leva uma dedicatória endereçada por Urcullu ao “Illustrissimo e reverendissimo senhor Ricardo Wan-zeller, arcediogo de Oliveira” e datada do Porto, a 25 de Julho de 1850. Nós lemo-la na 7ª edição (*vid. supra*). Nela expõe o tradutor os motivos pelos quais fez “passar da nação visinha para este reino” o livro de Martínez de la Rosa, que põe sob a protecção do destinatário (Wan-Zeller).

nota n.º 304, página 220), e outra por não termos encontrado provas da sua verdadeira existência⁵⁰⁷.

Aos quatro títulos comentados até aqui cabe acrescentar mais um igualmente ligado ao âmbito do ensino – desta feita, das línguas estrangeiras. Trata-se da segunda obra (primeira em termos cronológicos) de José de Urcullu que foi traduzida (autotraduzida, aliás) para português dentro do nosso lapso temporal, com reedições que, de novo, vão *aquém* do termo *ad quem* aqui fixado. Referimo-nos a um manual para aprendizagem da língua inglesa, de extraordinário sucesso editorial em espanhol, intitulado na sua primeira edição original *Gramática inglesa, reducida a veinte y dos lecciones* (Londres, 1825).

Mais uma vez, este livro foi editado originalmente em Londres por Rudolph Ackermann, integrando-se na estratégia comercial americana desenvolvida pelo citado livreiro que há pouco descrevemos. Contudo, e como acontecia no caso das *Lecciones de moral*, embora o livro estivesse inicialmente destinado à sua comercialização no mercado livreiro da América Latina, também circulou no espaço peninsular de fala castelhana. Entre as dezenas de reimpressões desta obra (realizadas em Londres, Paris, Nova Iorque, Filadélfia⁵⁰⁸) temos constância de pelo menos seis que foram feitas em Espanha (duas em Barcelona, três em Cádiz e uma em Madrid) entre 1840 e 1853. Verificámos também que, na mesma Espanha, foi esta gramática adoptada como manual para o ensino do inglês no gaditano Colegio San Felipe Neri e, para os finais de 1840, figurava igualmente nos planos de estudos do Ministerio de Instrucción Pública. Esclarecido este ponto, referiremos a seguir as diferentes edições da (auto-)adaptação para português que partem do manual de Urcullu – edições essas que, como dissemos, começam no lapso temporal objecto de estudo nesta tese e se prolongam depois dele.

⁵⁰⁷ GRII 4866 (ano de 1837) consigna a alegada da tradução dos dois primeiros volumes de *Espíritu del siglo* (1835-1855), supostamente feita por “D. J. M. de L. e D. J. R. B.”. Não fornece mais dados (local e editor), nem indica fontes. Esta espécie é citada por Pérez Corrales (2003: 81-82), seguindo seguramente GR.

⁵⁰⁸ O quarto volume do projecto BICRES (Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español), coordenado por Miguel Ángel Esparza e Hans-Josef Niederehe (publicado em Amsterdão, John Benjamins, 2012), regista mais de vinte edições entre 1825 e 1860 (termo cronológico do referido tomo IV do BICRES): quinze da primeira versão (1825-1860), em que a gramática constava de 22 lições ou capítulos; duas da segunda versão (1840-1844), ampliada a 25 *lecciones*; e cinco da terceira (1843-1855), constante de 27 lições. A lista de reimpressões fornecida por Brumme (2006: 328-330), sem ser exaustiva, chega até às portas do século XX e também nos dá uma ideia do sucesso editorial da *Gramática inglesa* de Urcullu. A última edição aí referida é de 1896.

São três os registos do catálogo em anexo que dizem respeito à *Gramática inglesa* de Urcullu, orientada agora para a aprendizagem dessa língua por parte dos lusofalantes. A obra foi objecto de uma autotradução ou auto-adaptação (*Grammatica ingleza para uso dos portuguezes, reduzida a vinte e cinco lições*) que veio a lume por vez primeira na Impressão Regia de Lisboa no ano de 1830 (anexo 1.1-246). Teve uma *segunda edição, consideravelmente accrescentada e corregida* (desta vez *reduzida a vinte e sete lições*) na portuense Typographia Commercial em 1848 (anexo 1.1-283). A terceira edição saiu na mesma Typographia Commercial em 1853, postumamente (passado apenas um ano da morte do autor-tradutor) e já fora do nosso marco cronológico⁵⁰⁹.

Desta mesma versão autotraduzida por Urcullu fez-se em Paris, por J.-P. Aillaud, uma reimpressão pirata no ano de 1837 (anexo 1.1-263); ou seja, transcorridos sete anos da primeira edição lisboeta. Sob o título de *Novo Mestre Inglez*, tal (ilícita e encoberta) reedição apresentava-se como sendo da autoria de Francisco Solano Constâncio, prestigioso jornalista e diplomata português instalado na altura em França, a quem já atrás mencionámos (II.6.2, página 186, nota n.º 274) pelos seus contributos no âmbito da lexicografia portuguesa. O plágio – de que se faz eco Inocêncio (DBP, V: 149) – é denunciado em Portugal uma década depois, mediante um paratexto editorial inserido nas segunda e terceira edições (legítimas) feitas pela Typographia Commercial (1848 e 1853; citamos por esta última, reimpressão da anterior, p. VI):

Com data de 1837 e de outros annos posteriores, o livreiro Aillaud publicou em Pariz um livro intitulado: *O Novo Mestre Inglez, ou Grammatica da lingua ingleza para uso dos portuguezes, ensinada em vinte e cinco lições. Revista, corregida e accrescentada por F. S. Constancio*. // Esta Grammatica é uma cópia exacta da que publicou D. José de Urcullu em Lisboa em 1830, excepto a pagina do titulo ou frontespicio; e isso que se diz de *Revista, Corregida e Accrescentada* é uma impostura para illudir os leitores, e fazer crer que é uma grammatica original do sr. F. S. Constancio, auctor do Diccionario critico e etymologico da lingua portugueza!!

Sendo este um novo modo de atacar a propriedade litteraria, muito conveniente seria que o governo portuguez pozesse a literatura do paiz ao abrigo de semelhantes piraterias estrangeiras, prohibindo nos domínios que fosse com novo titulo, uma vez que se provasse que a obra era de author portuguez, ou de outra nação que tivesse escripto na língua portugueza; e que o livreiro

⁵⁰⁹ Aproveitamos para notar que o exemplar desta edição de 1853 conservado na BNP com a cota L. 4828 V. foi impresso, como acabámos de indicar, no Porto, pela Typographia Commercial, e não em Lisboa, *ibid.*, segundo por engano consta do catálogo da PORB.

que, depois de advertido, vendesse semelhantes obras, pagasse uma boa multa para estabelecimentos publicos de beneficencia.

Esta denúncia pública, de que seguramente Constâncio, falecido em Paris no ano de 1846, nunca chegou a ter *constância* – passe a trocadilho –, não arredou os editores franceses do *Novo Mestre inglez* de continuar a reimprimi-lo. Já vimos que os editores portuenses de Urcullu referem em 1848-1853, na advertência agora transcrita, a existência de edições parisiñas posteriores ao ano de 1837. As reimpressões francesas de que nós temos notícia (através dos catálogos da BNP e da BNF, onde se conservam exemplares) são posteriores na data à dita acusação (1848): 1851, 1857 e 1860. Em qualquer caso, este episódio de plágio – e cabe acrescentar que também a versão castelhana foi objecto de edições fraudulentas⁵¹⁰ – constitui uma prova irrefutável do interesse despertado pela gramática de Urcullu adaptada aos receptores lusófonos, o qual não deixa de ser curioso, tendo ela sido elaborada por quem não era falante nativo nem do inglês nem do português, circunstância que o próprio autor-adaptador sublinha na dedicatória e no prólogo à primeira edição lisboeta⁵¹¹.

Da excelente aceitação da obra em Portugal é abonatória, igualmente, “a referência privilegiada que [em 1848] lhe é feita na *Grammatica Hespanhola para uso dos Portugueses*” de António Nicolau Peixoto, já acima (II.6.2) mencionada e, por sinal, “saída à luz no mesmo ano e tipografia que a [segunda edição da tradução da *Gramática inglesa*] de Urcullu” (Duarte, 2010: 150; *vid. tm.* DBP, III: 24). Ainda mais significativo a este título é, se cabe, o facto de que, desde o início da sua circulação em português, esta foi a gramática eleita por “muitos Professores de inglez e Directores de collegios” do espaço importador, tal como se pode ler na nota autoral que acompanha a segunda e terceira edições. A folha de rosto da terceira edição (1853) informa-nos de que o Conselho Superior d’Instrução Publica do Reino mandou, por ordem de 30 de

⁵¹⁰ Os editores da Typographia Commercial referem a ocorrência no mesmo prefácio atrás citado, traduzindo ainda o parecer que a propósito desse plágio elaborou o ministério do comércio e instrução espanhol (pp. VI-VIII). Por esse documento percebemos que a gramática do plagiador, o presbítero Joaquín Faria Camargo, concorria por iniciativa própria a ser declarada oficial como a de Urcullu, havendo sido esta última apresentada por Guillermo Magules.

⁵¹¹ Aí mesmo (citamos do prólogo à primeira edição pela terceira edição, onde se volta a reproduzir) apresenta Urcullu as suas desculpas ao leitor “pelo que toca ás faltas [de português] que se encontrarem n’esta obra”, pedindo-lhe compreensão pela sua condição de estrangeiro pouco “exercitado” na escrita do “idioma portuguez” e aproveitando para consignar uma reflexão ortográfica que se prende com a falta de normatização que já notámos noutro momento (II.6.2). “A ortografia tem sido para mim”, confessa, “um objecto de dúvidas e confusão por falta d’um systema fixo e geralmente adoptado. Se aquella que eu sigo não agradar a alguns dos meus leitores, a culpa não he minha, pois eu não tenho feito senão seguir a alguns authores modernos, cuja reputação literária he assaz conhecida”.

Novembro de 1852, “adoptar esta Grammatica para as Escolas Primarias publicas e particulares; e bem assim para uso das de ensino secundario e superior”.

III.2.4. Traduções contemporâneas (2): as letras e as armas

Até aqui (capítulo anterior) foi examinada a actividade translativa concernente a textos espanhóis contemporâneos que obedece a “razones extraliterarias” (Pérez Corrales, 2003: 79); ou seja, aquela em que a selecção dos textos de partida, publicados não muito antes do que os respectivos translados, se faz primordialmente em função do seu valor pragmático quer no campo político (ou político-jurídico), quer no campo educativo. Em termos quantitativos, e no que respeita às traduções contemporâneas, é a dominante no lapso temporal em análise, revelando (ou reflectindo) a dependência do subsistema da literatura traduzida do espanhol com respeito a esses outros âmbitos. Porém, os dados reunidos no catálogo em anexo permitem-nos observar que as “razones literarias” tiveram igualmente um peso não despidiendo – não exclusivo, mas sim relevante – nas escolhas dos textos que se traduzem do espanhol⁵¹². Por outras palavras, também foi traduzida da língua castelhana a produção escrita (coetânea) que a mentalidade burguesa acabou por impor como sendo a *stricto sensu* literária; isto é, aquela em que prima o valor *estético*, ou aquela que é consumida como entretenimento, adquirindo um valor comercial – sem que isso signifique, todavia, o apagamento do valor *ético*. Confiamos em que o que tentamos dizer, de forma talvez excessivamente simplificada, fique um pouco mais claro a seguir.

As traduções desse conjunto de textos coevos *estrictamente literários* (a necessidade de matizar a afirmação será logo evidenciada) concentram-se no extremo temporal terminal do período em apreço; isto é, nos anos de 1830 em diante – quando os dois romantismos peninsulares, em processo de consolidação nos respectivos sistemas literários, entram em intenso diálogo (translativo e não só). Todavia, cronologicamente, as primeiras que surgem no *corpus* em análise são as de Luciano Francisco Comella (1751-1812). A este autor correspondem dois registos do catálogo em anexo (1.1-40 e 1.1-41), ambos do ano de 1794 e ambos relativos a um mesmo texto de partida (três, na realidade): a trilogia intitulada *Federico II, Rey de Prusia*, composta por três dramas heroicos à volta da figura histórica que lhe dá nome, os quais foram representados em

⁵¹² “Las razones literarias nunca [são] exclusivas en las tomas de posición del escritor [ou reescritor]” (Figueroa, 2004: 531). Sobre a relativa autonomia do campo literário, *vid. supra* I.3.2 e II.5.

Espanha entre os anos de 1789 e 1793 – momento em que Comella é “el más conocido de los escritores de éxito” (McClelland, 1998: 160). Dramaturgo prolífico e bem-sucedido no sistema espanhol da altura, como autor e como tradutor (de Goldoni, por exemplo), o seu afastamento inicial das correntes teatrais eruditas, e os embates de Moratín, explicam, pelo menos em parte, o esquecimento a que é relegado nas histórias da literatura castelhana, a despeito do extraordinário grau de aceitação que atingiu enquanto representante de uma estética *popular* de que não ficaram à margem, todavia, a defesa dos valores ilustrados de justiça e igualdade⁵¹³. Esses traços estão presentes, justamente, na trilogia prussiana traduzida para português em 1794 (e, pouco depois, para o italiano). Dita trilogia pertence ao que McClelland (1998) denomina de drama militar de tese, subgénero caracterizado por uma grande espectacularidade em palco e conformado por um conjunto de “curiosas obras, de gran importancia histórica, [que] situaban en el centro de su marco militar [...] a un monarca extranjero idealizado que de vez en cuando dictaba las ilustradas leyes de un utópico despotismo” (McClelland, 1998: 198-199)⁵¹⁴.

Em Portugal, os três dramas de Comella tiveram um sucesso fugaz e momentâneo, mas considerável, pois entre outras coisas conta esta trilogia com duas traduções diferentes publicadas no mesmo ano de 1794, uma em volume e outra (retradução da anterior) em folheto. A primeira (1.1-40) é da autoria do à época afamado actor, autor e director teatral António José da Paula (*vid.* DBP, VIII: 208-209), que assina com as iniciais A. J. P., e saiu em três partes na oficina de José Aquino Bulhões em Lisboa. Corresponde ao texto adaptado “livremente” para a estreia da peça no Teatro da Rua do Salitre em 1793, protagonizada pelo mesmo responsável da versão publicada logo no ano a seguir. Para essa data (1794) o drama tinha regressado ao cartaz do mesmo teatro, e atrai por então “numerosa concurrencia de espectadores”, segundo informa Inocêncio (DBP, VIII: 208). A peça foi novamente reposta a começos do século

⁵¹³ A resgatar a figura de Comella consagrou a sua tese doutoral María Angulo Egea: *Luciano Francisco Comella (1751-1812). Otra cara del teatro de la Ilustración*, San Vicente del Raspeig, Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2006. Dela retirámos as informações veiculadas na apresentação sintética do dramaturgo que se acabou de realizar.

⁵¹⁴ Tem este subgénero a sua raiz, precisamente, na “personalidad de Federico el Grande de Prusia, el monarca-filósofo”, o qual “se había convertido en una leyenda sensacionalista que alcanzó la apoteosis con su muerte en 1786, momento en que la prensa europea estalló en tal frenesí de anécdotas que éstas alimentaron a los dramaturgos con suficiente materia para una década” (McClelland, 1998: 199).

XIX⁵¹⁵, dando lugar à composição de um soneto de Bocage em que o poeta – “como se sabe, extremamente volúvel nas suas afeições” (DBP, *ibid.*) – arremete contra o seu outrora amigo e colaborador António José da Paula⁵¹⁶. A segunda tradução que atrás referimos (1.1-41), também de 1794, foi feita pelo espanhol residente em Lisboa D. Felix Moreno de Monroy, que consta na folha de rosto como D. F. M. de M. Esta retradução (abreviada) apareceu em formato de cordel, sem o nome de Comella, editada em três partes pelo impressor lisboeta João António Reis. A primeira parte é constituída pelo texto que originalmente saiu em segundo lugar (*Friderico Segundo Rei da Prussia no Campo de Trugau*) e dela existem duas variantes distintas⁵¹⁷. As outras duas partes (sem numerar), continuação desta, saíram ambas com o título de *Friderico Segundo Rei da Prussia*. Não constam mais peças traduzidas da autoria de Francisco Comella senão estas que acabamos de comentar, tanto dentro do nosso escopo temporal como em qualquer outro momento, o que indicia que o sucesso de que gozou o dramaturgo catalão nestes finais do século XVIII é indestrinçável da popularidade da figura que primeiro traduziu, encenou e protagonizou a sua trilogia prussiana – o já referido António José da Paula.

Seguindo a ordem cronológica pela que começámos, haveria que referir como, na mesma década de 1790, e pouco depois das peças de Comella, aparecem traduzidas pela primeira vez (1796) as *Fábulas* de Iriarte de que já atrás nos ocupámos (*vid. supra* III.2.3). Localizámos, ainda, entre outros, dois títulos literários traduzidos com relativa celeridade nos anos de 1802 (data da vinda a lume de *O Evangelho em triunfo* de Olavide) e 1820 (em que sai *A vítima da Inquisição* de Luis Guitérrez, posteriormente

⁵¹⁵ Talvez por essa mesma altura se tenha reeditado esta versão de Paula, pois Gonçalves Rodrigues (GRI 2258) regista uma espécie datada em 18--. Por não termos encontrado mais notícias de dita (suposta) reimpressão, não a incluímos no catálogo em anexo.

⁵¹⁶ Fá-lo nos seguintes termos: “Resurge vesgo e torto o gran Fred’rico, / Mestiço nas feições, crespo na melena. [da Paula, segundo informa Inocêncio, “era da côr parda, ou mulato na phrase vulgar”] / Tem gesto fanfarrão, alma pequena, / Mas o peito é flammante, o trajo é rico. / Faz caretas ao povo em ar de nico, / Co’o retrato de um burro avilta a scena; / Pede chá, e café, tinteiro e penna; / Temo que alguma vez peça o penico! / Estupido tropel co’as mãos o approva, / Pé merecendo o vandalo guerreiro, / Que avesso do que foi sahio da cova! / Comico sem-sabor, porém matreiro, / Pedra philosophal de especie nova, / Que torna parvoices em dinheiro!” (*apud* DBP, VIII: 208).

⁵¹⁷ No Arquivo do Teatro D. Maria II conservam-se dois exemplares deste texto. O que leva a cota FG 16550 (dig. em: http://biblioteca.teatro-dmaria.pt/catalogo/pub_pdf/TNDM_FG_016550_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf) tem no fim da p. 39 a seguinte nota: “Fica-se imprimindo a II., e a III. parte, &c.”. Já o exemplar catalogado com a cota FG 17011 (dig. em: e http://biblioteca.teatro-dmaria.pt/catalogo/pub_pdf/TNDM_FG_017011_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf) leva na mesma p. 39 estas indicações: “Fim da Primeira Parte” (antes do pé de imprensa) e “Vende-se em casa de João Henriques, com lugar de livros na Arcada descuberta na Real Praça do Commercio; onde se achará hum grande sortimento de Comedias, e Papeis curiosos” (depois do pé de imprensa). Além disso, esta edição saiu com um rodapé na p. [1] que indica “Parte I”, ausente na outra edição.

reeditada) – ambos serão comentados no próximo capítulo (III.2.5). Avançaremos agora, portanto, para o momento em que, consoante já assinalámos, se concentra o maior número de traduções de textos literários castelhanos temporalmente concomitantes: a década de 1830 e seguintes.

A partir daí é apreciável um aumento destacado do fluxo de traduções do espanhol de tais características (distância temporal entre as datas de publicação do texto de partida e o de chegada relativamente pequena). Nos anos trinta esses translatos são divulgados exclusivamente na imprensa periódica e só nos anos quarenta é que surgem textos traduzidos do castelhano editados em formatos autónomos (com destaque para os romances de Ayguals de Izco, como veremos). Os produtos do sistema literário espanhol importados por via tradutória nesse trecho temporal (1830-1850), pertencentes aos géneros lírico, narrativo ou ensaístico (nada se traduz, curiosamente, do género dramático), representam modelos repertoriais tipicamente românticos. Deparamo-nos essencialmente com traduções de poemas, de textos da narrativa de ficção (contos e relatos breves, romances históricos ou romances *costumbristas*-folhetinescos) e de artigos literários ou textos jornalísticos concebidos para a sua publicação em periódicos e revistas. Embora alguns desses textos traduzidos circulem já na cultura de partida sem atribuição autoral, e outros sejam da autoria de escritores hoje esquecidos ou considerados “menores”, entre os produtores traduzidos nesta época figuram também alguns dos nomes mais consagrados e canonizados do Romantismo espanhol – é o caso, por exemplo, de Larra (traduzido a partir de 1839), Espronceda, o Duque de Rivas ou Zorrilla (estes últimos, trasladados para português nos finais da década de 1840).

Traçado este quadro geral da tradução romântica, começaremos o nosso (inevitavelmente lacónico e incompleto) percurso pelos textos traduzidos do género narrativo, o qual a partir da década de trinta apresenta uma série “rasgos indicadores de los nuevos usos de los lectores y en las lecturas” no seio de um sistema literário (o espanhol, no caso – mas também o português) em que o mundo do livro e das práticas leitoras haviam permanecido “anclados en las prácticas del Antiguo Régimen durante los treinta primeros años del siglo”, com “peculiaridades” como “la pervivencia de la literatura de cordel y el clima de oralidad que envolvió la transmisión de los textos impresos” (Romero Tobar, 1998: 561). Pelo menos nove espécies do catálogo em apêndice são traduções de textos breves que se enquadram dentro da narrativa de ficção espanhola contemporânea, divulgados mormente em jornais e revistas e não raro

publicados no mesmo ano da edição em versão portuguesa. Encontramos essas traduções nos anos de 1834 (1.2-25), 1839 (1.2-67 e 1.2-73), 1841 (1.2-82), 1842 (1.2-85), 1843 (1.2-86), 1848 (1.2-104 e 1.2-107) e 1849 (1.2-128). De todas elas – e por não termos espaço para mais – destacaremos o relato ou novela “Dous artistas” (1.2-104), translatado de “Los dos artistas”, de José Bermúdez de Castro⁵¹⁸ – já o mencionámos num capítulo anterior (o III.2.2), pois vinha apenso a *O Busca-pé* (1848), versão portuguesa de *El buscapié* de Adolfo de Castro (1848), falsamente atribuído a Miguel de Cervantes. Trata-se de uma relativamente longa narração que imagina o encontro em Sevilha de um jovem e principiante Diego de Velázquez com um velho e experiente, mas esquecido de todos, Miguel de Cervantes. Projectando literariamente o escritor como casual mentor da titubeante e insegura personagem do pintor, e através do recurso à écfrase e ao diálogo auto-reflexivo, situa-se o primeiro na génese de *El Aguador de Sevilla* do segundo – de maneira que, por extensão, Cervantes seria o artífice da viragem pictórica para o *realismo* que iria tornar Velázquez num *génio* universal. Por isso, em palavras de María José Alonso Seoane, este relato de Bermúdez de Castro

ejemplifica el deseo de realismo romántico en el arte a través de una supuesta relación entre Cervantes y Velázquez, elevada a símbolo de la unión entre las letras y la artes en la tradición española que se quiere reivindicar. Sin detenernos en su análisis, en el aspecto que ahora interesa parece evidente que la narración de Bermúdez de Castro [...] asume todos los principios románticos sobre el arte, en pintura y literatura, ficcionalizándolos en los dos personajes históricos paradigmáticos.⁵¹⁹

Ainda dentro do género da narrativa ficcional, outras seis espécies que inventariámos respondem a romances editados em volume entre os anos 1845 e 1850. Uma, de 1845, é *O donzel de D. Henrique o enfermo*, tradução de *El doncel de don Enrique el Doliente* de Larra (ocupar-nos-emos um pouco mais à frente deste autor). As cinco restantes (1848 a 1850) são relativas a obras da autoria do outrora celebrado político, empresário livreiro, tradutor e escritor vinarocense Wenceslao Ayguals de Izco – todas elas bem ilustrativas dessa mesma apetência romântica de realismo

⁵¹⁸ Publicado originalmente na revista *El Artista* de 14 de Junho de 1835, e pouco depois reproduzido compendiadamente em *La Revista Espanhola* (28 de Junho de 1835), este relato fez parte da antologia preparada por Eugenio Ochoa em 1840 (*Apuntes para una biblioteca de escritores en prosa y verso*).

⁵¹⁹ María José Alonso Seoane, “Arte y artistas en el Romanticismo desde el artículo literario y el relato de ficción en prensa”, texto de 2008 disponível na edição digital (2012) da Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes: <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmchd8g6> (consultado a 23/12/2015). A mesma estudiosa proporciona, num trabalho anterior (2005) consultável a partir da mesma biblioteca virtual, “Algunos datos sobre José Bermúdez de Castro” – autor que ficou eclipsado pela fama do seu irmão Salvador, a quem nos referiremos mais abaixo.

(*costumbrista*), não isento de um claro afã moralizante, que se viu há instantes a propósito de “Los dos artistas”. A divisa da obra de Ayguals poderia ser esta, que retiramos de um dos seus romances (*El palácio de los crímenes*, de 1855): “copiemos al hombre tal como es para enseñarle cómo debe ser”⁵²⁰. O autor segue o modelo do romance social francês, escrevendo no encalço, nomeadamente, de autores como Eugène Sue, George Sand, Victor Hugo ou Paul de Kock – não por acaso compulsivamente traduzidos para português à época, segundo pudemos comprovar no nosso exame de *A Tradução em Portugal*. Na sua produção narrativa partilham o protagonismo as camadas sociais baixas urbanas juntamente com a aristocracia e o clero – a todas elas pretende retratar, advogando “por las clases menesterosas”. Numa exploração explícita e consciente do potencial combativo da literatura (as *letras* são, de novo, *armas*), deseja apresentar “el vicio en toda su deformidad, ora se oculte haraposo en hediondas cavernas, ora ostente bordados y condecoraciones en los salones del gran mundo, ora vista sacrílegamente la modesta túnica del Salvador”, segundo afirma num paratexto autoral⁵²¹.

Ayguals de Izco foi, partindo desses pressupostos, o introdutor do formato do romance “por entregas” na literatura espanhola original⁵²². Tal inovação repertorial – da qual o autor tinha, por acaso, perfeita noção – acontece com uma trilogia publicada entre 1845 e 1855, primeiro em fascículos e depois em livro, à volta da personagem de Maria, heroína popular que consegue ascender socialmente, e do seu núcleo familiar. Esta trilogia começa com os dois volumes de *María, la hija de un jornalero. Historia-novela original* (1845-1846) – um romance de enorme sucesso editorial, também graças às estratégias de autopromoção e ao excelente olfacto comercial de Ayguals. A obra em

⁵²⁰ As edições originais de Ayguals de Izco estão disponíveis na GB, por onde citamos. A frase em concreto aparece no volume segundo, página 203, da obra atrás referida.

⁵²¹ “A Mr. Eugenio Süe”, em *Maria la hija de un jornalero*, Madrid, Imprenta de D. Wenceslao Ayguals de Izco, 1847, tomo I, página 5 (edição disponível na GB).

⁵²² A obra de Ayguals de Izco, quer como produtor, quer como editor literário, faz parte desses “fenómenos de ruptura más significativos [...] que constituyen la plataforma material sobre la que se construirían las prácticas lectoras posteriores hasta llegar a nuestra época postgutemberiana y ciberespacial” (Romero Tobar, 1998: 570-571), entre os que assinala o historiador as publicações folhetinescas “por entregas”, as quais “en España se afianzaron en la década de los cuarenta limitándose a reproducir modelos simbólicos, narrativos e industriales análogos a los del mundo editorial francés” (Romero Tobar, 1998: 571-572). Neste contexto de transformação sistémica há que incluir o público receptor. A este respeito, o mesmo Romero Tobar diz-nos: “Lo que podemos suponer sobre el hipotético público suscriptor de las más divulgadas novelas por entregas de Wenceslao Ayguals de Izco (años 1845-1849) es que se trataba de un lectorado fundamentalmente burgués con capacidad económica adquisitiva y una complicidad ideológica con el discurso moderadamente progresista del escritor” (Romero Tobar, 1998: 566), se bem que a difusão e consumo desses mesmos romances poderá ter atingido um leque mais alargado de leitores ou *ouvintes*.

questão foi simultaneamente autotraduzida para francês e apadrinhada por Eugène Sue, que o prologa⁵²³. Ao dar a lume em língua francesa a sua *María Ayguals* tem, ainda, outro intuito em mente. Com ela pretende contribuir a cumprir também um dos propósitos que persiste nas várias feições do seu labor como agente cultural – a reabilitação imagológica da Espanha exotizada, orientalizada e estereotipada que estava a construir o Romantismo Europeu da altura (a *Carmen* de Mérimée é de 1845). Na dedicatória a Sue diz:

Al presentar la historia de recientes acontecimientos políticos de Madrid [durante la época mas fecunda en lances extraordinarios, esto es, desde que empezó á regir el *Estatuto Real* – 1833, Martínez de la Rosa, hasta los ruidosos sucesos de la Granja – 1837], enlazada con incidentes dramáticos de pura invencion, trato tambien de describir las costumbres de todas las clases del pueblo, costumbres españolas, que os son enteramente desconocidas, á vosotros los extranjeros, si hemos de juzgar por vuestros escritos.

Os hablo con la franqueza de la amistad, mi respetable amigo; y si os comprendo en el número de los que habéis penetrado mal el carácter é índole de los españoles, á pesar de haber bebido las aguas del Guadalquivir, es porque así lo patentizais al describir nuestras costumbres andaluzas en vuestras novelas marítimas.

Figúranse además muchos extranjeros (estoy muy lejos de incluiros en ese número) que en España no hay mas que manolos y manolas; que desde la pobre verdulera hasta la marquesa mas encopetada, llevan todas las mujeres en la liga su navaja de Albacete, que tanto en las tabernas de Lavapiés como en los salones de la aristocracia, no se baila mas que el bolero, la cachucha y el fandango; que las señoras fuman su cigarrito de papel, y que los hombres somos todos toreros y matachines de capa parda, trabuco y sombrero calañés.⁵²⁴

As respectivas edições portuguesas de *María, la hija de un jornalero* são as consignadas no catálogo em apêndice com os números 1.1-285, 1.1-291 e 1.1-293. As duas primeiras (anos 1848 e 1849) respondem à primeira versão do romance (dois volumes). A terceira e última diz respeito à retradução, feita a partir da versão francesa, logo no ano de 1849 (também em dois tomos). O segundo título da trilogia é *La Marquesa de Bellaflor o El niño de la Inclusa* (1846-1847), de que também encontramos versão traduzida no nosso lapso temporal (1849, anexo 1.1-294) – não assim do romance que colmata a trilogia, *El palacio de los crímenes o El pueblo y sus opresores* (1855). Outra das obras narrativas de Ayguals traduzida para português foi

⁵²³ Esta autotradução publicada de forma simultânea à versão espanhola levou o título de *Marie l'Espagnole, ou la Victime [sic] d'un Moine*. Houve, ademais, edições em italiano e alemão. Quanto ao patrocínio simbólico que lhe briundou Sue, cabe sublinhar que *Le juif errant* (1844-1845) fora traduzida e publicada em espanhol por Ayguals, em 1845.

⁵²⁴ Página 6 da edição atrás indicada (GB).

Ricos y pobres o La bruja de Madrid, cujos dos primeiros volumes saíram em 1850 (1.1-301), e o terceiro em 1851. Convém salientar, aliás, que uma parte significativa das edições portuguesas de Ayguals ficam já fora do nosso marco cronológico⁵²⁵.

Quanto ao género lírico, já atrás frisámos o facto de se darem a conhecer pelos anos finais do nosso estudo poetas do prestígio de Espronceda, Rivas ou Zorrilla. Diremos antes de mais que o acolhimento translativo de que gozou na literatura portuguesa o primeiro dos agora enumerados, José de Espronceda, o “lord Byron hispânico” (Magalhães, 2007c: 119), resulta minúsculo quando comparado com a sua recepção, por parte de uma elite (a dos produtores literários), em versão não traduzida. A este último respeito, remetemos para os trabalhos de Fátima Freitas Morna (1999) e Gabriel Magalhães (2007c). Ambos ilustram com pormenor o que acabámos de afirmar, atestando ao mesmo tempo “a pouco assinalada comunicação entre os romantismos peninsulares, que terá existido mais do que em geral se reconhece” (Morna, 1999: 260-261). Convém sublinhar, pois, que Espronceda esteve “mais presente [no romantismo português] do que as suas traduções, identificadas como tal⁵²⁶, deixam supor” (Morna, 1999: 266). Estamos, portanto, diante de um autor profusa e produtivamente lido, em castelhano, pelos românticos portugueses (os da dita *Segunda Geração*), que lhe rendem homenagem através das mais variadas formas de intertextualidade (da citação epigráfica à recriação poética) e para os quais a sua celeberrima “Canción del pirata” se torna em modelo (*cfr.* Morna, 1999)⁵²⁷.

É esse, justamente, o texto de partida da que constitui a primeira tradução portuguesa de Espronceda – uma tradução que data de 1846, poucos anos depois do

⁵²⁵ Pela consulta que fizemos na PORB, são quatro os romances deste autor vertidos para a língua portuguesa entre 1848 e 19--. Além dos já citados (nalguns casos reeditados depois de 1850), consta *Justicia divina o El hijo del deshonor* (tradução portuguesa publicada em 188-, em versão de José Rodrigues da Cruz). GR11 6563 regista uma alegada tradução de *Pobres y ricos* no ano de 1848 (anterior, portanto, à vinda a lume do próprio original), supostamente publicada na *Bibliotheca das Damas*. Naturalmente, esta entrada de Rodrigues está errada – consultámos os quatro volumes que da *Bibliotheca das Damas* conserva a BNP para tentar perceber a origem do erro de GR, mas não tivemos sucesso.

⁵²⁶ O inciso da estudiosa tem a ver com um assunto já aqui tratado (*vid. supra* II.4 e III.1.1): as dificuldades para destrinçar com clareza os diversos tipos de *reescrita* (diálogo intertextual, tradução, imitação, versão, paráfrase, plágio...), assim como para precisar a relação que os textos estabelecem com as suas fontes ou modelos. A este respeito, *cfr.* Morna, 1999: 266-267.

⁵²⁷ O trabalho de Morna (1999) incide no estudo da pegada deste poema de matriz byroniana na lírica romântica portuguesa dos anos cinquenta. A autora leva-nos, ainda, e sempre através da “Canción” de Espronceda, a realizar um interessante e muito necessário exercício de “reatamento dos fios menos visíveis de uma tradição” que do primeiro romantismo (Garrett) chega a Fernando Pessoa “sem os saltos abruptos que [...] desde o ponto de vista mais comum hoje em dia, sobrevoa simplesmente uma parte considerável desse século” (Morna, 1999: 266 e 255), com o conseguinte obscurecimento das zonas intermédias que conduziram paulatinamente à *modernidade* poética na literatura portuguesa – são essas zonas intermédias ensombradas pela historiografia literária as que Morna ilumina com este seu trabalho.

falecimento do poeta de Almendralejo (1842). A ela já nos referimos na primeira parte desta tese (I.1 e I.3.2): trata-se da versão de Mendes Leal incluída, sem contudo referir o nome do poeta traduzido, num dos números da *Revista Universal Lisbonense* (1.2-96)⁵²⁸. Acerca do tradutor, José da Silva Mendes Leal, convirá lembrar, com Fátima Morna, a sua relevância e prestígio no sistema importador da altura, a despeito da sua “quase ausência na memória literária, hoje”: “célebre desde finais dos anos trinta como dramaturgo e romancista”, para os anos cinquenta o escritor tornar-se-á “uma referência fundamental no panorama poético português”, sendo por muitos considerado o sucessor de Garrett e Herculano (Morna, 1999: 263-264). O papel de Mendes Leal no processo de consagração de Espronceda em Portugal não se ficou, ao que parece, pela tradução da sua famosa canção. É numa publicação periódica por ele dirigida, a *Revista Peninsular*, que vem a lume, em 1855, um artigo escrito sob o pseudónimo de Silvio Silvis de la Selva sobre “Espronceda e a poesia romântica em Hispanha” (I, n.º 2, p. 49-61). Morna (1999: 263, n. 33) não identifica a personalidade deste “misterioso colaborador do periódico”, mas Silvis de la Selva não é outro senão o irrequieto e multifacetado iberista Sinibaldo de Mas y Sanz (Pérez Corrales, 2003: 93), co-fundador, com Juan Valera e Carlos José Caldeira, da mesma *Revista Peninsular* (vid. *supra* I.3.2).

A segunda e última tradução de Espronceda que fica registada no nosso catálogo (sabemos que houve mais alguma posterior ao nosso termo *ad quem*⁵²⁹), também publicada de forma avulsa (1848) mas de autoria desconhecida, diz respeito a um “fragmento de *El diablo mundo*” (1.2-106), poema inconcluso que havia sido dado a conhecer originalmente “por entregas” entre os anos 1840 e 1841⁵³⁰, e que o patusco

⁵²⁸ Mendes Leal reeditar esta sua versão de “A canção do pirata” em *Canticos* (Lisboa, 1858), desta feita indicando já que, além de se tratar de uma tradução “do hespanhol”, o texto original é “de Espronceda”.

⁵²⁹ Morna (1999: 264) aponta uma nova versão da “Canción del pirata”, por Augusto Malheiro Dias, publicada no *Mosaico* em 1864. Romero Ortiz (1869: p. 241, n. 1) informa de que o “Canto a Teresa” foi traduzido por Manuel Rousado e publicado em *Noites de Lisboa* (1866). Romero Ortiz considera esta “como una de las mejores versiones” das “poquíssimas” poesias castelhanas traduzidas para o português no século XIX.

⁵³⁰ A obra começou a ser publicada em cadernos a partir de Julho de 1840 por I. Boix (Madrid). Desta primeira edição constam um prólogo de Antonio Ros de Olano, a “Introducción” do poema e os cantos I e II. Antes de vir a lume a segunda edição (I. Boix, 1841 – vai até ao canto VI), sai em *El Iris* (n.º 1, 7 de Fevereiro de 1841, pp. 23-24) mais um fragmento intitulado “El ángel y el poeta”, que depois não se inclui na segunda edição do texto já mencionada, mas que desde finais do século XIX costuma figurar como apêndice, tal como acontece com “La traslación de las cenizas de Napoleón” (*El Iris*, 28 de Fevereiro de 1841). Também saem alguns excertos na revista *El Pensamiento*: “El diablo mundo. I Fragmento” e “II Fragmento” (n.º 1, 15 de Maio de 1841, pp. 18-20), e “Fragmentos de El Diablo mundo. Canto V, Cuadro II, escena 1” (n.º 2, 31 de Maio de 1841, pp. 33-38). Os versos do inacabado canto VII deram-se a conhecer postumamente (a partir de 1853).

narrador camiliano de *Onde está a felicidade?* (1856) ironicamente presume ser um velho conhecido da “minha estudiosa leitora”, pois “a literatura espanhola e a chinesa anda por mão de todos” (*cfr.* Magalhães, 2007c, particularmente as páginas 114 – por onde citamos – e seguintes). Mesmo sendo esta nossa abordagem do autor necessariamente sintética, não podemos deixar de mencionar para finalizar a sua passagem, durante a Década Ominosa, por Portugal (da qual deixa constância nalguns artigos de jornal). Lembrar-se-ão, ainda, os apelos *iberistas* que lança num texto intitulado “España y Portugal” (publicado em *El Pensamiento* em 1841, *apud* Dasilva, 2008: 16-17) a que já atrás (I.1) nos referimos por surgir nele mais uma referência à “muralla de la China” que separa os dois países.

Aos dois últimos autores do cânone romântico acima mencionados, o duque de Rivas e José Zorrilla, encontrámo-los traduzidos por vez primeira no ano de 1848 – o mesmo em que se dão a conhecer em versão portuguesa, também pela primeira vez, Ventura Ruiz Aguilera e Salvador Bermúdez de Castro. O *Jardim das Damas* publica nessa data os poemas seguintes: “A uma aguia”, de Zorrilla, versão José Osorio (1.2-100); “Canto saphico”, de Salvador Bermúdez de Castro, versão anónima (1.2-102); e “O harem”, do mesmo Bermúdez de Castro, traduzido por José Osorio (1.2-108). Deste último autor⁵³¹ é ainda impresso no mesmo *annus mirabilis* da tradução romântica (1848) o romance em verso *O Mestre de Santiago* (1.1-288), em formato autónomo – o seu tradutor, Evaristo Basto, era colaborador de *O Trovador*. De Ángel de Saavedra, duque de Rivas⁵³², publica-se no agora citado *O Trovador*⁵³³, e em idêntica data, “*As Estrellas*” (*sic*), versão de Augusto Lima (1.2-98). Quanto a Ventura Ruiz Aguilera,

⁵³¹ Salvador Bermúdez de Castro viveu alguns anos em Lisboa, provavelmente a causa da sua carreira diplomática (*vid.* Morna, 1999: 262).

⁵³² Os dois volumes de *Garrett e Rivas: o Romantismo em Espanha e Portugal* (Magalhães, 2009), para os que remetemos neste ponto, fornecem uma perspectiva bem mais ampla da recepção do autor em Portugal, entre muitas outras coisas. Partindo de uma minuciosa análise dos percursos literários do duque de Rivas e do visconde de Almeida Garrett, este impressionante estudo/ensaio de Gabriel Magalhães (2009) desemboca numa abordagem comparatista do romantismo peninsular ou ibérico no seu conjunto, atingindo finalmente uma visão de grande angular que nos leva a reler a nossa própria contemporaneidade, pois Rivas e Garrett são-nos ali apresentados como *profetas* da cultura em que vivemos.

⁵³³ É esta uma das publicações periódicas em que, por acaso, mais bem documentado fica o conhecimento que os românticos portugueses da Segunda Geração tinham dos românticos espanhóis, nomeadamente através das epígrafes constantes em que se citam versos de poetas como os já referidos (Espronceda, Rivas, Zorrilla, Bermúdez de Castro) e também José Joaquín de Mora, Francisco de Castro, Antonio Gil y Zárate, Juan Bautista de Arriaza ou Joaquín Francisco Pacheco (*cfr.* Morna, 1999: 262).

aparece traduzido por Joaquim Marcelino de Matos (a quem já mencionámos anteriormente: *vid. supra* II.6.2⁵³⁴) o poema “O tributo de sangue” (1.2-110)⁵³⁵.

Fazem ainda parte do nosso elenco de poetas traduzidos por estes anos (aqueles em que remata o nosso inventário) os nomes de Carolina Coronado e de Luis Rivera. De ambos ficam registadas espécies no ano 1850 – e ambos apresentam ligações, biográficas e literárias, com Portugal. No caso da primeira autora, essas ligações, profundas, são já relativamente bem conhecidas. Relegada durante muito tempo à lista de autores *menores* ou *secundários*, a figura de Carolina Coronado (estremenha de Almendralejo, como Espronceda) tem vindo a ser resgatada nas três últimas décadas, acompanhando a necessária reconfiguração de um cânone literário que dava escasso cabimento à literatura feminina. Os trabalhos académicos que contribuíram para essa revisão do lugar de Coronado no Romantismo espanhol permitiram-nos também não apenas saber mais acerca da sua presença em Portugal (para onde se transferiu em 1873 e onde faleceu, em 1910), como sobretudo avaliar a intensa presença de Portugal na sua produção literária⁵³⁶. O grosso da importação por via translativa da obra de Carolina Coronado situa-se fora lapso temporal que nesta tese examinamos. Mesmo assim, já no ano de 1850, como dissemos, encontramos traduzido em *A Esmeralda* o poema “Primavera antecipada” (1.2-140), versão de Augusto Lima (atrás mencionado como tradutor de Rivas). Uns meses antes, o mesmo jornal, havia dedicado um artigo à autora por ocasião da publicação do romance *Adoración*. Porque de uma escritora romântica tratamos, mencionaremos ainda, de passagem, o facto de que em 1844 são publicados em tradução portuguesa uns “Apontamentos biográficos da Condessa de Merlin” feitos por Gertrudis Gómez de Avellaneda (1.2-89). Trata-se da apresentação que Gómez de

⁵³⁴ É autor de mais traduções do castelhano por estes anos (1848-1850). Inocência ocupa-se dele em DBP, IV: 130-131.

⁵³⁵ Novas traduções portuguesas do poeta salmantino serão realizadas fora do período que aqui estudamos (segunda metade do século XIX). Ventura Ruiz Aguilera adquirirá pelos finais da década de 1860 um papel destacado como iberista (monárquico). Valeria a pena debruçar-se no envoltório peritextual (prólogos, notas introdutórias aos poemas) que acompanham as diversas edições castelhanas dos seus livros de poemas nessa segunda metade da centúria. Entre outras coisas, o autor deixa transparecer neles a importância que concedia à difusão e reconhecimento da sua produção noutras línguas, rendendo homenagem constante aos seus tradutores – Cláudio de Chaby, Marcelino Matos, José Simões Dias e Cláudio José Nunes, no que atinge à língua portuguesa.

⁵³⁶ *Cfr.* Alberto Castilla, “Portugal en la obra de Carolina Coronado”, *Cuadernos de ALDEEU*, IX, n.º 2, 1993, pp. 181-190 e, mais recentemente, Noemí Pérez Pérez, “La concepción de Portugal en la obra de Carolina Coronado”, in Gabriel Magalhães (ed.), *Actas do Congreso RELIPES III*, Salamanca, Celya, 2007, pp. 261-278. *Vid. tm.* Ramón Gómez de la Serna, *Mi tía Carolina Coronado*, Buenos Aires, Emecé, 1942.

Avellaneda faz da sua conterrânea a Marquesa de Merlin (a qual escreve em francês), inserida em jeito de prefácio à tradução espanhola de *Viaje a la Habana* (1844).

Estremenho como Carolina Coronado, e apenas uns anos mais novo, é o escritor Luis Rivera, hoje completamente esquecido⁵³⁷. Julgamos, por isso e não só, que valerá a pena deter-se nele por uns instantes – em breve se perceberá melhor o porquê. Apesar de que, segundo agora veremos, parece que foram vários os textos líricos deste escritor divulgados em versão traduzida pela imprensa periódica da altura, nós apenas localizámos uma (1850), em tradução anónima: “A uma açucena” (1.2-136). Em *A Tradução em Portugal* regista-se, erradamente, “A la fuente de las lagrimas” (GRII 7053) – um poema que, na realidade, apareceu em versão original castelhana⁵³⁸. Em qualquer caso, não deixaremos de mencionar, brevemente, um projecto editorial de dimensões *lato sensu* iberistas que lhe diz respeito.

Em 1850 sai dos prelos da Typographia da Revista Universal Lisbonense um volume intitulado *Poesias de D. Luís Rivera*⁵³⁹ – todas elas (vinte e nove) vão em língua castelhana. O facto, curioso embora não novo, de se publicar um livro em língua espanhola em Portugal, é sublinhado pelo próprio editor, S. J. Ribeiro de Sá, na nota prefacial com que se abre o livro⁵⁴⁰, onde deixa constância do passo por Lisboa deste “moço poeta hespanhol”⁵⁴¹. Informa-nos, ainda, de que “Quasi todos os jornaes portuguezes, politicos e litterarios, publicaram poesias do sr. Rivera: algumas foram traduzidas. O acolhimento que tiveram nos levou a tomar a resolução de publicar em um

⁵³⁷ Luis Rivera (Valência de Alcántara, 1826-Madrid, 1872) foi autor de um vasta produção literária, da qual quantitativamente se destaca a teatral. A Biblioteca Digital Hispánica da BNE disponibiliza diversas peças da sua autoria, incluindo várias zarzuelas, algumas musicadas por Barbieri. Rivera dirigiu também *El siglo ilustrado* e foi co-fundador do *Gil Blas*, onde defendeu as suas ideias republicanas.

⁵³⁸ Fê-lo em *O Observador. Jornal Politico e Litterario* de Coimbra a 19 de Janeiro de 1850 (Rodrigues engana-se também no dia – dá 12 de Janeiro), dedicado “A la exm.^a sra. D. Maria da Concepcion Pereira da Silva”. O poema aparece na primeira página desse número, e vai datado em Coimbra, “16 de Enero de 1850”; ou seja, apenas três dias antes da sua vinda a lume.

⁵³⁹ Não encontrámos esta obra na BNP, senão em <https://archive.org/details/poesiasdeluisriv00rive#> (consultado a 28 de Agosto de 2015), onde se acede à digitalização do exemplar que se conserva na biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (*The Library of Congress*) com a cota PQ6561.R55 P6.

⁵⁴⁰ “A edição de um livro hespanhol feita em Lisboa parece-nos um facto interessante, e bem differente do que significavam no tempo dos Filippes e de D. João V edições semelhantes. Não é a força que domina, nem a lingua que se abastarda, são os interesses de duas litteraturas que nós queremos começar a unir por meios desta natureza.” Este prólogo editorial (páginas V-IX) é, de resto, toda uma proclama. Bastará citar o começo: “Estamos perto da Hespanha, e não a conhecemos. // A raia é como um deserto immenso que divide a Peninsula em duas partes, que o pensamento e os interesses aproximam; mas que vivem afastadas, com grave prejuizo de ambos os povos”.

⁵⁴¹ Alguns dos poemas da antologia vão datados em Lisboa, Coimbra e o Porto (quer dizer quer foram compostos durante a sua estadia em Portugal), ou são endereçados a figuras portuguesas que chama de “amigos”, como Mendes Leal ou Lopes de Mendonça. Também dedica uma poesia “A la poetisa Carolina Coronado”. Sublinhem-se, ainda, composições como a oda “A Camões”, o poema “Lisboa” ou o significativamente intitulado “Union!”, por exemplo.

volume, não só as publicadas, mas muitas outras ineditas”. Além disso, diz-nos Ribeiro de Sá que esta sua iniciativa responde também ao desejo de “levar algumas pedras para o alicerce” de uma ponte de comunicação entre Espanha e Portugal; uma união “do pensamento” que sobrevoe “o abysmo que nos separa”⁵⁴².

Finalizaremos este apertado percurso pelas traduções contemporâneas das décadas de trinta e quarenta debruçando-nos um pouco sobre os textos jornalísticos. Os relativamente abundantes *translatos* do espanhol com que nos deparamos nas publicações periódicas portuguesas destes anos – e estamos certos, já o assinalámos, de que há muitos mais dos que aqui reunimos: *vid. supra* III.1.2 e III.1.3 –, muitas vezes anónimos, cobrem os mais amplos géneros jornalísticos, de opinião como informativos. No que atinge ao artigo literário, haverá que começar por sublinhar o facto de figurarem no nosso *corpus* os dois autores mais representativos a esse respeito, Larra e Mesonero Romanos, as “dos caras de la moneda” do subgénero do *cuadro de costumbres* (Blanco Aguinaga, Rodríguez Puértolas e Zavala, 2000, II: 30).

Das traduções portuguesas de Mesonero Romanos ocupar-nos-emos um pouco mais abaixo. Quanto a Mariano José de Larra – autor paradigmático do primeiro Romantismo espanhol (e, como no caso de outros traduzidos por esta época já referidos, vinculado biograficamente a Portugal⁵⁴³) – o nosso catálogo contempla duas versões, ambas publicadas a título póstumo, transcorridos poucos anos da sua prematura morte (1837). A primeira sai de forma avulsa na imprensa periódica em 1839 e tem como ponto de partida o artigo “Ya soy redactor” (anexo 1.2-71), um dos mais conhecidos de Fígaro (o original é de 1833). A segunda data de 1845, quando se dão a conhecer os quatro volumes de *O donzel de D. Henrique o enfermo* (*vid. anexo 1.1-279*), *translato* do romance histórico que tinha vindo a lume em castelhano em 1834. Não é por acaso que M. A. da Silva, o ignoto responsável por esta versão enriquecida com notas de rodapé, é também tradutor de Walter Scott – a pesquisa na PORB devolve cinco títulos

⁵⁴² Por seu turno, Rivera escreve “Dos palabras” a modo de introdução (pp. XI-XII), onde diz: “Por lo demas, me es indiferente publicarlas [mis poesías] en Madrid que en Lisboa. Creo que mi patria limita por todas partes con el oceano escepto por los Pirineos”.

⁵⁴³ Larra esteve perto de um mês em Lisboa em 1835, no contexto da primeira guerra carlista, donde partiu para Londres e, depois, Paris. Dessa estadia deixou constância num artigo que ficou inédito até ao século XX: “Fígaro em Lisboa. Adiós a la patria”. Além disso, e por sinal, os avós paternos, com os que passou os anos da sua primeira infância (os anteriores aos do exílio francês), eram também oriundos de Lisboa. Na biografia de Jesús Miranda de Larra (*Larra: Biografía de un hombre desesperado*, Madrid, Aguilar, 2009) sugere-se que na precocidade do pequeno Larra muito teria a ver a educação recebida da avó portuguesa, mulher culta e sensível, pois “hay que considerar que en aquel tiempo el nivel cultural de Portugal aventajaba significativamente al español”.

associados ao seu nome: um relativo à tradução de Larra que agora nos ocupa (Typographia Rollandiana, 1845), mais quatro translatos de Scott (Typographia de G. M. Martins, 1842-1844). A nossa, por motivos óbvios, apertadíssima apresentação da importação por via tradutória de Larra ficar-se-á por aqui para retomar o fio da meada – estávamos a começar a tratar, lembramos, as traduções jornalísticas.

Além do artigo de Fígaro que se acabou de mencionar, devem a este título ser referidas, entre outras de que já não nos poderemos ocupar, as traduções de textos de Abenámar, pseudónimo de Santos López-Pelegrín Zabala, pois são da sua autoria três artigos *costumbristas* publicados em versão portuguesa no *Correio de Lisboa* em 1839, a 27 de Novembro, 6 de Dezembro e 11 de Dezembro (*vid.* anexo 1.2-65, 1.2-76 e 1.2-77). Todos eles procedem do espanhol *El Correo Nacional* (o jornal fundado por Andrés Borrego) dos meses de Outubro a Novembro de 1839, o que deixa ver a rapidez com que galgaram a *muralha* para serem acolhidos translativamente em Portugal. Há, depois, um conjunto de translatos que devemos destacar na medida em que ora reflectem as mudanças repertoriais que o sistema literário (cultural) estava a experimentar na altura, ora têm como assunto a própria literatura⁵⁴⁴, incluída a traduzida. Referiremos em primeiro lugar um pequeno grupo de textos em que podemos observar a nova sensibilidade romântica a penetrar e se afirmar (moderadamente, segundo veremos) pela via do ensaio jornalístico – quatro títulos publicados originalmente em periódicos espanhóis (sem nome de autor), e difundidos em versão traduzida em Portugal pela mesma via, todos eles da década de 1830. São eles (citamos agora pelos títulos em castelhano⁵⁴⁵): “De la poesía clásica, y de la romancesca” (de 1832, tradução publicada em 1833: *vid.* anexo 1.2-23), “De los diferentes modos de escribir la historia” (1834, tradução publicada em 1835: 1.2-33), “Leyendas patrióticas y cantos populares de los romanos” (de 1836, tradução publicada no mesmo ano: 1.2-43) e “Del suicidio” (de 1837, também publicado em tradução em 1837: 1.2-49).

O primeiro dos enumerados trata da “controversia” entre os dois modelos poéticos “contrapuestos” desde o título, procurando uma solução de compromisso entre os “partidarios acérrimos” ou “ciegos admiradores” de um e de outro. O primeiro modelo, diz-nos, baseia-se na imitação, por parte dos poetas modernos, “de los antiguos

⁵⁴⁴ Em 1839 saiu traduzido um artigo de um novíssimo Leopoldo Augusto de Cueto sobre a missão do poeta, publicado originalmente no mesmo ano (*vid.* anexo 1-2.66).

⁵⁴⁵ Os textos de partida estão disponíveis na HD-BNE. Dessa fonte retirámos todas as citações que se farão seguidamente.

griegos y romanos” e nele domina a razão. O segundo modelo, comandado pelo sentimento, emula a poesia “septentrional”, “melancólica, sombría y entregada á meditaciones profundas, ó bien ocupada en pintar la violencia de arrebatadas y terribles pasiones” cujo fundamento reside no “idealismo platónico ó el misticismo alemán”. O cerne do texto consiste na aposta por um romantismo *nacional*, pitoresco e moderado, “inspirado en nuestras instituciones políticas, hábitos y costumbres” e em padrões retirados da história literária própria (os romanceiros medievais e os dramas barrocos, designadamente). Assim, propõe a seguinte definição de “poesía romántica ó romancesca”⁵⁴⁶: “es la que sin seguir las huellas de los antiguos, busca sus asuntos y sus medios de interesar en la edad media, pintando las costumbres feudales ó caballerescas, y sirviéndose de las tradiciones y fábulas populares como de una nueva mitología para excitar por este medio emociones fuertes y recuerdos nacionales”.

“De los diferentes modos de escribir la historia” e “Leyendas patrióticas y cantos populares de los romanos” representam, respectivamente, a teoria e a prática da fascinação historicista que facilmente identificamos como tipicamente romântica, e que se estende aos diversos âmbitos literários, ficcionais (romances históricos, relatos *costumbristas*) como referenciais (historiografia). A necessidade e interesse do conhecimento do passado remoto, dos “tempos bárbaros” mas “heroicos” em que dão os povos “los primeros pasos en la vida social”, é defendida no primeiro texto e aplicada no segundo. Quanto a “Del suicidio”, voltamos a deparar-nos com a perspectiva conservadora, própria de quem advoga por um romantismo *atenuado* com respeito aos modelos europeus, que já notámos em “De la poesia clásica, y de la romancesca”. O desconhecido autor do artigo faz questão de isentar de culpabilidade a nova escola ou “doctrina” romântica em relação à “plaga destructora” dos suicídios que se tinha vindo a espalhar pela capital e todas as províncias espanholas à época, detendo-se em particular no *Werther*. A raiz ou “origen del mal” não radicaria na leitura de textos de teor análogo ao de Goethe senão, antes, no ateísmo materialista que estava na base desses mesmos textos e que começava a grassar no país:

⁵⁴⁶ Note-se como a designação deste novo modelo é questão ainda não resolvida à época (1832). A nomenclatura usada pelo articulista para referir a nova poesia vacila entre *romántica*, *romanesca* e *romancesca* (a preferida é esta última). Em nota de rodapé esclarece: “*Romantick* la llaman los ingleses y *romantique* los franceses: denominación tomada de los alemanes que la han derivado impropriamente de la lengua romana ó romance usado por los trovadores. Las palabras castellanas *romanesco* ó *romancesco* no corresponden exactamente al romantique; pero á falta de otra mas propia se han adoptado generalmente.”

Es una verdad eterna y probada que un pueblo sin religion no puede sostenerse, porque la religion es como el puntal que sostiene un edificio derruido... quitad ese puntal, y el edificio social vendrá abajo entre los gritos de los que perezcan, y las maldiciones de los que sobreviven. Por fortuna, en un pais altamente católico como el nuestro, aun no han cundido esas tendencias irreligiosas que son la plaga de las sociedades. // Mas por desgracia el aliento de la víbora ha atraído á varios incautos; y el dogma del materialismo ha hecho algunos prosélitos.

A estes quatro textos anónimos devemos acrescentar mais um, bem mais conhecido do que os até aqui comentados – nomeadamente porque, desta feita, vem assinado por Ramón de Mesonero Romanos. Referimo-nos ao intitulado “El romanticismo y los románticos”. A primeira edição em castelhano do artigo ou *cuadro de costumbres* em questão data de 1837, e encontrámo-lo traduzido para português em duas ocasiões: 1848 (anexo 1.2-109) e 1849 (anexo 1.2-127). A peça, de um humorismo magistral, ilustra à perfeição tanto a aptidão e predisposição para a zombaria sarcástica que é apanágio da prosa de Mesonero como o seu posicionamento no campo literário, inseparável da sua ideologia conservadora, ostensivamente contrária às inovações artísticas associadas ao romantismo liberal. Por forma a combater – a *encenar* – os excessos românticos da “actual generación”, Mesonero Romanos fabula a personagem hiperbólica e quijotesca do jovem escritor (o sobrinho do narrador), cujos elevados e exaltados ideais contrastam com o materialismo da criada galega. O carácter teatral deste quadro, que inclui aliás um esboço de “drama romántico natural” composto pelo sobrinho, explica seguramente a razão pela qual a segunda das versões portuguesas atrás mencionadas foi divulgada, por partes (n.º 10 a n.º 13, 1849), numa publicação de periodicidade bissemanal chamada a *Galeria Theatral. Jornal critico-litterario*.

Neste ponto, e a propósito do periódico agora referido, convirá fazer um pequeno parêntese. Já atrás indicámos que não localizámos no período romântico traduções do género dramático. Contudo, a *Galeria Theatral*, tendencialmente informativa⁵⁴⁷, evidencia que a produção dramática do outro lado da *muralha* não era ignorada em Portugal. Além da mencionada versão de Mesonero, apresenta este jornal, também traduzidas, notícias mais ou menos breves, por vezes sem título, retiradas de periódicos espanhóis. O seguimento do panorama teatral do país vizinho vai para além

⁵⁴⁷ Em números de apenas duas folhas, publicados entre o 21 de Outubro de 1849 e o 8 de Fevereiro de 1850, o intuito principal da publicação era o de comunicar os espectáculos oferecidos nos principais teatros da cidade de Lisboa – São Carlos, D. Maria II, Ginásio, D. Fernando – se bem, com o tempo, se incluíam também notícias relativas às peças encenadas nos teatros do Porto e de outras capitais europeias ou, até, americanas. Ademais, oferecia biografias de artistas (actores, actrizes, ensaiadores, cantores líricos, compositores) e, do número 15 ao 19, textos ensaísticos sobre a origem do teatro na Europa.

das traduções propriamente ditas, uma vez que encontramos igualmente notas da redacção (desconhecida) sobre recentes ou próximas estreias nos teatros espanhóis. Seja, enfim, mediante traduções de notícias de jornais, ou seja através de apontamentos editoriais baseados na leitura da imprensa estrangeira, a atenção à Espanha por parte da *Galeria Theatral* é permanente, quer na rubrica “Variedades”, quer na secção dedicada especificamente ao “Theatro Estrangeiro” que leva metade dos trinta números que teve esta publicação (concretamente, os 9 a 15, 19 a 23, 25-26 e 28). O teatro e as artes cénicas espanholas são de uma ou outra forma contempladas nos números 2, 5, 10, 11, 12, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 26, 27, 28; ou seja, em catorze números desta publicação.

Outro grupo de textos traduzidos por estas décadas da centúria de oitocentos ocupam-se, segundo adiantámos, da literatura traduzida, reflectindo sobre a condição dependente do próprio sistema literário (espanhol) nesse período – são, portanto, traduções sobre a tradução. A este propósito lembraremos a má reputação de que, em termos gerais, goza a tradução no Portugal do lapso cronológico em foco – foi assunto sobre o qual nos debruçámos na secção II.6.2 da presente tese. Segundo ali referimos, essa imagem negativa principia a espelhar-se e espalhar-se nos paratextos translativos pela segunda metade do século XVIII, intensifica-se nos finais da mesma centúria e estende-se pelo século XIX, acompanhando o progresso da indústria editorial e o consequente *dilúvio* de traduções que com aquele *inunda* o mercado livreiro. Também então observámos como a “investida na tradução” (Pais, 2002: 109) constitui um tópico recorrente no pensamento tradutório da tríada romântica (Herculano, Garrett e Castilho), ao ponto de se nos revelar como mais um traço a incluir “no conjunto das características definidoras do romantismo português” (Pais, *ibid.*) – uma característica que nós não consideramos incompatível com o (aparentemente paradoxal) papel central que, simultaneamente, ocupa a literatura traduzida nesse Romantismo, antes pelo contrário, conforme já tivemos oportunidade de explicar. Essa consideração depreciativa da tradução, a que se lhe imputa a corrupção da língua vernácula e a extenuação da literatura autóctone – Garrett afirma, no seu “Bosquejo da História e Poesia Portuguesa” de 1826, que “foi a estocada de morte que nos jogaram os estrangeiros” (*apud* Lopes, 2002: 142) –, é fruto da consciência da posição subalterna que o sistema literário próprio, a partir do qual se lançam tais invectivas, detém com respeito às literaturas alheias dominantes que se erigem em principal fonte das importações por via translativa.

Já vimos também como as mesmas opinião negativa sobre as traduções e noção da condição de literatura dominada decorrente da abundância daquelas enformam a imagem que o Romantismo espanhol nos devolve da actividade tradutória através de paratextos ou metatextos. Essas ideias sobre a tradução, sobre as relações literárias por meio dela estabelecidas e sobre as dinâmicas de poder aí envolvidas que se nos amostam como *tipicamente românticas* no espaço importador português estão igualmente presentes, pois, no espaço exportador espanhol coetâneo, e podemos encontrá-las, designadamente, em três textos a que seguidamente nos iremos referir. Os três estão registados no catálogo em anexo (traduções avulsas, 1.2), por terem sido esses vertidos – a partir da década de 1830, e com uma prontidão com respeito ao momento de aparecimento dos respectivos originais que merece ser realçada – para a língua portuguesa. Consoante já atrás anunciámos (*supra*, II.6.2), e em breve se poderá comprovar, também nos depoimentos espanhóis acerca da tradução esta é sentida como uma *ameaça* para a identidade linguística, literária e cultural nacional. Lembrar-se-ão a este propósito os protestos de Mesonero Romanos, então invocados (II.6.2), perante o que o dito autor denomina de *mania* das traduções – as quais, segundo El Curioso Parlante, haviam transformado a Espanha numa *nación traducida*. Ora, como já se viu para o caso português, tais ataques à tradução fundamentam-se em e dirigem-se às *más* traduções preponderantes na literatura comercial, realizadas principalmente a partir da língua francesa. É contra estas versões *pro pane lucrando*, produzidas sem qualidade por *atrevidos*, e também mal retribuídos, *truchimanes* que, por exemplo, se insurge Mariano José de Larra, tradutor ele próprio, num dos artigos que publicou em *El Español* (1836)⁵⁴⁸. Centrando-se na tradução teatral, explicita aí Fígaro, entre outras questões de interesse, o que é preciso para traduzir *bem* e porque os *bons* tradutores (de que dá dois exemplos: Moratín e Bretón de los Herreros), não abundam. Afinal, o ofício do tradutor “no es tan fácil como a todos les parece”.

Vejamos, então, as traduções do castelhano constantes do nosso catálogo cujo assunto é, precisamente, a tradução – no primeiro caso, exclusiva e directamente; nos dois restantes, a questão da tradução e afins (desequilíbrio nas relações interliterárias estabelecidas por essa via, subalternidade da literatura espanhola com respeito à francesa, apagamento do carácter *original* de outrora) surge ao fio de reflexões tecidas sobre outras matérias, literárias ou políticas. Cronologicamente, o primeiro desses textos

⁵⁴⁸ “De las traducciones”, in *El Español*, n.º 132, 11 de Março de 1836, disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/obra/de-las-traduccioness-0/> (consultado a 23/4/2011).

críticos espanhóis é o anónimo “De las traducciones” (1832⁵⁴⁹), publicado em versão portuguesa em 1833 (anexo 1.2-24). Tal como Mariano José de Larra no texto atrás aludido, distingue o nosso anónimo articulista os bons tradutores dos que aí chama de “contrabandistas literarios”, abundantes por causa da “epidemia de traducir á destajo obras francesas”, e incide, também como Larra, na dificuldade da tarefa e nas elevadas competências que são precisas para poder produzir um texto de chegada de qualidade:

Cualquier literato bisoño que presume saber dos idiomas, se considera apto para traducir; ¿pero estos adocenados traductores han consultado bien sus propias fuerzas? Saber bien dos idiomas para traducir del uno al otro, es conocer á fondo la índole de ellos, su caudal y correspondencia mútua [sic], los modismos peculiares de cada uno; y aun esto no basta para traducir bien.

Convirá reparar, ainda, no facto de as expressões metafóricas de que se faz uso neste artigo para referir, hiperbolicamente, a profusão de textos traduzidos no sistema literário espanhol à época serem idênticas às que surgem no discurso dos românticos portugueses com o mesmo propósito, atrás assinaladas (II.6.2). Aparece no artigo o termo *epidemia* (já o vimos), mas também se fala em *praga*: “El campo de la literatura española ofrece la imagen de un sembrado invadido por una gran plaga de langostas”. Para combater a dita *praga*, recomenda-se, como também vimos em II.6.2 para o caso português, tomar medidas que fomentem tanto a produção como o consumo das produções originais. Entretanto, é clara a preferência do público leitor pelos textos e autores traduzidos:

¡Ojalá llegue el dia en que la gente culta de España, conociendo mejor los tesoros de su literatura, se dedique á ella con preferencia á la extranjera; y, gastando su dinero en los libros españoles, fomente á los pocos ingenios originales, que viendo el desaliento y abandono de las musas españolas, desmayan, y no dan los copiosos frutos que de su fecundidad pudieran esperarse!

A segunda espécie do nosso catálogo que gostaríamos de apresentar em relação ao pensamento sobre a tradução em Espanha, nesta ocasião datado de 1837, diz respeito ao *Curso de literatura estrangera* [sic], *explicado* [sic] *en el Ateneo* de Madrid no ano anterior por um jovem de menos de trinta anos chamado Fernando Corradi (1808-1885). O registo a que nos referimos (anexo 1.2-48) diz respeito a esse *Curso de literatura estrangera* porque não é a tradução da obra (um pequeno folheto de 38 páginas) que assim se intitulou, mas antes uma sua anónima recensão crítica que apareceu

⁵⁴⁹ Não deve confundir-se com o homónimo da autoria de Larra a que acabámos de aludir. O texto de partida pode ler-se na HD-BNE, por onde o citamos.

originalmente na *Gaceta de Madrid* de 15 de Julho de 1837, e que foi publicada em português no *Diário do Governo* de 31 de Julho desse mesmo ano⁵⁵⁰. Após cumprimentar a iniciativa do Ateneo que deu ocasião à celebração do *Curso* de Corradi (em 1836), o autor da resenha apresenta resumida e laudatoriamente o conteúdo do livro, de que reproduz alguns excertos. A parte que a nós nos interessa agora (a)notar é, porém, a final, onde o crítico da *Gaceta* transcreve as palavras com que “concluye el Sr. Corradi” a sua lição – “un voto tan literariamente patriótico, que no podemos negarnos al placer de renovarlo en estas páginas”. É este⁵⁵¹:

Mi mayor sentimiento es que España, la patria de Lope, Caderon, Moreto, Solís, [en] que se formó una escuela admirada de Europa con sus producciones originales, hoy admita en su seno en copia ó imitación los devaneos y delirios de los extrangeros, cuyas perniciosas máximas no solo corrompen nuestro idioma, sino que tambien corrompen las costumbres. Nos desmoralizan, sí, porque es sabido que existe en los hombres una propensión [*sic*] innata á la imitacion, llamada *fiebre imitativa*, la cual nos impele aun á pesar nuestro á remedar las acciones que pasan á nuestra vista y trastornan vivamente la imaginacion.

Búsquese en buen hora un camino no trillado, sacúdanse los preceptos convencionales aristotélicos por no hallarse ya en armonía con las exigencias de nuestra posicion social; pero no forcemos nuestra inclinacion, no destruyamos nuestra tendencia nacional presentando cuadros tan monstruosos como exóticos, y avezando la vista del pueblo á las representaciones de crímenes cuya posibilidad debia ignorar. ¡Ah! si la naturaleza del hombre fuera tan exclusivamente perversa como la pintan ciertos dramáticos franceses del dia [...]. Mi único anhelo es que mi patria, sacudiendo el yugo vergonzoso de la imitacion estrangera, posea una libertad, una independencia en su literatura como en sus instituciones políticas, tan lata, tan agena de toda influencia estraña, como se merece y es demasiadamente acreedora esta desgraciada y generosa nacion.

Nos mesmos *patrióticos* termos é encarada a questão da tradução e da dependência cultural da Espanha do período romântico no terceiro e último texto que, por fim, iremos salientar. Trata-se de um opúsculo de 1848 a que já acima (III.2.3) nos referimos, de natureza propagandística e abertamente galofóbico, assinado pelo que

⁵⁵⁰ O texto de partida pode ver-se na HD-BNE, por onde mais uma vez o citamos agora. Mariano José de Larra (de novo!), que assistiu à primeira aula do curso lecionado por Corradi, já tinha publicado um artigo altamente elogioso em Julho de 1836 (pode ver-se em http://larra.irox.de/articulo/art_ate6.html, acedido a 12/7/2014). Nele o *jovem* Larra afirma que “el *joven* profesor [apenas um ano mais velho do que Fígaro] se ha colocado, sólo con su discurso de inauguración, en un puesto muy distinguido entre las personas inteligentes”. Na GB encontra-se o livro resenhado pelo anónimo autor da *Gaceta de Madrid*, decorrente dessa lição inaugural que tão bem impressionou Larra: *Curso de literatura estrangera, explicado en el Ateneo por D. Fernando Corradi. Primera leccion*. Madrid, Imprenta de Yenes, 1837.

⁵⁵¹ O trecho a seguir citado na *Gaceta de Madrid* corresponde às pp. 37-38 da edição do livro, acima referida (GB).

supomos ter sido um carlista exilado na Inglaterra, Vicente M. de Pereda – *La nacion y los partidos, ó sea necesidad de formar el Partido Nacional* (anexo 1.2-99). A tradução vem à baila dentro das estratégias de argumentação esgrimidas pelo autor nesse impresso de vocação proselitista. Ao analisar o desequilíbrio comercial entre a França e a Espanha, tece Pereda umas considerações acerca da relação de dependência da segunda com respeito à primeira (pp. 18-20) que atingem directamente o campo literário e, dentro dele, o subsistema translativo mais concretamente. Na linha do que já tivemos oportunidade de expor em II.6.2 para a literatura portuguesa, o autor de *La nacion y los partidos* associa as copiosas traduções do francês a uma “desvantajosa influencia” da França, a qual “no se limita á paralisar nuestra industria y agricultura”, senão que também descaracteriza a identidade nacional: “se estiende á nuestro genio y afecta á nuestro carácter nacional”. E prossegue:

En nada es esto mas sensible ni mas tristemente trascendental que en nuestra literatura, en la que han impuesto su dominio tiránico, apagando el genio nacional y la fuerza creadora de nuestros ingenios. Estamos ya tan servilmente sometidos á su influencia, que parece como si la Francia estuviera destinada á extinguir todos los principios vitales de nuestra nacion, al modo que en el Asia y en América las razas aborígenes pierden la originalidad de su carácter al contacto de sus opresores europeos. El suelo que alimentó á los Ercillas, Lopes y Calderones, el idioma de un Moreto y un Cervantes solo producen hoy imitaciones espúreas de una escuela estrangera [...].

Aunque es cierto que la Francia ha producido aquellos grandes genios de que con razon se gloria, y cuyas obras han adelantado todos los ramos del saber, difundiendo su luz entre nosotros, es tambien indudable que la masa de traducciones que forman la parte principal de nuestra circulación literaria pertenecen á aquella clase de producciones ligeras que mas bien pervierten que adelantan la razon. Y se debe tener presente que esta dependencia corruptora es subsiguiente á la conexión política que favorece unas relaciones en todo desventajosas; tendiendo á escluir el beneficio que resultaria de mayor intimidad con otras naciones de carácter mas análogo al nuestro, cuyas producciones literarias apenas conocemos sino por segunda mano, traducidas de traducciones francesas.

Pode surpreender que esta taxativa e patriótica declaração esteja tão próxima da que atrás reproduzimos, aquela que tinha sido uma década antes proferida por um Fernando Corradi (militante do Partido Progresista) política e ideologicamente tão distante de Pereda. Se tais impressões subjectivas a respeito do grau de dependência da literatura espanhola fazem jus ou não à verdade, é questão em que nos não caberá a nós entrar. Convir-se-á em que é preciso levar em consideração a retórica hiperbólica que tinge este tipo de discursos e as consequentes percepções deformadas da realidade que

veiculam; todavia, e mesmo assim, estudos sobre a presença de traduções no género teatral⁵⁵² ou o romanesco (v. gr., Montesinos, 1980) no sistema literário espanhol da altura parecem referendá-las. Refira-se, no entanto, que Russell P. Sebold (2002: 35, n. 49), desmente com alguma veemência essas imagens no que diz respeito ao romance – junto com a comédia e o artigo jornalístico, o género burguês por excelência –, ao ocupar-se dos anos de transição entre os séculos XVIII e XIX (1790-1830):

De ningún modo se da en España en esos años el mundillo literario absolutamente afrancesado, totalmente desprovisto de producción novelística original, nativa, que se imagina José F. Montesinos en su obra *Introducción a una historia de la novela en España en el siglo XIX* [...]. Este libro tendría que retitularse *La presencia de la novela francesa en España en el siglo XIX*; y, concebido así, sería valioso, pero con su presente título y formato, causa la mayor confusión, pues bajo el pretexto de hacer un estudio general de la novela en España no habla sino de novelas francesas traducidas al español.

Referimo-nos atrás ao ano de 1848 como o *annus mirabilis* da tradução romântica. Deve lembrar-se a este propósito o dito por Pérez Corrales (2003: 81-82) acerca do valor da data como marco nas relações interliterárias entre Portugal e Espanha (*vid. supra*, I.1). De 1848 é, justamente, o último texto traduzido que iremos apresentar, sem muitos comentários (que não serão precisos), neste capítulo. Trata-se de uma tradução avulsa do âmbito científico (“C” na classificação proposta por Gonçalves Rodrigues e por nós seguida na inventariação em anexo), mas interessa-nos destacá-la tanto pelo assunto de que trata como pela introdução com que vai acompanhada. Leva por título (na versão portuguesa) “Quão importante seja que os naturalistas hespanhoes se relacionem, porque o devem fazer, com os portugueses, e noticias de instrucção publica em Portugal, particularmente no que pertence a sciencias naturaes” (anexo 1.2-112), é da autoria de Miguel Colmeiro e dá-se a conhecer, sem nome de tradutor, nos

⁵⁵² Encontrámos e lemos vários trabalhos elucidativos a este título. Não os referiremos todos, mas será porventura interessante apontar algumas informações que deles retirámos. Piero Menarini (“El problema de las traducciones en el teatro romántico español”, in G. Bellini, dir., *Actas del VII Congreso Internacional de la AIH*, Roma, Bulzoni, 1982, vol. II, pp. 751-759) indica que perto de metade das obras representadas em Espanha entre 1830 e 1850 eram traduzidas, além de ficarem mais tempo do que as não traduzidas em cartaz. Para o mesmo período, mas limitando-se aos textos levados aos cenários madrilenos, eleva até aos 60% a percentagem de peças traduzidas Roberto Dengler Grassin (“El drama romántico francés en Madrid (1830-1850)”, in F. Lafarga, ed., *Imágenes de Francia en las letras hispánicas*, Barcelona, PPU, 1989, pp. 307-315). Por fim, e graças a um trabalho de Jerónimo Herrera Navarro (“Derechos del traductor de obras dramáticas en el siglo XVIII”, in F. Lafarga, ed., *La traducción en España (1750-1830)*, Lleida, Universitat de Lleida, 1999, pp. 397-405), pudemos verificar que o aumento de obras dramáticas traduzidas em Espanha dá-se na segunda metade do século XVIII, sobretudo após o reinado de Carlos III: assim, se na primeira metade da centúria a produção era quase exclusivamente autóctone, ao findar o setecentos a situação tinha-se já invertido, dominando as traduções sobre os originais.

números 20 e 21 da revista *A Epoca*, dirigida e redigida por (note-se a relevância das duas figuras) Rebelo da Silva e Andrade Corvo. Nesse mesmo periódico e ano encontrámos mais textos de grande interesse (não traduzidos), de que talvez possamos ocupar-nos noutra ocasião, pois agora, aqui, já não devemos estender-nos mais. O objectivo do artigo de Colmeiro, que ocupava na sua edição original algo mais de doze páginas, fica claro desde o título. Colmeiro dá a conhecer o grau de avanço das ciências naturais no vizinho Portugal (que o autor conhece por se ter ali deslocado) para, assim, tratar de fomentar umas relações que, ao momento da escrita, considera a este título semelhantes às que a Espanha mantém com... a China. Eis o excerto em que tal se afirma (citamos pela versão espanhola, publicada, também em 1848, no *Boletín Oficial del Ministerio de Comercio, Instrucción y Obras Publicas*, III, n.º 35, pp. 391-392):

Los límites políticos no valen lo que los naturales, y en vano existen para el naturalista los que median entre España y Portugal. Digámoslo ya, la Península española forma una sola region, divisible en otras de inferior orden bastante caracterizadas; pero inseparables. [...] Deseamos sinceramente que estas mutuas relaciones científicas [entre os naturalistas espanhóis e portugueses] se establezcan tanto mas, cuanto que en el día acaso no las tenemos con el Portugal mayores que con la China.⁵⁵³

O texto introdutório à tradução portuguesa é o seguinte (n.º 20 de *A Epoca*, páginas 308-309):

Convencidos ha muito da importancia da associação de Portugal com a Hespanha, não só no que pertence a objectos de interesse social, como nas alfandegas, vias de comunicação, agricultura, &c., mas tambem nas cousas litterarias e scientificas; desejosos ha muito de que os nossos vizinhos sentissem como nós o valor dessa associação; nós tivemos o maior prazer ao lêr no *Boletim Official de Commercio, Instrução e Obras Publicas* publicado em Madrid, o artigo cuja traducção damos hoje no nosso jornal, escripto pelo illustre naturalista hespanhol, D. Miguel Colmeiro, de que já fallámos aos nossos leitores⁵⁵⁴.

⁵⁵³ E continua: “Extraño es por cierto que dos países vecinos y semejantes bajo diversos aspectos, se desconozcan tanto en este punto, que ni los portugueses saben bien la altura en que se encuentran las ciencias y la instrucción pública en España, ni nosotros estamos enterados de lo que entre ellos pasa, siéndonos casi ignorados sus hombres y sus cosas científicas. ¡No parece sino que obra todavía cierto influjo tradicional que, contrariando la naturaleza misma y algunas tendencias que se observan, intenta separar las capacidades de ambos países, como si esta union pudiera echar los cimientos de otra mas completa!”.

⁵⁵⁴ Com efeito, este então jovem professor compostelano, “lente de botanica na universidade de Sevilha, e membro de varias sociedades científicas”, ex-director do jardim botânico de Barcelona, já tinha sido apresentado em termos altamente elogiosos por José Maria Grande no n.º 4, aquando da sua estadia em Lisboa, através do artigo intitulado “Um botanico hispanhol” (pp. 51-52). Já ali se dizia que “este moço e estimavel naturalista” tinha manifestado na sua passagem por Lisboa o seu lamento por “que estas duas nações que tão irmãs são em tudo, e que tanto deviam fraternisar e coadjuvar-se, não se conhecessem melhor, e não entretivessem as mais estreitas relações literarias e scientificas”. O comentário de José

Este artigo, importante pela doutrina que expende sobre a união científica e litteraria da Peninsula, união cujos resultados se não podem avaliar devidamente porque são incalculaveis, é ainda digno de se estudar pelas muitas idéas justas que contem sobre as nossas cousas, e pelo modo luminoso com que considera o estado da nossa instrucção publica, e indica as suas mais urgentes necessidades. Em quasi tudo nós concordamos com o illustre Professor hespanhol: e faremos com elle votos para que estes dois povos, tão irmãos, tão semelhantes, se conheçam e avaliem melhor, esquecendo velhas rivalidades e odios anachronicos, que hoje devem ser taxados de ridiculos.

III.2.5. *Con la Iglesia hemos dado*

As espécies de que agora iremos tratar, novamente com menos profundidade do que exigem, conformam (mais) um conjunto heterogéneo com um elemento em comum: a sua vinculação com o âmbito eclesiástico. Começaremos por examinar um grupo de textos vertidos do espanhol, ficcionais ou referenciais, em que a Igreja e a religião desempenham um papel central e cuja tradução para português se prende, não com razões do foro espiritual, mas antes com motivações ideológico-políticas – a questão religiosa constitui, de facto, um dos principais pontos de clivagem entre as faces tradicionalista e liberal do Jano ibérico a que já noutro momento aludimos (*vid. supra* III.2.3), e com o que nos voltaremos agora a topar.

Abordaremos, a seguir, as traduções das obras de assunto religioso ou espiritual e vocação didáctico-moralizante mais bem representadas no nosso *corpus*. A relativa abundância e relevância de traduções deste tipo, paralela à publicação de obras autóctones do mesmo teor (vidas de santos, livros de história sagrada, obras de teologia, catecismos, devocionários, livros de oração, etc.), e o papel central que umas e outras desempenharam no sistema literário português do período, obriga-nos a conceder-lhes o protagonismo que reclamam, embora as histórias da literatura, *distorcidas* pelos gostos do presente, não costumem ter em consideração este tipo de escritos⁵⁵⁵. A maior parte

Maria Grande, com o qual remata o artigo, é inequívoco: “Nós achámos summamente juciosa esta observação do Sr. Colmeiro; e deve na verdade maravilhar a mutua ignorancia, em que portuguezes e hispanhoes nos achamos todos relativamente aos trabalhos e publicações literarias da peninsula. É sem duvida pasmoso como duas nações, que fallam dois dialectos da mesma lingua, que habitam a mesma peninsula, que tem quasi as mesmas leis e os mesmos costumes, que professam a mesma religião, e que tem atravessado em todas as epocas quasi a mesma carreira de gloria, e de decadencia, de prosperidades e de infortunios; é na verdade pasmoso como estas duas nações que a natureza fizera tão semelhantes, se desconhecem, se desdenham, e ás vezes até se maltratam”.

⁵⁵⁵ “Os autores religiosos acham-se pouco estudados e são mais havidos como *epígonos decadentes* dos grandes vultos da parenética e da teologia seiscentista e setecentista do que como valores próprios e originais de uma nova época” ([S. a.], 2002: 438, sublinhados nossos).

dos textos deste género nunca chegou a ingressar no cânone literário, embora fossem alguns deles consumidos com fruição por parte do público, ao passo que outros textos (poucos) acabaram por ser sancionados pela instituição literária como fazendo parte da *alta literatura*.

Contemplemos, para finalizar, os casos representativos dessa última hipótese, relativos às obras vertidas para português de Fray Luis de Granada e Santa Teresa de Ávila, ambos de alguma forma vinculados ao espaço cultural importador português, e ambos consagrados pela historiografia literária como nomes emblemáticos do (dito) Século de Ouro espanhol. Debruçar-nos-emos, assim, nas traduções destes dois autores que transitaram do cânone teológico para o cânone literário *stricto sensu*, verificando-se aí, pelo menos no que respeita à recepção de uma parte da sua produção escrita, uma mudança no horizonte de expectativas dos leitores⁵⁵⁶.

Iniciemos, pois, este rápido e superficial percurso, encarando o Jano peninsular que nos sai de novo ao encontro a propósito da Igreja Católica. O trânsito para a dita Idade Contemporânea não foi, como já vimos (II.5), pacífico. A crise do Antigo Regime e das instituições a ele afectas, como a eclesiástica, despoleta um conflito tanto no plano ideológico como no político e do poder que, sem atingir a dimensão que teve em França, divide uma sociedade resistente, de um modo geral, à secularização que preconiza a mentalidade burguesa liberal paulatinamente dominante. Justamente a Inquisição, o poder da Igreja Católica e a tolerância religiosa são assuntos que tratam ficcionalmente duas narrações espanholas publicadas anonimamente, sob forma epistolar, em datas próximas (1797-98 e 1801, respectivamente), ambas escritas por *afrancesados*, e ambas objecto de tradução para português no período em foco neste estudo, a saber: *El Evangelio en triunfo* e *Cornelia Bororquia o la víctima de la Inquisición*.

⁵⁵⁶ Temos a certeza de que nos teria sido útil, a este propósito, um artigo que, infelizmente, não nos é por enquanto acessível. Referimo-nos ao que levará por título “Religious and literary canons: Interferences and dissociations (sixteenth to eighteenth century)”, de Zulmira C. Santos, e que será incluído no tomo segundo de *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, editado nesta ocasião por César Domínguez, Anxo Abuín González e Ellen Sapega. Tal volume completará um projecto historiográfico colectivo a que já nos referimos no capítulo II.2, cuja primeira concretização editorial teve lugar há pouco mais de um lustro, com o tomo editado por Fernando Cabo, Anxo Abuín e César Domínguez (2010). Já atrás (na mesma epígrafe II.2) lamentámos o facto de não podermos aguardar até à vinda a lume desse segundo tomo, o qual, no momento em que redigimos estas linhas, se anuncia para um futuro iminente na página electrónica da editora: *cfr.* <https://benjamins.com/#catalog/books/chlel.xxix/toc> (consultado a 3 de Setembro de 2016).

Cara e coroa no relativo à imagem que do tribunal do Santo Ofício nos oferecem as duas obras, representa a primeira uma “apología novelada” da instituição eclesiástica (Dufour, 2005: 59) e a segunda a refutação das teses defendidas na primeira (Dufour, 2005: 57-61). O *Evangelho em triunfo* foi publicado em 1802 (1.3-15⁵⁵⁷), em versão portuguesa de António Caetano do Amaral (Lisboa, 1747-1819), de quem nos fornece abundante informação Inocêncio⁵⁵⁸ e que, além deste livro de Olavide, traduziu do espanhol *A Monarquia* de Clemente Peñalosa y Zúñiga (1798, 1.1-52)⁵⁵⁹ e, do latim, duas vidas de santos. O texto de partida olavidiano, redigido no exílio francês, é híbrido do ponto de vista genérico, a meio caminho entre o relato (pseudo)autobiográfico e o tratado moral⁵⁶⁰. Embora a reconciliação com a fe não implique a abdicação total da razão ilustrada, constitui uma sorte de “acto público de contrición del que antaño había sido saludado por el mundillo filosófico – Diderot, el primero – como la víctima por antonomasia de la iniquidad inquisitorial” (Dufour, 2005: 58), quando o Santo Ofício já parecia a Olavide, como ao seu *alter ego* ficcional (o *filósofo desenganado* que protagoniza a narração), “mucho menos terrible que los tribunales revolucionarios franceses del Terror” (Dufour, 2005: 58-59). Originalmente publicado em 1797-1798 (quatro volumes), em Valência, e de forma anónima, a obra teve um sucesso editorial extraordinário (em 1800 ia já pela sexta reimpressão).

A defesa da Inquisição que leva a cabo Olavide em *El Evangelio en triunfo* é conscientemente contestada pelo autor de *Cornelia Bororquia*, romance histórico (situado em tempos de Filipe II de Espanha) de que ficam registadas no nosso catálogo quatro edições em versão portuguesa, publicadas de forma anónima como o próprio

⁵⁵⁷ Como já avançámos em III.1.1.C), e pelas razões que podem ver-se com mais detalhe em III.2.6, considerámo-la uma espécie problemática ou duvidosa.

⁵⁵⁸ DBP, I: 99-100. Formado em Cânones em Coimbra, António Caetano do Amaral foi deputado do Santo Ofício, cônego da Sé Metropolitana de Évora até 1806 e Inquisidor em Lisboa desde 1816. Foi também sócio da Real Academia das Ciências desde 1780; isto é, praticamente desde a sua fundação – aí publicou os sete tomos da suas *Memorias sobre a forma do governo e costumes dos povos que habitaram o terreno lusitano desde os primeiros tempos conhecidos, até ao estabelecimento da Monarchia Portuguesa*.

⁵⁵⁹ Como se pode deduzir pelo título, este texto de Peñalosa y Zúñiga, Sumilher de Cortina de Carlos IV, é uma longa e aberta apologia do absolutismo, publicada em castelhano no mesmo ano (1793) em que Luís XVI de França é decapitado em Paris: cfr. M^o José Bono Guardiola, “La defensa del absolutismo en ‘La Monarquía’ de Clemente Peñalosa”, em *Revista de Historia Moderna*, 1995, n^{os} 13-14, pp. 313-340, disponível em: http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/4884/1/RHM_13-14_13.pdf (acedido a 7/9/2014). A tradução de Amaral sai dos prelos da Regia Officina Typographica em 1798 “por Ordem da Sua Magestade”.

⁵⁶⁰ Acerca do carácter miscelâneo ou *poligenérico* e da difícil catalogação da obra (nós seguimos GR, que a classifica como D), cfr., por exemplo, “Elementos novelescos de *El Evangelio en triunfo* de Olavide”, de Gérard Dufour, *Anales de Literatura Española*, n.º 11 (1995), pp. 107-115 (disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/elementos-novelescos-de-el-evangelio-en-triunfo-de-olavide-0/>, consultado a 25/9/2014).

texto de partida: as duas primeiras são as traduções independentes que vieram a lume – as datas são significativas – em 1820 (1.1-211) e 1834 (1.1-253); as duas últimas são reedições feitas nos finais da década de 1840 em formatos não independentes (1.2-101 e 1.2-117). Em livro, fizeram-se mais duas edições na língua portuguesa, as quais não contemplamos por ficarem fora do nosso marco espacial (Rio de Janeiro, 1845) ou temporal (Porto, 1894). A obra original, impressa anonimamente em Paris em 1801 pela primeira vez, teve mais de vinte reedições em castelhano entre 1802 e 1881 – ao longo desse tempo chegou a conhecer versões adaptadas aos formatos de cordel e foi difundida em Espanha (clandestina ou abertamente, consoante o rumo dos ventos políticos) através de publicações que se faziam dentro como fora do país⁵⁶¹. Só no ano de 1820, quando se publica a primeira tradução portuguesa do romance, saem três reimpressões espanholas (Barcelona, Gerona, Saragoça) que preludiam o grande sucesso editorial do livro durante o Triênio Liberal (em que houve novas edições em Espanha: Valência, 1821 e Madrid, 1822).

Numa dessas muitas edições castelhanas (a de Londres, 1819, disponível em versão digitalizada na BNE) é atribuído o texto ao presbítero Fermín Araujo, “comisario del Tribunal de la Inquisición de Valladolid”, mas hoje sabe-se que, tal como apontara em seu dia Menéndez Pelayo, a obra é da autoria de Luis Gutiérrez (*cfr.* Dufour, 2005: 31-33), frade egresso da Ordem da Trindade instalado em França desde *ca.* 1800, onde exercia como professor de Espanhol e jornalista (foi redactor da *Gaceta de Bayona*). Sabe-se também que, para os finais de 1808, Luis Gutiérrez adopta uma identidade falsa mediante a qual se envolve numa misteriosa e “singular aventura” (Dufour, 2005: 43) de dimensões político-diplomáticas consideráveis, abundantes toques romanescos e trágico desfecho: descoberta a patranha, o Tribunal de Seguridad Pública da Junta Central de Sevilha condena-o à morte por garrote, sendo executada a pena no mês de Abril de 1809 (para uma reconstrução mais pormenorizada desta e outras peripécias biográficas do extrínseco, *vid.* Dufour, 2005: 33-46).

Embora todas as edições em versão portuguesa de *Cornelia Bororquia* tenham saído sem nome de tradutor, Inocência (VII: 447) não tem quaisquer dúvidas de que a

⁵⁶¹ *Cornelia Bororquia* foi, ainda, traduzida para a língua francesa (1803) e alemã (1834). Apesar da popularidade de que gozou ao longo do século XIX, quando se tornou em “modelo de la literatura anticlerical” (Dufour, 2005: 25), a partir de 1881 “cayó en un profundo olvido” de que apenas saiu nos finais do século XX – somente por então começaram a aparecer novas reedições da obra, a ser objecto de estudos e congressos o seu enigmático e fascinante autor, Luis Gutiérrez, e a figurarem, ambos, nas histórias da literatura espanhola (Dufour, 2005: 30-31).

tradução procede “da penna de D. Benevenuto Antonio Caetano Campos”. Pelas informações que veicula o mesmo Inocêncio da Silva (DBP, I: 341-342), Benevenuto Campos (Lisboa, ca. 1778-1836/1840?) foi clérigo teatino e mais tarde presbítero secular. Trabalhou como oficial na Biblioteca Pública de Lisboa de 1826 a 1828, ano em que emigrou para Inglaterra, donde só deve ter regressado após a vitória liberal. Quer como autor, quer como tradutor (fundamentalmente do francês – motivo pelo qual, segundo Inocêncio, “a sua linguagem abunda em gallicismos e construcções incorrectas”), parecem tê-lo preocupado assuntos relacionados com a política nacional, a educação e, sobretudo, a Igreja e a religião católica. No ano de 1820 saem dos prelos duas das únicas três versões da língua castelhana que, pelo que as nossas pesquisas nos permitiram apurar, foram feitas por Benevenuto Campos.

As de 1820 giram à volta do mesmo tema: além do romance epistolar de Luis Gutiérrez de que já falámos, traslada Campos o *Dictamen* favorável à abolição da Inquisição que, em 1813, havia projectado o nome do clérigo canário Antonio José Ruiz de Padrón dentro e fora das fronteiras da Espanha (*vid.* anexo 1.1-219). Ruiz de Padrón, deputado e “ministro calificado del Santo Oficio”, argumenta nesse texto sobre a conveniência de extinguir uma instituição que considera inútil, diametralmente oposta à Constituição que se vinha de aprovar havia menos de um ano, prejudicial à prosperidade do Estado e, ainda, contrária ao espírito do Evangelho. Deve sublinhar-se a relevância da data de publicação destas duas versões de Benevenuto de Campos (1820). Lembre-se que, no ano seguir, é extinta a Inquisição em Portugal, por ordem das Cortes Constituintes (Decreto de 31 de Março de 1821)⁵⁶². A terceira tradução do espanhol feita por Benevenuto de Campos, de 1836 (1.1-259), diz respeito a mais um texto do mesmo Ruiz de Padrón, desta feita um seu *Dictamen sobre los diezmos, que presentó en la secretaría de las Cortes el 28 de agosto de 1820* (Madrid, 1821) em que o Abad de Villamartín de Valdeorras (ou seja, Ruiz de Padrón), novamente eleito deputado, se manifesta contrário à alteração do sistema dos dízimos aprovada pelas Cortes.

A motivações tanto do foro político como religioso responde igualmente um outro grupo de textos, antimaçónicos, editados em versão traduzida em anos propícios para o diálogo translativo entre as forças reaccionárias de um e outro lado da *muralha*, a saber, e limitando-nos às que foram impressas em formatos independentes: 1817 (quatro

⁵⁶² A abolição do Santo Ofício, um dos sintomas mais evidentes da agonia do Antigo Regime, foi definitiva. A partir daí não mais foi restituído o Tribunal, nem mesmo nos momentos de (temporário) regresso à ordem antiga: 1823-1826 e 1828-1834 – ano, este último, em que é suprimida em Espanha.

espécies), 1818 (uma espécie), 1823 (duas) e 1828 (mais uma)⁵⁶³. Quase todas estas publicações antimaçónicas, destinadas a combater com a pena as sociedades secretas, fazem parte dos movimentos reaccionários e contra-revolucionários em luta pela conservação da posição privilegiada dos estamentos detentores do poder e em aberta oposição às *perigosas* ideias provenientes da França liberal, que se rejeitam e se refutam através destes escritos. A imagem que da maçonaria nos devolvem estes textos, construtores de certos traços presentes na auréola mítica de que ainda se revestirá no século XX⁵⁶⁴, é a de uma *abominável* seita *estranha* (por *estrangeira*; vale dizer, *afrancesada*), *inimiga* do catolicismo e da *ordem*, que conspira contra os dois pilares do Antigo Regime, o *Altar* e o *Trono*.

As primeiras traduções antimaçónicas datam, como dissemos, do ano 1817, momento em que também a publicação de obras originais da mesma índole aumenta consideravelmente em Portugal, até atingir mais de vinte e cinco no ano de 1823 (*cfr.* Barata, 2006: 167). De 1817 é a versão portuguesa de *Historia cierta de la secta de los francmasones* (1.1-202 e 1.1-203), de Luis Fris Ducos (1813). Este traslado teve duas edições nesse ano, o que constitui um facto revelador da demanda que originou. É também em 1817 que vem a lume pela primeira vez o livro que constitui, de todos os títulos traduzidos da língua espanhola dentro deste subconjunto, o de maior sucesso, distinguindo-se pelo número de edições na cultura de chegada portuguesa (quatro). Referimo-nos a *Centinela contra franc-masones* de José Torrubia, originalmente publicada em meados do século XVIII (1752), coincidindo com a proibição da maçonaria por Fernando VI (1751).

Logo no ano de 1817 conheceu a *Centinela* de Torrubia duas versões diferentes, ambas saídas dos prelos da Impressão Régia e ambas sem mencionar o nome do autor espanhol do texto de partida. Uma levou o título de *Atalaia contra pedreiros livres* (1.1-201) e apareceu assinada por “J. J. P. L.”; isto é, Joaquim José Pedro Lopes – o mesmo tradutor, segundo Inocêncio (DBP, IV: 109), de *O Quixote do século XVIII* de Siñeriz (1839), obra cuja natureza e objectivos já tivemos oportunidade de resumir no capítulo

⁵⁶³ A estas entradas do anexo 1.1 devem acrescentar-se mais duas relacionadas com o mesmo assunto, que consignamos no 1.2. Por um lado, a tradução do discurso de Martínez de la Rosa, pelo seu moderantismo merecedor da alcunha de “Rosita la pastelera”, sobre os “graves daños que causan las sociedades secretas”, de 1839 (1.2-75). Por outro lado, e no pólo oposto, o “Discurso” de Francisco Martínez Marina, deputado liberal durante o Triénio Liberal, apresentado às Cortes em 1820 (1.2-15).

⁵⁶⁴ A este e outros respeito, *vid.* Juan José Morales Ruiz, “Fernando VII y la masonería española”, *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*, 2003, n.º 3, disponível em http://hispanianova.rediris.es/articulos/03_002.htm (consultado a 4/8/2013).

III.2.3. A outra versão, de que não consta o nome do tradutor, veio a lume com o título de *Nova Sentinela contra Franc-massões* (1.1-204). Neste caso, Inocêncio (DBP, VIII: 265) aventa dois possíveis responsáveis pela anónima tradução: ora o dominicano Fr. António Osório, que assumiu as despesas da publicação; ora Lourenço Justiniano Osório. Destas duas versões da obra de Torrubia foi a primeira (a de Lopes) que, como nota o mesmo Inocêncio, gozou de melhor aceitação, pois foi reeditada em duas ocasiões: 1818 (1.1-206) e 1823 (1.1-233)⁵⁶⁵.

No mesmo ano de 1823 aparece um panfleto igualmente traduzido do espanhol, intitulado *Vida e morte, milagres, enterro e honras de todos os Ministerios que tem havido em Hespanha desde que ressuscitou a Constituição no anno de 1820* (anexo 1.1-234). Este opúsculo, *escripto por hum amante de sua patria, religião e rei*, também publicado originalmente em 1823, é, em poucas palavras, um ataque dirigido, em geral, ao liberalismo exaltado apoiado pelos maçons, e à figura que então o encarnava, Antonio Alcalá Galiano, mais em particular. Daí as investidas que contém contra os “conocidos vulgarmente en España por el nombre de *Masones Colorados*, cuyos principios son los mismos que los de los *Radicales* en Inglaterra, de los *Iluminados* de Alemania, y de los *Jacobinos* de Francia” – “facci3n infame, inmoral y destructora” à qual pertencia Alcalá Galiano “con otros muchos Diputados á Cortes”⁵⁶⁶. Deste texto anónimo houve reedição em 1828 (1.1-244).

Ocupar-nos-emos, agora, do segundo subgrupo a que nos referíamos ao começar o presente capítulo. Já na epígrafe II.6.2 observámos, acompanhando os dados fornecidos por [S. a.] (2002: 412-413), que nas décadas de 1820 a 1850 o clero se apresentava como constituindo não apenas o grupo mais numeroso de virtuais consumidores dos livros impressos no Portugal da altura, como ainda o mais influente na orientação das leituras dos receptores que, não pertencendo a ele, se encontravam

⁵⁶⁵ Esta última reedição, considerada por Barata (2006: 167, n. 97) como uma tradução do italiano, não consta de *A Tradução em Portugal*. Com efeito, trata-se de uma reedição sem qualquer marca translativa no peritexto: *Os pedreiros livres, descubertos com seus ritos, signaes, toques, senhas e cifra. Ajunta-se-lhes um discurso sobre a origem, instituição, segredo, e juramento destes abomináveis sectarios inimigos da ordem*. Quando encontrámos este título na PORB suspeitámos de imediato, pela semelhança parcial que apresentava com respeito aos rótulos com que anteriormente tinha circulado a tradução de Torrubia. Confirmámos as nossas suspeitas graças a Inocêncio, quem, ao ocupar-se de Joaquim José Pedro Lopes, assinala depois das edições de 1817 e 1818 a existência de uma “terceira mais accrescentada em Junho de 1823” (DBP, IV: 109).

⁵⁶⁶ Citamos pela edição original do texto de partida (*Vida y milagros...*, Madrid, 1823) disponível na IURIS Digital, Biblioteca Virtual da Real Academia de Jurisprudencia y Legislación: http://bvrajyl.raajyl.es/i18n/consulta/busqueda_referencia.cmd?campo=idtitulo&idValor=5474 (acedido a 22/8/2013).

debaixo da sua tutela espiritual e moral. Significa isto que, tal como sublinha Artur Anselmo (“A edição romântica”, in Buescu, 1997: 157-163), mesmo na parte final do período estudado nesta tese, quando “aparecem à venda em Portugal” as “obras caracteristicamente românticas” (pela década de 1840, segundo o referido autor), os catálogos de livreiros e editores não deixam de estar “repletos de literatura setecentista”, nomeadamente de “obras místicas e teológicas, livros de História Sagrada e Eclesiástica, sermonários e novenas da mais austera ortodoxia, como se o gosto do público nada tivesse evoluído durante um século” (A. Anselmo, *op. cit.*: 157).

A demanda deste tipo de produtos, originais como traduzidos, reflecte, ainda, o *persistente* clima de devoção *popular* que, como nos recorda Serrão (1982), tanto chamava a atenção dos viajantes (o inglês William Beckford, o sueco Carl Ruders), e que era aliás alimentado ou estimulado de cima (*v. gr.*, no tempo de D. Maria I, pelo príncipe João ou o intendente Pina Manique):

A difusão da ideologia liberal, se alargou as correntes do racionalismo crítico em muitos estratos cultos da população, em poucos casos atingiu o sentimento fideísta que se mantinha arraigado a uma crença de séculos. Figuras do hagiolégio continuaram a ser objecto de culto em todo o país ou nos centros regionais da sua veneração. Para isso contribuíram as vicissitudes políticas do Reino, mormente as que decorreram de 1801 à primeira invasão francesa, e que causaram profundo sobressalto. (Serrão, 1982: 435).

Cumprе notar que, tendo apenas em conta a produção portuguesa original, as tiragens dos impressos vinculados a estes assuntos eram muito superiores às de outros géneros. Assim, se “a 4.^a edição do *Catão*, de Garrett, de 1845, não excedeu as 1000 cópias, mau-grado o prestígio do autor e a fama da obra”, a *Vida de Jesus Christo*, de Filinto Elísio, “mereceu 2000 exemplares em 1819”, sendo que as tiragens de obras religiosas podiam ir até aos 3000 exemplares ou mais ([S. a.], 2002: 415 e 416, n. 51). Pense-se, ainda, no facto de que, praticamente até à década de 1830 (quando a legislação liberal de 1833-1834 extinguiu as ordens e congregações religiosas), as únicas bibliotecas públicas existentes em boa parte de Portugal (fora Lisboa e Coimbra), eram as bibliotecas dos conventos e das sedes episcopais, e que a rede de bibliotecas laicas criada nas províncias a partir dessas datas foi abastecida, essencialmente, com os fundos dessas bibliotecas eclesiásticas (*vid. supra* II.6.2).

Todos estes factores sistémicos explicam, entre outras coisas, que uma das obras traduzidas do espanhol mais vezes impressa no período em análise seja um manual para a formação dos sacerdotes publicado originalmente em 1710 – um vade-mécum ou

Prontuario de la teología moral da autoria de Francisco Larraga (1671-1724), dominicano vinculado à Universidade de Pamplona, em que foi catedrático. A aceitação deste *Prontuário* em versão portuguesa foi suficientemente significativa como para que Inocêncio incluisse o nome de Larraga, “hespanhol”, no seu dicionário (DBP, II: 415). Diz-nos aí que o livro em questão “tem sempre tido grande voga em Portugal, a titulo de ser mais accomodada que qualquer outra para o prompto e facil aproveitamento dos principiantes, que se dedicam a estes estudos”. Pode comprovar-se a difusão que teve o *Prontuário* (ou *Promptuario*) de Larraga, efectivamente muito considerável, além de duradoura, consultando a tabela n.º 5 do anexo 3⁵⁶⁷. Nela ficam reunidas todas as edições portuguesas de que tivemos notícia desde a *princeps*, de 1723, até 1829 (mais de um século depois): dezanove pelo menos. As treze edições constantes do catálogo em anexo (1.1), publicadas entre os anos 1797 e 1829, vão destacadas com um fundo mais escuro. Nas filas sem destaque de cor, consignamos mais nove edições anteriores ao ano de 1797, as quais encontrámos referidas nas fontes consultadas – seis delas são de existência segura, ao passo que há três de que não achámos exemplares e, por isso mesmo, não foram contabilizadas. Julgamos que fica igualmente patente, na coluna destinada à indicação das fontes na referida tabela (n.º 5, anexo 3), a dificuldade que tivemos para localizar e descrever adequadamente todas essas edições: entre outras coisas, o catálogo em linha da PORB resulta muito lacunar, não figurando nele registos relativos a exemplares efectivamente custodiados na BNP.

Segundo informa Inocêncio da Silva (DBP, II: 415), existem três versões diferentes da obra de Larraga que agora nos ocupa. A primeira, não constante do nosso *corpus*, é a que assina o Padre Manuel da Silva (ou Sylva) de Moraes (ou Moraes)⁵⁶⁸. Saiu em 1723, dedicada ao rei João V, e até aos meados dessa centúria foi reimpressa numa meia dúzia de ocasiões. Com o tempo foi sendo esquecida esta primeira versão em favor das novas que de seguida referiremos, de modo que o texto do Padre Moraes era já a meados do século XIX “tradução de que ha muito annos se não faz caso algum” (DBP, VI: 109). Entretanto, para os finais da centúria de setecentos (1780)

⁵⁶⁷ A sigla UC na referida tabela remete para o Catálogo Integrado das bibliotecas da Universidade de Coimbra, também conhecido como SIIB – Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra. De resto, empregamos nessa tabela (n.º 5, anexo 3) as abreviaturas habituais.

⁵⁶⁸ O mesmo Inocêncio fornece os dados essenciais acerca dele (DBP, VI: 109-110). Presbítero secular, foi tesoureiro da então Colegiada de Santa Maria de Alcáçova em Santarém. Morreu em 1742. Além do *Prontuário* de Larraga, traduziu uma vida de São Francisco de Assis (1737), “colhida de vários auctores”, sobre a qual faz a seguinte reflexão o mesmo Inocêncio: “Em materia de títulos campanudos e alambicados, creio que poucos escriptores nossos, entre os mais apurados sequazes do gongorismo, poderiam lançar a barra adiante d’estre auctor” (DBP, VI: 110).

aparece uma nova edição do texto de partida, com comentários e emendas de Francisco Santos y Grosin, a qual gera uma retradução da obra por Frei Inácio (ou Ignacio) de São Carlos, um nome que a nós só nos consta na edição de 1813-1814, mas que pelo que afirma Inocêncio (DBP, III: 205) corresponde ao primeiro registo no nosso catálogo, de 1797 (1.1-51) e respectivas reedições impressas nos anos de 1798 (Porto e Lisboa: 1.1-53 e 1.1-54), 1799 (1.1-56), 1800 (1.1-59), 1802 (1.1-63), 1803 (1.1-65), 1808 (1.1-129), 1813 (1.1-194), 1814 (1.1-196) e 1817 (1.1-205). Inocêncio (DBP, III: 205) sugere que a primeira edição desta segunda versão poderia datar da década de 1780, mas o certo é que nós não encontrámos exemplares até ao referido ano de 1797. Esta versão de Frei Inácio de São Carlos era, em tempos do autor do *Dicionário Bibliográfico Português*, “ainda hoje a mais seguida e procurada”. Do tradutor, apenas sabemos o pouco que nos diz o mesmo Inocêncio (DBP, III: 205): natural do Porto, vivia no convento franciscano da mesma cidade “nos fins do seculo passado, e princípios do actual”. Existe ainda uma terceira tradução, de autor desconhecido, que foi impressa em Lisboa em 1801 (1.1-60). Desta última, sempre consoante Inocêncio, só se fez uma reimpressão muito tempo depois, em 1829 (1.1-245).

Devemos acrescentar, por último, que a difusão em língua portuguesa do *Prontuário* de Larraga, após ser traduzido em 1723 pelo Padre Morais, não se limitou ao espaço peninsular, pois viajou quer para a América (Pernambuco⁵⁶⁹, Minas Gerais⁵⁷⁰, etc.), quer para a Índia (Goa) – daí, precisamente, que o Seminário Patriarcal de Rachol (*Patriarchal Seminary of Rachol*) conserve exemplares de boa parte das edições do nosso *corpus* (nalguns casos, até, daquelas de que carece a BNP). Abona essa circulação fora de Portugal o facto de que em 1802 fosse proibida a sua impressão no estrangeiro, “e mandados apprehender todos os exemplares que se achassem”, o que “prova que houve alguma edição feita fóra do reino, da qual todavia nem vi até hoje exemplar, nem tenho encontrado alguma outra noticia” (DBP, II: 415). Consta-nos, ainda, que a obra de Larraga se lia também em castelhano, pois figura o título no inventário de algumas bibliotecas particulares⁵⁷¹.

⁵⁶⁹ Cfr. Gilda Maria Whitaker Verri, *Tinta sobre papel. Livros e Leituras em Pernambuco no século XVIII (1759-1807)*, Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006, página 435, disponível em: http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7492/arquivo7820_1.pdf?sequence=1 (consultado a 3/9/2014).

⁵⁷⁰ Cfr.: www.portal.arquivonacional.gov.br/media/v8_n1_2_jan_dez_1996.pdf (acedido a 6/9/2014, página 24).

⁵⁷¹ Por exemplo, na de Frei Domingos de São Francisco do Convento de S. Domingos em Benfca, pela segunda metade do século XVIII. Cfr. Frei José Carlos Lopes Almeida em

Além desta, a olhos vistos, exitosa tradução do espanhol, encontramos no catálogo em anexo espécies de outros subgéneros. Dentro do hagiográfico cabe destacar quatro entradas relativas a um mesmo autor e texto de partida: o *Flos Sanctorum* do jesuíta Padre Pedro de Ribadeneira (ou Ribadeneyra). Da *Historias das vidas de Sta. Maria Egypciaca, Santa Thais, e Santa Theodora penitentes* há edições, no período em estudo, nos anos de 1789 (1.1-24), 1790 (1.1-28), 1793 (1.1-36) e 1823 (1.1-232) – todas elas são, muito significativamente, impressas em formato de cordel. Trata-se, em todos os casos, da reedição de uma versão do oratoriano Diogo Vaz Carrilho (*cfr.* DBP, II: 177-178), a qual tinha vindo a lume já, segundo Inocêncio (DBP, II: 178), em 1673, embora a edição mais antiga que conserva a BNP seja, contudo, de 1719. Esta tradução de Diogo Vaz Carrilho foi ainda novamente publicada, na colecção Livraria do Povo da Editora Cruz Coutinho do Porto, em 1886⁵⁷².

Já em III.2.3 referimos, a propósito dos livros destinados aos leitores mais novos e à formação ético-moral da infância, as traduções do *Catecismo de la Doctrina Cristiana* de Santiago García Mazo (1837), com as *Explicaciones del Astete que convienen igualmente al Ripalda*, em versão de José de Urcullu publicada por vez primeira no Porto, em 1848 (1.1-287), e reeditada depois nos anos de 1849 (1.1-290), 1851, 1862, 1877 e 1891. Em 1850 o texto original foi indicado “por el gobierno de S. M.” como manual para o ensino da instrução primária, facto esse que, segundo Domingo Díaz de Robles, biógrafo de García Mazo, fez com que a demanda disparasse exponencialmente “en toda la Península, y en Cuba, Filipinas y Canarias”⁵⁷³. Por sua vez, a versão traduzida para português vinha acompanhada desde a sua primeira edição, conforme vimos, de um texto prefacial em que o bispo do Porto, Gerónimo José da Costa Rebello, convidava ao emprego do livro tanto no âmbito do ensino catequístico como no contexto doméstico ou familiar.

<http://vitaefratriumordinispraedicatorum.blogspot.com.es/2011/01/frei-domingos-de-sao-francisco-e-sua.html> (acedido a 6/9/2014).

⁵⁷² A Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian conserva um exemplar de dita reimpressão, sob a cota TC 498. Está disponível para consulta em linha em: <http://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=131127&img=11130> (acedido a 25/8/2014).

⁵⁷³ Citamos da página 170 da *Biografía del licenciado Don Santiago José García Mazo, magistral de la Santa Iglesia de Valladolid*, Valhadolide, Juan de la Cuesta, 1851 (GB). Acrescenta aí mesmo Díaz de Robles que “al presente [1851] se está tirando la décima [edição] del número de diez mil ejemplares. Esto prueba que el sentimiento religioso cunde en las masas del Pueblo à despecho de los etócratas, y que el racionalismo de ciertos sabios de moda no logrará extender tanto como quisiera sus venenosas doctrinas”.

Deve ser mencionado, ainda, o *Tratado de la oración y meditación* de San Pedro de Alcántara – ou seja, São Pedro de Alcântara, frade franciscano nascido na localidade raiana que exibia no nome que passou a adoptar ao tomar o hábito, confessor de Santa Teresa e fundador de uma província reformada da sua Ordem (a dos Capuchinhos) em Portugal, para onde de deslocou em várias ocasiões. Foi, aliás, em Lisboa que se imprimiu originalmente o *Tratado de la oración*, pela década de 1560⁵⁷⁴. Na segunda metade do século XVII, a obra fora traduzida *de Castelhana em Portuguez* pelo Padre António de Araújo – dito translato saiu publicado em 1679 e foi reeditado em 1760⁵⁷⁵. Em 1850 (1.1-296) a Typographia portuense de S. J. Pereira lança o *Livro de orações e meditações*, em (nova) versão de Joaquim Pereira Pinto Guedes. O texto levava, que saibamos, quase um século sem editar-se em português: com anterioridade, apenas nos consta a edição de 1760 que se acabou de referir.

Com São Pedro de Alcântara chegamos aos grandes nomes da mística e da ascética auri secular espanhola – alguns dos quais, por acaso, foram *música callada* em Portugal até datas relativamente recentes⁵⁷⁶. De dois deles iremos ocupar-nos a seguir, para rematar esta nossa superficial visão panorâmica da importação de textos religiosos por via tradutória, a começar por aquele que inaugura o inventário de traduções do espanhol reunidas nesta tese (*vid.* 1.1-1 e 1.3-1), e que “tal vez haya sido en su época el

⁵⁷⁴ Quer as datas de publicação das edições lisboetas, quer a (suposta) filiação deste *Tratado* respeito do *Libro de la oración y meditación* de Luis de Granada (com o que partilha inúmeros traços em comum) são questões não resolvidas, como pode ver-se nas páginas introdutórias à *Edición crítica de El Tratado de la Oracion y Meditacion, de San Pedro de Alcántara* que constituiu a tese de doutoramento de Raquel E. López Ruano (Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Extremadura, 2009), disponível em: <http://biblioteca.unex.es/tesis/9788469357880.pdf> (consultado a 5/9/2014).

⁵⁷⁵ Há cópia digital de ambas as edições nas seguintes ligações: https://bdigital.sib.uc.pt/bduc/Biblioteca_Digital_UCBG/digicult/UCBG-1-b-4-30/UCBG-1-b-4-30_item1/P279.html (Coimbra, Real Officina da Universidade, 1760, acedida a 29/8/2014) e <http://purl.pt/23301> (Lisboa, João Galvão, 1679, acedida a 29/12/2015). O editor explica no prólogo à impressão conimbricense de 1760 que o tratado “leva juntos os Dictâmes da Serafica Madre, e Mestra de Espirito S. Tereza de Jesus, e outros santos exercicios, que igualmente podem instruir qualquer animo devoto, e espirito virtuoso no exercicio, e prática de todas as virtudes”. Estes “Dictâmes” ou “Avisos” teresianos, de que mais logo nos ocuparemos, aparecem, respectivamente, nas páginas 243-272 (reedição de Coimbra, 1760) e 478-496 (edição de Lisboa, 1679).

⁵⁷⁶ É o caso do agora evocado San Juan de la Cruz, um dos poetas *maiores* da literatura castelhana, de invulgar projecção e recepção *reprodutiva* (T. S. Eliot) na república mundial das letras, mas cuja circulação no próprio sistema literário espanhol foi durante longo tempo enormemente restrita. A primeira tradução portuguesa de San Juan de que temos conhecimento foi obra de Jorge de Sena, que inclui uma versão da “Noche oscura del alma” na sua antológica *Poesia de 26 Séculos* (Porto, Inova, 1971-1972, reeditada em Coimbra, Fora do Texto, 1993 e no Porto, Asa, 2001). José Bento deu pouco depois a lume *O Cântico Espiritual e Outros Poemas* (Porto, Inova, 1979, com cinco textos e Lisboa, Assírio & Alvim, 1982, com nove). O mesmo José Bento publicou, mais tarde, as *Poesias Completas* de San Juan (Lisboa, Assírio & Alvim, 1990).

escritor didáctico de más fama en Europa, excepción hecha de San Ignacio de Loyola” (Blanco Aguinaga, Rodríguez Puértolas e Zavala, 2000, I: 287): Fray Luis de Granada.

Lembrar-se-á a condição de produtor ectópico de que é detentor Luis de Granada, bem assim como os vínculos profundos que ligam a sua figura ao espaço importador (*vid. supra*, III.1.1.C), onde morreu em 1588 após uma estadia de cerca de quatro décadas e onde deixou uma extensa e profícua pegada literária⁵⁷⁷. Em Portugal escreveu e publicou Fray Luis de Granada “la casi totalidad de su obra”, boa parte da qual é de “temática portuguesa”, como acontece com “las biografías de personajes portugueses [Frei Bartolomeu dos Mártires, o Cardeal-Infante D. Henrique, Sor Ana da Conceição, Elvira de Mendonça, Melícia Fernandes e Sor Maria da Visitação] que salieron de su pluma” (Alonso Romo, 2004: 67). Contudo, como cabia esperar, as línguas dominantes da sua escrita são o latim e o castelhano – ambas foram as “línguas de cultura e de espiritualidade” durante séculos (Rodrigues, 1992-1999, I: 27), e o uso do castelhano, quer pelos produtores espanhóis residentes em Portugal, quer pelos portugueses que viviam num ou outro lado da raia, era, já sabemos, “habitual dentro del contexto de bilingüismo luso-castellano que vivió Portugal durante todo el siglo XVI y la primera mitad del XVII”. Daí que “la literatura espiritual en castellano” penetrasse “muy pronto en el país vecino” e fosse “un importante medio de expansión del idioma” (Alonso Romo, 2004: 65-66).

Nessas línguas, portanto, espanhol ou latim, apareceram publicadas todas as obras do autor, com a única exceção já anteriormente comentada: a do *Compendio da doutrina christã* e os *Treze sermões das das principaes festas do anno* que se incluem a modo de apêndice do *Compendio* logo na primeira edição, livro de que mais abaixo nos ocuparemos de novo. As razões de serem esses dois títulos, especificamente, os únicos publicados originalmente em português, têm a ver com o tipo de destinatário a que se dirigiam, como nos explica Alonso Romo (2004: 69):

El predicador-escritor pretendía llegar a la gente del pueblo sin instrucción, a la que no siempre llegó el mencionado bilingüismo luso-castellano y ello a través de los curas que debían leerles el *Compêndio* y los *Sermões*. Y no hace falta insistir en la deficiente preparación del clero encargado de la cura de almas, tanto en Portugal como en España.

⁵⁷⁷ A este respeito remetemos, de novo, para Maria Idalina Resina Rodrigues, *Fray Luis de Granada y la literatura de espiritualidad en Portugal (1554-1632)*, Salamanca, Universidad Pontificia de Salamanca, 1988. *Vid. tm.* Rodrigues, 1987: 327-349.

Recordar-se-á, igualmente, que o aparecimento de vários títulos em versão portuguesa deste autor foi um dos fenómenos que nos auxiliou a determinar o termo *a quo* da presente investigação (vid. *supra* I.3.2). A circulação editorial de Luis de Granada em Portugal e em português dá-se, fundamentalmente, pelas datas que aqui se estabeleceram como baliza temporal inicial; isto é, por volta de 1780. Com efeito, das catorze entradas associadas a este autor que são registadas (mal ou bem) por Rodrigues no primeiro volume de *A Tradução em Portugal*, somente duas pertencem ao século XVI⁵⁷⁸ – os doze registos restantes são todos do século XVIII, nove dos quais correspondem a títulos que foram publicados de 1778 em diante (apenas três, segundo Rodrigues, terão saído com anterioridade a essa data na mesma centúria⁵⁷⁹). Já sabemos que a fonte em questão não é totalmente fiável (vid. *supra* III.1.3), mas invocámo-la porque, com essas cautelas, referenda a conclusão a que chegaram as nossas próprias pesquisas em torno da cronologia da recepção de Granada em português. Não deixa de ser significativo (e revelador de certos desequilíbrios entre a *China* e a *Tartária* já atrás apontados) o facto de que as obras castelhanas de Granada apenas se traduzam para a língua portuguesa no último quartel do século XVIII, momento em que também aparecem as reedições dos únicos textos originalmente publicados em português (o *Compêndio da doutrina cristã* e os *Sermões* de que já várias vezes falámos), enquanto que estes últimos foram vertidos para castelhano logo nos finais do século XVI – duas versões diferentes no ano de 1595 (vid. Alonso Romo, 2004: 75-77).

Vejamos, pois, quais são as obras de Luis de Granada que aparecem em versão traduzida no lapso de tempo que se estende entre 1780 e 1850 e que, por essa razão, figuram no *corpus* apresentado em apêndice (anexo 1.1). Em 1780 vem a lume o primeiro tomo de *Introdução ao symbolo da fe* (1.1-1), cujo segundo volume será publicado em 1782 (1.1-4): esta é a primeira (e única, ao que parece) edição em português da *Introducción del símbolo de la fe* (1583). Nela não nos é relevada a

⁵⁷⁸ Trata-se, por um lado, da princeps do *Compendio da doutrina christã*, 1559 (GRI 77), publicado originalmente – já o dissemos em I.3.2 e III.1.1.C) – em português. Por outro, de um *Breue aparelho para receber o sanctissimo sacramento, tirado das meditações de frey Luys de Granada*, editado em 1574 (GRI 105). Este último é, todavia, e apesar da menção peritextual a Granada, de autoria duvidosa (vid. Alonso Romo, 2004: 78).

⁵⁷⁹ São as seguintes espécies (apenas podemos garantir a veracidade da última): *Obras espirituais*, de 1713 (GRI 466, entrada fantasma?); *Compendio de Oração e meditação que das obras do Veneravel Fr. Luis de Granada extrahio Fr. Dionysio Sanchez Moreno da mesma Ordem, traduzido pelo P. Sebastião Neves Borges*, de 1739 (GRI 701, a cota da BNP aí indicada é ilocalizável); e *Guia de peccadores*, de 1764 (GRI 1061, conservada na BNP).

identidade do tradutor, mas segundo Inocêncio (DBP, IV: 450) o seu responsável foi o presbítero Joaquim de Macedo (Lisboa, 1719-1791).

De 1785 data *Regras da vida virtuosa* (1.1-15), reimpressão de uma tradução que já tinha saído em 1779 (um ano antes do nosso termo *a quo*), e que voltará a reeditar-se em 1796 (1.1-48) e 1845 (1.1-280). Este é o título granadino que gozou de maior sucesso editorial em versão traduzida. As quatro edições citadas das *Regras da vida virtuosa* (1779, 1785, 1796 e 1845⁵⁸⁰) oferecem a mesma versão do texto de partida (*Memorial de la vida cristiana*, 1565), realizada por um incógnito “zeloso do aproveitamento das almas” (1.1-15) que nós julgamos ser, mais uma vez, Joaquim de Macedo: Inocêncio não no-lo confirma, pois nem sequer menciona este título quando se ocupa de Fray Luis de Granada (*cfr.* DBP, V: 296, n.º 602), mas logo se entenderá o porquê das nossas suspeitas – quase convicções.

Um pouco mais tarde, em 1794 (1.1-44), edita-se o *Guia de pecadores* – obra que se dera a conhecer, em língua castelhana, em 1556-1557 e, em vernáculo, em 1764. Deste último translato há reedição em 1844 (1.1-277). Rodrigues aponta uma alegada edição de 1784 deste mesmo *Guia* (GRI 1509), de que não encontrámos exemplares e que também não refere Inocêncio. Embora o tradutor volte a ocultar a sua identidade, apresentando-se apenas como um “zeloso da salvação das almas” na folha de rosto (1.1-44), Inocêncio atribui a versão novamente, na edição de 1764 (não regista mais), a Joaquim de Macedo (DBP, IV: 123-124). Não nos parece descabido sustentar que este “zeloso da salvação das almas” (*i. e.*, Macedo) é o mesmo “zeloso do aproveitamento das almas” que assina a versão portuguesa do *Memorial de la vida cristiana* acima referida (*Regras a vida virtuosa*).

São, logo, no total, seis espécies relativas a Fray Luis de Granada as constantes do nosso catálogo de traduções: quatro das últimas décadas de setecentos e duas de meados do século XIX⁵⁸¹. A essas seis espécies poderíamos acrescentar mais duas que consignámos no anexo 1.3 (*vid.* 1.3-1 e I.3-4) por razões que já foram antecipadas na epígrafe III.1.1.C), e que agora iremos novamente expor com mais algum pormenor. No ano de 1780 a Régia Oficina Tipográfica dá a lume o *Compendio da doutrina christã*

⁵⁸⁰ Rodrigues inclui mais uma edição das *Regras da vida virtuosa* no ano de 1811 (GRI 2978), mas sem indicar local, editor ou fontes. Foi descartada da nossa inventariação.

⁵⁸¹ GRII 7121 regista ainda o *Livro da oração*, supostamente publicado no Porto (s. n.) em 1850, de que também não encontrámos exemplares. A fonte indicada por Rodrigues (“Llaneza – Bibliografia”) deve ser a *Bibliografía del V. P. M. Luis de Granada*, de M. Llaneza, publicada em 4 tomos em Salamanca, Calatrava, 1926-1928, que não nos foi possível consultar.

(reeditado em Coimbra em 1789: I.3-4), obra que saíra originalmente em português em Lisboa, sob o mecenato da rainha D. Catalina, no ano de 1559 (o mesmo em que o inquisidor Valdés proíbe três livros seus), e de que não volta a haver publicações em Portugal até esse momento. Trata-se de “uno de los muchos tratados catequéticos que circularon por la Península Ibérica a mediados del siglo XVI, en los años anteriores a la promulgación del *Catecismo Romano* del Concilio de Trento (1566)” (Alonso Romo, 2004: 70), e é em grande parte (conforme indica já o subtítulo: *Recopilado de diversos autores que desta materia escreverão*) reelaboração de várias obras preexistentes, autorais ou alheias, latinas ou castelhanas.

Em que língua escreveu Luis de Granada esta obra? Não se conserva dela qualquer manuscrito castelhano da pena do autor que pudesse constituir o hipotético texto de partida. Mais ainda, o próprio Luis de Sarria chegou a ponderar autotraduzir o livro para a língua espanhola, segundo nos consta por um testemunho paratextual (e translativo) que comentaremos sucintamente em breve – o que quer dizer que tal alegada versão castelhana manuscrita nunca existiu. Tudo o qual não invalida a possibilidade de que as reedições que aqui nos ocupam (a de 1780 e a de 1789), mesmo não apresentando marcas paratextuais explícitas nesse sentido (fora o *de Granada* que identifica geograficamente o autor), fossem acolhidas pelo público como textos traduzidos – tal como, de resto, faz António A. Gonçalves Rodrigues ao inseri-las na sua compilação. Aliás, Rodrigues regista a princeps de 1559 (GR I: 77) como sendo uma tradução.

Já anteriormente referimos que Eduardo Alonso Romo (2004) defende a tese, plausível, de que a obra em causa foi originalmente redigida na língua da edição princeps, um idioma que o autor devia dominar, uma vez que em 1551 mudara a sua residência para Portugal⁵⁸². Da nossa parte, não nos atrevemos a especular acerca do grau em que o autor poderia ser competente no português (escrito) por essa altura, decorridos pouco mais de oito anos da sua chegada a Portugal. Achamos, simplesmente,

⁵⁸² Quanto à “cuestión de cuál era la lengua que utilizaba normalmente Fr. Luis en Portugal”, Alonso Romo concorda parcialmente com o seu biógrafo Álvaro Huerga: “al establecerse en el país vecino no constituyó un obstáculo la lengua, ya que Fr. Luis predicaba en español, que era idioma que la gente lusa, aun la del vulgo, hablaba, o por lo menos, entendía sin mayor esfuerzo. Parece lógico que predicara en castellano a los españoles [ali residentes...]. No obstante, suponemos que aprendería rápidamente la nueva lengua, en lo que incluso pudo ayudar de algún modo el origen gallego –lucense– de su familia. En concreto nos resistimos a pensar que el excelente predicador y buen conocedor de gente lusa que fue el P. Granada, no hiciera el esfuerzo de hablar en portugués, especialmente cuando se dirigía al pueblo” (Alonso Romo, 2004: 66-67).

que a hipótese de Alonso Romo não sembra inverosímil, mas que não se pode descartar, todavia, que Fray Luis de Granada, mesmo possuindo para essas datas uma certa competência produtiva (oral, pelo menos) na língua portuguesa, tivesse sido auxiliado na tarefa da composição da obra por algum congénere português⁵⁸³, talvez acolhendo-se até, quem sabe, ao velho método da tradução *al dictado*.

Do que não há dúvida é de que o texto de partida para as primeiras versões castelhanas (póstumas) do *Compendio*, duas no mesmo ano (1595, em Madrid e em Granada), foi o português da edição lisboeta de 1559. Neste caso, portanto, é o texto português a fonte dos textos castelhanos que saem a lume trinta e seis anos depois, e não à inversa. É o tradutor da versão castelhana que se publicou em Madrid em 1595, o Padre Enrique de Almeida, quem nos informa do irrealizado projecto de autotradução do *Compendio* a que antes aludíamos, ao afirmar que o mesmo Fray Luis tinha considerado já, na sua velhice, a possibilidade de, “si Dios le diesse mas vida”, acometer dita autotradução “mejorandole en lengua castellana”, tal como lhe era solicitado por “personas graves”, com o fim de que “doctrina tan importante se divulgasse mas generalmente” (Enrique de Almeida, prólogo ao *Compendio de Doctrina Christiana* [...]. Traduzido de lengua Portuguesa en Castellana, Madrid, Viuda de P. Madrigal, 1595, *apud* Alonso Romo, 2004: 76). O próprio Padre Almeida, diz-nos, pediu “algunas vezes” ao autor “que nos le diesse en lengua Castellana”, proposta que Fray Luis não pôde cumprir de imediato porque “andava meditando aquel insigne libro que se intitula Introduccion al Symbolo de la Fê” (*ibid.*, *apud* Alonso Romo, 2004: 76).

No nosso tempo a obra (ectópica, reiteramos) de Luis de Sarria, outrora tão influente na literatura espiritual portuguesa, como já vimos, caiu num relativo esquecimento em Portugal, no plano editorial como no crítico. Assim o constata Alonso Romo (2004: 77), quando nota que “el nombre del dominico andaluz apenas aparece en las historias más clásicas de la literatura portuguesa, o figura Fr. Luis y su presencia en Portugal pero sin ninguna referencia a sus escritos en portugués”. Não acontece a

⁵⁸³ Essa foi, aliás, a interpretação de Álvaro Huerga (*apud* Alonso Romo, 2004: 69): “¿escribió [Fray Luis] el *Compendio* y los *sermones* en portugués? A mi leal opinión, no: los escribió en español, y se ayudó de algún correligionario nativo para traducirlos al romance lusitano. La consanguinidad del espíritu y de la lengua facilitaron el trabajo.” O mesmo Alonso Romo destaca, mais tarde, a (suspeita?) perfeição linguística do livro: “El *Compêndio*, por su lenguaje, considerado clásicamente portugués, fue incluido en la lista de los volúmenes a meditar para continuar el *Diccionario* de la Academia portuguesa” (Alonso Romo, 2004: 77).

mesma coisa com Santa Teresa de Jesus ou de Ávila⁵⁸⁴, sua conterrânea e contemporânea, comparativamente bem mais presente na cultura portuguesa até hoje do que Fray Luis de Granada – tal como, de resto, ocorre na própria cultura de origem⁵⁸⁵. Leitora das obras do dominicano, que aliás recomendava às suas freiras, estamos perante mais uma autora com estreitos vínculos ao espaço importador, mesmo sem nunca ter chegado a pisar solo português, ao contrário de Fray Luis.

Por um lado, segundo lembraremos em seguida, é em Portugal que Teresa de Jesus adquire uma dimensão pública enquanto escritora, ao haver sido aí, em Évora mais precisamente, que uma obra sua sai impressa pela primeira vez. Por outro lado, como afirma em 1826 um dos seus tradutores, Frei João da Cruz, Portugal “mereceu a preferência do amor desta grande Santa Doutora e gozou das primícias da sua reforma”⁵⁸⁶, pois foi neste reino que surgiram os primeiros cenóbios dos carmelitas descalços existentes fora da coroa de Castela. Com efeito, a própria santa projectava, ainda em vida, estender ao reino vizinho a reforma que empreendera em Espanha desde a fundação do convento de São José em Ávila no ano de 1562. Se ali contara com o auxílio de Jerónimo Gracián ou de Juan de la Cruz, que abrisse o primeiro cenóbio masculino reformado em Duruelo em 1568, em Portugal gozava do apoio entusiástico de D. Teotónio de Bragança, sobrinho do cardeal D. Henrique e futuro Arcebispo de Évora, com quem manteve troca epistolar desde 1574.

⁵⁸⁴ Embora no contexto português (também em França) seja talvez mais conhecida como Teresa de Ávila, no catálogo em anexo figura como Teresa de Jesus, nome que a própria autora adoptou a partir de 1562. Assim, como “Teresa de Jesús, Santa”, aparece identificada tanto na BNE como na BNP, conservando-se nesta última o acento em *Jesús* que nós retirámos por estar a adaptação ortográfica *Jesus* sobradamente consagrada no uso: Teresa Cepeda y Ahumada é referida em textos portugueses, especializados ou divulgativos, como *Santa Teresa de Ávila* ou *Santa Teresa de Jesus*.

⁵⁸⁵ Uma vista de olhos rápida pelas centenas de títulos que devolve a PORB relacionados com Santa Teresa permite verificar que as motivações religiosas se têm vindo a sobrepor ao interesse que desperta a sua dimensão literária – se é que essas duas faces da mesma moeda podem ser separadas neste caso, em que nos sai ao encontro uma escritora que é, ao mesmo tempo, uma santa. Ensaaios teológicos ou doutrinários acerca da mística e versões portuguesas modernas da sua prosa autobiográfica aparecem publicadas, não raro, sob a chancela de editoras vinculadas ao âmbito eclesial ou especializadas em literatura cristã. Nesse contexto, cabe destacar a edição bilingue *Seta de Fogo* (Assírio & Alvim, 1989; reeditada em 2010), com vinte e dois poemas teresianos traduzidos e apresentados por José Bento, um dos mais reconhecidos divulgadores da literatura espanhola (e em espanhol) no Portugal contemporâneo. No momento em que revemos estas linhas (finais do ano 2015, em que se comemora o quinto centenário do nascimento da santa), a BNP exhibe nas suas instalações em Lisboa a mostra “Santa Teresa de Ávila, Caminho de Perfeição”. A Ordem dos Carmelitas Descalços organizou, com motivo da mesma efeméride, o congresso internacional “A Reforma Teresiana em Portugal”, celebrado na Domus Carmeli de Fátima em Outubro de 2015.

⁵⁸⁶ “Prólogo do tradutor”, in *Obras da Serafica Madre Santa Teresa de Jesus*, tomo primeiro (anexo 1.1-235). Na citação acima, modernizámos a grafia e a pontuação.

As vicissitudes da reforma no seio da ordem carmelita, as tensões políticas na sequência da morte de D. Sebastião e outros entraves de teor biográfico impediram que as primeiras fundações portuguesas se materializassem com a participação pessoal e *in loco* de Teresa de Jesus, que talvez “não via Portugal com olhos preferenciais, pelo menos no que à expansão da Ordem concerne” (Gomes, 1983: 60). Serão, antes, discípulos e estreitos colaboradores teresianos (Jerónimo Gracián, María de San José, Juan de la Cruz) a concretizar o projecto e a deslocarem-se para Portugal a tal efeito. Finalmente foi Lisboa e não Évora, como almejava o seu Arcebispo, amigo e correspondente da madre Teresa, a cidade pela qual penetrou a reforma da Ordem do Carmo em Portugal⁵⁸⁷.

Foi em Évora, todavia, que, segundo avançámos, uma obra de Santa Teresa apareceu em letras de molde pela primeira vez, sob os auspícios de D. Teotónio de Bragança, quem logo no prólogo – “primeira apresentação pública da doutora eclesial” (Gomes, 1983: 34) – faz referência ao “familiar conocimiento” que o unia à sua autora. Referimo-nos ao livro que, baseado no manuscrito que a própria santa tinha remetido ao editor em 1579, veio a lume em 1583, a título póstumo por causa da censura inquisitorial que atrasou a impressão, com o nome de *Tratado que escribió la madre Teresa de Jesús a las hermanas religiosas de la Orden de Nuestra Señora del Carmen del monasterio del Señor San José de Ávila de donde a la sazón era priora y fundadora*⁵⁸⁸. Desta forma, podemos afirmar, com Pinharanda Gomes (1983: 7), que “foi a partir da livre iniciativa de Dom Teotónio que os escritos de Santa Teresa ganharam a geral simpatia de quem podia ler”. A ele cabe, pois, a prioridade “no perfil de Santa Teresa como escritor [*sic*]” do domínio público (Gomes, *ibid.*).

O conteúdo principal do volume é o *Camino de perfección*, mas esta edição príncipe eborense incluía, ainda, sessenta e oito sentenciosos *Avisos de la Madre Teresa de Jesús* que continuaram a ser reeditados com profusão posteriormente apesar de serem

⁵⁸⁷ O fundador do primeiro convento masculino é o padre de origem italiana Ambrósio Mariano de São Bento, enviado a Lisboa por Jerónimo Gracián, entretanto eleito superior da nova Província independente dos descalços. Esta primeira fundação acontece em 1581, ainda em vida de Teresa de Jesus e poucos meses depois de que as Cortes de Tomar tivessem reconhecido Filipe II (grande apoiante da reforma) como rei de Portugal – o facto de se ter escolhido um italiano para a tarefa não é alheio a tais circunstâncias políticas, pois encomendá-la a um castelhano poderia ferir “os sentimentos eventualmente magoados dos portugueses” (Gomes, 1983: 60). De Lisboa partiram os primeiros missionários descalços para Ultramar, em 1582, “com a bênção da Santa, quatro meses antes da sua morte” (Gomes, 1983: 60). Uns anos mais tarde, em 1584, Sor María de San José (conhecida em Portugal como Maria de São José) partiria de Sevilha para fazer nascer o primeiro cenóbio feminino na mesma cidade.

⁵⁸⁸ Mais uma vez modernizamos as grafias. A Biblioteca Nacional Digital da BNP disponibiliza (no endereço <http://purl.pt/14302>) uma cópia digitalizada do exemplar conservado na FLUL.

apócrifos⁵⁸⁹ – mais adiante teremos oportunidade de verificar o êxito de que igualmente gozaram vertidos à língua portuguesa. Posto que se julgava conveniente que o livro publicado em Évora “se imprimiese en estos nuestros reinos”, prontamente dele se fez uma reedição em Salamanca (1585), ao cuidado de Jerónimo Gracián⁵⁹⁰. Na mesma cidade serão publicados em 1588 *Los libros de la madre Teresa de Jesús, fundadora de los monasterios de monjas y frailes carmelitas descalzos de la primera regla*, preparados por Fray Luis de León, onde ao *Camino de perfección* e aos *Avisos* se juntam textos teresianos inéditos (isto é, limitados a uma restrita circulação manuscrita) até ali. Entre eles figuram obras hoje absolutamente canónicas no campo religioso como no literário, como sejam o *Libro de la vida* e o *Castillo interior* ou *Las moradas* (também conhecido como *Las moradas del castillo interior*). Outro dos títulos centrais da produção teresiana, o *Libro de las fundaciones*, será publicado ainda mais tarde, em 1610 (Bruxelas). A relativamente escassa produção lírica atribuída a Santa Teresa (não entraremos aqui na questão da autoria desses poemas, nalguns casos duvidosa), constituída substancialmente por glosas ao divino de motes populares provenientes da poesia profana, começa a conhecer-se apenas a partir dos meados do século XVIII, quando o Padre Andrés de la Encarnación se decide a reunir e manuscrever trinta e um poemas que tinham subsistido em diversos conventos descalços e que se julgavam ser obra da fundadora.

A figura de Teresa de Jesus começa a ganhar, desse modo e postumamente, a dimensão que hoje lhe conhecemos no plano teológico. A circulação editorial dos seus escritos desde 1583 é um fenómeno que faz parte do processo de construção, consagração e projecção de um modelo paradigmático, exemplarizante, de santidade e de devoção fulcrais para a afirmação do catolicismo pós-tridentino. Para este processo,

⁵⁸⁹ A autêntica autoria destes *Avisos*, redigidos pelo jesuíta P. Juan de la Plaza, foi descoberta recentemente. A respeito deste e outros escritos falsamente atribuídos a Teresa de Jesus, pode consultar-se a secção “Seudoautógrafos y escritos espúrios [sic]” no portal dedicado pela editora Monte Carmelo à santa no quinto centenário do seu nascimento: <http://teresavila.com/node/5014> (consultada a 28/12/2015). Veja-se também, no mesmo sítio, a nota introdutória (feita pelo P. Tomás Álvarez, embora apareça sem assinatura) à reprodução dos *Avisos*: <http://teresavila.com/avisos#>.

⁵⁹⁰ Nesta reedição salmantina o livro intitulou-se *Tratado llamado Camino de perfección, que escribió para sus monjas la madre Teresa de Jesús, fundadora de los monasterios de carmelitas descalzas*. A propósito dos motivos subjacentes a tal reedição, pode ler-se um interessante artigo de Véronique Jude: “Edición póstuma y legitimación de los textos de Teresa de Jesús”, in Anne Cayuela (ed.), *Edición y literatura en España (siglos XVI y XVII)*, Saragoça, Pressas Universitarias de Zaragoza, pp. 41-57. Entre outras questões, nota a autora como a edição salmantina do *Camino de perfección* parece responder principalmente à vontade de reivindicar como própria “una obra redactada por una mujer castellana”, por “oposición a un reino, Portugal, recién integrado en la monarquía hispánica en 1580, y que no estaba considerado por tradición parte integrante de la monarquía” (p. 46), afirmando assim o reino de Castela a sua preponderância sobre o de Portugal.

de que como vemos participam logo no começo agentes portugueses, contribuem a partes iguais a literatura (através da publicação da obra teresiana e, ainda, de hagiografias e biografias da santa) e as artes plásticas (gravuras, esculturas, telas – destaque-se, na pintura portuguesa, a série teresiana de Josefa de Óbidos), ajudando estas últimas a disseminar, em tradução iconográfica, a imagem que desta Doutora da Igreja construía a escrita a ela devotada. O campo cultural, literário e artístico, actua, portanto, em cruzamento com o campo religioso (e até político⁵⁹¹): a beatificação de 1614 e a canonização de 1622 são consequências e, ao mesmo tempo, detonadores, dessa interpenetração.

Após a estreia editorial de Santa Teresa em Évora, com a publicação póstuma do *Camino de perfección* e os *Avisos* em 1583, a difusão das obras da autora em versão não traduzida continuou no Portugal de seiscentos⁵⁹², centúria em que também se dão ao prelo biografias da santa, quer em língua castelhana⁵⁹³, quer em língua portuguesa⁵⁹⁴. É neste mesmo século que começam a vir a lume, igualmente, as primeiras traduções para português; no entanto, salvando as poucas excepções que no que segue explanaremos, cabe antecipar que o cerne da obra traduzida de Teresa de Ávila é publicado do século XVIII em diante⁵⁹⁵. Debruçar-nos-emos, pois, agora, nas traduções portuguesas de Teresa de Ávila, particularmente nas que incluímos no catálogo em anexo, o qual contém cinco traduções em volume (nos anos de 1795, 1826, 1832 – duas – e 1842) e uma avulsa (1844) desta autora.

⁵⁹¹ Pois tal alcance tinha também o espírito contra-reformista. De cariz político-religioso é, ainda, a conhecida controvérsia gerada no primeiro quartel do século XVII à volta da declaração de Santa Teresa como co-padroeira da Espanha. O enfrentamento entre *teresistas* e *santiaguistas* envolveu as mais altas instâncias do poder político e eclesiástico – a Santa Sede, a monarquia (o rei Filipe III, o rei Filipe IV, seu valido o Conde-Duque de Olivares), o Arcebispado de Compostela, etc. – e despoletou o exercício da retórica panfletária. Neste último âmbito distinguiu-se Francisco de Quevedo, cujos brados literários a favor do patronato único do Apóstolo lhe valeram um desterro na Torre de Juan Abad.

⁵⁹² *Los libros de la beata Madre Teresa de Jesús, fundadora de los monasterios de monjas y frailes carmelitas descalzos de la primera regla* foram reimpressos em Lisboa, por Antonio Alvarez, em três ocasiões (1616, 1628 e 1654).

⁵⁹³ *Vida, virtudes y milagros de la bienaventurada Virgen Teresa de Jesús*, assinada por Diego de Yepes e publicada em Espanha em 1606, é reeditada em Lisboa no ano de 1616.

⁵⁹⁴ Hagiografias originais em português são a epopeia em verso intitulada *Thereza militante*, de Frei Manuel das Chagas (c. 1630), e a *Vida da gloriosa virgem a madre Santa Thereza de Jesus*, de Nuno Barreto Fuzeiro (1691).

⁵⁹⁵ Do século XVIII datam, igualmente, a grande parte das traduções manuscritas, inéditas, que se conservam presentemente na BNP. Delas ocupa-se Gomes, 1983: 39-42. Estas traduções parecem responder à demanda de consumo doméstico nos mosteiros e conventos, se bem não se possa descartar que algum destes manuscritos fosse destinado a uma eventual impressão que não chegou a concretizar-se.

Ao que parece, houve uma edição em língua portuguesa das obras completas, feita em Lisboa no ano de 1653, de que apenas temos notícia por vias indirectas⁵⁹⁶. Estranhamente, esta edição, que seria a primeira tradução portuguesa da autora por ordem cronológica, não consta em *A Tradução em Portugal* nem é mencionada por Jesué Pinharanda Gomes num capítulo dedicado monograficamente às “Traduções portuguesas (impressas) das obras de Teresa de Ávila” (Gomes, 1983: 43-52), em que aliás frisa como as primeiras traduções teresianas são “parciais, nanja das Obras Completas, cuja necessidade não era sensível, dado o carácter bilingue da nação portuguesa⁵⁹⁷” (Gomes, 1983: 43). À semelhança deste estudioso, e fora uma tradução avulsa de que depois nos ocuparemos, nós apenas temos constância material de um translato seiscentista, vindo ao prelo umas décadas depois, em 1684, com o título de *Sete Meditações sobre o Padre Nosso Acomodadas aos Dias da Semena [sic] pela S. Madre Thereza de Jesus*. Trata-se da versão em língua portuguesa, anónima, de um opúsculo de atribuição espúria e autor desconhecido⁵⁹⁸: uma glosa do pai-nosso, publicada sob a rubrica de Santa Teresa nas edições seiscentistas das obras completas em castelhano, que parece ter gozado de grande aceitação também em Portugal, onde

⁵⁹⁶ É citada entre as “Ediciones portuguesas” na “Bibliografía teresiana” incluída nas *Obras completas de Santa Teresa de Jesús*, ao cuidado dos Padres Fr. Efrén de la Madre de Dios e Fr. Otilio del Niño Jesús (Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1951, tomo I, p. 79). Mais recentemente, é referida também por Gonzalo Díaz Díaz, *Hombres y documentos de la filosofía española* (Madrid, CSIC, 2003, tomo VII, registo 8077, pp. 472-473): *Obras da gloriosa Madre Santa Teresa em tres volumes, impressas en [sic] Anvers, ano 1646, as quais ja por vaces [sic: vezes?] forão impressas. Ainda que con [sic] alguna [sic] diminuição [sic] do que nesta impressão se acha* (Lisboa, s. n., 1653). Numa tradução de que nos ocuparemos mais abaixo alude-se, sem indicar data ou local de impressão, a umas *Obras da Gloriosa Virgem Santa Teresa de Jesus Pelo Padre Frei Manoel das Chagas Carmelita Observante, natural de Lisboa*. Corresponderá tal título à edição de 1653? Terá sido, então, Manuel das Chagas, carmelita falecido em 1666 e autor de *Thereza militante*, o responsável por esta enigmática primeira edição vernácula das obras completas de Teresa de Ávila? O certo é que não encontrámos quaisquer provas tangíveis de tal edição nas bibliotecas consultadas, incluída a Biblioteca Digital Teresiana desenvolvida pela Consejería de Cultura y Turismo da Junta de Castilla y León com motivo da celebração do V centenário do nascimento da autora (<http://bibliotecadigital.jcyl.es/bdter/es/micrositios/inicio.cmd>, acedida a 30 de Dezembro de 2015).

⁵⁹⁷ Lembramos que os textos da Santa eram com efeito acessíveis, em versão não traduzida, no Portugal da altura – ao longo da primeira metade do século XVII *Los libros de la beata Madre Teresa de Jesús* conheceram três edições portuguesas, a última das quais apareceu em 1654 (faria esta sentido se, de facto, existira uma publicação em português da obra completa logo no ano anterior?).

⁵⁹⁸ Remetemos, novamente, para o sítio da editora Monte Carmelo <http://teresavila.com/node/5014>. Não devem confundir-se estas pseudoteresianas *Sete Meditações* com o comentário do pai-nosso incluído em *Camino de perfección*, este último autêntico.

estas *Meditações* foram de novo editadas em vernáculo mais à frente⁵⁹⁹, para além de terem circulado em cópias manuscritas⁶⁰⁰.

Em 1720 sai publicada a *Vida da Seraphica Madre S. Theresa de Jesus; doutora mystica, e fundadoura [sic] dos Carmelitas Descalços, escrita pela mesma Santa. Agora traduzida de lingoa Castelhana em a nossa Portugueza*. Esta tradução, com extensos comentários ou *dilucidaçoens para melhor intelligencia de quem a ler*, é obra do Padre Fr. António de São José, prior do Deserto do Bussaco, o convento eremita que a ordem descalça abriu na serra homónima, e conheceu mais impressões no próprio século XVIII⁶⁰¹. Poucos anos depois, em 1737, vem a lume a *Collecçam espiritual de varias obras* de Santa Teresa, vertidas em português pelo Padre João Nunes Varela, presbítero da Ordem de São Pedro de Alcântara. Segundo esclarece o tradutor na “Carta dedicatória” ao seu antonomástico, São Pedro de Alcântara, moveu-o a preparar esta colectânea o intuito de que “nem os poucos, que ignorão a língua Castelhana ficassem privados dos seus não só uteis, mas quasi precisos documentos”. Ficam, assim, incluídos nesta tradução antológica os textos⁶⁰² que Pinharanda Gomes considera dentro do “mais compreensível, pragmático e acessível de Santa Teresa”, visando “uma rudimentar iniciação na mística teresiana, sem a exigência de uma abordagem aos graus mais altos e complexos” (Gomes, 1983: 45).

Vem a seguir, ainda nos finais do século XVIII, a primeira tradução teresiana (ou melhor, segundo vimos, pseudoteresiana) impressa dentro do marco cronológico aqui atendido (1780-1850). Trata-se da versão vernácula dos apócrifos *Avisos espirituales* que já tinham precedido o *Camino de perfección* na publicação eborense de

⁵⁹⁹ São incluídas na *Collecçam* de 1737 e no segundo volume das *Obras da Serafica Madre Santa Teresa de Jesus* de 1832 (vid. *infra*).

⁶⁰⁰ Acerca das *Meditações sobre o Padre Nosso* diz-nos Pinharanda Gomes, que por acaso nada refere sobre a sua autenticidade autoral: “foi texto preferido na espiritualidade conventual e popular, fenómeno aliás compreensível: o Pai Nosso é oração comum, bem no centro da iniciação à oração. [...] É, por isso, um texto catequético e ascético de propósito comum, dado poder ser lido e meditado por qualquer pessoa que saiba ler e, não sendo de complexa formação mental, deseje iniciar-se no grau comum da oração, o primeiro grau” (Gomes, 1983: 41, 43).

⁶⁰¹ Pinharanda Gomes (1983) alude a duas reimpressões. A última (terceira edição) data de 1761, e dela conserva-se um exemplar na BNP. Quanto à segunda edição, de que não encontramos exemplares, Pinharanda Gomes afirma que saiu em 1728 (Gomes, 1983: 69). João da Cruz, no prólogo à sua retradução da *Vida* vinda a lume em 1826 (vid. *infra*), cita uma edição de 1741, de que também não obtivemos mais provas documentais.

⁶⁰² Concretamente: “Avisos da Madre Santa Theresa de Jesus”, “Merces particulares, que Deos fazia á mesma Santa” (tradução das “Relaciones”, com um aviso ao leitor de Fray Luis de León), “Dezasete [sic] Exclamações d’alma a seu Deos”, “Sobre os conceitos do amor de Deos” (uma glosa do *Cântico dos Cânticos* dividida em sete capítulos e precedida do “Prologo do Padre Fr. Jeronymo Graciano da Madre de Deos”, que editou o escrito em 1611), “Instrucção sobre as Sete Petições do Padre Nosso, divididas pelos sete dias da semana” e “Modo de visitar os Conventos de Religiosas”.

1583, mas seguindo como fonte uma reedição castelhana comentada pelo jesuíta toledano Padre Alonso de Andrade (texto de partida publicado em 1646-1647). A data de edição desta tradução carece de esclarecimento. No nosso catálogo, registámo-la no ano de 1795 (anexo 1.1-46). Todavia, quer Gonçalves Rodrigues, quer Pinharanda Gomes (1983: 45) referem datas anteriores. Este último indica que os *Avisos Espirituaes* saíram em Coimbra (não aponta nome de impressor), em 1793, e não refere qualquer eventual reedição do ano 1795. Rodrigues (GRI 1974) inclui o título no ano de 1792 pela vez primeira, numa alegada edição saída dos prelos da Real Imprensa da Universidade de Coimbra cuja autenticidade não foi possível provar⁶⁰³. Volta a citar a obra no ano de 1795, sem indicação de fontes nem dados editoriais, mas, embora desta edição também não se encontrem exemplares consultáveis nas bibliotecas em que a procurámos, temos notícia da sua existência por um anúncio da *Gazeta de Lisboa* desse mesmo ano (10 de Outubro de 1795), onde a versão portuguesa se atribui a “hum curioso”:

Sahirão á luz os Avisos Espirituaes de Santa *Teresa de Jesus*, commentados pelo P. *Affonso de Andrade*, natural de *Toledo*; e traduzidos do *Castelhano* em *Portuguez*, resumidos e correctos por hum curioso: 2 vol. de 4º. Vendem-se em *Coimbra*, em casa do Doutor *João Henriques Sieo*; e em *Santarem*; e em *Lisboa*, nos Conventos dos Religiosos *Agostinhos Descalços* (*apud* Almeida, 1964: 306; itálicos na citação).

Em qualquer caso, não era a primeira vez que esses *Avisos* se podiam ler em português, só que as anteriores edições em vernáculo não apareceram de forma independente. A mais antiga de que temos constância, não contemplada por Pinharanda Gomes (1983), ia apensa à *Imitação de Cristo* de Tomás de Kempis, em impressão que data dos inícios da década de 1670⁶⁰⁴. Já no século XVIII, os “Avisos” integravam – aliás, abriam – a *Collecçam* do Padre Varela (1737) acima descrita, esta sim citada por Pinharanda Gomes (1983), que no entanto não menciona como o mesmo texto

⁶⁰³ O verbete GRI 1974 fornece a seguinte informação [*sic*]: “*Avisos espirituais ... commentados pelo P. Affonso de Andrade ...*, Coimbra, Real Imp. da Universidade, 4.º, 2 vols.”. A fonte apontada por Rodrigues é “Perez 3823”.

⁶⁰⁴ Na GB está disponível um exemplar procedente da Biblioteca Nazionale Centrale de Roma, impresso em Coimbra, no ano 1674, em que aparece como tradutor da *Imitação de Cristo* Giraldo Lopez (*vid. tm.* GRI 321) – o volume leva como acresceto final (pp. 439-450) os “Avizos da Madre S. Thereza de Iesus. Pera suas freyras, tirados de suas obras, & trazidos neste lugar pera todos os q [*sic*] desejão guardar a perfeição espiritual”. A PORB oferece duas edições seiscentistas da *Imitação*, ambas lisboetas: uma de 1673, em que figura Diogo Vaz Carrilho como tradutor (*vid. tm.* GRI 314), e outra (com duas variantes) de 1679, com “texto semelhante” ao de 1673. Só nesta última se indica, em nota, que o livro contém nas duas variantes (pp. 337-346 e 382-392, respectivamente) os “Avizos da Madre S. Theresa de Jesu pera suas freyras, tirados de suas obras, & trazidos neste lugar para todos os q [*sic*] desejam guardar a perfeição espiritual”.

pseudoteresiano voltara a aparecer em língua portuguesa, ainda no século XVII, anexo ao *Tratado da Oração e Meditação* de São Pedro de Alcântara a que já atrás nos referimos (1679, com reedição de 1769). Os “Avisos espirituaes” não nos são aí apresentados como uma tradução do mesmo António de Araújo, mas antes “Tirados das Obras da Gloriosa Virgem Santa Teresa de Jesus Pelo Padre Frei Manoel das Chagas Carmelita Observante, natural de Lisboa”⁶⁰⁵. Fora estas versões impressas, cabe ainda mencionar mais uma manuscrita, datada de 1769, que se conserva na BNP⁶⁰⁶ – foi realizada pelo franciscano Manuel de São José Lisboa, quem também deixou inéditas (manuscritas) mais duas traduções da mesma autora (*vid.* Gomes, 1983: 41-42): o *Caminho de Perfeição que escreveo para as suas freiras a Santa Madre Teresa de Jesus* (1757) e a *Vida de S. Tereza de Jezus* (1770).

Um lapso de cerca de trinta anos sobrevém dos *Avisos* de 1795 à seguinte tradução teresiana, vinda a lume em 1826, dos prelos da Imprensa da Rua dos Fanqueiros (I.1-235). Trata-se do primeiro volume das *Obras da Serafíca Madre Santa Teresa de Jesus fundadora dos Carmelitas Descalços*, em versão do já citado Frei João da Cruz, carmelita descalço⁶⁰⁷, edição esta que terá continuação (segundo e terceiro tomo) nos anos de 1832⁶⁰⁸, pela Impressão Regia (I.1-252), e 1842, pela Typographia de V. J. de Castro e Irmão (I.1-274)⁶⁰⁹. Como em tantos outros casos, foi requerida uma paciente pesquisa bibliográfica para tentar dilucidar as informações vagas, inexactas e até contraditórias veiculadas nas fontes que consultámos em relação aos três volumes

⁶⁰⁵ *Vid. supra* o dito acerca da misteriosa edição das obras completas de Santa Teresa em português de 1653. Poderá ela corresponder ao título citado neste *Tratado* como fonte dos “Avisos”? Terá sido, assim, perguntamo-nos de novo, Manuel das Chagas, biógrafo e apologista da Santa, o tradutor de tal suposta edição?

⁶⁰⁶ Intitula-se *Avisos espirituaes de Santa Teresa de Jesus; commentados, e escritos na lingua espanhola pelo P. Affonço de Andrade; traduzidos na lingua portuguesa pelo P. Fr. Manoel de S. Jozé Lisboa, indigno filho da Provincia de Portugal da Regular Observancia de N.S.P.S. Francisco*.

⁶⁰⁷ Acerca de Frei João da Cruz diz Pinharanda Gomes (1983: 46) que “bem merecia que soubéssemos dele mais do que sabemos, o ele ter-se como o mais indigno dos filhos de Santa Teresa” – assim se nos apresenta peritextualmente o tradutor, na folha de rosto. Inocêncio (DBP, III: 335) informa que era vivo em 1834, aquando da supressão das ordens regulares em Portugal, mas desconhece a sua “naturalidade e mais circunstancias pessoais”.

⁶⁰⁸ Esse é o ano que figura no pé de imprensa da folha de rosto. O colofão (p. 326), todavia, vem datado de 1833.

⁶⁰⁹ Este tomo não consta de *A Tradução em Portugal* e também não é referido no DBP de Inocêncio da Silva. Pinharanda Gomes (1983: 47), ao não achar provas documentais do volume, de que apenas encontra referências em segunda mão, põe a sua existência em dúvida. Afirma que, de serem certas as informações veiculadas pela sua fonte (David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 1962), “o tomo constitui raridade bibliográfica de primeiro quilate” (*ibid.*). Felizmente, a BNP já conta com um exemplar desta *raridade*, o qual tivemos oportunidade de consultar *in situ*. Na PORB sugere-se como data possível da morte de Frei João da Cruz o ano de 1836 – se assim for, este terceiro volume (1842) seria de publicação póstuma.

que conformam esta espécie⁶¹⁰, dificuldades essas directamente proporcionais à sua relevância, posto que, deixando de parte a edição portuguesa de 1653 atrás referida como incerta, deparamo-nos com o primeiro projecto de tradução integral das obras de Santa Teresa (Gomes, 1983: 45). No “prólogo do traductor” inserido no primeiro tomo (pp. 5-7), Frei João da Cruz explica que empreende tal projecto por mandado dos seus superiores, com o intuito de preencher uma lacuna comparativamente chamativa (pp. 5-6):

Todo o Mundo Christão tem conhecido a sua utilidade [da doutrina das obras de Santa Teresa de Jesus, que “não necessitam de apologia”], e confessa o proveito que destas obras tem tirado: e por este motivo se tem multiplicado tanto as suas edições, que apenas há Nação alguma Catholica, que não as tenha mandado traduzir na sua lingua, para que possam aproveitar-se dellas os seus filhos, e aprender a verdadeira moral, e perfeição do Christianismo. Não fallo na Hespanha, aonde desde o anno de 1588, até ao de 1724 se fizerão seis edições destas preciosas obras. Em França traduzidas em Francez, se tem feito vinte. Em Italiano, na Italia, quatro. Latinas duas. Belgicas [*sic*] duas. Alemãs huma. Polacas, na Polonia, duas; e Inglezas, em Inglaterra, tres.

Só em Portugal, que, entre todos os mais Reinos mereceu a preferencia do amor desta grande Santa Doutora, e gozou das primícias da sua reforma, se não tem traduzido os seus livros até agora; ou porque quasi todos os Portuguezes, (ou ao menos os literatos,) entendem a língua Castelhana, ou não sei porque. Apenas no anno de 1720 appareceu impressa em Lisboa a vida desta gloriosa Santa, traduzida em Portuguez pelo Padre Fr. Antonio de S. José, Carmelita Descalço, com eruditas elcuidações; a qual fielmente, e sem mudança, se reimprimio tambem em Lisboa no anno de 1741: e destas mesmas edições aparecem já hoje muito poucos exemplares.

Advertindo pois os zelosos Prelados da minha Religião nesta falta, que eu mesmo lamentava em silencio, e no fundo do meu coração, me incumbirão da traducção de todas as Obras de nossa Santa Matriarcha. E ainda que conheço claramente, que me faltão todas as qualidades necessarias a hum bom Traductor, resignado obedeci; e tenho o gosto de offerecer a todos os Portuguezes este precioso Thesouro de doutrina celestial, occulto, e escondido até agora a huma grande parte

⁶¹⁰ Deve ter-se em consideração que, segundo Inocêncio – o qual menciona apenas os dois primeiros volumes –, a “maior parte d’esta edição ficou inutilisada e destruida [*sic*], por ser vendida a peso para embrulhos” (DBP, III: 335). Talvez este facto explique, pelo menos em parte, a grande confusão com que a espécie é incluída em *A Tradução em Portugal*, onde já apontámos que também não figura o tomo terceiro, sendo que o tratamento dos dados editoriais estava longe de ser preciso, igualmente, no catálogo em linha da BNP e na PORB. Limitando-nos a *A Tradução em Portugal* para ilustrar o dito, Rodrigues regista o título *Obras (comprehendendo tambem a sua vida) trad. por Fr. João da Cruz* no ano de 1826 (GRI 3993), dando como impressor, erradamente, a Imp. Regia e indicando “2 vols.” Remete para duas cotas da BNP (R. 21227-28 P.), existentes nos fundos da referida biblioteca mas ilocalizáveis através do catálogo informático, cotas essas que dizem respeito ao tomo I (1826, Imprensa da Rua dos Fanqueiros) e II (1832, Impressão Regia). Insere depois, no ano de 1832 (GRI 4258), e com base na fonte identificada como AHO (*sic*), o título *Obras da seráfica Madre ... fundadora dos Carmelitas Descalços [trad. em port. pelo ... Fr. João da Cruz]*, 2 vols., sem indicar local e impressor.

deles; aonde acharão, como outros tem achado, abundantíssimas, e solidas riquezas para as suas almas.

Assim, exprimindo a sua convicção de que “algum serviço faço a todos os meus compatriotas” (p. 7), dá a lume o primeiro tomo das *Obras* (1826), volume que contém, fundamentalmente, a *Relação da vida da Serafica Madre Santa Teresa de Jesus* (único título anunciado na folha de guarda). Servindo-se Frei João da Cruz, segundo ele mesmo esclarece no prólogo (p. 7), da edição castelhana feita por Baltasar Moreto na imprensa plantiniana de Antuérpia em 1630, incluem-se ainda, como na edição de partida, outros textos além da *Vida*: uma carta de Fray Luis de León às carmelitas de Madrid, “os testemunhos de varias pessoas graves, que approvárão o espirito, e doutrina da mesma Santa” e “duas relações, que ella escreveu para huns seus confessores” brevemente introduzidas por Fray Luis⁶¹¹. No segundo tomo (1832) apresenta-nos em vernáculo, essencialmente, o *Caminho da perfeição que a Serafica Madre Sancta Teresa de Jesus escreveo obrigada dos rogos das suas filhas as freiras do Convento de S. José de Avila para sua instrucção* (folha de guarda), o qual é de novo acompanhado de outros textos: os “Avisos”, as “Exclamações ou Meditações da Alma ao seu Deos”, os “Conceitos do Amor de Deos sobre algumas palavras dos Cantares de Salomão” prologados por Baltasar Gracián e as “Sete Meditações sobre o Padre Nosso accommodadas aos dias da Semana”. Por fim, no terceiro e último tomo (1842), oferece Frei João a sua versão do *Castello Interior ou As Moradas, escriptas pela Santa Madre Teresa de Jesus*, rematada nas folhas finais por uma “Paraphrase dos versos de Santa Teresa”⁶¹².

É obrigado reconhecer o carácter pioneiro da iniciativa de Frei João da Cruz em relação às obras teresianas inéditas até ali em língua portuguesa que nós saibamos, como é o caso do *Caminho de Perfeição* (de que apenas existia uma tradução

⁶¹¹ Este tomo foi examinado por José Agostinho de Macedo, censor do Ordinário: o manuscrito do parecer, datado em 2 de Fevereiro de 1826, conserva-se na BNP (cota COD. 11231//6). Este parecer saiu publicado em 1836, postumamente (Macedo morreu em 1831), no jornal *Minerva* de Lisboa, n.º 1, pp. 14-19. Inocêncio (DBP, III: 335) descreve-o como “uma especie de carta missiva ao Arcebispo Vigario-geral, em estylo jocoserio, cheia de anedotas satyricas, e de alusões aos successos do tempo, e não é talvez das cousas menos chistosas, que lhe sahiram da penna”.

⁶¹² Trata-se de um célebre *contrafactum* ‘a lo divino’ do mesmo poema profano que serviu de ponto de partida a São Juan de la Cruz, com o mote “Vivo sin vivir en mí, / y de tal manera espero / que muero porque no muero”. Da glosa teresiana existem diferentes variantes que, além do maior ou menor número de versos (até oito estrofes), apresentam alterações textuais (v. gr., “y tan alta vida espero” para o segundo verso do mote). Na versão de Frei João da Cruz treze estrofes em versos de arte maior glosam o mote inicial ou “Assumpto”: “Vivo empregada em Deos, em mim não vivo / Outr’alta vida espero, e não obtendo, / Em mim nasce hum pesar tão excessivo, / Que me sinto morrer, por hir vivendo”.

manuscrita do século XVIII, atrás apontada⁶¹³) e o *Castelo Interior*. Posto isto, devemos admitir também que os protestos de Frei João da Cruz sobre a falta de traduções portuguesas de Santa Teresa, conquanto tenham algum fundamento, não respondem plenamente à realidade. Como já tivemos oportunidade de verificar, houve com anterioridade mais traslados impressos do que o único que cita no prólogo, a tradução da *Vida* feita por Frei António de São José na primeira metade do século XVIII (vid. *supra*), de que Frei João aproveita parcialmente as notas⁶¹⁴. Aliás, a *Vida* e mais alguns dos textos vertidos por Frei João da Cruz são, de facto, retraduições⁶¹⁵, e chama a atenção que essas tentativas anteriores de pôr as obras teresianas em vernáculo – em particular a *Collecçam* de João Nunes Varela (1737), de que existem cinco exemplares na BNP – lhe sejam desconhecidas, o que certamente se deve à sua antiguidade (a mais próxima no tempo datava dos finais de setecentos) e à consequente escassez de exemplares à disposição de Frei João, a mesma que assinala para a tradução de Frei António de São José. Por ironias da vida, parece que da própria edição de Frei João também se acabaram por perder muitos exemplares, tendo sido vendidos “a peso para embrulhos” (DBP, III: 335). Mesmo assim, a sua versão do *Caminho de Perfeição* conseguiu sobreviver e até foi reeditada no século XX, apesar de haver entretanto aparecido uma nova tradução da mesma obra (pelo Padre Valente, publicada em 1885) – assim o nota Pinharanda Gomes (1983: 49), quem se apercebeu deste facto não obstante nem todas essas reedições levarem “o justo pormenor do nome do tradutor”⁶¹⁶.

Em 1832, coincidindo com a data de edição do segundo volume das *Obras* por Frei João da Cruz, vinha a lume na Imprensa da Viuva [*sic*] Neves e Filhos mais uma tradução teresiana (anexo I.1-250), não mencionada por Pinharanda Gomes nem

⁶¹³ Foi realizada pelo franciscano Frei Manuel de São José Lisboa em 1757. Conserva-se na BNP, com o título de *Caminho de Perfeição que escreveo para as suas freiras a Santa Madre Teresa de Jesus [...]. Tradusido da lingua hespanhola na portugueza pelo P. Fr. Manoel de S. Jozé Lisboa indigno filho do Serafíco Patriarcha S. Francisco da Santa Provincia de Portugal*.

⁶¹⁴ “Não quis desprezar as eruditas notas, ou elucidações do Padre Fr. Antonio de S. José, primeiro Traductor deste livro [da *Vida*] ; mas, para não cançar a paciencia, nem distrahir a atenção dos Leitores, as limpei do que me pareceo superfluo, e as coloquei no fim do Livro”.

⁶¹⁵ Daí que Pinharanda Gomes, referindo-se aos dois primeiros volumes (pois desconhece o conteúdo do terceiro), diga que “pouco ou nada avançam relativamente ao que já estava vertido para a língua portuguesa, não obstante o melhor nível literário atingido por João da Cruz” (Gomes, 1983: 47).

⁶¹⁶ “A tradução que Fr. João da Cruz fez de *O Caminho da Perfeição*, [vírgula do autor citado] serviu de base às edições que, da mesma obra, saíram, a partir de 1906, na Livraria Católica Portuense, de Aloísio Gomes da Silva, repetidas pela Livraria de Machado e Ribeiro (1946 e 1961), em que apenas a ortografia foi actualizada, de acordo com as normas em vigor” (Gomes, 1983: 49). Segundo informa o mesmo estudioso, as retraduições do *Caminho de Perfeição* pelo Padre Valente (1885) e do *Castelo Interior* por Júlio de Moraes tiveram como projecto inicial (estiveram para ser) a reedição das respectivas versões de João da Cruz (Gomes, 1983: 48 e 51).

registada por Gonçalves Rodrigues: a *Consolação da alma fervorosa contemplando a vida de S. Tereza de Jesus, extrahida do que se acha nas suas obras por D. J. M. D. C. R.* Esta sigla foi identificada por Martinho da Fonseca no seu *Subsidios para um Diccionario de Pseudonymos, Iniciaes e Obras Anonymas*⁶¹⁷, graças ao qual sabemos que o autor deste traslado foi João da Madre de Deus. Inocêncio, que não inclui a *Consolação* entre as obras que escreveu, apresenta-no-lo como “conego regrante de Sancto Agostinho, residente ao tempo da suppressão das Ordens religiosas no Mosteiro de S. Vicente de Fôra de Lisboa” (DBP, III: 403). Fonseca, quem já cita a tradução que aqui nos ocupa, acrescenta que era “natural de Guimarães, n. em 1760 e f. a 19 de fevereiro de 1843”.

O tradutor oferece a obra à *mesma Gloriosa Santa* (folha de rosto), esclarecendo no prefácio (“Dedicatória”) que é “na verdade tudo o que ha nella vosso, e nada meu, senão o cuidado, e o trabalho de reduzir ao mais abbreviado methodo os admiraveis successos da vossa vida”, cuidado este encaminhado a “animar, e consolar as pessoas espirituaes, e devotas” e a retribuir o muito “que me tem [*sic*] ensinado os vossos escriptos”. Não deixa de sublinhar-se nessa dedicatória a excepcionalidade da autora traduzida, na medida em que é uma mulher que ensina “a Sciencia mais delicada, mais sublime, e mais proveitosa”. Sendo mais “devido ao vosso sexo” aprender que ensinar, torna-se para o nosso cónego “hum raro prodigio” ter-lhe concedido Deus “a dignidade de Mestra e Doutora” a Teresa de Ávila.

A *Consolação da alma fervorosa* consta de dezanove capítulos e, embora o título e o referido na “Dedicatória” não resulte muito revelador acerca do conteúdo do livro, centra-se na feição reformadora de Santa Teresa – os dezasseis conventos femininos que chegou a fundar são os “admiráveis successos” que norteiam o labor do tradutor-compiler. Assim sendo, o que oferece em vernáculo João da Madre de Deus é, em essência (capítulos III a XVIII), o *Libro de las fundaciones*. Apenas os dois primeiros capítulos, dispostos a modo de introdução dos restantes, são retirados do *Libro de la vida*⁶¹⁸. No capítulo XIX (“Do fim da vida, e prodigiosa morte de Santa Tereza de Jesus”) verifica-se uma mudança na voz enunciativa, que passa da primeira à

⁶¹⁷ Tomo XXV da edição fac-similada feita pela Imprensa Nacional em 1972, página 107, n.º 84, 87 e 88.

⁶¹⁸ Os títulos resumem o que neles se narra: o primeiro capítulo intitula-se “Da infância de Santa Tereza até entrar Monja no Convento da Encarnação”; o segundo, “Até à fundação do primeiro Mosteiro de S. José d’Ávila”. A fundação deste mosteiro, que foi o primeiro cenóbio reformado, não aparece relatada no *Libro de las fundaciones* (esta obra começa pelo segundo, o mosteiro de São José de Medina del Campo), daí que João da Madre de Deus decida utilizar como fonte para os capítulos iniciais o *Libro de la vida*, evitando desse modo que o relato começasse *in medias res*.

terceira pessoa: trata-se de um epílogo do tradutor em que são relatados os últimos dias da mística e os grandes acontecimentos póstumos – o achado do corpo incorrupto, a canonização, os milagres obrados pelas suas relíquias. Incluem-se, ainda, no final do livro, diversas orações (uma novena de Santa Teresa de Jesus, ladainhas, jaculatórias).

A última tradução de Teresa de Ávila que encontramos impressa no marco em análise é muito dissemelhante das vistas até aqui. Em primeiro lugar, porque se trata de uma tradução não publicada de forma independente. Em segundo lugar, porque não obedece às mesmas motivações piedosas que estão na origem de todas as anteriores, editadas em volume – mesmo que nesta tradução se mantenha o teor espiritual do texto de partida, a Teresa santa não obscurece desta vez a Teresa escritora. Referimo-nos à “Paraphrase dos Versos de Santa Thereza de Jesus” realizada por Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna, e publicada postumamente no segundo volume das suas *Obras poéticas* (1844: anexo 1.2-94).

Nesta ocasião, e também à diferença do que acontecia até aqui, Santa Teresa é vertida para a língua portuguesa por uma autora que, enquanto produtora (poeta) e também enquanto mediadora literária e cultural (tradutora, promotora de tertúlias e reuniões, mecenas e agente destacada na legitimação de jovens poetas), ocupa uma posição de relevo na história do Pré-Romantismo português. A importância da Marquesa de Alorna no que diz respeito à renovação do repertório da lírica portuguesa pela abertura às literaturas estrangeiras foi prontamente sublinhada por Alexandre Herculano, ao cunhar para ela o célebre epíteto de “Madame de Stäel portuguesa”⁶¹⁹ – apesar do qual, como reclama Sabio Pinilla (2008), uma investigação aprofundada acerca do seu papel do ponto de vista da história da tradução ainda se encontra, por enquanto, apenas esboçada.

A “Paraphrase dos Versos de Santa Thereza de Jesus” feita por Alcipe é uma versão livre ou imitação do famoso poema “Vivo sin vivir en mí”, o mesmo de que pouco antes aparecera uma outra versão portuguesa no último tomo das *Obras* traduzidas por Frei João da Cruz (1842). Posto que a actividade tradutora de Leonor de Almeida, falecida em 1839, foi desenvolvida entre a última década do século XVIII e as

⁶¹⁹ A expressão ocorre num artigo escrito a modo de elogio póstumo da que tinha sido a sua mentora, intitulado “D. Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna” e publicado a 21 de Dezembro de 1844 (ano da publicação das *Obras* de Alcipe) na revista *O Panorama* (volume III, 2ª série, n.º 156, pp. 403-404, disponível na HML). Herculano pondera em especial o peso do “engenho” da Marquesa na importação de modelos procedentes da literatura alemã por parte da “mocidade”.

duas primeiras do XIX (Sabio Pinilla, 2008), a tradução de Frei João da Cruz, embora impressa com dois anos de antecedência, tem de ser posterior na redacção à de Alcipe. Tendo essa sequência temporal em conta, certas coincidências entre as versões de Frei João da Cruz e da Marquesa de Alorna poderiam levar a formular hipóteses aliciantes, que precisariam todavia de comprovação⁶²⁰.

Seja como for, a paráfrase dos versos de Santa Teresa que agora nos ocupa ganha ainda mais relevo por ser a única tradução conhecida feita a partir da língua castelhana pela Marquesa de Alorna. É inevitável questionar-se, como de algum modo o faz Antonio Romero Ortiz num extenso artigo devotado à autora, incluído em *La literatura portuguesa en el siglo XIX* (1869: 61-96⁶²¹), por que razão Alcipe, que “conocia el habla elegante de Melendez Valdés, de Iriarte y de Quintana”, não traduz “de nuestra lengua á la suya” texto algum, salvo este poema teresiano (Romero Ortiz, 1869: 91).

No artigo a que se acabou de aludir, não concede Romero Ortiz maior importância à existência deste único traslado do castelhana, afinal de contas esporádico no meio das traduções mais abundantes de outras línguas: “Tradujo del inglés, del frances, del italiano, del aleman, del latin y del griego, y nada absolutamente del castellano, si se exceptuan algunos renglones de Santa Teresa de Jesus” (Romero Ortiz, 1969: 91). Limita-se o crítico a atribuir essa prática inexistência de traduções do castelhana no conjunto da produção da Marquesa ao (proverbial) desinteresse geral que a literatura portuguesa da época manifesta pela espanhola: “En un caso semejante se encuentran los primeros literatos contemporáneos, como Filinto, Bocage, Macedo y Castillo” (Romero Ortiz, 1869: 91).

Romero Ortiz despacha assim a questão, e não estamos em condições de sermos nós a elucubrar acerca do *telos* da escolha de Santa Teresa por parte da Marquesa de

⁶²⁰ A paráfrase da Marquesa de Alorna consta de treze estrofes de sete versos cada uma e começa como segue: “Amor, delicia d’alma a Deos unida! / Do mesmo Deos suavissimo atractivo, / Que o coração liberta, e dá motivo / A saudades crueis, em quanto ha vida! / Tal dor causa o saber que só morrendo / De Deos póde gozar quem a Deos ama, / Que me sinto morrer, por ir vivendo.” Como Frei João da Cruz, Alcipe emprega versos longos em vez dos curtos do original. Prescinde do mote inicial, e o verso “Que me sinto morrer, por ir vivendo” repete-se no final de todas as estrofes – a proximidade com respeito à versão de Frei João da Cruz para este mesmo verso-refrão é total. Já dissemos que fica fora dos nossos objectivos realizar uma análise interna, textual, das traduções que contemplamos – a nossa perspectiva é a da história externa da tradução. Contudo, perante as coincidências acima rascunhadas entre as versões de Frei João da Cruz e da Marquesa de Alorna, não resistimos a questionarmo-nos – terá conhecido Frei João, porventura, alguma versão manuscrita da tradução livre de Alcipe?

⁶²¹ Tinha sido publicado previamente, com o mesmo título (“La Marquesa de Alorna”), na *Revista de España*, tomo IX, n.º 33, 1869, pp. 11-46.

Alorna. Não deixaremos de notar, porém, que o nome da freira de Ávila é mencionado várias vezes por Romero Ortiz nesse seu estudo consagrado a Leonor de Almeida, e não tanto por causa da imitação que Alcipe faz dos “renglones” da primeira, mas antes, sobretudo, por observar-se entre as duas escritoras um certo paralelismo – são, ambas, mulheres singulares. E é que, apesar da distância (temporal, biográfica, literária) que as separa, tanto a traduzida, mulher de religião, como a tradutora, mulher secular, partilham o facto de possuir uma formação intelectual infrequente no seu género e respectivas épocas, formação em grande medida adquirida, em ambos os casos, pela estadia em espaços conventuais.

Não é por acaso que Romero Ortiz abre o seu trabalho sobre a Marquesa de Alorna com uma reflexão a propósito da capacidade intelectual das mulheres, e que a figura de Santa Teresa vem logo à baila. Diz já na primeira linha: “Viene siendo, desde tiempos muy antiguos, asunto de duda y controversia la aptitud de las mujeres para los ejercicios intelectuales y científicos” (Romero Ortiz, 1869: 61). A este respeito, Romero Ortiz invoca a autoridade de Jerónimo Gracián, confessor, discípulo e editor de Teresa de Ávila: “Nosotros nos permitimos opinar con Fr. Jerónimo Gracián, que las mujeres son idóneas para discutir sobre temas profanos y religiosos” (Romero Ortiz, 1869: 62).

Alcipe será um dos mais eloquentes exemplos ilustrativos desse seu convencimento, que atestam igualmente outros nomes de escritoras portuguesas e brasileiras que enumera: uma autora que considera excepcional não só por ser mulher, mas também por pertencer a uma classe social que apresenta como totalmente improdutivo no terreno cultural e científico da altura. Desse ponto de vista, em tempos em que todos os pensadores de vulto “han salido de las oscuras filas de la muchedumbre”, o “inmenso y no merecido infortunio” que levou Leonor de Almeida a ficar reclusa por quase duas décadas no convento de Chelas (e, depois, ao exílio) proporcionou-lhe “los principios de su instruccion literaria, sus vastos conocimientos genográficos y la revelacion de su estro poético” (Romero Ortiz, 1869: 73) – os quais, de outro modo, não teria atingido⁶²².

⁶²² “Educada en la opulencia de su casa, en el bullicio de la corte y en la activa ociosidad de las tertulias y saraos, hubiera pasado tranquila y gozosa, pero frívola y estérilmente, los días fugaces de la inesperta y distraída juventud. Reclusa, desde muy tierna edad, entre las paredes de una celda estrecha y silenciosa, hubo de procurar, obligada por la necesidad, un recreo para su espíritu en la meditacion y el estudio, labrando así con los poderosos esfuerzos de su entendimiento el ancho y firme pedestal de su gloria futura” (Romero Ortiz, 1869: 74).

III.2.6. *Borderline cases*: as espécies duvidosas ou problemáticas

No subcapítulo III.1.1.C) referimo-nos aos translatos reunidos na etapa de pesquisa cuja consideração como traduções *da* língua e literatura espanholas se nos apresentou, pelas razões ali expostas, particularmente complexa. Perante tais dificuldades de classificação, tentámos sempre, dentro do possível, tomar uma decisão que fosse coerente com os critérios de selecção descritos em III.1.2, mesmo se apenas válida no quadro do presente estudo. Contudo, nem sempre conseguimos contornar essa *muralha* – neste capítulo iremos debruçar-nos, justamente, sobre as traduções que, apesar dos nossos esforços, se resistiram à tarefa de inclusão ou exclusão no inventário bibliográfico que apresentamos como sustento empírico desta tese, e que por isso acabaram por conformar o anexo 1.3. Dedicaremos, ainda, uma pequena parte da presente secção a apresentar, brevemente, um conjunto de espécies narrativas da literatura de cordel que, segundo se avançou em III.1.1.C), foram finalmente descartadas do nosso estudo.

Enumerávamos na supracitada subsecção III.1.1.C) três grandes categorias ou tipos de espécies que nos levantaram hesitações na fase de construção do catálogo – as que respondem a produtos ectópicos, as que dizem respeito ao recurso à indirectude e as que apresentam uma autoria e procedência incerta, embora presumível ou alegadamente espanhola. Dentro das traduções da primeira classe, já expusemos os motivos que nos conduziram a etiquetar como duvidosa ou problemática o *Compendio da doutrina christã*, de Fray Luis de Granada (*vid. supra* III.1.1.C e III.2.5). Assim sendo, ocupar-nos-emos agora dos verbetes da segunda e terceira classe que também deixámos registados no anexo 1.3, por igualmente se revelarem como casos limite que não era fácil ora rejeitar, ora incorporar sem mais no conjunto de traduções (por assim dizer) *tout court* apresentado nas páginas finais deste trabalho.

No que diz respeito à modalidade da tradução indirecta – a segunda categoria de espécies problemáticas, pela que começaremos⁶²³ –, decidiu-se, como já atrás se indicou várias vezes, descartar do catálogo em apêndice obras traduzidas do castelhano em que esta língua constituía uma ponte (L2) para a importação de produtos textuais de

⁶²³ Para melhor compreensão, tal como fizemos em III.1.1.C), identificamos os (pelo menos) três textos envolvidos na modalidade da tradução indirecta com os seguintes termos e siglas: tradução final em português ou texto mediado (T3); texto de mediação ou tradução intermédia (T2); fonte última ou texto original (T1), ponto de partida *imediato* do T2 e *mediato* do T3. Igualmente, referimo-nos às línguas ou literaturas implicadas como L3 (língua/literatura de chegada – no nosso caso, o português), L2 (língua/literatura de mediação) e L1 (língua/literatura de origem).

terceiras literaturas. A utilização do espanhol como língua de mediação é, segundo pudemos constatar durante a fase de pesquisa nas fontes, uma prática relativamente frequente no período aqui analisado – já anteriormente o notámos. Na mesma direcção apontam os dados resultantes do estudo de Pięta (2013) sobre a literatura polaca vertida para português entre 1855 e 2010⁶²⁴ e, de resto, parece que vem de antigo o recurso ao castelhano em Portugal como língua medial ou de algum modo instrumental para aceder a terceiras línguas⁶²⁵. Podemos afirmar em consequência, novamente, que se trata de um fenómeno significativo e sem dúvida merecedor de estudo, embora não faça parte dos nossos objectivos – razão pela qual, insistimos, não foram examinadas neste trabalho as práticas de tradução indirecta através do espanhol.

Todavia, e como também já foi explicado em III.1.1.C), nem sempre resultou simples a destriça entre traduções indirectas *do* espanhol (ou seja, traduções em que o espanhol é a L1) e traduções indirectas *mediante* o espanhol (quer dizer, traduções em que o espanhol é a L2), existindo ainda espécimes que nos colocaram outro género de complicações. Sintetizando o que ficou exposto de forma mais pormenorizada no referido subcapítulo III.1.1.C), todas essas dificuldades deviam-se, mormente, à indefinição – ao carácter fronteiriço, limite – do texto mediador ou tradução intermédia (T2), ponto de partida mais imediato da tradução (mediada) em português (T3). A indefinição do texto mediador (T2) fazia com que, consequentemente, também o produto de chegada resultasse dúbio ou incerto – devíamos considerá-lo uma tradução (indirecta) da literatura espanhola ou não?

Resumidamente, são três os supostos em que ocorre a dita indefinição do texto-ponte e que nesta epígrafe iremos ilustrar, recorrendo a alguns exemplos concretos retirados do nosso *corpus* (anexo 1.3) – para podermos elucidar a terceira hipótese, valer-nos-emos de uma breve descrição de algumas espécies que decidimos não incluir no catálogo. Em primeiro lugar, estão os casos em que essa que chamamos de tradução

⁶²⁴ Assim, o castelhano revelou-se como a terceira língua mediadora (9% das traduções indirectas do polaco, concentradas nas décadas de 1940 a 1980), a seguir ao francês (55%) e ao inglês (22%). Cfr. Pięta, 2013: 265 (figura 35) e 266 (figura 36).

⁶²⁵ Consoante informa Carlos Castilho Pais, podemos já deparar-nos com um caso eloquente nos tempos de D. Duarte, abonatório do uso da língua castelhana não apenas como língua ponte, mas ainda como língua terminal auxiliar no acesso a textos veiculados na língua de cultura latina, mais restrita. Assim, “num momento e num lugar (corte portuguesa) em que o bilinguismo (português/castelhano) é corrente” (Pais, 1997: 29), o próprio rei encomenda e patrocina, para o consumo no espaço português, uma tradução do latim para a língua castelhana – facto esse revelador, por um lado, de que “as traduções em castelhano dessa altura eram lidas deste lado da fronteira” e, por outro, de que “numa época de *procura didáctica*, o sentido, a mensagem que pode trazer o ensinamento, sobrepõe-se a algum nacionalismo, que porventura acompanhe o uso de determinada língua” (Pais, *ibid.*).

intermédia (T2), mantém, com efeito, uma relação genética com um original espanhol (T1), embora ao mesmo tempo seja possível encará-la – e tenha sido encarada, aliás – como um produto *próprio* da literatura intermediária, pelo grau de manipulação a que foi submetido o T1 no processo de reescrita que deu lugar ao T2. Em segundo lugar, e à inversa, dá-se o caso de textos de mediação espanhóis (T2), geneticamente dependentes de uma fonte textual *pertencente a* uma terceira literatura implicada (T1), que no entanto podem (e têm sido) considerados como mais do que *meras* traduções pela mesma razão (elevado grau de manipulação no processo de reescrita).

Em terceiro e último lugar, estão os casos de multiplicação de indirectude (traduções derivadas), a qual afecta um conjunto de textos da literatura *popular* com que nos deparámos na etapa de levantamento de traduções, os quais são produto de vários processos de reescrita prévios. A sua origem mais remota pode perder-se no dilatado percurso descrito ao longo do tempo, as línguas e os espaços pelos que circularam, acarretando, mais uma vez, um grau elevado de domesticação. Assim sendo, o texto de partida mais imediato para a tradução portuguesa, redigido em língua castelhana, pode de novo ser considerado quer como uma tradução intermédia (T2), quer como a fonte *original espanhola* (mesmo se derivada de outros textos preexistentes⁶²⁶) para o produto de chegada. Por análogos motivos, este último é também susceptível, pelo menos nalguns casos, de ser considerado como *original português*. Já atrás (em III.1.1.C) explicámos – e parcialmente exemplificámos – o desconforto que nos geraram estas espécies, que acabámos por descartar da nossa inventariação, por considerá-las manifestações de indirectude por via espanhola, e não *do* espanhol.

Do primeiro suposto são bem representativas, segundo aludimos atrás, as traduções portuguesas com ponto de partida na obra de Alain-René Lesage (1668-1747), que a seguir trataremos com algum pormenor. Enquadrada num tempo em que já Corneille ou Molière haviam introduzido o *goût espagnol* na literatura francesa, e em

⁶²⁶ A indefinição do texto castelhano prende-se, entre outras coisas, com o facto de este ter sido gerado em tempos (a Idade Média, em muitos casos) em que não se verifica uma “conciencia de la distancia existente entre traducir y glosar, ni entre traducir y reelaborar poéticamente” (Alvar, 2010: 11). Os limites entre *original* e *tradução* não eram, certamente, os da nossa contemporaneidade. Assim, “la literatura española de la Edad Media” de que em última instância provêm muitos, se não todos, dos textos intermediários castelhanos a que aludimos, “es, en gran medida, el resultado de numerosas traducciones, adaptaciones o elaboraciones de textos preexistentes. No se trata sólo de las versiones directas, sino de otras formas de aproximación a los textos, en las que los autores modifican los originales recurriendo a las enseñanzas poéticas, mediante amplificaciones y otros colores retóricos (tal es el caso, por ejemplo, del Mester de Clerecía). Y a ese conjunto habrá que añadir los cambios de género: pensemos en los cantares de gesta franceses utilizados en crónicas [...] o relatos novelescos” (Alvar, 2010: 259).

que muitas comédias espanholas aurisseculares tinham sido incorporadas (imitadas) no mesmo sistema, a prática totalidade da produção literária de Lesage está vinculada, de uma *forma* ou outra, à literatura espanhola (a do século XVII, sobretudo). O *quid* reside, justamente, na *forma* como os textos da sua autoria se relacionam com os textos (e modelos) da fonte espanhola – ou, antes, *fontes*, no plural, como logo se irá perceber – de que derivam.

Acontece que, enquanto algumas obras de Lesage não parecem causar diferendos sobre a sua condição de traduções da língua castelhana⁶²⁷, já o estatuto de texto traduzido ou não-traduzido de outras em que existe igualmente uma filiação espanhola resulta muito mais dúbio e até controverso. Referimo-nos aos romances *Le Diable boiteux* (1707), *Gil Blas de Santillane* (1715-1735), *Histoire d'Estévanille Gonzalez* (1734) e *Le Bachelier de Salamanque, ou les Mémoires de D. Chérubin de la Ronda* (1736). Segundo em breve se verá, dos quatro romances que acabámos de enumerar houve versões portuguesas impressas no período em foco. Nenhuma delas exhibe qualquer pista peritextual reveladora de indirectude. Como se recordará (*vid. supra* III.2.2), a *Galatée* de Florian, coloca dúvidas similares as que agora exporemos em relação aos romances de Lesage. O *borderline case* da *Galatée* foi, no entanto, mais simples de ser resolvido, vista a assunção peritextual enquanto tradução indirecta de Cervantes das respectivas versões portuguesas (da primeira, pelo menos: a de 1802, feita por Bocage) – motivo pelo que figuram no anexo 1.1 e não no 1.3.

A falta de marcação de indirectude, já sabemos, é corrente nesta modalidade, e não invalida que, tendo em conta o exposto em III.1.1 (A e C), possamos tomar um dado produto na língua portuguesa de chegada (L3), traduzido a partir da língua francesa (L2), como sendo uma tradução indirecta oculta do espanhol (L1). O que nos interessa neste caso, então, é determinar o estatuto do alegado texto mediador (T2). Ora, devemos encarar os títulos franceses de Lesage atrás citados como *originais* ou como *traduções*, sob a forma de adaptação, versão livre, recriação, manipulação cultural ou a etiqueta que se preferir? A importação que, a partir da literatura espanhola, leva a cabo Lesage na literatura francesa diz respeito a modelos (não-tradução) ou a textos (tradução) nesses livros? Há intertextualidade ou há tradução nessas obras de Lesage?

⁶²⁷ Esse é o caso das suas versões de várias peças dramáticas espanholas – de Lope de Vega, Rojas Zorrilla e Calderón de la Barca –, do *Quixote* de Avellaneda ou do *Guzmán de Alfarache*. Esta última tradução de Lesage, a *Histoire de Guzmán d'Alfarache* (1732), constituiu o texto mediador para a versão portuguesa publicada anonimamente em Paris no ano de 1848 (anexo 1.1-284), que já contemplámos na epígrafe III.2.1 (*vid. tabela n.º 3 do anexo 3*). Um pouco mais abaixo voltaremos a ela.

Felizmente, contamos com vários trabalhos de que aqui nos serviremos para poder aproximar-nos desta espinhosa questão, cuja resolução num sentido ou noutro o mesmo Lesage não facilita, pela ambiguidade com que paratextualmente reconhece a relação genética ou ‘inspiração’ castelhana de uns textos que apresenta, ao mesmo tempo, como obras *novas*, não convidando desse modo (paratextual), por via de regra, ao desencadeamento do que aqui chamamos *pacto translativo* – ao menos, não de forma clara.

As dúvidas quanto ao estatuto (tradução ou não-tradução) dos romances de Lesage que agora nos ocupam constituem, justamente, o fulcro de um artigo de René Garguilo (1991). Nele coloca, logo no título, a pergunta de se *Le Diable boiteux* e *Histoire de Gil Blas de Santillane* são “manipulations culturelles” ou “créations originales”. A análise e reflexões do estudioso (in)concluem afirmando que a resposta para tal interrogação não é simples (“la réponse n’est pas facile à donner”) porque uma e outra obra constituem as duas coisas ao mesmo tempo. Assim:

J’ai bien envie d’utiliser ici la petite barre oblique mise à la mode par le structuralisme et d’écrire maintenant: | Manipulations culturelles et/ou créations originales. | La manipulation est certaine puisque Lesage altère constamment ses modèles afin de les adapter au goût français, fort différent aux XVIIe et XVIIIe [sic] siècles du goût espagnol. | Nous avons vu, d’après les dédicaces à Guevara [na primeira e segunda edições do *Diable boiteux*] que Lesage voulait seulement corriger le style de ses modèles et supprimer quelques passages où leur fantaisie imaginative et leur verve s’étaient débridées. Mais il est allé beaucoup plus loin. [...]

Lesage ne se contente pas de *transférer* le genre picaresque de la culture espagnole à la culture française. Il se sert du genre picaresque à d’autres fins. [...]

Sa manière d’utiliser le picaresque espagnol constitue ce que je j’appellerai volontiers un *détournement de genre*. C’est par là qu’il y a chez Lesage, création originale. | Charles Nodier voyait, non sans quelque exagération, dans le *Gil Blas*, le *premier roman de la nation française*. | Il est vrai toutefois que le *Diable boiteux* et *Gil Blas* sont des romans français. | Au pied de l’arbre vénérable du picaresque espagnol, Alain-René Lesage a fait pousser un *surgeon français* qui n’est pas négligeable. (Garguilo, 1991: 228-229).

Deve acrescentar-se que tanto *Le Diable boiteux* como sobretudo o *Gil Blas*, o grande sucesso editorial de Lesage (dentro e fora do sistema literário francês), foram alvo de acusações de plágio. A polémica em que se viu envolto o último título estendeu-se no tempo e no espaço, incluindo o Portugal de oitocentos (*vid.* Maia, 2012: 200 e ss.). Nela participaram figuras do renome de Voltaire ou Walter Scott (podem encontrar-se mais pormenores no estudo atrás citado ou em Garguilo, 1991: 226-227) e a dimensão

que adquiriu prende-se com o papel de representante antonomástico do género picaresco francês que adquiriu o *Gil Blas*. Significativo é, igualmente, o facto de três dos quatro romances de Lesage acima referidos – *Le Diable boiteux*, *Gil Blas* e *Le Bachelier de Salamanque* – terem gerado traduções para a língua espanhola que se auto-exibiram como retroversões ou “restituições” à cultura de origem, reivindicando com maior ou menor agressividade nos seus títulos a procedência castelhana dessas obras de Lesage, e alimentando assim a contenda originada arredor da acusação de plágio vertida sobre o autor.

Por ordem cronológica, a primeira dessas traduções (quatro tomos publicados entre 1787 e 1788) foi a que leva o título mais do que eloquente *Aventuras de Gil Blas de Santillana, robadas a España y adoptadas en Francia por monsieur Le Sage, restituídas a su patria y a su lengua nativa por un español zeloso, que no sufre se burlen de su nación*. O responsável desta peculiar tradução (domesticada) é Joaquín Federico Issalps, pseudónimo de José Francisco de Isla⁶²⁸. Em 1792 vem a lume a segunda, realizada por Esteban Aldebert Dupont, *El bachiller de Salamanca, ó aventuras de D. Querubin de la Ronda, que sacó de un manuscrito español y publicó en frances M. Lesage; restituído al castellano*. Por fim, no primeiro quartel do século XIX (a data da primeira edição é incerta), aparece *El observador nocturno, ó el diablo cojuelo, compuesta en francés, á imitación del que escribió Luis Velez de Guevara, por Mr. Le-Sage. Traducido al castellano* por um anónimo.

Já agora, e a propósito destas três “restituições” espanholas dos romances de Lesage, permitimo-nos lembrar – não o podemos evitar – o que dissemos páginas atrás (capítulos I.1 e II.2): não é a translativa uma actividade que diga respeito unicamente ao espaço importador, nem são as traduções factos exclusivos da cultura de chegada; as disputas à volta da *originalidade* e *origem* dos livros de Lesage aqui referidos são boa prova disso.

⁶²⁸ A tradução do Padre Isla faz-se acompanhar de uma longa “Conversacion preliminar, que comunmente llaman prologo” em que denuncia a ‘paternidade’ espanhola da obra *usurpada* por Lesage, a quem depreciativamente se refere como Mr. Alano Renato, chegando a inventar a existência de um manuscrito espanhol que lhe teria sido confiado ao autor francês. Esta “restituição” de Isla, inúmeras vezes reimpressa, constituiu o texto de partida para novas versões do *Gil Blas*, como a que fez Tobias Smolett para a língua inglesa. Além disso, Maia (2012: 204) indica que a tradução de Isla circulou, em língua castelhana, no Portugal de finais do século XVIII e primeira metade do XIX (entre 1791 e 1858). Os dados que retira dos catálogos livreiros da altura sugerem que a versão castelhana de Isla chegou a supor, a partir de 1830, a interrupção da comercialização do texto em francês de Lesage em Portugal, rejeitando-o os leitores como cópia ou texto inautêntico precisamente no momento em que a polémica sobre o plágio chega ao país.

Havia fundamento para estas difamações? Tinham razão os detractores de Lesage? As fontes textuais espanholas de *Le Diable boiteux* (1707) são reveladas pelo próprio René Lesage no prólogo que, precisamente a fim de se defender das acusações de plágio recebidas após a vinda a lume do romance, escreve para a segunda edição de 1726: “Épître au très illustre auteur Luis Velez de Guévara”. Ali não só declara abertamente a sua dívida para com *El diablo cojuelo* (1641), já reconhecida na primeira edição, como também, nessa segunda edição corrigida e aumentada, para com *Dia y noche de Madrid* (1663), de Francisco Santos. Na realidade, não são essas as únicas obras recriadas por Lesage na obra em questão – para compor o seu *Diable*, o autor utilizou muitas outras, detectadas e identificadas há quase um século por Jean Vic (1920). Afirma este estudioso que essas fontes, incluindo as narrações breves intercaladas em *Le Diable boiteux*, “toutes sont traduites ou imitées de l’espagnol” (Vic, 1920: 480). Contudo, a manipulação cultural a que são submetidas na reescrita de Lesage fazem com que o resultado final não seja facilmente etiquetável como tradução: “on ne peut en tout cas parler de traduction pure et simple” (Garguilo, 1991: 224).

Mais incontestável parece ainda a condição de criação original de que é detentor o *Gil Blas* (1715-1735), o romance paradigmático da picaresca francesa (*cfr.* Maia, 2012, *passim*), embora, como no caso anterior, nos deparemos com uma reescrita ou tradução compilada, “resultado de la utilización de diversos textos de origen que (mediante el traslado) confluyen en un mismo texto meta” (Rabadán e Merino, 2004: 26). Há cerca de três décadas que um extenso estudo de Cécile Cavillac (*apud* Maia, 2012: 33) revelou que, igual que acontece no *Diable boiteux*, a obra em questão é um *patchwork* tradutivo constituído por retalhos retirados de distintas obras do *Siglo de Oro*, sendo a *Vida del escudero Marcos de Obregón* (1618), de Vicente Espinel, a mais destacada (segundo já se apontava na polémica do plágio atrás referida). Mesmo assim, Cavillac insere o *Gil Blas* dentro da produção original de Lesage. À vista das relações genéticas demonstradas pela mesma Cavillac, Maia considera o *Gil Blas* de Lesage como um pseudo-original, “um texto traduzido que circulou como um original de Lesage” (Maia, 2012: 33); sem por isso deixar de tratá-lo, noutros momentos, como um “romance picaresco original” (Maia, 2012: 40), como um texto nativo: “Os romances picarescos espanhóis circularam com grande fortuna por toda a Europa, [...] dando origem a obras picarescas autóctones como *Histoire de Gil Blas de Santillane*” (Maia, 2012: 6). Voltamos, enfim, a invocar a reflexão de Garguilo atrás transcrita: o *Gil Blas* é

uma tradução ou reescrita a partir de textos espanhóis que, ao mesmo tempo, pelo grau de domesticação a que submete às suas fontes, constitui, indiscutivelmente, uma “oeuvre originale” (Garguilo, 1991: 227) da literatura francesa.

Le Bachelier de Salamanque, ou les Mémoires de D. Chérubin de la Ronda (1736) – memórias essas que eram apresentadas na folha de rosto do original francês como tendo sido retiradas *d’un manuscrit espagnol* – apresenta-se-nos como mais uma amostra de tradução compilada ou “agregado de varios fragmentos”, em expressão do atrás citado Esteban Aldebert Dupont, tradutor para a língua castelhana deste romance⁶²⁹. De novo, a constatação de que, parafraseando Aldebert, Lesage se “embebe” de textos castelhanos (e franceses, também) preexistentes para depois reescrevê-los a “á su modo” não invalida o carácter original do seu *Bachelier*. Perante as dificuldades que encontramos para definir o estatuto dos três romances de Lesage até aqui comentados, decidimos incluir as respectivas versões portuguesas que localizámos no período em estudo no anexo 1.3, tratando-as como problemáticas traduções indirectas do espanhol.

Por último, o romance *Histoire d’Estévanille Gonzalez, surnommé le garçon de bonne humeur. Tirée de l’espagnol* (1734) também se presta, apesar do subtítulo (*Tirée de l’espagnol*) ao mesmo género de hesitações que assinalámos para os outros três romances de Lesage acima comentados. Assim, Maia (2012: 115-117) considera-o como uma tradução da espanhola *La vida y hechos de Estebanillo González, hombre de buen humor, compuesta por él mismo* (1646), baseando-se precisamente na auto-apresentação peritextual da obra francesa (a parte do título que refere explicitamente a obra ser *tirada do espanhol* e o “Avant-propos”). A mesma autora refere, contudo, que Cécile Cavillac estima que o *Estévanille Gonzalez* não é uma obra traduzida, “por ter sido [a fonte castelhana] inteiramente reescrita por Lesage” (Maia, 2012: 115). Embora em boa verdade nos inclinemos pela proposta de Maia, acorde com os fundamentos metodológicos dos Estudos de Tradução aqui seguidos (o peritexto francês parece, com efeito, despoletar o pacto translativo de que acima falámos, tal como acontece de resto

⁶²⁹ Citamos do prólogo do tradutor por uma edição de *El bachiller de Salamanca* de 1825 (Paris, Librería de Cormon y Blanc), digitalizada na GB. Aí mesmo é identificada a fonte espanhola de um episódio do livro. Aldebert diz “palpablemente” ver “en la Historia de D. Andres de Alvarado y Doña Cintia de la Carrera la descripcion del baile que nuestro Autor Cómico Moreto introduce en la Comedia tan conocida é ingeniosa *del Desden con el Desden*” – peça moretiana esta que, sem alterar o género dramático, foi objecto de duas distintas traduções em português no período em estudo (vejam-se os nossos registos 1.1-13, do ano 1785, e 1.1-31, do ano 1791). Pelo que pudemos apurar, existem muitas outras fontes espanholas atrás do *compósito* romance de Lesage, tal como intuía Esteban Aldebert.

noutros romances de Lesage anteriormente vistos), optámos por considerar também como problemáticas ou duvidosas as traduções existentes em língua portuguesa (T3) do *Estebanillo González* (T1) através do *Estévanille* de Lesage (T2).

Fizemo-lo, por um lado, porque essa última (a francesa) é a origem que exibem peritextualmente os translatos portugueses, não havendo neles pistas que pudessem criar no receptor qualquer suspeita ou expectativa acerca da procedência espanhola do texto (ao contrário do que acontece na fonte francesa, graças à indicação *Tirée de l'espagnol*, a qual não se mantém nas versões portuguesas). Por outro lado, e porque a falta de marcação da indirectude não constitui neste trabalho – já o vimos – motivo suficiente para negar a condição de tradução do espanhol mediada pelo francês num caso como este, quisemos reflectir com essa nossa (in)decisão a dupla natureza (texto traduzido, texto não-traduzido) que, mais uma vez, o próprio (alegado) texto mediador (T2) parece reclamar – e que se patenteia na falta de consenso entre a crítica –, procedendo do mesmo modo que fizemos nos três casos anteriores e marcando subsequentemente a diferença com respeito à *Histoire de Guzmán d'Alfarache*, que não suscita entre críticos e historiadores nenhuma dúvida quanto à sua condição de obra traduzida do espanhol (*vid. supra* III.2.1⁶³⁰). Observe-se que, como acontece com os três livros de Lesage vistos nesta secção até aqui, a *Histoire d'Estévanille* apresenta-se-nos como uma tradução compilada (Rabadán e Merino, 2004) ou, segundo a tipologia de Urzainqui (1991), como uma tradução-acumulação, mas também recriação-actualização-recriação: o *Estévanille* “inscreve-se na tradição de *Les Belles Infidèles*, sendo composto por fragmentos textuais traduzidos do *Estebanillo*, fragmentos textuais escritos originalmente por Lesage e fragmentos textuais traduzidos de outros romances picarescos espanhóis” (Maia, 2012: 217).

É importante frisar que, em qualquer caso, estas espécies (as traduções dos quatro romances de Lesage que acabámos de ver) circularam no sistema de

⁶³⁰ Na verdade, Lesage oferece na *Histoire de Guzmán d'Alfarache* (1732), mais uma vez, uma versão naturalizada ou domesticada do *Guzmán*, entre outras coisas, *purgée des moralitez superflues* – a este respeito pode consultar-se o estudo de Christian Wentzlaff-Eggebert “El *Guzmán* francês de Lesage”, in Pedro M. Piñero Ramírez (ed.), *Atalayas del Guzmán de Alfarache. Seminario internacional sobre Mateo Alemán*, Sevilla, Universidad de Sevilla / Diputación de Sevilla, 2002, pp. 271-287. Porém, as muitas liberdades dessa versão, ao contrário do que acontece com as reescritas de que agora nos ocupamos, não conduzem a levantar dúvidas entre críticos e historiadores sobre a condição de tradução do espanhol do livro em questão.

acolhimento, pelo menos num primeiro momento⁶³¹, como sendo traduções de textos da autoria de Lesage (ou, então, de anónimos franceses) e, portanto, como representantes da literatura francesa, não da espanhola. Comentá-las-emos agora um pouco, seguindo uma ordem cronológica (pelas datas de publicação dos T2), para fechar as páginas – já longas, dada a complexidade da matéria – que dedicamos a Lesage.

Começando pelas traduções portuguesas que têm como texto de partida mais imediato o *Diable boiteux* (1707), no apêndice 1.3 reunimos seis espécies, as quais dizem respeito a dois grandes conjuntos de traduções: por um lado, as que reproduzem o romance completo; por outro, as que correspondem a um relato interpolado nos capítulos IV-V, o qual levava por título “Histoire du Comte de Belflor et de Leonor de Cespedes” e que segundo Vic (1920: 498-499) é uma imitação livre da comédia de Rojas Zorrilla *Obligados y ofendidos y gorrón de Salamanca* (1640), com incorporação de elementos do modelo celestinesco⁶³². As quatro primeiras espécies (texto completo) foram publicadas nos anos de 1806 (primeiro tomo: 1.3-21)⁶³³, 1814 (segundo tomo, continuação do anterior: 1.3-25)⁶³⁴, 1819 (reedição dos volumes editados em 1806-1814: 1.3-28) e 1838 (retradução de José da Fonseca, a quem já mencionámos em III.2.1 e em III.2.2: 1.3-39). Contrariamente a esta última versão do *Diabo Coxo*, a de 1806-1814, reeditada em 1819, saiu sem nome do tradutor – dois nomes diferentes são

⁶³¹ Para os meados do século XIX, por exemplo, José Feliciano de Castilho (1867, III: 203-231) já cita a versão portuguesa do *Gil Braz* entre as obras que Bocage traduziu do espanhol (não do francês). Lembre-se que pela década de 1830 havia chegado a polémica do plágio a Portugal (*vid. supra*).

⁶³² Encontramos a mesma trama e personagens da fonte apurada por Jean Vic na comédia *Valor, agravio y mujer*, de Ana Caro Mallén de Soto (publicada sem data nem local nos finais do século XVII), autora que, por coincidência, é citada no *Diablo cojuelo* de Vélez de Guevara.

⁶³³ Apesar de que não se conservam exemplares de tal edição, dois anúncios publicados na *Gazeta de Lisboa* (1807 e 1814), reproduzidos por Souza (2007: 59-60), provam a sua existência. Estas notícias indirectas permitem a Maia (2010: 101-102) corrigir as informações constantes do catálogo de literatura picaresca de Joseph Laurenti, onde se indica a data de 1819 para a primeira edição do *Diabo coxo*. Na realidade, as tentativas de edição do texto recuam ao último quartel do século XVIII. Um primeiro pedido de impressão submetido à Real Mesa Censória a 31 de Janeiro de 1782 foi indeferido por parecer negativo do Padre António Pereira de Figueiredo (*vid. Souza*, 2007: 109 e *Novelística*: 158). Além disso, merece destacar-se o facto de que a impressão lisboeta de 1806 do *Diabo coxo* foi a base para uma “nova edição” do ano 1810 feita pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (Souza, 2007: 128) – edição esta de grande valor bibliográfico, pois trata-se do primeiro romance impresso no Brasil. Assim o deixou anotado Rubens Borba de Moraes, num paratexto manuscrito no exemplar de que foi antigo possuidor e que passou depois ao acervo pessoal de José Midlin: “Primeira novela impressa no Brasil. Raríssimo. Vale Cabral não conseguiu ver um só exemplar” (*apud Souza*, 2007: 78, n. 185).

⁶³⁴ De novo, pese à inexistência de exemplares, temos notícias seguras desta edição. Souza (2007: 59-60) refere três epitextos do ano de 1814, retirados da *Gazeta de Lisboa*, do *Jornal de Coimbra* e do catálogo de livros à venda na loja de Francisco Xavier de Carvalho (Lisboa), que atestam a vinda a lume deste segundo tomo nessa data.

sugeridos, todavia, por Gonçalves Rodrigues e por Inocêncio, respectivamente: Joaquim Manuel de Sequeira Brandão⁶³⁵ ou Pedro Freire de Oliveira⁶³⁶.

As duas restantes espécies com fonte no *Diable boiteux* seleccionam, como dissemos, uma parte da obra – a narrativa breve atrás apontada – e fazem dela objecto de publicação independente em versão portuguesa. A primeira espécie diz respeito à primeira edição de *O triunfo da probidade sobre a ambição, ou os amores do Conde de Belflor com Leonor de Céspedes* e aparece em 1804 (1.3-18), com dois anos de anterioridade com respeito ao *Diabo Coxo*. Não nos foi possível encontrar um único exemplar nas bibliotecas consultadas, mas estamos certos da sua existência⁶³⁷. A outra espécie é, muito possivelmente, a reedição do mesmo texto, realizada em 1820 e digitalizada em CR (1.3-32). Neste caso podemos verificar como na folha de rosto se indica que esta *Novella de M. Le Sage author de Gil Braz* foi *Traduzida em portuguez pelo traductor das Aventuras do rapaz de bom humor* – ou seja, foi o mesmo anónimo tradutor⁶³⁸ que verteu, em 1804, outra obra de Lesage de que mais abaixo nos ocuparemos: a *Histoire d'Estévanille Gonzalez*.

Quanto à importação para português do *Gil Blas de Santillane* (1715-1735) por via translativa, labor em que participa Manuel Maria Barbosa du Bocage, as fontes consultadas eram extremamente confusas e até contraditórias, o que nos obrigou a uma vagarosa indagação bibliográfica. As nossas pesquisas levaram-nos a descartar espécies de que apenas havia referências indirectas e ajudaram-nos igualmente a esclarecer os dados relativos à primeira e segunda edição da obra. Como cabia esperar, ela é a que gera mais registos no apêndice 1.3. A primeira vez que veio a lume o popular romance de Lesage em versão portuguesa fê-lo numa edição multieditorial dividida em quatro volumes e publicada entre 1797 e 1800: os dois primeiros tomos foram impressos na

⁶³⁵ GRI 2687 indica em nota que a BMP conserva um manuscrito do texto, com a cota MS 695-A, assinado por este Joaquim Manuel de Sequeira Brandão.

⁶³⁶ Segundo Inocêncio (DBP, VI: 406-407), Pedro Oliveira (1758-1814) foi professor régio de gramática latina na vila alentejana de Fronteira. A única obra que viu publicada em vida sob o seu nome está vinculada à sua actividade docente – trata-se de um manual de latim muito procurado na altura. Pelo que diz o mesmo Inocêncio, entre os seus manuscritos inéditos figuram algumas traduções: do *Elogio da Loucura* de Erasmo, das *Sátiras* de Juvenal e de *O diabo coxo* (DBP, VI: 407).

⁶³⁷ Além de ser citada por Adrien Balbi (1822) e registada por Rodrigues, encontramos o título referido na *Gazeta de Lisboa* de 30 de Junho de 1804, seguido do nome do autor (“por Mr. Le Sage” e a indicação de que se vendia a 120 réis. Também consta na listagem de “novellas” traduzidas e publicadas no ano de 1804 da “Quarta Taboa Bibliographica do século XIX [...] Arranjada e remetida por Antonio de Almeida, Médico de Penafiel” publicada no *Jornal de Coimbra*, vol. V, ano 1813, p. 278.

⁶³⁸ Na ficha da obra disponibilizada em CR é identificado com as siglas “F. V. de A. e P.” – desconhecemos donde é retirada tal informação, mas talvez se trate de uma gralha ou confusão com o tradutor de *A prova de huma amizade, conto moral de Mr. de Marmontel* (1819), publicada na mesma imprensa, a Typographia Rollandiana.

oficina de Simão Thaddeo Ferreira em 1797 (1.3-8), exibindo o nome do tradutor, Bocage, na capa⁶³⁹; os dois últimos, sem nome de tradutor, levam a chancela da Regia Officina Typographica e foram publicados em 1799 e 1800 (1.3-9 e 1.3-10). Pelo que informa Inocêncio (DBP, VI: 49, n.º 1007), a tradução destes volumes terceiro e quarto, bem como boa parte do segundo, foi obra de Luis Caetano de Campos. Seria ele, portanto, o encarregado de dar continuação à tradução iniciada por Bocage, que vai até à “pag. 116 do tomo II”. Uma segunda edição, feita na Typografia da Academia Real das Sciencias, aparece logo a partir de 1800, já sem quaisquer referências aos tradutores (nem sequer a Bocage). Desta reedição conservam-se somente os tomos I e II, de 1800 e 1801 (1.3-11 e 1.3-12). As seguintes reedições de que temos constância segura – os nomes de Bocage e de Campos estão ausentes de todas elas – são de 1819 (1.3-26), 1821 (1.3-33), 1836 (1.3-37) e 1850 (1.3-41).

A essas nove espécies devemos acrescentar a publicação de uma “novella” que “é extrahida do livro VI, cap. IV da *Historia de Gil Braz*” (DBP, VI: 51) – ou seja, como no caso do *Diable boiteux*, uma narrativa breve inserida no *Gil Blas* foi objecto de publicação autónoma em português. Referimo-nos a *O casamento por vingança*, relato que constituiria uma (problemática, reiteramos) tradução indirecta do drama de honra *Casarse por vengarse* (1636), de Rojas Zorrilla. A versão portuguesa veio a lume em 1806 (1.3-20), um ano depois da morte de Bocage (cujo nome, não por acaso, aparece desta feita no subtítulo)⁶⁴⁰, e dela poderia ter havido reimpressões na década de 1820⁶⁴¹.

Quatro espécies do anexo 1.3 correspondem a traduções do *Estévanille* (1734), em duas versões diferentes. A primeira, intitulada *Aventuras de Estevão Gonçalves*, ou

⁶³⁹ Segundo Inocêncio (DBP, VI: 49; *vid. tm.* GR 2127), a parte realizada por Bocage vai até à página 116 do segundo volume; a partir daí, a tradução é de Luis Caetano de Campos. Esta será a versão “varias vezes reimpressa” ao longo do século XIX até surgir, em 1885-1886, uma retradução feita por Júlio César Machado, em “edição monumental” e ilustrada.

⁶⁴⁰ Inocêncio (DBP, VI: 51) não regista esta primeira edição, que consta em *A Tradução em Portugal* (GRI 2686, seguindo Balbi, sem local nem impressor). Confirmámos a sua existência por duas vias. Por um lado, há uma menção a esta tradução na última página do n.º 27 da *Gazeta de Lisboa* (5/7/1808), onde figura o título que nos ocupa na relação dos “Livros que se vendem na Casa da Gazeta á Praça do Commercio”: “O Casamento por Vingança, Novella traduzida por *Bocage*, seu preço 120 réis”. Além disso, o título em causa consta do catálogo da *Biblioteca do Dr. José Joaquim de Oliveira Bastos. Organizada para leilão pela Livraria Manuel Pereira*, Porto, Novembro de 2008, vol. I, p. 85, registo 263 (onde vai encadernado com outras traduções de Bocage, todas elas primeiras edições). Graças a esta última fonte, consultável em <http://livrar-iaferreira.pt/catalogo/OliveiraBastos.Vol1.pdf> (acedido em 30/7/2014), pudemos apurar, ainda, os dados editoriais em falta.

⁶⁴¹ DBP (VI: 51), que como dissemos não refere a primeira edição de 1806, alude a duas impressões em oitavo de 1820 (Lisboa, s. n. de editor) e 1828 (Lisboa, Officina de João Nunes Esteves) – informações essas que reproduz Rodrigues (GRI 3628, ano de 1820, e GRI 4013, esta última no ano de 1827; *Novelística*: 99, aqui com as mesmas datas de Inocêncio). Não encontramos, porém, exemplares que atestem a sua existência efectiva.

o rapaz de bom humor, é anónima. Saiu dividida em três volumes em 1804 (1.3-17)⁶⁴² e foi reeditada, também em três tomos, em 1823-1824 (1.3-34 e 1.3.-35). A segunda versão ou retradução (desta vez em dois tomos) foi feita por um tradutor cujo nome já nos é familiar, José da Fonseca (*vid. supra*), e publicou-se em 1837 sob o rótulo de *Historia d’Estevinho Gonçalves, cognominado rapaz de bom humor* (1.3-38) – desde então, não houve novas edições do *Estebanillo* em língua portuguesa (*cfr.* Maia, 2012: 142).

Por último, temos uma única espécie (a 1.3-14) relativa à tradução de *Le Bachelier de Salamanque* (1736). Desta tradução apenas se conservam as duas partes em que foi dividido o primeiro tomo, impresso em 1802. Os restantes volumes (outros dois, também distribuídos em duas partes com paginação independente), de que não achamos exemplares, tiveram continuação, segundo Gonçalves Rodrigues (GRI 2412 e *Novelística*: 63) no ano a seguir. A obra apresenta-se como traduzida do francês (mas sem indicar a autoria concreta – daí que figure como anónima em CR) por Carlos José da Cunha.

Expostas as razões que nos levaram a incluir as traduções portuguesas desses quatro romances de Lesage (inspirados em fontes espanholas que *reescrevem*, mas ao mesmo tempo *originais* da literatura francesa) entre os casos duvidosos consignados no anexo 1.3, ocupar-nos-emos seguidamente do segundo suposto de indirectude acima contemplado. Se até aqui nos deparávamos com dúbios textos de mediação (T2?) na língua francesa, apontaremos agora ocorrências igualmente problemáticas, mudando apenas a língua intermediária para a espanhola. Assim, estamos diante de produtos traduzidos em português (T3) que partem de um texto em língua espanhola (T2?), por sua vez relacionado geneticamente com uma terceira fonte textual (T1). Os translatos portugueses apresentam-se de forma mais ou menos explícita como traduções directas do castelhano, mas caberia encará-los como um caso de indirectude oculta. Todavia, o próprio *status* do texto castelhano (T2), ponto de partida da versão portuguesa, é indeciso – mesmo revelando vagamente a procedência *alheia* das suas fontes, o texto apresenta-se como *próprio* da literatura espanhola. Nesta situação encontram-se três

⁶⁴² O sucesso imediato do livro fica patente na adição “pelo tradutor das *Aventuras do rapaz de bom humor*” (ou similar) em vários títulos de romances vertidos do francês no mesmo ano (*cfr.* Maia, 2012: 137). Tais referências, bem como um anúncio da vinda a lume da obra na *Gazeta de Lisboa* de 7 de Setembro de 1804 (em que se faz notar que a obra está escrita “no mesmo gosto” do *Gil Braz*) e, ainda, a documentação relativa ao requerimento para a impressão conservada no arquivo da Real Mesa Censória (licença concedida em Outubro de 1803), levam Maia (2012: 137) a não duvidar da existência desta edição, apesar da falta de exemplares consultáveis.

obras trasladadas para português no período em foco, uma de Juan de Palafox e duas de Pablo de Olavide – ambos, por coincidência, produtores (aqui considerados) ectópicos. Iremos começar pelos dois últimos *borderline cases* a que se acabou de aludir: os que vinham dados pelas traduções portuguesas das obras do ilustrado hispano-peruano Pablo de Olavide.

Como se expôs em III.1.1.C), o facto de este autor ectópico se enquadrar em mais do que um sistema literário não impede que o tenhamos em consideração neste estudo. Aquilo que o torna problemático tem a ver, antes, com a relação genética com fontes francesas (T1) dos textos da sua autoria (T2) trasladados para português (T3) no período em estudo, a saber: *El Evangelio en triunfo* (1797-1798) e *Lecturas útiles y entretenidas*. Do primeiro título, foi publicada no ano de 1802 (1.3-15) a versão portuguesa de António Caetano do Amaral a que já atrás nos referimos (*vid. supra* III.2.5). No que respeita ao texto de partida, editada originalmente sem o nome de Olavide (1797-1798), reproduzimos um parágrafo do estudo preliminar que acompanha a obra na edição realizada pela Fundación Gustavo Bueno (Gómez Urdáñez, 2004) em que ficam perfeitamente resumidos os motivos pelos quais estimámos que nos encontramos perante um texto duvidosamente *espanhol*:

Lo más asombroso [numa obra com tanto peso autobiográfico, confessional] es que, ¡genio y figura!, *El Evangelio en triunfo* es «la obra más impersonal que se pueda imaginar». Como ha demostrado G. Dufour, no es que Olavide tuviera en cuenta algunas obras francesas a la hora de escribir su obra, como declara en el prólogo –por ejemplo, *Les delices de la Religion [sic] ou le Pouvoir de l’Evangile pour nous rendre hereux*, del abate Lamourette, de la que copia textos completos, lo que ya se sabía–, sino que el fundamento de la obra, las discusiones del Religioso y el Filósofo, «no son sino la traducción precisa de la obra maestra del abate Houteville, *La Religion Chrétienne prouvée par les faits*», editada en París, en 1765. Todas las coincidencias aparentes entre la vida de Olavide y el incrédulo corregido por el religioso que al final se arrepiente y descubre la vida sencilla, premiada con el encuentro del amigo que creía muerto, no son más que un feliz hallazgo literario al que Olavide llevó poco más que su conocida habilidad de traductor (aunque los muchos años pasados en Francia se notaban en los numerosos galicismos de la obra). Sólo las *cartas de Mariano a Antonio*, que ocupan casi todo el tomo IV de la edición príncipes de Valencia, contienen ideas originales de Olavide, aunque muy retocadas para evitar problemas con la censura. El grueso de la obra son sólo textos traducidos perfectamente identificados. (Gómez Urdáñez, 2004: 14).

Numa situação parecida se encontram as sete primeiras das doze *Leituras uteis e divertidas*. Traduzidas em vulgar e publicadas por Antonio Manoel Polycarpo da Silva,

impressas em fascículos colecionáveis em 1802 (1.3-13), e com reedições que vão até ao ano de 1828⁶⁴³. Uma nota publicitária na *Gazeta de Lisboa* de 25 de Setembro de 1802 indicia que estes folhetos saíram com uma periodicidade mensal nesse ano⁶⁴⁴. Os sete títulos a que nos referimos são (segundo a numeração que receberam aquando da sua publicação): 1. *O fructo da ambição* (1ª parte), 2. *O fructo da ambição* (2ª parte), 3. *A filha... ou a virtuosa camponesa*, 4. *O desafio*, 5. *A satisfação generosa*, 6. *O Secretario filosofo* e 7. *Os dous amigos ou...*⁶⁴⁵.

A fonte dessas seis narrativas é a colecção homónima de vinte e uma novelas que Olavide começou a publicar em Madrid, sob o pseudónimo de Atanasio Céspedes y Monroy, pouco antes da sua morte (1803). Com o título de *Lecturas útiles y entretenidas*, os onze tomos desta série vieram a lume entre os anos de 1800 e 1817⁶⁴⁶.

⁶⁴³ Cada um dos doze folhetos que integram esta colecção vieram a lume de forma independente (folhetos de entre cem e duzentas páginas, aproximadamente). Apesar disso, dado o seu carácter unitário, decidimos consignar a obra no catálogo em anexo (1.3) sob o seu o título genérico como uma única espécie em cada ano em que foi editada (por partes, insistimos). Quanto às reedições, temos constância de quatro, nos anos de 1807, 1811, 1819 e 1828 – respectivamente, registos n.º 22, 24, 27 e 36 do anexo 1.3. Outra questão problemática tem a ver com o deficiente estado de conservação das edições integrais (os doze fascículos) em cada um desses anos. Quer na BNP, quer na BGUC há exemplares que dizem respeito às diversas edições que referimos, cinco no total, entre 1802 e 1828, mas raramente a colecção é conservada na íntegra em cada um desses anos – apenas sobreviveram alguns folhetos avulsos que fazem parte da colecção completa. A própria edição que nas citadas bibliotecas figura com a data de 1802 (12 folhetos encadernados em 4 volumes) teve de ser preenchida com alguns títulos publicados em datas posteriores, mas temos a certeza (v. gr., por um anúncio da *Gazeta de Lisboa* que de seguida voltaremos a invocar) de que tal edição saiu de forma completa nesse ano. Inocêncio (DBP, VIII: 235-236) apenas informa de duas edições (colectivas, reunidas ambas em quatro volumes) destas leituras: a primeira, impressa na Officina de João Procopio Corrêa da Silva em 1802, e uma de 1819, pela Typographia Rollandiana.

⁶⁴⁴ “Sahirão á luz [...] Leituras uteis e divertidas, numero 8.º, pertencente ao mez d’Agosto [...]. Vende-se por 240 reis na loja da Gazeta, e nas mais já annunciadas, aonde tambem se achão os folhetos antecedentes [...seguem os títulos...], todos a 240 reis” (*Gazeta de Lisboa. Segundo suplemento*, n.º 38, 25/9/1802).

⁶⁴⁵ É provável que as restantes cinco leituras (8 a 12), correspondentes a mais quatro novelas, tenham uma procedência francesa. A 11 e a 12, pelo menos, são tradução de duas narrativas do *Decameron français* de Louis d’Ussieux (1775). Rodrigues regista as seguintes, relativas às leituras 8-12: GRI 2416 e 2418 (ano 1802, leituras 11 e 12), GRI 2459 (ano 1803, leitura 11), GRI 3505 (ano 1819, leitura 10) e GRI 4072 (ano 1828, leituras 8 e 9).

⁶⁴⁶ A maior parte dos tomos foram publicados ainda em vida do autor: os seis primeiros em 1800, o sétimo em 1801. Os quatro últimos saíram postumamente: em 1816 os volumes VIII e IX, em 1817 o X e o XI. A relação completa de volumes e “leituras” (trinta e uma para vinte e uma novelas, algumas das quais vão divididas em duas ou até três partes) vai a seguir. Vol. I (1800): 1. *El desafio*, 2. *La paisana virtuosa* e 3. *La dulce venganza*; vol. II (1800): 4. *La mendiga honrada o la conversión del amor*, 5. *El sol de Sevilla* e 6. *Los dos amigos o los peligros de la riqueza*; vol. III (1800): 7. *La huérfana* (parte 1), 8. *La huérfana* (parte 2) e 9. *El amor desinteresado*; vol. IV (1800): 10. *La hermosa malagueña* (parte 1), 11. *La hermosa malagueña* (parte 2) e 12. *La satisfacción generosa*; vol. V (1800), 13. *Los peligros de Madrid*, 14. *El fruto de la ambición* (parte 1) e 15. *El fruto de la ambición* (parte 2); vol. VI (1800): 16. *La presumida orgullosa*, 17. *El matrimonio infeliz* (parte 1), 18. *El matrimonio infeliz* (parte 2); vol. VII (1801): 19. *El secretario filósofo*, 20. *El estudiante* (parte 1) e 21. *El estudiante* (parte 2); vol. VIII (1816): 22. *Los gemelos* (parte 1) e 23. *Los gemelos* (parte 2); vol. IX (1816): 24. *La madre prudente* e 25. *La feliz desgracia*; vol. X (1817): 26. *El inconstante corregido* (parte 1), 27. *El inconstante corregido*

Estas *Lecturas* fazem-se acompanhar de um prólogo em que se declara que pelo menos boa parte das novelas do conjunto são traduções domesticadas, tanto que não

podemos saber si estas historias son originales o traducidas, si son sacadas de otros libros, o si son propias invenciones del Autor, o tal vez si hay de uno y otro. Lo que puedo asegurar es que todos los personajes son Españoles; que los sitios, las costumbres que se pintan, y los sucesos que se cuentan parecen acaecidos en España, de modo que si alguno de ellos ha sido sacado de libros extranjeros, el autor lo ha naturalizado. ([Olavide], “Prólogo” a *Lecturas útiles y entretenidas*, apud Alonso Seoane, 1996: 180-181).

Mesmo não se tendo encontrado ainda as fontes (francesas ou em francês) para todas estas *Lecturas*, María José Alonso Seoane, que conseguiu identificar os textos de origem de três narrativas⁶⁴⁷, convida-nos a tratá-las como traduções (*naturalizadas*, como se afirma no prólogo): “puesto que sabemos que algunas de ellas son adaptaciones y no hay razones concluyentes para no pensar que lo mismo pudiera ocurrir en toda la colección, es preferible suponer su dependencia, en principio, de originales franceses que hacer lo contrario” (Alonso Seoane, 1996: 180).

Contudo, as manipulações domesticadoras a que o autor-tradutor submete as suas fontes (seguras ou presumíveis) são tão consideráveis – basta reparar no cervantino começo de *La satisfacción generosa*⁶⁴⁸ ou nas constantes pinceladas autobiográficas enfiadas no conjunto das narrativas (cfr. Sebold, 1995: 176) – que Russel P. Sebold afirma podermos “continuar estudiándolas como si fuesen de hecho españolas” (1995: 178). “Estas historias”, diz-nos, “parecen tan españolas, que cualquier lector se convence fácilmente de que son de autor español” (Sebold, 1995: 175). Acontece com elas que “no solamente se traducen, sino que se adaptan tan completamente, que parecen inventadas por un autor del país a cuyo idioma se han trasladado. Es un género derivativo, y sin embargo, se da en él cierta manera de originalidad” (Sebold, 1995: 176). É, aliás, esse grau extremo de apropriação que explica a função *re-generadora* das novelas de Olavide; ou seja, a sua capacidade de originar novos textos no sistema importador: “Insisto tanto en el aire español y aun castizo de estas ficciones trasladadas, pues pudieron influir sobre la literatura española posterior precisamente por haberse

(parte 2) e 28. *El inconstante corregido* (parte 3); vol. XI (1817): 29. *La familia feliz* (parte 1), 30. *La familia feliz* (parte 2), 31. *La familia feliz* (parte 3).

⁶⁴⁷ Entre elas, uma das que verteu para português António Manuel Policarpo da Silva: *El fruto de la ambición*, que é tradução de *Félix et Pauline ou le tombeau au pied du Mont-Jura*, de Pierre Blanchard.

⁶⁴⁸ “No ha mucho tiempo que vivía en Madrid un caballero mayorazgo llamado don Dionisio de Contreras. Era hombre de antigua extracción y de grande carácter. Gozaba de la reputación de muy honrado, y tenía las costumbres nobles” (apud Sebold, 1995: 177).

sentido como modelos nativos” (Sebold, 1995: 176). Como vimos e veremos noutros casos, estamos perante produtos textuais que se nos revelam, simultaneamente, como traduções e como originais.

Já na secção III.1.1.C) avançámos que numa situação análoga se encontrava a *Peregrinación de Filotea al santo templo y monte de la Cruz* de Juan de Palafox, obra a meio caminho entre o tratado místico dialogado ao estilo escolástico e a narração alegórica, que é construída “muy libremente sobre la base textual de la *Via Regia Crucis* (del P. Benito Aesteno) y la *Filotea* (De [sic] S. Francisco de Sales)” (Mata Induráin e Zugasti, 2000: 9). Como esclarecem os referidos Mata Induráin e Zugasti (2000: 8), é característico da obra de Palafox o facto de que “casi toda ella está inspirada en textos previos a los que, tras oportuna mención, secunda a modo de glosa, nota, paráfrasis, *contrafactum*, comentario, traducción o apostilla”. E é que “a Palafox le gustaba moverse en un vasto ámbito libresco y, sacrificando su prurito de originalidad [originalidade que não constituía um valor ou desiderato literário à época, note-se de passagem], convertirse en un infatigable re-hacedor o re-escritor de textos ajenos”. Responde tal disposição ao pendor didáctico que também é apanágio do autor, quem “pretende que sus libros hagan de correa de transmisión entre la pieza original y el lector barroco: su función consiste en explicar, glosar, acercar más y mejor la obra primigenia a la sensibilidad de la época”. Por esse motivo, a respectiva tradução portuguesa, *Peregrinação de Philothea ao Santo Templo e Monte da Cruz* (1806) foi para o anexo 1.3 (registo n.º 19).

Passaremos agora a ocupar-nos do terceiro suposto de indirectude (e indefinição do texto mediador) a que aludimos ao início deste capítulo. Referimo-nos ao grupo de espécies às que, tendo como ponto de partida mais imediato um texto em castelhano, podemos nomear de *derivadas* (lembre-se Rabadán e Merino, 2004: 26), por serem o resultado de uma longa e complexa cadeia de traduções indirectas prévias (até um ponto em que se chega a perder a sua origem mais remota) que implicam processos de reelaboração textual interlinguísticos como intralinguísticos, oralmente ou por escrito⁶⁴⁹. São títulos registados por Rodrigues como a *História da donzela Teodora*, a

⁶⁴⁹ Invocamos a este respeito uma consideração de Catelli e Gargatagli (1998, 52-53) que nos parece particularmente pertinente: “Nuestra modernidad cree que sólo es posible trasladar textos completos: un libro, un artículo, un poema. No es cierto. Argumentos, modos de narrar, modelos de relatos, formas de representar la realidad, hasta criterios de verdad y belleza pasaron de una lengua a otra, de una cultura a otra, de un tiempo a otro, por medio de mecanismos que somos incapaces de analizar, pero que podemos describir como «traducciones». Y esas traducciones «invisibles» fueron casi siempre *orales*. [...] Un

História do imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França, a *História do grande Roberto Duque de Normandia (Roberto do Diabo)* ou a *História da princesa Magalona*, os quais começam a ser editados em formatos próprios da literatura destinada ao consumo maciço (v. gr., folhetos de cordel) desde o primeiro quartel do século XVIII, e cuja publicação não decai – antes pelo contrário – no decorrer do século XIX. Todos eles pertencem a uma literatura *popular* geralmente anónima, que é de *todos* e de *ninguém*, em que não há preocupação por distinguir traduções de não-traduções, como já pudemos comprovar no caso dos textos traduzidos de Miguel de Cervantes que circularam pela mesma via (*vid. supra*, III.2.2).

Concluímos a subsecção III.1.1.C) debruçando-nos com certa prolixidade sobre os problemas de identificação que colocava este tipo de espécies derivadas, de extraordinária divulgação em Portugal como no Brasil, pelo que não reiteraremos o então exposto. Já dissemos que, partindo do princípio de que no seio dos sistemas literários convivem textos originais e traduzidos (embora as histórias tradicionais de base nacional apenas se preocupem dos primeiros), mas tendo em conta também a dinâmica do *próprio* e do *alheio* que opera no interior desses mesmos sistemas, deste género de textos cabe mais do que nunca afirmar que são *património* das diferentes literaturas que os acolheram, adaptando-os às convenções de cada cultura importadora – literaturas essas às que, seja como for, circulando quer com a aparência do *próprio*, quer com a etiquetagem paratextual característica do *alheio*, certamente *pertenceram*, insistimos, pois nelas foram consumidos e por elas foram *apropriados*.

Recordaremos, apenas, que descartámos do nosso inventário os produtos portugueses agora mencionados por termos verificado que os títulos castelhanos de que procedem são encarados como traduções eles próprios pelos especialistas da literatura espanhola – conquanto se vejam confrontados, já o vimos, com desconfortos e dúvidas semelhantes às que a nós nos assaltaram. Consequentemente, as versões portuguesas que têm como ponto de partida ditos textos castelhanos foram consideradas, no marco

relato oral puede pasar a otra lengua, de la tradición escrita a la oral, de lo oral a la tradición escrita, puede ser traducido otra vez, puede ser vuelto a contar, y puede mantener una homogeneidad que lo hace reconocible a pesar de los traslados y adquirir, en cada tránsito, *rasgos nuevos*. [...] Lejos de los ideales de rigor y fidelidad, la traducción (oral y escrita) aparece en la historia de la cultura como um mecanismo útil y generoso de apropiación y transformación de lo ajeno. La historia de las traducciones «visibles», las traducciones escritas, ofrece testimonios valiosísimos de colaboración hasta de fusión entre traductores y creadores. La historia de su invisible oralidad revela además el beneficio y la extensión de los intercambios culturales que se han desarrollado a lo largo de siglos, que nada nos pertenece del todo, porque somos elegantes saqueadores, que nuestra imaginación humana es heteróclita y cambiante, y que hasta aquello que se llama el alma de un pueblo es un resumen de las genialidades ajenas”.

deste trabalho, como traduções de outras literaturas *por via espanhola* – mesmo que algumas dessas espécies tenham sido certamente recebidas em Portugal (como no Brasil), em virtude da rotulação peritextual que tomaram, ora como produtos originais da literatura portuguesas (pseudo-originais), ora como representantes da literatura espanhola (traduções directas). Pelos mesmos motivos (apresentação peritextual) circularam como pseudo-originais os textos de partida correspondentes no sistema literário espanhol, donde passaram para o sistema português, primeiro, seguramente, em versão não traduzida (interferência indirecta não mediada) e, depois, em língua vernácula (interferência indirecta mediada pelo espanhol).

Assim, estimamos que a *História da donzela Teodora* constitui um caso de tradução indirecta *mediante* o espanhol de uma narrativa de origem oriental⁶⁵⁰, ao apurar que no próprio sistema literário espanhol é (hoje) encarada a *Historia de la doncella Teodor*, a versão castelhana de que parte o texto português, como um produto resultante de um processo de *tradução* – processo interlinguístico como intralinguístico e elevadamente *domesticador*, isso sim, pois entre outras coisas cumpre sublinhar que essa versão em língua espanhola de que partem as edições portuguesas corresponde à ou (melhor dizendo) às que foram divulgadas pela imprensa desde finais do século XV, muito possivelmente elaboradas “*especialmente con este fin*” (Baranda e Infantes, 1995: 13, destacado dos autores). Repare-se, por outro lado, em que o invólucro paratextual da versão portuguesa apresenta o texto como sendo uma tradução *directa* do espanhol: na sua edição de 1783 (GRI 1419, BME: JHT 1347), a primeira que surge dentro do nosso marco temporal, esta *História da Donzela Teodora* diz-se *Traduzida do castelhano em português por Carlos Ferreira Lisbonense* – e pudemos verificar que tal subtítulo se mantém nas edições anteriores (desde 1712) e posteriores.

Essas sucessivas edições atestam, de resto, a popularidade, sustentada no tempo⁶⁵¹ e também no espaço (Brasil), que atingiu a *História* veiculada em língua portuguesa. Não por acaso, segundo Braga (1994 [1885]: 330), este folheto foi “um dos mais vigorosos nas leituras populares”, afirmando na mesma passagem o autor citado – certamente com algum exagero – que se reproduzia “anualmente”. Os peritextos

⁶⁵⁰ A procedência concreta do relato é matéria de discussão em que não podemos entrar, e sobre a qual remetemos ao estudo de Julián González-Barrera “*La historia de la doncella Teodor*: una invención greco-bizantina, un cuento de *Las mil y una noches* y, finalmente, un pliego de cordel”, publicado no *Boletín Hispánico Helvético*, n.º 8, 2006, pp. 5-33. *Vid. tm.* Alvar, 2010: 73, 104-106 ou Baranda e Infantes, 1995.

⁶⁵¹ Ainda em 1990 se publicava uma adaptação da mesma *História*, realizada por Mariana Gomes para a colecção Fantasia da editora Linhas de Elvas.

icónico-gráficos de algumas dessas reimpressões (a de 1783, por exemplo, com capitais historiadas e gravura em madeira no rosto) indicam, por outro lado, que nem sempre esta e outras peças da literatura dita *popular* se destinavam ao consumo por parte das camadas mais baixas, senão que foram também dirigidas a um público mais restrito ou *distinto* do ponto de vista sócio-económico e cultural. É relevante apontar, ainda, a alta probabilidade de que o livro em questão tivesse circulado em Portugal, com anterioridade à publicação da versão portuguesa a partir de 1712, em língua castelhana⁶⁵².

No marco da literatura espanhola é igualmente tratado como texto *traduzido* (do francês, nesta ocasião) o relato cavaleiresco *Roberto el Diablo*, a fonte mais imediata de um dos folhetos novamente “mais lidos do povo português” (Braga, 1994 [1885]: 324) desde que veio a lume pela primeira vez, em 1733 (GRI 611 e DBP, III: 271): a *História do grande Roberto Duque de Normandia [...] em que se trata [...] da sua depravada vida, por onde mereceu ser chamado Roberto do diabo*. Apesar de ter circulado peritextualmente como um pseudo-original, atribuindo-se-lhe a autoria, logo na primeira edição, a “Hieronimo Moreira de Carvalho”, o próprio Teófilo Braga cita esta narrativa de aventuras exemplarizante (o protagonista situa-se a meio caminho entre o modelo cavaleiresco e o hagiográfico) entre os “livros franceses” que, como a *História de Carlos Magno* ou a da *Fermosa Magalona*, “nos vieram por via de Espanha” (1994: 333). No que respeita ao texto de partida castelhano, Juan Manuel Cacho Blecua (1986: 37) não tem dúvidas de que nos encontramos diante de “un texto traducido, ajeno a las creaciones autóctonas”. Não obstante o qual, também não hesita em advertir o mesmo estudioso que o relato em questão ficou plenamente integrado no sistema espanhol, onde foi acolhido e recebido como *próprio*⁶⁵³. Nesse sentido, Cacho Blecua (1986: 41) expõe uma reflexão que vai ao encontro das observações que já aqui fizemos (*supra*, III.1.1.C) para o conjunto destes produtos literários populares e anónimos:

⁶⁵² O título (*Auto ou Historia de Theodora donzella*) é, com efeito, incluído no *Index* publicado em Lisboa em 1624, o que leva Menéndez Pelayo a supor, por esse e algum outro indício, que o relato circulou em português pelo menos um século antes da tradução do Lisbonense acima referida (*apud* Baranda e Infantes, 1995: 19, n. 60). Não sendo totalmente descartável tal hipótese, parece mais plausível que a circulação do texto se desse, antes, em versão não traduzida, tal como presume Teófilo Braga (1994), convicto de que, até ser trasladado por Carlos Ferreira, o folheto era consumido em espanhol.

⁶⁵³ *Roberto el Diablo* é um dos casos com que ilustra Alvar a mudança de género que se pode verificar através da tradução: um cantar de gesta francês é transformado em relato novelesco (cavaleiresco) ao ser traduzido para castelhano, tal como acontece com *Oliveros de Castilla y Artús d'Algarbe* ou com *Reinaldos de Montalbán* (Alvar, 2010: 259). Deste último também houve versão portuguesa, a *História de Reinaldo de Montalvão, um dos doze pares de França*. O protagonista do relato foi, ainda, retomado no teatro aurissecular espanhol.

Roberto el Diablo sobrepasa los ámbitos de su génesis para adecuarse a los gustos, costumbres, etc. de la época en que se inserta. Un relato de estas características [brevidade, esquematismo, etc.] con su anonimia puede introducirse en una tradición sin sentirse como algo ajeno. Prueba de ello es que después se atribuirá a Juan de la Puente, a Enrique Rosano, o, según Nicolás Antonio, al español Camus. La oposición autóctono / traducido delimita la conformación creativa de un género, pero no es suficiente para explicar las múltiples posibilidades ofrecidas por un sistema, por una expectativa de lectura o por unos modelos literarios que se evitan o se siguen.

Outro relato cavaleiresco de origem francesa importado pelo sistema português mediante o espanhol no primeiro quartel do século XVIII, com enorme sucesso editorial posterior, é a *História do Imperador Carlos Magno*. A primeira edição portuguesa do relato data de 1728 (GRI 563 e DBP, III: 271). O seu tradutor-recriador, Jerónimo Moreira de Carvalho (a quem acabamos de mencionar como “autor” de *Roberto do diabo*), parte de uma versão castelhana realizada por um enigmático Nicolás de Piamonte e publicada por vez primeira em Sevilha, no ano de 1521. A versão portuguesa deu lugar a três continuações (originais): a *Segunda parte da história do Imperador Carlos Magno*, pelo mesmo Jerónimo de Carvalho (1737), a *História nova do Emperador Carlos Magno*, por José Alberto Rodrigues (1742) e a *Verdadeira terceira parte da historia de Carlos Magno*, por Alexandre Caetano Gomes Flaviense (1745).

A *História verdadeira da princesa Magalona, filha del rei de Nápoles, e do nobre e valeroso cavalleiro Pierres, Pedro da Provença*, impressa a partir de 1737 (GRI 654, BNP: RES. 974//4 P.) sem marcas translativas e, segundo informa o mesmo Teófilo Braga, “ainda hoje um dos livros do povo mais apetecidos” (Braga, 1994 [1885]: 331), constitui mais uma narrativa que “pertence à influência do romance francês sobre as literaturas da península” (Braga, *ibid.*: 330), e que chegou a Portugal “por via da Espanha” (Braga, *ibid.*: 333). As duas edições mais antigas na língua espanhola datam de 1519⁶⁵⁴. Uma delas é publicada em Sevilha por Jacobo Cromberger. Uma vez que este impressor se desloca para Portugal em 1521 a pedido do rei Manuel, Teófilo Braga supõe que a versão castelhana poderia ter circulado já neste espaço desde o século XVI (Braga, *ibid.*: 331). Atesta que assim foi, pelo menos no século XVII, Inocêncio (DBP, III: 196), autor que informa da existência de uma edição lisboeta em

⁶⁵⁴ Pode consultar-se a este respeito Menéndez Pelayo, que se ocupa também da origem e história textual da novela em questão nas pp. 395-396 de *Estudios sobre el teatro de Lope de Vega*, Santander, CSIC, 1949, vol. VI da *Edición Nacional de las obras completas de Menéndez Pelayo*, disponível na Biblioteca Virtual Menéndez Pelayo da Fundación Larramendi: <http://www.larramendi.es/menendezpelayo.cmd>.

língua espanhola, feita em 1625, de que possui um exemplar. Sobre a versão portuguesa, diz o seguinte o mesmo Inocêncio (*ibid.*):

Alguns tiveram para si, que este romance (cujo auctor, segundo creio, é ainda agora desconhecido) fôra originalmente escripto e impresso em portuguez; mas enganaram-se. A *Magalona* é sem contradicção de origem franceza [...]. Os hespanhoes a transportaram para o seu idioma [...] e] foi da traducção castelhana que alguém a verteu em portuguez, o que é fácil de comprovar pela confrontação das duas.

Posto isso, comentaremos, por fim, a terceira categoria de espécies duvidosas ou problemáticas enumeradas ao começo deste capítulo, expondo o motivo pelo qual decidimos colocá-las no anexo 1.3. Trata-se de três textos de autoria desconhecida que aparecem registados como translatos na bibliografia de Gonçalves Rodrigues, apesar de não serem claramente marcados enquanto tais pelo peritexto, e que poderiam constituir exemplos de pseudotradução em que a presumível procedência literária (a fonte inexistente) seria espanhola. São eles os seguintes: *Vida e famosas acções do celebre Cosme Manhoso* (1.3-2, 1.3-5, 1.3-6, 1.3-23 e 1.3-29), *Vida e successos do prodigioso de Sevilha* (1.3-7, 1.3-16, 1.3-30) e *Historia do invicto Mendo Leonez de naçam* (1.3-3).

Convocam esses títulos aquilo a que atrás (II.4) chamámos de pacto translativo? Talvez, no segundo e terceiro caso, pela referência à origem geográfica (Sevilha, Leão) da personagem principal; no primeiro caso, porém, é óbvio que o invólucro peritextual resulta insuficiente a esse respeito – para perceber que o protagonista é “oriundo do Reino de Galliza” precisamos de recorrer ao texto. Podemos, mesmo assim, imaginar as razões que conduziram Rodrigues a incluir os três espécimes na sua compilação de traduções. Compreender-se-ão melhor se abordamos essas três espécies duvidosas em conjunto com uma quarta que consta aqui do anexo 1.1 – a *Nova, famosa, e exemplar historia da formosa Felisberta de nação hespanhola* (1.1-32).

Os traços partilhados por estas quatro espécies são os que, certamente, devem ter levado o compilador da nossa fonte principal a tratá-las por igual. As quatro pertencem à literatura popular (são breves folhetos de cordel), começam a circular a partir do último quartel do século XVIII, são do género narrativo (convidam-nos a conhecer as *Vidas* ou *Histórias* de um indivíduo) e têm como protagonistas, como se vê, personagens de “nação espanhola”. Contudo, nós estimamos que apenas a *História de Felisberta* se apresenta de forma inequívoca como uma alegada tradução (pseudotradução). O subtítulo desta última reza: *Em que se dá conta do tragico*

sucesso da sua vida. Tirada de huma carta que veio de Castella. Repare-se que, neste caso, e à diferença dos três anteriores, o peritexto (*Tirada de huma carta que veio de Castella*) efectivamente despoleta o pacto translativo⁶⁵⁵.

Destas quatro narrações distingue-se, por número de impressões (cinco entre 1783 e 1819), a *Vida do célebre Cosme manhoso*, a única que aliás não se enquadra nos moldes da ficção idealista que é comum às outras três. Embora narrada em terceira pessoa, a *Vida e famosas acções do célebre Cosme manhoso* parece responder a essa “irresistível tendência para o gosto picaresco” que Teófilo Braga identifica como própria da literatura popular de setecentos (Braga, 1994 [1885]: 334)⁶⁵⁶. O mesmo Braga, que em momento algum se refere a este folheto como uma obra traduzida, apresenta-nos a seguinte síntese crítica do texto: “é uma sensaborona relação de um galego sórdido e lorpa [...]. Não tem o mínimo vislumbre de valor artístico, e tende a ser esquecida” (Braga, 1994 [1885]: 343).

É possível que a narrativa *tendesse a ser esquecida* nesses finais do século XIX em que escreve Braga (ou que este estivesse, simplesmente, a veicular um desejo íntimo sob asséptica fórmula impessoal), mas salta à vista o relativo sucesso editorial de que havia gozado anteriormente. Nós consignámos, como dissemos, até cinco edições dentro do lapso temporal contemplado neste estudo, realizadas nos anos de 1783, 1792, 1796, 1807 e 1819 (registos 1.3-2, 1.3-5, 1.3-6, 1.3-23 e 1.3-29, respectivamente). Aquém do termo *ad quem* estabelecido para o presente trabalho, o mesmo Braga refere, em nota de rodapé (1994: 343, n. 65), uma nova impressão de 1857 (Porto, Livraria Popular). Encontrámos, ainda, mais uma de 1875 (Porto, Typographia de A. R. Cruz

⁶⁵⁵ Na primeira edição do folheto, feita em Lisboa, na Officina de Francisco Borges de Sousa, no ano de 1760, o subtítulo incluía referências ao alegado tradutor, que seria ainda o suposto destinatário da missiva: *Tirada de huma carta, que veio de Castella ao Licenciado Anacleto Simam Damo, e pelo mesmo traduzida, e reduzida a melhor fôrma...* (PORB, BNP: F. 3213 *et al.*).

⁶⁵⁶ Ainda em relação a esse “gosto picaresco” de que fala Braga, e que a *Vida do célebre Cosme Manhoso* representa, devemos lembrar as conclusões de Maia (2012) acerca da relação entre a apropriação do modelo picaresco espanhol e o desenvolvimento de uma literatura popular do mesmo género no sistema literário português, o qual terá obedecido a uma estratégia de independentização da literatura francesa. Esse processo de “constituição de uma literatura picaresca autóctone”, e “à semelhança do verificado em outros sistemas literários europeus” (Maia, 2012: 304), vem acompanhado de uma série de fenómenos identificados pela estudiosa: a importação por via translativa de textos picarescos espanhóis, a publicação de pseudotraduções, pseudo-originais e aproximações (*cfr.* Maia: 2012: 146-147) e, por fim, a produção de títulos originais (como os que menciona em Maia, 2012: 304-305). Por acaso, no mesmo ano em que era reeditada a *Vida e famosas acções do célebre Cosme Manhoso* em Lisboa (Antonio Rodrigues Galhardo e Simão Thaddeo Ferreira, 1792), a portuense oficina de Antonio Alvarez Ribeiro dava ao prelo os dois primeiros tomos da *Vida, e acções celebres, e graciosas de Gusmão de Alfarache*.

Coutinho, colecção Livraria do Povo⁶⁵⁷), de que possuía um exemplar Fialho de Almeida, o que nos parece bastante significativo – transcorrido cerca de um século do seu lançamento ao mercado da subliteratura, a tal “sensaborona relação” sem “o mínimo vislumbre de valor artístico” continua capaz de despertar interesse entre leitores doutos como Fialho, quem ademais poderá ter ficado seduzido por uma personagem (a do “galego sórdido e lorpa” – galego não só como o *Estebanillo González*, mas também como o *Lázaro Tomé* de Alexandre Herculano) que tão bem parece ajustar-se ao seu próprio perfil como produtor literário de naturalista decadente ou expressionista (*cfr.* Saraiva e Lopes, 1996: 899-904).

III.2.7. *Corredores de fondo*. Os tradutores e outros importadores literários

Aproxima-se o momento de concluir (ou, antes, de *abandonar*) o nosso incipiente e panorâmico mapeamento do diálogo interliterário que por via translativa estabelecem a *China* e a *Tartária* entre 1780 e 1850. Não podemos nem devemos fazê-lo, porém, sem abrir um pequeno espaço para interrogar-nos sobre dois aspectos até aqui irregularmente atendidos, considerados em todo o caso num segundo plano, na sequência das respostas às perguntas *quando*, *porque*, *que* e *como* se traduz do espanhol que nas epígrafes precedentes tentámos abordar. Referimo-nos às questões de *onde* se produz esse diálogo translativo e *quem* está nele implicado.

No que diz respeito à primeira questão (*onde?*), e enquanto aguardamos pelos resultados da análise quantitativa que a esse e outros títulos trará a necessária (e desejada) conversão do catálogo em anexo em base de dados, podemos já constatar e brevemente comentar alguns fenómenos perceptíveis do alto do muro. Em primeiro lugar, e restringindo-nos às espécies reunidas no anexo 1.1 (301), verificamos como a imensa maioria dos textos traduzidos da língua espanhola no período em apreço (258) foi impressa em Lisboa; ou seja, é na capital que vêm a lume cerca de 86% das traduções publicadas em formatos independentes (*cfr.* gráfico 3 do anexo 2). A

⁶⁵⁷ A cota da BNP relativa a esta edição (F.A. 3993), não disponível no catálogo em linha da biblioteca, é a que indica, erradamente, GRI 1421 para a edição de 1783. O exemplar da edição de 1875 conservado na BNP corresponde a uma doação de Fialho de Almeida. Da edição de 1783 não nos foi possível localizar exemplares, mas temos notícias indirectas que provam a sua existência: Braga (1994: 339) cita o título entre os constantes “de um catálogo de folhetos que se vendiam no lugar de João Henriques, no princípio da rua Augusta”, em que figura mais de uma dúzia de “folhas volantes que formam a melhor parte da literatura de cordel da última metade do século [XVIII]”. Além disso, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) conserva-se, microfilmada (mf. 7546, item 6), a cópia (8 folhas) que foi apresentada à Real Mesa Censória (cx. 326, n.º 2361) no ano de 1777.

contundência da percentagem não nos causa qualquer espanto, pois era – é, ainda – nesta cidade que se localizava o grosso da indústria editorial portuguesa da altura (*cfr.* os dados fornecidos para a os começos da década de 1820 por [S. a.], 2002: 414), facto facilmente compreensível dada a “macrocefalia” demográfica da capital, uma das oito mais povoadas do Ocidente a começos do século XIX e o maior núcleo de concentração da população urbana do Portugal continental (*cfr.* Matos e Marques, 2002: 26, 29-30). Em segundo lugar, e a muita distância de Lisboa, surge no nosso *corpus* de traduções em formato autónomo a cidade do Porto (30 espécies, perto de 10%: *vid.* de novo o gráfico n.º 3, anexo 2). Em terceiro lugar, 7 registos do nosso catálogo de traduções independentes dizem respeito a obras trasladadas para a língua portuguesa que vieram a lume em Paris (algo mais de 2%). Por fim, em 6 ocasiões (1,99%), encontramos a cidade de Coimbra (Real Tipografia da Universidade) como local de edição.

Esta exposição, sucinta, conduz-nos a tecer, de modo igualmente conciso, duas observações. Por um lado, será preciso anuir, com Teresa Seruya (2015: 233), que a resposta à pergunta *onde se traduz?* devolve-nos “um retrato significativo da extrema centralização da vida cultural portuguesa na capital e das grandes assimetrias no acesso ao livro”. O que não deixa de ser ainda mais revelador é a persistência dessa “extrema centralização”, pois a análise de Seruya diz respeito às traduções, de qualquer procedência linguística, inventariadas no projecto *Intercultural Literature in Portugal* entre os anos de 1930 a 1965, das quais à volta de oitenta por cento impressas em Lisboa (ou, mais residualmente, na Amadora); onze por cento, aproximadamente, no Porto; e sete por cento, *grosso modo*, em Coimbra. As coincidências, surpreendentes, dizem-nos muito acerca do pouco que a situação do país mudou transcorridos tantos anos, e donde vêm os desequilíbrios territoriais hodiernos.

Por outro lado, chama a atenção que, em termos quantitativos, o terceiro local de publicação das espécies reunidas no nosso *corpus* não se situe no espaço português, senão em França. Os 7 registos parisiños do anexo 1.1 que acima referimos ocorrem a partir do ano de 1830 – nas décadas finais do nosso estudo (1830-1850), as edições parisiñas constituem, de facto, perto de 13%, uma percentagem considerável, que deve relacionar-se com factores relativos ao *como* (indirectude) e ao *quem* (comunidade de exilados portugueses residentes em França, geralmente miguelistas) com os que mantém uma estreita vinculação, e que representa apenas uma das formas de mediação do sistema literário francês no diálogo entre as literaturas espanhola e portuguesa que aqui

estudamos, já apontadas em páginas anteriores. Deve ter-se em conta, ainda, a presença esmagadora de livreiros e impressores de origem francesa em Portugal, a qual foi crescendo a partir da segunda metade do século XVIII (Caeiro, 1980: 147), à medida que se produzia (causa e consequência) o paralelo afrancesamento da cultura portuguesa.

Quanto à segunda questão (*quem?*), julgamos que se trata de uma das linhas abertas para pesquisa futura mais interessantes. A ela caber-lhe-ia dar o (merecido) protagonismo aos agentes (inter)literários implicados, directa ou indirectamente, na transferência dos produtos culturais por via translativa entre 1780 e 1850, seguindo a tendência actual na história da tradução a sublinhar o factor humano já indicada no capítulo II.3. Procurando responder à pergunta *quem?* (e, já agora, de novo, *porquê?*), o foco de uma tal investigação deveria recair sobre os indivíduos (tradutores, editores, distribuidores, mecenas ou patrocinadores...) ou colectivos (grupos da instituição) que participaram em actividades de *reescrita* ou *transdução* – no sentido amplo que a estes conceitos lhes dão, respectivamente, Lefevere (1997) e Doležel (*apud* Domínguez, Saussy e Villanueva, 2016: 137) –, interrogando-se pelos seus *telo*i (Chesterman, 2009: 17).

A investigação que sugerimos haveria de arrecadar informações sobre aspectos sociológicos reveladores do perfil (ou perfis) dos mediadores implicados na importação de produtos literários espanhóis através da tradução. Seria preciso, desse modo, determinar a posição desses mediadores no sistema literário importador (em ocorrência, também no exportador – como no caso dos tradutores que são ao mesmo tempo autores traduzidos); verificar se estão implicados em actividades primárias (inovadoras) ou secundárias (conservadoras) no que diz respeito ao repertório literário; observar se estiveram envolvidos em ocasionais ou contínuas acções de importação a partir de outros sistemas literários, e se tal envolvimento se reveste de alguma importância explicativa; apurar o capital social, cultural, político e simbólico de que são detentores; indagar as possíveis redes e cruzamentos entre o campo literário e outros campos que nele interagem (detectando, inclusivamente, eventuais redes clientelares); etc.

Tentar empreender as pesquisas necessárias para tanto ultrapassava em muito a nossa capacidade e o tempo disponível, dado o volume de espécies com que trabalhamos e os objectivos (visão panorâmica) do presente estudo. Mesmo assim, acreditamos que nos capítulos precedentes deixámos já anotadas, quando nos foi

possível conhecê-las, algumas informações relevantes nesse sentido. Por motivos óbvios, não retomaremos os nomes próprios de todos os indivíduos que foram surgindo ao longo das epígrafes que ficam atrás, nem as insinuações várias que fomos apontando ao respeito com o intuito de contribuir para uma investigação que já não nos cabe a nós fazer, e para a qual também não há mais espaço nestas páginas. Apenas comentaremos, nesse pouco espaço que nos resta, alguns aspectos mais salientes ou, então, referiremos algumas vozes mais audíveis no diálogo intercultural e interliterário que se estabelece por entre o muro que afasta a China da Tartária nos começos da dita Idade Contemporânea.

No que respeita aos impressores, editores e distribuidores (incluídos os cegos que detentavam a exclusiva da comercialização dos folhetos de cordel), para a investigação que alvitramos existe já uma base bibliográfica que se impõe explorar com mais profundidade do que o fizemos aqui⁶⁵⁸. Da nossa parte, iremos somente fazer nesta epígrafe uma menção especial a Francisco (François) Rolland, tipógrafo francês oriundo da região de Briançon e instalado desde muito novo em Lisboa, onde se estabeleceu por volta de 1770 (Caeiro, 1980: 149) e fundou a firma a que os seus descendentes deram continuidade. Fazemos questão de conceder-lhe este excepcional destaque não apenas por ter sido nos prelos da sua tipografia, a Rollandiana, que se imprimiram dezenas das espécies consignadas no catálogo em anexo, e por ter sido ademais tradutor do castelhano (*cfr.* anexo 1.2-1 a 1.2-3), senão também por lhe haver cabido a iniciativa da edição (e, quem sabe, até da tradução: *vid. supra* III.2.2) da primeira versão completa em português do livro que marcou, em parte, o início e o fim temporal do presente estudo (*vid. supra* I.3.2): o *Quixote* de Miguel de Cervantes. Já no capítulo III.2.2 tivemos oportunidade de assinalar a importância que Rolland concedia à tradução, numa concepção divulgadora, democratizante e cívica da missão que lhe cabia como mediador cultural patente num epitexto que então reproduzimos e comentámos, relativo à sobredita publicação da tradução do *Quixote*, e visível igualmente no prólogo que o mesmo editor escreve para a versão traduzida – mais uma estreia no mercado editorial português da sua responsabilidade – do *Paraíso Perdido* de Milton (1789), por José Amaro da Silva (*apud* Pais, 1997: 102). É, enfim, bem notória nos paratextos da sua

⁶⁵⁸ V. gr.: Caeiro, 1980; Ribeiro, 1999; Serrão, 1982: 275-276. Apontamos, ainda, mais duas referências: *Livros de Setecentos*, de Manuel D. Domingos (Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000); *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua história. Séculos XVIII e XIX*, de Fernando Guedes (Lisboa, Verbo, 1987).

autoria a vocação de serviço à cidadania que guia a actividade editorial de Francisco Rolland, cujas escolhas se regem por um afã horacianamente recreativo e instrutivo.

No relativo aos tradutores, *criadores* da obra traduzida (Pegenaute, 2012: 110), o campo destinado ao nome do tradutor no catálogo em anexo, bem como os dados que fomos reunindo até aqui nos capítulos anteriores, pode proporcionar um ponto de partida útil para futuras pesquisas a este respeito, mas deve notar-se que para o desenvolvimento da tarefa que indicamos o investigador tropeça, assim e para começar, com mais *muralhas*. Com efeito, a empresa apresenta, logo à partida, dois grandes empecilhos – os quais constituem, na realidade, duas faces (ou práticas) da mesma condição de *invisibilidade* do sujeito tradutor, uma condição de que já tivemos oportunidade de nos ocupar (*vid. supra* II.4).

O primeiro desses obstáculos deve-se à abundância de traduções total ou parcialmente anónimas que dificultam, ou até impedem, a identificação dos indivíduos que foram responsáveis por elas (*cfr.* Lopes, 2002: 140⁶⁵⁹). Segundo já tivemos oportunidade de observar nas páginas precedentes – e como ilustra o gráfico n.º 4 do anexo 3, relativo às espécies publicadas de forma autónoma (anexo 1.1), para o que agora remetemos –, são muitos os casos em que o espaço peritextual relativo ao nome do tradutor, ora se encontra vazio, ora apenas nos oferece misteriosas siglas⁶⁶⁰ e (ou) vagas alusões à sua confissão religiosa, profissão ou condição sexual (vejam-se expressões como as colhidas de *A tradução em Portugal* por Lopes, 2002: 140⁶⁶¹). Estas

⁶⁵⁹ Para o caso espanhol, pode ver-se um estudo de Begoña Lasa Álvarez, “La visibilidad del traductor durante la época romántica en España”, in S. Cruces Colado *et al.* (eds.), *Traducir en la frontera*, Granada, Atrio, 2011, pp. 259-270.

⁶⁶⁰ Só nalguns casos foi possível desvelar a identidade que se encontra atrás dessas siglas – normalmente, porque já Gonçalves Rodrigues (GR) ou Inocêncio (DBP) forneciam essa informação. As nossas pesquisas no *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*, de Adriano Guerra Andrade (Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999), revelaram-se a este título infrutuosas, pese ao potencial heurístico de que se revestia a referida fonte. Também não nos resultou de muita utilidade o *Dicionário* de Martinho da Fonseca, tirando o caso pontual indicado na nota de rodapé n.º 617 do capítulo III.2.5 (página 405).

⁶⁶¹ O referido estudo interroga-se, “com perplexidade”, acerca dos motivos subjacentes à existência, no lapso que abrange os anos de 1803 a 1871, de até vinte e uma imprecisas fórmulas reveladoras de uma suposta identidade feminina, constitutivas de uma prática que esta autora chama de “tradução madamizada”. São essas expressões raras, mas significativas – nomeadamente, pela inexistência dos seus correlatos masculinos. Tendo em consideração a escassa preparação fornecida às mulheres para as tarefas intelectuais, e a óbvia “discrepância entre a assunção das lacunas na instrução das mulheres e a proliferação de traduções feminizadas”, as possibilidades aventadas por Lopes para explicar este curioso fenómeno são duas: ora que essas “senhoras” ou “meninas” tradutoras pertencessem à minoria instruída, ora que tais assinaturas escondessem, pelo menos nalguns casos, uma autoria masculina. Nesta segunda hipótese, seria a falta de preparação feminina generalizada a que poderia ter servido “propósitos de menorização do fenómeno tradutório ou de disfarce a trabalhos considerados menores, produzidos pelos homens” (Lopes, 2002: 144). Em qualquer caso, conclui, “esta identificação sumária do tradutor como mulher não pode ser inocente” (Lopes, 2002: 146). Poderia ver-se, porventura, como “mais um sintoma

práticas invisibilizadoras não deixam de ser extremamente significativas – eloquentes da condição subalterna concedida ao tradutor ou, então, indicativas de que, por alguma razão (evitar a censura, por exemplo), o tradutor se vê impelido a recorrer a uma estratégia de auto-ocultação⁶⁶².

Noutros casos, as traduções aparecem assinadas com nomes próprios cuja identidade nos resulta hoje mais ou menos arcana e que, portanto, se tornam a esse título quase tão opacas como as que saíram impressas de forma anónima. Parece que nos encontramos, também aqui, com os “ninguém da história cultural” que costumam assumir a voz nos “diálogos peninsulares”, segundo nota Magalhães (2007d):

Se a matéria ibérica se [desenha] como uma estrada secundária na obra dos grandes autores da Península Ibérica, estrada normalmente pouco percorrida por escritores e leitores [...], do mesmo modo as relações literárias entre a Espanha e Portugal ao longo do século XIX constituem *sobretudo um trabalho de homens secundários*. Os grandes protagonistas portugueses e espanhóis dessa teia de relações — dessas amizades perigosas dos muitos iberismos — normalmente não são os grandes autores. [...] Nos diálogos peninsulares, destacam-se os ninguém da história cultural dos nossos países: ninguém quer dizer quase-alguéns – pessoas que, no seu tempo, foram conhecidas, mas que estavam destinadas ao silêncio esmagador das enciclopédias. (Magalhães, 2007d: 91-92, *itálicos do autor*)

Na sequência desta observação, o mesmo estudioso acrescenta uma passagem que igualmente citamos. Nela achar-se-á a origem da expressão *corredores de fondo* que utilizamos no título que demos à presente epígrafe:

Para estas personagens roseamente acinzentadas da vida cultural ibérica, que tanta importância têm nas relações literárias peninsulares, o Professor Antonio Sáez Delgado inventou uma designação magistral: “corredores de fondo”⁶⁶³ [...] – autores secundários de obras secundárias à procura de um momento principal. São estes homens de segunda linha que, ao longo do século XIX, tentam tirar o lenço que cobre os olhos culturais de Espanhóis e Portugueses no misterioso jogo da cabra-cega peninsular. (Magalhães, 2007d: 92).

perverso de uma cultura em mudança, em que [...] tradução e mulher começavam o lento caminho para a maior idade” (*ibid.*: 147).

⁶⁶² Nas traduções reunidas no nosso *corpus* verificam-se, pelo menos, dois dos três modos de existência possíveis do nome do autor (aqui, tradutor) contemplados por Genette (1987), a saber: *onimato*, *anonimato* e *pseudonimato*. Embora praticamente não tenhamos encontrado exemplos deste último modo (*pseudonimato*, *vid. infra* um caso virtual: o de Reinerio Bocache), os factores explicativos enumerados por Genette para a sua ocorrência podem ser igualmente esgrimidos por forma a entender o surgimento, frequente, do segundo modo – o *anonimato*, seja ele absoluto (não consta o nome do tradutor), seja parcial (siglas). Algumas das razões indicadas por Genette (para o *pseudonimato*) são, aliás, quase que conaturais ao *trato social* do tradutor: a modéstia e a precaução, por exemplo.

⁶⁶³ Em *Corredores de fondo: literatura en la Península Ibérica a principios del siglo XX*, Gijón: Llibros del Pexe, 2003.

Em boa verdade, e no que toca aos tradutores (àqueles cujo nome nos é dado conhecer), podemos afirmar que quase todos os participantes no diálogo translativo entre Espanha e Portugal no dealbar da Idade Contemporânea partilham essa condição de *corredores de fondo* ou “quase-alguéns” que, como vemos, parece o padrão das relações literárias peninsulares em geral. Igual que acontece nestas últimas, deparamo-nos, não obstante, se bem que excepcionalmente, com algum *velocista* – ou seja, alguma figura das que ocupam a “primeira linha” do cânone literário (ou que o fizeram no passado: lembre-se o caso de Mendes Leal, tradutor da “Canción del pirata” de Espronceda, *vid. supra* III.2.4); produtores de traduções que são “valorizados pela autoridade investida neles pelas histórias literárias por serem escritores ditos originais” (Lopes, 2002: 140-141).

É esse o caso de Manuel Maria Barbosa du Bocage⁶⁶⁴, a quem atrás mencionámos como autor ou co-autor de versões indirectas, feitas a partir do francês, de dois títulos cuja origem última é mais ou menos inequivocamente espanhola: a *Galatea*, de Miguel de Cervantes, por um lado, a partir da imitação de Florian (*vid. supra* III.2.2); o *Gil Blas*, de Lesage, por outro. No capítulo III.2.6, para o que remetemos, expusemos as dificuldades para atribuir uma *identidade* literária espanhola a este último romance, derivado de fontes e modelos espanhóis mas ao mesmo tempo *próprio* da literatura francesa, pelo que não voltaremos a estender-nos aqui sobre a questão. Relataremos brevemente, isso sim, a anedota ou “curioso incidente literário” (*Novellística*, 288) que prometemos esclarecer no final do capítulo III.2.2, relativa ao primeiro texto cervantino que *falou* português (1748), pela voz de Reinerio Bocache e em formato de cordel: a *Historia nova, famosa e exemplar da Hespanhola ingleza, traduzida da lingua hespanhola no nosso idioma portuguez, e dada á luz por Reinerio Bocache* (anexo 1.1-12, ano 1784).

É esta uma tradução que Guilherme de Oliveira Santos qualifica, simplesmente, de “péssima” (Santos, 1993: 14), embora precise que as “traduções feitas a correr e mal impressas em mau papel [...] tinham o mérito de levar o livro a camadas de leitores que não podiam comprar edições eruditas ou aprimoradas” (Santos, 1993: 153). As

⁶⁶⁴ Para o labor de Bocage como tradutor, *vid.* Pais, 2006. Também José Feliciano de Castilho dedica a essa faceta abundantes (e muitas vezes altamente elogiosos) capítulos nos volumes II e III dos seus *Excerptos* (1867). Aguardamos expectantes a vinda a lume do tomo V da *Obra completa* de Bocage preparada por Daniel Pires. Os volumes até hoje editados pela Caixotim do Porto foram, o I e VII (2004), II (2005) e III-IV (2007). Entretanto, já houve reedição (em 2008) dos tomos I (sonetos) e VII (poesias eróticas, burlescas e satíricas).

reedições desta *Espanhola inglesa* feitas pela Typographia Lacerdiana (ou Lacerdina) de Lisboa em 1803 (I.1-64) e 1805 (I.1-68), apresentam a versão como tendo sido “dada á luz por Bocache”. Há no peritexto uma aparentemente minúscula mudança editorial com respeito às impressões anteriores (as de 1748 e 1784) que acarreta, todavia, consequências importantes aquando da recepção e circulação do produto – o já *per se* equívoco apelido do tradutor em questão, sobretudo indicado assim, desprovido do nome próprio, convidava obviamente a atribuir a tradução a Bocage. Assim o constata Teófilo Braga, quando, aludindo a este mesmo episódio, refere que “os cegos apregoavam” esta novela exemplar de Cervantes “sob o nome de *Bocache*” (Braga, 1994 [1885]: 319).

Daí que, ora por mero divertimento (como acredita Santos, 1993: 13), ora pela falta de qualidade do trabalho que se lhe imputava (segundo pensa Gonçalves Rodrigues, *ibid.*⁶⁶⁵), o poeta se tenha apressurado a *enderezar o tuerto* como melhor sabia; ou seja, compondo um soneto intitulado *Desagravo jocoso da injuria feita ao enfermo Bocage pelo Editor da Novela intitulada: A Hespanhola Inglesa, attribuindo-lhe aquella má traducção*⁶⁶⁶. Quanto ao incógnito Reinerio Bocache, Rodrigues diz tratar-se de um “pseudónimo de indivíduo ainda não identificado” (*Novelística*, 288). Por sua vez, Santos (1993: 13), que confirma o carácter “enigmático” do autor, pergunta-se:

Bocache será por força um pseudónimo? Curioso que, certa vez, um tal Juan Bocache serviu de fiador a Miguel (v. *Vida y semblanza de Cervantes*, por Miguel S. Oliver, p. 168). // E se fosse espanhol ou de origem espanhola o homem da tradução? // Quem sabe?⁶⁶⁷

Como tradutor da literatura espanhola, o *velocista* Bocage representa uma tendência apreciável na importação literária por via tradutória que aqui nos ocupou. Referimo-nos ao fenómeno da tradução indirecta com recurso ao francês como língua de mediação, no qual se encontram igualmente envolvidos outros *corredores de fondo* já mencionados nos capítulos acima – autores, esses, todavia, muito menos conhecidos do que Elmano Sadino: *homens secundários* ou *quase-alguéns*, enfim. Um dos mais activos tradutores (indirectos) da literatura espanhola foi, pelos finais da década de

⁶⁶⁵ Bocage ter-se-ia julgado “vítima de um abuso e atingido no seu brio de bom tradutor” (*Novelística*: 288).

⁶⁶⁶ Conserva-se na BNP (é uma folha volante sem data nem local de edição), com a cota: L. 4492//12 P.

⁶⁶⁷ Aí mesmo lembra Oliveira Santos que este Bocache foi responsável de mais traduções do castelhano, como a *Historia dos Sete Infantes de Lara* (1747), “livrinho” de 47 páginas “dedicado a José da Gama Lobo, escrivão da Fazenda e toureiro exímio” (Santos, 1993: 13).

1830, José da Fonseca – um nome que atrás mencionámos em várias ocasiões, pois a ele se devem quatro espécies consignadas no catálogo em anexo (quer em 1.1, quer em 1.3), todas elas versões (retraduções) feitas a partir de textos intermediários em francês e editadas em Paris, e relativas aos seguintes títulos espanhóis: o *Estebanillo González*, o *Diablo cojuelo* (e outros textos: *vid. supra* III.2.6 sobre esta questão), o *Lazarillo de Tormes* (anónimo de 1554 e *Segunda parte* de Juan de Luna) e, de novo, a *Galatea* (já traduzida por Bocage)⁶⁶⁸. Não temos espaço para referir todas as actividades editoriais em que participou José da Fonseca, além das que aqui nos preocuparam – para tanto remetemos a Inocêncio (DBP, IV: 334-335) e Maia (2012: 171-172 e anexo 4, pp. 3-4). Entre outras coisas, Fonseca foi autor de um bom número de dicionários, realizou adaptações destinadas aos leitores mais novos – *O Gulliver dos meninos*, *O Gil Braz da infância* e as *Aventuras de Telémaco compendiadas para uso dos meninos* – e preparou o antológico *Parnaso lusitano* (1826-1827, seis tomos), prefaciado por Garrett.

A todas as informações reunidas à volta desta interessante e multifacetada personagem pelos autores agora aludidos (Inocêncio e Maia), apenas acrescentaremos um anedótico lance da história da lexicografia bilingue a que também se encontra ligado José da Fonseca, embora de forma provavelmente involuntária. No ano de 1855, aparece um impresso intitulado *O novo guia da conversação, em Portuguez e Inglez, ou Escolha de diálogos familiares sôbre varios assumptos*. Os editores (“V^a de J.-P. Aillaud, Monlon e C^a. / Livreiros de suas Magestades o Imperador do Brasil e el Rei de Portugal”) apresentam-no na capa como tratando-se de um volume *Offerecido à estudiosa mocidade portugueza e brasileira por José da Fonseca e Pedro Carolino* (citamos pela princeps, disponível na GB). O intuito, aparentemente sincero, de fazer deste *guia* um manual para a aprendizagem da língua inglesa por parte dos jovens

⁶⁶⁸ Cronologicamente, a primeira tradução indirecta do espanhol assinada por José da Fonseca vem a lume no ano de 1837, publicada por Pillet Aîné: *Historia d'Estevinho Gonçalves*. O texto de partida mais imediato é, como vimos na epígrafe anterior (III.2.6), a *Histoire d'Estevanille Gonzalez* de Lesage. No ano a seguir, em 1838, publica na Beaulé et Jubin outros dois desses quatro translatos indirectos do espanhol acima indicados: o *Diabo coxo* (a partir do *Diablo boiteux* de Lesage, segundo já esclarecemos em III.2.6) e as *Aventuras e astucias de Lazariho de Tormes* (seguindo a versão francesa do Abade de Charnes: *vid. supra* II.2.2 e *infra*, I.1-264). Nesse mesmo ano e editora, aparecem, ainda, mais uma tradução do francês da sua autoria (o *Robinson de doze annos*, de Madame Mallès de Beaulieu) e uma obra *original* de Fonseca – uma *imitação* ou continuação anónima do *Gil Blas* de Lesage, para ser mais precisos – intitulada *Historia de D. Afonso Braz, filho de Gil Braz de Santilhana*. A quarta e última tradução (indirecta e oculta) da língua castelhana realizada por José da Fonseca data de 1840, ano em que a Pillet Aîné dá a conhecer a sua retradução de *Galatea* de Miguel de Cervantes, anteriormente divulgada em língua portuguesa na versão de Bocage, e que nesta ocasião se apresenta como sendo uma versão da *Pastoral em verso escrita em francez pelo cavalheiro de Florian* – sem qualquer menção, portanto, à fonte cervantina de que havia partido, para *imitá-la* livremente, o próprio Jean-Pierre de Florian (*vid. supra* III.2.2).

lusofalantes de um e outro lado do Oceano vê-se, no entanto, inviabilizado pela manifesta incompetência na língua alvo dos seus autores – ou, melhor dizendo, *autor*, pois é de crer que tenha sido Pedro Carolino, de quem por acaso quase nada sabemos, o responsável, *a solo*, de adaptar para inglês (decalcando-o macarronicamente) o *Guia da conversação em francez e portuguez* de José da Fonseca, publicado dois anos antes pela mesma casa (Paris, V^a de J.-P. Aillaud, Monlon e C^a., 1853)⁶⁶⁹.

Do dito parece claro, pois, que, do ponto de vista do objectivo inicialmente previsto (prático), o resultado do projecto de Aillaud e Monlon é desastroso. O fiasco vê-se, todavia, compensado pela nova dimensão, inesperada, que vai ganhar o manual ao mudar de espaço de recepção e começar a ser consumido como um produto de entretenimento, farto em elementos hilariantes. Tal mudança na função do texto, que passa do uso didáctico ao recreativo, acontece quase três décadas depois, quando no ano de 1883 o *Guia* chega ao âmbito anglófono e é objecto de duas novas edições – uma realizada em Londres, com prefácio de James Millington, onde levou o título jocoso pelo que ainda hoje é popularmente identificado (e sob o qual foi várias vezes reimpresso até ao presente), *English as She is Spoke*; e a outra em Boston, com introdução (nem mais, nem menos) de Mark Twain e o nome de *New Guide of the Conversation in Portuguese & English*⁶⁷⁰. Eis como um anódino guia de conversação se torna, sem Fonseca e Carolino querer nem saber, num sublime e *imortal* texto humorístico.

Como adaptador do *Guia da conversação em francez e portuguez* de José da Fonseca, Pedro Carolino parece cumprir à letra as duas condições que Mariano José de Larra estabelecia, num texto de 1836 já atrás citado (III.2.4), para “traducir mal”. Para

⁶⁶⁹ Um artigo recente, que se faz eco de uma edição fac-símile da edição parisiense de 1855 do *Guia* praticamente acabada de sair do prelo no momento em que redigimos estas linhas (Lisboa, Serrote, 2016), convoca uma personagem da (baixa) cultura televisiva portuguesa actual para dar ao leitor dos começos do século XXI uma ideia do que pode encontrar na obra atribuída a Pedro Carolino e José da Fonseca: “O episódio de Zezé Camarinha a recomendar a utilização de creme factor seis a uma estrangeira de férias no Algarve”, diz a jornalista, “podia ser um dos diálogos deste guia”. Os tradutores automáticos como o Google Translator são, também, ponto de referência comparativa (Ágata Xavier, “What o’clock is it? I have not the watch on me”, *Sábado*, n.º 638, 21 a 27 de Julho de 2016, disponível em www.serrote.com/imprensa.htm (acedido a 13 de Agosto de 2016).

⁶⁷⁰ O texto de apresentação de Twain começa deste modo: “In this world of uncertainties, there is, at any rate, one thing which may be pretty confidently set down as a certainty: and that is, that this celebrated phrasebook will never die while the English language lasts. Its delicious unconscious ridiculousness, and its enchanting naïveté, are as supreme and unapproachable, in their way, as are Shakespeare’s sublimities. Whatsoever is perfect in its kind, in literature, is imperishable: nobody can add to the absurdity of this book, nobody can imitate it successfully, nobody can hope to produce its fellow; it is perfect, it must and will stand alone: its immortality is secure”. Citamos pela edição do *Guia* ao cuidado de Fernanda Rangel de Paiva Abreu e Marcelo de Paiva Abreu (Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002, p. 23).

tanto, dizia Larra, “no se necesita más que atrevimiento y diccionario: por lo regular, el que tiene que servirse del segundo no anda escaso del primero”⁶⁷¹. Parece que esta receita foi igualmente seguida por alguns dos tradutores da língua espanhola para a portuguesa no período que se estende entre 1780 e 1850. A nossa abordagem, externa, aos textos traduzidos não visa avaliar ou julgar a qualidade dessas mesmas traduções, mas deparamo-nos com alguns depoimentos paratextuais abonatórios da falta de preparação linguística de alguns responsáveis por estas versões.

Já em II.6.2 examinamos as condições em que eram produzidos os translatos do castelhano no trecho temporal estudado, a dificuldade para adquirir a necessária competência na língua espanhola e a escassez de ferramentas lexicográficas que obrigavam estes *criadores do texto traduzido* a valer-se, à falta de *diccionario*, de uma dose extra de *atreimento*. A este título invocaremos uma nota redigida pelos editores de *O Jardim Litterario* em 1849. Com ela põe-se fim à publicação, por partes, de um relato traduzido do espanhol (“Los últimos amores”, de Gregorio Romero Larrañaga: *vid.* anexo 1.2-128) por José Augusto da Silva. Trata-se de um paratexto altamente revelador⁶⁷²:

Concluimos hoje a publicação deste romance traduzido, do *Semanario Pittoresco Hespanhol*, pelo nosso amigo José Augusto da Silva. O publico lhe fará justiça á traducção, visto que nós somos parte suspeita; mas ninguem haverá ahi que deixe de achar nobre a tarefa do mancebo, que sem mais habilitações que a sua intelligencia, o seu gosto pela litteratura, e os seus esforços generosos (para si mesmo) de querer saber, só com a theoria da lingua franceza, se apresenta traduzindo romances daquela linguagem, que fariam honra a um individuo versado, e experiente nas traducções.

Os *Ultimos amores*, com quanto o hespanhol seja um idioma irmão (ou quasi irmão) do nosso, tem dificuldades, palavras, termos derivados de antigos costumes, que custam a comprehender, e comtudo, dizemos, que estão bem mettidos no portuguez. O sr. José Augusto não aprendeu hespanhol theorica, nem praticamente; tentou traduzir, e ahi vão os seus resultados. É um artista novo, e um escriptor; para nós é um irmão, por que somos operarios como elle, por isso folgamos de registar este facto, e registaremos todos os que digam respeito ao sr. José Augusto, e todos que, como este, honrem as classes a que pertencem, aquelles, que lhe dão origem.

No intercâmbio translativo sobre o que se debruçou esta tese deparamo-nos com mediadores portugueses radicados em Portugal, como o agora referido José Augusto da Silva, e com portugueses deslocados em França, como o atrás citado José da Fonseca.

⁶⁷¹ “De las traducciones”, in *El Español*, n.º 132, 11 de Março de 1836.

⁶⁷² *O Jardim Litterario*, V, pp. 339-340.

Mas também encontrámos espanhóis residentes em Portugal a desempenhar o mesmo papel; isto é, a exercer como tradutores do castelhano para o português. É esse o caso de Felix (ou Félix) Moreno de Monroy y Ros, de quem nos diz Inocêncio (DBP, I: 267) que era “hespanhol de nação, mas domiciliario por muitos annos em Lisboa, onde creio que faleceu já no presente seculo”, a quem mencionámos atrás (III.2.4) como *versionador* dos dramas prussianos de Luciano Francisco Comella (1794)⁶⁷³. E é, igualmente, o caso do *corredor de fondo* que propositadamente deixámos para o fim deste capítulo, José de Urcullu, desde 1834 residente em Portugal, onde morreu (1852).

No nosso *corpus* de traduções o nome deste *quase-alguém* surge quer como (auto)tradutor, quer como autor traduzido, distinguindo-se, nos dois âmbitos, por uma óbvia inclinação para obras de orientação didáctica – tivemos oportunidade de comentá-lo na epígrafe III.2.3. Como autor traduzido para português, e limitando-nos ao que foi publicado dentro do nosso marco temporal, referimos atrás as *Lições de boa moral* (publicadas em castelhano em 1826), vertidas por Francisco Freire de Carvalho (1838, 1847). Também mencionámos a sua *Gramática inglesa* (1825), autotraduzida (1830, 1840) e, ainda, objecto de plágio por Francisco Solano Constâncio e o livreiro parisino Aillaud (1837). No que respeita à feição de Urcullu como tradutor de obras (alheias) da língua castelhana para a portuguesa, vimos que foi responsável pelo *Cathecismo da doutrina christã* (1848, 1849), de García Mazo (original de 1837), e pelo *Livro dos Meninos* (1850), de Martínez de la Rosa (original de 1839) – escolhas que parecem obedecer ao mesmo pendor didáctico que prima em boa parte da sua produção original e em que deve ser tido em linha de conta, ainda, o horizonte ideológico (liberalismo cristão) que partilha com os autores que traduz.

Contudo, a produção literária de Urcullu é muito mais ampla do que aqui se pôde constatar. Abrange os mais variados géneros, como tradutor (do francês, do inglês, do castelhano, do português) ou como autor *original* (foi dramaturgo, poeta, narrador e historiador). Entre outras coisas, escreveu em português uma *Cantata pelo motivo da visita feita à heroica cidade do Porto por sua magestade fidelissima a senhora D. Maria II, e suas magestades imperiaes o senhor D. Pedro e sua augusta espoza* (Porto: Impr. dos Lavadouros, 1834). Também em português foi autor Urcullu de um *Tractado*

⁶⁷³ Monroy y Ros deu a lume também um *Methodo pratico para falar com Deus, traduzido do hespanhol* (Lisboa, Off. de Domingos Gonçalves, 1779). Foi ainda o primeiro a traduzir para português a *Pamela Andrews* de Richardson. Sobre os problemas que esta última tradução lhe acarretou com a censura, ver: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/censura.pdf> (Márcia Abreu).

elementar de Geographia astronomica, physica, historica ou politica, antiga e moderna (Porto: Off. de Alvares Ribeiro e Typ. Commercial Portuense, 3 vols., 1835-1839, primeiro tomo reeditado em 1841⁶⁷⁴) que obteve, segundo informa Inocêncio (V: 149), “notáveis elogios nas folhas periódicas, por ocasião da sua publicação”⁶⁷⁵.

Afirma Claudio Guillén que “hay intermediarios que son como puentes que, una vez utilizados, se hubiesen hundido para siempre” (Guillén, 2005: 77). Nenhuma imagem define melhor o que representa José de Urcullu na história das relações interliterárias entre Espanha e Portugal. Homem das armas⁶⁷⁶ e das letras, poliglota e polígrafo, é a de Urcullu uma figura quase esquecida – ou, pelo menos, ainda insuficientemente conhecida – no nosso presente, apesar da sua relevância e interesse a vários títulos.

Já em II.6.1 sublinhámos que, como advertiram Abreu (*in* Buescu, 1997: 502) ou Corrales (2003: 74), José de Urcullu é, além de tudo o apontado atrás, autor do primeiro testemunho crítico acerca do *Camões* de Garrett. O texto em questão foi publicado no periódico londrino *Ocios de Españoles Emigrados* em Agosto de 1825, no mesmo ano em que vinha a lume a obra portuguesa (em Paris), e o nosso *corredor de fondo* aproveita a ocasião para *perfurar a muralha* do seguinte modo:

⁶⁷⁴ Relativamente à este *Tractado*, devemos corrigir a imprecisão contida em *A Tradução em Portugal*, concretamente em dois verbetes incluídos no segundo volume da compilação de Rodrigues (GRII 4487, ano de 1835, e GRII 5291, ano de 1839), os quais dizem respeito à primeira edição desta espécie, conservada na BNP, com as cotas H.G. 951-53 V. Em Rodrigues apenas se mencionam o primeiro (de 1835) e o terceiro volume (de 1839) da obra, faltando o segundo, que veio a lume em 1837. Ora, segundo se acabou de assinalar, não estamos, na realidade, perante uma tradução. Trata-se, antes, de uma obra pensada para a instrução da mocidade portuguesa e editada originalmente nessa língua pelo autor das *Lecciones*, por essa altura instalado já em Portugal.

⁶⁷⁵ Entres essas “folhas” estava o semanário *O Panorama* (22 de Junho de 1839, vol. III, n.º 112, p. 200), por então ainda sob a direcção de Alexandre Herculano, onde nos deparámos com uma recensão que aplaude o aparecimento do último dos “grossos volumes em 8.º com estampas” que conformavam uma obra “que, por seu auctor, é de grande gloria para Hespanha; pela lingua em que foi escripta de notavel honra e proveito para Portugal”. Também a *Revista Estrangeira. Periodico de Litteratura, Philosophie, Viagens, Sciencias e Bellas-Artes* (n.º 2, de Maio de 1837, pp. 195-197) lhe dedica um extenso artigo assinado pelos redactores por ocasião da publicação do segundo volume do *Tractado*, o qual saúdam com grande entusiasmo. Esclarecem logo os autores que, desta feita, não se dará notícia de uma produção estrangeira, mas *nacional*, porque, mesmo sendo o seu artífice “oriundo d’Hespanha”, “é hoje, em razão de achar-se vinculado com familia portugueza, como nosso compatriota, domiciliado nesta Cidade do Porto, aonde como literato, e como individuo goza d’uma bem merecida reputação”.

⁶⁷⁶ Oficial primeiro da Secretaria da Capitania Geral da Galiza na sua juventude, “serviu militarmente a sua patria durante a guerra peninsular” (Inocêncio, V: 149). Com a restauração do regime absolutista e a queda da Constituição de Cádiz, emigrou a Londres, onde conformou o contingente de espanhóis “cultos y necesitados” (Pajares, 2002: 75) que trabalharam para o editor alemão nacionalizado britânico Rudolph Ackermann (*vid. supra* III.2.3). Depois, em 1834, e ainda “por razões políticas, refugiou-se em Portugal, onde casou” (Inocêncio, V: 149) – não é descabido pensar que, com efeito, a guerra entre carlistas e liberais então em curso na Espanha fragilmente constitucional posterior à morte de Fernando VII dissuadiu o autor de se instalar na sua terra natal, preferindo um Portugal que já tinha posto fim ao conflito fratricida análogo, com vitória para os seus correligionários, na Convenção de Évora Monte.

La estrecha relacion que existe entre las dos lenguas que se hablan donde nacen y pagan su tributo al océano el rápido Duero y el magestuoso Tajo, hace que se pueda mirar cómo [sic] una sola la literatura portuguesa y española. Por una fatalidad bien lamentable, cuyo origen no es éste lugar de indagar, ambas naciones se conocen muy poco, no obstante haberlas formado la naturaleza para ser una sola, y á pesar de su semejanza en usos y costumbres. Nosotros, por lo general [sic], nos contentamos con leer traducidas las Lusiadas [sic], y nuestros vecinos hacen otro tanto con la vida del famoso Hidalgo manchego⁶⁷⁷.

Já está a ser resgatado o Urcullu linguista e produtor de materiais para o ensino das línguas vivas, graças aos trabalhos de Jenny Brumme (2006) e de Sónia Duarte (2010)⁶⁷⁸. Ainda é preciso tirar da invisibilidade o Urcullu tradutor, feição à volta da qual conseguimos reunir abundante informação. Não tencionámos, naturalmente, empreender tal tarefa aqui, em tão apertado espaço – gostaríamos de poder fazê-lo em breve, se a oportunidade se propiciar. É essa uma das muitas linhas para a pesquisa futura que abriu a nossa investigação – um dos muitos caminhos que contemplámos do cimo do *muro*.

Na iminência de fazer balanço entre o que já conseguimos espreitar e o que ainda resta por examinar do topo da muralha que afasta a China da Tartária a que o percurso que por aqui vai findando (pois somos obrigados a fazê-lo por agora) nos levou, perguntamo-nos já até onde chegámos. Andámos muito, mas, fomos longe? Será que *chegámos*, mesmo?

Tarefas historiográficas como a que aqui empreendemos nunca se podem considerar propriamente *terminadas*. A história da tradução, já o vimos, “is to achieve long-term results”, e “solid research takes time” (Pym, 1998: 13). Por sua vez, as

⁶⁷⁷ Citamos por *Ocios de Españoles Emigrados*, tomo IV, n.º 17, pp. 113-114. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/portales/ocios_de_espanoles_emigrados/ (consultado a 24 de Agosto de 2015).

⁶⁷⁸ Relativamente à última dimensão mencionada (a do Urcullu produtor de materiais para o ensino das línguas vivas), deve consultar-se, com efeito, o referido artigo de Sónia Duarte. “O principal elemento motivador deste trabalho”, declara a autora, é o “significativo quase vazio de informação a respeito de uma obra relevante para o ensino de línguas estrangeiras no Portugal do século XIX” (Duarte, 2010): a *Grammatica inglesa para o uso dos portugueses* de que nos ocupámos em III.2.3. Quanto ao estudo de Jenny Brumme (2006), centrado nas *Lecciones de moral, virtud y urbanidad* (vid., de novo, III.2.3), afirmámos que é aí resgatado o Urcullu linguista porque, embora o objectivo primordial seja o de analisar os métodos seguidos pelo tradutor para a língua portuguesa dessa obra, Francisco Freire de Carvalho, Brumme não deixa de sublinhar o próprio contributo ou “aportación” de Urcullu para o género textual dos tratados de urbanidade, interessando-se a estudiosa sobretudo pelos modos em que o autor consigna os usos relativos à cortesia linguística (pragmática). Registaremos, por fim, que o Urcullu matemático é, por sua vez, recuperado no portal *Centro virtual de divulgación de la matemáticas*, onde Elena Ausejo, da Universidade de Zaragoza, traça a sua biobibliografia. Cfr.: <http://www.divulgamat.net/> (consultado a 3/8/2014).

indagações comparatistas (por natureza, *hesitantes*) têm sempre, desde o momento em que são iniciadas até ao momento em que são *abandonadas*, “um carácter ao mesmo tempo *provisional* e de certo modo *revisionista*” (Buescu, 2001a: 19).

Qualquer investigação – historiográfica ou não, no âmbito da Literatura Comparada, dos Estudos de Tradução ou da Física – é, de facto *revisionista*, devedora do que antes dela se fez e, simultaneamente, *provisional*, uma vez que padece do desconhecimento das averiguações futuras. Afinal de contas, sempre “nuestro conocimiento del pasado está significativamente limitado por nuestra ignorancia del futuro” (Arthur Danto citado por Jauss, *apud* Jonathan Culler, 1998: 111). Mas a dependência do futuro quando se trata de estudar o passado é particularmente incisiva.

O historiador é, na realidade, um “profeta de futuros pretéritos” (Guillén, 2005: 355). Se, como rezam os versos da canção “Acesso bloqueado” de Sérgio Godinho⁶⁷⁹, adivinhar o futuro “é muito duro”, ao passo que *adivinhar o passado* é mais seguro, acontece que esta última classe de *profecias* também às vezes sai errada.

O passado, nunca totalmente *acabado*, apresenta-se com o mesmo carácter indeterminado e aberto do futuro. Estudar o passado é, por isso, um perpétuo andar às voltas – a história, dizia Herculano, “pode comparar-se a uma coluna polígona de mármore. Quem quiser examiná-la deve andar ao redor dela, contemplá-la em todas as suas faces”⁶⁸⁰.

Valeu, então, assim sendo, a pena o esforço? Julgamos que sim, apesar de tudo. Tentar conhecer o passado vale sempre a pena. Porque “somos lo que somos y lo que hemos sido” (Guillén, 2005 [1985]: 390).

⁶⁷⁹ “Adivinhar o futuro é muito duro, é muito duro, / sai sempre o cálculo furado. / Adivinhar o passado é mais seguro, é mais seguro / se bem que às vezes também sai errado” (no álbum *Mútuo consentimento*, 2011).

⁶⁸⁰ Alexandre Herculano, “Cartas sobre a história de Portugal”, in *Opúsculos. Controvérsias e estudos históricos (II)*, Lisboa, Viúva Bertrand, 1886, volume V, tomo II, pp. 32-160, 1ª ed. de 1842.

CONCLUSÃO

“El concepto de texto definitivo no corresponde sino a la religión o al cansancio”
(Jorge Luis Borges)

“Un poème n’est jamais fini, seulement abandonné”
(Paul Valéry)

“Descobri o sentido / de irmos contra o tempo, para ganhar o tempo / que o tempo nos rouba”
(Nuno Júdice)

Chegados até aqui, ao cimo da muralha que nos ofereceu a *visão* que agora acabámos de tentar descrever, *vemos* também que dois traços de signo oposto caracterizam a *percepção* alcançada, gerando em nós duas sensações igualmente contraditórias, “triumfalista” uma, “derrotista” a outra – não fosse que já sabíamos, quando começámos esta subida, das muitas *limitações* desse nosso olhar; que assumimos, logo no início, os *limites* da nossa empresa; e que percebemos, também do princípio, que este trabalho chegaria um dia até ao fim (que chegaria, melhor dizendo, o momento de o *abandonar*, não podendo, contra o tempo, ganharmos mais tempo), sem por isso poder dá-lo, pela sua própria natureza, como *definitivo*.

Assim, por um lado, a demorada elaboração do catálogo em anexo, seguindo os critérios atrás explicitados e ultrapassando todas as *muralhas* oportunamente referidas nas páginas precedentes, permitiu-nos verificar, *contemplar* a existência de um “espaço” de estudo que se apresenta promissor – *descobrimos* que, nas sete décadas aqui abrangidas, Portugal recebeu os ventos literários da Espanha através das fendas que a tradução abriu na muralha, e são essas fendas, como se pôde constatar, bem mais das que *aprioristicamente* se julgava. Todavia, o nosso propósito não foi (não pôde ser) o de calcorrear todos e cada um dos cantos desse “território” contemplado *do alto*. Foi, antes, e apenas, o de cartografá-lo. Só ocasionalmente percorremos alguma porção do “terreno” cujo mapa traçámos *por alto* no capítulo anterior (III.2), desenvolvendo com mais pormenor alguns aspectos que chamaram a nossa atenção.

Desse modo, podemos afirmar, sem laivos de falsa modéstia, que, chegados ao *fim*, alcançado o topo da *muralha*, sentimos que não *rematámos* nada – muito antes pelo contrário, é aí, *assomados* ao muro, que estimamos (ou *entrevemos*) que tudo *principia*.

Esse foi, aliás, o objectivo que nos marcámos ao início desta subida – que o percurso seguido nos pudesse levar a *começar a ver* de outra *perspectiva* as relações entre a Espanha e Portugal, escolhendo, à procura de uma melhor compreensão do nosso presente, um momento histórico fulcral para a construção da identidade dessas *nações literárias*. Era esse o contributo que desejávamos proporcionar e, porventura, o *fim* a que terão chegado estas páginas.

Antes, pois, de *abandonar* o presente trabalho – *vita brevis, ars longa* –, iremos realizar um balanço *final*, recordando a sua *finalidade* (motivações e objectivos, gerais como específicos, da investigação) e repassando sumariamente tanto o que se fez até aqui (enquadramentos, problemas, métodos, resultados e possíveis contributos da investigação), como o que fica por fazer (tarefas pendentes e linhas de investigação abertas para um futuro). Voltando, logo, ao *princípio* do percurso que agora (e por agora) deve ir *findando*, lembramos como esta tese de doutoramento exhibe no seu título um metafórico *muro*, bem como umas igualmente figuradas *China* e *Tartária*, que serviram de mote e elemento estruturador do trabalho no seu conjunto, visando dessa forma dotar o texto de coerência e unidade.

Tais imagens tomaram-se de empréstimo a António Feliciano de Castilho, quem, num célebre artigo publicado na *Revista Universal Lisbonense* em 1841, lamentava a falta de comércio intelectual entre Portugal e Espanha (ou Castela, para ser mais precisos), afirmando que, a esse e outros títulos, os dois *povos irmãos* se encontravam separados por uma muralha de completa indiferença mútua, mais maciça e alta que o muro que afastava a China da Tartária. Constituía a de Castilho mais uma expressão de um queixume que os intelectuais de um lado e de outro da fronteira interessados pelo vizinho ibérico vinham contumazmente formulando desde tempo atrás, em idênticos ou parecidos termos figurados, e que persistirá até aos nossos dias. A metáfora do muro ou muralha sobre a qual descansou a armação discursiva desta tese erige-se, em definitiva, numa sorte de paradoxal *leitmotiv* entre os *perfuradores* dessa mesma parede divisória.

Eis o principal motivo que nos levou a deitar mão dessa metafórica muralha. Servimo-nos dela pela sua capacidade de compendiar ou *traduzir* uma visão das relações entre Portugal e a Espanha que se tornou já num lugar-comum, antes e depois do tempo de Castilho, e em cuja construção discursiva participam, curiosamente, os agentes que mais fazem por galgar a dita *muralha* (é o caso do próprio Castilho, entre outras coisas co-tradutor da primeira edição assinada do *Quixote* em português).

Além disso, utilizámos a imagem da muralha porquanto nos permitia evocar, ainda, outros *muros*, desta feita relativos às práticas dominantes no comparatismo peninsular até tempos relativamente recentes, visto que dito comparatismo tendeu a eludir o estudo das próprias literaturas do espaço geocultural ibérico. Quer isto dizer, em poucas palavras, que os *perfuradores de muralhas* constituíram nesse âmbito a excepção, e não a regra, como seria de esperar. Tal não significa, naturalmente, que não tenham existido – bastará, como prova disso, remeter para as páginas que ficam atrás, onde são referidos e explorados os trabalhos de alguns desses excepcionais *perfuradores* das muralhas intraibéricas. Foi a nossa pretensão, precisamente, juntar-nos a eles na medida das nossas possibilidades, atentando para tanto na tradução – na história externa da tradução mais em particular – por partirmos da convicção de ser não só proveitoso, como ainda imperativo, incorporar a história da tradução numa renovada história literária comparada da Península Ibérica, fazendo confluir ou dialogar duas áreas *transdisciplinares* como sejam os Estudos da Tradução e a Literatura Comparada.

Deparámo-nos com o breve artigo de Castilho atrás aludido há uns anos, no decurso de um projecto de investigação interuniversitário desenvolvido ao abrigo do programa Interreg IIIA, o RELIPES, que visava estudar as relações linguísticas e literárias entre Portugal e Espanha nos séculos XIX e XX. É nesse projecto que a presente tese tem, de facto, a sua origem mais remota, uma vez que, apesar de não ser contemplado nele qualquer espaço para as traduções, foi no marco do RELIPES que nos surgiu um conjunto de questões, ou antes inquietações, relativas a esse particular, que acabaram por despoletar este trabalho.

A tradução constituiu o alvo do nosso interesse (comparatista) por duas ordens de razões. Por um lado, na medida em que ela é *cruzamento*, ponto de encontro, forma privilegiada de recepção daquilo que demos em chamar o Outro e via destacada de diálogo entre literaturas (as quais, obviamente, não vivem isoladas), a Literatura Comparada não pode preterir a tradução, nem tratá-la com um assunto secundário, tal como o fez durante muito tempo. Por outro lado, tomámos a tradução como objecto de estudo, também, pelo que ela tem, simultaneamente, e pese a aparente antinomia, de *muralha*, de fronteira entre línguas, literaturas e culturas; ou seja, pela sua função demarcadora dos limites entre o *Nosso* e o *Alheio* – algo que nos pareceu especialmente relevante ao estarmos a lidar com culturas *distantemente próximas*, submetidas à lógica da dominação e, portanto, com relações assimétricas entre si.

Eis enunciado, sucintamente, o porquê de nos termos querido assomar ao muro que afasta a China da Tartária. (Re)vejamos, igualmente, para que o fizemos. Tendo os convencimentos, premissas e motivações subjectivas que se acabaram de compendiar em vista, o nosso objectivo foi o de alcançar uma visão panorâmica, *do cimo do muro*, da importação por via translativa de textos espanhóis no Portugal dos começos da chamada Idade Contemporânea. Elegeu-se tal marco cronológico porque, por uma parte, e segundo há pouco dissemos, é aí que começam os (sempre) intrincados e contraditórios processos de *narração da nação* – vale dizer, de construção ou invenção da identidade nacional, hoje em disseminação, a qual é feita, no caso português, *contra* a Espanha, mas também *com* a Espanha.

Tal como em breve lembraremos (*vid. infra* pp. 453-454), a fixação das datas concretas de 1780 e 1850 ficou assente em eventos significativos para o diálogo tradutor em apreço. Concedeu-se-lhe a este respeito o protagonismo às traduções que constituíam o objecto de estudo, como não podia deixar de ser, sem por isso descurar acontecimentos destacados noutros planos extratranslativos que tinham uma incidência mais ou menos directa no intercâmbio translativo em análise. Importa por ora frisar que esse trecho temporal suscitou igualmente o nosso interesse pelo facto de as investigações realizadas por alguns estudiosos interessados nestas matérias – esses que atrás designámos de *perfuradores de muralhas* –, incluindo as pesquisas levadas a cabo no projecto RELIPES, indicarem que no século XIX se havia produzido uma ostensiva mudança nas relações literárias e culturais entre Portugal e Espanha.

Nós questionámo-nos se tal alteração era extensível ao intercâmbio veiculado, concretamente, por via translativa; ou seja, perguntámo-nos se essa aproximação entre a *China* e a *Tartária* teria expressão, também, no âmbito mais preciso da tradução. Na realidade, não nos era possível sabê-lo, pois carecíamos, e ainda carecemos, de um estudo abrangente e empiricamente fundamentado – para o qual esta tese tenta contribuir – que cartografe esse “território” ainda insuficientemente (parcialmente) conhecido constituído pela história da tradução entre as línguas portuguesa e espanhola. Apenas dispúnhamos, na verdade, de algumas imagens *pré-concebidas* (precisadas, todavia, de confronto empírico), segundo as quais *pré-julgávamos* que a importação por via tradutória de textos espanhóis anterior aos meados da centúria de oitocentos teria sido *paupérrima*.

Assim, um trabalho prévio localizava pela metade do século XIX o dealbar de um intenso diálogo translativo entre as línguas portuguesa e espanhola, colocando na década de 1840 uma baliza cronológica – mais uma *muralha* – para lá da qual o panorama se mostraria *desolador*. Haveria, até aí, um gigantesco *vazio*, um *fosso* total a este respeito: um *oco* em que apenas caberiam cinco títulos traduzidos do espanhol publicados com anterioridade ao ano de 1841, o mesmo em que vem a lume o artigo de Castilho donde retirámos o mote desta tese. Reconhecendo a valia de tal estudo, afigurava-se necessário, contudo, certificar a existência efectiva de tamanho fosso, atestar a dimensão de semelhante muralha – apurar, enfim, se tais imagens possuíam, ou não, uma base empírica.

O nosso intuito foi, pois, assomar-nos ao cimo desse alegado muro que, (também) no tocante ao intercâmbio em apreço, parecia afastar a China da Tartária até aos meados da centúria de oitocentos para contemplar os eventuais *furos* ou *fendas* – presumível ou presumidamente escassas – que as traduções teriam conseguido abrir nessa mesma muralha. Elucidados o porquê e o para que trepámos até ao alto da muralha, convirá recordar, igualmente, como é que se realizou a *subida*. Para alcançar os objectivos desta tese tornou-se imprescindível proceder, em primeiro termo, a realizar um levantamento de dados bibliográficos, concernentes às traduções literárias espanholas publicadas em português e destinadas ao seu consumo em Portugal no lapso temporal em análise, que sustentasse empiricamente a visão panorâmica pretendida – caminho esse que resultou, por certo, *penoso*; deveras *cuesta arriba*.

Tentámos juntar nesse *corpus* ou catálogo (o que segue no anexo 1) um conjunto de dados contextuais relativos a tais traduções que pudesse não só servir para o propósito subsequente do presente estudo (a observação panorâmica ou macroscópica que procurávamos), senão também como ponto de partida para ulteriores análises fora dele, uma vez que desse catálogo é possível extrair vários *corpora* específicos. Qualificámos tal *caminho* ou *método* de “penoso” precisamente pelos consideráveis problemas *metodológicos* surgidos nessa etapa da pesquisa – pelos muitos muros, por vezes inesperados e imprevisíveis à partida, que nos saíram ao encontro e que tivemos de galgar na fase de inventariação dos textos traduzidos de castelhano para português, os quais serão lembrados um pouco mais abaixo (*vid. infra* pp. 456-457).

Se fizemos esses *sacrifícios*, se nos dispusemos a realizar o grande investimento de tempo e energia que a elaboração do catálogo que se apresenta no anexo 1 desta tese

requereu, se assumimos todos os riscos inerentes à visão panorâmica que dele tencionávamos retirar, foi, naturalmente, a pensar nos benefícios que daí poderiam derivar-se para as áreas de estudo implicadas – os contributos que poderia o trabalho trazer quer para a história da tradução entre as línguas portuguesa e espanhola, quer para a história comparada dessas literaturas. Também iremos enumerar, mais à frente, esses que julgamos ser os principais contributos da presente tese – os prometidos e anunciados no seu subtítulo (*vid. infra* pp. 462-463).

Prosseguiremos, no entanto, antes disso, a olhar para trás, recordando os passos que nos conduziram até ao topo da muralha e o modo como ficaram reflectidos e organizados na estrutura, tripartida, do estudo desenvolvido nas páginas precedentes. Assim, nesta dissertação de doutoramento começámos por expor, na introdução, as inquietações que desencadearam o trabalho, determinando a sua finalidade e defendendo a sua necessidade e interesse tanto para a história comparada da literatura como para a história da tradução literária entre as línguas espanhola e portuguesa. Foi logo esclarecido que a investigação era encarada como um ponto de partida à procura de respostas para um conjunto de questões indestrinçáveis do *hic et nunc* do observador, que assumia um carácter meramente exploratório e que, embora tivesse um fundamento empírico (o *corpus* de traduções reunidas no anexo 1, superficialmente analisado na epígrafe III.2), iria privilegiar a reflexão teórica (capítulos I.1 a III.1).

A explicar de forma mais ampla para que, em que medida e porque nos iríamos assomar ao *muro* que afasta a *China* da *Tartária* dedicámos a primeira parte desta tese. Nessa parte desenvolvemos mais um pouco os objectivos, mas também os limites (em todos os sentidos), da tarefa empreendida. No capítulo I.1, além de esclarecer a origem da metáfora que serviu em jeito de *leitmotiv* da dissertação e de justificar a sua utilização, explanámos o propósito do estudo, já enunciado na introdução, certificando-nos de que estávamos a tentar responder a uma questão relevante e revelando, também, as subjacentes motivações subjectivas. Sabedores, sem ainda nos termos assomado à *muralha*, dos muitos muros com que iríamos tropeçar durante a subida, no capítulo I.2 do estudo foram tecidas algumas considerações acerca da sua (apetecida) cientificidade e da sua vontade de objectividade, levando em boa conta as (inevitáveis) limitações epistemológicas que limitariam a nossa visão.

No capítulo I.3 foram expostos os limites espaciais e temporais do estudo. Explicámos aí por que razão havíamos escolhido estas duas *nações literárias* dentro do

polissistema ibérico ou peninsular, por um lado; e, por outro lado, explicitámos os fenómenos (em primeiro lugar, translativos) que nos levaram a fixar os limites cronológicos da investigação entre os anos de 1780 e 1850. A este título, tivemos um especial cuidado para evitar, ou reduzir ao mínimo quando menos, a eventualidade de que os termos *a quo* e *ad quem* fossem estabelecidos de forma arbitrária. Sustentando-as em factos que se prendiam directamente com a literatura espanhola traduzida no espaço importador português que constituía o nosso objecto de estudo, as balizas temporais também não ficaram segregadas do âmbito político a que o campo literário da altura está fortemente ligado.

Desse modo, para determinar os cortes temporais mais precisos, tivemos em conta fenómenos que estimámos relevantes em três grandes planos. Em primeiro termo, procurámos factos destacados para o diálogo tradutor foco das nossas pesquisas. Depois, tivemos em consideração também acontecimentos relevantes para o diálogo (diplomático, político, intercultural...) entre Portugal e Espanha. Por último, fomos procurar ainda eventos significativos do ponto de vista da história (política, económica e social) do espaço importador português. Não parecendo oportuno repetir aqui todos os acontecimentos e fenómenos enunciados, e convenientemente detalhados, na epígrafe I.3, iremos somente sublinhar o facto de Miguel de Cervantes Saavedra, e o seu *Quixote* mais em particular, se encontrarem na determinação das duas balizas cronológicas. Fazemos questão de conceder-lhe este destaque a Cervantes e ao *Quixote* não só para frisar a coerência que acarreta, segundo acreditamos, o paralelismo ou circularidade agora referida no que diz respeito à fixação dos termos *a quo* e *ad quem* do estudo, mas também, e sobretudo, pelo peso simbólico do autor e o livro em questão na *república mundial das letras* – apesar do qual, como se vê, um e outro foram traduzidos para português muito tarde.

Assim, recordamos apenas como decidimos começar a investigação no ano de 1780 por ter sido a começos dessa década que surgem as primeiras traduções cervantinas, com a única excepção de *A espanhola inglesa* (1748), que volta não obstante a ter uma reedição por esses mesmos anos (1784). Concretamente, é nos inícios de 1780 que aparece a primeira versão traduzida – embora parcial e sem o nome do autor nem do tradutor – do *Quixote*: referimo-nos ao *Curioso impertinente*, de [1783]. A primeira tradução completa da mesma obra de Cervantes é feita na tipografia de Francisco Rolland cerca de dez anos depois, em 1794. Além disso, e entre outros

fenómenos transcendentais no âmbito tradutório que nos ocupou, deparámo-nos pelos mesmos anos com as primeiras adaptações do teatro espanhol aurissecular, designadamente de algumas peças de Pedro Calderón de la Barca (traduções publicadas em formatos populares entre os anos de 1783 e 1789). A partir de 1778 são também publicados em língua portuguesa alguns títulos de Luis de Granada. Por outra parte, nessa mesma década verifica-se o fim da política anti-castelhana pombalina, observando-se uma mudança de rumo nas relações diplomáticas e culturais com a Espanha da chamada *Viradeira* (chegada ao trono de D. Maria I em 1777) em diante.

Quanto ao termo *ad quem*, pareceu-nos pertinente fixá-lo no ano de 1850 por terem vindo a lume, justamente nos primeiros anos dessa década, novas edições do *Quixote* de Cervantes em versão traduzida (reedições, na realidade, do texto de 1794 atrás referido), sendo uma delas uma – curiosa, relevante, mas, contudo, não muito conhecida – adaptação para os leitores mais novos: *O D. Quixote da infância*, de 1851. Ademais, e especialmente a partir do ano de 1848, começam a circular em versão portuguesa textos de produtores do sistema literário espanhol coetâneo ainda hoje centrais, canónicos ou canonizados. Referimo-nos a românticos espanhóis como Larra (cujo *El doncel de don Enrique el doliente* sai traduzida em 1845), Espronceda (em 1846 Mendes Leal publica na *Revista Universal Lisbonense* a sua versão da “Canción del pirata”), Espronceda (um fragmento de *El diablo mundo*, traduzido por um anónimo, dá-se a conhecer em 1848), Rivas (Augusto de Lima assina uma versão de “A las estrellas” publicada em 1848), Zorrilla (“Oda a un águila”, traduzida por José Osório novamente em 1848) ou Carolina Coronado (“Primavera antecipada”, em versão de Augusto de Lima de 1850). De resto, é nos começos desta década que desponta o iberismo, quer na sua feição política (*A Ibéria* de Sinibaldo de Mas data de 1852), quer na sua feição cultural (aparecem revistas de vocação iberista como a portuense *A Península*, de 1852, ou a lisboeta *Revista Peninsular*, 1855-1856). Por outro lado, o pronunciamento de Saldanha em 1851 inaugura a dita Regeneração, que supôs a consolidação do liberalismo e o fim do Cabralismo.

A segunda parte da tese foi destinada, por um lado, a expor os princípios teóricos e metodológicos em que se amparou (capítulos II.1 a II.4), bem como a realizar, por outro, o enquadramento historiográfico do nosso *corpus* de traduções, delineando o contexto histórico, literário e cultural e as coordenadas sistémicas em que o intercâmbio translativo em apreço havia tido lugar (II.5 e II.6). Uma vez que, por lidar com instáveis

fronteiras imaginárias (estado-nação, língua, identidade), pisávamos um terreno muito pouco seguro, fomos munir-nos dos fundamentos conceptuais e as ferramentas metodológicas que nos forneciam as áreas transdisciplinares, também elas sem fronteiras nítidas ou rígidas, da Literatura Comparada e dos Estudos de Tradução.

Nas quatro primeiras epígrafes desta segunda parte da dissertação, apresentámos e discutimos os modos em que cada uma das duas interdisciplinas aludidas se aproxima das traduções enquanto objecto de estudo, e defendemos as vantagens de fazê-las dialogar aquando da abordagem dos produtos translativos de um ponto de vista histórico (capítulos II.1 e II.2). Debruçámo-nos, ainda, nos diversos caminhos que pode percorrer a investigação na área da história da tradução, incidindo naquele que se revelava como sendo o mais adequado aos nossos objectivos: o modelo adscrito à história externa da tradução, de orientação sociológico-cultural (epígrafe II.3).

Posto que nesse paradigma é privilegiada a abordagem das traduções como produto, recaindo o interesse na descrição da dimensão funcional que desempenham no contexto em que estão inseridas, o foco das suas pesquisas centra-se no envoltório paratextual dos textos traduzidos – aparato esse cujas potencialidades (e, também, limitações) para os objectivos e necessidades do nosso estudo foram desenvolvidas no capítulo II.4. A atenção aos factores externos que alvitra dita classe de investigação historiográfica, assim como a relevância que esses mesmos factores adquirem a partir dos pressupostos comparatistas que norteiam esta tese, conduziu-nos igualmente a esboçar, nos capítulos II.5 e II.6 o contexto histórico, literário e cultural relativo ao Portugal do lapso temporal em análise.

Realizámos esses enquadramentos historiográficos tendo em vista, acima de tudo, a criação das condições necessárias para se poder empreender – num futuro que almejamos não seja muito longínquo – uma abordagem holística da história da tradução literária da língua portuguesa para a espanhola no período de 1780 a 1850. Levando esse intuito em linha de conta, e também para nos auxiliar na (tentativa de) interpretação dos dados coligidos realizada na terceira parte da tese, começámos por esboçar o contexto histórico em que os translatos que constituíam o nosso objecto de estudo vieram a lume (II.5). Seguidamente, e a propósito da descrição do contexto literário e cultural (II.6), começámos por abrir uma breve reflexão interrogativa sobre as noções e designações periodológicas consagradas pela historiografia literária tradicional (II.6.1). Concentrámo-nos com maior afinco, todavia, na apresentação das circunstâncias

concorrentes, favoráveis ou adversas, que terão condicionado, no sistema literário português da altura, a recepção por via tradutória dos textos literários espanhóis (II.6.2).

Na terceira e última parte desta dissertação debruçámo-nos, finalmente, sobre o diálogo translativo entre as línguas portuguesa e espanhola de 1780 a 1850, em busca das *fendas* que por essa via se abriram na *muralha* que afasta a *China* da *Tartária*. Dado que a nossa observação panorâmica se realizou a partir de uma *construção* bibliográfica, dedicámos uma primeira secção (III.1) a apresentar o modo como esse inventário de traduções foi elaborado (vale dizer, *construído*), problematizando antes de mais a própria designação (*catálogo* ou *corpus*) de tal conjunto *arqueológico*.

Detivemo-nos, depois, da epígrafe III.1.1 à III.1.3, na descrição das diversas muralhas com que, do ponto de vista metodológico, nos deparámos no moroso e complexo processo de identificação e levantamento das espécies do catálogo apresentado em anexo, explicitando e justificando de que modo as fomos transpondo. Tais *muros metodológicos* prenderam-se, essencialmente, com três tipos de problemas: (1) problemas de definição e identificação do objecto de estudo, ou seja, dificuldades para fixar que devia entender-se, no marco deste estudo, por *texto traduzido*, *texto literário* e *texto espanhol*; (2) problemas de documentação, pelo facto de o catálogo ter sido construído fundamentalmente a partir de fontes secundárias que actuaram como filtros; e (3) problemas de localização das espécies, dado o precário estado de conservação do património bibliográfico português no período em apreço.

Assim, no capítulo III.1.1 exprimimos e ilustrámos, vagarosamente, as nossas hesitações e dificuldades para encontrar definições funcionais satisfatórias de noções aparentemente evidentes como sejam *tradução*, *literatura* e, ainda, *literatura espanhola* (III.1.1). Procedemos, seguidamente, à enumeração dos critérios que presidiram à selecção das entradas do catálogo (III.1.2), tendo em conta quatro diferentes parâmetros, a saber: (a) os espaços geoculturais e as línguas envolvidas; (b) as modalidades de tradução contempladas; (c) a natureza tematólogica, tipológica e genológica das espécies inventariadas; e (d) o suporte físico dessas mesmas traduções (e, também, dos respectivos textos de partida). Caracterizámos, igualmente, o catálogo resultante como sendo, por uma parte, (f) tendencialmente exaustivo no que toca às espécies publicadas de forma independente (livros, folhetos, brochuras), momento esse em que reflectimos acerca da sua completude, e (e) essencialmente secundário, por outra parte, por ter

dependido de outros catálogos preexistentes que, como há bocado assinalámos, condicionaram indefectivelmente a elaboração do nosso.

Dado que assim foi – ponto e) do capítulo III.1.2 –, destinámos uma última epígrafe (a III.1.3) a apresentar essas fontes, enumerando alguns dos enormes obstáculos (mais muralhas) que acarretou o seu manuseamento. Mencionámos, ainda, o esforço que supôs a localização de exemplares que provassem a existência das espécies compiladas, em boa medida por causa do precário estado de conservação em que, infelizmente, se encontra o património bibliográfico português relativo ao nosso marco cronológico, segundo há instantes indicámos.

Na última secção da terceira parte da presente tese (III.2) tentámos cartografar o mapa que, uma vez observado o *corpus* de traduções *do alto*, situando-nos, pois, no cimo do *muro* que pacientemente fomos subindo, por fim se *assomou* perante os nossos olhos. Cumpre sublinhar que o nosso propósito nessa parte foi apenas o de tentar descrever, *de cima* e *por cima*, o mapa do território que conseguíamos já (e só) enxergar. Quer isto dizer que não pretendemos aí esgotar nada, pois desde o começo tínhamos noção de que o nosso mais não seria do que um contributo individual para um *work in progress* colectivo. Com esse entendimento por princípio, procedemos, então, a realizar a leitura, (mais) qualitativa e (menos) quantitativa, dos dados reunidos na etapa arqueológica, visando responder, embora de forma ainda incipiente, às questões características de uma abordagem externa, sociológica ou sociocultural.

A este respeito cabe salientar, para começar, que demos prioridade às perguntas *quê* e *porquê*, sem deixar todavia de contemplar as questões *quanto*, *quando*, *onde*, *como* e *quem*. Depois, e no que concerne à (precária) análise quantitativa do *corpus*, é preciso notar que a necessária conversão do catálogo em anexo em base de dados, por nós almejada, permitirá completá-la num futuro. Estamos certos, igualmente, de que tal transformação do catálogo em base de dados enriquecerá a nossa elementar contribuição ao desvendar novas trajectórias para a investigação. Mais ainda, estimamos que urge proceder à elaboração de ferramentas informáticas como a que propomos, à semelhança do que acontece com outras combinações linguísticas, que possam vir a facilitar um melhor conhecimento do intercâmbio de bens culturais e das relações interliterárias que Portugal e Espanha estabelece(ra)m mediante a actividade translativa.

Posto isso, iremos, seguidamente, lembrar quais foram os resultados da nossa investigação, acompanhando as respostas – mas também, as novas interrogações

surgidas – que fomos dando a cada uma das sete questões acima enumeradas nas epígrafes III.2.1 a III.2.7. Principiando pelas perguntas *que e porque se traduziu?*, aquelas em que mais nos empenhámos e incidimos, cabe destacar desde já o esforço que nos vimos obrigados a realizar para dar forma ao mapa desenhado na secção III.2, vista a heterogeneidade das espécies compiladas, decorrente da abertura finalmente concedida no marco do trabalho ao(s) conceito(s) de *traduções literárias de textos espanhóis*.

Essa mesma abertura e heterogeneidade, bem como o facto de uma não pequena parte dos textos e autores importados da literatura espanhola no período em análise serem hoje desconhecidos ou mal conhecidos pelos seus historiadores, requereu da nossa parte, igualmente, o manuseio de uma copiosa e variegada bibliografia. Aliás, tal abundância de textos e autores espanhóis excluídos do cânone literário actual foi uma das razões pelas quais o progresso desta tese resultou tão moroso, repercutindo negativamente no seu avanço, pelas inúmeras e díspares indagações que foi necessário levar a cabo. Por outro lado, e à vista da evidente *décalage* entre o que parece ter sido o *gosto* dos leitores e o que estudam (estudamos) os historiadores da literatura, afigura-se pertinente questionarmos ou repensarmos as nossas próprias práticas enquanto tais.

Dito o qual, e sem entrar em pormenores que não têm cabimento neste capítulo conclusivo, lembraremos que, nas epígrafes III.1 a III.5, tivemos ocasião de perpassar os quês mais visíveis do *alto do muro*, debruçando-nos ao mesmo tempo sobre os seus conjecturais porquês. Observámos, assim, como é no período que se estende entre os anos de 1780 e 1850 quando aparecem, tardiamente traduzidos ou *tarduzidos*, alguns “clássicos” da literatura espanhola até aí consumidos em versão não traduzida (ou traduzida para outras línguas distintas da portuguesa), a começar por Miguel de Cervantes e o *Quixote*, conforme já se indicou.

Constatámos, ainda, que existem também neste lapso cronológico casos em que a importação por via tradutória de obras espanholas se verifica sem tanta demora como aquela que afectava grande parte dos ditos “clássicos”, sendo bem mais reduzida a distância temporal entre a data de publicação do texto *original* e a do texto traduzido. Tentando simplificar agora a complexidade dos fenómenos que a seu tempo tentámos compreender, diremos que essas traduções contemporâneas, em que os textos importados são muitas vezes *paraliterários*, obedecem com frequência a razões que se prendem com a história política da Península Ibérica e as clivagens ideológicas dela

derivadas. Deparámo-nos, nesses casos, com as duas faces do Jano ibérico que, por essa altura, contendem num *duelo a garrotazos* com expressão escrita. Não deixam de se realizar, todavia, traduções de textos espanhóis contemporâneos por razões mais *stricto sensu* literárias, algo que é particularmente notório no diálogo (translativo e não só) que a literatura portuguesa e a espanhola mantêm na fase de consolidação dos seus respetos Romantismos. Destaca-se, por fim, a profusão de textos do âmbito religioso no nosso *corpus* – mais uma razão para insistir na necessidade de ajustarmos certos hiatos que parecem detectar-se entre a realidade que historiamos e o modo como o fazemos.

Ainda a respeito destas primeiras e mais intensamente exploradas perguntas, devemos indicar algumas tarefas pendentes – até porque não houve tempo nem espaço nas páginas precedentes para as levar a cabo –, boa parte das quais poderão ser efectivadas de forma simples e célere com o auxílio da base de dados de que anteriormente falámos – essa cuja realização é, do nosso ponto de vista, premente. Seria fundamental dispor de tal ferramenta para, a partir dela, elaborar um elenco de autores traduzidos ou apurar as percentagens de traduções por géneros, temáticas, etc., por citar apenas dois exemplos. Por outra parte, parece-nos que seria interessante notar, ademais, alguns *silêncios eloquentes* (não-tradução) detectados – melhor dizendo, *omitidos* – no nosso *corpus*.

Relativamente à pergunta *quanto se traduziu?*, a nossa investigação conseguiu reunir um total de 484 espécies. Devemos recordar, contudo, que apenas o inventário de traduções publicadas de forma autónoma (anexo 1.1, com 301 entradas), as quais constituem mais de 60% do *corpus*, pode considerar-se exaustivo (*cfr.* anexo 2, gráfico n.º 1). A este respeito, fica pendente, entre outras tarefas, levar a cabo um levantamento sistemático dos translatos do espanhol publicados em jornais e revistas no marco temporal em estudo. Seria igualmente conveniente ponderar os dados apurados em termos relativos; isto é, comparar a importação do espanhol por via tradutória com a que se fez a partir de outras línguas no mesmo período, tendo em conta o volume de traduções para essas outras línguas nos mesmos anos.

No que respeita à pergunta *quando se traduziu?*, a distribuição cronológica das 484 entradas do catálogo de traduções que elaborámos, observável no gráfico n.º 2 do anexo 2, resulta altamente reveladora da incidência que os acontecimentos do plano político têm no plano cultural em geral, e no literário e translativo mais em particular. Os picos do referido gráfico coincidem com momentos marcantes no âmbito da história

política (o mais destacado é o que se dá no ano de 1808, início da chamada Guerra Peninsular), confirmando a forte imbricação entre os campos político e literário intuída à partida e reforçando a conveniência de dedicar algum espaço da tese ao esboço do contexto histórico.

Quanto à pergunta *onde se traduziu?*, constatou-se que, como pode verificar-se no gráfico n.º 3 do anexo 2, o Portugal da altura era, tal como o de hoje, um país fortemente centralizado e regionalmente desequilibrado, em que a actividade editorial (e cultural, mais em geral) se concentra(va) em torno da capital: 86% das espécies inventariadas no anexo 1.1 foram, com efeito, impressas em Lisboa. Chama também a atenção o facto de o terceiro local de publicação que surge no nosso *corpus* de traduções independentes se encontrar fora de Portugal, em Paris mais concretamente. Destinando-se essas edições aos receptores ectópicos do sistema literário português (exilados), os produtos traduzidos em questão chegariam igualmente ao mercado peninsular, graças, entre outros factores, à cada vez mais quantiosa presença de livreiros franceses no Portugal *afrancesado* da época. Note-se, ainda, que o número de publicações feitas em Paris nos últimos vinte anos do lapso cronológico em apreço (1830-1850) representa à volta de 13% das traduções em formatos autónomos. Esta é, enfim, uma das múltiplas feições que adopta a preponderância do sistema literário francês no Portugal daquele tempo. A literatura portuguesa encontrava-se dominada pela francesa, incluindo-se nessa situação subordinada o subsistema translativo e o intercâmbio que, por essa via, a literatura portuguesa estabelece com a espanhola.

No relativo à pergunta *como se traduziu?*, novamente formulamos a necessidade de explorar num futuro linhas de investigação apenas insinuadas neste trabalho e de levar a cabo mais tarefas pendentes, concernentes tanto à história interna da tradução (métodos e procedimentos técnicos), que não foi objecto do nosso interesse, como à história externa da tradução, aprofundando aspectos nestas páginas só pontualmente atendidos. Neste sentido, seria preciso, entre outras coisas, considerar (e mensurar) os formatos de publicação das espécies reunidas e os seus potenciais destinatários, prestando atenção, por exemplo, à importância, de uma perspectiva tanto qualitativa como quantitativa, da (dita) literatura de cordel.

Conviria, ainda, observar e quantificar o modo de marcação, etiquetagem ou assunção translativa (peritextual) das espécies; isto é, apurar as percentagens de traduções marcadas, explícitas ou abertas, de traduções ocultas (pseudo-originais),

semiocultas ou fracamente marcadas e de pseudotraduções ou traduções fictícias. Lembrámos, já agora, o facto de que a não marcação ou insuficiente marcação dos textos traduzidos do espanhol foi um dos grandes muros com que tropeçámos na etapa arqueológica.

Haveria, identicamente, que ponderar o grau de incidência do fenómeno da indirectude no nosso *corpus*, onde nos voltámos a deparar com traduções indirectas (mormente, a partir do francês), por acaso nem sempre marcadas como tais – motivo pelo qual um enfoque histórico interno poderá trazer, seguramente, novas ocorrências deste fenómeno, por nós não registadas devido a que a nossa foi uma abordagem externa. Por surpreendente que possa resultar, a da tradução indirecta é prática que se verifica também entre as duas línguas próximas aqui contempladas. De resto, trata-se de um fenómeno – fortemente estigmatizado, por sinal, apesar da sua frequência – que está a suscitar nos últimos tempos grande interesse por parte dos estudiosos da tradução, e que nos diz muito acerca das dependências da literatura portuguesa da altura e das interferências de terceiros sistemas no diálogo interliterário estudado a que há pouco aludíamos.

Por último, relativamente à pergunta *quem traduziu?*, e limitando-nos agora a apenas uma parte dos agentes implicados na produção e circulação dos translatos (os tradutores), já atrás afirmámos que julgamos constituir este um dos campos de estudo mais aliciantes para futuras investigações, se bem que, como igualmente advertimos então, se levantem novos muros perante o investigador. A famigerada *invisibilidade* do tradutor, reflectida no peritexto das espécies inventariadas, faz com que ignoremos os responsáveis pela maioria das traduções elencadas. Consoante pode observar-se no gráfico n.º 4 do anexo 2, mais de 80% das entradas constantes da parte mais fiável do catálogo em apêndice (anexo 1.1) são anónimas ou semianónimas, constituindo as traduções assinadas menos de 20% do nosso *corpus*. Depois, mesmo quando sabemos os nomes dos tradutores porque a folha do rosto ou outros elementos do peritexto no-os indicam, deparamo-nos, frequentemente, com perfeitos desconhecidos, com indivíduos de que a historiografia não nos fala ou nos fala, em qualquer caso, pouco. São, portanto, os *zê-ninguém* da história cultural os que predominam no diálogo que Portugal e Espanha mantêm por via translativa no período em apreço.

Esses foram, pois, os resultados da nossa investigação – as respostas para parte das perguntas (mas também as novas inquirições delas decorrentes) que nos fazíamos ao

começo, as quais expusemos na secção III.2 da presente tese. Insistimos em que, como se acabou de comprovar, o mapa traçado nessa última parte da dissertação pretendeu, tão-somente, delinear e sugerir alguns caminhos que poderão ser percorridos no futuro, à luz dos dados reunidos, *olhado* o mapa do cimo. Aliás, aqui chegados, é precisamente para o futuro que *olhamos* – a pensar não só na ulterior exploração das linhas de pesquisa abertas e tarefas pendentes que já apontámos, mas também as que a ambicionada conversão do catálogo em anexo em base de dados possa acarretar.

É o momento, por fim, de ponderar aonde é que chegámos, mesmo se sentimos – mesmo que sintamos, efectivamente – não ter chegado muito longe, apesar do longo e duro percurso que fizemos e de todas as nossas lucubrações. Esta tese enfermeu de várias limitações, as quais assumimos logo no início, quando empreendemos a escalada pelo muro que afasta a China da Tartária. Do cimo desse muro percebemos que, como já estávamos à espera, as inquietações que nos levaram a realizar esta investigação ainda não foram respondidas. Não obstante, o estudo exploratório a que nos conduziram essas interrogações, pese o seu carácter extensivo (e pese as muitas carências que são a consequência directa dessa abordagem: *quem muito abarca, pouco abraça*), talvez nos possa ter deixado em melhores condições de atingir essa meta um dia.

Nesse sentido, julgamos que os principais contributos desta tese – esses que anunciava e prometia o seu subtítulo – foram os que apresentamos a seguir. Em primeiro lugar, e em termos *arqueológicos*, estimamos que o seu principal contributo reside no catálogo bibliográfico que se oferece em anexo, ponto de partida potencial para novos trabalhos (de uma perspectiva histórica tanto externa, a aqui adoptada, como interna) e possível embrião para uma futura base de dados que deve, ou deveria, ser feita de molde a podermos registar o intercâmbio translativo entre as línguas castelhana e portuguesa ao longo do tempo, no sentido aqui atendido ou, idealmente, em ambos, alargando-se ainda, do ponto de vista cronológico, aquém e além dos nossos termos *a quo* e *ad quem*.

Outro dos contributos que, porventura, poderá ter trazido a presente dissertação de doutoramento é de tipo teórico, pela intensa reflexão epistemológica e metodológica a que o estudo realizado nos obrigou, e pelos enquadramentos teóricos e historiográficos que tivemos necessidade e oportunidade de realizar. Aliás, segundo alertámos oportunamente, essas reflexões e enquadramentos foram o alvo das nossas prioridades – bastará reparar em que esta tese, embora empiricamente alicerçada, dedicou aos

aspectos teóricos, historiográficos ou metodológicos mais de 250 páginas (capítulos I.1 a III.1). Para tanto, subimo-nos, como não podia deixar de ser, a ombros de muitos gigantes. Se ocasionalmente discordámos ou discutimos com os nossos *gigantes* – o que, por acaso, aconteceu algumas vezes – foi porque nos pareceu a maneira mais adequada de homenageá-los e de pagar a dívida de gratidão contraída para com eles.

Esta tese tentou dar, ainda, um contributo incipientemente interpretativo ou explicativo, indo um pouco além da mera *arqueologia*, da pura descrição dos factos translativos, parcialmente quantificados também. Esse ensaio ou tentativa de interpretação é a que, junto à referida exposição e quantificação elementar dos fenómenos tradutórios encontrados, foi sendo desenvolvida, ou esboçada, nos diversos capítulos da subsecção III.2, a mais extensa da dissertação (cerca de 175 páginas). Consoante em várias ocasiões advertimos, a nossa interpretação é, além do mais, não raro hesitante e interrogativa. Há pouco apontámos algumas das questões que ainda reclamam uma resposta, fizemos inclusivamente a relação de algumas das tarefas pendentes e ressalvámos como são precisas, de facto, novas e mais profundas achegas a vários títulos. Por paradoxal que possa parecer, também vemos nisso uma contribuição, talvez exígua mas não despicienda, do presente estudo – porquanto essas suas omissões, ocos e perguntas sem resposta constituem em potência, justamente, o ponto de início de novos trabalhos.

Por último, pensamos que esta tese poderá ter trazido um contributo, por modesto que seja, para as duas ou três grandes áreas de estudo envolvidas – os Estudos de Tradução, a Literatura Comparada e os mais ou menos (re-)emergentes Estudos Ibéricos. Dito em poucas palavras, acreditamos que, na medida em que conseguimos provar que aquilo que julgávamos ou *pré-julgávamos* como sendo um espaço *vazio* se encontrava, afinal, *cheio*, perfuraram-se, nem que seja parcialmente, os *muros* do desconhecimento ou *pré-conhecimento* e ficou demonstrado, desse modo, como a nossa *imagem pré-concebida* da muralha era, na realidade, apenas uma *miragem*.

Segundo foi lembrado ao começo do presente capítulo conclusivo, nesta tese questionámos se essa nossa inicial visão do espaço *vazio* ou *fosso* total teria um fundamento empírico. Manifestámos, igualmente, a necessidade de reflectirmos acerca da própria *imagem* do muro que nos veio servindo de fio condutor, visto o carácter ilusório que, à luz das investigações já desenvolvidas no campo dos Estudos Ibéricos e do comparatismo peninsular, ela tem vindo a revelar – semelha que, à medida que se

vão galgando esses outros *muros* que o desconhecimento levanta entre quem observa e o observado, descobrimos como as duas *nações literárias* aqui em foco se comunicaram através da *muralha* mais do que a hiperbólica metáfora de Castilho dá a entender. Perguntámo-nos, em definitiva, se não seria a tal muralha que julgávamos ver, desta feita no que concerne ao diálogo translativo entre Portugal e Espanha nos inícios da (dita) Idade Contemporânea, *mais uma miragem*, produto da nossa incapacidade de reparar naquilo que, por não se encontrar nas zonas mais visíveis do *solo* histórico, precisava de ser perscrutado.

Foi por isso, justamente, que procedemos ao árduo levantamento de dados bibliográficos com os quais *construímos* o catálogo em anexo – um catálogo que, como já dissemos, constitui um dos contributos da presente investigação para a história, em curso, da tradução literária entre as línguas de que aqui nos ocupámos. Aliás, esta dissertação fundamentou-se na constatação de que, no que diz respeito a dita história da tradução literária entre as línguas castelhana e portuguesa (ou vice-versa), apesar de não faltarem estudos sobre a matéria (pois eles existem e até, por fortuna, são relativamente abundantes nos últimos tempos), carecia-se de um quadro geral, um panorama macroscópico – para cuja conformação nos propusemos coadjuvar – a partir do qual, por um lado, pudessem ser mais precisamente ponderados os resultados dos estudos microscópicos desenvolvidos (e por desenvolver) na área dos estudos descritivos de tradução no tocante a este par de línguas e culturas, e, por outro, contribuir-se para um mais cabal conhecimento das relações interliterárias peninsulares, tendo em consideração a relevância de que se reveste o fenómeno da tradução a esse título.

A *conclusão* mais evidente e relevante que, segundo acreditamos, pode retirar-se do trabalho que neste momento é imperativo fechar é a de que, também no que diz respeito à importação por via tradutória no sentido espanhol-português e no período que se estende entre o ano de 1780 e o de 1850, a propalada *muralha* entre a *China* e a *Tartária* era bem menos maciça e alta do que se *pré-julgava*, brindando assim, de novo, a oportunidade de *repensar* a nossa imagem do diálogo entre as literaturas espanhola e portuguesa.

Só pelo facto de termos conseguido derrubar essas outras muralhas (aquelas que não estão no objecto de estudo senão no modo como olhamos para ele) damos o tempo e esforço dispensados por bem empregados. Finalmente, o cenário translativo anterior à década de 1840 não correspondia à imagem do *fosso total* que lhe atribuíamos: o que se

dizia (ou se *via* como) um *espaço vazio* encontrava-se, afinal, bem *preenchido*. A nossa investigação foi capaz de proporcionar um conjunto de dados empíricos relativos ao trecho temporal acima indicado que prova a existência de um diálogo interliterário viçoso entre Portugal e Espanha, num dos seus modos possíveis – o que se concretiza em forma de traduções. Julgamos que, só por isso, valeu a pena o empenhamento em assomar-nos ao muro, apesar da dureza da escalada.

Ora, atingimos o cimo da muralha, talvez a tenhamos parcialmente abatido, mas reiteramos que o fulcro da empresa historiográfica aqui encetada – relativa a uma fatia do passado que estimamos oportuno *re-conhecer* – está longe de ser alcançada. A nossa *limitada* aproximação individual não aspirava a cumprir propósitos muito ambiciosos. Apenas pretendia contribuir para a reconstrução da história das relações interliterárias hispano-portuguesas através da tradução – reconstrução essa que já começa a tornar-se visível, que deve ser necessariamente colectiva e para a qual parece haver-se conformado, nos últimos tempos, um contexto académico e institucional auspicioso. Daí que esta tese haja tentado fornecer, sobretudo, e além do inventário de traduções que constitui o seu sustento empírico, os enquadramentos teóricos, epistemológicos, historiográficos e metodológicos necessários para o desenvolvimento, a longo prazo, de novos estudos.

Esse seria, de facto, o meio mais seguro e eficaz de sentirmos que as nossas fadigas compensaram, de encontrarmos um consolo após tantas vigílias e aflições – que o mapa que, não sem pouco sacrifício, conseguimos delinear e elementarmente cartografar, se convertesse no futuro em alvo de ampliações e aprofundamentos, bem assim como em objecto das necessárias correcções dos desvios que, contra a nossa vontade, se possam ter produzido e do preenchimento das lacunas que, também involuntariamente, existem nesse mesmo mapa.

Estamos cientes de que o desenvolvimento de trabalhos de tal natureza (criação de uma base de dados, realização de estudos de caso, levantamento sistemático das traduções do espanhol inseridas em publicações periódicas, entre outros atrás formulados ou sugeridos) não satisfará a apreensão da *totalidade* das relações literárias e culturais entre Portugal e Espanha, mas é nossa convicção – já o referimos – que o diálogo estabelecido por essa via é altamente significativo, por constituir a tradução uma via privilegiada de aproximação do Outro e revestir-se de uma particular relevância a este respeito.

Embora este trabalho não se ofereça como *conclusivo*, devemos, agora, *concluir*. Quando no começo deste estudo decidimos *assomar-nos* ao cimo do *muro* fizemo-lo com a esperança de que, ali chegados, algo de novo pudesse *assomar*; ou seja, que pudesse principiar, apenas *principiar*, a mostrar-se. Tínhamos a certeza de que assim seria, entre outras razões, porque sabíamos que o *pano* do conhecimento humanístico se fabrica a ritmo lento, através de um constante e colectivo tecer e destecer a tela, descartando algumas linhas de coser, acrescentando novos fios, modificando-lhes as combinações.

Confiamos, contudo, em que, apesar de todas as suas *limitações*, os contributos que oferecemos, tanto teóricos como práticos, possam ser úteis para alcançar um dia os objectivos de longo prazo que presidiram ao nosso empenho em assomar-nos ao muro que separa a *China* da *Tartária*. Se assim for, também daremos por cumprido um dos principais desígnios desta monografia, que não pretendeu apresentar-se como um trabalho definitivo ou *clausurado*. Antes pelo contrário, assumimos desde o início a natureza exploratória que adoptava esta investigação, e os consequentes alargamentos, revisões e reelaborações a que devia ser submetida no porvir.

Concluiremos, enfim, esta (dita) *conclusão* por onde a começámos, lembrando os pensamentos que no início invocámos sob forma de epígrafe. Uma vez que não existem textos *definitivos*, e uma vez que um trabalho do teor do presente nunca é propriamente *terminado*, desejaríamos que o vocábulo *conclusão* que deu título à última parte da tese que com estas derradeiras linhas *abandonamos* seja lido atenuando tanto quanto possível os seus semas mais *enclaustrantes* ou fechados.

Devem servir estas palavras de remate para pôr um *ponto final* às páginas que urge agora trasladar para o papel, mas não (ou a isso aspiramos) para *fechar* uma investigação que consideramos apenas *começada*. Gostaríamos, assim, que este balanço *final*, esta recapitulação do que se fez até aqui e do que fica por fazer, se entenda em jeito de *punto y seguido* de uma pesquisa encetada com todo o rigor e afincio de que fomos capazes, mas *inconclusa*, na confiança de *contra o tempo* ganharmos tempo para podermos permanecer por mais tempo neste espaço fronteiriço de que agora saímos – o inter-espço que nem é *cá*, nem é *lá*, aberto por entre o *muro* que afasta a *China* da *Tartária*.

BIBLIOGRAFIA⁶⁸¹

- Abreu, Márcia (2009): “Os lugares dos livros – comércio livreiro no Rio de Janeiro Joanino”, *Floema. Caderno de Teoria e História Literária*, n.º 5A, pp. 7-30.
- Abreu, Márcia (2012): “El gusto de los lectores. La recepción de novelas como problema para la historia literaria (Río de Janeiro, primera mitad del siglo XIX)”, *Orbius Tertius*, XVII, n.º 18, disponível em: <http://www.fahce.unlp.edu.ar/idihs/cetcl/Novedades/noticia.2012-12-28.7562887489> (consultado a 10 de Julho de 2015).
- Abreu, Maria Fernanda de (1994): *Cervantes no Romantismo Português. Cavaleiros Andantes, Manuscritos Encontrados e Gargalhadas Moralíssimas*. Prólogo de Claudio Guillén. Lisboa: Estampa.
- Abreu, Maria Fernanda de (1999): “Garrett, poeta do exílio”, *Colóquio/Letras*, n.º 153-154, pp. 169-176.
- Abreu, Maria Fernanda de (2000): “El Romanticismo”, in José Luis Gavilanes [Laso] e António Apolinário [Lourenço] (eds.), *Historia de la literatura portuguesa*. Madrid: Cátedra, pp. 383-423.
- Abreu, Maria Fernanda de (2005): “A *Peninsula: Jornal Litterario e Instructivo*. Porto, 1852”, *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 2, pp. 417-423.
- Abreu, Maria Fernanda de (2007): “De que lado o espelho? Das teorias às práticas comparatistas no estudo das relações literárias entre Portugal e Espanha”, in Gabriel Magalhães (ed.), *Actas do Congresso RELIPES III*. Salamanca: CELYA, pp. 439-454.
- Abreu, Maria Fernanda de (2010): “Portugal, siglo XVIII: luces, doctrinas y métodos”, in Aurora Egido e José Enrique Laplana, *La luz de la razón. Literatura y cultura del siglo XVIII. A la memoria de Ernest Lluch*. Saragoça: Institución Fernando el Católico, pp. 205-215.
- Abreu, Maria Fernanda de (2013): “Iberia in Search for a Literary Identity: A Stone Raft?”, in Santiago Pérez Isasi e Ângela Fernandes (eds.), *Looking at Iberia. A Comparative European Perspective*. Oxford et al.: Peter Lang, pp. 123-138.

⁶⁸¹ Vid. *supra* “Lista de abreviaturas e outras advertências” (particularmente a nota n.º 6 da p. xvii).

- Aguar e Silva, Vítor Manuel de (2005): *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina, 14^a reimpressão da 8^a ed. (1988), 1^a ed. de 1967.
- Aguilar Piñal, Francisco (1987): “La continuación de *La Galatea* por Trigueros”, *Dicenda. Cuadernos de Filología Hispánica*, n.º 6, pp. 333-341.
- Albaladejo, Tomás (1998): “Del texto al texto. Transformación y transferencia en la interpretación literaria”, in Estanislao Ramón Trives e Heminia Provencio Garrigós (eds.), *Estudios de lingüística textual. Homenaje al professor Muñoz Cortés*. Murcia: Universidad de Murcia, pp. 30-46.
- Albaladejo, Tomás (2011): “Sobre la literatura ectópica”, in Adrian Bieniec, Szilvia Lengl, Sandrine Okou, Natalia Shchyhlebka (eds.), *Rem tene, verba sequentur! Gelebte Interkulturalität. Festschrift zum 65. Geburtstag des Wissenschaftlers und Dichters Carmine/Gino Chiellino*. Dresden: Thelem, pp. 141-153.
- Almeida, Manuel Lopes de (1964): *Notícias históricas de Portugal e Brasil (1751-1800)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Almeida, Onésimo Teotónio e Leonor Simas-Almeida (2008): “Cânone, cânones em reflexões dialogadas”, *Veredas. Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, n.º 10, pp. 165-171, disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/34479> (consultado a 30 de Maio de 2016).
- Alonso Romo, Eduardo Javier (2004): “La obra portuguesa de Fray Luis de Granada”, *Cuadernos para investigación de la literatura hispánica*, n.º 29, pp. 63-80.
- Alonso Seoane, María José (1996): “Francia en la obra narrativa de Pablo de Olavide”, in Jean-René Aymes (ed.), *L’image de la France en Espagne pendant la seconde moitié du XVIII^e siècle*. Paris/Alicante: Presses de la Sorbonne Nouvelle/Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, pp. 177-196.
- Alvar, Carlos (2010): *Traducciones y traductores. Materiales para una historia de la traducción en Castilla durante la Edad Media*. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos.
- Álvarez Barrientos, Joaquín (2011): “Lengua y política: los escritores y la propaganda en la guerra de la independencia”, in Raquel Macciuci (dir.) e Natalia Corbellini (ed.), *Diálogos transatlánticos. Memoria del II Congreso Internacional de Literatura y Cultura Española Contemporáneas*. La Plata: Universidad

Nacional de La Plata, vol. I, documento electrónico disponível em: <http://www.aacademica.org/000-042/55> (consultado a 13/8/2013).

Alves, Hélio J. S. (2010): “A periodização literária e a literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII – apontamentos”, in Maria João Marçalo *et al.* (eds.), *A literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII e o seu ensino: novas perspectivas. II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa – A Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Universidade de Évora, disponível em: <http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slt54/01.pdf> (consultado a 12 de Outubro de 2012).

Ares Montes, José (1983): “Calderón traducido al portugués (siglo XVIII)”, *Revista de Filología Española*, vol. LXIII, n.^{os} 1-2, pp. 91-113.

Arrojo, Rosemary (1993): *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.

Baker, Mona (2002): “Aspectos pragmáticos del contacto intercultural y falsas dicotomías en los estudios de traducción”, in Román Álvarez (ed.), *Cartografías de la traducción. Del post-estructuralismo al multiculturalismo*. Trad. de M. Rosario Martín Ruano y Jesús Torres del Rey. Salamanca: Almar, pp. 43-57, 1^a ed. de 2001.

Baker, Mona e Kirsten Malmkjær (2006, eds.): *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 4^a reimpr., 1^a ed. de 1998.

Balbi, Adrien [Adriano] (1822): *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, compare aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères*. Paris: Rey et Gravier, 1822, 2 vols.

Baltrusch, Burghard (2005): “Teoria e Prática da Tradução & Paratradução de Literaturas e Culturas Contemporâneas”, *À Beira*, n.º 6 (*Actas do III Encontro “Literatura e Cultura no Espaço Ibérico”*), pp. 11-53.

Baranda, Nieves e Víctor Infantes (1995): “Estudio preliminar”, in N. Baranda e V. Infantes (eds.), *Narrativa popular de la Edad Media. La Doncella Teodor, Flores y Blancaflor, París y Viana*. Madrid: Akal, pp. 5-45.

- Barata, Alexandre Mansur (2006): *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Editora UFJF/São Paulo: Annablume Editora.
- Bassnett, Susan (1998a): “The Translation Turn in Cultural Studies”, in S. Bassnett e André Lefevere (eds.), *Constructing Cultures. Essays on Literary Translation*. Clevedon *et al.*: Multilingual Matters, pp. 123-140.
- Bassnett, Susan (1998b): “When is a Translation Not a Translation?”, in S. Bassnett e André Lefevere (eds.), *Constructing Cultures. Essays on Literary Translation*. Clevedon *et al.*: Multilingual Matters, pp. 25-40.
- Bassnett, Susan (2001): “Da Literatura Comparada aos Estudos de Tradução”, in Helena Buescu, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (orgs.), *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Trad. de João Ferreira Duarte. Lisboa: Dom Quixote, pp. 289-313, 1ª ed. de 1993.
- Bassnett, Susan (2003): *Estudos de Tradução. Fundamentos de uma disciplina*. Trad. de Vivina de Campos Figueiredo e rev. de Ana Maria Chaves a partir da 3ª ed. revista em inglês. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1ª ed. de 1980.
- Bassnett, Susan e André Lefevere (1990): “Introduction: Proust’s Grandmother and the Thousand and One Nights: The ‘Cultural Turn’ in Translation Studies”, in S. Bassnett e A. Lefevere (eds.), *Translation, History and Culture*. Londres/Nova Iorque: Pinter, pp. 1-13.
- Bassnett, Susan e André Lefevere (1998): “Introduction. Where are we in Translation Studies”, in S. Bassnett e A. Lefevere (eds.), *Constructing Cultures. Essays on Literary Translation*. Clevedon *et al.*: Multilingual Matters, pp. 1-11.
- Bassnett, Susan e André Lefevere (2003): “General editor’s preface”, in A. Lefevere (ed.), *Translation, History, Culture. A Source Book*. Londres/Nova Iorque: Routledge, pp. xi-xii, 1ª ed. de 1992.
- Bassnett, Susan e Harish Trivedi (1999): “Introduction. Of colonies, cannibals and vernaculars”, in S. Bassnett e H. Trivedi (eds.), *Post-colonial Translation. Theory and Practice*. Londres/Nova Iorque: Routledge, pp. 1-18.
- Bello Vázquez, Raquel (2010): “Theatrical repertoire models in Portugal: conflict and circulation (1737-93)”, in Fernando Cabo, Anxo Abuín e César Domínguez

- (eds.), *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins, vol. I, pp. 614-629.
- Berman, Antoine (1984): *L'épreuve de l'étranger. Culture et traduction dans l'Allemagne romantique*. Paris: Gallimard.
- Bernheimer, Charles (2001): "O Relatório Bernheimer, 1993. Literatura Comparada na Transição do Século", in Helena Buescu, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (orgs.), *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Trad. de Maria Helena Serôdio. Lisboa: Dom Quixote, pp. 17-26, 1ª ed. de 1995.
- Bhabha, Homi K. (1990): "DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation", in H. K. Bhabha (org.), *Nation and Narration*. Londres/Nova Iorque: Routledge, pp. 291-322.
- Bhabha, Homi [K.] (2002): "Cómo entra lo nuevo al mundo. Espacio posmoderno, tiempos poscoloniales y las pruebas de la traducción cultural", in H. Bhabha, *El lugar de la cultura*. Trad. de César Aira. Buenos Aires: Manantial, pp. 257-284, 1ª ed. de 1994.
- Blanco Aguinaga, Carlos, Julio Rodríguez Puértolas e Iris M. Zavala (2000): *Historia social de la literatura española (en lengua castellana)*. Madrid: Akal, 2 vols., 3ª ed., 1ª ed. de 1978.
- Borrvalho, Maria Luisa Malato (2000): "Ilustración, Neoclasicismo y Prerromanticismo", in José Luis Gavilanes [Laso] e António Apolinário [Lourenço] (eds.), *Historia de la literatura portuguesa*. Madrid: Cátedra, pp. 337-380.
- Bourdieu, Pierre (1991): "Le champ littéraire", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 89, pp. 3-46, disponível em : [10.3406/arss.1991.2986](https://doi.org/10.3406/arss.1991.2986) (consultado a 23 de Dezembro de 2010).
- Bourdieu, Pierre (1992): *Les Règles de l'Art. Genèse et Structure du Champ Littéraire*. Paris: Éditions du Seuil.
- Braga, Teófilo (1871): *Historia do Theatro Portuguez. A Baixa Comedia e a Opera. Século XVIII*. Porto: Imprensa Portugueza.
- Braga, Teófilo (1994): *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*. Lisboa: Dom Quixote, vol. II, 1ª ed. 1885.

- Brumme, Jenny (2006): “Las *Lecciones de moral, virtud y urbanidad*, de José de Urcullu y su traducción al português”, in Antonio Roldán Pérez *et al.* (eds.), *Caminos actuales de la historiografía lingüística. Actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*. Murcia: Universidad de Murcia, pp. 319-332.
- Brunel, Pierre (2004): “Introdução”, in P. Brunel e Yves Chevrel (orgs.), *Compêndio de literatura comparada*. Trad. de Maria do Rosário Monteiro, rev. científica de Helena Barbas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 1-19, 1ª ed. de 1989.
- Buescu, Ana Isabel (2004): “Aspectos do bilinguismo português-castelhano na Época Moderna”, *Hispania*, LXIV/1, n.º 216, pp. 13-38, disponível em: <http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/viewArticle/195> (consultado a 8 de Agosto de 2015).
- Buescu, Ana Isabel (2009): “Corte, poder e utopia: O *Relox de Príncipes* (1529) de Fr. Antonio de Guevara e a sua fortuna na Europa do século XVI”, *eHumanista. Journal of Iberian Studies*, vol. 12, pp. 145-181, disponível em: http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_12/articles/Buescu.pdf (consultado a 5 de Agosto de 2015).
- Buescu, Helena Carvalhão (1997, coord.): *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Rev. de Francisco Paiva Boléo. Lisboa: Caminho.
- Buescu, Helena Carvalhão (2001a): *Grande Angular. Comparatismo e Práticas de Comparação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, Ministério da Ciência e da Tecnologia.
- Buescu, Helena Carvalhão (2001b): “Literatura Comparada e Teoria da Literatura: Relações e Fronteiras”, in H. Buescu, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (orgs.), *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 83-100.
- Buescu, Helena Carvalhão (2013): *Eperiência do Incomum e Boa Vizinhaça. Literatura Comparada e Literatura-Mundo*. Porto: Porto Editora.
- Buffery, Helena, Stuart Davis e Kirsty Hooper (2007): “Introduction”, in H. Buffery, S. Davis e K. Hooper (eds.), *Reading Iberia. Theory/History/Identity*. Oxford *et al.*: Peter Lang, pp. 9-21.

- Cabo [Aseguinolaza], Fernando (2001): “National canon formation as interliterary process: the Spanish case”, *Literary Research/Recherche littéraire*, vol. 18, n.º 35, pp. 51-62
- Cabo [Aseguinolaza], Fernando (2003): “Geography and Literature: On a Comparative History of the Literatures in the Iberian Peninsula”, *Neohelicon. Acta Comparationis Litterarum Universarum*, vol. 30, n.º 1, pp. 117-25
- Cabo [Aseguinolaza], Fernando (2004): “El giro espacial de la historiografía literaria”, in Anxo Abuín González e Anxo Tarrío Varela (eds.), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas na Península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 21-43.
- Cabo [Aseguinolaza], Fernando, Anxo Abuín Gonzalez [sic: González] e César Domínguez (2010): “Introduction”, in F. Cabo, A. Abuín e C. Domínguez (eds.), *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins, vol. I, pp. XI-XIV.
- Cacho Blecua, J[uan]. M[anuel]. (1986): “Estrutura y difusión de *Roberto el Diablo*”, in Yves-René Fonquerne e Aurora Egido (eds.), *Formas breves del relato*. Zaragoza/Madrid, Universidad de Zaragoza/Casa de Velázquez, pp. 35-55.
- Caeiro, Francisco da Gama (1980): *Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX*. Coimbra: Coimbra editora, separata de *Boletim da Biblioteca Universitária de Coimbra*, vol. 33.
- Cao [Míguez], Ana Belén (2007): “Diálogos marginales. Paratextos de la literatura portuguesa traducida al español en el siglo XIX”, in Gabriel Magalhães (ed.), *Actas do Congresso RELIPES III*. Salamanca: Celya, pp. 135-152.
- Cao [Míguez], Ana Belén (2008): “Al margen. Hacia un estudio de la literatura portuguesa traducida al español en el siglo XIX”, in Xosé Manuel Dasilva (ed.), *Perfiles de la traducción hispano-portuguesa II*. Vigo: Academia del Hispanismo, pp. 13-58.
- Cao [Míguez], Ana Belén (2011): “Galgar a muralha. A literatura espanhola traduzida para português no século XIX”, in Susana Cruces Colado, Maribel del Pozo Triviño, Ana Luna Alonso e Alberto Álvarez Lugrís (eds.), *Traducir en la frontera*. Granada: Atrio, pp. 245-257.

- Cao [Míguez], Ana Belén (2012): “Para un estudio de las relaciones literarias entre Portugal y España: algunas perspectivas históricas”, in Patrizia Botta (coord.), Laura Silvestri, Loretta Frattale e Matteo Lefevere (eds.), *Rumbos del hispanismo en el umbral del Cincuentenario de la AIH*. Roma: Bagatto Libri, vol. V, pp. 26-33.
- Carbonell [i Cortés], Ovidi (1997): *Traducir al otro. Traducción, exotismo, colonialismo*. Cuenca: Ediciones Universidad de Castilla-La Mancha.
- Carvalho, João Soares (2003): “Desagregação e sobrevivência do Romantismo”, in Francisco Lyon de Castro (ed.) e Álvaro Manuel Machado *et al.* (co-autores), *História da Literatura Portuguesa. O Romantismo*. Lisboa: Alfa, vol. IV, pp. 497-520.
- Casanova, Pascale (2001): *La República mundial de las Letras*. Trad. de Jaime Zulaika. Barcelona: Anagrama, 1ª ed. de 1999.
- Casanova, Pascale (2002): “Consécration et accumulation de capital littéraire. La traduction comme échange inégal”, in Johan Heilbron e Gisèle Sapiro (coords.), *Traductions: les échanges littéraires internationaux*, número especial de *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 144, n.º 1, pp. 7-20, disponível em: http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_2002_num_144_1_2804 (consultado a 8 de Setembro de 2014).
- Casanova, Pascale (2005): “La literatura como mundo”, *New Left Review*, n.º 31, pp. 66-83, disponível em: <http://newleftreview.es/31> (consultado a 24 de Outubro de 2015).
- Casas [Vales], Arturo (2000): “Problemas de Historia Comparada: la comunidad interliteraria ibérica”, *Interlitteraria*, n.º 5, pp. 56-75.
- Casas [Vales], Arturo (2003): “Sistema interliterario y planificación historiográfica a propósito del espacio geocultural ibérico”, *Interlitteraria*, n.º 8, pp. 68-97.
- Casas [Vales], Arturo (2004): “Catro modelos para a nova Historia literaria comparada. Unha aproximación epistemolóxica”, in Anxo Abuín González e Anxo Tarrío Varela (eds.), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas na Península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 45-71.

- Castilho, António Feliciano de (1841): “Bibliographia Castelhana”, *Revista Universal [Lisbonense]*, vol. I, n.º 2, p. 24, disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1841-1842/Outubro/N.º20002/RULN2.pdf> (consultado a 22 de Fevereiro de 2009).
- Castilho, José Feliciano de (1867): *Manoel Maria du Bocage. Excerptos seguidos de uma notícia sobre a sua vida e obras, um juízo crítico, apreciações de belezas e defeitos, e estudos de língua*. Rio de Janeiro: Libreria de B. L. Garnier, 3 vols.
- Catelli, Nora e Marietta Gargatagli (1998): *El tabaco que fumaba Plinio. Escenas de la traducción en España y América. Relatos, leyes y reflexiones sobre los otros*. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- Catroga, Fernando (1985): “Nacionalismo e Ecumenismo. A «Questão Ibérica» na Segunda Metade do Século XIX”, *Cultura, História e Filosofia*, vol. VI, pp. 419-463.
- Cesariny, Mário (1983): *Horta de literatura de cordel*. Lisboa: Assívio & Alvim.
- Ceserani, Remo (2004): *Introducción a los estudios literarios*. Trad. de Jorge Ledo Martínez. Barcelona: Crítica, col. “Letras de humanidad”, 1ª ed. de 2003.
- Chato Gonzalo, Ignacio (2004): *Las relaciones entre España y Portugal a través de la diplomacia (1846–1910)*. Mérida: GIT/Junta de Extremadura, 2 vols.
- Chesterman, Andrew (1997): *Memes of Translation*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins.
- Chesterman, Andrew (2009): “The Name and Nature of Translator Studies”, *Hermes*, vol. 42, n.º 2, pp. 13-22.
- Chesterman, Andrew e Emma Wagner (2002): *Can theory help translators? A dialogue between the ivory tower and the wordface*. Manchester: St. Jerome.
- Chevrel, Yves (2004): “Será possível escrever uma história da literatura europeia?”, in Pierre Brunel e Yves Chevrel (orgs.), *Compêndio de literatura comparada*. Trad. de Maria do Rosário Monteiro, rev. científica de Helena Barbas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 55-77, 1ª ed. de 1989.
- Cobelo, Sílvia (2010): “A tradução tardia do *Quixote* em Portugal”, *TradTerm. Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia*, n.º 16, pp. 193-216,

disponível em: <http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/46318>
(consultado a 17 de Junho de 2013).

- Coelho, Jacinto do Prado (1992): *A originalidade da literatura portuguesa*. Lisboa: ICALP, Biblioteca Breve, Série Literatura, 3ª edição, 1ª ed. de 1977.
- Coelho, Jacinto do Prado (1994, dir.): *Dicionário de Literatura. Literatura Portuguesa. Literatura Brasileira. Literatutra Galega. Estilística Literária*. Porto: Mário Figueirinhas, 5 vols., 4ª edição, 1ª ed. de 1960.
- Comino Fernández de Cañete, Carmen Mª (2007): “Primera aproximación al vizconde de Benalcanfor y a su traducción de *Don Quijote de la Mancha*”, in Xosé Manuel Dasilva (ed.), *Perfiles de la traducción hispano-portuguesa II*. Vigo: Academia del Hispanismo, pp. 59-68, 1ª apresentação pública de 2003.
- Correia, Margarida Sérvulo (2000): *As Viagens do Infante D. Pedro*. Lisboa: Gradiva.
- Coutinho, Eduardo F. [de Faria] (2001): “Reconfigurando Identidades: Literatura Comparada em Tempos Pós-Coloniais na América Latina”, in Helena Buescu, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (orgs.), *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 315-331.
- Cruz Casado, Antonio (1999): “Un bandolero lucentino en los albores del siglo XVIII: Francisco Esteban de Castro” in Rafael Merinero Rodríguez (ed.), *Actas de las Segundas Jornadas sobre el bandolerismo en Andalucía*. Lucena: Ayuntamiento de Lucena, pp. 67-102.
- Culler, Jonathan Culler (1998): “Literatura comparada y teoría de la literatura”, in Dolores Romero López (ed.), *Orientaciones en literatura comparada*. Trad. de D. Romero López. Madrid: Arco Libros, pp. 105-124, 1ª ed. de 1979.
- Dasilva, Xosé Manuel (2006): *Babel ibérico. Antología de textos críticos sobre la literatura portuguesa traducida en España*. Vigo: Universidade de Vigo.
- Dasilva, Xosé Manuel (2008): *Babel Ibérico. Antologia de Textos Críticos sobre a Literatura Espanhola Traduzida em Portugal*. Vigo: Universidade de Vigo.
- Dasilva, Xosé Manuel (2014): “La evolución histórica de las traducciones españolas de *Os Lusíadas*”, *Revista de Letras*, vol. 54, n.º 1, pp. 193-207.

- Delabastita, Dirk (2008): “Status, origin, features: Translation and beyond”, in Anthony Pym, Miriam Shlesinger e Daniel Simeoni (eds.), *Beyond Descriptive Translation Studies. Investigations in homage to Gideon Toury*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins, pp. 233-246.
- Delabastita, Dirk (2011): “Continentalism and the invention of traditions in translation studies”, in Luc van Doorslaer e Peter Flynn (eds.), *Translation and Interpreting Studies. Special Issue: Eurocentrism in Translation Studies*, vol. 6, n.º 2, pp. 142-156.
- Delisle, Jean (1996): “Reflexións sobre as esixencias científicas da historia da traducción”, s. n. (trad.), *Viceversa: revista galega de traducción*, n.º 2, pp. 37-56.
- Delisle, Jean (1999): *Portraits de traducteurs*. Otava: Les Presses de l’Université d’Ottawa. Artois Presses Université.
- Delisle, Jean (2002): *Portraits de traductrices*. Otava: Les Presses de l’Université d’Ottawa. Artois Presses Université.
- Delisle, Jean (2003): “La historia de la traducción: su importancia para la traductología y su enseñanza mediante un programa didáctico multimedia y multilingüe”, trad. de Anna Maria Salvetti, *Īkala, revista de lenguaje y cultura*, vol. 8, n.º 14, pp. 221-235.
- Delisle, Jean e Judith Woodsworth (2005): *Los traductores en la historia*. Trad. do Grupo de Investigación en Traductología (Escuela de Idiomas, Universidad de Antioquía). Medellín: Universidad de Antioquía, 1ª ed. de 1995.
- Dias, José Simões (1879): *A Espanha Moderna. Revista Literária*. Porto, Imprensa Portuguesa Editora.
- Domínguez, César (2004a): “Imaginario e historia literaria. El caso de la Península Ibérica como geografía literaria orientalizada en el marco europeo”, in Magdalena León Gómez (corr.), *La literatura en la literatura. Actas del XIV Simposio de la SELGC*. Madrid: Centro de Estudios Cervantinos, pp. 525-532.
- Domínguez, César (2004b): “Periodología, cambio literario e historia comparada: apuntes metodológicos”, in Anxo Abuín González e Anxo Tarrío Varela (eds.), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas na*

Península Ibérica. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 121-152.

Domínguez, César (2006): “Os horizontes da teoría interliteraria na Península Ibérica: recepción e campo de probas”, in Anxo Abuín González e César Domínguez (eds.): *A Literatura Comparada hoxe, Boletín Galego de Literatura*, 34 (monográfico). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, vol. II, pp. 37-65.

Domínguez, César (2010): “Historiography and the geo-literary imaginary. The Iberian Peninsula: Between *Lebensraum* and *espace vécu*”, in Fernando Cabo, Anxo Abuín e C. Domínguez (eds.), *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins, vol. I, pp. 53-132.

Domínguez, César, Haun Saussy e Darío Villanueva (2016): *Lo que Borges enseñó a Cervantes. Introducción a la literatura comparada*. Trad. de David Mejía. Madrid: Taurus, 1ª ed. de 2015.

Doorslaer, Luc van (2012): “National and cultural images”, in Yves Gambier e Luc van Doorslaer (eds.), *Handbook of Translation Studies. Volume 3*. Amsterdão: John Benjamins, pp. 122-127.

Duarte, João Ferreira (2000): “The Politics of Non-Translation: A Case Study in Anglo-Portuguese Relations”, *TTR*, vol. 13, n.º 1, pp. 95-112.

Duarte, João Ferreira (2001): “Nota introdutória” in J. Ferreira Duarte (org.): *A tradução nas encruzilhadas da cultura. Translation as/at the crossroads of culture. La traduction aux carrefours de la culture*. Lisboa: Colibri, pp. 7-9.

Duarte, João Ferreira (2004): “Highlighting the Shadows: Translation and the Space of History”, in Isabel Caldeira *et al.* (eds.), *Novas Histórias Literárias/New Literary Histories*. Coimbra: Minerva, pp. 319-326.

Duarte, João Ferreira, Alexandra Assis Rosa e Teresa Seruya (2006): “Introduction”, in J. Ferreira Duarte, A. Assis Rosa e T. Seruya (eds.): *Translation Studies at the Interface of Disciplines*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins, pp. 1-6.

Duarte, Sónia (2010): “Aspectos da teoria verbal na *Grammatica ingleza para uso dos Portuguezes* de José Urcullu (Porto 1848)”, in Ana Maria Brito (org.), *Gramática: história, teorias, aplicações*. Porto: Fundação Universidade do

- Porto, Faculdade de Letras, pp. 147-158 (disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8313.pdf>, consultado a 21 de Agosto de 2015).
- Dufour, Gérard (2005): “Introducción”, in Luis Gutiérrez, *Cornelia Bororquia o La víctima de la Inquisición*. Ed. de G. Dufour. Madrid: Cátedra, pp. 9-69.
- D’hulst, Lieven (2013): “La traducción y su papel en las literaturas europeas: algunas preguntas y respuestas”, in César Domínguez (comp.), *Literatura europea comparada*. Trad. de Marta Duyos Míguez. Madrid: Arco Libros, pp. 387-400, 1ª ed. de 2008.
- Eco, Umberto (2005): *Dizer quase a mesma coisa. Sobre a tradução*. Trad. de José Colaço Barreiros. Algés: Difel, 1ª ed. de 2003.
- Even-Zohar, Itamar (1990a): “Interference in Dependent Literary Polysystems”, *Poetics Today*, vol. 11, n.º 1, pp. 79-83, , 1ª versão de 1981, monográfico disponível em: <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/ez-pss1990.pdf> (consultado a 8 de Julho de 2012).
- Even-Zohar, Itamar (1990b): “Laws of Literary Interference”, *Poetics Today*, vol. 11, n.º 1, pp. 53-72, monográfico disponível em: <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/ez-pss1990.pdf> (consultado a 8 de Julho de 2012).
- Even-Zohar, Itamar (1990c): “Teoría de los polisistemas”, trad. de Ricardo Bermúdez Otero [sic: Bermúdez-Otero], *Poetics Today*, vol. 11, n.º 1, pp. 9-26, 1ª versão de 1979, disponível em: http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf (consultado a 2 de Julho de 2012).
- Even-Zohar, Itamar (1990d): “Translation and Transfer”, *Poetics Today*, vol. 11, n.º 1, pp. 73-78, monográfico disponível em: <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/ez-pss1990.pdf> (consultado a 8 de Julho de 2012).
- Even-Zohar, Itamar (1994): “La función de la literatura en la creación de las naciones de Europa”, in Darío Villanueva (ed.), *Avances en Teoría de la Literatura: Estética de la Recepción, Pragmática, Teoría Empírica y Teoría de los*

Polisistemas. Trad. de Montserrat Iglesias Santos. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 357-377, disponível em: http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf (consultado a 2 de Julho de 2012).

Even-Zohar, Itamar (1999a): “Factores y dependencias en la Cultura. Una revisión de la teoria de los polisistemas”, in Montserrat Iglesias Santos (ed.), *Teoría de los Polisistemas*. Trad. de M. Iglesias Santos. Madrid: Arco Libros, pp. 23-52, 1ª ed. de 1997, disponível em: http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf (consultado a 2 de Julho de 2012).

Even-Zohar, Itamar (1999b): “La posición de la literatura traducida en el polisistema literario”, in Montserrat Iglesias Santos (ed.), *Teoría de los Polisistemas*. Trad. de M. Iglesias Santos. Madrid: Arco Libros, pp. 223-231, 1ª ed. de 1990, 1ª versão de 1978, disponível em: http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf (consultado a 2 de Julho de 2012).

Even-Zohar, Itamar (2000): “Culture Repertoire and the Wealth of Collective Entities”, in Dirk de Geest *et al.* (eds.), *Under Construction. Links for the Site of Literary Theory. Essays in Honour of Hendrik Van Gorp*. Lovaina: Leuven University Press, pp. 389-403, disponível em www.tau.ac.il/~itamarez/ez_vita/ez-publications.htm (consultado a 26 de Julho de 2012).

Even-Zohar, Itamar (2008): “La fabricación del repertorio cultural y el papel de la transferência”, in Amelia Sanz Cabrerizo (ed.), *Interculturas/Transliteraturas*. Trad. de Montserrat Martínez. Madrid: Arco Libros, pp. 217-226, 1ª ed. de 1997, 1ª versão de 1996, disponível em: http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf (consultado a 2 de Julho de 2012).

Faria, Francisco Leite de (1964): *A visita do Infante Dom Pedro a Pádua e algumas edições do folheto que descreve as suas imaginárias viagens*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Feldman, Sharon (2010): “Introduction: The Iberian Peninsula as a literary space”, in Fernando Cabo, Anxo Abuín e César Domínguez (eds.), *A Comparative History*

- of Literatures in the Iberian Peninsula*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins, vol. I, pp. 133-137.
- Fernandes, Ângela (2002): “Calderón en dos apologías portuguesas del teatro español (1739, 1839)”, in Ignacio Arellano (ed.), *Calderón 2000. Homenaje a Kurt Reichenberger en su 80 cumpleaños*. Kassel: Reichenberger, vol. I, pp. 487-496.
- Fernandes, Manuel Correia (1986): *Literatura Portuguesa em Espanha. Ensaio de uma Bibliografia (1890-1985)*. Prefácio de José Adriano [Freitas] de Carvalho. Porto: Livraria Telos.
- Ferreira, Fernanda Durão (2000): *Gomes de Santo Estêvão e o Livro de D. Pedro*. Palmela: Contraponto.
- Figueiredo, Fidelino de (1917): “Modernas relaciones literárias [sic] entre Portugal y España”, in Fidelino de Figueiredo, *Estudos de Litteratura. Artigos varios. Primeira Serie (1910-1916)*. Lisboa: Livraria Clasica Editora de A. M. Teixeira, pp. 85-112, 1ª ed. de 1916.
- Figueiredo, Fidelino de (1948): *Historia literaria de Portugal (siglos XII-XX). Introducción histórica. La lengua y literatura portuguesas. Era medieval*. Trad. de P. [Pedro] Blanco Suárez. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1ª ed. de 1944.
- Figueiredo, Fidelino de (1949): *Historia literaria de Portugal. Era romántica (1825-actualidad)*. Trad. de P. [Pedro] Blanco Suárez. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1ª ed. de 1944.
- Figuerola, Antón (2004): “La noción de campo literario y las relaciones literarias internacionales”, in Ignacio Iñarra Las Heras e María Jesús Salinero Cascante (coords.), *El texto como encrucijada. Estudios franceses y francófonos*. Logroño: Universidad de La Rioja, vol. 1, pp. 521-534.
- Flor, João Almeida (2009): “Na Periferia da Tradução Literária”, *Românica. Revista de Literatura*, n.º 18, pp. 127-136.
- Flotow, Luise van (2011): “Literary Translation, Nation Branding and Gender: when target culture discourse get involved”, conferência pronunciada na Low Countries Conference I, disponível em: http://apps2.lessius.eu/transimage/documents/Abstract_LVF.pdf (consultado a 22 de Junho de 2013).

- Foucault, Michel (1987): “¿Qué es un autor?”, trad. de Corina Yturbe, *Revista de la Universidad Nacional*, vol. 2, n.º 11, pp. 4-19, 1ª ed. de 1969 [trad. esp. publicada previamente en *Dialéctica*, año IX, n.º 16, 1984], disponible en: <http://revistas.unal.edu.co/index.php/revistaun/issue/view/1329> (consultado a 23 de Marzo de 2016).
- Fox, E. Inman (1998): “La invención de España: literatura y nacionalismo”, in Derek Flitter (coord.), *Actas del XII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Birmingham: University of Birmingham/Doelphin Books, vol. IV, pp. 1-16, disponible en: http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/12/aih_12_4_005.pdf (consultado a 29 de Maio de 2013).
- Frank, Søren (2015): “Globalization, Migration literature, and the New Europe”, in César Domínguez e Theo D’haen (eds.), *Cosmopolitanism and the Postnational Literature and the New Europe*. Brill/Rodopi, pp. 107-129.
- Fung Chang, Nam (2008): “A missing link in Even Zohar’s theoretical thinking”, *Target*, vol. 20, n.º 1, pp. 135-148.
- Gallego Roca, Miguel (1994): *Traducción y literatura: los estudios literarios ante las obras traducidas*. Madrid: Ediciones Jucar.
- Gambier, Yves (2007): “Y a-t-il place pour une socio-traductologie?”, in Michaela Wolf e Alexandra Fukari (eds.), *Constructing a Sociology of Translation*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins, pp. 205-217.
- García Martín, Ana María (2010): “El bilingüismo luso-castellano en Portugal: estado de la cuestión”, in Ángel Marcos de Dios (ed.), *Aula bilingüe. Investigación y archivo del castellano como lengua literaria en Portugal*. Salamanca: Luso-Española de Ediciones, vol. I, pp. 15-44.
- Garguilo, René (1991): “*Le Diable boiteux* et *Gil Blas de Santillane* de Lesage. Manipulations culturelles ou créations originales?”, in M.ª Luisa Donaire e Francisco Lafarga (eds.), *Traducción y adaptación cultural: España-Francia*. Oviedo: Universidad de Oviedo, pp. 221-229.

- Garrett, Almeida [João Baptista da Silva Leitão] (1863): “Introdução” a *Romanceiro pelo Visconde de Almeida-Garrett*. Lisboa: Viuva Bertrand e Filhos, vol. II, 2ª ed. (1ª ed. em livro de 1851, ed. em periódico de 1845-1846), pp. IV-XLIX.
- Genette, Gérard (1987): *Seuils*. Paris: Seuil.
- Gentzler, Edwin (2001): *Contemporary Translation Theories*. Clevedon et al.: Multilingual Matters/Shanghai Foreign Language Education Press, 1ª ed. de 1993.
- Gentzler, Edwin (2011): “Macro- and micro-turns in translation studies”, in Luc van Doorslaer e Peter Flynn (eds.), *Translation and Interpreting Studies. Special Issue: Eurocentrism in Translation Studies*, vol. 6, n.º 2, pp. 121-141.
- Giuliani, Luigi (2013): “Introducción. Escritura y migraciones: la angustia de las taxonomías”, in L. Giuliani, Leonarda Trapassi e Javier Martos (eds.), *Far Away Is Here. Lejos es aquí. Writing and migrations*. Berlim: Frank & Timme, pp. 1-7.
- Gnisci, Armando (2002): “Prólogo: la literatura comparada”, in A. Gnisci (ed.), *Introducción a la literatura comparada*. Trad. de Luigi Giuliani. Barcelona, Crítica, pp. 9-21.
- Gnisci, Armando (2004): “Una historia diferente de la literatura europea”, in Anxo Abuín González e Anxo Tarrío Varela (eds.), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas na Península Ibérica*. Trad. de Ángeles Huerta. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 181-192.
- Gomes, [Jesué] Pinharanda (1983): *Caminhos portugueses de Teresa de Ávila*. Braga: Pax.
- Gómez Urdáñez, José Luis (2004): “Prólogo”, in Pablo de Olavide, *El Evangelio en triunfo o historia de un filósofo desengañado*. Ed. de J. L. Gómez Urdáñez. Oviedo: Fundación Gustavo Bueno/Pentalfa Ediciones, vol. I, pp. 9-26.
- González-Millán, Xoán (2001): “Os problemas dunha lectura (poli)sistémica da literatura”, in Isabel Lozano-Renieblas e Juan Carlos Mercado (eds.), *Silva. Studia Philologica in honorem Isaías Lerner*. Madrid: Castalia, pp. 301-314.

- Guglielmi, Marina (2002): “La traducción literaria”, in Armando Gnsici (ed.), *Introducción a la literatura comparada*. Trad. de Luigi Giuliani. Barcelona, Crítica, pp. 291-345.
- Guillén, Claudio (2005): *Entre lo uno y lo diverso. Introducción a la literatura comparada (ayer y hoy)*. Barcelona: Tusquets, 1ª ed. de 1985.
- Guillén, Claudio (2007): *Múltiples moradas. Ensayo de literatura comparada*. Barcelona: Tusquets, 1ª ed. de 1998.
- Gusmão, Manuel (2001): “Da Literatura Enquanto Construção Histórica”, in Helena Buescu, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (orgs.), *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 181-224.
- Gutiérrez [García], Santiago (2004): “Periodización y fechas claves: una aproximación a la historiografía comparada de las literaturas ibéricas”, in Anxo Abuín González e Anxo Tarrío Varela (eds.), *Bases metodológicas para unha historia comparada das literaturas na Península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 153-180.
- Halverson, Sandra L. (2008): “Translation as institutional facts. An ontology for «assumed translation»”, in Anthony Pym, Miriam Shlesinger e Daniel Simeoni (eds.), *Beyond Descriptive Translation Studies. Investigations in homage to Gideon Toury*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins, pp. 343-361.
- Hatim, Basil (2001): *Teaching and Researching Translation*. Harlow: Pearson Education.
- Heilbron, Johan (1999): “Toward a Sociology of Translation: Book Translations as a Cultural World-System”, *European Journal of Social Theory*, vol. 2, n.º 4, pp. 429-444.
- Heilbron, Johan e Gisèle Sapiro (2007): “Outline for a Sociology of Translation. Current Issues and Future Prospects”, in Michaela Wolf e Alexandra Fukari (eds.), *Constructing a Sociology of Translation*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins, pp. 93-107.
- Hespanha, António Manuel (1993): “Prefácio. Uma história de poderes” e “Introdução”, in A. M. Hespanha (coord. do vol.) e José Mattoso (dir. geral): *História de*

Portugal. O Antigo Regime (1620-1807). S. 1. [Rio de Mouro]: Círculo de Leitores, vol. IV, pp. 6-7; 9-15.

Hespanha, António Manuel (2011): “Governo da lei ou governo dos juízes? O primeiro século do Supremo Tribunal de Justiça em Portugal”, *Historia Constitucional*, 12, pp. 203-237, disponível em: <http://www.historiaconstitucional.com> (consultado a 24 de Fevereiro de 2015).

Hermans, Theo (1985): “Introduction. Translation Studies and a New Paradigm”, in T. Hermans (ed.), *The Manipulation of Literature. Studies in Literary Translation*. Londres/Sidney: Croom Helm, pp. 7-15.

Hermans, Theo (1996): *Translation's Other. An Inaugural Lecture delivered at University College London, on Tuesday 19 March 1996*, disponível em: <http://eprints.ucl.ac.uk/198/> (consultado a 23 de Setembro de 2012).

Hermans, Theo (1999): *Translation in Systems. Descriptive and Systemic Approaches Explained*. Manchester: St. Jerome.

Holmes, James S. (1988): “The Name and Nature of Translation Studies”, in J. S. Holmes, *Translated! Papers on Literary Translation & Translation Studies*. Amsterdão: Rodopi, pp. 67-80, 1ª apresentação pública de 1972.

Huguet, Montserrat (2007): “El Iberismo. Un proyecto de espacio público peninsular”, *Alcores. Revista de historia contemporánea*, n.º 4, pp. 243-275.

Iglesias [Santos], Montserrat (1994): “El sistema literario: Teoría Empírica y Teoría de los Polisistemas”, in Darío Villanueva (comp.), *Avances en Teoría de la Literatura (Estética de la Recepción, Pragmática, Teoría Empírica y Teoría de los Polisistemas)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 309-356.

Iglesias [Santos], Montserrat (1999): “La teoría de los polisistemas como desafío a los estudios literarios”, in M. Iglesias Santos (ed.), *Teoría de los Polisistemas*. Madrid: Arco Libros, pp. 9-20.

Jiménez Redondo, Juan Carlos (2000): “La relación política luso-española”, in Hipólito de la Torre (ed.), *Portugal y España contemporáneos*. Madrid: Marcial Pons, dossiê monográfico da revista *Ayer*, n.º 37, pp. 271-286.

- Kemmler, Rolf (2013): “Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latino-portuguesa nos séculos XV a XIX”, *Veredas. Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, n.º 19, pp. 145-176.
- Kittel, Harald (1998): “Inclusions and Exclusions: The «Göttingen Approach» to Translation Studies and Inter-Literary History”, in Kurt Mueller-Vollmer e Michael Irmscher (eds.), *Translating Literatures, Translating Cultures. New Vistas and Approaches in Literary Studies*. Berlim: Erich Schmidt Verlag, pp. 3-13.
- Kuran-Burçoğlu, Nedret (2000): “At the crossroads of Translation Studies and imagology”, in Andrew Chesterman, Natividad Gallardo San Salvador e Yves Gambier (eds.), *Translation in Context*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins, pp. 143-150.
- Lafarga, Francisco (1999): “Hacia una historia de la traducción en España (1750-1830)”, in F. Lafarga (ed.), *La traducción en España (1750-1830). Lengua, literatura, cultura*. Lleida: Universitat de Lleida, pp. 11-31.
- Lafarga, Francisco (2005): “Sobre la historia de la traducción en España: contextos, métodos, realizaciones”, *Meta* vol. 50, n.º 4, pp. 1133-1147, disponível em: <http://www.erudit.org/revue/Meta/2005/v50/n4/012065ar.html> (consultado a 28 de Dezembro de 2014).
- Lafarga, Francisco e Luis Pegenaute (2004): “Introducción”, in F. Lafarga e L. Pegenaute (eds.), *Historia de la traducción en España*. Salamanca: Almar, pp. 11-18.
- Lambert, José (1993): “History, Historiography and the Discipline. A Programme”, in Yves Gambier e Jorma Tammola (eds.), *Translation and Knowledge. IV Sandinavian Symposium on Translation Theory*. Turku: University of Turku, pp. 3-26.
- Lambert, José (2002): “Traduction, littérature, société: historiographie, synchronie, diachronie”, in Alexandra Lopes e Maria do Carmo Correia de Oliveira (orgs.), *Deste Lado do Espelho. Estudos de Tradução em Portugal. Novos Contributos para a História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 7-21.

- Langa Laorga, María Alicia (1990): *España y Portugal en el siglo XIX*. Madrid: Akal.
- Lefevere, André (1997): *Traducción, reescritura y la manipulación del canon literario*. Trad. de M^a Carmen África Vidal y Román Álvarez. Salamanca: Colegio de España, 1^a ed. de 1992.
- Lefevere, André (1998a): “Acculturating Bertolt Brecht”, in Susan Bassnett e A. Lefevere (eds.), *Constructing Cultures. Essays on Literary Translation*. Clevedon *et al.*: Multilingual Matters, pp. 109-122.
- Lefevere, André (1998b): “Chinese and Western Thinking on Translation”, in Susan Bassnett e A. Lefevere (eds.), *Constructing Cultures. Essays on Literary Translation*. Clevedon *et al.*: Multilingual Matters, pp. 12-24.
- Lefevere, André (1998c): “Translation Practice(s) and the Circulation of Cultural Capital: Some Aeneids in English”, in Susan Bassnett e A. Lefevere (eds.), *Constructing Cultures. Essays on Literary Translation*. Clevedon *et al.*: Multilingual Matters, pp. 41-56.
- Lépinette, Brigitte (1997): “La historia de la traducción. Metodología. Apuntes bibliográficos”, *LynX. Documentos de Trabajo*, n.º 14, monográfico disponible en: <http://www.histal.ca/wp-content/uploads/2011/08/La-historia-de-la-traduccion-metodologia-apuntes-bibliograficos.pdf> (consultado a 2 de Janeiro de 2012).
- Llovet, Jordi (2007): “Prólogo”, in J. Llovet *et al.*, *Teoría literaria y literatura comparada*. Barcelona: Ariel, pp. 15-29, 2^a impr., 1^a ed. de 2005.
- Lopes, Alexandra (2002): “Lares Femininos – bordar, falar francês, tocar piano e traduzir”, in A. Lopes e Maria do Carmo Correia de Oliveira (orgs.), *Deste Lado do Espelho. Estudos de Tradução em Portugal. Novos Contributos para a História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 135-149.
- López Alcalá, Samuel (2001): *La historia, la traducción y el control del pasado*. Madrid: Universidad Pontificia de Comillas.
- Lourenço, António Apolinário (2005): *Eça de Queirós e o Naturalismo na Península Ibérica*. Coimbra: Mar da Palavra.

- Lourenço, Eduardo (1974): “Romantismo e tempo e o tempo do nosso Romantismo. A propósito do *Frei Luís de Sousa*”, in Centro de Estudos do Século XIX (ed.), *A estética do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Grémio Literário, pp. 105-111.
- Machado, Álvaro Manuel (1996, org. e dir.): *Dicionário de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Presença.
- Machado, Álvaro Manuel (2003): “As «primaveras românticas» da geração de 70. Considerações contextuais”, in Francisco Lyon de Castro (ed.) e Álvaro Manuel Machado *et al.* (co-autores), *História da Literatura Portuguesa. O Romantismo*. Lisboa: Alfa, vol. IV, pp. 421-425.
- Machado, Álvaro Manuel (2007): “Lusitanistas e francófonos. A «razão contraditória»”, *Intercâmbio. Revue d'Études Françaises*, n.º 12, pp. 13-21, disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5956.pdf> (consultado a 5 de Agosto de 2013).
- Magalhães, Gabriel [Augusto Coelho de] (2007a): “A atitude ibérica da Geração de 70. Variações na unidade”, *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 4, pp. 157-175.
- Magalhães, Gabriel [Augusto Coelho de] (2007b): “No labirinto peninsular, de uma forma europeia”, in G. Magalhães (ed.), *RELIPES. Relações linguísticas e literárias entre Portugal e Espanha desde o início do século XIX até à actualidade*. Salamanca: CELYA, pp. 9-13.
- Magalhães, Gabriel [Augusto Coelho de] (2007c): “Os subterrâneos peninsulares de Espronceda a Simões Dias passando por Bulhão Pato”, in Ángel Marcos de Dios (ed.), *Aula Ibérica*. Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 113-129.
- Magalhães, Gabriel [Augusto Coelho de] (2007d): “Visita guiada à casa ibérica (1801-1900)”, in G. Magalhães (ed.), *RELIPES. Relações linguísticas e literárias entre Portugal e Espanha desde o início do século XIX até à actualidade*. Salamanca: CELYA, pp. 47-124.
- Magalhães, Gabriel [Augusto Coelho de] (2009): *Garrett e Rivas: o Romantismo em Espanha e Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2 vols.
- Magalhães, Gabriel [Augusto Coelho de] (2010): “Memoria de la amnesia ibérica”, in Ângela Fernandes *et al.*, *Diálogos Ibéricos e Iberoamericanos. Actas del VI*

Congreso de ALEPH – Asociación de Jóvenes Investigadores de la Literatura Hispánica. Lisboa: ALEPH/CEC, pp. 79-86.

Maia, Rita Bueno (2008): “Iberian Censorship and the Reading of *Lazarillo* in 19th century Portugal”, in Teresa Seruya e Maria Lin Moniz (eds.), *Translation and Censorship in Different Times and Landscapes*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, pp. 298-307.

Maia, Rita Bueno (2010): “De como Lázaro de Tormes e o Diabo Coxo entraram em Portugal e como aí se apresentaram”, in Xosé Manuel Dasilva (ed.), *Perfiles de la traducción hispano-portuguesa III*. Vigo: Editorial Academia del Hispanismo, pp. 99-114.

Maia, Rita Bueno (2012): *De como o pícaro chegou a Portugal e aí se apresentou. Contributo para a história da recepção do romance picaresco espanhol no sistema literário português*. Tese de doutoramento em Tradução (História da Tradução), sob a orientação de Alexandra Assis Rosa e Maria Fernanda de Abreu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/7320> (consultado a 29 de Março de 2013).

Marcos [de Dios], Ángel e Pedro Serra (1999): *Historia de la literatura portuguesa*. Salamanca: Luso-Española de Ediciones.

Marinetti, Cristina (2011): “Cultural approaches”, in Yves Gambier e Luc van Doorslaer (eds.), *Handbook of Translation Studies. Volume 2*. Amsterdão: John Benjamins, pp. 26-30.

Martí, Antoni (2007): “Literatura comparada”, in Jordi Llovet *et al.*, *Teoría literaria y literatura comparada*. Barcelona: Ariel, pp. 333-406, 2^a impr., 1^a ed. de 2005.

Martín-Gaitero, Rafael (1998): “*Vientos de fuera*: los traductores españoles del 98”, in Miguel Á. Vega Cernuda (ed.), *La traducción en torno al 98. Actas de los VII Encuentros Complutenses en torno a la Traducción*. Madrid: Universidad Complutense, vol. I, pp. 73-87.

Marques, A. H. [António Henrique] de Oliveira (2002): “Introdução”, “A revolução técnica”, “Organização administrativa e política” e “As relações diplomáticas”, in A. H. de Oliveira Marques (coord. do vol.), Joel Serrão e A. H. de Oliveira

- Marques (dirs.), *Nova História de Portugal. Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Lisboa: Presença, vol. IX, pp. 9-11, 46-89, 195-281 e 282-306.
- Marques, A. H. [António Henrique] de Oliveira (2006): *Breve História de Portugal*. Lisboa: Presença, 6ª ed., 1ª ed. de 1995.
- Mata Induráin, Carlos e Miguel Zugasti (2000): “Dimensión literaria de Don Juan Palafox y Mendoza”, *Rio Arga. Revista de Poesia*, n.º 96, pp. 7-21.
- Matos, Paulo Lopes e A. H. de Oliveira Marques (2002): “A base demográfica”, in A. H. de Oliveira Marques (coord. do vol.), Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal. Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Lisboa: Presença, vol. IX, pp. 13-45.
- Mayoral Asensio, Roberto (2001): *Aspectos epistemológicos de la traducción*. Prólogo de M. Teresa Carré. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I, disponível em: http://www.e-buc.com/portades/9788480217675_L33_23.pdf (consultado a 14 de Fevereiro de 2009).
- McClelland, I. L. (1998): *‘Pathos’ dramático en el teatro español de 1750 a 1808*. Trad. de Fernando Huerta Viñas y Guillermina Cenoz del Águila. Liverpool: Liverpool University Press, 1ª ed. de 1970.
- Mejía, Carmen (1998): “El libro del Infante don Pedro de Portugal: estudio crítico y problemas de transmisión”, *Revista de Filología Románica*, n.º 15, pp. 215-232.
- Messner, Dieter (2008): “Los diccionarios bilingües español-portugués desde el principio hasta el siglo XIX”, *Philologia Hispalensis*, n.º 22, pp. 289-298.
- Miranda, Wander Melo (1994): “Nações literárias”, *Revista brasileira de Literatura Comparada*, n.º 2, pp. 31-38.
- Moll, Jaime (1993): “Libros para todos”, *Edad de Oro. Revista de Filología Hispánica*, vol. XII, pp. 191-201, disponível em: <https://revistas.uam.es/edadoro/issue/view/edadoro1993.12> (consultado a 26 de Agosto de 2015).
- Moll, Nora (2002): “Imágenes del otro. La literatura y los estudios culturales”, in Armando Gnisci (ed.), *Introducción a la literatura comparada*. Trad. de Luigi Giuliani. Barcelona: Crítica, pp. 347-390.

- Moner, Michel (2009): “Introducción. El paratexto: ¿Para qué?”, in María Soledad Arredondo, Pierre Civil e Michel Moner (eds.), *Paratextos en la literatura española. Siglos XV-XVIII*. Madrid: Casa de Velázquez, pp. XI-XXVIII.
- Monteiro, Ofélia Paiva (2003): “Romantismo e Romantismos. A palavra «Romantismo»: um pouco de história”, in Francisco Lyon de Castro (ed.) e Álvaro Manuel Machado *et al.* (co-autores), *História da Literatura Portuguesa. O Romantismo*. Lisboa: Alfa, vol. IV, pp. 9-15.
- Montesinos, José F.[ernández] (1980): *Introducción a una historia de la novela en España en el siglo XIX, seguida del esbozo de una bibliografía española de traducciones de novelas (1800-1850)*. Madrid: Castalia, 4ª ed., 1ª ed. de 1955.
- Moog-Grünwald (1993): “Investigación de las influencias y de la recepción”, in Dietrich Rall (comp.), *En busca del texto. Teoría de la recepción literaria*. México: UNAM, pp. 247-267, reimpr., 1ª ed. de 1987.
- Morna, Fátima Freitas (1999): “Piratas, Corsários e outros heróis (Notas acerca da poesia romântica e espanhola)”, in María Rosa Álvarez Sellers (ed.), *Literatura portuguesa y literatura española. Influencias y relaciones*. Valencia: Universitat de València, pp. 253-273.
- Moya, Virgilio (2010): *La selva de la traducción. Teorías traductológicas contemporáneas*. Madrid: Cátedra, 1ª ed. de 2004.
- Navas [Sánchez-Élez], María Victoria (2005): “«Falsos amigos» y «verdaderos amigos» en el *Livro do Infante D. Pedro de Portugal* (1644)”, *Revista de Filología Románica*, n.º 22, pp. 59-95.
- O’Sullivan, Carol (2012): “Introduction. Rethinking methods in translation history”, *Translation Studies*, vol. 5, n.º 2, pp. 131-138, disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14781700.2012.663594> (consultado a 31 de Julho de 2012).
- Pageaux, Daniel-Henri (1994): “Traduire: réflexions sur une pratique”, in D.-H. Pageaux, *La littérature générale et comparée*. Paris: Armand Colin, pp. 41-50.
- Pageaux, Daniel-Henri (2004): “Da imagética cultural ao imaginário”, in Pierre Brunel e Yves Chevrel (orgs.), *Compêndio de literatura comparada*. Trad. de Maria do

- Rosário Monteiro, rev. científica de Helena Barbas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 133-166, 1ª ed. de 1989.
- Pageaux, Daniel-Henri (2010): “La Península Ibérica como espacio intercultural: el diálogo intercultural”, in Francisco Lafarga, Luis Pegenaute e Enric Gallén (eds.), *Interacciones entre las literaturas ibéricas*. Berna et al.: Peter Lang, vol. 3 da série “Relaciones literarias en el ámbito hispánico: traducción, literatura y cultura”, pp. 365-381.
- Pajares, Eterio (2002): “Traducción en la emigración: Pablo de Mendibil y su *No me olvides* de 1828”, in Francisco Lafarga, Concepción Palacios e Alfonso Saura (eds.), *Neoclásicos y románticos ante la traducción*. Murcia: Universidade Murcia, pp. 73-86.
- Pais, Carlos Castilho (1997): *Teoria diacrónica da tradução portuguesa. Antologia (séc. XV-XX)*. Prefácio de Nuno Júdice. Lisboa: Universidade Aberta.
- Pais, Carlos Castilho (2002): “A tradução e a literatura romântica portuguesas”, in Alexandra Lopes e Maria do Carmo Correia de Oliveira (orgs.), *Deste Lado do Espelho. Estudos de Tradução em Portugal. Novos Contributos para a História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 107-117.
- Pais, Carlos Castilho (2006): “Bocage, tradutor”, *O Lingua. Revista Digital sobre Tradução*, n.º 8, disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/08/lingua02.html> (consultado a 23 de Janeiro de 2010).
- Pais, Carlos Castilho (2013): *António Feliciano de Castilho, tradutor do Fausto*. Lisboa: s. l. (edição do autor, em formato digital), disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2588> (consultado a 1 de Setembro de 2014).
- Paz, Octavio (1990): *Traducción: literatura y literalidad*. Barcelona: Tusquets, 3ª ed., 1ª ed. de 1971.
- Paz, Octavio (1991): *Los hijos del limo*. Barcelona: Círculo de lectores.
- Pedraza Jiménez, Felipe B. [Blas] e Milagros Rodríguez Cáceres (2012): *Las épocas de la literatura española*. Barcelona: Ariel, 3ª ed., 1ª ed. de 1997.
- Peers, Edgar Allison (1973): *Historia del movimiento romántico español*. Trad. de José María Gimeno. Madrid: Gredos, 2 vols, 1ª ed. de 1940.

- Pegenaute [Rodríguez], Luis (2012): “United notions: Spanish translation history and historiography”, in Isabel García-Izquierdo e Esther Monzó (eds.), *Iberian Studies on Translation and Interpreting*. Berna: Peter Lang, pp. 105-121.
- Pereira, Maria da Conceição Meireles (2002): “Sinibaldo de Más: a difusão da *Ibéria* em Portugal e do iberismo no Oriente”, *População e Sociedade. Revista do CEPESE*, n.º 8, pp. 213-230, 1ª ed. de 2000.
- Pereira, Maria da Conceição Meireles (2010): “Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre Utopia e Distopia”, Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 31, pp. 257-284.
- Pérez Corrales, Miguel (2000): *Pirene dieciochesca*. Tenerife: Argonauta.
- Pérez Corrales, Miguel (2003): *Pirene romántica*. Tenerife: Argonauta.
- Pérez Isasi, Santiago (2012): “Imágenes de la Península Ibérica en la historiografía literaria romántica europea”, in María Jesús Fernández e Maria Luísa Leal (coords.): *Imagologías Ibéricas. Construyendo la imagen del Otro peninsular*. Mérida: GIT/Junta de Extremadura, 2012, pp. 181-198.
- Pérez Isasi, Santiago (2013): “Iberian Studies: A state of the art and future perspectives”, in S. Pérez Isasi e Ângela Fernandes (eds.), *Looking at Iberia. A Comparative European Perspective*. Oxford et al.: Peter Lang, pp. 11-26.
- Pérez Isasi, Santiago (2014): “Literaturas nacionales, literaturas supranacionales: el lugar de los Estudios Ibéricos”, *Interlitteraria*, vol. 19, n.º 1, pp. 22-32.
- Pięta [Pięta-Cândido], Hanna Marta (2013): *Entre periferias. Contributo para a história externa da tradução da literatura polaca em Portugal (1855-2010)*. Tese de doutoramento em Tradução (História da Tradução), sob a orientação científica de João Almeida Flor e Teresa Seruya. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9763> (consultado a 25 de Janeiro de 2015).
- Poggio Capote, Manuel (2002): “Las ediciones en portugués de las *Fábulas literarias* de Iriarte”, *El museo canario*, n.º 57, pp. 279-296.
- Ponce de León (2005): “Textos para la enseñanza-aprendizaje del español en Portugal durante el siglo XIX: una breve historia”, in María Auxiliadora Castillo Carballo et al. (coords.), *Las gramáticas y los diccionarios en la enseñanza del español*

- como segunda lengua: deseo y realidad. Actas del XV Congreso Internacional de ASELE*. Sevilla: Universidad de Sevilla, pp. 675-682, disponível em: http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/asele/pdf/15/15_0673.pdf (consultado a 22 de Agosto de 2015).
- Postigo Aldeamil, María Josefa (2000): “Os provérbios de *Don Quijote de la Mancha* nas traduções em português”, *Veredas*, vol. I, n.º 3, pp. 101-116.
- Poupaud, Sandra, Anthony Pym e Ester Torres Simón (2009): “Finding Translations. On the Use of Bibliographical Databases in Translation History”, *Meta*, vol. 54, n.º 2, pp. 264-278, disponível em: <http://www.erudit.org/revue/meta/2009/v54/n2/037680ar.html> (consultado a 13 de Agosto de 2014).
- Pozuelo Yvancos, José María (1994): *Teoría del lenguaje literario*. Madrid: Cátedra, 4ª ed., 1ª ed. de 1988.
- Pozuelo Yvancos, José María (2001): “O Cânone na Teoria Literária Contemporânea”, in Helena Buescu, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (orgs.), *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Trad. de Helena Carvalhão Buescu. Lisboa: Dom Quixote, pp. 411-457, 1ª ed. de 1995.
- Pym, Anthony (1992): “Shortcomings in the historiography of translation”, *Babel*, vol. 38, n.º 4, pp. 221-235, disponível em: http://usuaris.tinet.cat/apym/on-line/research_methods/1992_history.pdf (consultado a 31 de Julho de 2012).
- Pym, Anthony (1998): *Method in Translation History*. Manchester: St. Jerome.
- Pym, Anthony (2000): *Negotiating the Frontier: Translators and Intercultures in Hispanic History*. Manchester: St. Jerome.
- Pym, Anthony (2007): “On History in Formal Conceptualizations of Translation”, *Across Languages and Cultures*, vol. 18, n.º 2, pp. 153-166, disponível em: http://usuaris.tinet.cat/apym/on-line/translation/translation_ny (consultado a 17 de Junho de 2012).
- Pym, Anthony (2013): “Inculturation as Elephant: On Translation and the Spread of Literary Modernity”, in Brian Nelson e Brigid Maher (eds.), *Perspectives on Literature and Translation. Creation, Circulation, Reception*. Nova Iorque/Londres: Routledge, pp. 87-104.

- Quirós García, Mariano (2015): “El *Libro de Agricultura* de Gabriel Alonso de Herrera: un texto en busca de edición”, *Criticón*, n.º 123, pp. 105-131, disponível em: <http://criticon.revues.org/1540> (consultado a 16 de agosto de 2015).
- Rabadán, Rosa e Raquel Merino (2004): “Introducción a la edición española”, in Gideon Toury, *Los estudios descriptivos de traducción y más allá. Metodología de la investigación en estudios de traducción*. Ed. e trad. de R. Rabadán e R. Merino. Madrid: Cátedra, pp. 17-33.
- Remak, Henry H. H. (1998): “El futuro de la literatura comparada”, in Dolores Romero López (ed.), *Orientaciones en literatura comparada*. Trad. de Cristina Garrigós. Madrid: Arco Libros, pp. 125-138, 1ª ed. de 1980.
- Reis, Carlos e Maria da Natividade Pires (1999): *O Romantismo*, in C. Reis (dir.), *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Lisboa/São Paulo: Verbo, vol. V, 2ª ed., 1ª ed. de 1993.
- Resina, Joan Ramon (2009): *Del hispanismo a los estudios ibéricos. Una nueva propuesta federativa para el ámbito cultural*. Prólogo de José Luis Villacañas. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Resina, Joan Ramon (2013): “Introduction: Iberian Modalities. The Logic of an Intercultural Field”, in J. R. Resina (ed.), *Iberian Modalities. A Relational Approach to the Study of Culture in the Iberian Peninsula*. Liverpool: Liverpool University Press.
- Reyes, Fermín de los (2010): *Las historias literarias españolas. Repertorio bibliográfico (1754-1936)*. Saragoça: Prensas Universitarias de Zaragoza.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1998): “Restauração miguelista versus restauração cartista (1842-1851)”, in Hipólito de la Torre Gómez e António Pedro Vicente (eds.), *España-Portugal. Estudios de Historia Contemporánea*. Madrid: Editorial Complutense, pp. 41-50.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1999): “Livros e leituras no século XIX”, *Revista de História das Ideias*, vol. 20, pp. 187-227.
- Ribeiro, António Sousa e Maria Irene Ramalho (2001): “Dos Estudos Literários aos Estudos Culturais”, in Helena Buescu, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão

- (orgs.), *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 61-82, 1ª ed. de 1999.
- Rodrigues, A. [António] Gonçalves (1951): *A novelística estrangeira em versão portuguesa no período pré-romântico*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XX.
- Rodrigues, A. [António] A. [Augusto] Gonçalves (1992-1999): *A tradução em Portugal. Tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa excluindo o Brasil de 1495 a 1950*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/ICALP/ISLA, 5 vols.
- Rodrigues, Graça Almeida (1980): *Breve história da censura literária em Portugal*. Lisboa: ICALP, Biblioteca Breve, Série Literatura.
- Rodrigues, Maria Idalina Resina (1987): *Estudos Ibéricos. Da Cultura à Literatura. Pontos de Encontro. Séculos XIII a XVII*. Lisboa: ICALP.
- Rodrigues, Maria Idalina Resina (2002): “Calderón en Portugal: desde la mirada romántica hasta los montajes actuales”, in Ignacio Arellano (ed.), *Calderón 2000. Homenaje a Kurt Reichenberger en su 80 cumpleaños*. Kassel: Reichenberger, vol. I, pp. 759-770.
- Rodrigues, Maria Idalina [Resina] (2003): “Do Muito Vertuoso Senhor Ifante Dom Fernando a El Príncipe Constante”, *Via Spiritus*, n.º 10, pp. 39-80, disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3465.pdf> (acedido a 8 de Julho de 2013).
- Rogers, Francis M. (1959): *List of Editions of The Libro del Infante Don Pedro de Portugal, with a reproduction of the 1602 Portuguese edition*. Lisboa: Diamang, col. Museu do Dundo. Subsídios de História (Ultramarina e Continental).
- Rogers, Francis M. (1961): *The Travels of The Infante Dom Pedro de Portugal*. Cambridge: Harvard University Press.
- Romero Ortiz, Antonio (1869): *La literatura portuguesa en el siglo XIX. Estudio literario*. Madrid: Gregorio Estrada.
- Romero Tobar, Leonardo (1994): *Panorama crítico del Romanticismo español*. Madrid: Castalia.

- Romero Tobar, Leonardo (1998): “Lectores y lecturas en la primera mitad del siglo XIX: balance y perspectivas de investigación”, *Bulletin Hispanique*, vol. 100, n.º 2, pp. 561-576.
- Romero Tobar, Leonardo (2008): “Preliminar”, in L. Romero Tobar (ed.), *Literatura y nación. La emergencia de las literaturas nacionales*. Saragoça: Prensas Universitarias de Zaragoza, pp. 6-11.
- Romero Tobar, Leonardo (2010): “The Spanish Literary System in the Nineteenth Century”, in Fernando Cabo, Anxo Abuín e César Domínguez (eds.), *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins, vol. I, pp. 630-640.
- Rosa, Alexandra Assis (2012): “A Long and Winding Road: Mapping Translated Literature in 20th-Century Portugal”, *Anglo Saxonica*, vol. III, n.º 3, pp. 207-227.
- Rucquoi, Adeline (2003): “Rois et princes portugais chez les auteurs castillans du XV^{ème} siècle”, *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 0, pp. 39-51.
- Ruiz Casanova, José Francisco (2000): *Aproximación a una historia de la traducción en España*. Madrid: Cátedra.
- [S. a.] (2002): “A cultura literária, artística e musical. 1. Os meios e os agentes da cultura”, in A. H. de Oliveira Marques (coord. do vol.), Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal. Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Lisboa: Presença, vol. IX, pp. 410-449.
- Sabio Pinilla, José Antonio (2006): “La metodología en historia de la traducción: estado de la cuestión”, *Sendebarr*, 17, pp. 21-47.
- Sabio Pinilla, José Antonio (2008): “La marquesa de Alorna y la traducción: esbozo de una investigación histórica”, in L. Pegenaute, J. DeCesaris, M. Tricás y E. Bernal (eds.), *Actas del III Congreso Internacional de la Asociación Ibérica de Estudios de Traducción e Interpretación*. Barcelona: PPU, vol. I, pp. 307-318; versão electrónica disponível em: http://www.aieti.eu/pubs/actas/III/AIETI_3_JASP_Marquesa.pdf (consultada a 18 de Dezembro de 2015).

- Sabio Pinilla, José Antonio (2009): “La traducción en Portugal durante el siglo XVIII”, in J. A. Sabio Pinilla (ed.), *La traducción en la época ilustrada (panorámicas de la traducción en el siglo XVIII)*. Granada: Comares, pp. 207-249.
- Sabio Pinilla, José Antonio e María Manuela Fernández Sánchez (1998): *O Discurso sobre a Tradução em Portugal. O Proveito, o Ensino e a Crítica. Antologia (c. 1429-1818)*. Lisboa: Colibri.
- Sánchez Lasmariás, Elena (2008): “Edición del *Libro del Infante don Pedro de Portugal*, de Gómez de Santiesteban”, *Memorabilia*, n.º 11, pp. 1-30, disponível em: <http://parnaseo.uv.es/Memorabilia/Memorabilia11/PDFs/Portugal.pdf> (consultado a 3 de Julho de 2014).
- Santos, Guilherme G. de Oliveira (1981): *Ao redor de duas edições do «Dom Quixote de la Mancha»*. Lisboa: Livraria Portugal.
- Santos, Guilherme G. de Oliveira (1993): “Explicação prévia”, “Introdução”, “Anotações” e “Aditamento”, in Miguel de Cervantes, *A Espanhola Inglesa. Reprodução da primeira tradução portuguesa*. Ed. de G. G. de Oliveira Santos. Lisboa: Sociedade Astória.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1985): “As penas de viver da pena (aspectos do mercado nacional do livro no século XIX)”, *Análise Social*, vol. XXI, n.º 86 (1985-2.º), pp. 185-227.
- Santoyo, Julio César (1983): *La cultura traducida. Lección inaugural del curso académico 1983-84*. León: Universidad de León.
- Santoyo, Julio César (1987): *Teoría y crítica de la traducción. Antología*. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona.
- Santoyo, Julio César (1996): *El delito de traducir*. León: Universidad de León, 1ª ed. de 1986.
- Santoyo, Julio César (1999): *Historia de la traducción. Quince apuntes*. León: Universidad de León.
- Santoyo, Julio César (2008): *Historia de la traducción: viejos y nuevos apuntes*. León: Universidad de León.

- Saraiva, António José e Óscar Lopes (1996): *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 17ª ed. corregida e actualizada, 1ª ed. de 1954.
- Sebold, Russell P. (1983): *Trayectoria del romanticismo español*. Barcelona: Crítica.
- Sebold, Russel P. (1995): “Novelas de «muchos Cervantes»: Olavide y el realismo”, *Anales de Literatura Española*, n.º 11, pp. 173-191.
- Sebold, Russell P. (2002): *La novela romántica en España: entre libro de caballerías y novela moderna*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Sena, Jorge de (1974): “Para uma definição periodológica do Romantismo português”, in Centro de Estudos do Século XIX (ed.), *A estética do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Grémio Literário, pp. 65-77.
- Serra, Pedro (2004): *Um Intelectual na Fobolândia*. Coimbra: Angelus Novus.
- Serra, Pedro (2010): “O *Catálogo Razonado* de Garcia Peres na Companhia do Império”, *Aula Ibérica Online*, tomo I, disponível em: <http://www.filologiaportuguesa.es/aulaIbericaActual1.asp?cod=2> (consultado a 27 de Julho de 2013).
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1982): *História de Portugal. Volume VI. O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Verbo, 1982.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1988): *História de Portugal. Volume VIII. Do Mindelo à Regeneração (1832-1851)*. Lisboa: Verbo, reimpr., 1ª ed. de 1986.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1994): *História de Portugal. Volume VII. A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*. Lisboa: Verbo, 3ª ed., 1ª ed. de 1984.
- Seruya, Teresa (2015): “Contributos para uma história da tradução em Portugal”, in Pilar Ordóñez López e José Antonio Sabio Pinilla (eds.), *Historiografía de la traducción en el espacio ibérico. Textos contemporáneos*. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, pp. 221-241, 1ª ed. de 2013.
- Seruya, Teresa, Maria Lin Moniz e Alexandra Assis Rosa (s. d.): “O projecto”, in *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: a critical bibliography*, apresentação do referido projecto disponível em: <http://www.translatedliteratureportugal.org/> (consultado a 17 de Março de 2014).

- Silva, Inocência Francisco da (1858-1923): *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 22 vols., cont. de Brito Aranha *et al.*; dig. disponível em: <http://brasiliana.usp.br/bbd> (acedido de Novembro de 2010 a Setembro de 2016).
- Silva, Jorge Miguel Bastos da (2002): “Problemática da tradução em Portugal no século XIX”, in Alexandra Lopes e Maria do Carmo Correia de Oliveira (orgs.), *Deste Lado do Espelho. Estudos de Tradução em Portugal. Novos Contributos para a História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 93-106.
- Silva, Maria Graciete Gomes da (2005): *A literatura portuguesa, essa ficção: para uma história crítica da historiografia literária portuguesa (da alçada da língua às implicações do magistério teofiliano)*. Tese de doutoramento em Estudos Anglo-Portugueses (Historiografia Literária Portuguesa), sob a orientação de Helena Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Simeoni, Daniel (2007): “Between sociology and history: Method in context and practice”, in Michaela Wolf e Alexandra Fukari (eds.), *Constructing a Sociology of Translation*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins, pp. 187-204.
- Snell-Hornby, Mary (2006): *The Turns of translation studies: new paradigms or shifting viewpoints?* Amsterdão: John Benjamins.
- Souza, Simone Cristina Mendonça de (2007): *Primeiras impressões: romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. Tese de doutoramento em Teoria e História Literária, sob a orientação de Márcia Azevedo de Abreu. Campinas, São Paulo: Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/teses/pdfs/simone.pdf> (consultado a 17 de Junho de 2012).
- Steiner, George (2001): *Después de Babel. Aspectos del lenguaje y la traducción*. Trad. de Adolfo Castañón e Aurelio Major. México *et al.*: Fondo de Cultura Económica, 1ª ed. de 1975.
- Susam-Sarajeva, Şebnem (2002): “A ‘Multilingual’ and ‘International’ Translation Studies?”, in Theo Hermans (ed.), *Crosscultural Transgressions. Research*

- Models in Translation Studies II: Historical and Ideological Issues*. Manchester: St. Jerome, pp. 193-207.
- Tahir Gürçağlar, Şehnaz (2002): “What texts don’t tell: the uses of paratexts in translation research”, in Theo Hermans (ed.), *Crosscultural Transgressions. Research Models in Translation Studies II: Historical and Ideological Issues*. Manchester: St. Jerome, pp. 44-60.
- Torgal, Luís Reis e João Lourenço Roque (1993, coords.): *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Dir. geral de José Mattoso. S. 1. [Rio de Mouro]: Círculo de Leitores, vol. V.
- Torre, Esteban (2001): *Teoría de la traducción literaria*. Madrid: Síntesis.
- Torre, Hipólito de la (1998a): “Portugal y España: ¿historias paralelas?”, in Hipólito de la Torre Gómez e António Pedro Vicente (dirs.), *España-Portugal. Estudios de historia contemporánea*. Madrid: Editorial Complutense, pp. 135-142.
- Torre, Hipólito de la (1998b): “Introducción” ao capítulo 5º, in H. de la Torre (ed.): *España y Portugal. Siglos IX-XX. Vivencias históricas*. Madrid: Síntesis, pp. 157-159.
- Torres Feijó, Elias J. (2004): “Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistémica. Sistemas literários e literaturas nacionais”, in Anxo Abuín González e Anxo Tarrío Varela (eds.), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas na Península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 419-440.
- Toury, Gideon (2012): *Descriptive Translation Studies – and beyond*. Amsterdão/Philadelphia: John Benjamins, ed. revista, 1ª ed. de 1995.
- Trivedi, Harish (2005): “Translation Culture vs. Cultural Translation”, *91st Meridian*, vol. 4, n.º 1, disponível em: <http://iwp.uiowa.edu/91st/vol4-num1/translating-culture-vs-cultural-translation> (consultado a 21 de Junho de 2013).
- Tymoczko, Maria (2002): “Connecting the Two Infinite Orders. Research Methods in Translation Studies”, in Theo Hermans (ed.), *Crosscultural Transgressions. Research Models in Translation Studies II: Historical and Ideological Issues*. Manchester: St. Jerome, pp. 9-25.

- Urzainqui, Inmaculada (1991): “Hacia una tipología de la traducción en el siglo XVIII: los horizontes del traductor”, in M.^a Luisa Donaire e Francisco Lafarga (eds.), *Traducción y adaptación cultural: España-Francia*. Oviedo: Universidad de Oviedo, pp. 623-638.
- Valdés, Mario J. (2004): “A modo de introducción: cómo se hace una historia literaria comparada. Algunas observaciones teóricas”, in Anxo Abuín González e Anxo Tarrío Varela (eds.), *Bases metodológicas para unha historia comparada das literaturas na Península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 11-19.
- Valdés, Mario J. e Linda Hutcheon (1994): “Rethinking Literary History – Comparatively”, *ACLS Occasional Papers*, n.º 27, disponível em: http://archives.acls.org/op/27_rethinking_literary_history.htm (consultado a 13 de Abril de 2012).
- Vázquez Cuesta, Pilar (1962): “La presencia de España en la literatura portuguesa del Romanticismo”, *Filología Moderna*, vol. III, n.º 6 (Janeiro), pp. 1-37.
- Vázquez Cuesta, Pilar (1975): *A Espanha ante o “Ultimatum”*. Lisboa: Livros Horizonte, trad. de Maria Antonieta Soares de Azevedo.
- Vega [Cernuda], Miguel Ángel (1998): “Consideraciones socioculturales acerca del 98 traducido y el 98 traductor”, in Miguel Á. Vega Cernuda (ed.), *La traducción en torno al 98. Actas de los VII Encuentros Complutenses en torno a la Traducción*. Madrid: Universidad Complutense, vol. I, pp. 1-14.
- Vega [Cernuda], Miguel Ángel (2004, ed.): *Textos clásicos de teoría de la traducción*. Madrid: Cátedra, ed. “ampliada”, 1ª ed. de 1994.
- Ventura, António (2007): “Os panfletos anti-franceses: subsídios para a sua História”, in Ciclo de Conferências da Hemeroteca Municipal de Lisboa *O Vício da Liberdade. Jornais e Panfletos Anti-Napoleónicos (1807-1815)*, documento electrónico disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/ActasdeColoquiosConferencias/textos/InvasaoFRAVentura.pdf> (consultado a 2 de Agosto de 2014).
- Venuti, Lawrence (1995): *The Translator's Invisibility: A History of Translation*. Londres/Nova Iorque: Routledge.

- Venuti, Lawrence (1998): *The Scandals of Translation: Towards an Ethics of Difference*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Verdelho, José (2002): “Dicionários portugueses, breve história”, disponível em: http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Dicionarios_breve_historia.pdf (consultado a 23 de Agosto de 2015).
- Veyne, Paul (1971): *Comment on écrit l’histoire. Essai d’épistémologie*. Paris: Seuil.
- Vic, Jean (1920): “La Composition et les sources du « Diable boiteux » de Lesage”, *Revue d’Histoire littéraire de la France*, ano 27, n.º 4, pp. 481-517.
- Vicente, António Pedro (1998): “Portugal e Espanha. Similitudes históricas e rejeições culturais”, in Hipólito de la Torre Gómez e A. P. Vicente (dirs.), *Estudios de historia contemporánea*. Madrid: Editorial Complutense, pp. 143-160.
- Vicente, António Pedro (2004): “A imagem de Fernando VII na Literatura panfletária Portuguesa (1808-1814)”, in E. Ribeiro da Silva, M. Antonieta Cruz, J. Martins Ribeiro, H. Osswald (orgs.), *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, pp. 1103-1115.
- Villanueva, Darío (2001): “Pluralismo Crítico e Recepção Literária”, in Helena Buescu, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (orgs.), *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Trad. de Dionisio Matínez Soler. Lisboa: Dom Quixote, pp. 247-270, 1ª ed. de 1994, 1ª versão de 1991.
- Wolf, Michaela (2007a): “Introduction. The emergence of a sociology of translation”, in Michaela Wolf e Alexandra Fukari (eds.), *Constructing a sociology of translation*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins, pp. 1-36.
- Wolf, Michaela (2007b): “The location of the ‘Translation Field’. Negotiating borderlines Between Pierre Bourdieu and Homi Bhabha”, in M. Wolf e Alexandra Fukari (eds.), *Constructing a Sociology of Translation*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins, pp. 109-119.

ANEXO 1: Catálogo bibliográfico de traduções literárias

N. B.:

O catálogo consta de três partes, numeradas com algarismos arábicos para distingui-las das secções e capítulos do corpo da tese (*supra*). Na primeira parte (1.1), consignam-se as traduções (textos traduzidos ou, abreviadamente, TT) publicadas de forma independente, em qualquer formato (livro, brochura ou folha volante: *vid. supra* subcapítulo III.1.2, ponto d); na segunda (1.2), aparecem relacionadas as traduções avulsas, em que os textos não são publicados de forma isenta senão que aparecem inseridos em volumes ou publicações periódicas; na terceira e última (1.3), vão reunidas as traduções duvidosas ou problemáticas (*vid. supra* III.1.1.C e III.2.6).

Sobre as cautelas com que devem tratar-se as espécies que conformam o anexo 1.2, o qual carece de qualquer vocação de exaustividade e apresenta um grau mais baixo de fiabilidade, *vid. supra* as advertências realizadas nos pontos e) e f) do capítulo III.1.2. e, ainda, os problemas de documentação pormenorizados no capítulo III.1.3, particularmente os relativos à localização das traduções publicadas em revistas e jornais.

Em cada uma das três partes acima descritas, as espécies são identificadas, logo na primeira coluna da tabela (campo “registro”), com um número, indicador da sua posição no catálogo, reiniciando-se em cada parte ou anexo (1.1, 1.2 e 1.3) a numeração a partir do 1.

Em todas as partes ou anexos (1.1, 1.2 e 1.3) segue-se a mesma estrutura, distribuindo-se em diferentes campos (colunas) a informação reunida em torno de cada espécie (filas ou linhas). Os dados bibliográficos apresentados nas colunas dizem respeito, em primeiro lugar, aos textos terminais; só depois se indicam os dados concernentes aos respectivos textos de partida (ou TP). Procedeu-se a esse respeito do mesmo modo que no projecto *Intercultural Literature in Portugal*, e por razões idênticas: seguir “a noção herdada de Toury de que as traduções respeitam, em primeiro lugar, à cultura de chegada, onde são geradas e circulam” (Seruya, 2015: 233).

A ordenação dos verbetes (linhas) é, em primeiro termo, cronológica (pela data de publicação dos translatos) e, depois, alfabética, em função do título (completo) do

texto traduzido, artigos (*o*, *a*, etc., se os houver) incluídos⁶⁸². Cada entrada ou linha apresenta os doze campos ou colunas descritos já a seguir (páginas ii a v desta *nota bene*).

Deve referir-se, por último, que às abreviaturas já indicadas nas páginas iniciais da presente tese acrescentam-se mais algumas de uso exclusivo neste anexo 1: *vid. infra*, tabela da página vi.

CAMPOS CONTEMPLADOS NO CATÁLOGO DE TRADUÇÕES (ANEXOS 1.1, 1.2 E 1.3)

1) Número de registo

Número identificador da espécie. É empregado esse número, no corpo da tese, precedido de um hífen que o separa da indicação da parte ou anexo do catálogo a que diz respeito. Assim, 1.1-1 refere-se ao primeiro registo do catálogo de traduções independentes apresentado no anexo 1.1; 1.2-1, ao primeiro registo do catálogo de traduções avulsas apresentado em 1.2; etc.

2) Ano de publicação do texto traduzido ou TT

No caso das traduções impressas sem dados relativos ao ano de edição (*sine data* ou s. d.), os critérios seguidos foram os que se explicitam a seguir, segundo as duas hipóteses que se descrevem (sendo a segunda delas representada por um único caso):

a) De se conhecer a datação da espécie s. d., o TT aparecerá no ano a que corresponde, figurando este último entre parênteses rectos e indicando-se logo a seguir a fonte donde se toma o ano, entre parênteses curvos. De não ser essa data inequívoca e consensual, colocar-se-á um sinal de interrogação (?); depois, no campo destinado às observações (última coluna), serão referidas as outras datações possíveis e respectivas fontes. Perante conflitos de datação nas diversas fontes consultadas, segue-se a que resulte mais fiável.

⁶⁸² Por exemplo, *O escravo em grilhoens de ouro [Comedia nova...]*, título com que figura o TT 1.1-3 em GR, será ordenado no catálogo pela letra “C”, visto ser o seu título completo, seguindo a mesma ordem de elementos da folha de rosto, *Comedia nova intitulada O escravo em grilhoens de ouro*.

b) De apenas se terem notícias da década em que, presumivelmente, saiu a lume uma dada espécie s. d. (caso de 1.1-57), esta figurará no início da relação cronológica relativa à dita década. A espécie em causa (1.1-57), de [18--], colocou-se, assim, a seguir ao último registo do ano 1799. Não aparece um sinal de interrogação, pois já se entende que a data é incerta. Com o intuito de minimizar o número de espécies deste tipo, preferiu-se indicar, sempre que foi possível, uma data concreta, desde que uma fonte fidedigna a oferecesse.

O registo 1.1-2 (*Nova oratoria o bruto de Babilonia*, [1780]) pode servir para ilustrar a forma como resolvemos os vários problemas de datação com que nos deparámos ao longo da pesquisa, v. gr.: espécimes com datas de impressão imprecisas ou vagas (década ou centúria) e divergências entre as fontes.

A espécie em questão (1.1-2) é incluída por Rodrigues no ano de 1794 (GRI 2045) sem descrição física nem dados editoriais, mas a fonte que diz seguir (Braga, 1871: 394) limita-se a apontar como data “17?” (*sic*). A Biblioteca Arquivo do Teatro Nacional D. Maria II (abreviadamente, TNDMII), fonte normalmente mais fiável do que as duas anteriores (GR e Braga), também não concretiza a data ([17--]). Optou-se, assim sendo, por seguir o ano sugerido na PORB: [1780].

3) Género do TT

Por uma questão de conveniência e simplicidade, foi seguido o modelo (claramente insatisfatório, conforme se foi observando ao longo dos capítulos da terceira secção da tese, e decerto aperfeiçoável) empregado por Gonçalves Rodrigues em *A Tradução em Portugal*, dividido em seis categorias. Utilizaram-se, outrossim, as respectivas siglas ou notações propostas pelo autor (Rodrigues, 1992-1999, I: 35), a saber: **A** – Literatura, por sua vez dividida em **A1** (textos narrativos ou “novelística”), **A2** (poesia) e **A3** (teatro); **B** – Ensaística, humanidades; **C** – Ciências; **D** – Religiões.

4) Título do TT

Normalmente, os títulos são referidos tal e como constam da folha de rosto do exemplar consultado – ou, então, da página da publicação periódica, antologia, etc., no caso das traduções avulsas (anexo 1.2) –, desde que haja sido exequível aceder a um. Se

houver divergências com os títulos indicados pelas fontes (*vid. infra*, campo 11, “referências”), indicar-se-ão. Oferece-se, sempre que possível, o título completo da tradução (subtítulo incluído), sem modernizar a ortografia ou a pontuação.

5) Local de impressão

Em 1.1 e 1.3, apenas se indica neste campo um topónimo. Em 1.2, indica-se o topónimo e o nome do impressor.

6) Editor

Em 1.1 e 1.3, refere-se neste campo o nome do impressor (oficina, tipografia, impressão...). Em 1.2, é neste lugar que se consigna o título da publicação periódica ou antológica em que aparece o TT avulso.

7) Tradutor

Indica-se neste espaço o nome do tradutor (ou da tradutora) que (e *como*) consta peritextualmente (folha de rosto, prólogo, etc.). Entre parênteses rectos pode oferecer-se uma modernização (ortográfica) do nome. Se a espécie foi publicada sem nome de tradutor, indica-se “s. n.”. Se o nome se conhecer por vias indirectas, faz-se constar entre parênteses rectos, referindo igualmente a fonte donde é retirada tal informação (entre parênteses curvos). Podem também ser referidos os nomes de outros responsáveis pela tradução, distintos do tradutor (*v. gr.* revisores).

8) Autor do texto de partida ou TP

Se for desconhecido, procede-se de forma análoga ao caso anterior. Os casos de falsas atribuições da autoria serão notados indicando a ocorrência, bem como o nome do autêntico ou presumível verdadeiro autor, entre parênteses rectos. No caso das traduções indirectas (*vid. supra* III.1.1.C), indica-se o nome dos dois autores envolvidos.

9) Título do TP

Por via de regra, abreviado e modernizado. Consignar-se-ão dois títulos no caso das espécies traduzidas indirectamente do castelhano.

10) Data da primeira edição conhecida do TP

Já em III.1.2 esclarecemos que a data indicada neste campo não é, necessariamente, a do *texto de partida* (*stricto sensu*) do traslado; ou seja, a da edição concreta do *original* de que se serviu o tradutor ou a tradutora para levar a cabo o seu trabalho translativo. No marco deste trabalho não fazemos distinção entre as designações de *original* e de *texto de partida*: tomamos os dois termos como sinónimos, embora saibamos que em sentido estrito não são equivalentes. Demos, contudo, preferência ou prioridade no uso ao segundo termo (*texto de partida* ou TP) para evitar a carga ideológica que costuma vir associada à denominação de *original* (*vid. supra*, II.1).

11) Referências | Localização

Este campo destina-se a indicar, por um lado, as fontes secundárias em que se acharam menções à espécie consignada (referências) e, por outro, as bibliotecas onde estão depositados exemplares do texto traduzido inventariado, fornecendo as respectivas cotas (localização). A indicação “consulta directa” significa que a localização da espécie se fez em primeira mão – situação, esta, de resto, pouco corrente.

12) Observações

Espaço destinado à anotação de outras informações (*v. gr.*, descrição física do/s volume/s ou folheto, transcrição das aprovações censórias constantes do peritexto editorial, etc.), cabendo aí os mais diversos comentários ou observações relativas às espécies, como por exemplo o facto de o TT ser reedição (*reed.*) ou nova versão (*retrad.*) de um translato já anteriormente publicado, o facto de se tratar de uma tradução oculta (*pseudo-original*), etc.

LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS NO CATÁLOGO
(ANEXOS 1.1, 1.2 E 1.3)

Bibliotecas, catálogos, repertórios bibliográficos e outras fontes documentais	
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BCM	Biblioteca Central da Marinha
BGUC	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
BJPII	Biblioteca João Paulo II (Universidade Católica Portuguesa, Lisboa)
BME	Biblioteca Municipal de Elvas
BMP	Biblioteca Municipal do Porto
BNE	Biblioteca Nacional de Espanha
BNF	Bibliothèque Nationale de France
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BVC	Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, Universidad de Alicante
CCFr	Catalogue Collectif de France
CR	Caminhos do Romance no Brasil, séculos XVIII e XIX
DBP	<i>Dicionário Bibliográfico Português</i> (Inocêncio da Silva, 1858-1923) N. B.: Os números romanos indicam o volume; os arábicos, a página ou páginas
FCG-BA	Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte
FLUC	Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
FLUL	Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
FLUP	Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
GB	Biblioteca digital Google Books
GR	<i>A tradução em Portugal</i> (A. A. Gonçalves Rodrigues, 1992-1999) N. B.: Os números romanos indicam o volume; os arábicos, o verbete
HD-BNE	Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional de Espanha
HML	Hemeroteca Digital, Hemeroteca Municipal de Lisboa
<i>Novelística</i>	<i>Novelística...</i> (Rodrigues, 1951) N. B.: Os arábicos indicam o verbete
PORB	PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos
TB	TetraBase, Base de Dados do Projecto TETRA – Teatro e Tradução
TNDMII	Biblioteca Arquivo do Teatro Nacional D. Maria II
UAv	Biblioteca da Universidade de Aveiro
UAv-Mem.	Catálogo do Projecto Memórias de África e de Oriente da Fundação Portugal-África, da Universidade de Aveiro ⁶⁸³
Outras abreviaturas	
Cont.	Continuação; continuado, -a
Dig.	Digitalizado, -a
Microfl.	Microfilme ou microfilmado, -a
Repr.	Representado, -a (peças teatrais)
Retrad.	Retradução; retraduzido, -a
TP	Texto de partida (fonte ou origem)
TT	Texto traduzido (de chegada ou meta)

⁶⁸³ Projecto desenvolvido pela Universidade de Aveiro e pelo Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, 1997-2013. O catálogo (actualizado a 10/8/2014) está acessível no endereço <http://memoria-africa.ua.pt/Catalog.aspx>.

1.1.Traduções independentes

1.1. Catálogo de traduções independentes

Reg.	Ano	G.º	Título TT	Local	Editor	Trad.	Autor TP	Título TP	Data TP	Refs. Loc.	Obs.
1	1780	D	<i>Introdução ao symbolo da fé composta na língua hespanhol [sic] pelo Mestre Fr. Luiz de Granada e traduzida na portugueza por [...]</i>	Porto	Regia Off. Typografica	S. n.: “****” (sic) [Macedo, Joaquim de (DBP, IV: 450)]	Granada, Fray Luis de	<i>Introducción del símbolo de la fe</i>	1583 (4 vols.)	GRI 1356 BNP: R. 3028 P. (vol. 1), etc.	1ª ed. do TT. Vol. I, 695 pp. Inclui “O tradutor ao devoto leitor” (pp. III-VI). Teve cont. (vol. II) em 1782 (<i>vid. infra</i>).
2	[1780] (PORB)	A3	<i>Nova Oratoria O Bruto de Babilonia</i> (PORB e TNDMII) / <i>Bruxo [sic] em GR da Babilonia</i> / <i>Bruto da Babilonia</i> (Braga)	Lisboa (PORB e TNDMII)	Off. de Domingos Gonsalves (PORB e TNDMII)	S. n. [Luís, Nicolau (Braga, 1871: 226)]	S. n. [Matos Fragoso, Juan de; Moreto, Agustín; Cáncer, Jerónimo]	<i>El bruto de Babilonia</i>	Ca. 1651	GRI 2045 (ano 1794; fonte: Braga, 1871: 394) BNP: L. 2161//4 A. (ano [1780]); TNDMII: FG 16316 (dig.)	40 pp. a 2 cols. S. n. do autor do TP na PORB (pois não figura na folha de rosto no folheto), GR e Braga dão apenas o nome de Matos Fragoso. Trata-se, todavia, de uma peça feita em colaboração, como era habitual na produção deste dramaturgo português integrado no sistema castelhano. Segue-se o ano indicado na PORB. GR regista o TT, sem descr. fís. nem dados eds., no ano de 1794, mas a fonte que diz seguir (Braga) limita-se a apontar como data: “17?”, tal como TNDMII ([17--]).
1781											
3	1782	A3	<i>Comedia nova intitulada O escravo em grilhoens de Ouro</i>	Lisboa	Off. de Domingos Gonsalves	S. n. [Luís, Nicolau (GR)]	S. n. [Bances Candamo, Francisco Antonio (GR)]	<i>El esclavo en grillos de oro</i>	1683 (repr.) Existe ed. do TP no mesmo ano do TT (Valênci	GRI 1390 BNP: TR. 5498//6 P.	1ª ed. do TT. 44 pp. O TT aparece s. n. de autor e de trad. na PORB. Braga (1871: 203) atribui o TP a Calderón. TT distribuído por Joaquim de Pinna (<i>vid. infra</i> cat. incluído em <i>Affectos de odio, e amor</i> ,

1.1. Catálogo de traduções independentes

									a, dig. em GB)		de Calderón, ano de 1783).
4	1782	D	<i>Introdução ao symbolo da fé composta na língua hespanhol [sic]...</i>	Porto	Regia Off. Typografica	S. n.: “****” (sic) [Macedo, Joaquim de (DBP, IV: 450)]	Granada, Fray Luis de	<i>Introducción del símbolo de la fe</i>	1583 (4 vols.)	GR I 1413 BNP: R. 3029 P. (vol. 2), etc.	Cont. (vol. II) do TT de 1780 (<i>vid. supra</i>), 727 pp. PORB, que como é costume regista os 2 vols. que conformam o TT na mesma entrada, não especifica a data deste 2º vol, diversa da do 1º.
5	[1783?] (Braga, 1871)	A3	<i>Comedia intitulada O Alcaide de si mesmo</i>	Lisboa	Off. de Antonio Gomes	S. n. [Luís, Nicolau (Braga, 1871)]	S. n. [Calderón, Pedro]	<i>La gran comedia El alcayde de si mismo</i>	1684 (<i>in Octaua parte de comedias del célebre poeta...</i>)	Braga, 1871: 394 BNP: L. 72757 P.; TNDMII: FG 16298 (dig.)	39 pp. a 2 cols. Na PORB, o nome de autor do TP não consta do registo, senão que é insinuado em nota, a qual reproduz um comentário de Inocência (DBP, VI: 276): “Será trad. de Calderon ou de outra comedia hespanhola do mesmo título?”. O folheto, cuja presumível mas incerta datação é fornecida por Braga, não leva o ano no pé de imprensa: a data proposta na PORB é, por evidente lapso ou gralha, 19--; TNDMII dá 17--. Na p. [40] do TT, “Notícia” de títulos à venda “no lugar de Jozé Rodrigues”.
6	1783	A3	<i>Comedia nova intitulada Afectos de odio, e amor</i>	Lisboa	Off. de Domingos Gonsalves	S. n. [Nicolau Luís (GR)]	S. n. [Calderón, Pedro (GR e TNDMII)]	<i>Famosa comedia Afectos de odio, y amor</i>	1664 (<i>in Tercera parte de comedias de ...</i>)	GR I 1431 (sem fonte nem loc.) BNF: 8-YTH- 72003; TNDMII: FG 16280	1ª ed. do TT. 39 pp. Braga (1871: 394) regista o TT como anónimo. Na p. [40], “Advertencia aos curiozos” sobre as comédias à venda “em caza de Joaquim de

1.1. Catálogo de traduções independentes

										(dig.)	Pinna”, catálogo em que figura <i>O Escravo em grilhoens de Ouro</i> (vid. <i>supra</i>). O livreiro estava situado “Nas cazas dos Religiozos de S. Domingos, na Praça do Rocio”.
7	1783	A3	<i>Comedia nova intitulada O melhor par entre os doze, Reinaldos de Mont'alvão. Huma das heroicas acções francezas, traduzida fielmente do seu original hespanhol, e ornada no idioma da nação portugueza</i>	Lisboa	Off. de Simão Thaddeo Ferreira	S. n.	S. n. [Matos Fragoso, Juan de; Moreto, Agustín]	<i>El mejor par de los doce</i>	1673 (<i>in Comedia s nuevas escogidas de los mejores ingenios de España</i> , 39)	GR I 1440 FCG-BA: TC 455 (dig.); BNP: L. 3571 A.	35 pp. GR indica apenas o nome de A. Moreto como autor do TP (por acaso inspirado em <i>Las pobrezaas de Reinaldos</i> , de Lope de Vega). O título do TT consta no cat. de comédias à venda na Off. de Antonio Gomes (vid. <i>infra O heroico luzitano</i> , de Calderón, ano 1794).
8	[1783 (GR)]	A1	<i>Os acontecimentos, e successos do curioso impertinente, e da amizade violada pelo mais constante, e fiel amigo / Historia do curioso impertinente</i> (GR)	Lisboa	S. n. / Impressão de Alcobia (PORB)	S. n.	S. n. [Cervantes, Miguel de]	“Novela del curioso impertinente” (<i>in El ingenioso hidalgo don Quijote de la Mancha</i> , I, caps. 23-25)	1605	GRI 1423 BNP: RES. 5638 P. (s. d.)	1ª trad. parcial e oculta do <i>Quixote</i> . Pseudo-original (s. n. do autor nem marcas peritextuais translativas). Folheto de 19 pp., 1ª parte (faltam as ss.). Consta o distribuidor: “Vende-se na loja de João Henriques”. PORB dá esta ed. como s. d. ([17--?]). Parece lógico pensar que se trate da ed. que GR data, sem indicar o impressor, de 1783, baseando-se para tanto no catálogo de J. Henriques <i>in História da donzella Teodora</i> desse mesmo ano (Lisboa, Off. de Francisco José dos Santos). Aparece

1.1. Catálogo de traduções independentes

											também no cat., presumivelmente desse mesmo ano, de livros à venda “no lugar de Jozé Rodrigues” (<i>vid. supra Comedia... O alcaide de si mesmo</i> , de Calderón, [1783?]).
9	1784	A3	<i>Comedia nova intitulada Apelles, e Campaspe</i>	Lisboa	Off. Antonio Rodrigues Galhardo	S. n.	S. n. [Calderón, Pedro]	<i>Darlo todo, y no dar nada, Apeles y Campaspe</i>	1651 (repr.)	TNDMII (s. n. de autor do TP) TNDMII: FG 16634 (dig.)	40 pp. a 2 cols.
10	1784	A3	<i>Comedia nova intitulada O Lavrador Honrado</i>	Lisboa	Off. Antonio Rodrigues Galhardo	S. n. [Luís, Nicolau (FLUC)]	S. n. [Calderón, Pedro]	<i>El alcalde de Zalamea</i>	Ca. 1636 (comp.)	GRI 1491 (fonte: Palha 1281) e Ares Montes, 1983: 101 FLUC: I.E. Teatrais 3-1-28; TNDMII: FG 16633 (dig.)	36 pp. (GR); 38 pp. a 2 cols.
11	1784	A3	<i>Comedia nova intitulada Só o piedozo he meu filho</i>	Lisboa	Off. de Fernando Jozé dos Santos	S. n.	S. n. [Matos Fragoso, Juan de; Villaviciosa, Sebastián; Avellaneda, Francisco de]	<i>Solo el piadoso es mi hijo</i>	1666 (<i>in Parte veinte y quatro de comedias nuevas y escogidas de los mejores ingenios de España...</i>). TP de 1781 dig. na BVC	GRI 1493 FLUC (s. n. de autores): I. E. Teatrais 3-1-34 <i>et al.</i> ; FCG-BA (s. n. dos autores): TC 230 <i>et al.</i> (dig.)	4º, 42 pp. GR indica apenas o nome de João de Mattos Fragoso como autor presumível. O tít. consta no cat. de comédias à venda na Off. de Antonio Gomes (<i>vid. infra O heroico luzitano</i> , de Calderón, 1794). GR volta a registar este TT em 18--., mas trata-se de um engano.
12	1784	A1	<i>Historia nova, famosa e exemplar da</i>	Lisboa	Off. de Francisco	Bocache, Reinerio	S. n. [Cervantes, Miguel de]	<i>La española inglesa (in</i>	1613	GRI 1481 (com a cota	Reed. (1ª ed. do TT de 1748). 4º, 48 pp. Na

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Hespanhola ingleza, traduzida da lingua hespanhola no nosso idioma portuguez, e dada á luz por Reinerio Bocache (DBP)</i>		Borges de Sousa			<i>Novelas ejemplares)</i>		da BGUC: 4-4-10) e <i>Novelistica</i> , 288; DBP, VI: 304	actualidade, a BGUC apenas conserva a 1ª ed. de 1748. Não tendo encontrado espécimes que comprovem a existência desta reed., seguimos Inocêncio, que cita o TT e respectivos dados eds. baseando-se no exemplar que possuía na sua colecção particular.
13	1785	A3	<i>Comedia nova intitulado Honestos desdens de amor. Composta no Idioma Hespanhol por D. Agostinho Moreto, e traduzida na Portugueza por [...] Ampliada, e correcta por hum novo curioso</i>	Lisboa	Off. Francisco Borges de Sousa	Pereira, Pedro Antonio e s. n. (“Hum novo curioso”)	Moreto, Agustín	<i>El desdén con el desdén</i>	1654 (in <i>Primera parte de comedias de Agustín Moreto</i>)	GRI 1542 FCG-BA: TC 751 (dig.)	48 pp. a 2 cols.
14	1785	B	<i>Noticia das funções, e festas com que em Madrid se celebrou o Despozorio da Serenissima Senhora Infanta D. Carlota Joaquina, com Serenissimo Senhor Infante de Portugal D. João...</i>	Lisboa	Off. de Domingos Gonsalves	S. n.	S. n.	<i>Noticia de las funciones y fiestas con que se ha celebrado el desposorio...</i> (suplemento da <i>Gazeta de Madrid</i>)	1785	GRI 1549 BNP: L. 3329//4 A. et al.	23 pp. Grav. (anjo com trombeta) na folha de rosto. Tít. do TT continua: ... <i>Fielmente traduzida do seu original impresso em Madrid para satisfazer ao dezejo dos bons portuguezes, que se interessão pela gloria da sua nação.</i>
15	1785	D	<i>Regras da vida virtuosa, tiradas, e traduzidas do Memorial da vida christã que compoz o Venerável Fr. Luiz de Granada. Offerecidas a Maria SS. por hum Sacerdote zeloso do aproveitamento das</i>	Porto (GR: “[Porto]”)	Off. de Antonio Alvarez Ribeiro (GR: dá, erradamente, impr. entre parênteses rectos)	S. n.: “Hum Sacerdote...” [Macedo, Joaquim de?]	Granada, Fray Luis de	<i>Memorial de la vida cristiana</i>	1565 (Lisboa)	GRI 1579 BNP: R. 15253 P. (cota indicada por GR e existente nos fundos da BNP, embora não	422 pp. Reed. (reimpr.) do TT de 1779 (Lisboa, Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1ª ed.). A cota indicada por GR não se encontra no cat. dig. da PORB (ficheiro manual da BNP). <i>Vid. infra</i> 1796 (3ª ed.).

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>almas. Segunda edição novamente correcta, e accrescentada</i>							conste do catálogo em linha)	
16	1785	D	<i>Vida admiravel de Sancta Margarida de Cortôna [...]. Escripta na lingua castelhana por Damiaõ Cornejo, chronista de toda a ordem; traduzida em portuguez por hum religioso da mesma Ordem da Provincia da Soledade</i>	Porto	Off. Antonio Alvarez Ribeiro	S. n. [Basto, Gabriel de (DBP, IX: 407)]	Cornejo, Fray Damián	<i>Vida admirable de la gloriosa Santa Margarita de Cortona</i>	1728	GRI 1576 BNP: H.G. 1880//4 V.	79 pp. (PORB). “Vende-se na mesma Officina no cimo da rua dos Mercadores”. GRI 2106 aponta uma alegada reimpr. pelo mesmo editor no ano de 1796 (fonte: cat. Alvarez Ribeiro 1796), de que não se encontram notícias e que não deveu existir: a ed. de 1804 (<i>vid. infra</i>), na mesma tipografia, é referida na PORB e em GR como sendo a “2ª ed.”.
17	[1786] (GR e DBP, tm. GB)	C	<i>Fysionomia... (GR) / Fysionomia e varios segredos da Natureza; contém cinco tractados de differentes materias.... (DBP, ed. de 1699)</i>	S. l.: [Lisboa (GR e DBP)]	S. n.: [Off. Domingos Gonçalves (GR e DBP)]	S. n.: [Brito, Antonio da Silva (DBP e ed. de 1790)]	Cortés, Jerónimo	<i>Fisonomía, y varios secretos de naturaleza</i>	1597 (1ª ed.), 1741 (ed. expurgada)	GRI 1618 (fonte: DBP, I: 269) <i>Vid. infra</i> obs.	Reed. (1ª ed. de 1699), já previamente reimpr. várias vezes antes desta data. VIII+232 pp. (GR, DBP). Não conseguimos localizar exemplares; todavia, Inocêncio (DBP, I: 269), ao citar e descrever a ed., afirma tê-la “agora á vista”. GB regista (sem pré-visualização) uma ed. deste ano, na “Officina de Domingos Gonçalho” (<i>sic</i>) e de 232 pp.
18	1786	Al	<i>Vida de Lazarosinho de Tormes. Historia entretenida, novamente feyta, e traduzida de Castelhana em Portuguez por Antonio de Faria Barreyros, na qual conta suas ditas,</i>	Lisboa	Off. de Jozé da Silva Nazareth	Barreiros, Antonio de Faria	Anónimo (autoria disc.)	<i>Vida de Lazarillo de Tormes, y de sus fortunas y adversidades</i>	1554 (TT parte da ed. 4922 V. <i>et castigad</i> a de 1573, em ed. port. de 1660:	GRI 1586 BNP: L. 4922 V. <i>et al.</i> ; CR (3ª parte, dig.: microfl. da Bibl. da Ajuda)	Reed. da 1ª ed. do TT, de 1721 (GRI 514), a qual levava o nome de <i>Lazarillo</i> no título (DBP, VIII: 132). 3 partes em 3 folhetos indep. (16 pp. + 15 pp. + 24 pp.). <i>Cfr.</i> estudo do

1.1. Catálogo de traduções independentes

			& subtilezaz						cfr. Maia, 2008)		TT (expurgado) em Maia, 2008. Sobre o trad., <i>vid.</i> DBP, VIII: 131-132.
19	1787	A1	<i>Acto do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do mundo, feito por Gomes de Santo Estevão Hum dos doze que foraõ em sua companhia e novamente emendado nesta ultima impressaõ</i> (Rogers e BNE)	Lisboa	Off. de Francisco Borges de Sousa (GR dá “Lopes” por Borges)	S. n.: [Duarte Nunes de Leão? (Rogers, 1961: 290)]	Gomes de Santo Estêvão [Gómez de Santisteban]	<i>Libro del infante D. Pedro de Portugal</i>	C. 1515	GRI 1647 (fonte: Faria 39 e Rogers 61); Faria 39 (BNE) e 40 (BMP); Rogers 61 (BMP e BNE) BNE: R/12716(14)	30 pp. Reed. (a 1ª ed. do TT data de 1602, já várias vezes reimpr. até aqui). Rogers e Faria notam que os exemplares da BNE e da BMP apresentam mínimas variantes na folha de rosto.
20	1787	A3	<i>Comedia nova intitulada O capitão Belizario</i>	Lisboa	Off. Morazziana	S. n. [Luís, Nicolau? (DBP, XVII: 325)]	S. n. [Mira de Amescua, Antonio]	<i>Comedia famosa el exemplo mayor de la desdicha, y el Capitán Belisario</i>	1632 (1ª ed., várias reimpr. no século XVIII)	PORB BNP: RES. 3160/7 P.	Reed. (1ª ed. de 1777). 38 [2] pp., texto a 2 cols. O TP era tradicionalmente atribuído a Lope de Vega.
21	1787	A3	<i>Comedia nova intitulada O sabio em seu retiro</i>	Lisboa	S. n.	S. n.	S. n.: [Matos Fragoso, Juan de? (GR e DBP, III: 417; VI: 184, n.º 156): <i>vid. infra</i> obs.]	<i>Comedia famosa del sabio en su retiro (?)</i> [<i>Vid. infra</i> obs.]	1670 (<i>in Parte treinta y tres de comedias nuevas, escritas por los mejores ingenios de España</i>)	GRI 1660 BNP: L. 28218 V.	37 pp. TP é reelaboração da peça <i>El sabio en su rincón</i> , de Lope de Vega. Atrib. a João de Mattos Fragoso (v. gr., DBP, III: 417 e VI: 184, n.º 156) ou, também, a Diogo Henriques de Vilhegas/Villegas (DBP, III: 417; GR, em nota; e PORB, seguindo Forjaz de Sampaio): o tít. desse TP alternativo é: <i>El sabio en su retiro y villano en su rincón, Juan Labrador</i> .
22	1787	A3	<i>Comedia Os dois prodigios de Roma</i>	Lisboa	Off. Filipe da Silva e Azevedo	S. n.	S. n.: [Matos Fragoso, Juan de]	<i>Comedia famosa los dos prodigios de Roma</i>	1665 (<i>in Parte veinte y tres de comedias</i>)	GRI 1658 FLUC: I.E. Teatrais 3-1-28	32 pp. FLUC regista s. n. de autor do TP. Em GR o TP aparece erradamente atrib. a [sic] Barreira y Leirado (i. e.,

1.1. Catálogo de traduções independentes

									<i>nuevas, escritas por los mejores ingenios de España)</i>		o bibliógrafo Cayetano Alberto Barrera y Leirado, 1815-1872), sendo o nome de Mattos Fragoso apontado como o do trad. da peça.
23	1788	A1	<i>Historia do amante liberal, offerecida á illustrissima, e excellentissima senhora..... [sic, com reticências], por [...]</i>	Lisboa	Off. Antonio Gomes	A. da C. de T. A. e F.	[Cervantes, Miguel de]	<i>Novela del amante liberal (in Novelas ejemplares)</i>	1613	GRI 1693 BNP: L. 4980 V. <i>et al.</i> (tm. na BJPII); CR (dig. microfl. BNP)	1ª ed. do TT. 39 pp. Coberta il. com vinheta. Na p. 3, dedicatória do trad. à “illustrissima e excellentissima senhora” que consta (sem nome) na capa: não há referência concreta ao TP, apenas se diz que o TT foi tirado “de alguns livros estrangeiros” (vid. Abreu, 1994: 76).
24	1789	D	<i>Historias das vidas de S.ta Maria Egypciaca, S.ta Thais, e S.ta Theodora penitentes. Escritas peol [sic] Padre [...], da Companhia de Jesu. Traduzidas em portuguez por [...], natural de Lisboa</i>	Lisboa	Off. Filippe da Silva e Azevedo	Carrilho, Diogo Vaz	Ribadeneira, Pedro de	<i>Flos Sanctorum o libro de las vidas de los santos</i>	1599-1604	GRI 1784 BNP: H.G. 1887//5 V. (32 pp.) e H.G. 29748 P. (24 pp); FCG-BA: TC 694 (dig.)	Reed. (1ª ed. do TT de 1673, segundo DBP, II: 178). Divergência na desc. física: 24 pp. (PORB, cota BNP H. G. 29748 P) ou 32 pp. (PORB, cota BNP H. G. 1887//5 V., e FCG-BA). Na ed. consultada (FCG-BA) são 32 as pp. numeradas, incluindo a folha de rosto.
25	1789	A1	<i>Tratado do Infante Dom Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do mundo, por [...], hum dos doze que forão em sua companhia, e novamente emendado ensta ultima impressão</i>	Lisboa	Off. Antonio Gomes	S. n.: [Duarte Nunes de Leão? (Rogers, 1961: 290)]	Gomes de Santo Estêvão [Gómez de Santisteban]	<i>Libro del infante D. Pedro de Portugal</i>	C. 1515	GRI 1744 (fonte: Faria 41); Rogers 62; Faria 41 BNP: RES. 3159//5 P.	Reed. (vid. <i>supra</i> ed. de 1787). 24 pp.
26	1790	A1	<i>Acto do Infante D. Pedro de Portugal, o</i>	Porto	Off. Antonio Alvarez	S. n.: [Duarte	Gomes de Santo Estêvão,	<i>Libro del infante D. Pedro</i>	C. 1515	GRI 1800 (tít. <i>Acto e</i>	29 [2] pp. Reed. (vid. <i>supra</i> 1787). A ed.

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>qual andou as sete (sette) partidas do mundo, feito por Gomes de Santo Estevaõ, hum dos doze, que foraõ em sua companhia, e novamente emendada nesta ultima impressaõ</i>		Ribeiro	Nunes de Leão? (Rogers, 1961: 290)]	[Gómez de Santisteban]	<i>de Portugal</i>		fontes: Faria 45 e BGUC) e GRI 1801 (tít <i>Auto</i> e fontes: Faria 46, Ameal 2158); Rogers 64 (A e B); Faria 45 e 46 BGUC: V.T. 12 6 25 e 26; BNP: H.G. 6710//3 V.; Bib. da Ajuda: 154-II-4, n.º 10; FCG-BA: TC 155 (dig.)	apresenta duas variantes (com mudanças no frontispício e na impressão do texto, segundo esclarece Faria, 46): Rogers 64 ^a (Rocha Madahil e Visconde da Trindade) e 64B (BNP e Ajuda); Faria 45 e 46. O tít., contudo, é sempre <i>Acto...</i> (GRI 1801 dá <i>Auto</i>). No mesmo ano, reed. lisboeta com o tít. de <i>Livro...</i> (<i>vid. infra</i>).
27	1790	C	<i>Fysiognomia e varios segredos da natureza, contem cinco tratados de diferentes materias, revistos e melhorados nesta ultima impressaõ [...] composto por Jeronymo Cortez [...], agora novamente traduzido em portuguez por...</i>	Lisboa	Off. Francisco Borges de Sousa	Brito, Antonio da Silva	Cortés, Jerónimo	<i>Fisonomía, y varios secretos de naturaleza</i>	1597 (1ª ed.), 1741 (ed. expurgada)	CCfr BNF: R-12689; GB (sem vista prévia)	Reed. (<i>vid. supra</i> ed. de 1786). 229 pp.
28	1790	D	<i>Historias das vidas de S.ta Maria Egypciaca, S.ta Thais, e S.ta Theodora penitentes. Escriptas pelo Padre [...], da Companhia de Jesu. Traduzidas em Portuguez por [...]</i>	Lisboa	Off. Filipe da Silva e Azevedo	Carrilho, Diogo Vaz	Ribadeneira, Pedro de	<i>Flos Sanctorum o libro de las vidas de los santos</i>	1599-1604	PORB BNP: H.G. 6604//3 V. <i>et al.</i> ; FCG-BA: TC 148 (dig.)	Reed. (<i>vid. supra</i> ed. de 1789). 28 [4] pp.
29	1790	AI	<i>Livro do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sete</i>	Lisboa	Off. Francisco Borges de	S. n. [Duarte Nunes de Leão?	Gomes de Santo Estêvão [Gómez de Santisteban]	<i>Libro del infante D. Pedro de Portugal</i>	C. 1515	GRI 1802 (fonte: Velloso	23 pp. Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1787 e ed. portuense do mesmo

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>partidas do mundo, feito por Gomes de Santo Estevão, hum dos doze, que forão na sua companhia</i>		Sousa	(Rogers, 1961: 290)]				6755) e GRI 1803 (fontes: Faria 42 e Rogers 63); Rogers 63; Faria 42, 43 e 44 BNP: H.G. 6710//7 V., H.G. 7856//1 V.; RES. 1561 P.	ano, com o tít. de <i>Acto...</i>). As espécies 42, 43 e 44 de Faria são variantes da ed. feita pelo mesmo impressor lisboeta (Francisco Borges de Sousa) neste ano. GRI 1802, com fonte em Velloso, vem com descr. fís. (23 pp.), mas s. l. e s. n. de impr.
30	[1790 (GR), 17--? (FCG-BA)]	A3	<i>Tragedia intitulada A destruição de Troia</i>	Lisboa (GR) / S. l. (FCG-BA)	Off. Antonio Gomes (GR) / S. n. (FCG-BA)	S. n.	S. n.: [Monroy, Cristóbal de (GR e FCG-BA, fonte: Forjaz de Sampaio)]	<i>Comedia famosa La destrucción de Troia</i>	1768 (ed. póst., o autor viveu entre 1612 e 1649)	GRI 1819 FCG-BA: TC 793 (dig.)	32 pp. (GR), 30 pp. (FCG-BA, exemplar incompleto: faltam as folhas finais para completar o acto V). Quer GR, quer a FCG-BA seguem como fonte para determinar a autoria a col. de teatro de cordel de Forjaz de Sampaio. GR transcreve: Christoval de Monroy. FCG-BA: Christoval de Mouroy.
31	1791	A3	<i>Comedia intitulada O desdem contra desdem</i>	Lisboa	Off. José Augusto Bulhoens	S. n.: [Luís, Nicolau (DBP, VI: 280)]	S. n.: [Moreto, Agustín (GR e FCG-BA, fonte: Forjaz de Sampaio)]	<i>El desdén con el desdén</i>	1654 (<i>in Primera parte de comedias de Agustín Moreto</i>)	GRI 1863 BNP: L. 26341 V.; FCG-BA: TC 11 e TC 79 (dig.)	Retrad. (<i>vid. supra</i> ed. de 1785). 38+[1] pp. A [p. 39] contém uma “notícia” sobre a distribuição desta e outras comédias, bem como “varias qualidades de Livros” que podiam encontrar-se “na mão de Romão José, homem cego, na esquina das Cazas dos Padres de S. Domingos no Rocío, voltando para a Praça da Figueira, ou em sua Caza

1.1. Catálogo de traduções independentes

											na Rua das Atafonas”.
32	1791	AI	<i>Nova, famosa, e exemplar historia da formosa Felisberta de nação hespanhola, em que se dá conta do tragico successo da sua vida. Tirada de huma carta que veio de Castella. Primeira / Segunda parte</i>	Lisboa	Off. Antonio Gomes	S. n.	S. n.	<i>Vid. infra</i> obs.	<i>Vid. infra</i> obs.	GRI 1829 BNP: H.G. 17411//15 P. <i>et al.</i> ; CR (dig.. microfl. BNP)	Reed. (1ª ed. de 1760). Pseudotrad. 2 partes de 8 e 16 pp. Na 1ª ed., apresenta-se como destinatário da carta e trad. o Licenciado Anacleto Simam (ou Simão) Damo.
33	1791	AI	<i>Os acontecimentos e successos do curioso impertinente; e da amizade violada, pelo mais constante, e fiel amigo</i>	Lisboa	Off. de Antonio Gomes	S. n.	S. n. [Cervantes, Miguel de]	“Novela del curioso impertinente” (<i>in El ingenioso hidalgo don Quijote de la Mancha</i> , I, caps. 23-25)	1605	GR I 1831 BNP: L. 4980 V. <i>et al.</i> ; CR (dig. microfl. BNP)	Reed. (<i>vid. supra</i> ed. de 1783). 3 partes de 16 pp. cada uma. Continua a apresentar-se como um pseudo-original (s. n. do autor do TP nem marcas peritextuais). Colofão com dados editoriais (impressor e ano), licença da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros e indicação do distribuidor: “Vende-se no lugar de Jozé Rodrigues, no fim da rua da Prata junto ao Torreiro [<i>sic</i>] do Paço”.
34	1792	C	<i>Fysiognomia, e varios segredos da natureza. Contém cinco tratados de diferentes materias, revisto [sic], e melhorados, nesta ultima idição com huns segredos emportantes para tirar nodoas. Composto por Jeronymo Cortez, Natural da Cidade de Valença. Agora</i>	Lisboa	Off. de Francisco Borges de Sousa	Brito, Antonio da Silva	Cortés, Jerónimo	<i>Fisonomía, y varios secretos de naturaleza</i>	1597 (1ª ed.), 1741 (ed. expurgada)	GRI 1958 BNP: P. 6989 P.	Reed. (<i>vid. supra</i> ed. de 1786). 239 pp. PORB regista, de forma muito confusa, mais duas edições fac-similadas feitas, a partir desta, no século XX: BNP: S.A. 28498 P. e S.A. 36549 P. (1909); S.A. 38051 P. (1995). A primeira cota é a que refere GR.

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>novamente traduzido em Portuguez por Antonio da Silva de Brito</i>								
35	1792	A1	<i>Vida, e acções celebres, e graciosas de Gusmaão de Alfarache atalaia da vida humana. Na qual debaixo do verosimil da historia, e allegoria de hum mendigo, se achão conselhos moraes, e documentos uteis a toda a qualidade, e estado de pessoas. Escripta em Hespanhol por Matheus Alemaão, e traduzida em portuguez (tomos I e II)</i>	Porto	Off. Antonio Alvarez Ribeiro	S. n.: [Oliveira, Vicente Carlos de (Maia, 2012: 133 e 170)]	Alemán, Mateo	<i>[Primera y segunda parte de la] Vida del pícaro Guzmán de Alfarache, atalay a de la vida humana</i>	1599 (1ª parte), 1604 (2ª parte, Lisboa)	GRI 1919 BNP: L. 8649-50 P. (vols. 1 e 2, dig.)	1ª ed. do TT. Vols. 1 (396 pp.) e 2 (319 pp.). “Prólogo” do autor no começo do vol. 1 (duas pp.). Teve cont. (vol. 3) em 1793: <i>vid. infra</i> . Maia (2012: 156) precisa que se trata de uma trad. directa do esp., “muito provavelmente a partir de uma das sete edições publicadas entre 1681 e 1787, as únicas que incluem os dois primeiros substantivos [refere-se a <i>Vida</i> e <i>Hechos</i>] que se encontram no título da tradução portuguesas [<i>sic</i> : portuguesa]”.
36	1793	D	<i>Historias das vidas de S.ta Maria Egypciaca, S.ta Thais, e S.ta Theodora penitentes</i>	Lisboa	Off. João Antonio Reis	Carrilho, Diogo Vaz	Ribadeneira, Pedro de	<i>Flos Sanctorum o libro de las vidas de los santos</i>	1599-1604	PORB BNP: H.G. 1887//7 V.	Reed.: <i>vid. supra</i> TT de 1789. 28 [3] pp.
37	1793	A1	<i>Vida, e acções celebres, e graciosas de Gusmaão de Alfarache atalaia da vida humana... (tomo III)</i>	Porto	Off. Antonio Alvarez Ribeiro	S. n.: [Oliveira, Vicente Carlos de (Maia, 2012: 133 e 170)]	Alemán, Mateo	<i>[Primera y segunda parte de la] Vida del pícaro Guzmán de Alfarache, atalay a de la vida humana</i>	1599 (1ª parte), 1604 (2ª parte, Lisboa)	GRI 1919 BNP: L. 8651 P. (vol. 3, dig.)	Cont. do TT de 1792: vol. 3, 230 [6] pp. Nas pp. [231-236], catálogo de obras impressas ou de próxima aparição na mesma tipografia (em que dominam assuntos espirituais e morais) e, ainda, uma N. B. em que – entre outras informações comerciais – se anuncia o interesse do impr. por comprar

1.1. Catálogo de traduções independentes

											“traduções para fazer imprimir”.
38	[1794]	D	<i>Aqui se contém duas obras admiráveis novamente compostas. A primeira contém huma pratica sentida entre o corpo e alma, a segunda o Rosario da Virgem Sanctissima. Traduzida do castelhano em portuguez por...</i>	S. l. [Lisboa, PORB)]	S. n.	Costa, Diogo da, ‘Ulysibonense’ [pseud. de André da Luz? (DBP, II: 153)]	S. n.: [Mateo Sánchez de la Cruz]	<i>Aqui se contienen dos obras maravillosas nuevamente compuestas por...</i>	1658	GRI 2062 BNP: RES. 974//3 P.	8 pp. (PORB e DBP). Reed.: 1ª ed. s. l. e s. n. de impr. (DBP, II: 153), provavelmente de meados do século XVIII.
39	1794	A1	<i>Acto do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do mundo, feito por Gomes de Santo Estevão, hum dos doze que forão em sua companhia e novamente emendado nesta ultima impressão</i>	Lisboa	Off. Simão Thaddeo Ferreira	S. n.: [Duarte Nunes de Leão? (Rogers, 1961: 290)]	Gomes de Santo Estêvão [Gómez de Santisteban]	<i>Libro del infante D. Pedro de Portugal</i>	C. 1515	GRI 2024 (tít. <i>Auto...</i> e fonte: Faria 48); Faria 48; Rogers 66; DBP, III: 149 <i>Vid. infra</i> obs.	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1787). 30 pp. Faria (48) afirma ter consultado um exemplar numa bib. particular. Também Inocêncio (DBP, III: 149) declara ter visto esta ed.
40	1794	A3	<i>Comedia intitulada Frederico II Rei da Prussia. Composta por D. [...] em o idioma hespanhol, e traduzida livremente para uzo do Theatro da Nação Portuguesa, por [...] A qual se representou pela primeira vez no Theatro da Rua do Salitre no anno de 1793, e novamente se repete no mesmo Theatro no prezente anno de 1794 (tít. da 1ª parte)</i>	Lisboa	Off. José Aquino Bulhoens	A. J. P. [António José de Paula (GR e DBP)]	Comella, Luciano Francisco	<i>Federico II, Rey de Prusia. 3 partes: Federico II, Rey de Prusia. Primera Parte; Federico II en el Campo de Torgau; Federico II en Glatz o La Humanidad</i>	Ca. 1789-1792 (repres.)	GRI 2041 e DBP, VIII: 209 BNP: L. 62781 P. (mesma cota que refere GR) e T.S.C. 78 P.; FLUL: OMGAR 2542p (3ª parte, dig.)	3 partes de 145, 135 e 159 pp. (GR e DBP). A 3ª parte levou o tít. <i>Comedia intitulada: A Humanidade. Terceira parte de Frederico II. Rei da Prussia . Composta por [...], representada no Theatro de Madrid pela primeira vez em o anno de 1792, tendo igual aceitação á das outras Partes. Como nota Inocêncio: “Esta sahiu sem trazer a indicação do nome do traductor” (DBP, VIII: 209).</i>
41	1794	A3	<i>Comedia nova</i>	Lisboa	Off. João	D. F. M. de	S. n.: [Comella,	<i>Federico II, rey</i>	Ca.	GRI 2042	Retrad. do TT anterior,

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>intitulada Friderico Segundo Rei de Prussia no campo de Trugau, por...</i> (1ª parte) / <i>Comedia nova intitulada Friderico Segundo Rei de Prussia, por...</i> ([2ª] e [3ª] parte)		Antonio Reis	M. [Monroy y Ros, Felix Moreno de]	Luciano Francisco]	<i>de Prusia. 3 partes: Federico II, rey de Prusia. Primera Parte; Federico II en el Campo de Torgau; Federico II en Glatz o La Humanidad</i>	1789-1792	(apenas regista a 1ª parte) TNDMII: FG 16550 (1ª parte, dig.) e FG 17011 (1ª parte, outra tiragem., dig.), FG 16551-52 ([2ª] e [3ª] parte, digs.)	em formato de cordel. 3 partes de 39, 40 e 39 pp., a 2 cols. A 1ª parte do TT corresponde à 2ª do TP e apresenta-se em 2 tiragens distintas, com pequenas variantes (cotas FG 16550 e FG 17011).
42	1794	A3	<i>Comedia nova intitulada O heróe lusitano. Principe constante, e martyr</i>	Lisboa	Off. de Simão Thaddeo Ferreira	S. n.	S. n.: [Calderón, Pedro]	<i>El príncipe constante y mártir de Portugal</i>	1636 (in <i>Primera parte de comedias del célebre poeta...</i>)	TNDMII TNDMII: FG 16586 (dig.)	39 pp. a 2 cols. Na p. [40]: “Vende-se na mesma Officina ao Bairro Alto, na rua da Atalaya, onde se acharão as seguintes. [Segue um catálogo de comédias, em que figuram TT já atrás registados como <i>O Melhor Par Entre os Doze</i> ou <i>Só o Piedoso he meu filho...</i>], e outras muitas mais, e hum grande sortimento de Entremeses, e as Tragedias em 8º. [seguem os títulos]”.
43	[1794? (GR)]	A3	<i>Comedia nova intitulada O heroico luzitano, ou o principe constante, e martyr</i>	Lisboa	Off. Antonio Gomes	S. n.	S. n.: [Calderón, Pedro]	<i>El príncipe constante y mártir de Portugal</i>	1636 (in <i>Primera parte de comedias del célebre poeta...</i>)	GRI 2040 (não indica a fonte); Ares Montes (1983: não indica data) TNDMII: FG 16585 (dig.); BNP: L. 3000 V. (encadernad	40 pp. a 2 cols. TT praticamente idêntico ao anterior. Datação duvidosa. TNDMII indica 17--. I. Resina Rodrigues (2003: 75) precisa a década: 179-. Aqui seguiu-se o ano dado como certo por GR, que não regista o TT anterior (Off. de Simão

1.1. Catálogo de traduções independentes

										o em <i>Collecção de Comedias</i> , II, s. l., s. d.)	Thaddeo Ferreira) do mesmo ano de 1794. GRI 2257 (sem fonte) afirma a existência de uma “2ª ed.”, pelo mesmo impressor, e também de 40 pp., em 18-- (?).
44	1794	D	<i>Guia de peccadores e exhortação á virtude [...] composta na lingua hespanhol [sic] pelo veneravel Padre mestre Fr. Luiz de Granada; e traduzida na portugueza por hum zeloso da salvação das almas</i> (PORB)	Porto	Typ. Antonio Alvarez Ribeiro	S. n.: “Hum zeloso da salvação das almas” [Macedo, Joaquim de (DBP, IV: 124, ed. de 1764; <i>tm.</i> PORB, nota à ed. de 1764, cota R. 6481 V.)]	Granada, Fray Luis de	<i>Guía de pecadores</i>	1556-1557 (Lisboa)	GRI 2069 Campo Arqueol. de Mértola: FON-LIT/ESP LUI-GUI	2 vols. Reed. (1ª ed. do TT em 1764). GR identifica erradamente o trad. (“hum zeloso da salvação das almas”) com o próprio editor: Antonio Alvarez Ribeiro. GRI 1509 regista uma alegada ed. de 1784, com a cota “MS 44-1243” (?).
45	1794	AI	<i>O engenhoso fidalgo dom Quixote</i> [assim na folha de rosto; PORB dá <i>Quichote</i>] <i>de la Mancha, por Miguel de Cervantes Saavedra. Traduzido em vulgar</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	S. n. [Rolland, Francisco? (Postigo Aldeamil, 2000: 108)]	Cervantes, Miguel de	<i>El ingenioso hidalgo [caballero] don Quijote de la Mancha</i>	1605 (1ª parte), 1615 (2ª parte)	GRI 2023 BNP: L. 7033-38 P.; BNE: R/32533-38 (dig.)	1ª ed. completa do TP. 6 vols. de c. 300 pp., com índices finais dos caps. de cada vol. II. (grav. retrato autor TP). Anúncio do TT na <i>Gazeta de Lisboa</i> (27 de Dezembro de 1794), <i>apud</i> Caeiro (1980: 162-163): “Esta obra, vertida em todas as línguas das nações cultas da Europa, de justiça aparece agora na nossa, para recreio e instrução dos Portugueses”.
46	1795	D	<i>Avisos Espirituaes de Santa Teresa de Jesus, commentados pelo P. Affonso de Andrade, natural de Toledo, e</i>	S. l.: [Coimbra?]	S. n.	S. n.: [“hum curioso” (<i>in Gazeta de Lisboa</i> , 1795: <i>vid.</i>	Teresa de Jesus, Alonso de Andrade	<i>Avisos espirituales comentados por el Padre Alonso de Andrade de</i>	1583 (TT segue ed. 1646-1647, comenta	GRI 2090 (sem ind. de fonte) Anúncio na <i>Gazeta de</i>	Provável retrad. (1ª ed. do TT, avulsa, em c. 1670). GRI 1974 regista, com fonte em “Perez” [<i>sic</i>], ed. de 1792 do

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>traduzidos do Castelhana em Portuguez, resumidos e correctos por hum curioso</i> (tít. retirado da <i>Gazeta de Lisboa</i> , 1795: <i>vid. infra</i>)			<i>infra</i>)]		<i>la Compañía de Jesús</i>	da por Alonso de Andrade)	<i>Lisboa</i> , 10/10/1795, (<i>apud</i> Almeida, 1964: 306)	mesmo TT, impressa em Coimbra pela Real Imp. da Universidade (?), de que não foi possível obter mais notícias. Anúncio publicado na <i>Gazeta de Lisboa</i> (<i>supra</i>) indica Coimbra, Santarém e Lisboa como locais de venda do TT, por essa ordem.
47	1796	A2	<i>Fabulas literarias de D. Thomas Yriarte Traduzidas do Castelhana por Romão Francisco Antonio Creyo. Offerecidas a Ill.^{ma} Ex.^{ma} S.^{ra} D. Maria Izabel de Lencraestre [sic] Cezar e Menezes</i>	Porto	Off. da Viuva Mallen, Filhos, e Companhia	Creyo, Romão Francisco Antonio	Iriarte, Tomás de	<i>Fábulas literarias</i>	1782 (ed. póst. de 1792 acrescent a fábulas até af inéditas)	GRI 2093; Poggio, 2002: n.º 1 BNP: L. 3702 P.; Bibliot. Real Academia Española: 21-XI-57	1ª ed. do TT. Poggio (2002: 282-284) informa que o trad. incluiu 2 fábulas que se publicam na ed. póst. do TP de 1792. Folha de rosto do TT (reproduzida em Poggio, 2002: 289) leva a mesma epígrafe de Fedro do TP: “Usus vetusto genere, sed rebus novis” (pról. ao Livro IV das <i>Fabulae Aesopiae</i> , embora nas eds. espanholas e portuguesas figure o Livro V). Sobre o trad., DBP (VII: 184) diz desconhecer quaisquer dados e apenas menciona esta ed. como obra da sua responsabilidade.
48	1796	D	<i>Regras da vida virtuosa, tiradas, e traduzidas do Memorial da vida christã que compoz o venerável... Terceira edição novamente correcta e aumentada</i>	Porto	Off. Antonio Alvarez Ribeiro	S. n. [“Por hum sacerdote zeloso do aproveitamento das almas”] [Macedo, Joaquim de?]	Granada, Fray Luis de	<i>Memorial de la vida cristiana</i>	1565 (Lisboa)	GRI 2108 BNP: R. 9194 P. ou F. 5203	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1785, reed. do TT de 1779, 1ª ed.). 404 pp.

1.1. Catálogo de traduções independentes

49	1797	A3	<i>Comedia nova intitulada, Ninguém fie o seu segredo</i>	Lisboa	Off. de Jozé de Aquino Bulhoens	S. n.	S. n.: [Calderón, Pedro]	<i>Nadie fie su secreto</i>	1640	TNDMII (s. n. de autor do TP) TNDMII: FG 17033 (dig.)	40 pp. a 2 cols.
50	1797	C	<i>Compendio de alveitaria tirado de varios auctores composto na lingua hespanhola por Fernando Sande Elago [sic na capa e na PORB] mestre em a dicta Arte e novamente traduzida no Idioma Portuguez por hum Curioso e Zeloso da mesma Arte</i>	Lisboa	Off. de J. de A. Bulhoens	S. n.: “Hum Curioso e Zeloso da mesma Arte”	Sande y Lago, Fernando	<i>Compendio de Albeyteria, sacado de diversos autores</i>	1717	GRI 2121 BNP: S.A. 4583 V.	Reed. de TT cuja 1ª ed. é de 1738 (publicado em Coimbra, Louis Seco Ferreyra). 259 pp. Obs. de GR: “Será trad. do livro de Angel Isidro Sandoval <i>Jardim de Albeytaria</i> 1792?”.
51	1797	D	<i>Promptuário de theologia moral</i> (UAv-Mem.)	Porto	Off. da Viuva Mallen	S. n.: [Fr. Ignácio de S. Carlos (DBP, II: 415 e VI: 109)]	Larraga, Francisco	<i>Prontuario de teología moral</i>	1710 (ed. de Santos y Grosin: 1780)	GRI 2125 BNP: R. 2561-62 P. (cotas fornecidas por GR, não disponíveis no cat. em linha); UAv-Mem. (reg. n.º 294573): S/cota, Patriarchal Seminary of Rachol	Retrad. de TT publicado por 1ª vez em 1723, em versão do P. Manuel da Silva Morais, a qual foi várias vezes reimpr. na 1ª metade do s. XVIII. UAv-Mem. data a ed., erradamente, de 19--. 2 vols (GR). DBP, VI: 109 fornece a data de 178- para a 1ª ed. desta retrad. de Frei Ignácio de S. Carlos, de qual não se obtiveram mais notícias.
52	1798	B	<i>A Monarquia. Traduzida do original castelhano de D. [...], Sumilher de Cortina delRey Catholico, e offerecida a D. João, Principe do Brazil</i>	Lisboa	Regia Off. Typ.	Amaral, António Caetano do [o nome consta na dedicatória]	Peñalosa y Zúñiga, Clemente	<i>La monarquia</i>	1793	GRI 2141 BNP: RES. 4472 V.	460 pp. Na capa, sob o pé de imprensa: “Por Ordem da Sua Magestade”. Inclui dedicatória do trad., António Caetano do Amaral, figura da qual se ocupa DBP, I: 99-100.

1.1. Catálogo de traduções independentes

53	1798	D	<i>Promptuário de theologia moral</i> (UAv-Mem.) / <i>Prontuario de Teologia moral</i> [...] <i>acabado de reformar pelo [...] reformado e emendado por Francisco dos Santos Grosin</i> (GR)	Porto	Off. de Antonio Alvarez Ribeiro	S. n.: [Fr. Ignácio de S. Carlos (DBP, II: 415 e VI: 109)]	Larraga, Francisco	<i>Prontuario de teología moral</i>	1710 (ed. de Santos y Grosin: 1780)	GRI 2151 BNP: R. 21142-43 P. (cotas fornecidas por GR, não constantes do cat. em linha); UAv-Mem. (reg. n.º 29634): S/cota, Patriarchal Seminary of Rachol	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1797). 3 vols (GR).
54	1798	D	<i>Promptuario de theologia moral composto primeiramente pelo P. M. Fr. Francisco Larraga [...], reformado e accrescentado em algumas das suas opiniões por D. Francisco Santos e Grosin</i>	Lisboa	Off. Simão Thaddeo Ferreira	S. n.: [Fr. Ignácio de S. Carlos (DBP, II: 415 e VI: 109)]	Larraga, Francisco	<i>Prontuario de teología moral</i>	1710 (ed. de Santos y Grosin: 1780)	PORB BNP: TR. 6481-82 P	Reed (<i>vid. supra</i> reg. anterior e TT de 1797). 2 vols. de 4 (cont. no ano 1799).
55	1799	D	<i>Ceremonial dos religiosos Carmelitas Descalços, segundo o rito romano, para uso da Congregação de Portugal. Traduzido do hespanhol, correcto, notavelmente accrescentado, e em tudo conforme às rubricas do Breviario e Missal Romano [...]</i>	Lisboa	Regia Off. Typ.	S. n.	Carmelitas Descalzos	<i>Ceremonial de los Carmelitas Descalzos</i>	1623 (com várias reeds. corr. e aument.)	GRI 2188 BNP: R. 1884 A.	533 pp. Pelo índice da ed. do TP de 1805 dig. (GB), podemos ver as matérias abordadas: “modo y tiempo en que debe besarse la tierra”, “órden de precedencia, y lugar que cada uno debe ocupar en el coro”, “tiempos de estar en pie”, “tiempos de estar todos sentados”, “limpieza de las iglesias, preparación de altares y órden de las Misas”, etc.

1.1. Catálogo de traduções independentes

56	1799	D	<i>Promptuario de theologia moral composto primeiramente pelo P. M. Fr. Francisco Larraga...</i>	Lisboa	Off. Simão Thaddeo Ferreira	[Fr. Ignácio de S. Carlos (DBP, II: 415 e VI: 109)]	Larraga, Francisco	<i>Prontuario de teología moral</i>	1710 (ed. de Santos y Grosin: 1780)	FLUC: CF C-5-21 (vol. 3)	Cont. da reed. do TT cujos 2 primeiros vols. apareceram, pelo mesmo impressor, no ano anterior (<i>vid. supra</i> ed. de 1798, por sua vez reed. do TT de 1797).
57	18--	D (GR) (A1)	<i>Historia exemplar da beata Jacinta</i>	S. l.	S. n.	S. n.	Alonso de Segovia, el Arrayano (?), <i>vid. infra</i> obs.	<i>Vid. infra</i> obs.	<i>Vid. infra</i> obs.	GRI 2303 BNP: R. 25233//13 P. (dig.)	16 pp. Dig. em: http://purl.pt/14898 . No fim (p. 16): “Escreveu-a Dom Alonso de Segovia el Arrayano”. A PORB devolve outro alegado TT do mesmo autor (17--), talvez de mm. do s. XVIII (GB): <i>Sucesso maravilhoso, que aconteeceo no Reyno de Castella, a que os Criticos Hespanhoes deraõ o nome: Del acierto mas dichoso, e que aqui se escreve com o titulo da Madre Dorothea.</i>
58	1800	C	<i>Memoria em que se prova que as feridas de pelouro, ou de armas de fogo são por si innocentes, e simples a sua cura. Por D. Paulo Antonio Ibarrola. Tirada de castelhano em linguagem e augmentada com algumas notas por...</i>	Lisboa	S. n.	Paiva, Manoel Joaquim Henriques de (segundo GR no tít. do TT, mas o nome não consta da PORB)	Ibarrola, Pablo Antonio	<i>Memoria en que se prueba que las heridas de armas de fuego son por sí inocentes, y sencilla su curación</i>	1796	GRI 2230 PORB (“Sem informação exemplar”)	1ª ed. do TT. 78 pp. TP dig. na GB. Sobre o trad. (1752-1819/1822?) e a sua vasta obra, <i>vid.</i> DBP, VI: 12-18. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, médico da Câmara Real, membro de várias associações científicas nacionais como internacionais e censor da Mesa do Desembargo do Paço. Em 1809 foi perseguido por jacobino e condenado ao desterro.

1.1. Catálogo de traduções independentes

											Morreu na Bahia, tendo pouco antes obtido o perdão real (1818).
59	1800	D	<i>Promptuário de theologia moral</i>	Porto	Off. de Antonio Alvarez Ribeiro	[Fr. Ignácio de S. Carlos (DBP, II: 415 e VI: 109)]	Larraga, Francisco	<i>Prontuario de teología moral</i>	1710 (ed. de Santos y Grosin: 1780)	UAv-Mem. (reg. n.º 294484): S/cota, Patriarchal Seminary of Rachol	Reed. (vid. supra TT de 1797 e reeds.).
60	1801	D	<i>Promptuario da Theologia Moral</i>	Lisboa	Off. Simão Thaddeo Ferreira	S. n.	Larraga, Francisco	<i>Prontuario de teología moral</i>	1710 (ed. de Santos y Grosin: 1780)	GRI 2387 Casa do Alentejo: 27-42(03) LAR/I 1- LAR/IV 1	Retrad. anónima segundo DBP, II: 415 (vid. supra ed. de 1797 e reeds). 4 vols. de 466, 424, 446 e 350 pp. PORB indica a data [1801]; DBP, 1801. GR segue como fonte o <i>Jornal de Coimbra</i> (que cita de forma incompleta): o TT é referido no n.º 12, de Dezembro de 1812 (p. 422 do vol. II, e não do III como indica GR), mas, salvo a data (1801) e a indicação de que se trata da 4ª edição (?), faltam os restantes dados editoriais.
61	1802	A3	<i>Comedia nova intitulada O capitão Belizario</i>	Lisboa	Off. Joaquim Thomaz de Aquino Bulhoens	S. n. [Luís, Nicolau? (DBP, XVII: 325)]	S. n. [Mira de Amescua, Antonio]	<i>Comedia famosa el ejemplo mayor de la desdicha, y el Capitán Belisario</i>	1632 (1ª ed., várias reimpr. no século XVIII)	PORB BNP: L. 6550//14 V. (dig.)	Reed. (vid. supra TT de 1787). 40 pp. a 2 cols.
62	1802	A1	<i>Galatée. Novela pastoril imitada de Cervantes por Florian; e traduzida em portuguez por...</i>	Lisboa	Off. Simão Thaddeo Ferreira	Bocage, Manuel Maria Barbosa du	Florian, Jean-Pierre Claris de > Cervantes, Miguel de	<i>Galatée, roman pastoral; imité de Cervantes > La Galatea</i>	1783 (fr.) > 1585 (esp.)	GRI 2314 (ano 1801, por lapso) e GRI 2407 (ano 1802) BJPII: MC-	1ª ed. do TT (trad. indirecta de Cervantes). 128 pp. A datação de GRI 2314 está errada: a fonte para a espécie é DBP (VI: 49, n.º 1017),

1.1. Catálogo de traduções independentes

										7874	onde figura o ano de 1802 para esta ed.
63	1802	D	<i>Promptuario de Theologia Moral</i> (UAv-Mem.)	Lisboa	Off. de Simão Thaddeo Ferreira	[Fr. Ignácio de S. Carlos (DBP, II: 415 e VI: 109)]	Larraga, Francisco	<i>Prontuario de teología moral</i>	1710 (ed. de Santos y Grosin: 1780)	GRI 2448 UAv-Mem. (regs. n.º 293633 e 294360): S/cota, Patriarchal Seminary of Rachol e BNP: R. 2524-26 P. (cotas em GR, não constantes do cat. em linha)	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1797 e reeds.).
64	1803	Al	<i>Historia nova, famosa e exemplar da Hespanhola ingleza, traduzida da lingua hespanhola no nosso idioma portuguez, e dada á luz por Bocache</i>	Lisboa	Typ. Lacerdiana	Bocache [Reinerio Bocache]	[Cervantes, Miguel de]	<i>La española inglesa (in Novelas ejemplares)</i>	1613	PORB BNP: L. 4980 V.	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1784). Esta primeira reed. na Typ. Lacerdiana (<i>vid. tm. infra</i> , ano 1805) atribue o TT, equivocadamente, a “Bocache”, o que motiva a reacção de Manuel Maria Barbosa du Bocage através de um soneto intitulado <i>Desagravo jocoso da injuria feita ao enfermo Bocage pelo editor da novela intitulada...</i> (1805).
65	1803	D	<i>Promptuario de theologia moral composto primeiramente por P. M. Fr. Francisco Larraga [...], reformado e emendado [...] por Francisco dos</i>	Porto	Off. de Antonio Alvarez Ribeiro	[Fr. Ignácio de S. Carlos (DBP, II: 415 e VI: 109)]	Larraga, Francisco	<i>Prontuario de teología moral</i>	1710 (ed. de Santos y Grosin: 1780)	PORB BNP: R. 39906 -09 P.	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1797 e reeds.). 3 vols. 2ª ed. na of. portuense de Antonio Alvarez Ribeiro (<i>vid. supra</i> 1798).

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Santos Grosin</i>								
66	1804	A2	<i>Fabulas literarias de D. Thomas Yriarte Traduzidas do Castelhana</i>	Porto	Off. da Viuva Mallen, Filhos, e Companhia	Creto, Romão Francisco Antonio (o nome aparece na dedicatória inicial, não na folha de rosto)	Iriarte, Tomás de	<i>Fábulas literarias</i>	1782 (ed. póst. de 1792 acrescenta fábulas até aí inéditas)	GRI 2549 (sem fonte, com descr. física); Poggio, 2002: n.º 2 GB (sem vista prévia); Biblioteca do Museo Canario de Las Palmas de Gran Canaria: MCA M-IV-A-18	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1796, 1ª ed.). VII-143 pp. Mantém a epígrafe de Fedro na folha de rosto. Inclui ao início: índice, dedicatória do trad. (s. n. na folha de rosto desta ed.) e adv. do editor da 1ª ed. (1796). Poggio (2002: 291) reproduz imagem da folha de rosto, que inclui nota manuscrita no rodapé: “Vende-se na Cidade do Porto na loja de Pedro Francisco de Emery, a os Arcos de S. Domingos”.
67	1804	D	<i>Vida admiravel de Santa Margarida de Cortôna da Terceira Ordem da Penitencia de Serafico Padre S. Francisco escrita [...] por Fr. Damião Cornejo [...]; trad. [...] por Fr. Gabriel de Basto...</i>	Porto	Off. Antonio Alvarez Ribeiro	Basto, Gabriel de	Cornejo, Fray Damián	<i>Vida admirable de la gloriosa Santa Margarita de Cortona</i>	1728	GRI 2590 BNP: H.G. 3739 P.	Reed.: 1ª ed. de 1785 (<i>vid. supra</i>). 120 pp.
68	1805	A1	<i>Historia nova. Famosa, e exemplar da Hespanhola Ingleza. Traduzida da Lingua Hespanhola no nosso Idioma Portuguez, e dada á luz por Bocache</i>	Lisboa	Typ. Lacerdina (PORB transcreve Lacerdiana)	Bocache [Reinerio Bocache]	[Cervantes, Miguel de]	<i>La española inglesa (in Novelas ejemplares)</i>	1613	GRI 2599 BNP: L. 69456 P. (trunc.), L. 4980//2 V. (cota fornecida por Santos, 1993: 14, não disponível na PORB), F.G. 2050//2; CR	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1784). 46 [2] pp. Tít. continua (ídem 1ª ed. do TT, 1748): <i>Em que se conta a vida de huma Dama, natural de Cadix, chamada Isabel, e de hum Cavalheiro Inglez, chamado Ricardo, a prospera fortuna em que se viraõ, os trabalhos que passaraõ, e o ditoso fim que tiveraõ, como verá o curioso leitor.</i> Na

1.1. Catálogo de traduções independentes

										(dig.)	p. [48] consta o distribuidor: “Vende-se no lugar de João Henriques na rua Augusta”. Segue catálogo de outros “papeis”. Sobre a confusão no nome do trad. (Bocache-Bocage), <i>vid. supra</i> TT de 1803, pelo mesmo editor.
69	1805	C	<i>O non-plus ultra do Lunario e Prognostico perpetuo, geral e particular para todos os Reinos e Provincias</i> (GR)	Lisboa	Joaquim Thomás de Aquino Bulhões	Brito, Antonio da Silva	Cortés, Jerónimo	<i>El non plus ultra del lunario, y pronostico perpetuo general...</i> (ed. expurgada)	1594 (1ª ed.), 1672 (ed. expurgada)	GRI 2663; DBP, I: 269, n.º 1507 (fonte de GR)	Reed. do TT (1ª ed. de 1703), já várias vezes reimpr. ao longo do século XVIII.
1806											
70	1807	Al	<i>A mulher feliz, dependente do mundo e da fortuna, obra original composta em espanhol pelo Filosofo Incognito e trad. em port. pelo trad. do Viajante Universal</i> (GR)	Lisboa	Typ. Rollandiana	[Campos, Luís Caetano de]	[Merino, P. Andrés]	<i>La mujer feliz, dependiente del mundo y de la fortuna.</i>	1786 (4ª ed. em 1804)	GRI 2759 BNF: Y2-55549-51	3 vols. O tít. consta do cat. incluído no final do tomo I de <i>Eneida de Virgilio traduzida em verso por João Franco Barreto</i> (Lisboa, Typ. Rollandiana, 1808, p. [423]). É citado também por Balbi (vol. II, cclxx). GR classifica o TT como B. O TP, dedicado à infanta Luísa de Bourbon, princesa das Astúrias, é a continuação feminina de <i>O Feliz Independente</i> do P. Teodoro de Almeida (1779), trad. para cast. em 1783.
71	1807	Al	<i>Memórias de João Brik, filho natural de Oliverio Cromwel. Nas quaes se dá noticia da</i>	Lisboa	Off. João Rodrigues Neves	J. R. N.	[Molinas y Sicart, Juan Francisco de]	<i>Memorias de Juan Brik hijo natural de Oliverio</i>	1780	GRI 2739 BGUC: 5-(4)-1-14-35	333 pp. TP dig em GB, onde também se encontra a <i>Carta que escreve don Prudencio</i>

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>trágica morte do Rei Carlos I, e de outras particularidades muito notáveis dignas de atenção, e curiosidade do público. Traduzidas em vulgar por J. R. N.</i>					<i>Cromwel...</i>			<i>Palomares a um amigo de Salamanca dandole dictamen acerca de la obra...</i> (Madrid, Sancha, 1781).
72	1808	A3	<i>A morte de Murat. Scena tragica, ou semi-unipessoal joco-serio (sic) por D. V. M. Y. M. Trasladado do hespanhol</i>	Lisboa	Off. João Evangelista Garcez	S. n.	D. V. M. Y. M [D. Ventura Madero y Montoliu]	<i>La muerte de Murat. Escena trágica, ó bien sea, semi-unipersonal joco-serio</i>	1808	GRI 2785 BNP: H.G. 6745//27 V., H.G. 15079//11	16 pp. GR dá como nome de autor do TP as iniciais L. V. M. J. M. M e regista o tít. com uma gralha (<i>semi-impessoal por semi-unipessoal</i>). O TP, várias vezes reimpr. no próprio ano de 1808, teve uma continuação no mesmo ano (<i>Segunda parte de...</i>), por Timoteo Paz y del Rey.
73	[1808] (GR)	B	<i>A vingança da patria. Proclamação da cidade de Orense pela restauração da patria</i>	Coimbra	Imp. da Univ.	S. n.	S. n.	<i>La venganza de la Patria. Exhortacion de la ciudad de Orense a la restauración de la Patria</i> (dig. na BNE)	1808	GRI 2820 BNP: H.G. 6744//27 V. (com data: 18--)	8 pp. Há ed. facs. (Porto, Livraria Sousa & Almeida, 1980).
74	[1808] (18-- PORB)	B	<i>A vingança da patria. Proclamação da cidade de Orense pela restauração da patria</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.	<i>La venganza de la Patria...</i> (dig. na BNE)	1808	PORB BNP: H.G. 12096//2 V.	8 pp. Reed. do TT anterior (<i>vid. supra</i>), sem descr. fís. na PORB (apenas indica “1 folh.”)
75	[1808] (18-- PORB)	B	<i>A vingança da patria. Proclamação da cidade de Orense pela restauração da patria</i>	S. l.	S. n.	S. n.	S. n.	<i>La venganza de la Patria...</i> (dig. na BNE)	1808	PORB BNP: H.G. 15079//40 P.	[8 pp.]. Retrad. do TT anterior (<i>vid. supra</i> eds. de Coimbra e Lisboa)
76	1808	B	<i>Batalha de Catalunha do mez de Outubro de 1808. Relação official publicada pelo General Hespanhol Caldagues</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Caldagues, General	[Relación oficial del Conde de Caldagués, in <i>Gazeta militar y política del</i>	[1808]	GRI 2823 BNP: H.G. 6747//42 V.	8 pp.

1.1. Catálogo de traduções independentes

								<i>Principado de Cataluña</i> , de 14 de Novembro]			
77	1808	B	<i>Buonaparte sem mascara. Tradução do hespanhol por...</i>	Lisboa	Nova Off. João Rodrigues Neves	F. I. J. C. [Felisberto Ignacio Januario Cordeiro]	[“Un verdadero Frances muy afecto á España” (fim do TP)]	<i>Bonaparte sin máscara</i>	1808	GRI 2787 BNP: H.G. 6748//25 V., etc.	11 pp.
78	1808	B	<i>Carta critico-moral dirigida ao abbade Monti, encarregado pelo governo francez de escrever a vida de Napoleão. Traduzido do hespanhol por hum amigo da humanidade</i>	Porto	Typ. Antonio Alvarez Ribeiro	S. n.	[J. M. G., Habitador del desierto]	<i>Carta al Abate Monti encargado por el gobierno frances para escribir la vida de Napoleon 1º</i>	1808	GRI 2788 BNP: H.G. 16218//15 P.	14 pp.
79	1808	B	<i>Carta escrita do outro mundo por William Pitt ao Imperador Napoleão. Traduzida do Hespanhol (GR: Carta que dirige William Pitt ao Imperador Napoleão. Trad. do hespanhol)</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	William Pitt (autor atribuído)	<i>Correo del otro mundo</i> , n.º 2 (<i>Carta que dirige Williams Piit [sic] al emperador Napoleon</i>)	1808 (24 de Agosto)	GRI 2836 (cota BNP: S.A. 14886 P.) BNP: H.G. 6749//25	12 pp. TT ass. pelo autor atrib. a 24 de Agosto de 1808. A cota referida por GR não consta do cat. em linha da PORB. TP dig. na Biblioteca Valenciana Digital. O autor atribuído, Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, tinha falecido em 1806.
80	1808	B	<i>Carta de Napoleão a seu irmão José. Traduzida do Diario de Sam-Tiago [GR: S. Thiago], n.º 124</i>	Lisboa	Typ. Lacerdina	S. n.	Napoleão (autor atribuído)	“Segunda carta de Napoleon á su hermano Josef”, in <i>Diario de Santiago</i> , n.º 124 (2 de Outubro) <i>et al.</i>	1808	GRI 2792 BNP: H.G. 6749//16 V. Comparar com TT de 1810	7 pp. Missiva imaginária (fictícia). Ed. facs. do TP em http://consellodacultura.gal/mediateca/extras/Tomo_2.zip.pdf (pp. 658-659, paginação do facs.). GR não faz notar que, no fim do TT (p. 4), seguem nas pp. 4-7 mais textos traduzidos do espanhol, sem indicar-se a procedência, a modo de miscelânea, a saber: três breves cartas datadas em

1.1. Catálogo de traduções independentes

											Igualada, Catalunha e Málaga a 17 e 16 de Setembro; uns “Epigramas aos francezes” (“Quem perturbou nossa paz? / Murat...”) e umas “Endechas” (“Vôa com presteza / Ao Campo de Marte...”).
81	1808	B	<i>Carta exhortatoria de Fernando VII a todos os seus vassallos, publicada em Tui. Tambor batente, e musica tocando</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Fernando VII (autor atribuído)	[Vid. infra obs.]	[TT data o TP a 4 de Junho de 1808]	GRI 2831 BNP: H.G. 6650//15 V., etc.	7 pp. António Pedro Vicente (2004: 1113) duvida da autenticidade da autoria de Fernando VII para esta <i>Carta</i> , datada de 4 de Junho 1808, e alegadamente publicada em Tui (não encontramos o TP, mas Vicente não põe em causa a sua existência). O texto, que qualifica de “patético documento”, parece-lhe, antes, “forjado” ao serviço da construção da imagem do rei como “mártir atraído por Napoleão” e da justificação propagandística das suas atitudes. GRI 2962 regista uma alegada reed. de 1811, na mesma oficina, sem indicar a fonte.
82	1808	B	<i>Carta remetida a Napoleão por um Hespanhol</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.: “Um Hespanhol”		[1808]	GRI 2793 BNP: H.G. 6748//22 V.	8 pp.
83	1808	B	<i>Catecismo civil, e breve compendio das obrigações do</i>	Lisboa	Typ. Lacerdina	S. n.	[Junta Suprema (BNE)]	<i>Catecismo civil, y breve compendio de</i>	1808	GRI 2794 BNP: H.G. 15071//17 P.	8 pp. O TP, com umas dez impressões no ano de 1808 (duas das quais

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>hespanhol; conhecimento pratico da sua liberdade, e explicação de seu inimigo: mui util nas actuaes circunstancias; posto em forma de diálogo</i>					<i>las obligaciones del español, concimiento pratico de su libertad, y explicación de su enemigo, muy útil en las actuales circunstancias, puesto en forma de diálogo</i>		e RES. 3206//15 P.; dig. e comentários em: http://asinvasoesfrancesas.blogspot.com.es/2011/07/cathecismo-civil-e-breve-compendio-das.html	digs. na BNE: apresentam leves mudanças nos títulos), foi concebido como resposta patriótico-satírica e antinapoleónica ao <i>Catéchisme Imperial</i> (trad. para esp. em 1807 e 1808). Vicente (2004: 1108-09) considera-o um dos textos panfletários mais lidos e “férteis em edições” em Espanha, junto com a <i>Exposição</i> de Cevallos (<i>vid. infra</i>).
84	1808	B	<i>Cathecismo politico, e civil, ou breve resumo das obrigações do hespanhol. Conhecimento pratico da sua liberdade, e explicação do verdadeiro character de seu enemigo [...] em forma de dialogo</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	[Junta Suprema (BNE)]	<i>Catecismo civil, y breve compendio de las obligaciones del español...</i>	1808	GRI 2795 BNP: H.G. 14886//12 P.	8 pp. Outra ed. do mesmo TT anterior (<i>vid. supra</i>). Vicente (2004: 1114) refere-se a este TT pelo tít. com que foi anunciado na <i>Gazeta de Lisboa</i> de 11/10/1808 (n.º 38): <i>Doutrina contra Doutrina, Hespanhol Christaõ, e Libertino Francez, ou Catecismo civil e breve Compendio das obrigações do bom Hespanhol: Dado a Publico, para corecção de huns e divertimento de outros.</i>
85	1808	B	<i>Como se pensa em França de Bonaparte ou Notícias particulares da vida deste homem</i>	Lisboa	Nova Off. de João Rodrigues Neves	F. I. J. C. [Felisberto Ignacio Januario Cordeiro]	[G. M. D. O.]	<i>Como se piensa en Francia de Bonaparte, o Noticias particulares de la vida de este hombre...</i>	1808	GRI 2797 BNP: H.G. 6750//20 V.	27 pp. TP várias vezes reimpr. Na ed. dig. na BNE o texto vai datado em Paris, a 4 de Julho de 1808, e o tít. continua: ... <i>con noticias curiosissimas que dan a conocer su character, escritas por un viagero español</i>

1.1. Catálogo de traduções independentes

											<i>residente en Paris á un amigo suyo en Madrid.</i>
86	1808	B	<i>Compendio da vida e factos do Imperador Napoleão, manifestado aos francezes com reflexões oportunas a favor da justa causa. Reimpresso em Cadis por D. Manoel Santiago de Quintana; e traduzido do hespanhol</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Quintana, Manuel Santiago	<i>Resumen de los hechos más notables del Emperador Napoleon, manifestado á los franceses con las reflexiones oportunas a favor de la justa causa</i>	1808	GRI 2838 BNP: H.G. 6747//36 V.	10 pp.
87	1808	B	<i>Considerações de hum verdadeiro hespanhol aos seus compatriotas, que se publicou em a Corte de Madrid, Logo depois que José Buonaparte evacuou com seu exercito a mesma Capital, por D. [...], amador da Pátria. Traduzido em portuguez</i>	Lisboa	Imp. da Alcobia	S. n.	Paz, Thimoteo da [Fray Timoteo de Paz y del Rey, pseud.? Vid. infra obs.]	<i>Refutacion de un papel que en estos días ha aparecido en la Corte intitulado: Consideraciones de un verdadero español a sus compatriotas</i>	[1808]	GRI 2798 e 2834 BNP: H.G. 6749//39 V.	12 pp. O TP, atrib. a Timoteo de Paz, adopta a forma epistolar: “Amigo mio: he leido com atencion (aunque a regañadientes) el papel impresso que usted me remite, intitulado...”. O TT, por sua vez, começa: “Amigo meu: Tenho lido com atenção o Papel que V. m. me remete, intitulado...”. É a encendida resposta ao sobredito “papel”, obra de “un Español montado á la Francesa”.
88	1808	A2	<i>Conversação que teve o Principe Murat com D. Manoel Godoy, relativa aos successos da Hespanha, quando se encontrarão em Bayona [...]. Ouvida por D. Manoel Furtado, que conseguiu fugir daquela cidade, e voltar para Madrid,</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Furtado, Manoel (autor atribuído no TT: vid. infra obs.)	<i>Conversación que tuvo el Príncipe Murat con Don Manuel Godoy, relativa à los sucesos de España</i>	1808	GRI 2800 exemplar à venda (250 euros) na Livraria Els Gnoms de Sedó, Lleida (vid. infra obs.)	8 pp. TT (e TP) em verso. Pelo carácter abertamente ficcional do opúsculo, não parece adequada a classificação de GR como B. Não há referências no TP (dig. em http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000132622&page=1) a Manoel Furtado, que se

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>sua patria [...]. Traduzido do hespanhol</i>								apresenta na folha de rosto do TT (dig. em http://www.unilib.com/autor/FURTADO-Manoel.html) como natural de Madrid e suposto transcritor do diálogo (que <i>ouviu</i>) entre Godoy e Murat.
89	1808	A2	<i>Conversação que teve o Príncipe Murat com D. Manoel Godoy relativa aos successos da Hespanha</i>	Lisboa	Typ. Lacerdina	S. n.	S. n.	<i>Conversación que tuvo el Príncipe Murat con Don Manuel Godoy, relativa à los sucesos de España</i>	1808	PORB BNP: H.G. 6745//18 V., etc.	12 pp. <i>Vid. supra</i> TT anterior, nesta ed. sem referências a Manoel Furtado.
90	1808	B	<i>Convite dos valentes hespanhoes á honrada, e gloriosa nação portugueza</i>	Lisboa	Nova Off. de João Rodrigues Neves	S. n.	S. n.	<i>In Diario da Corunha (Diario de La Coruña), n.º 124 (fonte no TT, p. [1])</i>	1808	Consulta directa (PORB) BNP: H.G. 6744//16 V.	[4] pp.
91	1808	B	<i>Copia das peças officiaes, que tratão em como ElRei Carlos IV foi novamente reconhecido rei de Hespanha, e o Gram Duque de Berg, nomeado Lugar-Tenente Geral do Reino</i>	Lisboa	Imp. Imperial e Real	S. n.	[Junta de Governo <i>et al.</i>]		1808 (Maio)	Consulta directa H.G. 14955//8	8 pp. Imp. “por Ordem do Governo” (p. 8, após pé de imprensa).
92	1808	B	<i>Correio do outro mundo. Contém a relação da Junta celebrada no Templo da Inmortalidade entre o Grão Capitão, Antonio Peres, o Cardial Ximenes, D. Diogo Saavedra</i>	Lisboa	Off. de João Evangelista Garcez	S. n.	Filópolo (o nome consta no fim do TT, p. 19)	<i>Correo del otro mundo</i> , n.º 3 (dig. na Biblioteca Valenciana Digital)	1808 (5 de Set.)	PORB BNP: H.G. 6749//23 V.	19 pp. Tít. do TT continua: <i>...na qual se tratârão de varios pontos mui interessantes á Hespanha nas actuaes circunstancias</i>

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Fajardo, e Bartholomeo de las Casas...</i>								
93	1808	B	<i>Correio do outro mundo. Contém a relação do Congresso celebrado no Olympo entre Pedro o Grande Imperador da Russia, Frederico II. Rei de Prussia, Lourenço de Medicis de Florença, Henrique IV. De França, e Carlos V. de Alemanha, e I. de Hespanha; ...</i>	Lisboa	Nova Off. De João Rodrigues Neves	S. n.	Filópolo (o nome consta no fim do TT, p. 12)	<i>Correo del otro mundo</i> , n.º 1 (2ª ed., de 1809, dig. na Biblioteca Valenciana Digital)	1808 (7 de Agosto)	PORB (com o tít. abrev. de <i>Correio do outro mundo</i>) BNP: H.G. 6749//24 V.	12 pp. Tít. do TT cont.: ... <i>no qual atendidas as actuaes circunstancias da Europa, resolvem o Plano que seria mais vantajoso para que esta recobrasse a sua independencia, e para destruir a ambição do Tyranno do Continente</i>
94	1808	B	<i>Correio do outro mundo. Dialogo entre um druida, e hum moderno francez. Traduzido do hespanhol</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Filópolo (no fim do TT, p. 15)	<i>Correo del otro mundo</i> , n.º 4 (dig. na Biblioteca Valenciana Digital)	1808 (9 de Set.)	GRI 2801 BNP: H.G. 6749//22 V., etc.	15 pp. GR não regista o nome do autor do TP.
95	1808	B	<i>Determinações do Tenente-General espanhol Don Francisco Maria Solano Ortiz de rozas, Marquez do Socorro e Capitão-Teneral da Andalucia, emanadas do Quartel-General de Setúbal,...</i>	S. l. [Lisboa]	Imp. Imperial e Real	S. n.	Franisco Maria Solano de Ortiz	<i>Vid. infra</i> obs.	1808	Liv. Khronos Bazaar de Lisboa, ref. 66816 (dig. primeira página)	TP e TT publicados conjuntamente, em texto a 2 cols. 2 decretos de 8 pp. cada. Tít. do TT prossegue: ... <i>sobre o comportamento que devem observar os magistrados judiciais portugueses sob o regime de ocupação militar.</i>
96	1808	B	<i>Desgraça de Bonaparte, originada da liberdade, independencia, e ventura da Hespanha, e do abatimento da França pelos erros politicos d'aquelle tyrano. E presagio da</i>	Lisboa	Imp. Regia	***	S. n.	<i>Vid infra</i> obs.	[1808]	GRI 2802 BNP: H.G. 6750//16 V.	8 pp. Possível TP (?): <i>Diario Napoleónico de hoy martes, aciago para los franceses y domingo feliz para los españoles: primer año de la libertad, independencia y dicha española, de la decadencia y desgracia</i>

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>salvação da Europa, deduzido de varias observações astronomicas, fysicas, e politicas, a que se ajuntão algumas noticias assás interessantes e curiosas a respeito da mesma França. Traducção do hespanhol para portuguez por ***</i>								<i>de Bonaparte, del abatimiento de la Francia y salvacion de la Europa, y último de la tiranía Napoleónica.</i>
97	1808	A2	<i>Dialogo entre Murat, e Bonaparte, no qual se expõe os acontecimentos na Hespanha e Portugal, as tramas e ardiz, que os francezes usarão, e a resistencia que os hespanhoes lhes fizerão até que o mesmo Murat fugio da Hespanha. Traduzido do hespanhol para portuguez</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.	<i>Vid. infra obs.</i>	[1808]	GRI 2805 BNP: L. 25692//20 P., H.G. 6745//39 V., etc.	20 [6] pp. (PORB) ou 35 pp. (GR). Não se conseguiu encontrar o TP relativo a este TT em verso (GR indica que se trata de um “poema”, mas classifica-o como B). O tít. mais próximo registado na BNE (dig.) é <i>Diálogo entre Napoleón y Murat, quando éste se presentó a aquél en Bayona, del regreso vergonzoso de España á Francia</i> , mas é um opúsculo em prosa, de 7 pp.
98	1808	B	<i>Discurso aos francezes, dirigido a esta Suprema Junta de Valença desde Cadis, para a sua publicação. Traduzido do hespanhol por...</i>	Lisboa	Nova Off. de João Rodrigues Neves	F. I. J. C. [Felisberto Ignacio Januario Cordeiro]	[Junta de Cádiz]	<i>Discurso a los franceses. Dirigido a esta Suprema Junta de Valencia desde Cádiz, para su publicación</i>	[1808]	GRI 2806 BNP: H.G. 6749//40 V., etc.	11 pp. Sob o pé de imprensa, “Vende-se na Casa da Gazeta”.
99	[1808?] (18--PORB)	B	<i>Discurso que dirige hum hespanhol aos inimigos da Religião, e da humanidade, e</i>	Lisboa	S. n.	J. M. C. [João Maria Campelo]	S. n.	<i>Discurso que dirige un español a los enemigos de la</i>	[1808]	PORB BNP: H.G. 6744//29 V.	[4] pp. Obtivemos o nome do trad. porque com essas siglas assina mais um TT do mesmo

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Exortação aos bons patriotas; traduzido por...</i>					<i>Religión y de la Humanidad y exortación a los buenos patriotas</i>			ano, <i>Factos dignos de imitar...</i> (vid. <i>infra</i>), que a PORB identifica como sendo da autoria de João Maria Campelo.
100	1808	B	<i>Discurso relativo ao estado presente de Portugal, e manifesto da Junta Suprema de Sevilha para a criação do Supremo Governo. Offerecidos á nação portugueza</i>	Lisboa	Nova Off. de João Rodrigues Neves	S. n.	Junta Suprema de Sevilha (no fim do TT: “Francisco Saavedra. Arcebispo de Laodicea, &c. &c.”; lista completa de nomes no TP)	Sem tit. [“La defensa de la Patria y del Rey, la de las Leyes, la de la Religion, la de los derechos todos del hombre, atropellados y violados por el Emperador de los Franceses Napoleon I...”]	1808 (no fim do TT: “Palacio Real de Sevilha, 3 de Agosto de 1808”; no fim do TP: “Real Alcázar de Sevilla á 3 de Agosto de 1808”)	GRI 2807 BNP: 6746//5 V., BJPII: MC-10279	XI-18 pp. Nas pp. [I]-XI, “Discurso” preliminar do trad. ou editor. PORB indica como autor “Saavedra, Francisco arcebispo de Loadicea” [<i>sic</i>].
101	1808	B	<i>Elogio da plebe da nação hespanhola</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	[I. Q. (BNE)]	<i>Elogio de las</i> [<i>sic</i> na BNE] <i>plebe española</i>	1808	Vicente, 2004 BNP: H.G. 6748//24 V.	7 pp.
102	1808	B	<i>Exposição dos factos, e maquinações, com que se preparou a usurpação da Coroa de Hespanha, e dos meios que o Imperador dos francezes tem posto em pratica para realizalla. Escrita em Hespanhol por D. Pedro Cevalhos, primeiro secretario de Estado e do despacho de S. M. C. Fernando</i>	Lisboa	Off. de Simão Thaddeo Ferreira	S. n.	Cevallos, Pedro	<i>Exposición de los hechos y maquinaciones que han preparado la usurpación de la Corona de España y los medios que el Emperador de los Franceses ha puesto en obra para</i>	1808	GRI 2214 [com erro na datação do TT] BNP: H.G. 6746//1 V., etc.; Bibl. da Ajuda: 55-III-2, n.º 3	64 pp. <i>Vid. infra</i> eds. da Imp. Regia, da Off. de João Rodrigues Neves e da própria Off. de S. T. Ferreira (103 pp. e pequena mudança no tít.) no mesmo ano. Sob o pé de imprensa, consta a preceptiva licença da Meza do Desembargo do Paço e a indicação “Vende-se na Casa da Gazeta” (PORB). TP,

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>VII; traduzida em portuguez, e publicada para desengano da Nação e conhecimento da detestavel Protecção Franceza</i>					<i>realizarla</i>			trad. para várias línguas, dig. na BNE. GR, que não cita fontes, regista este TT erradamente no ano 1800, e com o tít. de <i>Exposiçam.... Vid. tm.</i> , no mesmo ano de 1808, <i>Manifesto imparcial...</i> de Juan de Arias, TT que se apresenta como <i>Suplemento á Exposição de D. Pedro de Cevallos</i> , e <i>Manifesto dos intensos affectos de dor...</i> de Juan de Escoiquiz, também concebido para <i>servir de continuação à exposição de D. Pedro Cevallos</i> .
103	1808	B	<i>Exposição dos factos, e maquinações, com que se preparou a usurpação da Coroa de Hespanha...</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n. [Fr. Manuel de S. Joaquim Maia (GR e DBP, VI: 18)]	Cevallos, Pedro	<i>Exposición de los hechos y maquinaciones ...</i>	1808	GRI 2827 BNP: H.G. 5134//1 P., etc.; Bibl. da Ajuda: 154-I-1, n.º 14	80 [2] pp. <i>Vid. TT supra</i> e <i>TT infra</i> . DBP, VI: 18 refere até três novas reimpressões na mesma Imp. Regia, todas deste ano.
104	1808	B	<i>Exposição dos factos, e maquinações, com que se preparou a usurpação da Coroa de Hespanha, e dos meios que o Imperador dos Francezes tem posto em pratica para realiza-la...</i>	Lisboa	Nova Off. de João Rodrigues Neves	S. n.	Cevallos, Pedro	<i>Exposición de los hechos y maquinaciones ...</i>	1808	GRI 2828 BNP: H.G. 10474//11 P., etc.	Retrad. (<i>vid. supra</i> TT anterior) segundo DBP, VI: 18. 103 pp. Sob o pé de imprensa, licença da Meza do Desembargo do Paço e “Vende-se na Casa da Gazeta” (PORB). GR acrescenta nos dados eds.: Imp. Régia e Simão Tadeu Ferreira (<i>sic</i>), supomos que em referência (confusa) às eds. deste TT anteriormente registadas aqui (<i>vid. supra</i> e <i>infra</i>).
105	1808	B	<i>Exposição dos factos, e</i>	Lisboa	Off. de	S. n.	Cevallos, Pedro	<i>Exposición de</i>	1808	GRI 2828	Reed. (não citada por

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>maquinações, com que se preparou a usurpação da coroa de Hespanha, e dos meios que o imperador dos francezes tem posto em pratica para realiza-la. Escrita em hespanhol por Pedro Cevallos, Primeiro Secretario de Estado, e do Despacho de S.M.C. Fernando VII. Traduzida em portuguez, E publicada para desengano da nação, e conhecimento da detestavel Protecção Franceza</i>		Simão Thaddeo Ferreira			<i>los hechos y maquinaciones ...</i>		BNP : H.G. 14955//21 P.	DBP, VI: 18; referida por GR no mesmo verbete da ed. anterior, <i>supra</i>). 103 pp. Sob o pé de imprensa, licença da Meza do Desembargo do Paço e “Vende-se na Casa da Gazeta”. <i>Vid. supra</i> no mesmo ano outra ed. deste mesmo (BNP H.G. 6746//1 V. <i>et al.</i>), exemplares com <i>realizalla (sic)</i> no título e menor número de páginas.
106	[1808] (GR)	B	<i>Factos historicos, dignos de imitar pelos hespanhoes, que desejaõ a victoria, e apetece a liberdade da Patria. Por A. M. de Cartagena, e traduzidos do idioma Hespanhol por J. M. C.</i>	S. l.	S. n.	J. M. C. [Campelo, João Maria (PORB)]	Cartagena, A. M. de	<i>Ocios historicos dignos de imitar por los españoles que desean la victoria y apetece la libertad de la patria</i>	1808	GRI 2826 BNP: H.G. 6747//48 V., 15079//3 P.	[3] pp. Datação incerta segundo a PORB ([18--]), que é ainda a fonte da qual se retira o nome completo do trad.
107	1808	B	<i>Falla que fazem os sacerdotes, religiosas, ancians, matronas, e meninos de Madrid á mocidade que se tem alistado no presente anno de 1808, para servir no exercito em defesa da Religião, da Patria e do Rei D. Fernando VII [...]. Traduzida do hespanhol</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.	<i>Despedida que hacen los sacerdotes, religiosas, ancianos, mugeres y niños de Madrid á los jóvenes que se han alistado en el mes de agosto del presente 1808...</i>	1808	GRI 2808 BNP: H.G. 6744//36 V.; H.G. 15079//4	11 pp. Síntese do conteúdo (no título): <i>Na qual se relata em resumo do combate de Madrid com as Tropas Francezas no dia 2 de Maio do mesmo anno, com alguns successos particulares, que se tem averiguado de pessoas fidedignas, que os virão executar.</i>
108	1808	B	<i>Hum Hespanhol a todos. Discurso</i>	Lisboa	Imp. de Alcobia	F. I. J. C. [Felisberto	O amigo da Patria M. M. de	<i>Un español a todos</i>	1808	PORB BNP: H.G.	12 pp. Quanto ao TP, circularam em 1808 dois

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>importante, Traduzido do Hespanhol por...</i>			Ignacio Januario Cordeiro]	C. y P. (nome na p. 12) [TP: M. M. de C. y P., El amigo de la Patria]			6749//30 V.	folhetos sob o mesmo tít. e autor. A primeira ed constava de 12 pp.; a segunda (datada de 10/9/1808), ampliação da anterior (<i>Segundo discurso</i>), de 20 pp. Começo do TT: “Valerosos, e leaes Hespanhoes, fiéis depositários da honra, e da boa fé de vossos ascendentes...”.
109	1808	B	<i>Hum Hespanhol a todos escripto. Trad. do hespanhol por...</i>	Lisboa	Off. de João Evangelista Garcez	F. I. J. C. [Felisberto Ignacio Januario Cordeiro]	O amigo da Patria. M. M. de C. y P. (nome na p. 17) [TP: M. M. de C. y P., El amigo de la Patria]	<i>Un español a todos</i>	1808	GRI 2809 BNP: H.G. 6749//31 V.	17. Trad. do <i>Segundo discurso</i> (vid. supra). Começo do TT: “Invictos, e gloriosos Hespanhoes, quando hum Cidadão, legitimo proprietário, pede auditorio nas actuaes circunstancias a seus amigos...”.
110	1808	B	<i>Interesse que tem todas as nações em proteger a causa da Hespanha. Discurso politico. Tradusido [sic] do hespanhol por [...] Ilustrado de notas interessantes</i>	Lisboa	Off. de João Evangelista Garcez	F. J. [sic]. J. C. [Felisberto Ignacio Januario Cordeiro]	M. de C. (no fim do TT e do TP: [Mariano de Carnerero])	“Interés que tienen todas las naciones en proteger la causa de España”, in <i>Memorial literario</i> , n.º 3, pp. 55-62	1808 (30 de Outubro)	PORB BNP: H.G. 6750//15 V., H.G. 15079//16 P.	12 pp. As cumpridas “notas interessantes”, em rodapé, são do trad., quem através delas cria um texto paralelo ao que traduz.
111	1808	B	<i>Manifestação politica sobre as actuaes circunstancias. Traduzida do hespanhol por...</i>	Lisboa	Imp. de Alcobia	T. J. J. C. [sic na folha de rosto: GR lê F. I. J. C., i. e.: Felisberto Ignacio Januario Cordeiro)	S. n.	<i>Manifestación política sobre las actuales circunstancias</i>	1808	GRI 2811 BNP: H.G. 6746//8 V. e BNP: H.G. 6744//36 V.; H.G. 15079//9	8 pp. 3 eds. do TP em 1808. Dirige-se aos “Generosos, e leaes Velancianos”.
112	1808	B	<i>Manifesto do Reino de</i>	Lisboa	Imp. de	S. n.	Junta de Murcia	<i>Carta circular</i>	1808 (TP)	GRI 2812	6 pp. Resumo do

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Murcia, a toda a Hespanha</i>		Alcobia		(TP ass. em nome da Junta por vários autores, entre os quais o Conde de Floridablanca)	<i>de la Junta de Murcia á las demás del Reyno</i>	datado a 22/6/1808)	H.G. 15079//10 P.	conteúdo no subtt. do TT: <i>O Reino de Murcia, assim como toda a Hespanha, declara nulla a renúncia feita da Coroa de Hespanha pelo seu legitimo Soberano</i>
113	1808	B	<i>Manifesto dos intensos affectos de dor, amor e ternura de Fernando VII para servir de continuação à exposição de D. Pedro Cevallos, seguida de outros escripto [sic] relativo ao mesmo assumpto. Traduzido. do hespanhol</i>	Lisboa	Imp. Regia	[Campos, Luís Caetano de (PORB, seguindo DBP, V: 236)]	[Escoiquiz, Juan de, autor atribuído; Cevallos, Pedro de?]	<i>Manifiesto de los intensos afectos de dolor, amor y ternura del augusto combatido después de nuestro invicto Monarca Ferando VII, exhalados por triste desahogo en el seno de su estimado maestro y confesor el señor Escoiquiz</i>	[1808]	GRI 2813 BNP: H.G. 6746//2 V.	57 pp. GR regista o TT como sendo anónimo (quer o TP, quer o TT). A obra apresenta-se como uma enunciação do confessor Escoiquiz, feita “por particular recomendação de S. M.”, Fernando VII, que com aquele se teria desabafado em Valençay – estar-se-ia, assim, perante o discurso do rei em estilo indirecto. Vicente (2004: 1112) duvida da sua autenticidade. Não seria descabido assinalar como autor a Pedro de Cevallos.
114	1808	B	<i>Manifesto dos procedimentos do Conselho Real de Hespanha nos gravíssimos successos que ocorrerão desde Outubro do anno proximo passado. Impresso por ordem do mesmo Supremo Tribunal, e traduzido em portuguez</i>	Lisboa	Nova Off. de João Rodrigues Neves	S. n.	Conselho Real de Espanha [de Castilla]	<i>Manifiesto de los procedimientos del Consejo Real en los gravissimos sucesos ocurridos desde octubre del año próximo pasado, impreso de orden de...</i>	1808 (Agosto)	Consulta directa (PORB) BNP: H.G. 6746//4	108 pp. Os <i>gravíssimos successos</i> a que aponta o título são os relativos à conspiração de El Escorial e subsequente processo judicial, de que saíram ilibados todos os acusados.
115	1808	B	<i>Manifesto imparcial e exacto dos</i>	Lisboa	Imp. Regia	[Campos, Luís	[No fim do TT, J. de A.: Arias,	<i>Manifiesto imparcial y</i>	1808	GRI 2829 BNP: H.G.	44 pp. GR atribui a autoria do TP a Pedro de

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>acontecimentos mais importantes que houve em Aranjuez, Madrid e Bayona desde 17 de Março até 15 de Maio de 1808 sobre a queda do Principe da Paz, e sobre o fim da amizade e aliança dos Francezes com a Hespanha. Escrito em Madrid. Esta obra deve servir de Suplemento á Exposição de D. Pedro de Cevallos. Trad. do hespanhol</i>			Caetano de (GR)]	Juan de (BNE, seguindo P. P. Rogers]	<i>exacto de lo más importante ocurrido en Aranjuez, Madrid y Bayona desde el 17 de marzo hasta el 15 de mayo de 1808. Sobre la caída del Principe de la Paz y sobre el fin de la amistad y alianza de los franceses con los españoles</i>		6746//3 V.	Cevallos, nome a que alude o subtítulo do TT. O TP, com várias impressões no ano de 1808 (uma das quais dig. na BNE), ia assinado no fim por “J. de A.” (Juan de Arias segundo P. P. Rogers).
116	[1808]	B	<i>Noticia da entrega feita do Principe da Paz de Ordem de ElRei de Hespanha ás Tropas Francezas, pela Mediação de S. M. o Imperador e Rei</i>	[Lisboa]	Imp. Imperial e Real [sic]	S. n.	S. n. [Junta do Governo de Espanha]		[1808]	Consulta directa H.G. 14955//6 P.	Na p. [3], após o pé de imprensa: “Por Ordem do Governo”. Breve notícia da entrega de Manuel Godoy, preso, a Napoleão, bem como da aproximação da família real à fronteira com a França (Abril de 1808). TT finda como segue: “S. M. C. mostra-se muito satisfeito da boa harmonia, que o Povo de Madrid observa com o Exercito do seu Grande e Bom Aliado”.
117	1808	B	<i>Nova proclamação dos hespanhoes aos portuguezes, extraida do Diario da Corunha de 6 de Novembro de 1808</i>	Lisboa	Off. de João Evangelista Garcez	S. n.	S. n.	<i>In Diario da Corunha (Diario de La Coruña), n.º 137, de 6 de Novembro de</i>	1808 (6 de Nov.)	GRI 2814 BNP: H.G. 6744//23 V.	6 pp. Excerto do TT (p. 7, última): “Eia pois, Nobres Lusitanos, recordai na vossa memoria os Viriatos, os Gamas, os Andrades, e

1.1. Catálogo de traduções independentes

								1808 (fonte no TT, p. 3)			outra infinidade de tantos Heroes [...]: Imitaios, e univos sem perda de tempo com os vossos Irmãos Hespanhoes...”
118	1808	B	<i>O hespanhol desertor fiel á pátria, protegido e auxiliado pela nação inglesa ou novo sucesso manifestado em huma Carta, que hum Official do Exercito do Marquez de la Romana escreveu a seu Irmão D. Pedro Poscoal [sic, ...], traduzido do hespanhol por...</i>	Lisboa	Imp. Regia	M. D. S.	“João Antonio” (nome no fim do TT, p. 7) [Juan Antonio Fabregues]	<i>Carta de D. Juan Antonio Fabregues, oficial del ejercito del Excmo. Señor Marques de la Romana, a su hermano D. Pedro Pascual, oficial del segundo batallon de voluntarios de Barcelona</i>	1808	Consulta directa (PORB) BNP: H.G. 6749//10 V.	7 pp. Subtít. do TT resume o conteúdo da carta: <i>Dando-lhe circunstanciada noticia da Deserção que fizera, a fim de ser liberto da pérvida dominação dos Francezes, debaixo de cujo domínio gemia prizioneiro</i> . Os factos relatados prendem-se com a expedição à Dinamarca da espanhola Divisão do Norte, comandada pelo Marquês de la Romana, inicialmente em auxílio do exército napoleónico.
119	1808	B	<i>O Patriotismo Hespanhol, triunfante da rapacidade franceza ou os tres dias de Madrid</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.	“Los tres días de Madrid”, in <i>Semanario Patriótico</i> , 15 e 22 de Setembro	1808	Consulta directa (PORB) BNP: H.G. 6749//2 V.	20 pp.
120	[1808]	B	<i>O tyranno da Europa Napoleão I. Manifesto que a todos os povos do mundo, e principalmente aos hespanhoes apresenta o Lic. D. J. A. C. Traduzido do hespanhol por...</i>	S. l.	S. n.	F. J. J. C. (sic, i. e.: F. I. J. C. [Felisberto Ignacio Januario Cordeiro])	Licenciado D. J. A. C.	<i>El tirano de la Europa Napoleón Iº. Manifiesto que a todos los pueblos del mundo, principalmente a los españoles presenta el Lic. D. J. A. C.</i>	1808	GRI 2821 H.G. 6746//18 V.	25 pp. TP dig. na BNE.
121	[1808]	B	<i>Proclamação dada em Bordeos pelo nosso rei</i>	S. l.	S. n.	F. I. J. C. [Felisberto	Fernando VII (autor atribuído)	<i>Carta de Fernando VII.</i>	1808	GRI 2832 (1808, cota:	6 pp. GRI 2878 volta a registar o TT no ano de

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Fernando VII. Traduzida por...</i> (rosto e GRI 2878) / <i>Carta de Fernando VII. Ordem e proclamação dada em Bordeos a 15 de Maio de 1808. Traduzida por...</i> (p. [4] do TT e GRI 2832)			Ignacio Januario Cordeiro]		<i>Orden y proclama dada en Burdeos á 16 de mayo de 1808</i>		HE 6744, <i>sic</i>) e GRI 2878 (1809, sem fontes) BNP: H.G. 6744/9 V. (com data 18--)	1809, embora nos dados eds. indique “s. d.” e haja gralha no apelido do trad. (<i>Correia</i> por <i>Cordeiro</i>).
122	1808	B	<i>Proclamação da Hespanha às nações da Europa</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.		[1808]	GRI 2815 BNP: H.G. 14886/7 P.	6 pp.
123	1808	B	<i>Proclamação do Inferno contra o Imperador dos francezes. Traduzida do hespanhol</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n. [Fr. Manuel de S. Joaquim Maia (GR e DBP, VI: 18)]	S. n.	[<i>La gaceta del infierno</i> , n.º com <i>las quejas de Luzbel contra los franceses</i> (supl. <i>Gazeta de Madrid</i> , 6 de Set. de 1808) segundo Gil Novales, <i>vid. infra</i> obs.]	[1808]	GRI 2816 BNP: H.G. 6657//8 V., H.G. 6744//28 V., etc.	15 pp. Esta fictícia proclamação é “dada no Averno aos 22 do mez de Junho de 1808” e assinada por “Luzbel”. TP <i>apud</i> A. Gil Novales, <i>Prensa, guerra y revolución</i> , Madrid, CSIC, 2009, p. 125, n.º 358: “Fue traducida al portugués, Lisboa, Impremssa [<i>sic</i>] Regia”.
124	1808	B	<i>Proclamação do Reino de Galliza ao de Portugal</i>	S. l. [Porto (PORB)]	S. n.	S. n.	“Januario Figueroa, Brigadeiro dos Reaes Exercitos d’Hespanha” (fim do TT) [Genaro Figueroa]		1808	Consulta directa (PORB) H.G. 14954//2	[3] pp. TT datado, no cabeçalho da p. [1] e no fim da p. [3], no Porto, a 5 de Julho de 1808, onde Figueroa assina “Em Nome do Reino de Galliza”. <i>Vid. infra</i> reed. lisboeta do mesmo ano (TT intitulado <i>Proposta do Reino de Galliza...</i>). Perante os receios suscitados no Norte de Portugal, declaram-se os motivos de o Reino da Galiza se estar a armar (defender o seu rei natural contra o “usurpador” francês) e

1.1. Catálogo de traduções independentes

											pede-se aos magistrados portugueses que instem às províncias de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes a assinar um pacto de mútua aliança militar com a Galiza. Garante-se a independência das duas nações e convida-se a restituir as relações de amizade, evitando desconfianças que poderiam favorecer o inimigo comum.
125	1808	B	<i>Proclamação feita pelos hespanhoes ás tropas francezas, que Bonaparte tinha na Hespanha nos princípios da Revolução</i>	Lisboa	Nova Off. de João Rodrigues Neves	S. n.	[D. João Baptista Esteller e D. João Baptista Pardo (no fim do TT; TP: Juan Bautista Esteller, Juan Bautista Pardo)]	<i>[Franceses: Ya no teneis ni leyes, ni libertad, ni bien alguno: ya se os ha forzado à hacer esclava la Europa...]</i>	1808 (no fim do TT e do TP, ass. em Sevilha, a 29 de Maio de 1808)	Consulta directa (PORB) BNP: H.G. 6744//3 V.	[4] pp. A BNE conserva duas eds. do TP (dig.), uma das quais se apresenta em versão bilingue com o texto em castelhano e francês.
126	1808	B	<i>Proclamação que dirigio aos aragonezes D. Jose Rebolledo de Palafox e Melzi, Brigadeiro dos reaes exércitos, etc. logo que o elegerão General daquelle Reino. Traduzida do original hespanhol por...</i>	Lisboa	Nova Off. de João Rodrigues Neves	F. I. J. C. [Felisberto Ignacio Januario Cordeiro]	Palafox, D. José	<i>Manifiesto</i> [“La Providencia ha conservado en Aragon una cantidad inmensa de fusiles, municiones y artillería de todos calibres, que no han sido vendidos ni entregados con perfidia á los enemigos de nuestro reposo...”]	[1808]	PORB BNP: H.G. 6744//6 V.	[4] pp.
127	1808	B	<i>Proclamação que a</i>	Lisboa	Nova Off. de	S. n.	Suprema Junta	<i>La Suprema</i>	1808 (no	Consulta	15 pp.

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Suprema Junta Governadora do Reino faz á nação hespanhola. Traduzida do hespanhol</i>		João Rodrigues Neves		Governadora [no fim do TT, ass. Martin de Garay, “Vogal Secretario Geral” (p. 15)]	<i>Junta Gubernativa del Reyno a la Nacion Española</i>	fim do TT, 10 de Novembro de 1808)	directa (PORB) BNP: H.G. 6744//2 V.	
128	1808	B	<i>Profecia politica verificada no que está succedendo aos Portuguezes pela sua cega affeição para com os Inglezes. Escrita depois do terramoto do anno de 1755, e publicada por ordem superior no anno de 1762, em Madrid. Trad. do hespanhol</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	S. n.	[López Cancelada, Juan]	<i>Profecía política verificada en lo que está sucediendo a los portugueses, por su ciega afición a los ingleses hecha después del terremoto del año 1755</i>	1762	GRI 2817 BNP: S.C. 13532 P.	188 pp. Inclui uma “Relação historica do Terramoto de Lisboa” (pp. 167-188). PORB regista, ainda, duas versões ms. desta trad.: uma, datada de 1777, está contida nas pp. [294-438] do códice da BNP sob a cota COD. 607, <i>Noticia Sumaria do Gentilismo da Azia</i> . A outra, s. d., que supõe ser cópia da trad. anterior, responde à cota da BNP: COD. 13174.
129	1808	D	<i>Promptuario de theologia moral, composto primeiramente pelo P. M. Fr. Francisco Larraga, e agora ultimamente acabado de reformar, accrescentar, e reduzir a melhor methodo, ordem, e conexão de Doutrinas em todos os Tratados, e matérias; por D. Francisco Santos e Grosin. Traduzido, e acrescentado com os Casos Reservados em todos os Bispados do Rieno, e Conquistas, e</i>	Lisboa	Imp. Regia	[Fr. Ignácio de S. Carlos (DBP, II: 415 e VI: 109)]	Larraga, Francisco	<i>Prontuario de teología moral</i>	1710 (ed. de Santos y Grosin: 1780)	GRI 2840 (sem descr. fís.) R. 16964-67 P. (cotas fornecidas por GR, não constantes do cat. em linha)	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1797, etc.). 4 vols. de 463, 512, 459 e 395 Tít. do TT cont.: <i>Nova Edição correcta, emendada á vista do Original Castellano, e accrescentada de huma Dissertação Preliminar sobre os lugares Theologicos; e de muitas notas sobre Contrabandos, Dizimos, e outras materias uteis, e necessárias.</i>

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>hum Tratado da Bulla da Cruzada, concedida a estes Reinos, e seus Dominios, etc.</i>								
130	1808	B	<i>Proposta do Reino de Galliza á Junta do Supremo Governo do Porto</i>	Lisboa	Imp. de Alcobia	S. n.	Januario Figuerôa [sic: Genaro Figueroa], Brigadeiro dos Reaes Exercitos de Hespanha (fim do TT)	<i>Vid. infra</i> obs.	1808	Consulta directa (PORB) BNP: H.G. 15079//23 P.	6 pp. Reed. do TT publicado no mesmo ano, s. l. e s. n. de impr., sob o título de <i>Proclamação do Reino de Galliza...</i> (<i>vid. supra</i>). Januario Figueroa volta a assinar “Em Nome do Reino de Galliza” (p. 6), mas nesta reed. já não consta a datação existente na <i>Proclamação</i> (Porto, 5 de Julho de 1808).
131	[1808]	B	<i>Providencias publicadas em Madrid por ocasião do motim succedido naquella corte no dia 2 de Maio de 1808</i>	S. l.	S. n.	S. n.	[Junta de Governo <i>et al.</i>]	[“Soldados: mal aconsejado el populacho de Madrid, se ha levantado...”]	[3/5/1808]	Consulta directa (PORB) BNP: H.G. 14955//7 P.	[8 pp.] Ed. bilingue, a 2 cols.
132	1808	B	<i>Que he o que mais importa á Hespanha. Discurso de hum membro do povo hespanhol. Traduzido por...</i>	Lisboa	Nova Off. de João Rodrigues Neves	F. I. J. C. [Felisberto Ignacio Januario Cordeiro]	“Hum Membro do Povo” (p. 12 do TT). [TP: “Un miembro del populacho”; Antillón, Isidoro de (BNE, seguindo Palau)]	<i>¿Qué es lo que más importa á la España? Discurso de un Miembro del populacho</i>	1808	GRI 2818 BNP: H.G. 6749//33 V.	12 pp. TP várias vezes reimpr. no ano de 1808, datado em Teruel, a 28 de Junho. O tit. presenta as variantes ... <i>del populacho / del Pueblo</i> segundo a ed. O TT leva uma breve nota do trad. na p. ii, explicativa dos motivos pelos quais “havemos traduzido este, e outros muitos folhetos”.
133	1808	B	<i>Reflexões de hum verdadeiro hespanhol sobre o manifesto da Junta de Sevilha de 3 de Agosto de 1808, que</i>	S. l.			M. D. (nome em p. 16)		[1808]	PORB BNP: H.G. 6749//7 V.	16 pp. Datado em Madrid, a 19 de Agosto de 1808. Exemplar consultado sem folha de rosto.

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>trata á cerca da organização do poder supremo da nação</i>								
134	[1808]	B	<i>Resposta Dada á Junta do Governo Hespanhol, pelo Illustrissimo Senhor Bispo d'Orense D. Pedro Quevedo e Quintano, por ocasião de haver sido nomeado Deputado para a Junta de Bayonna</i>	S. l. [Coimbra?]	Real Impr. da Univ.	S. n.	Pedro Quevedo y Quintano		[1808]	Consulta directa BNP: H.G. 6749//32 V., H.G. 14955//18 P., etc.	[4 pp.]. Resposta epistolar assinada em Ourense, a 29 de Maio de 1808.
135	1808	B	<i>Sentença dada em Madrid em 25 de Janeiro de 1808, e publicada de ordem de S. M. Catholica de 31 de Março, juntamente com huma exposição dos factos a que ella se refere</i>	S. l.	S. n.	S. n.	[El decano del consejo]	[No se ha publicado todavia el resultado de la causa formada en el Escorial, sin embargo de lo que previene el dcreto de 30 de octubre del año pasado...]	[1808]	PORB BNP: H. G. 14955//2 P. ; BME: JHT1333A	[8] pp. Ed. bilingue, a duas cols. (esquerda, TP; direita, TT). Sentença absolutória para D. Juan Escoiquiz (arcediogo de Alcaraz, Toledo), o duque do Infantado e outros detidos por traição (conspiração do príncipe das Astúrias, D. Fernando, contra o seu pai, Carlos IV).
136	[1808]	B	<i>Sentimentos patrióticos dos hespanhoes, manifestados ao governo que os opprimia, em Julho de 1808</i>	S. l.	S. n.	S. n.	S. n.		[1808]	Consulta directa BNP: H.G. 6749//38 V., etc.	[3] pp.
137	1808	B	<i>Sentinella contra francezes por D. Antonio de Capmany. Dedicada ao excellentissimo senhor D. Henrique Holland, Lord da Grã-Bretanha. [...]. Traduzida. do hespanhol</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Capmany, Antonio de	<i>Centinela contra franceses</i>	1808	GRI 2824 BNP: H.G. 6749//27 V., etc.	64 pp. O TP (dig. na BNE) teve uma <i>parte segunda</i> no mesmo ano (<i>vid. infra</i> TT de 1809). Este TT é trad. da primeira parte, tal como o TT que se consigna a seguir. Subtít.: <i>Nesta obra judiciosa e jovial se manifestão as maquinações, e caracter</i>

1.1. Catálogo de traduções independentes

											<i>de Bonaparte, e a ignorancia, e indolencia de D. Manuel de Godoy, ao qual, no tempo da sua privança, escreveo o Author duas cartas, que vão aqui inseridas.</i>
138	1808	B	<i>Sentinella contra francezes, Traduzida do hespanhol</i>	Lisboa	Typ. Lacerdina	S. n.	[Capmany, Antonio de]	<i>Centinela contra franceses</i>	1808	PORB BNP: S.C. 11175//4 P.; GB (dig.)	62 pp. <i>Vid. supra</i> ed. do TT na Imp. Regia. A trad. prescinde da dedicatória a “Henrique Holland, Lord de la Gran Bretaña”.
139	[1808]	B	<i>Sobre la cituacion [sic] de la España. Carta de un Oficial retirado á uno de sus antiguos compañeros / Sobre a situação de Hespanha. Carta de hum Official Reformado a hum de seus antigos camaradas (PORB); Carta de hum reformado a um dos seus antigos camaradas sobre a situação de Hespanha. Toledo 13 de Outubro de 1808 (GR)</i>	S. l.	S. n.	S. n.	S. n. [Marchena, José]	<i>Carta de un oficial retirado á uno de sus antiguos compañeros</i>	1808	GRI 2791 BNP: H.G. 14955//5 P.	14 pp. Ed. bilingue, a 2 cols. Folheto pró-napoléonico.
140	1808	B	<i>Sonho do Grande Napoleão indo dar posse do reino de Hespanha a seu irmão José. Traduzido do hespanhol por...</i>	Lisboa	Imp. Regia	A. M. M.	[F. T. N.]	<i>Sueño de Napoleón</i>	1808	GRI 2819 BNP: H.G. 10749//2 P.	8 pp. “Vende-se nas lojas da Impressão Regia, no Terreiro do Paço na de Antonio Xavier do Valle, defronte do Arsenal na de Francisco Xavier de Carvalho, abaixo da Igreja dos Martyres”. TP (dig. na BNE) várias reimpr. no ano de 1808.

1.1. Catálogo de traduções independentes

141	[1808]	B	<i>Sonho de Napoleão</i>	[Lisboa]	Off. de João Evangelista Garcez	S. n.	[F. T. N.]	<i>Sueño de Napoleón</i>	1808	PORB BNP: H.G. 6750//19 V.	8 pp. <i>Vid. supra</i> TT anterior.
142	[1808]	A2	<i>Súplica que fez o Excellentissimo Senhor General D. José Palafox a Nossa Senhora do Pilar de Saragoça, pedindo-lhe lhe concedesse victoria contra os inimigos da Religião, e da Humanidade com os Versos da Ave Maria</i>	[Lisboa]	[Imp. Regia (PORB, por comparação tipogr.)]	S. n.		<i>Vid. infra</i> obs.	[1808]	PORB BNP: H.G. 4543//35 A. e L. 1138 A. (este com mínimas alterações no tít., por gralha: <i>Supplica que o fez o exmo. Sr. General D. José...</i>)	2 pp. em 2ª. Grav. Texto em quadras, disposto a 2 cols. (PORB). Nos anos da guerra foram várias as orações populares dirigidas à Virgem do Pilar impressas em Espanha.
143	1809	D	<i>A besta de sete cabeças e dez cornos: visão do evangelista e apóstolo S. João exposta no XIII. capitulo de seu Apocalypse, com hum commentario litteral, e applicação ás scenas do mundo presente. Dado á luz por hum Prosbytero andaluz, vizinho da cidade de Malaga</i>	Lisboa	Imp. Régia	S. n. [Fr. Manuel de S. Joaquim Maia (GR e DBP, VI: 18)]	Hum presbytero andaluz [na folho de rosto do TP: S. G. L. A. del S. de M. N. D. A.; no fim do TP: O. S. C. S. E. C. A. R.]	<i>La bestia de siete cabezas y diez cuernos o Napoleón emperador de los franceses. Exposición literal del Capítulo XIII del Apocalipsis por um presbítero andaluz, vecino de la ciudad de Málaga</i>	1808	GRI 2901 BNP: H.G. 14883//23 P.; e BNE: U/9797 (dig.)	34 pp. TT e TP digs. na BNE.
144	1809	D	<i>A besta de sete cabeças e dez cornos ou Napoleão, Imperador dos francezes: exposição litteral do capítulo XIII do Apocalypse, por hum presbytero andaluz, vizinho da cidade de Malaga</i>	Lisboa	Off. de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões	S. n.	Hum presbytero andaluz [Na folho de rosto do TP: S. G. L. A. del S. de M. N. D. A.; no fim do TP: O. S. C. S. E. C. A. R.]	<i>La bestia de siete cabezas y diez cuernos o Napoleón...</i>	1808	PORB BNP: H.G. 6753//5 V., etc.; GB (sem pré-vis.)	30 pp. Outra ed. do TT anterior. GB não indica editor (pela descr. fís. deve corresponder a esta ed.) e apresenta o título como segue: <i>A besta de sete cabeças e dez cornos, ou Napoleão, [e]mperador dos Francezes. Exposição litteral do capitulo XIII.</i>

1.1. Catálogo de traduções independentes

											<i>do Apocalypse (segundo a traducção do Padre Filippe Scio de S. Miguel, Bispo de Segovia) por hum presbytero andaluz, visinho da cidade de Malaga [i.e. Manoel de S. Joaquim Maia...</i>
145	1809	D	<i>A besta de sete cabeças e dez cornos. Visão do Evangelista e Apóstolo S. João. Um Presbítero Andaluz</i>	Lisboa	S. n.	S. n.	Hum presbytero andaluz [Na folho de rosto do TP: S. G. L. A. del S. de M. N. D. A.; no fim do TP: O. S. C. S. E. C. A. R.]	<i>La bestia de siete cabezas y diez cuernos o Napoleón...</i>	1808	PORB BNP: H.G. 19036//12 P.	32 [2] pp. Mais uma ed. do TT anterior.
146	1809	B	<i>A Junta Suprema do Governo do Reino ás provincias de Andaluzia e povo de Sevilla</i>	Lisboa	Imp. Regia	[Luiz Caetano de Campos (GR)]	Junta Suprema y Gubernativa	<i>La Junta Suprema y Gubernativa del Reyno a las provincias de Andalucía y pueblo de Sevilla</i>	1808	GRI 2869 BNP: H.G. 6744//40 V.	6 pp.
147	1809	B	<i>Aviso util aos hespanhoes, igualmente agradavel aos portuguezes desde o anno 1697. Offerecido a todas as nações contra o tyranno da França como premissas dos consequentes actos, maquinações e perfidos meios com que o actual Bonaparte pertendeo realizar em Bayona no mez de abril de 1808 a preparada usurpação</i>	Lisboa	Regia Typ. [GR: Off.] Silviana	S. n.	Cevallos, Pedro			GRI 2886 BNP: H.G. 6753//6 V.; Bib. da Ajuda: 154-II-2, n.º 48	32 pp. (PORB e Bib. da Ajuda). 39 pp. (GR). Bib. da Ajuda acrescenta que, na p. 32, onde consta o nome do autor do TP, pode ler-se: “por hum grande politico hespanhol, e publicado em Julho de 1809 em Lisboa [B. L. M.]”.

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>da coroa da Hespanha conforme foraõ já expostos a todo o mundo civilizado</i>								
148	1809	B	<i>Carta de boa vinda remetida a José Bonaparte desde Murcia. Impressa depois de sua intempestiva marcha, com huma posdata. Trad. do hespanhol por...</i>	Lisboa	Off. João Evangelista Garcez	J. M. C. [Campelo, João Maria]	[El Murciano, pseud. de Bado, Luis Santiago (BNE, seguindo Palau)]	<i>Carta de bienvenida remitida á Josef Bonaparte desde Murcia. Impresa después de su intempestiva marcha, con una posdata</i>	1808	GRI 2859 BNP: H.G. 14971//3 P.	8 pp. TP (reed.) dig. na BNE. Nome do trad. identificado noutro TT da mesma autoria, ano de 1808 (<i>vid. supra Factos historicos, dignos de imitar pelos hespanhoes...</i>).
149	1809	B	<i>Carta que escreveo hum hespanhol, assistente em Sevilha, a hum seu amigo, morador nesta cidade de Lisboa, em que lhe dá conta da sublevação de Madrid...</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.: “Hum hespanhol”			PORB BNP: H.G. 15076//6 P.	[4] pp.
150	1809	B	<i>Correio do outro mundo. Contem a carta que dirige Williams Pitt ao Imperador Napoleão. Trad. do hespanhol</i>	Lisboa	Imp. de Alcobia	S. n.	Pitt, Williams (autor atribuído)	<i>Correo del otro mundo, n.º 2 (Carta que dirige Williams Piit [sic] al emperador Napoleon</i>	1808 (24 de Agosto)	GRI 2836 (1808, Imp. Regia?) e PORB (1809, Imp. Alcobia) BNP: H.G. 15071//24 P. e GB (dig.)	13 pp. Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1808) TP (atribuído a William Pitt, Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, falecido em 1806) dig. na Biblioteca Valenciana Digital. <i>Vid. supra</i> 3 TT de 1808 sob o título comum de <i>Correio do outro mundo</i> .
151	1809	B	<i>Dialogo joco-serio entre um cavalheiro napolitano da comitiva de José Napoleão, intruso Rei de Espanha, e o juiz do Tioja perto de Burgos, traduzido de Hespanhol em</i>	Lisboa	Off. Simão Thaddeo Ferreira	S. n.	S. n.	<i>Dialogo joco-serio entre un caballero napolitano de la comitiva de Josef Napoleon, intruso rey de España, y el alcalde de</i>	1808	GRI 2862 BNP: H.G. 6748//6 V. ; GB (dig.)	16 pp. TP dig. na BNE. Gralha no tit. oferecido por GR: * <i>Tiajo</i> por <i>Tioja</i> . Mantemos a classificação de GR (B), embora o texto esteja mais perto do teatral (A3).

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Portuguez. Impresso no Diario de Valença</i>					<i>Tioja, cerca de Burgos</i>			
152	1809	B	<i>Falla de hum patriota hespanhol aos portuguezes por causa dos acontecimentos do Porto</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.: “Hum patriota hespanhol”			PORB BNP: H.G. 6646//10 V.	24 pp.
153	1809	B	<i>Manifesto da Nação Hespanhola á Europa</i>	Lisboa	Off. de Antonio Rodrigues Galhardo	S. n.	[Quintana, Manuel José e Garay, Martín de (vid. infra obs.)]	<i>Manifiesto de la nación española a Europa</i>	1809 (1 de Janeiro)	GRI 2212 (com data de 1800) BNP: H.G. 6746//6 V.	1ª ed. do TT (mesmo ano do TP). 36 pp. GR insire esta espécie no ano 1800, reproduzindo a datação (errada) do cat. de A. M. Silva, ano 1839, que cita como fonte. Vid. infra TT de 1810 (retrad.). O TP saiu assinado por Martín de Garay, na qualidade de Secretário da Junta Suprema Central. A autoria costuma atribuir-se a Quintana, não sendo descartável a colaboração de Garay na redacção (ver: http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/32/65/11alonso.pdf , particularmente pp. 235 e ss.).
154	1809	B	<i>Noticias dadas por hum hespanhol vizinho de Garandilha, cujo lugar fica da outra banda do Tejo</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.: “Hum hespanhol”			PORB BNP: H.G. 15074//14 P.	[4] pp.
155	1809	B	<i>Noticias de Saragoça com a carta do Marechal do Imperio Francez Moncey, intimando o rendimento da dita cidade, e a resposta do seu Capitão General o</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.	<i>Noticias de Zaragoza, con la carta del Mariscal del Imperio francés Moncey, intimando la rendición de</i>	[1809? (vid. infra obs.)]	GRI 2872 BNP: H.G. 6747//33 V. (dig.)	8 pp. TP dig. em http://www.bibliotecavirtualdeandalucia.es/catalogo/consulta/registro.cmd?id=1015523 . Segundo a Bib. Virtual de Andalucía, o TP é de [1808]. É mais provável,

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Excellentissimo Senhor D. José de Palafox. Traduzidas de hum exemplar impresso em Cadis na Officina de D. Nicoláo Gomes Requena, Impressor do Governo</i>					<i>dicha Ciudad, y la respuesta de su Capitan General el Excmo. Sr. D. Josef de Palafox</i>			contudo, que tenha sido impresso em 1809, pois os factos relatados datam dos últimos dias do mês de Dezembro de 1808.
156	1809	B	<i>O D. Quixote de agora com o Sancho Pansa de algum dia. Composto em língua hespanhola. Traduzido em portuguez por...</i>	Lisboa	Imp. Regia	***	[Meseguer, Francisco]	<i>El Don Quijote de ahora con Sancho Panza el de antaño</i>	1809	GRI 2868 BNP: H.G. 6753//19 V.	25 pp. O TP (dig. em GB), em que o autor recorre ao tópico do sonho literário, apresenta, em “grandísimo anacronismo”, um diálogo entre Napoleão, “un hombre de poca estatura, armado como suelen los coraceros franceses, y en su espaldar un cartelon que decia: <i>este es el Caballero de la mala Figura</i> ”, e Sancho Pança. A 1ª ed. saiu em Córdova, e foi reimpr. no mesmo ano em vários outros locais, entre os quais México.
157	1809	B	<i>O Marechal-des-Logis francez convertido em porco, ou o modo como se festejou em Madrid o dia d'annos de Napoleão. Anedocta jocosa trad. do hespanhol</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.				GRI 2870 BNP: H.G. 6753//22 V.	14 pp. O anúncio na <i>Gazeta de Lisboa</i> de 28 de Setembro de 1809 (n.º 102), em cuja loja se vendia este TT por 80 réis, destaca que “pelo desempenho do seu entreixo tem merecido a aprovação de pessoas de muito senso”.
158	1809	B	<i>Palafox verdadeiro heroe da historia, e da Europa, demonstrado</i>	Lisboa	Off. de João Evangelista Garcez	S. n.	S. n.: “hum hespanhol”		[1809?]	GRI 2873 BNP: H.G. 12096//7 V.;	26 pp.

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>por suas acções heroicas. Por hum hespanhol</i>							Biblioteca do Exército: 7.862/A; GB (dig.)	
159	1809	B	<i>Politica popular adaptada às circunstancias do tempo presente. Traduzida do idioma hespanhol</i>	Lisboa	Nova Off. João Rodrigues Neves	S. n.	“El Doctor Mayo 1808” [Julián Negrete]	<i>Politica popular acomodada á las circunstancias del dia</i>	1808	GRI 2877 BNP: H.G. 6576//44 V.	28 pp. Texto dialogado disposto em jeito de catecismo, com perguntas e respostas. Sob pé de impressa: licença da Meza do Desembargo do Paço. “Vende-se na Casa da Gazeta” (PORB).
160	1809	B	[Proclamação do Marquês de la Romana]	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Marqués de la Romana [Pedro Caro y Sureda]			PORB BNP: H.G. 14948//10 P.	[4] pp.
161	1809	B	<i>Proclamação feita em Sevilha aos hespanhoes, em Janeiro de 1809, sobre os successos de Talavera de la Reyna em Dezembro de 1808. Traduzida em portuguez por F. B. M. por interesse da boa causa</i>	Lisboa	Imp. Regia	F. B. M.	S. n.	<i>Á los españoles</i> [“La entrada de las tropas de Bonaparte en Talavera de la Reyna en diciembre último ha sido señalada con todas las muestrad de inhumanidad y perfidia que ésta gente bárbara acostumbra...”]	[1809]	Consutla directa (PORB) BNP: H.G. 6744//8	7 pp. No fim do TT: “Sevilha”, em referência ao local de impressão do TP.
162	1809	B	<i>Que se deve a Valença? Ou reflexões sobre os esforços que fez esta provincia na presente guerra</i>	Lisboa	Nova Off. de João Rodrigues Neves	S. n.	S. n.	<i>Qué se debe a Valencia? O sea reflexiones sobre los esfuerzos que ha hecho esta provincia en la presente guerra</i>	1808	Consulta directa BNP: H.G. 6749//35 V.	15 pp.
163	1809	B	<i>Sentinella contra francezes, segunda parte</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Capmany, Antonio de	<i>Centinela contra franceses. Parte</i>	1808	GRI 2885 BNP: H.G. 6753//24 V.	39 pp. Continuação do TT de 1808 (<i>vid. supra</i> , Imp. Regia e Typ.

1.1. Catálogo de traduções independentes

								<i>segunda</i>			Lacerdina). A <i>Gazeta de Lisboa</i> de 28 de Setembro de 1809 (n.º 102) anuncia a saída a lume deste TT, vendido na loja da <i>Gazeta</i> por 160 réis, nos seguintes termos: “o grande acolhimento que mereceu ao público a 1.ª parte desta obra tem mostrado o seu decidido merecimento”. O anúncio apresenta uma gralha no nome do autor, que figura como <i>Papmany</i> .
164	1809	B	<i>Ultimas noticias de Saragoça, e sua ultima resistencia</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Rodríguez, Fr. Teobaldo (o nome do autor consta no fim do TT)			PORB BNP: H.G. 6752//7 V. (dig.)	13 pp. TT assinado na p. 13: “O Doutor em Filosofia, e Theologia, Fr. Theobaldo Rodriguez”. Frei Teobaldo Rodríguez Gallego, monge do Císter, participou na Guerra da Independência como coronel.
165	1810	D	<i>A besta de sete cabeças, e dez cornos, ou Napoleão, Imperador dos francezes e exposição litteral do capítulo XIII do Apocalypse, por hum presbytero andaluz vizinho da cidade de Malaga</i>	Lisboa	Nova Off. de João Rodrigues Neves	S. n.	Hum presbytero andaluz [na folho de rosto do TP: S. G. L. A. del S. de M. N. D. A.; no fim do TP: O. S. C. S. E. C. A. R.]	<i>La bestia de siete cabezas y diez cuernos o Napoleón...</i>	1808	PORB BNP: H.G. 17411//6 P.	29 pp. Reed. (vid. <i>supra</i> eds. do TT de 1809).
166	1810 (GR, 18-PORB)	B	<i>A patria contra o inimigo commum por D. A. de M. L. Trad. por F. I. J. C. (PORB)</i>	Lisboa	Off. de Simão Thaddeo Ferreira	F. I. J. C. [Felisberto Ignacio Januario Cordeiro]	D. A. de M. L.	<i>La patria contra el enemigo común</i>	1808	GRI 2833 (ano 1808, fonte: Ayres 1-286), GRI 2874 (1809?),	10 pp. O nome do autor do TP aparece também referido em <i>La quema de la Constitucion en Aldea Leal, por el Doct. Don</i>

1.1. Catálogo de traduções independentes

										fonte: AHO 205-1959) e GRI 2923 (1810, cota da BNP <i>infra</i>) BNP: H.G. 11914//3 V.	<i>Patricio Español, publicado por D. A. de M. L.</i> (1808), espécie recolhida na IBIS (Base de datos del patrimonio bibliográfico de Patrimonio Nacional). Não foram encontrados exemplares relativos aos registos em GR desta espécie nos anos 1808 (Off de João Rodrigues das Neves, 11 pp.) e 1809 (mesmo ed. e pp. deste TT).
167	1810	B	<i>As noticias dos combates da Hespanha. A morte do general francez, a tomadia de varias munições aos francezes, e a falla da nação hespanhola por...</i>	Lisboa	Imp. Regia	F. S. D. R.	S. n.	[Compilação de notícias trads. de jornais vários, v. gr., <i>Diario de Badajoz</i>]	[1810]	Consulta directa (PORB) BNP: H.G. 15078//10	8 pp.
168	1810 (PORB e Balbi)	B	<i>Carta de D. Christovão del Solano de Badajoz a D. Lourenço Herrera residente em Lisboa: Observações curiosas sobre a Aguia ganhada aos francezes pelos Senhores Generaes Silveira, e Tabora na acção de Puebla de Sanabria. Traduzida do Idioma Hespanhol por...</i>	Lisboa (PORB)	Imp. Regia (PORB)	S. n.: “....” [<i>sic</i> na folha de rosto]	“Christovão del Solano, de Badajoz”			GRI 2891 (1809, fonte: Ayres I-185); Balbi, 1822, II: 276 (1810) BNP: H.G. 14945//6 P.	8 pp. GR consigna o tít. como segue: <i>Carta de D. Cristoval del Solano, de Badajoz, a hum seo amigo residente em Lisboa.</i>
169	1810	B	<i>Carta de Napoleão ao seu irmão José Bonaparte, interceptada por uma Partida de Guerrilhas,</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Napoleão (autor atribuído)		1810 (<i>vid. infra</i> obs.)	GRI 2925 BNP: 945//7 P.	4 pp. O assunto desta carta fictícia, datada no “Palacio das Tulherias 20 de Março de 1810”, vem resumido no próprio tít.

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>dez leguas em distancia de Madrid. [...]. Impresa em Cadiz [...] e traduzida na lingua portugueza</i>								do TT: <i>Nella dá várias instrucções ao dito seu Irmão, Rei intruso em Hespanha, sobre o modo de se haver entre os Hespanhoes, para os roubar, e destruir. Também fica explícita a finalidade da publicação: para mais excitar o patriotismo e entusiasmo nacional contra a perfídia franceza.</i>
170	1810	B	<i>Carta em que Jozefina imperatriz dos francezes Pedre a Talayrand vingança contra Napoleão por querer repudialla; e a resposta que este lhe dá, assegurando-lhe cruenta guerra contra Bonaparte...</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Josefina e Talayrand (autores atribuídos)			Consulta directa BNP: H.G. 14945//9 P	8 pp. Este intercâmbio epistolar ficcional não se diz traduzido do esp. para o port (trad. oculta). Contudo, o conteúdo do TT aponta para um TP inequivocamente espanhol, que por sua vez se apresenta como uma pseudotrad.: a carta está ... <i>Transcripta de hum original francez Que veio a Gibraltar, e que nos foi ministrada por hum Passageiro, que chegou áquelle Porto no Navio Speculation.</i>
171	1810	B	<i>Collecção de escriptos selectos publicados em [H]espanha (GR) depois da invazão aleivosa dos Francezes, e traduzida em Portuguez (M. Abreu, 2009) / e Traduzidos em Linguagem Portuguesa (cat. Nuno Gonçalves)</i>	Lisboa (Cat. N. Gonçalves)	Imp. Regia (Cat. N. Gonçalves)	S. n.				GRI 2913 (fonte: Ayres, I-241) Cat. Abril 2005 Nuno Gonçalves, lote 70; M. Abreu, 2009: 12-13	O catálogo em que se localizou este TT, encadernado com outros folhetos da mesma época e tema, está disponível em: http://www.otiumcundiguitate.pt/data/doc/200505.pdf (acedido a 16/3/2014). A <i>Collecção</i> é igualmente citada por

1.1. Catálogo de traduções independentes

											M. Abreu (2009: 12) entre os impressos remetidos para o Rio de Janeiro em 1810 por Teodoro José Biancardi (250 exemplares que se destinavam a ser comercializados por João Roiz de Barros).
172	1810	B	<i>Decreto do governo instruso, publicado em Sevilha, Que deo motivo ao Conselho de Regencia dos Reinos de Hespanha e Indias para lhe contrapor outro Decreto</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Blas de Aranza (nome em p. 4) e Bardaxi (nome em p. 8)		1809 (vid. infra obs.)	Consulta directa H.G. 14945//11 P.	8 pp. Nas pp. 1-4, aparece o decreto publicado em Sevilha a 9 de Maio pelo Conselheiro de Estado e Prefeito da Província de Sevilha Blas de Aranza, com as medidas dictadas pelo Duque de Dalmacia, Marechal do Império, para acabar com “estas quadrilhas de facciosos, que não deixão de escitar contra a desgraçada Patria todos os horrores de huma guerra civil”. Nas pp. 5-8, segue o contra-decreto (Real Ordem de 15 de Agosto) que publica, em Cádiz, o Conselho da Regencia de Hespanha e Indias, em nome “de seu captivo Rei o Senhor D. Fernando VII”.
173	1810	B	<i>Duende dos nossos exércitos, descoberto por hum bom patriota. Traduzido do hespanhol</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.			Consulta directa H.G. 14945//14 P.	20 pp.
174	1810	B	<i>Façonhas militares do illustrissimo e excellentissimo senhor</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.	<i>Patriotismo y gloriosas empresas del</i>	1810	PORB BNP: H.G. 14945//15 P.	35 pp. Começo do TT: “Todas as grandes revoluções politicas, ao

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Marquez de la Romana, General em chefe do Exercito da Esquerda desde o seu embarque em Langeland até o presente. Valor, Heroismo, e pasmosas operações dos Gallegos debaixo do seu Commando; e Guerra destruidora, que fizeram aos Francezes. Traduzido do Hespanhol</i>					<i>Excelentísimo Señor Marqués de la Romana en la reconquista del Reino de Galicia</i>			passo que produzem monstros execráveis, apresentam também homens Magnanimos, Generosos, e Heroes...” No fim do TT, segue cat. de obras á venda nas lojas da Gazeta.
175	1810	B	<i>Idea abbreviada da revolução de Sevilha no dia 24 de Janeiro de 1810 (Extracto do Diario de Sevilha de 27 de Janeiro de 1810)</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.	<i>(In Diario de Sevilha)</i>	1810	Consulta directa H.G. 14945//18 P.	[4] pp. Inclui a “Proclamação” da Junta Suprema de Sevilha, assinada por José Maria Garcia Carrillo a 25 de Janeiro, por ordem de S. A. S.
176	1810	B	<i>Instrucção que se deve observar na eleição dos Deputados das Cortes</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.			Consulta directa H.G. 14945//19 P.	Embora não apresentado no frontispício como uma trad., este texto contém os artigos, distribuídos por seis capítulos, que deviam regular a eleição dos deputados das Cortes Gerais espanholas. Além disso (conteúdo), revela a sua condição de TT uma nota final do trad. (“Advertencia”), relativa à opção pela conservação (préstamo) perante as dificuldades para traduzir marcas culturais, v. gr.: “os nomes que em Hespanha tem certos Magistrados e

1.1. Catálogo de traduções independentes

											Authoridades, por não se acharem em Portuguese exactos equivalentes. Os nossos Empregos que mais se parecem com estes sempre de hum modo ou outro differem; e algumas vezes os mesmos termos significão, nos dous Reinos, Offícios diversos”.
177	1810	B	<i>Manifesto da nação Hespanhola à Europa</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	[Quintana, Manuel José e Garay, Martín de]	<i>Manifiesto de la nación española a Europa</i>	1809 (1 de Janeiro)	PORB BNP: H.G. 15078//2 P.	Retrad. do TT de 1809 (<i>vid. supra</i>). 19 pp. GRII 6351 (ano de 1845) dá novamente este tít. e remete para o jornal <i>O Patriota</i> , que fomos consultar. Trata-se de um anúncio publicado no n.º 468, de 27 de Janeiro. Indica-se preço (60 reis) e local de venda (“na loja de Antonio Marques da Silva”): reed. deste TT? Não se encontraram mais notícias desta alegada reed. de 1845, nem exemplares consultáveis.
178	1810	B	<i>Noticias do continente, ou Relação dos Combates, e Victorias que os Portuguezes e Hespanhoes tem alcançado contra os Francezes em Badajoz, e outros successos, extrahidas das Gazetas de Hespanha</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.	[Compilação de notícias trads. de jornais vários]	[1810]	Consulta directa (PORB) BNP: H.G. 15078//8	[4] pp.
179	1810	B	<i>Noticias fidedignas do combate da Cidade de Rodrigo, e outros</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.	[Compilação de notícias trads. de jornais	[1810]	Consulta directa (PORB)	[4] pp.

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>acontecimentos da Hespanha</i>					vários, v. gr., <i>Diario de Badajoz</i>]		BNP: H.G. 15078//11	
180	1810	B	<i>Noticias officiaes dos combates da Hespanha</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.	[Compilação de notícias trads. de jornais vários, v. gr., <i>Gaceta Extraordinaria de Catalunha e Diario de Badajoz</i>]	[1810]	Consulta directa (PORB) BNP: H.G. 15078//9	[4] pp.
181	1810	A3	<i>O sermão sem fruto, ou José Botelhas em o Ajuntamento de Logronho. Entremez</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	[D. F. E. Castrillon: Félix Enciso Castrillón]	<i>El sermon sin fruto, ó sea Josef Botellas en el Ayuntamiento de Logroño. Pieza jocosa en un acto</i>	[1809?; repr. em Madrid, Nov. de 1808]	Consulta directa (PORB) BNP: H.G. 15078//49	18 pp. TP dig. na BNE.
182	[1810]	B	<i>Proclamação assinada por [...] exortando os cidadãos espanhóis fugidos para Portugal, na Guerra da Independência contra os franceses, a apresentarem-se aos cônsules de Espanha ou ao Ministro de Espanha em Portugal, sendo-lhes facultado o perdão</i>	Lisboa	S. n.	S. n.	Jual del Castillo y Carroz			PORB BNP: F.R. 976	1 f. dobr. PORB refere a data [1810-1811]. Inclino-nos por 1810 por ser esse o ano em que Castillo y Carroz desempenhava funções enquanto Ministro Plenipotenciário de Espanha em Portugal, tendo-se deslocado em 1811 para o Brasil. GR 2919 não regista este (alegado) TT, mas sim uma <i>Proclamação aos galegos que habitavam em Portugal para tomarem as armas</i> (GRI 2919), de que não encontramos exemplares.
183	1810	B	<i>Proclamação do heroe defensor da patria o</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Marqués de la Romana [Pedro	<i>Proclama[s] del Excmo. Sr.</i>	1810	PORB BNP: H.G.	8 pp. Inclui duas proclamações:

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>grande Marquez de la Romana aos hespanhoes e proclamação aos povos de Andaluzia para se levantarem contra os perfidos inimigos da Europa.</i>				Caro y Sureda]	<i>Marques de la Romana</i>		15078//15 P.	“Españoles: Ocioso y cansado parecerá hablaros aun, después de tantas proclamas...” e “Habinantes de Extremadura: ¿Queréis conservar vuestra independencia?...”
184	1810	B	<i>Proclamação do Marquez de la Romana a todo o seu exercito, Impressa em Cadis em 15 de Maio. Traduzida do Hespanhol</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Marqués de la Romana [Pedro Caro y Sureda]	<i>Proclama al ejército</i>	1810	PORB BNP: H.G. 15078//17 P.	[3] pp.
185	1810	B	<i>Relação das grandes victorias alcançadas pelos Hespanhoes, e a tomada de hum riquissimo Comboy, que vinha para Massena</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.	[Compilação de notícias trans. de jornais vários, v. gr., <i>Gaceta da Extremadura</i>]	1810	Consulta directa (PORB) H.G. 15078//29 P.	[4] pp.
186	1810	B	<i>Representação do Marquez de la Romana a Suprema Junta Central de Hespanha</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Marqués de la Romana [Pedro Caro y Sureda]	<i>Representación del Excelentísimo Marqués de la Romana a la Suprema Junta Central</i>	[1809]	PORB BNP: H.G. 6650//11 V., etc.	15 pp. TP dig. na BNE.
187	1810	B	<i>Representação escrita por D. João Escoiquiz, mestre de D. Fernando VII quando era Principe das Asturias; a qual sendo achada entre os Papeis do mesmo Principe, servio de primeiro fundamento para a causa do Escorial</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Escoiquiz, Juan	<i>Representacion escrita por el Señor D. Juan de Escoiquiz, Maestro del Señor D. Fernando VII siendo príncipe de Asturias, principal fundamento de la causa de Escorial...</i>	1809	Vicente (2004: 1112) BNP: H.G. 14880//6 , H.G. 14969//3 P. e H.G. 15078//48	26 pp. A PORB devolve duas entradas, com títs. e cotas diferentes (as 3 atrás consignadas), mas todas relativas ao mesmo TT. Vicente (2004: 1112) descreve-o como um libelo “extenso e incisivo no ataque a Manuel Godoy, não datado mas com certeza elaborado nos finais do ano 1807”.
188	1811	B	<i>Despertador, ou unico</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n.: “Hum			PORB	14 pp. No mesmo ano

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>meio de salvar a Hespanha. Obra de hum patriota hespanhol; traduzida em Portuguese</i>				patriota hespanhol”			BNP: H.G. 10662//9 P.	foi “novamente impresso” na Imp. Regia do Rio do Janeiro (cat. antigo de obras raras da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil). GRI 2803 regista mais uma reed., feita na Bahia por M. A. da Silva *Sarpa [sic in GR: Serva], mas o ano aí indicado por GR (1808) está errado, pois a tipografia bahiana de Manuel António da Silva Serva apenas começou a funcionar no ano de 1811. Tal ed.encontra-se, por exemplo, na biblioteca da University of Wisconsin-Madison, com a data [181?].
189	1811	B	<i>O conciliador, ou reflexões sobre a conversação entre hum forasteiro, e hum visinho da ilha de Leão dirigidas ao A. das Observações Criticas a respeito da mesma. Próva-se o direito incontestavel que as fêmeas tem ao throno da Hespanha, na falta de sucessor varão. Trad. do hespanhol por...</i>	Lisboa	Imp. Regia	Couto, Antonio Maria do	S. n.	<i>El conciliador ó reflexiones sobre la conversacion entre un forastero y un vecino de la Isla de Leon, dirigidas al autor de las observaciones criticas acerca de la misma</i>	1811	GRI 2949 BNP: H.G. 15030//16 P. (dig. em: https://archive.org/details/elconciliadore00cd)	22 pp.
190	1811	B	<i>O monstro sem rebuço ou reflexões de hum madrilense residente em Madrid depois da segunda invasão dos francezes dirigidas ao</i>	Lisboa	Imp. Regia	Couto, Antonio Maria do	S. n.	[TP manuscrito]		GRI 2953 BNP: H.G. 34816 V.	20 pp. Segundo indica o tít. do TT, foi trad. a partir de uma fonte manuscrita.

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>curso; para conhecimento da Europa, e para se aprender a fallar ao tyrano. Trad. de hum manuscripto hespanhol por...</i>								
191	1811	B	<i>Traducção do officio que o General Castanhos faz á Junta da Extremadura em que lhe dá parte da batalha brilhante de Albuera.</i>	Lisboa	Imp. Regia	[Couto, Antonio Maria do (GR)]	Castaños Aragorri Urioste y Olavide, Francisco Javier	[“El general en jefe del quinto ejército D. Francisco Xavier Castañes, con fecha del campo de batalla de la Albuhera á 19 de mayo, dice á la letra lo que sigue...”], in <i>Gaceta extraordinaria de la Regencia</i> , 24/5/1811	1811	GRI 2961 BNP: H.G. 9795//14 P.	11 pp. O combate a que alude o título teve lugar a 16 de Maio.
192	1812	B	<i>Politica particular de Bonaparte quanto á religião catholica ou meios de que ele se vale para a extinguir e subjugar os hespanhoes pela sedução já que não os póde dominar pela força. Impresso em Cadiz no mez de Dezembro de 1811. Trad. e impresso em Março de 1812 (Vicente, 2003: 1111, GRI 3020 e Bibl. da Ajuda)</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Cevallos, Pedro	<i>Política peculiar de Buonaparte en quanto a la religion católica, medios de que se vale para extinguirla, y subyugar los españoles por la seduccion, ya que no puede dominarlos por la fuerza</i> (reeds. do TP de 1812 e 1813 digs. na BNE)	1811	GRI 3014 e GRI 3020 BNP: S.C. 11461//10 P. e H.G. 15073//9 P.; Bibl. da Ajuda: 154-I-10, n.º 24	45 [1] pp. Sobre o conteúdo do TT, <i>cfr.</i> Vicente, 2003: 1111. GR I 3014, que não indica a fonte desta espécie, apresenta-a como “folha volante” anónima., com o tít.: <i>Manifiesto em Cadiz a 10 de Dezembro de 1810. A politica particular de Bonaparte quanto á religião Catholica e contra a independência.</i> Pensamos que se trata do mesmo TT que regista no verbete GRI 3020, atribuindo-o já a Cevallos. A Bib. da

1.1. Catálogo de traduções independentes

											Ajuda acrescenta que o autor do TP é apresentado como segue: “he seu author Dom Pedro Cevalhos [...] que presenciou, e manifestou a toda a Europa as atrocidades commetidas em Baióna no anno de 1808”. PORB (cota H.G. 15073//9 P. da BNP) reproduz como tít. o “anúncio do opúsculo”: <i>D. Pedro Cevalhos, ex-ministro d’estado d’El Rei Fernando VII, manifesta em Cadiz, a 10 de Dezembro de 1811, a política particular de Bonaparte quanto à religião catholica, e contra a independência da peninsula das Hespanhas.</i>
193	1812	B	<i>Representação de Dom Pedro Cevallos ao Governo de Hespanha em 25 de Dezembro de 1811, pedindo a maior consideração sobre o opusculo que offerece á politica particular de Bonaparte. Traduzida em portuguez a bem da nação em Maio de 1812</i>	Lisboa	Imp. Regia		Cevallos, Pedro	[Oficio a los secretarios de las Cortes fechado en Cádiz el 25 de diciembre de 1811]	1811	GRI 3021 Bibl. da Ajuda: 154-I-2. n.º 66; BNP: H.G.14954//12	7 pp. TP lido nas Cortes a 26/12/1811, e reproduzido no <i>Diario de Sesiones de las Cortes Generales y Extraordinarias</i> , n.º 449, pp. 2479-80: http://www.congreso.es/docu/blog/ds/26121811-2477.pdf .].

1.1. Catálogo de traduções independentes

194	1813	D	<i>Compendio do promptuario da theologia moral que compoz Fr. Francisco Larraca [sic] e illustrou Francisco Santos e Gronin [sic]. Ordenado, correcto e augmentado com varios tratados, e muitas novas por Fr. Ignacio de S. Carlos, Portuense</i>	Porto	Typ. que foi de Antonio Alvarez Ribeiro	Fr. Ignácio de S. Carlos	Larraga, Francisco	<i>Prontuario de teología moral</i>	1710 (ed. de Santos y Grosin: 1780)	GRI 3090 (ano 1813, descr. fís. dos 4 vols.) BNP: TR. 3331-2 P.; BJPII: 241-LARR; BME: JHT802	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1797, etc.). 2 vols. de [XIV] 391 [XVI] pp. e [VIII] 392 pp. Teve cont. (vols. III e IV) em 1814: <i>vid. infra</i> .
195	1813	B	<i>Resumo histórico da revolução de Hespanha. Em que se contem a relação das principaes causas da ruina de Hespanha; invasão das tropas francezas em Hespanha e Portugal; levantamento geral da Peninsula em 1808, etc.</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Salmón, P. Manuel	<i>Resumen histórico de la revolución de España. Año 1808</i>	1812-1814 (6 vols)	GRI 3076 (fonte: AHO 24-817) BNP: H. G. 5169 P.	GR recolhe esta espécie no ano de 1813, e indica 3 vols. Na verdade, a versão port. da obra saiu em 2 vols.: o primeiro é o TT aqui registado, o segundo veio a lume no ano de 1815 (<i>vid. infra</i>).
196	1814	D	<i>Compendio do promptuario da theologia moral que compoz Fr. Francisco Larraca [sic] e illustrou Francisco Santos e Gronin [sic]. Ordenado, correcto e augmentado com varios tratados, e muitas novas por Fr. Ignacio de S. Carlos, Portuense</i>	Porto	Typ. que foi de Antonio Alvarez Ribeiro	Fr. Ignácio de São Carlos	Larraga, Francisco	<i>Prontuario de teología moral</i>	1710 (ed. de Santos y Grosin: 1780)	GRI 3090 (ano 1813, descr. fís. dos 4 vols.) e GRI 3138 (ano 1814, desc. fís. do vol. III, embora não se indique) BNP: TR. 3333-4 P.; BJPII: 241-LARR; BME: JHT802	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1797, etc.). Cont. da ed. de 1813 (<i>vid. supra</i>): vols. III e IV, de [VII] 455 pp. e [VIII] 330 pp., respectivamente.
197	1815	C	<i>Fysionomia, e varios</i>	Lisboa	Off. Joaquim	[Brito,	Cortés,	<i>Fisonomía, y</i>	1597 (1ª	PORB	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>segredos da natureza. Contém cinco tratados de diferentes materias, todos revistos, e melhorados nesta ultima impressão. A qual se accrescentarão muitas cousas notaveis, e de grande utilidade. Composto por Jeronymo Cortez...</i>		Rodrigues d'Andrade	Antonio da Silva]	Jerónimo	<i>varios secretos de naturaleza</i>	ed.), 1741 (ed. expurgada)	BNP: P. 6050 P.	1786). 232 pp.
198	1815	Al	<i>Historia do amante liberal. Por...</i>	Lisboa	Off. de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões	A. da C. de T. A. e F.	[Cervantes, Miguel de]	<i>Novela del amante liberal (in Novelas ejemplares)</i>	1613	GRI 3148 BNP: L. 6611//1 P.	Reed. (vid. supra TT de 1788). 2 partes de 50 e 71 pp. (PORB).
199	1815	B	<i>Resumo histórico da revolução de Hespanha. Em que se contem a relação das principaes causas da ruina de Hespanha; invasão das tropas francezas em Hespanha e Portugal; levantamento geral da Peninsula em 1808, etc.</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	Salmón, P. Manuel	<i>Resumen histórico de la revolución de España. Año 1808</i>	1812-1814 (6 vols)	GRI 3076 (ano 1813) BNP: H. G. 5170 P.	Cont. do TT de 1813 (vid. supra).
200	1816	Al	<i>Aventuras galantes de dois fidalgos estudantes, ou a historia admiravel da famosa Cornelia de Bolonha</i>	Lisboa	Imp. de Alcobia	S. n.	[Cervantes, Miguel de]	<i>Novela de la señora Cornelia (in Novelas ejemplares)</i>	1613	GRI 3226 BNP: L. 6615//4 P.; BCM: 4Z450-03; CR (dig.)	1ª ed. do TT. 84 pp. CR apresenta o TT entre os títulos cuja autoria está por identificar (autor do TP desconhecido). PORB também não indica nome de autor do TP. Contudo, o nome de Cervantes é referido no anúncio publicado no n.º 98 da <i>Gazeta de Lisboa</i> (25 de abril de 1817).
201	1817	B	<i>Atalaia contra os pedreiros livres.</i>	Lisboa	Imp. Regia	J. J. P. L. [Lopes,	[Torrubia, José]	<i>Centinela contra franc-</i>	1752 (1ª ed.; 2ª	PORB BNP: H.G.	261 [3 pp]. O TP foi retrad. no mesmo ano

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Discurso sobre a sua origem, instituto, segredo e juramento [...]. Obra traduzida [do hespanhol] por J. J. P. L.</i>			Joaquim José Pedro]		<i>masones.</i>	ed. em 1754, reimpr. em 1790, 3ª ed. em 1793)	3890//2 P.	(<i>vid. infra</i> TT publicado na mesma Imp. Regia, com o tít. de <i>Nova Sentinella....</i>). Subtítulo do TP: <i>Discurso sobre su origen, instituto, secreto y juramento, descubrese la cifra con que se escriben, y las acciones, señales y palabras con que se conocen. Impugnanse con la pastoral del Ilmo. Sr. D. Pedro María Justiniani, Obispo de Vintimilla.</i>
202	1817	B	<i>Historia certa da seita dos Franc-Massões. Sua origem, doutrina e maximas. Agumentada com a descripção de algumas Loges, e o que se passa nellas quando se recebe de novo algum Franc-Masson [...]. Pelo presbytero D. Luiz D. [sic] e traduzida da língua hespanhola para a portugueza por ***. Dedicada aos amantes do altar, e do throno</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	***	Presbytero D. Luiz D. [Fris Ducos, Luis]	<i>Historia cierta de la secta de los franc-masones. Su origen, doctrina y máximas...</i>	1813	GRI 3348 BNP: H.G. 18180//1 P.; FLUC: CP 3-24; UAv: RS/A-19-21	122 pp. FLUC assinala que o exemplar pertenceu a José Vicente Gomes da Moura. Sobre este, <i>cfr.</i> DBP, V: 153. Mora foi autor de um <i>Compendio de grammatica latina e portugueza</i> (1829), professor de Latim e Grego na Universidade de Coimbra e Director da Imprensa da mesma universidade, donde foi demitido em 1834 por motivos políticos.
203	1817	B	<i>História certa da seita dos Franc-Massões. Sua origem, doutrina e maximas [...]. Pelo presbytero D. Luiz D. [sic]; trad. da lingua hespanhola para a portugueza por*** (BGUC)</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	***	Presbytero D. Luiz D. [Fris Ducos, Luis]	<i>Historia cierta de la secta de los franc-masones. Su origen, doctrina y máximas...</i>	1813	PORB BNP: H.G. 20277 P.; BJPII: SARD-0100; BGUC: Abreveia 9-(1)-5-8-41 (1)	Reimpr. do TT anterior: “2ª ed.” (PORB e BGUC). 77 pp. (PORB) ou 124 pp. (BGUC). BGUC assinala que o exemplar, encadernado com <i>Atalaia contra os pedreiros livres</i> (<i>vid. supra</i>), pertenceu a José Vicente Gomes da

1.1. Catálogo de traduções independentes

											Moura (<i>vid. supra</i>).
204	1817	B	<i>Nova sentinela contra franc-massões. Discurso sobre sua origem, instituto, segredo e juramento... (PORB) / Nova sentinela contra Franc-Massões. Discurso sobre a sua origem, instituto, segredo e juramento. Descobre-se a cyfra com que se escrevem, as acções, signaes, e palavras com que se dão a conhecer uns aos outros [...]. Trad. do hespanhol... (GRI 3343) / Sentinella contra Franco-maçons. Discurso sobre a sua origem, instituto, segredo e juramento [...]. Trad. do hesp. (GRI 3360)</i>	Lisboa	Imp. Regia	[Antonio Osorio ou Lourenço Justiniano Osorio? (DBP, VIII: 265)]	[Torrubia, José]	<i>Centinela contra franc-masones.</i>	1752 (1ª ed.; 2ª ed. em 1754, reimpr. em 1790, 3ª ed. em 1793)	GRI 3343 e GRI 3360 (fonte: DBP) BNP: H.G. 3896/2 P.	[IV]162 pp. Retrad. (<i>vid. supra Atalaia contra os pedreiros livres</i>). GRI 3360 aparece s. l. e s. n. de impressor, e com o nome de Fr. Antonio Osorio (possível trad.), no lugar do nome do autor do TP. Trata-se da mesma espécie registada em GRI 3343.
205	1817	D	<i>Promptuário de teologia moral... (tít. idêntico a ed. de 1808)</i>	Lisboa	Imp. Regia	[Fr. Ignácio de S. Carlos (DBP, II: 415 e VI: 109)]	Larraga, Francisco	<i>Prontuario de teología moral</i>	1710 (ed. de Santos y Grosin: 1780)	GRI 3091 (ano de 1813, 4 vols.); GRI 3359 (ano 1817, 2 vols) BNP: TR. 1729-31 P. (3 vols.) e BNP: R. 1273-76 P. (4 vols., cotas fornecidas por GRI 3091)	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1797, etc.). 4 vols. como a ed. de 1808 (<i>supra</i> , Imp. Regia), de que é reimpr. O cat. em linha da PORB só devolve cotas TR.-1739-31 P. (3 vols.), indicando ademais no tít., erradamente: “trad. por D. Francisco Santos e Grosin”. As cotas R. 1273-76 P., não constantes do cat. em linha mas existentes na BNP, são as fornecidas

1.1. Catálogo de traduções independentes

											por GRI 3091 (reg. datado erradamente de 1813).
206	1818	B	<i>Atalaia contra os pedreiros-livres. Discurso sobre a sua origem, instituto, segredo e juramento [...]. Obra traduzida do hespanhol [...] por Joaquim José Pedro Lopes. Terceira edição, mais correcta que as precedentes, e acrescentada com hum appendice importante de varias noticias</i>	Lisboa	Imp. Regia	Lopes, Joaquim José Pedro	[Torrubia, José]	<i>Centinela contra franc-masones.</i>	1752 (1ª ed.; 2ª ed. em 1754, reimpr. em 1790, 3ª ed. em 1793)	BNP: H.G. 3891 P.	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1817). 277 [3] pp. (PORB) ou 273 [II] pp. (GR). GR não indica nome de trad.
207	1818	A2	<i>Fabulas literarias de D. Thomas Yriarte, traduzidas do Castelhana em Portuguez. Nova Edição</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	[Creio, Romão Francisco Antonio]	Iriarte, Tomás de	<i>Fábulas literarias</i>	1782 (ed. póst. de 1792 acrescent a fábulas até aí inéditas)	GRI 3454; Poggio, 2002: n.º 3 BNP: L. 3703 P.	Reed. do TT de 1796 (<i>vid. supra</i>). 112 pp. Inclui ao começo a adv. do editor da 1ª ed. (1796); no fim, índice e um catálogo de obras da Typ. Rollandiana. Na folha de rosto mantem-se a epígrafe de Fedro e indica-se, ainda, em rodapé posterior ao pé de imprensa: “Vende-se em casa do Editor F. B. O. de M. Mechas; no Largo do Cais do Sodré”.
208	1818	A1	<i>O velho e a menina, ou o casamento desigual. Novella hespanhola do insigne Miguel de Cervantes Saavedra traduzida em vulgar</i>	Lisboa	Nova Imp. da Viuva Neves & Filhos	[Campos, José Pedro Francisco de Paula (GR e DBP, XIII: 156); também em anúncio da <i>Gazeta de Lisboa</i> : <i>vid.</i>	Cervantes, Miguel de	<i>El celoso extremeño (in Novelas ejemplares)</i>	1613	GRI 3395 BNP: L. 7061//3 P.; BNE: CERV/1625 (dig.)	1ª ed. do TT. 80 pp. (PORB indica 79, mas são 80) (GR), 79 pp. (PORB). TT publicitado entre os “livros que ha para vender (recentemente impressos) em casa de F. B. O. de M. Méchas, no largo do Caes do Sodré,

1.1. Catálogo de traduções independentes

						<i>infra obs.]</i>					N.º 3 A” (<i>Gazeta de Lisboa</i> , n.º 100, 29/4/1819).
209	1819	Al	<i>Galatée. Novella pastoril, imitada de Cervantes. Por Florian, e traduzida em portuguez por Manoel Maria de Barbosa du Bocage. Segunda Edição</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	Bocage, Manuel Maria Barbosa du	Florian, Jean-Pierre Claris de > Cervantes, Miguel de	<i>Galatée, roman pastoral; imité de Cervantes > La Galatea</i>	1783 (fr.) > 1585 (esp.)	GRI 3228 (ano 1816, remete à cota BNP “L. 6617 P”); GRI 3622 (ano 1820, volta a indicar cota “L. 6617 P”) e PORB (ano 1819) BNP: L. 6617//5 P.	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1802). 174 pp. “Vende-se em Casa de F. B. O. de M. Mechas” (sob o pé de imprensa). Nas pp. [163]-174, cat. “de alguns livros que ha para vender brochados em Casa do Editor”. A data que figura na folha de rosto é 1819. GRI 3228 indica o ano de 1816, o mesmo que dá Inocêncio no DBP, VI: 49 (n.º 1017). A <i>Gazeta de Lisboa</i> de 16/10/1824 (n.º 245) inclui o seguinte anúncio na secção “Publicações Litterarias”: “ <i>Galatée, Novella Pastoril</i> , imitada de <i>Cervantes</i> , por <i>Florian</i> , e traduzida em <i>Portuguez</i> por <i>M. M. de B. du Bocage</i> : 2ª Edição em 8.º 1819, 360 réis br.
210	1819	C	<i>Memoria em que se prova que as feridas de pelouro, ou de armas de fogo são por si innocentes, e simples a sua cura. Por D. Paulo Antonio Ibarrola. Tirada de castelhano em linguagem e augmentada com algumas notas por...</i>	Lisboa	S. n. [T. Rollandiana (GR)]	Paiva, Manoel Joaquim Henriques de (segundo GR no tít. do TT, mas o nome não consta da PORB)	Ibarrola, Pablo Antonio	<i>Memoria en que se prueba que las heridas de armas de fuego son por sí inocentes, y sencilla su curación</i>	1796	GRI 3594 PORB (“Sem informação exemplar”)	Reed. do TT de 1800 (<i>vid. supra</i>). 101 pp. (PORB) ou 110 pp. (GR).
211	1820	Al	<i>A victima da Inquisição de Sevilha, ou a infeliz</i>	Lisboa	Off. J. M. de Campos	[Campos, Benevenuto	[Gutiérrez, Luis (GR, que	<i>Bororquia, ó la victima de la</i>	1801 (Paris)	GRI 3626 BNP: S.C.	1ª ed. do TT. 136 pp. TP reed. várias vezes em

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Cornelia Bororquia. Trad. do espanhol para desengano da nação</i>			António Caetano (GR e PORB, seguindo DBP, VII, 443; GR transcreve: Benvenuto António Caetano de Campos)]	transcreve Luiz, e BNE; eds. do TP anónimas ou sob o pseud. de Fermín Araujo)]	<i>Inquisición Bororquia</i>		32677 P.	Paris, Madrid, Londres, Girona, etc., com leves mudanças de tít. O TT foi reed. em 1894 (PORB); BNE e BNP registam, ainda, mais uma ed. em port. feita no Rio de Janeiro, 1845. Benvenuto A. Campos assina a trad. de mais um TT publicado no mesmo ano, e acerca do mesmo tema: <i>Falla [...] sobre o Tribunal da Inquisição</i> , de Ruiz de Padrón (<i>vid. infra</i>).
212	1820	B	<i>Constituição de Hespanha. Traduzida em portuguez por...</i>	Lisboa	Imp. Regia	*** [A. M. F.?)	[Monarquía española]	<i>Constitución promulgada en Cádiz a 19 de marzo de 1812</i>	1820 (reed., 1ª ed. de 1812)	PORB BNP: L. 25025 V.	56 pp. <i>Vid. infra</i> TT seguintes. Abreviamos o título do TT, que foi publicado originalmente como <i>Constitucion politica de la monarquia española, promulgada en Cadiz á 19 de marzo de 1812</i> (grafia não modernizada).
213	1820	B	<i>Constituição de Hespanha. Traduzida em portuguez por [...]. Segunda edição correcta</i>	Lisboa	Imp. Regia	**** [A. M. F.?)	[Monarquía española]	<i>Constitución promulgada en Cádiz a 19 de marzo de 1812</i>	1820 (reed., 1ª ed. de 1812)	PORB BNP: H.G. 665 1//3 V.	58 pp. Reed. do TT anterior.
214	1820	B	<i>Constituição política da Monarquia Hespanhola promulgada em Cadiz em 19 de Março de 1812. Traduzida em Portuguez por...</i>	Coimbra	Real Imp. da Univ.	A. M. F.	[Monarquía española]	<i>Constitución promulgada en Cádiz a 19 de marzo de 1812</i>	1820 (reed., 1ª ed. de 1812)	PORB BNP: S.C. 7319//2 P.; dig. em: http://www.f d.unl.pt/Ane xos/Investig acao/987.pdf	78 pp. (retrad. do TP anterior, talvez a partir do TT anterior). Contém um prólogo do tradutor “Ao leitor” (pp. [2-3]). Afirma aí que a presente trad., feita “ha annos para mim sómente”, saiu “com algumas imperfeições, de que a purifiquei depois, e

1.1. Catálogo de traduções independentes

											corrigio finalmente Pessoa assás instruida nas duas linguas Portugueza e Hespanhola”. No pé de imprensa indica-se que é publicada “Com Licença do Governo”.
215	1820	B	<i>Constituição política da Monarquia Hespanhola promulgada em Cadiz em 19 de Março de 1912 [sic em PORB], com o decreto de 13 de Agosto de 1836 [sic em GR] que a manda observar. Traduzida em portuguez</i>	Lisboa	Off. Antonio Rodrigues Galhardo	Lacerda, F. C. da Costa	[Monarquía española]	<i>Constitución promulgada en Cádiz a 19 de marzo de 1812</i>	1820 (reed., 1ª ed. de 1812)	GRI 3653 BNP: S.C. 11769//1 P.	102 pp. (retrad. do TP anterior). O mesmo ed. publica o TP em versão não traduzida (cast.) na mesma data do TT. O trad. publica no mesmo ano e impressor mais dois títulos sobre a mesma matéria, desta vez trad. do fr.: <i>Constituições da Nação Franceza nos annos de 1799, e 1814 e Primeira Constituição Francesa decretada pela Assembléa Nacional em 14 de Setembro de 1791.</i>
216	1820	B	<i>Constituição politica da Monarquia Hespanhola promulgada em Cadiz em 19 de Março de 1812. Vertida em portuguez accrescentada de notas illustrativas por Dous Bachareis</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	Dous Bachareis	[Monarquía española]	<i>Constitución promulgada en Cádiz a 19 de marzo de 1812</i>	1820 (reed., 1ª ed. de 1812)	GRI 3654 BNP: S.C. 14618 P.	122 pp. (nova retrad. do TP anterior).
217	1820	B	<i>Decreto de Fernando 7º e das Cortes de Hespanha sobre a extincção e redução dos monges e outros regulares</i>	Lisboa	Typ. de Bulhões	S. n.	[Fernando VII]	[Decreto sancionado por Fernando VII a 25 de Outubro de 1820]	1820	GRI 3683 BNP: H.G. 14888//15 P.	24 pp. GR classifica esta espécie como D. O TP é um decreto que dá continuidade à reforma religiosa empreendida pelas Cortes do Triénio Liberal, que já tinham

1.1. Catálogo de traduções independentes

											suprimido a Companhia de Jesus a 15 de agosto do mesmo ano.
218	1820	B	<i>Discurso preliminar a Constituição política da Monarquia Hespanhola. Trad por...</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	R. F. C.	[Argüelles, Agustín]	<i>Discurso preliminar leído en las Cortes al presentar la Comisión de Constitucion el proyecto de ella</i>	1820 (discurso proferido em 1812)	PORB BNP: S.C. 7326//6 P.	157 [1] pp. Este <i>Discurso preliminar</i> costuma acompanhar as eds. da <i>Constitución</i> de 1812, pelo que o presente TT pode considerar-se uma retrad. parcial do TP várias vezes publicado em port. no mesmo ano de 1820.
219	1820	B	<i>Falla do doutor D. José Antonio Ruiz de Padron, Abbade de Villamartin de Valdones [sic: GR], e Deputado nas Cortes pelas Ilhas Canarias a qual se leo na sessão publica de 18 de Janeiro sobre o Tribunal da Inquisição. Trad. e offerecida aos Deputados das Cortes de Portugal [...] por D...</i>	Lisboa	Imp. Regia	Campos, Benevenuto António Caetano	Ruiz de Padrón, Antonio José	<i>Dictamen del Doctor don Antonio José Ruiz de Padron, ministro calificado del Santo Oficio, abad de Villamartín de Valdeorres, y diputado en Córtes por las Islas Canarias que se leyó en la sesión pública del 18 de enero sobre el Tribunal de la Inquisición</i>	1813	GRI 3669 (B) e GRI 3689 (D) BNP: H.G. 14888//6 P. e GB (dig.)	39 pp. O mesmo trad. foi o responsável, segundo Inocêncio (DBP, VII, 443), pelo TT <i>A víctima da Inquisição, ou a infeliz Cornelia Bororquia (supra)</i> , publicado no mesmo ano. O TP, impresso em Cádiz, está dig. na BNE (reimpr. feita no México, 1813).
220	1820	B	<i>Historia da conquista do Mexico com a noticia do descobrimento, povocação e progressos da America Septentrional, conhecida pelo nome de Nova Hespanha. Vertida em port. por J.</i>	Lisboa	Imp. Regia	Maciel, Joaquim António Clementino	[Solís y Ribadeneyra, Antonio de]	<i>Historia de la conquista de México, población y progresos de la América septentrional, conocida con el nombre de Nueva España</i>	1684	GRI 3656 BNP: H.G. 8430 P.	2 vols. O título e o autor do TP não tinham sido identificados até ao momento (GR, PORB, etc.). A <i>Historia</i> de Solís foi obra admirada no século XVIII, centúria em que se reimprimiu inúmeras vezes.

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>A.C. Maciel</i>								
221	1820	A1	<i>Livro do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou pelas sete partidas do mundo, feito por Gomes de Santo Estevão. Hum dos doze, que forão na sua companhia</i>	Lisboa	S. n. [Off. Antonio Lino d'Oliveira (PORB, Rogers e GR)]	[Duarte Nunes de Leão? (Rogers, 1961: 290)]	Gomes de Santo Estevão [Gómez de Santisteban]	<i>Libro del infante D. Pedro de Portugal</i>	C. 1515	GRI 3631 (fonte: Rogers [sem n.º] e Faria 49); Rogers 73; Faria 40 BNP: H.G. 24260 V.	Reed. (<i>vid. supra</i> ed. de 1787). 20 pp.
222	1820	A1	<i>Novellas exemplares de Saavedra author de D. Quixote de La Mancha. Traduzidas em portuguez. Novella I [O zeloso estremenho (p. 3)]</i> ”	Lisboa	Imp. J. B. Morando	S. n.	Cervantes, Miguel de	<i>El celoso extremeño (in Novelas ejemplares)</i>	1613	GRI 3618 BNP: L. 15512/8 P.	Retrad. (<i>vid. supra</i> TT de 1818). A cota indicada por GR (“L. 15512 P.”) estava incompleta (encadernação misc.), e a espécie não consta do catálogo em linha da PORB, embora efectivamente faça parte do acervo da BNP.
223	1820	C	<i>O non plus ultra...</i>	Lisboa	Imp. Regia	Brito, Antonio da Silva	Cortés, Jerónimo	<i>El non plus ultra del lunario, y pronostico perpetuo general...</i> (ed. expurgada)	1594 (1ª ed.), 1672 (ed. expurgada)	GRI 3662 (B) e GRI 3680 (C) BNP: S.A. 19964 P.	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1805). 176 pp., il.
224	1820	B	<i>Regulamento sobre a liberdade de imprensa e da Junta Suprema da Censura, ou protecção da liberdade de imprensa na Monarchia Hespanhola. Trad. em port. por...</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	S. n.	[Calatrava, José María, Presidente das Cortes]	<i>Decreto LV de 22 de Octubre. Reglamento acerca de la libertad de imprenta</i>	1820	GRI 3657 <i>Vid. infra</i> obs.	23 pp. Embora não se tenham encontrado registos nas bibliotecas consultadas, a prova da existência efectiva desta publicação é que ela é citada aqui: http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4335875 .
225	1821	D	<i>Espelho do verdadeiro amor, ou a vida da V. M. Sor Maria Vilhani [Vilhario (sic in GR)], Tirada da que ella de si escreveo, por ordem do</i>	Lisboa	Imp. de Alcobia	Fr. Manoel de Lima [Manuel de Lima]	Zuazo, Antonio Jacinto de (O. P.)	<i>Espejo del amor divino en la vida de la Ven. Madre Sor Maria Villani, religiosa...</i>	1692	GRI 3721 (sem fontes) Livraria Castro e Silva (Lisboa), ref.	GR classifica a espécie como B. Pelo subtít. do TT, depreende-se que esta hagiografia foi retirada do 1º vol. do <i>Agiologio Dominico das</i>

1.1. Catálogo de traduções independentes

			seu Confessor, e da que imprimio o Padre Fr. Antonio Jacintho de Zuazo. Copiada do Agiologio Dominico Tom. I. a vinte e seis de Março da obra do Padre Fr. Manoel de Lima, da Ordem dos Pregadores							1109IM922	Vidas dos Santos, Beatos, Martyres e outras pessoas veneraveis da Ordem dos pregadores (1709), obra que contém várias vidas de santos (traduzidas por Fr. Manoel de Lima), organizadas pelos dias do mês. O 1º tomo incluía os meses de Janeiro, Fevereiro e Março.
226	1821	B	Que he o que se quer? Que he o que convem? Artigo traduzido do Censor de Madrid	Lisboa	Imp. Liberal	S. n.	S. n.	“¿Que es lo que se quiere? ¿Que es lo que conviene?”, in El Censor, tomo XI, n.º 63, pp. 192-215 (13 de Outubro)	1821	GRI 3725 BME: JHT 1585	22 pp.
227	1821	B	Regulamento do governo interior das Cortes de Hespanha. Traduzido em português com algumas notas por...	Lisboa	T. Rollandiana	***		Reglamento del gobierno interior de Cortes y su edificio. Reformado y adicionado considerablemente por el Congreso en las ordinárias de 1820 y 1821	1821	GRI 3727 BNP: S.C. 10544//11 P.	40 pp.
228	1821	B	Representação feita a S. M. C. o senhor D. Fernando VII, em defesa das cortes. Por Alvaro Florez Estrada; Traslada em portuguez por...	Lisboa	Of. de Simão Thaddeo Ferreira	J. A. A. V.	Flórez Estrada, Álvaro	Representación hecha á S. M. C. el Señor D. Fernando VII en defensa de las cortes	1818 (Londres)	PORB BNP: S.C. 7326//8 P.	174 pp. PORB indica 7ª ed., mas deve referir-se ao TP, que de facto foi várias vezes reimpresso em Espanha (v. gr., ano 1820). Vid. Diario da Regencia de 20 de Abril de 1821 (GRI 3728), em

1.1. Catálogo de traduções independentes

											que deve ter saído um anúncio ou recenssão crítica.
229	1822	B	<i>Lições de Direito Publico Constitucional para as escolas de Hespanha. Por Ramon Salas, Doutor em Salamanca; Traduzidas, e dedicadas por D. G. L. d'Andrade: Com o mesmo objecto á Regenerada Nação Portuguesa, e offerecidas aos seus dignos representantes</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	Andrade, Diogo de Góis Lara de, S. J.	Salas, Ramón de	<i>Lecciones de derecho público constitucional</i>	1821	GRI 3806 BNP: S.C. 22495 P.; dig. em: http://www.f.d.unl.pt/AneXos/Investigacao/2126.pdf	XLV-217 [2] pp. Contém um “Prefacio do traductor” (pp. [V]-VIII). O TT leva, igualmente, abundantes notas do trad., em frequentes interrupções destinadas a apostilar as afirmações do “Author”. O TT selecciona do TP (2 vols.) a parte que se dedica especificamente à Constituição de Cádiz (Hespanha, 2011: 211, n. 28). Inocência indica retrad. brasileira de 1831 (DBP IX: 125).
230	1822	C	<i>O non plus ultra...</i>	Lisboa	José Baptista Morando	Brito, Antonio da Silva	Cortés, Jerónimo	<i>El non plus ultra del lunario, y pronostico perpetuo general...</i> (ed. expurgada)	1594 (1ª ed.), 1672 (ed. expurgada)	GRI 3809 BNP: S.A. 3050 P. (cota de GR, não constante da PORB)	Reed. (vid. supra TT de 1805).
231	1822	C	<i>Tachygraphia inventada por Francisco de Paula Marty, acomodada à língua portuguesa (GR)</i>	Lisboa	Imp. de João Nunes Esteves	Angelo Raimundo Marti (PORB) [Martí, Ángel Ramón e Barinaga, Pedro]	Martí Mora, Francisco de Paula	<i>Taquigrafia castellana</i>	1821 (3ª ed.); 1ª ed. de 1803	GRI 3810 BNP: S.A. 20338//2 P.	66 pp.
232	1823	D	<i>Historias das vidas de S.ta Maria Egypciaca, S. Thais, e S. Theodora penitentes. Escritas pelo Padre [...], da Companhia de Jesus.</i>	Lisboa	Imp. de João Nunes Esteves	Carrilho, Diogo Vaz	Ribadeneira, Pedro de	<i>Flos Sanctorum o libro de las vidas de los santos</i>	1599-1604	GB (dig.)	Reed. (vid. supra TT de 1789). 20 pp. il.

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Traduzidas em Portuguez por [...], natural de Lisboa</i>								
233	1823	B	<i>Os pedreiros livres, descubertos com seus ritos, signaes, toques, senhas e cifra. Ajunta- se-lhes um discurso sobre a origem, instituição, segredo, e juramento destes abomináveis sectarios inimigos da ordem</i>	Lisboa	Imp. de D. G. de Mello	[Lopes, Joaquim José Pedro (DBP, IV: 109)]	[Torrubia, José]	<i>Centinela contra franc- masones.</i>	1752 (1ª ed.; 2ª ed. em 1754, reimpr. em 1790, 3ª ed. em 1793)	PORB BNP: H.G. 3893//2 P.	136 pp. Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1817, com duas versões diferentes nesse ano).
234	1823	B	<i>Vida e morte, milagres, enterro e honras de todos os Ministerios que tem havido em Hespanha desde que ressuscitou a Constituição no anno de 1820. Escripito por hum amante da sua patria, religião e rei. Copiado em portuguez</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.	S. n. [“Lo escribió un amante de su patria, religión y rey”]	<i>Vida y milagros, muerte, entierro y honras de todos los Ministerios que ha habido en España desde que resucitó la Constitución en el año de 1820</i>	1823	GRI 3842 BNP: S.C. 12960//12 P.	31 pp. TP dig. em http://bvrajyl.rajyl.es/i18n/consulta/busqueda_referencia.cmd?campo=idtitulo&idValor=5474 .
1824											
1825											
235	1826	D	<i>Obras da Serafica Madre Santa Teresa de Jesus, fundadora dos Carmelitas Descalços Traduzidas em portuguez pelo mais indigno dos seus filhos Fr. João da Cruz</i>	Lisboa	Imp. da Rua dos Fanqueiros	João da Cruz, O. C. D.	Teresa de Jesus	<i>Libro de la vida (in Los libros de la madre Teresa de Jesús...), etc.</i>	1588 (TT segue ed. do TP de 1630: <i>Las obras de la Santa Madre...</i>)	GRI 3993 (ano 1826, 2 vols., ref, errada à Imp. Regia como editor) e GRI 4258 (ano 1832, 2 vols., s. n. de ed., fonte: AHO 51- 618) BNP: R. 9295 V., H.G. 1745 V. e R. 21227 P.	1º vol. (570 pp.) de uma ed. cuja cont. (2º e 3º vols.) virá a lume em 1832 e 1842, respectivamente (<i>vid. infra</i>). GR regista apenas os 2 primeiros vols., e fá- lo quer em 1826, quer em 1832, dando a enganosa impressão de ser o verbete de 1842 reed. de uma alegada ed. em 2 vols. feita já em 1826. Tanto GR como PORB não consignam com precisão os dados

1.1. Catálogo de traduções independentes

										(vol. 1)	editoriais relativos aos diferentes vols. desta ed. O 1º tomo inclui uma retrad. do <i>Libro de la vida</i> (1ª ed. em 1720).
236	1826	B	<i>Vida do general Mina por elle mesmo escripta e publicada ultimamente em Inglaterra</i>	Lisboa	Typ. de Dezidero Marques Leão	S. n.	General Mina [Espoz y Mina, José]	<i>Breve extracto de la vida del general Mina. Publicado por él mismo</i>	1825 (Londres)	GRI 3581 (com erro na datação: ano 1819) BNP: H.G. 11960//7 V.	40 pp. GR data o TT, erradamente, de 1819. TP dig. na BNE (eds. de Londres, 1825 e de Cádiz, 1834). Há 3 reeds. no ano de 1827 (<i>vid. infra</i>).
237	1827	Al	<i>Livro do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do mundo. Feito por [...] hum dos doze que foi na sua companhia</i>	Lisboa	Imp. A. L. de Oliveira	[Duarte Nunes de Leão? (Rogers, 1961: 290)]	Gomes de Santo Estêvão [Gómez de Santisteban]	<i>Libro del infante D. Pedro de Portugal</i>	C. 1515	GRI 4016 (Fontes: Faria 52 e BMP, mas não indica cota); Rogers 76 e Faria 52 <i>Vid. infra</i> obs.	Reed. (<i>vid. supra</i> ed. de 1787) 20 pp. Faria 52 refere ter consultado um exemplar na BMP.
238	1827	Al	<i>Memorias, ou anedotas curiosas e instructivas. Trad. da língua castelhana em portuguez</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	S. n.	Ignacio Garcia Malo [García Malo, Ignacio]	<i>Voz de la naturaleza. Memorias o anécdotas curiosas e instructivas.</i>	1799	GRI 4007 BNP: L. 6668 P.	166 pp. O TP foi reimpr. várias vezes no século XIX, uma das quais no próprio ano do TT (1827). O TT é trad. parcial do TP, muito mais extenso em número de páginas. Sobre o autor do TP, <i>vid.</i> Guillermo Carnero (1996): “Datos para la biografía del novelista dieciochesco Ignacio García Malo (1760-1812), <i>Hispanic Review</i> , 64, 1: 1-18. Subtít. do TP: <i>Obra inteliggible, divertida y útil á toda clase de personas para instruirse en los nobles</i>

1.1. Catálogo de traduções independentes

											<i>sentimientos del honor, despreciar varias preocupaciones injuriosas á la humanidad, amar la virtud, y aborrecer el vicio á la vista de los exemplos que contiene</i> (dig. em BNE).
239	1827	B	<i>Sentimentos de hum emigrado hespanhol offerecidos à Nação Portuguesa para recreio dos liberaes, e para desengano dos que não são</i>	Lisboa	Typ. de J. F. M. de Campos	S. n.	S. n.: “Hum emigrado hespanhol”	<i>Vid. infra obs.</i>	<i>Vid. infra obs.</i>	PORB BJPII: SARD-4815	21 pp. Não foi possível identificar o TP. Na p. 3, soneto “Aos benemeritos liberaes da nação portugueza” a modo de dedicatória prefacial.
240	1827	B	<i>Vida do general Mina por elle mesmo escripta e publicada ultimamente em Inglaterra</i>	Lisboa	Typ. de Dezidero Marques Leão	S. n.	General Mina [Espoz y Mina, José]	<i>Breve extracto de la vida del general Mina. Publicado por él mismo</i>	1825 (Londres)	GRI 4044 (s. n. do autor do TP e cota da BNP “HG 135 071” [sic, H.G. 13507//6 P.?) e GRI 4054 (com nome do autor do TP, s. l., fonte: AHO) BNP: H.G. 13507//6 P., H.G. 37103 P., etc.	2ª ed. (PORB). Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1826). 40 pp.
241	1827	B	<i>Vida do general Mina por elle mesmo escripta e publicada ultimamente em Inglaterra</i>	Lisboa	Typ. A. L. de Oliveira	S. n.	General Mina [Espoz y Mina, José]	<i>Breve extracto de la vida del general Mina. Publicado por él mismo</i>	1825 (Londres)	PORB BNP: H.G. 14909//3 P.	3ª ed. (PORB). Reed. (<i>vid. supra</i>). 36 pp.
242	1827	B	<i>Vida do general Mina por elle mesmo escripta e publicada ultimamente em</i>	Lisboa	Nova Impressão Silviana	S. n.	General Mina [Espoz y Mina, José]	<i>Breve extracto de la vida del general Mina. Publicado por</i>	1825 (Londres)	PORB BNP: H.G. 14909//4 P.	4ª ed. (PORB). Reed. (<i>vid. supra</i>). 36 pp.

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Inglaterra</i>					<i>él mismo</i>			
243	1828	B	<i>Exposição genuína da Constituição portuguesa de 1826, na qual pelo seu mesmo texto se justificação, e desfazem as apparentes contradições, e barbarismos, que n'ella se cont'em. Impressa na língua hespanhola, na cidade de Palencia em 1826 e trad. por...</i>	Lisboa	Imp. Regia	F. P. F. C. [Costa, Francisco de Paula Ferreira da]	Altamirano, Cândido [S. J.]	<i>Genuína exposición de la Constitucion portuguesa de 1826...</i>	1826 (dig. em GB)	GRI 3931 (sem fontes, datado erradam. em 1825), GRI 3980 (datado em 1826, fonte: MF 116) e GRI 4095 (ano 1828, sem fontes) BNP: H.G. 6654//13 V. (1828)	32 pp. (PORB). Não parece ter existido nenhuma ed. deste TT logo em 1826 tal e como indica GR (GRI 3980, cuja fonte é os <i>Subsídios para um dicionário de pseudonyms...</i> , de Martinho Augusto da Fonseca – eds. de 1894 e 1896).
244	1828	B	<i>Vida e morte, milagres, enterro e honras de todos os ministerios que tem havido em Hespanha desde que resuscitou a Constinuição no anno de 1820. Por hum amante da sua pátria, religião e rei [...]</i> <i>Copiado em portuguez</i>	Lisboa	Imp. Regia	S. n.-	[“Lo escribió un amante de su patria, religión y rey”]	<i>Vida y milagros, muerte, entierro y honras de todos los Ministerios que ha habido en España desde que resucitó la Constitución en el año de 1820</i>	1823	PORB BNP: L. 4980 V.	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1823).
245	1829 (UC e DBP)	D	<i>Promptuario de theologia moral, composto primeiramente pelo P. M. Fr. Francisco Larraga, e agora ultimamente acabado de reformar, accrescentar, e reduzir a melhor methodo por D. Francisco Sanctos e Grosin, traduzido e acrescentado com os casos reservados em todos os Bispados do</i>	Lisboa (GR, UC e DBP) / S. I. (PORB)	Imp. Regia (GR, UC e DBP) / S. n. (PORB)	S. n.	Larraga, Francisco	<i>Prontuario de teología moral</i>	1710 (ed. de Santos y Grosin: 1780)	GRI 4191 (ano 1830); DBP, II: 415 (ano 1829) BNP: R. 32399-32402 P. (mesmas cotas referidas por GR); Faculdade de Direito da UC: A-6-4-9 a A-6-4-12	4 vols. Segundo DBP (II: 415), reed. do TT de [1801], retrad. (anónima) do TT. Seguimos a datação indicada pelo Cat. Integrado da UC e por DBP, II: 415. Enquanto que GR data o TT de 1830, PORB dá: s. d.: [18--]. Tít. continua: <i>...Nova edição correcta e emendada á vista do original castelhano, e accrescentada de uma Dissertação sobre os</i>

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Reino e conquistas...</i>								<i>Logares Theologicos, e de muitas notas.</i>
246	1830	C	<i>Grammatica ingleza para uso dos portuguezes / D. José de Urcullu</i>	Lisboa	Imp. Regia	Urcullu, José de	Urcullu, José de	<i>Gramática inglesa, reducida a veinte y dos lecciones</i>	1825 (Londres)	PORB BNP: L. 11834 V.	Autotrad. (adaptação). O TP foi reed. inúmeras vezes, chegando estas reeds. até às portas do século XX (<i>cfr.</i> Brumme, 2006: 328-330). O TT, nesta 1ª ed., vai dedicado à “Ill. ^{ma} Sr. ^a D. Felicidade Firmina Ferreira Pinto”, aprendente da língua inglesa, para “pagar o sagrado, ainda que levíssimo, tributo d’agradecimento pela singular amizade, que devo ao Pai de V. S.”.
247	1830	AI	<i>O engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha, por [...]. Traducção portugueza, adornada com 25 estampas finas</i>	Paris	Pillet Ainé [sic]	S. n. [Francisco Rolland? (Postigo Aldeamil, 2000: 108)]	Cervantes, Miguel de	<i>El ingenioso hidalgo [caballero] don Quijote de la Mancha</i>	1605 (1ª parte), 1615 (2ª parte)	GRI 4156 (cotas parcialm. correctas) BNF: Y2-21886 a 21893	8 vols, il. (primeira ed. ilustrada do <i>Quixote</i> em port.). Reed. (reimpr.) do TT (trad. anónima) de 1794. GRI 4156 fornece as cotas da BNF que indicamos atrás (<i>vid. supra</i> refs. e loc.) e ainda, por erro, as cotas da BNP relativas à edição do TT de 1794 (<i>supra</i>), consignada em GRI 2023: L. 7033-38 P.
248	1831	C	<i>Segredos da natureza. Contém cinco diferentes tractados [...] e outras muitas cousas notáveis, e de grande utilidade [...] Nova ed.</i>	Lisboa	Imp. A. L. de Oliveira	[Brito, Antonio da Silva]	Cortés, Jerónimo	<i>Fisonomía, y varios secretos de naturaleza</i>	1597 (1ª ed.), 1741 (ed. expurgada)	GRI 4220 BNP: S.A. 4385 P.	Reed. (<i>vid. supra</i> ed. de 1786). 228 pp. (descr. fís. na Iberlibro.com, Livraria Artes & Letras de Lisboa). A cota que fornece Rodrigues (BNP) é a que encontramos na PORB (<i>vid. supra</i>), mas o exemplar é aqui datado de [17--], s. l. e s. n.; o

1.1. Catálogo de traduções independentes

											exemplar à venda na Iberlibro.com apresenta dados coincidentes com os fornecidos por GR (v. gr., ano, local e editor). PORB explicita (parcialmente) os subtítulos dos 5 “tractados”.
249	1832	C	<i>Compendio de alveitaria tirado de varios auctores / composto na lingua hespanhola por Fernando de Sande Elago; trad. por hum curioso e zeloso da mesma arte</i>	Lisboa	Imp. Regia	“Hum Curioso e Zeloso da mesma Arte”	Sande y Lago, Fernando	<i>Compendio de Albeyteria, sacado de diversos autores</i>	1717	GRI 4253 BNP: S.A. 4584 V. ou S.A. 84295 V.	Reed. (vid. supra TT de 1797). 259 pp.
250	1832	D	<i>Consolação da alma fervorosa contemplando a vida de S. Tereza de Jesus, extrahida do que se acha nas suas obras por [...]. Offerecida, e dedicada á mesma Gloriosa Santa</i>	Lisboa	Imp. da Viuva Neves e Filhos	D. J. M. D. C. R. [João da Madre de Deus (Fonseca, 1896: 107, n.º 88)]	Teresa de Jesus	<i>Libro de las fundaciones e Libro de la vida (in Los libros de la madre Teresa de Jesús)</i>	1610 e 1588	PORB BNP: H.G. 3771 P.	252 [1] pp., XIX caps. mais anexos finais (orações). 1ª ed. da trad. do <i>Libro de las fundaciones</i> , na qual se inclui ainda uma pequena parte do <i>Libro de la vida</i> (caps. I e II do TT).
251	1832	D	<i>Consulta do Supremo Conselho de Castella sobre a “Tentativa theologica” do Padre António de Figueiredo. Trad. em portutuez por Fr. J. D. N. S. D. C. R.</i>	Coimbra	Imp. da Univ.	[Frei José da Nossa Senhora do Cabo Roquette, O. F. M.: Roquete, José Ignácio]	Fiscales Moñino y Campomanes	<i>Consulta del Consejo Extraordinario [...] para dar respuesta al breve de Clemente XIII solicitando la revocación o suspensión del decreto de expulsión...</i>	[1767: ms.]	GRI 4255 BNP: R. 30889 P.	171 pp. O tit. do TT faz referência a António Pereira de Figueiredo (1725-1797), colaborador do Marquês de Pombal (sustentou ideologicamente a sua política em matéria religiosa e eclesiástica), e sua <i>Tentativa Teológica</i> (1766), que foi vista com bons olhos na Espanha coetânea de modo oficial (aquando da expulsão dos Jesuítas em 1767, no

1.1. Catálogo de traduções independentes

											tempo de Carlos III), se bem que a BNE conserva (dig.) um ms. do mesmo século (XVIII) intitulado <i>Sin razón de Pereira o Impugnación de la tentativa y demostración teológica del padre Antonio Pereira, presbítero del Oratorio y teólogo de Lisboa</i> , por Fray Manuel Herrero. Ver: http://hdl.handle.net/10045/4003 e http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc5h7s4)
252	1832	D	<i>Obras da serafica madre Santa Teresa de Jesus, fundadora dos Carmelitas Descalços Traduzidas em portuguez pelo mais indigno dos seus filhos Fr. João da Cruz</i>	Lisboa	Imp. Regia	João da Cruz, O. C. D.	Teresa de Jesus	<i>Camino de perfección (Tratado que escribió la madre Teresa de Jesús...)</i> , etc.	1583	GRI 3993 (ano 1826, 2 vols.) e GRI 4258 (ano 1832, 2 vols., s. n. de ed., fonte: AHO 51-618) BNP: R. 9296 V. e R. 21228 P. (vol. 2.)	326 pp. 2º vol. (cont.) da ed, cujo 1º tomo tinha saído em 1826 (<i>vid. supra</i>) e terá ainda um 3º vol. em 1842 (<i>vid. infra</i>). Este 2º tomo inclui a 1ª ed. impressa da trad. de <i>Camino de perfección</i> (houve uma anterior, inédita, feita no séc. XVIII). BNP indica, erradamente, a Imp. dos Fangeiros (aliás, “Imp. da M. dos Fangueiros”, <i>sic</i>) como editor deste 2º vol. Para a sua datação, seguiu-se o ano que consta do pé de imprensa na folha de rosto. Deve notar-se, todavia, que no colofão (a p. 326), figura o ano de 1833.
	1833										
253	1834	A1	<i>A victima da Inquisição</i>	Lisboa	João Nunes	S. n.	S. n. [Gutiérrez,	<i>Bororquia, ó la</i>	1801	GRI 4314	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>ou a infeliz Cornelia Bororquia</i> (GR)		Esteves	[Campos, Benevenuto António Caetano (DBP, VII: 443)]	Luis]	<i>victima de la Inquisición Bororquia</i>	(Paris)	(ano 1834) e GRI 4923 (ano 1838); DBP, VII: 443; Dufour, 2005: 68 (com fonte em Van der Vekene) <i>Vid. infra</i> obs.	1820). Não encontramos exemplares desta ed., mas a sua existência parece segura. Afirma Inocêncio (DBP, VII: 443, n.º 210) tê-la visto, e até recorda o editor e o formato (16º). Claramente errado parece estar, em contraposição, o registo GRII 4923, atribuído a “[Ollavide]”, em que Rodrigues nos apresenta uma “Nova ed.” deste TT, alegadamente do ano 1838. Não indica local de edição nem nome de editor, e refere como fonte Inocêncio (DBP, VII: 443), que por acaso nada diz a respeito dessa suposta reed.
254	1834	B	<i>Pão e Touros, ou oração apologética, que em defesa do estado florescente da Espanha pronunciou no ano de 1820 e na praça de touros de Madrid o célebre D. Gaspar Melchor de Jovelanos [sic]. Versão do espanhol, e enriquecida com anotações do tradutor aplicáveis ao presente estado político de Portugal</i>	Lisboa	S. n. [Imp. Liberal (PORB)]	S. n.	Jovellanos, Gaspar Melchor de [autor atrib., PORB grafa “Melchior”; Arroyal y Alcázar, León de: <i>vid infra</i> obs.]	<i>Pan y toros: oración que en defensa del estado floreciente de España dijo por los años de 1796 en la plaza de Toros de Madrid Gaspar Melchor de Jovellanos [sic]</i>	1812 (1ª ed., circulação ms. desde ff. do s. XVIII), houve 4 eds. em 1820 (México, Sevilha e Madrid)	PORB BNP: S.C. 10952//9 V.	32 pp. Desde 1793 circulava em Espanha de forma anónima um panfleto (da autoria de León de Arroyal y Alcázar) que, com o título de <i>Oración apologética...</i> , se veio a publicar pela primeira vez em 1812. A ed. do TP de que parece partir este TT (Madrid, na Imp. de Doña Rosa Sanz, 1820, conservada na BNP e na BNE), consagra o tít. de <i>Pan y toros</i> com que se veio logo a popularizar (a versão ilustrada do

1.1. Catálogo de traduções independentes

											<i>panem et circenses</i> latino) e a falsa atribuição da obra a Jovellanos, reiterada no TT. O subtít. do TT introduz, contudo, uma mudança significativa na data de produção do TP: o discurso aparece no TT datado em 1820, enquanto que o subtít. do TP (ed. de 1820) diz 1796.
255	1835 (GR)	B	<i>Lições de Direito Publico Constitucional para as escolas de Hespanha. Por...</i>	Lisboa (GR)	Imp. Nacional (GR)	Andrade, Diogo de Góis Lara de, S. J.	Salas, Ramón de	<i>Lecciones de derecho público constitucional</i>	1821	GR11 4483 BNP: S.C. 2210 P. (GR); Univ. Minho Serv. Doc.: BCEP 342 (s. l., s. n. e s. d., “2ª ed”)	Reed. (vid. <i>supra</i> 1822). XLV-217 [2] pp. (GR) e PORB (Univ. Minho). A cota indicada por GR não se encontra na PORB. O exemplar da Univ. de Minho, registado sem nome de autor, não tem folha de rosto.
256	1836	A3	<i>Comedia nova intitulada O capitão Belizario</i>	Lisboa	Typ. d’Antonio Lino d’Oliveira	S. n. [Luís, Nicolau? (DBP, XVII: 325)]	S. n. [Mira de Amescua, Antonio]	<i>Comedia famosa el ejemplo mayor de la desdicha, y el Capitán Belisario</i>	1632 (1ª ed., várias reimpr. no século XVIII)	PORB BNP: RES. 3676 P.	Reed. (vid. <i>supra</i> TT de 1787). 40 pp. a 2 cols.
257	1836	B	<i>Constituição política da Monarchia Hespanhola promulgada em Cadiz em 19 de Março de 1812</i>	Lisboa	Typ. de A. S. Coelho	S. n.	[Monarquía española]	<i>Constitución promulgada en Cádiz a 19 de marzo de 1812</i>	1836 (reed., 1ª ed. de 1812)	PORB BNP: S.C. 7347//7 P.	148 [3] pp.
258	1836	A3	<i>Henrique o Justiceiro, ou o Senhor d’Alcalá. Drama em 2 actos</i>	Lisboa	Typ. da Viuva Silva e Filhos	S. n.	[Moreto, Agustín]	<i>El valiente justiciero o El ricohombre de Alcalá</i>	<i>In Segunda parte de comedias de...</i> (1676)	GR11 4622 BNP: L. 10518//5 P.	48 pp. Folheto/separata do <i>Jornal de comedias e variedades</i> , n.º 12, vol. III, parte quarta. Neste jornal saía um folheto teatral cada mês (anos 1835, 1836 e, após

1.1. Catálogo de traduções independentes

											interrupção, 1841).
259	1836	B	<i>Memória política sobre a abolição dos dízimos, em que se prova, que ella foi anti-política, antirreligiosa e prejudicial ao estado por...</i>	Lisboa	Imp. Navesiana (sic in PORB)	Campos, Benevenuto António Caetano	S. n. [Ruiz de Padrón, Antonio José]	<i>Dictamen sobre los diezmos, que presentó en la secretaría de las Cortes el 28 de agosto de 1820, que no hubo de leerlo el día que se discutió este grave asunto</i>	1821	PORB BNP: S.C. 10662//26 P.	8 pp.
260	1837	B	<i>Cartilha do bom cidadão para uso da mocidade portuguesa</i> [PORB e GR]. <i>Trad. do hespanhol</i> [GR]	Lisboa (PORB)	Typ. de C. J. da Silva (PORB)	S: n. [Pereira, José Paulo? (DBP, X: 25): <i>vid. infra</i> obs.]	S. n.: “Un Diputado de Cortes”	<i>Cartilla del Buen Ciudadano, o Compendio de las Leyes eternas de la Naturaleza</i>	1821	GR11 4816 (sem dados eds.) BNP: H.G. 11334 V.	29 pp. (PORB). Recensão do TT em <i>O Nacional</i> , n.º 694, 29 de Março de 1837. GR indica “trad. de C. J. da Silva” (editor). Inocência (DBP, X: 25) refere que a <i>Historia d’El-Rei D. João Sexto</i> [...], <i>vertida do francez pelo traductor da Cartilha do bom cidadão</i> , editada pelo mesmo impressor, pode ser tradução de José (aí, João: ?) Paulo Pereira, de que se ocupa em DBP, V: 89.
261	1837	B	<i>Constituição da Monarquia Hespanhola promulgada em Madrid aos 18 de Junho de 1837</i>	Lisboa	Imp. Nacional	S. n.	[Monarquía española]	<i>Constitución promulgada en Madrid a 18 de junio de 1837</i>	1837	PORB BNP: S.C. 12785//6 P.	28 pp. <i>Vid. infra</i> reed. do TT do mesmo ano, em que ainda foi igualmente publicado de forma avulsa (<i>infra</i> , anexo 1.2). Abreviamos e modernizamos o tít. do TP, que foi publicado como: <i>Constitucion de la Monarquia Española, promulgada en Madrid a 18 de junio de 1837</i> ,

1.1. Catálogo de traduções independentes

											<i>impresa de orden de S.M. la reina gobernadora.</i>
262	1837	B	<i>Constituição politica da Monarchia Hespanhola promulgada em Madrid aos 18 de Junho de 1837</i> (PORB)	Lisboa	Typ. de Antonio Lino de Oliveira (PORB)	S. n.	[Monarquía española]	<i>Constitución promulgada en Madrid a 18 de junio de 1837</i>	1837	GRII 4819 (com erros: <i>vid. infra</i> obs.) BNP: S.C. 7347//8 P.	30 [1] pp. Reed. do TT anterior (<i>vid. supra</i>). GRII 4819 indica a cota da BNP S.C. 14618 P. Essa cota, bem como outros dados fornecidos por GR (descr. fís.: IV-122-II pp.; editor: T. Rollandiana), correspondem a uma das trans. da Constituição Espanhola de 1812 publicadas em 1820 (<i>vid. supra</i>). O tít. registado por GR também não é exacto: <i>Constituição politica da humanidade Hespanhola</i> [sic] <i>promulgada em Madrid aos 18 de Junho de 1837, trad. em port.</i> Há, por último, confusão entre o editor e o tradutor (GR aponta o nome de A. Lino de Oliveira).
263	1837	C	<i>Novo mestre inglez, ou grammatica da lingua inglesa para uso dos portuguezes, ensinada em vinte e cinco lições [...] por F. S. Constancio</i>	Paris	J. P. Aillaud	<i>Vid. infra</i> obs.	Constâncio, Francisco Solano [José de Urcullu]	<i>Gramática inglesa, reducida a veinte y dos lecciones</i>	1825 (Londres)	DBP, V: 149 BNF: X-16205 e GB	Plágio do TT (autotrad.) <i>Grammatica ingleza para uso dos portuguezes</i> de J. Urcullu, publicada em 1830 (<i>vid. supra</i>). Plágio denunciado em ed. de 1848 (<i>infra</i>) e DBP, V: 149.
264	1838	AI	<i>Aventuras e astucias de Lazarinho de Tormes, escritas por elle mesmo</i> (BNF); <i>Aventuras e astucias de Lazarozinho...</i> (GR)	Paris	[Beaulé et Jubin (Maia, 2012: 131)]	Fonseca, José da	[Anónimo e Luna, Juan de (Maia, 2012)] (GR indica como nome de autor Lazarillo	<i>Aventures et espiègleries de Lararille de Tormès, écrites par lui-même > Vida de</i>	1554 e 1620 (TT parte de uma ed. da versão fr. do	GRII 4916 BNF: Y2-52849-50	Retrad. indirecta (<i>vid. supra</i> TT de 1786). 2 vols. Maia (2012: 157-158) explica que a fonte fr. de que parte a trad. port. (texto mediador) foi

1.1. Catálogo de traduções independentes

							de Tormes, <i>sic</i>)	<i>Lazarillo de Tormes, y de sus fortunas y adversidades</i> e <i>Segunda parte de la vida de Lazarillo de Tormes sacada de las antiguas crónicas de Toledo</i> (ver Maia, 2012: 134)	Abbé de Charnes publicad a em 1816 – <i>vid.</i> Maia, 2012: 158 e <i>infra</i> , obs.)		publicada pela 1ª vez em 1765. Trata-se de uma versão do Abade Jean-Antoine de Charnes diversas vezes reeditada. Fonseca segue a “nouvelle édition” dessa trad. francesa, feita em Paris, em 1816 (Maia, 2012: 158). A mesma Maia precisa, seguindo Alberto Martino, que a versão do Abade de Charnes tinha sido “reescrita pelo livreiro belga George de Backer à luz de uma outra tradução francesa da autoria de P.B.P. Diamo” (Maia, 2012: 157).
265	1838	AI	<i>Aventuras maravilhosas de Lazarillo de Tormes, extrahidas das antigas chronicas de Toledo, por G. F. Grandmaison y Bruno, licenciado em leis, traduzidas da lingua franceza</i>	Paris	J.-P. Aillaud	[Viale, António José] (Inocência: DBP, VIII: 132)	Grandmaison y Bruno, G. F. (autor atribuído no TT) > [Anónimo e Luna, Juan de (Maia, 2012)]	<i>Aventures Merveilleuses de Lazarille de Tormès, tireés des vieilles chroniques de Tolède</i> > <i>Vida de Lazarillo de Tormes, y de sus fortunas y adversidades</i> e <i>Segunda parte de la vida de Lazarillo de Tormes sacada de las antiguas crónicas de Toledo</i> (ver Maia, 2012: 134)	1554 e 1620 (TT parte da trad. fr. de G. F. G. y Bruno publicad a em 1833 – <i>vid.</i> Maia, 2012: 157)	GR11 4908 BNP: L. 22633 P. (dig.)	Nova retrad. indirecta (<i>vid. supra</i> TT anterior). 346 pp. Maia (2012: 157) deduz que a fonte fr. para esta trad. port. (texto mediador) não foi a versão de 1832 (1ª ed., Bourges), mas a “nouvelle édition” de 1833 (Paris). O critério alfabético obriga-nos a colocar este TT a seguir ao anterior, embora aquele tenha saído dois meses depois deste (<i>cfr.</i> Maia, 2012: 132-133). A mesma Maia (2012: 291) vincula esta retrad. e a anterior do mesmo ano (a de José da Fonseca) ao sucesso da trad. francesa do

1.1. Catálogo de traduções independentes

											<i>Lazarillo</i> publicada por partes apenas dois anos antes (1836) em forma de folhetim.
266	1838	AI	<i>História das covas de Salamanca do cavaleiro Francisco Botelho de Moraes e Vasconcellos; abreviada e trad. por Joaquim Manoel d'Araújo Corrêa de Moraes</i>	Coimbra	Impr. da Universidade	Morais, Joaquim Manuel de Araújo Correia de	Vasconcelos, Francisco Botelho de Moraes e	<i>Historia de las cuevas de Salamanca</i>	1731 (1ª ed., perdida), 1734	GR II 4933 BNP H.G. 11419 V.	VIII-130 pp.
267	1838	B	<i>Lições de moral, de virtude é de urbanidade, escriptas no idioma hespanhol, por D. José de Urcullu; e traduzidas para portuguez da 3ª. edição de Londres de 1828 por...</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	Carvalho, Francisco Freire de	Urcullu, José de	<i>Lecciones de moral, virtud y urbanidad</i>	1826	GR II 5073; Brumme, 2006: 321, 327 BNP: S.A. 10278 P.	203 pp. 1ª ed. do TT. Houve reeds. do TT em 1847 (<i>vid. infra</i> ; Brumme, 2006: 321, 327), 1854 (PORB, que indica 3ª ed.) e 1864 (PORB, 4ª ed.), sempre na mesma Typ. Rollandiana. <i>Cfr.</i> estudo de Brumme, 2006. Há recensão do TT no <i>Museu Portuense</i> , n.º 9, p. 144, de 1 de Dezembro de 1838.
268	1839	AI	<i>O Quixote do seculo XVIII [GR: XIX], ou Historia da vida e feitos, aventuras e façanhas de Mr. Le Grand, Heroe Filosofo moderno, Cavalleiro Andante, Depravador e Reformador de todo o genero humano. Obra escripta em beneficio da humanidade, e applicada ao seculo XIX por D. João Francisco Senheriz.</i>	Lisboa	T. de Vieira e Torres	[Lopes, Joaquim José Pedro (DBP, IV: 109)]	Siñeriz, Juan Francisco	<i>El Quijote del siglo XVIII, ó Historia de la vida y hechos, aventuras y fazañas de Mr. Le-Grand, Héroe filósofo moderno, caballero andante, prevaricador...</i>	1836	GR II 5175 BME: JHT911; BJPII: SARD-2575; BNP: H.G. 32802 P.-05 P.	4 vols., publicados na col. “Peculio de recreio. Biblioteca de 200 romances” (PORB). Anúncio in <i>O Recreio, Jornal das Famílias</i> , vol. V, n.º 9, Setembro de 1839, p. 192. A cota da BNP atrás indicada (é a referida, aliás, por GR) não consta do catálogo em linha.

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Trad. do Hespanhol dictada em Portuguez</i>								
269	1840	A1	<i>Galatea. Pastoral em prosa e em verso escrita em francez pelo cavalheiro de Florian; traduzida por José da Fonseca</i>	Paris	Pillet Aîné	Fonseca, José da (Falta em GR)	Florian, Jean-Pierre Claris de > Cervantes, Miguel de	<i>Galatée, roman pastoral; imité de Cervantes > La Galatea</i>	1783 (fr.) > 1585 (esp.)	GR11 5348 (s. fontes) BNF: Y2-36220	Retrad. (vid. supra TT de 1802 e 1819). 156 pp. Não consta em DBP, VI: 49 (n.º 1017). BNF identifica a língua do TT como sendo espanhol
270	1840	A1	<i>Livro do infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do mundo feito por Gomes de Santo Estevão hum dos doze, que forão na sua Companhia</i>	Lisboa	Imp. de Galhardo e irmãos	[Duarte Nunes de Leão? (Rogers, 1961: 290)]	Gomes de Santo Estêvão [Gómez de Santisteban]	<i>Libro del infante D. Pedro de Portugal</i>	C. 1515	GR11 5376 (fontes: AHO, 129-969 e Faria 53); Rogers 78; Faria 53 BNP: RES. 4146 P.; BJPII: EC-869 SAE PED	Reed. (vid. supra ed. de 1787). 23 [1] pp.
271	1840	C	<i>O Non Plus Ultra do Lunario e pronostico perpetuo geral. Jeronimo Cortez; trad. Antonio da Silva de Brito (PORB)</i>	Lisboa	Typ. de Mathias Joze Marquez da Silva (GR: Off. Mathias José Marques)	Brito, Antonio da Silva	Cortés, Jerónimo	<i>El non plus ultra del lunario, y pronostico perpetuo general...</i> (ed. expurgada)	1594 (1ª ed.), 1672 (ed. expurgada)	GR11 5508 BNP: S.A. 3051 P. (GR); PORB regista o TT, mas não dá a cota	Reed. (vid. supra TT de 1805). [4], 270, [2] pp., il..
272	1841	C	<i>Nova arte que ensina a criar, tratar, escolher, e curar cabras, borregos, ovelhas, porcos, bois e vaccas. Nesta obra se encontram os symptomas indicativos das enfermidades a que está sujeita qualquer rez, como tambem os remedios e receitas mais especiaes, para o seu curativo e para governo e utilidade dos Lavradores, e</i>	Lisboa	Typ. de Mathias José Marques da Silva	Gamarra, Antonio	Alonso de Herrera, Gabriel	<i>Obra de Agricultura</i>	1513 (reed. sucessiva s vezes, v. gr. em 1818-19)	Quirós Garcia, 2015 BJPII: ProjA-636 ALO	1ª ed. do TT. Dois títulos anónimos anteriores, apontados por Quirós García (2015) como possíveis “precedentes”, não correspondem a este TT.

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Criadores. Por seu author [...]. Traduzido do hespanhol em portuguez por ...</i>								
273	1842	A1	<i>Livro do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do mundo feito por Gomes de Santo Estevão, hum dos doze, que forão na sua Companhia</i>	Lisboa	Typ. de Mathias José Marques da Silva	[Duarte Nunes de Leão? (Rogers, 1961: 290)]	Gomes de Santo Estevão [Gómez de Santisteban]	<i>Libro del infante D. Pedro de Portugal</i>	C. 1515	GR11 5798 (fonte: Faria 54); Rogers 82; Faria 54 BNP: L. 1869//16 A.; BJPII: MC-3191	Reed. (<i>vid. supra</i> ed. de 1787). 24 pp.
274	1842	D	<i>Obras da serafica madre Santa Teresa de Jesus, fundadora dos Carmelitas Descalços Traduzidas em Portuguez pelo mais indigno dos seus filhos, Fr. João da Cruz</i>	Lisboa	Typ. de V. J. de Castro & Irmão	João da Cruz, O. C. D.	Teresa de Jesus	<i>Castillo interior ou Las moradas (in Los libros de la madre Teresa de Jesús ...)</i>	1588	PORB BNP: RES. 6357 P. (vol. 3)	IV, 204, [8] pp. Cont. da ed. de 1826-1832 (<i>vid. supra</i>). Este vol. 3 não é registado por GR11. Inclui a 1ª trad. do <i>Castillo interior</i> , à qual segue, nas folhas finais (pp. [1-4]) uma “Paraphrase dos versos de Santa Teresa” (trad. do célebre “Vivo sin vivir en mí”, poema de que a Marquesa de Alorna fez também uma versão: <i>vid. infra</i> anexo 1.2, TT de 1844).
275	1842	C	<i>Tractado de esgrima a pé e a cavallo, em que se ensina por principios o manejo do florete, ou o jogo da espada, que se uza hoje. Adornado com vinte e quatro laminas, ou estamapas litographadas, dedicada á sua Magestade el Rei Fernando II por D.</i>	Lisboa	Typ. Commercial	S. n.	Osorio y Gomez, Pedro [autor atrib.; Thomase, Eudaldo]	<i>Tratado de esgrima a pie y a caballo, en que se enseña por principios el manejo del florete ó el juego de la espada que se usa en el dia, [...] por el ciudadano Eudaldo</i>	1823	GR11 5886 BNP: S.A. 20290 P.	92 pp., il. Sobre o autor atrib. que consta no TT, diz Inocêncio: “presumo ser de nação hespanhol, faltando-me aliás o conhecimento de quaisquer particularidades, que lhe digam respeito” (DBP, VI: 442-443). Aí mesmo, recrimina o facto de a obra se apresentar no prólogo como “a

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Pedro Osorio y Gomez</i>					<i>Thomase, professor de este arte</i>			<i>primeira que se dava á luz no idioma portuguez sobre a arte da esgrima, ignorando assim “o que já possuíamos n’esta parte”.</i>
1843											
276	1844	A1	<i>Aventuras galantes de dois Fidalgos Estudantes, ou Historia Admiravel da famosa Cornelia de Bolonha</i>	[Lisboa?]	[Typ. de Mathias José Marques da Silva?]	S. n.	[Cervantes, Miguel de]	<i>Novela de la señora Cornelia (in Novelas ejemplares)</i>	1613	GR11 6058 Vid. infra obs.	Reed. (vid. supra TT de 1816). GR, que não indica dados eds., dá a cota da BNP L. 45762 P., a qual corresponde a uma ed. de 1827 da <i>Historia da Donzela Theodora</i> . Figura o tít., com a data de 1844 e descr. fis. (“8º br.”), mas sem dados eds., entre os “Livros que se vendem na loja do Livreiro, e Imprensa de Mathias José Marques da Silva, na Rua do Ouro N.º 9, e 11”, p. [30] do folheto <i>Historia Verdadeira Acontecida no Rien do Algarve</i> , Lisboa, Typ. de Mathias José Marques da Silva, 1861, e p. [19] da ed. de 1861 do <i>Livro do Infante D. Pedro de Portugal</i> , pelo mesmo ed.
277	1844	D	<i>Guia de pecadores e exortação á virtude / Luiz de Granada</i>	Lisboa	Off. de Ignacio Nogueira Xisto	S. n. [Macedo, Joaquim de (DBP, IV: 124)]	Granada, Fray Luis de	<i>Guía de pecadores</i>	1556-1557 (Lisboa)	PORB BNP: R. 27333 P.	Reed. (vid. supra TT de 1794)
278	1844	C	<i>Segredos da natureza: contem cinco diferentes tractados. O 1º Trata da Fysionomia</i>	Lisboa	Typ. de Mathias José Marques da Silva	[Brito, Antonio da Silva]	Cortés, Jerónimo	<i>Fisonomía, y varios secretos de naturaleza</i>	1597 (1ª ed.), 1741 (ed. expurg.)	GR11 6240 (fonte: DBP) e GR11 6241 (s. l. e sem	Reed. (vid. supra TT de [1786]. 235 [5] pp. Julgamos que as 2 espécies registadas por

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Natural do Homem...</i>							n. de editor; fonte: AHO 113-453); DBP, I: 269 (n.º 1506) BNP: S.A. 4383 P.	GR neste ano (uma com base no DBP e o tít. de <i>Fysionomia</i> , a outra retirada do cat. 113 de Arnaldo Henriques Oliveira e o tít. <i>Segredos...</i>) devem referir-se à mesma ed. PORB indica, erradamente, que o exemplar em causa é uma ed. s. l. e s. n., de 17--
279	1845	Al	<i>O donzel de D. Henrique o enfermo: Historia do seculo XV por D. Marianno José de Larra. Vertida do hespanhol por...</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	Silva, M. A. da	Larra, Mariano José de	<i>El doncel de don Enrique el Doliente. Historia caballeresca del siglo XV</i>	1834	GRII 6288 BNP: L. 6806 P. (vol. 1, tomos I e II) e L. 6807 P. (vol. 2, tomos III e IV)	4 tomos. Na p. [7] do tomo I, advertência do trad. assinada em Lisboa, a 15/11/1844: “Este romance, falto inteiramente de notas no original, ficaria em partes obscuro, se eu me não dêsse ao trabalho d’escrever-lhas. Não foi por tanto uma ostentação pedantesca; mas sim uma necessidade absoluta fazê-lo assim. Se, não obstante, alguém ainda julgar, que varias d’aquellas notas poderiam dispensar-se, fiquem então essas para os menos versados ou mais negligentes”.
280	1845	D	<i>Regras da vida virtuosa tiradas e traduzidas [...] Nova edição</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	Hum sacerdote... [Macedo, Joaquim de?]	Granada, Fray Luis de	<i>Memorial de la vida cristiana</i>	1565 (Lisboa)	GRII 6384 BNP: R. 31820 P.	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1785). 319 pp. A PORB registra a cota como R. 31820 V., mas é engano. No cat. da BNP figura já correctamente como R. 31820 P.
281	1846	B	<i>Biographia de Antonio</i>	Lisboa	Typ. de	*** [<i>sic</i> :	[João de	(Alegadamente,	<i>Vid. infra</i>	GRII 6446	Pseudotrad., 68 pp. É

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>Bernardo da Costa Cabral, traduzida do jornal hespanhol “Eco del Comercio” por...</i>		Manoel de J. Coelho	João de Azevedo de Sá Coutinho (DBP, III: 298)]	Azevedo de Sá Coutinho (Vid. <i>infra</i> obs.)]	<i>in Eco del Comercio</i>) Vid. <i>infra</i> obs.	obs.	BNP: H.G. 11146 V.	reed., com mudanças textuais (supressão do prólogo, etc.), da anónima <i>Costa Cabral em relevo, ou Memoria biographica d'este ministro, para servir de auxiliar á historia do dia</i> (mesmo ed., 1844). Sobre o alegado trad. (autor do TP), <i>cfr.</i> DBP: III, 297-298. Vid. <i>tm.</i> Torgal e Roque, 1993: 191 e 221 (vol. V da <i>História</i> de Mattoso, consagrado ao liberalismo). GRII 6447 regista, no mesmo ano, uma suposta retrad. desta <i>Biographia</i> , alegadamente trad. por Antonio da Cunha Sotto Mayor, de que não foram encontradas notícias – GR não indica ed. nem fontes, e na descr. fís. apenas indica “8º”.
282	1847	B	<i>Lições de Boa Moral, de Virtude e de Urbanidade. Compostas no idioma hespanhol por D. José de Urcullu, e traduzidas para o portuguez da 3.ª edição de Londres de 1828 por Francisco Freire de Carvalho, [...]. Seguidas de 43 maximas para o bom regulamento da vida de uma mulher; e nesta 2.ª</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	Carvalho, Francisco Freire de	Urcullu, José de	<i>Lecciones de moral, virtud y urbanidad</i>	1826 (Londres, diversas vezes reed. em Londres, Paris, Madrid, Quito, Saint-Cloud, Limoges, Barcelona, Lima...)	GRII 6540 (s. fontes nem loc.) e Brumme, 2006: 321, 327 Vid. <i>infra</i> obs.	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1838). 103 pp. (GR). O trad. é apresentado assim na folha de rosto: “cónego da sé patriarchal de Lisboa, socio da Academia Real das Sciencias da mesma cidade, e d’outras sociedades litterarias assim de Portugal, como do Brasil, &c., &c.”. Embora não se encontrassem exemplares consultáveis

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>edição Enriquecidas com outras muitas Maximas e Sentenças, colhidas de diferentes AA., de que podem fazer prudente uso os individuos de um, e d'outro sexo.</i>								nas fontes inquiridas, não duvidamos da existência deste TT uma vez que, além de ser registado com pormenor por Brumme (2006: 327), teve de haver, necessariamente, uma 2ª ed. entre o ano de 1838 e o de 1854, em que aparece a “3ª ed.” (PORB).
283	1848	C	<i>Grammatica ingleza para uso dos portugueses, reduzida a vinte e sete lições</i>	Porto	Typ. Commercial	Urcullu, José de	Urcullu, José de	<i>Gramática inglesa, reducida a veinte y dos lecciones</i>	1825 (Londres)	PORB FLUP: 802.0U67g	Reed. do TT de 1830 (<i>vid. supra</i>), aumentada e corrigida. Dedicada, “Com permissão de S. M. a Rainha”, a “S. A. O Serenissimo Senhor Duque do Porto”, o Infante D. Luiz Filippe. A advertência preliminar dos editores denuncia plágio por parte de Solano Constâncio e J.-P. Aillaud (<i>vid. supra Novo mestre inglez...</i> , 1837).
284	1848	Al	<i>Historia de Gusmão d'Alfarache</i>	Paris	Pillet Fils Ainé (“Pillet Ainé” em GR)	S. n.	[Lesage, Alain-René] > [Alemán, Mateo]	<i>Histoire de Guzmán d'Alfarache, nouvellement traduite, et purgée des moralités superflues > [Primera y segunda parte de la] Vida del pícaro Guzmán de Alfarache, atala ya de la vida humana</i>	1732 > 1599 (1ª parte), 1604 (2ª parte, Lisboa)	GR11 4745 (ano 1837, datação errada) e Maia, 2012: 134 BNF: Y2-42544/45	Retrad. indirecta (<i>vid. supra</i> 1ª ed. do TT, 1792-93), peritextualmente apresentada como um pseudo-original (<i>cfr.</i> Maia, 2012: 146-147). A trad. port. parte da versão francesa (com supressões do TP esp.) de Lesage (<i>cfr.</i> Maia, 2012: 158).
285	1848	Al	<i>Maria a filha de um</i>	Porto	Typ. de	S. n.	Ayguals de Izco,	<i>Maria la hija de</i>	1845-	GR11 6564	420 pp. (vol. I). Teve

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>jornaleiro, novella histórica original de [...] Tradução</i>		Faria de Guimarães		Wenceslao (no TT: “D. Wenceslão Ayguals de Izco”)	<i>un jornalero</i>	1846	BNP: L. 3726 V. (2 vols. num tomo)	cont. (vol. II) em 1849 (<i>vid. infra</i>). Ao nome do autor do TP segue extensa lista de méritos. PORB regista este TT como sendo editado s. l. [Porto] e s. n. [Typ. de Faria Galmanes (<i>sic</i>)], mas esses dados eds. constam do pé de imprensa na folha de rosto do exemplar custodiado na BNP.
286	1848	B	<i>O Busca-pé. Opusculo inédito que em defesa da Primeira Parte do Quixote escreveu Miguel de Cervantes Saavedra. Publicado com muitas notas historicas, criticas e bibliographicas por D. Adolfo de Castro. Vertido em portuguez por...</i>	Porto	Typ. de Faria Guimarães	Vieira, J. A. M. (falta na PORB)	Cervantes, Miguel de, (autor atrib.) [Castro, Adolfo de]	<i>El Buscapié. Opúsculo inédito en defensa de la Primera parte del Quijote que escribio Miguel de Cervantes Saavadra, publicado con notas...</i>	1848	GR11 6710 (fonte: Veloso II-1889) BNP: L. 3960 V., L. 25773 P.; GB (dig.)	IX-[X-XXI]-43-45-17 pp. Inclui, no fim, o TT “Dous artistas” de José Bermúdez de Castro (<i>vid. infra</i> anexo 1.2). Este conteúdo extra não é indicado na PORB nem referido por GR. Divergência entre a capa (cujo pé de imprensa vem datado de 1850) e a folha de rosto (1848).
287	1848	D	<i>O Cathecismo da doutrina christan explicado, ou explicações do cathecismo de Astete. As quaes convem igualmente ao de Ripalda por Santiago Joze Garcia Mazo. Obra trad. para portuguez da quinta edição de 1843 por D. Joze de Urcullu</i>	Porto	Typ. Commercial	Urcullu, José de	García Mazo, Santiago José	<i>El catecismo de la Doctrina Cristiana explicado, o Esplicaciones del Astete que convienen igualmente al Ripalda</i>	1837 (1843: 5ª ed.)	GRI 3495 (ano 1818, com erro na datação; fontes: JdS 3304; Veloso II) e GR11 6746 BME: JHT74	382 pp. 1ª ed. do TT (a partir da 5ª ed. do TP, de 1843). GRI 3495 datado, erradamente, de 1818. TP varias vezes reimpr. (em 1900 ia pela 29ª ed. espanhola). A BNE (entre outros muitos catálogos) só regista o título do TP a partir da sua 2ª impr. (1839). Do TT houve reed. em 1849 (<i>vid. infra</i>), 1851, 1862, 1877 e 1891.
288	1848	A2	<i>O Mestre de Santiago. Romance castelhano. Tradução por...</i>	Porto	Typ. de S. J. Pereira	Basto, Evaristo J. A.	Bermúdez de Castro, [Salvador]	“El Maestre de Santiago. Leyenda	1840 (<i>in Ensayos poéticos</i>)	GR11 6658 BNP: L. 2456/3	32 pp. Nas pp. [VII-VIII], “Prologo do traductor”. Começa

1.1. Catálogo de traduções independentes

							(autor identificado no prefácio do trad., não na capa)	historica”		V.	assim: “É Bermudez de Castro o author do MEU ORIGINAL. Valha só este nome como elogio do romance que escolhi para traduzir – que escolhi não digo bem – antes direi melhor, com que acertei a dar na REVISTA DE MADRID. E o mesmo foi lê-lo que nascer-me logo o desejo, que depois se tornou invencível, de o vêr traduzido em linguagem portuguesa. Mas que trabalho tão custoso! Cada verso que hia traduzindo parecia- me que era um quilate de menos no valor daquela joia”.
289	1849	C	<i>Arte nova que ensina a criar, tratar, escolher, e curar cabras, borregos, ovelhas, porcos, bois e vaccas [...]. Por Gabriel Alonso de Herrera. Traduzido do hespanhol por...</i>	Lisboa	Typ. Nunesiana	Gamarra, Antonio	Alonso de Herrera, Gabriel	<i>Obra de Agricultura</i>	1513 (reed. sucessiva s vezes, v. gr. em 1818-19)	Quirós García, 2015 (sem fontes nem loc.) Liv. Khronos Bazaar de Lisboa, ref. 31827 (dig. folha de rosto)	98 (2)-80 (4) pp. Reed. (vid. <i>supra</i> TT de 1841). <i>Vid. tm. infra</i> TT ed. na Typ. de Mathias José Marques da Silva, no mesmo ano de 1849 (tít. <i>Nova arte...</i>). Sítio da livraria <i>online</i> KhronosBazaar: http://khronosbazaar.pt/livros.php .
290	1849	D	<i>Cartilha da doutrina christã, extrahida das melhores obras que tratam d'esta materia, principalmente de catecismo explicado por D. Santiago José Garcia Mazo, e traduzido pelo sr. D.</i>	Porto	Typ. de S. G. Pereira	José de Urcullu	García Mazo, Santiago José	<i>El catecismo de la Doctrina Cristiana esplicado, o Esplicaciones del Astete que convienen igualmente al Ripalda</i>	1837 (TT a partir da 5ª ed. do TP, de 1843)	GR11 6931 (sem fontes nem loc.) e DBP, XIII: 101 (n.º 9777)	Reed. (vid <i>supra</i> TT de 1848). Embora não tenhamos encontrado exemplares desta <i>Cartilha</i> nos locais habituais, a descr. fís. (16º, IV-332 pp.) e outros promenores que fornece o registo no

1.1. Catálogo de traduções independentes

			<i>José de Urcullu. É oferecido aos seus freguezes por um parocho do bispado de Aveiro</i> [José Maria Pacheco de Aguiar]								DBP leva-nos a acreditar na sua existência. Se é verdade que esta versão da obra “teve diversas edições, sendo a tiragem de alguns milhares de exemplares” (<i>ibid.</i>), é estranho que não se conserve em nenhuma das bibliotecas portuguesas inquiridas.
291	1849	AI	<i>Maria a filha de um jornaleiro, novella histórica original de [...]</i> Traducção	Porto	Typ. de Faria de Guimarães	S. n.	Ayguals de Izco, Wenceslao (no TT: “D. Wenceslão Ayguals de Izco”)	<i>Maria la hija de un jornalero</i>	1845-1846	GR11 6564 (ano 1848) BNP: L. 3726 V. (2 vols. num tomo)	368 pp. Cont. do TT publicado em 1848 (<i>vid. supra</i> vol. I).
292	1849	AI	<i>Historia jocosa do Gran Tacanho</i>	Paris	Pommeret e Moreau	S. n.	[Quevedo y Villegas, Francisco de]	<i>La vida del buscón llamado don Pablos</i>	1626	GR11 7208 (ano 1851, erro na data) BNF: NUMM-131258 e 59	1ª ed. do TT, 2 vols. Apresentado peritextualmente como um pseudo-original (Maia, 2012: 146-147). Sobre a datação errada de GR, <i>vid.</i> Maia, 2012: 135.
293	1849	AI	<i>Maria Espanhola</i> [GR: <i>Maria Hespanhola</i>] ou a victima de um frade. Romance historico com importantes revelações relativas á sociedade do anjo exterminador por [...] Precedido de uma introdução por Eugenio Sue. Publicado por uma Sociedade. Traduzido por... (Oportunity Leilões)	Lisboa (GR: Porto)	Typ. de Lucas Evangelista da Rocha (GR: s. n.)	A. C. de F. V.	Ayguals de Izco, Wenceslao	<i>Marie l’Espagnole ou La victime d’un moine > Maria la hija de un jornalero</i>	1845-1846 (cast. e fr.)	GR11 6565 (ano de 1848; fonte: Palau) e GR11 6773 (ano de 1849, 3 vols.?: fonte: Palaw [<i>sic</i>]) Oportunity Leilões (Cascais); Llibreria Antiquària Farré (Barcelona)	Retrad. indirecta (<i>vid. supra</i> TT de 1848-49), muito provavelmente a partir da versão francesa (autotrad.). O exemplar conservado na Llibreria Antiquària Farré consta de 2 vols. (GR indica 3) de 494 e 425 pp., respectivamente, ils. Imagem da folha de rosto do tomo I disponível na página de Oportunity Leilões, Lda., lote 464 (leiloado na sessão <i>on-line</i> de 10 de Dezenbro de 2013). O

1.1. Catálogo de traduções independentes

											autor do TP é aí (folha de rosto) apresentado como segue: “Auctor dramatico, presidente da Academia dasciencias [sic] de Madrid, e membro de muitas outras sociedades scientificas e litterarias”.
294	1849	AI	<i>Marqueza de Bellaflor ou o Menino Engeitado, romance historico por [...]. Traduzido por... / GR: A Marqueza de Belaflor...</i>	Lisboa	Typ. da Academia das Bellas Artes	F. M. P. de F. e Sá	Ayguals de Izco, Wenceslao (transcrito no TT: Wenceslau Ayguals d'Izco)	<i>La Marquesa de Bellaflor o El niño de la Inclusa</i>	1846-1847	GRII 6774 BNP: L. 3808 V. (2 vols. num tomo)	2 vols., il., de 470-II e 601-III pp., respectivamente. Mesma apresentação do autor do TP que encontrámos no TT anterior (<i>vid. supra</i>).
295	1849	C	<i>Nova arte que ensina a criar, tratar, escolher, e curar cabras, borregos, ovelhas, porcos, bois e vaccas. [...]. Por seu author[...]. Traduzido do hespanhol em portuguez por ...</i>	Lisboa	Typ. de Mathias José Marques da Silva	Gamarra, Antonio	Alonso de Herrera, Gabriel	<i>Obra de Agricultura</i>	1513 (reed. sucessiva s vezes, v. gr. em 1818-19)	GRII 6923 BNP: S.A. 20322 P.	105 pp. Reed. (reimpr.) do TT de 1841 (<i>vid. supra</i> , mesma typ.). <i>Vid. tm. supra</i> , TT reed. pela Typ. Nunesiana neste mesmo ano (1849). com o título de <i>Arte nova...</i> Tít do TT continua: <i>Nesta obra se encontram os symptomas indicativos das enfermidades a que está sujeita qualquer rez, como tambem os remedios e receitas mais especiaes, para o seu curativo e para governo e utilidade dos Lavradores, e Criadores. Por seu author...</i>
296	1850	D	<i>Livro de orações e meditações que escreveu o mystico Mestre Doutor illuminado [...]. Publicado por Joaquim Pereira Pinto Guedes.</i>	Porto	Typ. de S. J. Pereira	Guedes, Joaquim Pereira Pinto	S. Pedro de Alcantara [Alcântara, Pedro de]	<i>Tratado de la oración y meditación</i>	Ca. 1560 (Lisboa)	GRII 7125 BNP: R. 12383 P. (cota não constante da PORB)	Retrad. (o TP já tinha sido trad. para port. em 1679, em versão do P. Antonio de Araujo). VI-194 pp. GR indica “(Trad. do hespanhol)” após o tít. do TT.

1.1. Catálogo de traduções independentes

297	1850	A1	<i>Livro do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do mundo, o qual andou...</i>	Lisboa	Typ. de Mathias José Marques da Silva	[Duarte Nunes de Leão? (Rogers, 1961: 290)]	Gomes de Santo Estêvão [Gómez de Santisteban]	<i>Libro del infante D. Pedro de Portugal</i>	C. 1515	GR II 7004 (fonte: Faria 56); Rogers 88; Faria 56 GB (sem pré-vis.), vid. infra obs.	Reed. (vid. supra ed. de 1787). 18-II pp. Quer Rogers, quer Faria consultaram um exemplar na bibl. particular de Rocha Madahil. Faria refere a existência de um outro exemplar na bibl. do Visconde da Trindade.
298	1850	A1 (GR)	<i>Livro dos meninos. Trad. da 10ª ed. por... (GR) / O livro dos meninos, por D. Francisco Martínez de la Rosa, traduzido da 16.ª edição (DBP)</i>	Porto	[S. l.: Cruz Coutinho?]	Urcullu, José de	Martínez de la Rosa, Francisco	<i>Libro de los niños</i>	1839 (1ª ed., reed. inúmeras vezes; a 10ª ed. é de 1844)	GR II 6997 (sem fontes nem loc.); DBP, V: 149 (s. data) Anúncio em <i>O Jornal do Povo</i> , n.º 328, 13 de Agosto de 1850, p. 1312	Ils. (GR), XVI-144 pp. (DBP). Esta 1ª ed. do TT, reed. posteriormente até em 7 ocasiões, é publicitada em <i>O Jornal do Povo</i> a 13 de Agosto de 1850. Por esse anúncio confirmamos a existência da espécie e sabemos, ainda, que se vendia, “pelo modico preço de 120 rs.”, no Porto (livrarias de Gonçalves Guimarães, Cruz Coutinho, Guimarães e Silva, Moré e Ignacio Correia), Lisboa (loja de João Paulo Martins Lavado) e Coimbra (loja de José Mesquita). Quanto ao género da obra, que GR classifica como A1, deve ter-se em considerção o seu carácter miscelâneo (máximas, contos em prosa, fábulas, canções e orações em verso, poemas...).
299	1850	C	<i>Lunario perpetuo...</i>	Lisboa	Typ. de M. J. Marques da Silva	Brito, Antonio da Silva	Cortés, Jerónimo	<i>El non plus ultra del lunario, y</i>	1594 (1ª ed.), 1672 (ed.	GR II 7109; DBP, I: 270, n.º 1507	8º. Reed. (vid. supra TT de 1805).

1.1. Catálogo de traduções independentes

								<i>pronostico perpetuo general...</i> (ed. expurgada)	expurgada)	(fonte de GR)	
300	1850	B	<i>O fuzilamento da mãe de Cabrera. Excerpto da vida militar e politica d'este valente e prestigioso general escrita por...</i>	Porto	Typ. de Faria Guimarães	S. n.	D. Boaventura de Cordova [Buenaventura de Córdoba]	<i>Vida militar y política de Cabrera</i>	1844- 1846 (3 vols.)	GRII 7079 (fonte: AHO 69-881) BNP: H.G. 5072//1 P.	In-8º, 62-I pp. (GR)., 64 pp. (PORB) Segundo GRII 7080, um “excerpto” da “Vida militar e política de Cabrera” foi também publicado neste ano em periódico de que, por lapso, não da indicação (apenas figura “P” e as datas): <i>vid. infra</i> anexo 1.2. O TP gira à volta de um episódio conhecido do enfrentamento militar entre carlistas e liberais, o fusilamento de María Griñó, a mãe do general carlista Ramón Cabrera, por indicação do general Agustín Nogueras, do exército de Isabel II, a 16 de Fevereiro de 1836.
301	1850	AI	<i>Pobres e Ricos ou a Bruxa de Madrid, romance de costumes sociaes. Original de D. [...]. Traduzido e publicado por...</i>	Lisboa	Typ. da Academia das Bellas Artes (vol. I) / Typ. de João José de Salles Colaço (vol. II e III; gralha no vol. II: *Oclaço por Colaço)	F. M. P. de F. e Sá	Ayguals de Izco, Wenceslao (transcrito no TT: Wenceslão Ayguals d'Izco)	<i>Pobres y ricos o La bruja de Madrid</i>	1849- 1850	GRII 6563 (ano de 1848), GRII 6775 (ano de 1849) e GRII 6957 BNP: L. 4130 V. – L. 4132 V. (3 vols., os dois primeiros de 1850)	O TT, publicado em 3 vols., cont. no ano de 1851. Estes dois primeiros vols., impressos em 1850 por dois eds. diferentes, contêm XIII-406-II pp. e 428-II pp., respectivamente. O vol. III (421-III pp.) veio a lume , segundo se disse, em 1851. Estão errados os registos que consigna GR nos anos 1848 (GRII 6563, afirma fazer parte este TT da <i>Bibliotheca</i>

1.1. Catálogo de traduções independentes

											<i>das Damas</i>) e 1849 (GRII 6775, remete para as cotas da BNP atrás apontadas). Na PORB falta indicar a mudança de ed. nos tomos II e III, que sim contempla GRII 6775 e GRII 6957.
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

FIM DO CATÁLOGO DE TRADUÇÕES INDEPENDENTES (1.1)

1.2. Traduções avulsas

1.2. Catálogo de traduções avulsas

Reg.	Ano	G.º	Título do TT	Local	Tít. publicação	Trad.	Autor TP	Título TP	Data TP	Refs. Loc.	Obs.
1	1782	B	“Discurso sobre a educação popular dos artistas e seu fomento. Traduzido do hespanhol por...”	Lisboa: Typ. Rollandiana	<i>Miscellanea Curiosa e Proveitosa ou Compilação tirada das melhores Obras das Nações Estrangeiras</i> , IV	F.R.I.L.e.L. [Francisco Rolland (GR)]	[Rodríguez de Campomanes, Pedro]	<i>Discurso sobre la educación popular de los artesanos y su fomento</i> (dig. na BVC)	1775	GR I 1396 BMP: RES-XVIII-a-15 (vols. I a VII); <i>tm.</i> na BNP; vol. IV dig. em GB	TT publicado em 3 partes (<i>vid. supra</i> os 2 regs. seguintes). Esta 1ª parte ocupa as pp. 132-170 (“Introdução preliminar”) e 171-184 (cont. e cap. I) – estas últimas não são referidas por GR – do tomo IV. Na p. 184 anuncia-se a cont.: “Dar-se-ha continuação no tomo seguinte”. O TT saiu s. n. do autor do TP, apesar da sua relevância sociopolítica.
2	1783	B	“Discurso sobre a educação popular dos artistas e seu fomento. Traduzido do hespanhol por...”	Lisboa: Typ. Rollandiana	<i>Miscellanea Curiosa e Proveitosa ou Compilação tirada das melhores Obras das Nações Estrangeiras</i> , V	F.R.I.L.e.L. [Francisco Rolland (GR)]	[Rodríguez de Campomanes, Pedro]	<i>Discurso sobre la educación popular de los artesanos y su fomento</i> (dig. na BVC)	1775	GR I 1396 BMP: RES-XVIII-a-15 (vols. I a VII); <i>tm.</i> na BNP	<i>Vid. supra.</i> TT (cont. do anterior) nas pp. 44-84 (GR).
3	1785	B	“Discurso sobre a educação popular dos artistas e seu fomento. Traduzido do hespanhol por...”	Lisboa: Typ. Rollandiana	<i>Miscellanea Curiosa e Proveitosa ou Compilação tirada das melhores Obras das Nações Estrangeiras</i> , VII	F.R.I.L.e.L. [Francisco Rolland (GR)]	[Rodríguez de Campomanes, Pedro]	<i>Discurso sobre la educación popular de los artesanos y su fomento</i> (dig. na BVC)	1775	GR I 1396 BMP: RES-XVIII-a-15 (vols. I a VII); <i>tm.</i> na BNP	<i>Vid. supra.</i> TT (cont. do anterior) nas pp. 59-148 (GR).
4	[1802] (PORB)	A2	“Sonetto de Argensola”	Paris: S. n.	<i>Versos</i> , II (p. 221)	Filinto Elysio [Francisco	Argensola, Lupercio Leonardo de	Soneto “Llevó tras sí los pámpanos	1605	GRI 2326 (ano 1801) BNP: L.	O TT começa assim: “Deixa de folha Outubro a vide pobre,

1.2. Catálogo de traduções avulsas

						Manuel do Nascimento, Filinto Elísio]		Otubre...”, in <i>Flores de poetas ilustres</i>		83242 P. (vol. II, dig.)	/ E com as cheias o Ébro, de insolente,/ Nem ribeiras, nem ponte já consente,/Nos campos reina, e de alta vaga os cóbre...”. TP: “Llevó tras sí los pámpanos Otubre, / i, con las grandes lluvias insolente, / no sufre Ibero márgenes ni puente:/ mas antes los vecinos campos cubre...”. O vol. II dos <i>Versos de Filinto Elyseo</i> (1797-1806, 6 tomos), dig. em: http://purl.pt/14751/3/l-83242-p/1-83242-p_item4/index.html#/_Q , apresenta no pé de imp. o “Anno de 1201” [<i>sic</i>]. PORB indica a data [1802]; GR, 1801.
5	1804	A3	“Apologia das damas. Comedia”	Lisboa: Imp. Regia	<i>Theatro de Manuel de Figueiredo</i> , t. II (pp. 173- 344)	Figueiredo, Manuel de	S. n.	TP ms.? (Vid. <i>infra</i> obs.)	(Vid. <i>infra</i> obs.)	GRI 2550 BNP: L. 78631 P. (dig.)	Antecede um “discurso” ou prólogo (pp. 175-179), datado de 27 de Julho de 1773 e assinado com as iniciais “L. C.” (Licíadas Cíntio, pseud. arcádico de Figueiredo), em que se indica que a peça é trad. (com acréscimos “da minha invenção”) de um TP cast., feita a

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											partir de um “borrador, que casualmente encontrei em muito pior estado que Antonio Codro Urceo achou o <i>Avarento</i> de Plauto”.
6	1810	B	“Proclamação que faz o Governador de Galliza aos seus Nacionaes contra a França nas presentes circunstancias”	Lisboa: Imp. Regia	<i>In Dias de gloria. As Batalhas em que os Hespanhoes ficarão vencedores...</i>	F. S. D. R.	S. n. [“O Governador da Galliza”]			Consulta directa H.G. 14945//12 P.	O TT, muito breve, aparece nas pp. finais (6-7) de um folheto de 7 pp., entre várias notícias sobre a marcha da guerra em Espanha (com fonte em cartas ou na imprensa periódica).
7	1813	A1	“O chá e a salva. Apólogo (de Yriarte)”	Lisboa: Imp. Regia	<i>Semanario de Instrucção e Recreio</i> , n.º 28, p. 32	[João Augusto da Cunha?]	Iriarte, Tomás de	“El té y la salvia”, in <i>Fábulas literarias</i>	1782	GRI 3057 BNP: J. 60 B., P.P. 14202 V.	Insinuamos o nome do trad. por constar a sua assinatura em muitos textos da publicação.
8	1817	A2	“Soneto de Argensola”	Paris: A. Bobée	<i>Obras Completas</i> , IV (p. 394)	Filinto Elysio [Francisco Manuel do Nascimento, Filinto Elísio]	Argensola, Lupercio Leonardo de	Soneto “Llevó tras sí los pámpanos Octubre...”, in <i>Flores de poetas ilustres</i>	1605	GRI 3309 L. 1176 A. (vol. IV)	Reed. do TT de 1801 (<i>vid. supra</i>) nas <i>Obras completas</i> do autor (2ª ed. emendada), publicadas em 11 vols. entre 1817 e 1819. De notar que não encontramos esta trad. na “nova edição” (aumentada) das <i>Obras de Filinto Elysio</i> feita por Rolland em 1836-1840 (22 vols.).
9	1818	A2	“Ode anacreônica”. No fim do TT: “De D. Estevão Villegas,	Lisboa: Off. de João Baptista	<i>Observador Portuguez. Obra de</i>	Silva, J. M. ^a Costa e	Villegas, Esteban	“Mira Lidia atenta las flores...”	1618; M. J. Quintana	GRI 3450 BNP: J. 64 B., J. 93 B.;	GR dá o nome do trad. entre parênteses rectos (erradamente)

1.2. Catálogo de traduções avulsas

			e traduzida segundo o gosto de metro, e rima do Author por...”	Morando	<i>erudição e recreio. Por huma sociedade de literatos</i> , I, n.º 2, p. 30				reeditou o TP, com outros poemas do mesmo autor em 1817 (<i>in Tesoro del Parnaso español</i>)	BMP: S2-1-87(12)	e transcreve o nome do autor do TP como “Villegas, Estéban” (também erradamente, pois não figura assim no TT). Primeiros vv. do TT: “Notava Lydia attenta / Flores, que lhe offerece / O seu jardim herdado, Cujos pés humedece / Com crystal deslizado / Huma fonte sedenta...”.
10	1818	A2	“Poezia. Á perda d’El-Rei D. Sesbastião. Canção”. No fim do TT: “De D. Fernando de Herrera, e traduzido por...”	Lisboa: Off. de João Baptista Morando	<i>Observador Portuguez. Obra de erudição e recreio. Por huma sociedade de literatos</i> , I, n.º 1, pp. 9-12	J. M. ^a da Costa e Silva [José Maria da Costa e Silva]	Herrera, Fernando de	“Canción I”, <i>in Algunas obras de Fernando de Herrera</i>	1582	GRI 3431 BNP: J. 64//1 B., J. 93 B.; BMP: S2-1-87(12)	GR dá o nome do trad. entre parênteses rectos e não indica o n.º do periódico. Primeiros vv. Do TT: “Voz de pezar, e canto de gemido / Espirito de medo envolto em ira, / Começo amargo faço á memoria / D’aquelle fatal dia aborrecido, / Sobre que Lyzia misera suspira, / Despida de valor, falta de gloria;...”.
11	1818	A2	“Poezia. Ode. A profecia do Tejo”. No fim do TT: “De Frei Luiz de Leon, e traduzida por José Maria da Costa e	Lisboa: Off. de João Baptista Morando	<i>Observador Portuguez. Obra de erudição e recreio. Por huma sociedade</i>	José Maria Costa e Silva	León, Fray Luis de	“Oda VII” ou “Profecia del Tajo”	1631	GRI 3439 BNP: J. 64 B//1., J. 93 B.; BMP: S2-1-87(12)	GR dá o nome do trad. entre parênteses rectos e abreviado: J. M. Costa e Silva. Primeiros vv. do TT: “Folgando El-Rei

1.2. Catálogo de traduções avulsas

			Silva”		<i>de literatos</i> , I, n.º 40, pp. 190-193						Rodrigo / Estava com a formosa Cava á margem / Do Tejo crystalino, / Que assoma até ao peito, / E a fallar-lhe começa deste geito...”.
12	1820	B	“[Constituição de] Hespanha”	Londres: L. Thompson	<i>O Padre Amaro, ou Sovéla, politica, historica, e literaria</i> , I, 3 (Março), pp. 129-187	S. n.	[Monarquía española]	<i>Constitucion politica de la monarquia española, promulgada en Cadiz á 19 de marzo de 1812</i>	1820 (reed.)	GRI 3651 BNP: J. 109 B. (<i>et al.</i>); GB (dig.); etc.	<i>Vid. supra</i> 1.1 (edições independentes de 1820 e 1836).
13	1820	C	“Observações sobre o modo de fabricar a polvora de guerra e de caça. Traduzidas do manuscripto Hespanhol”	Paris: A. Bobée	<i>Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras; por huma sociedade de residentes portuguezes em París</i> , VIII, pp. 24-56	S. n.	C. G. [González, César ou D. Cezar Gonzalez, “Coronel d’artilheria: p. 24 do TT]	<i>Vid. infra</i> obs. (TP ms.)	1819	GRI 3681 BNP: P. 4490 P. - 4497 P; GB (dig.)	TT publicado na 2ª parte (“Correspondencia”) do tomo VIII destes <i>Annaes</i> , dir. por José Diogo Mascarenhas Neto (PORB). Ms. do TP datado, na publicação do TT (p. 56), em Paris, a 30 de Novembro de 1819. No pé de imprensa indica-se que A. Bobée é o “impressor da sociedade real academica das Sciencias de París”.
14	1821	C	“Memoria Historica sobre os Globos Aerostaticos (Traduzida do Manuscripto original Hespanhol)”	Paris: A. Bobée	<i>Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras. Por huma sociedade de residentes portuguezes em</i>	S. n.	Cesar Gonzales [González, César: p. 68 do TT]	<i>Vid. infra</i> obs. (TP ms.)	1820	GRI 3740 BNP: P. 4490 P. - 4497 P; GB (dig.)	TT publicado na 2ª parte (“Correspondencia”), do tomo XII da publicação. Ms do TP. datado (no TT, p. 68) em “París, a 15 de

1.2. Catálogo de traduções avulsas

					París, XII, pp. 35-68						Abril de 1820”.
15	1822	B	“Discurso do senhor deputado D. Francisco Martinez Marina sobre o projecto de ley apresentado por a comissão, em sessão extraordinaria das Cortes d’Hespanha em 14 de Outubro de 1820, para organização das sociedades patrióticas”	Lisboa: Typ. Rollandiana	<i>Jornal da Sociedade Literária Patriótica</i> , 1º trim., do n.º 4, de 26 de abril, pp. 109-117 (começo), ao n.º 23, de 2 de Julho, pp. 637-642 (conclusão, vem do n.º 14)	S. n.	Martínez Marina, Francisco	<i>Discurso sobre sociedades patrióticas por el diputado D. Francisco Martinez Marina</i>	1820	GRI 3801 BNP: J. 39 B	TP dig. en BNE. GR indica que o TT sai entre as pp. “117...642”, mas o TT começa, na realidade, na p. 109. O autor do TP, padre liberal e deputado pelas Astúrias durante o Triénio Liberal, opõe-se ao projecto de lei que pretende colocar as sociedades patrióticas sob o controlo do governo, considerando tal medida anticonstitucional e “contraria aos principios adoptados por os governos livres”. ⁶⁸⁴
16	1822	B	“Extractos das <i>Memorias sobre o estado actual das Americas, e meio de pacifica-las</i> . Trad. do hespanhol” (GR)	Lisboa: Typ. de Antonio Rodrigues Galhardo	<i>O Independente</i> , suplementos aos n.ºs 58 (12 de Março) a 69 (27 de Março, não 26 como figura em GR)	S. n.	[Cabrera de Nevares, Miguel]	<i>Memoria sobre el estado actual de las Americas y medio de pacificarlas...</i> (dig. em BNE)	1821 [Datado em Madrid, a 5 de Outubro de 1820 (colofão do TP e do TT, n.º 69)]	GRI 3783 BNP: J. 213 B. e GB (dig.)	Tít. do TP continua: [...] <i>presentada á S. M. y á las Cortes extraordinarias por el ciudadano Miguel Cabrera de Nevares</i> . O TT (trechos retirados das pp. 54-67 do TP, que tinha 71 páginas na publicação original)

⁶⁸⁴ O interesse pela matéria por parte do jornal onde sai publicado ao TT é evidente. A Sociedade Literária Patriótica de Lisboa reunia liberais e maçónicos como Almeida Garrett, que neste mesmo jornal e ano publicou um “Discurso sobre a instrução pública” e um epicédio dedicado “Aos Mortos no Campo de Honra de Madrid” (posteriormente incluído na *Lírica de João Mínimo*, 1829, com o título de “A guerra civil”.

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											leva uma apresentação editorial no suplemento ao n.º 58 ⁶⁸⁵ .
17	1822	B	“Manifesto d’El-Rey á Nação Hespanhola”	Lisboa: Typ. Rollandiana	<i>Jornal da Sociedade Literária Patriótica</i> , 2º trim., n.º 22, de 27 de Setembro, pp. 526-528, e n.º 23, de 1 de Outubro, pp. 547-549	S. n.	[Fernando VII]	<i>Manifiesto de S. M. á la Nacion Española</i> [“Españoles. Desde el momento en que conocidos vuestros deseos acepté y juré la Constitución promulgada en Cádiz...”]	1822 (16 de Setembro)	GRI 3787 BNP: J. 39 B.	GR indica apenas as pp. 526-528, sem referir o número (números, na realidade) em que sai o TT. TP datado no final do TT (p. 549): “16 de setembro de 1822”. Trata-se de um texto em que o monarca se dirige aos seus súbditos para declarar o seu (alegado) apoio ao regime constitucional, face aos recentes levantamentos armados dos grupos realistas, partidários do absolutismo, especialmente na Catalunha e em Navarra. No mesmo ano, a mesma publicação periódica da a lume o TT de procedência espanhola “Discurso do senhor deputado

⁶⁸⁵ “Publicou-se há pouco tempo em Madrid uma *Memoria sobre o estado actual das Americas, e meio de pacifica-las*. Este opusculo tem merecido os elogios dos homens ilustrados, porque trata com muita exactidão as cousas daquele paiz, e da sua actual situação politica. Quando chega á questão das materias que convém adoptar para conseguir uma paz sólida e vantajosa, tanto á Hespanha como as Americas, a opinião do seu autor, e a opinião mui claramente pronunciada he, que não há outra senão o reconhecimento de sua independencia, como aquelle de que só póde resultar a felicidade para um e outro continente; e he muito para ter em consideração o que elle diz a pag. 54 aonde se explica assim: [segue o TT, fechado por um *Continuar-se-ha*]”.

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											D. Francisco Martinez Marina...” (<i>vid. supra</i>).
18	1822	A1	“O deão de Badajoz. Conto espanhol”	Lisboa: Typ. Rollandiana	<i>O Compilador ou Miscellanea Universal</i> , pp. 408-415 (Março)	[Gastão, José Baptista? (DBP)]	Blanchet, François > Don Juan Manuel	“Le doyen de Badajoz” (<i>in Apologues et Contes</i> , conto VIII) > “De lo que constesçio a un dean de Sanctiago con don Yllan, el grand maestro de Toledo” (<i>in El conde Lucanor</i> , conto XI)	1784 (Blanchet) > 1335 (Juan Manuel, data de comp.)	GRI 3692 (ano 1821) BNP: J. 88 B.; etc.	Inocêncio (DBP, IV: 258) afirma que “pertecem ao sr. Gastão todos os artigos em prosa, originaes ou traduzidos, que se acham n’este periódico sem designação de auctor”. A data indicada por GR (Novembro de 1821) corresponde ao primeiro n.º da publicação.
19	1823	B	“Reflexões imparciais d’hum Hespanhol acerca do desterro de S. M. F. a Rainha D. Carlota, do territorio portuguez”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Gazeta universal, politica, litteraria, e mercantil</i> , 20 de Janeiro	S. n.	Alvarado y Velaustegui, Félix Ramón	<i>Reflexiones imparciales de un español acerca del extrañamiento de S. M. F. la Reina Doña Carlota del territorio portugues</i>	1822	GRI 3844 BNP: J. 217 B.	O autor do TP foi julgado e condenado por causa deste impresso, considerado subversivo pelo fiscal. O próprio faz publicar o seu discurso de defesa, “de orden y a expensas de S. M.”, na <i>Gaceta de Madrid</i> de 3 de Abril de 1824 (o texto vai assinado a 24 de Fevereiro de 1823). Deve notar-se que a <i>Gazeta</i> em que o TT é publicado é um jornal abertamente contra-

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											revolucionário, oposto ao governo liberal (dele era correspondente o Padre Macedo).
20	1827	B	“Causa verdadeira dos males que affligem actualmente a Inglaterra”	Lisboa: Imp. do Portuguez	<i>O Chronista. Semanario de politica, litteratura, sciencias, e artes</i> , vol. II, n.º XXII, pp. 196-214	S. n.	Flórez Estrada, Álvaro	<i>Reflexiones acerca del mal extraordinario que en el día aflige a Inglaterra y que mas o menos incomoda, ya a las naciones mas industriosas de Europa</i>	1827 (Londres, 2ª ed. corr. segundo a BNE)	GRI 4049 GB (dig.)	Do mesmo autor, <i>vid. supra</i> 1.1 (TT de 1821) e <i>infra</i> (mesmo ano e publicação periódica). O TT leva nota introdutória (peritexto editorial) ⁶⁸⁶ .
21	1827	C	“Relação da espantosa e terrível erupção do vulcão d’Albay no povo de Camarines nas Ilhas Philippinas...”	Lisboa: Imp. Regia	<i>Periodico para os Pobres. Diario Literario, Politico e Commercial</i> , 7-12 (<i>sic in GR</i> : 7 de Dezembro? <i>Vid infra</i> refs. e loc.)	S. n.	P.º Francisco Aragonezes [Aragoneses, Francisco]	<i>Suceso espantoso y memorable acaecido en la provincia de Camarines el dia primero de febrero de este año de 1814</i>	1814 (BNE: dig. ed. de 1815)	GRI 4060 BNP: J. 411 B. (n.º 1, 7 de Jul. 1827, a n.º 254, 30 de Jun. 1828)	Segundo GRI 4061, a trad. port. do <i>Cahécisme du citoyen français</i> do Conde de Volney (1793), publicada no mesmo ano de 1827, parte da versão castelhana do autor deste TP, F. Aragoneses.
22	1827	B	“Resposta do Sr. Flores Estrada aos argumentos feitos contra seu escripto por alguns authores	Lisboa: Imp. do Portuguez	<i>O Chronista. Semanario de politica, litteratura, sciencias, e</i>	S. n.	Flórez Estrada, Álvaro			GRI 4049 GB (dig.)	O TT começa directamente, sem introduções: “A tres se reduzem os argumentos, de que

⁶⁸⁶ “As numerosas bancarrotas das casas mais acreditadas, occorridas repentinamente em Inglaterra [...] foi um acontecimento tão inesperado em meio da paz, que fixou a atenção dos homens pensadores, os quaes se dedicaram a indagar a causa d’ellas. [...] entre os folhetos que appareceram sôbre ésta materia, da-se a preminencia ao do Sr. Florez Estrada, impresso em Londres, pelo gyro luminoso que deu á questão fundado-a nos mais sãos principios da economia politica; o que se comprova pelas muitas traducções que d’elle appareceram em inglez e em francez immediatamente depois da sua publicação”.

1.2. Catálogo de traduções avulsas

			francezes e ingleses”		<i>artes</i> , vol. II, n.º XXIV a XXVI, pp. 267-283						ate’ agora tenho notícia, diz o sr. Flores Estrada...”.
23	1833	B	“Da poesia clássica, e da Romancesca”	Lisboa: Imp. Regia	<i>Museu Literario, util, e divertido</i> , n.º VIII, pp. 245-249	“G. M.” [<i>sic</i> no TT, ass. final]	S. n.	“De la poesia clásica, y de la romancesca”, in <i>Gaceta de Madrid</i> , 10 de Abril de 1832, n.º 43, p. 176	1832	GRI 4279 (não indica língua ou possível procedência do TP) GB (dig.)	O TP, debruça-se sobre a “controversia” acerca de dois modelos contrapostos de poesia: a clássica e a moderna, que é a “poesia romántica ó romancesca”.
24	1833	B	“Sobre as traducções”	Lisboa: Imp. Regia	<i>Museu Literario, util, e divertido</i> , n.º VIII, pp. 240-245	S. n.	S. n.	“De las traducciones”, in <i>Gaceta de Madrid</i> , 29 de Maio de 1832, n.º 64, pp. 263-264	1832	GRI 4287 (<i>idem supra</i>) BNP: J. 62 B. e GB (dig.)	O artigo leva esta nota final dos eds.: “(Este interessante Artigo escripto em relação á lingua Hespanhola tem igual applicação á língua Portugueza.)”. Daí as opções tradutológicas apresentadas no TT, <i>v. gr.</i> : a generalização (a <i>España</i> do TP passa a ser a <i>Península</i> no TT) ou a adição (“Em Portugal tem sido quase geral a mesma epidemia”).
25	1834	A1	“A Cholera”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>A Revista</i> , n.º 45, 23 de Julho, p. 188	S. n.	Anfriso (pseud. no fim do TT)	“El cólera”, in <i>Eco del Comercio</i> , n.º 69, 8 de Julho, p. 1 (diário indicado no fim do TT)	1834	GRI 4349 BNP: J. 775 M.	GR não dá o nome do autor do TP e classifica a espécie, erradamente, como B. <i>A Revista</i> em que vem a lume o TT editou-se, sob esse cabeçalho, entre os n.º 36, de 2 de Jul. de

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											1834, a n.º 594, de 4 de Nov. de 1836. È cont. da até aí chamada <i>A Revista Semanal</i> (n.º 1, de 3 de Nov. de 1833, a n.º 35, de 29 de Jun. de 1834).
26	1834	B	“Discordias politicas”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>A Revista</i> , n.º 54, 13 de Agosto, p. 224, a n.º 57, 18 de agosto, p. 232	S. n.	[S. n.]	In <i>Mensagero de las Cortes</i> (referido no fim do TT, p. 232), 31 de Julho (vid. <i>infra</i> obs.)	1834	GRI 4354 BNP: J. 775 M.	O TP (que, ao contrário do TT, não pudemos consultar directamente) encontra-se resumido na secção “Periódicos de Madrid de ayer” de <i>La Revista Española</i> de 1 de Agosto de 1834. Defende-se que a discórdia política é conatural aos regimes liberais, pelo que não cabe a um governo desta índole perseguir as opiniões divergentes. A intolerância e nivelação de pareceres é, antes, própria dos governos despóticos.
27	1834	B	“Hispanha. Estamento de próceres. Extracto da sessão do dia 3 de Setembro”	Lisboa: s. n.	<i>O Universal. Legislação, decisões e discussões de tribunaes, poligica e literatura</i> , pp. 93 e 95 (GR não	S. n.	S. n. [Estamento de Próceres]	[Talvez retirado do <i>Eco del Comercio</i> , <i>La Revista española</i> ou <i>La Abeja</i>]	[1834]	GRI 4358 BNP: J. 589 M. ou J. 2453//42 V.	O estamento de próceres foi o nome da Câmara Alta ou Senado entre 1834 e 1836 (período de vigência do Estatuto Real de 1834). Os seus membros eram

1.2. Catálogo de traduções avulsas

					indica n.º: houve 59 entre o 20 de Agosto de 1834 e o 14 de Março de 1835)						designados pela coroa, face ao estamento de procuradores, eleito por sufrágio censitário. ⁶⁸⁷
28	1834	B	“Medo político”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>A Revista</i> , n.º 50, pp. 207-208, 2 de Agosto	S. n.	S.n.	<i>In Mensagero de las Cortes</i> (referido no fim do TT, p. 208)	[1834?]	GRI 4359 BNP: J. 775 M.	GR indica as pp. 208 (do n.º 50) e 212 (que corresponde ao n.º 51) para este TT, sem referir, todavia, o(s) número(s). Na realidade, o TT ocupa as pp. 207-208 do n.º 50; na p. 212 do n.º 51 há um artigo de opinião (editorial) igualmente retirado do <i>Mensagero</i> (vid. <i>infra</i> TT registado a seguir).
29	1834	B	[“Quando, pela chegada do <i>pretendente</i> às provincias do norte de Hespanha, todos com a maior ansiedade esperam que o Governo desinvolve (<i>sic</i>) a energia necessaria...”]	Lisboa: Imp. Nacional	<i>A Revista</i> , n.º 51, p. 212, 6 de Agosto	S. n.	S.n.	<i>In Mensagero de las Cortes</i> (referido na introdução ao TT)	[1834?]	GRI 4359 BNP: J. 775 M.	Nota introdutória ao TT: “A <i>Gaceta de Madrid</i> deste dia traz um Decreto estabelecendo o uniforme de que devem usar os <i>Próceres do Reino</i> ; – por esta ocasião apresenta-nos o <i>Mensagero de las Cortes</i> o seguinte

⁶⁸⁷ Na sessão do dia 3 de Setembro de 1834 (referida no tít. do TT), estamento de próceres aprova, sob a presidência do Duque de Bailén, e por 71 votos de 72, a exclusão dos direitos de sucessão à coroa espanhola do infante Dom Carlos Maria Isidro de Bourbon e a sua família, após discussão do ditame da comissão encarregada de informar sobre a proposta do governo relativa a essa matéria. É aprovada, igualmente, a determinação de que “Don Carlos y sus descendientes queden privados de la facultad de volver á los dominios de España”. Entre outros “ilustres próceres”, está presente, e intervém, o Duque de Rivas. Cfr. *Diario de las sesiones de Cortes. Estamento de Ilustres Próceres. Legislatura de 1834 á 1835*, Madrid, Imprenta Nacional, 1865 e *Discusion del dictamen de la Comisión encargada de informar...*, Madrid, Imprenta Real, 1834.

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											artigo.” Segue o TT, trad. de um editorial relativo à contenda carlista. O governo liberal, a favor do qual se posicionam os autores do texto, é criticado por não tomar medidas mais enérgicas contra os sublevados, estimando-se pouco eficiente o decreto aludido acima.
30	1834	B	“Sobre a guerra de Navarra e Biscaya”	Lisboa: s. n.	<i>O Universal. Legislação, decisões e discussões de tribunaes, poligica e literatura</i> , pp. 10-11 (GR não indica n.º: houve 59 entre o 20 de Agosto de 1834 e o 14 de Março de 1835)	S. n.	S. n.	<i>In La Abeja</i> (GR)	[1834]	GRI 4363 BNP: J. 589 M., J. 2453//42 V.	TT sobre a (depois chamada) Primeira Guerra Carlista.
31	1835 (?)	B	“Alexandre Dumas”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 17 de Agosto	S. n.	S. n.	<i>In La Abeja</i> (GR)	[1835?]	GR II 4437 BNP: J. 2510 M., J. 4652 M.	GR II 5244 (ano 1839) dá o mesmo tít. e fonte (<i>La Abeja</i>), com os seguintes dados eds.: <i>Diário do Governo</i> , V, pp. 119-121.
32	1835	B	“Da Irlanda considerada em seu actual estado, e do seu influxo na crise do gabinete inglez”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 15 de Janeiro (GR)	S. n.	S. n.	<i>In La Abeja</i> (GR)	[1835?]	GR II 4453 BNP: J. 2510 M.	

1.2. Catálogo de traduções avulsas

33	1835	B	“Dos diferentes modos de escrever historia”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 9 e 12 de Janeiro (GR)	S. n.	S. n.	“De los diferentes modos de escribir la historia”, in <i>El Eco del Comercio</i> , 29 de Dezembro de 1834, n.º 243, pp. [1-2]	1834	GRII 4445 BNP: J. 2510 M.	O TP distingue três formas de fazer história consoante a evolução dos povos, as quais são simultaneamente necessárias “en el día”: a história-poesia primitiva, a história-filosofia dominante no “último siglo” (generalizadora, à procura de uma história das ideias) e a história-política, mais prática, interessada na vida pública e característica de uma “civilizacion avanzada”, em que “los afanes de la libertad, exaltando los ánimos, dan energia a los caracteres”.
34	1835	B	“Extractos do Livro <i>Examen de los delictos d’infidelidad a la Patria, imputados a los Espanoles sometidos baxo la Donimacion Francesa...</i> ” (sic in GR)	Lisboa: s. n.	<i>O Universal. Legislação, decisões e discussões de tribunaes, poligica e literatura</i> , 17 de Fev., 27 de Fev., 28 de Fev., 2 de Março, 6 de Março, 10 e 12 de Março	S. n.	Reinoso, [Félix José]	<i>Examen de los delitos de infidelidad a la Patria imputados a los españoles sometidos bajo la dominación francesa</i> ,	1816	GRII 4482; Pérez Corrales, 2003: 79 BNP: J. 589 M., J. 2453//42 V.	Cap. XXI. Extracto / Introdução / Cap. I e II, Cap. IV (GR). O TP, autodefesa de um afrancesado destinada à leitura pelos espanhóis que, como o autor, se encontravam exilados na França, publicou-se originalmente em Auch (1816), de forma anónima, teve uma 2ª ed. em Bordéus (1818) e só

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											pôde ver a luz em Espanha (Madrid) em 1842.
35	1835	B	“Liberdade – Constituições”	Lisboa: Typ. de Eugenio Augusto	<i>O Tempo</i> , 7 de Maio	S. n.	S. n.	<i>In La Abeja</i> (GR; no fim do TT: “Extrahido da Abeja”)	[1835?]	GRII 4455 BNP: J. 626 M.	TT começa: “Cada geraeção tem suas manias; a da nossa, que niguem taxará de pueril nem de pouco fundada, consiste no empenho de assegurar o maior grau de liberdade possivel...”
36	1835	B	“Literatura”	Lisboa: Typ. de Eugenio Augusto	<i>O Tempo</i> , 19 de Maio	S. n.	S. n.	<i>In La Abeja</i> (GR; no fim do TT: “Extraído da Abeja”)	[1835]	GRII 4456 BNP: J. 626 M.	TT começa: “A litteratura considerada como um appendice, e por alguns como uma superfetação do corpo social, não occupava um lugar fixo, e só era uma intrusa no meio dos poderosos, ocultando muitas vezes sua origem, as mais d’ellas baixando a cabeça, e estendendo a mão...”
37	1835	B	“Madame de Stael”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 25 de Agosto (GR)	S. n.	S. n.	<i>In La Abeja</i> (GR)	[1835?]	GRII 4459 BNP: J. 2510 M.	
38	1835	B	“Monumentos litterarios e bibliotecas de Hespanha”	Lisboa: Typ. de Eugenio Augusto	<i>O Tempo</i> , 29 de Abril, pp. 181-182 (GR)	S. n.	S. n.	<i>In La Abeja</i> (GR), indicado no fim do TT: “Extrahido da Abeja”	[1835?]	GRII 4460 BNP: J. 626 M.	<i>Vid. infra</i> 1836. TT começa: “Os reis mouros que durante o periodo de 279 annos transmittiram uns aos outros em Hespanha o imperio dos Omniades, foram constantemente

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											protectores das bellas artes e da literatura.” Fim do TT: “A bibliotheca de Madrid é muito pouco frequentada, á excepção de alguns ecclesiasticos que vão extrahir alguma citação de S. Thomaz ou S. Agostinho, não se vêem alli senão estudantes lendo novellas, ou examinando estampas. Esperamos com tudo que a Hespanha, livre das mãos do despotismo, marchará rapidamente para o logar que lhe compete entre as nações da Europa”
39	1836	B	“As cidades livres”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 13 de Maio (GR)	S. n.	S. n.	“Las ciudades libres”, in <i>El Eco del Comercio</i> , 10 de Março, n.º 680, [pp. 2-3]	1836	GRII 4643 BNP: J. 2510 M.	
40	1836	B	“A revolução hespanhola”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 23 de Setembro (GR)	S. n.	S. n.			GRII 4664 BNP: J. 2510 M.	
41	1836	B	“Discurso do Sr. Alcalá Galiano na sessão [sic in GR] do dia 30 de Dezembro no Estamento dos Procuradores”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 7 de Janeiro (GR)	S. n.	Alcalá Galiano, Antonio	<i>In Diario de las Sesiones de Cortes. Estamento de Procuradores</i> , n.º 21, pp. 194-197	1835	GRII 4671 BNP: J. 2510 M.	O discurso, pronunciado durante os primeiros anos da regência de Maria Cristina, versa sobre o voto de confiança ao governo de

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											Mendizábal, designado presidente a 25 de Setembro do mesmo ano de 1835
42	1836	B	“Do poder Legislativo... Poder Executivo... Poder Judicial... Poder Conservador... Poder Real ou Moderador” (GR)	Lisboa: Imp. Nac. (GRI 3807; PORB indica o nome do ed. resp.: Sebastião José Carlos)	<i>O Movimento. Periodico Semanal</i> , 12 e 19 de Junho (GRII 4710), <i>ibid.</i> , n.º 33, p. 34 (GRI 3807)	S. n.	Salas, Ramón de	<i>Lecciones de derecho público constitucional</i>	1821	GRI 3807, ano 1822 (datação errada) e GRII 4710, ano 1836 BNP: J. 368 B., J. 949 P.	<i>Vid. supra</i> (anexo 1.1) TT em impressão independente (livro), eds. de 1822 e 1835.
43	1836	B	“Legendas patrióticas e Cantos populares dos Romanos”	Lisboa: A. C. Dias	<i>O Nacional</i> , 25 de Abril	S. n.	S. n.	“Leyendas patrióticas y cantos populares de los romanos”, <i>in El Español. Diario de las doctrinas y de los intereses sociales</i> , 2 de Abril, n.º 154, p. 3	1836	GRII 4549 BNP: J. 313 M., F. 2587-94	GR classifica a espécie como A2, mas na realidade trata-se de um pequeno ensaio sobre a música popular da Roma antiga, respondendo a um interesse que podemos identificar como plenamente “romântico”.
44	1836	B	“Monumentos litterarios e bibliotecas de Hespanha”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 30 de Julho a 1 de Agosto (GR)	S. n.	S. n.	<i>In La Abeja</i> (GR)	[1836?]	GRII 4659 BNP: J. 2510 M.	<i>Vid. supra</i> 1835.
45	1837	A1	“A música dos animais” e “O pato, e a serpente”	Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud	<i>Fabulista da mocidade, ou fábulas selectas d’Esopo, Lafontaine, Florian, Stassart, Lemonnier, Iriarte, Samaniego, etc.; destinadas para</i>	Tristaão da Cunha Portugal [pseud. de Portugal, João da Cunha Neves e Carvalho (Poggio, 2002: 286)]	Iriarte, Tomás de	“La música de los animales” e (pp. 192-194) e “El pato y la serpiente” (pp. 195-196), <i>in Fábulas literarias</i>	1782	Poggio, 2002: 294 (n.º 4) e GRII 4780 BNF: YG-3129	O trad., embora assine com pseud., fica identificado na folha de rosto como o “Auctor da Orthographia Portuguesa ensinada em quinze lições”. A cota da BNP indicada por GR para esta espécie (L.

1.2. Catálogo de traduções avulsas

					<i>a educação e recreio da mocidade. Traduzidas por...</i>						41838 P.) corresponde a um reimpressão de 1854.
46	1837	A1	[Título/s desonhecido/s; <i>vid. infra</i> obs.]	Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud	<i>Fabulista da mocidade, ou fábulas selectas [...] Traduzidas por...</i>	Tristaõ da Cunha Portugal [pseud. de Portugal, João da Cunha Neves e Carvalho (Poggio, 2002: 286)]	Samaniego, Félix María Serafín Sánchez de	[<i>Vid. infra</i> obs.]	[<i>Vid. infra</i> obs.]	Poggio, 2002: 294 (n.º 4) e GRII 4780 BNF: YG- 3129	<i>Vid. supra</i> , Iriarte. Nem Poggio nem GR identificam o texto ou textos de Samaniego incluídos na antologia.
47	1837	B	“Constituição da Monarquia Hespanhola”	Lisboa: Imp. Nevesiana	<i>A Aurora. Folha da Tarde</i> , 9 de Março (?) e ss. (GR)	S. n.	[Monarquía española]	<i>Constitución promulgada en Madrid a 18 de junio de 1837</i>	1837	GRII 4818 BNP: J. 225 B.	<i>Vid. supra</i> 1.1. (eds. em formato independente, duas neste mesmo ano).
48	1837	B	“Curso de literatura estrangeira explicado no Atheneo por D. Fernando Corradi”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 31 de Julho	S. n.	S. n.	“Variedades. Curso de literatura extrangera explicado en el Ateneo por D. Fernando Corradi”, <i>in</i> <i>Gaceta de Madrid</i> , 23 de Junho, n.º 934, p. 4	1837	GRII 4852 BNP: J. 2510 M.	Trata-se de uma recensão crítica acerca do livro de Fernando de Corradi <i>Curso de literatura estrangeira explicado en el Ateneo por D. Fernando Corradi</i> , publicado no mesmo ano, novidade editorial que a própria <i>Gaceta de Madrid</i> havia anunciado a 16 do mesmo mês. GR aponta erradamente como autor (do

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											artigo) o nome de Fernando Corradi, dando a falsa impressão de que nos achamos diante da trad. da obra ou de um seu framgento.
49	1837	B	“Do suicidio”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 25 de Agosto	S. n.	S. n.	“Variedades. Del suicidio”, in <i>Gaceta de Madrid</i> , 15 de Julho, n.º 956, pp. 3-4	1837	GRII 4840 BNP: J. 2510 M.	Interessante abordagem da relação entre os suicídios <i>in crescendo</i> na Espanha da altura e a literatura romântica que os poderia estar a impulsar.
50	1837	B	“Florença e as suas vicissitudes”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 26 de Agosto	S. n.	S. n.	“Variedades. Florencia y sus vicisitudes”, in <i>Gaceta de Madrid</i> , 2 de Agosto, n.º 975, pp. 3-4	1837	GRII 4822 BNP: J. 2510 M.	Breve descrição da cidade de Florença: história antiga, edifícios, etc.
51	1837	B	“Morte de Plínio, o naturalista”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 24 de Agosto	S. n.	S. n.	<i>In El Porvenir</i> (GR)	[1837?]	GRII 4826 BNP: J. 2510 M.	
52	1837	B	“O general Skrzynecki Generalissimo dos exercitos polacos na utlima insurreição da Polonia”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 22 de Agosto	S. n.	S. n.	<i>In La España</i> (GR)	[1837?]	GRII 4823 BNP: J. 2510 M.	
53	1837	B	“Os regicidas”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 2 de Novembro	S. n.	S. n.	<i>In El Porvenir</i> (GR)	[1837?]	GRII 4836 BNP: J. 2510 M.	
54	1837	B	“Os regicidas systematicos e a compaixão exaggerada” (<i>sic in</i>	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 20 de Outubro	S. n.	S. n.	<i>In El Porvenir</i> (GR)	[1837?]	GRII 4837 BNP: J. 2510 M.	

1.2. Catálogo de traduções avulsas

			GR)								
55	1837	C	“Railway ou caminho de ferro de Manchester a Liverpool”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 13 de Junho	S. n.	S. n.	“Railway ó camino de hierro de Manchester á Liverpool”, in <i>Gaceta de Madrid</i> , 2 de Junho, n.º 912, pp. 3-4	1837	GRII 4882 (ano 1837) e GRII 5028 (ano 1838, datação errada) BNP: J. 2510 M.	“Inútil seria insistir sobre la importancia de este modo de transporte económico, seguro é infalible [...]. ¡Ojalá viéramos muchos de estos caminos establecidos en España! Mas desgraciadamente la naturaleza montañosa de nuestro país impedirá que se generalice entre nosotros este sistema de caminos”.
56	1837	B	“Reflexões gerais. Bellas-Artes. Indiferença. Comercio de livros. Litteratura dramatica”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 10 de Maio (GRII 4835; s. d. de publicação em GR II 5029)	S. n.	S. n.	“Reflexiones generales. Bellas artes. Indiferencia. Comercio de libreria. Literatura dramática”, in <i>El Español</i> , 20 de Abril, n.º 535, pp. 1-2	1837	GRII 4835 (ano 1837) e GRII 5029 (ano 1838, datação errada) BNP: J. 2510 M.	O TP parte da constatação do “miserable abatimiento” em que se encontram as belas artes e a literatura em Espanha, por causa da “indiferencia general” do público face a “todo lo que no es [...] de un interés inmediato”. Urge “crear en el pueblo otros gustos y otras necesidades que los materiales y groseros apetitos del instinto”. Aventam-se, ainda, medidas concretas relativas quer à indústria livreira, quer a teatral.

1.2. Catálogo de traduções avulsas

57	1837	B	“(Sobre as artes em Espanha).” (<i>sic</i> in GRII 4839) / “Sobre as artes em Espanha” (GRII 5033)	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Diário do Governo</i> , 5 de Abril	S. n.	S. n.	Sem título, secção “Variedades”, in <i>La Gaceta de Madrid</i> (GR), 10 de Março, n.º 826, p. 4	1837	GRII 4839 (ano 1837 e GRII 5033 (ano 1838, datação errada) BNP: J. 2510 M.	O TP começa como segue: “Entre los muchos funestos resultados de la guerra civil que aflige nuestra patria debe seguramente contarse en primera línea el golpe terrible que está dando a todos los ramos del saber...” Entre as produções “artísticas y literarias de importancia” que se vão abrindo passo em tais circunstâncias adversas, destaca o articulista a colecção litográfica publicada sob o cuidado do pintor de câmara José de Madrazo, cuja interrupção lamenta, dedicando o artigo a ponderar a sua perfeição técnica
58	1838 (GR)	B	“Do liberalismo do século XIX em suas relações com a religião”	<i>Vid. infra</i>	GR mostra-se particularmente descuidado nas trads. avulsas registadas neste ano. Para este TT indica apenas “P 85” (isto é, <i>Gazeta dos Tribunais</i>), sem qualquer outra informação (v.	S. n.	S. n.	“Del liberalismo del siglo XIX en sus relaciones con la religión”, in <i>Gaceta de Madrid</i> , 1 de Outubro, n.º 1415, pp. 3-4	1838	GRII 5021 <i>Vid. infra</i> obs.	O TP debruça-se sobre as relações entre Igreja e Estado, distinguindo o “viejo” liberalismo revolucionário, que pretendia que fosse a nação a governar (princípio da soberania nacional defendida pelos liberais progressistas), do

1.2. Catálogo de traduções avulsas

					gr., n.º ou data). Acontece, contudo, que o periódico em questão apenas começou a editar-se em 1841, pelo que tem de haver gralha na cota interna de GR (P 85).						‘novo’ liberalismo (o dos moderados), cuja máxima seria governar para a nação (princípio da soberania partilhada entre o rei e as cortes). Para este novo liberalismo “es menester contar con el principio social y religioso”, pois “aprecia el ministerio religioso, tanto como el antiguo lo despreciaba, lo aborrecia, ó por lo menos le miraba con desden y desconfianza”
59	1838	B	“Lei eleitoral (de Hespanha) Real Decreto”	<i>Vid. infra</i>	Mais uma vez, os dados do registo feito por GR são insuficientes e, provavelmente, errados. Indica-se neste caso a “P 67”; isto é, o jornal <i>O Panorama.</i> , cujo vol. II, relativo a 1838, não contém artigos que respondam ao tít. deste TT – o qual, por outro lado, parece ocupar-se de	S. n.	S. n.	<i>In Gaceta de Madrid</i> (GR)	[1838?]	GR II 5020 <i>Vid. infra</i> obs.	No ano 1838 encontramos publicado na referida <i>Gaceta de Madrid</i> (27/07/1838) o “Proyecto de reforma de la ley electoral de 1837 presentado al Senado por el Sr. marques de Vallgornera, Senador por la provincia de Tarragona, en la sesion de 31 de mayo de 1838”. Embora o texto se encontre mais ou menos próximo ao assunto de que parece versar o TT,

1.2. Catálogo de traduções avulsas

					uma matéria (legislação eleitoral forânea, direito político) não muito frequente no referido semanário.						duvidamos que seja este o TP que está na sua origem. Do Marquês da Vallgornera (ou Valgronera) publicou-se no mesmo ano, mas na <i>Revista de Madrid</i> , o longo artigo ensaístico “Reflexiones sobre la ley electoral de 1837” (tomo I, pp. 76-92).
60	1838	B	“Lições de Direito Político”	Lisboa: Typ de A. S. Coelho	<i>O Constitucional</i> (ed. de A. R. Vellozo), s. d. em GR	S. n.	S. n.	<i>In El Porvenir</i> (GR)	[1837 ou 1838?]	GRII 5049 J. 629 M.	Indica GR que se trata da trad. de uma “rec. critica [sic] de <i>El Porvenir</i> ”, relativa às <i>Lecciones de derecho político</i> . Não parece plausível que o autor desta recensão seja, portanto, o apontado pelo mesmo GR, Juan Donoso Cortez ou Cortés (autor do livro recenseado, publicado em dois “cuadernos” em 1836-37). Note-se, isso sim, que Cortés foi co-fundador de <i>El Porvenir</i> .
61	1838? (GR)	A2	“Ode. A Profecia do Tejo”	Lisboa: [S. n.]	P 54 [<i>Distracção instructiva. Jornal litterario publicado por uma Sociedade</i>	José Maria da Costa e Silva	León, Fray Luis de	“Oda VII” ou “Profecia del Tajo”	1631	GRII 4951	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1818). Ou está mal a publicação indicada por GR (P54), ou então o erro é de datação – uma vez

1.2. Catálogo de traduções avulsas

					<i>d'Estudiosos</i>], p. 391 (GR)						que o referido jornal é de 1842-43.
62	1838	B	“Os melhoramentos na arte da guerra contribuem para o progresso da civilização”	<i>Vid infra</i>	Sem dados em GR			<i>In El Porvenir</i> (GR)		GRII 5025 <i>Vid. infra</i> obs.	A omissão do editor em GR, por lapso, não permite coligir mais informações acerca deste TT.
63	1838	B	“O pintor alemão João C. Baese”	<i>Vid. infra</i>	Sem dados em GR			<i>In El Porvenir</i> (GR)	[1837?]	GRII 5033 <i>Vid. infra</i> obs.	Cabe neste caso lamentar, como no anterior, a omissão de GR. GR dá Johann C. Baese como autor, mas obviamente esse nome é, antes, o do pintor alemão de que fala o texto, o qual se suicidou em Madrid a começos de Agosto de 1837. Encontramos, de facto, duas necrológicas do ano de 1837 nos jornais espanhóis ⁶⁸⁸ .
64	1838	B	“Soberania nacional”	Lisboa: Typ de A. S. Coelho	<i>O Constitucional</i> (ed. de A. R. Vellozo), s. d. em GR	S. n.	S. n.	Sem tít., in <i>Gaceta de Madrid</i> , 23 de Junho, n.º 1311, p. 4	1838	GRII 5032 J. 629 M.	O TP começa assim: “Se abusa con tanta frecuencia de la palabra <i>soberanía nacional</i> , que se hace necesario explicarla de manera que no queda duda en su verdadera significacion.” O articulista mostra-se

⁶⁸⁸ A primeira aparece em *El Español* de 13 de Agosto, assinada pelo pintor José de Madrazo, presente no cortejo fúnebre de 7 de mesmo mês. A segunda, anónima e mais breve, é do *El Eco del Comercio*, de 14 agosto. As duas apontam como o motivo do suicídio a frustração a que conduziu ao pintor a cópia do *Pasmo de Sicilia* de Rafael, conservado no Museu do Prado.

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											favorável ao sistema da monarquia parlamentar, considerando defeituosas as repúblicas democráticas. Arremete contra a vontade invocada “en las revoluciones” de que a soberania efectiva recaia no povo, pois “seria una gran calamidad para las naciones.”
65	1839	B	“A guerra”	Lisboa: Typ. Carvalhense	<i>Correio de Lisboa</i> , 6 de Dezembro	S. n.	Abenamar [pseud. de López-Pelegrín Zabala, Santos]	“La guerra”, in <i>El Correio Nacional</i> , 23 de Novembro, n.º 675 p. 1	1839	GRII 5113 BNP: J. 612 M.	GR classifica esta espécie como A1
66	1839	B	“A missão do poeta”	Lisboa: Typ. Carvalhense	<i>Correio de Lisboa</i> , 9 de Novembro	S. n.	Cueto, L. A. de [Leopoldo Augusto de]	“Literatura. De la misión del poeta”, in <i>El Piloto</i> , 4 de agosto	1839	GRII 5263 BNP: J. 612 M.	O jovem Leopoldo Augusto de Cueto publica o TP na revista literária de Donoso Cortés e Alcalá Galiano.
67	1839	A1	“A noiva do mineiro, trad. do hespanhol por F. X: P. da Silva” (GRII 5107)	Lisboa: Imp. de C.A.S. Carvalho	<i>O Ramallete. Jornal d’Instrução e Recreio</i> , vol. II, n.º 65, 18 de Abril (GRII	F. X. P. da Silva [Silva, Francisco Xavier Pereira da] (GR II 5107)	[A. M.]	“La novia del minero. Novela”, in <i>El Panorama</i> , 8 e 15 de Novembro,	1838	GRII 4376 (ano 1835, datação errada, P 41) e GRII 5107 (ano 1839, P	Ils. (GRII 4376). Erros (ora de datação, ora de publicação periódica) nos dois registos de GR ⁶⁸⁹ . O TP é um relato

⁶⁸⁹ Em GRII 4376 (datação errada) indica-se como local de publicação deste TT, aí registado no ano de 1835, o jornal *O Ramallete* (P 41), de que era redactor o trad., mas cujo 1º n.º apareceu a 23 de Novembro de 1837. Por outro lado, após identificarmos o TP, depois de longa pesquisa, como uma publicação de 1838, compreendemos que a datação de GRII 4376 tinha que estar necessariamente errada e descartamos uma eventual gralha na indicação do periódico. Para maior confusão, no decorrer da consulta voltámos a encontrar a espécie no ano de 1839 (GRII 5107), só que desta feita indicando outra publicação periódica: a P 54 (*Distração Instructiva*), cuja aparição data do ano de 1842. João Xavier Pereira da Silva (trad.) era co-redactor, com o irmão João Francisco Xavier Pereira da Silva, do jornal *O Ramallete* (cfr. DBP III, pp. 93-94).

1.2. Catálogo de traduções avulsas

					4376)			n.º 6 e n.º 7, pp. 92-95 e 97-98, respectivam.		54, local errado) BNP: J. 328//34 P., etc.	localizado vagamente numa aldeia do Norte de França. O mineiro Pedro desaparece misteriosamente quando estava prestes a desposar Margarida. Transcorridos sessenta anos, o corpo do jovem Pedro aparece por acaso soterrado na mina, e uma Margarida já envelhecida morre abraçada a ele logo após o ter reconhecido.
68	1839	A2	“A perda de El-Rei D. Sebastião. Canção”	Lisboa (vid. <i>infra</i>)	GR indica P 54 [<i>Distracção Instructiva. Jornal litterario publicado por uma Sociedade d’Estudiosos</i>], pp. 119-120, mas há engano	Silva, J. M. da Costa e (GR)	Herrera, Fernando	“Canción I”, in <i>Algunas obras de Fernando de Herrera</i>	1582	GRII 5203 (Vid. <i>infra</i> obs.)	Reed (vid. supra TT de 1818). O jornal indicado por GR (P 54), foi publicado entre 1842 e 1843. Vid. supra o dito no TT anterior (“A noiva do mineiro”).
69	1839	B	“Da liberdade considerada como elemento de força e como elemento de fraqueza”	Porto: Typ. Commercial Portuense	<i>Revista Litteraria</i> , Junho, pp. 311-338	S. n.	S. n. [Morell Rullán, Pedro Juan]	“De la libertad considerada como elemento de fuerza y como elemento de debilidad”, in <i>La Revista de Madrid</i> , 1ª série, vol. III, pp. 111-138	1839	GRII 5247 BNP: J. 2284 B.	GR indica que o TT é um “longo ensaio traduzido da <i>Revista de Madrid</i> ”. O TP vai assinado por D. Pedro Juan Morell (1785-1867), jurista e professor balear, de ideologia liberal. Também apareceu publicado em volume na imp. da mesma <i>Revista de Madrid</i> , e

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											no mesmo ano.
70	1839	B	“Impressões de um dia de Outomno”	<i>Vid. infra</i> obs.	[S. n. em GR], 11 e 12 de Novembro			<i>In G. e T. Correo Nacional (sic in GR)</i>		GRII 5252 <i>Vid. infra</i> obs.	Supomos que o local de edição do TP indicado por GR é o jornal <i>El Correo Nacional</i> (1838-1842), de Andrés Borrego. Por evidente lapso, não se indica, mais uma vez, qual é o periódico em que foi publicado este TT.
71	1839	B	“Ja sou redactor”	Lisboa: Typ. Carvalhense	<i>Correio de Lisboa</i> , 20 de Agosto	S. n.	Larra [Mariano José de]	“Ya soy redactor”, in <i>La Revista Española, periódico dedicado a la Reina Ntra. Sra.</i> , 19 de marzo, n.º 39, pp. 423-427	1833 (1ª ed., reed. em vol. na mesma década)	GRII 5160 BNP: J. 612 M.	O TP ia assinado originalmente (1833) com o pseud. de <i>Fígaro</i> . GR classifica esta espécie como A1. No ano anterior à publicação do TT tinham saído em Madrid, na Imp. de Repullés, as <i>Obras completas</i> em 13 vols. Por esse tempo, o malogrado Larra, falecido dois anos antes, já estava consagrado na cultura de partida.
72	1839	A2	“Ode anacreontica”. Trad. segundo o gosto de metro e rima do A. por J. M. da Costa e Silva”	Lisboa (<i>vid. infra</i>)	GR indica P 54 [<i>Distracção Instructiva. Jornal litterario publicado por uma Sociedade d’Estudiosos</i>], n.º 54, II, n.º 60, mas há engano	Silva, J. M. da Costa e	Villegas, Esteban (GR dá “Vallegas, Esteban”: <i>sic</i> na TT?)	“Mira Lidia atenta las flores...”	1618	GRII 5203 (<i>vid infra</i> obs.)	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1818). <i>Vid. supra</i> , no mesmo ano, “A perda de El-Rei D. Sebastião”, uma outra reed. de uma trad. de Costa e Silva que apresenta problemas similares de

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											localização.
73	1839	A1	“O Duello. Conto. Trad. do <i>Panorama espanhol</i> por F. X.” (sic in GR)	Lisboa: Imp. de C.A.S. Carvalho	GR indica P 54 [<i>Distração Instructiva. Jornal litterario publicado por uma Sociedade d’Estudiosos</i>], mas é <i>O Ramallete</i> (P 41), n.º 52-53	F. X. [(sic: Francisco Xavier Pereira da Silva]	[J. Varela: ass. no final do TP]	“El duelo. Cuento”, in <i>El Panorama</i> 22 de Novembro, n.º 8, pp. 120-125 (inclui il.)	1838	GRII 5097 BNP: J. 328//34 P	Novamente, confusão nas cotas internas de GR: P 54 por P 41. O TP é um breve relato que se diz retirado da tradição oral, localizado nos arredores de Sevilha e nos tempos de Henrique II de Castela.
74	1839	B	“Raymundo Lullio” (GR)	Lisboa: Typ. Ultramarina	<i>Paquete do Ultramar</i> , 31 de Agosto	S. n.	Escobar, Ig. J. [(sic in GR), José Ignacio Escobar]			GRII 5137 J. 772//4 M.	Classificado como A1 por GR.
75	1839	B	“Sociedades secretas. Dos graves prejuízos que causão... tanto à liberdade como à ordem”	Lisboa: Typ. Carvalhense	<i>Correio de Lisboa</i> , 22 de Agosto	S. n.	Martínez de la Rosa, Francisco	“De los graves daños que causan las sociedades secretas, así respecto de la libertad como respecto del orden”, in <i>La Revista de Madrid</i> , 1ª série, vol. III, pp. 270-277.	1839	GRII 5274 BNP: J. 612 M.	
76	1839	B	“Sou ministro”	Lisboa: Typ. Carvalhense	<i>Correio de Lisboa</i> , 27 de Novembro	S. n.	Abenamar [pseud. de López-Pelegrín Zabala, Santos]	“Soy ministro”, in <i>El Correo Nacional</i> , 19 de Novembro, n.º 671 p. 1	1839	GRII 5114 BNP: J. 612 M.	GR classifica esta espécie como A1
77	1839	B	“Sr. alguém e seu filho”	Lisboa: Typ. Carvalhense	<i>Correio de Lisboa</i> , 11 de Dezembro	S. n.	Abenamar [pseud. de López-Pelegrín	“El algo y su hijo”, in <i>El Correo Nacional</i> , 10	1839	GRII 5115 BNP: J. 612 M.	GR classifica esta espécie como A1

1.2. Catálogo de traduções avulsas

							Zabala, Santos]	de Outubro, n.º 601 p. 1			
78	1839	B	“Uma recordação de Italia”	Lisboa: Typ. Carvalhense	<i>Correio de Lisboa</i> , 18 de Novembro	S. n.	Martínez de la Rosa, Francisco	“Un recuerdo de Italia”, in <i>La Revista de Madrid</i> , 2ª série, vol. I, pp. 543-552	1839	GRII 5273 BNP: J. 612 M.	Relata uma viagem realizada a Nápoles em 1824, pela altura em que o autor se encontrava no exílio em Paris (desde os últimos dias de Junho de 1823, no final do triénio liberal). O principal foco da recordação é a excursão ou “peregrinação” para visitar o Vesúvio
79	1840	B	“Lamartine”	Lisboa: s. n.	GR indica P 54 [Distracção Instructiva. <i>Jornal litterario publicado por uma Sociedade d'Estudiosos</i>], III, n.º 149-150	F. M.	S. n.	<i>In El Correo Nacional</i>		GRII 5488 Vid. <i>infra</i> obs.	Novo erro de GR na indicação da publicação periódica em que veio a lume o TT.
80	1841	B	“Ariosto. Trad. do espanhol por Francisco Xavier”	Lisboa: Imp. de C.A.S. Carvalho	<i>O Ramalhete. Jornal d'Instrucção e Recreio</i> , vol. IV, n.º 167	Francisco Xavier [Silva, Francisco Xavier Pereira da?]	S. n.			GRII 5676 BNP: J. 328//34 P.	
81	1841	A2	“Ode à presença de Deus. Trad. do hespanhol”	Porto: Typ. Comercial Portuense	<i>In Fabulas originaes e Imitadas e outras Poesias ou Huma hora de passatempo por...</i> , pp. 40-42	Vasconcellos, A. J. de Souza	[Meléndez Valdés, Juan]	“Oda II. La presencia de Dios”, in <i>Poesías...</i> , vol. III	1797	GRII 5626 (sem dados eds., indica a cota da BNP: L. 15417 P.) Cat. Antigos (16/6/2015) da Livraria	GR, que não identifica o autor do TP, reproduz os primeiros versos do TT: “Donde quer que meus olhos / Inquieto volvo com cuidadoso anhelos, / ‘Hi grande DEUS presente /

1.2. Catálogo de traduções avulsas

										Esquina (Porto), n.º 1567, in http://www.livrariaesquina.com/ctemasat.htm	Assombrado o meu 'spirito se sente'. TP: "Do quiera que los ojos / Inquieto torno en cuidadoso anhelo, / Allí, gran Dios, presente / Atónio mi espíritu te siente"
82	1841	A1	"O mundo só julga pelas aparencias. Trad do esp. por F. X."	Lisboa: Imp. de C.A.S. Carvalho	<i>O Ramalhete. Jornal d'Instrução e Recreio</i> , vol. IV, n.º 153-154	F. X. [Silva, Francisco Xavier Pereira da?]	S. n.			GRII 5542 BNP: J. 328//34 P.	
83	1841	A2	"Soneto d'um repentista hespanhol, a quem huma senhora pedia novidades"	Porto: Typ. Comercial Portuense	<i>In Fabulas originaes e Imitadas e outras Poesias ou Huma hora de passatempo por...</i> (GR não indica as pp. neste caso)	Vasconcellos, A. J. de Souza	S. n.			GRII 5627 (sem dados eds., indica a cota da BNP: L. 15417 P.) <i>vid. supra</i> TT anterior "Ode à presença de Deus"	
84	1841	B	"Systema politico e religioso de Mafoma nas suas relações com a conquista de Hespanha"	Lisboa: Typ. Carvalhense	<i>Correio de Lisboa</i> , 27 de Maio	S. n.	S. n.	"Variedades. Sistema político y religioso de Mahoma en sus relaciones con la conquista de España", in <i>Gaceta de Madrid</i> , 10 de Junho, n.º 920, pp. 3-4	1837	GRII 5690 BNP: J. 612 M.	
85	1842	A1	"Scena nocturna n'um convento"	Lisboa: Typ. Lisbonense	<i>Correio das Damas. Jornal</i>	S. n.	S. n.	"Escena de noche en un	1842	GRII 5861 BNP: J. 119	GR classifica o TT como B, mas trata-se,

1.2. Catálogo de traduções avulsas

					<i>de Litteratura e de Modas</i> , V, n.º 4, pp. 25-26			monasterio”, in <i>El gabinete de lectura. Gaceta de las familias</i> , 13 de Fevereiro, n.º 19, pp. 171-172		B. (dig., falta o ano de 1842)	antes, de um breve relato gótico com desfecho feliz (TP dig. em GB)
86	1843	A1	“O cão damnado. Trad. do esp. por...”	Lisboa: Imp. de C.A.S. Carvalho	<i>O Ramallete. Jornal d’Instrução e Recreio</i> , 6 de Abril, p. 266	F. X. [Silva, Francisco Xavier Pereira da?]	[J. V.]	“El perro rabioso. Cuento”, in <i>El Panorama</i> , 8 de Novembro, n.º 6, pp. 86-89	1838	GRII 5898 BNP: J. 328//34 P.	Conto com lição de moral: a morte injusta de um cão ensina que não se deve acreditar no que é afirmado sem provas.
87	1843	B	“Constituição politica de Hespanha de 1837. Trad. em port.”	Lisboa: Typ. do Postilhão	An.º de <i>O Postilhão</i> (sic in GR)	S. n.	[Monarquía española]	<i>Constitución promulgada en Madrid a 18 de junio de 1837</i>	1837	GRII 5997 BNP: J. 328//29 P.	Reed. <i>Vid. supra</i> TT de 1837 (eds. independentes e avulsas)
88	1844	B	“A conquista do Peru por Pizarro”	Lisboa: Imp. de C.A.S. Carvalho	<i>O Ramallete. Jornal d’Instrução e Recreio</i> , VII, pp. 309-316	J. M. D. P.	[Francisco Fernandez Villabrille?]	[“Glorias de España. La conquista del Perú”, in <i>Museo de las familias</i> , II, 25 de Julho, secção “Estudios historicos”, pp. 154-159?]	1844	GRII 6192 BNP: J. 328//34 P.	TP, dividido em 5 partes, começa como segue: “Doce generaciones hacia que se perpetuaba el dominio de los Incas del Perú...”.
89	1844	B	“Apontamentos biograficos da Condessa de Merlin”	[Lisboa: s. n.]	<i>O Pantólogo</i> , I, pp. 63-79	S. n.	Gertrudes Gomes de Avellaneda [Gertrudis Gómez de Avellaneda]	“Publicaciones importantes. Viaje a la Habana de la condesa de Merlin. Fragmento (1). Apuntes	1844	GRII 6204 BNP: J. 363//1 M., J. 1364 B.	Estes “Apontamentos” de Avellaneda versam sobre a escritora cubana em língua francesa María de las Mercedes Santa Cruz y Montalvo, condessa

1.2. Catálogo de traduções avulsas

								biograficos de la Señora Condesa de Merlin”, in <i>Revista de Madrid</i> , 2ª época, II, pp. 69-79			de Merlin. Serviram de prólogo à primeira ed. esp. de <i>Viaje a la Habana</i> , trad. publicada em Madrid no mesmo ano de 1844, de que a <i>Revista de Madrid</i> oferece este e outros excertos como avanço. ⁶⁹⁰
90	1844	B	“Da jornada d’Africa, batalha d’Alcacer-Quibir, onde se perdeu el-rei D. sebastião...”	Porto: Typographia de Faria Guimarães	<i>O Cosmpolita</i> , n.º 57 a n.º 63	S. n.	Serafim E. Caderon [Estébanez Calderón, Serafín]	“De la jornada de Africa y batalla de Alcazar-Kibir, en donde se perdió el rey don Sebastian, llamada tambien batalla de los tres reyes”, in <i>Heraldo</i> (GR); vid. <i>infra</i> obs.	1844	GRII 6209 BNP: J. 423 M.	Encontramos o TP in <i>Manual del Oficial en Marruecos</i> (1844, Madrid, Ignacio Boix, pp. 113-127). Seguramente saiu esse capítulo publicado em <i>El Heraldo</i> , mas a pesquisa na HD-BNE não devolveu nenhum resultado por esse tít.
91	1844	B	“Dança entre os povos da Pequena Russia”	Lisboa: Imp. Nevesiana	<i>Bibliotheca familiar e recreativa ofrecida à Mocidade Portuguesa</i> , 2ª s., II, pp. 146-149	S. n.	S. n.	“Danza entre los pueblos de la Rusia menor”, in <i>Album pintoresco universal</i> , I, Setembro, pp. 162-164	1841	GRII 6193 BNP: J. 6 B.	Segundo GR (segundo informação do TT) o TP procede da <i>Revista de Madrid</i> .
92	1844	D	“Da religião considerada como	Lisboa: Imp.	<i>Bibliotheca familiar e</i>	S. n.	Lista, [Alberto]	“De la religión	1838	GRII 6285 BNP: J.	

⁶⁹⁰ *O Pantólogo* dá a conhecer um excerto da obra em questão (*Viaje a la Habana*), em trad. port., nas pp. 83-85 do mesmo n.º (GRII 6229 e, por engano?, GRII 6367, datado de 1845), também retirado da *Revista de Madrid* (*ibid.*, pp. 79-84): “Costumes de Havana (fragmento). O velorio”.

1.2. Catálogo de traduções avulsas

			sentimento do coração humano”	Nevesiana	<i>recreativa oferecida à Mocidade Portuguesa</i> , 2ª s., II, pp. 61-88			considerada como sentimiento del corazón humano”; <i>in Revista de Madrid</i> , 1ª série, II, pp. 282-300		363//1 M., J. 1364 B.	
93	1844	B	“Do Imperio de Marrocos”	[Lisboa: s. n.]	<i>O Pantologo</i> , I, pp. 50-76 (GRII 6226) ou pp. 50-67 (GRII 6366)	S. n.	Llorente, A.	“De la expedición a Africa y del imperio de Marruecos”, <i>in Revista de Madrid</i> , 2ª época, II, pp. 315-334	1844	GRII 6226 (ano 1844) e GRII 6366 (ano 1845) BNP: BNP: J. 363//1 M., J. 1364 B.	
94	1844	A2	“Paraphrase dos versos de Santa Thereza de Jesus”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Obras poeticas de D. Leonor d’Almeida Portugal e Lencastre, Marqueza d’Alorna [...]</i> conhecida entre os poetas portugueses pelo nome de Alcipe, II, pp. 205-210 (GR: 207-210)	Marquesa de Alorna	Teresa de Jesus	“Vivo sin vivir en mí” (in compilação ms. feita por Andrés de la Encarnación, O. C. D.)	C. 1750	GRII 6264 BNP: L. 6608 V. (tomos I e II, dig.), etc.	Retrad. (<i>vid. infra</i> anexo 1.1, TT de 1842)
95	1844	B	“Um banho russo”	Lisboa: Imp. Nevesiana	<i>Bibliotheca familiar e recreativa oferecida à Mocidade Portuguesa</i> , 2ª	S. n.	Gervasio Gironella	“Un baño ruso”, <i>in Revista de Madrid</i> , 1ª série, II, pp. 33-45	1838	GRII 6191 BNP: J. 6 B.	

1.2. Catálogo de traduções avulsas

					s., II, pp. 116-136						
96	1846	A2	“A canção do pirata (traduzido do hispanhol.)”	Lisboa: Imp. Nacional	<i>Revista Universal Lisbonense. Jornal dos Interesses Phisicos, Moraes, e Litterarios. Por uma Sociedade Estudiosa.</i> , V, n.º 45 (30 de Abril), pp. 537-538	Mendes Leal, J. de S. [José da Silva]	[Esproncada, José de]	“Canción del pirata”	1835 (<i>in El Artista</i> ; reed. em <i>Poesías</i> , 1840)	GRII 6426 BNP: J. 377 B., etc.; HML (dig.)	GR indica, erradamente, <i>O Gabinete Literario</i> (P133), com a data de 26 de Maio (igualmente errada), e não identifica o nome do autor do TP, que com efeito não aparece na <i>Revista Universal Lisbonense</i> (a publicação em que, na realidade, veio a lume este TT). O nome de Esproncada aparece numa reed. do TT, ao ser incluído posteriorm., já com a atribuição a Esproncada, nos <i>Canticos</i> de Mendes Leal (Lisboa, Typ. do Panorama, 1858, pp. 9-12).
97	1846	B	“Verdi”	Porto: Typ. da Revista	<i>O Puritano. Periodico Politico, Litterario e Commercial</i> , 15 de Outubro	S. n.				GRII 6451 BNP: J. 429//2 M., J. 1480 M.	GR aponta: “Trad. do hesp., não declarada”
98	1848	A2	“As Estrellas. Pelo Duque de Ribas [<i>sic</i>], a bordo d’um bapor inglez. Traducção”	Coimbra: Impr. de E. Trovão	<i>O Trovador. Collecção de poesias contemporanes. Redigida por uma sociedade d’Academicos</i> ,	A. Lima [Lima, Augusto]	Ángel Saavedra, Duque de Rivas	“A las estrellas” (apêndice de poemas inéditos <i>in El moro expósito</i> ,	1834, (escrito em 1824)	GRII 6671 BNP: J. 2414 P.	<i>O Trovador</i> teve uma 2ª ed. no ano de 1853 (Leiria, Typ. Leiriense), dig. em GB. O TP ia nesta ed. datado “en mayo de 1824, á bordo del

1.2. Catálogo de traduções avulsas

					pp. 113-114			Paris, Librería Hispano-Americana, tomo II, pp. 337-338)			paquete ingles Francis Freeling, navegando de Gibraltar á Falmouth” (na ed. das <i>Obras completas</i> de 1854, muda para: “En el mar, 1824”).
99	1848	B	“A Nação e os Partidos ou a necessidade de formar o partido nacional”	Lisboa: I. H. C. Semmedo	<i>A Nação. Jornal religioso e politico</i> (ed. de A. M. C. Lacerda Coronel), 6 a 27 de Setembro	S. n.	Vicente M. de Pereda	<i>La nacion y los partidos, ó sea necesidad de formar el partido nacional</i>	1848 (Londres)	GRII 6734 BNP: F.P. 166, J. 729//6 A. <i>et al.</i>	<i>Vid. infra</i> TT “Correspondência...”. O TP, “dedicado a todos los españoles que tengan fé en la regeneracion de su patria”, foi escrito e publicado em Londres (Imprenta de Lewis y Co.), cidade em que se encontrava o seu autor. Leva como epígrafe, na folha de rosto, uma citação retirada do “Discurso del Sr. Escosura en la accion del 24 Noviembre ulto [=último?]”
100	1848	A2	“A uma aguia. (Ode trad. do hesp. de D. José Zorrilla)”	Lisboa: L. C. Barão	<i>Jardim das Damas</i> , pp. 63-64	José Osorio	José Zorrilla	“A un águila. Oda”	1839, in <i>Poesías</i> , vol. V, pp. 193-200	GRII 6689 BNP: J. 369 B.	Começo do TP: “Sube, pájaro audaz, sube sediento / Á beber en el viento / Del rojo sol la esplendorosa lumbre; / Sube batiendo las sonantes alas / De las etéreas alas / Á sorprender la luminosa cumbre...”. Há reed. do TP de

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											1847: <i>Obras de José Zorilla con su biografía por Ildfonso de Ovejas</i> , Paris, Baudry Librería Europea, vol. I, pp. 142-144
101	1848	A1	“A Victima da Inquisição de Sevilha”	Lisboa: Typ. de Luiz Correia da Cunha (PORB)	<i>In</i> [S. n.] <i>Historia das Inquisições de Italia, Hespanha e Portugal. Nova edição augmentada com a Victima da Inquisição de Sevilha e outros documentos</i>	S. n. [Campos, Benevenuto António Caetano]	S. n. [Gutiérrez, Luis]	<i>Bororquia, ó la victima de la Inquisición Bororquia</i>	1801 (Paris)	GRII 6702 (fonte: Perez 3663) BNP: R. 18082 V.	Reed. (<i>vid. supra</i> anexo 1.1, 1820 e 1834).
102	1848	A2	“Canto saphico”	Lisboa: L. C. Barão	<i>Jardim das Damas</i> , n.º 23, pp. 363-364	S. n.	[Salvador] Bermúdez de Castro	“Canto sáfico” , <i>in Ensayos poéticos</i>	1840	GRII 6626 BNP: J. 369 B.	Começo do TP: “Mece las hojas de la caña frágil, / Débil moviendo la nudosa palma, / Triste suspira sobre tiernas rosas / Fresco Favonio...”
103	1848	B	“Carta de Antonio Guevara a D. Francisco de Mendonça [...] na qual se reprova o uso de dizer <i>beijo-vos as mãos</i> ”	Lisboa: Typ. de António Joaquim da Costa	<i>O Farol. Periodico d’Instrucção e Recreio</i> , pp. 28-29	S. n.	Antonio de Guevara	“Letra para D. Francisco de Mendoza, obispo de Palencia, en la cual se declara y condena cuán torpe cosa es decir: bésoos las manos”, <i>in Epístolas familiares</i>	1539-1542	GRII 6720 BNP: J. 174 B.	As epístolas de Guevara foram reeds. em 1836, na antologia <i>Epistolario español. Coleccion de cartas de españoles ilustres antiguos y modernos</i> preparada e anotada por Eugenio de Ochoa, pela qual citamos o tít. atrás referido.

1.2. Catálogo de traduções avulsas

								(livro II)			
104	1848	AI	“Dous artistas por Bermudez de Castro”	Porto: Typ. de Faria Guimarães	<i>In O Busca-pé. Opusculo inédito....</i> , pp. 1-17 (final do livro). <i>Vid. supra</i> I.1	J. A. M. Vieira	[José] Bermúdez de Castro	“Los dos artistas”	1835 (reed. em 1840)	Consulta directa BNP: L. 3960 V., L. 25773 P.; GB (dig.)	O TP apareceu originalmente na revista <i>El Artista</i> , a 14 de Junho de 1835. Pouco depois, a 28 do mesmo mês e ano, era reed. (parcialmente abreviado) em <i>La Revista de España</i> . Eugenio de Ochoa, co-director de <i>El Artista</i> , incluiu este relato breve (“novela”, chama-lhe aí) nos <i>Apuntes para una biblioteca de escritores españoles contemporáneos</i> (Paris, Librería Europea Baudry, 1840).
105	1848	B	“Extracto d’uma carta [...] a um recém-casado”	Lisboa: Typ. de António Joaquim da Costa	<i>O Farol. Periodico d’Instrucção e Recreio</i> , p. 150	S. n.	Antonio de Guevara	“Letra para mosen Puche, valenciano, en la cual se toca largamente cómo el marido con la mujer y la mujer con el marido se han de haber. Es letra para dos recién casados”, in <i>Epístolas familiares</i>	1839-1842	GRII 6721 BNP: J. 174 B.	Tít. do TP cit. por <i>Epistolario español. Coleccion de cartas de españoles ilustres antiguos y modernos</i> , de Eugenio de Ochoa (1836). <i>Vid. supra</i> TT de Antonio de Guevara publicado no mesmo jornal e ano

1.2. Catálogo de traduções avulsas

								(livro I)			
106	1848	A2	“Fragmento de <i>El diablo mundo</i> ” / GR: “Fragmento (de <i>El Diabolo mundo</i>)”	Porto: Typ. de Faria Guimarães	<i>O Nacional</i> , 15 de Novembro	S. n.	Espronceda, José de	<i>El diablo mundo</i>	1840-1841 (vid. infra obs.)	GRII 6638 BNP: J. 4174 G.	O TP ficou inacabado e apresenta uma história editorial complexa: foi publicado por partes, em jornais ou em cadernos colecionáveis, a partir de Julho de 1840. Uns “Fragmentos de El Diablo mundo. Canto V, Cuadro II, escena 1” foram publicados no n.º 2 de <i>El Pensamiento</i> (31 de Maio de 1841, pp. 33-38).
107	1848	A1	“Mysterios do coração”	Lisboa: L. C. Barão	<i>Jardim das Damas</i> , n.º 20 a n.º 24, pp. 307-371	S. n.	Navarrete, Ramón (GR: Ramón, sic)	<i>Misterios del corazón</i>	1845 (reed. em 1849, em livro)	GRII 6597 BNP: J. 369 B.	TP publicado “por entregas” em <i>El Siglo Pintoresco</i> , reed. em <i>La Época</i> em 1849, data em que foi publicado igualmente em formato livro
108	1848	A2	“O harem. Trad. do hespanhol de...”	Lisboa: L. C. Barão	<i>Jardim das Damas</i> , n.º 19, p. 301	José Osorio	Bermúdez de Castro, [Salvador]	“El harén”	1840, in <i>Ensayos poéticos</i>	GRII 6627 BNP: J. 369 B.	Começo do TP: “Era noche; / La sultana / Su persiana / Levantó. / El planeta / De consuelo / Sobre el cielo / Contempló...”
109	1848	B	“O romanticismo e os românticos. Versão de...”	Porto: Typ. de Faria Guimarães	<i>O Nacional</i> , 15 de Fevereiro	E. Basto	[Ramón de Mesonero Romanos]	“El romanticismo y los románticos”	1837 (reed. em livro em 1842)	GRII 6706 BNP: J. 4174 G.	GR regista como anónimo. O TP saiu pela 1ª vez no <i>Semanario Pintoresco Español</i> , a 17 de Setembro de

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											1837, e foi depois reed. nas <i>Escenas Matritenses</i> (1842).
110	1848	A2	“O tributo de sangue (Traducção do hesp. de J. Marcellino-Mattos)”	Porto: [s. n.]	GR dá P 185 (<i>A Esmeralda</i>). Na ed. de <i>Ecos nacionales y Cantares</i> de 1873 (p. 412), o próprio Ruiz Aguilera refere que o TT foi publicado em <i>O Ecco Popular</i> , (Agosto)	Marcellino-Mattos, J. [Joaquim Marcelino de Matos]	[Ventura Ruiz Aguilera]	“El tributo de sangre”	1848 (ed. em livro, in <i>Ecos nacionales</i> , 1849)	GRII 6621 BNP: J. 814 M.	GR regista a espécie como sendo anónima e indica, erradamente, P 185; <i>i. e.</i> : a portuense <i>A Esmeralda</i> . <i>Semanario Universal</i> , de que foi editor literário Mattos (trad.), mas que surge em 1850. O TP saiu em vários jornais espanhóis em 1848 (oito, segundo esclarece o próprio Ruiz Aguilera em nota na ed. em livro dos <i>Ecos nacionales</i>) – nós encontrámo-lo em <i>El Observador</i> de Madrid (n.º 144, 10 de Julho de 1848, pp. 2-3).
111	1848	B	“Pratica feita a S. M. o Imperador e Rei de Espanha Carlos V [...] na qual se declara como se inventou o nome de Rei e se adoptou o título de Imperador”	Lisboa: Typ. de António Joaquim da Costa	<i>O Farol. Periodico d’Instrucção e Recreio</i> , pp. 20-21	M. Gama Lobo	Antonio de Guevara	“Razonamiento hecho á su Magestad [...] en el qual se declara cómo se inventó este nombre de Rey, y cómo se halló este titulo de Emperador”, in <i>Epístolas...</i> (livro I)	1839-1842	GRII 6722 BNP: J. 174 B.	Este “Razonamiento” não se encontrava na antologia preparada por Eugenio de Ochoa em 1836, atrás referida (<i>vid. supra</i> os dois TT de Guevara anteriormente registados). Citamos o tít. do TP pela ed. esp. das <i>Epístolas</i> de 1782.

1.2. Catálogo de traduções avulsas

112	1848	C	“Quão importante seja que os naturalistas hespanhoes se relacionem, porque o devem fazer, com os portugueses, e noticias de instrucção publica em Portugal, particularmente no que pertence a sciencias naturaes”	Lisboa: Imp. da Epoca	<i>A Epoca. Jornal de Industria, Sciencias, Litteratura, e Bellas-Artes</i> , n.º 20 (pp. 308-311) e n.º 21 (pp. 324-327)	S. n.	Miguel Colmeiro	“Cuán importante sea que los naturalistas españoles se relacionen, porque deben hacerlo, con los portugueses...” <i>in Boletín Oficial del Ministerio de Comercio, Instruccion y Obras Publicas</i> , III, n.º 35 (31 de Agosto), pp. 389-401	1848	Consulta directa BNP: J. 300 P. e GB (dig.)	Tít. do TP continua: “..., y noticias de la instruccion pública en Portugal, particularmente en lo tocante á ciencias naturales”. O TT leva uma introdução em que se declaram os motivos da trad. do artigo em questão, “importante pela doutrina que expende sobre a união scientifica e litteraria da Peninsula”, e se fazem “votos para estes dois povos, tão irmãos, tão semelhantes, se conheçam e avaliem melhor, esquecendo velhas rivalidades e odios anachronicos”.
113	1848	A1	“Tristes recordações d’Amalia. Trad. do hesp. por F. X.”	Lisboa: Typ. de Antonio Joaquim da Costa	<i>O Farol. Periodico de Instrução e Recreio</i> , p. 120	F. X. [Silva, Francisco Xavier Pereira da?] <i>in</i> GRII 6561	S. n.			GRII 6561 e GRII 6614 (s. n. do trad.) BNP: J. 174 B.	GRII 6561 dá “F. X.” como trad.; GRII 6614 indica “F. H. X.” como alegado autor do TP, mas deve haver confusão com o trad.
114	1849	B	“Abertura do Theatro do Palacio Real”	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-litterario</i> , n.º 2 (24 de Outubro, p. 3)	S. n.	[S. n.?]	<i>In El Pais</i> (fonte indicada, <i>sic</i> , no TT)	[1849]	Consulta directa BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	Breve crónica social sobre a estreia do teatro em epígrafe, a 10 de Outubro, de 1849 com a presença da família real e outros ilustres assistentes. O TT

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											aparece na rubrica “Variedades. Theatro Hespanhol” do jornal, no qual é frequente encontrar trads. de notícias e críticas teatrais do estrangeiro (<i>vid. infra</i> mais TT com fonte em textos de língua espanhola, v. gr. artigo de Mesonero Romanos)
115	1849	B	[“Acham-se muito adiantados os ensaios da <i>Mensagem</i> , primeira opera hespanhola que se põe em secena no theatro lyrico-dramatico...”]	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-litterario</i> , n.º 14 (5 de Dezembro, pp. 3-4)	S. n.	[S. n. ?]	<i>In El Paiz</i> (fonte indicada, <i>sic</i> , no TT)	[1849]	Consulta directa BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	Informa-se da próxima encenação da ópera em epígrafe, a dia 6 de Dezembro
116	1849	B	[“A direcção do theatro hespanhol não adormece depois do triumpho...”]	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-litterario</i> , n.º 12 (28 de Novembro, p. 2)	S. n.	S. n.	“Funciones teatrales”, in <i>La España</i> , 1 de Novembro, n.º 479, p. 4. No final do TT apenas se indica como fonte: “(<i>Espana</i>)” [<i>sic</i>]	1849	Consulta directa BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	Anunciam-se os próximos espectáculos do teatro em epígrafe, previstos para o mês de Novembro
117	1849	AI	“A Victima da Inquisição de Sevilha, ou a infeliz Cornelia Bororquia” (GR)	Lisboa: Typ. de A.J.P.	<i>O Viajante. Jornal de Recreio</i> , 26 de Abril a 18 de Outubro (último n.º deste semanário publicado desde	S. n. [Campos, Benevenuto António Caetano]	S. n. [Gutiérrez, Luis]	<i>Bororquia, ó la victima de la Inquisición Bororquia</i>	1801 (Paris)	GR II 6772 BNP: J. 148//1 B. R.	Reed. (<i>vid. supra</i> anexo 1.1, 1820 e 1834, e anexo 1.2, 1848). Nota de GR: “cf. 1848 B, <i>Historia das Inquisições...</i> ” GR dá aqui: “(ARAÚJO, Firmin)”

1.2. Catálogo de traduções avulsas

					1838)						para o nome do autor do TP.
118	1849	B	“Comorn (na Hungria)”	Porto: Typ. de Faria Guimarães	<i>A Patria</i> , 25 de Outubro	S. n.		<i>De La Esperanza</i> (GR)	1849	GR II 6870 BNP: J. 590 M.	<i>La Esperanza</i> era o diário oficioso do carlismo espanhol.
119	1849	B	[Dedicatória ao conde de S. Luis] (O TT vai acompanhado da seguinte informação: “O sr. Breton de los Herreros imprimiu a sua comedia <i>Quien es ella?</i> E dedicou-a ao conde S. Luis. A dedicatoria é a seguinte:...”)	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-litterario</i> , n.º 19 (23 de Dezembro, pp. 3-4)	S. n.	Manuel Bretón de los Herreros [grafado <i>Manoel Breton de los Herreros</i> no TT]	<i>In ¿Quién es ella?</i>	1849	Consulta directa BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	A fonte do TT pode ter sido algum jornal espanhol que reproduzisse a dedicatória da versão impressa do drama de Bretón de los Herreros. O mesmo jornal tinha noticiado a representação da peça em questão no número anterior, destacando o facto singular de o nome do autor do drama não ter sido revelado até ao fim. ⁶⁹¹
120	1849	B	[“Estes famosos versos d’um soneto composto...”]	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-litterario</i> , n.º 2 (24 de Outubro, p. 3)	S. n.	[S. n. ?]	<i>In El Paiz</i> (fonte indicada, <i>sic</i> , no TT)	[1849]	Consulta directa BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	Notícia sobre um inoportuno corte de energia acontecido no Teatro Español em Outubro de 1849. Texto encabeçado pelos versos: “Era la notte é niente si vedea / Perché il sole era andato occidente, / E’ non si rivedea niente, niente, / In conclusion, niente si

⁶⁹¹ O conde de S. Luis é o fundador de *El Herald*, Luis José Sartorius, nomeado ministro da Governação durante a presidência do General Narváez. Os principais escritores da altura dedicaram-lhe um *Album poético* em 1852, em agradecimento pela sua protecção às artes, particularmente as cénicas. Sartorius mandou reconstruir o teatro del Príncipe, que passou a denominar-se, em Abril de 1849, teatro Español. Chegou a ser presidente do governo em 1853.

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											vedea...”, os quais têm “bastante similhaça com o caso que esta noute succedeu no <i>Theatro Hespanhol</i> , e mais bem adequados por ser hontem (10 de Outubro de 1849) o dia dos annos de S. M. a Rainha, em que estava, ou ao menos devia estar, mais bem illuminado o theatro.”
121	1849	B	“Hespanha”	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-litterario</i> , n.º 14 (5 de Dezembro, p. 3)	S. n.	[S. n. ?]	<i>In El Herald</i> o (fonte indicada no TT)	[1849]	Consulta directa BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	Dá-se conta da leitura do drama <i>Isabel la Catolica</i> , de D. Thomaz Rodrigues Rubi, “em casa do ministro do reino”, conde de San Luis, que entregou ao “distincto escriptor” o diploma de comendador da ordem de Carlos III
122	1849	B	“Madrid”	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-litterario</i> , n.º 11 (25 de Novembro, p. 3)	S. n.	[S. n. ?]	<i>In La Epocha</i> (fonte indicada, <i>sic</i> , no TT)	[1849]	Consulta directa BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	Brevíssima anecdota: “Em uma das representações do Baile ultimo disse o ensaiador a umas das dançarinas; a menina não tem as pernas iguaes. // «E que tenho eu com isso? Respondeu a artista coreógrafa; bem sabe que a guardaroupa é que as fornece.»”

1.2. Catálogo de traduções avulsas

123	1849	B	“Madrid [Vão-se passando os mezes sem que os theatros lyricos deem signaes de vida... // O theatro lyrico espanhol segue desatinando...]”	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-litterario</i> , n.º 15 (9 de Dezembro, p. 3)	S. n.	[S. n.?)	<i>In A Espanha</i> (fonte indicada, <i>sic</i> , no TT)	[1849]	Consulta directa BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	São dois curtos pontos de situação no que diz respeito ao teatro lírico espanhol, ambos os textos retirados da mesma publicação periódica espanhola (embora separados tipograficamente). No primeiro, informa-se da procura de espectáculos líricos no estrangeiro para se representar em Espanha. No segundo fala-se, negativamente, da tentativa de criar um “novo genero [...] – a saber, a opera nacional. Deus lhe ponha virtude. Se houvermos de avaliar o futuro pelo passado trememos de medo”
124	1849	B	“Mr. Proudhon tornou-se proprietario”	Porto: Typ. de Faria Guimarães	<i>A Patria</i> , 19 de Março	S. n.		<i>De El Amigo del País</i> (GR)		GR II 6878 BNP: J. 590 M.	A HD-BNE não disponibiliza os conteúdos do jornal-fonte, e na GB existe apenas o vol. I (1844).
125	1849	B	“O ex-Rei Luiz Filippe”	Lisboa : Typ. de Silva	<i>A União</i> (ed. resp. J. A. d’A. Barbosa), 14 e 15 de Setembro	S. n.		<i>De Herald</i> (GR)		GR II 6872 BNP: J. 301 M.	
126	1849	B	“Os Philosophos”	Porto: Typ. de Faria Guimarães	<i>A Patria</i> , 11 de Setembro	S. n.	G. V. (GR)	<i>De La Esperanza</i> (GR))		GR II 6917 BNP: J. 590 M.	

1.2. Catálogo de traduções avulsas

127	1849	B	“O romanticismo e os românticos”	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-literario</i> , n.º 10 (21 de Novembro, pp. 3-4), n.º 11 (25 de Novembro, pp. 3-4), n.º 12 (28 de Novembro, pp. 2-4) e n.º 13 (2 de Dezembro, pp. 3-4)	S. n.	Mesonero [Ramón de Mesonero Romanos]	“El romanticismo y los románticos”	1837 (reed. em livro em 1842)	GR11 BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1848, trad. de E. Basto). Nesta ocasião, GR indica “Mesonero” como autor do TP, baseando-se na indicação final do TT (p. 4 do n.º 13): “(Traduzido do hespanhol do sr. Mesonero)”. O TT, publicado em quatro “entregas”, vai na rubrica “Variedades” do jornal.
128	1849	A1	“Os ultimos amores. Romance”	Lisboa: Imprensa Nacional	<i>O Jardim Litterario. Semanario de Instrução e Recreio</i> , V, pp. 211-212, 218-219, 226-227 (cap. I), 234-235, 243-244, 250-251 (cap. II), 259-260, 266-268 (cap. III), 274-275, 282-283 (cap. IV), 290-291, 298-299, 306-308 (cap. V), 314-315, 322-323 (cap. VI), 330-331 (cap. VII), 339-340 (Conclusão)	José Augusto da Silva	[Gregorio Romero Larrañaga]	“Los últimos amores”, in <i>Semanario Pintoresco Español</i> , n.º 7 (18 de Fevereiro), pp. 52-55; n.º 8 (25 de Fevereiro), pp. 59-61, n.º 9 (4 de Março), pp. 68-70; e n.º 10 (11 de Março), pp. 74-76.	1849 (ed. previamente, a 9 de Fevereiro de 1843, em <i>El Reflejo</i>)	GR11 6771 BNP: J. 97 B. e GB (dig.)	GR regista o TT como sendo anónimo e, de facto, o nome do autor não consta na publicação, onde sim se indica, todavia, na última “entrega” (p. 340), a procedência do TP (<i>Semanario Pittoresco Español, sic</i>) e uma nota sobre o tradutor. TT e TP divididos em 7 caps. e uma conclusão. O TP, localizado em Madrid, ano de 1680, é protagonizado por um donjuanesco don Diego. Sobre o autor do TP, ver: http://gicesxix.uab.es/showAutor.php?idA=269 , a partir donde

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											pode aceder-se, ademais, a um resumo do TP.
129	1849	B	“Pariz”	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-litterario</i> , n.º 14 (5 de Dezembro, p. 4)	S. n.	[S. n.º?]	<i>In El Paiz</i> (fonte indicada, <i>sic</i> , no TT)	[1849]	Consulta directa BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	Breve notícia sobre o sucesso das actuações de Ronconi em Paris
130	1849	B	“Sabbado passado (27 de outubro) assistiram SS. AA. o duque e duqueza de Montpensier...”	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-litterario</i> , n.º 8 (14 de Novembro, p. 3)	S. n.	[S. n.º?]	<i>In Diario de Sevilla</i> (fonte indicada, <i>sic</i> , no TT)	[1849]	Consulta directa BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	Crónica social sobre a “brilhante” assistência à representação da ópera <i>Maria Padilla</i> no teatro principal de Sevilla, cidade em que estavam instalados os duques de Montpensier, reconhecidos mecenas das artes, presentes no espectáculo.
131	1849	B	“Sevilha”	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-litterario</i> , n.º 8 (14 de Novembro, p. 3)	S. n.	[S. n.º?]	<i>In El Provenir</i> (fonte indicada, <i>sic</i> , no TT)	[1849]	Consulta directa BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	Breve notícia sobre a encenação de <i>Norma</i> , de Bellini, no Teatro de D. Fernando de Sevilla.
132	1849	B	“Trieste”	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-litterario</i> , n.º 11 (25 de Novembro, p. 3)	S. n.	[S. n.º?]	<i>In La Epoca</i> (fonte indicada, <i>sic</i> , no TT)	[1849?]	Consulta directa BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	Anecdota relacionada com a “celebre Alboni cantora [italiana] de distinto merecimento”, por ocasião de uma actuação em Trieste.
133	1849	B	“Variedades”	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-</i>	S. n.	[S. n.º?]	<i>In A Epoca</i> (fonte indicada, <i>sic</i> ,	[1849]	Consulta directa BNP: J.	Notícia-se um “espectaculo novo em toda a extensão da

1.2. Catálogo de traduções avulsas

				Mercês, n.º 11]	<i>litterario</i> , n.º 15 (9 de Dezembro, p. 4)			no TT)		171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	palavra” que teve lugar na “officina do telegrapho electrico-magnetico da Nova York em 31 de Outubro”: a transmissão “pelos arames” de “armonias ou sons musicas”, canções populares no “paiz classico das novidades” e no “seculo dos inventos”
134	1850	A2	“Ao nascimento da Virgem. (Imitação de..., por...)”	Porto: [S. n.]	<i>A Esmeralda</i> , n.º 14 (5 de Agosto), pp. 13-14	Marcellino-Mattos [Joaquim Marcelino de Matos]	A. Lista [Alberto Lista]	“La Natividad de Nuestra Señora”	1822 (<i>in Poesías</i>)	GRII 7047 BNP: F.P. 68	O autor do TP, o sevilhano Alberto Lista (1775-1848), tinha traduzido para o castelhano as <i>Geórgicas portuguesas</i> , de Luís Mousinho de Albuquerque (TP de 1820, TT s. d.). Começo do TP: “Cuando amanece al angustiado mundo / la sacrosanta Virgen, / de la mancha primera preservada, / detiene absorta la celeste esfera / su raudo movimiento, / y retiembla de gozo el firmamento”.
135	1850	A2	“A perda de Alhama. Romance”	Lisboa: Typ. Commercial	<i>Poesias</i> , pp. 56-63	Raymundo Antonio de	[S. n.]	“Romance de la pérdida de	S. XVI (existe)	GRII 7026 BNP: L.	Ed. bilingue, com o TT e o TP.

1.2. Catálogo de traduções avulsas

						Bulhão Pato		Alhama” (do romanceiro tradicional)	ed. de 1840) ⁶⁹²	3679 P.	
136	1850	A2	“A uma açucena. (Trad. do hespanhol)”	Porto: [s. n.]	<i>O Ecco Popular</i> , 8 de Julho	S. n.	Luiz Rivera [Luis Rivera]	“A una azucena”	1850 (<i>in Poesías</i> , Lisboa)	GRII 7052 BNP: J. 814 M.	Pela informação constante do prólogo editorial às <i>Poesías</i> do autor, publicadas em cast. em Lisboa (Typ. Universal) nesta mesma data, sabemos que este TT saiu também no jornal <i>A Lei</i> , do mesmo ano, acompanhado de uma nota sobre o autor do TP, que viveu um tempo em Portugal. O jornal <i>A Lei</i> deu a conhecer, igualmente, poemas de Rivera em versão não traduzida. GRII 7054 (1850) regista mais “Poesias” (<i>sic</i>) publicadas em <i>A Nação</i> de 6 de Maio. Acrescenta aí a seguinte nota: “Algumas já trad. em vários jornais”.
137	1850	B	[“Escrevem de Barcelona que ressucitou, e estará	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-</i>	S. n.	[S. n. ?]	<i>In Heraldo</i> (fonte indicada, <i>sic</i> ,	[1850]	Consulta directa BNP: J.	O TT, reproduzido entre aspas, vai precedido de uma

⁶⁹² Os primeiros registos por escrito do famoso romance (com as variantes habituais neste tipo de composições de difusão oral), encontram-se em compilações dos meados do século XVI, como *Los seys libros del Delphin de música de cifras para tañer vihuela* de Luis de Narváez (livro V, Valladolid, 1538), o *Cancionero de romances* (Anutérpia, ca. 1550), a *Primera silva de romances* (Saragoça, 1550) ou a *Silva de romances* (Barcelona, 1550); duas versões diferentes são registadas, ainda, em *Guerras civiles de Granada*, de Ginés Pérez de Hita (1595). Eugenio de Ochoa inclui-o no seu *Tesoro de los romanceros y cancioneros españoles* (1840), numa das versões do romance hoje mais estendidas (com refrão, como estava já em Luis de Narváez e Pérez de Hita).

1.2. Catálogo de traduções avulsas

			em moda durante o presente carnaval, o antigo minuete chamado de côrte...”]	Mercês, n.º 11]	<i>litterario</i> , n.º 23 (9 de Janeiro, p. 3)			no TT)		171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	breve indicação da fonte: “No <i>Heraldo</i> se lê o seguinte”. Concisa referência ao “antigo minuete chamado da côrte”, dança que “estará em moda durante o presente carnaval”, segundo “escrevem de Barcelona”, desbancando “a famigerada Polka”. Acrescenta-se que “devemos, como é sabido, a frequente variedade de danças e de modas aos nossos visinhos”.
138	1850	B	[“Hontem á noute, e antes de hontem, obteve a Nena, um desses triumphos a que já está tão costumada...”]	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-litterario</i> , n.º 26 (20 de Janeiro, p. 4)	S. n.	[S. n.?)	<i>In El Pais</i> (fonte indicada, <i>sic</i> , no TT)	[1850]	Consulta directa BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	O TT, entre aspas, vai antecedido da indicação: “Lê-se nel <i>Pais</i> , o seguinte”. A notícia, muito breve, refere-se à dançarina sevilhana conhecida como ‘la Nena’ (“a Nena” no TT), de grande sucesso no seu tempo.
139	1850	B	[“No Diario de hontem se annuncia o espectáculo de um <i>Nascimento</i> em certo theatro intitulado do <i>Numen</i> ...”]	Lisboa: [S. n., Typ. na Travessa das Mercês, n.º 11]	<i>Galeria Theatral. Jornal critico-litterario</i> , n.º 23 (9 de Janeiro, p. 3)	S. n.	S. n.	“Farol mônstruo”, in <i>La España</i> [grafado <i>La Espana</i> no TT], n.º 531, 2 de Janeiro, p. 4	1850	Consulta directa BNP: J. 171//1 B.; HML: J. 71 FH (dig.)	O TT, reproduzido entre aspas, vai precedido de uma breve indicação da fonte: “Lê-se o seguinte no jornal de Madrid <i>La Espana</i> ”. Em texto sumamente sucinto, arremete-se

1.2. Catálogo de traduções avulsas

											ironicamente contra a “amena literatura” empregada para anunciar, no <i>Diario</i> do dia anterior, o teatro em epígrafe. O anúncio fala do “farol colosal, capaz de coger 16 hombre dentro de él, divinamente pintado”, que se irá colocar à porta do referido teatro.
140	1850	A2	“Primavera antecipada (Trad. de A. Lima)”	Porto: [S. n.]	<i>A Esmeralda</i> , n.º 21 (23 de Setembro), pp. 167-168	A. Lima [Lima, Augusto]	Carolina Coronado	“Primavera antecipada”	1843 (<i>in Poesías</i>)	GRII 7039 BNP: F.P. 68	TT vai precedido de biografia da autora. Começo do TP: “Oigo voces en torno alborozadas / Que saludan la nueva primavera: / Yo no sé si su hielo á la ribera / Le faltó, y á las sierras elevadas;...” (cit. Por <i>Poesías de la señorita doña Carolina Coronado</i> , 1843, com prólogo de Juan Eugenio Hartzenbusch). No mesmo semanário (n.º 28, 16 de Dez. de 1848) é publicado o artigo “Adoração pela Sra. D. Carolina Coronado” (GRII 7038, classificado como A1).
141	1850	A2	“Satyra à situação de	Porto: [s. n.]	<i>O Ecco</i>	Marcellino-				GRII 7028	

1.2. Catálogo de traduções avulsas

			Hespanha em 1849 (Trad. por...)”		<i>Popular</i> , 18 de Fevereiro	Mattos [Joaquim Marcelino de Matos]				BNP: J. 814 M.	
142	1850	B	“Vida militar e politica de Cabrera (excerpto)”	<i>Vid. infra</i>	Sem dados eds. em GR, apenas as datas: 13 de Junho a 13 de Julho	[S. n.?)	D. Boaventura de Cordova [Buenaventura de Córdoba]	<i>Vida militar y política de Cabrera</i>	1844- 1846 (3 vols.)	GRII 7080	<i>Vid. supra</i> anexo 1.1 (TT de 1850, intitulado <i>O fuzilamento da mãe de Cabrera</i>). GR não indica, por lapso, a publicação periódica em que saiu este TT, somente escreve “P” e as datas atrás consignadas.

FIM DO CATÁLOGO DE TRADUÇÕES AVULSAS (1.2)

1.3. Traduções duvidosas ou problemáticas

1.3. Catálogo de traduções duvidosas

Reg.	Ano	G.º	Título do alegado TT	Local	Editor	Trad.	Autor TP	Título TP	Data TP	Refs. Loc.	Obs.
1	1780	D	<i>Compendio da doutrina christã composto pelo veneravel Padre Fr. Luiz de Granada</i>	Lisboa	Regia Officina Typografica	S. n. [vid. <i>infra</i> obs.]	Granada, Fray Luis de	<i>Compendio de doctrina christã [... e] Treze sermões das principaes festas do anno (vid. <i>infra</i> data TP e obs.)</i>	1559 (port.), 1595 (esp., 2 eds.: Madrid, trad. de Enrique de Almeida; Granada, trad. de Juan de Montoya). Redacção original castelhana (inérita)?	GRI 1355 (fonte: MS 44-237[?]) e Alonso Romo, 2004: 75, n. 41 Archivo Dominicano de la Provincia de España: 094/B-59; BJPII: MC-667	Este duvidoso TT, registado como tal por GR, supõe objectivamente a 2ª ed. em port. da obra (agora desprovida dos <i>Treze sermões</i> finais), cuja 1ª é de Lisboa, 1559. Desta última partem as 2 trans. esp. de 1595 (Madrid e Granada). Vid. Alonso Romo (2004) sobre a língua original de redacção do TP (port. ou cast.?).
2	1783 (GR, Braga)	Al	<i>Vida e famosas acções do celebre Cosme manhoso</i>	S. l.: [Lisboa (distr. por livreiro lisboeta: vid. <i>infra</i> obs.)]	S. n.	S. n.	S. n.	Vid. <i>infra</i> obs.	Vid. <i>infra</i> obs.	GR I 1421 (indica, erradamente, a cota da BNP FA 3993 [sic]); Braga, 1994 [1885]: 339 (vid. <i>infra</i> obs.)	Pseudotrad.? Sem dados eds. nem descr. fís. em GR, que fornece uma cota (a F.A. 3993, não disponível no cat. em linha) correspondente a um exemplar do mesmo TT, mas numa ed. de 1875. Braga (1994 [1885]: 339) cita este tít. entre os constantes “de um catálogo dos folhetos que se vendiam em 1783 no lugar de João Henriques”. Conserva-se no ANTT (mf. 7546, Item 6) a cópia apresentada à censura em 1777 (cx. 326, n.º 2361).
3	1786	A 1	<i>Historia do invicto Mendo Leonez de naçam, que militou na Hespanha com ElRei D. Affonso o Magno no tempo em que se achava ainda em parte habitada de</i>	Lisboa	Off. de Filippe da Silva Azevedo	S. n.	S. n.	Vid. <i>infra</i> obs.	Vid. <i>infra</i> obs.	GRI 1584 BNP: RES. 3577 P.	16 pp. Pseudotrad.? O tít. do TT continua: ... <i>Feitos maravilhosos que obrou em honra de Deos e do Rei. Merecendo por fim, e por sua virtude ser, o Beato Mendo de N. Senhora.</i>

1.3. Catálogo de traduções duvidosas

			<i>mouros...</i>								
4	1789	D	<i>Compendio de doctrina christã [...] acrescentado ao cabo com treze sermões [...]</i>	Coimbra	Real Oficina da Univ.	S. n.	Granada, Fray Luis de	<i>Compendio de doctrina christã [...] e] Treze sermões das principaes festas do anno</i>	1559 (port.), 1595 (esp., 2 eds.). Redacção original castelhana (inérita)?	PORB e Alonso Romo, 2004: 75 BNP: R. 24285 P. ou R. 24405 P.	Reed. (<i>vid. supra</i> ed. de 1780), incluindo os <i>Treze sermões</i> finais (ausentes na ed. de 1780), com paginação independente. [8] 384 e 123 pp.
5	1792	Al	<i>Vida e famosas acções do célebre Cosme Manoso, em que se relata a sua ambição, trabalhos, miserias, e logros em que cahio / Segunda parte da... / Terceira parte da...</i>	Lisboa	Off. de Antonio Rodrigues Galhardo (1ª parte) / Off. de Simão Thaddeo Ferreira (2ª e 3ª parte)	S. n.	S. n.	(Pseudotrad.?)	(Pseudotrad.?)	CR (dig.)	<i>Vid. supra</i> ed. de 1783. 3 partes independentes (16 pp.+16 pp.+15 pp.), encadernadas conjuntamente no exemplar. Pelas rasuras no texto e o paratexto final manuscrito do censor, que assina com as iniciais a 3 de Agosto de 1796, deduzimos que o exemplar dig. em CR foi o revisto para a reed. de 1796 deste TT.
6	1796	Al	<i>Vida e famosas acções do célebre Cosme Manoso, em que se relata a sua ambição, trabalhos, miserias, e logros em que cahio</i>	Lisboa	Off. de Simão Thaddeo Ferreira	S. n.	S. n.	(Pseudotrad.?)	(Pseudotrad.?)	CR (dig. junto com a ed. de 1792)	<i>Vid. supra</i> ed. de 1783. 3 partes em 1 vol. (16 pp.). O exemplar de CR (dig.) não leva folha de rosto e vai com a ind. errada de tratar-se de uma ed. s. d.: a p. 16 leva pé de imprensa com dados editoriais, incluída a data. Exemplar revisto pela censura: paratexto manuscrito final do censor (p. [17]), assinado com as iniciais e datado em Março de 1797.
7	1796	Al	<i>Vida e sucessos do prodigioso de Sevilha. Historia seria e moral</i>	Lisboa	Off. de Antonio Gomes	S. n.	S. n.	<i>Vid. infra</i> obs.	<i>Vid. infra</i> obs.	PORB BNP: L. 9596//1 P.	Pseudotrad.? 126 pp. GR não regista esta ed.
8	1797	Al	<i>Historia de Gil Braz de Santilhana.</i>	Lisboa	Off. de Simão	Bocage, Manuel	[Lesage, Alain-	<i>Histoire de Gil Blas de</i>	1715-1735 (Lesage) >	GRI 2112 (com a	1ª ed. do TT (tomos I e II de IV). Cont. nos anos de 1799 e

1.3. Catálogo de traduções duvidosas

			<i>Traduzida em Portuguez por Manoel Maria de Barbosa du Bucage.</i>		Thaddeo Ferreira	Maria Barbosa du [e Campos, Luis Caetano de (DBP, VI: 49)]	René > Espinel, Vicente <i>et al.</i>]	<i>Santillane > Vida del escudero Marcos de Obregón et al.</i>	1618 (Espinel)	indicação errada de 4 vols.) BNP: L. 36996-97 P.	1800, com mudança de editor (<i>vid. infra</i>).
9	1799	A1	<i>Historia de Gil Braz de Santilhana. Traduzida em Portuguez</i>	Lisboa	Regia Off. Typ.	S. n. [Bocage, Manuel Maria Barbosa du e Campos, Luis Caetano de (DBP, VI: 49)]	[Lesage, Alain-René > Espinel, Vicente <i>et al.</i>]	<i>Histoire de Gil Blas de Santillane > Vida del escudero Marcos de Obregón et al.</i>	1715-1735 (Lesage) > 1618 (Espinel)	GRI 2112 (ano 1797, com a indicação errada de 4 vols.) BNP: L. 36998 P. e BCM: 4K5-23	Cont. do TT cujos vols. 1 e 2 foram eds. em 1797 por Simão Tadeo Ferreira (<i>vid. supra</i>), tomo III de IV, 402 pp.
10	1800	A1	<i>Historia de Gil Braz de Santilhana. Traduzida em Portuguez</i>	Lisboa	Regia Off. Typ.	S. n. [Bocage, Manuel Maria Barbosa du e Campos, Luis Caetano de (DBP, VI: 49)]	[Lesage, Alain-René > Espinel, Vicente <i>et al.</i>]	<i>Histoire de Gil Blas de Santillane > Vida del escudero Marcos de Obregón et al.</i>	1715-1735 (Lesage) > 1618 (Espinel)	GRI 2112 (ano 1797, com a indicação errada de 4 vols.) BNP: L. 36999 P. e BCM: 4K5-24	Cont. do TT de 1797-1799 (<i>vid. supra</i>), tomo IV e último, 392 pp.
11	1800	A1	<i>Historia de Gil Braz de Santilhana. Traduzida em Portuguez</i>	Lisboa	Typ. da Academia Real das Sciencias	S. n. [Bocage, Manuel Maria Barbosa du e Campos, Luis Caetano de (DBP, VI: 49)]	[Lesage, Alain-René > Espinel, Vicente <i>et al.</i>]	<i>Histoire de Gil Blas de Santillane > Vida del escudero Marcos de Obregón et al.</i>	1715-1735 (Lesage) > 1618 (Espinel)	GRI 2202 BCM: 4K5-21	Reed. (“Segunda edição”) do TT de 1797-1800 (<i>vid. supra</i>). Tomo I, 421 pp.
12	1801	A1	<i>Historia de Gil Braz de Santilhana.</i>	Lisboa	Typ. da Academia	S. n. [Bocage,	[Lesage, Alain-	<i>Histoire de Gil Blas de</i>	1715-1735 (Lesage) >	GRI 2202 (ano 1800, e	Cont. da reed. (“Segunda edição”) do TT de 1797-1800

1.3. Catálogo de traduções duvidosas

			<i>Traduzida em Portuguez</i>		Real das Sciencias	Manuel Maria Barbosa du e Campos, Luis Caetano de (DBP, VI: 49)]	René > Espinel, Vicente <i>et al.</i>]	<i>Santillane > Vida del escudero Marcos de Obregón et al.</i>	1618 (Espinel)	descr. fís. do tomo I) BCM: 4K5-22	(<i>vid. supra</i>). Tomo II, 371 pp.
13	1802	A1	<i>Leituras uteis e divertidas. Traduzidas em vulgar e publicadas por Antonio Manoel Polycarpo da Silva</i> (leituras 1 a 7)	Lisboa	Joaõ Procopio Corrêa da Silva	Silva, António Manuel Policarpo da	[Céspedes y Monroy, Atanasio (pseud. de Pablo de Olavide)]	<i>Lecturas útiles y entretenidas</i> (as leituras 1-7 do TT correspondem, respectivamente, às “lecturas” 14, 15, 2, 1, 12, 19 e 6 do TP)	1800-1801	GR 2401 (tít. ger. da coleção completa); GRI 2404 (leitura 5); <i>Novelística</i> : 335 (tít. ger.) e 475 (leitura 5); <i>Gazeta de Lisboa</i> de 25/9/1802 (leituras 1-8); DBP, VIII: 235-236 (col. completa das 12 leituras em 4 vols.) BGUC: 7-48-12-33 a 36; BNP: L. 90743-46 P.	1ª ed. do TT, publicado por fascículos, perfazendo 12 leituras no total, das quais 1-7 (inclusive) têm como fonte a coleção de Olavide. As leituras 8-12 são de outras procedências. GRI 2401 (ano 1802) regista o título geral da colectânea e indica, inexacta e confusamente, ter sido publicado também pela Off. de João Rodrigues Neves entre 1802-1819, em 12 partes, “que também saíram soltas e em datas variadas”. <i>Novelística</i> 335 regista os 12 títulos em várias eds., das quais são do ano 1802 as leituras 5, 11-12. BGUC 7-48-12-33 a 36 reúne as leituras 1 a 12 (4 vols.) em eds. de várias datas: as leituras 1, 5, 7-9 e 11-12 correspondem à ed. de 1802.
14	1802	A1	<i>O Bacharel de Salamanca, ou as Aventuras de D. Cherubin de la Ronda. Traduzido do francez por...</i>	Lisboa	Off. de Antonio Rodrigues Galhardo	Cunha, Carlos José da	[Lesage, Alain-René > Moreto, Agustín <i>et al.</i>]	<i>Le Bachelier de Salamanque > El desdén con el desdén et al.</i>	1736 (Lesage) > 1654 (Moreto)	GRI 2412 BNP: L. 6805 P.; CR (dig.)	1ª ed do TT. BNP somente conserva o tomo I, dividido em 2 partes de 203 e 195 pp. GR indica 3 vols. e as datas 1802-1803. Em <i>Novelística</i> (n.º 63), 6 vols. e 1802-1803.

1.3. Catálogo de traduções duvidosas

15	1802	D	<i>O Evangelho em triunfo, ou historia de hum filosofo desenganado, traduzida do castelhano</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	[Amaral, António Caetano do]	[Olavide, Pablo de]	<i>El Evangelio en triunfo o Historia de un filósofo desengañado</i>	1797-1798	GRI 2450 BNP: R. 23117 P. a R. 23124 P. et al.	1ª ed. do TT. 8 vols. TP apresenta relação genética com <i>Les Délices de la Religion</i> , de Antoine-Adrien Lamourette, <i>La Religion Chrétienne prouvéee par les faits</i> , do abade Houteville, etc.
16	1802	AI	<i>Vida, e successos do Prodigioso de Sevilha. Historia seria, e moral</i>	Lisboa	Off. de Antonio Rodrigues Galhardo	S. n.	S. n.	(Pseudotrad.?)	(Pseudotrad.?)	GRI 2469 (ano 1803) CR (dig.)	Reed. (<i>vid. supra</i> ed. de 1796). 2 partes (pp. 1-57 e 61-126). O exemplar dig. na CR leva anotações manuscritas do censor (revisão para a 3ª ed., assinada em data ilegível: 12 de Novembro de 18--?). Indica-se ainda que se trata da “Segunda edição”. GR regista o tít. (sem mais dados) pela primeira vez em 1803 (?).
17	1804	AI	<i>Aventuras de Estevão Gonçalves, ou o Rapaz de bom humor, por Mr. le Sage, Author de Gil Braz, e escritas no mesmo gosto</i>	Lisboa	Off. de Francisco de Paula Antunes (Maia, 2012)	S. n.	[Lesage, Alain René > Anónimo (autoria disc.)]	<i>Histoire d’Estévanille Gonzalez... > La vida y hechos de Estebanillo González...</i>	1734 (Lesage) > 1646 (anón. cast.)	GRI 2537 (fonte: cat. Henriques); Maia, 2012: 137	1ª ed. do TT. 3 vols. Reproduzimos o tít. segundo o anúncio publicado na <i>Gazeta de Lisboa</i> de 7 de Setembro de 1804, <i>apud</i> Maia, 2012: 137
18	1804	AI	<i>O Triunfo da probidade, ou amores do Conde de Belflor com Leonor de Cespedes</i> (Balbi). <i>Novela de M. Le Sage autor de Gil Graz. Trad. em port. pelo trad. das Aventuras do Rapaz do Bom Humor</i>	Lisboa (GR)	Typ. Lacerdina (GR)	S. n.	Lesage, Alain-René [> Rojas Zorrilla, Francisco de (Vic, 1920: 498-99)]	“L’Histoire (des amours) du comte de Belflor et de Léonor de Cespedes”, in <i>Le Diable boiteux</i> , caps. 4-5 > <i>Obligados y ofendidos y Gorrón de Salamanca</i>	1707 (Lesage) > 1640 (Rojas Zorrilla)	GRI 2538 (fonte: Balbi); <i>Gazeta de Lisboa</i> de 30 de Junho de 1804; <i>Jornal de Coimbra</i> , vol. V, Novembro de 1813, p. 278 (novelas trads. do ano 1804)	82 pp. 120 réis (<i>Gazeta de Lisboa</i>). Balbi, fonte única de GR, não traz dados editoriais ou descr. fís. Há gralha no tít. referido por GR: ...os amores do Conde de Belflor com Lemos [<i>sic in</i> GR: <i>Leonor</i>] de Cespedes. Acrescenta GR o subtítulo (<i>Novela...</i>) que encontramos na reed. de 1820 (<i>vid. infra</i>).

1.3. Catálogo de traduções duvidosas

19	1806	D	<i>Peregrinação de Philothea ao sancto templo e monte da Cruz, composta por D. João de Palafox [PORB: Palafox] e Mendonça [sic in DBP], traduzida do castelhano [por]... (DBP)</i>	Lisboa	Imp Regia	D. A. d'A. A. C. R. da D. P. [Avelino, António da Anunciação (DBP, I: 87)]	Palafox y Mendoza, Juan de	<i>Peregrinación de Filotea al santo templo y al monte de la Cruz</i> (trad. livre do latim e do francês?)	1659	GRI 2726; DBP, I: 87 (fonte de GR) BNP: R. 26724 P.	Retrad. (1ª ed. de 1682). Nome do trad., abreviado no TT, corresponde a “D. Antonio d’Anunciação Avellino Clerigo Regular da Divina Providencia” (DBP, I: 87). O TP é imitação, segundo consta no prólogo autoral, da <i>Via Regis Crucis</i> de Benedictus van Haeften (ou Padre Benito Aesteno). Mata Induráin e Zugasti (2000: 9) referem também a <i>Filotea</i> de Francisco de Sales.
20	1806	AI	<i>O casamento por vingança. Novella traduzida por...</i>	Lisboa	Off. de João Procopio Correa da Silva	Bocage, Manuel Maria de Barbosa du	[Lesage Alain-René > Rojas Zorrilla, Francisco de]	“Le Mariage de vengeance”, in <i>Histoire de Gil Blas de Santillane</i> , cap. 4, livro IV > <i>Casarse por vengarse</i>	1724 (Lesage) > 1636 (Rojas Zorrilla)	GRI 2686 (fonte: Balbi) Anunciado na <i>Gazeta de Lisboa</i> de 5/7/1808 (n.º 27). Vid. infra obs. (cat. Oliveira Bastos)	Reed. parcial do <i>Gil Blas</i> (vid. supra 1797-1800, tomo II, cap. IV, livro VI segundo DBP, VI: 51). GR, que segue Balbi, não indica local nem impressor. A espécie aparece consignada no cat. da <i>Biblioteca do Dr. José Joaquim de Oliveira Bastos. Organizada para leilão pela Livraria Manuel Pereira</i> , Porto, Novembro de 2008, vol. I, p. 85, registo 263, encadernada com outras trads. de Bocage, todas elas ali apresentadas como sendo primeiras eds. Daí foram retirados os dados eds. que faltavam em GR. DBP, VI: 51, n.º 1304 refere eds. de 1820 e 1828 (?), igualmente registadas em GRI 3628 e GRI 4013 (ano 1827).
21	1806	AI	<i>O diabo coxo, verdades sonhadas e</i>	Lisboa	T. Lacerdina (GR)	[Brandão, Joaquim	[Lesage, Alain-	<i>Le Diable boiteux</i> > <i>El</i>	1707 (Lesage) > 1641	GRI 2687 (fontes: VR	1ª ed. do TT (1º vol.), que terá cont. (2º vol.) em 1814 (vid.

1.3. Catálogo de traduções duvidosas

			<i>novellas da outra vida</i> (GR)			Manuel de Sequeira? (GR); Oliveira, Pedro Freire de? (DBP, VI: 407)]	René > Guevara, Luis Vélez de <i>et al.</i>]	<i>diablo cojuelo, et al.</i>	(Guevara)	346 e AHO 280-496); Souza, 2007: 59-60; Maia, 2010: 101-102	<i>infra</i>). GRI 3044 (ano de 1813, erradamente), dá a descr. fís. deste vol.: 284 pp. Quanto ao nome do trad., GRI 2687 refere a existência de uma trad. manuscrita na BMP (MS 695-A) assinada por Joaquim Manuel de Sequeira Brandão; DBP, por seu lado, menciona uma trad. inédita da mesma obra entre os manuscritos de Pedro Freire de Oliveira.
22	1807	Al	<i>Leituras uteis e divertidas. Traduzidas em vulgar e publicadas por Antonio Manoel Polycarpo da Silva</i> (leituras 1 a 7)	Lisboa	Off. João Rodrigues Neves (leitura 3)	Silva, António Manuel Polycarpo da	[Céspedes y Monroy, Atanasio (pseud. de Pablo de Olavide)]	<i>Lecturas útiles y entretenidas</i>	1800-1801	GRI 2729 (leitura 3); <i>Novelística</i> : 335 (tít. ger.) e 551 (leitura 3) BGUC: 7-48-12-33 a 36	Reed. (<i>vid. supra</i> 1802). GRI 2729 só cita o tít. da leitura 3. (referida também em <i>Novelística</i> 551). <i>Novelística</i> 335 inclui no registo várias eds., sendo do ano 1807 as leituras 1-3, 8 e 9. BGUC 7-48-12-33 a 36 reúne as leituras 1 a 12 em eds. de várias datas: a leitura 3 corresponde à ed. de 1807.
23	1807	Al	<i>Vida e famosas acções do celebre Cosme Manhoso, em que se relata a sua ambição, trabalhos, miserias, e logros em que cahio</i> [Primeira / Segunda / Terceira parte de]	Lisboa	Typ. Lacerdina	S. n.	S. n.	(Pseudotrad.?)	(Pseudotrad.?)	GRI 2733 GB (dig.)	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1783). 3 partes em 3 folhetos de 11 pp. cada um. Na p. [12] da 3ª parte: “Vende-se no Lugar de João Henriques, no principio da Rua Augusta, entre os N.ºs 1 e 2. e os papeis seguintes” (segue uma relação de folhas volantes).
24	1811	Al	<i>Leituras uteis e divertidas..</i> (leituras 1 a 7)	Lisboa	Off. Antonio Rodrigues Galhardo	Silva, António Manuel Polycarpo da	[Céspedes y Monroy, Atanasio (pseud. de Pablo de Olavide)]	<i>Lecturas útiles y entretenidas</i>	1800-1801	BGUC: 7-48-12-33 a 36; BNP: L. 90743-46 P. ou L. 6756-58 P. (falta o	<i>Vid. supra</i> TT de 1802. BGUC 7-48-12-33 a 36 reúne as leituras 1 a 12 em eds. de várias datas e impressores: a leitura 4 corresponde à ed. de 1811.

1.3. Catálogo de traduções duvidosas

										vol. 1, leituras 1-3)	
25	1814 (Souza, 2007 e Maia, 2010)	Al	<i>O Diabo coxo</i> (GR)	Lisboa	Impressão de João Baptista (GR)	S. n. (<i>vid. infra</i> obs.)	[Lesage, Alain-René > Guevara, Luis Vélez de <i>et al.</i>]	<i>Le Diable boiteux</i> > <i>El diablo cojuelo, et al.</i>	1707 (Lesage) > 1641 (Guevara)	GRI 3044 (ano 1813); Souza, 2007: 59-60; Maia, 2010: 101-102	<i>Vid. supra</i> ed. de 1806, de que este TT é cont.: vol. 2, com 268 pp. segundo GR (que regista o TT no ano de 1813, e com a indicação errada de serem 2 vols.). Um anúncio publicado na <i>Gazeta de Lisboa</i> de 4 de Agosto de 1814 refere que foi encomendada a trad. desta cont. a “huma habil penna”.
26	1819	Al	<i>Historia de Gil Braz de Santilhana por Lesage, Traducção portugueza. Nova edição revista e emendada. Com estampas finas</i>	Paris	Teophilo Barrois filho (GR e folha de rosto: “Vende-se em casa de...”; na p. 356 do tomo I, etc.: “Paris, na Off. de J. Smith”)	S. n. [Bocage, Manuel Maria Barbosa du e Campos, Luis Caetano de (DBP, VI: 49)]	[Lesage, Alain-René > Espinel, Vicente <i>et al.</i>]	<i>Histoire de Gil Blas de Santillane</i> > <i>Vida del escudero Marcos de Obregón et al.</i>	1715-1735 (Lesage) > 1618 (Espinel)	GRI 3537 BNP: L. 43309-12 P.	Reed. do TT de 1797-1800 (<i>vid. supra</i>). 4 vols, ils., de 356 pp., 309 pp., 334 pp. e 326 pp. Índices de livro e cap. no final de cada tomo (ausentes na ed. de 1797-1800).
27	1819	Al	<i>Leituras uteis e divertidas...</i> (leituras 1 a 7)	Lisboa	Typ. Rollandiana	Silva, António Manuel Policarpo da	[Céspedes y Monroy, Atanasio (pseud. de Pablo de Olavide)]	<i>Lecturas útiles y entretenidas</i>	1800-1801	GRI 3503 (leitura 7), GRI 3506 (leituras 1 e 2) e GRI 3514 (leitura 6); DBP, VIII: 235-236 BNP: L. 6755 P. (leituras 1 e 2);	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1802). Inocência (DBP, VIII: 235-236) indica que houve ed., neste ano e por este impr., de todas as leituras do conjunto, em 4 vols. BGUC 7-48-12-33 a 36 reúne as leituras 1 a 12 em eds. de várias datas: as leituras 2, 6 e 10 correspondem à ed. de 1819. GRI 3505 (ano 1819, mesmo impr.) diz respeito à leitura 10,

1.3. Catálogo de traduções duvidosas

										BGUC: 7-48-12-33 a 36 (leituras 1 a 12 em eds. de várias datas: 2, 6 e 10 de 1819), 7-48-12-42 (leituras 1 e 2), 5-(4)-1-24-22 (leitura 6), 5-(4)-1-32-26 (leitura 7)	que não figura na colecção de Olavide.
28	1819	AI	<i>O diabo coxo...</i> (GR)	S. l. (GR)	S. n. (GR)	S. n. (<i>vid. supra</i> TT de 1806-1814)	[Lesage, Alain-René > Guevara, Luis Vélez de <i>et al.</i>]	<i>Le Diable boiteux</i> > <i>El diablo cojuelo</i> , <i>et al.</i>	1707 (Lesage) > 1641 (Guevara)	GRI 3536; Souza, 2007: 79; Maia (2010: 101-102, reg. por Joseph Laurenti, 5022 <i>et al.</i>)	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1806-1814). Sem fonte nem dados eds. em GR, que apenas dá título (abreviado com reticências) e “2 vols.”. Maia (2010) também não os refere: não se localizam exemplares.
29	1819	AI	<i>Vida e famosas acções do célebre Cosme manhoso...</i>	Lisboa	Off. de J. F. M. de Campos	S. n.	S. n.	(Pseudotrad.?)	(Pseudotrad.?)	GRI 3517 BNP: H.G. 29614 P.	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1783), 11 pp.
30	1819	AI	<i>Vida e successos do prodigioso de Sevilha. Historia seria e moral</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	S. n.	S. n.	(Pseudotrad.?)	(Pseudotrad.?)	GRI 3518 FLUP: PV(R)/365-v.1 e v. 2 (dig.); BGUC: 7-48-12-32	Reed. (<i>vid. infra</i> TT de 1796). Duas partes de 73 e 88 pp. Embora seja a 3ª ed., indica-se “Segunda Edição” (GR e folha de rosto, dig. na FLUP). Distribuído por F. B. O. de M. Mechas (vendedor).
31	1820 (GR)	C	<i>Metodo para a salga da sardinha extrahido dos melhores originaes estrangeiros, e em particular do da Galliza</i> (GR) /	Lisboa	T. Rollandiana (GR)	S. n.	[Cornide, José?]	[<i>Memoria sobre la pesca de serdina en las costas de Galicia?</i>]	[1774]	GRI 3676 (ano 1820, sem fonte) <i>Gazeta de Lisboa</i> de 10/2/1820	Reed. Tít. referido na <i>Gazeta de Lisboa</i> entre os “livros recentemente publicados que há para vender em casa de F. B. O. De M. Mechas, no largo do Cães do Sodré N.º 3. O anúncio indica que se trata da

1.3. Catálogo de traduções duvidosas

			<i>Methodo...</i> (<i>Gazeta de Lisboa</i>)								“Segunda Edição, em 8.º br. 60 réis”. Poderia ser TT do TP atrás indicado.
32	1820	Al	<i>O triunfo da probidade sobre a ambição ou os amores do Conde de Belflor com Leonor de Cespedes. Novella de M. Le Sage, author de Gil Braz. Traduzida em portuguez pelo traductor das Aventuras do Rapaz do Bom Humor</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	S. n. (“pelo traductor das...”) [CR indica “F. V. de A. e P.” (?)]	Lesage, Alain-René [> Rojas Zorrilla, Francisco de (Vic, 1920: 498-99)]	“L’Histoire (des amours) du comte de Belflor et de Léonor de Cespedes”, in <i>Le Diable boiteux</i> , caps. 4-5 > <i>Obligados y ofendidos y Gorrón de Salamanca</i>	1707 (Lesage) > 1640 (Rojas Zorrilla)	GRI 2628 CR (dig. do microfl. da Bib. da Ajuda: 74-I-16)	<i>Vid. supra</i> TT de 1804, de que este é provável reed. 110 pp. O nome de trad. (siglas) indicado em CR é duvidoso.
33	1821	Al	<i>Historia de Gil Braz de Santilhana. Traduzida em Portuguez. Nova edição</i>	Lisboa	Typ. da Academia Real das Sciencias	S. n. [Bocage, Manuel Maria Barbosa du e Campos, Luis Caetano de (DBP, VI: 49)]	[Lesage, Alain-René > Espinel, Vicente <i>et al.</i>]	<i>Histoire de Gil Blas de Santillane > Vida del escudero Marcos de Obregón et al.</i>	1715-1735 (Lesage) > 1618 (Espinel)	GRI 3698 BNP: L. 8084-87 P. ou F.G. 1367 (microfl. dos 4 vols.)	Reed. do TT de 1797-1800 (<i>vid. supra</i>). 4 vols.
34	1823	Al	<i>Aventuras de Estevão Gonçalves, ou o rapaz de bom humor. Por M. Le Sage, author de Gil Braz, e escritas no mesmo gosto. Traduzidas em vulgar</i>	Lisboa	Typ. J. F. M. de Campos	S. n.	Lesage, Alain René [> Anónimo (autoria disc.)]	<i>Histoire d’Estévanille Gonzalez... > La vida y hechos de Estebanillo González...</i>	1734 (Lesage) > 1646 (anón. cast.)	GRI 3822 (3 vols.) BGUC: 5-(4)-1-15-22 (com a nota “pertenceu a António Gonçalves Rodrigues”)	Reed. (<i>vid. supra</i> TT de 1804, de que é reimpr.). Vol. 1 de 3, com cont. em 1824 (<i>vid. infra</i>). Dado que os exemplares conservados na BGUC levam o nome de Gonçalves Rodrigues como antigo possuidor, Maia (2012: 138, n. 40) sublinha que as “imprecisões relativas ao registo desta entrada” em GR (falta o editor, os 3 vols. aparecem recolhidos no ano

1.3. Catálogo de traduções duvidosas

											de 1823, etc.) são “muito surpreendentes”.
35	1824	Al	<i>Aventuras de Estevão Gonçalves, ou o rapaz de bom humor. Por M. Le Sage, author de Gil Braz, e escritas no mesmo gosto. Traduzidas em vulgar</i>	Lisboa	Typ. J. F. M. de Campos	S. n.	Lesage, Alain René [> Anónimo (autoria disc.)]	<i>Histoire d'Estévanille Gonzalez... > La vida y hechos de Estebanillo González...</i>	1734 (Lesage) > 1646 (anón. cast.)	GRI 3822 (ano 1823) BGUC: 5-(4)-1-15-23 a 24 (com a nota “pertenceu a António Gonçalves Rodrigues”)	Reed. (vid. <i>supra</i> TT de 1804, de que é reimpr.). Cont. (vols. 2 e 3) da reed. começada em 1823 (vid. <i>supra</i> TT de 1823).
36	1828	Al	<i>Leituras uteis e divertidas...</i> (leituras 1 a 7)	Lisboa (BGUC)	Typ. Rollanidana (BGUC)	[Silva, António Manuel Policarpo da]	[Céspedes y Monroy, Atanasio (pseud. de Pablo de Olavide)]	<i>Lecturas útiles y entretenidas</i>	1800-1801	GRI 4071 (leitura 3, fonte: “GR”) e GRI 4074 (leitura 5, fonte: “GR”) BGUC: 5-(4)-1-32-9 (leitura 4, “O desafio”, 83 pp.); <i>tm.</i> 5-(4)-1-30-33 (leituras 8 e 9) e 5-(4)-1-32-28 (leitura 12)	Reed. (vid. <i>supra</i> 1802): 5ª reed. do TT, 2ª reed. na Typ. Rollandiana. GR consigna neste ano os títs. das leituras 3, 5, 8 e 9 sem indicar em caso algum nome de autor e trad., local de ed., nome do ed., etc., e remetendo sempre para o seu próprio acervo pessoal como fonte. Com efeito, os exemplares custodiados na BGUC (um dos quais correspondente à leitura 4, de que curiosamente não deixa constância GR), pertenceram a Rodrigues, segundo se esclarece em nota no cat. da biblioteca. Estranhamente, esta(s) ed(s). de 1828 não é (são) referida(s) em <i>Novelística</i> .
37	1836	Al	<i>Historia de Gil Braz de Santilhana. Nova edição traduzida em portuguez</i>	Lisboa	Imp. de A. J. das Neves	S. n. [Bocage, Manuel Maria Barbosa du e Campos,	[Lesage, Alain-René > Espinel, Vicente <i>et al.</i>]	<i>Histoire de Gil Blas de Santillane > Vida del escudero Marcos de</i>	1715-1735 (Lesage) > 1618 (Espinel)	GRII 4531 BNP: L. 42154-57 P.	Reed. do TT de 1797-1800 (vid. <i>supra</i>). 4 vols.

1.3. Catálogo de traduções duvidosas

						Luis Caetano de (DBP, VI: 49)]		<i>Obregón et al.</i>			
38	1837	A1	<i>Historia d'Estevinho Gonçalves, cognominado rapaz de bom humor, por Lesage author de Gil Braz. Traduzida de Franzez em Portuguez por...</i> [Tít. com gralhas em GR e PORB, v. gr.: cognomizado em GRII 4532; de dom humor em PORB]	Paris	Pillet Ainé [Ainé]	Fonseca, José da [GRII 4532: ...por José R. Fonseca (sic)]	Lesage, Alain René [> Anónimo (autoria disc.)]	<i>Histoire d'Estévanille Gonzalez... > La vida y hechos de Estebanillo González...</i>	1734 (Lesage) > 1646 (anón. cast.)	GRI 4163 (1830, datação errada), GRII 4532 (1836, datação errada) e GRII 4763 (1837) BNP: TR. 6443 P. (vol. 1, 208 pp.); BNF: Y2-48781-82 (vols. 1 e 2)	Retrad. (vid. supra TT de 1804, reed. em 1823-24), 2 vols. Maia (2012: 139-140) prova que a data da 1º ed. desta retrad. é 1837 (segundo figura no pé de imprensa), estando erradas as entradas que regista GR com anterioridade a este ano, a saber: 1830 (GRI 4163) e 1836 (GRII 4532).
39	1838	A1	<i>O Diabo coxo, novella escrita em francez por Lesage, autor do Gil Braz, Estevinho Gonsalves, etc., etc. Traduzida por...</i>	Paris	Tip. de Beaulé et Jubin	Fonseca, José de	Lesage, Alain-René [> Guevara, Luis Vélez de et al.]	<i>Le Diable boiteux > El diablo cojuelo, et al.</i>	1707 (Lesage) > 1641 (Guevara)	GRII 4917 BNF: Y2-48776-77	Retrad. do TT de 1806-1814, reed. em 1819 (vid. supra), 2 vols.
40	1848	A2	<i>O Vulto negro</i> (DBP) <i>O Vulto negro: imitação por...</i> (GB)	Porto	Typ. do Ecco Popular	Joaquim Marcellino de Mattos [Joaquim Marcelino de Matos]	[Escosura, Patricio de la (?)]	[“El bulto vestido del negro Capuz. Simancas, 1531”, in Eugenio de Ochoa, <i>Apuntes para una biblioteca de escritores españoles</i>	[1840 (?)]	DBP, IV: 130 (n.º 1832)	16 pp. “É um pequeno romance em verso, imitado do hespanhol” (DBP, IV: 130). GB regista, sem dig., o tít. <i>O vulto negro: imitação</i> , na Typ. do Ecco Popular, e com 16 pp., mas impresso em 189? (Mattos faleceu em 1868). TP de Escosura vai dividido em partes: “El caminante”, “La prision”, “El soldado”, “La

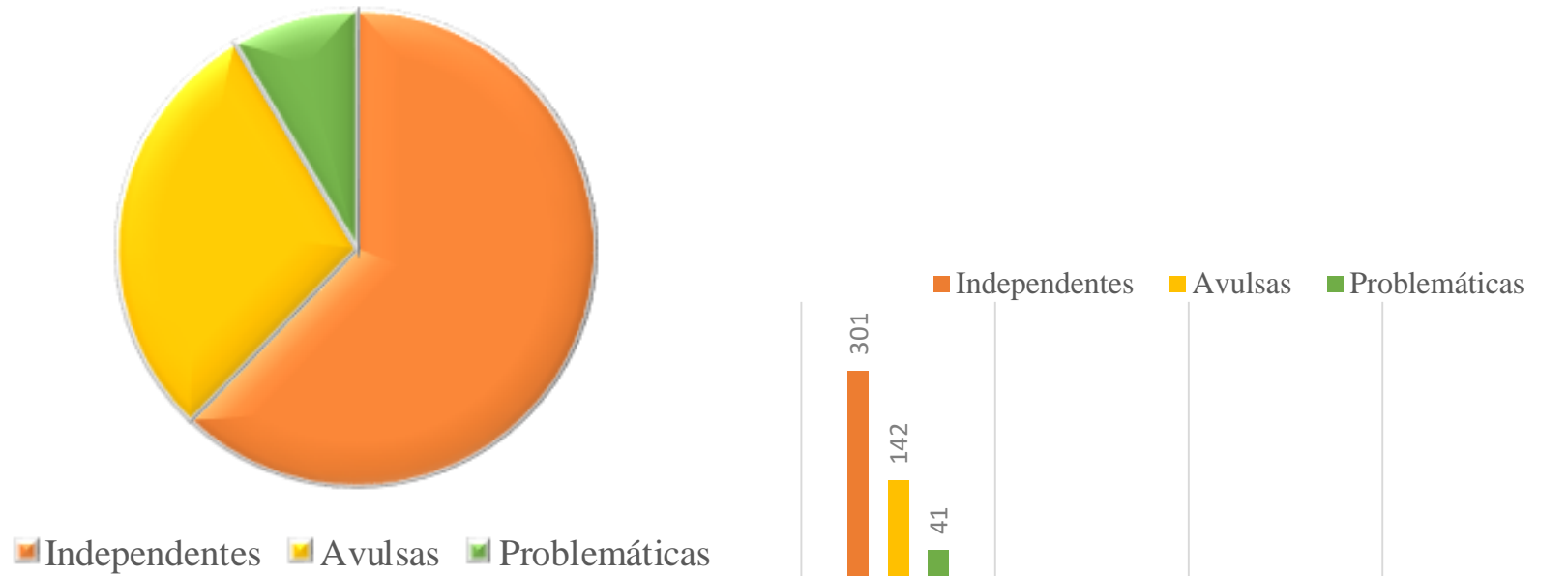
1.3. Catálogo de traduções duvidosas

								<i>contemporáneos en prosa y verso</i> , Paris, Librería Europea Baudry, pp. 500-504 (?)]			trova” e “El beso”. Começa assim: “El sol á occidente su luz ocultaba, / De nubes el cielo cubierto se via: / Furioso en los pinos el viento bramaba, / Rugiendo agitado Pisuerge corria...”. Foi também publicado <i>in Álbum pintoresco universal</i> , vol. III, 1843, pp. 506-508.
41	1850	A1	<i>Historia de Gil Braz de Santillana. Nova ed. enriquecida com estampas</i> (PORB)	Lisboa	Typ. Lisbonense	S. n. [Bocage, Manuel Maria Barbosa du e Campos, Luis Caetano de (DBP, VI: 49)]	[Lesage, Alain-René > Espinel, Vicente <i>et al.</i>]	<i>Histoire de Gil Blas de Santillane > Vida del escudero Marcos de Obregón et al.</i>	1715-1735 (Lesage) > 1618 (Espinel)	GR11 6996 (sem fontes nem loc.) BNP: L. 67095 P	Reed. do TT de 1797-1800 (<i>vid. supra</i>). 4 vols. em 8º, de 232, 237-III, 251-I e 224 pp., respectivamente (GR), ils. de Macphail e Palhares (GR). GR dá o subtít.: <i>Trad. livremente em port.</i> . GR11 6995 regista “Gil Braz. Nova trad.” <i>in A União</i> , 7 de Março do mesmo ano (anúncio ou recensão?)

FIM DO CATÁLOGO DE TRADUÇÕES DUVIDOSAS OU PROBLEMÁTICAS (1.3)

ANEXO 2: Gráficos

GRÁFICO 1 – Espécies inventariadas no anexo 1



Anexo e tipo de tradução	Número de espécies reunidas
1.1. Independentes : editadas de forma autónoma (volume, folheto, brochura, folha de cordel...)	301 (ca. 62%)
1.2. Avulsas : incluídas em publicações periódicas ou não periódicas	142 (ca. 29%)
1.3. Problemáticas ou duvidosas (<i>borderline cases</i>)	41 (ca. 8%)
Total	484

GRÁFICO 2 – Distribuição cronológica das espécies inventariadas no anexo 1

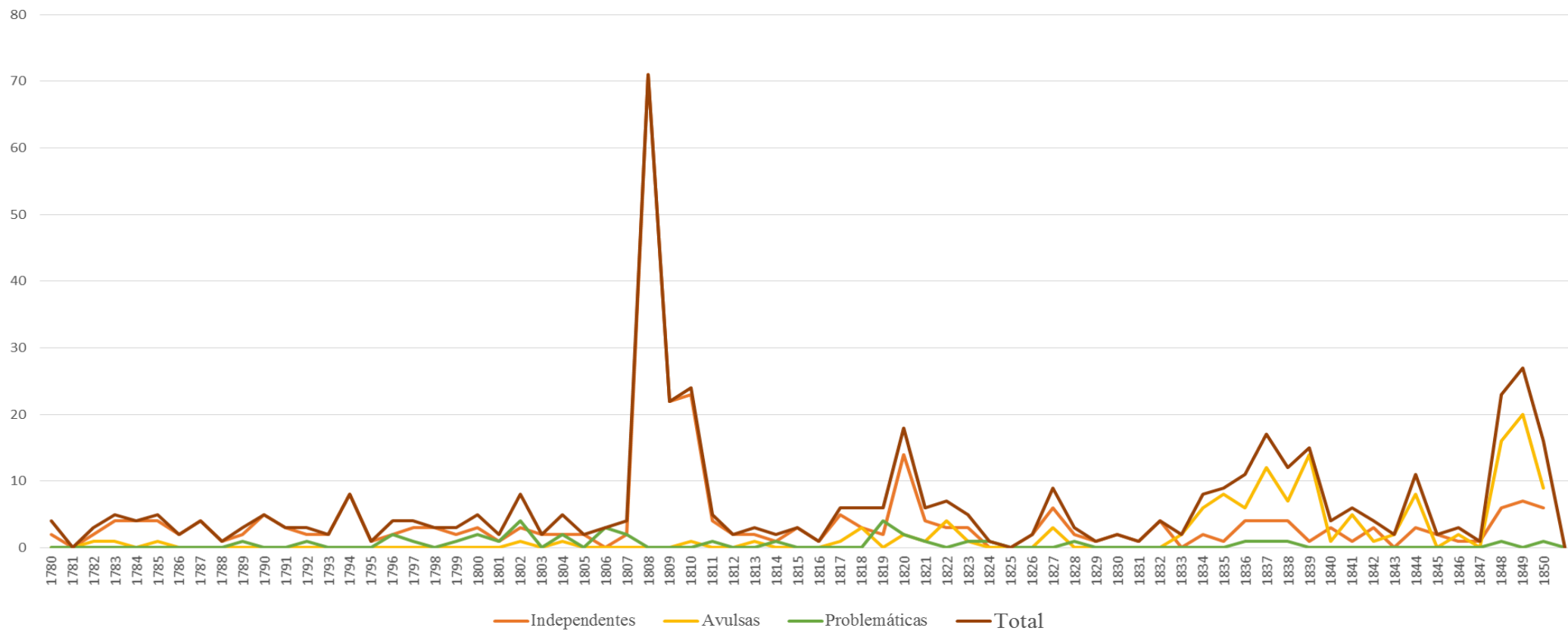


GRÁFICO 3 – Locais de publicação das espécies independentes (anexo 1.1)

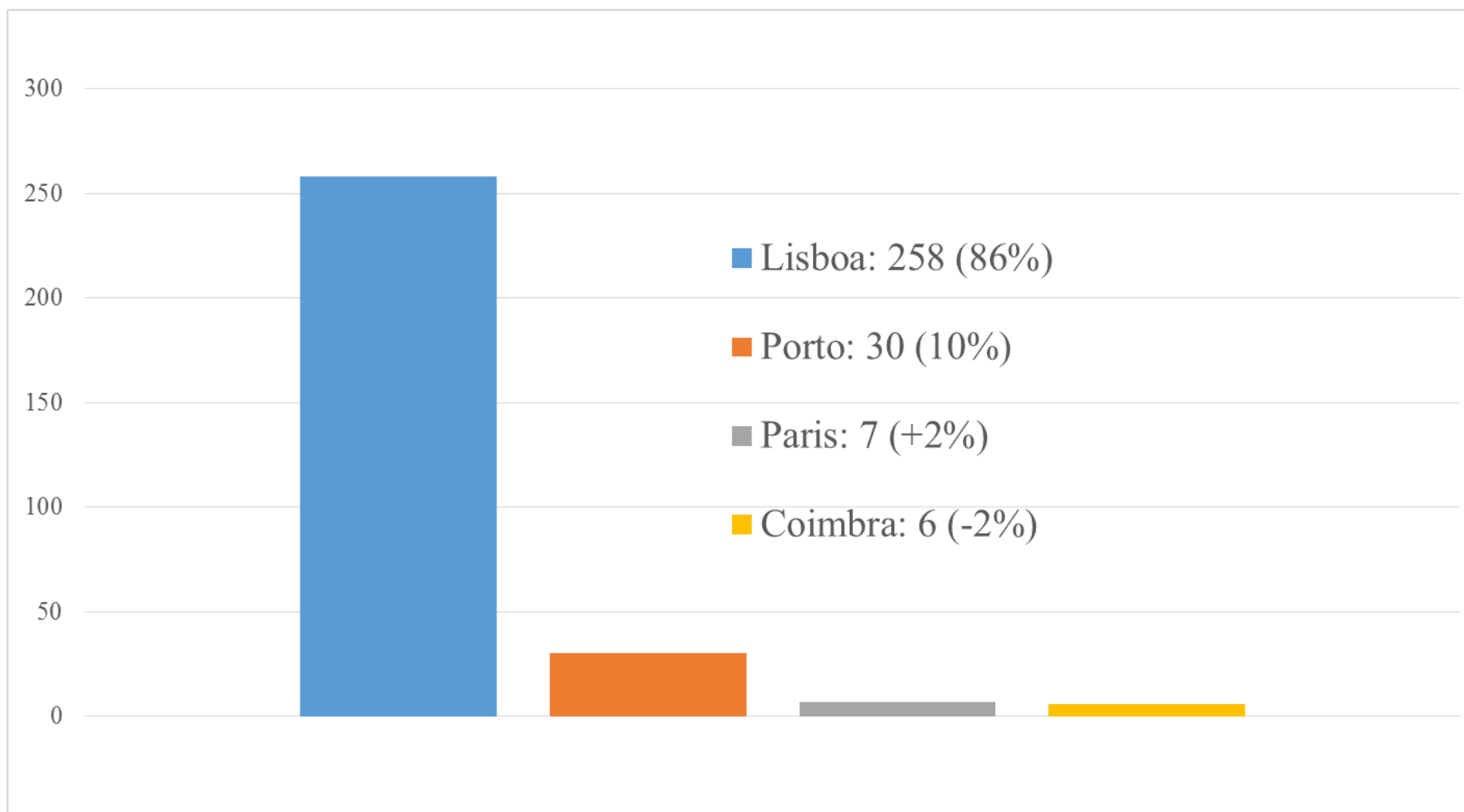
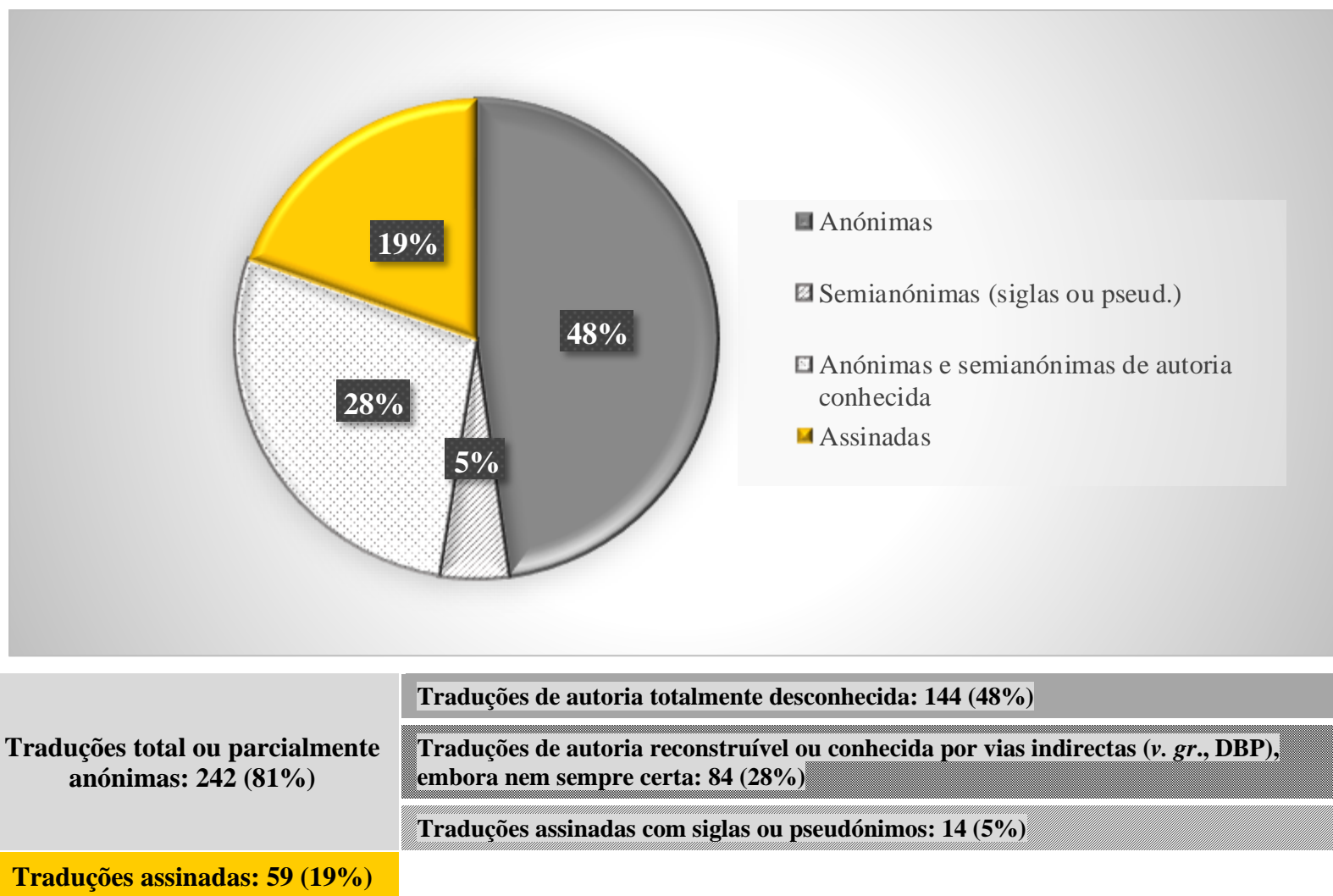


GRÁFICO 4 – (In)visibilidade peritextual dos tradutores no *corpus* de espécies independentes (anexo 1.1)



ANEXO 3: Tabelas

TABELA 1

1. Tabela orientativa de edições em Portugal da tradução do *Lunário* de Jerónimo Cortés entre 1703 (primeira edição portuguesa em versão traduzida) e 2013 (última edição de que se tem constância)

N.º	Ano	Local e editor	Fonte
1	1703	Lisboa: Off. de Miguel Manescal	DBP, GR
2	1706	Coimbra: Off. de Joseph Antunes da Silva	PORB (BNP)
3	1707	Lisboa: Off. de Domingos Gonsalves	PORB (BCM)
4	1726	Lisboa: Off. de Filipe de Souza Villela	UC (FLUC), PORB (BJPII)
5	1728	Coimbra: s. l.	GR
6	1730	Coimbra: Joseph Antunes [da Silva (DBP)]	DBP, GR
7	1730	Coimbra: Imp. da Universidade	GR
8	1749	Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa	UC (BGUC–Joanina)
9	1757	Lisboa: Off. de Domingos Gonsalves	DBP, GR, UC (Bibl. Física, FCT), PORB (BNP)
10	1764	Porto: Off. Francisco Mendes Lima	GR (fornece cota S.A. 3097 P. da BNP)
11	1768	Lisboa: Off. de Francisco Borges de Sousa	DBP, GR, PORB (BNP)
12	17--	s. l: s. n.	PORB (BNP)
13	1783?	Lisboa: Off. de Francisco Borges de Sousa?	GR
14	1805	Lisboa: Joaquim Thomás de Aquino Bulhões (DBP)	DBP, GR
15	1820	Lisboa: Imp. Regia	DBP, GR, PORB (BNP)
16	1822	Lisboa: José Baptista Morando	GR (cota BNP: S.A. 3050 P.)
17	1840	Lisboa: Typ. de Mathias Joze Marquez da Silva	GR (cota BNP: S.A. 3051 P.), PORB (BNP, s. cota);
18	1850	Lisboa: Typ. de Mathias José Marques da Silva, “ultimamente acrescentado”	DBP, GR
19	1858	Lisboa: Typ. de Mathias José Marques da Silva	PORB (BNP, BJPII)
20	1861	Lisboa: Typ. de José Baptista Morando	PORB (BNP)
21	1866	Lisboa: Casa da Viuva Bertrand e Filhos	PORB (BNP e BCM)
22	1877	Porto: A. R. da Cruz Coutinho	UC (Bibl. Matemática, FCT)
23	1897	Lisboa: António Maria Pereira (ed.), Typ. Moderna (“nova ed. largamente acrescentada com regras para fazer prognósticos”)	PORB (BNP)
24	1901	Porto: Livraria Chardron	PORB (BCM)
25	1905	Lisboa: Parceria António Maria Pereira (“nova ed. largamente acrescentada...”)	PORB (BJPII)
26	1910	Porto: Livraria Chardron	PORB (BNP e BCM)
27	1921	Lisboa: Parceria A. M. Pereira (“nova ed. largamente acrescentada”)	UC (Bibl. Matemática, FCT), PORB (BNP)
28	1927	Lisboa: Parceria A. M. Pereira (“nova ed.”)	PORB (Inst. Inv. Científica e Tropical)
29	1955	Lisboa: Parceria A. M. Pereira	PORB (BNP)
30	1978	Lisboa: Vega, reimp. anastática da 1ª ed.	UC (BGUC), PORB (BNP)
31	1980	Porto: Lello e Irmão	PORB (BNP)
32	1980 198-?	Lisboa: Vega, 245 pp., 21 cm. Lisboa: Vega, 245 pp., 21 cm.	UC (BGUC) PORB (BJPII)
33	2004	Porto: Lello (“actualiz. e remodel”)	UC (BGUC), PORB (BNP, BMP, BGUC)
34	2013	Porto: Lello (“actualiz. e remodelada”)	UC (BGUC), PORB (BGUC)

TABELA 2

2. Tabela orientativa de edições em Portugal da tradução da *Fisionomia* de Jerónimo Cortés entre 1699 (primeira edição portuguesa em versão traduzida) e 1995 (última edição de que se tem constância)

N.º	Ano	Editor	Fonte
1	1699	Lisboa: Miguel Manescal	DBP, UC, PORB (BNP, dig.)
2	1706	Coimbra: Off. de Joseph Antunes da Silva	PORB (BNP <i>et al.</i>)
3	1728	Coimbra: [s. l.]	GR
4	1765	Lisboa: Off. de Domingos Gonsalves	PORB (BCM) e UC (BGUC-Joanina)
5	1779	Lisboa: Off. de Domingos Gonsalves	UC (BGUC)
6	1786	Lisboa: Off. de Domingos Gonçalves	DBP, GR, GB
7	1790	Lisboa: Off. de Francisco Borges de Sousa	BNF
8	1791?	S. l., s. n. (desc. física: 239-1 pp.)?	GR (fonte: J. M. Rodrigues 9-590)
9	1792	Lisboa: Off. de Francisco Borges de Sousa	DBP, GR, PORB (BNP: P. 6989 P.)
10	1815	Lisboa: Offic. Joaquim Rodrigues d'Andrade	PORB (BNP)
11	1831	Lisboa: A. L. de Oliveira	GR (cota da BNP S.A. 4385 P., coincidente com a que dá a PORB para o exemplar <i>infra</i>) e Livraria Artes & Letras de Lisboa ⁶⁹³
	17--	S. l.: s. n.	PORB (BNP, cota idêntica a que dá GR para a espécie <i>supra</i>)
12	1844	Lisboa: Typ. de Mathias José Marques da Silva	DBP, GRII 6240 (seguindo DBP) e PORB (BNP) ⁶⁹⁴
	1844	S. l.: s. n.	GRII 6241 (fonte: AHO 113-453)
13	1860	Lisboa: Typ. Costa Sanches	PORB (BNP)
14	1866	Lisboa: Typ. Costa Sanches	PORB (BNP)
15	1878	Lisboa: Typ. de Costa Sanches	PORB (BNP)
16	1879	Lisboa: António Maria Pereira	PORB (BNP)
17	19--	Lisboa: António Maria Pereira	PORB (BNP)
18	1909	Lisboa, Imprensa de Lucas (Fac-símile da ed. de 1792, <i>vid. supra</i> n.º 9)	PORB (PORB (BNP: S.A. 28498 P. e S.A. 36549 P.), com data e dados editoriais errados ⁶⁹⁵)
19	1978	Lisboa: Vega (Segundo a PORB, reimp. anastática da ed. de 1699, <i>vid. supra</i> n.º 9)	UC (BGUC), PORB (BNP)
20	1993	Lisboa: Vega (2ª ed.)	PORB (BMP, BNP, BGUC <i>et al.</i>)
21	1995	Lisboa: Liv. Universal (<i>sic</i> en PORB: reimp. da ed. facs. de 1909, n.º 18?)	PORB (BMP, BNP, BGUC)

⁶⁹³ Exemplar à venda encontrado na Iberlibro.com (consultada a 24/8/2014).

⁶⁹⁴ Apesar de que a PORB regista a espécie (BNP: S.A. 4383 P.) como “[S.l.: s.n., 17--]”, pudemos verificar que o exemplar correspondente a essa cota leva os dados editoriais (local, impressor, data) que referimos: Lisboa, Typ. de M. J. Marques da Silva, 1844.

⁶⁹⁵ PORB indica o ano de 1792 e a Livraria Universal de Lisboa como editor, sem nunca esclarecer ademais que se trata de uma fac-similação posterior. Todavia, a data desta edição semifac-similada consta no fim da reprodução, página [240]. No dito fac-símile acrescenta-se, após a reprodução do texto segundo a edição de 1792 (finda na página 239), um “appendice com remédios caseiros para males frequentes” (até à página 256).

TABELA 3

3. Tabela de traduções de romances picarescos ou parapicarescos espanhóis, 1721-1849

	Ano	Texto/s de partida em castelhano	Texto de chegada em português	Local de edição da tradução	Trad. indirecta, mediada pelo francês?
1	1721	<i>Lazarillo</i> anón.	<i>Vida de Lazarillo de Tormes</i> , trad. de António de Faria Barreiros	Lisboa	Não
2	1786	<i>Lazarillo</i> anón.	<i>Vida de Lazarosinho de Tormes</i> (reed. do anterior)	Lisboa	Não
3	1792	<i>Guzmán de Alfarache</i>	<i>Vida, e acções celebres, e graciosas de Gusmao de Alfarache</i> , trad. de [Vicente Carlos de Oliveira] (vols. 1-2)	Porto	Não
4	1793	<i>Guzmán de Alfarache</i>	<i>Vida, e acções celebres, e graciosas de Gusmao de Alfarache</i> (vol. 3, cont. do anterior)	Porto	Não
5	1804	<i>Estebanillo</i>	<i>Aventuras de Estevão Gonçalves</i> , trad. anón.	Lisboa	Sim
6	1806	<i>Diablo cojuelo et alia</i>	<i>O diabo coxo</i> (vol. 1), trad. anón.	Lisboa	Sim
7	1814	<i>Diablo cojuelo et alia</i>	<i>O diabo coxo</i> (vol. 2, cont. do anterior)	Lisboa	Sim
8	1819	<i>Diablo cojuelo et alia</i>	<i>O diabo coxo</i> (2 vols., reed. do anterior)	S. l.	Sim
9	1823	<i>Estebanillo</i>	<i>Aventuras de Estevão Gonçalves</i> (reed. da trad. anón. de 1804, vol. 1)	Lisboa	Sim
10	1824	<i>Estebanillo</i>	<i>Aventuras de Estevão Gonçalves</i> (cont. reed. anterior, vols. 2-3)	Lisboa	Sim
11	1837	<i>Estebanillo</i>	<i>Historia d'Estevinho Gonçalves</i> , trad. de José da Fonseca (retradução)	Paris	Sim
12	1838	<i>Lazarillo</i> anón. y Juan de Luna	<i>Aventuras maravilhosas de Lazarillo de Tormes</i> , trad. de [António José Viale] (retradução)	Paris	Sim
13	1838	<i>Lazarillo</i> anón. y Juan de Luna	<i>Aventuras e astucias de Lazarinho de Tormes</i> , trad. de José da Fonseca (retradução)	Paris	Sim
14	1838	<i>Diablo cojuelo et alia</i>	<i>O diabo coxo</i> , trad. de José da Fonseca (retradução)	Paris	Sim
15	1848	<i>Guzmán de Alfarache</i>	<i>Historia de Gusmao d'Alfarache</i> , trad. anón. (retradução)	Paris	Sim
16	1849	<i>El Buscón</i>	<i>Historia jocosa do Gran Tacanho</i> , trad. anón.	Paris	Não

TABELA 4

4. Tabela de traduções de textos cervantinos (1780-1850)

	Ano	Título (abreviado e modernizado)	Tradutor	1ª ed. / Reed. / Retrad.	Local e editor	Consta o nome de Cervantes?
1	[1783]	<i>Curioso impertinente</i>	Anón.	1ª ed.	Lisboa, Imp. de Alcobia	Não (sem marcas translativas)
2	1784	<i>Espanhola inglesa</i>	Reinerio Bocache	Reed. (1ª ed.: 1748)	Off. de Francisco Borges de Sousa	Não (“trad. da lingua hesp.”)
3	1788	<i>Amante liberal</i>	A. e C. de T. A. e F.	1ª ed.	Off. de Antonio Gomes	Não (na dedicatória: “[tirada] de alguns livros estrangeiros”)
4	1791	<i>Curioso impertinente</i>	Anón.	Reed.	Off. de Antonio Gomes	Não (sem marcas translativas)
5	1794	<i>Quixote</i>	Anón. [F. Rolland?]	1ª ed.	Typ. Rollandiana	Sim
6	1802	<i>Galatea</i>	Manuel M. Barbosa du Bocage	1ª ed.	Lisboa, Off. de Simão Thaddeo Ferreira	Sim (“imitada de Cervantes por Florian”)
7	1803	<i>Espanhola inglesa</i>	Bocache	Reed.	Typ. Lacerdiana	Não (“trad. da lingua hesp.”)
8	1805	<i>Espanhola inglesa</i>	Bocache	Reed.	Typ. Lacerdiana	Não (“trad. da lingua hesp.”)
9	1815	<i>Amante liberal</i>	A. e C. de T. A. e F.	Reed.	Off. de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões	Não
10	1816	<i>Cornélia de Bolonha</i>	Anón.	1ª ed.	Lisboa, Imp. de Alcobia	Não (sem marcas translativas)
--	1817?	<i>Amante liberal</i>	[A. e C. de T. A. e F.]	Reed.	Não consta. <i>Vid.</i> GRI 3291 (fonte: Balbi)	Não (<i>vid. supra</i> 3 e 9)
11	1818	<i>O velho e a menina ou o casamento desigual</i> (cast.: <i>El celoso extremeño</i>)	José Pedro Francisco de Paula Campos	1ª ed.	Nova Imp. da Viúva Neves e Filhos	Sim
--	1819?	<i>Espanhola inglesa</i>	[Bocache]	Reed.	Lisboa, Off. de J. F. M. M. de Campos. <i>Vid.</i> GRI 3524 (fonte: AHO)	Não (<i>vid. supra</i> 2, 7 e 8)
12	1819	<i>Galatea</i>	Manuel M. Barbosa du Bocage	Reed.	Lisboa: T. Rollandiana	Sim (“imitada de Cervantes por Florian”)
13	1820	<i>O Zeloso estremenho</i>	Anón.	Retrad.	Imp. de J. B. Morando	Sim
14	1830	<i>Quixote</i>	Anón. [F. Rolland?]	Reed.	Paris, Pillet Aîné	Sim
15	1840	<i>Galatea</i>	José da Fonseca	Retrad.	Paris, Pillet Aîné	Não (“pelo cavalheiro de Florian”)
16	1844	<i>Cornélia de Bolonha</i>	Anón.	Reed.	[Lisboa, Typ. de Mathias José Marques da Silva?]	Não (sem marcas translativas)

TABELA 5

**5. Tabela de traduções do *Prontuário de Teologia Moral* de Francisco Larraga
entre 1723 (primeira edição portuguesa em versão traduzida)
e 1829 (última edição de que se tem constância)**

N.º	Ano	Editor	Tradutor	Fonte
1	1723	Lisboa: Francisco Xavier de Andrade	P ^e M. da Silva Morais	UC, DBP
2	1727	Lisboa: Off. Pedro Ferreyra	P ^e M. da Silva Morais	PORB, GR
3	[1735?]	[Lisboa Occidental?: s. n.]	P ^e M. da Silva Morais	UC
4	1735	Coimbra: Off. Antonio Simoens Ferreyra	P ^e M. da Silva Morais	UC, PORB e GR
?	1739	Lisboa: Off. Gabriel Soares	P ^e M. da Silva Morais	GR
5	1749	Coimbra: Off. Antonio Simoens Ferreyra	P ^e M. da Silva Morais	UC e PORB
6	1749	Lisboa: s. n	P ^e M. da Silva Morais	PORB
?	1750	Coimbra: Antonio Simões Ferreira	P ^e M. da Silva Morais	GR
?	178-	Porto: Imp. Antonio Alvares Ribeiro	Fr. Ignácio de S. Carlos	DBP
7	1797	Porto: Viuva Mallen	[Fr. Ignácio de S. Carlos]	GR, BNP (não consta de PORB), UAv-Mem. (data: *[19--])
8	1798	Porto: Off. de Antonio Alvarez Ribeiro	[Fr. Ignácio de S. Carlos]	GR, BNP (não consta de PORB) e UAv-Mem.
9	1798	Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira (vols. I e II, <i>vid. infra</i> , n.º 10)	[Fr. Ignácio de S. Carlos]	PORB
10	1799	Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira (vols. III e IV, <i>vid. supra</i> , n.º 9)	[Fr. Ignácio de S. Carlos]	UC
11	1800	Porto: Off. de António Alvarez Ribeiro	[Fr. Ignácio de S. Carlos]	UAv-Mem.
12	1801	Lisboa: Off. Simão Thaddeo Ferreira	Anónimo	GR, PORB e DBP
13	1802	Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira	[Fr. Ignácio de S. Carlos]	GR, BNP (não consta de PORB) e UAv-Mem.
14	1803	Porto: Off. de Antonio Alvarez Ribeiro	[Fr. Ignácio de S. Carlos]	PORB
15	1808	Lisboa: Imp. Regia	[Fr. Ignácio de S. Carlos]	GR e BNP (não consta de PORB)
16	1813	Porto: Typ. que foi de António Alvarez Ribeiro (vols. I e II, <i>vid. infra</i> , n.º 17)	Fr. Ignácio de S. Carlos	PORB, DBP, GR e UAv.-Mem.
17	1814	Porto: Typ. que foi de António Alvarez Ribeiro (vols. III e IV, <i>vid. supra</i> , n.º 16)	Fr. Ignácio de S. Carlos	PORB e GR
18	1817	Lisboa: Impressão Regia	[Fr. Ignácio de S. Carlos]	PORB (3 vols.), BNP (4 vols., não consta de PORB), GR (*1813, data errada, cotas BNP não constantes de PORB) e GR (1817)
19	1829	Lisboa: Impressão Regia	Anónimo (<i>vid. supra</i> n.º 12)	UC, DBP
	18--	S. l.: s. n.		PORB (mesmas cotas de GR)
	1830	Lisboa: Impressão Regia		GR (mesmas cotas de PORB)

